

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2021 a 30/04/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance pelo País do primeiro lugar no ranking fúnebre da Covid-19. Contrariedade à mercantilização de vacinas contra a doença viral. Anúncio da transformação de sessão plenária da Casa em Comissão Geral, para debate da quebra temporária de patentes de vacinas da Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos e a todas.

Voltamos às atividades da Câmara dos Deputados com uma estatística extremamente preocupante sobre a pandemia do novo coronavírus no Brasil.

Somos o país que está em primeiro lugar em número de mortes no mundo, e, infelizmente, o nosso esquema vacinal não conseguiu efetivamente ser traduzido em uma prática concreta para que rapidamente - como outros países que, igualmente ao Brasil, estavam atrasados - conseguíssemos superar essa circunstância dramática que tira milhares de vidas por dia.

O neurocientista Nicolelis acaba de soltar artigos e entrevistas que dizem que nós teremos a possibilidade de chegar a 5 mil mortes por dia, numa evolução - do mês de abril para o mês de maio - nunca antes vista no mundo em relação a essa infecção.

Temos perdido vidas valiosas. Temos perdido alicerces de famílias em nosso País. E essa é uma realidade que não se resolverá com o repasse de vacinas para o setor privado.

A vacina é um bem de todos, é um direito de todos, é, sem dúvida, o imunizante que poderá atenuar esse processo de gravidade da doença. E, efetivamente, é preciso adquirir vacinas.

Na próxima quinta-feira esta Câmara dos Deputados realizará uma Comissão Geral, por mim solicitada, para discutirmos a quebra das patentes. Há vários projetos na Casa que tratam dessa questão.

Todos lembram que, quando da epidemia do vírus da AIDS, o Brasil recalcitou, mas conseguiu chegar, com a comunidade científica, a uma formulação harmônica tratada internacionalmente. E hoje milhões de pessoas aqui vivem com o vírus do HIV de forma digna e assistida pelo SUS.

É nesse sentido que precisamos caminhar em relação aos imunizantes da COVID-19, fazer compras das vacinas produzidas, mas preparar o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, porque a Índia já disse que é a favor, e o embaixador da Índia será.

Há empresas privadas brasileiras e públicas como a Bahiafarma e o Lafepe, além do Farmanguinhos e do Butantan, que estão prontas para produzir, e, se fizermos um bom acordo na OMC, poderemos ter vacinas nossas.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 2/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste no preço do gás de cozinha em 39%. Falta de alimentos na mesa de trabalhadores desempregados, autônomos e famílias carentes em decorrência da epidemia de coronavírus. Contrariedade à taxaço da energia solar.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

Estamos iniciando mais uma semana de trabalho, uma semana de muita preocupação para todos nós. A colega Deputada baiana Alice Portugal acaba de falar do momento difícil pelo qual estamos passando, com tantas mortes no nosso País e tanta preocupação com as famílias mais vulneráveis neste momento.

Eu estava lendo ontem e prefiro não acreditar, Deputada Alice, que teremos um aumento de 39% no preço do gás. Eu não sei como as

famílias vão viver com o auxílio emergencial nesse valor. Daqui a alguns dias, não dará nem para comprar um botijão de gás, que só dura entre 21 e 30 dias, Presidente.

Imaginem a situação que estamos passando e o que estamos vivenciando neste País.

Ontem, o noticiário dizia que as pessoas estão passando fome. Nós estamos testemunhando isso nas nossas cidades. As pessoas estão mandando milhares e milhares de mensagens pedindo cesta básica para sua sobrevivência.

Olha a situação, Presidente, a que nós estamos chegando. E nós só ouvimos notícias, Deputada Alice, de mais cobranças.

Agora já se fala do potencial que temos da energia fotovoltaica, aqui, na região de Guanambi, onde já temos uma usina solar. Diversos empresários estão investindo muito nesse setor de energia fotovoltaica, de energia solar, e nós ouvimos falar que logo, logo chegará um projeto para taxação dessa energia. O Governo está gastando milhões e milhões com a geração de energia e agora fala em taxar essa energia, essa fonte, essa matriz energética que nós temos em abundância, que é a energia eólica, a energia solar.

Nós temos que incentivar o empresariado, incentivar o agricultor a montarem o seu sistema de energia na zona rural, para que possam continuar produzindo e diminuindo os custos de produção.

Não podemos permitir, neste momento, nenhum tipo de taxação. Vamos esperar que o País chegue a 10%, 15% de geração de energia fotovoltaica para pensarmos numa taxa, num percentual de cobrança para esses empresários.

Portanto, deixo aqui a nossa insatisfação neste início de semana.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 3/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Congelamento salarial dos servidores públicos estaduais do Amapá. Elevação da taxa de mortalidade provocada pela Covid-19 no País. Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Governo Federal.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os que acompanham a sessão na tarde do dia de hoje.

Abril começou e, no nosso querido Estado do Amapá, abril é o mês da data-base dos quase 30 mil servidores públicos estaduais do Amapá. Essa será a sétima data-base, o sétimo ano consecutivo de congelamento de salário dos servidores estaduais.

As perdas acumuladas de 2015 até 2021 chegam a quase 40%. Num momento de extrema dificuldade, o Estado que, em parte, depende da força do poder de compra do funcionalismo público para poder girar a sua economia, o comércio e todos os outros setores bastante dependentes dessa folha de pagamento, mantém-na congelada há 7 anos.

Eu gostaria de registrar que o Governador do Amapá Waldez Góes, do PDT, certamente envergonha a memória de Leonel Brizola, que jamais toleraria que os trabalhadores da saúde, do setor público - para terem ideia - estivessem com seus salários congelados há 7 anos, Sr. Presidente.

Gostaria também, nesta oportunidade, de dizer que a situação do nosso País é gravíssima. Nós temos uma taxa de mortalidade que se tornou muito difícil, pesada ao abrir as redes sociais que se transformaram em verdadeiros obituários. Essa é a realidade no Brasil inteiro e não é diferente no meu querido Estado do Amapá, o que é muito triste.

Neste momento em que a pandemia nos atinge de maneira mais dura e cruel, o Governo Federal traz de volta o auxílio emergencial, pagando benefícios de 150 reais. Vejam, o que se compra com 150 reais, até mesmo com 250 reais, com 375 reais? Essa é uma visão que não compreende que é negacionista, Na realidade, não há incompreensão, há negação da necessidade do nosso povo que está passando fome. No ano passado, graças ao Congresso Nacional, com a atuação da Oposição em particular, conseguimos um auxílio emergencial de 600 reais até 1 mil e 200 reais para a mãe de família que cria os seus filhos sozinha. Sr. Presidente, não podemos aceitar esses valores.

Precisamos colocar essa matéria em pauta.

Presidente, eu peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 4/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 330 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Indignação com o gasto de 2,3 milhões de reais pelo Presidente Jair Bolsonaro em suas férias. Interesse do Presidente da República na realização da reforma administrativa para apropriação do Estado brasileiro. Afronta do Governo Jair Bolsonaro à Constituição Federal, demonstrada em homenagem à ditadura militar. Transcurso do 20º aniversário da reforma psiquiátrica. Retrocesso da política brasileira de saúde mental. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Protesto contra a retirada de moradores de ocupações no Distrito Federal, determinada pelo Governador Ibaneis Rocha.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos vivenciando um momento extremamente trágico no Brasil. Nós estamos vivenciando a retirada de direitos em todos os lugares. Tudo que este País conquistou sempre foi não só com muita dor, mas também com muita tenacidade, com muita luta, com muita esperança e está aí numa corda bamba de uma lógica que ocupa a Presidência da República, que é uma lógica caracterizada pelos traços fascistas, caracterizada também pelos traços psicopatas de completa ausência de empatia e por um processo autocentrado, enquanto o Brasil mergulha na morte, enquanto o Brasil vivencia este momento em quem parte sempre é amor de alguém - mais de 330 mil pessoas partiram.

O Presidente da República gasta, nas suas férias, 2,3 milhões de reais. Este Presidente da República acha que o Governo é dele, que lhe pertence. Por isso faz uma reforma administrativa para que o Estado seja o Estado, a partir da sua vontade e da sua determinação, e não um Estado que sirva o conjunto da população brasileira.

Nunca a Constituição brasileira, em tempos recentes, foi tão atingida. Essa Constituição buscou fazer o luto da ditadura. Agora, esse Governo busca homenagear essa ditadura das salas escuras de tortura, mas não é só no que diz respeito à lógica genocida que atinge em cheio a população brasileira, e o povo brasileiro padece.

Nós estamos hoje no aniversário da reforma psiquiátrica, hoje faz 20 anos que este País ousou dizer que os manicômios não seriam permitidos e ousou reconhecê-los enquanto holocaustos. Nós vemos uma tentativa de retrocesso na política de saúde mental deste País, com o financiamento do choque elétrico pelo Ministério da Saúde e, ao mesmo tempo, o financiamento dos leitos psiquiátricos, como se cuidar pudesse acontecer sem ser em liberdade. Cuidar sem liberdade é controle, não é cuidado.

Por isso, este Brasil que avançou tanto não pode permitir esses retrocessos que estão em curso e não pode permitir a naturalização da morte, que está neste País. No Brasil, há um Presidente que se negou a vacinar o povo e que possibilitou que o vírus pudesse sofrer mutação e, a partir daí, adquirir novas variantes. É um Governo genocida o que o Brasil está vivenciando.

Por fim, quero dizer ainda que nós também não podemos concordar com o que aconteceu aqui no Distrito Federal. Esse ventríloquo de Jair Bolsonaro, que ocupa o Governo do Distrito Federal, colocou tratores para destruir as casas e as ocupações do povo brasileiro.

Documento 5/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Elevação exponencial do número de mortes no País provocadas pela doença viral. Expectativa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Êxito do processo de imunização contra a Covid-19, conduzido pelo Governador do Estado de Alagoas Renan Filho. Apelo ao gestor estadual e ao Prefeitos Municipais alagoanos de vacinação dos profissionais da educação.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde.



Sr. Presidente, a marca desse Governo Federal é a esquizofrenia. Hoje o Ministro da Cidadania, o Deputado João Roma, deu uma declaração em que orienta os beneficiários do auxílio emergencial não irem para as agências bancárias devido ao distanciamento social. Ou seja, é uma fala prudencial.

Agora, quem é que dá mau exemplo? O Presidente da República, que nega a ciência, nega a vida, sai sem máscara, não usa álcool em gel, inclusive como na última visita que ele fez a Brasília, acompanhado do novo Ministro da Justiça, para fazer média com a população, aparece tomando sopa.

É por isso que em um dos principais jornais da Inglaterra a manchete é, abre aspas, "*Bolsonaro é um perigo para o Brasil e para o mundo*". Isso é muito grave, Sr. Presidente, porque o principal Líder do Governo, o Presidente da República, não dá exemplo, e as mortes estão crescendo de forma exponencial.

Esta Casa não pode ficar omissa. É necessário analisar a postura nefasta desse Presidente genocida. Há inclusive vários pedidos de impedimento dele que espero sejam pautados.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Em Alagoas, o Governador Renan Filho vem fazendo um trabalho exitoso junto com Governadores do Nordeste sobre a vacinação, com uma boa logística junto aos Prefeitos, inclusive tendo a capacidade de ter o período eleitoral junto ao Prefeito de Maceió, o ex-Deputado JHC, e a vacinação está sendo exitosa.

Agora, eu quero fazer um apelo ao Governador, ao Secretário de Saúde e ao Prefeito, que ouviu o Presidente do sindicato da educação da área privada, Eduardo Vasconcelos, e a Presidente do SINTEAL, companheira Consuelo, para que sejam vacinados os profissionais da educação - como já foi inclusive citado pelo Governador, e o Prefeito está encaminhando - não só os das escolas públicas. É necessário vacinar os profissionais da educação das escolas públicas e privadas, porque, mesmo em um modelo híbrido, profissionais estão indo à escola, e já há contaminação. Esse é o apelo ao Governador e aos Prefeitos, para os trabalhadores da educação das escolas públicas e privadas.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:16
Publ.: DCD - 07/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência por imediata votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, acerca da instituição do auxílio emergencial 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Falta de alimentos na mesa dos trabalhadores atingidos pela epidemia de coronavírus. Existência de 30 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente, Deputados e Deputadas e povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Quero iniciar fazendo um apelo a V.Exa., Presidente, e ao Colégio de Líderes. É extremamente importante, para salvar vidas, para salvar a economia brasileira, a votação imediata da Medida Provisória nº 1.029, de 2021, que trata do auxílio financeiro. É fundamental.

É inaceitável que este Governo, que tem uma política da morte, uma política genocida no campo da saúde pública, agora construa a destruição da política econômica brasileira. São muitos erros, equívocos, mas não garantir o mínimo, uma previsibilidade, uma tranquilidade aos mais vulneráveis é um crime contra o povo brasileiro! Portanto, é inaceitável que esta Casa não tenha a coragem de pautar a medida provisória. Com certeza, o Plenário - os representantes do povo brasileiro - vai alterar essa medida e garantir 600 reais até o fim da pandemia, até a imunização total do povo brasileiro.

Presidente, quero fazer um apelo de caráter humanitário.

Hoje, no Brasil, mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras passam por dificuldades de alimentação, de ter comida na mesa. O Brasil tem 30 milhões de brasileiros e brasileiras na extrema pobreza! Voltamos à extrema pobreza. No século XXI, pela primeira vez na história, pela mão de um retirante nordestino, o Luiz Inácio Lula da Silva, nós retiramos o povo da extrema pobreza, nós tiramos o Brasil do Mapa da Fome, da miséria. E, agora, pelas mãos dos bolsonaristas, dessa equipe econômica negacionista, desse banqueiro que fala que é Ministro da Economia, o Paulo Guedes, colocamos 30 milhões de brasileiros na miséria.

Estamos deixando mais de 100 milhões de brasileiros sem previsibilidade. Estamos quebrando todos os setores da economia. Estamos deixando as empresas e os empregos formais sem nenhuma previsibilidade econômica. Não temos coragem de suspender o pagamento do PRONAMPE nem os empregos formais deste País e não garantimos o isolamento nem a vacinação.

Presidente, quero que V.Exa. divulgue no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Documento 7/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Estudo sobre o acesso dos brasileiros à alimentação, promovido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, eu venho fazer um apelo aos Líderes e clamar por justiça, na verdade, porque não há o que esperar do Presidente da República.

Sr. Presidente, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional fez uma pesquisa em dezembro, época em que ainda havia o auxílio emergencial, em todas as regiões do Brasil, urbanas e rurais, e chegou à seguinte constatação: nós temos 116 milhões e 800 mil brasileiros sem acesso pleno e permanente ao alimento. Repito, são 116 milhões de brasileiros sem acesso pleno ao alimento. Destes, Sr. Presidente, 43 milhões e 400 mil não têm alimento em quantidade suficiente, ou seja, estão em situação de segurança alimentar moderada ou grave. E dos 116 milhões ainda, 19 milhões e 100 mil pessoas estão passando fome, passando fome! São 19 milhões de brasileiros passando fome, além dos 333 mil que morreram.

E esta Casa não tem sensibilidade para ter um conjunto de ações para

conter a pandemia, para garantir a segurança alimentar e garantir a dignidade do ser humano, Sr. Presidente? Então o auxílio emergencial tem que ser de 600 reais! Olhem o custo de vida dos brasileiros: os gastos com o feijão, com o arroz, com os legumes. Este agronegócio só produz *commodities*? Pouco importa o abastecimento interno? Auxílio emergencial já, mas com o valor de 600 reais, Sr. Presidente!

Pedimos também a aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, e a retomada da Lei Assis Carvalho, porque este Governo cruel e genocida vetou os artigos mais importantes, que garantiam um auxílio para os agricultores rurais, que retomavam um programa de aquisição de alimento emergencial, fundamental para garantir renda e, assim, dignidade aos rurais. Então, Sr. Presidente, temos que ter uma pauta, de fato, prioritária em relação ao enfrentamento da pandemia.

Solicito a V.Exa. que dê divulgação ao meu discurso no programa *A Voz do Brasil* e nos outros veículos de comunicação da Casa.

Documento 8/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falta de vacinas contra a Covid-19 no País. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a doença viral. Pedido ao Presidente Jair Bolsonaro de vacinação para exemplo à sociedade brasileira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é lamentável ver este plenário vazio. Aliás, estamos aqui eu e V.Exa., Deputado Bismarck. É uma coisa impressionante! Eu jamais imaginei ver isso.

Nós estamos nesta situação por causa da pandemia, é verdade, mas também por não termos a vacina para a pandemia. Não que ela não exista. Temos várias vacinas para a pandemia no mundo, mas no Brasil faltam doses. Olha, é difícil de acreditar que nós tenhamos chegado ao ponto de não termos vacina. Aliás, aqui em Brasília, pararam a vacinação para os de 66 anos, porque não tem vacina para vaciná-los. E o pouco de vacina que existe estão guardando para aqueles que estão precisando da segunda dose de vacina, e há uma regra objetiva para isso.



Eu digo, Presidente, com muita dor, com muita angústia no meu coração, até porque todos nós esperamos pela vacina, que nós chegamos a este ponto. De cada dez pessoas intubadas, que vão para as UTIs, oito, Presidente, estão morrendo - oito pessoas vão a óbito. Isso quer dizer que a solução não é hospital, que a solução não é UTI, que a solução não é intubação, embora seja o jeito de enfrentarmos tudo isso que está à nossa frente. A solução é evitar que isso aconteça. E tem jeito. Qual é o jeito? Vacina.

A vacina resolve o problema da saúde, resolve o problema da economia, a volta ao emprego, à renda, ao trabalho, ao comércio, ao bar, ao serviço, à viagem, ao hotel, ao turismo, à praia, à vida normal. Isso se chama vacina, e nós erramos.

Aliás, o Presidente Bolsonaro disse na televisão, revertendo um pouco daquilo que ele dizia - porque errar é humano, e permanecer no erro é burrice; antes tarde do que mais tarde, antes tarde do que nunca -, que este ano é o ano da vacina. Mas eu não estou vendo, não estou vendo, porque o ano da vacina está sem vacina. Que ano é esse?

Mas eu quero aqui deixar um desafio ao Presidente Bolsonaro, porque, em que pese a falta de vacina, o Presidente Fernando Henrique se vacinou. Deu o exemplo. O Presidente Lula se vacinou. A Presidente Dilma se vacinou. O Presidente Temer se vacinou. Todos os ex-Presidentes. Eu quero deixar um desafio para que o Presidente Bolsonaro se vacine também. Dê o exemplo para o Brasil. Eu sei que ele não vai poder se vacinar em Brasília nesta semana, porque não tem vacina. Mas, assim que tiver, que ele se vacine. Por quê? Um exemplo vale mais do que 1 milhão de palavras. E esse é o desafio que eu quero deixar ao Chefe da Nação, para que sirva de exemplo a todos os brasileiros. O Presidente da República tem que se vacinar, não só para o bem dele, mas como exemplo para a Nação brasileira. É pelo que nós estamos clamando.

E quem sabe com isso, Presidente, V.Exa. compre vacina, busque vacina, entregue vacina para o povo brasileiro, que clama pela saúde, que clama pela vida, que clama pela economia, que clama pela dignidade, que clama pela vacina.

Eu cruzei o Rio Grande, atravessei o Brasil, para vir a esta Casa meio solitário, quem sabe falando para mim mesmo, mas falando com veemência, com gana, com garra, enquanto tenho fôlego, para defender a vacina para o povo brasileiro, que pede, que chora, que sofre, que reclama, que se angustia, mas não vai deixar de lutar.

Acorda, Presidente Bolsonaro! Acorda, Presidente Bolsonaro! Acorda, Presidente Bolsonaro! Vacina! Vacina! Vacina! É o que nós queremos,

inclusive para V.Exa.

Documento 9/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:28
Publ.: DCD - 07/04/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos índices de desemprego e de pobreza no País. Falta de alimentos na mesa dos trabalhadores atingidos pela epidemia de coronavírus. Aumento do custo de vida no Brasil. Exigência da população brasileira de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Contrariedade à votação e aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, referente à alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós estamos acompanhando a vida brasileira e estamos vendo a pobreza aumentando todos os dias, a fome batendo na porta da casa das pessoas. A carestia é uma realidade, o aumento dos preços da gasolina, do gás, do feijão, do arroz, da carne. O desemprego está aumentando - mais de 15% da população brasileira está desempregada -, e quase 350 mil pessoas já morreram por causa dessa pandemia.

E nós não podemos ser coniventes com isso, Sr. Presidente. E eu digo isso porque algum Deputado ou algum cidadão brasileiro acha que Bolsonaro tem condições de reverter essa situação, em que as pequenas e médias empresas estão quebradas, sem financiamento público para as obras, ou seja, sem rodar a economia brasileira? Alguém acha que Bolsonaro tem capacidade para reverter isso? Todos nós sabemos que ele não tem capacidade!

Se ele não tem capacidade para reverter essa situação, nós não podemos ficar esperando chegar a eleição de 2022 para o povo tomar as rédeas do jogo e dar o destino de Bolsonaro. Nós fomos eleitos para intervir no momento em que a população exige, e a população brasileira está exigindo o seguinte: fora, Bolsonaro!

Agora, Sr. Presidente, existe algo com que também nós não podemos concordar. É que o Presidente da Câmara diz que vai colocar em apreciação o projeto para discutir a compra de vacina pelos empresários. Isso é um absurdo! O problema da vacina não é dinheiro para comprar, porque esta Casa já liberou mais de 20 bilhões de reais para comprar vacina. O problema da vacina é falta de credibilidade do Governo brasileiro para comprar vacina. Essa é a grande realidade.

Então, o Presidente da Câmara está dizendo que os empresários brasileiros têm mais credibilidade do que o Governo Bolsonaro. Se é isso, vamos tirar Bolsonaro imediatamente!

Agora, por último, Sr. Presidente, nós temos que aprovar o auxílio emergencial, o Projeto Assis Carvalho para atender os trabalhadores rurais, as mulheres trabalhadoras, ou seja, o pequeno agricultor, porque todos nós sabemos que são eles que produzem alimento para esse povo, para o brasileiro.

Por isso, nós temos que aprovar o emergencial o mais rápido possível, para atender essa população que foi desassistida durante todo esse período de pandemia. Por isso, eu acho que nós temos que parar, debater e aprovar o emergencial. E aí a medida provisória que trata do auxílio emergencial é fundamental.

Nós não podemos aceitar que um cidadão brasileiro ganhe 150 reais de auxílio emergencial e achar que isso dá para resolver o problema da sua renda, ou seja, dá para comprar alimento. Não dá.

Nós precisamos aprovar 600 reais para o povo brasileiro, para as pessoas terem o mínimo de recursos para se alimentar. Esse tem que ser o nosso compromisso, Sr. Presidente.

Documento 10/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Homenagem póstuma à jovem Mikaely Karoline Souza, gestante de 8 meses, falecida em decorrência da doença viral, do Município de Sinop, Estado de Mato Grosso. Necessidade de ações efetivas da Câmara dos Deputados para enfrentamento da Covid-19.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta tarde, hoje, depois de 333 mil óbitos no País, gostaria de fazer uma homenagem a todas as famílias e a todas as pessoas que sofrem neste momento.

Para homenagear todos e todas, eu quero lembrar aqui uma jovem de Mato Grosso, do Município de Sinop, Mikaely Karoline Souza, que nos deixou aos 20 anos de idade, gestante de 8 meses, que daria à luz uma menina, Eloá. A família, ela e o esposo, prepararam um quarto, prepararam uma casa, prepararam toda uma família para receber uma criança. E ela, portando o vírus, contaminada, ficou com COVID, e o Município, o Estado e o País não tinham uma UTI para que ela pudesse ter seu parto feito e ocupar um leito de UTI, assim como um leito neonatal para salvar a sua vida e a da sua filha. Então, o Brasil sofre e chora hoje todas as suas perdas.

Quando assistimos, impotentes, a uma jovem mãe ir embora, levando sua filha junto para o túmulo, porque o País não pôde oferecer a ela um leito de UTI, já que não tinha oferecido a ela uma vacina que poderia salvar sua vida, ficamos muito consternados.

Como Parlamentar, como mulher, como mãe e como cidadã, quero abraçar essa família, estender o meu abraço a todos e a todas que sofrem e dizer que o nosso País precisa tomar atitudes muito rápidas.

Como Mikaely, muitas outras mães e pais partiram na hora errada. Tinham tudo para viver felizes com suas famílias.

Estamos vivendo uma tragédia, a tragédia das mortes anunciadas. Essas mortes acontecem porque o País, durante todo o ano de 2020, deixou de se preparar melhor para uma segunda onda. Vimos agora um cientista dizer que podemos ter uma terceira onda e que este mês de abril será o abril mais triste de nossa história. E o que nós estamos a fazer? O que o País está a fazer, com pessoas com fome, com pessoas doentes, com pessoas precisando de apoio?

A nossa Casa parlamentar tem que se debruçar noite e dia sobre este problema para que possamos responder à altura dele.

Continuo triste porque pessoas como Mikaely foram embora sem o atendimento necessário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 07/04/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Empenho do Governo Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19. Não aplicação de vacinas contra a doença viral por Municípios brasileiros, para desgaste da imagem do Presidente da República.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saudar todos os que nos acompanham através da *TV Câmara*.

Todos têm visto a grande luta que tem sido a aquisição de vacinas. Muitas pessoas até criticam o Governo Federal, dizendo que o Presidente não busca a aquisição de vacinas, não tem se empenhado na compra de vacinas. Outros dizem que, desde o ano passado, estavam tentando fazer a venda de vacinas, e o Governo não quis comprar. Na verdade, isso aconteceu em um momento em que não havia nem a comprovação de eficácia nem o registro na ANVISA para que se pudesse fazer essa compra.

Desde a aprovação das vacinas pela ANVISA, o Governo Federal tem comprado, tem destinado recursos federais para a compra de vacinas. Mas é óbvio que a demanda é muito maior que a oferta. Então, está faltando vacina.

O que mais temos visto são Governadores e Prefeitos, alguns irresponsáveis, criticando o Governo Federal, dizendo que querem mais vacinas. Mas a conta não está fechando. Das 42 milhões de doses de vacinas enviadas para os Municípios, menos da metade das doses foi aplicada! Menos da metade das doses foi aplicada!

Eu chamo aqui atenção para o caso do meu Município, Niterói. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, 163.565 doses foram enviadas para Niterói, e pouco mais de 30% foram aplicadas, apenas 52.259. Repito: das 163 mil doses enviadas, só 52 mil foram aplicadas. Pedem mais vacinas, mas não aplicaram nem as vacinas que foram disponibilizadas até agora! E isso não é só em Niterói, mas em diversos Municípios.

Fui buscar entender por que isso está acontecendo. Nos finais de semana, Niterói não está aplicando vacina. Parece que, durante os finais de semana, o vírus vai embora, o vírus não está mais surtindo efeito, não está mais agredindo a população.

Estão fazendo uma operação tartaruga no Brasil. Eu não sei qual é o motivo para isso, se, de repente, é para prejudicar o Governo Federal, desgastar a imagem do Presidente.

A Prefeitura de Niterói, após eu fazer a divulgação desses dados, anunciou que, das 163 mil doses recebidas, fizeram 85 mil aplicações da primeira dose e 25 mil da segunda dose.

Bom, alguma coisa aqui não está fechando, porque, de acordo com o Ministério da Saúde, 42.819 pessoas tomaram a primeira dose, e 9.440, a segunda dose. Então, ou a Prefeitura está mentindo ou está deixando de fazer o registro após a aplicação da vacina, que é o protocolo a ser observado pelas prefeituras e secretarias de saúde.

A operação tartaruga tem que acabar, porque, se há doses da vacina, elas têm que ser aplicadas.

Obrigado.

Documento 12/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços do gás de cozinha em 39%. Não aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Ascendência da curva de mortes pela doença no Brasil. Insignificância do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Necessidade de contenção de reajustes nos preços de combustíveis.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares e todos os que nos acompanham nesta sessão, foi anunciado mais um reajuste no preço do gás de cozinha. Desta vez, haverá um reajuste de 39%, a partir do mês de maio, presente do Bolsonaro para os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil.

A partir do dia 1º de maio, haverá 39% de aumento no preço do gás de cozinha. É incrível a falta de capacidade deste Governo, que só aumenta o preço daquilo de que o povo precisa, só aumenta o preço daquilo que figura como gênero de primeira necessidade da população, como, por exemplo, o gás de cozinha e o combustível - a gasolina, que

aumenta todos os dias, e o *diesel*. E aquilo em que ele deveria avançar, infelizmente, ele negligencia: é incapaz de promover o aumento das vacinas no Brasil.

Por mais que a base governista se esforce em justificar isto, é absolutamente indefensável a postura do Presidente Bolsonaro. Ele negligenciou suas obrigações. Ele deixou de fazer a aquisição da vacina no tempo certo, na hora certa. Ele atrasou a vacinação no Brasil em, pelo menos, 6 meses. E esse atraso na vacinação tem sido a principal causa das mortes que estão acontecendo e em número crescente em nosso País, numa curva de mortes completamente diferente da curva mundial. Enquanto a curva de mortes mundial é descendente, a curva de mortes no Brasil é ascendente.

Então, infelizmente, nós estamos enfrentando uma situação por culpa da falta de comprometimento do Governo Federal. E o Governo, em vez de aumentar a vacinação, em vez de aumentar o valor auxílio emergencial - ele quer pagar apenas 250 reais, e a maior parte dos beneficiados vai receber só 150 reais -, anuncia aumento no preço do gás de cozinha, no momento mais difícil que a população está enfrentando.

Eu acho que nós temos que debater aqui, urgentemente, uma medida para conter essa medida, porque isso não é possível. O auxílio emergencial não vai dar para pagar nem o gás de cozinha da população brasileira!

Nós estamos em uma situação de emergência, em uma situação de guerra, e isso requer medidas absolutamente à altura da situação que nós estamos enfrentando. É preciso paralisar os aumentos de preços do combustível no Brasil. E cabe ao Presidente Bolsonaro tomar as medidas de que o povo precisa. É isso que nós esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 13/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:48
Publ.: DCD - 07/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 1.400 mortes em São Paulo, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Homenagem póstuma ao Prefeito Angelo Perugini, do Município

de Hortolândia, Estado de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, São Paulo chegou a quase 1.400 mortes em apenas 24 horas. Neste momento de dor, em que tantos perdem a vida, quantas famílias não estão sofrendo. Diante desse sofrimento, eu quero aqui, com muita tristeza, fazer a minha modesta homenagem ao grande amigo Prefeito de Hortolândia, o nosso companheiro Angelo Perugini.

O nome Angelo Perugini se confunde com a história de Hortolândia. Desde a autonomia da cidade, ele foi Vereador, foi Prefeito por vários mandatos e era agora recém-eleito. Angelo Perugini tem uma história brilhante em termos de dignidade e de defesa do interesse da nossa gente. Angelo Perugini, portanto, Sr. Presidente, deixa uma lacuna extraordinária, não somente para o povo acolhedor de Hortolândia, como também para todos aqueles que fazem a luta em defesa de um mundo novo e de um novo tempo.

Angelo Perugini tinha três filhas: a Mariana, com quem eu conversei, a Ângela e a Tainá. Deixa também os seus amigos da Prefeitura e o seu legado em termos de relações humanas. Era um extraordinário pai, extraordinário companheiro. Uma perda dessas é muito sentida por cada um de nós.

Por isso, povo bom de Hortolândia, cidade com a qual eu tenho inclusive uma relação de amizade, cidade que eu ajudo com a indicação de verbas parlamentares - tivemos uma luta intensa em defesa de uma universidade pública federal para a região e conquistamos a escola técnica federal, entre outras conquistas -, o Angelo está em nossos corações.

A você minha queria Ana Perugini, que foi Deputada Federal, minha colega, e que teve a sua vida inteira com o companheiro Angelo, os meus sentimentos. Meus sentimentos para as filhas, os genros e todos aqueles e aquelas que, de uma forma ou de outra, tiveram como referência o nosso querido companheiro Angelo Perugini.

Angelo Perugini, presente em nossos corações!

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Imediata aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para falar da importância de se produzir mais alimentos neste País.

Nos últimos 6 meses, triplicou o número de pobres na sociedade brasileira, e hoje se fala em 27 milhões de brasileiros em situação de pobreza.

Um projeto de lei nesse sentido, apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores, no ano passado, foi vetado quase na integralidade, o PL 735/20. Agora, ele se transformou no PL 823/21, que propõe o fortalecimento da produção de alimentos para diminuir a inflação no preço dos alimentos e propõe também o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, que é fundamental neste período de pandemia e de aumento da miséria e da fome neste País.

Não é possível que o Governo não busque fontes de financiamento para dar a esses agricultores um auxílio emergencial; para dar a eles um fomento emergencial de 2.500 reais; para possibilitar a eles crédito emergencial de até 10 mil reais; para garantir a renegociação de dívidas dos agricultores do sul do Brasil, que, além da pandemia, sofrem com a estiagem por 2 anos; e para permitir que o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos se transforme num programa emergencial de aquisição de alimentos, com a destinação de 6 mil reais, no caso dos homens, ou de 7 mil reais, no caso das mulheres, para a produção de alimentos a serem entregues ao Ministério de Cidadania, às Prefeituras e ao povo mais pobre deste País.

A pandemia está produzindo desigualdade, miséria e fome. A política econômica está produzindo desigualdade, miséria e fome. O casamento de Jair Bolsonaro com Paulo Guedes resulta em miséria, fome e sofrimento humano.

Por isso, precisamos urgentemente aprovar - e para isso fizemos acordo com o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros -, na próxima semana, um projeto robusto para auxílio aos agricultores familiares, que produzem 70% dos alimentos que vão para a mesa dos

brasileiros. Que possamos aprovar esse projeto e que ele seja sancionado e posto em execução, para que se possa produzir mais alimentos e fortalecer a agricultura familiar e camponesa neste período de aumento da pobreza do povo brasileiro.

Produzir alimento, sim!

Documento 15/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:56
Publ.: DCD - 07/04/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediata vacinação dos professores e profissionais da educação contra a Covid-19, no Distrito Federal e no País.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, fico feliz em vê-lo na Presidência da Mesa, neste momento.

Quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Parlamentares e tratar de um assunto muito grave nesta sessão de hoje.

No Distrito Federal, hospedeiro da Capital da República, o Secretário de Educação, Leandro Cruz, anunciou, há alguns dias, o início da vacinação de professores e profissionais da educação no dia 9 de abril. Mas, ontem, o Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, anunciou que não pode garantir o início dessa tão esperada vacinação. Ele explicou que o Ministério da Saúde não entregou ainda as doses necessárias.

O Brasil precisa ter como obsessão a vacina. O Governo Federal precisa envidar esforços para vacinar todos os brasileiros, especialmente, neste momento, os profissionais de saúde, os que têm comorbidades, os idosos e os professores.

O que nós perdemos com as escolas fechadas só vai ser sentido daqui a alguns anos, e o Brasil vai sofrer muito por conta dessa falta de atitude do Governo Federal.

O Brasil hoje, Sr. Presidente, vive, na verdade, uma crise de liderança. Nós precisávamos, neste momento, de um grande líder, alguém que soubesse definir as prioridades do País. Em meio à pandemia, já

estamos no quarto Ministro da Saúde. Nós já tivemos quatro Ministros da Educação. Ontem me causou espécie perceber que o Ministro da Educação estava gastando o seu tempo, que é do povo brasileiro, para discutir *homeschooling*, trazendo consigo a Ministra Damares. Há uma crise de prioridades neste País, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, as creches estão abertas, as escolas privadas estão abertas, mas os profissionais de educação e os professores não estão recebendo vacina. O SINPRO-DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal e o SINPROEP - Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, que representa os professores das escolas privadas, têm pedido isso. E eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, quero pedir ao Ministro da Educação que interrompa a sua agenda e faça uma gestão criteriosa e militante a favor da vacinação de professores e profissionais da educação em todo o Brasil.

Eu solicito que este discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 16/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-15:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Relatora Celina Leão por acatamento de requerimento de destaque, destinado à inserção de trabalhadoras domésticas no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para a garantia do acesso de caminhoneiros e profissionais do transporte de cargas à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, mais uma vez, eu quero trazer aqui uma reivindicação muito justa das trabalhadoras domésticas, especificamente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD. Eu apresentei um destaque referente ao PL 1.011, e elas estão pedindo à Deputada Celina Leão que, como Relatora, acate esse destaque. Elas também pedem que todos os demais Parlamentares e Líderes estejam com elas - não é com a Benedita, mas com elas - nessa propositura.

Sr. Presidente, a primeira doméstica a morrer de COVID era do Rio de

Janeiro. Sabe como ela morreu? Ela foi contaminada pelos seus empregadores, que não a dispensaram. Ela foi contaminada, contaminou sua família e veio a óbito.

A maioria dessas trabalhadoras usa transporte coletivo, transporte público, que geralmente está cheio. Muitas delas trabalham em mais de uma residência. Além disso, elas têm contato direto e constante com crianças, com idosos, com doentes, passeiam com animais domésticos, esperam em porta de escola, vão ao supermercado, fazem compras. Então, acontece o que eu chamo de contaminação em cadeia.

Até nos serviços de limpeza da casa, elas usam produtos que podem prejudicá-las neste momento por comprometerem suas vias respiratórias. Então, nós estamos falando de alguém que faz o trabalho da nossa casa, que nos serve e que pode se contaminar fora, no ônibus, numa compra no supermercado, porque ela tem que trabalhar, e pode contaminar seus empregadores, assim como seus empregadores podem contaminá-la. É por isso que se fala em cadeia.

Fica aqui o apelo para que a nossa Deputada Celina Leão, Relatora do Projeto de Lei nº 1.011, possa acatar essa grande solicitação da FENATRAD.

Eu peço, Sr. Presidente, a divulgação pelos meios de comunicação deste pedido. Como ex-trabalhadora doméstica, eu faço questão de estar junto com essas trabalhadoras, porque sei como elas são importantes em nossas vidas.

Documento 17/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-15:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 13, de 2021, no tocante ao § 1º, art. 54, da Lei 14.133, de 2021, nova Lei de Licitações, aposto ao Projeto de Lei nº 559, de 2013, do Senado Federal, (nº 6.814, de 2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 4.253, 2020), relativo à instituição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis

de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para falar sobre a importância de derrubarmos o veto do Presidente Bolsonaro ao § 1º do art. 54 da Lei nº 14.133, de 2021, a nova Lei de Licitações. Esse veto extingue a obrigatoriedade da publicação de editais de licitação e balanço nos jornais impressos, que havia sido mantida quando da votação da nova Lei de Licitações.

O Governo alega, sob o argumento sedutor da economia de gastos públicos e da informatização de dados, que a impressão é desnecessária, mas não é bem assim. A Associação Nacional de Jornais aponta para o retrocesso no processo de transparência dos atos públicos. É fundamental dar máxima divulgação aos editais de licitações, inclusive pelo aspecto da publicidade ampla e pela possibilidade de fiscalização maior por parte da sociedade.

Essa tentativa do Governo Bolsonaro, que atropelou anos de debates no Congresso Nacional, pode ser um golpe contra diversos jornais brasileiros. Não estamos falando aqui dos grandes conglomerados jornalísticos, mas de jornais regionais e locais que são parceiros da sociedade na difusão dessas informações de interesse público. A manutenção desse veto poderá significar o fim de uma cadeia que gera mais de 200 mil empregos, reduzirá a arrecadação de tributos, praticamente acabará com as verbas que mantêm a imprensa nacional e as imprensas oficiais e estaduais e restringirá a apenas um único portal de Internet a divulgação de todas as informações de licitações do País, sem garantia de segurança da informação e tratamento de dados.

Portanto, eu defendo a derrubada desse veto e também um debate mais amplo sobre esse assunto nesta Casa, um debate que indique caminhos para a proteção dos empregos gerados por esse setor e alternativas que não restrinjam tanto o acesso à informação para a consulta de editais e dados relevantes sobre empresas públicas e privadas.

Por fim, eu quero pedir o apoio do conjunto dos Parlamentares para aprovarmos o Projeto de Lei nº 823, de 2021, de ajuda emergencial à agricultura familiar. Nós estamos passando por um momento muito difícil, talvez o pior momento desta pandemia. Há muita gente perdendo emprego, carestia de alimentos e falta de apoio para a produção de alimentos para enfrentar a carestia, inclusive para distribuir alimentos para aqueles que estão desempregados. Muita gente já estava passando fome, e agora muito mais gente vai entrar nessa fila.

Sr. Presidente, eu peço que seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa este pronunciamento.

Documento 18/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-15:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifesto dos Comitês Islâmicos de Solidariedade, a respeito da irresponsabilidade governamental no enfrentamento da epidemia de coronavírus no Brasil.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ocupo no dia de hoje esta tribuna para a leitura de um documento histórico, na minha opinião, escrito e apresentado a mim pelos Comitês Islâmicos de Solidariedade em todo o Brasil. Gostaria que este manifesto ficasse registrado nos Anais e em todos os meios de comunicação desta Casa.

À Comunidade Muçulmana do Brasil e do mundo, nossa Ummah, aos Poderes Públicos do Brasil, aos Tribunais e organismos Internacionais, à comunidade científica, aos religiosos e religiosas de todas as denominações, às lideranças políticas, comunitárias e populares, ao povo brasileiro, nós, abaixo-assinados, manifestamos nosso compromisso com a valorização da vida e denunciemos os que menosprezam a Criação, por incompetência ou por estratégias que objetivam promover a desesperança, a injustiça, o obscurantismo e a morte.

Vivemos um momento difícil em todo o mundo em virtude da pandemia do novo coronavírus. O sofrimento causado a milhões de famílias que perderam entes queridos ou que foram afetadas economicamente nos comove e nos desperta para a solidariedade.

Nosso amado Profeta Muhammad, que a Paz e as Bênçãos de Deus estejam sobre ele, nos ensinou como devemos nos comportar diante de pandemias, quando disse: "Se você souber que há um surto em um lugar, não entre nele. E se acontecer onde você estiver, não saia dele". Nos ensinou, ainda, que Allah é nosso Sustentador e Aquele que nos dá a saúde e a cura. Ainda assim, exortou: "Faça uso do tratamento médico, pois Allah não permite o surgimento de uma doença sem

indicar um remédio para ela".

Na contramão destes ensinamentos, o Brasil vê o sofrimento se multiplicar graças à ação irresponsável de governantes que negam a ciência, atacam as vacinas, promovem o caos econômico e implantam uma verdadeira necropolítica.

O presidente da República comete crimes que já são mais que suficientes para a abertura de um processo de impeachment e para a punição, através de tribunais nacionais e internacionais, por crimes contra a humanidade de todos os responsáveis, sejam do alto escalão do governo ou de seus financiadores. Suas ações planejadas e irresponsáveis, além de espalhar o vírus, a morte e a derrocada econômica, colocam nosso País como ameaça para o mundo, que teme o surgimento de variantes ainda mais potentes do vírus por aqui.

Convocamos a comunidade muçulmana a ampliar as ações solidárias, a manifestar apoio aos profissionais que estão na linha de frente do combate à pandemia, a dizer basta às ações deliberadamente irresponsáveis dos governantes e exigir:

Vacina pelo SUS e oxigênio para todas e todos;

Auxílio emergencial de R\$ 600 mensais enquanto durar a pandemia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 19/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-15:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, do manifesto da Frente pela Vida intitulado União Nacional para Salvar Vidas. Decretação de lockdown e auxílio financeiro já; vacinação em massa pelo SUS; fortalecimento da vigilância em saúde, atenção básica, assistência hospitalar e assistência farmacêutica; e financiamento adequado do SUS, como principais eixos do manifesto da Frente pela Vida. Necessidade de execução pelo Congresso Nacional de agenda destinada ao enfrentamento da Covid-19,

diante do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje é a véspera do Dia Mundial da Saúde, e nós recebemos há poucos minutos um manifesto da Frente pela Vida, que está sendo endereçado ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, chamado *União Nacional para Salvar Vidas*. Ele tem quatro eixos: *lockdown* e auxílio financeiro já; vacinação para todo o SUS; fortalecimento da vigilância em saúde, atenção básica, assistência hospitalar e assistência farmacêutica; financiamento adequado do SUS. O manifesto termina dizendo que a Justiça e o Parlamento precisam agir agora. Eu o encaminharei por escrito a esta Mesa, para que fique registrado nos Anais da Casa.

Eu quero, Sr. Presidente, diante de tudo isso, desenvolver aqui um raciocínio bastante objetivo, pelo pouco tempo que nós temos - por isso não li o manifesto -, e dizer que nós estamos diante de um cenário muito visível de crimes do Governo Federal, crimes repetidos do Governo Federal, que levam a uma profunda descoordenação das ações contra a pandemia. Por outro lado, nós temos um comportamento do imponderável, que é o comportamento do inimigo invisível, o vírus, que atinge faixas etárias cada vez mais jovens e que tem matado milhares de pessoas, levado milhares de vidas. Nós temos um cenário bastante visível, visível nos caixões levando pessoas que tinham suas histórias, suas famílias. Nós temos visto o esgotamento dos profissionais de saúde, o trabalho incansável da maioria dos gestores na ponta e também o intenso sofrimento das famílias.

Sr. Presidente, nós temos propostas muito claras, uma agenda clara, que o Governo não consegue cumprir. Ao contrário, continua propagandeando condutas erráticas, continua propagandeando um tratamento precoce que não cuida, que não cura, que, em vez disso, prejudica as pessoas, além de ser ineficaz. Nós precisamos de uma agenda clara: aumentar o orçamento do SUS e o repasse aos Estados e Municípios. Nós precisamos ter vacinas fornecidas em massa pelo SUS, e não por empresas privadas. Isso é a consolidação do fura-fila, é a dupla porta para quem tem dinheiro. Nós precisamos quebrar patentes, para que tenhamos produção nacional de insumos e vacinas. E nós precisamos de auxílio emergencial de 600 reais. Onde está o "orçamento de guerra"? Vamos fazê-lo. Este Congresso precisa agir, não pode manter-se de costas para a sociedade brasileira. Esse é o apelo que faço ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal.

Precisamos agir já, Sr. Presidente, já!

20.2021.B Sessão Outro Evento 06/04/2021-15:12

Publ.: DCD - 07/04/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Imediata votação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou filho de trabalhadores rurais e conheço como ninguém a dificuldade de quem vive no campo e tem na terra o único meio de sustento. Por esse motivo, eu também venho aqui fazer uma defesa do nosso Projeto de Lei nº 823, de 2021, que pode ser votado hoje aqui na Câmara.

É de fundamental importância a aprovação desse projeto para que possamos dar aos agricultores familiares do Brasil uma oportunidade nesta pandemia. O atual Governo não criou ainda nenhum projeto que fomenta a agricultura familiar em nosso País. Neste momento que estamos vivendo, nossos agricultores se encontram em dificuldades: dificuldade em produzir, dificuldade em ter crédito, dificuldade em vender os seus produtos quando conseguem produzir, pois, devido à pandemia, a maioria das feiras e mercados está fechada. Mais do que nunca, nós precisamos aprovar esse projeto de lei para garantir fomento, para garantir renegociação de dívidas, para garantir oportunidades, inclusive com o auxílio emergencial para os agricultores familiares de todo o nosso País.

Sabemos da importância para o Brasil da agricultura familiar, que é responsável por 70% de tudo o que se produz e chega à mesa dos brasileiros. Não podemos deixar toda essa classe sem nenhuma assistência. Vimos que, nos Governos de Lula e Dilma, um tratamento totalmente diferenciado foi dado a todos eles, com a criação de programas como o Luz para Todos, o Programa Cisternas, o Água para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e uma série de outros programas que geraram renda e oportunidade para todos os agricultores do nosso País. Hoje, esses agricultores estão vivendo numa situação de plena dificuldade, sem renda e sem oportunidade,

principalmente devido à pandemia.

Venho aqui pedir a todos a aprovação desse PL para que possamos fazer justiça a quem ajuda este País a crescer e garante alimento na mesa dos brasileiros.

Quero aqui defender também o auxílio emergencial de 600 reais para todos aqueles que precisam, principalmente para os agricultores familiares de todo o País.

Documento 21/702

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-15:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atraso no pagamento do 13º salário dos trabalhadores aposentados. Incompetência e insensibilidade do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Imediata retomada do auxílio emergencial de 600 reais; criação de novos empregos; restabelecimento das medidas de amparo às pequenas e microempresas e recomposição do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Ministro da Economia anunciou hoje o atraso no pagamento do 13º dos aposentados. Essa é mais uma amostra, primeiro, da incompetência do Ministro e, segundo, da sua insensibilidade social. Num momento como este, em que os aposentados contam com o adiantamento do 13º para atender às demandas de suas famílias e em que os pequenos Municípios tanto precisam desse recurso para ficar vivos nesta crise, ele simplesmente atrasa o pagamento.

E o pior é que ele alega que o culpado é a não liberação do Orçamento de 2021. Senhoras e senhores, quem fez o Orçamento de 2021 foi o Ministério da Economia, de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Quem aprovou o Orçamento de 2021 foi a base do Governo Bolsonaro, que apoia Paulo Guedes. Ora, quem é o culpado disso? O pior é que o Orçamento aprovado para 2021 destina menos recursos para o SUS do que o do ano de 2020 e corta dinheiro da educação, em especial das nossas universidades. No Brasil, quem faz pesquisa e desenvolvimento são as universidades públicas, não são as privadas nem a iniciativa privada, e foi cortado recurso das nossas universidades públicas. O salário mínimo foi reduzido. Quanto à

agricultura familiar, fundamental neste momento para levar alimento à mesa da população, as verbas destinadas a esse setor também foram reduzidas.

Ora, vejam o tamanho da insensibilidade do Ministro Paulo Guedes: num momento em que nós temos 19 milhões de pessoas passando fome, empresas fechando e aumento do desemprego, aprova-se a Emenda Constitucional nº 109, uma emenda que cria um auxílio emergencial de apenas 150 reais, enquanto se faz uma reforma fiscal que tira o poder dos Estados e Municípios e tira a capacidade de dar mínimas correções aos servidores públicos.

Nós temos que denunciar aqui a incompetência do Ministro Paulo Guedes, sua insensibilidade e sua incapacidade de ser Ministro da Economia de um País deste tamanho, que passa por uma crise tão grande. Ao mesmo tempo, temos que reivindicar imediatamente vacina para todos, auxílio emergencial de 600 reais, emprego para todos, apoio para a micro e a pequena empresa e a imediata recomposição deste Orçamento, para que os recursos sejam destinados a quem de fato precisa: aqueles que produzem riqueza em nosso País.

Eu peço ao Sr. Presidente que faça este comunicado ocupar os espaços de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 22/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	19:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Contradição entre a não autorização, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da compra da vacina Sputnik da Federação Russa e a autorização, pelo Projeto de Lei nº 948, de 2021, da aquisição de vacinas pela iniciativa privada.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT orienta pela retirada de pauta e quer aproveitar para denunciar aqui informação que acabamos de receber dos Governadores que

estão em reunião com a ANVISA: depois de 3 horas de reunião, a ANVISA disse que não vai poder aprovar a vacina Sputnik para o SUS, pois terão que ir à Rússia avaliar.

No entanto, esse projeto autoriza o privado - para o SUS não pode - a comprar vacina que não tem autorização da ANVISA.

Está explicado agora, Presidente, onde vão achar vacina para a elite deste País, onde vão achar vacina para os apaniguados, para os ricos.

Eles não querem permitir que a Sputnik seja comprada pelo Consórcio Nordeste, querem que a Sputnik não seja usada pelo SUS, para terem oportunidade de achar um bote salva-vidas do Titanic que está afundando.

O capitão do navio não comprou os botes salva-vidas para a população e, agora, quer impedir que esses botes - que são a Sputnik - sejam usados pelo povo, para garanti-los à elite do atraso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 23/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	19:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Não aquisição de vacinas pelo Governo brasileiro em tempo hábil. Falta de imunizantes no mercado mundial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja bem: não vejo nenhum problema em se comprar vacina, seja quem quer que seja. Mas temos que ser sinceros com nós mesmos.

Esta Casa já aprovou a compra de vacina, para que os Prefeitos a comprassem. Quantos Prefeitos compraram vacina? Ninguém?

Nós aprovamos aqui uma lei para que os Governadores comprassem

vacina. Qual Governador comprou vacina? Ninguém.

Por que os Prefeitos e Governadores não compraram vacina? Porque não tem. Por que, então, o Brasil não compra vacina? Porque não tem. Aliás, o Brasil comprou, mas vai receber não sei quando. E por quê? Porque perdeu a hora, atrasou-se. "*Deus ajuda quem cedo madruga*". "*Boi lerdo bebe água suja*". Quem chega primeiro à fonte bebe da melhor água. O Brasil chegou depois e pegou água suja. O Brasil não comprou vacina. Deixaram de comprar em agosto do ano passado para comprar somente em março deste ano. E vão receber em outubro ou novembro. Essa é a verdade.

Por isso, Presidente, precisamos discutir melhor isso.

Documento 24/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, é contra a retirada de pauta. Vamos votar "não".

O Senado aprovou hoje o Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre o Imposto de Renda, com alguma alteração que a Câmara precisa votar.

Quero pedir a V.Exa., Presidente, que inclua na pauta esse PL importante sobre o Imposto de Renda.

Documento 25/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-	
---------	---	--

CD 19:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de paralisação geral das atividades econômicas no País para a redução do número de contaminados pelo coronavírus.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabei de ver aqui uma postagem do Atila Iamarino, que é uma referência respeitada da área, dizendo o seguinte: São Paulo tem 4,8 mil pacientes em UTI se tratando de COVID-19. É o mesmo número da França inteira.

Então, o debate não é só abrir mais leitos, mas é também fazer com que as pessoas não sejam contaminadas. Se não fizermos isso, não há leito que dê conta. Por isso, o País tem que parar. Com 4.195 mortes em 24 horas, este País tinha que parar tudo. E não é isso que estamos fazendo. Estamos votando aqui se empresas podem comprar vacinas neste momento!

É evidente, Presidente, que defendo que se pare com isso, em respeito às vidas que estamos perdendo.

Documento 26/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 19:52
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral. Apoio à candidatura e eleição do ex-Deputado Ciro Gomes à Presidência da República.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentavelmente hoje o Brasil contabiliza 4.195 óbitos - são pessoas, são vidas, são almas, são famílias, são sentimentos de dor, de angústia -, e já dizíamos que a isso iríamos chegar. Aliás, há quem diga que vamos

chegar a 5 mil óbitos, o que é uma tragédia humana, algo que antes era impensável, mas que hoje tu olhas e ali está no horizonte. E eu faço a crítica, Presidente, porque a saída disso é a vacina. Não há outro remédio, só vacina.

Hoje um cidadão me disse: *"Deputado Pompeo, vocês são contra o Bolsonaro porque vocês ficam acusando o Bolsonaro. E vocês fazem isso porque são PT"*. Eu quero dizer ao Brasil, a esta Casa que nós não somos contra o Bolsonaro pelo prazer de ser contra; nós fazemos crítica a seus atos, à sua atitude, a suas ações ou a suas omissões. E nem por isso quero dizer que nós somos PT, ao qual, aliás, embora sejamos do campo da Esquerda, temos uma série de restrições. Nós não somos do PT nem somos do Bolsonaro. Nós somos do PDT do Brizola, do Getúlio, do Jango; nós somos trabalhistas. E essa é nossa postura. Nós respeitamos a todos, mas temos posição clara, norte, rumo, direção, e não nos perdemos na caminhada, porque o nosso boi da ponta, o nosso guia, o nosso sinuelo chama-se *Ciro Gomes*.

Lamentavelmente hoje há narrativas, se tu não és de um, tu és obrigado a ser de outro, e vice-versa, quando sabemos que ao Lula interessa o enfrentamento com o Bolsonaro, porque consolida a sua posição, e ao Bolsonaro interessa o enfrentamento com o Lula, porque interessa ao próprio Bolsonaro. E assim eles vão vivendo nessa gangorra. Mas há vida além de Lula e Bolsonaro: há o PDT, há o trabalhismo. Existe *Ciro Gomes*, que tem projeto, que tem proposta, que tem ideias. E quem caminha em direção à luz não vê o que passa nas trevas, nem nas trevas da Esquerda, nem nas trevas da Direita; olha a sua direção, o norte e o rumo para onde caminha.

Aliás, o PDT já deu a sua contribuição e o *Ciro* também. Lá em 1989, no segundo turno, o *Brizola* disse ao Brasil: *"Vão ter que engolir o sapo barbudo"*. E o *Brizola* apoiou o *Lula* em 1989 contra o *Collor*. Em 1994, contra o *Fernando Henrique Cardoso*, estava lá o *Brizola*, o PDT, ao lado do PT e do *Lula*. Em 1998, o *Brizola* foi vice do *Lula*, demonstrando um sentimento de unidade, fez a sua parte, e lá nós estávamos juntos. Em 2002, o *Ciro*, candidato a Presidente - o *Brizola* o apoiou, eu estava com o *Ciro* -, quase foi para o segundo, mas não chegou, foi o *Lula* quem foi.

No segundo turno, estávamos lá em São Paulo. Eu estava junto. O *Ciro*, junto com o *Duda Mendonça*, apoiava o *Lula* no segundo turno, fazia cenas, loas, para enfrentar o *Serra*. Ele ganhou a eleição. Em 2006 estava lá o PDT, no segundo turno, novamente ao lado do *Lula*; em 2010, ao lado da *Dilma*; em 2014 o PDT de novo estava ao lado da *Dilma*. Quando o *Lula* não pôde ser candidato, quando não tinha uma candidatura natural, o que fez? Inventou, em vez de apoiar o seu fiel escudeiro, o *Ciro*.

Nós temos que clarear a mente, deixar isso bem claro. Por isso, porque vimos o que vimos em 2018, não vamos permitir que se repita em 2022. O Ciro é candidato a Presidente da República, de cara limpa, de mãos limpas, de ficha limpa, sem processo, sem ter que explicar a que veio, sem ter que explicar quem ele é, de onde veio, por onde passou, com quem esteve, onde está e para aonde vai. É o Ciro Prefeito da capital, Governador do Ceará, Ministro da Integração Nacional, Ministro da Fazenda deste País - teve a chave do cofre deste País na mão, e não deixou o cofre cair no pé, como outros fizeram por aí. Então, não venham fazer narrativas. O Ciro tem consciência do seu papel, diz o que pensa, fala o que sabe, conta o que vê. "Ah, mas o Ciro é meio boca braba!" É melhor ser boca braba que não ter boca para nada! Ele fala com firmeza, com retidão - aliás, com transparência. Mais do que fala, escreve o seu projeto: está, lá no livro, dando norte, rumo para o Brasil, para aonde tem que caminhar.

Nós temos um orgulho muito grande de dizer que, nesta hora, chega de mais do mesmo. O Lula, com todo o respeito, é o passado para aonde nós não queremos voltar; o Bolsonaro é o presente que já não dá mais para aguentar; e o Ciro é o futuro para aonde queremos caminhar e onde esperamos que o Brasil possa se reencontrar. Este é o caminho, este é o rumo para aonde vamos andar, de cabeça erguida, pés no chão, olhos no horizonte, com firmeza de propósito, porque o Brasil precisa se pacificar. Chega do exagero de uma ponta e do exagero da outra! O equilíbrio é que se impõe, e o Ciro vem para equilibrar o Brasil.

Documento 27/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-19:56
Publ.: DCD 07/04/2021 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, precisamos discutir melhor esta matéria, até para esclarecer questões que ouvi aqui, de Deputados que estão defendendo a autorização do "fura-fila" da vacina para o setor privado.

Sobre alguns pontos trazidos aqui é preciso que a verdade seja restabelecida.

Primeiro, é verdade que o mundo não tem conseguido alcançar suas metas vacinais,

mas comparar a situação de vacinação do Brasil com a situação da Europa e dos Estados Unidos é um absurdo. Dizer que o Brasil só está atrás dos países que produzem vacinas? O Brasil está em 46º lugar em número de vacinas por população. Quer dizer, então, que há 45 países que produzem vacina? Isso é mentira! Eu desafio aqueles que falaram sobre as metas não cumpridas na Europa a me mostrarem um país na Europa que, para enfrentar as metas - e ainda não alcançaram as deles -, aprovou isto que se quer aprovar de forma absurda aqui no Brasil, que é a autorização a poucos empresários para furarem a fila da vacina.

Segundo, é mentira dizer que isto aqui é para trazer vacina para o Brasil. Não é! Trazer vacina para o Brasil esta Câmara e o Senado aprovaram 1 mês atrás. Autorizamos Estados e Municípios, mudamos as regras para facilitar a compra pelo Governo Federal e autorizamos as empresas a comprarem e trazerem vacina para o Brasil. O que se quer aprovar aqui é trazer a vacina para poucos empresários, aqueles poucos que dizem ter acesso a vacinas, que já compraram.

Aliás, eu quero desafiar: se há algum empresário que já comprou vacina, que já tem vacina comprada, que a leve ao Ministério da Saúde, porque, certamente, o Ministério da Saúde não só quer recebê-la, doada, mas também, se precisar, vai comprá-la. Se o Ministério da Saúde não quiser, leve a algum Governador do Estado, ao consórcio de Governadores do Nordeste, às Prefeituras, que estão procurando vacinas, porque vai ser mais difícil para eles achar, porque nós queremos autorizar poucos empresários a comprarem e criarem o seu gabinete privado de vacinas, no qual só vai entrar quem eles autorizarem entrar.

Sr. Presidente, este Congresso não pode ser insensível aos milhões de brasileiros que têm doença pulmonar, doença cardíaca, diabetes, que têm mais de 60 anos de idade, que estão aguardando ansiosamente a vacina - que não chega por conta da lentidão de Bolsonaro - e vão ver o seu lugar ser ultrapassado por poucos empresários, insensíveis em relação ao nosso País.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Contradição entre a não autorização, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da compra da vacina Sputnik da Federação Russa e a autorização, pelo Projeto de Lei nº 948, de 2021, da aquisição de vacinas pela iniciativa privada.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta "sim", porque não podemos permitir que este projeto seja aprovado sem maior discussão e sem denunciar à população brasileira o que está acontecendo. A mesma reunião que mencionei, da ANVISA com os Governadores que querem comprar a vacina Sputnik, acabou agora, 4 horas e meia depois, e a ANVISA não autorizou a compra da Sputnik. Este projeto coloca a possibilidade de compra da vacina sem a autorização da ANVISA.

Nós não podemos permitir que, com este "Projeto Titanic", queiram pegar os poucos botes salva-vidas que existem, que queiram que eles sejam retirados da população mais pobre, dos idosos, das pessoas com doenças crônicas, das pessoas com deficiência, das pessoas com maior risco, para atender a elite deste País, para atender a elite econômica, os empresários, os banqueiros, os rentistas e os seus aliados.

Inclusive, é preciso botar na lei, Presidente, que os Parlamentares não poderão entrar no "fura-fila" da vacina.

Documento 29/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 20:08	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Omissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA sobre o pedido de aquisição de

vacinas pelos Estados brasileiros.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta "sim".

Neste exato momento acabou uma reunião entre 12 Governadores de Estado e a ANVISA, que durou mais de 4 horas, mas não tivemos nenhuma resposta da ANVISA acerca de um pedido de quase 40 milhões de doses de vacinas, que seriam adquiridas pelos Estados e que seriam disponibilizadas para o Programa Nacional de Imunizações. Recursos viriam dos Estados, e a própria União também, através do Ministério da Saúde, enfim, faria um acordo para adquirir 10 milhões de doses. Não temos uma resposta sobre isso. Esta Casa aprovou uma lei e deu prazo inclusive para a ANVISA se manifestar. O prazo se esgotou. Desde o dia 26 de março, quando foi feito esse pedido, não temos a resposta. Enquanto isso, estamos aqui discutindo como abrir precedentes para que privados possam comprar vacinas na frente do SUS. Isso é inadmissível, Presidente.

Documento 30/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Permissão, pelo Projeto de Lei nº 948, de 2021, da compra de vacinas não autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Presidente. Evidentemente, este requerimento do PT tem o nosso apoio.

Eu ouvi atentamente as intervenções dos partidos, do "MOFO", e não sei quem eles pensam que enganam, porque é evidente que não é a falta de recursos que atrapalha a vacinação no País. Quem boicotou deliberadamente a aquisição de vacinas em 2020 foi o Governo obscurantista e negacionista do Bolsonaro, que não assumiu e não assinou os contratos. Agora nós temos contratos em que a cada mês

diminui a previsão de doses. Com este projeto de lei, abre-se margem para que as empresas negociem por si os contratos com as farmacêuticas, o que, obviamente, vai elevar o custo da vacina e inclusive permitir a aquisição da Sputnik, que a ANVISA não libera no Brasil. Mas este projeto autoriza as empresas privadas a comprarem as doses que não são autorizadas pela ANVISA.

Então, é óbvio que não só é o "fura-fila", como também é o "fura-fila" para uma vacinação de camarote.

Documento 31/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a verdade é a seguinte: para resolver o desafio da vacinação, é preciso uma ação coordenada e efetiva da Nação brasileira. O Governo Bolsonaro vem destruindo o Programa Nacional de Imunizações.

O problema de alguns fundamentalistas liberais que usam a palavra nesta sessão é que eles vão para aquela filosofia: "*Vacina pouca? Eu quero garantir a minha primeiro*".

Este projeto de lei é um privilégio para 500 mil, 600 mil pessoas que querem sair do desafio nacional de buscar, Deputado Tadeu, solução para o nosso País, para a nossa Nação,

e dizem o seguinte: "*Largo o Governo incompetente, que inclusive eu elegi, e agora eu quero buscar a minha vacina sozinho, para este grupo de privilegiados que vão receber essa vacinação*".

Não podemos aprovar este projeto, Presidente. Ele não resolve o desafio sanitário do Brasil.

Documento 32/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 20:16
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa de universalização da vacina contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Para mim, é um dia muito triste o da votação deste projeto, porque nós vemos uma dicotomia. Todos queremos vacina, todos queremos, e queremos vacina para todos, mas estamos vendo que uns querem antes dos outros. Quem pode pagar leva, e quem não pode pagar fica. Aliás, a narrativa não é verdadeira, porque o amor é a coisa mais linda que há, mas, quando falta o feijão, o amor se manda pela janela, e deixamos de ser irmãos.

Eu quero vacina para todos, e o que está faltando é comprarmos para todos. Se houver vacina para todos, não precisaremos ficar brigando entre nós, irmãos, gaúchos, brasileiros. É isso o que digo. Não é preciso jogar empresário contra trabalhador, trabalhador contra empresário. Basta comprarmos a vacina. Dinheiro há, e sobrando. Foram aprovados 20 milhões em dezembro. O Presidente Bolsonaro tem dinheiro, os Governadores têm dinheiro, os Prefeitos têm dinheiro. O que falta é o quê? Vacina, porque não compraram.

Documento 33/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 20:16
Publ.: DCD - 07/04/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Registro de voto dos Deputados Amaro Neto, Silas Câmara, Aroldo Martins, Jhonatan de Jesus e Vavá Martins. Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Necessidade de avanço na vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.



O SR. LUIZÃO GOULART (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só justificar que alguns Deputados do Republicanos estão tendo dificuldade de votação. Por exemplo, relataram-me isso os Deputados Amaro Neto, Silas Câmara, Aroldo Martins, Jhonatan de Jesus, Vavá Martins. Nós já solicitamos à Assessoria que entre em contato com o departamento técnico. Enquanto isso, eu aproveito para fazer esta justificação.

Aproveito ainda para lamentar as 4.195 vidas interrompidas pela COVID em apenas 1 dia, Sr. Presidente. São sonhos e famílias destruídos. Quero prestar minha solidariedade aos que perderam os entes queridos.

Para se ter uma ideia, no Paraná, que tem 399 Municípios, 74 Municípios não têm esse número em população. Então, lamentavelmente, é mais um número extraordinário de vidas perdidas.

Temos que avançar o mais rapidamente possível na vacinação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 34/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARX BELTRÃO-PSD -AL		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD tem pressa em relação à vacinação da população brasileira. Não dá para aceitar que o Congresso Nacional seja contra nenhum projeto que pode facilitar a compra e a distribuição de vacinas. Nós já aprovamos nesta Casa a compra de vacinas por parte das Prefeituras, a compra de vacinas por parte dos Governos Estaduais e temos que avançar hoje, com prioridade, na possibilidade da compra de vacinas por empresas privadas, para que possam distribuí-las entre seus colaboradores. O Brasil tem pressa, as pessoas têm pressa, o PSD também tem pressa em relação à vacinação.

De acordo com os últimos dados distribuídos pelo Ministério da Saúde,

42 milhões de doses foram distribuídas, e apenas 20 milhões, aplicadas. Portanto, temos que ter mais vacinas distribuídas e temos que dar condições aos Municípios de fazerem a aplicação na população, que tanto precisa.

Documento 35/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 20:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 4.211 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Não aquisição de vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Omissão do Governo Federal quanto às medidas de assistência ao setor produtivo. Insignificância do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são 4.211 mortes em 24 horas, e o Governo está aqui dizendo que o empresário pode comprar vacina, mas não fez o dever de casa, não fez o dever de casa com os empresários. Desde dezembro estamos sem nenhum apoio, tanto o setor produtivo quanto... Não temos nenhum apoio. Agora é que veio o auxílio emergencial, depois de 4 meses de espera, de 150 reais praticamente para a grande maioria. É muito menor o valor.

Isso a que estamos assistindo aqui é mais um jogo de cena de um governo incompetente que não cumpre sua obrigação e que joga a população brasileira à sua própria sorte. Infelizmente, nós estamos a ver isso. A Câmara e o Senado, o Congresso não devia ter feito outra coisa, senão votar o "orçamento de guerra". Hoje ele não está votado, e estamos aqui enfrentando mais uma vez a omissão do Governo, que joga para a sociedade a responsabilidade que era do Governo.

Documento 36/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 20:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é muito importante a votação de hoje.

O Parlamento tem dado respostas em todos os momentos, quando foi demandado que se acelerasse o processo de votação, que se trouxesse vacina com reconhecimento laboratorial, das patentes reconhecidas internacionalmente. Autorizamos Prefeitos e Governadores a comprar. Ninguém neste Parlamento, nem no País, podia imaginar a dimensão de mais de 6 meses, o que se esperava inicialmente, desta crise pandêmica. Nós estamos indo para o segundo ano.

Este projeto é de suma importância, Sr. Presidente, porque temos que dar vazão à população, que precisa voltar a trabalhar. Então, parabênz os empresários que, civicamente, propõem-se a comprar vacinas para os seus funcionários e a doar quantidade igual para o SUS. Com isso, podem amenizar... Digo mais, Sr. Presidente: eu diria do SUS, porque através de qualquer ente, ele poderia ajudar inclusive o Município em que aquela empresa está inserida.

Parabéns ao Parlamento, que toma esta atitude de forma madura!

Precisamos trabalhar, precisamos resgatar a economia. Com este projeto, nós vamos garantir que o empresário possa assegurar ao seu funcionário a segurança necessária, para o resgate da economia.

Documento 37/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação ao pronunciamento do Deputado Alexandre Padilha acerca do índice de vacinação no Brasil. Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas

jurídicas de direito privado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvindo a Oposição falar de mais de 4 mil mortes hoje, eu fico imaginando por que a Oposição está há mais de 1 semana obstruindo a votação deste projeto, que vai permitir que mais pessoas sejam vacinadas e que menos pessoas morram.

Para contraditar o Deputado Padilha, digo que o Brasil é, sim, o quinto país do mundo que mais vacina: os Estados Unidos vacinaram 153 milhões de pessoas; a China, 128 milhões; a Índia, 118 milhões; a Inglaterra, 35 milhões; e o Brasil, 21 milhões de pessoas. Aliás, o Brasil vacinou mais do que a Rússia, que produz a vacina. A Rússia vacinou apenas 11 milhões de pessoas, Sr. Presidente.

Precisamos vacinar mais, e este projeto vai permitir a união de todos. Estão de parabéns os empresários brasileiros que vieram oferecer ajuda ao Governo. Neste momento, nós não podemos negar a ajuda de ninguém, principalmente de quem quer o bem da Nação brasileira. Quem não quer o bem está votando contra este projeto extremamente importante. Então, quem é a favor da vacinação de verdade, da vacinação já, quer também a aprovação deste projeto já!

Documento 38/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JOSÉ ROCHA-PL -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Congratulações à Deputada Flávia Arruda pela assunção da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto é de uma importância muito grande, porque cria a oportunidade de se vacinar mais no País. Os empresários estão se oferecendo para vacinar os seus empregados, que dificilmente teriam a oportunidade de serem vacinados a curto prazo. Temos que elogiar o empresariado brasileiro que se propõe a oferecer vacina para os seus empregados, desde que

o SUS tenha a oportunidade de manter o seu estoque de vacinas para as entidades públicas.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar a nossa querida colega Flávia Arruda, que hoje assumiu a Secretaria de Governo, que vai manter o relacionamento entre o Governo Federal, esta Casa, entre todos os Poderes. É uma colega dotada de todos os predicados para ocupar essa função importante para o nosso País e para o relacionamento político entre os Poderes. Portanto, meus parabéns à colega Flávia Arruda por assumir a Secretaria de Governo neste momento em que se precisa, sim, de mais mulheres ocupando cargos importantes! Ela representa não só a mulher brasileira, mas também todos nós nesse relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Documento 39/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:28
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero insistir na importância de podermos debater melhor. Afirmar aqui, neste plenário, que o Brasil está na posição de 46º colocado em número de pessoas vacinadas, de acordo com a população brasileira. Tem que se fazer a comparação de acordo com a população brasileira. Não se pode fazer a comparação em números absolutos. Quando se faz a comparação de acordo com a população brasileira, tem-se a dimensão do quanto a população está protegida.

Enquanto o Reino Unido, que foi citado, vacinou mais de 30% da sua população, o Brasil, que na pandemia de H1N1, em 2010 - e eu era Ministro -, foi o país que mais vacinou em sistema público do mundo e vacinou, na sua proporção de população, 2 vezes mais do que a população dos Estados Unidos, hoje sequer vacinou 10% da população com 2 doses.

Eu desafio de novo: digam qual país da União Europeia que, para acelerar a sua...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua rapidamente, Deputado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Quero só fazer o desafio: qual é o país da União Europeia que, dizem, de fato está atrasado, não comparado ao Brasil, mas que não cumpriu suas metas, que adotou como estratégia para acelerar a vacinação este absurdo que nós estamos fazendo aqui? Não é autorizar o setor privado. Nós já autorizamos o setor privado. O que estamos aprovando aqui é a permissão para que o setor privado fure a fila, para que o banqueiro de 50 anos de idade se vacine antes de um idoso de 60 anos de idade no nosso País.

Documento 40/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021 - CD 20:36	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	APARTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se falta vacina, não é verdade que este projeto amplie a vacinação. Na verdade, ele substitui a fila, e substitui pelo critério do poder econômico, principalmente pela brecha dada, a de comprar vacinas mesmo sem a autorização da ANVISA, apenas com a autorização lá de fora.

Na verdade, nós não estamos ampliando a vacinação. Nós estamos fazendo uma dupla fila, pelo critério do poder econômico, e não pelo critério técnico. Nós não podemos enganar a população! A mentira não vale na votação dentro do Congresso Nacional.

Agora é preciso atualizar: não são 4.195 óbitos, mas 4.211 óbitos. A cada minuto em que nós estamos falando aqui, três pessoas morrem. É uma morte a cada 20 segundos! É não é incompetente somente o Governo Federal com o SUS. O SUS também são os Estados e os Municípios. Se o setor privado quer ajudar, que doe o dinheiro e a vacina aos Estados e Municípios!

Documento 41/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 20:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na verdade, nós estamos fazendo aqui uma disputa política inglória, que não é boa para ninguém, até porque o Brasil é um país que se especializou e se capacitou em vacinar o seu povo com muita qualidade, mas errou agora. Cabe fazer duas perguntas, Presidente. Quando, na história do Brasil, foi feito projeto de lei dessa natureza para privilegiar um ou outro na vacinação? Resposta: nunca. Em qual lugar do mundo foi feito projeto semelhante para colocar uns na frente de outros na vacinação? Em nenhum lugar do mundo, só no Brasil. Aí vale a máxima: em casa que falta pão, todo mundo grita e ninguém tem razão.

Aqui ninguém tem razão. A razão de ser de tudo isso é a falta da vacina. Essa é uma declaração formal e oficial da incompetência do Brasil em não adquirir a vacina. E, como não há vacina, estão brigando: "*Salve-se quem puder; quem puder pega antes*". Não é justo!

Documento 42/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 20:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALTINEU CÔRTEZ-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Presidente.

Presidente, é óbvio que estamos discutindo esse projeto porque o Brasil precisa dar oportunidade, neste momento, a mais pessoas para se vacinarem. É evidente que nós gostaríamos que a vacinação estivesse avançada neste momento.

Dar essa oportunidade sem causar nenhum prejuízo à entrega das vacinas compradas pelo Governo Federal - as empresas que venderam vão entregar suas vacinas para o Governo - é dar o direito a empresas comprarem vacinas e vacinarem seus funcionários. Assim, estarão vacinando trabalhadores, pessoas que necessitam da vacina, que vão sair da fila da vacina. Isso é dar oportunidade a mais brasileiros serem vacinados rapidamente. É disso que o Brasil precisa neste momento.

Sinceramente, é um absurdo haver oposição a um projeto como esse. É um absurdo a Oposição trazer essa história de que vai ser vacinado quem paga mais. Isso é um absurdo! Quem serão vacinados são trabalhadores! Nós precisamos nos unir neste momento.

Vacina no braço e comida no prato, como diz o Deputado Marcelo Ramos.

Documento 43/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão de cuidadores de idosos em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 535, de 2021, acerca da dedução no Imposto de Renda de Pessoas Físicas, de pagamentos efetuados pelo contribuinte com cuidadores de idosos e deficientes.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de compartilhar com todos um episódio que me chamou muito a atenção. No último domingo de Páscoa, uma reportagem televisiva revelava a relação de amor e afeto entre uma mãe e um filho, e a mãe acaba de falecer pela COVID. Refiro-me ao Padre Fábio de Melo, que fez um agradecimento público a uma categoria profissional de brasileiros e brasileiras que cresce cada vez mais e que é fundamental para o bem-estar das pessoas idosas e das pessoas com deficiência: os cuidadores. Eles são cada vez mais importantes.

É preciso que eles sejam vacinados com urgência, que estejam nas prioridades! No Rio de Janeiro, nós trabalhamos nessa direção. Temos um projeto para que o gasto com o cuidador também possa ser deduzido do Imposto de Renda. É a atividade de um profissional da saúde! O número de idosos, em termos de quantidade, cresce cada vez mais no Brasil.

Toda a atenção aos cuidadores brasileiros!

Documento 44/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	20:48
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância de fortalecimento do Estado brasileiro, diante da epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer da importância de termos, depois dessa guerra que estamos vivendo - e até durante ela -, um Estado brasileiro forte. Nós temos visto atitudes vindas do Governo que são de enfraquecimento do Estado. Agora mesmo, esse aumento do gás mostra que não estão preocupados com os mais humildes.

Presidente, quando acabou a Segunda Guerra Mundial, houve a reestruturação da Europa e de outros países com o Plano Marshall. É preciso ter um Estado forte. Não adianta enfraquecer o Estado, e o Estado sair do problema e ainda colocar a culpa nos conflitos entre trabalhadores, empresários e sociedade.

Nós vemos a situação em que o Brasil chegou, ultrapassando 4 mil

mortes por dia. Esta Casa tem que dar mais respostas ao povo brasileiro e enfrentar mais o Governo que está aí.

Documento 45/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-20:56
Publ.: DCD 07/04/2021 -	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de redução de danos.

Esse projeto é um desastre. É o projeto Titanic, porque tem o objetivo de pegar os poucos botes salva-vidas, o pouco que temos de vacina e tirá-la dos idosos, dos mais pobres, da população de risco, dos diabéticos, das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças crônicas para aplicá-la nos ricos, nos bilionários, nos grandes empresários, nos seus familiares, nos seus aliados, nos Parlamentares que eles apoiam, na elite deste País.

É impressionante a contradição! Para comprar vacina pelo SUS, Presidente, o Governo deve ter autorização da ANVISA, mas, para o setor privado comprá-la, não é preciso autorização da ANVISA. E não me venham dizer que não é qualquer boteco de esquina. Todas as autoridades sanitárias nacionais são reconhecidas pela OMS.

A ANVISA não quer autorizar a compra da Sputnik V pelo Consórcio Nordeste. Eu estou muito desconfiado disso, Presidente - espero que eu esteja errado -, porque a única vacina que tem condição de entregar no curto prazo 40 milhões de doses ao Brasil é a Sputnik V. É a única que tem possibilidade de ser vendida para o setor privado em larga escala. E, para que essas doses que iriam para a população no SUS fiquem para a elite deste País e seus apaniguados, é necessário que o projeto não exija a autorização da ANVISA.

Eu quero fazer um apelo aos Parlamentares, especialmente àqueles colegas da área de saúde - e até agora morreram 5.150 profissionais

de saúde. A vacina Sputnik V já poderia estar sendo utilizada no Brasil. Ainda não o foi porque não tem autorização da ANVISA para ser usada pelo SUS. Mas, para os ricos se protegerem, a vacina não precisa da autorização da ANVISA. É um absurdo essa contradição!

Pelo menos temos Parlamentares que já estão fazendo a autocrítica de terem elegido um Governo genocida no País. Pelo menos já existe Parlamentar admitindo o desastre, a tragédia que o Brasil está vivendo por ter colocado esse insano na cadeira de Presidente da República. Mas esses Parlamentares precisam fazer mais do que isso. Eles têm que romper com os interesses da elite econômica e parar de atacar os interesses da maioria da população brasileira.

Por favor, vamos fazer com que a população que mais precisa tenha prioridade na vacinação. Chega do genocídio da população mais pobre deste País. Chega do genocídio da população mais sofrida, que tem comorbidades, que tem doenças crônicas. Não tirem o bote salva-vidas, não tirem a vacina da população que mais precisa, para entregá-la à elite, para entregá-la aos milionários, para entregá-la aos ricos deste País.

Contra o projeto Titanic! Contra tirar a ANVISA da fiscalização!

Documento 46/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	21:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apelo aos Parlamentares de Estados das Regiões Norte e Nordeste de exigência da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para submissão das vacinas compradas pela iniciativa privada aos critérios do Sistema Único de Saúde - SUS. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, eu quero aproveitar este minuto para fazer uma solicitação aos Parlamentares que são da base dos Governadores da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão, do Ceará, do Acre, Governos que estão com o compromisso de comprar vacinas para ajudar a

acelerar a vacinação no SUS. Vai ficar difícil para esses Parlamentares explicarem em seus Estados por que estão aqui votando para que o setor privado possa comprar vacina sem autorização da ANVISA, e os nossos Governadores não possam fazê-lo, para acelerar a vacinação da população que mais precisa. Por isso, faço este apelo: que V.Exas. não deixem de exigir a autorização da ANVISA, para que as vacinas compradas pelo setor privado obedeçam ao mesmo critério a que o Sistema Único de Saúde está sendo submetido.

Contra o projeto Titanic!

Documento 47/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 21:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Dever do Governo Federal de aquisição de vacinas para imunização em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, que ninguém diga que nós somos contra a vacinação desse ou daquele! Nós somos a favor da vacinação de todos: pobre, rico, paisano, milico, desse ou daquele partido, da Direita ou da Esquerda, trabalhador, operário, empreendedor, empresário. Nós queremos a vacina para todos. Só não está havendo vacina para todos porque não houve organização, não houve uma ação efetiva do Governo. O Governo omitiu-se. Por isso nós estamos nesta briga, nesta disputa inglória, por conta da vacina.

Então, nós queremos vacina, vacina, vacina, para todos os brasileiros e brasileiras, porque o povo precisa, o povo merece, o povo necessita, o povo tem direito. E quem tem o dever de fornecer a vacina é o Governo Federal, são os Governos Estaduais, são os Governos Municipais, é o poder público, é esta Casa.

Por isso, nós somos a favor da vacina para todos, sem exclusão e sem privilégio.

32.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 21:12

Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Sugestão aos Parlamentares de leitura do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Presidente, vota "sim" à emenda.

Eu queria destacar, Presidente, que seria muito importante se cada Parlamentar aqui pudesse ler o conteúdo do *Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19*, documento construído a muitas mãos, com a participação de cientistas, de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, da sociedade científica, com critérios orientados pela OMS e pela OPAS.

De forma muito clara, está escrito no item 3.1:

Optou-se pela priorização de: preservação do funcionamento dos serviços de saúde, proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento de formas graves e óbitos, seguido da proteção dos indivíduos com maior risco de infecção e a preservação do funcionamento dos serviços essenciais.

Esse é um critério técnico. Alterar isso em função exclusivamente de condição social é, sim, furar fila.

Se fosse para tratar de critério de condição social, nós deveríamos colocar no começo da fila aqueles que estão no CadÚnico, aqueles que estão em situação de vulnerabilidade no País.

32.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 21:20

Publ.: DCD - 07/04/2021 - DR. LEONARDO-SOLIDARIEDADE -MT

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Imediata aquisição de vacinas pelo Governo Federal.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, o Solidariedade orienta "não", porque o texto é bem claro: não é fura-fila. Ele foi bem conduzido e bem elaborado pela nossa Relatora. Não adianta proporcionarmos adjetivos que estão na cabeça da população, como Titanic e fura-fila. Com todo respeito à discussão do Parlamento, nós vamos ouvir isso aqui até o final. Faz parte, é a beleza do Parlamento e da democracia. Mas tem de ficar claro que não se trata de ser fura-fila.

Precisamos de vacina já. É necessário que o Governo realmente acelere e compre, para que possa ofertar cada vez mais vacinas, através de iniciativas inovadoras como esta do Parlamento, para que a vacinação suficiente possa resultar na melhoria desse quadro que, infelizmente - ninguém aqui vai atestar de outra maneira -, representa perdas incalculáveis, com o recorde de 27% das mortes do mundo hoje.

Documento 50/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD 21:28	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Iluminação da edificação da Câmara dos Deputados na cor vermelha, como simbologia do Mês de Conscientização da Doença de Parkinson. Apoio do Deputado Ricardo Izar ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Quero falar muito rapidamente. O Deputado Ricardo Izar está assistindo a V.Exa. e pediu-nos que fizesse o registro de que se inicia hoje o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson. Por isso vamos iluminar o prédio da Câmara com luz vermelha.

Ele deixa este registro e também pede que assinalemos a importância da matéria que está sendo votada, pelo conteúdo cívico. Pessoas estão comprando vacina para proteger seus funcionários, doando em igual quantidade para o SUS. Isso é uma ação cívica, ao contrário do que tem sido dito nesta sessão.

Registro aqui mais uma vez o Vibrar com Parkinson, a conscientização que precisamos fazer.

Documento 51/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	21:28
Publ.: DCD - 07/04/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Natureza jocosa da reação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, à decisão do Ministro da Corte, Kassio Nunes, favorável à reabertura de templos religiosos em meio à epidemia de coronavírus. Cumprimento pelas instituições religiosas de protocolos de segurança sanitária preventivos da Covid-19.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fiquei chocado com a forma jocosa e deselegante com que o Ministro Marco Aurélio, a quem tributo o meu respeito, tratou a decisão do Ministro Kassio Nunes de permitir, seguindo protocolos severos, a reabertura dos templos religiosos em tempo de pandemia. Esses templos, segundo a decisão do Ministro Kassio Nunes, só poderiam funcionar com 25% da sua capacidade, seguindo os protocolos de saúde pública. O Ministro Marco Aurélio questionou e debochou dessa decisão dizendo: "*Por que a pressa do Ministro Kassio Nunes?*" Disse que ele talvez tenha tomado essa decisão porque é muito religioso.

Bem, Sr. Presidente, com todo o respeito ao Ministro Marco Aurélio, mas usando a mesma régua que ele usou contra seu colega, eu fico pensando sobre sua decisão de liberar um dos traficantes mais perigosos do Brasil, um traficante do PCC. Na calada da noite, ele o libera sem consultar seus pares. Será que eu não deveria perguntar

desta tribuna: por que a pressa, Ministro Marco Aurélio?

Sr. Presidente, a igreja não quer permanecer aberta por causa das doações. Nossos dízimos e ofertas que recebemos do povo de fé não precisam mais ser presenciais. Temos hoje a tecnologia a nosso favor, o Pix. De casa, quem oferta pode ofertar, quem devolve o dízimo pode também devolver. Na verdade, queremos a igreja aberta porque ela é a única instituição que consegue trabalhar o homem como um todo.

O homem é um ser biopsicossocial e espiritual. Lembro que um dos prêmios Nobel da Paz dos últimos 3 anos foi para a questão da espiritualidade.

Sr. Presidente, qual entidade social que, sem dinheiro do Estado, contribui, como a igreja, para o bem e para a prosperidade da Nação, porque trata o homem? A igreja é a única entidade que segura a violência nas comunidades carentes, porque a igreja é a única instituição que, numa mesma reunião, pode fazer sentar o policial e o traficante, um do lado do outro. A igreja transforma o traficante em cidadão, e o homem violento em homem respeitador da sua esposa.

Vamos falar sobre assistência social. Bolsa família? Esqueça! A igreja já faz esse bem há muitos anos.

Eu pergunto aos senhores: qual igreja não está seguindo os protocolos de saúde pública? Qual igreja não diminuiu a frequência nos seus cultos por conta da pandemia? Agora, tratar a igreja de uma forma irresponsável?

Os suicídios estão aumentando, a violência do feminicídio está aumentando. Por quê? Porque o ser humano está surtando. Sim, está surtando mentalmente. Por que há esse surto? Porque lhe falta tratamento espiritual. Igreja aberta durante a pandemia é saúde para o povo.

Documento 52/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 21:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista

ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O.k., Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Estou. Que gravata bonita, Deputado Bibó, sempre elegante!

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Quer para ti? Vou levá-la para ti. *(Risos.)*

Presidente, mais uma vez vemos outro destaque sem muito fundamento. Sou totalmente contra. Eu acredito - como tenho falado com alguns analistas políticos - que esta legislatura está se caracterizando perante o Brasil como a da esquerda mais insipiente da história, uma esquerda que fala, fala e diz nada, nada. Analisando: qual o trabalho, o que faz a esquerda contra a vacina? Na realidade, se olharmos as propostas da esquerda contra a vacina, veremos que a esquerda bebe veneno e fica esperando o coronavírus morrer. Esta é a realidade. Diante de tantos absurdos, de tantos trancamentos, de tanta obstrução...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 53/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	21:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, o PT é favorável à emenda apresentada.

Eu quero dizer o seguinte ao colega que me antecedeu: se o Brasil começou a vacinar, embora lentamente, foi pela luta da oposição e da esquerda deste País, que obrigou o Governo Bolsonaro a comprar vacinas com projetos de lei que nós aprovamos neste Congresso Nacional. Fomos nós que pautamos e construímos, por exemplo, a autorização para que Governadores e Prefeitos pudessem comprar vacinas. Inclusive fomos nós que autorizamos que as empresas pudessem comprar vacinas pra ajudar na vacinação.

Agora, o senhor pode ter certeza de que a esquerda não vai ser favorável a que o banqueiro passe na frente do idoso. A esquerda não vai ser favorável a que o trabalhador, que tem doença pulmonar, doença cardíaca e diabetes, seja ultrapassado pelo dono da empresa.

Por isso, Sr. Presidente, nós votamos a favor da emenda.

Documento 54/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 21:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 4.211 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é trágico. No dia em que 4.211 pessoas morrem de COVID-19 no Brasil, o maior volume, a maior quantidade alcançada no País - 33% a 35% das pessoas que morrem no mundo estão no Brasil -, no dia em que a ANVISA nega o acesso a mais de 40 milhões de doses que já foram adquiridas pelo Consórcio do Nordeste para chegar ao povo brasileiro, o Congresso Nacional está entregando ao mercado a saúde pública, o processo de imunização a que os brasileiros têm direito e que o Bolsonaro não faz.

Este destaque é muito importante para mitigar esse dano tão grave.

É "sim", Sr. Presidente!

Documento 55/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD 21:44	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Necessidade de adoção, pelo Ministério da Saúde, de ações emergenciais a favor do Estado de Minas Gerais, diante do colapso da rede hospitalar provocado pela epidemia de coronavírus.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Marcelo. É uma satisfação também ver V.Exa. presidindo esta sessão. V.Exa. é competente, companheiro, e tenho certeza de que vamos juntos trabalhar muito pelo País.

Pela Maioria, nós encaminhamos o voto "não".

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um apelo ao Ministério da Saúde. Minas Gerais está em pânico neste momento. Tenho recebido ligações de vários hospitais informando a falta de medicamentos para pacientes que já estão intubados, inclusive da Santa Casa de Belo Horizonte, que é um dos maiores hospitais do Estado. Então, faço um apelo aqui para que, de forma emergencial, imediata, o Ministério da Saúde ajude o Estado de Minas Gerais. Como sou coordenador da bancada mineira, diversos Deputados me ligaram pedindo para eu fazer em plenário este apelo, um pedido de ajuda emergencial e imediata ao Ministério da Saúde e ao novo Ministro.

Socorro, Ministro! Ajude Minas Gerais! Nós sabemos que o senhor tem o Brasil todo para cuidar, mas a situação lá está caótica. Há vários hospitais sem medicamentos.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 56/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 21:48
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 4.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Não aquisição de vacinas em tempo hábil pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, veja bem: no dia em que o Brasil, lamentavelmente, vê 4.200 óbitos sendo contabilizados, de irmãos nossos, de brasileiros de todas as matizes, de todas as cores, de todas as idades praticamente, estamos fazendo aqui uma falsa dicotomia, uma falsa briga.

Até porque, Presidente, se faltasse dinheiro para comprar vacina, eu seria o primeiro a dizer assim: quem tem dinheiro aproveita e compra vacina, e vamos ajudar todos. Mas não falta dinheiro, Presidente. Não é falta de dinheiro. Dinheiro existe. Nós aprovamos 20 bilhões aqui nesta Casa em novembro. Os Estados têm dinheiro, os Municípios podem comprar. Não é falta de dinheiro, é falta de vacina, porque faltou planejamento. Não fizeram a provisão, não fizeram a previsão, não se organizaram. Agora estamos aqui brigando.

O amor é a coisa mais linda que existe, mas, quando falta feijão, ele foge.

Documento 57/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 21:48
Publ.: DCD - 07/04/2021 - TADEU ALENCAR-PSB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 17, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Registro de 4.211 óbitos no País nas últimas 24

horas provocados pela Covid-19.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, a Oposição orienta "sim" a essa emenda e a esse destaque.

Nós insistimos aqui em chamar a atenção para o fato de que esta discussão está completamente enviesada. Não se trata de aprovação do que fez o Estado brasileiro pelos seus agentes, os servidores públicos que estiveram na linha de frente nesse enfrentamento ao coronavírus, enquanto o Presidente da República, negacionista... Por isso lhe atribuem a condição de genocida, porque, pela sua irresponsabilidade e negligente omissão, temos hoje 4.211 mortes. É esta conta que não pode ser afastada da ausência da presença do Governo Federal, que seria o elemento mais importante na articulação dos esforços para o enfrentamento da pandemia.

O que faz esse projeto que a Câmara quer aprovar hoje não é aumentar a disponibilidade de vacina, é alterar uma fila. Quem não já ficou indignado com fura-fila no aeroporto, na porta de um teatro...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 58/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	21:52
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto Assis Carvalho II), relativo à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa., que preside mais esta sessão, faço referência a um item que consta da pauta que eu considero de absoluta relevância: o Projeto de Lei nº 823, de 2021, que

nós chamamos de Lei Assis Carvalho.

Trata-se de um tema absolutamente relevante, que busca exatamente proteger a agricultura familiar, proteger aquele que produz alimentos que chegam à mesa de todos os brasileiros. Na pandemia, esse setor também está sendo afetado e não deixou de cumprir o seu papel. A agricultura familiar, os trabalhadores do campo estão ativos, produzindo, colocando sua vida em risco para produzir alimentos. E isso não é um tema qualquer, trata-se de segurança alimentar. Num momento em que a fome bate à porta de milhões de brasileiros, o Governo nega o auxílio emergencial, transformou-o numa esmola. Todos os dias nós verificamos nas sinaleiras, nas ruas, nos bairros mais periféricos e na mídia a informação da fome que cresce entre nós. O preço dos alimentos só aumenta. A inflação sobre os alimentos está aí, conforme os dados divulgados.

Portanto, é fundamental nós não adiarmos essa decisão e votarmos o projeto que estabelece crédito e carência adequados para estimular a produção e que fomenta, com recursos, a aquisição e a comercialização dessa produção, dando tempo para que as pessoas que tomaram emprestado algum recurso e não podem pagá-lo possam ter o refinanciamento de sua dívida, como já se fez em alguns momentos. Esse é um tema inadiável e está dentro desse contexto de minimizar os danos e efeitos da pandemia.

Hoje, numa conversa com o Líder do Governo, o setor econômico disse: "*Ah, não cabe no orçamento!*" Só não cabe no orçamento de pobre? Só não cabe no orçamento de produção de alimentos? Não é possível!

Então, eu quero aqui cobrar que esta semana ainda, no dia de amanhã, se possível, nós possamos votar o Projeto nº 823, de 2021, para proteger o agricultor familiar e a segurança alimentar.

Documento 59/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	21:56
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Registro de 4.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela transformação do Brasil em ameaça sanitária mundial. Omissão do Ministério da Saúde na execução de ações de combate ao coronavírus. Recusa, pelo Presidente da



República, à aquisição de vacinas contra a doença viral. Estímulo do Chefe da Nação ao descumprimento das medidas sanitárias de prevenção da Covid-19. Omissão do Ministério da Saúde sobre o colapso no sistema nacional de saúde provocado pelo coronavírus. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Aumento do custo de vida no País. Repúdio à aposição de vetos presidenciais a projetos de cunho social. Imediata retomada do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA. Protesto contra o corte de recursos orçamentários da área da saúde e à privatização de empresas estatais.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Presidente, nós estamos vivendo a maior tragédia que o Brasil já enfrentou; nós estamos vivendo o maior genocídio da história do País! Nosso pesar aos mais de 4.200 brasileiros que perderam a vida hoje.

As estimativas menos pessimistas, eu diria, apontam para o fato de que no mês de abril devemos chegar a 100 mil mortes. O Brasil virou a maior ameaça sanitária do mundo, porque é o único Governo que até hoje continua sendo aliado do vírus. E não é por acaso que as novas cepas, as novas variantes estão aqui prosperando. Temos 2,7% da população mundial, mas praticamente 30% dos óbitos diários por COVID.

Eu participo, Sr. Presidente, da Comissão Externa de acompanhamento da pandemia, em que, pelo PT, estamos eu e o Deputado Alexandre Padilha. No dia 12 de fevereiro do ano passado, nós fomos ao Ministério da Saúde, quando ainda era Ministro o Mandetta, o primeiro Ministro dos quatro que o País já teve em pouco mais de 1 ano, para cobrar a compra de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual em grande quantidade. E não o fizeram. Cobramos a compra de testes diagnósticos para testar não só os sintomáticos, mas também todos aqueles contatos para fazer o isolamento. E o Brasil não fez isso, através do Ministério.

O Ministério se comprometeu a comprar equipamentos para 14 mil leitos de UTI e entregou algo em torno de 3 mil. O Ministério da Saúde não fez campanhas na mídia durante todo esse ano, para estimular o isolamento social, para reduzir a contaminação. Criou dificuldades para a aquisição de vacinas. O Presidente Bolsonaro negou a compra da vacina da Pfizer e da Sputnik por recomendação do grande amigo Trump. Felizmente os Estados Unidos se livraram dele. Atrasou o processo do Butantan, chamando a vacina de vacina chinesa, que ia fazer virar jacaré quem a tomasse. Criou dificuldades para a FIOCRUZ

viabilizar a produção na parceria com a AstraZeneca.

Não comprou o total disponibilizado pelo Consórcio Internacional de Vacinas.

Mas não parou por aí. O grande aliado do vírus continuou a campanha pela contaminação, difundindo a campanha contra o uso de máscaras, difundindo a realização de aglomerações, fazendo propaganda de medicamentos ineficazes, como cloroquina e Ivermectina. Nenhum país do mundo está recomendando isso mais. Se alguns questionaram nos primeiros meses da pandemia, isso já foi embora há muito tempo. O Brasil é o único país do mundo que, infelizmente, resolveu ter um insano na cadeira de Presidente da República. Mas chamá-lo de insano seria tirar dele a responsabilidade porque quem é insano não é responsável. Ele é responsável sim, o principal responsável pelo genocídio que está acontecendo neste País e que continua se aprofundando.

Está faltando oxigênio. O colega de Minas Gerais cobrou apoio do Ministério da Saúde. Estão faltando *kits* com insumos para intubação dos pacientes. E o Ministério da Saúde está fazendo o quê? Nada! Não está fazendo nada! Não fez Teich, o Breve, que levou 30 dias. Não fez o especialista em logística, que o maior feito foi enviar uma quantidade de vacinas necessárias para o Amazonas que foi parar no Amapá e uma quantidade para o Amapá que foi parar no Amazonas. E não está fazendo o atual Ministro, que já disse que a ordem do Governo é para não ser favorável ao isolamento social, mas ser favorável à contaminação.

E com essas últimas medidas, a Câmara, em vez de ir na contramão do genocídio do Governo Federal, toma uma medida no sentido de comprar leitos de hospitais privados. Não é para aumentar oferta, não. É para garantir os lucros daqueles hospitais que não atendem pelo SUS, que não estão podendo fazer as cirurgias eletivas e queriam que não houvesse limite de valores para os seus amigos, donos desses hospitais privados. Mas, com muito custo, nós conseguimos limitar aos valores máximos da saúde suplementar.

E, agora, a compra privada de vacinas, o projeto fura-fila, projeto Titanic, do Transatlântico Brasil, que o Capitão não comprou bote salva-vidas para toda a população. Eles querem pegar o pouco que tem dessas vacinas e tirar das pessoas com doenças crônicas, das pessoas com deficiência, dos policiais da segurança pública, dos trabalhadores da limpeza urbana, dos motoristas, dos idosos, para atender os banqueiros, os grandes empresários deste País, o dono da Havan - o velho da Havan famoso, não é? -, o dono da Wizard, aqueles que financiaram a campanha eleitoral para colocar Bolsonaro no poder.

Nós não podemos concordar com esse projeto, que inclusive não exige autorização da ANVISA. Eles e vocês sabem que a Pfizer e a AstraZeneca não vão vender para o setor privado. Então, para que o setor privado fure a fila, para que os botes do Titanic sejam privilegiados pela elite, precisa comprar vacinas que não tenham ainda autorização da ANVISA e que não foram negociadas com o Governo.

Mas não para por aí. Apesar de tirarem do texto que não vai poder abater no Imposto de Renda, eles vão lançar como despesa de atenção à saúde dos funcionários. Podem ter certeza disso.

Vão tirar as vacinas da população que delas mais precisa para atender a elite.

E o Parlamentar que me antecedeu disse: *"Ninguém colocaria aqui um privilégio aos Parlamentares"*. E os Parlamentares que são amigos dos empresários, como foi o caso daquele Senador de Minas Gerais, da turma de Aécio? Ou vocês acham que os empresários não vão vacinar os seus familiares, os seus amigos, os seus Parlamentares, os seus aliados? É claro que isso vai acontecer.

Mas não para por aí a destruição. Cadê o auxílio emergencial? O Governo Bolsonaro não enviou, no ano passado, nenhum projeto de lei para criar o auxílio emergencial. Nós fizemos um projeto, de autoria do PT, para que o valor fosse de um salário-mínimo. Negociamos para que o valor mínimo fosse de 600 reais, podendo chegar a 1.200 reais na família. E foram mais de 294 bilhões de reais investidos na economia. Esse montante não influenciou o déficit fiscal, como já mostram os estudos; pelo contrário, reduziu-se a queda do Produto Interno Bruto. E este ano o que estamos vendo? Estamos há 3 meses sem o auxílio...

No ano passado, o único projeto que o Governo enviou foi uma medida provisória para reduzir de 600 reais para 300 reais. E, agora, qual foi a proposta deles? Limitar o valor em 44 bilhões o gasto com auxílio emergencial, que não é mais um auxílio, mas uma esmola emergencial.

E digo isso porque houve inclusive aumento no preço dos alimentos, o congelamento de salários, a inflação oficial que sequer foi repostada no valor do salário mínimo aprovado nesta Casa, os aumentos exorbitantes dos combustíveis. Este mês de maio recebemos mais um presente do Governo Bolsonaro: 39% de reajuste no preço do gás - 39%.

E é bom lembrar que ele vetou o que esta Casa aprovou, como ocorreu com o auxílio emergencial para os trabalhadores rurais. Ele vetou também a Lei Assis Carvalho, que estamos tentando aprovar novamente: vetou a pensão para as famílias que perderam

profissionais de saúde vítimas do coronavírus; vetou o projeto de apoio à população indígena, além de outros vetos. E esse Governo não defende nenhum interesse da população.

Está na pauta, mas não sei quando vai entrar em votação, o projeto do REVALIDA. Nós fizemos inclusive um projeto que até hoje não entrou em pauta, porque também esse Governo impede que os médicos que estão aqui no Brasil, formados no exterior, possam atender a população. Isso foi parte do acordo do golpe que retirou da Presidência a Presidenta Dilma, contra quem não havia qualquer acusação de corrupção. Foi parte do acordo não haver revalidação de diploma de médicos estrangeiros no Brasil.

Esse acordo foi renovado no apoio para eleger o Presidente Bolsonaro. E estamos aqui querendo que o Governo cumpra a lei. E a lei exigia, desde dezembro de 2019, um REVALIDA semestral. E não estão cumprindo a lei. É o terceiro semestre que não a cumprem.

Mas eles estão "*passando a boiada*", destruindo o meio ambiente, reduzindo os orçamentos públicos. O Brasil é o único país do mundo que cortou o orçamento da saúde em plena pandemia, que este ano tem menos 22%. E a privatária continua comendo solta! Já entregaram a Refinaria Landulpho Alves, o Gasoduto Nordeste, a BR Distribuidora.

Mas o que nos anima, Presidente, é que o Presidente Lula está aí, firme e forte, pronto para voltar, mobilizando a militância. E nós vamos retomar este País para a população. Vamos retirá-lo da mão da elite sanguinária, da elite do atraso, da elite genocida. E vamos devolver ao povo um País que já foi dele em nossos governos.

Muito obrigado.

Documento 60/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2021-22:08	
Publ.: DCD 07/04/2021 -	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero retomar o debate acerca deste projeto fura-fila, acerca do projeto Titanic, acerca do projeto dos privilégios e quero novamente fazer o desafio aqui para a Relatora, para a base do Governo Bolsonaro, para os aliados do Presidente, que já tem 60% de rejeição nas pesquisas, 60% de avaliação negativa do seu desgoverno, da tragédia, do genocídio que o País está vivendo.

Botem nesse projeto que nenhum Parlamentar pode utilizar em si próprio essa vacinação privada, botem nesse projeto que o setor privado não pode comprar vacina sem autorização da ANVISA, botem que a ANVISA não pode negar autorização para os Governadores comprarem vacinas Sputnik V para a maioria da população, para que o setor privado possa ter onde comprar vacinas para a elite deste País. Botem isso. Botem nesse projeto que eles não vão poder lançar essa despesa como gasto com saúde dos funcionários.

Vamos parar com a mentira, vamos parar com a hipocrisia, vamos parar com o cinismo. Este projeto é para pegar um pouco das poucas vacinas que ainda podem ser adquiridas e garantir a vacinação da elite econômica, que está muito chateada com Bolsonaro, porque está com medo de ser infectada, porque os seus hospitais privados - que achavam que iam protegê-los - estão lotados, porque muitos também estão tendo dificuldade de ter assistência, inclusive em São Paulo e em outras grandes cidades. Esse é o projeto.

E a Relatora deixou claro: este não é um projeto para as associações de carroceiros, não. Ela falou isso aqui literalmente. Este não é um projeto para sindicatos de trabalhadores, não é projeto para associações de pobres, não. Este projeto é para a FIESP, para a FIERJ, para associações dos banqueiros, é para a elite deste País furar a fila, passar na frente dos velhos, dos idosos, passar na frente das pessoas com doenças crônicas, passar na frente dos transplantados, dos pacientes com insuficiência renal, dos pacientes que sofrem de deficiência e de doenças crônicas. É esse o projeto que está em voga aqui nesta Casa.

Nós não podemos aceitar isso, Presidente. É um absurdo que este Parlamento tome iniciativa para atender os interesses de uma meia dúzia, que já é privilegiada, em detrimento da população de maior risco. Não podemos concordar com um projeto que fura a fila da vacinação, que ataca o Programa Nacional de Imunizações e o direito à vacinação como um bem universal, como disse o Papa Francisco.

Somos contra o projeto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 61/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-22:08
Publ.: DCD 07/04/2021 -	BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Repúdio ao posicionamento da Esquerda contrário à aprovação da propositura.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Mantemos, com certeza, a vacinação para as empresas privadas.

Agora, é impressionante como a Esquerda é contra tudo e é a favor de nada - quanto pior, melhor. Ficam tentando jogar à população que a vacina vai beneficiar apenas os ricos, os empresários. Não existe isso! A vacina é para todos. Todos nós somos seres humanos, sem demagogia. Querem jogar o tempo inteiro empresários, FIESP, FIERGS contra a população. Não é nada disso! O que nós queremos é justamente beneficiar todos que vêm pelo SUS. É fácil entender. O Parlamentar que me antecedeu pelo jeito não entende. Ele tem dificuldade motora, mental. É impressionante como não se entende o que estamos falando aqui.

Atenção: quem vacina no SUS, para cá, SUS, SUS, SUS, todo mundo, todo mundo. Mas, pelo outro lado, abre-se a hipótese, a expectativa de vacinarmos empresas, depois de todos do SUS; depois que o Governo receber todas - todas - as vacinas compradas. Passa SUS, SUS, vacinando, vacinando. Agora, do outro lado, vacina, vacina, vacina. Ganhamos com isso. Está-se vacinando de um lado e do outro também. Nesta vacinação, os trabalhadores são vacinados. E nos trabalhadores, é bom destacar também o empresário, o senhor da empresa, que também é um trabalhador. Todos estão gerando desenvolvimento, o progresso, geração de impostos. Há esse benefício. E ainda mais que 50% da compra vão ajudar ao SUS. Não pode ser tão radical.

Os argumentos da Esquerda estão alicerçados em areia movediça. Não tem como, está ficando claro. Estou recebendo *e-mails* de todo Brasil, quando eu digo que a realidade da Esquerda no Brasil é a seguinte: a Esquerda toma veneno e fica esperando o coronavírus morrer. Vocês estão fora da lógica! Estão com ódio, ódio pelos poros, contra o Governo. Pensem no Brasil! Olha o que vocês estão obstruindo. O que vocês estão prejudicando: todos os brasileiros, inclusive os pobres, que vocês defendem. E, destacando, a Esquerda gosta tanto de pobre que por onde passa multiplica a pobreza, multiplica a miséria. É o que vocês estão fazendo nesta sessão hoje, estão prejudicando a vacinação no Brasil. Portanto, a Esquerda no Brasil toma veneno e fica esperando o coronavírus morrer.

Grato, nobre Presidente.

Documento 62/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2021-22:12
Publ.: DCD 07/04/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso do Deputado Bibó Nunes a respeito da atuação da Esquerda. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Protesto contra a não aquisição de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio ao Veto Parcial nº 54, de 2019, apostado ao Projeto de Lei nº 138, de 2012, do Senado Federal, na forma do Projeto de Lei nº 6.176, de 2019, (nº 4.067, 2015, na Câmara dos Deputados), acerca da instituição do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, o destaque, na verdade, é do PDT.

E eu fico preocupado, porque ouço o Deputado Bibó Nunes, meu colega, Deputado gaúcho, mas acho que ele está com problema cognitivo.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Falou em mim, Presidente.

Falou em mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Falei em ti.

Ele não entende o que diz e não entende o que ouve. Na verdade, nós não temos um problema aqui de briga da Esquerda com a Direita, Deputado Bibó. O vírus é contra todos nós, contra ti, contra mim, contra todos. E a vacina é a favor de ti, a favor de mim, a favor de todos. Nós, na essência, queremos todos a mesma coisa. Quem sabe seja de jeito diferente, mas o propósito é o mesmo. Nós não estamos aqui para ofender, para brigar, nem para fazer mi-mi-mi. É muito ao contrário: nós estamos numa luta que queríamos que fosse gloriosa, a favor do cidadão.

Nós queremos que a vacina seja comprada pelo SUS. Só não a temos porque não foi comprada. O Governo não a comprou, o Governo se atrapalhou, vamos fazer o quê, ficar lamentando? Vamos olhar para frente. E nós queremos que seja comprada pelo SUS para que não se repita o que aconteceu ali em Belo Horizonte, onde compraram vacina que era soro, placebo, vacina *fake* - até vacina *fake* há. Até para a segurança da saúde das pessoas, queremos que a vacina seja do SUS, um órgão do Governo, ou seja, que a vacina seja do Governo. Se ela não for do Governo Federal, que seja do Governo Estadual ou até mesmo do Governo Municipal. Os três estão autorizados a comprar vacina. Os três têm dinheiro, quem mais tem dinheiro é o Governo Federal. Nós não podemos brincar com coisa séria, até porque a vacina é para o cidadão e para a cidadã.

Concluindo, Presidente, quero dizer que é lamentável que esta Casa tenha aprovado aqui, no Programa Mais Médicos, o REVALIDA de ano a ano, e essa aprovação do REVALIDA tenha sido vetada pelo Presidente. Veja bem: são jovens gaúchos e brasileiros que estudaram no estrangeiro, inclusive o meu filho Leonel Brizola Pompeo de Mattos, que estudou 4 anos na Argentina. Esses jovens se formaram, estão diplomados, e não podem exercer a medicina - e os nossos profissionais de medicina estão no último do estresse - para atender a questão da demanda do coronavírus. Esses moços, meninos e meninas, jovens, homens e mulheres, formados, capacitados, preparados, muitos deles, 4 mil pelo menos, já trabalharam 1 ano, 2 anos, 3 anos para o Governo, no Mais Médicos, e não podem atuar em favor da saúde, da vida, da medicina, no combate ao coronavírus.

Que insanidade, que insanidade foi o veto do Presidente, Deputado Bibó! Eu gostaria que o companheiro, o amigo gaúcho pedisse ao seu Presidente que voltasse atrás. Vamos contratar esses jovens médicos e médicas para salvar vidas no nosso País! Esse é o apelo que eu faço.

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 22:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - IGOR TIMO-PODE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção, pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, de ações emergenciais a favor do Estado de Minas Gerais diante do colapso do sistema de saúde provocado pela Covid-19.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes da orientação, eu gostaria de fazer coro ao pedido feito pelo nosso coordenador da bancada, o Deputado Diego Andrade. E peço a esta Casa que também faça coro conosco junto ao novo Ministro da Saúde.

Minas Gerais se encontra em colapso. Minas Gerais pede socorro. Presidente, centenas de hospitais em cidades-polos que atendem macro e microrregiões estão sem os remédios e os insumos para os que se encontram intubados ou para aqueles que precisam ser intubados. Trata-se de uma situação emergencial. Nós precisamos de uma ação imediata por parte do Governo Federal, porque algumas cidades já não têm mais insumo e em outras ele acabará em menos de 1 semana. Então, nós precisamos de uma ação...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Só um minutinho. Eu vou devolver a palavra ao Deputado Igor Timo, porque eu acho que este momento, no Estado de Minas Gerais, é muito dramático, e eu acho que o apelo do Deputado Igor deve ser ouvido por todo o País.

Pode concluir, Deputado Igor.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG) - Eu peço, rogo encarecidamente a esta Casa, ao Governo Federal, ao nosso Ministro da Saúde que intercedam pelos meus conterrâneos mineiros imediatamente, ou então perderemos muitas e muitas vidas inocentes.

Muito obrigado, Presidente. Conto com o apoio de todos os senhores.

Que Deus nos abençoe nesta missão!

Documento 64/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 22:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DR. LEONARDO-SOLIDARIEDADE -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do inciso II, art. 2º, da Lei nº 14.125, de 2021, contido na redação do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da referida lei, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Imediata adoção, pelo Governo Federal, de ações em prol do Estado do Mato Grosso, diante do colapso da saúde provocado pela epidemia de coronavírus.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente. E reforço aqui o apelo do Deputado Igor Timo e de todos os companheiros, pela situação por que passamos.

Como médico que sou, acredito - e faço o meu mandato com muita honradez - que posso atender muito mais à população como estou, como político, com muito orgulho, do que às vezes se eu estivesse na linha de frente. Não me vacinei porque não estou na linha de frente. Sigo as regras. E tenho orgulho do mandato.

Então, não adianta provocarmos, colocarmos a população contra os políticos ou fazermos desafios, porque isso não leva a nada. Não adianta esse clima de desunião. Enquanto isso, estamos aí. Atuamos, como bancada do Mato Grosso, para levar oxigênio para o Estado, para cobrar miniusinas de oxigênio, para ampliar a quantidade de UTIs no meu Estado. Lá, mais de cem pessoas estão morrendo por dia. Isso é uma tragédia. Eu estou em Brasília neste momento. Dizem que lá no Mato Grosso morreram mais de cem pessoas. Isso é uma tragédia, uma tragédia que está acontecendo em todos os Estados.

Minha solidariedade a todos. E precisamos de ajuda realmente.

Documento 65/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
---------	---

CD 22:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a apresentação, pelos partidos opositores, de requerimento de destaque para a exclusão do dispositivo referente à compra de vacinas, constante no texto do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito este momento de votação para dizer que estou pasmo com a posição da Oposição neste Parlamento. A Oposição apresentou um destaque para excluir do texto desse projeto a possibilidade de serem compradas vacinas já aprovadas em outros países, já em uso em outras nações e aprovadas pelos seus órgãos de controle sanitário; de comprar essas vacinas sem necessidade de seguir o mesmo roteiro aqui no Brasil, com apreciação demorada pela ANVISA. A Oposição tentou excluir do texto, porque só quer que se compre se houver aprovação da ANVISA, mas queria que o Governo comprasse, em junho do ano passado, uma vacina que ainda estava em fase de estudo, que só foi aprovada pela ANVISA a partir de janeiro deste ano. É um absurdo a posição...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 66/702

32.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 22:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento a Deputado sobre o posicionamento da Oposição acerca da compra de vacinas contra a Covid-19 por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, eu peço a palavra inclusive para esclarecer ao Deputado que me antecedeu. A exigência que não só a Oposição, mas os médicos e as sociedades especializadas faziam para o Governo Federal era que contratasse, no ano passado, todas as vacinas que lhe foram oferecidas, sempre, obviamente, condicionando o desembolso à aprovação pela ANVISA. E o Governo Federal fez isso, mas fez isso apenas com a vacina da AstraZeneca/FIOCRUZ. Contratou quando não estava autorizada pela ANVISA, como o próprio Parlamentar disse, o que só aconteceu em janeiro. Mas se negou a fazer em relação à vacina do Butantan, à vacina Sputnik.

Negou-se a contratar, ao todo, 700 milhões de doses que foram oferecidas ao Governo Federal no ano passado. É por isto que nós estamos debatendo aqui: porque Bolsonaro travou o plano de vacinação do Brasil.

Documento 67/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2021-22:40	
Publ.: DCD 07/04/2021 -	- GILSON MARQUES-NOVO -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão cabendo às pessoas jurídicas de direito privado que assim o fizerem doar ao Sistema Único de Saúde - SUS a mesma quantidade de vacinas adquiridas para essa finalidade, constante no inciso II, art. 2º, da Lei 14.125, de 2021, incluído pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da referida lei, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse destaque visa subtrair a exigência de contrapartida de vacinas para o SUS quando compradas pela rede privada. Essa pretensão nossa de retirar essa exigência tem alguns motivos. O primeiro deles é que a própria Relatora afirmou que o Governo Federal já comprou, já adquiriu, já contratou todas as vacinas necessárias para a imunização da sociedade. Então, não faz sentido a iniciativa privada comprar as vacinas para si própria, para se vacinar e vacinar seus funcionários, mais as vacinas para o SUS, sendo que elas serão desnecessárias.

O segundo motivo é que, se não houver a contrapartida, é óbvio que a contratação da rede privada vai ser mais barata. Em sendo mais barata, vai ser acessível a mais empresas, a empresas pequenas.

As críticas de grande parte da Esquerda, até com razão, é que pessoas com maior poder aquisitivo vão poder adquirir as vacinas. A partir do momento em que barateamos a aquisição, retirando a contrapartida e fazendo com que elas comprem somente o que vai ser utilizado, já que o Governo Federal já adquiriu todas as outras, nós permitimos que muitas empresas médias e pequenas também tenham oportunidade de comprar as vacinas no futuro. Lembro que o § 6º, como eu li anteriormente, não permite que vacinas sejam recebidas pelo setor privado antes de serem recebidas pelo setor público, quando compradas por ele. Então, esse é um risco inexistente, já que essa proibição é literal no § 6º deste projeto.

Portanto, nós indicamos o voto "não", a favor do destaque do Partido Novo, para incentivar a compra de maior número de vacinas privadas, da forma mais barata e rápida possível, o quanto antes imunizando em massa a população brasileira.

Todos nós sabemos que a iniciativa privada... Essa lei vai em busca da produção, em busca das compras o mais rápido possível, já que o maior número de compradores faz com que a produção seja cada vez mais estimulada.

Portanto, eu repito, nós pedimos o voto "não", a favor do destaque.

Obrigado, Presidente.

Documento 68/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2021-22:44	
Publ.: DCD 07/04/2021 -	- ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão cabendo às pessoas jurídicas de direito privado que assim o fizerem doar ao Sistema Único de Saúde - SUS a mesma quantidade de vacinas adquiridas para essa finalidade, constante no inciso II, art. 2º, da Lei 14.125, de 2021, incluído pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da referida lei, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e

doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Jorge Solla e Deputado Bibo Nunes.

Presidente Marcelo Ramos, cumprimento V.Exa. e todos os pares por este nosso debate, a esta hora da noite, sobre um tema tão importante, que mobiliza mentes e corações do povo brasileiro neste momento, dada a relevância do Programa Nacional de Imunizações.

Sr. Presidente, eu diria que nada é tão ruim que não possa piorar.

Este destaque, com todo o respeito aos Deputados do NOVO, não faz nenhum sentido. Ele só piora o fura-fila. Ele só produz o aprofundamento de uma crise social que existe no nosso País em relação ao processo de vacinação. Esta medida que se quer retirar do texto mitiga um pouco os danos deste projeto, quando ele institucionaliza o fura-fila com base no poder econômico.

Eu entendo a preocupação dos ilustres pares e tenho a compreensão de que a grandiosíssima maioria dos Deputados que são favoráveis ao projeto está desesperada, está preocupada. Como outros representantes de Minas Gerais já disseram aqui, todos nós estamos sendo abordados por gente do sistema de saúde com problemas das mais diversas ordens.

Nós sabemos que, se o Governo Bolsonaro tivesse feito o dever de casa, não haveria tantos óbitos no nosso País neste momento. Eu diria, Presidente, que este projeto é o atestado de óbito do Governo Jair Bolsonaro, porque mostra a sua incompetência, a sua negligência, a sua imperícia no tratamento da coisa pública e no tratamento de uma questão central, que é a defesa da vida humana.

Sr. Presidente, o nosso foco precisa ser colocado no lugar onde está o problema, e o problema está na oferta, não está em quem compra, porque não há oferta disponível no mercado. Esse é o problema! Se houver disponibilidade no mercado, ela deve ser aproveitada pelo Estado para aplicar no Plano Nacional de Imunizações.

Grosseiro como é o Presidente da República, ele disse certa feita que iria comprar vacina na casa da mãe, demonstrando exatamente o problema de oferta que há no País.

CD

22:56

Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão cabendo às pessoas jurídicas de direito privado que assim o fizerem doar ao Sistema Único de Saúde - SUS a mesma quantidade de vacinas adquiridas para essa finalidade, constante no inciso II, art. 2º, da Lei 14.125, de 2021, incluído pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da referida lei, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é "sim" ao texto.

Temos que aproveitar este minuto para, mais uma vez, dizer que a lamentável votação deste projeto é a demonstração mais clara da falência do Governo Bolsonaro, o Governo com o pior manejo da pandemia no mundo. Somos o país com o maior número de mortos no mundo e um dos países mais atrasados na vacinação - somos o 47º país em percentual de população vacinada. E o que faz a elite do atraso? Se não há vacina, se a quantidade de vacinas é pequena, Deputado Solla, ela diz: "*Arrumem aí um privilégio para eu conseguir 1 milhão de vacinas e vacinar os meus: os meus amigos, os meus parceiros, os meus funcionários*". E ainda quer dizer que isso é ajudar o SUS e o País? Isso é estabelecer a anarquia e o privilégio no processo de vacinação pública. Essa que é a grande verdade deste projeto.

Documento 70/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	23:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - TADEU ALENCAR-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, bastaria perguntar a qualquer brasileiro, estando ele na fila, neste momento dramático da vida brasileira, com 4 mil mortos no dia de hoje, com toda a falta de articulação e com negligência e a omissão criminosa do Governo Federal, se ele acha razoável ser trocado, nessa fila de vacinação e de imunização, por uma empresa que vai adquirir vacinas daquelas que estavam destinadas a essa fila - porque não há vacinas a serem acrescidas. Qualquer pessoa do povo saberia repudiar de maneira indignada essa possibilidade. E essa possibilidade que traz este projeto.

Nós aqui temos que reverberar o sentimento de indignação da população com o fura-fila. É isso que este projeto faz e é isso que nós temos que denunciar retumbantemente, para que o povo brasileiro saiba o que a Câmara dos Deputados está aprovando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 71/702

32.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-23:00
Publ.: DCD 07/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Registro de 4.211 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Repúdio às críticas do Presidente Jair Bolsonaro às medidas de combate ao coronavírus. Direito de pessoas jurídicas de vacinação de seus funcionários, somente após o término da imunização de grupos prioritários previsto no Plano Nacional de Imunizações.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sim, Presidente.

Bem, Presidente, hoje nós passamos da lamentável marca de 4 mil mortos; foram 4.211 mortos. Esse é o mais recente número de famílias enlutadas no Brasil. É a barbárie, Sr. Presidente.

E, infelizmente, neste cenário de aguda crise sanitária, em que o

Presidente, como divulgado, se não me engano, pela *Folha de S.Paulo*, ignora essas mais de 4 mil mortes, faz ironia com o termo "genocida" e critica as medidas restritivas, um momento em que o Congresso Nacional e a Câmara dos deputados precisam se agigantar para enfrentar essa barbárie que acontece no Brasil, nós estamos aqui discutindo vacina para a iniciativa privada.

O País hoje nem sequer tem as doses de vacinas necessárias para vacinar os grupos prioritários, definidos por critérios científicos, critérios epidemiológicos, no nosso Plano Nacional de Imunizações. Nessa situação, não dá para fugir de algo que é óbvio. Qualquer vacina comprada pelo setor privado que não seja gerida pelo Plano Nacional de Imunizações para o conjunto da população é vacina retirada do SUS, num cenário em que não há insumos disponíveis. Não dá! Corremos o risco, Sr. Presidente, de ter mais falta ainda de vacinas para os grupos vulneráveis. É isso que está colocado e precisa ser dito.

É obrigação do Estado buscar os meios para garantir a saúde dos cidadãos. Isso é dever constitucional do Estado. Lamentavelmente, incentivar a dupla fila de vacinação neste momento da crise sanitária, não só é fazer algo antiético, no nosso ponto de vista, como também é atacar e violar direitos fundamentais.

Por isso, o PSOL sugere que somente após o término da imunização dos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Imunizações as pessoas jurídicas de direito privado possam destinar doses de vacinas a seus funcionários. Isso é valorizar o SUS, isso é valorizar a vida, isso é fazer cumprir a Constituição, isso é fazer valer a ciência e o Plano Nacional de Imunizações.

Obrigada.

Documento 72/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 23:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 19, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, o PSL orienta "não".

Com relação ao que falamos há pouco, sobre 50% ficarem com os empresários e 50% ficarem com o SUS, não foi feita uma colocação muito importante para o lado humanitário. Cito um exemplo. Aprovada a lei, os empresários comprarão as vacinas. Digamos que, daqui a 15 dias, comprem vacinas Sputnik, por exemplo. A imensa maioria dos brasileiros não foi vacinada ainda. Então, é muito justo que o empresário doe 50% das vacinas para o SUS. Isso é muito lógico! Essa é a minha colocação. Então, 100% das vacinas ficarem com para o empresário não faz sentido, até porque será possível comprar daqui a pouco a Sputnik, que o Governo não está comprando ainda. Aí, 50% serão doados ao SUS, para que se vacinem mais pessoas.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 73/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	23:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 19, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Tragédia provocada pela epidemia de coronavírus no País. Necessidade de adoção, pelo Parlamento brasileiro, de medidas efetivas de contenção do avanço da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Presidente, defende este destaque.

Quero aproveitar para registrar aqui o absurdo da tragédia do genocídio que nós estamos vivendo. Em 6 de março, foram 1.840 mortes pela COVID; em 10 de março, mais de 2 mil; em 23 de março, mais de 3 mil; em 6 de abril, mais de 4 mil. O Estado de São Paulo está hoje com 4 vezes mais pacientes internados em UTI com COVID do que toda a França! São mais de 13 mil pacientes internados em leitos de UTI COVID e mais de mil pacientes aguardando uma vaga em UTI.

Até onde o Parlamento vai ser cúmplice dessa tragédia, Presidente? A quantos mortos teremos que chegar para tomarmos medidas efetivas para reduzir a transmissão e a contaminação da nossa população e reduzir as mortes de brasileiros? Deixo aqui essas perguntas.

Documento 74/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	23:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Dever do Presidente Jair Bolsonaro de aquisição de vacinas para imunização em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, não há nada mais importante hoje no Brasil do que vacinarmos a nossa população, de maneira ordeira, de maneira organizada, de maneira justa, equilibrada e responsável. Eu sei que está faltando vacina e sei também por que está faltando vacina. Não vou ficar aqui chorando o leite derramado, não vou ficar vivendo do passado. Nós temos que olhar para frente. E, em vez de ficarmos dando o jeitinho brasileiro, nós temos que resolver o problema. E se resolve esse problema comprando vacina.

Se há vacinas para comprar, a ponto de alguns as quererem comprar, que o Governo as compre! O Governo é de todos; o Governo é para todos. O Presidente Bolsonaro tem que assumir a liderança disso de uma vez por todas e distribuir vacina para a população. Alguns que querem a vacina privilegiadamente são aqueles que não a ganharam do Presidente que eles elegeram. É lamentável!

Vacina para todos!

Documento 75/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	23:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 19, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL obviamente defende a vacinação já para o povo brasileiro, mas isso não será possível se não respeitarmos e não cumprimos o Programa Nacional de Imunizações.

Ao instaurarmos, como está sendo feito aqui, duas filas de vacina, uma delas será encampada pelo setor privado para vacinar seus funcionários, que eu quero que sejam vacinados o mais rápido possível. Mas isso não pode ser na frente daqueles que são, segundo a ciência, segundo os infectologistas, segundo o que dizem as orientações médicas, os grupos mais vulneráveis a esse vírus que já matou milhares de pessoas e está deixando enlutadas muitas famílias brasileiras.

O PSOL é a favor do SUS. O PSOL é a favor do Plano Nacional de Imunizações. Portanto, somos favoráveis ao nosso próprio destaque, obviamente.

Documento 76/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 23:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 19, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque é muito importante. Ele tem o objetivo de fechar a porta lateral para o fura-fila, para garantir que o Plano Nacional de Imunizações preserve minimamente os grupos prioritários. Nós inclusive estamos lutando para definir em lei a inclusão, como estão tentando fazer, dos trabalhadores dos Correios e

das áreas de segurança, dos rodoviários, dos assistentes sociais, enfim, dos trabalhadores de setores que são prioritários, essenciais, que estão lá na linha de frente.

Então, este destaque busca fazer com que as vacinas a que o Brasil tenha acesso sejam submetidas ao Plano Nacional de Imunizações. Chega de fura-fila! Causa indignação essa tentativa que estão fazendo.

Votamos "sim" ao destaque.

Documento 77/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	23:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 19, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vota a favor da emenda do PSOL e, mais uma vez, traz o argumento de que o enfrentamento de uma pandemia precisa ser, obrigatoriamente, um ato coletivo, com uma coordenação nacional de esforços. E é preciso, dentro dessa coordenação, priorizar os grupos mais vulneráveis, para que sejam vacinados em primeiro lugar, primeiro, por uma questão humanitária de proteção de vidas, segundo, porque, quanto mais correta for essa priorização, mais rápido se conseguirá combater a evolução da pandemia. Para comprovar isso, basta ver os países que estão fazendo as vacinações coordenadas nacionalmente, por sistemas nacionais de vacinação.

O Brasil, que promoveu uma anarquia no processo pré-vacinas, desorientando a população por conta da atuação do Presidente, agora vai anarquizar também o processo de vacinação.

Documento 78/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
---------	------------------------------------	--------------

Sumário

Colapso da rede hospitalar no Estado de Minas Gerais provocado pela Covid-19. Fracasso da tese do Governador Estadual, do partido Novo, para combate à doença viral. Não liberação, pelo Presidente da República, da compra da vacina Sputnik. Aquisição de imunizantes pelas pessoas jurídicas de direito privado. Deboche do Presidente Jair Bolsonaro com pessoas em isolamento social. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu insisti muito em falar porque dois Deputados mineiros já fizeram um apelo para que sejamos socorridos aqui em Minas Gerais. De fato, aqui está anunciado o caos, o colapso. Já faltam medicamentos em muitos hospitais no interior, já faltam equipamentos e até oxigênio. É um pedido de socorro o que está sendo feito. Estamos pedindo socorro a quem? Ao Ministério da Saúde, ao SUS.

Aqui o Governador é do NOVO. A tese de que o mercado resolve tudo não deu certo em Minas Gerais. É preciso dizer isto: a tese do NOVO fracassou completamente em Minas Gerais. Aqui até empresários, megaempresários, furaram fila. Inauguraram o fura-fila dos empresários. E, agora, nós estamos vendo esse fura-fila oficial.

O Presidente da República não quer liberar, porque a ANVISA não libera, a Sputnik, para os Governadores comprarem. Mas os empresários vão poder comprar a Sputnik, mesmo que a ANVISA não libere. Trata-se de um fura-fila oficial, para que grandes empresários façam por conta própria a política de imunizar quem queiram. Os mais ricos estão furando fila.

Enquanto isso, o Presidente, falando em seu cercadinho em frente ao Palácio, criticou agora à noite o isolamento e brincou, dizendo às gargalhadas: *"Duvido que quem ficou em casa não ganhou peso"*. Com mais de 4 mil mortos por dia, esse genocida fica fazendo deboche. Perguntam-me e não sei responder: *"Como esse sujeito está aí até hoje presidindo o Brasil, com 108 pedidos de impeachment?"*

Fora, Bolsonaro! Vacina já para o povo brasileiro!

32.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 23:20

Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a disseminação de fake news sobre o Projeto de Lei nº 948, de 2021, relativo à alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Importância de aprovação da propositura para celeridade do processo de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que esta noite está sendo marcada por uma sucessão de *fake news*, de mentiras espalhadas sobre um projeto que vai auxiliar justamente a vacinação do povo brasileiro, trazendo mais vacinas para o Brasil. Há uma disseminação de *fake news* aqui no plenário e também nas redes sociais por pessoas que estão deturpando justamente aquilo que o projeto diz na literalidade.

Este projeto estabelece que ou as doses que forem compradas pela iniciativa privada serão doadas integralmente ao SUS, ou uma metade delas será doada ao SUS e a outra metade, aplicada nos funcionários e colaboradores, por exemplo, de empresas que as adquirirem. Não há nenhuma possibilidade de que haja fura-fila.

Inclusive, o seu § 6º deixa muito claro que as aquisições feitas pelas pessoas jurídicas de direito privado com os laboratórios que já venderam vacinas ao Ministério da Saúde só poderão ser pactuadas após o cumprimento integral dos contratos e a entrega das vacinas ao Governo Federal. Isso quer dizer que, se o Governo Federal tiver um contrato com um laboratório e uma empresa fizer um contrato com esse mesmo laboratório, as vacinas contratualizadas só serão entregues depois que as vacinas compradas pelo Governo forem devidamente aplicadas.

Diz mais o projeto de lei: no seu § 7º, diz que, para a aplicação das vacinas, as pessoas jurídicas de direito privado deverão observar, mesmo na aplicação das doses da própria empresa, os critérios de prioridades estabelecidos no Programa Nacional de Imunizações.

Sr. Presidente, o que esta lei está permitindo é justamente que as empresas privadas tenham acesso a mais vacinas, garantindo, assim,

que nós tenhamos a imunização de mais brasileiros. Há tantas pessoas na Oposição acusando o Governo de ser incompetente, mas, no momento em que se abre espaço para a iniciativa privada suprir as lacunas deixadas pelo poder público, decidem votar contra a aquisição de vacinas a mais para os brasileiros. Sr. Presidente, quem defende a vida - ou pelo menos diz defender a vida - jamais pode votar contra um projeto desses. Ele garante a imunização de mais brasileiros e, portanto, garante o direito à vida a mais brasileiros.

Aqueles que disseminam *fake news* sem ler o projeto de lei aprovado, sem ler aquilo que está na lei, talvez espalhando, em alguns órgãos de imprensa, em algumas entrevistas, notícias que não condizem com a realidade do projeto, estão prestando um desserviço, Sr. Presidente, à Nação brasileira.

Aqui se trata, portanto, de garantir que a nossa população tenha acesso à vacinação, que nós possamos imunizar mais pessoas. E nós do NOVO sempre dissemos que confiamos muito mais no poder do indivíduo, na geração de riqueza e de criatividade pela iniciativa privada. Portanto, seríamos extremamente incoerentes se déssemos exclusivamente ao Governo, ao setor público, o poder de seguir com o Plano Nacional de Imunizações. É importante, sim, que o SUS continue com a vacinação, e é mais importante ainda que abramos novos *fronts*, para que mais brasileiros sejam imunizados e saiamos desta crise o quanto antes.

Documento 80/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	23:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Legitimidade da greve dos petroleiros da Refinaria Landulpho Alves, instalada no Estado da Bahia. Pedido ao povo brasileiro de manifestação contra a desestatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e suas subsidiárias.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, os trabalhadores petroleiros da primeira refinaria da PETROBRAS no Brasil, a Refinaria Landulpho Alves, que fica aqui, na Bahia, iniciaram uma greve há 30 dias. A greve é legítima; não foi julgada abusiva ou ilegal.

Desde o início da greve, a PETROBRAS vem se utilizando de aspectos jurídicos, impondo multas ao sindicato, fazendo ações repressivas para frustrar a movimentação dos trabalhadores. A prática antissindical está implicando ações até contra os indivíduos, contra os dirigentes.

Exemplo de abuso e assédio moral contra os trabalhadores por parte da gerência da refinaria é a proibição de uso de máscara contra a COVID com a logomarca do sindicato. Aplicaram a suspensão de 29 dias ao Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros - FUP, Deyvid Bacelar, para preparar sua demissão por justa causa, intimidando os trabalhadores.

Por isso, quero pedir o apoio de toda a população brasileira na defesa da PETROBRAS, na defesa dos trabalhadores, contra a privatária deste Governo.

Documento 81/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	23:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aquisição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Pedido aos Deputados de comparecimento à Comissão Geral destinada ao debate da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Marcelo, primeiro, quero dizer que, de fato, este horário a população brasileira já não nos acompanha com muita acuidade.

Estamos aqui a tratar de algo absolutamente fora do contexto: a entrega ao empresariado, ao grande empresariado, da possibilidade de privatização da imunização. Na verdade, vão se pegar empresas que não estão tendo contrato com o Governo e vai se fazer uma compra que botará em movimento a sua maquineta produtiva de imediato, sem escala, atrapalhando a possibilidade de novos contratos do Estado brasileiro.

Na quinta-feira, o Colégio de Líderes e a Presidência da Casa aceitaram a realização de uma Comissão Geral sobre quebra de patentes. Eu quero dizer, Presidente, que nessa discussão, sim, nós precisamos mergulhar, como foi feito, há muitos anos, em relação ao

coquetel anti-AIDS. É hora de o Brasil produzir. Essa é uma questão de segurança nacional. Essa, sim, é uma questão de segurança nacional.

Eu peço o comparecimento de todos na quinta, às 10 horas.

Obrigada, Presidente.

Documento 82/702

32.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	23:28
Publ.: DCD - 07/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Apelo ao Governo Federal de fornecimento de medicamentos, insumos e oxigênio à rede hospitalar de Minas Gerais, para atendimento aos pacientes da Covid-19.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, eu até compreendo que o Parlamento está tentando fazer um freio de arrumação. Mas estamos aplicando o remédio errado. O único freio de arrumação possível para salvar vidas, recuperar a economia, dar proteção às empresas e aos empregos se chama *impeachment*. Não há outro caminho.

O Parlamento não pode ser cúmplice deste Governo genocida, irresponsável. Estão morrendo mais de 4 mil pessoas por dia. Em Minas Gerais, mais de 60% das cidades não têm 4 mil habitantes. Estão destruindo, matando uma cidade por dia em Minas!

Então, eu quero aqui fazer um apelo, reforçando a importância de este Governo irresponsável mandar medicamentos e oxigênio para Minas, para os hospitais, porque, senão, vai morrer mais gente.

Obrigado, Presidente, por esta oportunidade.

Documento 83/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	06/04/2021-15:24
Publ.: DCD 07/04/2021 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, peço a palavra para questionar profundamente - e gostaria de falar para todos os nossos colegas Parlamentares - o que se busca colocar em votação, no dia de hoje, na Câmara dos Deputados. Este projeto, por mais que seja bem-intencionado, na prática, vai tirar oportunidades de vacinas chegarem para o Sistema Único de Saúde, vai tirar oportunidades de o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais poderem adquirir vacinas para o SUS e vai reservar essas vacinas para quem tem dinheiro para comprá-las, para ter acesso a elas. Isso pode criar a situação absurda de ainda mais atraso no Programa Nacional de Vacinação do nosso País, porque o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais vão perder a oportunidade de comprar essas vacinas, e, ao mesmo tempo, vai fazer com que pessoas furem a fila da vacinação.

Se esse projeto for aprovado, inclusive no conteúdo que está no seu substitutivo, um banqueiro de 50 anos de idade, por exemplo, vai tomar vacina antes de uma pessoa de 65, 64, 63 anos. Várias pessoas de grupos que começaram a vacinar agora ou que estão esperando o seu momento na fila de vacinação vão ver, por ato deste Congresso Nacional, seu lugar na fila ser ultrapassado por um banqueiro que tenha dinheiro.

Dizem também o seguinte: "*Não, mas a intenção é boa, porque o funcionário do banqueiro pode tomar a vacina*". Esse projeto vai fazer com que um funcionário desse banqueiro que, por exemplo, tenha 40 anos de idade possa passar na frente de uma pessoa que também tem 40 anos de idade, mas tem doença cardíaca, doença pulmonar, diabetes ou alguma outra complicação que a faça estar à frente na fila.

Mais do que isso: se o Congresso Nacional aprovar este projeto, rasgando a lei que nós votamos há menos de 1 mês - a Câmara e o Senado, de forma unânime -, vai colocar o Brasil numa lista vergonhosa, a daqueles que permitem, no meio da maior pandemia da nossa história, deste século, que o poder do dinheiro possa fazer as

peças furarem a fila.

E mais: isso vai bagunçar, desorganizar toda a estratégia de vacinação. A vacinação é, acima de tudo, uma estratégia coletiva, gente. Ninguém garante - a pessoa pode ter o dinheiro que tiver - a sua imunidade sozinho. A imunidade de cada um depende de que outras pessoas também tomem vacina. E aqui está sendo furada a fila.

Documento 84/702

31.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-15:28
Publ.: DCD 07/04/2021 -	BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato.

Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma honra estar participando desta sessão. Eu tenho inclusive uma emenda junto a este projeto de lei e quero dizer o seguinte: quanto mais vacina, melhor. Não tenho a menor dúvida quanto a isso.

As pessoas confundem. Os empresários que forem comprar vacina - 50% para seus funcionários e os familiares deles, e 50% para o SUS -, no meu entendimento, vão negociar diretamente com a farmacêutica. Essa é a lógica. Não tenho a menor dúvida sobre isso. Portanto, quanto mais vacina houver, melhor.

Na minha emenda, inclusive, eu volto a insistir para que o empresário também pague o Imposto de Renda desta compra. Não tem por que isso não acontecer. A empresa tem condições, já estamos dando abatimento demais. Em pouco tempo, o Brasil estará novamente singrando em altos mares da evolução e do desenvolvimento.

Quero fazer aqui também uma colocação com relação à liberação de vacinas pela ANVISA. A ANVISA tem que ser mais flexível. Nós temos,

por exemplo, a vacina russa Sputnik, com 91% de eficácia, que ainda não foi liberada pela ANVISA, mas que já está sendo usada em mais de 50 países. É preciso haver uma flexibilização, porque nós precisamos de mais vacinas. Se mais de 50 países estão usando a vacina russa, é evidente que ela é uma vacina que funciona. Não estou menosprezando a ANVISA, mas nós temos que dar prioridade, em todos os momentos, à vacinação. Qual é o item número um, o quesito número um em qualquer pauta hoje? É vacina, vacinação.

Felizmente, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, esta vacinando muito bem - muito bem! Acredito que hoje Porto Alegre deva ficar em primeiro lugar na vacinação. Estamos muito bem organizados aqui na cidade.

Então, é isso que temos que passar: temos que pensar no melhor para a população brasileira, que é a vacina, independentemente de cores partidárias, pois ela é a saúde da população. Esqueçam, não há questiúnculas partidárias. Vamos olhar melhor para cada cidadão. Isso é o mínimo que cada um de nós Deputados podemos fazer. Esse é o meu apelo.

Sou totalmente favorável ao requerimento, nobre Presidente.

Muito obrigado.

Documento 85/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	15:32
Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLÁ-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Este projeto é uma vergonha para o Parlamento nacional. Há poucos dias, aprovamos um projeto que permite a compra privada de vacinas desde que alcançada primeiramente a cobertura da população-alvo prioritária. Mas a elite econômica deste País não quer ajudar a resolver o problema da pandemia, quer proteger os seus - eles, seus familiares e os trabalhadores daqueles serviços que garantem o seu lucro. Por isso, esse projeto é uma vergonha! O Brasil tem o maior sistema público de vacinação do mundo, e é o único país do mundo que está

permitindo a compra privada aos ricos, aos apaniguados.

Este projeto é a vergonha do Parlamento brasileiro, é a destruição do SUS.

Documento 86/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 15:32
Publ.: DCD - 07/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL é contra a urgência.

Nós sabemos que a vacinação caminha a passos lentos. Se não me engano, pouco mais de 12% da população foi vacinada com a primeira dose, 3,5% foram vacinados com segunda dose, e isso ocorre, sabemos, por uma paralisia do Governo Federal até então. Aí, alguns dizem: "*Bom, então, vamos recorrer ao setor privado para acelerar esse ritmo*". Acontece que hoje o setor privado já pode comprar vacinas, desde que doe 100% para o SUS, Sr. Presidente, enquanto durar a vacinação dos grupos prioritários.

O que está se querendo aqui é furar a fila, simplesmente, é possibilitar que sejam vacinadas pessoas que não estão dentro das prioridades do Plano Nacional de Imunização, que não vão cumprir os critérios epidemiológicos. Com isso, infelizmente, não podemos compactuar. É preciso vacinar aqueles que são prioritários segundo a ciência.

O PSOL vota "não".

Documento 87/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 15:32
Publ.: DCD - 07/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, poderíamos todos estar livres desse desconforto que estamos vivendo agora. Recordo-me, com muita tristeza ainda, do dia em que o Presidente Jair Bolsonaro cancelou a compra de 80 milhões de vacinas feita pelo Ministro da Saúde, o que, aliás, foi a única coisa certa que ele fez no Ministério.

Agora, isso nos deixou nesta situação: a população aflita; quase 4 mil pessoas morrendo todos os dias; as pessoas desesperadas atrás de vacina.

Mas este projeto, no meu entender, não vem com o objetivo de beneficiar o Plano Nacional de Imunização. Ao contrário, ele o prejudica.

Por isso, o PCdoB encaminha o voto "não".

Documento 88/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021 - CD 15:36	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Isso. É o encaminhamento. Exatamente.

Obrigado, Presidente.

Eu só quero reforçar, neste encaminhamento, um apelo aos colegas.

O problema do Brasil é que nós temos poucas vacinas, e há carência no fornecimento de vacinas no mercado global. O Brasil perdeu a oportunidade de comprar vacinas na hora certa. E agora uma parte da elite brasileira quer resolver o seu problema e abandonar aqueles que mais precisam, que correm maior risco de adoecimento, maior risco, inclusive, de morte, pelas comorbidades, fazendo essas pessoas irem para trás na fila.

Este projeto não pode ser aprovado, Presidente. Ele é uma vergonha para o Parlamento nacional.

Documento 89/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	06/04/2021-15:36
	- CD	
Publ.: DCD - 07/04/2021	GILSON MARQUES-NOVO -SC	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM
		DE
		DE
		ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Questão de ordem sobre a apensação do Projeto de Lei nº 147, de 2021, à proposição.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO é a favor da urgência.

Aliás, o que é mais urgente para o Brasil é estimular a compra de vacinas. A partir do momento em que for permitido ao setor privado comprá-las, isso vai estimular, incentivar a produção.

Há muito produtor que não quer vender para o Estado, porque este é burocrático, paga em atraso. Enfim, a partir do momento em que houver mais pessoas interessadas, a produção será estimulada.

Eu queria emendar a orientação com uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A questão de ordem é baseada no art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados: "*Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara (...)*".

Sr. Presidente, o PL 147/21, de minha autoria, versa exatamente sobre o mesmo assunto que o PL 948/21: aquisição e distribuição de vacinas contra a COVID-19 por pessoas jurídicas de direito privado. Por isso, essas matérias deveriam estar apensadas para tramitação conjunta, não somente pelo texto do Regimento Interno, mas também pelo princípio da economicidade processual.

Dois requerimentos de apensação já foram apresentados, os Requerimentos nºs 627, de 2021, e 658, de 2021, mas ainda não foram despachados. Por isso, eu solicito a V.Exa. a imediata apensação das proposições citadas, repito: o PL 147/21, que trata da mesma matéria do projeto cuja urgência ora se pretende estabelecer e é anterior a ele, e o PL 948/21.

Então, solicito novamente o apensamento dessas proposições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 90/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 15:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta, obviamente, contra essa urgência, por entender que não é hora de resolvermos o problema dos mais ricos, de institucionalizarmos o fura-fila no Brasil. Nós precisamos é tomar medidas para acelerar o processo de vacinação, porque foi isso que o Governo negligenciou, deixou de fazer.

O Governo deixou de cumprir com as suas obrigações e atrasou a

vacinação no Brasil em pelo menos 6 meses, e isso é a principal causa, hoje, de as mortes estarem nessa ascensão, diferentemente do que acontece no mundo inteiro. Portanto, nós temos é que enfrentar isso, e não garantir privilégios, o que é um absurdo.

Sr. Presidente, o PSB orienta "não" à urgência.

Documento 91/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	15:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Não cumprimento, pela União Europeia, das metas de vacinação contra a Covid-19 por falta de imunizantes. Caráter falacioso do discurso de culpabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela não aquisição de vacinas.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, eu gostaria mostrar para o Brasil a verdade dos fatos.

O jornal *El País* e outros jornais ao redor do mundo inteiro noticiam que a União Europeia fracassou em todas - eu vou dizer de novo: em todas! - as metas de vacinação. Ela não conseguiu cumprir nenhum prazo. Por quê? Porque falta vacina no mundo inteiro. Então, esse discurso que tenta desconstruir a imagem do Governo brasileiro, apresentando-o como um governo irresponsável, como se o mundo todo estivesse nadando em vacinas e só faltasse vacina no Brasil, é falacioso, é mentira! Infelizmente, porque querem derrubar o Governo Bolsonaro, a imprensa noticia meias verdades, para que fique na consciência do trabalhador, do povo brasileiro que realmente Bolsonaro é um genocida, um louco que não quer a vacinação do País.

A União Europeia não conseguiu cumprir os prazos, porque a demanda pela vacina é mundial. Mas - e isso deixa a Oposição louca e enfurecida -, até o final deste ano, se Deus quiser, todos os brasileiros estarão vacinados em território nacional.

Documento 92/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	15:48
---------	---	-------

Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Inconsistência de declaração sobre a recusa de farmacêuticas à venda de vacinas ao setor público. Tentativa de aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sob o argumento do acesso privilegiado de empresas privadas ao mercado internacional de imunizantes.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente, quero só fazer um comunicado a um colega que me antecedeu que disse que os produtores privados de vacina não querem vender para o setor público. Peço que ele leia a matéria que saiu agora na *Veja*, que foi publicada neste instante, informando que as farmacêuticas se negam a vender a empresas.

Há empresas que querem usar o Ministério da Saúde para burlar uma norma que internacionalmente tem garantido a venda para o setor público. O representante de uma das empresas interessadas na compra, Deputado Padilha, o dono da Wizard, diz que vai negociar com o Ministério da Saúde, para o Ministério da Saúde comprar as vacinas e repassá-las para as empresas. Gente, se isso não fosse trágico, seria ridículo, mas é mais trágico porque devem morrer 100 mil pessoas no Brasil neste mês de abril.

Querem aprovar um projeto sob o argumento que as empresas privadas terão acesso privilegiado ao mercado, só que elas não têm! Elas poderão não conseguir comprar vacinas e já estão dizendo, antes de o projeto ser aprovado, que vão usar o Ministério da Saúde para burlar uma norma internacional.

Documento 93/702

31.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 15:52

Publ.: DCD - 07/04/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Não cumprimento, pela União Europeia, das metas de vacinação contra a Covid-19 por falta de imunizantes. Congratulações ao Governo Federal pela condução do processo de imunização contra a doença viral.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Obrigada por me conceder a palavra.

Eu quero corroborar a notícia que o Deputado Otoni de Paula apresentou aqui neste Plenário agora há pouco: *União Europeia fracassa em todas as metas de vacinação e corre para corrigir atrasos.*

Isto já foi falado por mim aqui na semana passada: 70% das vacinas estão nas mãos de 10 países. Então, essa é a causa do problema que está ocorrendo no mundo todo, não só no Brasil, inclusive nos países da Europa, como nós acabamos de ler nessa notícia fresquinha.

Então, minha gente, não adianta a Esquerda querer falar que o Brasil é um dos piores países em termos de vacinação. Nós estamos muito melhores que muitos países muito mais ricos do que nós.

Eu queria dar os parabéns ao Governo brasileiro pela condução da vacinação.

Documento 94/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	15:52
Publ.: DCD - 07/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Posicionamento do orador contrário à obrigatoriedade de vacinação, ao isolamento social e ao fechamento de atividades econômicas para prevenção do coronavírus. Aplicação, pelos Estados brasileiros, de 50% das vacinas fornecidas pelo Governo Federal.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, toda a nossa bancada vota "sim".

Eu sou um grande defensor da liberdade, sou defensor da democracia. E é engraçado que não percebemos a mesma coisa por parte de muitas pessoas que se dizem democratas, que se dizem amantes da liberdade. Querem obrigar as pessoas a se vacinarem, obrigar as pessoas a ficarem em casa, obrigar as pessoas a fecharem seus

negócios, obrigar, obrigar, obrigar. Esses são os defensores da democracia.

Nós precisamos convencer as pessoas. A democracia é o convencimento, é a liberdade, é respeitarmos a opinião do outro, sem xingamento, sem baixo nível. Isso é democracia para mim. Agora, querer obrigar...

Por isso que tem que haver liberdade para que as pessoas possam comprar vacina. Essa é a realidade. É isso que nós precisamos fazer.

Hoje, os Estados têm sobrando 50% das vacinas, e não estão fazendo a vacinação. O Presidente Arthur Lira mesmo, na semana passada, fez essa declaração, e eu estou reafirmando isso aqui. Está chegando vacina aos Estados, e eles não estão vacinando. Estão sobrando nos Estados hoje 50% das vacinas que o Governo Federal está mandando.

Então, vamos vacinar, mas vamos seguir a liberdade e a democracia.

Documento 95/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	15:56
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Assunção, pelo Deputado Marcelo Freixo, da Liderança da Minoria na Casa. Alcance do patamar de 320 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Defesa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, para execução do Plano Nacional de Imunização. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dar os meus parabéns ao Deputado Marcelo Freixo por assumir a Liderança da Minoria e agradeço a ele pelo pedido do tempo.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento muito difícil. São

mais de 320 mil vidas perdidas.

No dia de hoje, evidentemente, nós entendemos que pode e deve haver uma boa intenção dos proponentes desta matéria. Mas nós sabemos, Sr. Presidente, que, num País continental como o nosso, com uma diversidade enorme de condutas, não podemos confiar uma tarefa eminentemente do setor público, do SUS, ao segmento privado.

Nós sabemos que existem clínicas de vacinação do setor privado do Brasil extremamente responsáveis, que funcionam. Elas vacinarão depois que todo o processo de acesso for garantido à população brasileira.

Na minha compreensão, não é possível que se coloque dúvida sobre a honestidade do setor público em relação à aplicação das doses vacinais. É preciso que seja realizada uma auditoria pelo próprio Sistema Único de Saúde, que tem a sua auditoria própria, para verificar se está havendo ou não a reserva técnica, considerando a possibilidade de perdas por queda de energia, por problemas de distância, pela necessidade de se guardarem doses em função da própria circunstância de que, com um vidro de vacina, são aplicadas várias doses.

Nós precisamos entender que a vacinação é uma tarefa do SUS e que fortalecer o SUS é uma obrigação de todos nós. Nós precisamos de mais vacinas, de comprar mais vacinas, de municiar Estado e Municípios com vacinas, de auditar, porque isso é da natureza do SUS. Mas, sem dúvida alguma, precisamos entender que essa tarefa é pública.

Os cientistas têm dito com clareza que teremos um abril e um maio muito tristes no Brasil. É preciso apertar as medidas de distanciamento social. Não podemos fazer de conta que não estamos ouvindo. Liberar cultos? Liberar missas? Nós não podemos abrir indistintamente o funcionamento do País. O transporte coletivo está cheio nas grandes cidades. É preciso vacina e distanciamento, por curto tempo, para impactar a circulação do vírus.

Portanto, há medidas de responsabilidade que nós precisamos tomar. E esta Câmara dos Deputados tem obrigação de fazê-lo, Deputado Arthur Lira. Eu confio que nós temos condições de realizar essas medidas responsáveis, em vez de discutirmos algo que não sabemos como será cumprido por cada qual - muitos já estão dizendo que não cumprirão - e que objetivamente não dará conta da tarefa crucial que é vacinar a população brasileira.

Muito obrigada.

Obrigada, Deputado Marcelo Freixo.

Documento 96/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alcance pelo Brasil do primeiro lugar no ranking fúnebre da Covid-19. Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro ao descumprimento das medidas sanitárias de combate ao coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, estou presente.

Presidente, eu queria neste minuto fazer apenas um registro: o Brasil tem a maior média diária de mortes do mundo. Portanto, não há que se comparar o País com a Europa e se vangloriar, achando que a derrota da vacinação na Europa no tempo correto é uma dádiva para o Brasil. Não há termos comparação. Onde mais morreram pessoas é no Brasil, infelizmente. E, como disse a Deputada Alice Portugal, isso acontecerá ainda mais neste mês. Já há quem diga que o Brasil chegará a 500 mil mortes.

O problema é que, além da falta de vacinas, o próprio Presidente incentiva que no Brasil se faça o contrário do que se deve fazer. A última do Presidente foi essa de dizer que vai visitar Chapecó. Se olharmos os dados de Chapecó, o índice de mortes é muito grande. Então, o Presidente mesmo espalha *fake news*.

Documento 97/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:00
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Imediata imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu fico muito impressionada com esse negacionismo, porque ele é muito criminoso. Não assumir a situação de gravidade que o Brasil está vivenciando significa não ter as ações necessárias para superar este momento.

Nós temos um Presidente genocida: Jair Bolsonaro, que, em outubro do ano passado, disse que não iria contratar vacinas, porque a pandemia estava indo embora; que recusou a vacina da Pfizer e a vacina da China e, a partir daí, disse que a COVID era uma gripezinha; que trabalhou com darwinismo social - segundo o Presidente, as pessoas que não têm força ou as pessoas que choram são pessoas que não sobreviveriam. É um crime o que está acontecendo com o Brasil.

O que nós queremos, em verdade, é que o Brasil seja vacinado. Nós temos pouco mais de 9% da população vacinada com a primeira dose. Nós não temos 3% da população vacinada com a segunda dose.

Por isso, é vacina já!

Documento 98/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:00	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Baixo índice de vacinação de brasileiros acima de 60 anos contra a Covid-19. Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, para vacinar a população acima de 60 anos, que é uma população, evidentemente, com bastante comorbidade, com maior risco de morrer quando contrai o coronavírus, o Brasil precisaria ter pelo 60 milhões de doses. São mais de 30 milhões de pessoas, Deputado Solla. Portanto, necessitaríamos de mais de 60 milhões de doses.

Até o momento, o Brasil aplicou apenas 25 milhões de doses, e o que o

Ministério da Saúde promete para abril são apenas 25 milhões de doses. Se seguir nesse ritmo, o Brasil demorará 1 ano pra vacinar a sua população.

Este projeto, que quer autorizar o fura-fila pelo setor privado, quer garantir, sim, uma política do salve-se quem puder: "*Como não tem vacina para aqueles que sofrem maior risco, vamos garantir vacina primeiro para aqueles que têm poder econômico*". É isso que está em jogo neste projeto, Presidente.

Documento 99/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 16:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar esta Casa por este projeto. Ao contrário do que tentam passar para a sociedade, o que nós vamos ver na votação deste projeto é quem realmente quer ver o povo vacinado no Brasil! Quem está esperando uma vacina não quer saber se vai ser vacinado pelo Município, pelo Estado, pela União; se o dinheiro vai ser do setor público ou do setor privado.

Nós estamos aprovando aqui a possibilidade de as empresas, principalmente as grandes, que têm 100, 200, 300, 20 mil, 30 mil funcionários, comprarem vacinas e entrarem nessa luta junto com o Governo. A luta para vencer a COVID-19 não é de um homem só, não é de um setor só, é uma responsabilidade de todos.

Quero parabenizar o setor privado, que quer vacinar, mas precisa da autorização...

(Desligamento automático do microfone.)

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 16:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por milhares de mortes decorrentes da Covid-19, e pela não aquisição de vacinas contra a doença viral.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um debate que nós vamos fazer a fundo.

A bancada bolsonarista sofre de amnésia misturada com cara de pau, porque, na verdade, é evidente que o Presidente falou, como todos sabem, que ele não ia tomar a vacina, que a COVID era só uma gripezinha. Ou isso não aconteceu? Ele estimulou o não uso de máscara, estimulou a aglomeração de pessoas, ou seja, agiu como um irresponsável. Os seus Ministros criaram problemas com a China, com a Índia, criaram problemas diplomáticos seríssimos. O Governo não comprou as vacinas quando deveria ter comprado. Esses são fatos!

Então, não adianta ficar aqui tentando negar responsabilidade de crime contra a saúde pública. Nós temos milhares de pessoas mortas pela incompetência do Presidente. Está faltando vacina porque faltou vergonha na cara, competência e seriedade ao Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 16:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Classificação do Brasil em 17º e 5º lugares, respectivamente, nos rankings mundiais de mortes por milhão e de vacinação da Covid-19. Aquisição de

novos lotes de vacinas pelo Governo brasileiro.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos falar de vacinas.

Eu gostaria de lembrar que, no *ranking* de mortes por milhão, o Brasil está em 17º lugar; os Estados Unidos, em 12º lugar; Portugal, em 13º lugar; Espanha, em 14º lugar; e o Reino Unido está em 9º lugar.

Portanto, nós temos cuidado melhor dos nossos brasileiros do que os países de primeiro mundo onde morrem mais pessoas por milhão de habitantes.

Nós somos também o 5º no mundo em vacinação. Nós temos, no *ranking* de vacinação, os Estados Unidos com 160 milhões de pessoas vacinadas; a China, com 130 milhões; a Índia, com 79 milhões; o Reino Unido, com 36 milhões; e o Brasil, com 21 milhões. Somos o 5º no mundo em maior número de pessoas vacinadas. Na nossa frente, só estão os países que fabricam vacinas, tendo, portanto, prioridade na distribuição das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Qual é o primeiro? São os Estados Unidos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Depois, temos os vacinados por dia, área em que temos a eficiência do SUS. O Brasil está em 4º lugar com 480 mil vacinados por dia, na frente do Reino Unido, que tem 460 mil vacinados por dia. Na nossa frente, temos a China, os Estados Unidos e a Índia, obviamente, pelas razões que nós sabemos, que é a disponibilidade de vacinas. Finalmente, nós temos vacinado 0,22% da nossa população por dia, porque não temos vacinas.

No Brasil, ainda temos somente a Pfizer, a AstraZeneca e a Coronavac autorizadas pela ANVISA. A Sputnik não está autorizada. Havia 10 milhões de doses comprometidas na entrega ao Brasil. A Covaxin, da Bharat Biotech, da Índia, que também está sendo usada para vacinar em dezenas de países e também ainda não está autorizada pela ANVISA, o que esperamos aconteça brevemente, tem 40 milhões de doses prometidas para o Brasil.

Agora, nosso novo chanceler Carlos França certamente buscará contato positivo com os Estados Unidos, a Índia e a China, países de onde o Brasil já adquiriu os 560 milhões de doses para tentar adiantar o cronograma de entregas.

Esta é a política que o Presidente Bolsonaro está estabelecendo, uma

vez que já colocou 20 bilhões de reais à disposição para comprar vacina para todos os brasileiros.

Estes são os dados, Presidente. Nós somos o 5º país no mundo em número de pessoas vacinadas e, assim que tivermos vacina, poderemos chegar a vacinar 2,5 milhões de pessoas por dia. A estrutura...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 102/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DELEGADO PABLO-PSL -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 1.210, de 2021, de autoria do orador, sobre as diretrizes gerais de planejamento e execução de política de vacinação pública, com base no plano operacional das eleições brasileiras com fins de imunização coletiva, em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, como forma de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, e a alteração a Lei nº 6.259, de 1975.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho dialogando com todos os Parlamentares desta Casa para trazermos para a pauta uma alternativa diferente. Aproveito o projeto de lei de hoje para mostrar uma dificuldade que não está sendo pensada pelos Parlamentares desta Casa. Só se fala a respeito da aquisição de vacinas, se ela pode ocorrer ou não pela iniciativa privada, pelo poder público.

Presidente Arthur Lira, nós temos 45 milhões de vacinas distribuídas pelo Brasil e pouco mais de 20 milhões de pessoas imunizadas. A dificuldade não está mais na aquisição de vacinas. A Presidente da FIOCRUZ participou de uma reunião nesta Casa com o Senado e disse que a FIOCRUZ será capaz de produzir 6 milhões de vacinas por semana e já está começando a produzir esta quantidade em larga escala. Portanto, Presidente Arthur Lira, a dificuldade não está na quantidade de vacinas e, sim, na aplicação do plano de imunizações

no Brasil.

O que nós podemos fazer para melhorar o sistema de vacinação no Brasil? Eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.210, de 2021, que tem o objetivo de adaptar a dinâmica do processo eleitoral na vacinação. Nós temos duas ideias vencedoras no Brasil. O País, há décadas, vacina e há bastante tempo também faz seu processo eleitoral chegar aos quatro cantos do Brasil. Eu me arrisco a dizer que este é o único mecanismo que nivela os brasileiros ao mesmo peso, porque aos quatro cantos do nosso País, aos rincões mais afastados, não chega saúde, não chega segurança pública, não chega escola, mas chega urna.

O processo eleitoral tem que ser adaptado para a vacinação. É possível fazê-lo, e o planejamento custa barato para o Brasil. Nós temos que implementar uma alternativa viável para a vacinação. Hoje nós temos mais de 20 milhões de doses de vacinas entregues a gestores municipais e estaduais que não estão conseguindo vacinar, e o que nós estamos discutindo nesta Casa hoje? Estamos discutindo se é preciso vacinar por meio de empresa pública ou privada. Enquanto isso, quem está no caixa do supermercado, quem está na feira, quem está dirigindo para a Uber não sabe que dia a vacina vai chegar para eles, porque o sistema não é justo.

O sistema, como é feito atualmente, não distribui a vacina de modo equânime. Nós estamos condenando os brasileiros a morrer à espera da vacina e pela incompetência na distribuição das vacinas nos Municípios brasileiros, porque em cada Município há um gestor diferente. A vacinação em massa só funcionará com planejamento e com execução.

Documento 103/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:16
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Registro de 14.692 mortes no Estado do Ceará em decorrência da Covid-19. Responsabilidade da Secretaria de Saúde do Estado pela falta de oxigênio na maioria das municipalidades cearenses. Indignação do orador com a não exigência à empresa White Martins, pela gestão pública estadual, de fornecimento de oxigênio líquido aos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.



O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os discursos estão no mesmo tom, no mesmo sofrimento, na mesma angústia que o povo brasileiro está vivendo hoje, e não tem sido diferente no meu Estado do Ceará. Hoje, dia 6 de abril, nós temos 14.692 óbitos confirmados no Ceará e 802 ainda em análise, com suspeita de morte por COVID.

Na última quinta-feira, eu fui à cidade de Irauçuba, próximo ao meu Itapajé. Chegando lá de manhã, vi a angústia de uma cidade que chorava a morte de Caik Mota, professor de educação física da Escola Paulo Bastos, uma demonstração muito clara do momento de sofrimento e de angústia que as famílias cearenses estão vivendo. Dos 184 Municípios do Estado do Ceará, nós temos 158 com problemas de acesso a oxigênio, vital no tratamento de pacientes de COVID, uma infecção que tem matado tantos brasileiros e tantos cearenses.

Diante disso, preocupados com a angústia e o sofrimento da população, fomos buscar explicações. Nós temos no Ceará a maior planta de produção de oxigênio de todo o hemisfério sul, coisa de que nos orgulhamos muito. A planta da empresa White Martins no Complexo Industrial do Porto do Pecém é a maior na produção de oxigênio em toda a América Latina - não há nenhuma igual, o que é motivo de orgulho -, com um excedente de produção capaz de abastecer o Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará e o Nordeste, quando, no nosso Estado, pessoas estão morrendo porque não têm oxigênio para o tratamento. Isso é lamentável!

O pior é que esta empresa só distribui oxigênio através de outras duas, a Filsen, se não me engano, e a Silton. Porém, a Silton, que nem sequer é aprovada pela ANVISA, foi interdita na semana passada pela polícia do Ceará porque não tinha licença da ANVISA para distribuir oxigênio hospitalar.

Estão interditas a iniciativa do nosso colega Deputado Vitor Valim, hoje Prefeito de Caucaia, que faz um belo trabalho, e a iniciativa do Prof. Marcelão, Prefeito de São Gonçalo do Amarante, onde está localizado o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, de adquirir usinas para transformar oxigênio líquido em oxigênio gasoso, capaz de alimentar os hospitais e as demais cidades do Estado do Ceará. Eles não podem fazer a industrialização.

O Prefeito Vitor Valim está mandando buscar oxigênio no Rio de Janeiro, a 3 mil quilômetros do Estado do Ceará, porque ao seu lado, em São Gonçalo do Amarante, a White Martins se nega a entregar oxigênio para a produção e salvar vidas no Município de Caucaia. Com isso, ele poderia abastecer toda a região do Vale do Curu e a região do

CISVALE.

Isso é lamentável, pela incompetência administrativa existente no Ceará hoje. Em vez de a Secretaria de Saúde do Estado buscar resolver o problema, transferiu e sub-rogou para a APRECE - Associação dos Municípios do Estado do Ceará, através de uma lei aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o poder de decidir para onde vai o oxigênio do Estado do Ceará. A APRECE não é nenhum ente público: ela é uma associação civil de Prefeitos, como há a associação de flanelinhas, a associação de juizes de futebol, a associação de marchantes. Ela apenas reúne os Prefeitos, não tem poder deliberativo, não é uma repartição pública, não responde pelo orçamento público, mas hoje é a responsável, no Estado do Ceará, por dizer para onde vai o oxigênio e qual Município vai recebê-lo.

Os números são lamentáveis! Eu rogo e rezo pelas mais de 14.600 famílias que perderam seus entes queridos no meu Estado. Destaco minha decepção e minha tristeza com a gestão pública do meu Estado, que tem plena capacidade e condições de exigir que a White Martins, uma empresa multinacional, libere e forneça oxigênio líquido para que os Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante possam abastecer as demais cidades do interior do Estado.

É lamentável esse cartel que foi formado! Dá a impressão de negociata, de interesses aviltantes com o Erário público, na medida em que nós sabemos que os preços dos tubos de balas de oxigênio dispararam no Estado do Ceará.

Isso terá um preço, não tenham dúvida, senhoras e senhores! A população e as famílias cearenses estão vendo quem está fazendo o bem e quem está se esforçando e lutando para garantir a sobrevivência das pessoas.

Parabenizo os Prefeitos Vitor Valim e Marcelão pelas iniciativas, bem como todos aqueles que estão empenhados, no dia a dia, para salvar vidas. Por outro lado, denuncio e condeno esse cartel formado pela APRECE, pela empresa White Martins, com as benesses exatamente da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

Isso é lamentável, é crítico, porque cidades vizinhas no Ceará que poderiam estar sendo abastecidas têm que buscar oxigênio a mais de 3 mil quilômetros de distância do Estado do Rio de Janeiro para alimentar as usinas que fazem a transformação. Eu fico deveras preocupado porque, enquanto não houver vacina para todos, não vai haver solução.

Por isso, Presidente Arthur Lira, nós precisamos averiguar a fundo

esse tratamento que está sendo dado ao povo do Ceará.

Muito obrigado.

Documento 104/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 16:24	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é importantíssimo este Parlamento debater sobre o projeto do Deputado Hildo Rocha. Eu agradeço ao Deputado Hildo Rocha não apenas a oportunidade de pactuar com ele e de ser a Relatora, mas também a grandeza em flexibilizar bastante o texto, para que nós pudéssemos ter entendimento e, assim, aprovar este projeto.

As narrativas que estão sendo construídas hoje neste plenário podem ter divergências políticas e ideológicas, mas eu quero alertar que, em algumas vezes, este Parlamento tem que se unir pelo bem do Brasil. É este o apelo que eu faço, ao ler o relatório.

Sr. Presidente, peço autorização a V.Exa. para ir direto ao voto.

"II - Voto.

Com mais de 300 mil óbitos no Brasil pela COVID-19, nosso País vive, no primeiro semestre de 2021, a sua pior crise epidemiológica e hospitalar de todos os tempos. Há poucos dias, mais precisamente em 26 de março, tivemos um novo recorde, 3.650 mortos pela COVID-19, em um período de 24 horas. A aceleração da doença, portanto, atingiu níveis dramáticos.

O atual contexto de combate a esta catástrofe sanitária se apresenta sombrio, pois há dificuldades de aquisição das vacinas, e a velocidade de vacinação da população está muito aquém do necessário. Em dados atualizados em 29 de março de 2021, apenas 7,68% da



população brasileira foi vacinada.

Esse fato, somado aos hospitais novamente lotados, filas imensas para vagas em UTI, a descoberta de novas variantes mais transmissíveis e mais agressivas e o esgotamento da economia em razão do isolamento social, nos impõe a adoção de todas as medidas legislativas que estiverem ao alcance do Congresso Nacional a fim de acelerar a vacinação.

Neste sentido, é bastante salutar a proposta do presente do projeto de lei, que busca permitir que pessoas jurídicas de direito privado adquiram vacinas contra a COVID-19. Julgamos necessário, no entanto, oferecer substitutivo, aperfeiçoando algumas propostas do texto, de forma que fiquem claros os requisitos que devem ser atendidos para a aquisição de vacinas pelo setor privado.

Adicionamos no texto a possibilidade de as empresas contratarem estabelecimentos de saúde que tenham autorização para importar e dispensar essas vacinas." Essas vacinas precisam ser transportadas numa temperatura que é realmente difícil para essas empresas. Assim, elas vão poder fazer a contratação.

"É relevante observar que as vacinas são uma categoria de medicamentos e, para tanto, seguem um rigoroso controle. Sabemos que a disponibilização de medicamentos somente pode ser efetuada por estabelecimentos autorizados para dispensar medicamentos, sejam hospitais, farmácias, sejam, no caso de vacinas, clínicas de vacinação, sendo necessário um controle de cadeia de armazenamento" - nosso projeto se preocupou com esta questão da cadeia de armazenamento - "distribuição e dispensação, que exigem temperaturas controladas. Sem isso, podemos estar diante de uma situação de descontrole, de se ter uma vacina, mas de não se garantir a sua efetividade.

A presente sugestão pretende adequar também o PL 948 ao art. 21 da Lei nº 5.991, de 17 de setembro de 1973, que estabelece textualmente que somente pessoas jurídicas de direito privado que possuam licença da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou dos órgãos de vigilância sanitária estaduais podem importar ou exportar medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Desse modo, a legislação atual não permite que as empresas de qualquer setor produtivo isoladamente possam realizar a importação ou mesmo a aplicação de vacinas contra a COVID. A redação sugerida, portanto, permite que tal importação seja feita por qualquer pessoa jurídica de direito privado, ao contratar estabelecimentos de saúde privados autorizados, como hospitais, farmácias e clínicas de vacinação, para que realizem a importação das vacinas contra a COVID e, conseqüentemente, vacinem seus empregados e demais

colaboradores.

Estabelecemos que a aquisição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado poderá se dar para a distribuição, a administração e a imunização gratuita de seus empregados, associados", assim como de cooperados, uma sugestão do Deputado Evair no Colégio de Líderes. "Ainda nessa hipótese, as pessoas jurídicas deverão doar ao Sistema Único de Saúde - SUS, para utilização no âmbito do Programa Nacional de Imunizações - PNI, a mesma quantidade de vacinas adquiridas, com a finalidade de imunizar seus colaboradores."

Acrescentamos também, ao invés da possibilidade de doar metade das doses para o SUS, fazer a compra direta e fazer a doação ao SUS.

"Estando convicta de que a presente iniciativa deverá acelerar o processo de vacinação da população brasileira e contribuir decisivamente para o combate ao novo coronavírus, faço um apelo aos nobres pares no sentido da aprovação deste projeto de lei.

Diante do exposto, pela Comissão de Seguridade Social e Família, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, na forma do substitutivo apresentado.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública. Portanto, não cabe pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da proposição, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família. Ainda pela CFT, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, e do substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família."

Nesta leitura do substitutivo, eu quero fazer um apelo aos colegas, porque nós tentamos...*(Pausa.)*

Sr. Presidente, parece que houve um encaminhamento de redação final modificada pela nossa assessoria - não é da justificativa, mas só da redação final. Portanto, peço 1 minuto a V.Exa. para a impressão do novo texto.

CD 16:32
Publ.: DCD - 07/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Negligência do Governo brasileiro na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre o Projeto de Lei nº 948, de 2021, eu queria, em primeiro lugar, que todos os Parlamentares e Líderes pensassem os países do mundo que estão comprando vacinas de modo privado: três ou quatro países lá do sudeste asiático.

Não há vacina para todos, todo mundo sabe disso. O Brasil perdeu a oportunidade de comprar da Pfizer 70 milhões vacinas em agosto do ano passado e da Coronavac quase 50 milhões de vacinas. Nós vacinamos 20 milhões hoje, quando poderíamos estar vacinando 120 milhões.

Os governos compram em escala de milhões, de centenas de milhões. Uma empresa privada vai comprar na escala de milhares. Vejo aqui a notícia de que a associação comercial de Campinas quer comprar vacinas. Como assim, gente?

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 106/702

31.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 16:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Necessidade da aquisição pelo País de maiores lotes de vacinas, diante da escassez de imunizantes no mercado mundial.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Nós devíamos estar discutindo na Casa hoje as vacinas que não foram compradas pelo Governo Federal, e não autorizando empresa privada a comprar vacina. Nós temos uma escassez de vacina no mercado mundial, portanto precisamos garantir que o Brasil compre o maior número possível de vacinas para vacinar a população.

Neste momento, nós estamos com um problema na ANVISA, que não está liberando a vacina russa. Há muito preconceito em relação a isso, como já houve em relação à vacina chinesa, já que não houve planejamento para a compra da vacina da Pfizer.

Esta Casa não pode colaborar com o processo de desigualdade que nós já temos no Brasil, facilitando a possibilidade de alguns tomarem a vacina em detrimento da maioria. O esforço do Congresso Nacional é pelo povo brasileiro. Nós não podemos entrar num processo em que, de novo, os mais pobres ficarão para trás. Já estão para trás na renda, já estão para trás no atendimento, portanto não podem ficar para trás na vacina.

Documento 107/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	16:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Reformulação do parecer oferecido pela oradora ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, havia apenas um erro formal. Nós fizemos a correção para não dar dúvidas à interpretação. Assim, o relatório que está valendo é o último entregue pela assessoria.

Nós colocamos a seguinte ementa: "*Altera a Lei nº 14.125, de 10 de março de*

2021, para estabelecer regras de aquisição e de doação de vacinas para pessoas jurídicas de direito privado, e dá outras providências".

É muito importante dizer que nós não estamos trazendo nenhuma inovação legislativa neste plenário. O próprio Plenário já aprovou a venda de vacinas a particulares. Nós estamos retirando uma trava jurídica, porque o projeto aprovado por esta Casa estabelecia que essas vacinas só poderiam ser adquiridas depois de os grupos prioritários serem imunizados. Ora, esta Casa, na semana passada, aumentou o número de grupos prioritários. Se isso, na prática, fosse realmente para acontecer, nós não teríamos nunca o privado podendo ajudar na vacinação.

Sr. Presidente, a redação ficou da seguinte forma:

"Art. 1º O art. 2º da Lei 14.125, de 10 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito privado, individualmente ou em consórcio, ficam autorizadas a adquirir vacinas contra a COVID-19 que tenham autorização temporária para uso emergencial, autorização excepcional e temporária para importação e distribuição ou registro sanitário definitivo concedidos pela ANVISA, ou por qualquer autoridade sanitária estrangeira reconhecida e certificada pela Organização Mundial da Saúde, ou contratar estabelecimentos de saúde que tenham autorização para importar e dispensar as vacinas, desde que:

I - as doses sejam integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, a fim de serem utilizadas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações - PNI".

Foi isso que nós discutimos e melhoramos bastante no projeto. Isso significa que o empresário pode comprar e simplesmente só doar ao SUS, o que também foi sugestão do Colégio de Líderes.

"II - as doses sejam destinadas à aplicação gratuita e exclusiva nos seus empregados, associados e outros trabalhadores que lhe prestem serviços, inclusive estagiários, autônomos e empregados de empresas de trabalho temporário ou de prestadoras de serviços a terceiros, cabendo às pessoas jurídicas de direito privado que assim o fizerem doar ao Sistema Único de Saúde - SUS a mesma quantidade de vacinas adquiridas para essa finalidade."

Assim, se eu vacinar meus trabalhadores, eu terei que doar igualmente também ao Sistema Único de Saúde.

Nós retiramos o artigo que estava anteriormente no texto relatado sobre a possibilidade de imunizar os familiares dos trabalhadores, porque eu ouvi relatos de colegas que talvez estivessem com dúvida de que não eram os familiares do empregador, não. O projeto nem prevê o empregador, prevê os

empregados. Então, nós retiramos esse artigo.

"§ 1º O descumprimento das exigências previstas neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor gasto na aquisição das vacinas, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

§ 2º As vacinas adquiridas nos termos deste artigo deverão ser aplicadas em qualquer estabelecimento ou serviço de saúde que possua sala para aplicação de injetáveis autorizada pelo serviço de vigilância sanitária local, observadas as exigências regulatórias vigentes, a fim de garantir as condições adequadas para a segurança do paciente e do profissional de saúde.

.....
.....
§ 5º O disposto neste artigo se aplica às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, em relação aos seus associados ou cooperados."

Nós recebemos demandas das cooperativas que querem vacinar seus cooperados e associados, e também terão que fazer a doação da mesma quantidade ao SUS.

"§ 6º As aquisições feitas pelas pessoas jurídicas de direito privado com os laboratórios que já venderam vacinas ao Ministério da Saúde só poderão ser pactuadas após o cumprimento integral dos contratos e entrega das vacinas ao Governo Federal."

Nós tivemos o cuidado de colocar isso também em nosso texto para evitar a narrativa de que vamos, com a iniciativa privada, inflacionar o preço ou contratar as doses que já estavam sendo pactuadas com o SUS. A informação oficial do Governo é que ele já comprou todas as doses. Se ele comprou todas as doses, o que tem que estar no artigo é que nós não vamos poder comprar desses laboratórios enquanto eles não fizerem a entrega, justamente para garantir a fila do SUS.

"§ 7º Para aplicação das vacinas, as pessoas jurídicas de direito privado deverão observar os critérios de prioridades estabelecidos no Programa Nacional de Imunizações - PNI."

Nós não estamos aqui abrindo um fura-fila. Nós estamos fazendo uma segunda fila, para que a iniciativa privada pague por isso e obedeça, inclusive, ao PNI. Se quiser vacinar um pedaço da sua empresa, ela vai poder, se obedecer ao PNI.

Assim, Sr. Presidente, feita a leitura do texto, estou à disposição para discutir com os colegas. Eu sei que teremos várias emendas, mas faço um apelo a esta Casa. Nós sabemos que, nos Estados, o Programa Nacional de



Imunizações não tem critérios. Alguns Estados já começaram a vacinar policiais; outros, não. Foram entregues 50 milhões de doses e 25 milhões de doses foram aplicadas. Ora, cadê os outros 25 milhões de doses?

Nós, aqui, não estamos mexendo no programa do SUS. Nós estamos permitindo que o sistema privado venha a comprar e doar para o SUS.

Eu quero fazer um relato. Este projeto não trata do patrão - ele trata do trabalhador. Se nós não pudermos preservar o trabalhador e a economia do Brasil, como é que este País vai se manter de pé?

Eu faço um apelo aos colegas que tiverem dúvida sobre o projeto para fazermos uma discussão, mas não façamos disso um cavalo de batalha. Não é possível continuarmos vendo pessoas morrerem todos os dias e não fazermos nossa parte.

Vêm alguns questionamentos: *"Se o Ministério da Saúde não está dando conta de vacinar, o privado não vai dar conta de vacinar, não vai dar conta de comprar"*. Não compete a este Parlamento fazer um prejulgamento desse tipo. Nós estamos fazendo nossa parte, que é permitir a legislação.

Hoje a lei é cínica. O que é uma lei cínica? Ela foi aprovada, nós permitimos ao particular comprar, mas ela é inexecutável, pois ele só pode comprar depois de os prioritários serem imunizados.

Na semana passada, esta Casa aprovou a inserção de várias categorias na classe prioritária, e não quer nos ajudar a criar uma nova fila. Não se trata de furar fila, mas de criar uma nova fila, paga, sim, com recurso privado. Diante disso, vem a pergunta: *"Qual o interesse em tudo isso?"* O interesse do setor privado é que a economia do Brasil não pare. Eles sabem que é mais barato pagar esta conta do que ter o trabalhador sem funcionar, do que o trabalhador deixar de dar o que ele tem de melhor, ou seja, sua força de trabalho e sua dedicação. Ele precisa disso.

No entanto, para este Parlamento, não é isso que é importante, não, Deputada Margarete. O importante para este Parlamento é o número de vidas que nós vamos poupar. Quantas pessoas o sistema privado vai conseguir imunizar? Há várias vacinas que estão sendo patenteadas pelo mundo a todo momento. Na semana passada, nós tivemos duas, que ainda não foram pactuadas com o Brasil. É desta lógica que a iniciativa privada vai correr atrás.

É dever deste Parlamento prestar atenção ao projeto.

Eu estou à disposição para sanar qualquer dúvida.

Muito obrigada.

31.2021 Sessão Deliberativa 06/04/2021-16:48
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
07/04/2021 -

CÂMARA DOS ENCAMINHAMENTO DE
DEPUTADOS ORDEM DO DIA VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu ouço com atenção os colegas e quero, com muita franqueza, fazer algumas perguntas. Se alguém tem doses de vacinas disponíveis em algum lugar do mundo para acelerar o programa de vacinação no Brasil, por que não se oferecem essas doses para que o Ministério da Saúde as compre, para que o Estado compre e acelere a vacinação no País? É porque não há doses disponíveis, e as poucas que existem precisam ser disputadas por Estados nacionais.

Outra pergunta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: os Estados Unidos, a Inglaterra, o Chile, a Alemanha, entre tantos países que estão com vacinações mais adiantadas, estão fazendo a vacinação na base do salve-se quem puder, ou estão implementando um programa nacional de vacinação com compras feitas pelos governos e com aplicação prioritária para aqueles que sofrem maiores riscos? Como se combate uma pandemia? Aqui há um debate técnico. Combate-se uma pandemia, primeiro, protegendo-se os setores mais vulneráveis da sociedade para evitar mortes e para evitar que o vírus se propague com mais velocidade.

Este projeto de lei é, sim, um projeto fura-fila; é, sim, um projeto do salve-se quem puder. Se este projeto for aprovado, acontecerá o seguinte: um jovem de 30 anos, Deputado Solla, que trabalhe numa empresa X, que tenha poder econômico para eventualmente comprar alguma vacina no mercado internacional, poderá ser vacinado dentro de 2 semanas, e um idoso de 60 anos ou 70 anos, Deputado Danilo Cabral, que tem alguma comorbidade, diabetes, ou que está fazendo uma terapia renal substitutiva e está desempregado, vai ficar na fila sem vacina. É uma vergonha propor este salve-se quem puder! Nós precisamos de um sistema de vacinação ordenado, acelerado.

O Parlamento brasileiro deve se somar aos esforços de diplomacia global para buscar milhões de vacinas para o nosso País, mas não

entregar na mão de cada empresa. Quem disse que as empresas podem substituir o esforço deste Parlamento, de um Governo nacional, do Estado brasileiro?! Nenhum país do mundo está fazendo isso! Agora, aqui no Brasil, como anarquia total, como a pandemia está descontrolada, encontraram, Deputado Chico d'Angelo, o Ovo de Colombo. Coloque as empresas a procurar vacinas! Salve-se quem puder! Primeiro os meus! Farinha pouca, meu pirão primeiro. Salvem os meus primeiro. Isso não é adequado do ponto de vista da solidariedade humana.

Nós não podemos aprovar esse projeto.

Documento 109/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 16:56
Publ.: DCD - 07/04/2021 - GILSON MARQUES-NOVO -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é interessante que, de um lado, vários Parlamentares critiquem, até corretamente, o Governo Bolsonaro e o Executivo pela má administração da pandemia, e, por outro lado,

em contrassenso, esses mesmos Deputados querem que o Governo continue tendo o monopólio da compra e administração das vacinas, o que não está dando certo.

Esse projeto resolve o problema porque diz que as vacinas só poderão ser compradas e entregues à iniciativa privada quando todas as do poder público já tiverem sido entregues. Não dá para dizer que vai haver vacinas no âmbito privado, furando a fila do setor público, porque, se as compras não forem autorizadas pelo setor privado, essas vacinas sequer existirão.

Corrigindo o Deputado que afirmou que na América Latina nenhum país autorizou a compra privada, gostaria de dizer a S.Exa. que, na América Latina, México, Colômbia, Guatemala e Costa Rica já autorizaram a compra de vacinas. Outros países...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 110/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 17:04	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já aprovamos nesta Casa que a rede privada possa comprar vacinas. Essa lei já foi aprovada.

O que nós estamos debatendo aqui hoje não é uma pequena mudança, é que esta compra pela rede privada, por empresas, para vacinar os seus funcionários, possa ser feita antes do que nós já aprovamos, antes da vacinação das pessoas dadas como prioritárias pelo Sistema Único de Saúde. Por isso esse PL está sendo chamado de fura-fila. Ele antecipa a capacidade de compra da iniciativa privada sobre o critério do SUS. Então, não é um detalhe de *timing*, não é uma ampliação por universalidade. O princípio do SUS de universalizar o direito à saúde tem um critério, não é o critério do mercado.

Por que é importante adiar - o que estamos votando agora é se adiamos ou não - a votação do PL? Porque nós não ouvimos a FIOCRUZ, nós não ouvimos os principais profissionais de saúde, nós não ouvimos quem temos que ouvir. Nós temos que ampliar este debate para que possamos votar com mais convicção e clareza do que serão as consequências.

Documento 111/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 17:08	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar os colegas, cumprimentar a Relatora, a Deputada Celina Leão.

Eu vou trazer aqui para o Plenário, para os colegas, os argumentos que apresentei na reunião do Colégio de Líderes desta manhã.

Nós da Oposição não queremos discutir a intenção dos colegas que são a favor do projeto. Não queremos acusar nenhum colega de pretender beneficiar A ou B ou de querer preterir C ou D. Acredito que as intenções dos colegas sejam as melhores possíveis, mas esse projeto é um grave erro que esta Câmara não pode cometer. Ele resulta do desespero do País inteiro atrás de vacinas, um desespero compreensível que se deve ao desastre que tem sido a ação do Governo Bolsonaro na compra de vacinas.

O Presidente da República recusou 70 milhões de doses oferecidas pela Pfizer em agosto do ano passado. Doses essas que teriam sido entregues em dezembro. Deputado Elvino Bohn Gass, Deputada Gleisi, se tivessem sido entregues em dezembro, nós teríamos praticamente um terço da população brasileira, hoje, já vacinada, porque a capacidade de vacinação do SUS não é de 1 milhão de vacinas por dia, é de 3 milhões de vacinas por dia. Essa é a capacidade de vacinação do Sistema Único de Saúde, que os profissionais da saúde e o País construímos juntos, mas não há vacinas para oferecer.

Por essa razão, o projeto é equivocado. O que está faltando não é dinheiro do Governo para comprar vacinas, o que está faltando é quem forneça as vacinas. Por essa razão, abrir a aquisição de vacinas para o mercado privado vai causar vários prejuízos. O primeiro deles - acredito que todos aqui acreditem na lei da oferta e da procura - é que, abrindo para o mercado privado, o preço da vacina vai subir, porque mais gente estará querendo comprar. E, mesmo que o preço não suba, evidentemente quem pagar mais terá prioridade na entrega, ou alguém tem dúvida de que os laboratórios vão fornecer vacinas com mais agilidade para aqueles que pagarem mais caro?

Essa crítica não é uma crítica contra o sistema como um todo. Reparem: os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Europa inteira, o Japão, as maiores economias do mundo não permitiram a compra de

vacinas por empresas privadas. Por que será?

Senhoras e senhores, por que será que o mundo inteiro não permite a compra de vacinas privadas? Porque evidentemente isso vai causar uma *apartheid* sanitário. No Brasil, o efeito concreto será que, mais uma vez, os mais pobres vão ficar para trás.

Não me digam que os trabalhadores serão vacinados. É possível até que uma parte seja, mas eu pergunto: e os trabalhadores das empresas que não tiverem dinheiro para comprar vacina? E os trabalhadores autônomos? E os trabalhadores informais? E os desempregados? Será que a vida dessas pessoas vale menos do que a de quem está numa empresa que pode comprar vacinas? Deputado Marcelo Freixo, com certeza, não. Todos sabemos disso.

Por isso, nós da Oposição somos todos contrário a essa prática. Essa prática vai instalar, num ambiente em que deveria predominar a lógica da solidariedade e da cooperação, a lógica de que estamos todos no mesmo barco e precisamos proteger a vida de todos, a lógica da competição para ver quem consegue a vacina primeiro. Haverá competição entre empresas e Governo e competição entre as próprias empresas. Vamos imaginar o setor econômico. Será que uma empresa que quer voltar a produzir mais rapidamente do que a sua concorrente não vai disputar com ela quem compra antes as vacinas? Será que as empresas que prestam serviços de transportes não vão tentar concorrer com os autônomos, que prestam o mesmo serviço de transporte ou outro parecido?

Essa lógica de competição é destrutiva para o País. País nenhum do mundo, exceto a Índia, até o momento, fez isso. Vou repetir: nenhum país do mundo, exceto a Índia, fez isso até o momento.

Portanto, não há razão, senhoras e senhores, para darmos esse passo equivocado. A Câmara dos Deputados cometerá um erro, ainda que movida pela boa intenção de garantir vacinas para todos. Eu não quero aqui acusar nenhum colega de querer prejudicar quem quer que seja. Eu acredito nas melhores intenções dos meus colegas, mas esse é um projeto errado.

Para que a economia se recupere, é fundamental que toda a população esteja protegida - nós da Oposição estamos dizendo isso há 1 ano. Enquanto o Presidente sabotava a compra de vacinas, nós pedíamos vacinas. E ele, que sempre disse que não se vacinaria, que sempre colocou a vantagem da vacina em dúvida, agora, felizmente, quer vacinar a população, preocupado com sua reeleição - ele só pensa nisso. Aliás, ele só consegue pensar em si mesmo. A vida do povo que o elegeu não vale nada para ele, apenas a sua reeleição. Seja como for, ainda que seja por esse motivo, que compre vacinas,

mas que o Estado brasileiro corra atrás do prejuízo que o Presidente da República causou, e não tente transferir para o setor privado a responsabilidade.

Essa medida não pode prosperar.

No Colégio de Líderes, a Deputada Celina Leão, buscando apresentar argumento a favor do projeto, disse: "*Vamos imaginar que estejamos na fila do caixa do supermercado e que, em vez de apenas dois caixas abertos, haja um terceiro. Isso não seria bom?*". É claro que seria bom.

Agora vamos imaginar, pegando esse mesmo exemplo, que nesse terceiro caixa só pudessem passar compras de mais de 500 reais. Será que nós acharíamos justo que o supermercado abrisse um caixa só para quem comprasse mais de 500 reais? Será que alguém aqui tomaria um avião se soubesse que, caso o avião tivesse um problema, os coletes salva-vidas seriam distribuídos por ordem de riqueza entre os passageiros? Alguém aqui voaria num avião assim ou entraria num navio em que só houvesse botes salva-vidas para os 50 mais ricos? É disso que estamos falando. Esse é o risco desse projeto. Esse projeto vai, apesar de não ser essa a intenção nem do autor, nem da Relatora, acabar fazendo com que algumas vidas valham mais do que outras.

Este é um momento decisivo para a definição da história da nossa República, de que nação queremos ser. O que é uma nação? Uma nação é um projeto coletivo em que há espaço para todo mundo, em que todo mundo conta, em que a vida de todo mundo importa igualmente, em que todo mundo merece o mesmo respeito e a mesma consideração, em que a dignidade de cada um não depende de sua carteira de trabalho estar assinada ou não. Imaginemos aqui uma pessoa que hoje esteja empregada e amanhã seja demitida. Hoje ela tem direito à vacina, amanhã ela perde o direito à vacina. Imaginem se isso faz sentido.

Não é esse o caminho. O caminho é nós cumprirmos nosso dever de pressionar o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais, para que a vacinação seja ágil, eficiente, para que continuemos vendo, como disse mais cedo o Líder Wolney, no Colégio de Líderes - também o Líder Renildo foi muito feliz na sua manifestação -, na mesma fila as pessoas mais famosas, as pessoas mais ricas, e as pessoas menos conhecidas, as pessoas mais simples. É a mesma fila do posto de saúde, em que o critério de justiça num cenário de extrema escassez é a necessidade. Vou repetir essa frase, porque acho importante refletirmos sobre ela: num cenário de extrema escassez, o critério de justiça para a distribuição de um bem escasso é a necessidade. Não é a riqueza, não é o poder, nem o emprego, nem a empresa.

Por isso, prezados colegas, eu faço um apelo para que adiemos essa

discussão, reflitamos, ouçamos os especialistas em epidemiologia, os sanitaristas, e discutamos na semana que vem esse projeto, mais informados, com mais tranquilidade, para que fale mais alto a razão do que a emoção, que é compreensível num momento de desespero como este, mas que pode nos levar ao erro.

Documento 112/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contradição do posicionamento de Deputados contrário à votação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, a Câmara dos Deputados é a casa da contradição. Vemos Deputado que era da Situação e que agora é da Oposição por falta de coerência. As contradições são muitas. Todo mundo queria a vacina, todo mundo quer vacinar a população, e todo mundo está certo. Agora nós temos um projeto que permite a vacinação com liberdade, com recursos próprios, com recursos do suor das pessoas que trabalharam, e existem pessoas dizendo que isso é um absurdo.

Sinceramente, absurdo é o Governo ter liberado 42 milhões de doses de vacinas e só 21 milhões terem sido vacinados até agora. Isso é uma contradição absurda. Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 113/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas ao posicionamento da Esquerda contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Eu gostaria de colocar ao Brasil que está nos assistindo que a Esquerda, infelizmente, é contra tudo e a favor de nada: para ela, quanto pior, melhor. Dizer que aprovar esse PL é furar fila é não entender, é não saber de negócio. Ora, por favor! É que a ampla maioria da Esquerda nunca foi empresário, nunca teve negócio, nunca assinou carteira de ninguém. Só se vai comprar a vacina depois que o Brasil receber toda a vacina comprada! Onde é que tem fura-fila aí? Não tem. Trata-se simplesmente de mais pessoas terem a possibilidade de se vacinar, mesmo que o Brasil já tenha comprado todas as vacinas a que tenha direito.

E virão por aí as vacinas brasileiras. Mas parece que há um ódio contra os empresários. A Esquerda, na luta contra o vírus, toma veneno e fica esperando o vírus morrer. Faltam argumentos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 114/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	17:24
Publ.: DCD - 07/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Protesto contra a determinação do Governador Ibaneis Rocha de despejo de moradores de área ocupada no Distrito Federal. Necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, de proposta proibitiva de remoções de famílias vulneráveis durante a epidemia de coronavírus.



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Bem, daqui a pouco vou me pronunciar com mais calma sobre o tema que estamos debatendo, mas queria trazer aqui um assunto não menos importante.

Não são tempos fáceis para nenhum e nenhuma de nós. Muitos estamos afastados da família, nós sentimos falta de abraços, de estar juntos, de estar perto, de compartilhar a vida. Mas nós, ao acabarmos um dia de trabalho, sairemos daqui e iremos para as nossas casas. Vamos ter onde dormir, vamos ter o que comer, e vamos poder descansar depois de um dia de trabalho. Infelizmente, essa não é a realidade da maioria dos brasileiros e brasileiras, ainda mais neste momento trágico da maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram, Srs. e Sras. Deputadas. Infelizmente, essa crise veio junto com a informalização do trabalho e, pior do que isso, veio junto com o desemprego, com o aumento da pobreza, e se escracha no Brasil uma profunda, cruel, dura e brutal desigualdade social.

Enquanto vemos crescer no mundo o número de bilionários que ficaram 5 trilhões ao menos mais ricos, enquanto aqui no Brasil vimos a riqueza de empresário da Rede D'Or, da área da saúde, aumentar de 2,7 bilhões para 13,9 bilhões, vimos também ao menos 17 milhões de pessoas voltarem para a pobreza.

Eu não estou conseguindo ver o meu tempo... Dois minutos - obrigada.

E, neste cenário trágico, no meio desta crise sanitária, lamentavelmente ainda há Governos que ousam despejar famílias de suas casas, como está fazendo o do Distrito Federal, no centro da política brasileira. O vergonhoso Governador Ibaneis, fiel a Bolsonaro e a sua política de morte, está removendo pessoas, trabalhadoras e trabalhadores, catadores de materiais recicláveis, famílias, algumas com pessoas com deficiência, com crianças, a toque de caixa, com brutalidade, usando a Polícia Militar para infringir direitos humanos no meio da pandemia!

São mais de 330 mil mortos, 7 mil pessoas aguardam leitos de UTIs enquanto morrem sufocadas. E lá no Rio, Cláudio Castro, bolsonarista também, é preciso dizer, vetou projeto que proíbe despejo em tempos de pandemia.

Aqui, o Governador Ibaneis, também partidário da política de morte, tirou a casa de famílias que, aliás, estão inscritas para receber moradia popular, famílias de grávidas, de mulheres com filhos de 1 mês de vida, de deficientes.



É preciso que este Parlamento aprove medidas que são urgentes também, para impedir reintegração de posse, remoções em tempos de pandemia. E já há um projeto da companheira Deputada Natália Bonavides, relatado pelo Deputado Camilo Capiberibe, que trata sobre isso.

Remoção em tempos de pandemia também é genocídio, e este Parlamento não pode compactuar com nenhuma política dessa natureza.

Documento 115/702

31.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2021-17:28
Publ.: DCD 07/04/2021 -	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Pedido à Relatora Celina Leão de acolhimento de emenda do orador, destinada à aquisição de vacinas pelas operadoras de planos de saúde.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós estamos votando aqui, nesta oportunidade, uma matéria que vai deixar claro para a população quem é a favor da vacinação do povo brasileiro, porque, se nós queremos vacinar todos de verdade, nós teremos que juntar forças.

Os Municípios, os Estados e a União já podem comprar vacinas. Agora o setor privado se apresenta para ajudar na compra de vacinas, e nós vamos dizer "não"? Nós vamos dizer "não" para um funcionário que trabalha em uma empresa de limpeza, em uma empresa de mineração, na construção civil? As empresas querem comprar vacinas para ajudar no processo e não podem? Isso é um absurdo. Nós estamos nos comportando como se a pandemia fosse acabar no mês seguinte e como se, no ano que vem, não fôssemos precisar de vacinas novamente.

Ora, Sr. Presidente, o SUS tem uma responsabilidade com os usuários. Nós sabemos que o Governo Federal sempre liderou o processo de vacinação no Brasil, que sempre foi uma atribuição, uma responsabilidade do SUS. Ocorre que agora nós não estamos diante de um processo comum, mas diante de uma pandemia mundial.

É claro que muitos fazem o discurso fácil, atribuindo responsabilidades. Nós queremos chamar agora toda a Nação brasileira para construirmos um pacto em favor da vacinação. Adiar essa discussão, como querem os partidos de oposição aqui, é dizer para o povo brasileiro que nós vamos adiar sua vacinação para o mês seguinte, para o ano seguinte. Ora, nós não queremos adiar mais o processo de vacinação, mas o que está ficando claro é que os que pedem vacina já não querem votar agora, querem votar amanhã, querem adiar a discussão, querem deixar para a semana que vem.

Esse projeto estava na pauta da semana passada. Já era para ter sido votado, mas foi adiado para esta semana. Há grupos que estão sendo incluídos como prioritários no projeto, Relatora Celina Leão, como o dos agentes de segurança, que já estão sendo vacinados em seus Estados, porque o Congresso está sendo omissivo e nós estamos adiando o atendimento de necessidades do povo brasileiro.

A propósito, Sr. Presidente, apresentei uma emenda a esse projeto e peço à Relatora que o acate, para credenciar também as empresas operadoras de planos de saúde a comprar vacinas para os seus usuários, porque essa luta é de todos, todos têm que entrar nessa guerra.

Quem quer vacina já vota "sim" a esse projeto.

Documento 116/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CHICO D'ANGELO-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT encaminha com a visão de que nós

não podemos, em função da tragédia da condução deste processo pelo Governo Bolsonaro, agora começar a buscar atalhos. Os exemplos internacionais devem ser seguidos, como bem disse o Ministro Alexandre Padilha aqui. Para determinadas coisas, os exemplos dos países capitalistas servem, para outras não. O Brasil é o único país que vai agora inventar essa coisa de cada um por si. Desrespeitam-se os grupos prioritários! O empresário ou a empresa que tiver recursos, vacina seus empregados; e pessoas que estão no grupo de risco e não estão empregadas por esta empresa ficam fora da vacinação. Em países ricos, como o Japão - e há uma busca à vacina, no mundo todo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 117/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - GILSON MARQUES-NOVO -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador acerca do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há três itens que eu gostaria de comentar. O primeiro deles é que a lei anterior realmente precisa ser corrigida, na medida em que não incentiva a compra de vacinas, já que se autoriza somente, conforme a lei anterior, se forem doados 100% do que foi comprado. É óbvio que isso não gera incentivo algum para a compra, ainda mais porque temos em torno de 77 milhões de pessoas prioritárias.

Há um segundo ponto. Vi a preocupação de alguns Parlamentares com relação à concorrência, à competição, à disputa. Acontece que essa disputa já existe, e não é interna, entre público e privado. O mundo inteiro está atrás de vacinas. Trata-se de uma disputa externa, com outros países. E nós precisamos de toda a força interna, independentemente de ser pública ou privada, para trazer as vacinas

para cá.

O terceiro ponto relaciona-se ao custo. As vacinas privadas vão ser arcadas pelo setor privado e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 118/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 17:40	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio do Cidadania ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania entende que o projeto foi melhorado. Nós estamos dando a oportunidade de se igualarem todos, no sentido de que o empresário que comprar vacinas para os seus funcionários terá que doar para o SUS. Portanto, nós não estamos prejudicando o SUS, estamos ampliando a oferta de vacina que o SUS terá para vacinar, inclusive respeitando o critério de prioridades e a fila como um todo. Se nós temos questionamento quanto à agilidade dessas entregas, sem dúvida alguma, com essa legislação, haverá mais oferta ao Governo Federal.

Além disso, é importante ressaltar que não haverá concorrência. Está descrito no texto que a concorrência não poderá ocorrer e que a iniciativa privada não poderá comprar, enquanto houver contrato com o Governo Federal. Fora isso, trata-se do desenvolvimento econômico, do potencial de as empresas retomarem a sua atividade. Por isso, o Cidadania entende...

(Desligamento automático do microfone.)

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 17:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Defesa do fornecimento de vacinas ao Sistema Único de Saúde - SUS, para imunização em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao nosso Líder Marcelo Freixo a responsabilidade de usar este tempo em nome da Minoria. E quero dialogar com o Brasil e com todos os meus colegas Parlamentares.

É gravíssimo o projeto de lei que nós estamos analisando. O Brasil enfrenta a situação dramática de uma pandemia que faz do nosso Brasil o país com maior número de mortes por dia, neste momento, devido à péssima condução da pandemia. Não há uma coordenação nacional. O Brasil perdeu as oportunidades de comprar vacinas que garantiriam uma estabilidade maior para o País neste momento. O Presidente Bolsonaro mandou cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac. Ao aderir ao Covax Facility, que é um esforço global organizado pela OMS, o Brasil poderia ter comprado vacinas para 50% da população, e pediu para apenas 10%, Deputada Jandira Feghali e Deputado Alexandre Padilha. Mais do que isso, o Brasil negou as compras de vacinas que foram oferecidas no momento correto. E agora nós temos uma disputa em âmbito mundial, Deputado Chico d'Angelo, em que as nações precisam de vacinas, e não há vacinas disponíveis no mundo, Deputado Tadeu Alencar.

O que este projeto propõe? Este projeto propõe uma espécie de "salve-se quem puder". É óbvio, eu sei que não é essa a intenção da Deputada Celina Leão. Talvez nem a Deputada ainda consiga compreender o absurdo que nós vamos criar no Brasil, se aprovarmos este projeto. O que vai acontecer com o nosso País?

Como é que se enfrenta uma pandemia em qualquer lugar do mundo?



Os primeiros que devem ser vacinados e protegidos são aqueles que correm maior risco de morrer e maior risco de serem infectados. Portanto, é dessa maneira que se reduz o processo de transmissibilidade de uma pandemia. E o que o Brasil vai fazer, se adotar este projeto de lei - o que, aliás, nenhum outro país do mundo fez? Outros Deputados falaram aqui, muito bem, em falas anteriores, que os Estados Unidos, o Reino Unido, Israel, o Chile, o Uruguai, a França, a Argentina, todos estão atuando enquanto nação. A nação, o país vai atrás de alternativas para salvar a vida e controlar a pandemia dentro da nação. E este projeto diz o seguinte: "*Não, as grandes empresas devem encontrar alternativas para imunizar os seus funcionários*". O que isso vai determinar? Vai determinar que, por exemplo, um jovem de 25 ou 30 anos que esteja trabalhando, que esteja empregado numa grande corporação dessas, terá uma porta de entrada para a sua vacina antes de um idoso que esteja desempregado ou aposentado, que tenha comorbidade, que tenha diabetes, que tenha insuficiência cardíaca e corra um risco muito maior de morrer. Portanto, nós não vamos controlar a pandemia: nós vamos, na verdade, instalar um regime de fura-fila no Brasil, em que o critério para furar a fila é estar empregado ou ser dono ou acionista de uma grande empresa.

Quem terá condição de comprar essas vacinas? Muito poucas empresas. Aliás, foi muito bem lembrado por um dos Deputados que me antecedeu: a autorização, inclusive contra o meu voto, a Câmara Federal e o Senado já deram em votação anterior. Por que as empresas não compraram vacinas para doar ao SUS? Porque, na verdade, essas grandes corporações estão atrás de um processo para furar a fila de vacinação. É uma gambiarra o que eles querem. Eles não querem ajudar o SUS a ampliar a capacidade de vacinação no Brasil, eles querem encontrar uma alternativa para privilegiar os seus funcionários, as suas direções, para que passem na frente de outros.

Qual é a situação real do Brasil hoje? Nós aplicamos apenas 25 milhões de doses até agora. A previsão para abril são 25 milhões de doses. Se nós continuarmos com 25 milhões de doses por mês, nós vamos demorar 1 ano, Deputada Jandira Feghali e Deputado Jorge Solla, para chegar aos 160 milhões de brasileiros vacinados. Portanto, o que se está propondo aqui é exatamente o oposto.

Eu quero chamar, sim, o grande líder global, o líder religioso Papa Francisco, que acabou de dizer, durante os sermões da Semana Santa, que a vacina deve ser um bem universal. A vacina não pode ser uma mercadoria. A vacina não pode ser um produto privilegiado para aqueles que têm poder econômico. E as duas portas de entrada que vocês querem montar no Brasil significarão o seguinte: a Nação, o sistema público, o sistema nacional de vacinação ficará desassistido, porque algumas grandes corporações conseguirão caminhos

privilegiados para comprar vacinas apenas para seus familiares, seus funcionários e seus diretores.

Isto é algo antiético, do ponto de vista das relações humanas, da relação de solidariedade, de uma visão humanista de sociedade.

Alguém falou que inclusive haveria um artigo no projeto que diria: "*Não, só poderão comprar vacinas depois que for fornecida toda a compra que o Brasil fez*". Eu pergunto para os Líderes do Governo Bolsonaro: o Brasil comprou ou não comprou 320 milhões ou 350 milhões de doses para atender a todos os brasileiros? Então, nós devemos primeiro receber esses 350 milhões de doses, para que todos os brasileiros sejam vacinados, naquilo que se chama prioridades epidemiológicas.

Nós vamos instalar um "salve-se quem puder" no Brasil! Vai ser o fura-fila legalizado, e quem terá a chave do cofre para furar a fila vão ser as grandes corporações, que detêm grande poder econômico e poderão colocar vacinas à disposição de quem elas escolherem. Inclusive, há ali uma redação que vai dar poder total a essas grandes corporações de escolherem quem vai ser vacinado e quem não vai ser. Isto é uma gambiarra! Isto é o reconhecimento da falência do nosso sistema público de saúde, mal gerido por este Governo que aí está!

Entretanto, o SUS tem condições de reverter essa situação. Nós temos capacidade para vacinar milhões de pessoas, 1,5 milhão de pessoas por dia. O que nós deveríamos e devemos fazer é isto: unir o País, unir este Parlamento, convidar empresários e a sociedade, todos, para substituímos inclusive a incompetência de Bolsonaro e buscarmos vacinas que atendam prioritariamente, que atendam a fila daqueles que mais precisam, dos mais idosos, dos que têm comorbidade. Esta proposta vai levar à morte pessoas que poderiam ser salvas, e levará a proteção de uma vacina, antes do momento, àqueles que deveriam recebê-la para proteger as suas vidas.

Alguns dizem que seria inexecutável o projeto anterior, que foi votado. Por que seria inexecutável? Porque essas empresas não querem garantir a vacina de todo o povo brasileiro, elas querem acesso a um canal privilegiado para vacinar só os seus diretores, os seus acionistas e, em alguns casos, os seus funcionários. Elas também poderão fazer essa escolha; vão vacinar alguns e não vão vacinar outros.

Quem, de fato, defende uma solução de vacinação já e vacina para todos os brasileiros precisa integrar-se ao projeto de defender uma compra das vacinas pela Nação brasileira. Não será meia dúzia de empresas, ou doze, ou quinze grandes empresas que vão substituir a nossa Nação. Perguntem aos americanos, perguntem aos ingleses, aos alemães, aos franceses, aos italianos, aos portugueses, se são as

empresas que estão garantindo a vacinação naqueles países. Nós estamos aqui instalando um processo dramático de "salve-se quem puder", um processo anti-humanitário, que vai deixar na fila da vacina pessoas vulneráveis, desempregadas, com comorbidades e com risco de perderem a vida, enquanto alguns serão privilegiados, dentro da lógica dessas grandes corporações que poderão comprar vacinas.

Isto aqui não é pra ajudar o Brasil. Isto aqui não é para ajudar a economia brasileira. Para ajudar a economia brasileira, o SUS precisa ter vacinas suficientes para fazer a vacinação em massa de todo o povo brasileiro e, aí sim, enfrentar a pandemia como se enfrenta uma pandemia: de forma coletiva, não individualista, atrás de uma solução para cada pessoa.

A solução é para o Brasil.

Por isso, nós somos contra este projeto, Sr. Presidente.

Documento 120/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	06/04/2021-17:56
Publ.: DCD - 07/04/2021	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
- CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento muito simples sobre como este projeto melhora o ambiente de negócio, sobre como este projeto vai acelerar o processo de vacinação.

O Governo Federal distribuirá 414 milhões de doses de vacina contra a COVID-19 até o final de 2021. Então, até o final do ano, o nosso País ou o Governo Bolsonaro já comprou vacina para toda a população. O que a lei diz, em seu § 6º? *"As aquisições feitas pelas pessoas jurídicas de direito privado com os laboratórios que já venderam vacinas ao Ministério da Saúde só poderão ser pactuadas após o cumprimento integral dos contratos e entrega das vacinas ao Governo*

Federal." Portanto, a iniciativa privada só poderá comprar depois que o Governo Federal receber todas as vacinas. Isso vai acelerar o processo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 121/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 07/04/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de fazer uso do tempo de Líder. Em sua pessoa, cumprimento todos os Deputados e Deputadas.

Venho a esta tribuna defender a minha colega Celina Leão, que é esplêndida em sua força de vontade de vacinar toda a população brasileira. E acho que está um pouco confusa a opinião da Oposição e de alguns outros, aos quais escutei atentamente. Isso me preocupou. Eu conheço o Deputado Molon, sei da seriedade de S.Exa. e da preocupação do Deputado com do aumento dos valores da vacina, por exemplo. O problema é que não está claro...

Eu acompanhei o Ministério em todas as suas negociações. Em algumas, até me posicionei contra. Dizem que eu botei o pezinho no pescoço da operação, e ela não aconteceu. Eu acompanhei sistematicamente e posso afirmar aqui até os valores que foram pagos. Hoje possuímos mais de meio bilhão em contratos assinados, com valores prefixados e datas para serem entregues, e nenhum interesse, por exemplo, em fazer com a Johnson & Johnson, porque nós já temos compromisso.

Então, o que nós estamos dizendo aqui? Aqueles que porventura tiverem condições financeiras e quiserem comprar vacinas e doar, na



mesma proporção, para o SUS, de um mercado que não tenha contrato com o Brasil, que não tenha compromisso com o Brasil e que não vá atrapalhar em nada a vacinação do SUS, podem fazê-lo, desde que acelerem ainda mais a fila do SUS. O que nós estamos dizendo é isto: se eu sou do setor privado e vou comprar uma vacina e entregar essa vacina para os meus empregados, e a outra parte vou entregar para o SUS, eu vou acelerar a fila do SUS, porque é uma vacina que não está nos contratos já firmados pelo Ministério da Saúde. Em outras palavras, é uma vacina que não chegará para a população que dela está precisando. Nós vamos acelerar o processo. Se outros países não o fizeram, foi porque não tiveram a genialidade desse projeto, nem o caráter e a hombridade de ajudar a população, o que a Relatora Celina Leão está tendo aqui.

Falta pedir para a assessoria técnica dos Srs. Parlamentares que analise se, no fundo, não querem que o Governo consiga vacinar o maior número de pessoas em tempo recorde. Se é essa a intenção, então eu entendo: nós estamos discutindo 2022, e não a vacinação da população. Faz parte do jogo da Oposição. Digo isso porque, se a intenção é vacinar a população, existe um erro na análise do relatório. O relatório veda a compra das fábricas e dos distribuidores que possuem contratos pendentes com o Ministério da Saúde. Em outras palavras, os 500 milhões de vacinas precisam ser entregues, se eles quiserem vender também para o setor privado. E as fábricas que não possuem contrato com o Ministério da Saúde, que provavelmente vão ser as procuradas, não podem inflacionar o preço, porque, se inflacionarem, não fará diferença nenhuma para a população brasileira, pois nós não iremos comprar delas.

E vou mais longe: falta o conhecimento deste Parlamento de que, no ano passado, o Ministro Pazuello deu início ao processo do IFA - ingrediente farmacêutico ativo. O que significa isso? Nós iremos fabricar a nossa própria vacina a partir da semente, agora, iniciando-se de abril para maio. Há uma análise de que nós iremos fabricar 1 milhão e 500 mil doses por dia, dentro do nosso País. Em junho, isso vai estar a todo vapor. Eu acredito que, no meio do ano, já vacinamos toda a população brasileira. Já somos o quarto país que mais vacinou no mundo.

Nós precisamos parar com essa narrativa e assumir que estamos brigando para 2022, por mais que aqui alguns falem bonito. Eu não quero aqui atacar o autor do projeto. Eu não quero aqui atacar a Relatora e dizer que ela quer privilegiar alguns do setor privado, porque é isso que a população está entendendo. E a população, quando enganada por narrativas políticas para 2022, ataca essas pessoas que estão fazendo o bem para a população.

O que o Presidente desta Casa, Deputado Arthur Lira, bem como o

autor do projeto e a Relatora, Deputada Celina Leão, estão dizendo é isto: acompanhados de um bloco de pessoas sensatas e de partidos sérios, que não estão aqui para brincar com vidas - porque vacinação não é brincadeira, é salvar vidas -, nós estamos afirmando que, se você conseguir comprar de outro laboratório com o qual o Ministério da Saúde não possua contratos e doar na mesma proporção, na mesma quantidade, para o SUS, você poderá fazê-lo. Olhem que espetáculo! Eu estou dizendo que, além de todos aqueles que já possuem contrato, com meio bilhão de doses - um intensivão absurdo para se cumprir -, você vai, além de tudo, doar na mesma proporção para o SUS, para nós acelerarmos a fila.

Se o setor privado nos ajudar a fazer isso, iremos vacinar pessoas que estão ocupando a fila, mas não precisariam, porque teriam dinheiro para poder se vacinar. Então, eles liberam a fila, e a fila anda mais rápido. Assim, vamos acrescentar novas doses, que ajudam a fila a andar ainda mais rápido, e iremos salvar vidas mais rápido.

Onde está o erro neste projeto, pelo amor de Deus?! Mostrem-me se o erro deste projeto não é 2022! Se vocês tiverem a hombridade de pegar o microfone e falar: "*Nós estamos brigando é para, em 2022, ter o cargo de Presidente da República*", eu não subo mais aqui e não falo mais nada, porque eu não consegui encontrar um erro neste projeto, a não ser um grande acerto que se chama acelerar a fila de forma contundente e com vontade de salvar vidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 122/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	18:28
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CHICO D'ANGELO-PDT -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 4.193 mortes diárias no País em decorrência da Covid-19. Classificação do Brasil como pária mundial no tocante ao coronavírus, pelo jornal britânico The Guardian. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, hoje o Brasil bate o recorde

novamente: foram 4.193 mortes por COVID-19. É uma tragédia!

O Brasil hoje é uma péssima referência no mundo. O jornal inglês *The Guardian* colocou hoje o Brasil como pária do mundo, como uma ameaça ao mundo.

O que se vê é essa busca de atalhos, de cada um por si, no projeto. Eu acho até que quem o propôs é bem intencionado, mas em nenhum lugar do mundo se fez isso.

Se nenhum lugar do mundo fez isso é porque não resolve o problema da vacinação. Desde o ano passado, deveriam ter sido iniciadas as medidas para se adquirir as vacinas. Então, agora, neste momento dramático, com milhares de brasileiros mortos, já se prevendo um cenário dramático em abril...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 123/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta a favor do encerramento da discussão, porque precisamos votar logo. Eu quero trazer dois motivos principais. O primeiro é o motivo econômico, que precisaria ficar claro para todos aqui. Se nós temos vacinas privadas, são vacinas a mais, isso significa menos filas no SUS, significa menos gastos públicos para a vacinação pelo Sistema Único de Saúde. Não existe vacina grátis. É importante que tragamos isso aqui para discussão.

E o segundo motivo é moral. Eu não consigo entender essa obstrução que a Esquerda está fazendo aqui no plenário, porque justamente quem mais tem pedido por mais vacinas no Brasil está sendo contra um projeto que vai trazer mais vacinas para o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos votar logo este projeto, garantindo sim que a iniciativa privada possa trazer vacinas, melhorando o programa de vacinação no Brasil.

Pelo encerramento da discussão, Sr. Presidente, o NOVO orienta "sim".

Obrigado.

Documento 124/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 07/04/2021 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Produção de vacinas pelo laboratório da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria encaminha pelo encerramento da discussão e gostaria de parabenizar a Relatora, pois o texto ficou excelente. Uma empresa que fornece ao Governo só poderá fornecer à iniciativa privada, quando concluir a entrega ao Governo. Dessa forma, estão garantidas aquelas marcas para o Governo. E abre-se frente, por exemplo, para a vacina da Janssen, da Johnson & Johnson, para se trazer mais vacinas para o Brasil e abrir para a iniciativa privada. Este projeto é extremamente inteligente.

Trago aqui uma notícia que já está circulando. Ontem, eu tive uma importante reunião com a equipe da Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG, do CT Vacinas, e a vacina brasileira está indo muito bem.

Neste ano, foram bilhões de reais investidos em vacina. Se tudo correr

bem, e nós vamos acompanhar isso aqui do Parlamento, Presidente, para o ano, teremos a vacina brasileira. Os testes estão indo muito bem.

Tive a oportunidade de conversar com os pesquisadores. Estamos aportando recursos junto com a bancada mineira para concluir as fases e os testes, a fim de termos a produção da vacina, já na virada do ano, e o Brasil passar de importador de vacina para exportador de vacina, que é isso que nós temos que fazer.

Então, eu trago aqui essa notícia e o pedido de acompanhamento desse processo por parte do Parlamento.

Muito obrigado.

Documento 125/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 18:40
Publ.: DCD - 07/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Exigência de manutenção dos princípios da universalidade e gratuidade de vacinação garantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, no processo de votação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foram 4.195 mortes nas últimas 24 horas. A situação é mais dramática do que nós podemos imaginar.

O que nós estamos votando aqui é se a rede privada vai poder comprar vacina para interromper os critérios de vacinação do Sistema Único de Saúde.

Eu quero levantar um debate baseado no que eu ouvi dos colegas do lado. A rede privada pode comprar a vacina? Pode! Nós não estamos dizendo que não pode, já tem lei para isso. Que as comprem e entreguem para o SUS!

O que nós somos contrários é que se compre e se faça um brasileiro que tem comorbidade tomar a vacina depois. É isso que não faz

sentido e é indefensável. Como é que nós podemos fazer isso? Quem daqui vai concordar que alguém da sua família que tem comodidade, um problema de saúde, tome vacina depois de quem pode pagar? É isso que está sendo defendido aqui. Isso é um absurdo!

Então, se a rede privada quer ajudar, que compre e entregue as vacinas, para que o critério da universalidade e da gratuidade, que são os pilares do SUS, possa ser garantido. O SUS tem princípios que estão na Constituição de 1988: universalidade e gratuidade. Isso deve ser mantido, para que nós não tenhamos o descontrole absoluto, para que a vacinação tenha eficácia.

Este País é referência mundial de sucesso em vacinação, porque o SUS tem critério. O que nós estamos fazendo hoje, Presidente - eu sei que a intenção é boa -, quebra o princípio do SUS e não será eficaz.

Documento 126/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/04/2021-
	CD	18:44
Publ.: DCD - 07/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela falta de vacina contra a Covid-19. Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Necessidade de destinação de recursos ao Sistema Único de Saúde - SUS, para execução do Plano Nacional de Imunizações. Posicionamento do orador sobre o Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes, e de 1.200 reais para famílias monoparentais. Elevação dos índices de pobreza no Brasil. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da instituição do novo auxílio emergencial.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui para dizer que o Bolsonaro deixou o Brasil sem vacina. A base bolsonarista tenta justificar, dizendo que há 400 milhões, 500 milhões de vacinas compradas. Mas onde elas estão? Cadê a vacinação? É promessa. Se a situação estivesse boa, como os bolsonaristas tentam dizer, não precisaríamos estar aqui, agora, apreciando uma matéria para se furar



fila sim, porque haverá recursos para comprar vacina privada para algumas pessoas receberem e não haverá garantia de continuidade, em vez de - e não temos nenhum preconceito, como já foi dito aqui - o empresariado comprar vacinas e destiná-las para SUS, para o Programa Nacional de Imunizações. Se a situação estivesse boa, não estávamos tendo mais de 4 mil mortes por dia. Foram 4.195 mortes nas últimas 24 horas! Por isso é necessário trazer aqui um projeto que permite furar fila, e isso nós não podemos aceitar. E é isso que nós estamos denunciando. É preciso ter recursos para o Programa Nacional de Imunizações, para o SUS.

Mas eu preciso tratar de outro assunto hoje aqui. Se é verdade que o Bolsonaro deixou o Brasil sem vacina, o Bolsonaro também está deixando o povo brasileiro sem auxílio emergencial. E desse assunto nós precisamos tratar, porque as pessoas não receberam o auxílio emergencial nem de janeiro, nem de fevereiro, nem de março, e já estamos em abril. Apenas hoje começou o pagamento do auxílio emergencial. Alguns receberão a primeira parcela, das quatro que existirão, em junho. Vão ficar abril e maio sem receber, só vão receber em junho. E aí eu pergunto: são os 600 reais que nós tínhamos aprovado no ano passado? São os 1.200 reais que várias famílias receberam? Não, o valor é pífio: 150 reais, 250 reais, 375 reais.

Eu tenho aqui os nomes de Rui Costa, Fátima Bezerra, Camilo Santana, Wellington Dias, Flávio Dino, João Doria, Eduardo Leite, Renan Filho, Waldez Góes, Renato Casagrande, Reinaldo Azambuja, Helder Barbalho, João Azevêdo, Ratinho Junior, Paulo Câmara e Belivaldo Chagas.

V.Exas. já perceberam que são os Governadores deste País, representando 80% da população brasileira, que fizeram uma carta e a entregaram ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, pedindo para que o auxílio emergencial seja de 600 reais. E entre os que assinaram esta carta estão Governadores que votaram em Bolsonaro. Vários deles ainda são bolsonaristas. Eles estão pedindo para que nós votemos aqui o auxílio emergencial de 600 reais, porque eles sabem que esse valor que será pago agora é absolutamente insuficiente.

O que nós estamos vendo neste momento é a elevação dos preços dos medicamentos. O que nós estamos vendo agora é a elevação dos preços dos combustíveis. Com 150 reais, a pessoa vai ter que decidir se compra um botijão de gás ou se compra comida. O preço dos alimentos aumentou muito - o feijão, o arroz. E imaginem o sofrimento de uma mãe e de um pai que precisam levar para sua casa o alimento para os seus filhos e têm que decidir se vão ter alimento, se vão comprar gás ou se vão comprar comida. As pessoas vão continuar

passando fome no Brasil.

Aliás, a Fundação Getulio Vargas divulgou dados que mostram que triplicou, nos últimos 6 meses, a pobreza do Brasil. O número de pobres saltou de 9,5 milhões, em agosto de 2020, para 27 milhões, em fevereiro deste ano. Em 6 meses, os pobres triplicaram no Brasil.

Outra estatística mostra que 117 milhões de pessoas no Brasil não se alimentam devidamente. Isso significa que não têm na sua alimentação todos os nutrientes para terem saúde.

Assim como Bolsonaro deixou os brasileiros sem vacina, ele os está também deixando sem a renda emergencial. E aqui eu preciso refletir o que esta Casa fez no ano passado. No ano passado, Bolsonaro queria que o auxílio emergencial fosse de 200 reais, e os Deputados e Deputadas desta Casa disseram: *"Não, isso é muito pouco, as pessoas não vão conseguir se alimentar nesta crise, as pessoas não vão conseguir viver com suas famílias"*. E nós, depois de um longo debate feito no ano passado nesta Casa, mudamos o valor inicial de 200 reais para 600 reais. E as pessoas perceberam o quanto isso foi importante para as famílias, mas foi importante também para o comércio das cidades, por que esses recursos foram parar onde? Foram parar no comércio, na loja, no posto, na farmácia, no açougue, no comércio local. E, ao ajudar essa atividade econômica dos Municípios, ajudou as famílias, ajudou comércio, gerou emprego, ajudou a indústria. O Produto Interno Bruto do Brasil não teve queda exatamente porque houve essa injeção de recursos a partir desse programa do auxílio emergencial.

No final do ano, Bolsonaro havia reduzido o auxílio pela metade; foi para 300 reais. E, naquela vez, também apresentaram uma medida provisória que caducou, que nós não votamos, para fazer a alteração no valor dos 600 reais. E é exatamente para isto que eu quero chamar atenção aqui: a proposta que veio para cá, a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, novamente vem para não ser apreciada por esta Casa. E esse debate nós Deputados precisamos fazer. É o momento em que as mães, os pais, as crianças, todo brasileiro que precisa deste auxílio emergencial depende do nosso voto, Deputados e Deputadas.

E é exatamente isto que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, que vários Deputados da Oposição hoje aqui já levantaram: nós precisamos, neste plenário, votar a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, que é a medida que trata do auxílio emergencial. Se nós não a apreciarmos, o auxílio emergencial ficará em 150 reais, 250 reais, ou, no máximo, 375 reais.

A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores tem um projeto global de alteração dessa medida provisória e emendas para exatamente

garantir o auxílio, durante todo o período da pandemia, e não apenas por 4 meses e com um valor reduzido, pífio, como o projeto do Bolsonaro prevê. Será um auxílio de 600 reais e de 1.200 reais, quando for monoparental, para todo o período da pandemia, inclusive 1 mês depois da pandemia, a fim de estimular as pessoas a terem condições de renda e, ao mesmo tempo, atividade econômica ativa. Esse valor vai fundamentalmente ser gasto nas atividades essenciais, nos nossos Municípios.

Está nas nossas mãos, Deputados e Deputadas!

É exatamente esse apelo que nós estamos fazendo para a Presidência da Casa, para todos os Líderes, a fim de que pautemos, nos próximos dias, a votação da Medida Provisória nº 1.039, porque ela não passa, neste período de pandemia, pela Comissão Especial e vem direto para o Plenário. Nós queremos votá-la. Estaremos cada dia subindo à tribuna para dizer: vamos votar a medida provisória, para o auxílio emergencial não ficar em 150 reais, 250 reais, mas que chegue ao menos aos 600 reais, até o fim da pandemia, diferentemente do que Bolsonaro quer.

Assim como não há vacina, não há auxílio emergencial!

A nossa bancada, mais do que votar esse projeto, quer também que seja aprovada a Lei Assis Carvalho II. Trata-se de um projeto que destina recursos para os agricultores receberem auxílio emergencial, terem a possibilidade de compra pública de alimentos, para que não fiquem tão caros nas prateleiras dos mercados, e ao mesmo tempo terem possibilidade de renegociação das suas dívidas e fomento de produção, o que também vai ajudar a incrementar recursos e tirar o grande peso do custo alto de alimentos para o povo.

No Governo Bolsonaro, não há vacina nem há auxílio emergencial!

Documento 127/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	18:52
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise sanitária reinante no País. Apoio do Cidadania ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por

pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos acompanham, é importante fazermos uma retrospectiva de tudo o que está acontecendo no Brasil. O País passa por um grave problema sanitário, com dados graves, com números de mortes, de internados e de pessoas contaminadas que são os maiores do mundo, neste momento. É necessário termos a coerência de buscar solução para sair desse problema que vivemos neste momento. Não é apenas apontando culpados e não buscando soluções que vamos conseguir evoluir. Nossa missão é aprimorar aquilo que é debatido.

Por isso, no projeto que estamos votando, em relação à possibilidade de a iniciativa privada comprar vacinas, buscamos aperfeiçoar o texto. Nós éramos contra algumas questões que foram apresentadas, como, por exemplo, a questão do Imposto de Renda. Nós concordávamos que, se houvesse abatimento no Imposto de Renda, seria a população que estaria pagando e, conseqüentemente, era um fura-fila. Diminuímos algo que, na nossa opinião, era grave: a possibilidade de que a compra, em vez de ser doada ao Sistema Único de Saúde, fosse entregue aos familiares dos trabalhadores daquela empresa. Isso obviamente geraria uma escala fora do Sistema Único de Saúde e não beneficiaria apenas a empresa e a volta do desenvolvimento econômico dos setores, mas também beneficiaria as famílias e prejudicaria que a vacinação do SUS fosse rapidamente completada.

Mas da maneira como ficou o texto - e nós temos a coerência de ser um partido independente e que defende suas posições -, nós não podemos discordar. Ao contrário, nós temos que louvar aquilo que foi defendido no texto final pela Relatora, que apresenta uma melhora significativa, dando possibilidade de compra de doses de vacinas por empresas e, na mesma quantidade, fazer a entrega ao Sistema Único de Saúde. E, volto a dizer: há sérias críticas quanto à entrega de vacinas para a população como um todo no nosso País. Diversas cidades tiveram paralisada a vacinação, neste final de semana.

Este projeto colabora para que nós consigamos fazer rapidamente o plano de imunização no nosso País. O Sistema Único de Saúde está ganhando as vacinas, sem custo para o Estado, o que vai colaborar para dar agilidade à vacinação. Por isso, nós não podemos ser contrários a um projeto como este.

Além disso, vamos vacinar o pequeno e o médio empreendedor com os seus funcionários e retomar a economia, para não ficarmos num país que não tem condições de pensar no seu futuro.

Esta é a posição do Cidadania.

Documento 128/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 18:56	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; e da alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 14.020, de 2020. Omissão do Governo Jair Bolsonaro sobre a compra de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um detalhe. O Senado, no dia 30, aprovou um projeto de lei que vai ajudar o setor de eventos no Brasil, grande parte do setor empresarial, um setor que atende a todo mundo.

Desde dezembro, nós não temos no Brasil o atendimento das demandas relacionadas a fomento, a empréstimos e a outras situações que dizem respeito ao setor empresarial.

O Governo que, neste momento, diz que os empresários podem comprar vacina, mais uma vez, está se omitindo. Esta Casa também mais uma vez falha, porque está seguindo na omissão. Não há responsabilidade outra senão do Estado de dizer quem vai ter a vacina e proteger os mais humildes.

Infelizmente, o Governo se afasta do problema, como fez, como faz e como continua a fazer.

Documento 129/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 18:56	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Inconsistência do discurso oposicionista sobre o atraso do Brasil na vacinação contra a Covid-19. Existência de demanda mundial por imunizantes contra a doença. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra o coronavírus. Produção de imunizantes pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós precisamos ter responsabilidade com aquilo que nós falamos, com aquilo que nós divulgamos para a população brasileira, a fim de não fazermos mais terrorismo do que o terror que o mundo está vivendo em meio a esta pandemia.

É uma covardia a Oposição, mentindo, dizer que o Brasil está atrasado na vacinação. O mundo está atrasado. O Brasil, na verdade, só está atrás dos países que produzem as vacinas para si mesmos. Fora isso, o Brasil está na frente de todos.

Sr. Presidente, o jornal *El País* noticiou que a Europa fracassou em todas as metas de vacinação.

A *BBC News* publicou, no dia 13 de março: "*Com atraso nas vacinas, Itália fechará lojas e escolas após a nova onda de COVID*". A *BBC News* publicou: "*Vacinas contra COVID: 4 problemas que explicam por que a União Europeia está atrasada na imunização*". Publicou ainda a *CNN Brasil*: "*Atraso na vacinação e estímulo econômico fraco impedem recuperação da Europa*". Na *ISTOÉ Dinheiro*: "*Um ano após megaconfinamento, Índia sofre com atraso na vacinação e aumento de casos*".

Sr. Presidente, a demanda pela vacina é mundial. Portanto, o que nós estamos presenciando é infelizmente - infelizmente - um atraso na entrega que o mundo todo está sofrendo.

O Presidente Bolsonaro não quer vacinar a população? É verdade isso? Então, explique-me por que, no dia 8 de maio, o Presidente Bolsonaro publicou, ainda na época do então Ministro Nelson Teich, o Ministério da Saúde já estava negociando vacinas. Bolsonaro é um genocida? Então, por que, no dia 4 de fevereiro, sem um caso aqui no Brasil - sem um caso de coronavírus - o Governo Federal, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, decretou estado de emergência para conter o coronavírus, enquanto o Sr. Doria fazia o "carnaCOVID" em São Paulo?

Sr. Presidente, a Oposição está desesperada porque para eles quanto mais gente morrer, politicamente parece que é melhor. Que covardia é essa? Que vontade de ver gente morrendo é essa? A FIOCRUZ

informou que já produz 900 mil doses por dia da vacina de Oxford, que já entregou 8,1 milhões de doses até o dia 2 de abril e ainda prevê a entrega de mais de 200 milhões de doses até o dia 2 de maio. Sabe o que isso significa? Significa que, até o final deste ano, todos os brasileiros estarão vacinados. Essa é a preocupação dessa Oposição genocida.

Sr. Presidente, dizem que Bolsonaro rejeitou a compra de 70 milhões de doses da Pfizer. Que covardia! O projeto de lei que permitiu a compra das vacinas da Pfizer foi votado por nós agora. Agora sim o Brasil pode comprar as vacinas da Pfizer, com as garantias e com a autorização da compra, segundo as cláusulas que a Pfizer impôs. Ora, a Pfizer disse para o Brasil: "*Não nos responsabilizamos por nenhuma consequência da nossa vacina*". Como o Presidente iria comprar vacina da Pfizer naquele momento e naquela época? Precisamos falar a verdade para o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Documento 130/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2021- 19:04
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, passo ao voto.

"II - Voto do Relator.

Ao projeto foram apresentadas 22 emendas, que passamos a analisar.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Bibó Nunes (PSL-RS), visa garantir que a empresa que se interessar em comprar vacinas para proteger seus empregados ofereça igual montante ao SUS (...).

A Emenda nº 2, de autoria dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), tem o objetivo de proibir qualquer tipo de

isenção tributária (...)", o que foi de certa forma acatado pelo nosso relatório inicial.

"A Emenda nº 3, de autoria dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), suprime a expressão 'ou por qualquer autoridade sanitária estrangeira reconhecida e certificada pela Organização Mundial da Saúde' (...).

A Emenda nº 4, também dos mesmos autores, propõe alterações à Lei da Propriedade Industrial para determinar, em caso de declaração de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, a concessão de licenças compulsórias de todos os pedidos de patente ou patentes vigentes referentes a tecnologias utilizadas para o enfrentamento à respectiva emergência de saúde, tais como vacinas, medicamentos, diagnósticos, reagentes, dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual e suprimentos. Nesse contexto, a licença compulsória permitiria a exploração da tecnologia patenteada para atender a objetivos de saúde pública (...).

A Emenda nº 5, de autoria dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), pretende restabelecer o texto da Lei nº 14.125, de 2021, de forma que pessoas jurídicas de direito privado poderão adquirir vacinas contra a COVID-19, desde que sejam integralmente doadas ao SUS." Parcialmente isto foi acatado no nosso texto, porque já está no § 1º do nosso texto. "Somente após o término da imunização dos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, as pessoas jurídicas de direito privado poderão adquirir, distribuir e administrar vacinas, desde que pelo menos 50% das doses sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS (...)." Isso não foi acatado, Sr. Presidente.

"A Emenda nº 6, de autoria dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), prevê a doação integral ao SUS das doses de vacinas que forem adquiridas pelo setor privado. Após o término da imunização de 70% da população elegível para vacinação contra a COVID-19, as pessoas jurídicas de direito privado poderão, atendidos os requisitos legais e sanitários, adquirir, distribuir e administrar vacinas, desde que pelo menos 50% das doses sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS (...).

A Emenda nº 7, do Deputado Ricardo Silva (PSB-SP), tem como objetivo destinar metade das doses adquiridas pelo setor privado aos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Imunizações e inclui as comunidades quilombolas entre os grupos prioritários." Nós colocamos no nosso projeto algumas emendas que falavam sobre isso, mas não acatamos porque entendemos que a redação não estava como nós gostaríamos. Então, colocamos no nosso relatório que o

empresário vai ter que seguir o PNI também.

"A Emenda nº 8, de autoria do Deputado Danilo Cabral (PSB-PE), determina que a aquisição de vacinas contra a COVID-19 pelo setor privado, de um mesmo fornecedor contratado pelo poder público, fica condicionada à efetiva entrega das vacinas contratadas para aplicação no âmbito do SUS (...).

A Emenda nº 9, de autoria do Deputado Danilo Cabral (PSB-PE), determina que a vacinação deve abranger a totalidade dos empregados, assegurada a prioridade dos trabalhadores que exerçam as atividades de forma presencial e vedada a utilização de critérios (...).

A Emenda nº 10, também do Deputado Danilo Cabral, determina que pelo menos 50% das doses adquiridas pelo setor privado sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS, sendo que a autorização para a compra só será concedida após a entrega efetiva das vacinas (...).

A Emenda nº 11, também do mesmo autor, estabelece às empresas que desejarem aderir à aquisição de vacinas uma série de compromissos de responsabilidade social e para com o corpo de seus empregados, tais como autorizar o afastamento remunerado, por 14 dias, do empregado que tiver parente de primeiro grau contaminado pela COVID-19; autorizar o afastamento remunerado pela empresa, por 30 dias, do empregado que contrair COVID-19; indenizar com um salário por ano trabalhado, e frações, a família do empregado que falecer por COVID-19 ou suas sequelas (...).

A Emenda nº 12, também do Deputado Danilo Cabral, pretende inserir novo artigo no texto para elencar os grupos prioritários na vacinação contra a COVID-19, incluindo motoristas de aplicativos, trabalhadores dos Correios, bancários e trabalhadores rurais.

A Emenda nº 13, da Deputada Erika Kokay (PT-DF), determina que os trabalhadores dos Correios, os bancários, os fiscais agropecuários e as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos deverão ser considerados como grupos prioritários no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19.

A Emenda nº 14, de autoria do Deputado Abou Anni (PSL-SP), visa incluir nos grupos prioritários para imunização os condutores e monitores do transporte escolar (...).

A Emenda nº 15, de autoria do Deputado Neucimar Fraga (PSD-ES), dispõe que as operadoras privadas de plano de saúde poderão adquirir vacinas para disponibilizar aos seus beneficiários.

A Emenda nº 16, de autoria do Deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP),



objetiva fomentar a participação da sociedade civil no processo de imunização através de incentivo recursal proveniente das contribuições do próprio Sistema S, que já seria vertido para outros programas de manutenção da saúde e segurança do trabalho.

(...)

A Emenda nº 17, do Deputado Danilo Cabral (PSB-PE), determina que pelo menos 50% das doses adquiridas pelo setor privado sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS, sendo que a autorização para compra só será concedida após a entrega efetiva das vacinas adquiridas pelo Poder Público, em quantidade suficiente para a imunização de 50% da população brasileira, por meio do Sistema Único de Saúde.

A Emenda nº 18, do Deputado Lucas Vergilio (Solidariedade-GO), busca permitir que associações constituídas para fins não econômicos possam repassar o custo de aquisição das vacinas para seus associados.

A Emenda nº 19, da Deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), determina que somente após o término da imunização dos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Imunizações, as pessoas jurídicas de direito privado poderão destinar doses para a imunização de seus empregados.

A Emenda nº 20, do Deputado Rogério Correia (PT-MG), estabelece prioridade de vacinação para as pessoas com deficiência, os profissionais de saúde e funcionários que trabalham em ambiente hospitalar, as pessoas idosas, as pessoas com doenças crônicas, os indígenas, os caminhoneiros e demais motoristas de transporte rodoviário de cargas (...)." No meu texto inicial, essa emenda foi praticamente acatada, porque colocamos que o empresário vai ter que vacinar conforme as regras do PNI.

"A Emenda nº 21, do Deputado Rogério Correia (PT-MG), determina que empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deverão ser imunizados com prioridade (...)."

Eu quero aqui valorizar o trabalho da Oposição, com quem fizemos um diálogo franco na semana passada, e estamos nesse diálogo ainda esta semana, entendemos sua motivação. Nós tivemos neste texto a inclusão de várias emendas da Oposição para priorizar novos grupos. Mas esse não é o tema objetivo e principal deste projeto. O principal tema deste projeto é o privado poder vacinar seu trabalhador. Então, rejeitamos todas essas emendas, por mais que entendamos que elas sejam meritórias.

Temos alguns destaques para serem discutidos na semana que vem e vamos discuti-los. Podemos até discutir outro projeto que tenha o tema e inserir novas carreiras e grupos prioritários. Mas não poderíamos, neste projeto, que está trabalhando só o privado, vacinar seus colaboradores, acatar esse tipo de emenda. Várias outras emendas dos colegas foram acatadas pelo texto principal.

"Embora todas essas emendas de Plenário sejam meritórias e bem-intencionadas, votamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 17 e 19 a 22, por considerarmos que a imposição de muitos requisitos trará dificuldades à aquisição de vacinas pelas pessoas jurídicas de direito privado, comprometendo a aceleração do ritmo de vacinação. Acatamos parcialmente apenas a Emenda nº 18, para aperfeiçoar os dispositivos acerca da aquisição de vacinas por associações, sindicatos e cooperativas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, pela Comissão de Seguridade Social e Família, votamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 17 e 19 a 22 e acatamos parcialmente a Emenda de Plenário nº 18, na forma da subemenda substitutiva global apresentada. Pela Comissão de Finanças e Tributação, votamos pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário e, no mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 17 e 19 a 22 e pela aprovação parcial da Emenda de Plenário nº 18, na forma da subemenda substitutiva global apresentada pela Comissão de Seguridade Social e Família. Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoioamento regimental e da subemenda substitutiva da Comissão de Seguridade Social e Família."

É esse o parecer, Sr. Presidente.

Documento 131/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 07/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal, pelo PCdoB, de ação com vista à retomada, pelo Governo Federal, do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Empenho na inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 463, de 2021, relativo ao pagamento de auxílio

emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, nos termos da Lei nº 13.982, de 2020.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar ao Plenário e à população que nos assiste que o PCdoB acionou o Supremo Tribunal Federal para garantir que o Governo Federal pague o auxílio emergencial de 600 reais a todas aquelas pessoas que receberam o auxílio emergencial na primeira fase.

É inaceitável que o Poder Executivo, diante do agravamento da crise, com mais de 4 mil pessoas morrendo por dia, com o desemprego crescendo, com a fome crescendo, com a falta de esperança das pessoas, o Governo acene com um auxílio emergencial de 150 reais que irá alcançar apenas uma parcela das pessoas que foram beneficiadas pelo auxílio emergencial na fase anterior.

O que buscamos com essa ação no Supremo Tribunal Federal é derrubar o teto de 44 bilhões de reais, que foi estabelecido para custear o auxílio emergencial. Por que isso? Porque no auxílio emergencial anterior, em apenas 1 mês, o Governo Federal gastou 45 bilhões de reais. Como é que, com 44 bilhões de reais agora, ele irá custear o auxílio emergencial durante 4 meses? É evidente que o Governo está excluindo muita gente, além de rebaixar demais o valor do auxílio emergencial.

Nós entramos com essa ação no Supremo para eliminar esse teto de 44 bilhões de reais, para que a União coloque o dinheiro necessário para que se pague o auxílio emergencial de 600 reais, que é o que nós aprovamos na vez anterior. E é necessário que se pague isso nos dias atuais.

Nós atuamos fortemente nesse sentido aqui. O PCdoB inclusive tem um projeto que fixa o auxílio emergencial em 600 reais até que a pandemia seja controlada, até que se chegue a uma situação aceitável, até que a pandemia em nosso País esteja sob controle. Trata-se do PL 463/21, de autoria da bancada do PCdoB. Nós lutaremos para trazer esse projeto para a pauta da Câmara dos Deputados, para que os brasileiros que receberam o auxílio emergencial da outra vez recebam agora os 600 reais.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF) - Sr. Presidente, peço 1 minuto a V.Exa.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Este é o comunicado, Sr. Presidente, que tinha a fazer: a ação com que nós entramos no Supremo para derrubar o teto de 44 bilhões de reais, para que se

possa pagar 600 reais como valor do auxílio emergencial.

Muito obrigado pela atenção, Presidente.

Documento 132/702

31.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021- CD 19:16	
Publ.: DCD - 07/04/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Solidariedade por retirada de requerimento de destaque apresentado ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Solidariedade aqui. Ele tem um destaque e está fazendo um pedido, no grupo de Líderes ligados à base, para que pudessemos aprovar esse destaque. Porém, eu quero colocar o meu temor sobre esse destaque aqui, como Relatora do projeto.

Esse destaque permite que as associações comprem a vacina e repassem o custo dela aos seus associados. Se essa emenda for aprovada, se ela for acordada aqui pela base, o que vai acontecer? Todo o nosso relatório sobre preservar o SUS e de falar que esse projeto é um projeto público - ele não é um projeto para visar a comercialização da vacina - cai por terra. Há milhares de associações no Brasil. Amanhã a Associação de Carroceiros estará comprando a vacina e repassando o custo aos seus associados.

Então, eu faço um apelo para a retirada dessa emenda. E peço aos nossos Líderes, que também estão pactuados com o projeto, que nós possamos - esse é o outro projeto - discutir se o privado vai...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 133/702

31.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 19:16

Publ.: DCD - 07/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Falecimento de 5.700 profissionais da saúde no enfrentamento da doença viral. Solidariedade aos familiares das vítimas da epidemia de coronavírus. Contrariedade à mercantilização de vacinas preconizada no Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero me solidarizar com as famílias dos 4.195 mortos hoje pela COVID e com as famílias dos 5.700 profissionais de saúde que já morreram no Brasil em função da pandemia.

E quero falar com você que é familiar de alguém que tem doença crônica, familiar de alguém que tem deficiência, familiar de pessoas que têm as mais diversas doenças e estão esperando para serem vacinadas, e não serão: o problema não é falta de dinheiro para comprar a vacina, é falta de vacina para atender a essas prioridades.

E agora a Relatora se entregou. Com este projeto, ela quer que a FIESP compre vacina, que os empresários comprem vacina, que a elite compre vacina. Mas a Associação de Carroceiros comprar vacina? Já pensou que coisa pequena? Sindicatos, associações... Só a elite deste País, só os empresários, só a FIESP, só a FIRJAN é que podem ter esse direito.

Querem salvar a elite, e o povo que se exploda!

Documento 134/702

31.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2021-
CD 19:20

Publ.: DCD - 07/04/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Questionamento à Relatora Celina Leão sobre a vacinação empresarial no âmbito do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. LUIZÃO GOULART (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, quero fazer uma observação para a Relatora, a Deputada Celina Leão, em relação ao parágrafo que diz o seguinte: *"Para aplicação das vacinas, as pessoas jurídicas de direito privado deverão observar os critérios de prioridades estabelecidos no Programa Nacional de Imunizações"*. Até aí está correta a Relatora. Agora, fica meio dúvida: será que, após seguirem os critérios de prioridade estabelecidos, poderão avançar para vacinar outras pessoas, por exemplo, de menor idade? Pergunto isso porque o Programa Nacional de Imunizações não consegue abarcar todos os aspectos de cada empresa de que se pretende comprar vacina.

Então, eu sugiro à Relatora ou acrescentar que primeiro sigam os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Imunizações, ou que, após seguirem os critérios, poderão avançar para outros grupos dos seus funcionários.

Documento 135/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra os gastos do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, com a contratação de fiscais para acompanhamento do cumprimento das medidas sanitárias de combate à Covid-19. Aplausos ao Prefeito Jerri Meneghetti, do Município de Dois Irmãos, pela discordância com a iniciativa do gestor estadual.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sociedade brasileira.

Estamos todos muito preocupados com o avanço do coronavírus e encontrando formas de combater essa pandemia em conjunto.

Sr. Presidente, eu fiquei realmente estarecido com a notícia que li,

ontem, no jornal da minha cidade, o *Jornal Dois Irmãos*, de que o Governo do Estado está liberando mais de 4 milhões de reais, Sr. Presidente, sabe para quê? Para a contratação de fiscais para verificar se o sistema de bandeiras do Governador Eduardo Leite está sendo cumprido, inclusive, dentro dos estabelecimentos, se está sendo feito o correto uso das máscaras, do álcool em gel e assim por diante.

Sr. Presidente, nos estabelecimentos comerciais em geral é onde há o melhor cumprimento dos protocolos. E verbas que faltam em outras áreas, agora, estão sendo destinadas, pelo Governo do Estado, para a contratação de fiscais para controlar a população.

As pessoas deveriam ser - e estão sendo - convencidas da necessidade do distanciamento social, do uso de máscaras e de álcool em gel, mas isso não deveria ser feito, Sr. Presidente, dessa forma coercitiva, como aconteceu na semana passada, em plena Sexta-Feira Santa, quando o Governador Eduardo Leite enviou a cavalaria da nossa Brigada Militar ao Município de Gramado para constranger os empreendedores - cavalaria da Brigada Militar que, aliás, muitas vezes, faz falta para combater criminosos, para combater quem age à margem da lei.

O que nós estamos vendo de medidas ditatoriais, arbitrárias é realmente um absurdo, Sr. Presidente.

Mas, felizmente, o Prefeito de Dois Irmãos, o Jerri Meneghetti, disse, em público, que discorda da liberação de recursos para fiscalizar o distanciamento controlado e diz que esses recursos seriam muito mais bem aplicados em outras áreas prioritárias, como, por exemplo, o combate ao câncer.

Hoje, o Município de Dois Irmãos tem direito a apenas três vagas mensais na oncologia. Antes eram quatro, e o Estado reduziu os recursos para o combate ao câncer. E tem gente morrendo de outras doenças, também, não apenas de COVID. Só no Município de Dois Irmãos, Sr. Presidente, há mais de trinta pessoas esperando em uma fila perversa por uma vaga para fazer tratamento de câncer.

Sr. Presidente, eu quero aplaudir o Prefeito Jerri Meneghetti, de Dois Irmãos, por ter, de forma clara, se colocado contra a liberação de recursos para a contratação de fiscais, inclusive, porque o próprio Prefeito diz que a Lei Complementar nº 173, de 2020, que nós aprovamos, proíbe o aumento de despesas com pessoal. E o Governo do Estado, agora, quer contratar mais fiscais! E diz o Prefeito: "*É complicado fazer gestão pública neste País*". Disse ele também: "*Gostaria que o Município recebesse esse recurso para outras prioridades*".

Sr. Presidente, precisamos tratar com seriedade esta pandemia, para salvar vidas perdidas tanto para a COVID, como para outras doenças - é o caso do câncer e de tantas outras que há anos não estão sendo bem tratadas pelo poder público - e também para preservar os nossos empregos, as vidas, os sonhos que se perdem por conta das medidas restritivas abusivas, exageradas que estamos vendo no nosso Estado, o Rio Grande do Sul.

Presidente, fica registrada a minha indignação com esse repasse de mais de 4 milhões de reais, que seria muito bem utilizado em outras áreas, como na saúde.

Documento 136/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com a aprovação pela Casa, com o voto contrário do orador, do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Ontem, nós acompanhamos até quase meia-noite a votação. E eu preciso confessar o nosso desalento, a nossa preocupação com o que o Plenário votou ontem à noite.

Resumindo, para que o Brasil possa compreender, ontem, o Plenário aprovou, com o meu voto contrário logicamente, o fura-fila da vacinação.

Abrir para o capital privado a compra das vacinas, Sr. Presidente, quebra toda a lógica daquilo que foi idealizado por meio do nosso SUS e que vem dando certo. Só não está dando mais certo porque, infelizmente, no ano passado, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro se negou a comprar 70 milhões de doses da vacina da Pfizer. Imaginem só: nós já teríamos, hoje, 35 milhões de brasileiros com as duas doses da vacina aplicadas. O Governo foi negacionista, o Presidente desfilou sem máscara, e, hoje, o Brasil se transformou num

péssimo exemplo para o mundo.

Ontem, nós tivemos mais de 4 mil mortos, Sr. Presidente. Em tudo aquilo que a nossa Oposição falou ao longo de todo o ano passado - num dos profundos debates que nós tivemos, inclusive, tratamos do auxílio emergencial -, ficou muito claro que nós tínhamos razão. A nossa preocupação vai se confirmando, Sr. Presidente, a cada dia, a cada instante, a cada momento.

Eu lamento muito que o Plenário, ontem, tenha dado esse péssimo exemplo. É a continuidade, na verdade, daquilo que vem sendo alimentado ao longo de tantos séculos: nós vivemos no oitavo País mais desigual do mundo.

A partir da votação desta matéria, serão quebrados todos os critérios para vacinação no nosso País. É realmente lamentável. Nós teremos os brasileiros de primeiro instante, a partir da votação de ontem, e os outros, que esperarão pelo SUS, obedecendo a um critério importante, que foi estabelecido para dar vez àqueles cuja vacinação é mais urgente, àqueles que correm mais risco de vida, Sr. Presidente.

É lamentável tudo isso. Eu esperava que a Câmara dos Deputados pudesse dar uma contribuição neste momento difícil de pandemia. Tivemos isso no ano passado, quando o Presidente da República queria 200 reais de auxílio emergencial e nós o enfrentamos, fazendo o bom debate, e aprovamos, no Plenário Ulysses Guimarães, um auxílio de 600 reais, coisa que, infelizmente, não está acontecendo na segunda rodada do auxílio emergencial.

Mas vamos em frente, Sr. Presidente, resistindo firmemente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 137/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:08
Publ.: DCD - 08/04/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Clima de tristeza reinante no País e no mundo por ocasião do Dia Mundial da Saúde, em decorrência da pandemia de coronavírus. Atribuição ao Governo



Jair Bolsonaro da responsabilidade pelas 330 mil mortes ocorridas no Brasil em face da doença viral. Elevado número de óbitos de profissionais da saúde e mulheres grávidas decorrentes do coronavírus. Declaração de voto da oradora contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Contrariedade à mercantilização das vacinas contra a Covid-19. Defesa de manutenção dos princípios de universalidade e gratuidade de vacinação, consignados pelo Sistema Único de Saúde. Necessidade da abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Saúde, este ano, é um dia triste no mundo, mas é mais triste ainda no Brasil. Somos o País em que, a cada dia, mais pessoas morrem por causa do coronavírus.

Como disse a Organização Mundial da Saúde, a doença não é um destino, mas a desigualdade determina o destino e a morte das pessoas. E, no Brasil, há que se acordar que a política e a economia adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro determinam quem morre, determinam a morte de 4 mil pessoas só no dia de ontem e de mais de 330 mil pessoas ao longo desta pandemia - isso, sem contar a subnotificação de óbitos, porque os números não são transparentes.

É uma tristeza termos que conviver com uma realidade que já nos levou mais de 6 mil profissionais da saúde: enfermeiras, técnicas, médicas, médicos, pessoas que estão cuidando de outras pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as grávidas do Brasil estão sendo especialmente atingidas. O maior número de mortes entre grávidas ocorre no nosso País.

Senhores e senhoras, a indignação tem que tomar conta desta Nação e tem, inclusive, que se dirigir ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados neste momento, quando a vacina deixa de ser um bem público e passa ser um bem privado; quando a vacinação passa a ser organizada não de acordo com critérios do Sistema Único de Saúde, mas conforme a possibilidade de as empresas gerenciarem a vida ou determinarem, como este Governo, a morte.

Ficam o nosso protesto, a nossa indignação e o nosso voto contrário - o nosso voto contrário! - a essa ideia de que vacina pode ser privatizada; a essa ideia de quebrar o Sistema Único de Saúde, como aqui foi feito. A universalidade do direito à saúde é a garantia de que uma vida não é melhor do que a outra; de que os critérios de idade, de

comorbidades precisam, sim, ser atendidos.

Senhores e senhoras, o Brasil precisa do *impeachment*, porque o Brasil precisa de esperança e de gestão conjunta do Sistema Único de Saúde a partir de Brasília para todos os lugares. Os Governadores precisam ser apoiados, não atacados, como faz este Presidente da República.

Senhores e senhoras, é hora de a Câmara estar com o povo pelo *impeachment* e contra Bolsonaro.

Muito obrigada.

Documento 138/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:12
Publ.: DCD - 08/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a desestatização de aeroportos brasileiros. Urgente necessidade de investigação, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, do estoque de vacinas pelos Governadores e Prefeitos Municipais.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores colegas, boa tarde. Eu tenho duas coisas para dizer neste período de Breves Comunicados.

A primeira é uma boa notícia do Governo Bolsonaro - que, aliás, toda semana traz boas notícias para o povo brasileiro: a concessão de 22 aeroportos, que vai gerar 3 bilhões de reais em outorgas e 260 bilhões de reais em investimentos. Foi feita, hoje, na Bolsa de Valores aqui do Estado de São Paulo, a concessão do Bloco Norte, do Bloco Sul e do Bloco Central.

É claro que nós sabemos que, no momento em que esses aeroportos são privatizados, muito provavelmente, a Esquerda vai ficar muito brava com isso, porque havia muito, muito cabide de emprego em tantas estatais, não é? E esses cabides estão caindo, acabando. Nós vamos encerrar um ciclo e vamos fazer o Brasil crescer.

Eu, como piloto, fico muito feliz com essa notícia, sabendo que a aviação brasileira...

Parabenizo o Ministro Tarcísio, o Secretário-Executivo Marcelo

Sampaio e toda a equipe que trabalhou para que as concessões fossem feitas.

A segunda notícia: eu também quero pedir *impeachment*, mas *impeachment* de Governador e *impeachment* de Prefeito.

É preciso, urgentemente, a Polícia Federal e o Ministério Público investigarem o que está acontecendo com as vacinas - porque estão estocando vacinas! Aliás, nós tivemos, num passado bem recente, alguém que queria estocar vento neste País. Mas pegaram uma outra veia agora: a de estocar vacina. Já foram distribuídas 43 milhões de doses de vacinas e apenas 22 ou 23 milhões foram aplicadas. Então, onde estão essas 20 milhões de doses de vacinas?

Quem tanto preza pela saúde, que faz vídeo daqui, vídeo dali, *marketing* daqui, *marketing* dali para dizer que cuida da saúde do povo, neste momento, está escondendo vacina da população brasileira.

É preciso que as Assembleias Legislativas abram processos de *impeachment* contra esses Governadores que estão sonhando com as vacinas de que o povo tanto precisa. O número é absurdo! Nós deveríamos ter, pelo menos, 20 milhões a mais de pessoas vacinadas neste momento e, possivelmente, até poderíamos estar alcançando a imunidade de rebanho, e, infelizmente, esses descompensados Governadores, que estão agindo contra o Brasil, que estão agindo contra a população brasileira, estão em algum lugar, em algum *bunker*, e não aplicam a vacina.

Antigamente, nós víamos dinheiro escondido em apartamento, em *bunker*. Agora, deve estar havendo vacina escondida. Ela deve ser um produto muito valioso para a esconderem dessa forma e quererem matar a população brasileira!

Ficam aqui o meu protesto e um alerta a todo o Ministério Público, à Polícia Federal, para que entrem nessa investigação o mais rápido possível, Presidente.

Documento 139/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Protesto contra a aprovação pela Casa do

Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Indignação do orador com o Governo Waldez Góes pela não instalação de tomógrafos e não inauguração da Maternidade Zona Norte Bem Nascer, em Macapá, Estado do Amapá.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é o Dia Mundial da Saúde, que acontece um dia após aquela vergonhosa votação de ontem, em que se aprovou um projeto que permite que o setor privado possa competir com o poder público na aquisição de vacinas.

Essa é uma questão que me entristece muito, porque ela é um ataque a um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde: a universalidade. O SUS é um sistema universal, um sistema único. Mas o Brasil nunca teve a coragem de fazer como outros países - Canadá, Reino Unido, Portugal, países desenvolvidos - fizeram lá atrás: determinar um único sistema para pobres e ricos. Todo mundo se impressiona quando a Princesa da Inglaterra sai carregando o seu bebê, após um parto normal, de um hospital onde as plebeias têm os filhos e filhas.

É uma vergonha para nós permitirem que quem tem dinheiro possa furar a fila de vacinação. Sinto vergonha por essa votação. Votei contra esse projeto. Nós já tínhamos autorizado o setor privado a comprar vacinas, desde que ele as doasse integralmente ao SUS, até que o grupo prioritário tivesse sido todo vacinado. Liberar o setor privado dessa obrigação é vergonhoso!

Além disso, lá no meu Estado, o Amapá, num momento como este, o Governo - nós ficamos sabendo hoje pela manhã por meio dos Deputados Cristina Almeida, Dr. Victor e Paulo Lemos - tem dois tomógrafos encaixotados, enquanto o povo pobre do Estado precisa pagar 300 reais, 400 reais por uma tomografia para poder constatar o dano causado pela COVID-19.

É uma vergonha, no Dia Mundial da Saúde, o Governo do Estado ser incapaz de garantir um exame básico de tomografia para a população!

É uma vergonha esse Governo do Amapá, que prometeu inaugurar no dia 31 de março a Maternidade da Zona Norte, que privilegiará o parto normal, ter sido incapaz de cumprir a sua palavra, quando a maternidade está pronta desde 2015 - foi iniciada no nosso governo! Saiu o *release* do Governo do Estado em 2017 dizendo que a maternidade já estava pronta. Ele foi condenado pela Justiça a inaugurá-la; este ano, pressionado, prometeu fazê-lo no dia 31 de março; e mentiu mais uma vez. Isso é motivo de vergonha para o

Governador Waldez Góes no Dia Mundial da Saúde.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e, em especial, no Programa *A Voz do Brasil*.

Documento 140/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:20
Publ.: DCD - 08/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Postura desumana do Presidente Jair Bolsonaro em relação aos efeitos da Covid-19 sobre o povo brasileiro. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Transcurso do Dia do Jornalista.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, quero dizer que também tive muita vergonha e senti muito ao ver, ontem, a votação do fura-fila, porque estamos assistindo, no Dia Mundial da Saúde, quando deveríamos comemorar grandes pesquisas feitas, grandes diagnósticos para a proteção à saúde do nosso povo, a mais de 300 mil óbitos no País; estamos assistindo a mais de 4 mil pessoas morrendo por dia; estamos assistindo a um Presidente da República ignorando todos os médicos, enfermeiros e aqueles que estão dando a própria vida para cuidar da vida dos outros.

Eu fiquei muito triste e vou continuar assim. Não é apenas uma indignidade; é uma desumanidade o que este Governo está fazendo. Nós temos famílias dizimadas, nós temos famílias desamparadas, nós temos uma política social asfixiada, as pessoas estão morrendo de COVID e de fome. É preciso entender isso. E nós não podemos dar à iniciativa privada, mais uma vez, a possibilidade de decidir sobre a vida dos outros. Ela vai fazer isso de graça, totalmente de graça? Não! Vão morrer mais pessoas pobres! Se querem ajudar este País, se querem fazer com que a economia cresça, ajudem, mas parem de matar as pessoas com essas ações políticas pecaminosas.

Na verdade, tudo isso faz parte de um grande jogo político. Nós vimos a ANVISA não atender outros Governadores; depois, nós vimos esta

Casa votar essa matéria, dando à iniciativa privada condição para comprar vacina; e, logo após, nós vimos o Presidente desfazer o que a ANVISA havia dito aos Governadores e também dizer: "Nós vamos comprar a vacina".

A Oposição não está pedindo para ela. A Oposição está ajudando o povo brasileiro. Nós estamos ajudando o Brasil.

É de chorar no Dia Mundial da Saúde! É também de protestar!

Quero, por fim, dizer que hoje também é o Dia do Jornalista, e esses profissionais deve estar muito envergonhados do que têm escrito durante esta pandemia.

O Brasil está abandonado. Os pobres estão por conta de Bolsonaro.

Documento 141/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Existência de milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Imediata aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. (chamado de Lei Assis Carvalho II). Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Adiamento da compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e colegas Deputados, hoje, dia 7 de abril, é o Dia Mundial da Saúde.

De acordo com o princípio da medicina, a nossa saúde depende de como nós nos alimentamos, do que comemos. O alimento é o nosso remédio. O que garante a imunidade, a resistência que temos é o que nós ingerimos no dia a dia.

No Dia Mundial da Saúde, nós temos milhões de brasileiros em

situação de insegurança alimentar: são quase 20 milhões de pessoas passando fome.

E não percebemos sensibilidade por parte desse Governo no sentido de aprovarmos, o quanto antes, o Projeto de Lei nº 823, de 2021, a Lei Assis Carvalho II, que vai dar apoio específico aos rurais, que passam por dificuldades por causa das restrições das feiras livres e não têm mais o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, porque o Governo acabou com ele. Então, nós não estamos conseguindo dar apoio aos agricultores.

É importante também fazermos este comparativo: às vésperas do Dia Mundial da Saúde, é vergonhosa a aprovação de uma lei que autoriza os empresários, a iniciativa privada, a adquirir vacinas. Isso é o Governo e a base do Governo. Então, se o Governo de Bolsonaro é genocida, ele tem seus cúmplices. É um escândalo, Sr. Presidente, todo esse apoio aos empresários, à iniciativa privada, para adquirir vacinas, enquanto Governadores e Prefeitos, organizados em consórcio público, nada receberam de apoio do Governo Federal para viabilizar a aquisição de vacinas.

Na verdade, o Governo está atrapalhando, adiando a compra. Lamentavelmente, a ANVISA, que está a serviço do próprio Presidente, fica com essa ingerência, dizendo que primeiro uma equipe técnica tem que ir à Rússia. É uma coisa absurda, em tempo de pandemia, o que o Governo está fazendo, ou seja, está impedindo os Governadores de comprar vacinas. Para Governadores e Prefeitos, no consórcio público, nada, absolutamente nada; para o empresariado, tudo. É um escândalo! São genocidas, e ele tem seus cúmplices.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 142/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 4.195 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Empatia da Casa diante da gravidade da crise sanitária. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por

pessoas jurídicas de direito privado. Necessidade de adoção, pelo Congresso Nacional e pelos Governadores Estaduais, de ações contundentes de combate à Covid-19. Êxito das medidas de enfrentamento do coronavírus adotadas pelo Prefeito Edinho Silva, do Município de Araraquara, Estado de São Paulo. Imediata vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, relativo à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. (o chamado Projeto Assis Carvalho II). Necessidade de assistência governamental aos pequenos e microempresários. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia terrível para quem vive no Brasil. E eu gostaria de manifestar a minha profunda tristeza e a minha solidariedade a todas as famílias das 4.195 vítimas da COVID, além das minhas orações por todos aqueles que partiram.

Manifesto também a minha perplexidade com a apatia da Câmara dos Deputados diante dessa situação. Já passamos de 4 mil mortes por dia e estamos normalizando esse cenário.

Há Governadores que, em resposta ao recorde de mortes, reabrem o comércio e flexibilizam as restrições de circulação, numa dança da morte que tem como seu regente o Presidente Bolsonaro.

A Câmara ontem deu um passo na contramão do mundo: enquanto globalmente os governos de todos os perfis ideológicos centralizam a luta contra a COVID, nos sistemas públicos de saúde, para garantir o acesso universal à vacina, aqui foi dado o salvo-conduto para o "cada um por si", com a iniciativa privada disputando a compra de vacinas e concorrendo com o Estado, numa lógica individual, que vai favorecer quem tem dinheiro e condenar à morte milhares de pessoas, especialmente os mais pobres, os autônomos, a massa de desempregados e os pertencentes aos grupos de risco que ainda não se vacinaram.

Registro aqui o meu posicionamento contrário a esse descalabro. É lamentável que, no Dia Mundial da Saúde, o Brasil ateste a falência de gestão do seu sistema de saúde e - por que não dizer? - da falência ética e moral de seus dirigentes.

Não podemos tolerar que a escalada de mortes siga aumentando dessa forma. É preciso que o Congresso Nacional e os Governadores tenham coragem de enfrentar o vírus e tomar medidas duras, sem temer a reação de um grupelho de lunáticos dispostos a sacrificar as

vidas do nosso povo por idolatria a Bolsonaro.

Araraquara é uma cidade importante aqui, no interior de São Paulo, governada pelo Prefeito Edinho Silva, do PT, que encarou de frente o problema e tomou as medidas necessárias. Passou da hora de seguirmos esse caminho que trouxe resultados.

Vacina para todos já! Auxílio emergencial de 600 reais já! Aprovação do PL de apoio à agricultura familiar, a Lei Assis Carvalho II, já! Ajuda aos pequenos e microempresários já! *Impeachment* de Bolsonaro já!

Peço que este discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 143/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Saúde. Necessidade de reflexão sobre as razões da ascensão da curva de mortes por Covid-19 no Brasil. Transcurso do Dia do Jornalista. Assassinato do jornalista Vladimir Herzog durante a ditadura militar. Saudações aos jornalistas da Câmara dos Deputados.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos que nos acompanham nesta sessão.

Hoje é um dia de comemoração no mundo: o Dia Mundial da Saúde, data criada pela Organização Mundial da Saúde, para discutir a saúde no mundo.

Infelizmente, hoje não temos nada a comemorar.

Vivemos uma tragédia e precisamos refletir sobre o que está acontecendo: enquanto todos os países do mundo têm a sua curva descendente, o Brasil tem uma curva ascendente, batendo recordes diários de mortes que se acumulam há 1 ano.

Hoje também é o Dia do Jornalista. Eu gostaria de abraçar e de parabenizar os jornalistas, porque nesta pandemia eles têm

demonstrado, como sempre, como historicamente demonstraram, a capacidade de fazer com que a verdade, a notícia, a notícia que faz refletir, chegue a toda a população.

Quero aqui lembrar um nome da história, o nome de alguém que se foi pela brutalidade da ditadura, mas deixou um exemplo marcado: o jornalista Vladimir Herzog. Quando se fala de jornalistas, o nome e a história de Vladimir estão pautados no Brasil.

Também quero lembrar a história recente, por exemplo, do trabalho dos jornalistas do *The Intercept* com relação à prisão do Presidente Lula e de tantas outras situações que o jornalismo investigativo fez com que viessem à tona no Brasil.

Parabéns aos jornalistas compromissados com a verdade, compromissados com a democracia, que fazem a resistência, que fazem o dia a dia deste País se tornar, de certa forma, mais justo com a participação efetiva de quem traz a notícia e faz a população conhecer a verdade pelos meios de comunicação.

Registro o meu abraço os jornalistas desta Casa Legislativa e digo o quão importante é o trabalho dos senhores e das senhoras, que dão sustentação ao que todos nós aqui fazemos.

Quero dizer também que, neste momento trágico da população, levar os dados a todos e todas, fazer com que a população conheça e reconheça a verdade sobre a pandemia, sobre as vacinas, sobre o que o Governo Federal está fazendo e deixando de fazer é de fundamental importância.

Então, em nome da população brasileira, que hoje chora a sua condição de vida, peço que reflitamos sobre o Dia Mundial da Saúde e registro o meu abraço aos jornalistas que fazem dessa profissão a causa maior.

Registro, por fim, o meu abraço aos dois jornalistas que trabalham comigo: Laila e Wolney. Ao abraçá-los, estarei abraçando toda a imprensa do Brasil e, especialmente...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Saúde. Alcance da marca de 340 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de ações efetivas de combate à epidemia de coronavírus. Retrocesso da aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, para o estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Congratulações aos profissionais da saúde. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas da Covid-19.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Saúde. Infelizmente, não temos o que comemorar. Só ontem foram mais de 4 mil mortes. Hoje devemos ultrapassar a marca de 340 mil vítimas da COVID-19 no Brasil.

É um momento de muita reflexão e de cobrança de uma ação efetiva do Governo. Não é um governo, mas sim um desgoverno, que sempre trabalhou na contramão do combate à pandemia. Primeiro, não incentivou o uso de máscaras; segundo, não comprou as vacinas. Não tomou nenhuma medida necessária.

Ainda ontem tivemos outro retrocesso ao ver o Congresso Nacional aprovar a lei do fura-fila. Mais uma vez, a prioridade são os mais ricos. Nós da bancada do PT votamos contra esse projeto. Esperamos que ele não avance e que não seja sancionado.

Isso é um absurdo, ainda mais num momento como este em que o Governo deveria agir rapidamente, adotar as medidas de isolamento, tomar as medidas necessárias, acompanhar o que fala a Organização Mundial da Saúde, aprender com o que está acontecendo nos outros países do mundo.

O Brasil, hoje, é responsável por quase 30% de todas as mortes e casos do mundo. Nós somos o epicentro da doença, e o Congresso ainda aprova uma lei para privilegiar os mais ricos.

Por isso, eu quero também, no Dia Mundial da Saúde, prestar minha homenagem a todos os servidores da saúde e ao SUS, e pedir aqui um minuto de silêncio por todas as vítimas mundo afora e as quase 340 mil vítimas da COVID no Brasil.

Viva o SUS!

Peço um minuto de silêncio, em homenagem a todas as vítimas.

Documento 145/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:44
Publ.: DCD - 08/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 4.196 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos jornalistas diante de ataque do Presidente Jair Bolsonaro à imprensa. Repúdio à tentativa do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de desativação de unidade do Instituto Médico Legal - IML no Município de Diadema.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 4.196 pessoas perderam a vida nas últimas 24 horas, e Bolsonaro disse que é culpa da imprensa. Registro, no dia de hoje, a minha solidariedade aos jornalistas, que agem com seriedade.

Sr. Presidente, nós estamos aqui numa luta intensa, num debate terrível, numa batalha para garantir a aprovação de projetos para cuidar da saúde do nosso povo, buscando caminhos, garantindo a luta por vacinas para todos, inclusive todos os desempregados, todos aqueles que mais precisam. E aí acontece algo inusitado.

V.Exas. conhecem Diadema, não é? Diadema é uma cidade de 426.757 habitantes. É a 14ª cidade mais populosa do Estado de São Paulo e é a 57ª cidade mais populosa do Brasil. Conversando com o Vereador Neno e com outros Vereadores, como Zé Antônio, descobri que o Governo Doria chegou, sem aviso prévio, sem conversar com ninguém, e retirou o posto do Instituto Médico Legal de Diadema, uma cidade em que está morrendo gente todos os dias. Foi uma coisa inaceitável, absurda.

Diante disso, é claro que ocorreu uma mobilização. O Presidente da Câmara, o Vereador Josa, juntamente com secretários da Prefeitura e todos os Vereadores, de todos os partidos, estiveram lá e pressionaram para que isso não ocorresse. Valeu a luta, porque

voltaram atrás e recolocaram o IML na cidade.

Esses dias, já ameaçaram tirar a agência do INSS - que coisa absurda! - de uma cidade tão grande e operária, como Diadema. A agência da Receita Federal já tiraram faz tempo. Há necessidade de aparelhar o Município para atender a nossa gente querida, de uma cidade tão amada, de um povo lutador e trabalhador.

Então, que não se repita jamais um absurdo como esse! Fechar o IML de Diadema é o maior desrespeito. Eu estou aqui abismado, porque isso não tem cabimento, Sr. Presidente.

Reitero minha solidariedade a este povo bom, amado e lutador de Diadema.

Aqui fica o recado: não ousem mexer naquilo que é tão importante para a nossa comunidade de Diadema. Imaginem o que iria acontecer com os mortos. Vale sempre a luta!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 146/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-13:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reconhecimento do papel desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Alcance da marca de 330 mil mortes no País em decorrência a Covid-19. Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro e seus Ministros diante a crise sanitária instalada no Brasil. Mercantilização da saúde e da vacina contra o coronavírus. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Expectativa de rejeição da propositura pelo Senado Federal. Não aquisição de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é o momento adequado para fazermos o nosso reconhecimento público à importância do SUS.

O Sistema Único de Saúde tem um papel revolucionário no Brasil, em especial em momentos como este de pandemia da COVID-19, nesta

grande crise que o nosso Brasil atravessa, uma crise que ontem levou quase 4.200 vidas de brasileiros e brasileiras, uma crise que já ultrapassa 330 mil mortes durante o período da pandemia da COVID-19, uma crise que é aprofundada pela insensibilidade e incompetência de Jair Bolsonaro e seus Ministros.

É exatamente pela incompetência do Presidente da República que recaem mais cobranças sobre os profissionais que atuam na linha de frente do SUS, tanto na saúde quanto na assistência social, enfim, sobre os servidores de todas as áreas que estão na linha de frente neste momento, enfrentando essa grande crise sanitária, aprofundada também pela crise econômica, dada a inoperância de Paulo Guedes, o Ministro da Economia, e de Jair Bolsonaro, o Presidente da República.

Vivemos uma contradição, porque, ao mesmo tempo em que fazemos hoje, dia 7 de abril, homenagens, com afeto muito grande, aos trabalhadores do SUS e reconhecimento do papel do SUS, vivemos um momento de mercantilização da saúde com a vacina.

A aprovação ontem do PL 984/21, que permite à iniciativa privada comprar vacinas, doar parte para o SUS e a outra parte ficar para vacinar a sua própria equipe, é um desrespeito à vida humana.

A partir da aprovação dessa lei, há a possibilidade de um executivo de quarenta e poucos anos, que joga tênis quatro vezes por semana, ser vacinado, enquanto um idoso de 60 anos a 70 anos, com comorbidade, não recebe essa vacina. O dinheiro vai se impor sobre a vida. Esse é o tipo de saúde que foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados.

Eu espero sinceramente, primeiro, que o Senado não dê continuidade a esse crime, que foi a aprovação desse PL no dia de ontem. Segundo, enquanto Partido dos Trabalhadores, tomaremos todas as iniciativas cabíveis no Supremo Tribunal Federal para que não avance, se aprovado, esse projeto de lei, que dá condições para os ricos terem vacinas, enquanto os pobres vão aguardar em uma fila o dia da vacina ou da morte.

Para se ter um exemplo, aqui no meu Estado do Paraná, o Governador Ratinho Júnior muito fala, mas a maioria dos Municípios está quase há 1 semana sem vacina. Ele aplaude Bolsonaro e não traz vacina para o povo do Paraná.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha intervenção fosse divulgada nos meios de comunicação desta Casa.



Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Homenagem aos profissionais da saúde, ao ensejo do transcurso do Dia Mundial da Saúde. Registro de 4.000 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Solidariedade à Federação Única dos Petroleiros e ao sindicalista Deyvid Bacelar. Protesto contra a venda da Refinaria Landulpho Alves, da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Luta do orador pela preservação da estatal e suas refinarias. Saudações aos jornalistas brasileiros. Assassinato do jornalista Vladimir Herzog durante a ditadura militar.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu gostaria de homenagear hoje todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde brasileira em nome do SUS e dizer que o Dia Mundial da Saúde deve ser lembrado por todos esses homens e mulheres que atuam em toda a rede nacional de saúde, que fizeram e fazem esse grande trabalho que lamentavelmente o Governo Federal não tem respeitado e reconhecido.

Registro a nossa solidariedade aos familiares de todos os trabalhadores e trabalhadoras que perderam a vida. Foram mais de 4 mil mortes nas últimas 24 horas. Isso tudo se acumula com o descaso com que o Governo Federal trata a saúde pública. E lamentavelmente esta Casa ontem aprovou um projeto autorizando quem tem dinheiro a comprar vacina para se vacinar.

A vacina é pública, é do SUS, é uma obrigação do Governo Federal, uma conquista do povo brasileiro. Jamais a nossa bancada, o nosso partido deixará de defender isso para todos e que seja pública.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria registrar a nossa solidariedade à Federação Única dos Petroleiros, em nome de Deyvid Bacelar e de todos os trabalhadores da FUP.

Perseguição não! Somos contra qualquer tipo de privatização!

O que estão fazendo com a refinaria da Bahia é tentar um desmonte da PETROBRAS, o desmonte de um projeto de desenvolvimento nacional.

Manifestamos a nossa solidariedade e a nossa luta em defesa da PETROBRAS, em defesa das refinarias e em defesa dos trabalhadores do setor de petróleo e gás.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero saudar todos os jornalistas do Brasil pelo dia de hoje e dizer que o papel fundamental da verdade e da imprensa democrática relembra homens e mulheres, a exemplo de Vladimir Herzog, homem que deu a vida para denunciar a ditadura e não se curvou.

Por isso, a todos os jornalistas deste País, homens e mulheres que fazem o jornalismo democrático, a imprensa verdadeira, fica o nosso reconhecimento, o nosso respeito. Parabéns!

Sr. Presidente, solicito que sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa os três registros feitos neste momento.

Muito obrigado.

Documento 148/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática pelo Presidente Jair Bolsonaro de política genocida com relação ao combate à epidemia de coronavírus, demonstrada no posicionamento contrário ao distanciamento social; à aquisição de vacinas; à concessão de auxílio emergencial digno; ao apoio às empresas e aos trabalhadores brasileiros, especialmente às pequenas e microempresas.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Quero registrar aqui quatro iniciativas que os países mais bem-sucedidos com o pacto civilizatório estão fazendo para enfrentar a COVID, ao contrário do que faz o nosso Governo. O nosso Governo tem uma direção extremamente contrária às iniciativas desses países.

A primeira é o distanciamento social, que inclusive vem antes das vacinas. Isso é evidente, porque tem que se fazer pesquisa, ciências, para produzir as vacinas. O nosso Governo desde o primeiro dia

propôs aglomerações, não defendeu o uso da máscara. Teve um comportamento criminoso em relação ao nosso Código Penal e à defesa da saúde pública.

A segunda é o investimento nas vacinas, não só nas compras, mas também nos acordos sociais, no tempo certo, o que o Governo não fez, nas pesquisas. O Governo continua cortando recursos das universidades, da ciência e tecnologia.

Lá no meu Estado, a Universidade Federal de Minas Gerais precisa de mais investimentos para desenvolver uma vacina com 100% de eficácia. Ela já se encontra nas fases de testes clínicos.

A terceira é o auxílio financeiro decente. Nós estamos chegando ao quarto mês sem nenhum apoio aos mais vulneráveis. Mais de 100 milhões de brasileiros estão com dificuldade de alimentação, em insegurança alimentar. Trinta milhões de brasileiros voltaram ao Mapa da Fome e à extrema pobreza.

Por último, é evidente que tem que combinar a previsibilidade dos setores econômicos do País, senão vira uma guerra o País, ainda mais um país do tamanho do Brasil. Mas é lógico que Bolsonaro aposta no caos, na desorganização, no fanatismo, na polarização do País. O apoio às empresas e ao trabalhador formal, em especial à micro e à pequena empresa, é o que os países estão fazendo.

Como Bolsonaro age contrariamente a essas quatro iniciativas e aos protocolos, vamos dizer assim, ele exerce uma política genocida, do ponto de vista humanitário e do ponto de vista da perspectiva de recuperação econômica do País.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 149/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento

de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Boa tarde, brasileiros.

Eu não sei se a imagem vai ficar clara aqui, Deputada Lídice da Mata.

(Exibe imagem.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Está nítida.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Mas eu quero pedir a vocês todos que olhem esta *charge* do cartunista Yazdani, Deputada Luiza Erundina, que mostra como se comporta a elite do atraso brasileira.

Diante do caos sanitário que o Governo constituído pela elite do atraso brasileira - o Governo Bolsonaro - criou no País, em que deixou de comprar vacinas quando elas eram disponíveis para a compra pelo negacionismo, pela irresponsabilidade no trato da pandemia, e diante da constatação de que a pandemia saiu de controle, porque, hoje, infelizmente, nós estamos perdendo em torno de 4 mil brasileiros por dia, a elite do atraso resolveu colocar um plano em marcha, Deputado Joseildo.

O plano é o seguinte, dizem eles: *"Na falta de vacinas, eu quero primeiro vacinar a mim, a minha família, os meus funcionários e seus familiares"*.

Na realidade, o projeto votado ontem por esta Casa é um escândalo mundial, significa a destruição do Programa Nacional de Imunizações, significa o abandono dos critérios técnicos, epidemiológicos, científicos e humanitários de vacinar primeiro os mais vulneráveis, Deputado Israel, aqueles que têm maior risco de morrer se contraírem a COVID. É assim que se combate uma pandemia com uma visão solidária, digna e decente.

Nós nos opusemos à votação de ontem à noite e continuaremos a nos opor. Iremos aos tribunais, ao Supremo Tribunal Federal para evitar o fura-fila vergonhoso que é mostrado nesta *charge* de Yazdani. Milhares de brasileiros, milhões de brasileiros com comorbidade e com grande risco de morrer estarão nas filas, enquanto jovens, empresários ricos, aqueles que detêm poder econômico compram uma nova porta de entrada para fazer suas vacinas.

Se eles sabem onde há vacinas disponíveis, por que não contam para este Governo incompetente de Bolsonaro e compram as vacinas para todos os brasileiros? Eles querem o privilégio, eles querem o escárnio, eles querem o salve-se quem puder, eles querem o povo abandonado à própria sorte de um Governo incompetente que eles elegeram, enquanto eles buscam canais privilegiados num sistema...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 150/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:08
Publ.: DCD - 08/04/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Saudações aos profissionais da saúde e da imprensa. Apresentação à Medida Provisória nº 1.039, de 2021, de emenda destinada à instituição do auxílio emergencial de 500 reais, com vigência até dezembro de 2021.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero primeiro registrar que hoje se comemora o Dia Mundial da Saúde. Essa data criada pela Organização Mundial da Saúde ganha dimensão, pois nunca se fez tão necessário olhar a saúde com carinho, com respeito, com zelo, e o SUS é um exemplo disso. Eu quero parabenizar todos os trabalhadores da saúde que integram esse sistema.

Quero saudar também todos os trabalhadores da imprensa, todos os jornalistas que cobrem o dia a dia do Congresso Nacional, mas em especial o jornalista que faz jornalismo na Amazônia, minha região. Eu, por sinal, sou jornalista por formação. E nós devemos ao jornalista e à imprensa o pleno exercício da democracia pelo direito à informação. Parabéns a todos os jornalistas que exercem essa atividade com muita grandeza, mas acima de tudo com muita garra, muita valentia e muito patriotismo!

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, possibilita o pagamento do auxílio emergencial -- no dia de ontem se iniciou o pagamento. Só que num país tão desigual, onde há mais de 14,5

milhões de desempregados, onde a ocupação hoje só representa 47,1% da população que tem condições, que está apta ao trabalho, nós vemos aí mais de 38% na informalidade, aguçando ainda mais as desigualdades em nosso País. Isso requer que atuemos nessa ponta também.

Nós estamos enfrentando o pior momento de uma crise sanitária do nosso País. Como se isso não bastasse, por outro lado, milhares de brasileiros e brasileiras muitas vezes não têm o que comer. Dessa forma, faz-se importante que este Parlamento atue.

Eu tenho uma emenda junto a essa MP solicitando que nós prorrogemos o auxílio emergencial até dezembro e que seu valor seja de 500 reais.

Já foi falado amplamente, durante esses dias, sobre o preço do gás de cozinha. Com os 150 reais, que 43% das famílias vão receber, é impossível comprar gás de cozinha, alimento e material básico de higiene.

Faz-se necessário este Parlamento atuar, para que possamos minimizar o sofrimento de milhares de famílias Brasil afora.

Sr. Presidente, nós temos hoje milhares de pessoas no CADÚNICO, mas infelizmente nem todas são contempladas.

Documento 151/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:12
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Registro de 4.000 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Compromisso do Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, de vacinação da população adulta até 19 de abril de 2021. Criação, pelo Presidente norte-americano, de plano emergencial de investimentos para combate aos efeitos desastrosos da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que estão nos assistindo neste momento, hoje é o Dia Mundial da Saúde. Infelizmente, é um dia triste para o mundo, em função da pandemia, e

mais triste ainda para o nosso País, em função da gravidade do aumento de casos a que nós estamos assistindo. Em 24 horas, mais de 4 mil pessoas foram a óbito, em função somente da pandemia, algo extremamente estarrecedor e preocupante.

Nesse raciocínio, lendo a matéria de hoje do jornal *O Estado de S.Paulo*, nós vemos a diferença entre um líder que defende o seu povo e um governo que tem uma visão negacionista, que negou a gravidade da abrangência da pandemia no nosso País e até hoje nega, porque se recusa a tomar medidas preventivas e inclusive científicas.

Comparando o que faz um grande líder, o Presidente Joe Biden, dos Estados Unidos, anuncia que vai garantir vacina para todas as pessoas adultas até o dia 19 de abril - todos os americanos! E mais: o Governo dos Estados Unidos cria, de forma emergencial, um plano. Emergencialmente, vão ser investidos, durante 1 ano, 1 trilhão e 900 bilhões de dólares, o que corresponde aqui no Brasil a cerca de 11 trilhões a 12 trilhões de reais, para o combate ao desastre econômico da pandemia e suas consequências sociais nos Estados Unidos.

Nesse plano americano, no outro ano, vai ser gasto mais 1 trilhão de dólares só com infância, saúde e educação.

E vai fazer outros grandes investimentos para recuperar a criação de empregos, reconstruir a infraestrutura nacional. Vai investir em novas tecnologias, fortalecer a indústria americana e criar uma política em defesa da questão ambiental, em defesa do clima.

Esta é a grande diferença de quem tem uma visão de estadista: pensa no presente e no futuro.

Documento 152/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de apuração de crimes cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro durante a epidemia de Covid-19. Defesa de restabelecimento do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Conveniência de reedição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE e do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da

Renda.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há algumas perguntas que esta Casa precisa fazer e que precisa ser feita em todo o Brasil.

Quantas mortes teriam sido evitadas se o Presidente Jair Bolsonaro não tivesse boicotado o combate à pandemia da COVID-19, se ele tivesse incentivado o distanciamento social, o uso da máscara, se tivesse havido todo um trabalho do Ministério da Saúde no sentido de coordenar Governadores e Prefeitos para o combate à pandemia?

Se o Governo Bolsonaro tivesse comprado as vacinas da Pfizer em agosto ou setembro do ano passado, se não tivesse boicotado a Coronavac, enfim, se tivesse utilizado todos os instrumentos que esta Casa deu ao Governo para combater a pandemia, quantas mortes teriam sido evitadas, Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas?

Acredito que a Câmara Federal terá que se debruçar sobre essa questão, terá que apurar os crimes cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Mas esse é um processo demorado, tem que ser feito na forma da lei.

Enquanto isso, há urgências que precisam ser respondidas agora, como a questão de se adotar as providências necessárias para socorrer o povo brasileiro que está entre a COVID e a fome. Nesse sentido, tem que se fazer o que for preciso para se conceder um auxílio emergencial de 600 reais.

Além de socorrer as famílias mais pobres, tem que se retomar o PRONAMPE, para auxiliar as micro e pequenas empresas, de modo a não permitir que os bancos façam o que estão fazendo, aumentando a carência em troca de um aumento no valor da prestação que chega a 13%. As micro e pequenas empresas precisam de socorro agora.

Ao lado disso, tem que se retomar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, outra área vital em que precisamos atuar fortemente. De um lado, precisamos combater a pandemia; de outro lado, precisamos socorrer as pessoas mais pobres e as micro e pequenas empresas brasileiras, para que juntos possamos enxergar a luz no fim do túnel, enfrentar a COVID-19 e retomar a construção de nossas vidas.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Um grande abraço, Presidente!

Muito obrigado.

Documento 153/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde e do Jornalista. Relevância do Sistema Único de Saúde - SUS. Importância dos trabalhos realizados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, e pelo Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia de Covid-19.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Bismarck, hoje é um dia importante, é o Dia Mundial da Saúde e o Dia do Jornalista. É um momento para salientarmos a importância do SUS, o trabalho que o SUS executa no nosso País, a atividade coordenada pelo Ministério da Saúde e o nosso Programa Nacional de Imunizações, que é uma referência em termos mundiais. Esse trabalho é desenvolvido em conjunto com o CONASS, com o CONASEMS, com os Estados e com os Municípios.

Gostaria de salientar também a importância da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 aqui na Câmara dos Deputados. Ela desempenha um trabalho fantástico, buscando sempre os pontos comuns.

Nesta data, eu gostaria de salientar a importância do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da COVID-19, uma iniciativa espetacular. Esse comitê é formado por representantes dos Estados, dos Municípios, pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. É disso que nós precisamos.

Neste dia da imprensa, é muito importante que a própria imprensa trabalhe também nesse enfrentamento da COVID, buscando as ações que vão propiciar melhor qualidade para a população brasileira.

Gostaria de encerrar dizendo que, se nós estivermos unidos, se estivermos executando atividades que visem o bem da população

brasileira, divulgando através da imprensa atos positivos para esse enfrentamento, nós estaremos com o foco naquilo que é essencial para todos que compõem o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da COVID-19, que é o bem do povo brasileiro.

Agradeço a todos que participam desse enfrentamento. Felicidades!

Com certeza vamos vencer a COVID!

Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 154/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 08/04/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Saúde. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 e aos sequelados pela doença viral. Congratulações aos profissionais da saúde; aos gestores estaduais e municipais de saúde e à comunidade científica. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela crise sanitária vigente no País. Atuação criminosa do Presidente da República quanto ao enfrentamento do coronavírus. Omissão da Casa quanto à reconstituição do orçamento da saúde de 2021; à exigência ao Governo Federal de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; e à abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Hoje é o Dia Mundial da Saúde, implementado pela Organização Mundial da Saúde em 1950. Infelizmente, não temos nada a comemorar. Ele foi implementado justamente com o objetivo de conscientizar a população sobre a qualidade de vida e os diversos fatores que interferem nela. É um dia triste para a humanidade e, com certeza, mais triste para o povo brasileiro.

Quero aqui manifestar a minha solidariedade às famílias dos milhares de mortos - a dor de perder alguém e não poder velar o corpo é



indescritível; a minha solidariedade aos doentes que ficaram, principalmente, com sequelas; a minha solidariedade e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do SUS, esse grande Sistema Único de Saúde, um dos maiores programas sociais do mundo, que tem enfrentado essa crise e essa pandemia, apesar das restrições; a minha solidariedade aos gestores estaduais e municipais de saúde e ao mundo científico, que, mesmo atacado e desrespeitado, tem continuado a ajudar o Brasil e o povo brasileiro.

Manifesto aqui o meu repúdio ao maior responsável por esta crise: Jair Messias Bolsonaro, que, por suas ações e omissões, trouxe o Brasil e o povo brasileiro a essa situação dolorosa, desdenhou da gravidade da pandemia -- "*É uma gripezinha!*" -- e da dor do povo pelas mortes -- "*Não sou coveiro*"; "*Vão ficar chorando até quando?*" Com seu exemplo e presença, estimulou a aglomeração e o não uso de máscaras, quando a ciência e a medicina orientavam o povo a fazer o contrário para a sua proteção. Não montou comitê de crise com Governadores, Prefeitos, cientistas, empresários e trabalhadores. Brigou com todo mundo. Não planejou a vacina. Brigou com a China, com a Rússia. Só reservou, junto à OMS, vacina para apenas 10% da população. Deixou de comprar em agosto do ano passado 70 milhões de doses que o laboratório Pfizer ofereceu.

Deixou de proteger economicamente o povo e as empresas, para que pudessem fazer o necessário isolamento social.

Ele é um ignorante, é um incapaz, não dá conta de ser Presidente, mas sobretudo - e o que é pior - é um criminoso, pelo que praticou nesta pandemia. Ele é um genocida. Genocida, sim. Ele não gosta de ser chamado assim. Ontem ele falou que é barra ser Presidente. Então, por que continua sendo?

Saia dessa cadeira, que não lhe pertence, pelos crimes que você já cometeu! Livre o povo do pesadelo que é você!

Também quero lamentar a posição desta Casa, por não ter reconstituído o orçamento da saúde para 2021, por não cobrar o planejamento da vacinação - gastou-se apenas 3,3 bilhões de reais dos 21 previstos -, sobretudo por não abrir um dos mais de cem processos de *impeachment* que tramitam aqui. A conivência dos membros do Congresso Nacional manchará, com o sangue dos mortos, esta instituição parlamentar.

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Não cumprimento, pelo Governo brasileiro, de estratégias e manuais de combate a doenças preconizados pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Perplexidade ante a declaração do Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, sobre a correção das ações de combate à epidemia de coronavírus adotadas pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado por esta oportunidade. Quero parabenizá-lo por estar, mais uma vez, nessa mesa. Ficamos muito satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

Eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela fala, ontem, no *Jornal Nacional*, em defesa da nossa educação.

Peço o restabelecimento dos 3 minutos para o Deputado Professor Israel Batista.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF) - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje é dia 7 de abril de 2021, e, há 73 anos, Geraldo de Paula Souza, em nome da diplomacia brasileira, assinava, como fundador, documento com o qual se criaria a Organização Mundial da Saúde. O Brasil é fundador da OMS. Por isso, hoje se comemora o Dia Mundial da Saúde. O Brasil, durante 20 anos, teve como Diretor-Geral da OMS o Marcolino Gomes Candau. Há 73 anos, nós brasileiros pagamos uma anualidade à OMS, justamente para que a OMS produza os manuais, as estratégias de combate a doenças que afetam o mundo inteiro, especialmente as pandemias. Pagamos há 73 anos, embora ultimamente tenhamos uma dívida com a OMS, mas é uma dívida recente. No momento em que o mundo mais precisa da OMS, no momento em que a OMS pode oferecer os seus manuais, o Brasil simplesmente rasga os manuais da OMS e segue as orientações de um presidente que não tem nenhuma responsabilidade.

Eu fiquei muito espantado, ontem, num evento entre o Governador do Distrito Federal e o Presidente da República, em que o nosso Governador do Distrito Federal afirmou que o Presidente Bolsonaro está no caminho certo. Quero refutar isso com toda a veemência. Quero perguntar ao Governador Ibaneis que caminho certo é esse. É o

caminho de rasgar os manuais da OMS? É o caminho de ser negacionista diante da pandemia, de resistir aos protocolos da OMS, de não aderir à compra internacional de vacinas, de não aceitar a quebra de patentes, conforme proposta da Índia e da África do Sul, de trocar quatro vezes o Ministro da Saúde durante a pior pandemia da história do Brasil? Ou será que o Presidente está no caminho certo na economia? O Brasil teve a maior desvalorização monetária do mundo, e a queda do nosso PIB foi maior do que a queda média do PIB dos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Eu queria que o Governador Ibaneis nos explicasse, para nós brasilienses, em que sentido o Presidente Bolsonaro está no caminho certo e se ele concorda com a negação do Presidente, com a gestão da economia do Brasil e com todos esses desastres que estão acontecendo em praticamente todas as áreas do Governo brasileiro. Era isso o que eu queria entender.

Não podemos passar pano para este Presidente, Governador Ibaneis! Nós precisamos defender a vida acima de tudo.

Documento 156/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:28
Publ.: DCD - 08/04/2021 - VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à indústria nacional pela redução da alíquota do Imposto de Importação incidente sobre produtos de informática, telecomunicações e bens de capital. Importância da manutenção do diálogo de representantes do Governo Federal com o setor produtivo nacional.

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o Governo Federal anunciou, em março, uma redução de 10% na alíquota do Imposto de Importação incidente sobre produtos de informática, telecomunicações e bens de capital.

Muito bem, Sr. Presidente. Esta medida, tomada sem diálogo - e vou repetir: tomada sem diálogo - com os setores produtivos, com a indústria nacional, foi séria e agrava ainda mais as condições de nossas empresas no País. A redução da tarifa sobre importados neste momento em nada colabora com o País. Diferentemente do que alega

o Ministério da Economia, a medida não contribui para baratear itens de consumo em geral, e, sim, para destruir a competitividade que a indústria nacional ainda mantém nas negociações internacionais.

Bem, especialmente neste momento de pandemia da COVID-19, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, com a imensa desvalorização do real, o que está muito claro, com a queda da moeda nacional frente ao dólar, medidas como esta são efetivamente muito danosas para a competição internacional praticada pelo Brasil com outros países. A indústria nacional arca com 35% do aumento no preço de insumos ocorrido nos últimos 12 meses, e o Governo não trata das tarifas desses bens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mais grave nesta situação é que o Governo Federal não tem dialogado com o setor produtivo. O Ministério da Economia justifica a redução do Imposto de Importação alegando, vejam só, que *"a medida tem potencial para adicionar 150 bilhões ao PIB, principalmente ao longo dos próximos 15 anos"* e, mais do que isso, *"que vai estimular a criação de 20 mil empregos"*.

Mas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, conhecendo vários setores da economia brasileira, avalio que dificilmente - vou repetir: dificilmente - veremos a possibilidade de recuperação de uma indústria que já tem muitas dificuldades neste momento e que precisa e deve ser levada em consideração pela equipe econômica do nosso País.

Presidi nesta Casa a Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos e a Frente Parlamentar Mista da Indústria Têxtil e de Confecção, e, principalmente, aquilo que tivemos como definição dessa questão foi

sabermos que as indústrias brasileiras precisam e devem ser atendidas neste momento com diálogo. É isso o que este Governo não tem praticado. O Brasil só voltará a ser forte e competitivo internacionalmente, se tivermos mecanismos para fortalecer a indústria nacional e a criação de empregos.

Bem, era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que nós esperamos nessa questão é que o Governo dialogue mais com o setor produtivo, um setor tão importante, que emprega, que move a economia e que dá condições ao País para continuar com uma economia forte.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 08/04/2021 - ALÊ SILVA-PSL -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decretação de lockdown por Governadores e Prefeitos Municipais. Eficácia do tratamento precoce contra a Covid-19. Congratulação ao Presidente Jair Bolsonaro pelo envio de 43 milhões de doses de vacina aos Estados brasileiros. Protesto contra a não aplicação de imunizantes pelos gestores estaduais e municipais. Aplausos ao Presidente da República pela participação das Forças Armadas brasileiras na linha de frente de combate à epidemia de coronavírus. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Exortação aos Parlamentares para utilização dos serviços do Sistema Único de Saúde.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Brasil.

Muito se houve falar nos efeitos drásticos desta pandemia. Pois eu tenho algo a dizer. Contra números e fatos não há argumentos. O *lockdown* é que está matando o nosso povo brasileiro. Se não está matando a doença, pelo alto grau de infectividade e de mortandade que está havendo desde a edição desse *lockdown* maluco por Governadores e Prefeitos, está matando pela depressão e há de matar muito mais ainda pela fome. Sim, pela fome, porque milhares de brasileiros estão perdendo o emprego, as suas fontes de renda, em razão inclusive desses toques de recolher, que são inconstitucionais, porque só poderiam ser decretados em estado de sítio. Pois então. O que está matando o brasileiro é *lockdown*, é falta de tratamento precoce, sim. Já há 1 ano nós estamos vivendo esta crise. Os números revelam que os Municípios que fizeram uso do tratamento precoce estão tendo sucesso, estão evitando internações, estão evitando o agravamento dos casos de COVID na sua população. O que falta, então, para reconhecerem? O que falta? O que ocorre é o seguinte: nós ainda temos muitos Governadores e Prefeitos que querem acabar com o povo, que querem acabar com a nossa economia, para terem a oportunidade de jogar a culpa toda em cima alguém. De quem? Do nosso Presidente da República. Mas somos inteligentes o suficiente para perceber esse plano nefasto de quem quer derrubar o nosso Governo, e não vão conseguir.

Aproveitando o ensejo, parablenzo o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. Parabéns pelos mais de 43 milhões de doses de vacina que já chegaram aos Estados.

Manifesto daqui o meu repúdio aos Srs. Governadores e Prefeitos que ainda estão com um déficit de mais de 20 milhões de doses. Não foram capazes de aplicar esse tanto de doses e ainda dizem que a vacinação é prioridade.

Parabéns, Presidente, também por ter colocado as Forças Armadas na linha de frente do combate à COVID! Sim, já temos vários núcleos das Forças Armadas trabalhando na aplicação, como era feito lá atrás, nos anos 70.

Ah, sim! Eu não poderia esquecer que hoje é o Dia Mundial da Saúde. Deputados que tanto defendem o SUS, venham usar o SUS, venham fazer o que eu faço. Nunca tive um plano de saúde privado, não faço uso do plano de saúde parlamentar, faço uso do SUS, ao qual eu pago com os meus impostos. É uma forma de acompanhar os trabalhos e de fiscalizar inclusive. Então, vamos agir com menos demagogia, com menos hipocrisia! Vamos trabalhar com a verdade! Desistam dos seus planos de saúde, desistam dos seus planos de saúde parlamentares e venham usar o SUS, como a Alê Silva faz.

Obrigada, Presidente.

Documento 158/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descontentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero fazer referência ao projeto de lei que, lamentavelmente, foi aprovado pela Câmara dos Deputados ontem, o Projeto de Lei nº 948.

Eu quero primeiro dizer que autorizar empresas a comprarem vacinas num momento em que vacina faz falta no mundo todo é, rigorosamente, autorizar que furem a fila. Queria que alguém apontasse o país que não segue não só os critérios determinados pela Organização Mundial da Saúde, o que já seria mais do que suficiente,

mas também qualquer critério de saúde, qualquer critério ético. Qual é a necessidade básica? E o mundo acompanha isso. Nós temos que proteger primeiro os mais vulneráveis.

A maior prova de que falta vacina no mundo é que ao Brasil, que perdeu várias oportunidades - exemplo: recusou-se a comprar mais do que 10% de doses do consórcio da OMS, da Covax, comprou só 40 milhões de vacinas, agora quer comprar mais 40 milhões -, a OMS informa: "*Não tem. Vai ter que aguardar mais*". O Brasil tem a capacidade de vacinar 40 milhões de pessoas por mês. Portanto, seria possível, em 4 meses, 5 meses, 6 meses, vacinar toda a população brasileira. Por que não faz? Porque, além de faltar vacina em todo o planeta, o Governo brasileiro falhou em todos os momentos. Mencionei a Covax, mas o Brasil não se esforçou para comprar vacinas de várias empresas. Não. Apostou numa única, na Astrazeneca, e comprou pouco.

A pergunta que tem que ser feita, a segunda, é a seguinte: alguém acredita que a elite econômica, essa que tem a coragem de praticar o "fura-fila", está pensando em doar todas as doses para o SUS? Não. Do jeito que o projeto de lei está, o argumento da maioria lamentável que se formou no plenário por hora foi o seguinte: "*Não, 50% vão para o SUS. A outra metade somente é que vai ser utilizada pelas empresas*". O raciocínio é o inverso: a metade que eles estão usando estão tomando do SUS.

Vou pegar o exemplo de Israel e dos Estados Unidos, porque o Governo brasileiro se orienta por eles: lá o Estado...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 159/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Justiça. Registro de 4.211 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes provocadas pelo coronavírus. Indignação do orador com a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do

art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais para atendimento às necessidades básicas da população carente. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia da Justiça.

Infelizmente, o mundo todo está de olho no Brasil. Por quê? Porque ontem tivemos 4.211 assassinatos. O que nós deveríamos falar é que este Governo está assassinando as pessoas, dada a inércia, dada a falta de coragem e de atenção com a saúde pública, dada a perseguição ao SUS, dada a retirada de recursos da saúde, dada a dificuldade que tem causado para todos aqueles que trabalham na linha de frente contra esta epidemia. O Brasil hoje é vergonha mundial. Por quê? Porque estamos, todos os dias, batendo recorde sobre recorde por causa desta pandemia.

Ontem, infelizmente, nós aprovamos o texto-base de uma lei que vai privilegiar os ricos, em detrimento dos pobres. Por exemplo, um empresário pode comprar vacinas e vacinar o seu filho de 18 anos de idade, enquanto o guarda que fica a noite inteira em frente à sua casa pode ficar sem ser vacinado, porque não existem vacinas para a população brasileira, principalmente para os pobres.

Portanto, é hoje um dia em que não devemos comemorar nada.

Sr. Presidente, nós temos também o problema do auxílio emergencial de 150 reais. Nem com 600 reais tínhamos condições de atender a milhões de brasileiros que passam fome, e agora uma multidão de brasileiros passa fome. Desde dezembro, mais de 30 milhões de brasileiros passam fome neste País. Nós queremos o auxílio emergencial de 600 reais.

Sr. Presidente da Câmara, por favor, coloque em votação a medida provisória, que nós iremos aprovar...

(Desligamento automático do microfone.)

Publ.: DCD - 08/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Empenho na vacinação de portadores de necessidades especiais no Estado do Rio de Janeiro e no País. Participação do orador na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho me dedicando muito em prol da garantia da vacinação para um contingente de brasileiros vulneráveis que precisam de atenção especial, o das pessoas com deficiência - deficientes visuais, intelectuais, físicos ou auditivos.

No fundo, a Constituição da República, quando recepcionou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, conferiu *status* de direito constitucional à prioridade para as pessoas com deficiência, em quaisquer questões, em especial na questão de saúde.

Então, no Rio de Janeiro, nós estamos procurando enxergar à frente. Fizemos um levantamento e perpassamos todo o tecido de organizações da sociedade civil que atuam em prol da causa da pessoa com deficiência, para identificar a demanda potencial de deficientes em todas as circunstâncias.

Fizemos esse levantamento e tivemos um encontro com o Secretário de Saúde, o Secretário Carlos Alberto Chaves, para entregar a ele essa que é uma demanda clara, potencial.

Quer dizer, o objetivo é enxergar na frente, para que o poder público possa se preparar, a fim de que a vacinação flua a contento, de maneira correta, em localizações adequadas. Os autistas, por exemplo, não podem ir a um posto de saúde. O cego, por exemplo, que vive do tato, tem que ter um tratamento especial. Por que não fazer a vacinação no Instituto Benjamin Constant, dos cegos, no Rio de Janeiro? Os surdos, que têm bloqueios e barreiras terríveis do ponto de vista do acesso à comunicação, têm que ter algum tipo de tratamento especial no Instituto Nacional de Educação de Surdos.

O Secretário, por sua vez, já anunciou que vai iniciar a vacinação da pessoa com deficiência que está no âmbito dos *downs* - por exemplo, Síndrome de Down -, dos autistas, dos paralisados cerebrais, que são pessoas extremamente vulneráveis e que precisam, portanto, de

procedimentos mais adequados, previamente organizados.

Portanto, eu queria trazer esta notícia porque faço parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Milhares de brasileiros estão nessa circunstância em todo o território nacional.

No Rio de Janeiro, nós estamos cuidando de avançar, de olhar à frente, para que, no tempo adequado, tudo flua de maneira correta, para que não haja atropelos, para que, enfim, todos tenham direito a essa prerrogativa de acesso à saúde, no que diz respeito, no tocante especificamente aqui à vacinação. Então, queremos que essa vacinação venha logo. Estamos falando de milhares de brasileiros. Portanto, trago esta informação, de que nós estamos nos organizando e avançando no Rio de Janeiro em prol do atendimento a um direito constitucional da pessoa com deficiência, o de ter sua vacinação garantida.

Muito obrigado.

Documento 161/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-14:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, aprovado pela Casa. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção para uma narrativa que está crescendo em alguns veículos de comunicação, nas redes sociais, por parte de influenciadores, sobre o projeto que votamos e aprovamos ontem, nesta Casa, que possibilita a entidades privadas a compra de vacinas para imunizar seus funcionários, podendo, assim, reabrir o seu comércio e, ao mesmo tempo, doar a mesma quantidade de vacinas para o SUS.

Há muitas pessoas chamando essa prática de fura-fila e dizendo que o projeto que não seria igualitário. Na verdade, esse é um projeto

solidário, que atende a população brasileira, porque, para cada vacina aplicada, duas pessoas são retiradas da fila do SUS.

Hoje, até mesmo o apresentador Luciano Huck acabou tuitando na conta dele que a população deveria dizer "não" à segunda fila. Eu, em uma discussão com o apresentador, expliquei a ele que não é uma segunda fila. Muito pelo contrário, é um processo de aceleração da fila. Nós estamos trazendo a iniciativa privada para ajudar a resolver um problema que o Governo criou. E ainda bem que ela está disposta a isso.

São mais de 4 mil mortes por dia no Brasil. Isso é surreal! São números de guerra! Nós não podemos continuar dessa forma. Nós não podemos continuar cruzando os braços, enquanto brasileiros morrem por incompetência deste Governo, que tem nome e sobrenome: Governo de Jair Bolsonaro.

Quando nós aprovamos que a iniciativa privada poderia contratar leitos de UTI para ajudar a população e ter abatimento no Imposto de Renda, nós estávamos, de alguma forma, fazendo o trabalho do Governo junto com a área privada, porque o Governo não o faz.

Quando nós aprovamos, agora, que a iniciativa privada pode vacinar os seus funcionários para que eles voltem a trabalhar, assim como as empresas, as indústrias, os serviços, nós estamos garantindo empregos. Garantir que as pessoas sejam imunizadas é garantir a economia.

O Governo comprou, ou já encomendou, meio bilhão de doses de vacinas. Mas por que essas vacinas ainda não chegaram? Porque o Governo demorou a comprá-las. Deveria ter feito isso no ano passado, e não o fez. Ele sentou em cima do problema e, com isso, em cima de milhares de covas. O que nós estamos fazendo agora é tentar de alguma forma diminuir o peso desse maldito Governo, que não tem se preocupado com a vida dos brasileiros. Esse projeto é meritório e decente. É um projeto para salvar vidas, ao contrário do que disse o apresentador Luciano Huck, de quem eu gosto bastante, inclusive, e de alguns programas dele. Ele leu o texto pela metade, assim como outras pessoas também o fizeram. Entrar nessa onda ideológica é simplesmente corroborar com mais matança.

Chega de ideologia, Sr. Presidente! Vamos preservar vidas!

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Registro de 4.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Proporcionalidade entre o agravamento da pobreza, da miséria e da fome e o aumento do número de detentores de grandes fortunas no País. Contribuição do Presidente Jair Bolsonaro com o agravamento das desigualdades sociais brasileiras. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Insignificância do auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Governo Federal. Defesa de universalização da vacina contra a Covid-19.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Saúde. Quero saudar todos aqueles que trabalham na área da saúde, principalmente neste período tão difícil de pandemia. Nas últimas 24 horas, 4.200 pessoas morreram no Brasil por esse vírus.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque existe uma grande contradição. Há uma pandemia no mundo inteiro e, no Brasil, quase 350 mil pessoas já morreram em decorrência da COVID. Qual é a grande contradição? Temos 116 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e, por outro lado, aumentou a quantidade de bilionários no País. Ou seja, aumenta a pobreza, a fome, a miséria e, ao mesmo tempo, os ricos ficam ainda mais ricos com a miséria do povo. Nós precisamos de um Governo que diminua a desigualdade social no Brasil, porque o Governo Bolsonaro está aumentando essa desigualdade social. Essa é a grande verdade.

E qual é a minha tristeza, Sr. Presidente? A Câmara dos Deputados, no dia de ontem, aprovou o projeto fura-fila. O grande problema da vacina hoje não é falta de dinheiro, mas a ausência de credibilidade, de capacidade do Governo Bolsonaro de adquirir vacina. Quando se concede para os empresários o direito de comprar vacina, cria-se uma nova fila, ou seja, os ricos do Brasil podem ter uma fila para se salvar em detrimento da situação do povo brasileiro.

É isso o que se está fazendo com o auxílio emergencial, ou seja, boa parte dos ricos ficando mais ricos. Muita gente ganha muito dinheiro no Brasil. Por outro lado, o trabalhador brasileiro, que hoje está sofrendo com a pandemia, só tem direito a receber 150 reais. Isso é muita injustiça, Sr. Presidente! Nós, como Deputados Federais, não podemos

aceitar nem concordar com isso.

Para tanto, é preciso que a vacina seja universal. Nós precisamos, de todas as formas, criar mecanismos para que todo cidadão e cidadã brasileiros tenham direito à vacina. O Governo fica dizendo que tem meio milhão de vacinas. Cadê as vacinas? Onde estão essas vacinas? O Governo gosta de mentir e de enganar o povo brasileiro. E nós, como Deputados Federais, temos de ser transparentes. Nós não podemos, de forma alguma, colaborar nem ser coniventes com o Governo Bolsonaro.

Por isso, o projeto fura-fila, que foi aprovado no dia de ontem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 163/702

21.2021.B	Sessão Outro Evento	07/04/2021-15:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Transcurso do Dia do Jornalista. Solidariedade aos familiares dos profissionais da imprensa falecidos em decorrência da Covid-19. Homenagem aos profissionais da saúde atuantes na linha de frente de combate ao coronavírus. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.069, de 2021, sobre a obrigatoriedade da instalação de usinas geradoras de oxigênio medicinal nos estabelecimentos de saúde hospitalares e de internação; e do Projeto de Lei nº 744, de 2020, a respeito do pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores da saúde atuantes no atendimento a pacientes da Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos. Desejo um bom trabalho a V.Exa. e aos demais colegas Parlamentares.

Quero dizer o seguinte: é muito preocupante a informação de que, agora, o Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome e 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Isso quer dizer que mais da metade da população não tem renda suficiente para

ter uma alimentação adequada.

Por isso, é urgente o auxílio emergencial, mas não no valor de 250 reais, menos de 1 salário mínimo, em 4 vezes, mas de 600 reais, proposta que eu continuo defendendo. E nós vamos discutir o auxílio emergencial, bem como seu impacto social e econômico para a sociedade e o Brasil, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - foi aprovado o requerimento -, para verificarmos como o auxílio ajuda na economia, na geração de empregos e oportunidades, assim como no combate à fome, ao que, neste momento, nós precisaríamos dar prioridade.

Sr. Presidente, hoje, também preciso homenagear os jornalistas do País pelo Dia do Jornalista. É um trabalho importante o desses profissionais, que nos trazem notícias, informações, debates, sendo muitas vezes perseguidos por conta do trabalho que realizam. Deixo a eles minha solidariedade, assim como aos jornalistas que morreram por conta da pandemia do coronavírus. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, 169 jornalistas foram mortos no período de abril do ano passado a março deste ano. E o Amazonas é um dos Estados que perdeu número muito significativo - foram 19 jornalistas - por conta da pandemia do coronavírus. Solidarizo-me com a família desses profissionais, os companheiros que trabalham na militância, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas, por meio de seu Presidente, Wilson Reis, e todos os profissionais que estão por aí, sempre, de forma combativa. Também apoiamos a proposta de que seja exigido o diploma de nível superior para a atuação profissional nessa área. Com isso, poderemos, cada vez mais, melhorar as condições de trabalho e as oportunidades para os jornalistas. Parabéns!

Sr. Presidente, lembro ainda que hoje é o Dia Mundial da Saúde. Portanto, deixo minha homenagem a todos os profissionais que trabalham na área da saúde, enfrentando a pandemia - muitos morrendo, inclusive. Deixo nosso apoio para que haja investimentos, melhores salários e condições de trabalho. Mas, no momento, nós precisamos ter urgência na vacinação em massa no Brasil.

Por fim, defendo o projeto, ao qual dei entrada, sobre a instalação de usinas geradoras de oxigênio medicinal nos hospitais, que é urgente. Há muita gente morrendo por falta de oxigênio. E também defendo o projeto sobre o pagamento de adicional de insalubridade de 40%, também protocolado no ano passado. Portanto, vamos vencer esta pandemia com a vacinação e o apoio da população.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 15:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Denúncia de despejo de famílias residentes em área ocupada nas imediações do Centro Cultural Banco do Brasil, por ordem do Governo do Distrito Federal. Apelo ao Governador Ibaneis Rocha por reexame da ação de reintegração de posse.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Eu preciso fazer uma denúncia e um apelo.

Neste momento, na ocupação localizada atrás do CCBB, aqui em Brasília, no centro da política brasileira, com dezenas de famílias, está a tropa de choque da Polícia Militar do DF, a serviço do DF Legal, que também se encontra ali. A informação que temos é a de que, por ordem do Governador, estão sendo despejadas as famílias restantes, constituídas por catadores de materiais recicláveis, gente que não tem para onde ir. Ainda está de pé uma escolinha que funciona como retaguarda para as crianças - inclusive, ela tem autorização da Secretaria de Educação.

Neste momento, recebo vários vídeos mostrando que as pessoas estão sendo despejadas daquele local de forma truculenta. A Escolinha do Cerrado está sendo destruída e derrubada, com a possibilidade de ter pessoas feridas ali, que estão na resistência para possibilitar a manutenção desse espaço onde as crianças estudam.

Presidente, num cenário em que existe fila para UTI no Distrito Federal, num cenário de crise sanitária aguda, o Governo do Distrito Federal tem como prioridade despejar pessoas e destruir uma escolinha que funciona para acolher crianças neste momento de pandemia.

Presidente, apresento, ao mesmo tempo, uma denúncia e um apelo para que se interrompa essa ação, a qual está sendo realizada por ordem do Governador do Distrito Federal.

Obrigada.

33.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/04/2021-15:04
Publ.: DCD 08/04/2021 -	- TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Indignação da oradora com ação de despejo de famílias carentes em curso no Distrito Federal, em meio à epidemia de coronavírus. Apelo ao Governador Ibaneis Rocha de suspensão da ação de reintegração de posse.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente.

Vou tentar me recompor para a pauta que está sobre a mesa, porque, infelizmente - e a Deputada Erika, do Distrito Federal, também está na sessão -, é difícil falar de outra coisa senão da operação que está acontecendo neste momento. Lá, Presidente, há pessoas com deficiência, cadeirantes, mulheres grávidas, crianças. Isso é desesperador neste cenário de crise civilizatória que estamos vivenciando, com mais de 330 mil mortos por COVID, com filas em que 7 mil pessoas esperam por vagas numa UTI para não morrerem sufocadas.

Neste momento nós estamos, infelizmente, no nosso ponto de vista, consolidando a criação de uma fila dupla para acesso à vacina, em um cenário em que há escassez de insumos, em um cenário em que nem mesmo o Governo - porque não quis comprar vacinas lá atrás - tem vacinas para oferecer ao povo brasileiro. Então, há possibilidade de se romper o Plano Nacional de Imunização, de se vacinarem pessoas sem critérios epidemiológicos.

No meio disso tudo, aqui no Distrito Federal, no centro da política brasileira, está em curso uma operação do Governo do Distrito Federal, com suporte da Polícia Militar, para a derrubada de uma escola, para despejo de famílias, em uma pandemia. Não consigo entender o que se passa na cabeça de um gestor, Presidente, ou o que se passa na cabeça de quem despeja pessoas de casa em época de pandemia. Nós tivemos, durante a pandemia, quase 10 mil despejos e cerca de 70 mil pessoas ameaçadas de perder a casa. Agora, enquanto estamos

discutindo esse projeto, de forma remota e no plenário - para nós não é a solução para a crise sanitária atual, mas, infelizmente, a instituição de um fura-fila -, há uma operação em curso que está derrubando uma escolinha e casas de trabalhadores de materiais recicláveis.

Eu só tenho a lamentar e a implorar para que se interrompa isso, que é também um genocídio, porque, se nós não queremos privatizar a vacina, se nós não queremos que se siga com uma política de morte, no que se refere à saúde pública, despejar pessoas de suas casas em época de pandemia é também genocídio. E não pode este Parlamento ficar em silêncio, omitir-se, porque isso é ser conivente com o genocídio em curso.

Documento 166/702

33.2021	Sessão	Deliberativa	07/04/2021-15:08
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	CORONEL TADEU-PSL -SP		
08/04/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador com a permissão às empresas privadas de compra de vacinas, preconizada no texto do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Escassez de vacinas contra a Covid-19 no contexto mundial. Necessidade de investigação da diferença entre as vacinas recebidas e aplicadas pelos Governadores Estaduais.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os colegas. Nós estamos em um período muito difícil. Todos nós sabemos muito bem dos números e o que isso está significando para o País inteiro, mas alguns discursos acabam não se sustentando, por algumas interpretações, às vezes, erradas.

Em relação a esse projeto, a primeira questão que me deixa bastante preocupado é que ele dispõe que empresas privadas poderiam comprar vacinas e distribuí-las a seus funcionários. Primeiro, vão comprar vacina onde? O mundo inteiro está à procura de vacinas, o mundo inteiro precisa se vacinar. O mundo inteiro está precisando cada vez mais dessas ampolas mágicas que hoje vêm trazer um alento de

vida para todos nós.

O Governo Bolsonaro já conseguiu 560 milhões de doses para o Brasil, mas isso não vai chover de uma hora para outra no nosso País. Isso virá ao longo do tempo. Sabemos que vamos sair dessa pandemia, mais cedo ou mais tarde - esperamos que seja em breve -, mas o projeto diz exatamente que quem quiser comprar essas vacinas vai ter que esperar os Governos serem atendidos.

Então, o que está na lei é algo muito óbvio. Qualquer um que queira comprar vacina, ou terá que ser uma vacina nova, caso em que o produto não está comprometido com nenhum Governo, com ninguém que esteja à frente solicitando essa compra, ou vai ter que ir para o fim da fila mesmo. Isso é muito óbvio.

Agora, não é óbvio para mim, e em nenhum momento eu consigo entender, como o Governo, que já entregou 43 milhões de vacinas, tem perto de 22 milhões de pessoas vacinadas? Onde estão as 20 milhões de doses de vacinas restantes que deveriam obrigatoriamente estar no braço dos brasileiros?

Então, estão matando sim. Os Governadores que jogam contra essa solução da pandemia, os Governadores que jogam contra qualquer solução que se queira dar a essa pandemia, estão escondendo vacinas. Esse é um crime que precisa ser apurado imediatamente, porque não dá para conceber estoque de vacina por parte dos Governadores.

Documento 167/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	15:12
Publ.: DCD - 08/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "sim", porque entende que essa não é a solução para a crise sanitária que está em curso no momento. Nós precisamos garantir que as vacinas cheguem aqui o

mais rapidamente possível, é óbvio, mas que cheguem garantindo o Plano Nacional de Imunização. É fundamental que aqueles que apresentam mais riscos de saúde diante dessa grave pandemia sejam os primeiros e as primeiras a serem vacinados, Sr. Presidente.

Infelizmente, estamos num cenário de falta de insumos, num cenário em que o Governo Federal abriu mão de comprar as vacinas lá atrás, e agora estamos sofrendo com a falta de vacinas. Abriu-se um mercado paralelo. Uma fila que não respeite o Plano Nacional de Imunização entendemos que seja um caminho muito mais a serviço da elite econômica que domina o País do que a serviço do povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

Documento 168/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente, colegas Deputados, Deputadas. Boa tarde, povo brasileiro.

Sr. Presidente, este projeto é uma vergonha mundial para o Brasil. Trata-se de um projeto para privilegiar poucos, num esquema de fura-fila, que vai desestruturar o Programa Nacional de Imunizações e vai colocar vacinas privilegiadamente à disposição de pessoas com menos risco, enquanto pessoas com mais risco continuarão sem vacina.

A verdade, diferente do que disse o Deputado Coronel Tadeu, é que o Governo Bolsonaro entregou até o momento apenas 26 milhões de vacinas no Brasil. Promete 25 milhões para abril. Isso é pouquíssimo diante do que o País precisa. Chega de mentir e iludir, neste Parlamento, falando em 560 milhões, 600 milhões de vacinas! O Governo Bolsonaro não comprou as vacinas que deveria ter comprado.

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL encaminha "não".

Quero, mais uma vez, fazer um registro e um pedido muito especial. Ontem, ficamos, até tarde da noite, ouvindo os mesmos discursos, e tenho o maior respeito por todos.

Agora, todos queriam mais vacinas. O Governo Federal já distribuiu 43 milhões de doses de vacina no Brasil, e foram imunizados 29 milhões de brasileiros, número do Ministério da Saúde. Quarenta e três milhões de doses; foram imunizados 29 milhões até agora, em torno somente de 50% daquilo que foi distribuído.

Então, os empresários vão prestar um grande serviço ao País, colocando a economia para andar. Logo, esse projeto é fundamental para a nossa economia e para a nossa saúde.

Vamos votar "não" agora e depois a favor do projeto.

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:20
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência e à Mesa Diretora de intecessão junto ao Governo Ibaneis Rocha, para suspensão do despejo de famílias de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não por isso, Presidente.

É sobre a denúncia que faz a Deputada Talíria. Nós temos uma ocupação, são pessoas que vivem de materiais reciclados, são catadores de materiais recicláveis, ficam ali porque é próximo do lugar do qual tiram seu sustento e foram vítimas de uma derrubada muito violenta. Há até bebês ali.

Ali foi construída uma escola, com o aval, eu diria, da própria Secretaria de Educação como reforço àquelas crianças que ali estão. O Governo quer destruir inclusive a escola. Houve uma ação para suspender a derrubada. O Governo fez todo um esforço para poder cassar essa liminar.

Por que peço a palavra? Para ver a possibilidade, Presidente, de nós termos uma posição da Presidência da Casa, da Mesa Diretora, para solicitar ao Governo do Distrito Federal a interrupção desse processo, estabelecendo um processo negocial.

Para concluir, primeiro, essas famílias estão sem receber qualquer tipo de auxílio, não necessariamente estão recebendo qualquer tipo de auxílio, inclusive o auxílio aprovado pela Câmara Legislativa de 400 reais. É preciso negociar as condições de incluí-las em programas habitacionais, de assegurar-lhes alguma forma de sobrevivência.

Então, gostaria de solicitar a V.Exa. a possibilidade de a Presidência da Casa entrar em contato com o Governo do Distrito Federal e fazer essa solicitação, para que uma comissão de Parlamentares aqui da Câmara...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Eu peço que abra para a Deputada Erika concluir.

Só 1 minuto, Deputada Erika.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Que nós possamos tentar suspender esse processo de derrubada! É um desespero, um sofrimento de uma população que está sofrendo muito aqui no Distrito Federal. Como disse a Deputada Talíria, nós estamos em uma realidade que não é diferente da realidade brasileira, com muitas mortes, ao mesmo tempo, com o esgotamento e o colapso do sistema

de saúde, e essas pessoas entregues a nada, como se coisas fossem.

Portanto, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a possibilidade de uma comunicação com o Governador do Distrito Federal para suspender essa medida e receber uma comissão de Parlamentares, para que possamos tentar construir uma solução que não seja esse sofrimento tão profundo que estão impondo a essas pessoas.

Documento 171/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Imediata inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.975, de 2020, sobre a suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante em despejos, desocupações ou remoções forçadas, durante o estado de calamidade pública decorrente a Covid-19.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na mesma linha da manifestação da Deputada Talíria Petrone sobre a denúncia em relação ao despejo - e V.Exa. já aceitou o encaminhamento da Deputada Erika -, eu quero dizer que temos a solicitação de votarmos projetos nesse período, e um dos projetos é da Deputada Natália, do nosso partido, que dispõe sobre a proibição de despejos, desocupações ou remoções forçadas durante o período da pandemia.

O projeto da Deputada Natália está pronto para ser votado, o Relator é o Deputado Camilo Capiberibe, e eu quero incluí-lo aos encaminhamentos para que esta Casa se debruce sobre este tema e para que votemos o mais rápido possível esse projeto para proibir os despejos e as desocupações forçadas que estão acontecendo pelo Brasil afora, como é o caso específico aqui do DF.

Peço urgência para que votemos o mais rápido possível esse projeto.

Obrigado, Presidente.

Documento 172/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021-	
---------	---	--

CD

15:28

Publ.: DCD - 08/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Não contaminação pela Covid-19 dos habitantes do Município de Capela do Alto Alegre, Estado da Bahia.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

O PCdoB, naturalmente, encaminha "sim" à retirada de pauta, considerando que não há nenhuma justificativa para votarmos esta matéria, que está caracterizada como fura-fila.

Também quero registrar, Sr. Presidente, a alegria de o Município de Capela do Alto Alegre, aqui no interior da Bahia, governado pelo Prefeito do PCdoB, Dr. Nei, por ter registrado, desde domingo, que está livre de pessoas com o coronavírus ativo - um feito extraordinário!

No controle epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, não consta nenhum cidadão de Capela do Alto Alegre com coronavírus ativo. Isso se dá em função das medidas adotadas lá, levando em conta a ciência.

Parabéns!

Documento 173/702

33.2021	Sessão	Deliberativa	07/04/2021-15:28
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	-	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
08/04/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas

jurídicas de direito privado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vi atentamente a dificuldade que estão tendo alguns Parlamentares que tentam iludir o povo brasileiro dizendo que estão trazendo mais vacinas com esta medida. Eles estão tendo dificuldade por serem questionados, serem cobrados. Daqui a pouco, vão dizer que mudaram de opinião. Eles estão tendo que explicar até para apresentador de tevê. Digo mais: preparem-se, porque essa dificuldade só vai aumentar.

Ontem e hoje, disseram palavras, mas não leram exatamente o que está no texto. Daqui a pouco, quando a realidade começar a mostrar banqueiros sendo vacinados antes de idosos de 65 anos, banqueiros sendo vacinados antes de pessoas com 50 anos que tenham doença pulmonar ou doença cardíaca, não haverá palavra que esconda isso.

Aliás, o Parlamentar que disse que está garantido que nenhuma vacina será comprada antes de serem entregues todas as vacinas para o setor público está faltando com a verdade. Não é isso o que diz o texto. O que diz o texto é que as vacinas já compradas pelo Ministério da Saúde não poderão ser compradas pelas empresas.

Mas sabe por que não poderão? Porque quem vendeu para o Ministério da Saúde já disse publicamente que não vende para empresário, nem aqui no Brasil, nem na Europa, nem nos Estados Unidos, porque são empresas sérias que não se submetem a essa ação inescrupulosa que, infelizmente, está sendo aprovada, que vai furar fila da vacina no nosso País. Já disseram que não vendem, que não fazem negócio, e não fazem, porque sabem da insegurança que é essa ação. Elas sabem, inclusive, que está no texto da lei que a autoridade da OMS não está exigindo a certificação de nível quatro, que é o que estava na lei anterior.

Ouçam, Parlamentares, estão aprovando algo que vai permitir a importação de vacinas de baixa qualidade.

O nosso destaque, Sr. Presidente, é para impedir que, de qualquer forma, as empresas que comprem essas vacinas façam algum tipo de desconto no Imposto de Renda ou desconto em alguns tributos utilizando isso, dizendo que é gasto de saúde para os trabalhadores. Nós não podemos permitir que o dinheiro do povo brasileiro, dos impostos pagos pelos cidadãos, financie um fura-fila vergonhoso diante da maior pandemia da nossa história, Sr. Presidente.

Documento 174/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 15:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saturação de leitos de UTIs na maioria das Capitais brasileiras em decorrência da Covid-19. Posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT está mais uma vez registrando a preocupação com o desastre, com a tragédia, com o genocídio que acontece no Brasil. Hoje, 21 capitais estão com as UTIs completamente lotadas, e aqui continuamos votando um projeto para furar a fila das vacinas. A maioria das capitais já está sem estoque para garantir a continuidade da vacinação, Presidente, e aqui continuamos votando para que os poucos botes salva-vidas, as poucas vacinas que puderem ser compradas, em vez de serem destinadas à população que mais precisa, aos idosos, às pessoas com doenças crônicas, sejam destinadas à elite, aos donos do poder, aos donos do dinheiro. Não podemos aceitar e aprovar esse projeto fura-fila, Presidente, muito menos que ele seja usado para ser lançado no Imposto de Renda.

Somos contra esse projeto.

Documento 175/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 15:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas

jurídicas de direito privado.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, posso encaminhar pelo bloco.

Nós encaminhamos "não" a esse requerimento. Temos a convicção de que o Brasil está caminhando no rumo certo em relação à vacinação. Já foram distribuídas 43 milhões de doses, 29 milhões foram colocadas para a população até agora. Hoje, até o final do mês, todas as pessoas com mais de 60 anos no Brasil estarão vacinadas.

Então, nós não podemos aumentar mais o tamanho da pandemia, além do que é, porque nós, líderes responsáveis, temos que levar uma palavra de alento para as pessoas e não só a desgraça, e não só esse caos que, infelizmente, alguns gostam de pintar, tudo pensando nas eleições do ano que vem. Vamos pensar no Brasil agora. Vamos votar nesse projeto que vai ajudar muito a aumentar a vacinação no Brasil.

Documento 176/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:36
Publ.: DCD - 08/04/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Falta de vacinas contra a Covid-19 no mercado mundial. Declaração de voto do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Defesa de cumprimento dos critérios preconizados no Plano Nacional de Imunizações. Posicionamento do PDT contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Presidente, este assunto tem monopolizado a imprensa, os grupos de WhatsApp e a discussão nas casas, nas famílias de todo o Brasil. Afinal de contas, é bom ou é ruim abrir para que a iniciativa privada possa comprar e distribuir suas próprias vacinas para os seus empresários, para seus funcionários?

Eu acho que é importante deixar aqui clara a posição do PDT, a minha



posição pessoal neste assunto. Quero começar fazendo a seguinte indagação: existe vacina para todo mundo? Há vacina para todo mundo? E a resposta é não, porque, se houvesse, o Governo teria feito a vacinação de forma rápida, como era a vacinação da H1N1. Não há vacina para todo mundo. E o que acontece? Como não há vacina para todo mundo, assistimos a um único critério, que é o critério de idade. Há poucos outros critérios que são fora disso, mas o critério básico é o de idade.

Então, o sujeito que tem dinheiro no Brasil é acostumado a arrumar uma maneira de chegar à frente dos outros e colocar os outros para trás, a garantir o seu e o da sua família. Então, o dinheiro encontra os seus caminhos, e o dinheiro encontrou o caminho no PL nº 948, de 2021, e o empresário que não tem a idade e não está incluído nos critérios do Plano Nacional de Imunizações agora vai poder comprar a vacina para si, para a sua família e para os seus funcionários.

O que vai acontecer? Se o SUS compra uma vacina por 10 dólares, o sujeito do banco, o banqueiro vai oferecer 100 dólares nessa vacina. O empresário do grande grupo, da grande empresa... E eu sou empresário e sei que é isso que vai acontecer. Eu poderia estar calado aqui e me beneficiar, comprar para mim, comprar para a minha empresa. Tenho 48 anos de idade e tomaria a minha vacina à frente dos idosos, dos que têm doenças, dos vulneráveis, mas eu quero defender aqui o SUS.

Eu acho que essa fila do SUS é muito democrática, transparente e didática. É muito importante vermos Sílvio Santos, Jô Soares, Faustão, Roberto Carlos, no postinho, esperando a sua dose de vacina dada pelo SUS, pelo critério de idade.

Nós, com esse projeto, vamos abrir o leilão no Brasil. Vai ter vacina quem tiver mais dinheiro para gastar. É óbvio que, na hora em que os empresários mostrarem o seu dinheiro, mostrarem um monte de dinheiro para quem tem vacina para oferecer, estes vão deixar de entregar as vacinas ao SUS. É óbvio que vai acontecer isso. As desculpas serão as maiores e as mais mirabolantes: não chegou ao Brasil por isso, não chegou por aquilo, o insumo tal está faltando, mas, na verdade, é porque agora vai ser muito mais lucrativo, mais importante, mais vantajoso vender para a iniciativa privada do que vender para o Governo brasileiro, vender para o SUS.

Eu aqui falo com a moral, digamos assim, de quem era adepto a essa ideia.

Eu achava que, realmente, quanto mais houvesse vacina, gente espalhada comprasse vacina, seria melhor, porque ajudaria a vacinar, até que fui ouvir os especialistas, fui ouvir os médicos, fui ouvir as

peessoas que são entendidas, que são estudiosas do SUS, que vivem na ponta do SUS, e, hoje, eu sou radicalmente contrário a este PL 948.

Eu acho que a Câmara dos Deputados está cometendo um erro, um erro grave, e é por isso que eu uso o tempo de Liderança, como Líder do PDT, para fazer este alerta a esta Casa.

Não quero ter meu voto vinculado a este PL 948. Vou divulgar amplamente nas minhas redes sociais para que o meu eleitor saiba que o Deputado Federal Wolney Queiroz, do PDT de Pernambuco, votou "não" ao PL 948, se opôs veementemente a ele, fez discurso contra, alertou aos Deputados que isso é um absurdo, e é isso o que eu quero deixar patente nesta tarde.

O que vai acontecer? Os preços vão disparar. A vacina que poderia ter um custo de 10 dólares para o SUS vai ser ofertada a 100 dólares pela iniciativa privada, e isso é nada mais nada menos que o fura-fila com dinheiro. Quem tiver dinheiro vai gastar mais, vai se imunizar na frente dos que não o têm, e o SUS vai ficar no rabo da gata, como se diz aqui em Pernambuco, vai ficar para o fim, vai ficar com o que sobrar depois de todo mundo que tem dinheiro comprar a sua vacina.

Para que este projeto de fura-fila com dinheiro seja rejeitado, é preciso ter o voto dos Parlamentares, e eu faço aqui encarecidamente este apelo para que nós derrotemos este projeto, para que nós modifiquemos este projeto, para que nós voltemos atrás, porque os Deputados já estão arrependidos!

Ora, eu ouvi um Parlamentar dizer que o Governo já comprou doses para toda a sua população. Meus senhores e minhas senhoras, quem aqui nesta Casa aposta uma pataca nessa palavra do Governo Federal, do Governo Bolsonaro? Quem aposta a sua vida em uma informação dada pelo Governo Federal? Ninguém.

Nós temos que obedecer ao Plano Nacional de Vacinações. Os critérios têm que ser os do Plano Nacional de Vacinações. É isso o que eu defendo. Vamos deixar o dinheiro para outra oportunidade. O Governo brasileiro precisa disponibilizar as doses para os vulneráveis, para aqueles que estão cumprindo as idades definidas no Plano Nacional de Vacinações, e isso tem que ser um mutirão. Os empresários têm que ajudar o Governo investindo dinheiro no Governo, ajudando o Governo a cumprir essas metas e não espalhando para que cada um, por si, possa resolver o seu problema.

Então, a nossa posição - é o que eu queria deixar claro aqui nesta tarde - é que o PDT é contra este PL 948, e eu, pessoalmente, quero deixar aqui...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 177/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	15:44
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Anúncio de vacinação dos profissionais das áreas de segurança pública e educação, no Estado de São Paulo. Apresentação de moção de apoio ao Instituto Butantan.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania, bem objetivamente, encaminha contra o requerimento.

Faço duas menções rápidas que têm a ver com a matéria.

Primeiro, quero saudar o início da vacinação, hoje, em São Paulo, pelo Governador Doria, dos profissionais da área de segurança pública. Haverá também a vacinação dos profissionais ligados à educação. É um bom passo dado por São Paulo, que merece o nosso total apoio. Nós festejamos essa vacinação, porque, com isso, qualificamos esses dois setores a cumprirem as suas atribuições.

Também quero dizer que apresentei uma moção - peço o apoio de todos os colegas Parlamentares desta Casa - de apoio ao Instituto Butantan.

Aquilo que fez o Governador quando prestigiou o Instituto Butantan; aquilo que nós fizemos na votação da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, buscando garantir que o Butantan pudesse fornecer vacinas para o Plano Nacional de Imunização; a pressão que fizemos para que o Governo Federal mantivesse os contratos com o Butantan - surpreendentemente, isso estava sendo ameaçado -; enfim, todos

esses fatores têm sido garantidores da vacinação.

Hoje, mais de 85% das vacinas que se aplicam no Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 178/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	15:48
Publ.: DCD - 08/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu ouvi com atenção o Líder da Maioria.

O Brasil não precisa de mais atores para enfrentar o desafio de vacinar com dignidade toda a população brasileira, se esses atores, Presidente Marcelo Ramos, querem furar a fila. Deputado Solla, esses atores querem usar o poder econômico para furar a fila e garantir vacina, de forma privilegiada, para, talvez, 500 mil pessoas, 1 milhão de pessoas.

Quem me garante, Deputada Natália, que um banco extremamente poderoso não vai chamar os seus clientes VIP para vaciná-los com essas vacinas? Onde eles vão comprar essas vacinas? Vão comprar no mesmo lugar onde falta vacina para fornecer ao Brasil hoje.

O Brasil precisa de 350 milhões de doses de vacina. Por que autorizaram a compra de vacina não autorizada pela ANVISA? Eles querem buscar a vacina Sputnik e não querem entregá-la para o consórcio do Nordeste vacinar pelo SUS. Essa é a verdade, Presidente.

Documento 179/702

33.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021-
CD 15:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministério Público Federal de investigação da diferença entre as vacinas recebidas e aplicadas pelo Governo do Estado do Acre. Gravidade da crise social brasileira. Aumento do custo de vida no Brasil. Convocação do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para esclarecimento de reajuste nos preços de medicamentos e da redução do valor pago às farmácias credenciadas junto ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar ao Congresso Nacional e também a todo o Brasil que, aqui no Estado do Acre, nós recebemos mais de 160 mil vacinas, mas só pouco mais de 60 mil pessoas foram vacinadas. Ontem eu solicitei ao Ministério Público Federal que investigue aonde é que foram parar essas outras 100 mil vacinas.

Quero externar também a minha preocupação em relação à crise social que se abate sobre o Brasil. Ontem, a PETROBRAS anunciou um aumento de 39% no preço do gás natural, que vai acontecer no mês de maio. As pessoas estão passando fome. A carne está cara, a alimentação está cara, o combustível está caro. O Ministério da Saúde vai aumentar o preço dos medicamentos em 10%, além de reduzir o Programa Farmácia Popular. Por isso, nós convocamos o Ministro para vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 180/702

33.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021-
CD 15:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Associação aos discursos proferidos no plenário contra o despejo de famílias no Distrito Federal. Pedido a Presidência de inclusão na pauta do Projeto de

Lei nº 1.975, de 2020, de autoria da oradora, sobre a suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante em despejos, desocupações ou remoções forçadas, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu queria fazer coro à Deputada Erika Kokay, à Deputada Talíria Petrone, ao Deputado Bohn Gass, enfim, a todos os Parlamentares que estão vindo aqui se manifestar sobre esse tema dos despejos no meio da pandemia.

Está acontecendo agora, aqui em Brasília, a derrubada de uma escola, como parte de uma dessas ações. Isso constitui um crime, Presidente.

Nós estamos no meio de uma pandemia. As pessoas estão passando fome e não estão conseguindo ter acesso às condições mais básicas de sobrevivência. Nós vamos tirar dessas pessoas o teto? O que mais se fala neste momento é que as pessoas precisam, o máximo possível, o quanto puderem, se resguardar em casa.

Presidente, nós temos nesta Casa um projeto de lei que está apensado a vários outros e que já tem a urgência aprovada. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.975, de 2020, apensado ao Projeto de Lei nº 827, de 2020.

Eu gostaria de reforçar todos os pedidos que foram feitos aqui. O projeto de suspensão de despejo durante a pandemia precisa ser pautado com urgência. É questão de vida das pessoas, Presidente.

Muito obrigada.

Documento 181/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	15:56
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Descontentamento diante da retirada, pelo Solidariedade, do

Requerimento de Destaque nº 10 apresentado à proposição.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer duas observações.

Primeiro, o destaque do PT que está sendo votado garante que não repassarão o custo das vacinas compradas pelo setor privado para o conjunto da população. Tiraram o bode da sala, que era a isenção no Imposto de Renda, só que nada impede que os empresários joguem essa despesa como despesa de atenção à saúde dos funcionários. Nós sabemos que irão fazer isso. Eles não batem prego sem estopa, não fazem nada por filantropia.

Então, é importante esse destaque.

O segundo ponto é sobre o Destaque nº 10, retirado agora. Esse destaque era o que garantiria que não apenas os ricos pudessem comprar as vacinas, mas também as associações de carroceiros, as associações e sindicatos. A Relatora disse que este projeto não é para associações de carroceiros, não é para pobre, não é para remediado, é para rico. Por isso, era importante o destaque que, infelizmente, foi retirado. O Solidariedade retirou o destaque que garantiria que este projeto não serviria só para os milionários...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 182/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 12, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT, Presidente, orienta a favor do destaque e "não" ao texto.

Já está virando motivo de piada essa votação da vacina privada. Estão falando que é o maior puxão de orelha que os sabujos do empresariado nacional, do grande empresariado, dos banqueiros, dos rentistas já tomaram no Congresso Nacional. Vota-se aqui um projeto a pedido do grande capital, dos banqueiros, dos rentistas. Aprovaram aqui um prazo para comprarem a vacina privada depois que vacinassem a população que mais precisa, os grupos de risco. Depois de 15 dias, tomaram um puxão de orelha: *"Não é assim, não, galera! Estão pensando o quê? Nós temos que ser vacinados antes dos idosos, antes dos doentes, antes dos grupos de risco, antes daqueles que podem morrer. Nós não podemos ficar para depois, não! Votem de novo! Alterem!"*

Que puxão de orelha feio vocês tomaram! É brincadeira! Fura-fila tomando puxão de orelha...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 183/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 12, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim" a este destaque.

Esta emenda foi apresentada pelo Deputado Bira do Pindaré no sentido de corrigir uma lacuna por meio do Projeto de Lei nº 948, de 2021, referente aos grupos prioritários de acesso à vacina. Não foram

contemplados os quilombolas. Em que pese a Relatora ter incluído os indígenas, os quilombolas não foram contemplados naquela proposta, assim como os trabalhadores da agricultura familiar, um grupo importante para a economia brasileira, que faz chegar alimentação à vida do povo.

Afinal, 70% dos alimentos produzidos para o povo brasileiro vêm dos trabalhadores da agricultura familiar.

Nós entendemos que é importante que esses dois grupos sejam contemplados. Através dessa proposta, essa é uma forma de recompormos uma lacuna que ficou no Projeto de Lei nº 1.011, de 2020.

Documento 184/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 12, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Transcurso do Dia do Jornalista. Denúncia de ameaças contra o radialista Júnior Albuquerque por críticas à política sanitária do Governo Jair Bolsonaro, do Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde.

O PDT encaminha o voto "sim".

Aproveito a oportunidade, no dia de hoje, Dia do Jornalista, para dizer que ontem quatro homens invadiram uma rádio aqui em Pernambuco, em Santa Cruz do Capibaribe, e ameaçaram o radialista Júnior Albuquerque depois que ele fez críticas à política sanitária do Governo Bolsonaro. Essa é a realidade dos jornalistas do Brasil hoje! Segundo o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa, os ataques e as ameaças a jornalistas dobraram de 2019 para 2020.

Então, manifesto nossa solidariedade e faço essa denúncia da tribuna

da Câmara. Faço esse alerta para que, nesta Casa, defendamos sempre a liberdade de imprensa e os jornalistas do Brasil.

Obrigado, Presidente.

Documento 185/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 16:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 12, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Indignação da sociedade brasileira com a aprovação da propositura. Conivência da Câmara dos Deputados com a tragédia sanitária reinante no País. Alcance do patamar de 4.211 mortes diárias no Brasil em decorrência da Covid-19. Inadmissibilidade de mercantilização da vacina contra a doença viral.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente e demais presentes. Boa tarde a todos os que nos acompanham nesta sessão de hoje.

O PSOL orienta favoravelmente a esta emenda, a este destaque, Sr. Presidente.

Aproveito para dizer que, no dia de ontem, mais de 4 mil brasileiros e brasileiras - mais precisamente, 4.211 brasileiros e brasileiras - morreram em decorrência do vírus da COVID-19. A aprovação desta matéria no dia de hoje, caso chegue ao final, é uma prova da cumplicidade da Câmara dos Deputados com a tragédia que se abate sobre a população. *(Falha na transmissão.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Luiza Erundina, V.Exa. pode abrir o microfone.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Ocorreu algum problema aqui, Sr. Presidente.

O PSOL encaminha favoravelmente ao destaque.

Aproveito para dizer que a aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, no dia de ontem, que se conclui hoje com a aprovação desses destaques, está gerando enorme indignação na sociedade brasileira.

O pior, Sr. Presidente, é que este projeto de lei comprova a cumplicidade da Câmara dos Deputados com a tragédia que se abate sobre o povo brasileiro. No dia de ontem, em 24 horas, morreram 4.211 brasileiros e brasileiras. Além disso, este projeto é de iniciativa da própria Câmara, pois foi um Deputado que encaminhou essa matéria.

É preciso perceber que o povo brasileiro não está devidamente representado nesta Casa. Privatizar a vacinação num momento trágico da vida brasileira é algo inaceitável no Legislativo, que se diz a Casa do Povo. Isso não é razoável! Isso não é aceitável! Isso é...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 186/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD 16:16	
Publ.: DCD - 08/04/2021 - VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 4.211 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por renúncia às suas convicções pessoais e assunção da coordenação das ações de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui estamos obedecendo ao protocolo de distanciamento social desta tribuna.

Quero dizer que o que me traz aqui é uma indignação com o que acontece em nosso País. Basta! Perdemos 4.211 vidas nestas últimas 24 horas. É um absurdo, Sr. Presidente, nós nos acostumarmos com esses números!

Quase todo mundo está abismado com o número de mortes que nós temos tido como informação do novo coronavírus. Só no dia de ontem,



4.211 brasileiros perderam suas vidas. Não estamos em guerra. Não estamos no período medieval. E não estamos isolados de cooperação. Quando, no início deste pronunciamento, disse que quase todo mundo está abismado com esses números de mortes, queria dizer que há uma pessoa que parece estar na contramão deste processo, Jair Messias Bolsonaro. Acorda, Presidente Bolsonaro! Acorda para o que está acontecendo no nosso País!

Nós queremos que o Presidente tenha a consciência de que, em 24 horas, perdemos 4.211 vidas em nosso País. Precisamos ter consciência de que esses números vão continuar crescendo neste mês de abril, conforme dizem os especialistas.

Acorda, Presidente Jair Messias Bolsonaro! É sua responsabilidade para com os 57 milhões de votos que teve. É preciso um basta, e este basta está sob sua responsabilidade, de coordenar uma ação conjunta de todos os brasileiros. E esta ação conjunta se faz necessária. Nós tivemos 4.211 mortes nas últimas 24 horas, número maior do que a população de muitas cidades brasileiras, centenas de cidades brasileiras. É como se nós tivéssemos dizimado uma cidade em apenas 24 horas.

Acorda, Presidente Jair Bolsonaro! É necessário assumir suas responsabilidades, sim. Diga a todos os brasileiros que tem as suas convicções, aceita cloroquina, acha que não tem que usar máscara, mas, neste momento, Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro, é necessária a sua presença para coordenar uma ação conjunta de todos nós brasileiros, que esperamos a sua responsabilidade pelos 57 milhões de votos que teve.

Chame os Governadores, os Prefeitos, os empresários, os Chefes dos Poderes, os partidos de oposição, sim, todos, para sentar à mesa e diga: *"Eu abro mão nesse momento das minhas convicções pessoais; vou atuar em favor do Brasil"*. E vai tomar decisões pesadas, sim, difíceis. Se tiver que fazer um *lockdown* neste País, que o faça, apoiado por todas essas forças sociais de que estamos falando nesse momento.

O que vamos esperar acontecer? O que vamos esperar? Que tenhamos, como na Segunda Guerra Mundial, corpos sendo jogados por motoniveladoras nas covas comuns? Vamos esperar acontecer isso aqui no Brasil, 4 mil mortes, 5 mil mortes, e assim sucessivamente? Não, Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro. Chegou a hora de o senhor mudar esse discurso, chegou a hora de pensar no Brasil, chegou a hora de pensar nos brasileiros e chamar as forças vivas desta Nação para efetivamente construir uma solução para esse grave problema que o Brasil está enfrentando.

Nós não podemos nos acostumar com os números. Esses números são aviltantes! Não é possível passar aqui no Congresso Nacional, apesar dos meus 71 anos, quase 71, e não trazer a minha indignação. Eu já tomei minha vacina, a primeira dose - por sinal, agradeço muito ao Governador de São Paulo, que permitiu que eu e tantas outras pessoas nessa idade pudéssemos ter acesso à vacina. Mas agora é hora de o Presidente assumir as suas responsabilidades.

Chega e basta, Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro! Pegue os seus 57 milhões de votos, chame a sociedade brasileira e diga: "*Deixo de lado as minhas convicções pessoais para pensar nas convicções do País, daqueles que querem a mudança*". Não podemos - e vou repetir - esperar que motoniveladoras empurrem corpos para valas comuns, não podemos esperar isso. E V.Exa. tem a responsabilidade de não deixar isso acontecer, porque são exatamente seus 57 milhões de votos que lhe dão a legitimidade necessária para transformar, mudar o rumo que este País está tomando. Todos, inclusive da Oposição, gostariam de dar suas opiniões e construir um projeto comum, projeto de Chefe de Estado, projeto de quem tem responsabilidade com a nossa Nação.

E quem fala aqui é um Deputado que votou a favor dos projetos do Governo em 87% dos seus votos. E não sou da base do Governo. Sou de um partido independente, que é o meu PSDB.

Mas venho aqui, Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro, fazer um apelo: que V.Exa. assuma as suas responsabilidades, chame o País e mude o rumo dessa tragédia em que estamos nos metendo.

Muito obrigado.

Documento 187/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD 16:36
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Cancelamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da compra de vacinas realizada pelo Ministério da Saúde.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Jair Bolsonaro não deveria ter cancelado a compra das

vacinas realizada pelo Ministério da Saúde.

Cancelou por quê? Porque não gosta da China? Cancelou por quê? Porque não gosta da Índia? Cancelou por quê? Porque não gosta da Rússia? Mas ele não gosta ao menos do povo brasileiro? A vacina é para o povo brasileiro, é para o cidadão brasileiro.

O Presidente prefere os países que ele gosta. E qual é o País que ele gosta? Ele gosta dos Estados Unidos? Então, compre a vacina nos Estados Unidos! Mas os Estados Unidos têm uma lei que determina que a vacina feita lá só será vendida depois que todo o norte-americano for imunizado. E agora? O Presidente vai fazer o quê?

É uma irresponsabilidade o que o Governo fez...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 188/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 16:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Arthur Lira!

Quero reforçar o pedido para seguir a Deputada Jandira Feghali e usar o nosso tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Boa tarde, Deputado! Está anotado aqui.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - E quero conversar com os Deputados Luizão Goulart e Gilson Marques, que eu ouvi com atenção

agora.

Sabem por que não está certo esse projeto, Deputados? Porque, se estiverem disponíveis para semana que vem 10 milhões de doses da vacina Sputnik, por exemplo, se essa vacina for comprada por 10 grandes empresas, que vão vacinar os seus funcionários e os amigos que eles escolherem, vão faltar 10 milhões de doses para vacinar as pessoas mais vulneráveis, os idosos, os que têm comorbidade. Isso é o que se chama de fura-fila com o uso do dinheiro.

O uso do dinheiro para furar a fila da vacinação é algo vergonhoso. A ordem de vacinação, Deputado Luizão Goulart, só pode ser de quem mais precisa. Aquele que corre o maior risco de morrer, tem que ser vacinado antes. Essa é a ética humanitária que nós defendemos. Por isso é que nós somos contra o projeto fura-fila.

Documento 189/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 08/04/2021 - FAUSTO PINATO-PP -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Não enfrentamento das crises econômica, social e política pelo Estado brasileiro. Necessidade de adoção de estratégia consistente para combate à crise econômica gerada pela epidemia de coronavírus. Perspectiva de alcance pelo País da marca de 5 mil mortes diárias em decorrência da doença viral. Papel do Estado brasileiro na conciliação entre o isolamento social e a retomada das atividades econômicas. Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais concedido pelo Governo Federal. Necessidade da adoção de ações efetivas de combate à fome, à miséria e o desemprego no País. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 87, de 2021, sobre a instituição do Programa Excepcional de Regularização Tributária - PERT, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; 1.204, de 2021, acerca da cobrança e do recolhimento do imposto sobre a renda incidente nos rendimentos de aplicações em fundos de investimento fechados e nos fundos de investimento em participações; e 1.291, de 2021, relativo à utilização do resultado positivo do Banco Central do Brasil no enfrentamento da crise econômica e social decorrente dos efeitos da epidemia de Covid-19; e a alteração da Lei nº 13.820, de 2019. Empenho da Presidência no estabelecimento de diálogo com as Embaixadas da República Popular da China, da Índia e da Rússia, com vista à aquisição de vacinas contra a Covid-19.



O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, brasileiras e brasileiros que nos acompanham neste momento, através da TV Câmara, da Rádio Câmara e da Internet, o crescimento da pandemia da COVID-19 impôs à população mundial, por meio de suas lideranças governamentais, o isolamento social como estratégia de contenção do avanço da doença. Não obstante seja o mecanismo possível da atual conjuntura, fato é que a desativação de boa parte da economia mundial desafia enormemente as nações a encontrarem soluções econômicas e sociais para resguardar a vida e a ordem, Sr. Presidente, a ordem social.

No caso do Brasil, as perspectivas de crise econômica, social e política, que têm como fundamento os impactos da pandemia, devem ser enfrentadas com forte capacidade econômica do Estado. Mas, infelizmente, não é isso que estamos vendo. O nosso País está precisando de uma estratégia consistente e consciente para enfrentar a crise econômica gerada pela pandemia. Estamos todos aqui, no Parlamento, num confinamento de vergonha! Eu, como Deputado eleito pelo povo com 119 mil votos, já não sei mais o que falar para as pessoas, para os amigos, para a família e para a minha região.

Estamos perdendo amigos e parentes! Famílias estão sendo destruídas pela COVID-19! O Brasil, Sr. Presidente, deverá chegar a 5 mil mortes por dia! Eu estou pedindo um plano de estratégia, pois fui um dos que mais cobrou do Governo essa questão. Para enfrentar o vírus, é necessário deixar as pessoas em casa. Uma estratégia para evitar a contaminação é que as pessoas fiquem em casa, mas elas precisam de comida e, para comprar comida, precisam de dinheiro. Todos os países estão fazendo isso, tirando de onde não têm, para que as pessoas não morram de fome e as economias não faleçam. Esse é o papel do Estado. O que a França, os Estados Unidos, a Alemanha e a Itália fizeram? Emitiram títulos públicos e imprimiram dinheiro, Sr. Presidente.

Precisamos de coragem para enfrentar o problema, pois o País é grande e tem condições de enfrentar, de cabeça erguida, a crise da fome e da miséria, e salvar o maior número possível de pessoas, de brasileiros, visando ao interesse interno do nosso País. Para isso, é preciso capacidade, Sr. Presidente, vontade e coragem. Vamos parar de demagogia, de ideologia, seja de esquerda, de centro, de direita! Vamos deixar de conversa fiada! Vamos agir já, agora!

No ano passado, o que seguiu a economia e controlou a pandemia foi o auxílio emergencial. Lembro que o Poder Executivo mandou essa medida provisória para o Congresso Nacional com o valor mínimo de 300 reais, mas foi esta Casa que, com muita coragem, passou para 600 reais. Foi pouco? Sim, mas ajudou milhões de brasileiros a garantir

a sobrevivência.

Por que o Brasil teve arrecadação recorde de impostos federais em dezembro e janeiro, Sr. Presidente? Isso ninguém fala, porque só falamos em risco fiscal, em endividamento público, essa ladainha que só interessa ao mercado financeiro. Esta é a ladainha que o mercado financeiro adora.

E eu respondo: a arrecadação foi recorde porque o povo comeu, a economia girou, o dinheiro circulou. Não precisa ser um gênio para entender, nem economista.

Então, eu repito, precisamos de capacidade, vontade e coragem. Quanto custa um botijão de gás, Srs. Deputados? Quanto custa um quilo de carne, Srs. Deputados? Quanto custa um quilo de feijão? Quantos de nós, há tanto tempo, não vamos ao mercado, porque nós temos pessoas para fazer isso? Eu estou com vergonha de propor um auxílio emergencial de 250 reais em lugares onde, no Brasil, um botijão de gás, Sr. Presidente, está custando 110 reais.

O povo voltou a cozinhar usando lenha ou latinha de etanol. O número de queimaduras e acidentes não para de subir. O povo não come mais carne e nem frango; daqui a pouco, nem ovo. O Brasil não vai mais conseguir comer, Sr. Presidente, porque tudo triplicou de preço. Que saudade do controle da inflação! Não adianta vir com essa conversa de que em 6 meses a economia vai reaquecer, porque não vai, Sr. Presidente. Nós sabemos que não vai. Não sou pessimista, sou realista. Enquanto não tivermos 70% da população economicamente ativa imunizada, com a vacina no braço, seja ela de onde for, a economia não vai decolar. Enquanto isso, precisaremos de ações efetivas de combate à fome, à miséria e ao desemprego. Desde o começo da pandemia, eu venho alertando que isso não é uma prova de 100 metros livres, mas uma maratona, a ser percorrida por todos nós.

Mas não vim só para criticar, porque essa guerra é de todos nós. Nos últimos 30 dias, eu apresentei três propostas, Srs. Deputados, e gostaria que V.Exas. atentassem a essas propostas legislativas estruturantes para a recuperação da nossa economia, proteção dos empregos, proteção das micro e pequenas empresas, e geração de caixa, para o Estado custear o auxílio emergencial.

O primeiro projeto é o de nº 87, de 2021, que trata do Programa Excepcional de Regularização Tributária - o PERT. A atividade empresarial no Brasil foi impactada significativamente pela pandemia, havendo o fechamento definitivo de milhares de empresas e elevada pressão negativa sobre empreendimentos de todos os portes em setores industriais e especialmente no serviço. Esse projeto traz



alternativa para que as empresas possam regularizar as obrigações tributárias com a União. Em razão da crise econômica gerada pela pandemia, a maioria das empresas empreendedoras não pagaram os impostos federais porque priorizaram naquele momento - porque não sabíamos como era essa pandemia - os salários dos funcionários.

O segundo é o Projeto de Lei nº 1.204, de 2021, disciplina a cobrança e o recolhimento de imposto sobre renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimentos fechados e fundos de investimentos sem participações. Resumindo, Sr. Presidente, não adianta esticar a corda. Para nós, chegou a hora de os ricos pagarem imposto neste País. Pasmem, nobres Parlamentares, o fundo de investimentos especiais não paga imposto, como fazem os brasileiros normais que colocam suas economias na poupança, nos fundos de investimentos convencionais, no CDB, no CDI. Os ricos só pagam imposto quando realizam lucro, ou seja, quando sacam o dinheiro do fundo especial. Senhoras e senhores, já viram os ricos sacarem dinheiro? Os ricos trocam cotas de fundo entre si. Esse projeto acaba com essa mamata. Os milionários brasileiros vão pagar impostos, assim como a classe trabalhadora paga.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP) - A expectativa de arrecadação da tributação do estoque desse fundo é de 90 bilhões de reais, Sr. Presidente.

O terceiro projeto, Presidente Arthur Lira, é o Projeto de Lei nº 1.291, de 2021, que propõe que os resultados positivos do Banco Central resultantes das operações de reservas cambiais e as operações derivativas realizadas no mercado possam ser destinadas ao Tesouro Nacional enquanto durar a pandemia, com periodicidade mensal e destinação específica. No primeiro semestre de 2020, esse lucro somou 478 bilhões de reais!

Querido Presidente Arthur Lira, por causa do tempo, eu vou encurtar o meu discurso.

Já passamos do momento do diálogo. O momento agora é de o Parlamento brasileiro agir! Precisamos assumir a responsabilidade por lutar pela vida das pessoas que nos colocaram aqui! O povo brasileiro espera isso de nós. Podem contar comigo!

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo pelo esforço na questão da conversa com as Embaixadas da China, da Índia e da Rússia. Quero parabenizar

também o Presidente Bolsonaro.

É hora de humildade, Bolsonaro! Se nós não podemos nos unir pelo amor ou pelas ideologias, vamos nos unir em prol do País e da solidariedade. Nós sabemos que esta pandemia vai durar mais 1 ano, no mínimo. Precisamos ter responsabilidade de começar a agir aqui e agora.

Muito obrigado.

Documento 190/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários de rejeição da Emenda de Plenário nº 16, sobre a retirada e recursos das empresas do chamado Sistema S para aquisição de vacinas, apresentada ao Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é um destaque muito sensível, porque trata do Sistema S. Nós não fizemos um debate aprofundado sobre isso. Estamos tirando recurso do Sistema S - que tem, sim, uma função social - para comprar vacinas. Ora, nós já permitimos que todo mundo compre e doe ao SUS, permitimos que o privado compre, inclusive o próprio Sistema S.

Eu faço um apelo aos Líderes que são da nossa ala e que estão liberando as bancadas: peço que mantenham o texto original do projeto. Podemos até fazer uma discussão, eles estão dispostos a fazer, mas não neste projeto, dessa forma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 191/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Aumento do número de bilionários no País em meio à epidemia de coronavírus. Inclusão do Brasil entre os dez países com maior concentração de renda no contexto mundial. Influência capitalista na aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Descumprimento de preceitos constitucionais e prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio ao negacionismo do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Efeitos desastrosos do tratamento precoce da Covid-19. Recusa do Chefe da Nação à compra de vacinas contra a Covid-19. Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais aprovado pelo Congresso Nacional. Necessidade de ação efetiva do Parlamento brasileiro para combate à crise provocada pela Covid-19 e seus efeitos. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu agradeço.

Hoje é o Dia Mundial da Saúde, e nós acabamos de aprovar o substitutivo da Deputada Celina Leão ao Projeto de Lei nº 948, de 2021.

Eu quero abrir falando de um dado que me parece um tanto quanto importante para o nosso debate sobre a saúde - e agradeço ao Líder Marcelo Freixo a cessão do tempo. Veja, Sr. Presidente, a revista *Forbes* anuncia que, no ano em que a pandemia iniciou, o ano de 2020, o Brasil ganhou 20 bilionários. Desses 20 bilionários, o primeiro deles é o Sr. Jorge Paulo Lemann. Anuncia também que o Brasil está em sétimo lugar entre aqueles que adicionaram mais pessoas a essa lista no ano de 2020. E o Brasil, segundo o IBGE, está entre os dez países que mais concentram renda. Esse é um dado muito importante. Repito, o Brasil está entre os dez países que mais concentram renda. E, segundo o Tribunal de Contas da União, mais de 30% da população, ou seja, 68 milhões de brasileiros, precisaram do auxílio emergencial em 2020.

Assim, nós nos perguntamos: para quem este PL 948 está direcionado? Para as 68 milhões de pessoas que estão desempregadas, precarizadas, morando nas ruas, para as famílias que nem cesta básica têm, ou para os 11 bilionários da revista *Forbes*?

Esta é a pergunta que se faz neste momento: para quem o Congresso

brasileiro está legislando? Depois de aprovar um auxílio emergencial de 150 reais, quando o gás de cozinha aumenta 40%, para quem nós estamos legislando? Para os 11 bilionários e seus amigos, ou para quem eles escolhem; ou para 68 milhões de pessoas, que aguardam esta vacina na fila do SUS e não têm vacina?

Parece-me que o Congresso brasileiro, nesta votação, fez uma opção pelos 20 bilionários, inclusive os novos 11 bilionários, que moram no Brasil, que tiveram a chance de comprar a vacina e doar ao SUS, e não o fizeram, apesar de serem bilionários, de terem patrimônio de 20 bilhões de dólares em suas contas.

Veja, Sr. Presidente, que a Constituição brasileira já colocou em seu art. 6º, como um direito humano, o direito à alimentação. No entanto, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, de onde havia saído em 2014. Na Constituição brasileira, em seu art. 196, está escrito - e hoje, repito, é o Dia Mundial da Saúde: *"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença (...)"*. Em seu art. 218 está expresso o compromisso do Estado com a ciência. E o Brasil, por este Governo, já descumpriu a Constituição em pelo menos três artigos. Este Governo já negou a Constituição e já cometeu crimes de responsabilidade repetidamente.

Este Governo estimulou a aglomeração. Este Governo e este Presidente, em particular, cometendo crimes de responsabilidade, negaram todas as orientações da Organização Mundial da Saúde, atentando contra a vida. Mandou tirarem as máscaras! Este Governo negou a vacina. E agora, nesta semana, quando foi o momento de o Sr. Presidente tomar a vacina, ele se recusou. Sequer tirou uma foto, para dizer para as pessoas que tomassem a vacina, como fizeram todos os Chefes de Estado. Ele suprimiu a autonomia dos Ministros de Saúde. Ele, que não entende de nada do ponto de vista acadêmico de saúde, receitou remédios no tratamento precoce, remédios que não têm nenhuma comprovação científica. Ele obrigou o Ministro General, que também não tem nenhum conhecimento acadêmico de saúde, a também receitar remédios e colocar um protocolo no Ministério da Saúde. Agora, alguns jovens e algumas pessoas deste País estão fazendo transplantes de fígado, com graves lesões renais, por conta desse tratamento precoce, chamado de *kit* COVID.

Este senhor, chamado Jair Messias Bolsonaro, debochou, deu gargalhadas, disse que era chororô e mi-mi-mi. Não teve nenhuma compaixão, nenhuma solidariedade com as centenas e milhares de mortes das famílias e do povo brasileiro. Ao mesmo tempo em que as pessoas morrem, ele as despreza, ele distribui armas, ele desqualifica as Forças Armadas e as despreza. Viola e ameaça a democracia.

Este Presidente da República precisa estar impedido por este

Congresso. E, se este Congresso acha pouco, deveria, no mínimo, instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Este Presidente usou estruturas do Estado para proteger os seus filhos das acusações de investigação, de ligação com as milícias, com as rachadinhas e com todas as investigações que estão em curso em relação aos crimes que são acusados.

Este Presidente briga com os Governadores e Prefeitos e afronta-os.

Este Presidente descoordena aquilo foi implantado desde a década de 70, o Plano Nacional de Imunização. Ele não comprou as vacinas da Pfizer e, inclusive, do Butantan, em agosto, quando lhe foram oferecidas 60 milhões de doses do Butantan e 70 milhões de doses da Pfizer. Ele deixou de comprar 130 milhões de doses de vacinas para o povo brasileiro, 130 milhões de doses, repito, em agosto do ano passado, quando lhe foram oferecidas! E cancelou de novo, quando o Ministro da Saúde fez a compra do Butantan. Ele negou a qualidade da vacina que veio da China. Se não fosse o Butantan ter um escritório em Xangai, não teríamos nem os IFAs para a produção do Instituto Butantan.

E neste momento nós estamos com falta de vacina, muito por incompetência e inépcia deste Governo. Do outro lado, temos a maioria de Governadores e Prefeitos incansavelmente trabalhando para comprar as vacinas. Temos centenas de milhares de famílias chorando a perda dos seus entes queridos, temos profissionais de saúde esgotados, na ponta desse sistema. E o que faz este Congresso? Este Congresso aprova o auxílio emergencial de 150 reais para a maioria das famílias, que não chega hoje a dois terços dos que receberam em 2020. Este Congresso deveria, neste momento, chamar os Governadores para ver o que eles precisam para assumirem as medidas de restrição dos 21 dias indicados pela OMS. Este Congresso deveria aprovar o orçamento de guerra, para garantir mais recursos ao SUS, mais recursos aos Estados e Municípios. Este Congresso deveria fazer o que o Governo não faz: entrar em articulação internacional para ampliar imediatamente a compra das vacinas para o SUS. Este Congresso deveria fazer o que o Governo não faz: fazer com que os planos de restrição pudessem acontecer, para que o isolamento social acontecesse. Nós deveríamos aumentar o financiamento dos leitos de UTI, a partir da discussão com os Estados e Municípios. Este Governo é criminoso, e como tal deveria ser tratado por este Congresso. Nós deveríamos aprovar o orçamento de guerra para aumentar o auxílio emergencial para os 600 reais.

Nós deveríamos garantir o que chamam de AVI: auxílio, vacina e isolamento. Esse é o pedido da Frente pela Vida, entregue ontem ao Congresso. Essa é a decisão que o Supremo Tribunal Federal nos pede que assumamos. Nós não queremos judicializar os processos, e

não o faríamos, se o Congresso atuasse corretamente. O Congresso não pode ficar de costas para a sociedade brasileira. Nós precisamos agir, e agir como representantes da sociedade brasileira. Não podemos mais colocar em pauta projetos desse tipo. Não podemos mais fazer medidas fiscalistas. Os Estados Unidos fizeram um plano de desenvolvimento agora de 20 trilhões de dólares. É um terço do seu PNB para infraestrutura e tecnologia, e 1,9 trilhão de transferência direta de renda. Isso o mundo inteiro está fazendo. Só o Sr. Paulo Guedes e Bolsonaro querem cortar despesas, para matar o povo de fome de COVID-19!

Nós não podemos ser cúmplices da morte, não podemos ser cúmplices desses assassinos. Precisamos tomar medidas imediatas para salvar as vidas, precisamos investigar esse Presidente e impedi-lo de governar. É *impeachment* que nós precisamos fazer!

Nós precisamos impedi-lo. O Brasil não aguenta esse Governo até janeiro de 2023. Nós precisamos oxigenar este País. Muitos setores da sociedade estão desembarcando do Governo e nós precisamos desembarcar também.

Este Congresso não pode mais dar maioria ao crime e aos assassinatos que se cometem neste País, Sr. Presidente. Vamos tomar o lado do povo brasileiro, dos 68 milhões que precisaram do auxílio, e não dos 11 bilionários que vão furar a fila da vacina, como prevê o Projeto de Lei nº 948, de 2021.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 192/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	17:08
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RENATA ABREU-PODE -SP		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas.

Primeiramente, queria agradecer a todos os Líderes e Deputados pela sensibilidade de aprovação desse projeto aqui na Câmara Federal, que seguiu para o Senado e teve algumas pequenas alterações necessárias para a aprovação do projeto, mas que atende ao setor de eventos tão prejudicado pela pandemia.

Como nós sabemos, foi o primeiro setor que parou no País e, sem dúvida, será o último a ser retomado, o setor mais prejudicado no País, que afeta inclusive diversos outros, como o setor de serviço, limpeza, segurança, som, iluminação. E nós precisamos, como legisladores, atuar para garantir a sobrevivência do setor.

Por isso que o projeto do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - é importantíssimo para a construção desse movimento em defesa do setor turístico e do setor cultural do nosso País.

Portanto, eu vou dar o meu voto neste relatório.

"II - VOTO DA RELATORA

Ao deliberar sobre o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, o Senado Federal aprovou um conjunto de medidas consentâneas com os objetivos da referida proposição, adotando substitutivo, que, em resumo:

- 1) inclui as pessoas jurídicas prestadoras de serviços de *buffets* sociais e infantis como pertencentes ao setor de eventos para fins de utilização do PERSE;
- 2) com a extinção do PEAC, propõe outros programas de acesso a crédito;
- 3) suprime dispositivo sobre o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda;"

É importante dizer, aqui, que foi um acordo para que fosse incluído na medida provisória que o Governo já enviou ao Congresso com a retomada do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, e, somente por isso, ele foi suprimido no relatório do Senado.

"4) faz ajustes no texto, na parte que trata da dispensa de garantias a serem exigidas dos devedores participantes, dos parâmetros para aceitação da transação ou mensuração do grau de recuperabilidade e

da atuação das associações nesses pedidos de transação;

5) fixa prazo de validade de CNDs, bem como prorroga os efeitos de certidões vencidas durante a pandemia da COVID-19;

6) instituiu uma indenização para empresas do setor de eventos que tiveram prejuízos, permitindo que disponham de algum recurso para a retomada de suas atividades; e

7) propõe a instituição do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC, a ser operacionalizado por meio do FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e terá como objetivo a garantia do risco em operações de crédito.

Com efeito, tais medidas aprimoram o texto aprovado por esta Casa em 3 de março de 2021, sendo, portanto, meritório e oportuno o Substitutivo do Senado Federal.

A despeito disso, relativamente ao art. 4º do texto aprovado pelo Senado Federal e que corresponde ao art. 5º da Redação Final encaminhada pela Câmara dos Deputados àquela Casa, estamos apresentando pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania uma emenda de redação pelas seguintes razões.

Ao desmembrar o *caput* do art. 5º original em incisos, a expressão "incidente sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei" e que se referia apenas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi mantida no texto do *caput* pelo Senado Federal, mas o mesmo procedimento não foi feito em relação à expressão "incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos", que constou apenas do inciso III na nova redação do dispositivo. Assim, é preciso conciliar os dois textos.

Ainda em relação a este artigo, temos a observar que concordamos com o desmembramento em incisos dos tributos e contribuições constantes do texto que apresentamos e que foi aprovado pelo Plenário desta Casa, com a supressão do parágrafo único do artigo tal como realizado pelo Senado Federal e também com a inclusão do inciso V, relativo ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação das alterações efetuadas na matéria constantes do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e, no mérito, pela aprovação nos termos do parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico,

Indústria, Comércio e Serviços.

Pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, com a adoção da emenda de redação que ora apresentamos".

Quero parabenizar aqui o autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras, e pedir o apoio dos nobres Parlamentares para que este projeto seja aprovado finalmente hoje na Câmara dos Deputados. Espero que possamos ajudar a sobrevivência de um setor tão importante para o nosso País.

Parabéns, Deputado!

Muito obrigada.

Documento 193/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD 17:20	
Publ.: DCD - 08/04/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Perda do objeto do requerimento de destaque para votação em separado do art. 6º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991, com vista à sua inserção no Substitutivo do Senado Federal à propositura.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada, no texto esse item foi retirado de acordo com a negociação da Senadora Daniella Ribeiro, no Senado, com o compromisso de o Governo reeditar duas medidas provisórias. Isso foi feito. São as Medidas Provisórias nºs 1.036 e 14.020. Ou seja, na nossa visão, de acordo com o compromisso da Relatora, validado pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos e pelo setor turístico, também foi contemplado, com a reedição das medidas provisórias citadas.

Eu pediria a perda do objeto desse destaque para que possamos

acelerar os trabalhos. Que V.Exas. tenham a sensibilidade de não votarmos esse destaque.

Documento 194/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD 17:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Manutenção pelo PSOL do requerimento de destaque para votação em separado do art. 6º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991, com vista à sua inserção no Substitutivo do Senado Federal à propositura.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Antes que o Deputado Jorge Solla fale, no entendimento da nossa Assessoria, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com auxílio, não está garantido, não está reeditado.

Então, nesse sentido, gostaríamos de manter o destaque, a não ser que cheguemos aqui a um entendimento comum e estamos abertos a isso, Presidente.

Documento 195/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD 17:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da manutenção do requerimento de destaque para votação em separado do art. 6º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de

combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991, com vista à sua inserção no Substitutivo do Senado Federal à propositura.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Eu queria destacar que esse setor não foi contemplado anteriormente. Como já foi destacado, foi o primeiro a parar e será o último a voltar. E a medida mais importante para os trabalhadores do setor foi essa que foi retirada, porque garante emprego, garante a manutenção dos postos de trabalho.

Então, independentemente desse compromisso do Governo, eu queria pedir a V.Exa., aos companheiros do PSOL e a todos os Parlamentares que mantivessem a possibilidade de reincorporarmos essa decisão. Isso é muito importante para os trabalhadores desse setor. Trata-se de um segmento que está em uma situação extremamente combalida, não tem alternativa, não tem outra opção, não tem nenhuma outra medida que tenha atendido.

Acho que esse pedido é importantíssimo e o reitero aqui para que retomemos o projeto aprovado na Câmara.

Muito obrigado.

Documento 196/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD 17:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de concessão de tempo aos Líderes partidários para leitura do texto de medida provisória relacionada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou falar bem rápido, Presidente, em socorro do projeto.

Esse projeto foi amplamente apoiado aqui na Casa. Foi feita uma modificação no Senado Federal, onde a Relatora alegou que havia entendimentos avançados com o Governo e onde este artigo estaria representado em uma medida provisória que seria editada mais adiante. Foi assim que foi feito o acordo no Senado.

A medida provisória saiu hoje. Eu creio...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se foi a Medida Provisória nº 36, ela é anterior.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Essa é a informação que nós recebemos. Eu creio que se forem dados alguns minutos para que as Lideranças leiam o texto da medida provisória, nós poderemos esclarecer o assunto, para não sermos surpreendidos por um resultado adverso do Plenário e que seja jogado fora tudo o que se fez até agora.

Documento 197/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de matérias destinadas à mitigação dos efeitos da Covid-19 sobre a população brasileira. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por milhares de mortes decorrentes da epidemia de coronavírus. Agradecimento a Líderes partidários pelo apoio ao orador no exercício da Liderança da Oposição na Casa. Insignificância do auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Relevância da Lei nº 14.017, de 2020, sobre as ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, sobre a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública; bem como do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de



2018, e 8.212, de 1991. Pedido à Presidência de inclusão na pauta de projeto lei editado nos termos da Medida Provisória nº 936, de 2020, relativa à instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; às medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Retrocesso da concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Tramitação na Casa de 107 pedidos de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente da República. Conveniência de renúncia do Chefe da Nação.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, caros colegas Parlamentares que estão aqui no plenário e a grande maioria que está nos acompanhando virtualmente, eu venho à tribuna para, mais uma vez, agradecer todo o espaço de diálogo e debate que nós tivemos no ano de 2020 e agora nas primeiras semanas de 2021, em que tive a honrosa missão de liderar a Oposição aqui na Câmara dos Deputados. Foram momentos difíceis em virtude dessa pandemia que nós nos deparamos de forma absolutamente inédita para quem é da nossa geração, para quem evidentemente não viveu a gripe espanhola. Talvez sejam poucos os sobreviventes que tenham vivenciado momento tão difícil da humanidade há mais de 100 anos, mas nós temos a convicção de que esta Casa conseguiu, em vários momentos, mitigar tanto sofrimento que a população brasileira vem passando. Quero aqui agradecer aos meus colegas com quem eu tive a honra de partilhar os encargos, de enfrentar um Governo completamente desorientado, um Governo que mudou quatro vezes de Ministro da Saúde em plena pandemia, um Governo que é o grande responsável por centenas de milhares de mortos do nosso País. São 335 mil mortos hoje, dia 7 de abril, e não sabemos onde vamos parar devido à negligência na aquisição de vacinas e a irresponsabilidade no incentivo a que as pessoas não respeitassem regras de isolamento, que tão bem os Governadores, na sua grande maioria, o fizeram.

Meu caro Líder Alessandro Molon, a quem tive a honra de suceder e de quem terei a honra de ser sucedido nessa brilhante missão de Liderança da Oposição. Tenho absoluta convicção de que V.Exa. o fará com a grande maestria que também o fez na Liderança do PSB. Também tivemos a honra de conviver com a minha querida Líder Perpétua Almeida, do PCdoB, em 2020.

Da mesma forma, minha querida Líder, Fernanda Melchionna, Líder do PSOL, assim como a Líder Sâmia Bomfim, e hoje a Líder Talíria Petrone. Meu querido amigo Líder do PCdoB, Renildo Calheiros. Meus queridos Enio Verri, que foi o Líder em 2020 do PT e Bohn Gass, que é o Líder em 2021. Minha querida Joenia Wapichana, Líder da REDE,



esta guerreira. E meu querido amigo, meu Líder Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT, em quem eu tenho absoluta convicção: estaremos juntos, independente de estarmos ou não nestas missões que as nossas bancadas, os nossos companheiros, nos delegam.

Quero dizer, Sr. Presidente Arthur Lira, que o nosso diálogo com V.Exa., quando foi Líder dos partidos do chamado centro democrático, foi extremamente exitoso para que esta Casa pudesse, por exemplo, aprovar o auxílio emergencial de 600 reais. Lamentavelmente, agora, a população brasileira padece, esperando há 4 meses por algum tipo de auxílio, que vai chegar a 150 reais.

Quero dizer que nós tivemos, num grande diálogo com os partidos de centro, a possibilidade de aprovar a Lei Aldir Blanc, tão brilhantemente relatada pela Deputada Jandira Feghali, que fez com que o setor da cultura não padecesse de vez.

Nós tivemos, aqui nesta construção, a PEC do FUNDEB, que o tornou permanente.

Agora mesmo, há este projeto que estamos terminando de apresentar, aliás, de aprovar, o PERSE, que irá socorrer um setor tão importante em termos de geração de emprego para o Brasil, que é o setor de eventos.

Nós tivemos a Medida Provisória 936/20, que foi uma medida que socorreu empresas e empregos. Nós tivemos aí milhões de desempregados - ainda estamos convivendo com esses milhões de desempregados - e, lamentavelmente, não vemos nenhuma solução por parte do Governo até agora. Precisamos, Sr. Presidente Arthur Lira, fazer com que esta Casa pelo menos paute um projeto que vise a reeditar os termos daquela medida provisória em forma de projeto de lei, com origem nesta Casa.

Tivemos momentos difíceis. A autonomia do Banco Central, efetivamente, foi um retrocesso para o nosso País, porque vimos que, na primeira reunião do COPOM, já subiu 0,75% na taxa de juros, como se a nossa inflação fosse de demanda; não fosse oriunda da alta dos preços do petróleo. Nossos combustíveis subiram a bagatela de 46%, só em 2021; o gás de cozinha, 22,7%; e agora há o anúncio de 39% do gás, que, tudo bem, não é o gás de cozinha, mas é o gás encanado que chega nas indústrias, é o gás encanado que chega às casas. São momentos difíceis em que esta Casa terá a missão, com certeza, de lutar muito para barrar todo tipo de retrocesso.

Nós temos, Sr. Presidente Arthur Lira, 107 pedidos de *impeachment* nesta Casa. Lamentavelmente, o ex-Presidente Rodrigo Maia e V.Exa. - é um direito, evidentemente, do Presidente -

não constitui a Comissão para averiguar. Esta Casa já impichou um presidente por um Fiat Elba e uma presidente....

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Não vou usar mais os 4 minutos, não - só tinham me dado 6 minutos.

Enfim, quero dizer que esta Casa já tirou dois presidentes. Um, evidentemente, deveria ter sido retirado, mas a outra, foi tirada de uma forma muito injusta, por suposto crime de responsabilidade. E vemos que o Presidente da República que aí está já cometeu todos os crimes de responsabilidade previstos na Constituição, e ele já virou um pária internacional. Aliás, o nosso País está muito próximo disso.

Evidentemente, solicitar aqui um ato de dignidade deste Presidente seria inócuo, mas não custa aqui dizermos: "*Presidente Jair Bolsonaro, se algum pingo de dignidade ainda lhe resta, renuncie!*" E que o Brasil todo comece; se não vamos avaliar *impeachment*, vamos demandar a empresários, a trabalhadores, ao povo brasileiro: "*Bolsonaro, tenha dignidade! Renuncie, pelo bem do Brasil!*"

Documento 198/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 08/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Quadro de insegurança alimentar e fome reinante no País. Necessidade de discussão pelo Congresso Nacional de medidas efetivas de combate à miséria no Brasil. Aumento do número de bilionários em meio à epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero fazer um alerta sobre os números publicados nesta semana sobre a situação da fome no Brasil. Eu conversei com V.Exa. sobre isso, e este Congresso, evidentemente, tem que se posicionar.

São 116 milhões de brasileiros, Deputado Renildo, mais da metade da

população, com insegurança alimentar, ou seja, a alimentação não é suficiente. O número de famintos é de 9% da população!

Essa é uma situação dramática, e este Congresso não pode ficar esperando o Presidente da República tomar alguma medida. Nós precisamos trazer ao debate a fome e a miséria, porque é também o debate da desigualdade, Deputado Arthur Lira, Presidente desta Casa.

O número de bilionários aumentou neste quadro de tragédia. A nossa população com fome é duas vezes e meia a população da Argentina! É disso que estamos falando: do País da desigualdade, que agora é o País da fome.

Que possamos trazer, com responsabilidade, superando as nossas diferenças, este tema para o Congresso Nacional.

Obrigado.

Documento 199/702

33.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/04/2021-17:48	
Publ.: DCD 08/04/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Apoio à prorrogação, por sessenta dias, do prazo de funcionamento da CPI destinada à investigação da origem e responsabilidades pelo vazamento de petróleo cru no litoral da Região Nordeste. Pedido à Presidência de acolhimento do requerimento de instalação de CPI, destinada à investigação de desmandos do Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Registro de 4.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Cancelamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da compra de vacinas contra o coronavírus. votação do requerimento de retirada de pauta do requerimento de prorrogação, por sessenta dias, do prazo de funcionamento da CPI destinada à investigação da origem e responsabilidades pelo vazamento de petróleo cru no litoral da Região Nordeste. Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do requerimento de prorrogação, por sessenta dias, do prazo de funcionamento da CPI destinada à investigação da origem e responsabilidades pelo vazamento de petróleo cru no litoral da Região Nordeste.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -

Presidente, eu acho importante prorrogar esse período necessário para concluir os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas quero aproveitar, pelo fato de estarmos abordando o tema de uma CPI, para pedir a V.Exa. que acolha o pedido de CPI, que tem as assinaturas, está aguardando instalação na Casa, para que nós possamos investigar todos os desmandos que estão ocorrendo durante a pandemia de coronavírus.

Nós estamos vivendo uma situação dramática no País. Hoje nós temos em torno de 4 mil mortes por dia. A média dos últimos dias tem sido em torno de 3 mil mortes. Ontem, houve 4.200 mortes. O Brasil cancelou compras de vacinas que estavam à disposição. O Ministro havia, inclusive, comprado as vacinas. Refiro-me especificamente às vacinas Coronavac, do Butantan. Como disse há pouco a Deputada Jandira Feghali, também em agosto do ano passado, a Pfizer ofereceu, Deputada Erika Kokay, 70 milhões de doses de vacinas para o Brasil, e, por uma questão ideológica, de uma visão atrasada do Presidente da República, de um negacionismo, Deputado Alexis, ele mandou cancelar a compra dessas vacinas.

Vejam o impacto que isso tem para a vida dos brasileiros, para a economia do nosso País.

O Presidente fazia aquele falso debate entre defesa da vida, Deputado Elvino Bohn Gass, e a defesa da economia. E na realidade, o País hoje está afundado nas duas crises, a crise sanitária e a crise econômica. Uma agrava a outra, e o País está cada vez pior.

Existem responsáveis por esse genocídio que está acontecendo no País, e o Parlamento brasileiro precisa instalar uma CPI. Essa proteção interminável do Presidente Bolsonaro... Nós temos, como disse há pouco o Líder André Figueiredo, mais de cem pedidos de *impeachment* do Presidente. Nenhum deles tramita. Então, há, Presidente Arthur Lira, um processo de proteção ao Presidente Bolsonaro inexplicável.

O Brasil tem o direito de investigar. O Parlamento não pode abrir mão da ferramenta de uma CPI, que, aliás, é um direito de Minoria. Quando se conseguem as 170 assinaturas, tem que se instalar a CPI. O Brasil quer ver uma CPI, sim, que investigue, aponte responsabilidades e aponte alternativas para sairmos da crise.

Por exemplo, não este projeto vergonhoso de fura-fila para algumas grandes empresas furarem a fila de vacinação, mas uma ação efetiva de um Brasil unido atrás de mais vacinas para todo o povo brasileiro.

Então, Presidente, eu aproveito ao encaminhar contra a retirada de pauta para pedir a imediata instalação de uma CPI para investigar a

crise sanitária no País.

Documento 200/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD 18:04	
Publ.: DCD - 08/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.026, de 2021, proibitivo da correção de contratos de locação residencial e comercial acima do índice oficial de inflação. Natureza arbitrária da ação de despejo de moradores em área pública, promovida pelo Governo do Distrito Federal.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "sim". Este projeto do Deputado Vinicius é muito meritório para que possamos garantir que não haja um aumento a mais no índice oficial de inflação para reajustes dos aluguéis, não é? Isso tem importância para milhões de brasileiros que são locatários. É muito importante votar "sim" à urgência hoje e votar o quanto antes o mérito.

Quero aproveitar estes 40 segundos que me restam para criticar veementemente a ação autoritária e arbitrária do Governo Ibaneis, que fez um verdadeiro massacre de trabalhadores e trabalhadoras durante o processo ilegal de despejo no CCBB e prendeu quatro ativistas, incluindo o nosso companheiro Thiago Ávila aqui do Distrito Federal e mais três ativistas. Nosso Deputado Distrital Fábio Félix está lá, nossos advogados estão lá.

O senhor acredite que, infelizmente, aqueles que lutam pelo direito à escola e o direito à moradia estão presos, enquanto há um genocida criminoso como Presidente e um monte de ladrões solto. Isso é uma vergonha! Faço aqui então um repúdio veemente ao Governador Ibaneis.

Documento 201/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD 18:16	
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, relativo à adoção de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; à instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e à alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a Casa pela votação do projeto que vai dar sustentação ao setor de eventos. Infelizmente, estamos em atraso com relação a esse setor. É um setor muito importante, Sr. Presidente, e que precisa que as coisas caminhem o mais rápido possível.

Esperamos que o projeto seja sancionado com rapidez pelo Governo, porque, diga-se de passagem, aqui na Câmara, na primeira votação, o Governo votou contra e criou dificuldades. Que o Governo compreenda que o setor de eventos é o primeiro ter problemas na pandemia e é o último a encontrar soluções. Portanto, nós precisamos fazer com que se encaminhe o mais rápido possível essa colaboração. A Câmara hoje está de parabéns com relação a esse aceno tão positivo ao setor de eventos, um setor tão valioso.

O meu Estado quer agradecer e muito à Casa por esse medida, porque na Bahia, todos sabem, os eventos são muito importantes para o Estado, tanto no âmbito cultural, como no âmbito da indústria do entretenimento e no do desenvolvimento econômico.

Então, aqui fica o nosso registro. Espero que o Governo Federal cumpra com rapidez o que foi decidido nesta Casa hoje de forma muito acertada.

Documento 202/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, a Parlamentares e outros pela



aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, relativo à adoção de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; à instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e à alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, colegas Parlamentares aqui presentes no Plenário e todos os que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, minhas palavras aqui, mesmo neste cenário de tanta dificuldade que o Brasil está atravessando, são palavras de agradecimento.

O nosso PL 5.638/20, que trata do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, cuja sigla vem de perseverança, hoje, venceu. A Câmara dos Deputados não virou as costas para o setor mais afetado nesta pandemia. Foi o primeiro setor a parar, será o último a voltar, e ninguém sabe quando voltará. A aprovação desse projeto é um sopro de esperança para empresários, microempresários e muito mais para aqueles do setor que são invisíveis, como quem trabalha como cerimonialista, quem produz evento, quem é do setor teatral, e aqueles que estão por trás das cortinas: o iluminador, o eletricista, o bilheteiro, o segurança, o profissional da limpeza. A partir de hoje, eles poderão ter esperança.

Não foi fácil chegar ao dia de hoje, depois de aprovar a urgência do projeto, votar o mérito do projeto na Câmara e aprová-lo praticamente por unanimidade, ir até o Senado e vê-lo aprovado por unanimidade, para no dia de hoje estarmos celebrando. Muita gente trabalhou duro.

Eu não posso deixar de agradecer a V.Exa., Presidente Arthur Lira. Eu não posso deixar de agradecer ao Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, que cumpriu com o seu compromisso com o setor de eventos e com o setor turístico.

Não posso também deixar de agradecer e de parabenizar por toda a mobilização a Doreni Caramori, Presidente da ABRAPE, a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos; ao Movimento Brasil Invisível; ao Movimento Apresenta; à ABEOC, a Associação Brasileira de Empresas de Eventos; à ABIH, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; à ABAV, a Associação Brasileira de Agências de Viagem; e a todas as entidades que compõem o *trade* turístico.

Nós tivemos aqui ao nosso lado a felicidade de ter duas mulheres, duas bravas guerreiras: a Deputada Renata Abreu, que foi a Relatora do nosso PL aqui na Câmara dos Deputados, e, no Senado Federal, a

Senadora Daniella Ribeiro.

Senadora, o setor de eventos e o setor turístico nunca irão se esquecer do seu trabalho, da sua garra para defender este setor.

Deputada Renata Abreu, o setor de eventos e o setor turístico também nunca esquecerão todo o seu trabalho.

Querido colega de bancada Deputado Ricardo Silva, V.Exa. também foi um gigante nesta luta.

Então, hoje é um dia em que se renova a esperança do setor de eventos.

Parabéns a todos os artistas também, que serão contemplados!

O setor de eventos, Presidente, é a principal engrenagem que move o maior patrimônio do nosso povo, que é a cultura. Eles andam de mãos dadas, e esse setor será valorizado.

Tivemos, aqui em Brasília, a presença de Doreni Caramori, Peck Mecenaz e Cris Abreu. Hoje, tenho a certeza de que todos ficarão felizes. E nós só temos a agradecer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 203/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	18:28
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei bem rápido.

Eu não poderia deixar de falar também do contentamento e do esforço do PSDB no sentido de ajudar o setor de eventos no País. Sem dúvida nenhuma, é um setor que tem uma geração de empregos muito grande e uma capilaridade enorme. Ele está presente em todos os Municípios do nosso País, movimenta a cultura, movimenta o turismo, gera empregos, especialmente em pequenos e microempreendimentos, e foi o setor que mais sofreu com o impacto da pandemia. Foi o primeiro setor a ser fechado e, infelizmente, será o último a começar de novo, a reiniciar as suas atividades.

E hoje a crise no setor é realmente muito séria.

Então, esta Casa hoje deu uma resposta à sociedade brasileira, uma resposta que vai ao encontro dos interesses do País. Agora esperamos celeridade por parte do Governo Federal e, especialmente, compreensão por parte da equipe econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 204/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só vou fazer um agradecimento.

Eu quero deixar um forte abraço ao Doreni, grande Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE, que está ao meu lado. Esta é uma noite emocionante para nós, porque o setor de eventos é composto de pessoas dignas e honradas que pararam lá atrás, Doreni, e não voltaram até agora. Então, esta Câmara fez justiça.

O Deputado Felipe Carreras, autor do projeto, companheiro de bancada, foi um gigante. Parabéns! Parabenizo também a Deputada Renata Abreu, nossa Relatora.

É com muita honra que eu sou coautor do PL, junto com o Deputado Felipe Carreras. Nesta noite histórica para o nosso Brasil, vamos valorizar quem merece.

Parabéns a V.Exas.!

Muito obrigado.

Documento 205/702

33.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/04/2021-18:32
Publ.: DCD 08/04/2021 -	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO

Sumário

Registro de 4 mil mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Agradecimento aos profissionais da saúde, em especial aos atuantes na linha de frente de combate ao coronavírus. Saudações aos agentes de saúde indígenas. Conclamação à Casa para aprovação do Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, a respeito da regulamentação da profissão do Agente Indígena de Saúde e do Agente Indígena de Saneamento, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Congratulações ao movimento indígena brasileiro pela promoção do Abril Indígena. Reconhecimento dos povos indígenas como os melhores guardiões da floresta, pela Organização das Nações Unidas - ONU. Transcurso do Dia do Jornalista. Saudações aos jornalistas indígenas Mayra Wapichana e Jessé Souza. Defesa de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros desta Casa, eu não poderia deixar de falar no dia de hoje. Estamos em luto, mas também estamos em luta. E essa luta é coletiva: todos contra a COVID-19.

No dia de ontem, o Brasil tristemente superou mais um novo recorde de mortes: houve mais de 4 mil mortes por COVID-19 em apenas 24

horas. Presto minha solidariedade aos familiares daqueles que tiveram sua vida interrompida por esse vírus. Dentre eles, há indígenas do meu Estado. Trata-se de uma tragédia que foi anunciada e está sendo anunciada pelos cientistas. Inclusive, essa quantidade pode aumentar e chegar a 5 mil ainda neste mês de abril.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é 7 de abril, data em que deveríamos estar celebrando o Dia Mundial da Saúde. É um dia de reflexão e também de agradecimento, de reconhecimento a todos os profissionais de saúde, especialmente àqueles que estão na linha de frente no combate à COVID-19. São heróis, são os nossos heróis, pois estão tentando salvar vidas.

Da mesma forma, quero parabenizar os nossos profissionais da saúde indígena, especialmente os agentes indígenas de saúde, os agentes de endemias, de saneamento básico, profissionais que estão lá nas comunidades indígenas prestando atendimento específico e diferenciado. São profissionais que também estão se doando para levar saúde de qualidade, muitas vezes sem condições, sem estrutura adequada. Eles estão no cotidiano das comunidades, com disposição, a serviço delas.

Justamente para atender essa demanda dos profissionais indígenas, eu apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 3.514, de 2019. Eu venho constantemente dizendo na reunião de Líderes que é preciso regulamentar a profissão de agente indígena de saúde e de saneamento. Eu gostaria muito, Srs. e Sras. Parlamentares, que fosse reconhecida essa categoria, pois há cerca de 7 mil indígenas qualificados como agentes indígenas de saúde - AIS ou como agentes indígenas de saneamento - AISAN. Eles atuam numa população de 770 mil indígenas em todo o País.

Aproveitando que estamos no Abril Indígena, mês em que todos nós indígenas celebramos nossa luta e resistência, eu peço a sensibilidade de V.Exa., Sr. Presidente, desta Casa e dos demais Srs. Parlamentares, para aprovarmos esse PL, que é de grande importância para os povos indígenas, especialmente para esses profissionais que aguardam com expectativa o andamento e a aprovação desse PL.

Quero me solidarizar também com o movimento indígena brasileiro pelo Abril Indígena deste ano, momento em que nós estamos discutindo a situação dos povos indígenas, as violações dos direitos humanos, tais como invasões das terras indígenas por garimpeiros, que contaminam a água dos rios que as comunidades indígenas consomem. Isso vai além das terras indígenas. Engana-se quem pensa que só os povos indígenas vão sofrer as consequências; todos os que dependem da água desses rios vão sofrer. Grileiros e madeireiros provocam o desmatamento de diversas partes do Brasil. Nós temos

que chamar atenção para isso.

A ONU recentemente reconheceu os povos indígenas como os melhores guardiões da floresta. Esse reconhecimento internacional deveria ser valorizado aqui no Brasil. Ao contrário, o serviço ambiental está sendo cada vez mais desmantelado. A falta de proteção do meio ambiente prejudica a vida dos povos indígenas. Eles deveriam ser reconhecidos pelas suas boas práticas, pela importância de seus conhecimentos tradicionais, pelo manejo sustentável, e ter uma resposta às constantes denúncias de violações de direitos humanos. Aqui, Sr. Presidente, eu quero reconhecer essa luta. É importante proteger as terras indígenas.

Aproveito, Sr. Presidente, estes minutos que me restam para saudar uma classe de profissionais que também têm o dia de hoje celebrado: os jornalistas. Eu deixo o meu agradecimento a todos eles neste dia, inclusive aos jornalistas indígenas, como a Mayra Wapichana, o Jessé Souza e os demais que estão colaborando com a divulgação de informações aos povos indígenas, combatendo as *fake news* e se doando para informar toda a população brasileira. Quero aqui deixar meu agradecimento por, nesses 2 anos, estarem junto do nosso mandato, dando visibilidade a nossas ações e prestando serviço à sociedade brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero reforçar que a vacina é um direito para todos. Vamos nos esforçar e unir nossas forças para garantir vacina a todos. Não queremos mais recordes diários de mortes por COVID-19 em nosso País.

Eu peço que esta fala seja incluída no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Muito obrigada por este tempo.

Documento 206/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	18:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Classificação do Brasil entre os países com maior desigualdade de renda no contexto mundial. Persistência da desigualdade racial no País. Elevação dos índices de desemprego e pobreza com a epidemia de coronavírus. Postura autoritária e negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao



enfrentamento da Covid-19. Protesto contra a decisão do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, de retomada das aulas presenciais em meio à epidemia de coronavírus. Repúdio à determinação do Governador Ibaneis Rocha de retirada de moradores de área ocupada no Distrito Federal. Necessidade de ação efetiva do Congresso Nacional para a garantia da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, e a retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, num cenário como este, num dia como o de hoje, é preciso lembrar que o Brasil, infelizmente, nunca foi capaz de superar as desigualdades históricas que constituem este País.

Infelizmente, somos um país com uma das maiores desigualdades de renda do mundo, o segundo país com a maior concentração de renda do mundo. Ainda somos um país com uma enorme concentração de terra. Há pouquíssima gente com latifúndios, e muita gente sem casa. Aliás, apesar dos quase 6 milhões de famílias que não têm onde morar, nós temos mais casas vazias do que pessoas sem casa. E a desigualdade racial, que constituiu um Brasil escravocrata, colonial, está explícita quando nós pegamos quem é que está lascado nessa desigualdade histórica.

A pandemia, Sr. Presidente, encontra este Brasil. Infelizmente, a crise sanitária não vem sozinha, vem junto com um aprofundamento dessas desigualdades. Há mais pessoas na pobreza. Há mais pessoas em situação de rua: a população em situação de rua cresceu ao menos 140%. Há mais pessoas desempregadas. Há um aprofundamento da dor deste Brasil violentamente injusto.

Infelizmente, a pandemia encontra um Brasil governado por um Presidente negacionista, autoritário, que disse que a maior pandemia da história recente foi uma gripezinha, que se pronuncia sistematicamente contra o *lockdown*. Aliás, ele não garante o *lockdown* porque não garante um auxílio emergencial digno para as famílias. Esse Presidente deixou de comprar 70 milhões de vacinas. E agora o povo brasileiro não tem nem como ficar em casa, porque não tem dinheiro para botar comida na mesa, nem tem como, Sr. Presidente, ser vacinado e se proteger desse vírus que mata, que enluta as famílias brasileiras.

Quem me dera, Sr. Presidente, esse fosse um problema de um homem só. O Presidente tem os seus filhotes, que precisam, assim como esse Presidente, ser interrompidos. No meu Estado, o Rio de Janeiro, que tem 600 pessoas esperando na fila por uma vaga de UTI, o Governador Cláudio Castro reabriu as escolas. Eu sei que esse é um

debate complexo. Mas, no momento mais agudo da pandemia, é isso que se faz? Promove-se aglomeração? Embora a educação seja um serviço essencial, as escolas estão superlotadas, porque o problema da educação é um projeto, a crise é um projeto. Ao mesmo tempo, no Distrito Federal, onde também há filas em UTIs, o Governador Ibaneis, filhote de Bolsonaro, despejou moradores de suas casas precárias, pessoas que moravam perto do trabalho, derrubou escolas, prendeu manifestantes, machucou manifestantes com uso da Polícia Militar.

Nós temos que interromper esse ciclo. Diante de um cenário de um Presidente negacionista e violento e seus filhotes, a tarefa do Congresso se agiganta, Sr. Presidente. Refiro-me a vacinas, a um auxílio emergencial que garanta o necessário *lockdown*, à aprovação, por exemplo, do PL que proíbe despejo em tempos de pandemia, já que alguns Governadores não respeitam a vida humana.

Não há como atravessar este momento duro em que o Brasil se encontra sem interromper essa Presidência.

Precisamos de *impeachment* já, para que o povo brasileiro sobreviva.

Obrigada.

Documento 207/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 08/04/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações aos trabalhadores do setor de entretenimento pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE; do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a todos do setor de eventos pela vitória na data de hoje: a aprovação definitiva deste projeto. Ele vai agora para a sanção do Presidente. Trata-se do respeito a todos aqueles que

promovem a alegria e a cultura em todo o nosso País. Esta aprovação é a demonstração de que o Parlamento, este Congresso, está, sim, antenado com todas as áreas, principalmente com a área de eventos.

Então, eu venho aqui, em nome dos meus amigos Aci Carvalho, Thiago Jaguaribe, João Paulo, Marcelo e tantos outros que representam a associação que luta por esse setor tão importante no Distrito Federal - são pessoas com quem eu lido todos os dias e cujas dificuldades conheço -, para dizer que eu estou muito feliz com esta aprovação. Votamos a favor do projeto, continuaremos lutando e comemoraremos, o mais breve possível, a sanção do Presidente.

Obrigado.

Documento 208/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 08/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Saúde, diante da tragédia provocada pela Covid-19 no País e no mundo. Homenagem aos profissionais da saúde envolvidos no combate à doença viral. Registro de 4 mil mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência do coronavírus. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas contra a doença viral. Insensibilidade do Chefe da Nação diante das mortes e do sofrimento do povo brasileiro em decorrência da epidemia de coronavírus.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje é o Dia Mundial da Saúde, e, infelizmente, temos muito pouco a comemorar. Uma pandemia ataca o Brasil com muita força.

Nós precisamos homenagear, neste cenário, os profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, farmacêuticos, todas as pessoas que atuam na área da saúde, do setor público e do setor privado. Mas quero mandar um abraço todo especial àquelas pessoas que integram o SUS, que têm trazido orgulho ao povo brasileiro pela dedicação, pelo esforço. Estão todos extenuados tentando salvar a vida dos brasileiros.

Infelizmente, hoje, mais uma vez, quase 4 mil brasileiros morreram em

decorrência da COVID. Em todo o enfrentamento que o SUS e o próprio setor privado têm feito, eles têm sido desassistidos e desamparados pelo Governo Federal, um Governo negacionista, que não fala a verdade, que mente para as pessoas, que confunde as pessoas, que nega o perigo que as pessoas estão correndo, mesmo com o alto número de mortos todos os dias.

Quando a sociedade mostra um desespero por vacinas, eles anunciam que compraram vacinas, mas não mostram nada. Ninguém sabe quando as vacinas contratadas chegarão. O que se sabe ao certo é que o Presidente da República cancelou a compra de 70 milhões de vacinas feita pelo Ministério da Saúde.

Ainda se recusou a comprar quando a Pfizer ofereceu uma venda especial e exclusiva para o Brasil, ou seja, mais de 100 milhões de vacinas que poderiam hoje estar sendo aplicadas no povo brasileiro não estão sendo aplicadas, porque o Presidente não se interessou pela compra, porque o Presidente, no fundo, sempre trabalhou contra a vacina, porque o Presidente faz parte dessa corrente negacionista que tanto mal tem feito ao Brasil e, especialmente neste momento, à saúde.

Por isso, Presidente, queria aqui, no Dia Mundial da Saúde, deixar o nosso mais veemente protesto contra o Presidente da República, que governa o País sem considerar a quantidade de brasileiros que morrem diariamente. É como se isso não tocasse a ele. Queremos deixar aqui o nosso protesto pela infelicidade que o Brasil teve de enfrentar uma pandemia exatamente na hora em que tem um Presidente insensível aos problemas do povo, um Presidente que não se preocupa, que não liga para a quantidade enorme de pessoas que está morrendo.

Aqui, no Congresso, temos feito muito, mas as nossas possibilidades são limitadas, porque o Brasil carece de um plano nacional, de uma orientação nacional e de uma mobilização nacional que só o Governo Federal poderia coordenar.

Era esse o protesto que gostaríamos de fazer no Dia Mundial da Saúde.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 209/702

33.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021-
CD CD 18:48

Publ.: DCD - 08/04/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Manifestação de Chefes de Estado, de Ministros da Saúde e de líderes religiosos, sobre a importância do distanciamento social e da vacinação contra a Covid-19. Não manifestação do Presidente Jair Bolsonaro sobre a efeméride. Repúdio à zombaria do Presidente da República a respeito da doença viral. Recusa do Chefe da Nação à compra de vacinas contra o coronavírus. Caráter criminoso do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Descompasso entre o discurso do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Julgamento do Presidente da República por genocídio.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, subo a esta tribuna para falar em nome do Partido dos Trabalhadores. Quero agradecer profundamente a gentileza do Líder Bohn Gass neste dia histórico, numa data como esta, que acontece em meio à maior pandemia do nosso século.

Hoje, colegas Deputados, colegas Deputadas, lideranças de todo o mundo se pronunciaram. Chefes de Estado falaram sobre a importância do distanciamento social, Ministros da Saúde anunciaram medidas para a aceleração das vacinas, lideranças das mais variadas religiões, como o Papa, o líder dos muçulmanos, o líder da comunidade judaica, o líder da comunidade budista, se pronunciaram sobre a importância do cuidado, da saúde e da vida.

Nos Parlamentos em todo o mundo, como aqui, no nosso, muitos Parlamentares subiram à tribuna para falar do Dia Mundial da Saúde.

O ex-Presidente Lula publicou uma carta ao Brasil, às lideranças mundiais, aos Chefes de Estado, às lideranças religiosas, à Organização Mundial da Saúde, à ONU, uma carta histórica, em que fala que, mais uma vez, como no ano passado, o Dia Mundial da Saúde não é um dia de celebração; é um dia de solidariedade aos profissionais da saúde, aos familiares dos mortos; é, sobretudo, um dia de luta.

Tantas lideranças, Sr. Presidente, falaram do Dia Mundial da Saúde! Há uma exceção, que, infelizmente, é o Presidente da República Federativa do Brasil. Nenhuma palavra foi proferida por ele sobre o Dia Mundial da Saúde. Pelo contrário, foi proferida uma palavra de escárnio, de propagação de um estigma. O Presidente da República do nosso País, no Dia Mundial da Saúde, fez questão de fazer chacota,

escárnio, alimentando o preconceito sobre uma das doenças que causou a última pandemia do século XX e que assola até hoje a população brasileira e a do mundo: a AIDS.

Na condição de ex-Ministro da Saúde, ocupando o espaço da Liderança do PT, falo, em nome da frente parlamentar desta Câmara de enfrentamento ao HIV-AIDS, do nosso profundo repúdio à fala do Presidente Bolsonaro feita hoje, no Dia Mundial da Saúde.

Bolsonaro assusta o mundo, aterroriza o mundo. E Bolsonaro aterroriza o mundo não apenas com chacotas e com falas no dia de hoje, mas também com gestos. No Dia Mundial da Saúde, Bolsonaro deveria se reunir com os trabalhadores da saúde, que sofrem e estão enfrentando a pandemia na linha de frente. Eu estou Deputado, mas, como professor universitário, continuo acompanhando os meus alunos e sei o que passa cada trabalhador e cada trabalhadora da saúde num momento como este. Mas, não, Bolsonaro vai fazer um jantar hoje à noite com empresários. Parece que ontem aprovaram o camarote da vacina e hoje estão fazendo a festa no camarote da vacina privada.

Mas Bolsonaro não fez apenas chacota. Bolsonaro, nesse período inteiro, tomou atitudes e fez atos, na condição de Presidente da República, que colocaram o Brasil no corredor da morte que nós estamos enfrentando hoje, Sr. Presidente. Da última semana para cá, 30% - um terço! - das mortes por COVID-19 no mundo aconteceram em solo brasileiro. O Brasil, que, na última pandemia, a de H1N1, em 2009 e 2010, quando eu tive a honra de ser Ministro do Presidente Lula, foi o país que mais vacinou no mundo, tendo sido reconhecido pela resposta ao H1N1 e pela liderança que cumpriu, é visto pelo mundo, hoje, como o país com a pior resposta em relação à pandemia da COVID-19 e, da última semana para cá, como o país responsável por 30% das mortes por COVID-19 no mundo.

E o que faz o Presidente da República em um momento como esse? Convoca a sociedade, os Governadores, as lideranças religiosas, os empresários, a ciência para criarmos condições de enfrentar este momento? Não. O Presidente da República faz mais uma chacota e se reúne com um grupo de empresários, entre eles alguns que devem ter apoiado a criação do camarote VIP da vacina.

Sr. Presidente, ao longo deste ano, Bolsonaro teve atos diretos, próprios dele enquanto Presidente da República - ele não pode colocar a responsabilidade em mais ninguém, tem que assumi-la -, que criaram obstáculos em relação ao controle da pandemia. Se fizermos as contas do conjunto de vacinas que foram oferecidas ao Governo Federal brasileiro no ano passado, que passaram em reuniões de audiências públicas desta Câmara, na Comissão da COVID-19, veremos que cerca de 700 milhões de doses de vacinas foram oferecidas. Só a



Organização Mundial de Saúde ofereceu 138 milhões de doses, e Bolsonaro se negou a assinar o contrato do volume total, assinando contrato para uma quantidade três vezes menor. A Pfizer ofereceu 70 milhões de doses; a Johnson, 20 milhões de doses. Quanto à Sputnik, o fundo russo ofereceu uma parceria com o Tecpar, do Paraná, para ao todo 200 milhões de doses possíveis. Da Sinovac, em parceria com o Butantan, eram 100 milhões de doses, mas Bolsonaro se negou a assinar o contrato no ano passado e, por isso, colocou o Brasil no fim da fila do programa de vacinação. O Brasil, que na pandemia da H1N1 foi o campeão mundial de vacinação em sistema público de saúde, este ano, com Bolsonaro, está na rabeira, é, proporcionalmente à população, o 46º país em número de vacinas aplicadas até este momento.

O que eu quero dizer aos meus colegas Parlamentares que, talvez com boa intenção, aprovaram esse projeto criminoso que não autoriza a compra de vacinas pela iniciativa privada, porque ela já estava autorizada, mas autoriza a iniciativa privada a furar a fila dos grupos prioritários é que eles serão profundamente cobrados por esse ato, porque a verdade virá. Vai aparecer quem vai tomar essas vacinas, vai aparecer quem vai ficar de fora da fila da vacina, vão aparecer os pneumopatas, cardíacos, hipertensos, diabéticos, idosos, profissionais da área da saúde ultrapassados por quem tem o dinheiro para a vacina.

E mais: vão aparecer vacinas de baixa qualidade, porque esta Câmara, infelizmente, aprovou uma regra que não exige quase certificação nenhuma para a autorização da vacina. Enquanto a lei que nós aprovamos no mês passado exigia certificação de nível quatro, que é o que a Organização Mundial de Saúde estabelece como padrão de qualidade para vacinas, esta Câmara - e nós avisamos isso ontem - aprovou uma lei que não exige certificação praticamente nenhuma. A agência só precisa existir e ser reconhecida pela OMS, mas não precisa ter certificação de nível quatro.

Quem colaborou com isso talvez tenha colaborado com boa intenção, mas vai ver, nos próximos dias e meses, que se criou um camarote privado de vacina no País, e ele vai tirar a vacina do SUS e, inclusive, pode vir a oferecer vacina de baixa qualidade, rejeitada até na xepa das feiras mundo afora.

Sr. Presidente, nós ainda temos atitudes possíveis para salvar vidas. Nós podemos interromper esse corredor da morte criado no nosso País, e o Congresso Nacional tem que assumir essa responsabilidade.

Cerca de duas semanas atrás, constituiu-se um comitê, mas Bolsonaro nem sequer o respeita, porque, acabada a reunião do comitê, com o Presidente da Câmara, com o Presidente Senado, o Ministro da Saúde

empossado faz uma fala numa certa direção, e o Presidente da República, em outra direção.

Bolsonaro será julgado por crime de genocídio pelos atos cometidos. Podem escrever! Está registrado, no Dia Mundial da Saúde: o Brasil vai superar essa praga que é Bolsonaro, que será julgado por genocídio.

Documento 210/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Comemoração pelos empresários Luciano Hang, Carlos Wizard, Júnior Durski, Roberto Justus e pelo Senador Flávio Bolsonaro da aprovação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Alerta sobre a articulação do setor empresarial para compra da vacina Covaxin, não autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero apenas fazer uma denúncia. Ontem, logo depois da votação da Câmara ao PL 948, aprovado por 317 votos, houve, conforme matéria que eu acabo de receber, uma festa na Avenida Oscar Freire, em São Paulo, de um empreendimento que, segundo a matéria, é de uma *joint venture* dos empresários Luciano Hang, Carlos Wizard, Júnior Durski, Roberto Justus e Flávio Bolsonaro. Eles fazem essa festa - a foto está aqui, sem máscara, sem nada, uma festa lotada - dizendo que o empreendimento é para fazer a chamada Vacineria Gourmet, que é onde eles pretendem criar exatamente um polo de vacinação dos empresários. E eles brincam, fazem ironia, dizem exatamente que o cardápio vai ter de tudo, menos a vacina da China; falam de tequila, vodca e Covaxin.

Eu queria só mais 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pois não, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu ia alertar ontem que a Covaxin é uma vacina em que o Ministério botou 1,6 bilhão de reais, antes da certificação da ANVISA. Agora, talvez, o Ministério tenha que

desfazer o contrato, porque a ANVISA não autorizou a importação. Eu ia fazer esse alerta ontem, porque, parece-me, já há alguma articulação do setor empresarial com essa vacina não autorizada pela ANVISA, vacina indiana, que não foi autorizada porque não se configuraram boas práticas de fabricação. Então, essa é a preocupação, e faço o alerta agora.

Repito: com ironia, o Sr. Wizard, na matéria, diz: "*Teremos de tudo aqui, menos a vacina da China. Teremos tequila, vodca e Covaxin*", fazendo uma gozação, inclusive, com o Congresso. Lamentavelmente, é isso que o Congresso permite.

Essa é a denúncia, Presidente.

Obrigada.

Documento 211/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	19:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde e do Jornalista. Homenagem aos profissionais da imprensa. Matéria do jornal Folha de S.Paulo sobre a iminência de desabastecimento de oxigênio e anestésico em hospitais de ponta. Aprovação pela Casa de matérias destinadas ao combate à Covid-19. Tramitação de 108 pedidos de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Hoje falo de duas datas importantes: o Dia Mundial da Saúde, sobre o qual muitos Parlamentares falaram, e também o Dia do Jornalista.

Eu quero começar, como jornalista de profissão, formada em comunicação social e que sempre atuou na área, fazendo uma pequena reflexão. Eu vi que alguns Parlamentares estiveram aqui, Sr. Presidente, e criticaram a posição de jornalistas, dizendo que alguns jornalistas são chapa-branca; outros são oposição; alguns falam mal do Governo; alguns falam bem do Governo.

Jornalista tem que dar a notícia e tem que falar independentemente de questões que envolvam ou não o Governo. O jornalista, quando se

forma, levanta a mão direita e faz um juramento de compromisso com a verdade, e pouco interessa se político A, B ou C gosta ou não do que o jornalista está falando.

Esta que vos fala, como jornalista e Parlamentar, também já foi criticada muitas vezes pela imprensa. E cabe a qualquer um de nós, representantes públicos, dar sua versão dos fatos, mas não sair por aí fazendo ativismo contra jornalista. Eu posso até discordar do que qualquer um diga, mas, como Parlamentar, como jornalista e como defensora da democracia, tenho que defender o direito de as pessoas falarem e opinarem.

Então, fica aqui a minha homenagem aos jornalistas, sejam eles críticos ao Governo - a maioria é, como esta que vos fala -, sejam eles não tão críticos assim ao Governo.

O jornalista está aqui para trazer fatos, e é por ele que nós sabemos de informações importantes, como a que está agora na *Folha de S.Paulo*, Sr. Presidente: *Sete em cada dez hospitais de ponta dizem que oxigênio e anestésico acabam em uma semana*. Olha a tragédia que nós estamos vivendo: com o País ultrapassando a marca de 4 mil mortos por dia, em 24 horas, hospitais não terão anestésico e oxigênio, e o Governo, infelizmente, não faz o dever de casa.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem feito o papel do Governo Federal, em parte, porque não consegue resolver tudo. Esta Casa aprovou uma parceria com empresas privadas para que elas possam doar leitos ao SUS, para socorrer as pessoas, porque não há mais leitos, os leitos estão lotados. Esta Casa aprovou hoje o texto que garante que a iniciativa privada se some ao SUS e traga mais vacinas - não se trata de dividir, não, trata-se de somar; quem fala em divisão está distorcendo os fatos; trata-se de somar no trabalho, para que nós possamos evitar mais mortes. Nós não podemos estar de braços cruzados e não estamos, mas nós podemos fazer muito mais do que estamos fazendo, Presidente.

Nós devemos, como Parlamento, chamar o Presidente da República à responsabilidade. Há 108 pedidos de *impeachment*. O Presidente da República tem que saber que não tem poder total e absoluto.

O Parlamento está de parabéns. O jornalismo brasileiro está de parabéns. Mas o Governo, lamentavelmente, está atrapalhando o País. Devemos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 212/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Registro de 4 mil mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Necessidade de aquisição de maiores lotes de vacina e de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. Transformação de sessão plenária da Casa em Comissão Geral para debate da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Bismark, por sua gentileza, por atender ao meu Líder Renildo Calheiros, que pediu a concessão deste tempo.

Hoje é o Dia Mundial da Saúde, um dia em que, infelizmente, nós temos que dizer que o Brasil atinge metas absurdas de mortes: 4 mil vidas por dia. É isso o que estamos atingindo. E isso nos leva à necessidade de mais vacina e mais defesa do SUS.

O Sistema Único de Saúde tem dado um verdadeiro *show* àqueles que não acreditavam nele. Ele vem salvando vidas. Os heróis e heroínas, na cabeceira dos leitos, têm levado afeto e técnica para os pacientes da COVID-19 e das outras enfermidades.

Presidente, a realidade é que nós precisamos de mais vacinas. Por isso, amanhã, atendendo a um requerimento meu, a Câmara dos Deputados realizará uma Comissão Geral, que é uma audiência (*falha na transmissão*).

Documento 213/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 08/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- ANVISA, do motivo do atraso na autorização da compra da vacina Sputnik pelo Consórcio do Nordeste.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Presidente, o Consórcio do Nordeste tem sido uma referência muito importante para os Governadores do Brasil, e eu tenho acompanhado de perto a luta dos Governadores que fazem parte desse consórcio na busca de vacinas. Inclusive, fiz todo um esforço para que o Estado do Acre, que está no Norte do Brasil, pudesse fazer parte desse grupo para a compra de vacina, e eu mesma destinei 10 milhões de reais das minhas emendas parlamentares ao Governo do Estado para essa compra.

Para mim - e para os Governadores também -, é uma surpresa muito grande esse comportamento da ANVISA. Qual o porquê da demora para a ANVISA aprovar a Sputnik e autorizar a compra? Não há explicação para isso, porque se trata de uma vacina de sucesso, de uma vacina que está sendo utilizada para ajudar o povo. E, de repente, há atrasos. Aliás, eu estou sabendo que o Presidente da República busca negociar com o Presidente da Rússia a compra da vacina Sputnik.

Portanto, não há explicação para a ANVISA demorar a autorizar a compra dessa vacina pelo Consórcio do Nordeste. Foi cumprida a legislação brasileira, a lei que votamos nesta Casa, as portarias da ANVISA, e a agência está demorando a dar aprovação. Nós precisamos de vacinas, e o Consórcio do Nordeste tem feito esse esforço para obter vacina para a sua população - e nós conseguimos incluir o Acre, um Estado do Norte, nesse consórcio. A ANVISA precisa explicar por que está demorando a autorizar a compra das vacinas pelo Consórcio do Nordeste.

Muito obrigada.

Documento 214/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Convite aos Parlamentares para participação na Comissão Geral destinada ao

debate da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Tem sido difícil a liberação do microfone, Presidente. Eu agradeço a V.Exa. penhoradamente.

Quero apenas convidar todos os Deputados e Deputadas para participarem da nossa Comissão Geral, a partir das 10 horas, com a presença de especialistas, de imunologistas, da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, de autoridades do mundo empresarial farmacêutico, de laboratórios importantes, como a Bahiafarma, o Cristália, o laboratório EMS, com seus executivos e também estudiosos.

Nós vamos discutir a quebra das patentes. O remdesivir, que hoje custa hoje 17 mil reais, é um medicamento que está tendo algum êxito em casos de alta gravidade em UTIs. Portanto, essa discussão da quebra das patentes está na ordem do dia da Organização Mundial do Comércio, que se reunirá novamente em abril. E o Brasil precisa apresentar suas credenciais para fabricar vacinas e vacinar nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua seu pronunciamento, Deputada.

Por favor, abra o microfone novamente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, V.Exa. pode me conceder 1 minuto?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Será às 10 horas da manhã, com a presença dos especialistas, no Plenário Ulysses Guimarães, a Comissão Geral sobre quebra de patentes.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 215/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	19:16
Publ.: DCD - 08/04/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e ao



Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, pela retomada das obras do Trecho C, da BR-319. Necessidade de ações efetivas e contundentes da Câmara dos Deputados, para a aquisição de vacinas e combate ao desemprego e a fome no País. Empenho do Ministério da Saúde no fornecimento de leitos de UTIs, de kits de intubação e de oxigênio à rede hospitalar brasileira, para atendimento aos contaminados pela Covid-19. Protesto contra a decisão do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de redução da alíquota do Imposto de Importação incidente sobre eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos. Necessidade de inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2021, para sustação da Resolução GECEX nº 173, de 2021, acerca da alteração do Imposto de Importação para Bens de Capital - BK e Bens de Informática e Telecomunicações - BIT; bem como do requerimento de apreciação em regime de urgência de projeto de lei sobre as condições e limites aplicáveis à alteração de alíquotas do imposto incidente na importação de produtos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a primeira parte desta minha fala é bastante rápida, é apenas para registrar e agradecer todo o esforço do Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, para reverter uma decisão judicial que suspendeu a recuperação do trecho C da BR-319, de 52 quilômetros. O trecho já é asfaltado, mas, infelizmente, com intransigência, o Ministério Público Federal insiste em inviabilizar essa que é a única ligação rodoviária do Amazonas com os outros Estados da Federação. Eu agradeço o esforço do DNIT e do Ministério da Infraestrutura e comunico ao povo do Amazonas que está liberada a retomada das obras do trecho C, de 52 quilômetros. Seguimos na luta pela garantia das licenças dos 400 quilômetros do trecho do meio - aí, sim, nós teremos a libertação do povo do Amazonas com uma ligação rodoviária com o resto do Brasil.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, fazer um resgate histórico do papel desta Casa. A Câmara dos Deputados é a Casa que nunca perdeu a noção da sua importância em cada momento histórico e nunca se permitiu omitir-se diante dos desafios do povo brasileiro. Esta Casa é a Casa em que Joaquim Nabuco disse "*A escravidão é sempre um erro*", combatendo a escravidão e abrindo caminhos de liberdade para o povo negro no nosso País. Esta Casa é a Casa em que, daí dessa cadeira em que V.Exa. honrosamente está neste momento, o Deputado Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição de 1988, a levantou e disse "*Temos ódio e nojo da ditadura*", abrindo os caminhos para a liberdade política da nossa gente, do nosso País.

Esta Casa, neste momento histórico, precisa ter clareza de qual é o País que está lá do lado de fora. O País que está do lado de fora não é aquele que nós encontramos quando tomamos posse nesta legislatura.

O País que está lá do lado de fora é o País de 14 milhões de desempregados.

O País que está lá do lado de fora é o País de 19 milhões de brasileiros passando fome. O País que está lá do lado de fora é o País de 114 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. O País que está lá do lado de fora é o País de 800 mil micro e pequenas empresas fechadas por conta dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus. O País que está lá do lado de fora é o País de mais de 4 mil mortos por dia por COVID-19. O País que está lá do lado de fora já enterrou mais de 320 mil dos seus filhos e filhas e, conseqüentemente, já enlutou mais de 300 mil famílias brasileiras. Esse País do lado de fora exige firmeza e responsabilidade do Poder Executivo e firmeza e responsabilidade desta Casa.

Nós precisamos ter clareza do que o Brasil espera de nós neste momento. Se eu pudesse resumir o que o Brasil espera de nós neste momento, eu resumiria numa frase que tem tomado vozes de vários pelo País, inclusive do Deputado Eduardo Bismarck, que preside esta sessão. Eu resumiria todo o esforço de união nacional de que o Brasil precisa hoje em: vacina no braço e comida no prato. O nosso grande desafio é ter consciência de que não existe uma solução para a pandemia e uma solução para a economia. A solução para a pandemia e a solução para a economia é a mesma: vacinar, vacinar e vacinar. E todos os nossos esforços devem ser nesse sentido.

Nós temos limites de atuação no dever de vacinar, porque a responsabilidade maior é do Governo Federal. E o Governo Federal precisa reconhecer que entrou no final da fila para a compra de vacina. Mas não é hora de tratar de responsabilidades. A hora é de enfrentar o problema e ajudar todos os brasileiros e brasileiras a respirarem e continuarem vivos.

Há esforço do Ministério da Saúde para garantir leitos de UTI, para garantir os *kits* de intubação, para garantir oxigênio. E eu sei o que é ver pessoas próximas a você não conseguirem respirar e não terem oxigênio, porque esse drama começou pelo meu Estado do Amazonas. Eu sei o que foi o choro do Deputado Igor Timo ontem, aqui na sessão, sensibilizado pela falta de *kits* de intubação para pacientes no interior do Estado de Minas Gerais. Há o esforço por vacina. Há o esforço para o pagamento do auxílio emergencial, que iniciou agora e que, se não é o ideal, é o possível dentro da situação fiscal e orçamentária do nosso País. Mas esta Casa também precisa estar atenta ao que está acontecendo no Ministério da Economia, que vem agravando, degradando, aprofundando os efeitos econômicos da crise.

Vejam, no meio da maior pandemia, do maior desemprego, da maior quebradeira de empresas, o Ministério da Economia simplesmente



decidiu, unilateralmente, reduzir o Imposto de Importação de eletroeletrônicos, de máquinas e de equipamentos e transferir empregos do Brasil para a China! Em plena pandemia, o Ministério da Economia, sob o falso e mentiroso discurso de estímulo à produtividade na indústria nacional, quer quebrar o parque industrial nacional, quer acabar com os empregos dos brasileiros e quer comprometer o presente e o futuro da nossa Nação!

Dito isso, Sr. Presidente, para cumprir o tema, eu quero fazer um chamado à Casa para que esta assuma sua responsabilidade não apenas com a saúde, como tem assumido, mas também com a economia. Nós precisamos pautar o PDL para suspender o ato da CAMEX que reduziu o Imposto de Importação neste momento, o que compromete ainda mais a indústria nacional e gera ainda mais desemprego. Nós precisamos pautar a urgência e aprovar o projeto de lei que trata de regras para a redução do Imposto de Importação.

A redução do Imposto de Importação tem que ter previsibilidade, diálogo com o setor impactado, reciprocidade entre os países beneficiados pela redução aqui e tem que ter, acima de tudo, calibragem com a redução do Custo Brasil. Não se pode reduzir o Imposto de Importação sem reduzir o custo de produzir no nosso País, e nós temos esta responsabilidade aqui. Com acertos e erros, uma hora a crise vai passar, e o Brasil precisa continuar existindo.

Muito obrigado.

Documento 216/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 08/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; bem como da aquisição de medicamentos, equipamentos e habilitação de novos leitos de UTIs aos Estados e Municípios brasileiros para enfrentamento do coronavírus. Falência de empresas e aumento do desemprego no País, em decorrência da decretação de lockdown e de outras medidas de combate à Covid-19. Necessidade de aprovação, pelo Parlamento brasileiro, de novas medidas de amparo às empresas brasileiras e garantia do emprego. Importância da concessão de auxílio pecuniário às médias, pequenas e microempresas.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o início do nosso mandato, temos enfatizado a necessidade de cuidarmos da saúde do povo brasileiro.

Cuidar de que forma? Vacinando a população, ajudando os Estados e os Municípios na compra de medicamentos e de equipamentos, ampliando oportunidades de leitos de UTI. Isso nós estamos fazendo, enfrentando desafios, mesmo com os números de mortes e de novas contaminações desfavoráveis a esta Nação. Além deste, nós temos outro compromisso: o de cuidar da saúde financeira das empresas, das cidades, dos Estados e do País. Para isso, nós precisamos de recursos públicos, para investir em políticas sociais principalmente na área da saúde.

É importante que nós tenhamos um cuidado especial com o setor privado, com as empresas que mantêm este Parlamento funcionando pagando seus impostos. Com a decretação de *lockdowns* nos Municípios e nos Estados, com as medidas de restrições, o que nós estamos vendo são empresas quebrarem. O desemprego já bate à porta de muitas pessoas.

Nós precisamos, neste Congresso, aprovar medidas semelhantes às que foram votadas no ano passado, para permitirmos que as empresas possam negociar suas dívidas, suspender os contratos de trabalho, reduzir jornadas de trabalho e, assim, garantirmos os empregos. Nós precisamos também ajudar a salvar as pequenas, as médias, as grandes empresas e as microempresas deste País, que geram empregos.

Muito obrigado.

Documento 217/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 08/04/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Registro de voto do Deputado Roberto Alves. Não votação pela Casa do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.252, de 2020, sobre a inserção do art. 2º-A na Lei nº 13.959, de 2019, relativa à instituição do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA, com vista à contratação de médico brasileiro graduado em instituição de educação superior estrangeira, mediante revalidação temporária e emergencial



de diplomas de graduação em medicina. Pedido à Presidência de apensação de projeto de lei do orador à proposição. Importância de aprovação do projeto de lei do REVALIDA para a participação de novos profissionais médicos nos trabalhos de combate à Covid-19. Elevado número de profissionais da saúde falecidos em decorrência do coronavírus. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. LUIZÃO GOULART (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente. Obrigado.

Em primeiro lugar, eu peço, a pedido do nobre Parlamentar, que se justifique o voto do Deputado Roberto Alves, do Republicanos de São Paulo, porque ele teve dificuldade com o Infoleg, em relação ao PL 948/21, nos Destaques nºs 1 e 6.

Eu esperava que nós conseguíssemos votar hoje, Sr. Presidente, também o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.252, de 2020, referente ao REVALIDA, projeto que eu considero de suma importância, para que possamos suprir um pouco da necessidade de novos profissionais no Brasil.

Eu aproveito também para fazer uma reclamação, que não é dirigida a esta Presidência. Eu apresentei um projeto semelhante a este faz exatamente 1 ano, em abril do ano passado, propondo o REVALIDA. No entanto, o projeto nem sequer foi despachado pela Mesa. Então, eu quero fazer um pedido à Secretaria-Geral da Mesa, ao nosso amigo Ruthier, que acompanha os trabalhos. Por conta desse projeto do Deputado Bacelar, eu pedi o apensamento - eu apresentei um requerimento de apensamento, o Requerimento nº 654, de 2021. Portanto, eu quero fazer esta solicitação.

Eu tenho conversado com diversos Parlamentares que também têm relatado as mesmas reclamações sobre projetos que foram protocolados há muito tempo, mas não foram despachados pela Mesa. Mais recentemente, foram feitos pedidos de apensamento de projetos semelhantes, com o mesmo teor. Assim, eu faço esta solicitação à Secretaria-Geral e à Presidência de V.Exa., Deputado Eduardo Bismarck, para que possa, por favor, fazer este encaminhamento.

Eu considero fundamental o projeto do REVALIDA neste momento, porque nós estamos vendo a falta de profissionais médicos para a abertura de novas UTIs e de enfermarias; estamos vendo profissionais estressados; estamos vendo em torno de 3 mil vagas de médicos cubanos que ainda não foram preenchidas, porque os Municípios não conseguem preenchê-las com médicos formados no Brasil por conta do agravamento da pandemia. Além de estarmos perdendo muitos profissionais para a COVID, nós estamos tendo uma carência de



profissionais. Não bastasse o esgotamento em que se encontram os profissionais da saúde, os médicos, os enfermeiros, os auxiliares de enfermagem, também estamos perdendo para a COVID.

Eu vi um levantamento feito ontem que dizia que nós perdemos no Brasil 624 profissionais. Aqui no Paraná, foram levados pela COVID 44 médicos; em São Paulo, Deputado Henrique Fontana, foram 70 médicos; no Rio de Janeiro, foram 100 profissionais médicos. É claro, eu estou falando de médicos. Portanto, temos a necessidade de recompor e de abrir possibilidades, sabendo que nós temos mais de 15 mil médicos brasileiros formados no exterior que têm condições de trabalhar, sim, de forma emergencial neste momento de pandemia.

Eu até faço referência ao meu projeto que prevê que esses profissionais formados no exterior, evidentemente depois de terem passado por uma avaliação da sua formação, possam trabalhar supervisionados por um profissional médico formado no Brasil. Eu não estou dirigindo nenhum demérito às faculdades e às universidades do exterior, porque também existem boas faculdades e boas universidades em outros países. Aqui no Brasil nós também temos deficiências na formação, mas o REVALIDA resolve este problema. Nosso último REVALIDA aconteceu em 2018. No ano passado, tivemos a primeira fase, mas não houve a conclusão, porque não houve a segunda fase. Estamos aguardando.

Eu sei que existe uma resistência dos Conselhos Regionais de Medicina. Mas vejam que nós estamos numa pandemia. O que justifica impedir que profissionais formados no exterior possam exercer sua profissão no País e possam passar pela revalidação do seu diploma profissional para testar suas habilidades e exercer a profissão e, assim, ajudar no combate à pandemia? Nós sabemos que a pandemia está a quilômetros na nossa frente - ela está a mais de 100 por hora! Eu diria que, nos últimos dias, ela está a 150 por hora.

Eu digo que 150 pessoas morrem por hora no Brasil. Ontem, nós tivemos mais de 4 mil vítimas, mais de 4 mil famílias. São histórias e sonhos perdidos, famílias enlutadas, que perderam seus entes queridos. Não é possível que as pessoas não se solidarizem, não é possível que não vejam a necessidade de fazer o possível para vencermos o mais rapidamente esta pandemia!

Nós temos feito esforços no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, para buscar alternativas. De fato, houve erros, muitos erros, no encaminhamento de providências em relação ao Ministério da Saúde. Eu acredito que, agora, com o novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que é da área da saúde, alguém que dialoga e entende das necessidades que temos, nós podemos avançar nas providências de que precisamos. Nós nos atrasamos, sim, na compra

das vacinas, como reafirmou o Deputado Marcelo Ramos - temos que reconhecer isso. Hoje, em termos numéricos, estamos com capacidade de vacinação, mas, em termos percentuais, estamos muito distantes do que têm feito diversos países mundo afora.

A solução de fato é vacina, vacina, vacina!

Presidente Eduardo Bismarck, peço a V.Exa. que me conceda aquele minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Concedido, Deputado.

O SR. LUIZÃO GOULART (Bloco/REPUBLICANOS - PR) - Nós tivemos dificuldades na aquisição das vacinas, mas o Sistema Único de Saúde (*falha na transmissão*) em termos quantitativos.

Eu acho muito injusto quando um Deputado diz que Governadores e Prefeitos não estão dando vazão às vacinas. Muito pelo contrário. A capacidade do Sistema Único de Saúde vai muito além das vacinas que estão chegando atualmente. Só para termos ideia, na vacinação contra o sarampo em 1992, o Brasil vacinou quase 50 milhões de crianças em apenas 1 mês. Então, nossa capacidade é muito grande.

Eu tenho a esperança de que, em breve, nós vamos normalizar o fornecimento de vacinas. Hoje nós aprovamos um projeto polêmico, mas eu acredito que ele vai dar condições para ampliarmos o número de pessoas vacinadas, principalmente de trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 218/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2021- 19:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck, e obrigado também aos colegas que nos acompanham neste momento.

Eu quero usar este minuto para, apesar de estar falando muito sobre vacinas, falar do auxílio emergencial, Deputado José Guimarães. A economia brasileira está paralisada, a recessão é profunda, Deputado Luizão, a crise e a fome se ampliam em todos os cantos do País.

Todos os países que estão enfrentando um melhor resultado com o impacto desta pandemia estão usando mecanismos semelhantes ao auxílio emergencial. Nós precisamos colocar em votação, na semana que vem, a medida provisória que introduziu o auxílio emergencial de apenas 250 reais, para que possamos recolocar o valor em 600 reais. O mínimo são 600 reais, para as mesmas pessoas que receberam no ano passado, inclusive quando a pandemia era menor do que é agora. Esta é a prioridade que a Câmara deve ter.

Documento 219/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de discussão das reformas tributária e administrativa e do novo pacto federativo.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo que acho importante.

Nós estamos focados neste momento, e não poderia ser diferente, na agenda do debate das vacinações. Nós temos votado um conjunto de matérias para estimular a compra de vacinas no Brasil e ações de combate ao coronavírus. Estamos vivendo a maior crise sanitária da história do Brasil. Mas é muito importante que o Congresso Nacional também foque a agenda econômica deste ano de 2021.

Nós precisamos discutir as reformas tributária e administrativa e o pacto federativo. Nós estamos com o Orçamento parado há mais de 4 meses, e temos um país na expectativa do que vai fazer o Congresso Nacional, que precisa receber sinais de como agir em relação à agenda econômica do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado. A sessão está se encerrando.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - O apelo que faço, Presidente, é que nós possamos reunir os Líderes, o Parlamento, e avançar na agenda econômica do Brasil, porque nós temos um quadro de 14,3 milhões de desempregados, temos as menores despesas discricionárias nos últimos 20 anos, temos o aumento da inflação e a perda do poder de compra dos brasileiros. Se não tivermos medidas que estimulem a geração de empregos e o crescimento, nós vamos ter uma situação muito mais difícil do que a que estamos vivendo.

Eu acho que é preciso serenidade e equilíbrio. Nós precisamos estar unidos, em prol de uma agenda que avance uma pauta que dialogue com o setor produtivo nacional, estimulando o crescimento e, automaticamente, a geração de empregos e de renda no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 220/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD	19:52
Publ.: DCD - 08/04/2021 - DR. JAZIEL-PL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, André Mendonça, e ao Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião, Thiago Rafael Vieira, pelo apoio à decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes, favorável à reabertura de templos religiosos.

O SR. DR. JAZIEL (Bloco/PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu conterrâneo cearense Deputado Eduardo Bismarck, muito obrigado.

Eu queria utilizar este tempo aqui para parabenizar nosso mui digno Ministro da AGU André Mendonça pela brilhante defesa que fez no julgamento que se iniciou hoje no Supremo Tribunal Federal sobre a liberdade de abertura das igrejas e dos templos cristãos no Brasil.

Essa ADPF nos deu um horizonte. O Ministro Kassio Nunes viu o que está bem claro na Constituição. No art. 5º, VI, está claro que é inviolável o direito de consciência e de crença, a liberdade do culto, o

que está garantido. Nós tivemos aqui pessoas que intervieram nessa avaliação do Supremo de forma positiva, socorrendo tantas pessoas que precisam ir à igreja. Estar na igreja, à religião, é algo essencial. Quando eu digo que é essencial, eu quero dizer que é algo importante na vida das pessoas.

O mesmo entendimento teve o Procurador-Geral da República, o nosso mui digno Aras. Também outras pessoas fizeram a mesma defesa por terem esse entendimento, advogados renomados, que entendem a lei e foram muito felizes. Por isso eu estou aqui parabenizando também o Thiago Vieira, que representa o Instituto Brasileiro de Direito e Religião, que muito ajudou defendendo a decisão do Ministro Kassio Nunes.

Essa conduta já foi adotada em vários países, e aqui no Brasil não pode ser diferente, porque as nossas emoções e os nossos sentimentos cristãos são iguais aos de tantos outros países, como os Estados Unidos, o Chile, por exemplo, que já decidiram pela importância de o cristão estar na igreja. Lacrar as igrejas não evitou que a pandemia avançasse e matasse mais gente; ao contrário, deixou muitas pessoas perturbadas, aflitas e caídas até em depressão, porque a alma, assim como o corpo, precisa de remédio, precisa de tratamento, precisa de ajuda.

O homem não é só a parte orgânica, existe a alma, existe a parte espiritual.

Então, quero aqui parabenizar todas as pessoas que fizeram essa defesa e, mais uma vez, parabenizar o nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes, que interpretou muito bem o sentimento e o direito que tem o povo cristão.

Muito obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

Documento 221/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 3.829 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Descoberta na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Geras, de nova variante do coronavírus com 18 mutações. Denúncia de realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de negociações com empresários com vista à sua manutenção no cargo. Existência na Casa de 108 pedidos de

impeachment do Presidente da República. Propósito do Governo Jair Bolsonaro de realização da reforma administrativa e desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, eu quero denunciar uma negociata que vai ser feita hoje à noite entre o Presidente genocida Jair Bolsonaro e os endinheirados deste País, exatamente hoje, quando mais 3.829 pessoas morreram.

Aqui em Minas Gerais, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi descoberta uma nova variante do coronavírus com 18 mutações. Existem 108 pedidos de *impeachment*, e, para não cair, Bolsonaro hoje vai prometer nessa reunião para os endinheirados o Estado brasileiro, através da reforma administrativa, para que eles abocanhem o orçamento; a privatização das estatais; e essas vacinas, como foi vergonhosamente aprovado, para que os empresários as abocanhem. É uma vergonha essa negociata para que esse homem não caia. Cento e oito pedidos de *impeachment*!

Essa reunião entre o Presidente e os endinheirados do Brasil está marcada para agora à noite e será regada a vinho e uísque. Nela, eles vão discutir o que seria o futuro do Brasil. Não vão se lembrar desses 3.800 mortos de hoje, já indo para 400 mil mortos. Vão se lembrar do orçamento, que eles estão ávidos para pegar parte dele, inclusive a parte que é do SUS, porque muitos querem aprovar a reforma administrativa e terminar com a vinculação orçamentária de verbas para saúde, para educação, como anunciado.

Portanto, a minha fala hoje é de alerta, porque agora à noite vão servir no jantar o povo brasileiro, vão servir no jantar o Estado brasileiro, vão servir no jantar as empresas brasileiras. É muito triste essa situação, e o Congresso não abre um sequer dos 198 pedidos de *impeachment* que estão aí.

Documento 222/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/04/2021- CD 20:00
Publ.: DCD - 08/04/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Associação aos discursos proferidos ao ensejo do transcurso do Dia Mundial da Saúde, bem como em homenagem aos profissionais da saúde e ao Sistema

Único de Saúde - SUS. Imobilismo do Governo Jair Bolsonaro diante do quadro de fome reinante no País. Existência de 27 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza. Redução do número de beneficiários e do valor do auxílio emergencial pelo Presidente da República.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, do nosso Ceará, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, além de me associar às justas homenagens que vários Parlamentares fizeram ao Dia Mundial da Saúde, aos profissionais da saúde e ao SUS - Sistema Único de Saúde, registrar outra questão, que retomarei, na próxima semana, em discurso que pretendo fazer no plenário desta Câmara.

Surge outra pandemia, tanto quanto ou mais grave do que a pandemia do coronavírus: a pandemia da fome, Presidente. Quero fazer esse registro. É assustador o quadro que nós estamos vendo. Inclusive, Deputado Eduardo, para nós que somos do Nordeste, é assustador o drama, o desespero que as famílias cearenses e as famílias do Nordeste estão vivendo, sem auxílio emergencial, sem vacina e com a barriga vazia. Não há sequer...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua mesmo, por favor.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Eu concluo. As pessoas não têm sequer um tostão para comprar o botijão de gás, nem para comprar seu quilo de arroz ou sua mistura, como se diz aqui no interior do Ceará e no Nordeste.

A situação é muito grave. São mais de 27 milhões de brasileiros vivendo na extrema pobreza. E o que faz o Governo? Nada, corta o auxílio para 30 milhões de pessoas, reduz o valor. Onde nós vamos parar? Fome, pandemia e desemprego.

E aí evidentemente alguns começam a dizer: "*Vamos votar as reformas*". Que reformas? O que tem a ver reforma administrativa com a fome do povo, com a vida do povo? Este Congresso deveria se debruçar sobre essa questão, porque ela, sim, eu não tenho a menor dúvida de que vai agravar as condições sociais do Brasil.

Deixo o registro, Sr. Presidente, e retomarei na próxima semana...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Obrigado, Presidente.

Documento 223/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021- CD	20:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ANTONIO BRITO-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil e no mundo. Aprovação, pelo Congresso Nacional, de medidas de combate à doença viral e seus efeitos. Solidariedade aos profissionais da saúde, às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos envolvidos na luta contra a epidemia de coronavírus.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Faço registro neste Dia Mundial da Saúde. Primeiro, quero me solidarizar com todas as famílias, com todos os parentes de pessoas que perderam sua vida e com os que se encontram em situação de saúde agravada por esta pandemia da COVID-19 em todo o mundo, especialmente no Brasil.

Eu, que tive a honra de ter sido Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a Comissão ligada à área de saúde desta Casa, juntamente com os demais Parlamentares, com o Congresso Nacional, envidamos esforços importantes para aprovar medidas fundamentais que pudessem combater esta pandemia, dar alternativas ao Governo Federal, aos Governos Estaduais, às Prefeituras e à sociedade civil. A intenção era que pudéssemos juntos unir esforços.

Sr. Presidente, gostaria de me solidarizar também com os trabalhadores de saúde, com o setor que eu defendo nesta Casa, as Santas Casas e os hospitais filantrópicos, e com todos os que vêm lutando para que as famílias, o povo brasileiro possa passar por este momento sem o agravamento da saúde, sem o agravamento da crise econômica.

Esse é o registro, Sr. Presidente.

E gostaria de parabenizar o Congresso Nacional, pelo trabalho que vem fazendo, V.Exa. e todos os que vêm trabalhando nesta Casa.

Muito obrigado.

Documento 224/702

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2021-
	CD	20:04
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ALAN RICK-DEM -AC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Realização de parto de emergência pela esposa do orador. Registro de 1.300 mortes no Estado do Acre em decorrência da Covid-19. Registro de 340 mil óbitos no País provocados pela doença viral. Caos reinante em Municípios brasileiros em face da Covid-19. Urgente necessidade de contratação de médicos brasileiros formados no exterior, para atuação na linha de frente de combate à epidemia de coronavírus. Defesa de aprovação Projeto de Lei nº 2.104, de 2020, sobre a determinação ao Ministério da Saúde de emissão de registro especial aos médicos brasileiros formados no exterior participantes no Programa Mais Médicos (apensado ao Projeto de Lei nº 2.045, de 2020); do Projeto de Lei nº 3.252, de 2020, relativo à inserção do art. 2º-A na Lei nº 13.959, de 2019, a respeito do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA, com vista à contratação de médico brasileiro graduado em instituição de educação superior estrangeira, mediante revalidação temporária e emergencial dos diplomas de graduação em medicina, e de outras proposições congêneres.

O SR. ALAN RICK (Bloco/DEM - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós celebramos o Dia Mundial da Saúde, um dia importante para todo o Brasil, um dia para refletirmos sobre o que temos feito como Casa Legislativa, como representantes do povo no Congresso Nacional.

Recentemente passei por um drama familiar muito grave. Minha esposa, grávida de 8 meses, teve que fazer um parto de emergência. Tivemos que fazer uma transferência às pressas para Brasília para que pudessemos salvar a vida dela.

Sr. Presidente, vivemos uma crise, com a COVID-19. Hoje houve um recorde de mortes em País sem precedentes. No nosso Estado do

Acre, houve mais de 1.300 mortes por COVID-19. No Brasil, chegamos aí perto dos 340 mil óbitos.

Tudo isso nos dói muito, principalmente aos que já perderam entes queridos, familiares e amigos, que veem o sofrimento da população brasileira. Somos defensores do uso da vacina, somos defensores de que a população tenha o melhor acesso possível ao tratamento. Mas, obviamente, precisamos enxergar o absoluto caos em que muitos Municípios brasileiros se encontram.

E aí vem o principal motivo desta minha fala na noite de hoje: todos sabem que nós defendemos a participação dos médicos brasileiros formados no exterior para atuar na pandemia, defendemos que se cumpra a lei do Programa Mais Médicos, que estabelece que, quando os brasileiros com CRM ou revalidados não preencherem todas as vagas do programa, automaticamente se abra edital de chamamento para brasileiros formados no exterior. Mas isso não vem sendo respeitado, Sr. Presidente.

Ultimamente, o que nós vemos é a tentativa de se impedir o cumprimento da lei. E isso é descumprir o que está no ditame legal, é ir à revelia da legislação brasileira. Ora, sabemos que muitos brasileiros que hoje estão na frente de batalha contra a COVID, sobretudo médicos e enfermeiros, estão exaustos, não conseguem mais dar conta de atender à enorme demanda de pessoas que chegam em situação grave aos hospitais, às UTIs.

Precisamos urgentemente aprovar a emergência de contratação de brasileiros formados no exterior, para que sejam uma nova força disponível para atuar na linha de frente da pandemia. São 15 mil brasileiros nessa situação. Como bem já foi dito aqui por meus antecessores, o Brasil não pode olhar apenas para uma reserva de mercado. Infelizmente, os Conselhos Regionais de Medicina em todos os Estados têm entrado na Justiça para impedir a contratação desses médicos. Ora, quem é que ganha com isso? Existe um argumento: "*Como aferir que são médicos bem formados?*" Temos o REVALIDA, que desde 2017 não é realizado. Mais de 2 mil brasileiros passaram no REVALIDA de 2020 e aguardam a segunda etapa da prova, que nem tem data para ser realizada. Vamos chamar esses médicos que já mostraram que estão qualificados e vamos chamar os outros 15 mil brasileiros formados no exterior para atuar na linha de frente.

O que nós não podemos, Sr. Presidente, é ver a população sofrendo, pessoas morrendo e médicos exaustos nas UTIs, nos hospitais de campanha, sem terem como atender. O que acontece hoje é uma verdadeira escolha de quem vive e de quem morre no Brasil.

Portanto, a minha fala nesta noite, neste Dia Mundial da Saúde, é para que a Câmara dos Deputados aprove os projetos que estão em andamento, inclusive os projetos de minha autoria e de outros Deputados que clamamos por atendimento nos Municípios mais pobres, que clamamos por atendimento à população que mais precisa.

Nós não podemos vendiar os olhos, não podemos mais permitir que uma reserva de mercado, que uma ação corporativista esteja à frente da vida das pessoas. Nós não fomos eleitos para sermos subjugados por esse ou aquele Conselho, nós fomos eleitos para defender a população brasileira, para defender a vida da população, para fazer o nosso melhor em favor das pessoas que nos elegeram.

Então, Sr. Presidente, o nosso clamor nesta noite é para que se cumpra a legislação do Programa Mais Médicos, para que sejam convocados os brasileiros formados no exterior nesse último edital, publicado recentemente no mês de março, e para que sejam aprovadas as propostas que tramitam nesta Casa de contratação emergencial e revalidação emergencial, eu digo, dos médicos formados no exterior, daqueles que já passaram na primeira fase do REVALIDA em 2020, para que possam atuar, e o chamamento dos demais médicos formados no exterior que estão prontos para ajudar o povo brasileiro neste momento de grave crise sanitária, quando nós estamos perdendo entes queridos, perdendo cidadãos brasileiros todos os dias.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 225/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-10:20
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores e senhoras convidados a esta sessão de Comissão Geral, vivemos o



segundo ano de uma pandemia avassaladora, um novo vírus, uma doença cujos sinais ainda colhemos e que já ceifou milhões de vidas pelo mundo, como muito bem disse o Deputado Aécio Neves.

A humanidade foi surpreendida, e a ciência lançou mão da experiência duramente adquirida em pandemias anteriores, indicando distanciamento social e novas etiquetas higiênicas e respiratórias, como o uso de máscaras, enquanto as pesquisas corriam em direção à síntese do imunizante. A pandemia trouxe consigo o desemprego, o aumento insuportável da fome e da miséria entre os povos. O mundo clama por vacinas para todos, única forma comprovada de debelar a praga que se espalha através de um vírus altamente contagioso, já com suas diversas e mortais mutações.

Ainda não existe vacina para todos. As nações mais ricas se digladiam pelas doses produzidas, enquanto aos países mais pobres ficam as sobras, prometidas para depois, e, ainda assim, prorrogadas e reduzidas a cada contrato, celebrado com enormes obstáculos. Em quase 130 países, senhores e senhoras, onde vivem mais de 2,5 bilhões de pessoas, nenhuma pessoa - nenhuma! - recebeu uma dose sequer de vacina.

Em agosto de 2020, quando houve o anúncio do registro da primeira vacina, e tempos depois, quando o primeiro cidadão recebeu a primeira dose, o mundo teve a esperança renovada. Desenvolver vacinas em menos de 1 ano foi realmente um grande feito, que só foi possível pela união de muitos esforços. As reverências que fazemos hoje a Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Carlos Chagas e outros serão ampliadas doravante para jovens cientistas abnegados, entre os quais estas brasileiras: a Prof. Dra. Ester Sabino e a PHD Jaqueline Goes de Jesus, baiana, cientistas que decifraram o genoma do novo coronavírus, abrindo caminho para a produção dos imunizantes. Esse feito suscitou a nossa proposta de criar, nesta Casa, um prêmio anual à mulher cientista em nosso País, para que se incentivem e se reconheçam esses ícones invisíveis.

Mas há algo neste debate sobre a distribuição de vacinas que não está aclarado. Para que consigamos atender a toda a população mundial, não será possível apenas alguns países ou algumas empresas farmacêuticas produzirem as vacinas. Continuarmos a ter um ritmo muito lento de produção será fatal. E o ritmo de contágios e mortes será cada vez mais acelerado.

O Brasil é tratado internacionalmente como exemplo de como o uso célere e eficaz da licença compulsória ou quebra de patentes pode ser útil para negociar preços mais baixos de medicamentos com a indústria farmacêutica. Não há que se ter medo dessa terminologia, porque é



uma sinonímia da licença compulsória.

Um amplo estudo de três organizações internacionais - Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial de Propriedade Intelectual -, conhecido como TRIPS, preparou um documento que mostra a interação entre saúde, propriedade intelectual e comércio ou acesso a remédios. O seu objetivo foi desmistificar a complexidade de leis e políticas e torná-las mais acessíveis, para os países poderem, de fato, usar as flexibilidades autorizadas nos acordos internacionais para tornar os medicamentos aceitáveis e acessíveis globalmente a quem necessita deles.

O caso do Brasil, em 2007 - já citado por V.Exa., Sr. Presidente -, quando o País quebrou a patente do antirretroviral Efavirenz, genérico usado para o tratamento da AIDS em adulto, foi citado com destaque na comunicação. Dois meses depois da quebra da patente, o Brasil recebeu o primeiro carregamento do genérico procedente da Índia. A dose do produto original, comprado do laboratório americano Merck Sharp & Dohme, detentor da patente, custava 1 dólar e 59 centavos e a do genérico, importado da Índia, 44 centavos de dólar. Segundo o estudo, o Brasil poupou cerca de 1,2 bilhão de dólares com a compra desse genérico. O estudo destaca que somente a ameaça de quebrar a patente já faz o Governo brasileiro, e já fez à época, induzir à baixa os preços do remédio. Na Europa de 2016, no combate à hepatite C, gastava-se 60 mil euros, ou 402 mil reais, por paciente. Um acordo firmado sob ameaça de quebra fez com que o valor por paciente reduzisse para 10 mil euros, ou seja, há uma economia gigante, e a garantia de vida digna para os portadores do vírus.

As três ressaltaram que o uso da licença compulsória na saúde não é limitada a países em desenvolvimento. Nos desenvolvidos, inclusive nos Estados Unidos da América do Norte, a quebra de patente é garantida, por exemplo, para combater práticas anticompetitivas que tiveram impacto no acesso e inovação no campo da tecnologia médica. Mas no sentido inverso desse êxito, em outubro de 2020, em reunião da Organização Mundial do Comércio, a proposta de quebra de patentes foi apresentada por países de baixa e média renda, como a Índia e a África do Sul, que afirmam que as patentes são uma barreira para o acesso a testes, vacinas e medicamentos.

Na citada reunião, países ricos, como os do Reino Unido, os Estados Unidos e a Suíça, foram contra a proposta. A proposta da Índia e da África do Sul foi copatrocinada por mais de 50 países, com o apoio de outros 57 membros, o que compreende a dois terços dos países-membros da Organização Mundial do Comércio. Defendem, na proposta, que se abra mão dos direitos à propriedade intelectual. Surpreendentemente, a representação brasileira, desconsiderando que o País ocupou um lugar de liderança no debate global sobre acesso a

medicamentos, afirmou ser contrário à proposta e se alinhou aos países europeus e aos Estados Unidos, que concentram as sedes das grandes empresas farmacêuticas, as mais interessadas em manter o sistema intocado.

A avaliação não é compartilhada por mais de 60 organizações da sociedade civil, entre elas o Instituto Brasileiro da Defesa do Consumidor, e 1.200 personalidades e especialistas em saúde pública, muitas delas aqui presentes neste dispositivo, manifestaram-se, à época, em apoio à suspensão das patentes e pediram o compromisso do Brasil com a proposta.

Até a Casa Branca, Sr. Presidente, avalia uma possível liberação temporária das patentes das vacinas contra o coronavírus das multinacionais Pfizer e BioNTech, Moderna e Johnson&Johnson, em resposta à pressão das nações em desenvolvimento, com o apoio de vários legisladores democratas, o que permitiria avançar na imunização global, segundo informa a rede CNBC. A primeira resposta das farmacêuticas foi de repúdio total, obviamente.

Na reunião, em 10 de março último, da Organização Mundial do Comércio, o Brasil afirmou que o acordo que regula propriedade intelectual já fornece ferramentas e políticas para ações de saúde pública por parte dos Estados-membros.

É incrível como o Brasil caminha de maneira a retroceder na sua tradição diplomática, na sua tradição humanista em defesa da saúde e do bem-estar dos povos.

Ontem, no entanto, o Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu uma regra que permite ampliar o prazo de vigência de patentes na área de saúde. A regra está prevista em um trecho da Lei de Propriedade Industrial. A decisão tem caráter liminar e foi tomada em uma ação apresentada em 2016 pela Procuradoria-Geral da República. A medida vale até que o Plenário do Supremo julgue o tema.

Sr. Presidente, como assegurar vacinas para toda a humanidade e para a população brasileira em desalento? Como impedir a continuidade da mortandade de milhões? Como vencer a negligência e a irresponsabilidade criminosa de governos negacionistas, que fecham seus olhos para os cemitérios abarrotados e as UTIs lotadas de pacientes a clamar por oxigênio, como clamou George Floyd, que a doença lhes tira e o poder público, muitas vezes, lhes nega?

Não há como responder a estas perguntas sem tratar da questão que hoje trago em requerimento a esta Casa: a quebra de patentes dos imunizantes contra a COVID-19, que pode multiplicar a produção de

vacinas e impedir mais mortes pelo mundo.

É preciso que toda a tecnologia e a propriedade intelectual para a produção de vacina sejam compartilhadas com o consórcio organizado pela Organização Mundial da Saúde. Além disso, para adicionar mais pressão sobre as empresas farmacêuticas, é preciso que os governos também façam todo o possível para que as vacinas sejam consideradas um bem público em defesa da humanidade, inclusive, é preciso dizer que as vacinas hoje comercializadas tiveram muitos recursos públicos dos seus países investidos, como assevera, em diversos artigos, o intelectual e o pesquisador sênior da Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, aqui presente, para a nossa honra, o Dr. Jorge Bermudez.

A resistência de gigantes farmacêuticas é enorme, portanto, e não é de se estranhar. Se as patentes, Sr. Presidente, fossem suspensas, empresas de todo o mundo poderiam rapidamente reequipar sua capacidade de manufatura para produzir essas vacinas; e, se tiverem ajuda tecnológica dos países desenvolvidos e a receita da vacina, que geralmente é ocultada, isso será rápido.

Aqui está presente uma amostragem representativa da indústria nacional. E cito a todos, a exemplo do Presidente da Bahiafarma, que tem extrema capacidade de se adequar.

Empresas importantes do cenário industrial farmacêutico nacional sem dúvida têm dado enormes contribuições na fabricação de genéricos, com a sua própria produção, e hoje estão abaladas essas empresas pela crise econômica, e poderiam ter o seu parque revitalizado e servirem, mais uma vez, aos desígnios da saúde pública e da soberania nacional.

Segundo a proposta da OMC, através da sua Diretora Geral, Dra. Ngozi Iweala, que preocupa-se com a escassez de vacinas dos países em desenvolvimento, compreende que a supressão duraria um período determinado, como V.Exa. propõe e propugna, até que a vacinação estivesse em massa oferecida para o vigor de todo o sistema de saúde mundial.

Por outro lado, não está claro qual será o tamanho do lucro que as grandes farmacêuticas terão hoje com a vacina. Esse cálculo depende do preço das doses e de quantas vezes a população precisará ser vacinada no futuro. Normalmente, essas empresas cobram valores diferentes, a depender do país, com base no que os governos possam pagar.

É necessário, portanto, tratar o debate sob a perspectiva de que vacinas salvam vidas, para que possamos efetivamente ter essa

solução, repetindo o que já foi feito em outros momentos.

Sem dúvida, a OMS tem criticado o chamado "nacionalismo da vacina", em que países mais ricos compraram mais doses que as necessárias para toda a sua população, enquanto a maior parte do mundo não tem imunizantes. Segundo a Organização, a vacinação global é a única forma de conter, de forma segura, a transmissão da COVID-19.

Quero citar o caso do medicamento da empresa Gilead, detentora da patente do Remdesivir. Esse caso é emblemático. Trata-se do único medicamento até agora aprovado com eficiência para tratar COVID-19 em ambiente hospitalar. Em junho de 2020, a Gilead anunciou que o Remdesivir teria um preço de 2 mil e 340 dólares para um tratamento de 5 dias, na maioria dos países. Aqui está chegando a caixa a 17 mil reais. Entretanto, a empresa recebeu mais de 70 milhões em financiamento público para desenvolvê-lo, e a pesquisa de preços revelou que ele pode ser fabricado por menos de 9 dólares por tratamento.

É preciso iniciar pelo Remdesivir. É necessário dar esse direito aos pacientes do Sistema Único de Saúde. É necessário dar essa tentativa, até por compaixão, àqueles que estão morrendo aos montes nas UTIs do Brasil.

O tema é difícil, é duro, é agudo para aqueles que defendem o livre mercado, como se fôssemos todos iguais, pois altera o curso lucrativo de um dos setores mais rentáveis da economia mundial, mas é tão urgente que mobiliza suprapartidariamente olhares da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Tramitam nesta Câmara, por exemplo, diversos projetos que tratam da possibilidade da quebra das patentes de vacinas contra a COVID. O projeto de lei de autoria do Deputado Heitor Freire, do PSL, modifica uma determinada lei, a Lei nº 9.279, e passa a acrescentar artigo dizendo que nos casos de emergência em saúde pública, em virtude de surtos epidêmicos de interesse nacional, fica concedida a licença compulsória das patentes.

Ainda o projeto da Deputada Erika Kokay e outros determina o prazo de 1 ano de licenciamento compulsório de patentes associadas a produtos essenciais ao enfrentamento da emergência de saúde pública, inclusive material hospitalar e higiênico.

O projeto também, de autoria do Deputado Alexandre Padilha e outros, estabelece modificações na lei, prevendo que nos casos de emergência nacional ou de interesse público declarado fica garantida a efetiva derrubada das patentes, a licença compulsória temporária e não

exclusiva para testes diagnósticos e complementares.

O projeto de autoria da Deputada Jandira Feghali, de muita completude, do qual sou coautora, estipula as obrigações relativas à propriedade industrial e estabelece que, durante o estado de emergência em saúde, é necessário garantir a licença compulsória temporária e não exclusiva para os imunizantes.

Nosso País, Sr. Presidente - e já caminho para a finalização -, registrou em 7 de abril, ontem, Dia Mundial da Saúde, o número absurdo de 337.364 mortes, e 13.106.058 casos registrados, e releve-se a subnotificação. Morre-se mais no Brasil de COVID-19 do que em continentes inteiros, Europa, Ásia, África, Oceania e o restante da América. Hoje, o Brasil tem 2,7% da população mundial, mas concentra 37% de mortes no mundo. E somos um dos países com menor imunização de todo o planeta.

O diretor do Instituto Butantan prevê 5 mil mortes diárias por COVID-19 entre abril e maio. Chegaremos ao Dia das Mães com essa terrível marca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Em relação à vacinação, a situação do Brasil é desalentadora. Em números totais, o Brasil estaria na 5ª posição, com 21 milhões de doses distribuídas. Mas, como mencionado acima, é necessário fazer a análise populacional. E, portanto, nós estamos bem atrás nessa estatística. A situação socioeconômica também tem se agravado com o desemprego, inflação crescente. Pela primeira vez em 17 anos, mais da metade da população não sabe se conseguirá ter comida no prato todos os dias. Há 19 milhões de pessoas passando fome hoje no Brasil. A fome é a irmã gêmea da pandemia.

A Fundação Oswaldo Cruz afirma ainda que a transmissão do vírus e a letalidade da doença estão em alta no País. Faltam leitos, sedativos e oxigênio.

Sabemos todos o que nos levou a esse caos. O Brasil patina na vacinação porque, infelizmente, o seu Governo Federal recusou sucessivas ofertas de farmacêuticas para a compra de vacinas e esperou que o livre comércio resolvesse que as empresas procurassem o Brasil, que seria em tese um grande mercado. Fez deboche com a doença e com os doentes. Negou inclusive até a exigência peremptória do uso de máscaras e de etiquetas respiratórias.

E este Poder Legislativo precisa e já está buscando coordenar nacionalmente os esforços para conter a pandemia.

Um Presidente que afronta as mínimas regras de saúde pública recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, infelizmente,

dificulta, obstaculiza, inclusive se compõe como falso prescritor de medicamentos que nada têm de comprovado para a eficácia contra o coronavírus. Só tem prestado danos e maus serviços à Nação brasileira.

Pela minha condição de única farmacêutica e bioquímica Deputada Federal, com conceitos fundados na reforma sanitária e na defesa do SUS, não retraio, Sr. Presidente, a minha opinião favorável à quebra das patentes dos imunizantes, insumos, equipamentos e higienizantes, e o meu mais veemente repúdio à negação da ciência. Rejeito a adesão à vacinação censitária, como infelizmente aprovada esta semana na Câmara dos Deputados, franqueando a compra e o manejo das vacinas por empresas, decisão que afronta a nossa tradição de imunização pública para todos os brasileiros.

Pobres e ricos, senhores, merecem e precisam ser urgentemente vacinados.

A vacina tem que ser pública para todos os brasileiros, e urge uma atitude soberana, corajosa, economicamente viável, diplomaticamente hábil e humanista na sua essência para que possamos ter dias mais tranquilos em relação à saúde dos brasileiros e brasileiras.

Vacina para todos já! Viva! Minhas sinceras homenagens aos heróis e heroínas do Sistema Único de Saúde que na cabeceira dos leitos salvam vidas todos os dias e garantem - apesar da falta de medicamentos que, infelizmente, é a realidade das UTIs brasileiras - a mão do amor para afagar os pacientes que lutam pela vida neste momento.

Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 226/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-10:40
Publ.: DCD	- ALFREDO PEREIRA LEITE DE ALBUQUERQUE	
09/04/2021 -	FILHO--- ---	
CÂMARA	DOS	COMISSÃO GERAL
DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ALFREDO PEREIRA LEITE DE ALBUQUERQUE FILHO - Bom dia, Presidente Aécio Neves e Sra. Deputada Alice Portugal, que é a proponente desta reunião. É uma satisfação estar aqui em boa companhia, com pessoas tão classificadas. Estou muito interessado em ouvir a todos porque esse é um tema de extrema relevância.

Sou médico pneumologista atuante no Hospital Universitário Oswaldo Cruz, hospital de referência em Pernambuco, e desde os primeiros momentos da pandemia trabalho com pacientes em enfermarias e ambulatorios, e lido com todo esse problema sério que tem sido a falta de tratamento efetivo.

Não temos medicamentos que sejam decisivos no tratamento da COVID. Temos algumas medicações que aliviam e diminuem a mortalidade discretamente. O Remdesivir, como disse a Deputada, que não é usado no Brasil, é uma medicação de efeitos muito tímidos para o que precisaríamos para uma doença tão grave.

A tragédia nacional da falta de leitos de UTIs está acachapando o País inteiro. E, pela falta de tratamentos, a nossa sensação como médicos é a de que nós precisamos urgentemente daquilo que é mais importante e mais fundamental: as vacinas.

O desenvolvimento em tempo recorde de vacinas, com tecnologias variadas, que foi realizado ao longo de 2020 e agora em 2021, foi um feito histórico da ciência já reconhecido por nós e que certamente será mais reconhecido com o passar do tempo.

No dia a dia dos hospitais vemos uma redução dos idosos graves. Em fevereiro e em março mudou nitidamente o perfil do paciente internado, em UTI, por exemplo, e do paciente que vai a óbito. Há muito menos octogenários e septuagenários, porque já temos uma vacinação expressiva dessa população. Ao mesmo tempo que isso nos traz um regozijo, assusta-nos porque vemos que muitas vidas poderiam estar sendo salvas, se outras faixas etárias estivessem sendo vacinadas.

Os dados de Israel são impressionantes, é o país que mais vacinou proporcionalmente.

Em artigo recente, mostra-se uma queda importante da mortalidade nessas faixas etárias e nas de profissionais de saúde que já foram vacinados. Isso não é dado de estudo fase 3, mas é um dado de vida real. Então, dá uma inveja olharmos aqueles dados.

Sabemos que para a COVID tudo indica que a imunidade de rebanho

vai ser alcançada, quando tivermos entre 70% e 85% da população vacinada. Pelo ritmo de vacinação global, atualmente de menos 7 milhões de doses ao dia, estima-se que isso vá acontecer em cerca de 4 anos e meio, em nível global, se mantivermos esse ritmo de vacinação.

Sabemos ainda que, nos países de renda baixa e média, entre os quais nos incluímos, 80% da população, se mantivermos o ritmo atual, ao final de 2021, não terão sido vacinados. Se esses países não são vacinados, o pesadelo dessa pandemia não acaba. O país não vacinado, como disse o Deputado Aécio Neves, é um verdadeiro criadouro de novas variantes do vírus. Então, as vacinas tão preciosas e tão arduamente conquistadas vão ter sua eficácia diminuída e isso vai prejudicar o ganho imenso que tivemos com o desenvolvimento das vacinas.

A propriedade intelectual, sem dúvida, precisa ser protegida. O ganho, o lucro, é um dos motores do desenvolvimento científico. Como disse uma presidente de uma Comissão europeia importante recentemente, nenhum de nós vai estar seguro até que todos estejam seguros.

Era o que eu tinha dizer.

Obrigado.

Documento 227/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-10:44
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	CARLOS ROBERTO LUPI---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI - Obrigado, Presidente e amigo, se me permite chamá-lo assim, Aécio Neves.

Estou ainda mais impactado, porque acabei de perder uma companheira fundadora do PDT, Ione Grouff, uma senhora com mais de 80 anos que acabou de falecer. Na semana passada perdemos um jovem, Rafael Galvão, de pouco mais de 35 anos. Todo o dia é uma tristeza.

Eu não quero entrar na discussão ideológica hoje. Companheira e amiga Alice Portugal, a quem agradeço essa iniciativa, acho que este

momento é para se ter humildade e generosidade.

Nós temos que entender o que está se passando hoje com os nossos vizinhos, com os nossos irmãos, com os nossos amigos, com os nossos parentes, independentemente do aspecto técnico trazido por muitos nomes aqui elencados, a começar pelo Dr. Alfredo, que fez a primeira fala. Vai haver muitos dados mais importantes do que possa ser a minha palavra, porque eu não tenho conhecimento técnico para aprofundar esse assunto.

Eu quero chamar a atenção - e pedir humildemente a meu amigo Presidente desta Comissão, companheiro Aécio Neves, que eu conheço de longa data - para o fato de que temos que ter uma coisa concreta. Hoje nós temos quatro países que detêm o ciclo total dos insumos e da vacina, quatro países: China, Índia, Estados Unidos e Rússia. Esses quatro países que completaram o ciclo representam mais ou menos 43% a 45% da população do mundo. Eles não têm nem como atender a sua população, quanto mais fazer com que esses insumos cheguem à África, à Índia, ao Brasil. Então, há um dado concreto: ou nós salvamos as vidas, ou nós não temos mais o que fazer.

O que está em jogo hoje não é o lucro, não é uma patente, não é o direito industrial. O que está em jogo hoje é a vida do ser humano. Não é possível que o Congresso Nacional, do qual tive a honra de participar, quando fui Deputado Federal, não é possível que o Senado Federal não tenha essa sensibilidade. Eu quero só fazer um pedido: nós temos, urgentemente, que deixar todas as nossas vaidades de lado, e o Congresso tem que fazer um decreto legislativo - isso está na Constituição -, um decreto legislativo em que toda a Casa se una para a quebra de patentes imediata, para ontem, dessas vacinas. É para ontem. Nós temos o Butantan, nós temos a FIOCRUZ, que podem, com a quebra de patentes, imediatamente começar a fabricar as vacinas aqui em território nacional.

Eu quero apelar, eu quero pedir, eu não aguento mais perder gente, eu não aguento mais perder amigos, parentes, irmãos, gente que está em torno da gente. Nós precisamos ter coragem. Esqueçam as diferenças. Com o Governo, eu tenho profundas diferenças. Agora é a vida humana, e a vida humana não tem coloração ideológica, a vida humana não tem natureza financeira, a terra que vai enterrar o dono do Bradesco é a mesma que vai enterrar o humilde pedinte de rua.

Eu quero simplesmente isso, amigos e amigas. Perdoem, mas eu estou muito impactado hoje, mais ainda pela perda de uma grande companheira. Eu já perdi ao longo desse 1 ano praticamente 10% dos membros do Diretório Nacional do PDT - 10% nós perdemos ao longo dessa pandemia. Eu quero pedir, humildemente, humildade e

generosidade. Vamos deixar de lado todas as nossas divergências e vamos salvar a vida de milhões e milhões de brasileiros. A saúde não pode esperar, a vida não pode esperar, não há lucro que seja superior à vida. Sem vida não vai haver lucro, sem vida não há mercado, sem vida não há mais o que fazer.

Então eu peço desculpas por esse meu jeito singelo, simples, mas profundamente emocionado de falar e peço humildemente ao meu Presidente Aécio Neves, que eu conheço há mais de 30 anos, meu amigo pessoal, à companheira Alice Portugal, que tem generosidade, a todos os Parlamentares que estão me ouvindo: vamos ser concretos, vamos fazer um decreto legislativo unânime nesta Casa pela quebra imediata de patentes. Não dá para esperar. A cada dia, estão morrendo, 3 mil, 4 mil, 5 mil brasileiros. Não é possível que as pessoas não tenham sensibilidade para isso! Chega de conversa, chega de divergência. Vamos salvar a vida do povo brasileiro!

Muito obrigado e desculpem-me.

Documento 228/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-10:52
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	SOCORRO GROSS GALIANO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. SOCORRO GROSS GALIANO - Bom dia.

Cumprimento as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e os participantes desta consulta.

Agradecemos o convite ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Arthur Lira, e parabenizamos pela iniciativa que hoje está tendo, de discussão neste Congresso, que reforça uma vez mais o excelente trabalho desenvolvido pelas diferentes comissões na resposta a esta pandemia, sempre com uma visão de futuro para mudar algumas lições difíceis que temos aprendido, uma das quais a necessidade de ter uma região menos dependente de produtos de saúde, para a qual precisamos de maior capacidade de inovação e produção em nossos países.

A OPAS tem o escopo de estabelecer o enfoque a respeito do acesso à saúde como direito fundamental, incluindo os aspectos que regem o

direito à vida com dignidade. São elementos centrais para assegurar a melhoria das condições de saúde das populações mais vulneráveis e o desenvolvimento de todos os países.

O acesso universal à saúde não pode ser possível sem acesso a medicamentos, vacinas e outras tecnologias de saúde de qualidade, seguras, eficazes, acessíveis, sem qualquer impedimento, de forma adequada e oportuna.

A OPAS considera a vacinação como uma das intervenções em saúde pública mais constitutivas e como um bem público em saúde.

Em 1979, com a liderança de um reconhecido gaúcho, o Dr. Ciro de Quadros, a OPAS estabeleceu o programa de imunizações denominado Fundo Rotatório, uma das principais iniciativas para garantir que as populações dos países das Américas tenham acesso rápido às vacinas e aos insumos de qualidade.

Conhecemos as declarações dos Presidentes em âmbito internacional pelo acordo sobre o aspecto dos direitos de propriedade intelectual, mas também conhecemos que o exercício de tal direito de exclusividade impede que outros potenciais fornecedores possam contribuir com a fabricação e/ou importação, distribuição ou venda de medicamentos, vacinas e outras tecnologias de saúde.

Também conhecemos que o acordo TRIPs visa equilibrar a relação entre concorrência, interesse público e reconhecimento de impactos eventuais da saúde, prevê flexibilidade relativa ao exercício das patentes, fazendo menção específica aos casos de emergência nacional ou outras circunstâncias de extrema urgência.

Sempre, em conformidade com o acordo TRIPs, cabe aos seus membros a adoção de medidas para proteger a saúde pública quando formulem ou modifiquem suas leis e seus regulamentos.

Medidas que favoreçam a ampliação oportuna das licenças obrigatórias também estão em conformidade com a meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que reafirma a plena utilização das flexibilidades para proteger a saúde pública prevista no acordo TRIPs.

Outros países têm utilizado essas flexibilidades, como o Canadá, a Alemanha, o Equador e o Chile recentemente.

Consequentemente, a OPAS/OMS considera que medidas legislativas que forneçam sustento legal à aplicação nacional rápida e oportuna de licenças compulsórias em casos de emergência de saúde pública internacional e/ou nacional contribuem para o fortalecimento das capacidades de planejamento e resposta do sistema de saúde diante

de emergência, de forma transparente, previsível e visando a que a produção, importação ou venda de material sanitário para atender emergência de saúde pública não se veja obstaculizada pela existência de monopólios legais. Parabenizamos novamente essa iniciativa.

Aproveito a oportunidade para pôr à disposição desta honrosa Casa Legislativa e de V.Exas. os técnicos especialistas da nossa organização para apoiar nessa e em outras temáticas pertinentes para a saúde do povo desta grande Nação. Somos parte da união nacional para mudar os rumos desta pandemia.

Registro nossos agradecimentos aos heróis e às heroínas, os trabalhadores de saúde, que estão na linha de frente. Estamos com esta Casa Legislativa apoiando essa importante matéria.

Documento 229/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-10:56
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	FELIPE CARVALHO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. FELIPE CARVALHO - Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os Deputados e todos os participantes. Agradeço o convite.

Gostaria de dizer que a organização Médicos sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária internacional que atua há 50 anos em mais de 70 países. Uma das maiores frustrações que as nossas equipes relatam é ficar de mãos vazias numa crise de saúde, é não ter as ferramentas médicas para salvar vidas. Isso, infelizmente, acontece com uma frequência inaceitável para várias doenças.

O que nós estamos vendo agora, portanto, na crise de acesso a vacinas - não só a vacinas, mas também a diagnósticos e até mesmo a oxigênio para combater a pandemia de COVID-19 -, infelizmente, não é uma novidade. É uma repetição trágica do passado.

A crise de acesso a vacinas e medicamentos requer uma resposta política, que tem nome e sobrenome: é licença compulsória. Eu posso afirmar com toda a segurança que o tratamento em massa para a pandemia de HIV/AIDS, que é uma das maiores conquistas da história

da medicina, só foi possível graças às licenças compulsórias.

Nós vimos de perto a devastação nos países onde o tratamento não estava disponível, porque era caro demais ou porque não havia abastecimento suficiente. Vimos que, depois do uso das licenças compulsórias e da ampliação, milhares de vidas foram sendo salvas, programas de tratamento foram iniciados. Então, de fato, é uma medida que salva vidas. Não é um debate sobre teses jurídicas. É um debate sobre salvar vidas, como muitos aqui já disseram.

A licença compulsória é uma medida, inclusive, subutilizada. Ela deveria ser muito mais utilizada em várias crises de saúde. Por que ela é subutilizada? Ela é subutilizada porque existe uma série de argumentos falsos em torno da licença compulsória. Nós estamos vendo isso agora.

Nosso apelo é para que não comprem esses argumentos falsos. Nós vemos argumentos do tipo: "*As empresas vão perder os investimentos*". Isso não é verdade. Agora, com a COVID-19, estão aí os dados para quem quiser ver. A maioria dos investimentos foi pública. As vacinas foram desenvolvidas com o dinheiro público.

As empresas praticamente não botaram a mão no bolso e estão agora enchendo o bolso. Há empresa anunciando 15 bilhões de dólares de lucro, 18 bilhões de dólares de lucro. Inclusive algumas querem aumentar o preço das vacinas, em breve, de 20 dólares a dose para 150 dólares a dose.

Que países terão condições de pagar isso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas?

Nós precisamos estar conscientes de que são argumentos falsos. Há muitas *fake news* em torno da licença compulsória. Outro argumento é o de que vai acabar com a inovação. Qual é a base empírica para afirmar isso? Já tivemos licença compulsória para medicamentos de HIV/AIDS, para medicamentos de câncer, de hepatite. Acabou a inovação para câncer? As empresas continuam investindo em pesquisa para câncer, em pesquisa para AIDS, em pesquisa para hepatite.

Então, são ameaças vazias e covardes, que são feitas neste momento. Inclusive a reputação do Brasil é colocada. Ora, no ano passado, países como Canadá e Alemanha melhoraram suas leis para facilitar o uso de licença compulsória. As empresas deixaram de vender vacinas para o Canadá, deixaram de vender vacinas para a Alemanha? Israel quebrou a patente de um medicamento de uma empresa americana no passado. As empresas deixaram de fazer vendas para Israel? Não deixaram. Então, são pressões às quais nós não devemos, neste

momento, ceder.

Se este Parlamento tivesse cedido a pressões nos anos 90, nós não teríamos um SUS. Quantos diziam que o SUS era inviável, que o SUS era impossível, que o SUS não ia dar certo? E hoje, quantas conquistas de saúde pública o SUS acumula, que inspiram o resto do mundo?

Então, este é o momento em que a humanidade está numa encruzilhada, Sras. e Srs. Deputados, numa encruzilhada histórica. Nós precisamos decidir se vamos na direção de repetir os erros do passado, de comprar as mesmas mentiras e de ficar numa situação de desigualdade brutal no acesso à saúde, ou se nós vamos pela via de soluções políticas que são inteligentes, sólidas e inovadoras.

Nós temos opções na mesa. Nós temos, aqui no Brasil, em nível nacional, melhorias que podem ser feitas para termos licenças compulsórias mais rápidas, mais ágeis. Nós temos, por exemplo, o PL 1.462, nesta Casa, e temos discussões no Senado. O PL 1.462 é supercompleto do ponto de vista técnico, e inexplicavelmente está parado, está com o pedido de urgência parado desde maio do ano passado, e deveria avançar. Mas mais importante, também, é que o Brasil se some ao conjunto de países que na OMC estão pedindo a suspensão. Esses dois caminhos são complementares.

Nós precisamos urgentemente de alguma medida parlamentar que faça o Brasil mudar de posição, porque essa posição que o Brasil está tomando não funciona. O Brasil está defendendo soluções que não funcionaram no passado e continuam não funcionando, que são baseadas em contratos secretos entre empresas. Isso não está correto, não deve haver falta de transparência em contrato. É dinheiro público no desenvolvimento, é dinheiro público na compra das vacinas. Então, não é para esses contratos serem secretos, e o Brasil está investindo na ideia de continuar nesse cenário de contratos secretos.

Nós precisamos da suspensão. Nós precisamos nos somar às vozes dos vários países, e este Parlamento precisa agir urgentemente para mudar essa posição brasileira, que está prejudicando não só a população brasileira, mas outros países do resto do mundo.

Este é o momento de, mais do que nunca, questionarmos: nós vamos aceitar vidas perdidas e considerar que as patentes são intocáveis? Nós vamos proteger as patentes? Isso não pode ser mais importante do que proteger a vida das pessoas.

Obrigado.

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:00
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	MATHEUS FALCÃO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. MATHEUS FALCÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em nome do IDEC, gostaria de agradecer a oportunidade de falar ao Parlamento. Nós somos uma organização com mais de 30 anos de existência, independente de governos e de empresas, e comprometida com o direito à saúde.

Estamos vivendo atualmente um dos momentos mais difíceis da nossa história. A crise da COVID-19 já é a maior crise de saúde pública da nossa geração, sem a menor dúvida, e o Brasil quebra semanalmente recordes arrasadores de mortes, aumentando o sofrimento e aprofundando a crise em todo o País.

Se, por um lado, a vacina é a luz no fim do túnel; por outro lado, nós vemos diariamente como ainda estamos longe do objetivo da imunização generalizada da população.

Isso, Sr. Presidente, nos leva à questão: por que nos faltam vacinas? O Brasil possui um sólido e eficiente programa nacional de imunizações, com mais de 40 anos de tradição. Na década de 80, nós fomos capazes de vacinar, em apenas 1 dia, 18 milhões de crianças contra a poliomielite e a paralisia infantil. Nós nos tornamos referência em políticas de imunização. Temos laboratórios públicos, como o Bio-Manguinhos, na FIOCRUZ, que não apenas abastece o SUS, mas também até exporta vacinas para meningite, por exemplo, em programas da Organização Mundial de Saúde.

Então eu me permito voltar à questão. Por que nos faltam vacinas? E a verdade é que o gargalo à efetiva imunização contra a COVID-19 no Brasil não está na nossa infraestrutura, mas, sim, no fato dramático de que nós não temos vacinas em quantidade suficiente para a população.

Certamente isso tem relação com o desacerto de política externa e até com a má condução das políticas públicas de saúde em nível federal. No entanto, mais importante do que isso, nós não podemos fugir do fato de que, no momento, a produção global de vacinas não é suficiente para abastecer a demanda. Os países estão competindo



entre si para adquirir os imunizantes. E aqueles com mais recursos e mais preparo saem na frente.

Nesse sentido, a única saída possível, a única saída viável é aumentar a produção. E o aumento da produção passa por suspender todas as barreiras existentes à entrada de novos fabricantes no mercado, uma vez que os fabricantes que já existem não conseguem produzir em quantidade suficiente. E as patentes são essencialmente barreiras de mercado. São feitas para impedir a entrada de concorrentes no fornecimento de um produto.

E aqui, posso trazer um dos princípios mais fundamentais da economia, que é tão caro a uma entidade de defesa do consumidor, como o IDEC, e a toda a sociedade: a defesa da concorrência. A necessidade de se suspenderem as patentes, neste momento, é a necessidade de impedir que monopólios comerciais impeçam o País de salvar milhares de vidas. É uma escolha entre a defesa desses monopólios e o amplo acesso às vacinas.

Mesmo o mecanismo Covax, amparado pela Organização Mundial de Saúde, de que o Brasil também faz parte, para distribuir vacinas ao mundo de forma equitativa, encontra esse obstáculo de falta de insumos. Ontem mesmo, o Instituto Butantan anunciou à sociedade a interrupção temporária da produção da Coronovac por falta do Insumo Farmacêutico Ativo - IFA. É um problema de fornecimento.

Vale lembrar aqui que essas vacinas deveriam ser bens públicos globais. O desenvolvimento em tempo recorde de tantas vacinas, fato inédito na humanidade, foi apenas possível pela união dos esforços entre tantas populações do mundo, muito investimento público, décadas de conhecimento científico acumulado e um esforço global. A maior parte das vacinas é fruto de investimento público. A vacina de Oxford, por exemplo, que hoje é utilizada no Brasil, foi desenvolvida em uma universidade pública. Inicia seu percurso com um aporte de 65,5 milhões de libras do Governo britânico e recebe investimento de Estados pelo mundo todo, inclusive do Brasil, por via do contrato de encomenda tecnológica feito por intermédio da FIOCRUZ.

Os monopólios desses bens representam, portanto, a apropriação privada de investimento e de um sacrifício feito por toda a sociedade, por toda a humanidade. A complexidade desse problema demanda uma solução ampla e irrestrita, tão extraordinária quanto a crise atual. Não podemos falar, simplesmente, de um licenciamento compulsório específico de uma tecnologia de saúde, mas, sim, de um projeto que suspenda, ainda que temporariamente, todas as barreiras de mercado. Por isso que um projeto de lei como o PL 1.462, de que até o colega que me antecedeu falou, que suspende a proteção de propriedade intelectual sobre produtos associados à COVID durante a pandemia, ou

então o projeto internacional que tramita na OMC, de suspensão de certas pausas ao acordo TRIPs, são tão importantes.

Aqui, minhas caras e meus caros, é importante lembrar que o Brasil tem uma belíssima tradição na defesa da saúde pública. A própria criação da OMS veio da diplomacia brasileira. Nosso País é reconhecido e respeitado pela forma como enfrentou diversas epidemias. Cito aqui a epidemia de HIV/AIDS, cuja estratégia envolveu o licenciamento compulsório de um medicamento aqui já mencionado. Retomar essa louvável tradição passa por endossar essas propostas e mostrar ao mundo que nós ainda temos a capacidade de liderar um movimento global de acesso a vacinas e a medicamentos. Se não por isso, pela nossa sobrevivência. A grande lição dessa pandemia é que ninguém está salvo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 231/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:08
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	TIAGO VIDAL SÁ DE MORAES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. TIAGO VIDAL SÁ DE MORAES - Bom dia, Deputado Aécio Neves, Deputada Alice Portugal, demais Deputados e convidados.

A Deputada Alice Portugal é nossa colega farmacêutica.

Estamos diante de um problema muito complexo, e um problema complexo exige uma solução estruturada, muito bem coordenada.

A Bahiafarma atua no campo da insulina. Apesar de a insulina humana ser um medicamento sobre cuja produção temos mais de 100 anos de domínio tecnológico, sem nenhuma patente mais existente, dados da Organização Mundial da Saúde dão conta de que mais de 50% da população que precisa, que necessita, que é dependente de insulina não têm acesso regular à insulina humana. Então esse tipo de problema com medicamentos, com vacinas, com insulina, não se resolve simplesmente com o livre mercado atuando. É necessário



existirem entidades multilaterais que possam disciplinar, que possam orientar e que possam coordenar a ampliação da capacidade produtiva. Não há outro caminho para solução desse problema que não uma coordenação entre os detentores de tecnologia e quem possui capacidade produtiva.

Existe um ponto importante no debate sobre o imunizante. Ao contrário de tecnologias de medicamentos sintéticos, como o caso citado do efavirenz, há uma complexidade produtiva muito maior na produção de vacinas. Essa complexidade é muito mais alta para se garantir a reprodutividade da vacina de referência, que se licenciaria compulsoriamente ou que se licenciará compulsoriamente.

Então há necessidade de identificação de toda a nossa capacidade produtiva, da capacidade produtiva nacional de insumos biológicos, de quem detém essas plantas e de quem detém esses conhecimentos. Além disso, é preciso saber qual é a capacidade ociosa dessas plantas e o quanto da capacidade produtiva dessas plantas pode ser revertido pela simples abertura de segredos e segredos industriais. E isso nos leva a algum direcionamento de que é fundamental um processo de transferência de tecnologia nesse processo, muito bem coordenado. E quanto mais acima a coordenação, melhor.

A Organização Mundial do Comércio, junto com a Organização Mundial da Saúde, deveria estabelecer um comitê central estruturado, com as melhores mentes, para identificar toda a capacidade produtiva mundial; entender cada uma das tecnologias; identificar o que se adapta melhor a cada um desses campos, desses *sites* fabris; levantar as necessidades de investimentos; e selecionar as vacinas que efetivamente precisam ser desenvolvidas - vamos trabalhar com uma de vírus atenuado e uma de RNA, para podermos fazer toda a cobertura. Sem essa coordenação, nós vamos continuar naufragando e vamos continuar seguindo a lógica do mercado, que é tornar necessária a revacinação constante pelo surgimento de variantes nos lugares onde não há cobertura vacinal. Então, é fundamental a articulação.

A licença compulsória também é uma das boas possibilidades. Mas ela, por si só, não encerra o problema. Ela não acaba com o problema exatamente por essa necessidade de haver a transferência do conhecimento. É preciso que esse conhecimento chegue até quem hoje tem capacidade de produzir e tem capacidade ociosa para poder produzir. É preciso que esses de fato recebam essa tecnologia. E mais: é preciso que recebam os investimentos necessários para ampliar a capacidade produtiva, porque, além do desafio tecnológico, existe o desafio produtivo. Quanto mais acima isso estiver, melhor. Que isso seja centralizado, com a Organização Mundial do Comércio abrindo isso e dialogando com a Organização Mundial da Saúde para

centralizar esses esforços.

Por que isso? Porque é disso que nós precisamos. Nós estamos enfrentando um desafio como espécie. É um...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 232/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:12
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JORGE BERMUDEZ---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JORGE BERMUDEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente Aécio Neves.

Eu cumprimento os membros do Congresso aqui presentes, na pessoa da Deputada Federal Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica e defensora do acesso a medicamentos e tecnologias como direito humano fundamental.

Lamentamos a marca de mais de 4 mil mortes diárias, muitas das quais deveriam ter sido evitadas com políticas públicas coerentes e comprometidas com a vida nesta pandemia.

O nacionalismo exacerbado de países centrais levou a que esses países, que detêm 16% da população mundial, tenham comprado e pago antecipadamente mais de 60% da produção mundial de vacinas para 2021, podendo levar, como já disse o Presidente, no início desta sessão, a que países pobres só possam ter acesso à vacina em 2024. Isso é inaceitável, diante das iniciativas e tentativas de solidariedade formuladas desde o início da pandemia, mas que sucumbiram diante da disputa de mercado que se transformou num verdadeiro *apartheid* na saúde com as vacinas no plano central.

Como vejo as iniciativas e a discussão em curso hoje na Organização Mundial do Comércio? Como signatário, o Brasil se comprometeu quanto à obrigação do Acordo TRIPS, motivo pelo qual mudou a Lei de



Propriedade Industrial, em 1996. Entretanto, também assinou as flexibilidades do Acordo TRIPS e posteriormente a Declaração Ministerial de Doha sobre Acordo TRIPS e Saúde Pública.

O *waiver*, a suspensão temporária que está proposta na Organização Mundial do Comércio e que tem o apoio de mais de cem países, como já foi dito, merece e precisa do apoio incondicional do Brasil, para o resgate de sua história de liderança em questões relacionadas com direitos humanos e acesso universal a tecnologias.

A pergunta que nos traz a esta sessão de hoje, a esta Comissão Geral, é se podemos quebrar patentes. Podemos exigir licença compulsória? Sim, podemos. Podemos, sim, para vacina, para medicamentos, para tecnologias em geral, por motivo de inviabilidade na sustentabilidade política, para uso em programas públicos, para uso governamental, pela defesa da cidadania e da vida, e para emergências, sem dúvida nenhuma.

Por outro lado, os projetos de lei que estão tramitando no Congresso estão na linha do que estão fazendo outros países, como Canadá e Chile. O Chile aprovou uma resolução legislativa. A Alemanha, a Hungria e Israel já tomaram medidas para assegurar a agilidade necessária para a emissão de licença compulsória. Holanda e Bélgica estudam também alternativa neste momento.

Uma situação de emergência nacional como a desta pandemia precisa de soluções também emergenciais, caso contrário, nós vamos levar meses ou anos discutindo produto a produto, e vamos aumentar em milhares o número de mortes, fora as dificuldades na compatibilização das prioridades intragoverno.

Nós temos hoje, no mundo, mais de 2 mil solicitações de patentes relacionadas com tratamento para a COVID-19. Nós podemos aceitar esse monopólio num país de dimensões continentais como o Brasil. Uma série de inovações podem estar disponíveis para o nosso País, no curto e no médio prazos, já na segunda metade de 2021. Nós podemos fazer o uso delas, desde que nós assumamos o nosso compromisso com a vida e com o Brasil.

O mundo inteiro, hoje, está aplaudindo a liminar da extensão das patentes deferida ontem no Supremo Tribunal Federal. Vacinas e tecnologias não são mercadorias. Elas têm que ser tratadas como insumos no contexto do direito à saúde. Vamos, então, defender a vida. Vamos fortalecer o SUS.

Que o mundo possa também voltar a aplaudir o Brasil. Como disse a Deputada Alice, não há nada a temer. Nós temos que avançar.

Viva o SUS e a vacina! Vivam as tecnologias como bens públicos e não como mercadoria!

Muito obrigado.

Documento 233/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:16
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	MÁRIO HERINGER-PDT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Muito obrigado, Presidente Aécio. É um prazer estar falando sob sua Presidência.

Nós estamos vivendo um momento muito especial para o Brasil, um momento que nos traz esta discussão, que tem que ser feita de maneira bem racional.

A quebra de patente não pode ser solução para inoperância e falta de ação protetiva do Brasil por parte de um Governo que teve, até a semana passada, um Ministro das Relações Exteriores que só criou conflito no âmbito nacional.

Como ficariam as nossas relações? Qual patente quebraríamos? Seria uma coisa exclusiva do Brasil? Nós faríamos isso sozinhos? Nós teríamos condição de produzir essas vacinas? Nós temos estrutura para isso?

Há uma série de perguntas que precisam ser feitas. Mas a principal pergunta, Presidente Aécio, aquela que eu julgo ter a necessidade de fazer, é a seguinte: nós vamos ter velocidade para sair deste marasmo, para sair desta inércia em que estamos na aplicação de vacinas?

Quebrar patentes simplesmente por quebrar e dar ao Brasil a impressão de que se está fazendo alguma coisa, mas que vai resolver o problema é muito complicado. Então, nós temos que saber exatamente de quem vamos quebrar patente, com quem vamos fazer isso e para onde nós vamos nessa questão da quebra de patentes.

Adianto de cara que sempre fui favorável a isso e louvei, por ocasião da quebra de patentes de medicamentos para tratamento da AIDS, a

atitude do então Ministro José Serra, que promoveu a quebra de patentes, porque é necessário, é preciso e é em nome da saúde nacional e do bem-estar das pessoas que nós temos que fazer isso.

Entretanto, V.Exa., Presidente Aécio Neves, que está na Presidência da Comissão de Relações Exteriores, sabe o quanto isso poderia afetar a já combatida atuação deste nosso Itamaraty, que virou um Itamaraty de terceira categoria, embora já tenha sido um Itamaraty que nos honrou muito. De 2 anos e pouco para cá, com a gestão do atual Governo e do ex-Ministro das Relações Exteriores, conseguimos brigar com a China, conseguimos brigar com todo mundo. A quantas anda essa relação? Será que uma quebra de patentes que atinja um desses já atingidos pela atuação do nosso Ministério das Relações Exteriores não seria mais um agravante nessas relações, não seria mais uma dificuldade que se imporia ao povo brasileiro?

Estou aqui, Presidente Aécio e meus companheiros, como médico e como brasileiro, dizendo que nós precisamos quebrar essas patentes, sim, se tivermos condição de executar a fabricação própria, se tivermos condição de mudar a velocidade da produção de vacinas para caminhar mais rápido na vacinação.

Estamos vivendo um momento, como ouvimos há pouco, muito importante para a espécie humana. Se as pessoas não perceberam, informo que essas mutações e essa lentidão na vacinação podem transformar a crise num grande círculo vicioso, no qual o vírus vai matando, alterando as cepas, e nós continuaremos trocando as vacinas e, enquanto vivermos, seremos reféns de uma indústria farmacêutica exclusivista, que vai ficar tentando ficar ganhar dinheiro com isso, e nós vamos, por fim, fenecer. Teremos todos o mesmo fim. É claro que todos morreremos, mas morreremos como espécie muito brevemente.

Então, estou aqui hoje para dizer que a quebra de patentes é muito importante, mas nós temos que ter, a partir daí, uma conversa com a Organização Mundial da Saúde para fazer uma ação conjunta com vários países que precisam do mesmo apoio. Temos que saber se temos condição de infraestrutura para produzir essas vacinas e fazer o nosso papel benfeito. Sou a favor da quebra de patentes, mas ela tem que ser feita com bastante juízo, principalmente cuidando das nossas relações internacionais, que este Governo conseguiu deixar tão ruins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 09/04/2021 - ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA--- ---
CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO GERAL COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA - Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Sr. Presidente Aécio Neves e a Sra. Deputada Alice Portugal.

Parabenizo imensamente a Câmara pela convocação desta Comissão Geral para debater este tema. Não há tema mais relevante no País agora senão buscar alternativa para que possamos refrear a pandemia e sair desta enorme crise sanitária e desta situação de mortalidade inaceitável a que estamos submetidos em razão da pandemia da COVID-19.

O contexto das falas até agora traz uma série de razões humanitárias e políticas para que seja adotada uma medida em favor da flexibilização dos direitos de propriedade intelectual, da quebra de patentes e do licenciamento compulsório. Essas razões passam pelo número inaceitável de mortes com que estamos convivendo agora - e já deixo aqui os meus sentimentos para todos os que passam por esse luto.

Há uma emergência de caráter global. Há emergência também causada por novas variantes, que desafiam cada vez mais a resposta que os Estados e a comunidade global como um todo dá à pandemia.

Sabemos das dificuldades políticas que se apresentam neste momento, mas há razões políticas e humanitárias suficientes e há a sensibilidade deste Congresso Nacional para o enfrentamento desta questão.

O meu papel agora é trazer um pouquinho das razões jurídicas que exigem uma tomada de posição em favor do licenciamento compulsório, em favor da flexibilidade desses direitos de propriedade industrial e intelectual.

Aqui eu trago a perspectiva da nossa Constituição Federal. Não podemos esquecer que a nossa Constituição Federal trata o direito de exploração, que é veiculado pelas empresas como um direito de exploração monopolística, como um privilégio, e como um privilégio temporário. Então, estamos falando aqui de uma Constituição que, por um lado, identifica as patentes como um privilégio temporário e, por outro lado, garante o direito à saúde e o direito à vida de maneira inalienável como obrigação do Estado e direito público subjetivo de

todos e todas nós.

Então, a nossa Constituição já apresenta razões suficientes para além também da justificativa que o próprio Deputado Aécio Neves trouxe e também a Deputada Alice Portugal de uma função social relacionada a essa possibilidade de exploração da propriedade.

Não bastasse a nossa Constituição, a legislação que é fruto da atuação deste Congresso Nacional já prevê a hipótese também de licenciamento compulsório, vejam só, em casos de emergência nacional e interesse público.

Se o que estamos passando agora não for razão suficiente para se acessar esse tipo de flexibilidade, essa lei se tornará letra morta. Não há emergência maior do que esta que estamos passando agora, e é preciso desde já que se dê o primeiro passo para a reconstrução do nosso parque tecnológico, para a possibilidade de transferência de tecnologia, para que possamos em algum momento superar os desafios desta pandemia e fortalecer o nosso Sistema Único de Saúde.

E também o ordenamento jurídico internacional já prevê essa possibilidade de flexibilização. Já foram mencionados aqui na abertura da reunião que os tratados internacionais claramente preveem as salvaguardas de saúde para afastar esse privilégio temporário de exploração monopolista.

Não estamos falando, portanto, de nada que seja estranho ao ordenamento jurídico nacional e ao ordenamento jurídico internacional. O que temos, de fato, é uma pressão bastante covarde, fundada em discursos que se assemelham a discursos terroristas de que qualquer medida em favor da saúde dos brasileiros ou de outros nacionais será capaz de desconstruir o comércio global e a inovação global no campo de medicamentos.

O Brasil já produziu uma licença compulsória. O Brasil, por meio de uma política bastante aguerrida de flexibilização da propriedade intelectual, construiu um dos maiores programas de saúde do mundo em relação ao HIV.

Então, eu concluo dizendo que não só o nosso ordenamento jurídico permite licenciamento compulsório como ele o exige. Nós não estamos aqui mais no âmbito da opção. Não fazer isso, ou seja, não flexibilizar, será, sim, uma omissão inconstitucional.

Muito obrigada a todos os Parlamentares.

34.2021

Sessão Comissão Geral

08/04/2021-11:28

Publ.: DCD - 09/04/2021 -

FERNANDO ZASSO PIGATTO--- ---

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. FERNANDO ZASSO PIGATTO - Bom dia, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Aécio Neves; Sra. Deputada Alice Portugal, proponente desta audiência; e demais presentes.

O Conselho Nacional de Saúde é uma das instituições de instância máxima de deliberação do SUS, de caráter permanente. Tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde, conforme a Lei nº 8.080, de 1990, e a Lei Complementar nº 8.142, de 1990. É composto por representantes de entidades e movimentos de usuários, trabalhadores de saúde, gestores das três esferas e prestadores de serviço.

No âmbito do SUS, especialmente pelos crescentes desafios que o controle social e os gestores precisam enfrentar e superar, o acesso a medicamentos e vacinas e a garantia da prestação de serviços de saúde à população ganharam centralidade no CNS diante do contexto da pandemia que vivemos no Brasil e no mundo.

Desde a década de 90, o CNS tem debatido a importância da ciência, da tecnologia e da inovação em saúde, iniciando o debate, a construção do que hoje conhecemos como Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a qual defendemos. Contudo, em 2004, houve uma maior articulação entre as ações de fomento científico e tecnológico e a política de saúde. A 1ª Conferência Nacional de Medicamento e Assistência Farmacêutica deu início à construção social da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, instituída pelo CNS após o evento participativo.

Após essas notas, trago aqui conceitos da Constituição. O medicamento - aqui, abro parêntese para as vacinas - é o insumo garantidor do direito à saúde, e a propriedade intelectual é o instrumento para o desenvolvimento da sociedade e a soberania.

Portanto, as Políticas de Ciência, Tecnologia, Inovação em Saúde e de Assistência Farmacêutica, oriundas das necessidades de saúde da população, de movimentos sociais organizados, são a expressão das necessidades de segmentos socialmente mais vulnerabilizados e carentes da sociedade. Elas buscam trazer a equidade e a nacionalidade no acesso à atenção à saúde. Essa afirmação é do Prof.

Jorge Bermudez, parceiro do controle social da saúde, que hoje se encontra aqui conosco.

Essa contextualização mostra por que somos a favor da quebra de patentes, neste momento e em diversos outros contextos. Já foram citados aqui exemplos de medicamentos para o tratamento do HIV/AIDS. Na época, o pleno do CNS aprovou a Resolução nº 352, de 2005, requerendo o licenciamento compulsório dos antirretrovirais, e a resolução contribuiu para a pressão nas negociações. Em 2007, o Governo brasileiro se decidiu, então, pelo licenciamento compulsório do efavirenz, garantindo a fabricação nacional do antirretroviral de forma segura, com qualidade e baixo preço.

Em 2017, houve uma nova queda de braço com a indústria farmacêutica sobre o medicamento sofosbuvir. O CNS aprovou a Recomendação nº 7, de 2017, que requeria do Instituto Nacional de Propriedade Industrial que priorizasse a análise do pedido da patente do medicamento. No resguardo dos interesses da saúde pública, pedia que considerasse como relevantes os subsídios ao exame da patente apresentados por instituições públicas, representações da sociedade civil e por entes do setor privado nacional, já que naquele momento estavam sendo realizados em Farmanguinhos/FIOCRUZ estudos de equivalência farmacêutica e bioequivalência do medicamento, entre outros.

No contexto da pandemia, o pleno do CNS já se manifestou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, que trata da licença compulsória nos casos de emergência nacional decorrentes da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional ou de Importância Internacional e aprovou a Recomendação nº 67, de 2020, que recomenda a adoção de medidas para a garantia do acesso à vacinação enquanto estratégia de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Pede que o Governo garanta a aplicação do disposto na legislação brasileira de propriedade industrial e em outros dispositivos legais ou acordados no que se aplica ao abuso do poder econômico e à possibilidade de efetivação da licença compulsória para a produção de vacinas e outros itens.

Diante dessa situação insustentável, é imperativo exigir atitudes imediatas e resolutivas a favor das vidas dos brasileiros e das brasileiras. Todos os esforços precisam ser coletivos, com comando único, participação ativa dos entes envolvidos e atitude concreta por parte do Governo Federal, como o cumprimento do seu dever constitucional de garantir saúde de qualidade para toda a população brasileira.

Afirmamos, ainda, a necessidade da garantia de medicamentos, como, por exemplo, sedativos e *kits* de intubação, entre outros, para as

peças acometidas pela COVID-19 e denunciemos a propagação de supostos tratamentos precoces sem base na ciência, que podem agravar os problemas de saúde das pessoas e criam a falsa sensação de que não se precisa usar máscara ou ter cuidado com as mãos e de que se pode aglomerar à vontade, porque basta quem tiver a gripezinha tomar um remedinho que se cura.

Não nos esqueçamos de que estamos aqui hoje...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 236/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:32
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA--- --	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA - Bom dia. Eu queria saudar a todos, em nome do Deputado Aécio Neves e da Deputada Alice Portugal.

Há exatos 20 anos, a FIOCRUZ mostrou que, se o Brasil não tivesse um complexo da saúde, nós teríamos um SUS com pés de barro, e a vida estaria sob ameaça. Falamos com a sociedade, com a classe política, e, infelizmente, a hipótese se mostrou correta: 90% dos insumos farmacêuticos ativos de que nós necessitamos são importados, ou seja, 90% dos remédios e vacinas que dão efeito têm seus insumos farmacêuticos importados; 80% dos equipamentos, como no caso dos ventiladores, têm seus sensores e componentes importados; 60% dos equipamentos de proteção individual para proteger os nossos profissionais de saúde são importados. Pasmem: este ano, as importações de saúde vão chegar a 20 bilhões de dólares. Um orçamento inteiro do Ministério da Saúde será importado sem produção e sem priorização da população brasileira. O futuro ainda é mais ameaçador, pois 88% das patentes em saúde estão em apenas 10 países.

Nesse contexto, é importante mostrarmos que não se trata apenas da



questão da vacina. Nós estamos numa sindemia. Perguntem a qualquer profissional de saúde se nós podemos tratar uma pessoa acometida de COVID sem tomógrafo, sem anestésico, sem antibiótico. Portanto, a visão tem que ser mais abrangente, até na linha do que vem sendo discutido nesta Casa. A saúde, nesse contexto, tem que ser vista como bem público global, seguindo, como foi bem lembrado nesta sessão, a declaração DORA, que diz que o interesse econômico não pode se sobrepor à saúde pública e à vida.

Por isso, é importante a suspensão temporária. Mas eu tenho a obrigação de, como foi feito 20 anos atrás, advertir que ela não é suficiente - não é suficiente. Se não tomarmos uma ação decisiva para internalizar e produzir os produtos do complexo da saúde no Brasil, nós vamos chorar o século XXI inteiro. Hoje, o que está acontecendo no âmbito das relações internacionais são barreiras comerciais de países ricos contra países pobres. A Agenda 2030 está sendo rasgada! A Agenda 2030 está rasgada por uma desigualdade imensa, que está ferindo o seu principal princípio, que é não deixar ninguém para trás. É importante colocarmos essa questão.

Nesse sentido, nós temos que avançar. Isso é fundamental. Eu soube que foi criada, agora, uma subcomissão do complexo no âmbito do Congresso Nacional. Isso é importante, porque senão esta reunião e este problema nós vamos repetir ano a ano, ao longo do século XXI, chorando pela vida dos nossos entes queridos, das pessoas no nosso País.

É importante acoplar ações de propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Precisamos fazer uso do mercado público brasileiro para estimular a produção e a inovação neste País. É importante também o fortalecimento de instituições como a FIOCRUZ e o Butantan, que fazem com o setor produtivo privado parcerias orientadas para a área pública. Precisamos de um novo padrão de política industrial e de desenvolvimento, que coloque o interesse social na frente, mas que arraste emprego, arraste investimento, arraste geração de renda, expansão econômica e desenvolvimento.

A saúde é um bem público, mas é também uma porta de saída da crise atual. O grande motor do século XXI não é mais o petróleo, a indústria automobilística ou o aço; é a saúde, é o complexo da saúde. Nós temos que atuar imediatamente para viabilizar o acesso a ela, mas numa visão estratégica, para que não fiquemos chorando ao longo do século XXI. Avisamos 20 anos atrás. Quero repetir o aviso agora. Nós estamos num momento de mudança tecnológica radical, com inteligência artificial, *big data*, etc. Se não atuarmos agora, vamos chorar e lamentar.

A saúde é uma oportunidade de desenvolvimento. Vamos ampliar essa

agenda neste contexto tão dramático da sociedade brasileira!

Documento 237/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:40
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JOSÉ GRAÇA ARANHA---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ GRAÇA ARANHA - Exmo. Sr. Deputado Aécio Neves, Presidente da CREDN; Deputada Alice Portugal; senhoras e senhores participantes deste muito oportuno debate sobre a quebra de patentes das vacinas no combate ao coronavírus, tentarei ser muito breve e objetivo nestes 5 minutos de que disponho.

Passamos por uma tragédia, como é consenso entre todos os que estão falando aqui. A situação de emergência geral foi muito bem descrita pelo Presidente da CREDN. O momento é dramático. A Deputada Alice Portugal citou, com muita propriedade, a implementação do mecanismo da licença compulsória nos países desenvolvidos e descreveu muito bem a dramaticidade da situação no Brasil e no mundo. O Deputado Carlos Lupi falou que precisamos de humildade, de generosidade, da não politização deste tema e de humanidade. A querida Dra. Socorro, que salvou a vida da minha família e a minha própria, vitimados que fomos por essa doença terrível, muito acertadamente falou dos responsáveis pelas flexibilidades do Acordo TRIPs.

O instituto da licença compulsória, mais popularmente conhecido no Brasil como quebra de patente, é um princípio jurídico existente nas leis de todos os países, na lei brasileira, no Acordo TRIPs, da Organização Mundial do Comércio. Debates acalorados sobre esse tema são comuns em várias partes do mundo. Foi assim quando a AIDS avançou em vários países e especialmente agora, com a pandemia da COVID, que assusta e ceifa a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

O assunto da licença compulsória deve, sim, ser debatido, mas temos que fazê-lo com cuidado, com cautela, com muito equilíbrio, com juízo, como disse o Deputado Mário Heringer, com responsabilidade e, principalmente, com respeito ao direito, em total coordenação com a Organização Mundial da Saúde e com a Organização Mundial do Comércio. Devemos lembrar que a proteção patentária é um direito

previsto na nossa própria Constituição. As implicações são muitas. O tema não deve ser banalizado. Caso seja, isso criará, sim, insegurança jurídica, afugentará o investidor.

O sistema de PI, como todos sabemos, é essencial para o desenvolvimento dos países. Os exemplos de sucesso são muitos. Cito China, Coreia do Sul, Índia, Cingapura, Tailândia, Japão, para mencionar alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sacudi-lo ou dificultar sua implementação pode gerar efeitos negativos. O devido respeito ao sistema de patentes gera negócios, pesquisas, e todos sabemos disso. Eu não vou me alongar nesta questão, mas a verdade é que a PI passou, e passa, por muitos altos e baixos nos últimos 50 anos aqui, no Brasil.

E qual é a nossa situação no mundo de hoje? Estamos na 66ª posição num *ranking* de inovação que examinou 129 países. Isso é muito pouco para uma das dez maiores economias do mundo. Recebemos hoje - este é um número de 2019 - cerca de 26 mil pedidos de patentes.

É o mesmo número de 20 anos atrás. O crescimento foi próximo de zero. A China, há pouco mais de 40 anos, não tinha sistema de patentes; hoje, somados os pedidos de patentes de invenção e modelos de utilidade, recebe 3 milhões e 600 mil pedidos. A Coreia do Sul, há 40 anos, era um país agrícola; hoje, recebe 225 mil pedidos. E nós, um país com 200 milhões de habitantes, seguimos com cerca de 26 mil pedidos. Por que há uma *performance* tão pífia de nossa parte? Há vários motivos econômicos, jurídicos, ideológicos, mas a verdade é que esse setor há muitos anos recebe pouca atenção e é constantemente atacado.

É claro que a licença compulsória está prevista em lei. Ela não é de fácil implementação. Mesmo com acesso a patentes, ela assusta alguns investidores. Na época do *boom* das *commodities*, nós tivemos centros de pesquisa aqui, como o da General Electric, mas depois eles foram embora. Muitas empresas deixaram de fazer pedidos no Brasil. O Brasil levou 15 anos para conceder uma patente - infames 15 anos! Nenhuma outra patente chegou a essa marca horrorosa. E esse resultado provoca total insegurança jurídica.

Já tivemos licenciamento compulsório aqui. Todos se lembram de que, em 2001, o Ministro José Serra pressionava o laboratório Roche, e o Ministro das Relações Exteriores, o saudoso Luiz Felipe Lampreia, atuava com todo o tato, por meio do que chamamos de diplomacia da saúde. E conseguimos, sem bravatas, sem afrontamento, sem traumas, um desconto enorme. O mesmo ocorreu no fim de 2003, com os Ministros Humberto Costa e Celso Amorim. Um pressionava, e o outro negociava, por meio da diplomacia da saúde. Conseguimos

uma...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Peço que conclua, por favor, Dr. José.

O SR. JOSÉ GRAÇA ARANHA - O mesmo aconteceu na Tailândia, mas *(falha na transmissão)*, e não conseguiram levar adiante.

Infelizmente, Sr. Presidente, quando falamos em licença compulsória, falta diplomacia e falta base jurídica. Não existe um cobertor que possa abarcar tudo. De acordo com a lei e o direito internacional, ela é concedida caso a caso, de maneira que, como muitas vezes é colocado aqui, nós corremos o risco sério de prejudicar a cooperação do Instituto Butantan e da FIOCRUZ com a AstraZeneca e o laboratório da Coronavac.

Nós temos acompanhado a dificuldade, como a imprensa tem noticiado, para se conseguirem os insumos das vacinas chinesa e indiana. Pode ser que, amanhã, tenhamos a primeira patente ou a primeira geração, mas a licença compulsória vai acontecer, e, quando chegar este momento, já estaremos na terceira ou na quarta geração.

Para concluir, digo que, na minha modesta opinião, devemos buscar um sistema de patentes sólido, respeitando as regras adotadas pelo sistema multilateral, respeitando a Constituição, que...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 238/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:48
Publ.: DCD	-MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO	
09/04/2021 -	ALEXANDRE--- ---	
CÂMARA	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
DEPUTADOS		DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.



O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE - Quero, na pessoa do Presidente Aécio Neves, parabenizar a Mesa pelas excelentes apresentações. Agradeço ao Presidente Arthur Lira pelo convite que me fez. Também parabenizo o Deputado Heitor Freire, do Estado do Ceará, pela coragem, e eu ia quase dizendo ousadia, de apresentar o PL 329/21, sugerindo a quebra de patentes, que, entre nós, no nosso jargão de direito patentário, é chamada de licença compulsória.

A quebra de patentes não é um calote no detentor da patente. Ele ganha *royalties*, é feito um acordo de remuneração. Simplesmente o Estado entra com seu poder de império.

Em toda a guerra, a primeira morte é a da verdade. E nós estamos numa guerra. Eu falei, em entrevista em junho do ano passado, que nós havíamos igualado, em número de mortes, a Guerra do Paraguai, o embate mais sangrento aqui da América Latina. Hoje nós estamos com 341 mil mortes, e a Guerra do Paraguai matou 50 mil brasileiros. Então, este é um momento de guerra, e é preciso se pensar sobre a verdade.

A nossa Nação, o Brasil, hoje vive uma grande contradição. Nós temos o nosso PNI - Programa Nacional de Imunização, referência mundial; nós exportamos *know-how*; distribuimos, todos os anos, mais de 300 milhões de doses de vacinas, soros e imunoglobulinas; em 2004, a nossa primeira campanha de vacinação completou um século - um século! Em 2007 - olhem a comparação que eu vou fazer -, nós vacinamos, em um único dia, contra a poliomielite, 16,3 milhões de crianças, e agora, no nosso primeiro mês de vacinação, nós vacinamos pífios 5,6 milhões de brasileiros. Como explicar essa grande contradição? Nós poderíamos ter vacinado 40 milhões de brasileiros com os 40 mil postos que o PNI tem, com uma capilaridade extraordinária em todo o País. A explicação é dupla: o que eu chamei, em outra entrevista que concedi, de rota do remédio e o custo econômico das patentes.

O que eu chamo de rota do remédio é o que consagra a máxima "*O remédio segue do dinheiro*". Dos medicamentos produzidos em todo o globo, 50% são consumidos nos Estados Unidos, em um único país do nosso planeta - 50% dos remédios são consumidos nos Estados Unidos! E essa lógica da rota do remédio foi reprimada no contexto das vacinas. As vacinas foram sequestradas pelos países mais ricos, sim, do globo, foram passadas para 13,3% das pessoas. Isso é o que chamamos de sequestro das vacinas. Então, vemos que o que ocorre com os remédios, que seguem a rota do dinheiro, foi replicado agora no contexto da vacinação contra a crise sanitária que estamos vivendo.

Quanto ao custo econômico das patentes, a proteção jurídica das

invenções no Brasil, inclusive de medicamentos, é feita pelo regime jurídico de patentes. No Brasil, uma patente de um medicamento vigora por 20 anos, contados da data do depósito, ou por 10 anos, se se contar da data da concessão. Esse que é o grande detalhe. O prazo de 20 anos da data do depósito é o que consta lá no *caput* do art. 40 da nossa Lei da Propriedade Industrial, que é a Lei 9.279, de 1996. O *caput* estipula esse prazo de exclusividade na exploração de um medicamento ou de um processo.

Porém, conforme o parágrafo único do art. 40, nós somos o único país do planeta que internalizou, na nossa legislação intestina sobre direito patentário, uma prorrogação automática, caso o INPI, que é o instituto responsável pela concessão das patentes, demore mais de 10 anos para fazer a análise.

Então, o que acontecia é que os grandes laboratórios faziam manobras para a análise demorar mais de 10 anos no INPI, para que as suas invenções de medicamentos e processos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 239/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:52
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ODILON JOSÉ DA COSTA FILHO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ODILON JOSÉ DA COSTA FILHO - Muito bom dia. Saudando o Presidente Aécio Neves e a Deputada Alice Portugal, saúdo todos os presentes.

Quero fazer, primeiro, uma ressalva ao excepcional pronunciamento inicial do Presidente Aécio, que merece ser relido, revisto nessa sequência. Vou saudar o Prof. Carlos Gadelha lembrando uma frase dele, que ele sempre dizia em nosso relacionamento no complexo industrial da saúde: *"Isto não é trivial."* Verdade, professor. Isto que nós estamos discutindo, Presidente, não é trivial. O que está em discussão não é trivial porque o ponto focal essencial é, primeiro, uma questão

ética e, segundo, uma ação humanitária.

Nós estamos falando é de acesso, mas não só disso, porque esse acesso vai exigir, numa licença compulsória, quebra de patente ou o nome que se queira dar, a internalização da tecnologia. É isso que não é trivial.

Aí, Presidente, eu vou fazer uma reflexão curta e objetiva. Vou voltar aos idos de 2007, quando o então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, teve a coragem de fazer a licença compulsória do efavirenz. Para fazer isso, foi necessário o Brasil demonstrar que teria alguém dentro do País capaz de produzir o IFA - ingrediente farmacêutico ativo. Então, com esse ponto, eu queria pedir ao Presidente que nada na direção de licença compulsória seja feito sem que quem participar ativamente disso retome tudo o que existe sobre a licença compulsória do efavirenz, porque nela já está o caminho das pedras para o que se quer fazer nos dias de hoje.

Essa licença compulsória do efavirenz exigiu que no Brasil fosse formado um consórcio. A FIOCRUZ fez um levantamento de que empresas farmoquímicas teriam capacidade técnica de absorver a produção desse IFA. Foram definidas quatro ou cinco, e delas foram escolhidas três: Cristália, Nortec e Globe Química. Com esse consórcio, aí sim, foi possível dar substância à licença compulsória, e, de 2007 a 2017, essas três empresas - Cristália, Nortec e Globe Química - produziram no País o efavirenz, que era um produto essencial para o coquetel da AIDS. O produto final era produzido por Farmanguinhos, com o IFA produzido localmente por essas três empresas.

Então, com esse viés, eu solicito, Presidente Aécio, que se tome como base, em qualquer discussão futura, tudo o que foi feito lá atrás com a licença compulsória do efavirenz. E torno a enfatizar que essa questão não é política nem ideológica, nada disso. Ela tem que ser uma questão absolutamente ética, de assistência humanitária e de acesso. Esse é o acesso vital para a vida.

E vou fechar dizendo que temos que nos debruçar no que já foi feito, para não cometer nenhum erro de novo, e ter muita atenção, porque eu não sei - eu não sei - se nós estamos preparados para fazer a internalização da tecnologia de uma forma tão pujante no caso da vacina. Desenvolver, como disse o Tiago, da Bahiafarma, tudo o que é necessário e chegar ao produto acabado é uma coisa, envasar ou distribuir é outra coisa, a complexidade é outra.

Então, eu fecho com a frase do Prof. Gadelha: "*Isso não é trivial*". Todo cuidado é pouco.

Obrigado.

Documento 240/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-11:56
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	SARQUIS JOSÉ BUAINAIN SARQUIS---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. SARQUIS JOSÉ BUAINAIN SARQUIS - Muito obrigado, Deputado Aécio Neves. Bom dia a todos.

Queria congratular V.Exa., Deputado Aécio Neves, e a Deputada Alice Portugal pela iniciativa deste debate, hoje tão relevante e urgente.

Vou apresentar esclarecimentos técnicos e objetivos afetos à ação da diplomacia brasileira e às tratativas sobre a matéria do ponto de vista internacional, nos vários fóruns correspondentes.

Como V.Exa., as senhoras e os senhores sabem, o Brasil tem, desde há muito tempo e especialmente durante essa pandemia, apoiado os entendimentos pelo acesso universal a vacinas; tem feito isso no G-20, no grupo BRICS, na OMS e na OMC.

Em todos esses foros, o Brasil tem tido o papel de construtor de pontes, trazendo uma visão conciliadora internacional que seja factível para todos, já que a pandemia é global.

O Brasil tem um papel histórico, na OMC, na construção dos entendimentos e das regras escritas no Acordo TRIPS. Ele também tem tido um papel histórico na interpretação dessas regras. Assim fez e tem feito para dar ao acordo todas as flexibilidades necessárias, inclusive com vistas ao instrumento da licença compulsória, que deve, sim, ser usado, que é legal no Brasil e é legal segundo as regras internacionais, como as inscritas na OMC.

Desde 1996, o Brasil dispõe de legislação com previsão de licença compulsória. Esse instrumento deve ser usado caso a caso, conforme as particularidades, necessidades e capacidade de cada país. O Brasil só usou esse recurso uma vez, para o antirretroviral efavirenz, em 2007, e levou tempo para chegar à sua produção.

Caso necessitem e possam fazê-lo, os países devem se dotar de legislação de licença compulsória. Vários países que foram citados estão indo nessa direção. O Brasil já está nessa posição. Nós temos uma legislação que prevê o mecanismo da licença compulsória.

Por hora, como os senhores sabem, nenhum País recorreu à licença compulsória para a produção de vacinas durante essa pandemia. A avaliação internacional tem sido a de que o problema não se refere a patentes, mas, sim, aos gargalos na produção, na distribuição e no acesso a vacinas, IFAs e insumos. No Brasil, precisamos aumentar globalmente a capacidade de produção.

A quebra de patentes não parece ter resultados no curto prazo, pois há não só esses problemas logísticos e de capacidade que eu salientei, mas também enormes dificuldades de engenharia reversa para produzir essas vacinas, sobretudo as de nova geração. Se os medicamentos são complexos em termos de engenharia reversa e de quebra de patentes, muito mais ainda são as vacinas. Creio que o Dr. Odilon Costa Filho e o Deputado Mário Heringer elaboraram falas a respeito da dificuldade e da prudência necessárias diante do recurso à licença compulsória.

A suspensão de direitos de patentes, muito além da licença compulsória, resultaria em riscos não desprezíveis, além da própria insegurança jurídica que traz. Poderia comprometer a importação de vacinas de nova geração e de outras vacinas que estamos importando aqui no Brasil. Poderia comprometer novos investimentos internacionais em pesquisa e em desenvolvimento, bem como os investimentos nacionais, e a produção de novas vacinas no Brasil no futuro, diante de novas vertentes. Poderia comprometer contratos hoje em vigor da FIOCRUZ e do Instituto Butantan com parceiros internacionais que desenvolvem vacinas.

Creio, Sr. Presidente, que a solução, no Brasil e no mundo, tem se dado em linha convergente com o Acordo TRIPS.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 241/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:04
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	GEANLUCA LORENZON---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. GEANLUCA LORENZON - Obrigado, Presidente. Obrigado pela introdução.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Dr. Geanluca, o senhor me desculpe. O senhor tem a palavra.

O SR. GEANLUCA LORENZON - Imagine. Isso não é nada que não aconteça com esses nomes italianos importados de qualquer jeito.

Sr. Presidente Aécio Neves, parabéns pela excepcional condução dos trabalhos da Comissão.

Parabéns à Deputada Alice Portugal, que conheci no ano de 2019 e com quem tive discussões técnicas muito elaboradas e produtivas, à época, sobre a Medida Provisória de Liberdade Econômica.

Saúdo todos os Srs. Congressistas aqui presentes, os doutores, os especialistas, os representantes de instituições, pelas quais tenho muito respeito, notadamente a FIOCRUZ, o Médicos sem Fronteiras, entre outras.

Sr. Presidente, eu vou delimitar sobre o que tratarei na minha rápida fala. Eu não falarei especificamente sobre a utilização de uma licença compulsória para a queda de patentes ou sobre uma iniciativa global na OMC para a quebra de patentes, porque esses assuntos não são o que estamos, no calor do momento, discutindo como País. O que nós estamos, no calor do momento, discutindo como País é a passagem de uma legislação, de um PL que unilateralmente quebre as patentes da vacina, e é somente a isso que eu irei me referir nestes 3 minutos que me restam.

Sr. Presidente, a pergunta que eu me faço, que é a mesma que a minha Secretaria faz desde a década de 90, toda vez que analisamos um normativo, é: por quê? Por que sempre o Brasil busca a solução que nenhum país do mundo buscou? Nenhum país do mundo quebrou unilateralmente a patente de vacinas contra a COVID, nem a Índia, que pode produzir os insumos e os princípios ativos, nem a China. Por que o Brasil, que não pode produzir esses insumos e princípios ativos, vai fazer isso? Por que nós sempre optamos pela solução mais fácil.

Existem estudos empíricos que mostram que, quanto mais previsão de direitos sociais há na Constituição, menor é a efetividade. Por que nós sempre achamos que colocar algo na lei resolve os problemas do

mundo? Se fosse assim, o Brasil seria um paraíso, Sr. Presidente.

É aí que nós precisamos pensar que nós não fazemos a realidade com os textos legais, senão poderíamos passar um PL, Sr. Presidente - e tenho certeza de que o Presidente da República passaria uma medida provisória -, proibindo a COVID no País: "*Art. 1º Fica proibida a COVID no Brasil*". Mas não podemos fazer isso, porque não se tornaria realidade, esse que é o caso.

Israel não quebrou a patente da principal vacina que eles usaram, que foi a da Pfizer.

Muito pelo contrário, se nós quebrarmos as patentes, poderemos prejudicar o ritmo atual.

Essas não são palavras do Ministério da Economia, Sr. Presidente. Essas são palavras de Dimas Covas, Diretor do Butantan. O que o Butantan tem a ganhar em ser contra a quebra de patentes? O Butantan é algum empresário ganancioso, egoísta que quer dinheiro? Não, o Butantan quer ajudar o País, e ele falou publicamente que a quebra de patentes prejudica.

Repito: nem a Índia, que tem a capacidade de produzir o princípio ativo, quebrou a patente lateralmente. O que a Índia fez? Foi buscar um consenso global. Se nós, como país, quisermos quebrar patentes, devemos fazer o mesmo. Vamos entrar num consórcio, se for necessário e assim for decidido - não é minha área técnica, porque não sou profissional de saúde -, e usar o instrumento de licença compulsória. Mas sejamos honestos: a discussão que estamos tendo no País hoje e ontem, por causa da discussão no Senado, não é sobre utilizar a licença compulsória dentro do Estado Democrático de Direito e nem sobre entrarmos na iniciativa da OMC de quebrar patentes. Nossa discussão é sobre passar uma legislação que será completamente inefetiva e que, além de inefetiva, Sr. Presidente, ressaltado, pode prejudicar completamente a importação de princípio ativo pelo Brasil. Nós podemos atrasar os nossos contratos em razão disso.

Foi este Governo, não o Governo passado, nem o retrasado, que cortou em 50% o atraso na concessão de patentes no Brasil - 50%, algo sem precedentes. Não vejo nenhuma oposição a esses números pelo INPI.

Novamente, acredito que, se cabe, como uma política pública, quebrar patentes - temos instrumentos para isso -, passar uma legislação unilateral, conforme nenhum país do mundo passou, não é solução.

Obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns a todos os Congressistas pelo trabalho.

Documento 242/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:08
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Muito obrigado.

Esse é um assunto que realmente me interessa, Presidente, porque eu sou detentor de uma patente de medicamento. Esse é um assunto muito sério. Eu lutei muito, mais de 15 anos, para conseguir essa patente e, graças a Deus, consegui e tenho feito bom uso dela no tratamento de crianças.

Estamos vivendo um período de pandemia, e o Brasil está numa situação muito crítica. Temos, sim, que pensar seriamente nesse sentido. A presente reunião é muito importante neste momento em que estamos, incansavelmente, buscando as melhores e mais rápidas soluções no intuito de salvar vidas.

Há ainda divergências importantes, como nós vimos aí, a serem sanadas acerca desse debate. São acordos, gastos públicos, quebras de monopólio. Há também a expectativa de que a quebra de patentes de vacinas e medicamentos realmente tenha efeitos positivos no combate à pandemia.

Sei como é difícil obter a patente de medicamentos, como eu disse antes. Sou vítima dessa burocracia e do mercado das gigantes farmacêuticas. Busca-se, com a quebra das patentes das vacinas no Brasil, a produção de imunizantes, insumos e remédios com eficácia comprovada contra a COVID-19 de uma maneira rápida e com custos mais baixos.

O que nos preocupa muito é o nosso papel de acreditar nessa possibilidade viável para o alcance da população. Como o senhor bem disse no início, teremos, sim, que ter uma flexibilização temporária. Outros países também vêm tentando aprovar essa medida junto à

Organização Mundial do Comércio. Quem sabe poderia ser importante o Brasil se associar a isso, e não ficar isolado no bloco. É uma medida temporal, no intuito de imunizar mais rapidamente a população e, quem sabe, logo voltarmos a uma vida normal.

Segundo os dados apresentados na justificativa do PL 12/2021, do Senador Paulo Paim, o Brasil pagou ao Instituto Serum da Índia mais do que o dobro do valor pago pelos países da União Europeia pelos 2 milhões de doses da vacina desenvolvida pela AstraZeneca. Foram 5,25 dólares por dose, sendo que os países mais ricos pagaram 2,16 dólares por dose. Essa lógica torna os países reféns da indústria.

O monopólio de uma empresa impede a concorrência e coloca em risco as ações de combate à doença. Não quero polemizar, mas, assim como os colegas, estamos esperançosos e combatentes. Espero que as pessoas entendam essa situação.

O próprio Senador americano democrata Bernie Sanders afirmou que é favorável que o seu país apoie a suspensão temporária de patentes, para garantir que a tecnologia das vacinas esteja disponível a todos, independentemente da sua natureza. Alguém disse: *"Ah, mas houve um custo muito alto na pesquisa e na produção das vacinas"*. Vejam bem, cada empresa recebeu cerca de 1 bilhão de dólares de fundos públicos, enquanto a parceria entre a Johnson e outras empresas, como AstraZeneca, por exemplo, recebeu 1 bilhão de dólares. A Pfizer e a BioNTech receberam mais de 500 milhões de dólares de dinheiro público.

Então, não vejo razão para que isso não aconteça. Estão questionando alguns valores? Sim, mas eles receberam auxílio, e nada mais justo do que favorecer os países médios e pobres - nós necessitamos de vacinas.

O Brasil já passa de 5 mil mortes diárias. Nós não podemos permitir isso.

Não é uma coisa para o futuro, é para o presente. Se não fizermos agora, quando é que nós vamos fazer? Aonde nós vamos chegar, com nossa população já tão sofrida? Nós passamos por todas as etapas - tratamento precoce, *lockdown*, tratamento preventivo, Remdesivir, hormônio pra câncer de próstata e câncer de mama... Os médicos, hoje, só tratam os sintomas da patologia, na UTI, porque não há um tratamento específico. Chegamos ao fim da linha.

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, convidados aqui presentes, primeiramente, quero saudar a Mesa da Câmara e o Presidente Arthur Lira, que compreendeu a importância da reivindicação da bancada do PCdoB, especialmente através da Deputada Alice Portugal, para que realizássemos este debate, esta Comissão Geral.

Nós vivemos uma guerra contra um inimigo invisível e extremamente letal. Neste cenário de terror, a quebra de patentes dos imunizantes, insumos e equipamentos vai nos levar a vacinar mais rapidamente a população brasileira e conter a escalada de mortes na pandemia. Neste momento em que a COVID mata milhões no mundo, representando o Brasil mais de 30% das vítimas diárias, mesmo que tenhamos apenas 10% da população mundial, é urgente que a vacina seja um bem público de interesse da população do planeta, porque é preciso salvar a humanidade. E nós, os brasileiros, queremos ser salvos.

Infelizmente, o Brasil foi o único país em desenvolvimento que, em outubro de 2020, se manifestou contra a proposta de quebra de patentes defendida pela Organização Mundial de Saúde, através da Índia e África do Sul, que recebeu depois a adesão de quase cem outros países. A própria Organização Mundial de Saúde está fazendo campanha para os líderes mundiais atuarem para desnacionalizar as vacinas contra a COVID e quebrar as patentes.

O Brasil, mesmo tendo mais de 4 mil mortos por dia, passando de 341 mil mortes - 341 mil mortes - nesta pandemia, parece não se preocupar com que muitos mais possam morrer. É preciso que o Presidente Bolsonaro "caia na real" e perceba que ele foi eleito para cuidar do País, para cuidar da população. Ele não foi eleito para abandonar o povo brasileiro, deixando-o morrer. O Brasil precisa se dar conta de que precisa salvar a população.

O fato de o Presidente Bolsonaro ter se recusado a comprar 70 milhões de doses de vacina no ano passado, com o que já poderíamos em dezembro ter iniciado a vacinação; o fato de ele ter desacreditado a complexidade, o agravamento da pandemia; o fato de passar pela cabeça dele que os brasileiros não queriam se vacinar, tudo isso mostra que ele desconhece completamente a realidade do País que ele

dirige...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 244/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:20
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, situações extremas merecem atitudes extremas. Esta Comissão Geral tem grande relevância, e o Brasil, a partir de ações nossas, de decisões nossas, precisa avançar, sim, no movimento que o mundo todo já faz pela quebra de patentes, para que nós possamos ter vacinas em abundância, para que a vacina não fique sujeita, não fique atrelada apenas aos interesses econômicos dos grandes laboratórios, das grandes empresas internacionais.

Até países da Europa, até os Estados Unidos, que há pouco tempo tinham posição contrária à quebra de patentes, já começam a rever as suas posições. E o Brasil segue do jeito Bolsonaro. O Brasil segue sempre atrasado. O Brasil segue, infelizmente, sempre na contramão do que diz a ciência. O Brasil segue sempre na contramão daquilo que a população necessita, para que nós possamos salvar vidas, para que possamos vencer a pandemia do coronavírus.

Eu quero aqui reafirmar a minha indignação com a postura do Presidente Bolsonaro, que, durante toda a pandemia, agiu ao lado do vírus e contra o nosso povo e a nossa gente. E quero aqui reafirmar a nossa posição por vacina já para todos. Nós não vamos desistir. O Congresso Nacional não pode desistir. Os Prefeitos e Governadores, que estão tendo papel fundamental para que avancemos na compra de vacinas, não podem desistir. O Butantan e a FIOCRUZ, que estão desempenhando um papel importante, sem ter o apoio amplo e necessário que deveriam ter do Governo Federal, não podem desistir. Nós precisamos de vacinas e, se for necessário quebrar patentes, o Brasil precisa fazer isso, precisa se somar à OMS, precisa se somar

aos demais países que há muito tempo já estão articulando e trabalhando nesse sentido.

Nós temos que lembrar as decisões acertadas, as quebras de patentes que já fizemos no passado, que o mundo já fez no passado. Se o Brasil tem um programa exemplar, exitoso, premiado no mundo todo de combate e de tratamento da AIDS, por exemplo, foi entre outras coisas também pela coragem de quebrar patentes de medicamentos.

Então, deixo aqui a mensagem do papel que tem que ter o Congresso Nacional e da perspectiva que o mundo apresenta agora com essa opção que nós hoje estamos aqui debatendo.

Documento 245/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:24
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui primeiro parabenizar a iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados e também de todos os Deputados que se organizaram para que houvesse a realização desta Comissão Geral.

Início falando isso, Sr. Presidente, porque eu sei, e todos nós sabemos, que quebra de patente sempre aconteceu em todo o mundo e aqui, no Brasil, não tem sido diferente. Eu digo isso, porque a quebra de patente está prevista na nossa legislação de patentes: quando no Brasil há uma situação de emergência nacional, quando há interesse público, pode-se quebrar patentes.

Aí eu pergunto a cada Deputado, a cada Deputada, aos Senadores e a todos que estão nos assistindo: existe alguma emergência nacional na saúde para quebrarmos patente? É lógico que, se eu fizer essa pergunta ao Bolsonaro, ele vai dizer que não, porque ele não cuida de vidas, mas todos nós sabemos que há uma emergência nacional para quebrarmos patente. Se eu perguntar se existe algum interesse público ao Bolsonaro, é lógico que ele vai dizer que não há, porque ele não cuida do Brasil, mas, se a fizermos à maioria dos Parlamentares, dos Senadores e da população brasileira, é lógico que irão responder que há interesse público.

É justamente por isso que nós temos que trabalhar para que as pessoas tenham acesso à vacina. Se isso significa quebrar patente, vamos quebrar patente, porque nós precisamos salvar, em primeiro lugar, a vida, não o capital ou o lucro. Nós temos que preservar a vida das pessoas.

A iniciativa do Senador Paulo Paim de encaminhar projeto que prevê a quebra de patente para o Senado foi muito importante, mas fiquei triste por ver o Presidente do Senado tirar o projeto - ele sofreu pressão de Bolsonaro.

Por fim, quero saudar o Presidente Lula, que tem defendido, junto a todos os organismos internacionais, de todos os países, que haja uma governança internacional para gerenciar, acompanhar e tomar atitudes...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 246/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:24
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero começar saudando a sua iniciativa de, junto com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, procurar a Organização Mundial de Saúde e fazer um apelo para que ajude o Brasil a enfrentar esta que está sendo a maior tragédia humana.

A gravidade da COVID-19 no Brasil não é um tema só para nós brasileiros e brasileiras, mas também é um tema para o mundo, porque hoje o Brasil é a maior ameaça global em relação à COVID-19 no mundo inteiro.

Na semana passada, surgiu uma nova variante em Sorocaba. Nesta semana, uma no Maranhão e no Amapá. Hoje, Sr. Presidente, na sua Belo Horizonte, identificaram uma mutação com 18 particularidades específicas novas. Isso mostra que o Brasil pode desenvolver, daqui a

pouco, variantes que sejam inclusive resistentes a vacinas que nós temos.

Desde maio do ano passado, junto com Parlamentares de todos os partidos, Sr. Presidente, no espírito do que V.Exa. disse, eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, assinado por Deputados e Deputadas que vão do PSOL ao PSL, de todos os espectros desta Câmara.

Ele procura garantir uma situação que eu nem chamo de quebra de patente, porque a patente vai continuar. O detentor da patente vai continuar com a patente dele. Como ontem o Deputado Dr. Zacharias Calil disse aqui, vai continuar com a sua patente. Mas é quebrar o monopólio. Nós não podemos deixar que quem tenha patente tenha o monopólio da produção, da comercialização, da distribuição seja de medicamentos, seja de tecnologias, seja de exames diagnósticos e, principalmente, de vacinas, Sr. Presidente.

Hoje, 76% das doses de vacinas aplicadas no mundo são aplicadas em dez países apenas. Como V.Exa. falou na sua intervenção inicial, está concentrado nos países mais ricos, que têm as grandes indústrias farmacêuticas, um grande número de doses de vacinas.

Nós não daremos conta de vacinar, tratar, cuidar o conjunto da população mundial, se não aumentarmos quem pode produzir essas vacinas, esse medicamento.

Não queremos quebrar patentes, queremos monopólio. Queremos que o monopólio de quem tem a patente não perca durante este momento tão grave.

E o que é mais grave ainda, Sr. Presidente, é o seguinte. Essa falta de quebra do monopólio está provocando a quebra de sistemas de saúde em todo o mundo, provocando a perda de vidas e provocando a quebra de outros setores econômicos.

Então, que monopólio é esse? Por que não se pode quebrar o monopólio de quem registrou a vacina, de quem registrou o medicamento? E assistimos à quebra de outros setores econômicos, à perda de empregos, à quebra do setor do comércio, à quebra da indústria. Não podemos...

Em nome da vida, da defesa da vida e da recuperação econômica não só do Brasil, mas de todo o mundo, nós temos que quebrar este monopólio de quem venha a registrar patentes que possam ser fundamentais para a COVID-19.

Por isso, nós apresentamos este projeto, Sr. Presidente. Gostaria que

podéssemos encaminhá-lo junto com os demais projetos para votação o mais rápido possível. Desde maio, está com pedido de urgência. Vários Líderes partidários já esperam essa urgência. Precisamos aprová-la.

Qual é o espírito deste projeto, Sr. Presidente? O Brasil já tem uma lei de licença compulsória. O Presidente da República, se quisesse, já poderia ter feito um decreto, como fez, por exemplo, o Presidente Lula, na época do medicamento Efavirenz para HIV/AIDS. O Brasil já tem. Ele poderia ter feito este decreto.

Mas, mesmo que o Presidente tivesse feito este decreto, entre fazer o decreto, esperar a empresa dar uma resposta, estabelecer o valor, nós podemos perder 5 meses, 6 meses, 8 meses, 9 meses. E o Brasil, a cada dia, está perdendo quase 4 mil vidas, Sr. Presidente.

Por isso, a lei vem no espírito de acelerar inclusive o mecanismo que nós já temos de licença compulsória. Aprovar essa lei, em momentos de emergência de saúde pública, como a que estamos vivendo - e só enquanto existir a emergência de saúde pública -, fará com que qualquer registro de vacina, de medicamento ou de tecnologia de diagnóstico seja um registro com licença compulsória, ou seja, autorizando que qualquer produtor que tenha qualidade para produzir - essa qualidade vai ser verificada pela ANVISA - possa produzir para baixar o preço e aumentar o acesso.

Sr. Presidente, eu tenho certeza absoluta de que, se aprovarmos esses projetos, várias empresas nacionais e internacionais que estão aqui no Brasil poderão se adaptar rapidamente para ampliar a produção de vacinas no Brasil.

Documento 247/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:32
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF) - Sr. Presidente, Deputado Aécio Neves, eu quero cumprimentar V.Exa. e a todos e dizer que o Brasil perdeu o bonde da história nesta discussão quando resolveu desmontar os esforços históricos que nós fizemos para a criação do BRICS, um conjunto de países emergentes, um conjunto de

países que têm interesses em comum, que se reuniu num grande bloco para pressionar o mundo e para colocar os seus interesses e as suas necessidades em questão.

Desde que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro se iniciou, o Brasil tem desdenhado desse grande bloco internacional. A prova desse desdém, o último episódio lamentável de uma política externa completamente sem rumo, uma política externa histórica, altamente ideológica e infrutífera, foi justamente a recusa do Brasil em apoiar, em outubro de 2020, a proposta de suspensão das patentes dos produtos de combate ao coronavírus que foi feita à Organização Mundial do Comércio por dois parceiros históricos do Brasil: a Índia e a África do Sul.

Neste momento, eu queria ressaltar o quanto a diplomacia do Ernesto Araújo, que agora se foi, ainda bem, prejudicou o País. Na história, vão perguntar de que lado o Brasil ficou quando os países emergentes, mais de 90 países liderados por Índia e África do Sul, se posicionaram a favor da quebra dessas patentes no âmbito da pandemia.

O Brasil se recusou a apoiar os seus parceiros históricos, apostando numa relação bilateral não com os Estados Unidos, mas com o Presidente Donald Trump, o que se mostrou absolutamente inadequado, porque países não deveriam ter amigos, deveriam ter interesses a zelar.

Nós estamos fazendo esta Comissão Geral, ocasião em que eu queria ressaltar o quanto uma diplomacia sem rumo, mal planejada e completamente ideológica pode prejudicar o País em diversos aspectos.

Então, nós já estamos prejudicados no meio ambiente, pela gestão temerária do Governo; já estamos prejudicados na saúde, porque hoje somos um foco da pandemia, o que pode prejudicar o resto do mundo; e estamos também prejudicados por não sabermos quem são os nossos aliados históricos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 248/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:36
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu queria parabenizar a iniciativa da Comissão Geral pelo debate desse tema. Na verdade, o Congresso Nacional não se furtou a debater a questão da pandemia, a discutir a saúde pública, o auxílio emergencial e todas as medidas que o Executivo necessitasse.

Nós precisamos, neste momento, fazer uma reflexão sobre qual é a referência do Brasil para o mundo hoje, qual é o grande problema que estamos encontrando, por que estamos com uma média de quase 4 mil mortes diárias, amigos e familiares, em todos os cantos. E a imprensa anuncia mais de mil Municípios com ameaça de ficar ou já estar sem oxigênio, com pessoas morrendo em filas, sem UTI, sem poderem ter um tratamento decente.

Nós temos um grande problema que é preciso enfrentar. O Presidente da República se mostrou um homem incompetente e despreparado para qualquer crise, em especial a crise da pandemia. Nós somos a favor da quebra do monopólio. A indústria farmacêutica não pode estar a serviço dos interesses privados. Os laboratórios não podem estar a serviço do sistema capitalista apenas como lucro e dinheiro da minoria, mas precisamos discutir o papel exercido pelo Presidente da República, que envergonha qualquer brasileiro ou brasileira que tenha dignidade, um homem desumano, um homem desastroso, um homem despreparado, incapaz de conduzir um momento tão grave como este que vivemos.

Por isso, Sr. Presidente, deixo essa reflexão. O momento exige um estadista na Presidência da República, exige um homem aberto ao diálogo, um homem que chamasse todas as universidades, pesquisadores, Governadores e Prefeitos para dizer que só sairemos desse problema com a união das forças de todos aqueles que querem ajudar a resolvê-lo, mas nós vimos exatamente o contrário.

Por isso, Sr. Presidente, quero parabenizar a Comissão Geral e a iniciativa da Deputada Alice Portugal...

(Desligamento automático do microfone.)

34.2021

Sessão Comissão Geral

08/04/2021-12:36

Publ.: DCD - 09/04/2021 -

NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente e colegas Parlamentares, ontem este Parlamento aprovou um assunto muito grave. Basicamente buscou a legalização de que castas possam ter o privilégio de se vacinar primeiro, de se vacinar antes de pessoas que mais têm risco de morrer, de pessoas para quem seria mais urgente que a vacinação chegasse.

Quem disse que aquilo foi uma política para aumentar a velocidade da vacinação, autorizando a compra pelo setor privado - iria haver várias frentes ao mesmo tempo comprando vacina -, esquece qual é a realidade do nosso País hoje, que é a de que não há vacina sobrando. E quando uma associação de gente rica tiver permissão de compra para se vacinar primeiro, isso não vai significar mais gente sendo vacinada. Isso vai significar que menos vacina está chegando ao SUS - Sistema Único de Saúde, para fila em que há critérios científicos para atender a quem tem mais risco de morrer.

A razão pela qual está faltando vacina se relaciona diretamente com a política nacional e também com a política internacional. Localmente, nós temos um Governo que aplica uma política genocida. Quando teve a oportunidade de realizar um planejamento para efetuar a compra de vacinas, para fazer com que nós tivéssemos uma política de vacinação que chegasse para todas as pessoas, não o fez. Jogou todas as oportunidades na lata do lixo. E não foi só por incompetência. Foi incompetência, mas também foi uma opção política pela morte.

A segunda razão, Presidente, é justamente este tema das patentes, que estamos debatendo aqui hoje. Nós temos que entender que o nosso ordenamento jurídico já traz previsões legais para que, em situações como a que estamos vivendo agora, de emergência sanitária, possa haver a flexibilização das patentes.

E é isso que nós precisamos fazer agora. Não cabe vacilo deste Parlamento neste tema, sob pena de nós permitirmos que a pandemia siga sendo essa oportunidade para algumas pessoas ficarem bilionárias à custa da morte do povo, enquanto mais da metade da população brasileira hoje vive em insegurança alimentar.

Nós temos, portanto, um dever, a obrigação de tratar e aprovar aqui a flexibilização das patentes, de garantir que a vacinação chegue a todos os brasileiros e a todas as brasileiras e de deixar expresso que a vida vale mais que o lucro. Nós estamos vivendo uma pandemia, e há poucas situações possíveis de se imaginar mais graves do que esta.

Eu peço, para concluir, Sr. Presidente, mais 30 segundos.

Quero terminar lembrando que, se a flexibilização das patentes é fundamental, há outra medida também sanitária que é fundamental para enfrentarmos a pandemia. Outra medida sanitária fundamental para pôr fim à pandemia é colocar fim a este Governo. Cada dia a mais com o Bolsonaro no poder, é mais gente morrendo. Todo mundo sabe disso. Todo mundo já entendeu. Este Parlamento sabe disso. Todos os setores políticos que compõem esta Casa sabem que nós só estamos nesta desgraça em que vivemos hoje, o País do mundo hoje com os piores números de morte e de contaminação, por causa da política de Bolsonaro.

Então, junto com a flexibilização das patentes, sem dúvida, a medida sanitária que este Parlamento deve tomar é o *impeachment* do Presidente.

Obrigada, Presidente.

Documento 250/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:40
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Então, permita-me apenas, em nome da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, cumprimentá-lo por sua data natalícia. Meus parabéns, Deputado Vicentinho!

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente! É uma surpresa!

Sr. Presidente, quando o Governador Doria anunciou a iniciativa da Coronavac, a minha primeira reação, mesmo tendo divergências políticas, foi: graças a Deus! Tomara que dê certo! Tomara que o Butantan esteja à frente desse projeto da maneira a mais maravilhosa possível. E, graças a essa política desenvolvida, é que nós conseguimos dar um salto de qualidade.

O sentimento de outros foi de competição: "*É interesse político*". Pode até ser, pode até se aproveitar disso, mas o fundamental é que se descobriram caminhos para a vida. E não dá para se ter um Presidente que negou, nega, obstrui, atrapalha e, portanto, é responsável por tantas mortes no nosso País, por tantas famílias perdendo a sua vida.

Por esse motivo, esta sessão, esta Comissão Geral tem um papel extraordinário para a nossa reflexão. As palavras dos técnicos experientes foram fundamentais.

O que nós esperamos, Sr. Presidente, é que efetivamente nem precisemos falar mais dessa matéria maldita, a lei que foi aprovada ontem, uma lei que dá privilégios, que esquece os desempregados, os mais pobres, os idosos. Isso é uma vergonha. Tomara que o Senado rejeite isso profundamente!

E eu espero também que os diretores dos laboratórios tenham o mínimo de ética e não se permitam vender o seu produto para grupos privados. Nós estamos lidando com a saúde, com um direito universal gratuito para todos. Não podemos quebrar este caminho.

Agora, a quebra da patente é um caminho de liberdade e de soberania, como foi na época da AIDS. Eu quero registrar o nosso total apoio, pois, no Brasil, que tem uma gente maravilhosa, uma competência extraordinária, grupos técnicos capazes de desenvolver a nossa própria vacina, está na hora desta decisão corajosa e bonita, que significa soberania.

Por isso, fora, morte! Fora, Bolsonaro! Viva a vida! Viva a produção nacional, para salvar mais vidas!

Obrigado, Presidente.

Documento 251/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:44
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, eu lhe cumprimento em nome da Liderança da Minoria.

Eu quero parabenizar a sua iniciativa, junto com a Senadora Kátia Abreu, de construir a possibilidade, entre Câmara e Senado e Organização Mundial da Saúde, de envolvimento diretamente nesse tema, que é um tema de extrema importância, que tem história, tem lastro no País neste momento tão dramático desta tragédia sanitária e humana que o País está vivendo.

Como V.Exa. mesmo disse, o País é, hoje, o epicentro do mundo. Ele gera riscos, inclusive, à população mundial, em função das fronteiras que tem e das variantes que vem gerando para nós e para o mundo.

Quero cumprimentar pela iniciativa a Deputada Alice Portugal, que é farmacêutica-bioquímica e tem uma história bastante forte na luta pela saúde pública brasileira e pela construção da assistência medicamentosa e da assistência à saúde com insumos como um direito humano e um bem público.

Quero cumprimentar os colegas Parlamentares e todos os convidados que estão, neste momento, na Comissão Geral.

Eu começo dizendo que este é um tema de solidariedade, de generosidade; é um tema da ética - porque a defesa da vida é uma questão ética e também de coragem política. Este é um tema da coragem política, que este Congresso precisa assumir.

Nesse sentido, nós vamos enfrentar barreiras, sim; barreiras colocadas internacionalmente, porque, hoje, há um monopólio da propriedade intelectual e há um monopólio na compra - eles caminham juntos. Ao mesmo tempo, eu quero dizer que nós temos uma barreira interna, que é o próprio Governo.

Ontem, no Senado, dois projetos exatamente no mesmo sentido foram à pauta - um deles, inclusive, é do Senador Paulo Paim - e não puderam ser votados, Deputado Aécio Neves, porque o Governo incidiu, para que não fossem votados. Inclusive a Senadora Kátia Abreu entrou com um projeto para licença compulsória do remdesivir, e não conseguiu que ele fosse votado, porque o Governo impediu a votação.

Então, vejam que um representante do Governo chegar aqui e assumir a posição que assumiu hoje na Comissão Geral não me surpreende.

Mas me surpreende a desinformação dele. Há, hoje, na OMC, mais de cem países com essa posição. Países como Alemanha, Hungria, Chile e Canadá já alteraram a sua legislação, aprovando a licença compulsória ampla - não é só para a vacina; é para todos os insumos.

Colocar a falsa competitividade acima do direito à vida eu considero imoral e covarde.

Esse é um registro que eu preciso fazer.

Mas eu quero aqui - o meu tempo é curto - colocar algumas questões muito objetivas. Há, hoje, Deputado Aécio, um projeto meu, o Projeto de Lei nº 1.184, de março de 2020, que tem como coautores o Deputado Alexandre Padilha e a Deputada Alice; o Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, do Deputado Alexandre Padilha, do qual eu e muitos outros somos coautores. Há outros projetos relatados pela Deputada Alice. Há o seu projeto também.

Neste momento, nós precisamos ter uma atitude ampla de construção e de aprovação desses projetos, que podem estar todos apensados num único, porque dão o tecido jurídico para essa aprovação, mesmo que, para a quebra de alguma patente, tenha que haver um decreto individualizado para cada produto. Não é só para a vacina. É para qualquer medicamento, para qualquer insumo, para um equipamento. É um projeto amplo! É ampla a nossa visão de quebra da licença compulsória, que é uma necessidade! Hoje, é necessário que nós tenhamos essa possibilidade de fazê-la.

Obviamente, as inovações são muitas, as tecnologias são diferenciadas. Eu tenho a informação de que de alguma tecnologia nós temos domínio, como, por exemplo, vírus inativado.

É importante que as representações públicas e privadas nos digam qual é a capacidade de produção e em quanto tempo. Eu e o Deputado Alexandre Padilha reconstruímos a Subcomissão de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, pois é preciso ter a tecnologia e ter o investimento, que foi o que nós deixamos de fazer no Brasil.

Precisamos saber o tempo necessário e a capacidade de produção, pergunta que deixo, neste momento, aos nossos convidados. Nós precisamos investir e ter capacidade de produção e podemos produzir imediatamente.

É o que quero saber.

Muito obrigada.

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:52
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	VIVI REIS-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA) - Boa tarde a todas e a todos. Saudação a todos os presentes.

Agradeço aos nossos convidados que fizeram uma boa discussão a respeito da temática.

Hoje, nós estamos numa conjuntura muito difícil: há mais de 340 mil mortos vítimas da COVID-19, num contexto em que o Chefe do Executivo é o principal incentivador da transmissão do vírus.

É um verdadeiro absurdo perceber que nós deveríamos estar tomando medidas que permitissem o cuidado com a saúde das pessoas. E a principal medida, neste momento, é a garantia de vacina, é a garantia de que o povo brasileiro seja, de fato, vacinado e tenha assegurado o seu direito à saúde.

É bem delicado perceber que, ontem, por exemplo, nós tivemos uma votação que garantiu privilégios, e não, direitos; garantiu que a iniciativa privada comprasse vacinas. Já que se usou o discurso de a iniciativa privada comprar vacinas como forma de ampliar o número de pessoas vacinadas no Brasil, não há por que se questionar sobre a quebra das patentes. É necessário que, urgentemente, seja quebrado esse monopólio, o que, inclusive, vai favorecer o retorno às atividades econômicas, necessidade de que tanto se fala.

É importante nós destacarmos que nenhuma atividade econômica pode estar acima da vida das pessoas. O lucro não pode estar acima da vida das pessoas. Por isso, é importante destacarmos que a quebra das patentes vai favorecer a produção de mais vacinas e a democratização da distribuição desses produtos. O mesmo já se fez anteriormente, quando se quebraram patentes de antivirais contra o HIV, por exemplo, conforme foi muito citado aqui.

É importante enfatizar que a maioria das pesquisas realizadas para que houvesse, hoje, vacinas foi financiada com dinheiro público - cerca de 100 bilhões de dólares de recursos públicos foram destinados à

indústria farmacêutica, para a realização de pesquisas.

E nós precisamos seguir defendendo as pesquisas, a ciência, tudo que vem sendo feito para o desenvolvimento de estudos que possam favorecer a comunidade.

Então...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 253/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:56
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JOSEILDO RAMOS-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero manifestar a minha alegria e mandar meus parabéns à nossa querida Deputada Alice Portugal por sua iniciativa, por ser a Deputada que representa todos os baianos - eu também me sinto representado por ela.

Parabéns, Deputada!

Nós estamos, hoje, diante de uma necessidade: garantir a imunização de acordo com a Constituição Federal, garantir a saúde como um direito inalienável do ser humano. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos sem vacinas, sem insumos, sem medicamentos e estamos - pasmem os senhores! - à beira de um colapso funerário.

Não podemos ficar assistindo, de camarote, ao genocídio produzido por um Presidente despreparado, incompetente. Se o Parlamento não tomar posições firmes, com as ferramentas adequadas, nós estaremos nos acumpliciando com a tragédia humanitária que afeta profundamente o nosso povo.

O Brasil ainda tem uma das melhores estruturas públicas de saúde do mundo, apesar da destruição que este Governo está fazendo ao retirar dinheiro do nosso SUS. Se não fosse o SUS, como nós estaríamos? O

Brasil não pode se transformar num laboratório de produção de novas cepas, com a possibilidade de disseminar uma doença preparada, inclusive, para resistir às vacinas atualmente produzidas, que não seriam mais capazes de imunizar contra a doença.

A política atual do Itamaraty, ao contrário do que foi dito hoje, aqui, por um membro do Ministério das Relações Exteriores, produziu extremas dificuldades para o Brasil na sua relação com parte dos principais produtores de insumos, medicamentos e vacinas. Essa é realidade.

O Presidente foi omissos, negacionista, confrontou a ciência e o interesse nacional. O Governo Federal não coordenou, em nenhum momento, o combate à pandemia. E, na contramão do interesse público, a Câmara dos Deputados aprovou, nesses dias, a compra de vacina pela iniciativa privada. Falo do projeto fura-fila, que autoriza a compra diretamente do fornecedor, sem passar pelo crivo da ANVISA - a mesma ANVISA que negou a importação da Sputnik V requerida pelos Governadores que se organizaram para dar um alento a seu povo. O Parlamento brasileiro não pode se omitir quanto à posição do Brasil contrária ao estatuto da licença compulsória.

É isso, Sr. Presidente.

Documento 254/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-12:56
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Bom dia, Presidente Aécio Neves. Quero cumprimentá-lo pela condução desta sessão e pelos esforços que tem feito, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para ampliar a possibilidade de acesso a vacinas no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Obrigado, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Estou trabalhando *on-line*, e chegou aqui a minha netinha Teresa. Eu tenho que pedir a compreensão de V.Exas. Este é um momento de descontração aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Ela tem preferência, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Sim, tem.

Mas o vovô vai seguir falando, Teresa.

Então, eu dizia, Deputado Aécio Neves, que a quebra de patentes é um mecanismo importantíssimo para que o Brasil consiga ampliar a sua capacidade de produção interna de vacinas.

Esta pandemia não tende a ser tão curta, como alguns oradores expressaram aqui. É evidente que, no curto prazo, a quebra de patentes não gerará a produção imediata de vacinas no Brasil, mas, numa situação de emergência como esta, é extremamente positiva e necessária, pois significa que se colocará o direito à vida acima do direito ao monopólio, que gera lucro - e, muitas vezes, um lucro imoral, porque exagerado, amplificado, em cima da necessidade e do drama que vivem os países e as nações.

Então, eu apoiarei todos os movimentos nesse sentido, evidentemente, com a prudência de se quebrarem patentes que nos permitam efetivamente desencadear um processo de produção interna. Mas tem que haver o esforço do Governo, da política governamental em busca dessa produção interna de vacinas.

Nós precisamos, também, sempre registrar que, infelizmente, uma parte da elite brasileira está partindo para políticas que são imorais, inaceitáveis.

Perdoem-me os Parlamentares que votaram de boa-fé a favor do projeto aprovado ontem na Câmara dos Deputados: enquanto houver carência de vacinas no País, nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que a iniciativa privada abra portas de vacinação privilegiadas, em detrimento, como disse muito bem a Deputada Natália Bonavides, da vacinação no sistema público, prioritariamente para aqueles que têm maior risco de morrer e que têm maior potencial de transmissão.

Infelizmente, Deputados, Deputadas, cidadãos, cidadãs brasileiros, a conduta negacionista e irresponsável do Presidente Bolsonaro leva o Brasil a ser, hoje, de um lado, o país com maior índice de mortalidade por coronavírus no mundo; e, de outro lado, o 74º país em vacinação. Estamos atrasadíssimos na vacinação. Aplicamos apenas 26 milhões de doses, quando o objetivo do Brasil é aplicar, pelo menos, 350 milhões de doses, Deputado Joseildo Ramos, Deputado Arlindo Chinaglia.

É preciso mudar tudo isso, e o papel da Câmara dos Deputados é

quebrar, sim, patentes, para acelerar a possibilidade de acesso a vacinas para o Brasil.

Documento 255/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:04
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	HEITOR FREIRE-PSL -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HEITOR FREIRE (Bloco/PSL - CE) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, especialistas e todo o povo brasileiro que nos acompanha neste momento, hoje é um dia histórico para este Parlamento, pois temos a possibilidade de representar o povo no debate que poderá levar o nosso País à produção de vacinas e, conseqüentemente, permitirá que salvemos muitas vidas.

Estamos nos aproximando de 350 mil mortes no Brasil. Não temos outro tratamento, senão a vacina. Simplesmente, não temos nada cientificamente testado e comprovado e em funcionamento neste momento. Desta forma, a falta de vacinas pode significar a perda de vidas humanas.

Prezados colegas, no início do ano eu apresentei o Projeto de Lei nº 329, de 2021, que é uma das possibilidades existentes de solução para a falta de tratamento para a COVID. E eu ressalto, neste momento, que a única solução é a distribuição de vacinas.

Temos que acreditar na ciência, caros Parlamentares, e é por isso que a Câmara dos Deputados tomou a excelente decisão de chamar os especialistas nesta matéria a esta Comissão Geral, que eu parableno desde já.

O meu projeto, o PL 329/21, assim como outros projetos mencionados, é apartidário e não representa qualquer ideologia. O meu projeto, como outros, pensa nas famílias que estão sendo destruídas pela pandemia. Antes de ontem, foram 4.195 mortes, 4.195 vidas desfeitas, 4.195 famílias em sofrimento.

Como disse o Sr. Alfredo Leite, do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, nosso País precisa urgentemente de vacinas, assim como vários países em desenvolvimento precisam e ainda vão precisar delas nos

próximos tempos.

Nós sabemos que o Brasil é um País respeitador do multilateralismo, e este é o grande momento para a comprovação disso. A Diretora-Geral da OMC, a Índia e outros países têm propostas interessantes para a solução desta pandemia. Alguns falam em suspensão de patentes. Outros falam em licenciamento compulsório das patentes. Seja qual for a decisão, nobres colegas, ela se justifica, porque, para solucionar problemas globais, são exigidas soluções globais.

Do Brasil, nós podemos dar um exemplo para todo o mundo. O licenciamento compulsório é medida prevista na Lei de Propriedade Industrial, além de prevista também pelo Acordo TRIPS, um dos anexos aos acordos de referência da OMC.

Em 2021, a Declaração de Doha prezou pela importância do Acordo TRIPS e da matéria de saúde pública. O que quero dizer é que são instrumentos previstos pelo direito interno e pelo direito internacional e que podem ser utilizados. Inclusive, no ano de 2008, já foram utilizados pelo Governo brasileiro para medicamentos destinados ao tratamento da AIDS/HIV e foram plenamente aceitos. Neste momento, qualquer medida drástica é aceita para que vidas sejam salvas.

Prezados colegas, o meu pedido é que V.Exas. atendam o pedido do povo brasileiro, que anseia pela vacina. O que está em jogo são vidas humanas. Ressalto que sei da importância da propriedade intelectual, mas, neste momento, a questão é totalmente temporária, para que laboratórios brasileiros possam começar a produzir urgentemente vacinas contra a COVID-19.

Então, nobres colegas, peço que V.Exas. vejam minha proposta com bons olhos, para ajudar na luta contra a pandemia. O direito de patentes é importante. Todo esse sistema, que é muito antigo e respeitado, é importante.

Prezados, se não houver saúde, não haverá economia. Além do vírus, a fome é outro problema do Brasil, um problema que tem um potencial de morte infelizmente muito elevado. Esse vírus, como tenho dito regularmente, tem gerado fome e desemprego, problemas que teremos que solucionar também em breve.

Estamos em um período de guerra, um período de guerra contra a pior pandemia dos últimos 100 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E agradeço também a todos os especialistas que participaram deste dia.

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:08
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Sr. Presidente Aécio Neves, quero cumprimentá-lo pelo esforço, bem como a Deputada Alice Portugal pela iniciativa de proposição desta Comissão Geral.

Eu queria primeiro agradecer a presença a todos aqueles que aqui passaram em nome da sociedade, especialmente os cientistas, os médicos, os profissionais altamente qualificados.

Mas quero dar algumas respostas, e não para convencer aqueles que têm responsabilidade na tragédia brasileira, como este representante do Ministério da Economia que aqui compareceu. Ele chegou a fazer uma ironia com o Parlamento, com o próprio Brasil, com o povo brasileiro, dizendo assim: *"Por que é que o Brasil sempre procura a solução mais fácil?"* Ele finge que não sabe, mas está mentindo.

Eu vou dar alguns exemplos. Antes, porém, eu registro primeiro que essa não é a solução mais fácil, só o é na cabeça dele. O Brasil inicialmente boicotou todo tipo de isolamento social, a partir da figura do Presidente da República, do Governo que ele apoia. O Brasil nunca fez a triagem dos contatos dos contaminados. O Brasil demorou muito e até hoje falha no fornecimento de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde. O Brasil boicotou, o quanto foi possível, o consórcio mundial da Organização Mundial da Saúde, o COVAX, comprando o correspondente em vacinas para apenas 10% da população mundial, e até o momento só chegaram 1 milhão de doses.

O que este Governo fez na votação da Organização Mundial do Comércio, digamos, foi praticamente um suicídio - mas o suicídio que ele promove é o do povo brasileiro -, votando contrariamente à possível e necessária quebra de patentes ou a sua suspensão temporária.

Inicialmente, eram dois países, a Índia e a África do Sul; hoje são, pelo menos, 108 países que apoiam a quebra de patentes. Por que estamos debatendo aqui? Porque o Parlamento precisa fazer dois movimentos simultâneos: primeiro, sinalizar para a OMS que o Parlamento brasileiro é favorável à suspensão; e, segundo, pressionar este Governo porque nós estamos agindo em legítima defesa da vida dos

brasileiros.

Finalmente, nós já temos a manifestação de 108 países. A OMS fez uma reunião com o Ministro da Saúde brasileiro no fim de semana anterior. Portanto, já passou da hora, tanto é que até a OMS veio pedir ao Brasil para ajudar na quebra de patentes.

Documento 257/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:12
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ODAIR CUNHA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG) - Sr. Presidente Aécio Neves, ao cumprimentar V.Exa., quero cumprimentar todos os pares desta Casa Legislativa.

Um dos expositores disse uma frase que eu considero importante: "*Nada é trivial*".

Ora, nós precisamos organizar a cadeia produtiva dos medicamentos, em especial, da vacina. Nós estamos aqui com duas medidas legislativas importantes e fundamentais, que estão no âmbito do Poder Legislativo, tanto na Câmara quanto no Senado, para fazer a licença compulsória. E nós o fazemos, Sr. Presidente, porque efetivamente não existe por parte do Governo Federal coordenação no processo de imunização de maneira eficiente no País. Essa é a questão. Se nós tivéssemos um plano nacional de imunização à altura do povo brasileiro e das nossas potencialidades, não estaríamos a discutir esses dois projetos, que são da maior urgência e relevância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Papa Francisco, no domingo de Páscoa, levantou uma questão fundamental: a vacina há de ser um bem universal. Por isso, nós exigimos a mudança de postura do Governo brasileiro perante a Organização Mundial do Comércio. Nós não vamos admitir que o Governo brasileiro continue a insistir em se manter na contramão de parceiros estratégicos. É bom dizer, Presidente, que a proposta que o Governo brasileiro não anuiu foi exatamente a da Índia e da África do Sul, com apoio da China.

Ora, nós precisamos entender que é importante e fundamental imunizar a população brasileira, mas é importante e fundamental que

essa imunização alcance todos os povos do mundo. Senão, nós estaremos a viver com frequentes pandemias, porque há sim - e nós já assistimos a isso no Brasil - a possibilidade de mais mutações desse vírus.

O único caminho, Presidente, é que esta vacina seja universal e que haja a suspensão temporária das obrigações do Acordo TRIPS.

É por isto que estamos aqui hoje: o Governo do Presidente Jair Bolsonaro não faz o seu papel, não faz a sua obrigação.

Documento 258/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:16
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	REJANE DIAS-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) - Sr. Presidente Aécio Neves, eu quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero também cumprimentar a Deputada Alice Portugal pela iniciativa desta audiência pública e cumprimentar todos os especialistas que tiveram a oportunidade de falar sobre um assunto de suma importância, que é a flexibilização da quebra de patentes aqui no Brasil.

Eu fico indignada, Sr. Presidente, ao ouvir, pela imprensa, que o Governo Federal é contra, é o único país em desenvolvimento que é contra a proposta de quebra de patentes.

Nós estamos vivendo uma situação de caos no País, onde aproximadamente 341 mil pessoas já perderam as suas vidas. Hoje o Brasil passou a ser o maior problema em todo o mundo, por conta do descontrole da pandemia, que tem favorecido a geração de diversas variantes e tornado nosso País, portanto, realmente, uma ameaça a todos os países. E o pior é que esse descontrole da pandemia têm gerado como consequência um caos social imensurável. Nós estamos hoje, Sr. Presidente, com metade do País vivendo em total insegurança alimentar.

Portanto, Sr. Presidente, na condição de membro da Comissão de Seguridade Social e Família, na qual nós discutimos também assuntos como esse, pertinentes para o Brasil e para o momento que estamos

vivendo agora, quero dizer da necessidade real de uma suspensão temporária ou quebra de patentes, porque nós queremos salvar vidas, nós queremos, com isso, imunizar o máximo possível da nossa população. E essa é a saída que a própria Organização Mundial da Saúde vem apresentando, com o apoio, dentre outros países, da África do Sul, da própria China, da Rússia. Aproximadamente 200 países também defendem a necessidade da quebra de patentes, no sentido de flexibilizar e democratizar a vacina no mundo.

Portanto, eu quero dizer aqui, para concluir, Sr. Presidente, que sou a favor dessa proposta. Se essa é a saída imediata para que nós possamos salvar vidas, em detrimento do lucro, estarei, com certeza, a favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 259/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:16
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos a analisar um tema da maior importância para o Brasil e para o mundo. Costumamos nos referir à saúde como um tema articulado com o direito à vida, ainda mais em um contexto de pandemia. A vida é o primeiro dos direitos humanos.

Há outros, após este direito, que estão colocados, mas certamente, se pudermos falar em uma hierarquia, deveremos nós estar aqui na condição de quem protege a vida, com princípio ético.

E aqui pode não existir uma contradição, a depender da nossa decisão, mais uma vez, como autoridades públicas do Brasil, já que tomamos essa decisão em defesa da vida nas questões relacionadas ao HIV. Demos para o mundo uma importante contribuição ao quebrarmos a patente, conscientemente, para antirretrovirais, assegurando que o Brasil se tornasse uma referência internacional na luta pela vida e no enfrentamento à AIDS, com grande contribuição a diversos continentes do mundo, aos povos do mundo.

Agora o Brasil é chamado - e é o Parlamento que tem de tomar a frente

- a sobrepor o direito à vida contra a lógica simplificada de tratar das questões da vacina a partir da noção do monopólio privado.

Sr. Presidente, todo conhecimento científico, todo conhecimento que se produz e que contribui para salvar vidas deve ser visto como um bem universal. É certo que, num ambiente multilateral, muitas vezes os debates estarão colocados para o financiamento das pesquisas, para o aporte de recursos naquilo que seja razoável e adequado. Nós não podemos ter qualquer dúvida sobre a vacina como equivalente à saúde e a saúde como equivalente à vida.

Por isso, Sr. Presidente, creio que a Constituição Federal nos organiza e nos oferece os instrumentos para que o Brasil, na melhor tradição da sua diplomacia internacional de diálogo, mas também de responsabilidade com o nosso povo pela vida, possa atuar na quebra de patentes, garantindo a vacina como bem público.

Muito obrigada.

Documento 260/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:20
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	DANILO CABRAL-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE) - Sr. Presidente Aécio Neves, primeiramente quero cumprimentar V.Exa. e a Senadora Kátia Abreu por esta iniciativa, que eu considero uma das mais importantes que nós estamos fazendo no Congresso Nacional para dar uma resposta efetiva à sociedade brasileira.

Eu acompanhei todas as falas até aqui, Presidente. A essa altura, com quase 3 horas de debate, alguns consensos estão postos na fala de diversos Parlamentares e daqueles que também contribuíram com o debate.

O primeiro deles é sobre a gravidade da situação que nós estamos vivendo no mundo. Os números apontam o tamanho dessa gravidade: 130 milhões de pessoas contagiadas e 2,8 milhões de pessoas que morreram. Aqui no Brasil, foram 340 mil mortes, sem falar das consequências que isso teve na economia e do ponto de vista social.



De acordo com um dado mais recente, mais alarmante, 20 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza, na miséria absoluta.

Outro consenso que sai deste debate é que a solução para que restabeleçamos a preservação da vida das pessoas e até a recuperação econômica e social não só do Brasil, mas também do mundo é a vacina. Não há outro caminho. Em que pese haver quem fique prescrevendo remédio que não tem nenhuma eficácia, rompendo política de isolamento, o caminho é a vacina.

O outro consenso que está posto é que temos vacina também em doses insuficientes. Tivemos avanços nas pesquisas aqui - e elogio todos os que conseguiram, os laboratórios, com recursos públicos, deixando claro, que financiaram essas pesquisas -, mas a produção ainda é insuficiente no mundo.

Está caracterizado de forma muito clara que nós estamos vivendo, sim, uma emergência mundial. Sem dúvida alguma, nós temos uma situação de emergência internacional e nacional. O direito à vida, na forma como está previsto na Constituição Federal, e à saúde está sendo negado ao povo, no Brasil e no mundo.

Só há um caminho para que, de fato, possamos dar uma resposta a isso, e esta é a posição do PSB: nós temos sim que quebrar a patente, para poder garantir que a vacina chegue para todos. Não há outro caminho. Respeitamos a propriedade intelectual, mas é muito importante que a vida seja valorizada neste momento. É hora de os recursos públicos que foram investidos nessas pesquisas serem devolvidos à população não só do Brasil, mas à população de todo o mundo.

O PSB, Presidente, apresentou também uma contribuição a este debate. Nós sabemos que há a proposta de V.Exa., a da Deputada Jandira Feghali e a do Deputado Alexandre Padilha. O PSB deu entrada no Projeto de Lei, nº 1.314, de 2021, que igualmente aponta um caminho para que possamos fazer um debate mais qualificado da atualização e, especificamente, do momento que vivemos em torno da pandemia de COVID.

Está muito claro - e esse é o último consenso que eu queria falar aqui - que nós precisamos, neste momento, de vontade política para poder adotar a medida necessária. Infelizmente, está muito claro também que essa vontade política falta ao Governo Federal, por tudo o que já foi dito aqui. Cito o desastre nas relações exteriores; o desastre no processo de aquisição de vacinas e da negativa até mesmo a ofertas que foram feitas em julho do ano passado por um grande laboratório e que o Governo não aceitou; o desastre na relação que está havendo

na OMC e na OMS.

O Brasil nega a quebra da patente, aliando-se aos Estados Unidos e à União Europeia, ficando contra parceiros estratégicos do Brasil e contra mais de 100 países. São 2,5 bilhões de habitantes que esperam essa vacina. E nós não conseguimos ter essa vacina porque, simplesmente, falta vontade política, sobretudo, ao Governo.

O Congresso Nacional, Presidente Aécio Neves, não pode ser cúmplice dessa omissão. Aqui quero fazer um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, e um apelo ao Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco. Nós não podemos ser cúmplices dessa omissão, que está levando a um genocídio da população brasileira.

O Congresso tem que dar a resposta, e a resposta que nós deveremos dar é a de discutirmos e pautarmos os projetos de lei que já estão nesta Casa. Vamos colocá-los para debate. Vamos mostrar à população brasileira. Eu quero ver esses Parlamentares que são contra a quebra da patente colocarem sua digital para dizerem que estão negando vacina ao povo brasileiro. É isso que precisamos fazer neste momento.

O Congresso precisa demonstrar a sua vontade política para resolver essa questão. É essa a posição firme do PSB a favor da quebra da patente, para garantir vacina para todo o povo.

Documento 261/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:28
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta Comissão, por sua Presidência, foi uma iniciativa também da Deputada Alice Portugal, e dizer que este caso é típico da carta a Roma do Papa Francisco.

O Papa Francisco fez uma afirmação superimportante: que é a tecnologia a favor da humanidade e não a humanidade a favor da tecnologia. Fez um debate sobre a ética na inteligência artificial. Portanto, é fundamental, neste momento em que o mundo, o planeta

Terra, tem que superar uma pandemia, que as saídas também possam ser globais. É fundamental que o mundo possa, junto, ofertar uma vacina universal. Nesse sentido, eu quero aqui me posicionar a favor da licença compulsória das patentes.

É lógico que nós estamos fazendo aqui, Presidente, um freio de arrumação, porque a responsabilidade é do Poder Executivo e seria da nossa diplomacia. Mas, se o mundo, o planeta, tem um problema, que é o vírus, o Brasil tem dois grandes problemas: o vírus e o Governo de Jair Bolsonaro, totalmente incompetente. São fanáticos sem competência para encaminhar uma saída para a crise no País - sanitária, social, econômica. Portanto, depende do Parlamento para apontar um caminho.

É verdade que o caminho mais curto, na minha opinião, ainda é o afastamento do Presidente da República. Mas também é fundamental que o Parlamento se posicione firmemente a favor de saídas e busque uma relação internacional para garantir a vacinação em massa. O que nós precisamos fazer o mundo civilizado está fazendo, que é distanciamento, vacinação em massa, auxílio decente para matar a fome e apoio também aos empregos formais e às empresas.

Então, quero aqui dizer que nós temos a responsabilidade, na ausência, na incompetência, na irresponsabilidade do Governo Bolsonaro, de apontar esse caminho. A Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, precisam, sim, aprovar a licença compulsória, buscar apoiar a Organização Mundial da Saúde e garantir a vacinação para todo o povo brasileiro e para o planeta Terra.

Documento 262/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:32
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - É um prazer, Deputado Aécio, retornar aos velhos tempos. Quero cumprimentar V.Exa., todos os colegas Parlamentares, e dizer que nós estamos todos imbuídos na luta em favor da vacina. De um jeito ou de outro, todos nós queremos a mesma coisa.

A vacina, Presidente, é do bem, e o vírus é do mal. Um é o contraponto

do outro. O vírus não é da Direita, nem da Esquerda, não é desse ou daquele partido, dessa ou daquela religião. Não importa se tu és pobre, rico, paisano ou milico, ele bate em todos, inclusive em mim, que fiquei 12 dias no hospital enfrentando o vírus.

E a vacina, ao contrário disso, também não tem preferência política, não tem vacina comunista. *"Ah, a Coronavac é da China, não vale"*. Vale. A da Pfizer vale. A da BioNTech vale. Todas valem, e nós estamos atrás delas. Inclusive, o Presidente Nacional do PDT, Carlos Lupi, fez uma carta aberta aos líderes mundiais, internacionais, no sentido de informar a luta do Brasil pela quebra da patente da vacina. Nós queremos a vacina para todos. A vacina, Presidente, não pode ser guiada pelo lucro, pela renda, mas pelo olhar da saúde. O Brasil já errou o suficiente. Não podemos repetir o erro.

Veja bem: perdemos o trem da história quando, lá atrás, o BRICS, através da Índia e da África do Sul, já queria enfrentar essa questão da quebra da patente. Como é que o Brasil se posicionou? Contra. Aliás, o Brasil tem se posicionado contra a vacina, ficou do lado do Trump. O Trump saiu, e o Brasil ficou pendurado. O Governo brasileiro, o Governo do Presidente Bolsonaro ficou pendurado por um fio. Nós sabemos que vacina é vida. Por isso, nós precisamos de uma atitude corajosa em relação à quebra das patentes. É uma luta em favor da vida, em favor da ciência, em favor da tecnologia, do conhecimento, tudo isso para que possamos, repito, salvar vidas. E a vida salva, salva a economia. Os dois pilares da vida são a economia e a saúde.

Agora, a economia tem que salvar a saúde, para a saúde salvar a vida. Depois, a vida com saúde vai salvar a economia.

Então, se quebrarmos as patentes, nós vamos poder produzir as vacinas no Brasil, que abandonou a ciência, abandonou a tecnologia, abandonou a pesquisa, lamentavelmente. Se a tivéssemos, já poderíamos ter avançado. Mas, mesmo assim, nós temos cientistas, homens e mulheres, pesquisadores inteligentes. Tendo condições e havendo a quebra da patente, vamos poder fabricar a vacina de que o mundo precisa aqui no Brasil.

Todo o mundo quer a vacina. Não está faltando dinheiro para o mundo, está faltando vacina. E nós podemos produzir mais vacina com tecnologia nacional, com a quebra da patente, para salvar o nosso povo de uma tragédia maior do que a que estamos enfrentando.

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG) - Boa tarde, conterrâneo Aécio. V.Exa., que já teve a oportunidade de presidir esta Casa, enche-nos de orgulho por estar mais uma vez à frente dela, haja vista que é sempre bom ter um mineiro em posição de destaque. Deixo aqui as minhas referências à sua vasta experiência. Foi um Deputado da Constituinte e deixou um belíssimo legado à frente do Governo do nosso Estado.

E digo isso porque sou de uma das regiões mais carentes do Estado, do Vale do Jequitinhonha, onde muitas obras chegaram até lá através da sua gestão. Dentre elas, podemos citar a malha asfáltica, as torres de celulares, a construção de poliesportivos, enfim obras estruturantes que até hoje são muito bem aproveitadas pelos meus conterrâneos do Vale do Jequitinhonha.

Então, nesta oportunidade, deixo aqui os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Obrigado, Deputado.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG) - Sr. Presidente, iniciando a nossa observação, é óbvio que o mundo inteiro está sedento por vacinas. Essa, sem sombra de dúvidas, é a nossa luz no fim do túnel. E nós precisamos, sim, sem medir esforços, correr atrás da vacina para a nossa população.

Eu só queria deixar uma pequena preocupação, Presidente. Nós sabemos muito bem que a quebra de patentes pode gerar, de alguma forma, algum efeito colateral, haja vista que os laboratórios que hoje estão produzindo as vacinas são os mesmos que as estão comercializando. Nós precisamos saber se, posteriormente à quebra, nós teremos a tecnologia necessária para a produção das vacinas. Se nós tivermos qualquer tipo de ruptura que possa impedir que as vacinas sejam comercializadas com o nosso País, isso nos trará uma preocupação muito grande.

Então, eu acho que a primeira coisa a ser discutida é se nós temos, de fato, a tecnologia para a produção da vacina, cuja patente poderá ser quebrada.

Deixo claro que, superada essa adversidade, nós estamos aqui para apoiar integralmente a quebra de qualquer patente, permitindo que a

escala de vacinação no nosso País seja aumentada em caráter exponencial. Essa é a nossa luta, é a nossa busca.

Esta Casa tem dado um grande exemplo para a nossa Nação dos seus esforços na busca incansável pela vacina. Muitas vezes, podemos, de alguma forma, estar cometendo um ou outro equívoco, porque somos humanos, somos sujeitos a erros, mas não por omissão.

V.Exa., na sua condição de Líder, tem participado conosco de duras jornadas, muitas vezes na madrugada, muitas vezes em condições adversas. Hoje, nós não temos sequer a cantina da Câmara funcionando. Estamos com dificuldade inclusive para nos alimentar durante essas jornadas. Mas estamos em plenário, votando até tarde da noite, para garantir alternativas de solução para a nossa população.

Então, fica aqui esta observação. Uma vez superada, o nosso apoio é irrestrito para a quebra de patentes e para o aumento da escala de vacinação no nosso País.

Um grande abraço! Estamos juntos por Minas e pelo Brasil!

Documento 264/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:40
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	CORONEL TADEU-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos aqueles que tomaram a iniciativa para a realização desta importante reunião.

O tema quebra de patentes é muito interessante, mas muito delicado. Há que se fazer um debate extremamente responsável, sereno, que se refere a uma licença compulsória. Eu entendo também que, neste momento, é muito importante nós discutirmos este assunto e chegarmos a um bom termo.

A quebra de patentes ocorre quando a comercialização não satisfaz as necessidades do mercado. Nós estamos diante disso. Realmente, precisamos cada vez mais de vacinas. Estamos numa guerra, isso é óbvio para todo mundo. A guerra é biológica, o inimigo é invisível.

Mas, infelizmente, eu tenho que deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que estão fazendo desta guerra uma verdadeira guerra política. Isso está muito claro até nos discursos de alguns dos nossos colegas.

Nós temos que pontuar isso muito bem. Precisávamos abandonar essa guerra política e partir para uma guerra contra esse estado de calamidade de saúde pública.

Infelizmente, veja o que fez Chapecó e outros tantos Municípios -- e não estamos vendo essa prática em outros Municípios e em outros Estados. Eles não adotaram o tratamento precoce; montaram hospitais de campanha caríssimos, com milhões de reais, e depois os desmontaram sem sequer terem sido utilizados; promoveram o *lockdown* apenas para quebrar empresas, promover o desemprego, promover a pobreza e espalhar a miséria por todo o País; e compraram respiradores em casas de vinho. Não dá para entender isso! Compraram insumos com ágio de 2.000% de empresas que nunca venderam um equipamento médico sequer, praticando declaradamente crimes de improbidade administrativa. Além disso, cortaram recursos da saúde, como é o caso aqui de São Paulo. O Governador João Doria cortou 12% dos recursos das Santas Casas e simplesmente deixou as Santas Casas num estado deplorável em relação a verbas para o combate contra a COVID.

Não estamos na época de carnaval, mas os Governadores e tantos Prefeitos estão "sambando" em corpos. Enquanto esperávamos uma atitude responsável de políticos que o povo colocou no poder para governar para o povo, nós estamos tendo esses maus exemplos.

Por isso, eu quero deixar aqui registrado que o tema da quebra de patentes é importante. Nós precisamos realmente avançar e promover mais reuniões, Deputado Aécio Neves, a respeito deste tema para chegarmos a um consenso e consolidarmos esse assunto de vez, porque a guerra está aí. Não é só com a vacina que resolvemos, não. Nós precisamos tomar outras tantas atitudes, inclusive a de punir esses Governadores e esses Prefeitos.

Obrigado, Presidente.

Documento 265/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:44
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Obrigado, Presidente Aécio Neves. Parabéns-o pela condução desta Comissão Geral e também pela sua condução na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da nossa Casa, tão importante, que tem tido em pouco tempo grandes avanços na relação com os países do mundo.

Quero também saudar e agradecer a apresentação e a participação aqui conosco da Dra. Socorro Gross, a nossa representante na OPAS e na OMS, que fez uma apresentação muito próxima daquilo de que compartilhamos. Nós entendemos que a patente precisa ser quebrada, especialmente em casos como o que enfrentamos de combate ao coronavírus, uma doença que afeta todos os brasileiros e toda a população mundial e, mais que isso, afeta a nossa economia, a nossa saúde e a preservação de vidas.

Obviamente, a quebra de patentes, de maneira generalizada, a não ser quando se trata de doenças que conduzem a um mal o nosso País, precisa ser devidamente debatida, mas este é um caso em que a quebra de patentes é algo necessário.

Pelo que eu observo aqui, nós temos quase uma convergência unânime sobre a necessidade de quebra de patentes para dar um custo acessível a países que não têm condições de comprar e dar condições de promover efetivamente a vacinação de toda a população.

A nossa ponderação é a de que esta Comissão possa estabelecer, a partir do debate que mostrou uma quase unanimidade da Casa, o avanço, para votarmos a quebra de patentes e fazermos com que essa produção seja em grande escala e barateada, como ocorreu em relação ao debate, nos anos 2000, sobre a AIDS, quando a medicação para o tratamento da AIDS foi barateada no Brasil apenas por conta da discussão da quebra de patentes. Se efetivamente quebrarmos essas patentes, teremos condições de dar acesso a essa vacinação. O nosso partido, o Cidadania, é totalmente favorável a isso, porque este é o momento propício para a Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional e até para o Governo Federal cumprirem essa missão, a de efetivamente termos um medicamento barateado.

A pandemia da COVID, infelizmente, está no pior momento no Brasil, com números trágicos de mortes diárias, com o nosso País sendo responsável hoje por grande parte das mortes por COVID no mundo, e nós não podemos ficar aqui de braços cruzados. Por isso, eu parabéns esta iniciativa, saúdo a OMS, que também tem debatido essa questão, e os países que já avançaram nesse debate, inclusive

países desenvolvidos. Não podemos ficar para trás. Então, esta é uma oportunidade que temos de sair daqui com a missão de quebrar as patentes, de dar eficiência ao medicamento e de fazer com que toda a população tenha acesso a essa vacinação mais barata, para, de uma vez por todas, finalizarmos este grave momento que o Brasil vive.

Muito obrigado, Presidente Aécio Neves.

Documento 266/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:48
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Sr. Presidente Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, quero saudar V.Exa. e todos os Deputados e Deputadas.

Quero saudar a Deputada Alice Portugal por ter apresentado o requerimento de realização desta Comissão Geral e falar da importância da sua realização.

Todos os esforços, sem dúvida, devem ser envidados neste momento, para que possamos tratar desta verdadeira guerra mundial. Na verdade, a guerra contra a pandemia é uma guerra mundial, porque a pandemia atinge a todos nós, e todas as medidas que puderem ser adotadas, do ponto de vista legislativo, do ponto de vista das ações dos Estados nacionais, são muito bem-vindas.

Como já foi dito aqui pelos especialistas, quanto mais o vírus circular, quanto mais esta pandemia avançar no mundo, como aconteceu aqui no Brasil, mais mutações do vírus poderá haver, cada vez mais surgirão novas cepas do vírus, o que vai dificultar cada vez mais o combate à pandemia e, obviamente, vai resultar em muitas mortes, com prejuízo também para a economia nacional e mundial, como está ocorrendo. Por isso, essa iniciativa da quebra de patentes é fundamental neste momento, como foi atestado aqui pela grande maioria dos especialistas convidados para esta Comissão Geral e pela maioria dos Líderes partidários, que também demonstraram o apoio a essa iniciativa.

Presidente, também ela expõe os erros, a forma incompetente como o

Governo brasileiro, sobretudo o Ministério das Relações Exteriores, conduziu essa situação - infelizmente, nós temos que falar isso. Ela expõe a forma como o Ministério das Relações Exteriores lidou com países que eram importantes na questão da vacina, com a própria China; a forma como o Ministério das Relações Exteriores seguiu uma orientação do Trump, para que o Brasil não adquirisse a vacina Sputnik V; a negligência do Governo Federal em conseguir as 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, que já poderiam garantir que 35 milhões de brasileiros a mais fossem vacinados; e também o apoio que o Brasil não deu para essa iniciativa mundial da quebra de patentes.

As empresas não vão ter prejuízo com essa situação. Aliás, elas já tiveram lucros absurdos. Então, é fundamental que, assim como foi feito em relação à AIDS, nós também aproveamos uma legislação que quebre as patentes e garanta a vacina no braço do brasileiro.

Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 267/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:52
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	SEBASTIÃO OLIVEIRA-AVANTE -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. SEBASTIÃO OLIVEIRA (Bloco/AVANTE - PE) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os Parlamentares participantes desta reunião.

Quero cumprimentar, especialmente, a Deputada Alice Portugal, a quem faço vênias, e todas as Parlamentares da nossa Câmara.

Quero dizer, Presidente, que é uma satisfação falar daqui, mesmo no momento da fome, como médico que sou, graduado e pós-graduado pelo SUS. Tenho o maior respeito pelo SUS e defendo o SUS. Quero primeiro elogiar o pronunciamento de V.Exa. No começo, V.Exa. estava totalmente sintonizado com a comunidade científica atual.

No dia de hoje, a revista *New England*, uma das maiores revistas médicas do mundo, publicou na seção *Perspectivas* um texto liderado pela médica Ingrid Katz, da Harvard Medical School, em que expôs

alguns assuntos que foram fundamentais para a tomada de decisão a respeito da renúncia temporária aos direitos de propriedade intelectual. Ela trouxe algumas informações que foram fundamentais para nortear a nossa decisão. Uma delas é a de que o mundo hoje só consegue vacinar cerca de 6,7 milhões de pessoas por dia, ou seja, são 6,7 milhões de doses por dia. Se formos transpor isso para a realidade, apenas imaginando que de 70% a 85% da população mundial precisa ser vacinada, para que tenhamos eficiência, eficácia e efetividade, isso levaria 4,6 anos.

A distribuição em muito países pobres inexistente: 80% da população dos países pobres não receberão a vacina este ano. A Covax Facility foi um grande passo para que isso fosse globalizado, mas só vai conseguir atingir 20% da população dos países participantes.

Há pressão da Organização Mundial de Comércio, da OMC, de que V.Exa. bem falou, Presidente, liderada pela Índia e pela África do Sul, com a participação de mais de 90 países. Já falam da quebra de patentes, da renúncia temporária aos direitos de propriedade intelectual.

A quem defende a não quebra das patentes eu quero lembrar que 18 bilhões de dólares foram utilizados no financiamento público para o desenvolvimento da vacina. Vacinar o mundo é uma obrigação moral de cada um de nós, não só para a nossa proteção, mas também para a proteção dos países vizinhos.

Eu tenho um sonho: o de que o Brasil possa não só produzir e vacinar, como também ajudar o mundo a sair desta crise em que nos encontramos hoje.

Sr. Presidente, eu quero dizer que o que foi feito em relação à AIDS hoje dá demonstrações de efetividade. Se nós quisermos fazer uma comparação, veremos que, em 1 ano, tivemos mais de 340 mil mortes por COVID, e, de 1995 para cá, em 25 anos, 26 anos, tivemos 286 mil mortes por AIDS. As mortes por COVID em 1 ano mais que superam as mortes em 26 anos por AIDS, após a quebra das patentes. Deu resultado para esses pacientes, porque deixaram de ser agudos e passaram a ser pacientes de tratamento crônico.

Eu quero utilizar aqui um aforisma do Deputado Vice-Presidente Marcelo Ramos, meu ex-companheiro de partido, que diz que é vacina no braço e comida no prato. Quero só acrescentar que é vacina no braço, comida no prato, terço na mão, joelho no chão e Deus no coração, que as boas práticas médicas e a ciência têm que andar lado a lado, como as teclas de um piano. Como diz o querido Paul McCartney em uma canção, dá para as teclas brancas e pretas do piano andarem lado a lado, em perfeita harmonia. Eu digo que os

princípios cristãos e a ciência podem andar lado a lado e salvar vidas.

Que Deus nos abençoe. Até a próxima oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 268/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-13:56
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, eu queria saudar a Deputada Alice Portugal e o momento que nós estamos vivenciando nesta Casa, porque traz uma discussão crucial para que nós possamos dar respostas à dor do povo brasileiro. Mais de 340 mil pessoas se foram. Quem parte sempre é amor de alguém. Quem parte tem nome, tem história, tem relações.

Nós estamos vivenciando um processo extremamente agudo e doído no Brasil. É uma dor que cala, é uma dor que pulsa e é uma dor que vai deixar muitas marcas neste País.

Além disso, esta crise sanitária é uma crise trançada: ela tem impactos econômicos, impactos sociais. Estamos vivenciando uma pandemia no que diz respeito também ao direito à sobrevivência da população. Este País, que já tirou a fome do cotidiano dos brasileiros e brasileiras durante o Governo Lula, está vivenciando hoje o retorno da fome, de forma muito intensa - o retorno da fome. Mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de insegurança alimentar, e por volta de 19 milhões de brasileiros e brasileiras estão vivenciando uma fome que corrói a cidadania e a própria dignidade. Nós estamos vivenciando um momento no País extremamente trágico, e há responsabilidades a serem cobradas da história e no dia de hoje.

O Presidente da República disse que as pessoas morrem e morrem em todo lugar. Naturalizar a morte evitável significa naturalizar o sofrimento que poderia ser evitável. Sabemos que o Presidente da República não contratou as vacinas quando deveria e poderia fazê-lo. Neste momento há uma concentração de pessoas vacinadas em poucos países, como há uma concentração das patentes em poucos países. É preciso

democratizar o acesso à vacina.

Eu me lembro muito da fala do Deputado Padilha, logo que protocolou o projeto, ainda no começo do ano passado - talvez em abril ou maio, não lembro ao certo -, sobre a quebra das patentes durante o enfrentamento da pandemia: "*Nós podemos estar construindo uma realidade no Brasil onde as vacinas vão existir, mas elas não vão chegar para o povo brasileiro*".

Por isso, é fundamental que possamos quebrar o monopólio e, além disso, criar as condições necessárias para também revermos a Lei das Patentes, que não representou a democratização dos medicamentos, nem uma produção a ser desenvolvida no próprio Brasil. Portanto, constrói-se um consenso no dia de hoje, e esse consenso tem que se traduzir na quebra do monopólio.

Documento 269/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Parlamento por este debate. É isto o que o povo brasileiro espera deste Parlamento, que discuta assuntos que realmente interessam neste momento, para o enfrentamento a esta pandemia, que já ceifou tantas vidas mundo afora e também no nosso Brasil. Ele quer seriedade, quer comprometimento, quer verdade, menos populismo, menos ideologia e mais compromisso com o Brasil e com as soluções para os problemas que nós enfrentamos.

Tenho defendido desde o início deste ano - eu assumi o mandato neste ano - a necessidade de o Brasil voltar a ser autossuficiente no processo de imunização.

Um programa tão bonito nasceu no Brasil em 1973 e foi perdendo força a partir de 1986. Sr. Presidente, ano passado, nós tivemos um déficit na balança comercial de mais de 20 bilhões no que se refere à importação de insumos para a produção de medicamentos no Brasil, um país que tem total possibilidade de produzir seus próprios insumos,

mas que não investe em tecnologia. Eu quero puxar a orelha deste Parlamento. Quanto foi destinado, no Orçamento da União, para ciência e tecnologia, para que nós pudéssemos incentivar as pesquisas no Brasil? Temos algumas pesquisas já em fase adiantada, dependendo apenas de recursos para poderem avançar.

Agora nós estamos diante de um tema para o qual chamo a atenção deste Parlamento. Quero dizer que não é fácil fazermos um debate e rapidamente chegarmos a uma conclusão, porque temos que respeitar os direitos intelectuais, temos que respeitar também o esforço daqueles que investiram durante muito tempo em ciência, em estudos e que produziram seus insumos. Mas estamos vivendo um momento ímpar na humanidade.

Eu acho que, em favor do povo, das pessoas que sofrem, que querem vacina, em favor da economia, que precisa ser retomada - e a vacinação é extremamente importante para isso -, nós temos que ser razoáveis, Sr. Presidente. Esse debate sobre a possibilidade de quebrar patentes de vacinas não é feito só no Brasil. Mais de cem países no mundo têm a mesma proposta. Mas acho que nós devemos indenizar, pagar *royalties* a quem investiu em ciência e tecnologia, não simplesmente quebrar uma patente, de forma irresponsável, criar atritos, criar dificuldades, como foi falado aqui pelos representantes dos institutos, dificuldades até para o processo de aquisição de vacinas para o Brasil. De imediato, nós temos que continuar comprando as vacinas e dependemos dessas parcerias. Por isso, não podemos ser irresponsáveis e quebrar de forma unilateral, sem discussão, sem um diálogo com os países e fabricantes das vacinas no mundo.

Eu acredito que este Parlamento terá competência, capacidade e equilíbrio para, através do diálogo, e comprovando a necessidade, convidar, chamar para a mesa de negociação os laboratórios e propor uma indenização através de *royalties*. O que nós queremos é aumentar a produção numa escala que facilite a vacinação no Brasil. Sou a favor do projeto, sou a favor do debate e espero que nós tenhamos serenidade para respeitar a lei...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 270/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:04
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Muito obrigada. Eu havia me inscrito nas duas listas.

Sr. Presidente, quero saudá-lo, nobre Deputado, assim como a Deputada Alice Portugal, pela iniciativa.

Senhoras e senhores especialistas, senhoras e senhores convidados, demais membros desta Casa, o mundo atravessa a maior crise sanitária desde a gripe espanhola. O Brasil é o País com o pior desempenho no combate à COVID-19. Colecionamos recordes de mortes dia após dia.

Já são quase 340 mil brasileiras e brasileiros mortos, podemos dizer assim, pela irresponsabilidade, pela incompetência e até mesmo pelo negacionismo no combate à epidemia. Máscara, álcool em gel e distanciamento social são todas medidas importantes para o combate à pandemia, mas a solução definitiva também passa pela vacinação ampla, irrestrita e gratuita da população global. Nós não vemos essa responsabilidade por parte do Governo Federal. Ainda dá tempo de mudar.

A produção de vacinas é atualmente um dos principais desafios para a imunização contra a COVID-19. Não há capacidade industrial instalada e insumos suficientes para abastecer toda a população global na velocidade que precisamos, causando uma corrida generalizada entre os países pela aquisição de vacinas. Vemos países mais ricos com quantidades mais do que suficientes para vacinar toda a população, enquanto os países mais pobres têm a previsão de imunizar seus cidadãos apenas em 2023. Isso é uma vergonha, é um crime contra a humanidade. A priorização da vida de qualquer ser humano precisa ser repensada. Todos têm direito à saúde, conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Repito, não podemos colocar um preço na vida das pessoas.

A flexibilização das patentes com o pagamento de *royalties* pode ser, sim, um caminho para contornarmos tanto o desafio produtivo quanto o acesso aos imunizantes pelas parcelas mais pobres da população mundial. E essa não é uma invenção deste momento. Como muito bem dito pelos especialistas que nós ouvimos hoje nesta audiência - e quero, desde já, agradecer as manifestações e as sábias análises previstas -, em outras situações, inclusive no combate à AIDS no Brasil, foram feitas flexibilizações e até mesmo quebra de patentes para universalizar o tratamento de algumas doenças. Já existe o

precedente.

Sr. Presidente, eu fico aliviada em ver que o Parlamento brasileiro, no momento em que precisa focar essa atenção, está discutindo o assunto. Precisamos, sim, avançar cada vez mais na discussão e na aprovação de medidas que possam realmente ajudar a nossa sociedade, de forma séria, responsável, estratégica e rápida, a atravessar este momento tão dramático da nossa história e do País.

Finalmente, Sr. Presidente - não vou utilizar todo o tempo -, eu queria aqui chamar a atenção das autoridades brasileiras, principalmente do Governo Federal, para que revejam o pensamento de não entender como é grave a situação que o Brasil atravessa. É preciso abrir o coração e sentir que a população está sofrendo. São necessárias soluções urgentes. Parem de negar que existe uma pandemia no País e invistam recursos na saúde, no SUS, nas pesquisas - não as cortem do Orçamento. Isso é prioridade nossa.

Todos os órgãos e agências internacionais têm como foco o debate, e verificam que é preciso investimento na saúde. É preciso compreender que essas soluções devem ter como objetivo ações prioritárias, projetos que realmente revejam a situação dos mais vulneráveis. E hoje a população brasileira está vulnerável.

A vacina é estratégica. A vacina é a única forma de prevenção na qual podemos investir, aliás, somada a todas as medidas que já têm sido indicadas pelos órgãos de saúde e pelos órgãos sanitários em relação ao isolamento social, quanto ao uso correto da máscara e à adoção de políticas que possam auxiliar na fase econômica da nossa população mais vulnerável.

Sr. Presidente, é isto o que nós temos que ter: soluções positivas que se somem a todas as recomendações científicas que nós temos debatido. A quebra de patentes é uma solução específica. Eu espero que possa ser dada a ela a devida importância, o devido investimento e a devida recomendação. E que o Brasil possa rever o seu posicionamento nas instâncias internacionais e assinar junto com os países que estão preocupados com a população a quebra de patentes neste momento tão delicado.

Essa quebra requer atenção e urgência. Ela seria provisória, porque o Brasil está precisando disso. Existem direitos em relação à propriedade intelectual que merecem ser respeitados, e, neste momento, vendo os precedentes, nós precisamos rever o posicionamento brasileiro, para que o Brasil possa reverter a péssima imagem que tem ao negar a situação da pandemia - e péssima imagem perante diversos países que já têm avançado nesse sentido.

Ainda há tempo! Há tempo de o nosso Presidente rever esse posicionamento, que tem colocado a população em risco.

Parabéns ao Parlamento pela iniciativa de debater assunto tão importante como este!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputada Joenia.

Permita-me, no momento em que ouço com tanta atenção as manifestações de V.Exa. sobre este e outros temas, expressar a nossa solidariedade e também a nossa preocupação com as comunidades indígenas brasileiras, que V.Exa. tão bem representa nesta Casa.

Além do drama por que passa todo o País, nós temos de compreender que essas comunidades, Deputada, têm vulnerabilidades naturais, as quais, portanto, precisam ser enfrentadas de forma diferenciada, com atenção absolutamente especial.

Aqui ficam mais este alerta e a nossa solidariedade a V.Exa.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, muito obrigada pelas palavras.

Sr. Presidente, falando dessa questão, ainda me restava 1 minuto, eu não usei o meu tempo todo. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Pois não, Deputada. V.Exa. tem a palavra por mais 1 minuto.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - V.Exa. fez uma observação muito importante. Eu quis focar um pouco a vacina, mas existe uma vulnerabilidade muito grande que ainda precisa ser sanada em relação aos povos indígenas, principalmente no que diz respeito aos estoques de vacina por falta de logística e estrutura nos Municípios. Nós ainda estamos debatendo essa situação.

Por isso, eu luto tanto pela vida dos povos indígenas quanto pela vida de todos os brasileiros. A responsabilidade minha, como Parlamentar, não me deixa silenciar que essa é uma necessidade de todos, inclusive dos indígenas que estão no contexto urbano.

Hoje, nós vamos fazer um ato virtual em defesa dos direitos dos povos indígenas em âmbito nacional perante a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

Agradeço, Sr. Presidente, as palavras.

Eu espero que todos no Brasil entendam que os povos originários do Brasil estão juntos nessa luta pela vida, combatendo a pandemia e colocando seus conhecimentos e boas práticas à disposição de todos, para que vejam o exemplo dos povos indígenas.

Documento 271/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:16
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Agradeço, Presidente Aécio Neves.

Quero, de maneira bem rápida, traçar um diagnóstico, honrando a minha tradição de médico pelo menos neste momento.

De cada 3 mortes que ocorrem no mundo, 1 é no Brasil. O Brasil, nos dias recentes, em um único dia, teve mais mortes do que a soma de 1 ano de mortes em 133 países. A população brasileira é de 212 milhões de pessoas. A população desses 133 países é de 1 bilhão e 900 milhões de pessoas. A tragédia, então, está mais do que explícita, só o Governo finge não perceber.

Hoje foi publicada uma entrevista com o epidemiologista chefe da força-tarefa nos Estados Unidos, que vivenciou o Governo Trump, teve a coragem de contrariá-lo publicamente e continua nessa função no Governo Biden. Refiro-me ao Dr. Anthony Fauci. Em entrevista à *BBC News Brasil*, publicada na *Folha de S.Paulo*, disse uma porção de coisas importantes. Quero me referir a apenas uma. Em dado momento, o repórter, de forma sagaz, disse a ele que nos Estados Unidos há muitas vacinas da AstraZeneca que não estão sendo usadas. Ao que ele responde que aquilo que tiverem para oferecer não será de forma bilateral, mas irão à Organização Mundial de Saúde.

Tudo isso é para dizer o quê? Onde o Governo brasileiro está com a cabeça para hostilizar, menosprezar, desprezar aquilo que a Organização Mundial da Saúde está fazendo. Com todo o rechaço, eu já disse e vou repetir, o diretor-geral da agência falou, 4 ou 5 dias atrás,

com o Governo brasileiro, por meio da figura do Ministro da Saúde, apelando para que o Governo brasileiro mude a sua posição. Portanto, essa atitude diversionista de representantes do Governo, inclusive nesta Comissão Geral, não é falta de informação; é mentira mesmo!

Eu quero propor, Deputado Aécio Neves, que preside a sessão, a organização imediata, quem sabe na Comissão de Relações Exteriores, de um grupo de trabalho para sistematizar o que aqui foi falado e traduzir isso em ação, pressão e negociação até com embaixadas de outros países no Brasil. Por quê? Porque, se formos esperar, como estamos há mais de 1 ano, falando, denunciando, propondo, o Governo não se movimenta.

Até hoje o Governo manifesta-se - é trágico - contrariamente ao isolamento social; até hoje ele questiona o papel da vacina. Então, nós não podemos continuar, eu diria, tolerantes, de um lado, e sem ação, de outro, porque votar projeto de lei é o nosso papel, mas, nesta altura do campeonato, imaginar que algum projeto de lei possa melhorar esse cenário, em minha opinião, é ilusão. Aliás, há projeto de lei que o piora, como foi esse recentemente aprovado, que permite empresa comprar vacina e tirar um produto que tem de estar centralizado em mão do poder de Estado.

O Governo Bolsonaro imitava Trump e continua louvando o Estado de Israel - o povo de Israel é uma coisa; eu estou falando do Estado de Israel. Por que não copia o que os Estados Unidos estão fazendo, que é a vacinação em massa? Por que não copia Israel, que está fazendo vacinação em massa? Por que não copia o Chile, que está fazendo vacinação em massa? Não é por falta de capacidade. O sistema público brasileiro é capaz de vacinar 40 milhões de pessoas por mês! O que falta é vacina, por sucessivos erros, e um dos principais tem sido, reiteradas vezes, o de se colocar contra a suspensão ou a quebra do direito de patentes.

Finalizo elogiando a decisão do Ministro Toffoli, que, por uma liminar, suspendeu o art. 40 da Lei de Propriedade Industrial. Na lei, é permitido prorrogar o prazo de vigência da patente de 20 anos até indefinidamente, se o INPI não cumprir adequadamente com a sua função. Isso é para demonstrar que a indústria farmacêutica quer dinheiro.

Obrigado.

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG) - Um cordial boa-tarde, ilustre Deputado Aécio Neves, Governador por duas vezes, com grande legado no Estado, especialmente pela família de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Obrigado, Deputado.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG) - V.Exa. é sabedor da amizade histórica de vosso avô com o meu querido pai, e a história de Minas Gerais passa, certamente, pela história que ambos conduziram no Estado.

Quero cumprimentar a ilustre Deputada Alice Portugal, autora do requerimento, e o Líder do MDB, Deputado Isnaldo Bulhões Jr., coautor do requerimento, assim como os demais colegas que apresentaram o presente requerimento.

Parabenizo todos os que participaram desta Comissão Geral nesta manhã e agora à tarde, o que mostra a importância do protagonismo do Parlamento para o combate a esta pandemia, dando, sem dúvida, sinais de que nós vamos avançar para o fim dela com muito trabalho e dedicação dos membros do Congresso Nacional.

Neste momento, Presidente, o que já virou um mantra em todo o País, e esta Casa tem defendido isso, é vacina no braço e comida no prato como solução para a pandemia. Vacina no braço, sim, com ampla e total vacinação de nossa população de forma acelerada em todas as regiões, indiferentemente do local. Esse tem sido o grande desafio. Recursos financeiros não faltaram, pois este Parlamento foi protagonista ao garantir a aprovação de toda a legislação necessária que embasasse a destinação de recursos para o combate à pandemia, inclusive para a compra de vacinas.

Hoje há o desafio de negociar e garantir a chegada dessas vacinas a tempo e a hora a todas as cidades, a todas as regiões do País, e também de começar a discutir a capacidade do País de voltar a gerar empregos, porque é isso o que vai garantir comida no prato. E só poderemos voltar a gerar empregos, só poderemos retomar as atividades produtivas, especialmente no comércio, no turismo - setor que venho defendendo há mais de 2 anos nesta Casa, neste segundo mandato como Parlamentar -, enfim, só poderemos garantir a volta

desses empregos a partir do momento em que a população estiver devidamente protegida.

Os alunos só poderão voltar às escolas, tentando minimizar o grande impacto negativo para nossa educação ao longo do ano passado e mais ainda em 2021, com ampla e irrestrita vacinação.

Dessa forma, Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. Bloco/PSDB - MG) - Para concluir, Deputado.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG) - Obrigado, Presidente.

Para concluir, gostaria de ressaltar que, talvez, com vista a garantir que a vacinação avance em todo o País, em todas as regiões e para todas as pessoas, a quebra da patente possa ser um caminho de atraso, e não uma forma de garantir que ela chegue a todos, por conta dos impactos e das consequências de eventual quebra das patentes.

Defendo, sim, a ampla e irrestrita vacinação, mas que respeitemos os contratos neste momento, especialmente diante dos quantitativos e das garantias que já foram dadas de fornecimento de vacinas ao País. É com a retomada da vacinação e da atividade econômica que nós vamos fazer o País voltar a crescer.

Muito obrigado.

Documento 273/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Desculpe, Presidente. Eu

estava em outra reunião, ao mesmo tempo, dos Líderes da Minoria.

Presidente, boa tarde a todos e a todas. O cenário que estamos vivendo é trágico. São quase 350 mil mortes, com famílias enlutadas, um cenário desastroso. Infelizmente, temos um Governo, um Poder Executivo, que faz a gestão absurda dessa crise. Um dos principais motivos que nos levou a estar nesse cenário foi o Governo não ter decidido comprar vacinas a tempo de minimizar a dor da população. Não que essa seja a única saída - é preciso oxigênio, leitos, recursos humanos -, mas não comprar 70 milhões de vacinas, sem dúvida, ajudou a compor o cenário trágico que estamos vivendo.

Soma-se a isso, Sr. Presidente, uma situação que precisa ser enfrentada. Já foi falado aqui pelo representante da FIOCRUZ que 90% dos insumos farmacêuticos, 80% dos equipamentos de tratamento de COVID e 60% dos equipamentos de proteção individual são importados. É preciso inclusive que reconheçamos quem está ganhando com a pandemia.

Nós sabemos, aliás, que empresas farmacêuticas que se dedicam a pesquisas de vacinas contra o coronavírus têm tido lucros bilionários nesse cenário. E, ao mesmo tempo, quem ganha é quem tem acesso às vacinas, aos insumos. Mundialmente, 16% da população já reservaram 70% das vacinas. E aqui, no Brasil, lamentavelmente, seguimos com a vacinação a passos lentos, num *apartheid* em relação à vacinação. Se eu não me engano, a segunda dose foi fornecida a menos de 3% da população brasileira. É urgente, nesse sentido, promovermos um maior acesso às vacinas e a outras tecnologias de saúde contra o coronavírus.

Isso só se faz, no nosso ponto de vista, do PSOL, através da quebra de patentes, em âmbito nacional e internacional. É preciso lembrar que 88% das patentes estão concentradas em poucos países. Só vamos vencer, Sr. Presidente, a pandemia com vacinação em massa, e, para isso, é fundamental suspender os dispositivos de propriedade intelectual sobre patentes de medicamentos, vacinas e outros produtos ligados à COVID.

Eu queria trazer a responsabilidade deste Parlamento, Sr. Presidente. Nós não podemos contar, infelizmente, com o Poder Executivo. Aliás, a farra dos representantes aqui, seja do Itamaraty, seja do Ministério da Economia, só não foi risível porque não tem nada de engraçado neste momento. Sinceramente, envergonhou-me e está na contramão do mundo inteiro. O Brasil, mostrando-se tão fortemente contra a quebra de patentes no âmbito da OMC, isolando-se inclusive em relação aos países em desenvolvimento, Sr. Presidente, é uma vergonha.

Bolsonaro, é preciso dizer, tem jogado no lixo esforços históricos

empreendidos no País, esforços esses de diferentes Governos, é preciso reconhecer, é contra as patentes e é a favor dos remédios de baixo custo. É como no caso de HIV/AIDS, está óbvio, explícito, reforçado nesse tema que este Governo, infelizmente, não tem apreço à vida. A vida do povo brasileiro não é valorizada por este Governo, infelizmente na contramão do que toda a experiência internacional está nos ensinando, que é o quê? Que a licença compulsória salva vidas.

Do nosso lado, nós já sabemos o que queremos. Nós subscrevemos o PL 1.462, que é, inclusive, encampado por partidos de esquerda e de direita. Se o Executivo está na contramão da ciência e da vida, este Parlamento tem que se agigantar, tem que tomar para si a responsabilidade.

Saúde, para terminar, Presidente, é um bem comum. O acesso à saúde precisa ser universal, isso é garantia constitucional. Este Parlamento está diante de uma questão humanitária e precisa decidir se vai defender os monopólios ou se vai defender a vida. Eu espero que nós defendamos a vida dos brasileiros e das brasileiras, diferentemente do Governo Bolsonaro.

Obrigada, Presidente.

Documento 274/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:32
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Muito obrigado.

Queria, primeiro, parabenizar a iniciativa de V.Exa. e da Deputada Alice Portugal para tratarmos nesta Comissão Geral de um tema tão importante, tão candente e tão essencial, especialmente neste momento, mas me permita fazer um breve retorno à trajetória anterior dessa temática em nosso País.

Nós vivemos na década de 90, eu diria, a destruição da farmacoquímica em nosso País. A lógica neoliberal - digamos assim - fez com que nós destruíssemos alguns parques industriais, inclusive da farmacoquímica, que naquele momento era fundamental e indispensável para o Brasil. E nós passamos a ser dependentes da

importação de qualquer insumo farmacêutico com base na química pura.

Este País só veio se aperceber da grandeza que tem com o Sistema Único de Saúde, a nossa escala de compra... Eu brinco, Deputado Aécio, que qualquer multinacional de medicamentos e insumos farmacêuticos, quando desenvolve algum novo produto, pergunta: *"Cadê aquele país lá da América do Sul que tem um sistema de saúde que faz compra para mais de 200 milhões de habitantes?"* E bota logo a lupa, bota logo o foco, mas nunca tínhamos até o Governo do Presidente Lula otimizado a nossa escala de compra.

Eu tive a honra de ser Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, no primeiro Governo do Presidente Lula, e pude acompanhar os primórdios, os primeiros movimentos para utilizarmos essa ferramenta. Para encurtar, o tempo é escasso, nós conseguimos passos gigantescos com as PDPs, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, com a transferência de tecnologia.

Graças aos investimentos, é bom lembrar, feitos no Butantan e na FIOCRUZ nos Governos de Lula e Dilma, Deputada Alice Portugal, nós temos hoje o Butantan e a FIOCRUZ como os dois maiores centros de pesquisa e produção de medicamentos biológicos e imunizantes da América Latina. A FIOCRUZ tem a maior fábrica pública, corrigindo, tem a maior fábrica de medicamentos biológicos da América Latina. O Butantan está entregando 80% ou mais das vacinas que nós estamos utilizando.

Então, essa capacidade pública e os investimentos feitos têm que ser bem utilizados.

Nós sabemos - é claro - que quebrar a patente da vacina agora não vai ser uma solução imediata. Eu não tenho a menor dúvida disso. Isso aí é óbvio, mas será mais um passo importante na transferência de tecnologia. Eu acho que esse que é o grande ponto, Deputado Aécio.

Não acredito que teremos impacto agora nos próximos meses. Concordo com os que criticaram isso, mas teremos a capacidade instalada, ampliada, a incorporação tecnológica, com certeza, aumentada, para dar passos no futuro. Se não fossem os investimentos anteriores, nós não teríamos o maior programa público de vacinação do mundo com mais de 300 milhões de doses. Ou alguém acha que estaríamos vacinando contra HPV os nossos adolescentes, que estaríamos produzindo todas as vacinas de H1N1, de influenza e outras mais? É claro que não! O investimento em ciência e em tecnologia não é para ter resultado em 2 meses, 6 meses, é investimento a médio e longo prazo.

O problema é que nós nos acostumamos a perder o bonde da história. Destruímos a farmoquímica, recuperamos o tempo perdido nos Governos de Lula e de Dilma, fizemos investimentos nos medicamentos biológicos e em imunizantes e temos de continuar esse passo.

Por isso, quero parabenizá-lo, Deputado Aécio Neves, pela iniciativa de V.Exa. e da Deputada Alice Portugal.

Eu acho que poderemos dar passos importantes na sustentabilidade, na autonomia, na independência tecnológica do nosso País. A plataforma que vai ser incorporada com certeza será usada. Virão novos vírus, virão novos desafios, novos problemas de saúde, e não podemos pensar curto, não podemos pensar no amanhã. Nós temos que pensar numa Nação que tenha futuro, apesar de estarem destruindo todo o patrimônio acumulado por muito tempo. Destruíram a indústria naval, a indústria da construção civil pesada, estão destruindo a PETROBRAS.

Vamos salvar a saúde, vamos investir na tecnologia em saúde.

Muito obrigado.

Documento 275/702

34.2021	Sessão Comissão Geral	08/04/2021-14:36
Publ.: DCD - 09/04/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Importância da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.
Agradecimento aos participantes na Comissão Geral.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Deputado Aécio Neves, primeiro, quero cumprimentá-lo pela forma democrática e assertiva com que comandou esta sessão.

Quero cumprimentar todos os convidados e convidadas, todos, cada qual com sua diversidade opinativa.

Gostaria de dizer que as falas foram consistentes e que este foi um encontro do mais alto nível político, científico, técnico.

Acima de tudo, quero cumprimentar os meus colegas e as minhas

colegas Parlamentares que mostraram com vigor as suas opiniões sobre este momento que vivemos.

Praticamente tivemos uma enorme maioria que compreende a necessidade dessa transferência de conhecimentos, dessa transferência de produção intelectual, e que é uma sinonímia da quebra de patentes.

A verdade é que está mais do que provado que o Brasil não tem condições de, mesmo com contratos que possam ser acelerados, ou com a mudança do comando do Itamaraty, realizar essa vacinação no prazo que está sendo divulgado. E por isso é necessário tomar uma atitude.

Passei já para o Presidente da Casa, a quem agradeço profundamente a realização desta Comissão Geral, Deputado Aécio Neves, o decreto legislativo que foi votado no Chile, ontem, e que o cientista Bermudez nos passou, com sua generosidade de sempre, transferindo conhecimento permanentemente para o segmento farmacêutico.

Nós estamos, hoje, com peças da Alemanha, da Austrália e agora do Chile, que tem um regulamento político muito parecido com o nosso, de um projeto de decreto legislativo. Por que não pensamos numa alternativa dessas?

Há a ideia do Deputado Arlindo Chinaglia de junto buscarmos uma solução legislativa que possa ser sediada na Comissão de Relações Exteriores ou na Comissão de Saúde, Segurança e Família, e está aqui a Deputada Jandira Feghali. Falou conosco também o Deputado Jorge Solla.

Evidentemente, a união de todos aqueles que têm relação com essa produção legislativa será de alto impacto e importância para que o Legislativo brasileiro tome um direcionamento e oriente um rumo para o nosso País.

O que há de certo, Sr. Presidente, é que, junto à Organização Mundial do Comércio, esta Comissão Geral já tem condições de indicar ao Palácio do Planalto, ao Ministério das Relações Exteriores, que o Brasil se profile com os países em desenvolvimento, que o Brasil se coloque de pé diante da circunstância mundial e retome a sua tradição diplomática de defesa dos interesses humanitários e, acima de tudo, da saúde como um bem público e da vacina como um direito de todos. Por isso, eu continuo defendendo que é fundamental a transferência de conhecimento sob a forma de quebra de patentes.

Quero parabenizar o Ministro Toffoli por, no Dia Mundial da Saúde, ter

decidido pela expedição daquela liminar.

E, sem dúvida alguma, Deputado Aécio Neves, nós precisamos neste momento dar protagonismo ao Legislativo brasileiro.

Muito obrigado a todos e todas, obrigada pela realização desta Comissão Geral.

E vamos às iniciativas, porque o Parlamento é poder, pode e deve exercer o poder em benefício da maioria.

Muito obrigada.

Documento 276/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 14/04/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 360 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Falta de vacinas contra a doença viral no País. Agravamento do desemprego e fechamento de pequenas e microempresas no Brasil. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.336, de 2021, sobre a obrigatoriedade de destinação à população civil, pelas unidades de saúde das Forças Armadas brasileiras, de leitos de enfermaria e UTI em situação de calamidade pública e emergência de saúde. Necessidade de retomada do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Defesa de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Vocação do Presidente Jair Bolsonaro para a geração de crises e conflitos. Dificuldades enfrentadas pelos professores do Estado do Acre e do Brasil, com relação ao uso de recursos tecnológicos. Quadro de insegurança alimentar enfrentado pelo alunato durante a epidemia de coronavírus.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas as pessoas que assistem à sessão pela *TV Câmara* neste momento, estamos acompanhando no Parlamento todos os dias a evolução desta pandemia.

Praticamente já chegamos a 360 mil mortos no Brasil, uma média móvel superior a 3 mil pessoas mortas por dia aqui em nosso País,

sem vacinas, com uma dificuldade enorme para avançar na vacinação - inclusive o Ministro da Saúde hoje deu uma declaração de que 1,5 milhão de pessoas podem ficar sem a segunda dose da vacina, e ele vai à CFFC amanhã prestar esclarecimentos para nós -, o auxílio emergencial píffio do jeito que está, o desemprego batendo à porta, as pequenas empresas quebrando, o colapso no sistema de saúde.

Eu apresentei agora, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.336, de 2021, para que os hospitais das Forças Armadas sejam utilizados de maneira complementar ao SUS. Nós precisamos de soluções concretas. Então, esse é um projeto de lei importante. A questão do PRONAMPE, o apoio às pequenas empresas é importante para que elas não quebrem neste momento, há a quebra das patentes, é preciso colocar a Medida Provisória nº 1.039 para ser votada no plenário, porque queremos um auxílio emergencial não de 150 reais, mas de 600 reais, e o Governo só cria crises.

Agora há uma crise com o STF, com a abertura da CPI da COVID, por decisão do Ministro Barroso, uma crise por causa da gravação do Senador Kajuru contra o Ministro Alexandre de Moraes, contra Governadores e contra Prefeitos. O Governo só sabe criar crises, infelizmente.

Neste momento, também quero me solidarizar com os educadores do País. Ontem fiz uma *live* com o Deputado Estadual Daniel Zen e com diretores da rede municipal e estadual, e a situação, Deputada Professora Rosa Neide, está muito complicada para os educadores aqui no meu Estado, como está em todo o Brasil. Em relação ao uso dos recursos tecnológicos de que precisam, eles usam os seus próprios recursos, e os Governos não estão pagando hora extra, porque estão extrapolando as cargas horárias.

Há um problema grave de segurança alimentar, os alunos passando fome, embora muitos Governos, como é o Governo do Acre, tenham caixa para resolver essa situação, há alunos que não conseguem assistir às aulas remotas, há uma baixa procura do EJA. Então, a situação da educação está precária.

É nesse sentido que eu quero registrar aqui...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Solidariedade ao Senador Randolfe Rodrigues, diante da ameaça de agressão física por parte do Presidente Jair Bolsonaro. Alcance do patamar de 350 mil mortes no Brasil provocadas pela Covid-19. Imediata instalação, pelo Senado Federal, da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Apoio ao pleito de estudantes pela antecipação do calendário de realização do processo seletivo de 2021, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala na tarde de hoje cumprimentando V.Exa. e todas as Sras. e Srs. Deputados que acompanham esta sessão e me solidarizando com um Senador do Amapá, da Rede Sustentabilidade, o Senador Randolfe Rodrigues, que foi ameaçado de maneira totalmente inadequada por um Presidente da República. Foi uma falta de decoro do Presidente Jair Bolsonaro. O Senador foi ameaçado fisicamente, de porrada, coisas que um Presidente da República não deveria falar.

Sem contar o contexto daquela gravação, uma gravação que expõe um Brasil que nos envergonha, num momento em que há mais de 350 mil mortos pela COVID-19. No meu Estado do Amapá, já passam de 1.300 vítimas. Nós tivemos ontem um dia de enorme tristeza, com muitos amapaenses, pessoas que conhecemos e com quem convivemos perdendo as suas vidas.

Repudio o comportamento do Presidente Jair Bolsonaro. Apoio a imediata instalação da CPI da COVID. Presto minha solidariedade ao Senador Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição. Contamos com o trabalho dele dentro dessa CPI para mostrar ao Brasil a responsabilidade por tantas mortes e por esse verdadeiro genocídio em nosso País.

Sr. Presidente, além disso me traz à tribuna nesta tarde a aflição de centenas, talvez milhares, de estudantes amapaenses que prestaram o ENEM e que, pelo fato de a Universidade Federal do Amapá não ter feito a adesão ao SISU, ficam na dependência da realização do processo seletivo.

Esse processo seletivo a UNIFAP tem condições de fazer e o fará. Mas ela estabeleceu um cronograma muito alongado que se iniciaria agora em maio para terminar com a matrícula dos aprovados apenas em

outubro, o que coloca o planejamento dos alunos em total desarranjo, porque, se não forem aprovados, eles precisam se matricular em cursinhos e dedicar mais 1 ano de suas vidas para estudar.

Eu acabei de falar ao telefone com a Pró-Reitora de Ensino em Graduação, Profa. Elda, que muito gentilmente me comunicou - eu já tinha feito um ofício para lá e também telefonei para poder ser mais ágil nessa resposta - que a UNIFAP está atenta aos anseios dos estudantes e a seus pedidos. São centenas de pedidos que eu tenho recebido pelas redes sociais, por telefone, todo mundo muito ansioso, e eles estão estudando uma maneira de antecipar o processo seletivo, entendendo que o ano letivo de 2020 só terminará em setembro deste ano, portanto as aulas só iniciarão em outubro de 2021.

Documento 278/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à instalação, pelo Senado Federal, da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me inscrevi para este período, em primeiro lugar, solidária ao povo brasileiro, para dizer que nós podemos - e devemos -, como Parlamento do Brasil, trilhar um caminho em contraponto à ausência de medidas por parte do Poder Executivo e do Governo Bolsonaro para o enfrentamento dessa pandemia.

Não há nada que se oponha nessa hora à existência da CPI da COVID, ao enfrentamento à COVID; ao contrário, até agora não tivemos essa CPI, mas a COVID não foi enfrentada, devidamente não foi.

São profissionais da saúde na luta diária, na labuta para garantir a vida das pessoas, há leitos insuficientes, respiradores em número insuficiente, oxigênio que faltou num determinado mês em Manaus, trazendo pânico àquela cidade, e que hoje falta em diversos lugares do Brasil, demonstrando que o Governo não tem planejamento e

seriedade nem na prevenção, nem no atendimento.

A prevenção significaria o pagamento dos 600 reais, no mínimo, de auxílio emergencial, o apoio às pequenas e micro empresas para o pagamento de salários, o distanciamento social; o atendimento seria as condições de trabalho e atenção nos hospitais. E, senhores e senhoras, a continuidade disso seria a vacina, porque essa, sim, pode preservar a vida.

Nada disso existe no Brasil.

Por isso, nós precisamos de uma CPI. Em boa hora, o Ministro Barroso tomou a decisão de fazer com que o Senado Federal inicie o processo de CPI, que já tem regimentalmente todo o aporte necessário. Não gostaríamos que essa decisão tivesse que vir do Supremo - vir do Supremo para o Parlamento -, mas, ora, quando o Parlamento não toma as devidas medidas, de acordo com o que o seu Regimento e a Constituição preconizam, o Supremo passa a agir.

Senhores e senhoras, a Câmara precisa, da mesma forma, encarar os pedidos de *impeachment* de Bolsonaro. Cada dia com Bolsonaro no poder é um dia a mais que perdemos de nos preparar para salvar vidas que não precisam ser desperdiçadas e jogadas à morte. Quantos amigos, quantos vizinhos, quantos parentes, quantos irmãos nós já perdemos? Nenhum país do mundo perdeu vidas como o Brasil, mas nenhum país tem um Presidente genocida como o Brasil, que é Jair Bolsonaro.

Obrigada.

Documento 279/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Postura desumana do Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aprovação, pela Comissão de Cultura, do Projeto de Lei nº 1.133, de 2015, sobre a declaração do educador Anísio Teixeira como Patrono da Educação Pública Brasileira. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, sempre, quero me solidarizar com aqueles que perderam parentes, amigos, amores, entes queridos para esse vírus e repudiar o tratamento desumano que esse Governo vem dando à questão da pandemia.

Segundo, Sr. Presidente, quero mais uma vez defender a educação pública brasileira, defender a educação brasileira. Agora, na Comissão de Cultura, (*falha na transmissão*) aprovar o nome de Anísio Teixeira, o célebre educador baiano, como patrono da escola pública. E hoje, entra na pauta o Projeto de Lei nº 1.595, que estabelece a educação básica e de ensino superior, em formato presencial, como serviço e atividade essencial.

Inicialmente é um elogio à educação, porque de fato a educação é essencial. Mas a forma com que o projeto apresenta essa essencialidade é lamentável, porque na verdade coloca a obrigatoriedade, pretende estabelecer que a educação básica e a de ensino superior presenciais sejam consideradas essenciais, vedando expressamente a suspensão de aulas presenciais em pandemias como esta que estamos vivendo, salvo em situações excepcionais, cujas restrições sejam fundamentadas em critérios técnicos e científicos provados. Ou seja, põe no lombo da polêmica a circunstância do contágio nas escolas, do contágio com a presencialidade, como estamos vendo nas diversas capitais movimentos de extrema-direita (*falha na transmissão*) professores, merendeiras, porteiros em sala de aula (*falha na transmissão*) Ao colocar essa matéria para votação, em regime de urgência, pode atender, talvez, com o melhor dos propósitos a essencialidade da educação, como o Colégio de Líderes o fez, mas põe em vigência um rigor absurdo, o risco de vida aos profissionais da educação.

Por outro lado, a questão da lei de greve coloca em risco toda a possibilidade de (*falha na transmissão*) manifestação das escolas, das universidades, pois nós sabemos que, em relação a ações já tramitadas na Justiça ou mesmo a não adesão do Brasil aos critérios da própria organização sindical do serviço público junto à OIT, infelizmente, ficará praticamente em risco a...

(Desligamento automático do microfone.)



Publ.: DCD - 14/04/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de votação, pela Casa, de pauta de interesse da população brasileira. Importância da produção de vacinas contra Covid-19 no País. Necessidade de liberação, pelo Governo Federal, de recursos aos trabalhadores e às pequenas e microempresas para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Proibição da entrada, no território francês, de pessoas originárias do Brasil. Inoperância do Comitê de Coordenação Nacional para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas desta Casa e a todos que estão nos ouvindo.

Eu queria fazer um questionamento hoje ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Srs. Líderes e às Sras. Líderes. Nós estamos com uma pauta cada vez mais distante das necessidades do povo brasileiro.

Vejam: nós precisamos votar a medida provisória que trata do auxílio emergencial. Não é possível sairmos às ruas e ver o povo reclamando desse auxílio miserável que está sendo distribuído para uma quantidade muito menor de pessoas.

Não é possível que não se discuta aqui o projeto do auxílio aos agricultores familiares, que está parado e não entra em votação. Não é possível que não se discuta um projeto de lei para garantir o emprego dos trabalhadores que estão registrados. Não é possível, Sr. Presidente, que não se discuta aqui um projeto de lei que garanta auxílio à pequena e microempresa. E, por fim, não é possível que não se discuta a quebra das patentes para garantir que o Brasil possa produzir vacinas.

Vem o Ministro da Saúde dizer que nós temos que esperar vacinarem nos Estados Unidos para que daí sobre vacina para o povo brasileiro. Não é possível! Nós somos uma economia potente, nós podemos produzir nossas vacinas aqui.

O Governo tem recursos para fazer o atendimento aos trabalhadores, àqueles que mais precisam, às pequenas e microempresas. Nós estamos aqui discutindo uma pauta que não tem nada a ver com esse assunto. A pauta tem que ser a pauta do povo brasileiro, e o povo não

aguenta mais, está cada vez mais em desespero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Líderes partidários, vamos sair às ruas, vamos ouvir o que o povo está passando. Não dá para continuar desse jeito.

Os Estados Unidos vão terminar a vacinação, a China está com a sua vida econômica resolvida, e o Brasil está patinando. Nós recebemos a notícia agora de que a França não aceita mais viajantes originários do Brasil. É preciso que se tome uma atitude.

Cadê a comissão que o foi formada pelo Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente da República que até agora não apresentou um único resultado?

Documento 281/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 360 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Repúdio à ameaça do Presidente Jair Bolsonaro ao Senador Randolfe Rodrigues, pela apresentação da proposta de criação da CPI da Pandemia. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares desta sessão, gostaria de me solidarizar com os quase 360 mil brasileiros e brasileiras que já nos deixaram, vindo a óbito em função da COVID-19. Quero abraçar os familiares e os amigos. Todas as pessoas têm famílias, e as dores estão sendo cada vez maiores com as perdas que estamos tendo no dia a dia.

Quero dizer também que causa repulsa ver o Presidente da República novamente agredir a sociedade brasileira, quando diz que vai "sair na porrada" com um Senador que propôs uma CPI para exatamente investigar o percurso do vírus e a pandemia no Brasil. O Presidente agride a população brasileira, quando não respeita o outro Poder e quando se refere ao Parlamentar nos moldes a que ele se referiu ao

Senador que propôs a CPI.

Outra questão que eu gostaria de pedir a sensibilidade de todos os Deputados e Deputadas, na tarde de hoje, é com relação ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que prevê - estão pedindo para se votar a urgência no dia de hoje - o retorno das aulas presenciais, definindo a educação como serviço essencial.

Quando nós olhamos a educação como serviço essencial, parece uma maravilha. A educação é serviço essencial sim, só que o conceito de serviço essencial na legislação do Brasil prejudica a educação e seus educadores, interfere diretamente, por exemplo, na Lei de Greve. Se for serviço essencial, os educadores não poderão mais requerer os seus direitos, aquilo que conquistaram historicamente. Também não poderão fazer nenhum movimento que leve a uma paralisação, por exemplo.

Isso é conquista dos trabalhadores, e não é no momento de pandemia que esta Casa - Deputados e Deputadas, que sempre respeitam a educação e votam por ela - vai criar uma situação mais adversa ainda, querendo trazer para a legislação que já garante aos educadores, aos profissionais da educação o seu direito, o seu movimento, em relação a melhores condições de trabalho, para que percam esse direito conquistado com luta.

Neste sentido, quero fazer um pedido a todos e a todas, às autoras deste PL. É o momento de revisarmos e de buscarmos alternativas para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Nós queremos vacinar os educadores. Nós queremos aulas remotas com estrutura, para que a educação ganhe, neste momento também, mas torná-la serviço essencial para tirar direitos não é este o momento.

Então, agradeço, Sr. Presidente, e peço a todos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 282/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 14/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Incentivo à sindicalização dos trabalhadores pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden. Solicitação ao Presidente norte-americano, por centrais sindicais brasileiras, de fornecimento de vacinas contra a Covid-19 ao Brasil. Apoio à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Convite ao movimento sindical para palestra do Coordenador-Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Fausto Augusto Júnior.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi com satisfação o pronunciamento do Presidente Biden, dos Estados Unidos, a respeito do direito dos trabalhadores americanos de se sindicalizarem. Ele defendeu publicamente a organização e os direitos e disse que os trabalhadores são as peças mais importantes para a economia do País.

Meu Deus, que diferença do acontece com o nosso Brasil! Eles têm a história deles, têm o poderio deles, mas, neste aspecto, eu quero valorizá-los. Não à toa, eu estou aqui, Sr. Presidente, com uma carta, assinada pelas centrais sindicais brasileiras, endereçada ao Presidente Biden, solicitando que ele envie vacinas para o Brasil.

Que vergonha, não é, pessoal? Não é vergonha do nosso povo, do movimento sindical, das maiores autoridades dos trabalhadores, é vergonha de um Presidente que não opera e que, quando opera, opera contra.

A propósito, Sr. Presidente, essas centrais sindicais têm feito uma luta extraordinária. E eles, que representam os trabalhadores, como eu procuro representá-los juntamente com vários colegas aqui na Câmara, não querem o fura-fila. Eles e elas querem vacina para todos. Quero parabenizar este movimento sindical que teve uma visão de solidariedade e sabe o que é o SUS.

Quero também manifestar o meu apoio, Sr. Presidente, à quebra de patentes. É urgente a quebra de patentes para que o Brasil tenha soberania e autonomia na fabricação das vacinas para salvar vidas. Vacinas para todos: para os idosos, para os desempregados, para o pequeno e o microempresário. Vacina para todos! É isso que nós queremos.

A propósito, Sr. Presidente, eu quero aproveitar para convidar os companheiros do movimento sindical do Brasil, sobretudo os do Estado de São Paulo, para um evento que nós vamos realizar, o meu mandato, no próximo dia 22, com uma palestra do coordenador técnico do DIEESE, o nosso companheiro economista Fausto, que vai falar sobre a pauta do movimento dos trabalhadores, com dados sobre

emprego, desemprego, salários, condições, informalidade, formalidade e economia.

Eu convido todos para este evento e mando um grande abraço aos meus companheiros do movimento sindical por esta coragem e esta luta que desenvolvem em defesa da vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 283/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 14/04/2021 - TABATA AMARAL-PDT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Doação, pela organização não governamental Projeto Anjos do Bem, de cestas básicas aos moradores das comunidades de Abacateiro, Fumaça e Leblon, em São Paulo, Estado de São Paulo. Insuficiência dos recursos federais destinados ao novo auxílio emergencial. Falta de alimentos na mesa dos trabalhadores brasileiros diante da epidemia de coronavírus.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Desde o início da pandemia, eu venho atuando junto a projetos e ONGs que trabalham na periferia para ajudar quem mais precisa. Sei que esses são problemas estruturais, mas quem tem fome, tem pressa, e nem sempre conseguimos esperar o tempo do Governo.

Neste último sábado, eu estive com o Projeto Anjos do Bem nas favelas do Abacateiro, da Fumaça e do Leblon, na periferia da Zona Sul de São Paulo. Ao entregar algumas cestas básicas que nós havíamos arrecadado, eu conheci a Victória, uma menina de 4 anos de idade. Ela me contou que sentia falta da escola, onde havia banana, maçã, comida boa para ela, que sentia falta da professora, que contava historinhas e que achava que a pandemia nunca ia acabar.

Ouvindo esse relato, eu quis logo conversar com a mãe dela, Cleidejane, que me contou que eles estavam sendo despejados naquela semana, que o aluguel era 550 e que as contas de água e luz, mais de 100 reais. Ela estava há meses sem poder vender seus panos de prato, seus bordados. Enquanto o auxílio de 1.200 lhe havia permitido segurar as pontas, quase 375 reais não davam para nada,

nem para o seu aluguel. Ela estava construindo um barraco de madeira na beira de um córrego, que eu sei que, às vezes, alaga, para morar com seus cinco filhos. Aquilo me pesou muito.

Eu chego hoje a Brasília e me deparo mais uma vez com essa terra da fantasia. Ouço soluções das mais criativas para que as emendas do Relator sejam pagas, para que esse orçamento fictício, contra o qual eu votei, seja executado, mas eu não ouço nenhuma conversa sobre ampliação do auxílio emergencial.

Na votação da PEC Emergencial, eu fui contra o limite de 44 bilhões de reais para o auxílio, mas infelizmente não tive o apoio necessário. Quando o Governo apresentou a medida provisória do novo auxílio emergencial, nós logo apresentamos várias sugestões, mas infelizmente a medida nunca foi pautada.

Eu sou a favor, sim, da responsabilidade fiscal, mas ela não pode ser um fim em si mesma. Incomoda-me muito essa austeridade seletiva que vem tomando conta da nossa política. Austeridade fiscal, combate a privilégios, reforma, corte de despesas só fazem sentido se forem para combater a desigualdade, se forem para combater a pobreza.

O que eu direi à Victória quando voltar a São Paulo? O que nós teremos feito, nesta semana, para que ela tenha uma alimentação saudável, para que ela tenha alguma chance em seu futuro? Mais da metade da população não tem hoje garantia de comida na mesa. São 116 milhões de brasileiros. É a primeira vez que isso acontece em 17 anos.

A história, Sr. Presidente, não perdoará quem se omitir diante de tamanho sofrimento.

Obrigada.

Documento 284/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:28
Publ.: DCD - 14/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de assinatura do requerimento de criação de CPI para investigação do desvio, por Estados e Municípios, de recursos destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Caráter político da CPI do Senado Federal, destinada à investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal

no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu protocolei, na semana passada, nesta Casa, o pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar desvios de recursos públicos destinados a Estados e Municípios para o combate à pandemia da COVID. Eu acho extremamente importante que esta Casa tome uma posição.

Hoje o Presidente do Senado Federal deve fazer a leitura do requerimento de criação da CPI da COVID, para investigar má condução e omissão. Nós queremos investigar, nesta Casa, corrupção na aplicação de recursos destinados a combater a pandemia no Brasil. Algumas pessoas tentam dizer: *"Por que a Câmara vai criar uma CPI se o Senado já criou uma CPI?"* O STF, que autorizou o Senado a instalar a CPI, disse, no ano passado, que a responsabilidade pela gestão do enfrentamento à pandemia seria do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios. Ora, se o STF decidiu que a responsabilidade pelo enfrentamento da crise seria do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, ou seja, seria uma responsabilidade tripartite, não é razoável que se abra uma CPI para investigar apenas a União.

Devemos ter uma CPI para investigar Municípios, Estados e a União também. Se houver omissão de alguns, se houver corrupção de alguns, que sejam investigados! Eu apoio a iniciativa de incluir todos os entes federados no processo de investigação. É isso o que nós queremos.

O que nós não podemos, Sr. Presidente, é fazer uma CPI política. *"Ah, vamos investigar apenas o Governo Federal"*. Ora, o STF disse que a União e os Estados têm responsabilidade. Foram eles que receberam os recursos. Foram eles que contrataram os leitos de UTI, compraram remédios, compraram equipamentos, montaram hospitais de campanha fantasmas.

Sr. Presidente, nós temos que fazer a nossa parte aqui na Câmara. Nós não podemos ficar olhando o Senado. Aliás, nós percebemos que a CPI no Senado é totalmente política. Alguns Parlamentares que são declaradamente de oposição ao Governo Federal já estão se arvorando em Relatores.

A CPI tem a prerrogativa, Sr. Presidente, de fiscalizar, de investigar, de quebrar sigilo bancário e telefônico para acelerar o processo de investigação. É o que nós queremos.

Por isso, eu quero pedir aos colegas Parlamentares que ainda não assinaram o pedido de CPI que nós protocolamos na Câmara que o assinem, para que nós possamos estender a investigação para Estados e Municípios.

Quem errou que pague!

Documento 285/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:36
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro para comando do País. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projetos e programas destinados ao desenvolvimento do País. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à Covid-19. Repúdio às agressões de cunho sexista desferidas por membros da Casa contra Deputadas, durante reunião na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Defesa de punição dos Parlamentares pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando um momento muito grave no País. O Governo e seus arautos, seus representantes subalternos aqui no Parlamento, não conseguem dar respostas a isso.

O Governo foi cúmplice de uma fraude no Orçamento, o que indica a sua completa incapacidade de dirigir este País. Não há nenhum programa na saúde que pontue a possibilidade de passarmos por este momento de forma mais intensa. Se analisarmos os Governos do PT, com SAMU, UPAs, Farmácia Popular, Mais Médicos, Brasil Sorridente e tantos programas, vamos ver que este Governo não tem projetos e não tem programas para o desenvolvimento do País.

Como eles não conseguem dar resposta a isso, as cortinas de fumaça estão sendo dissipadas, pelo fato incontestável de que temos um genocida na Presidência da República, um genocida que gasta mais de 2 milhões de reais nas suas férias enquanto o povo morre por falta de estrutura básica e também por falta de uma política. Este Governo não contratou vacinas, desestimulou o uso de máscara, estimulou as aglomerações e continua fazendo uma discussão absolutamente falsa e mortífera neste País.

Como eles não conseguem dar resposta a isso, decidiram atacar as mulheres. Na Comissão de Constituição e Justiça, um Parlamentar disse que nós mulheres da CCJ estávamos acometidas de transtorno mental e apologizou a nossa insistência em termos direito a voz. Cada mulher deste Parlamento enfrentou a lógica sexista em todos os momentos para chegar a representar o conjunto das mulheres neste Parlamento. De repente, eles se sentem incomodados e acham que as mulheres têm que ser expurgadas do Parlamento;

acham que este Parlamento tem que ser um pacto de casacas, de cartolas, de bengalas; acham que as vozes das mulheres incomodam.

Ao não responderem aos grandes dilemas da Nação, aprofundam o sexismo. Foi por isso que nós escutamos, na CCJ, um Deputado pedindo que se medicasse uma Parlamentar porque ela não parava de falar. Também ouvimos outro Parlamentar dizendo: "*Eu vou mostrar o que vocês fizeram nesses 20 anos*". Eu quero que mostre! Mostre o que nós fizemos para acabar com a fome, para fazer deste Brasil um grande país durante os Governos do PT. Outro Parlamentar nos chamou de portadoras de vagina e se referiu a nós como *A Gaiola das Loucas*.

É inadmissível que isso possa acontecer, que isso seja naturalizado! Esses Parlamentares têm que responder no Conselho de Ética, para que se diga que é preciso ter respeito! Não há que se possibilitar que eles tentem nos silenciar, nos expurgar do Parlamento. Não conseguirão!

Documento 286/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:44
Publ.: DCD - 14/04/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Parcialidade do Supremo Tribunal Federal, demonstrada na decisão do Ministro Luís Roberto Barroso favorável à abertura, pelo Senado Federal, de CPI para investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Apoio à criação de CPI para investigação do desvio, por Estados e Municípios, de recursos destinados ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, eu subo a esta tribuna para chamar a

atenção do meu Brasil, do povo brasileiro.

Olhem como são as coisas! No dia 7 de julho de 2016, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, negou o pedido de um grupo de Parlamentares que representava a minoria nesta Casa para abrir a CPI da UNE, a pedido do Deputado Pr. Marco Feliciano. À época, havia indícios claríssimos de que a UNE era um braço da corrupção do Governo Lula e de sua quadrilha. Porém, naquela decisão, o Presidente do Supremo Tribunal Federal à época, Ricardo Lewandowski, negou impor a esta Casa a abertura de uma CPI.

Olhem o que ele respondeu à época: *"Não cabe qualquer intervenção deste tribunal para acelerar os trabalhos parlamentares, visto que se trata de matéria submetida a critérios de ordenação dos trabalhos parlamentares, os quais, a toda evidência, não se submetem ao crivo jurisdicional"*. Lewandowski disse que os trabalhos parlamentares, a toda evidência, não se submetem ao crivo jurisdicional.

Cinco anos depois, a incoerência: Luís Roberto Barroso, Ministro do STF, contradiz o próprio STF, fazendo uma clara interferência no Poder Legislativo, impondo a abertura da CPI da COVID. A desculpa é que a CPI é um instrumento de minoria. Mas também eram minoria os Parlamentares que pediram, em 2016, a CPI da UNE.

Sr. Presidente, infelizmente, o Presidente do Senado Federal se apequena, assim como se apequenou todo o Senado Federal ao permitir essa interferência.

Mas o que mudou no entendimento do STF de 5 anos para cá?

A resposta é: conveniência. É, sim, conveniência. Nós temos um Supremo Tribunal Federal que não trabalha pelo apreço à legalidade, mas pela conveniência do momento. Em 2016, não era conveniente investigar a UNE, mas agora é conveniente fazer da CPI um braço de ataque ao Presidente Bolsonaro.

Quando deveríamos estar todos irmanados no esforço de combater o inimigo comum, que é a COVID, o sistema está preocupado em derrubar Bolsonaro.

Então, que venha a CPI do Deputado Neucimar Fraga, a "CPI do Covidão", que eu já assinei! Se o Senado se apequena e não vai investigar a roubalheira de alguns governadores e prefeitos, que esta Casa se agigante na "CPI do Covidão"! Se é para investigar, que investiguemos a todos!

Muito obrigado.

Documento 287/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:48
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Decisão da bancada federal petista contrária à votação do relatório final do Orçamento Geral da União de 2021. Pedido ao Tribunal de Contas da União - TCU, de emissão de parecer à peça orçamentária. Empenho de Deputados da base governista na blindagem do Presidente Jair Bolsonaro com a criação de CPI para investigação do desvio, por Estados e Municípios, de recursos destinados ao combate à epidemia de coronavírus, Defesa de criação da CPI da Saúde pela Câmara dos Deputados.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento todos os pares.

Ouvindo o discurso de Deputados que me antecederam, percebemos o quanto está rebaixado o debate neste Parlamento.

Eu tive a oportunidade de participar da CMO - Comissão Mista de Orçamentos, indicado pelo Partido dos Trabalhadores, assim como outros Parlamentares. O PT, numa decisão unânime da sua bancada, resolveu não votar esse relatório relativo ao Orçamento.

Esse Orçamento descaracteriza todo o processo interno relativo à parte orçamentária e financeira, com uma gravidade enorme, pois foram retiradas despesas obrigatórias, a exemplo do pagamento de aposentados, do seguro-desemprego, do seguro garantia-safra. Várias políticas públicas importantes foram desmontadas porque o Senador Relator, num processo de concentração articulado pelo Centrão, ficou com 26 bilhões de reais.

Hoje há um debate interno no próprio Governo. Há um debate entre o Ministério da Economia e o Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, que representa o Centrão.

Para se votar nessa anomalia, nesse processo teratológico (*falha na transmissão*).

Vários partidos de oposição deram entrada a uma representação no

Tribunal de Contas da União - TCU. E o TCU está "pianinho", calado, diferente de quando analisou as pedaladas na época da Presidente Dilma Rousseff.

É fundamental que isso seja analisado, queremos o parecer do Tribunal de Contas de União. Esse orçamento mostrengo não vai dar respostas políticas nem públicas, principalmente em relação à questão da saúde. E eu destaco também a educação.

Outro assunto, Sr. Presidente, é a decisão do Supremo. Caberia ao Senado e a esta Casa fazer a CPI. Para a minha surpresa, alguns Deputados que me antecederam agora querem a CPI a qualquer custo. É um oportunismo, principalmente de Deputados da base do Governo. Na realidade, esta CPI é para blindar o genocida Bolsonaro, a exemplo de outros Deputados...

Eu quero mais 1 minuto, por favor.

Eu gostaria de destacar que esta Casa, sim, poderia ter criado uma CPI...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sr. Presidente, a exemplo de outros Parlamentares a quem V.Exa. deu 1 minuto, poderia me conceder 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Claro, Deputado Paulão. O relógio encerra automaticamente, se V.Exa. pedisse antes do encerramento, teria o maior prazer em atendê-lo.

Concedo mais 1 minuto ao Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Antes do encerramento, eu solicitei 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Desculpe-me.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Eu gostaria de garantir 1 minuto, a exemplo de outros Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Já está deferido.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Agradeço.

Sr. Presidente, esta Casa tem que analisar, sim, o processo da CPI da Saúde, porque estão em jogo quase 400 mil mortes no Brasil. Este número ultrapassa o de todos ocorridos em guerras internacionais e nacionais. Esse Presidente genocida tem responsabilidade, sim.

A CPI, à medida que se aprofundar, vai verificar que ele tem consciência, que ele não seguiu o protocolo sanitário, que fez apologia de não respeito ao processo de recomendações da Organização Mundial de Saúde. Ele não estabeleceu, no ano passado, contrato com laboratórios internacionais, para que tivéssemos vacina em quantidade.

Por tudo isso, é importante a CPI canalizar com o impedimento desse Presidente genocida...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 288/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-14:52
Publ.: DCD - 14/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro à Constituição Federal, demonstrado em diálogo mantido com o Senador Jorge Kajuru. Repúdio ao negacionismo do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Lançamento da campanha Tem Gente com Fome pelo grupo Coalizão Negra por Direitos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a conversa divulgada entre o Senador Cajuru e o Presidente Bolsonaro, sem dúvida, foi uma falta de decoro; foi uma falta de responsabilidade e uma falta de compromisso do Presidente da República com a Constituição brasileira.

Não adianta dizer que é uma questão da Oposição. O Presidente está ignorando a independência entre os Poderes, principalmente entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. E diz a Constituição que somos

independentes e harmoniosos.

Ele cria uma confusão tremenda quando diz que quer uma CPI que inclua também os Governadores e os Prefeitos. Se querem fazer uma CPI para investigar os Governadores e Prefeitos, muito bem, façam essa CPI, mas não venham dizer, com esse oportunismo, para colocar na CPI também os Governadores e Prefeitos.

Sr. Presidente, ele quer diluir a sua responsabilidade nessa questão da pandemia. São quase 400 mil pessoas mortas, e todos nós sabemos o que o Governo fez até então. O Governo não quis colaborar, de forma nenhuma, para que a multidão que estava aglomerada estivesse em casa; não deu o suporte necessário, até incentivou, estimulou e ainda demorou a falar sobre a vacina. E agora quer *impeachment* para o Supremo? Pelo amor de Deus! Nós temos que apoiar o STF e também manifestar o nosso total apoio e solidariedade à independência desta Casa, da qual fazemos parte. Então, seria esta a minha manifestação.

Outra questão que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é o lançamento, por iniciativa de Coalizão Negra por Direitos, da campanha *Tem Gente com Fome*. Eu gostaria de convidar todos e todas para colaborar com essa campanha, que vai cuidar de mais de duzentas mil famílias que estão com fome, desempregadas, em razão da pandemia. Há vários grupos participando, mais de duzentos. Quem quiser ajudar, colaborar com essa campanha pode acessar o endereço www.temgentecomfome.com.br.

Eu peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 289/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:00
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações à Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, pelo julgamento de ação suspensiva dos Decretos de nºs 10.627, 10.628, 10.629 e 10.630, de 2021, da Presidência da República, a respeito da flexibilização do acesso a armas e munições. Promoção, pelo PT, de campanha nacional de arrecadação de alimentos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a Ministra Rosa Weber e o STF por começarem a debater esse assunto das armas, esse absurdo que o Presidente Bolsonaro vem liberando no Brasil.

Esses assaltos de terror nas cidades estão sendo feitos graças à lei de liberação geral das armas. Bolsonaro quer o terror nas cidades e precisa disso, afinal ele se elegeu baseado no terror e na violência. Então, Bolsonaro, o Presidente da República, e esse decreto são para apoiar esses grupos de terror que compram arma sem limites, em nome de caçadores, em nome de tudo o que ele bota no projeto.

Ele sabe que essas armas vão cair na mão dos bandidos. Por isso, nós estamos hoje vendo o aumento de terror em algumas cidades. Assaltam-se todas as agências bancárias, e elas são fechadas nas cidades.

Parabéns à Ministra Rosa Weber por ter começado a debater no STF esse tema.

Queria, Sr. Presidente, também registrar que o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, está fazendo uma campanha nacional em defesa do povo pobre e trabalhador, numa grande arrecadação de alimentos, com uma ação solidária no dia 17 de abril.

Nosso partido nasceu da solidariedade. Nosso partido nasceu por luta e justiça neste País. Por isso, em Sergipe, todos os nossos diretórios, o diretório estadual e os diretórios do Brasil inteiro estarão fazendo uma ação no dia 17 de abril. Isso se prolongará. Já que não temos um Governo Federal humanista e comprometido com a vida, vamos ajudar a fazer solidariedade às pessoas pobres que não têm alimento. Nosso partido estará nessa campanha de arrecadação e doação de alimentos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 290/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:04
Publ.: DCD - 14/04/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Falta de liderança do Presidente Jair Bolsonaro para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Transformação do Brasil em ameaça sanitária mundial.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejo na Mesa, presidindo os trabalhos, um correligionário do Estado da Bahia, homem que dignifica a política, combativo Parlamentar, e, ao seu lado, um Parlamentar do Paraná, também do meu partido, o Deputado Reinhold Stephanes Junior, que certamente não apreciará o tom do meu pronunciamento, porque nele está embutida uma crítica à postura do Presidente Jair Bolsonaro em relação aos últimos acontecimentos.

Sr. Presidente, eu venho dizendo, até com certa insistência, que o principal opositor de Jair Bolsonaro não é a oposição institucional da Câmara dos Deputados e do Senado. O principal opositor de Jair Bolsonaro tem nome: é Jair Messias Bolsonaro. Ele faz oposição a si próprio, quando insiste em encarnar um perfil, um caráter de personalidade absolutamente incompatível com o momento que o Brasil vive.

O Brasil precisa, hoje, de um líder que agregue, que arregimente, que arrebanhe, que una, que unifique, que trace confluência de ação e horizonte, não um líder que divida, que desuna, um líder que fomenta discórdias e que trabalhe com hostilidade em relação ao adversário, dissipando energia política e institucional no País, justamente no momento em que somente a união das forças políticas poderia determinar a vitória na pandemia.

Nós estamos sendo, Sr. Presidente, fragorosamente derrotados pela pandemia. O Brasil hoje é considerado uma ameaça sanitária ao mundo. Vejam V.Exas., Parlamentares, que nós não estamos aqui para fazer proselitismo contra este ou aquele, mas há constatação inequívoca de erros. Lá em 2020, eu pergunto a V.Exas., num *recto* aqui maduro para reflexão compartilhada: quem foi que duvidou da vacina? Quem foi que duvidou do vírus? Quem foi que duvidou da máscara? Quem foi que duvidou do isolamento social? Quem foi que fomentou, nas primeiras reuniões com Governadores, ataques frontais contra este ou aquele agente público de Estado, Governador que estava representando o seu Estado?

Por isso, eu digo: o principal opositor de Jair Bolsonaro é ele próprio, que insiste em hostilizar as demais forças políticas - e ousa dizer -, pensando muito mais em 2022 e nada pensando no que nós estamos vivendo.

Então, Sr. Presidente, é importante para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 291/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro de enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, e de geração de novos empregos no País. Tentativa do Presidente da República de obstrução dos trabalhos da CPI, destinada à investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, a chamada CPI da Pandemia. Estabelecimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de conluio para enfrentamento do Supremo Tribunal Federal.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada dia que passa eu me convenço mais de que Bolsonaro não tem capacidade nem condições de gerar emprego e desenvolvimento, nem de tirar o Brasil da situação que nós estamos vivendo, a situação da pandemia. Ele não tem capacidade de enfrentar esta crise.

Eu estou dizendo isso porque não quero acreditar que haja um Deputado ou uma Deputada, um Senador ou uma Senadora, um líder político que acredite que Bolsonaro tenha condições de enfrentar o desafio para o qual o Brasil está sendo chamado nesta conjuntura.

Eu digo isso, porque a conversa do Presidente Bolsonaro com o Senador Cajuru me assustou. Bolsonaro está desesperado. Bolsonaro está querendo encontrar um jeito para diluir a responsabilidade dele nesta pandemia. Ele está querendo envolver Prefeitos e Governadores do País num problema que é dele, num problema que ele não teve capacidade de enfrentar. Bolsonaro está tentando obstruir a CPI. Bolsonaro está tentando, mais uma vez, atacar as instituições. Por isso, ataca o Supremo Tribunal Federal. Ele está tentando construir um conluio com alguns para poder enfrentar e destruir o Supremo Tribunal

Federal, Sr. Presidente. Nós não podemos aceitar isso.

Eu me pergunto qual é o medo de Bolsonaro com a CPI. Ele tem maioria no Senado, ele tem maioria na Câmara. Se ele tem algum medo, é porque sabe que cometeu diversos crimes contra a população brasileira ao longo desse período.

Eu não sei por que há alguns Deputados muito nervosos com a CPI da Pandemia. A CPI da Pandemia é uma realidade, vai ser aberta. Se Bolsonaro - e os aliados de Bolsonaro - cometeu crime, isso vai ficar evidente para a população brasileira. Não tem jeito! Se ele acha que não cometeu crime nenhum, não tem por que ficar com medo. Não tem por que ele ficar com medo de uma CPI.

Sr. Presidente, o Bolsonaro e os bolsonaristas estão muito nervosos, muito preocupados, porque sabem o crime que ele cometeu contra o povo brasileiro nesta pandemia. E a CPI vai deixar isso evidente. E o projeto dele da reeleição praticamente está destruído.

Nós temos que construir um projeto de esperança, de reconstrução do Brasil, de afirmação...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 292/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Inoperância do Governo Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Suspensão, pela França, de voos com destino ao Brasil. Transformação do País no epicentro da Covid-19. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de criminalização de Governadores e Prefeitos Municípios pelas medidas restritivas de combate ao coronavírus. Ilegalidade da pretendida inclusão de gestores estaduais e municipais na CPI do Senado Federal, destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Defesa de abertura, pela Casa, de CPI de igual teor.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a cada dia o Brasil vai percebendo para que lugar nós estamos caminhando, para uma situação cada vez mais insustentável de enfrentamento à pandemia, às mortes e à inoperância do Governo brasileiro no enfrentamento desse sofrimento e dessa situação insustentável. Não há como aceitar que o Governo se coloque em uma posição tão distante de competência, falta de solidariedade, compaixão e empatia.

Nós estamos, de fato, Sr. Presidente, ficando isolados do mundo, com a suspensão de voos que a França agora determina em relação ao Brasil. Nós estamos nos isolando de toda e qualquer possibilidade de relacionamento com o mundo, seja na política externa, seja na política de relação com os países que compreendem que o Brasil hoje é o epicentro dessa pandemia. Nós estamos perdendo muitas vidas, e o Brasil é o responsável, a partir do seu Governo, pela maioria dessas mortes.

Então, este Congresso precisa tomar medidas claras em relação à conquista das vacinas, em relação às medidas de restrição e a todas as medidas necessárias para apoiar os Governadores e Prefeitos. E o que vemos o Governo fazer? O Governo quer criminalizar os Governadores e os Prefeitos. O Governo continua induzindo medidas de aproximação de aglomeração em relação à sociedade e tenta ainda justificar a inexistência das vacinas.

Vejam V.Exas. o telefonema que vazou - ao que tudo indica propositadamente. Ele só demonstra as ilegalidades que se repetem. A CPI, corretamente determinada pelo Supremo Tribunal Federal, vai acontecer. É ilegal incluir Governadores e Prefeitos, porque, na grande maioria, estão tentando debelar a pandemia, salvar as vidas das pessoas. Não se pode incluir Governadores e Prefeitos na CPI, porque esta é para investigar a omissão e os crimes do Governo Federal. Da mesma forma, este Governo tenta agredir os Senadores autores e, ao arrepio da Constituição Federal, fazer com que o Senado imponha *impeachment* ao Supremo Tribunal Federal, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não cabe a tentativa de fazê-lo da forma como está sendo proposta. Nós sabemos que isso não é apenas uma questão de competência ou não, é uma tentativa de se criar crises institucionais repetidas.

Sr. Presidente, nós estamos levando o Brasil ao risco democrático e à perda de mais vidas. O Congresso Nacional precisa reagir à altura, à altura de salvar vidas, de votar o "orçamento de guerra" e fazer a CPI da Câmara também.

Sumário

Descumprimento, pelo Presidente da República, do papel constitucional de coordenação das ações de enfrentamento da Covid-19. Inobservância de critérios técnicos na decretação de lockdown pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Conciliação entre as medidas sanitárias de combate à Covid-19 e a abertura do comércio no Distrito de Monte Verde, Município de Camanducaia, Minas Gerais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., às Sras. e aos Srs. Parlamentares.

Gostaria de cumprimentar todos os que nos acompanham.

Quero trazer aqui, Presidente, mais um triste episódio da história do nosso País neste momento, no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia.

O Presidente da República não cumpre o seu papel constitucional de coordenar o esforço nacional de enfrentamento da pandemia nos seus efeitos econômicos e sanitários, e cada Estado e cada Governador busca se virar.

É disso que nós estamos falando.

Em Minas Gerais, inventaram uma história de Minas Consciente, que, de fato, do ponto de vista da propaganda e da ação efetiva do Governo, não surtiu efeito concreto na vida do povo, na medida em que nós temos, a exemplo do que acontece no Brasil, um aumento significativo do número de mortes. Essa Onda Roxa, que dizem que é para fazer um *lockdown*, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de *lockdown* não tem nada. Na verdade, aleatoriamente e sem nenhum critério técnico efetivo, escolhem setores da economia para fechar.

Um dos setores mais importantes da economia mineira é, sem dúvida nenhuma, o turismo, e é possível, sim, trabalhar de maneira efetiva com o turismo consciente. Já que não se faz um *lockdown* de verdade, pode-se fazer, sim, o que nós temos, em Minas Gerais, no distrito de Monte Verde, do Município de Camanducaia: um caso concreto de funcionamento com todas as medidas sanitárias possíveis e devidas para o enfrentamento da pandemia, sem o fechamento dos

estabelecimentos comerciais.

Sr. Presidente, nós precisamos é de uma coordenação efetiva. Eu recebi da Agência de Desenvolvimento de Monte Verde e Região, presidida pela minha amiga Rebecca, um manifesto em que do setor econômico da região busca, pelo que aconteceu em 2020, dizer que é possível, sim, enfrentar a pandemia, cumprindo medidas sanitárias rigorosas, que protejam economia e protejam a vida, sem o fechamento dos estabelecimentos comerciais.

Nós estamos prontos a colaborar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 294/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:16
Publ.: DCD - 14/04/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agressão praticada pela militante esquerdista Daniela Matheus contra idosa, durante manifestação pacífica a favor da liberdade, da democracia e da abertura de templos religiosos, em Curitiba, Estado do Paraná. Aplausos ao Vereador Eder Borges pelas providências adotadas a respeito do caso. Eleição do Desembargador José Laurindo de Souza Netto para a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Criação, pelo magistrado, da Escola Judicial do Paraná.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

O que me traz à tribuna hoje é um episódio lamentável acontecido em Curitiba no último domingo, dia 11. Uma militante da Esquerda jogou, deliberadamente, um maracujá congelado do 13º andar nas pessoas que participavam da manifestação pela liberdade, pela democracia e para que as igrejas pudessem estar abertas.

Era um movimento cristão, com crianças, jovens, idosos, famílias inteiras, e uma militante da Esquerda, Daniela Matheus, do 13º andar, jogou um maracujá congelado, ou seja, agiu premeditadamente. Atingiu uma senhora de 73 anos na cabeça. Quase a matou. A senhora desmaiou, foi socorrida pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE, perdeu bastante sangue, levou pontos.

Felizmente, sobreviveu.

A atitude dessa pessoa é uma vergonha! Eu quero parabenizar o Vereador Eder Borges por ter acompanhado a situação e exigido na Câmara de Vereadores de Curitiba que a Esquerda, essa militância nojenta, mude sua posição, respeite o ser humano, respeite os outros.

Essa Daniela Matheus foi presa em flagrante, pagou fiança e saiu, mas vai ser processada.

Presidente, eu também quero falar de uma coisa boa: o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná com 74 votos, de 120, criou a Escola Judicial do Paraná, algo moderno, que vai beneficiar 924 Juízes e Desembargadores, além dos milhares de servidores da Casa, com treinamento contínuo. Ele leva o Tribunal para mais perto das pessoas, leva o Tribunal para a modernidade, sem gerar custos financeiros e orçamentários, porque houve um remanejamento no Tribunal.

Eu quero parabenizar a escolha do Desembargador Ramon Nogueira para ser o primeiro Diretor dessa escola, Presidente. Eu conheço o Desembargador Ramon, sei da sua capacidade e competência.

Ao Presidente José Laurindo, desejo sucesso na sua administração, que começa agora. Vai ser algo diferente e inovador para o Paraná.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 295/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:20
Publ.: DCD - 14/04/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Centralização das comunicações governamentais pelo Presidente Jair Bolsonaro. Aproximação do patamar de 400 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Defesa de retomada ao auxílio emergencial de 600 reais. Falta de alimentos na mesa dos trabalhadores brasileiros diante da epidemia de coronavírus.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nos deixa apreensivos ultimamente é que o Governo Bolsonaro não tem ninguém que fale por

ele. Nos Governos anteriores, como o do Presidente Lula, por exemplo, vários Ministros falavam, optavam por ações governamentais. Eu lembro que, no Governo do Michel Temer, o Deputado Marun, lá do Mato Grosso do Sul, usava a palavra, manifestava-se em nome do Governo, dizia o que iria acontecer, fazia a defesa do Governo nas horas necessárias. Mas, infelizmente, neste Governo - neste desgoverno que nós estamos vendo agora - nenhum Ministro pode falar! Podem ver, não há nenhum Ministro que possa falar! O Ministro das Comunicações não fala nada, o Ministro da Saúde não fala nada, a Ministra-Chefe da Secretaria de Governo também não fala nada. Ou seja, todo mundo está mudo. Quem fala é apenas o genocida Bolsonaro. É por isso que ninguém mais aguenta ouvir esse cidadão.

O Brasil tem quase 400 mil pessoas mortas e não tem auxílio emergencial. O auxílio de 150 reais está fazendo com que as pessoas vão mais para as ruas e se contaminem! Nós precisamos do auxílio emergencial no valor de 600 reais, Sr. Presidente. Nós precisamos que o Governo saiba que a população está morrendo de fome! A metade da população brasileira já está com dificuldade de alimentação, e este Governo simplesmente esqueceu que sua função é salvar a população brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 296/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:24
Publ.: DCD - 14/04/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada, pelo Congresso Nacional, do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais com validade durante a epidemia de coronavírus. Vinculação entre os 350 mil óbitos ocorridos no País pela Covid-19, e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, no País inteiro, a reclamação é que o valor do auxílio concedido pelo Governo Federal é uma humilhação para os pobres

brasileiros.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, precisa fazer a sua parte e aprovar o auxílio de 600 reais para ser pago enquanto durar esta pandemia. O auxílio de 600 reais não pode ser tratado como quer e como diz o banqueiro Paulo Guedes. O auxílio é investimento, não é gasto. É investimento para salvar a vida dos pobres que passam fome. A Nação brasileira não pode viver e ser tratada como estão sendo tratados os pobres no dia a dia. O Governo tem a obrigação constitucional de cuidar do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu tenho a satisfação de dizer que já tomei a segunda dose da vacina contra o coronavírus. Mas fico triste em saber que apenas 14,5% da população brasileira receberam a primeira dose da vacina. Se não fossem, Sr. Presidente, o negacionismo, o descaso e o desprezo pela pandemia por parte do Governo, toda essa situação seria muito diferente. Se o Governo não tivesse se recusado a comprar vacinas em julho e agosto do ano passado, milhares de pessoas já teriam sido salvas. Mas, por causa deste desgoverno, deste Governo genocida, o Brasil já está ultrapassando a marca de 350 mil mortos pela COVID-19.

Portanto, Sr. Presidente, fora, Bolsonaro! Viva o SUS!

Muito obrigado.

Documento 297/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:28
Publ.: DCD - 14/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Restrições impostas pelo Supremo Tribunal Federal ao decreto presidencial relativo à flexibilização do acesso às armas. Tentativa do Presidente da República de criação de orçamento para outras despesas. Vinculação entre mortes decorrentes da Covid-19 e a falta de vacinas. Posicionamento do orador contrário à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conhecida como a emenda constitucional do teto de gastos públicos. Pretensão do Governo Federal de criação de programa não planejado com fins eleicoeiros. Defesa de regulamentação do imposto sobre grandes fortunas.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, este Governo é

extremamente incompetente. O Presidente da República não esconde de ninguém a sua incompetência, mas, a cada dia, fica também mais evidente que o posto Ipiranga não é tão assim um posto Ipiranga; é também da turma dos incompetentes.

O Governo, no campo da política de segurança pública, procurou o armamento em massa, mas, graças a ações no Supremo Tribunal Federal, tem-se tentado barrar esse projeto genocida. Além do armamento em massa, o Governo também buscou conceder a licença para matar.

E agora, Deputado Vicentinho, ele quer a licença para gastar sem nenhum critério, sem nenhum planejamento. É como fizeram na ditadura, no regime militar, que eles defendem tanto. Naquela época também havia quatro orçamentos: o orçamento monetário, o orçamento das estatais, o orçamento anual e o orçamento para outras despesas. Por causa da incompetência de Paulo Guedes, agora o Governo quer uma emenda constitucional que crie o orçamento para outras despesas.

O Governo defendeu o projeto fura-fila por incompetência, pois não comprou vacinas, não fez acordos comerciais. O povo brasileiro está perdendo vidas, porque não há vacinas, e o Governo fez o projeto fura-fila e agora também é da turma do fura-teto.

Eu sempre fui contra a política de controle de gastos criada pela chamada PEC do Teto. O problema é que, de fato, não há uma política que tenha coragem de enfrentar o problema de verdade. E onde se concentra o grande problema fiscal do País? Na insuficiência de receita, num sistema tributário injusto, regressivo. Mas é óbvio que essa turma é protetora dos super-ricos, dos não pagadores de impostos, da renúncia fiscal de 400 bilhões de reais, dos sonegadores, da economia subterrânea. E, agora, quer criar um programa para endividar o País sem nenhum planejamento, com fins eleitoreiros, sem nenhuma coordenação, em vez de buscar, por exemplo, regulamentar o imposto sobre grandes fortunas ou, no mínimo, Sr. Paulo Guedes, ter coragem de cobrar Imposto de Renda dos ricos, pois 2,1 milhões de brasileiros não pagam imposto de renda.

Documento 298/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:28
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Negligência do Presidente da República sobre a aquisição de vacinas, a situação financeira do Sistema Único de Saúde - SUS, o desemprego e a renda dos trabalhadores brasileiros. Envolvimento do clã Bolsonaro com milícias e corrupção. Reinclusão do Brasil no mapa da fome. Exclusão de elevado contingente de beneficiários do auxílio emergencial. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação em massa do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todos os que nos veem e nos ouvem pela TV Câmara e pela Rádio Câmara, o Governo Bolsonaro já deveria ter sido interrompido há muito tempo. O genocídio, as mortes e a irresponsabilidade são evidentes.

Os áudios vazados, pelo que entendi, propositalmente, por Bolsonaro e Kajuru revelam muito mais do que já foi dito. Em nenhum momento, Bolsonaro fala da pandemia. Em nenhum momento, Bolsonaro mostra qualquer tipo de preocupação com a necessidade de aquisição de vacinas, com a necessidade de respaldar mais o SUS.

Em nenhum momento, Bolsonaro mostra, numa conversa pessoal dele com o Senador, qualquer preocupação com o desemprego, com a renda, com o modelo de auxílio emergencial que o País vai ter.

Ali nós temos o raio-x exato do que move Bolsonaro. O que move Bolsonaro é o ódio, é a disposição para o conflito. O que move Bolsonaro são a sua sobrevivência política escassa e a sobrevivência da sua família, cada vez mais envolvida com casos de corrupção, com milícias, com enriquecimento ilícito, com lavagem de dinheiro e tantas questões absurdas. É triste o momento por que passa o Brasil. Nós continuaremos fazendo o nosso papel: exigindo e lutando pelo *impeachment* e, ao mesmo tempo, ajudando e mostrando os caminhos que o Brasil precisa seguir.

Se Bolsonaro tivesse ouvido a Oposição em outubro, novembro do ano passado, teria ido atrás de comprar vacina. Se Bolsonaro tivesse nos ouvido em dezembro, se Paulo Guedes tivesse nos ouvido em dezembro, jamais teriam interrompido o pagamento do auxílio emergencial. O Brasil não teria, hoje, 19 milhões de pessoas, 20 milhões de pessoas passando fome, ao mesmo tempo em que o Governo exclui 20 milhões de pessoas do recebimento do auxílio

emergencial.

Este Congresso, a Câmara dos Deputados tem uma tarefa: votar a medida provisória do auxílio emergencial. Eu assinei várias emendas. Nós temos que discutir, debater e decidir se vamos manter um auxílio de 175 reais ou se vamos fazer aquilo que o Brasil, no ano passado, já provou que tem capacidade de fazer, que é pagar 600, 1.200 reais e, só assim, ter expectativa de que haja distanciamento social.

O Congresso tem que endurecer, sim, contra Bolsonaro, para que avance a vacinação em massa; para que ele faça o que não fez até hoje, que é parar de se preocupar com coisas esdrúxulas, como fez nessa conversa com o Kajuru, e se preocupar mais com o povo, com a nossa gente.

Documento 299/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:32
Publ.: DCD - 14/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 350 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Lentidão do processo de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Interferência do Poder Executivo nos Poderes Legislativo e Judiciário, revelada em diálogo entre o Presidente da República e o Senador Jorge Kajuru. Preocupação do Chefe da Nação com o armamento da população civil. Necessidade de adoção, pela Casa, de ações destinadas ao combate à fome e à imunização em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós ultrapassamos, infelizmente, a marca de 350 mil vidas perdidas em razão da pandemia. O povo está desempregado; o povo está passando fome; 116 milhões de brasileiros e brasileiras não têm comida suficiente na mesa; e pelo menos 19 milhões não têm nada para comer! A fome campeia no País, e a vacinação anda a passos de tartaruga.

E o que faz o Presidente da República? Ele está preocupado com a situação da pandemia, do desemprego e da fome no País? Não! Ele está preocupado com o poder - e com o poder pelo poder. Vejam, agora, o vazamento da conversa do Presidente da República com o Senador Kajuru. A que nível nós chegamos de interferência do Poder

Executivo no Legislativo e no Judiciário!

É crime de responsabilidade um Presidente da República ligar para um Senador para inviabilizar uma CPI, que é uma decisão e uma prerrogativa do Poder Legislativo, e, além disso, conspirar contra um Ministro do Supremo Tribunal Federal! Esse não é o papel de um Presidente, sobretudo, neste momento, em que ele deveria estar preocupado com a pandemia, com o desemprego e com a fome. Mas não é com isso que ele está preocupado. Ele está preocupado com mais armas. O Brasil não precisa de mais armas, o Brasil precisa de vacina.

É este o apelo que eu faço à esta Casa: que nós possamos agir com todas as prerrogativas que temos para que o Poder Executivo seja obrigado a cumprir essas obrigações, pois o povo está morrendo à míngua, está morrendo pela doença ou está morrendo de fome.

Nós vamos ficar omissos, calados, silenciados diante disso? Não é aceitável o que está acontecendo no nosso País! É preciso uma reação à altura! O que o povo brasileiro precisa, neste momento, não é dessa guerrinha do Bolsonaro do poder pelo poder, que é permanente; não é de armas. O Brasil não precisa de mais armas. O povo brasileiro está precisando é de vacina - aqui olha, no braço! - e de comida na mesa! É disso que o povo brasileiro está precisando.

Por isso, nós apelamos para que esta Casa adote as medidas necessárias para coibir as práticas desse Governo e assegurar que o povo brasileiro tenha direito a sobreviver - pelo menos, sobreviver -, diante desse caos que nós estamos vivendo em razão da pandemia.

Fora, Bolsonaro!

Documento 300/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:36
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo orador em 2020 de requerimento de criação de CPI, destinada à investigação de gastos do Governo Federal com a produção de cloroquina para enfrentamento da Covid-19. Direção do Brasil rumo aos 500 mil óbitos pelo coronavírus, diante da política negacionista do Presidente Jair Bolsonaro. Abertura, pelo Senado Federal, de CPI para investigação de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise

sanitária decorrente da Covid-19. Pedido aos Deputados de assinatura do requerimento de criação da CPI da Cloroquina. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado. É um prazer estar com V.Exa. e ao demais Deputados e Deputadas nesta sessão.

Presidente, por falar em CPI eu apresentei, em 29 de julho de 2020, um requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar essa questão da cloroquina no Brasil.

Os termos em que eu fiz o requerimento:

Requer a criação de CPI destinada a investigar superprodução de cloroquina como parte do enfrentamento ao coronavírus no Brasil pelo Governo Federal e Exército, bem como a distribuição e os custos de fabricação dessa medicação sem eficácia comprovada para esse fim.

Na justificação, eu disse que a notificação de 100 mil mortes por COVID-19 no Brasil poderia ocorrer ainda no mês de agosto, pelo o que indicavam as informações do Ministério da Saúde, e assim por diante.

Falava-se em 100 mil mortes. Hoje, nós, infelizmente, estamos indo rumo a 500 mil mortes, é o que tudo indica que vai acontecer, pois o Presidente Bolsonaro continua com a política equivocada em relação ao tratamento da COVID e da pandemia.

Ele não gosta que se diga isso, mas é verdade: está acontecendo um genocídio no Brasil. E o genocida responsável por isso tem que ser punido. Por isso, o Senado pediu a abertura da CPI da COVID.

É uma vergonha essa CPI vir pelas mãos do Supremo Tribunal Federal!

É uma vergonha também para a Câmara dos Deputados não conseguirmos criar a CPI da cloroquina, para investigar a responsabilidade do Governo na superprodução e no encaminhamento equivocado do que deveria ser feito em relação à pandemia. Vacinação, isolamento social, recursos para o auxílio emergencial, nada disso foi feito pelo Governo Bolsonaro. Ele insistiu na tecla errada. Ao insistir nisso, ele é responsável pelo que aconteceu. Era previsível pela ciência. Por isso, ele é genocida.

Eu peço aos Deputados e às Deputadas que assinem o requerimento para a criação da CPI da cloroquina. Nós temos em torno de 70

assinaturas apenas, sendo que toda a bancada do Partido dos Trabalhadores já o assinou. Por que os Deputados não assinam o requerimento para a CPI da cloroquina? O que têm a esconder? Nós vamos ser cúmplices do Bolsonaro e do seu genocídio? Esta é uma CPI importante para estar lado a lado da CPI do Senado.

Fora, Bolsonaro!

CPI da cloroquina e vacina já!

Documento 301/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:40
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Despreparo, capacidade de beligerância e de geração de instabilidade do Presidente Jair Bolsonaro, revelados em diálogo mantido com o Senador Jorge Kajuru. Vinculação entre a maioria das mortes provocadas pela Covid-19, e a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas. Transformação do Brasil em ameaça sanitária global. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me manifesto sobre o momento em que Bolsonaro, de maneira furtiva, foi flagrado numa conversa pessoal com o Senador Jorge Kajuru. Naquele momento, Bolsonaro demonstrava para o Brasil o seu despreparo, a sua capacidade de beligerância, a sua capacidade de gerar instabilidade no País.

Ele não só estava atacando o Poder Legislativo, tentando interferir numa CPI, que é prerrogativa exclusiva deste Poder, mas também pedia ao Senador Kajuru que entrasse com um pedido de *impeachment* contra Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro demonstra, a cada momento, o tamanho do seu isolamento. Bolsonaro é um réu confesso, quando diz que a CPI vai ter como foco o seu Governo, que vão pegar o Pazuello. Certamente, está com medo de que o Pazuello abra a boca e fale a verdade.

Todo mundo lembra quando o Pazuello disse: "*Ele manda, eu obedeço*". O Bolsonaro, o ventríloquo genocida, e o seu capacho,

aquele que estava lá para repetir o que diz Bolsonaro.

Foram 3 meses de atraso para o início da campanha de vacinação. Ora, com 90 dias sem vacinação, dezenas e dezenas de milhares de brasileiros e brasileiras perderam suas vidas. Essas vidas não teriam sido perdidas se o brasileiro tivesse do Presidente o apoio, a responsabilidade, se ele fizesse aquilo que jurou, quando se sagrou Presidente.

O Brasil hoje é uma verdadeira ameaça global. Os graus de contaminação neste País são incríveis! Nós somos aproximadamente 3% da população mundial, mas nós estamos com mortes na casa de 23% da população mundial.

Não temos vacina, não temos a quem recorrer, porque os países que produzem vacina são os mesmos que foram vítimas das relações exteriores que estavam sendo lideradas por um tosco chanceler, que não tinha a mínima condição de representar um país de grandes tradições na articulação externa.

Por isso: fora, Bolsonaro!

Documento 302/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-15:44
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 355 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Morosidade do processo de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Importância da criação, pelo Senado Federal, de CPI destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Defesa de retomada ao auxílio emergencial de 600 reais. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros desempregados. Aumento do custo de vida no País. Lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e outras instituições, do Pacto pela Vida e pelo Brasil. Realização, pelo PT, de campanha para arrecadação de alimentos.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Eu queria aqui, primeiro, lamentar por esta situação, mais uma vez, e me manter

solidário a todas as famílias que perderam entes queridos nesta pandemia. Já são 355 mil mortes no Brasil e 12.300 aqui no Estado do Amazonas.

Também nós vemos a lentidão no processo de vacinação da população. No Amazonas, já recebemos mais de 1 milhão de doses de vacina, mas somente 54% delas foram aplicadas. É tudo muito lento. O Prefeito de Manaus, que completou 100 dias de Governo, também não consegue sair do lugar. E nós continuamos vendo as aglomerações, a falta de empenho na fiscalização efetiva para evitar novos doentes e novas contaminações.

Por isso, é muito importante essa CPI no Senado, uma CPI para apurar responsabilidades, para tratar da omissão do Governo Federal e também dos crimes cometidos ao longo deste período da pandemia. Bolsonaro é responsável por boa parte dessas mortes, pela sua inoperância, pela sua negação no enfrentamento efetivo desta doença.

E daí, é claro, há o desespero de todos os seus aliados. Não é à toa que há uma série de Parlamentares já falando coisas absurdas. Portanto, é o medo da queda que está iminente, infelizmente, levando milhares de pessoas do nosso País à morte.

E nós estamos vendo agora a volta da fome. O Governo Lula lançou o Programa Fome Zero em 2003. A ONU, em 2013, reconheceu que o Brasil havia saído do Mapa da Fome, mas agora voltou. São 19 milhões de pessoas passando fome, 116 milhões de pessoas na insegurança alimentar, quer dizer, mais de 50% da população brasileira não tem renda suficiente para a alimentação. E aí nós temos um auxílio emergencial de apenas 250 reais. Por isso, continuamos defendendo os 600 reais. Em situação de desemprego, são 14 milhões de pessoas, fora o aumento do preço dos alimentos, do gás, da energia, do custo de vida.

Por isso, quero aqui registrar duas ações importantes da sociedade. A primeira ação é o Pacto pela Vida e pelo Brasil, que cobra vacina, oxigênio, defesa do SUS, auxílio emergencial. Este é um movimento da CNBB, da OAB, do Conselho Nacional de Leigos e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E a segunda é a ação solidária do Partido dos Trabalhadores, um gesto muito importante para arrecadação de alimentos. Será promovida agora, no dia 17, esta grande ação solidária, para a qual estão todos convidados.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.



22.2021.B

Sessão Outro Evento

13/04/2021-15:48

Publ.: DCD - 14/04/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade às famílias das vítimas da Covid-19 no Brasil. Aprovação, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de requerimento de convite ao Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, Roberto Castello Branco, para esclarecimento à Casa da venda depreciada da Refinaria Landulpho Alves. Contrariedade à punição imposta ao coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros - FUP, Deyvid Bacelar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, eu quero me solidarizar, mais uma vez, com as famílias dos mais de 250 mil brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas, que estão marcadas pela dor.

Sr. Presidente, eu quero registrar, nesta tarde de hoje, algo importante para a nossa terra. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, no último dia 7, aprovou requerimento para que o Sr. Roberto Castello Branco, Presidente da PETROBRAS, seja ouvido naquela Comissão, para que possa explicar por que está entregando a nossa Refinaria Landulpho Alves -- RLAM, por um preço aviltante, abaixo do seu valor de mercado. O valor de venda projetado foi de 3 bilhões de dólares, e ela foi arrematada por menos de 2 bilhões de dólares, numa clara desvantagem, numa clara entrega do patrimônio do povo brasileiro, dessa que foi a primeira refinaria do Brasil, anterior mesmo à criação da PETROBRAS. Essa venda impacta a receita do nosso Estado, impacta os empregos das nossas cidades da Região Metropolitana de Salvador. É uma operação, no mínimo, estranha, porque vai contra os interesses nacionais, contra o interesse de fazer uma boa venda. Já se sabe que a meta é fatar a PETROBRAS e entregá-la ao capital internacional.

Mas não fica por aí a sanha devastadora do Presidente da PETROBRAS e deste Governo. Agora também vão contra a liberdade de organização sindical no nosso País, punindo, com suspensão, Deyvid Bacelar, Presidente da Federação Única dos Petroleiros - FUP, e o impedindo de exercer a sua função democrática de organização, de mobilização dos trabalhadores daquela refinaria, em reação à tal medida, assim como dos trabalhadores de toda a PETROBRAS, para que possam reagir a medidas permanentes contra os trabalhadores, contra a vida e contra o patrimônio daquela empresa.

Portanto, eu quero me solidarizar com Deyvid Bacelar, com a FUP, com os brasileiros e brasileiras que hoje defendem a PETROBRAS como sendo a PETROBRAS do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 304/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-16:00
Publ.: DCD - 14/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Empenho do orador na inclusão de pessoas com deficiência em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19, no Estado do Rio de Janeiro e no País. Iminência da imunização de cuidadores de idosos e deficientes.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que nós prosseguimos na luta em prol da vacinação prioritária das pessoas com deficiência. São cerca de 7 milhões de brasileiros, que estão ao lado, na fila das comorbidades, que são outros 17 milhões de brasileiros. E vivemos a angústia de uma oferta de vacina muito aquém do que seria o desejável. Isso é muito sério.

Para que flua o processo de vacinação dos deficientes brasileiros é necessário organizar essa fila, da melhor forma possível, antevendo, olhando à frente. Então, nós vínhamos conversando, seja com o conjunto das autoridades do Programa Nacional de Imunizações, por meio da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, seja no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em várias tratativas com a Secretaria de Estado. Ontem, ainda, tivemos uma reunião com a Secretaria Municipal de Saúde para justamente ajudarmos nessa organização. Identificamos demandas, organizamos, portanto, um conjunto de dados que me parecem muito relevantes para que, ao tempo em que a oferta de vacinas se apresente, o fluxo de vacinação no Rio de Janeiro para os deficientes se dê de maneira absolutamente adequada.

Nós sabemos que a taxa de risco das pessoas com deficiência é muito mais elevada, em vários e vários casos. Daí a necessidade dessa prioridade. E muitas vezes também, ao lado dos deficientes, estão os cuidadores - os cuidadores de idosos e os cuidadores de pessoas com deficiência. Nós temos a boa notícia de que, por exemplo, no Piauí já

começou a vacinação desse grupo, assim como em Sergipe. No Rio, nós já estamos prestes a começar a vacinação, mas ainda não chegamos lá.

Mas, de qualquer maneira, o fundamental é que prossigamos assim, nessa luta permanente, passo a passo, acompanhando milimetricamente o evoluir do processo, para que a vacina venha já para as pessoas com deficiência. Aliás, haverá uma carreata no Rio de Janeiro, e eu queria me solidarizar com todos que estão se mobilizando em torno dessa bandeira.

Como se quer uma sociedade mais humanizada, nós precisamos dar atenção àqueles que efetivamente precisam de prioridade. Nós estamos falando das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, física ou com patologias graves. Essas são pessoas que têm taxa de risco maior. Portanto, é absolutamente correto que a prioridade seja a elas oferecida.

Esta é a bandeira: vacina já para a pessoa com deficiência no Rio de Janeiro e no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 305/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-16:04
Publ.: DCD - 14/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Liderança do Brasil no ranking fúnebre da Covid-19. Anúncio de instalação, pelo Senado Federal, de CPI destinada à investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da doença viral. Atraso do País na vacinação contra a doença viral. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela desestruturação das ações de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Charles Fernandes. Cumprimento os colegas Parlamentares e todo o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

Quero falar mais uma vez sobre a dramática situação que o nosso País vive no enfrentamento à pandemia de coronavírus, Deputado Pedro

Uczai. O Brasil é hoje considerado o pior ou um dos piores casos de manejo da pandemia a nível global.

Não é uma casualidade nem fruto da sorte ou do azar o fato de que no Brasil hoje ocorrem os maiores números de óbitos, de perdas de vida em todo o mundo. Praticamente, uma terça parte da mortalidade por coronavírus no mundo está ocorrendo no Brasil.

Em boa hora, o Senado Federal vai instalar uma CPI para investigar, Deputado Otavio Leite, as responsabilidades de por que o Brasil é o 75º país mais atrasado no mundo em número de vacinas para cada cem habitantes. Países como Chile, Reino Unido, Israel, Uruguai, Portugal, Itália, Alemanha, todos já vacinaram o dobro, o triplo do percentual vacinado da população brasileira.

Mas o Brasil é um país governado por Bolsonaro. E Bolsonaro é o grande responsável pela desestruturação do combate à pandemia. Primeiro, porque desincentivou e boicotou todos os mecanismos de prevenção da expansão da pandemia; incentivou aglomerações; nega o uso de máscaras; incentiva condutas equivocadas e desorienta o povo brasileiro.

Segunda questão: o Brasil é o país que tem cloroquina para colocar no lixo, mas é o país onde faltam vacinas porque Bolsonaro se negou a comprá-las. Em agosto do ano passado, ele poderia ter comprado 70 milhões de doses da vacina da Pfizer e, na metade do ano, poderia ter comprado mais 46 milhões de doses da Coronovac. São 116 milhões de doses que já poderiam estar, todas elas, aplicadas para proteger e imunizar a população brasileira.

Foram muitos crimes que Bolsonaro cometeu durante esta pandemia. E a CPI a ser instalada no Senado, e espero que em breve também na Câmara, deverá mostrar esses equívocos, essas ilegalidades e responsabilizar quem tem essas responsabilidades.

Documento 306/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-16:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 350 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes provocadas pelo coronavírus, diante da recusa à aquisição de vacinas. Anúncio de criação, pelo

Senado Federal, de CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Realização de grande mobilização no País, pela criação da associação nacional das vítimas da Covid-19, e vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os Parlamentares.

Sras. e Srs. Deputados, mais de 350 mil famílias desprotegidas perderam entes queridos, perderam o pai, perderam a mãe, perderam irmão, perderam filho, como o Luís Fernandes que, neste fim de semana, perdeu o pai, a mãe e o irmão. Ele disse, Deputado Henrique Fontana: *"Se o Bolsonaro tivesse comprado a vacina, meu pai, minha mãe, meu irmão não teriam morrido"*.

Mais de 350 mil famílias, muitos delas chegaram ao hospital e não conseguiram se despedir de seus entes que morreram. Não conseguiram sepultar, não puderam se despedir, convidar os amigos, os parentes para a despedida de um ente querido que fez parte da sua vida, da sua cultura e da sua história. Depois vem a culpa, a solidão, a ausência, a falta, as sequelas econômicas, as sequelas sociais, as sequelas emocionais, as sequelas humanas.

A sociedade política se organiza no Senado para fazer uma CPI, para fazer o debate da política, da responsabilidade política, do crime político. A sociedade civil está convidada neste momento para se mobilizar.

Por isso, nesta quinta feira, às 11 horas da manhã, estamos convidando os advogados do Brasil, os psicólogos, a OAB, a CNBB, a ABL, todas as lideranças que têm indignação ética com a morte, que estão em defesa das vítimas da COVID, para construirmos uma associação nacional, como fizeram em Porto Alegre, Deputado Henrique Fontana, em Mato Grosso do Sul. Vamos nos articular nacionalmente.

Há 1 mês eu tenho defendido, articulado e mobilizado. Vamos fazer um grande encontro nacional nesta quinta-feira, às 11 horas da manhã, virtualmente, evidentemente, para criarmos um sujeito político, uma associação nacional das vítimas da COVID, exigirmos vacina já, vacina já, e repararmos as responsabilidades com tantas mortes neste País.

Isso não pode passar impune, não pode ficar restrito à Câmara e ao Senado. A sociedade civil precisa se organizar, buscar seus direitos e reivindicar, com a dignidade humana dos que estão vivos, para que novos brasileiros não percam a vida pela irresponsabilidade de Prefeitos que fazem decreto liberando bailes e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 307/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-16:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Eu estou aqui para dizer que votar o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sem a devida atenção, é um grave risco para a educação do nosso País.

Esse projeto transforma a atividade escolar em atividade essencial. Isso para efeito de reabertura das escolas. Se quisermos mesmo que a escola seja uma atividade essencial, Sr. Presidente, nós deveríamos reconhecer que existem 3.500 escolas sem banheiros; que 80% das nossas escolas não têm Internet banda larga; e que 27% não têm esgoto.

A minha posição é que esse projeto é um equívoco. Se a escola fosse essencial, esse projeto estaria discutindo a inserção de um protocolo eficaz de segurança sanitária para a volta às aulas, esse projeto estaria exigindo a vacinação prioritária dos profissionais da educação.

Se este Congresso considerasse a escola realmente prioritária, nós estaríamos falando do Programa Dinheiro Direto na Escola, que é unanimidade na Frente Parlamentar da Educação do Congresso Nacional e permite que as escolas tenham dinheiro para arrumar as torneiras, os banheiros, para colocar sabonete no banheiro, Sr. Presidente.

Se a escola fosse essencial, nós não teríamos tido um corte orçamentário de 1 bilhão e 600 milhões de reais na educação. Dinheiro esse que foi investido no Ministério da Defesa, que foi investido em emendas para o Relator do Orçamento, que foi retirado da garantia dos

protocolos de segurança para as escolas, para as universidades, para os institutos federais, Sr. Presidente.

O PL 5.595 precisa ser retirado de pauta ou, no mínimo, ter corrigido seu art. 2º, que diz para as escolas reabrirem sem a observância de regra de segurança sanitária. Nós vivemos num país onde 52% dos intubados hoje são jovens de até 39 anos, um país que, dia após dia, bate recorde de mortalidade pela COVID-19.

Eu peço à Câmara que tenha responsabilidade, que não vote esse texto do jeito que ele foi apresentado, porque a escola é, sim, uma atividade essencial, mas não para a finalidade proposta por esse projeto, que é uma simples reabertura da sala de aula, sem os protocolos de segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 308/702

22.2021.B	Sessão Outro Evento	13/04/2021-16:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal a favor do impedimento, pelos Estados e Municípios, da abertura de templos religiosos durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, existe uma inquietação em mais de 80% de brasileiros, sobretudo, em mais de 60 milhões de brasileiros, com relação ao que está fazendo o Supremo, que não respeitou, e não é a primeira vez, o que nós chamamos de liberdade religiosa, num contrassenso verbalizado de que liberdade religiosa presencial é proibida, quando a liberdade religiosa pelo sistema virtual é permitida.

Esses são os termos, e joga isso para os Governadores e Prefeitos, em um verdadeiro lance de "*eu saio de área e vocês se viram*".

O Supremo é o guardião da nossa Constituição Federal. Respeito o Supremo, mas discordo dele em gênero, número e grau. Aliás, hão de esperar muitas reações em nome da nossa liberdade religiosa. O art. 19 da Constituição diz o seguinte - eu vou ler, Sr. Presidente, está aqui comigo: (*falha na transmissão*). Está na Constituição Federal, a Carta

Magna da Nação brasileira. Está escrito aqui. São letras claras, cristalizadas, que definem que a igreja não pode ser atrapalhada. E aqui não se fala de pandemia, não se fala de nada disso.

O que acontece é que, parece-me, a maioria dos Ministros do Supremo não tem essa necessidade que a maioria dos brasileiros tem. O ser humano é tricotômico, ele é espírito, alma e corpo; ele tem necessidades espirituais profundas; ele carece de vislumbrar a fé em momentos de crise, de viver a esperança, que é a expectativa de um bem futuro. Isso acontece na igreja, por ação daqueles que fazem preleções, muitas vezes a custo zero para o erário público, porque a igreja, praticamente, eu diria, não cobra, a não ser em alguma parceria para atender algumas demandas que seriam do Governo.

Aí eu fico me perguntando: coletivo é serviço essencial? É claro, é mesmo. Hospital é serviço essencial? É claro, é evidente, hospital tem que atender o povo. E nós temos uma lista de demandas essenciais. Os alunos estudarem é necessidade, é essencial. É claro, é mesmo. E a igreja é o quê? Será que os Ministros, que, talvez...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 309/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 17:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "não".

Eu sou professora e não tenho dúvida em defender a educação. Também sei das consequências tristes, dolorosas do fechamento das escolas para o Brasil e para as famílias, inclusive para as mães chefes

de família, que não têm onde deixar os filhos pequenos.

Agora, Presidente, esse projeto não reconhece a realidade da escola pública brasileira. No Brasil, 40% das escolas não têm saneamento, apenas 30% das escolas têm ventilação adequada e o ensino médio têm a maior quantidade de alunos por turma no mundo.

Portanto, é preciso encampar um plano de abertura das escolas que inclua a vacinação dos profissionais e a readequação das escolas, para garantir a vida das famílias, dos alunos e dos profissionais de educação.

O PSOL orienta "não".

Documento 310/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-17:08
	CD
Publ.: DCD	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
14/04/2021 -	DEM -TO
CÂMARA	DOS
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O tema de reabertura das escolas precisa ser enfrentado. Inclusive, há o PL 2.949, que trata do retorno às aulas e estabelece critérios a partir das escolas, Municípios e Estados.

Mas o desenho da proposta do PL 5.595, em minha opinião, atrapalha muito o funcionamento e a garantia da vida. Eu chamo a atenção e me disponho a conversar sobre o PL.

Nossas escolas não têm condição de funcionamento. Mais de 49% delas sequer têm saneamento básico. Nós vamos retirar a autonomia de Prefeitos e Governadores, que, ao olhar a própria realidade, vão poder definir como e em que condições poderão retomar as aulas, que são importantes, sim. Nós precisamos retomar as aulas. Há um prejuízo enorme para a educação.

O Democratas vota "não" à urgência.

Documento 311/702

35.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-
CD 17:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o NOVO orienta "sim" à urgência, porque acreditamos que a educação é essencial.

Todo mundo aqui diz que defende a educação. Eu vejo todo mundo defender sindicato, defender professor. Os professores têm que ser valorizados e têm que ser defendidos, mas o que está em jogo aqui é que nós temos que defender a educação, direito básico previsto na Constituição Federal e que não foi oferecida às nossas crianças. Elas foram privadas da educação. As escolas têm que ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir.

Aqui, todo mundo fala de direitos e poucos falam de deveres. Sim, temos que vacinar os professores, mas, nas escolas, a exemplo de todos os países do mundo, como mostram estudos do Banco Interamericano e do UNICEF, não houve aumento de casos.

Então, vamos trazer dados e menos achismo aqui. Vamos parar de politizar a educação, porque crime é deixar a escola fechada.

Documento 312/702

35.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-
CD 17:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados aos alunos de escolas públicas pela suspensão das aulas presenciais.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, querem dados? Vamos aos dados.

O Brasil ocupa a segunda posição - no mundo - entre os países com maior número de dias sem que as crianças estejam na escola presencialmente. O ensino híbrido até funcionou para algumas escolas particulares. Mas e as crianças da escola pública?

O abismo entre a educação privada e a educação pública hoje é ainda é maior. Muitas crianças passam fome, porque é na escola que elas têm a única refeição do dia. O índice de espancamento de crianças, de estupro de crianças, de suicídio de crianças aumentou.

Se querem estudos, há estudos, não só no Brasil, mas no mundo, que mostram que as escolas que mantiveram as aulas presenciais, de forma híbrida ou na totalidade, com protocolos, não tiveram aumento no índice de COVID entre as crianças.

É preciso tratar isso de maneira séria. Segundo a UNESCO, Sr. Presidente, as nossas crianças levarão 20 anos para recuperar o tempo perdido desses 300 dias, e a evasão escolar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 313/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 14/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não precisamos de uma lei para dizer que a educação é serviço essencial. O debate não é esse. Em qualquer país democrático, a educação é serviço essencial.

A questão é: o que significa isso? Significa vacinar, com prioridade, todos os educadores? Não há divergência neste plenário sobre isso. Ou significa fazer com que Municípios e Estados forcem professores, sem condições sanitárias adequadas nas escolas, ao retorno à sala de aula? Isso não é razoável.

É claro que não podemos nos acomodar com a ideia de que, como não há condição sanitária, não haja volta às aulas. Não pode ser assim. A defasagem pedagógica, o prejuízo psíquico e pedagógico, o prejuízo social é gigantesco. Uma geração inteira pode estar perdendo uma capacidade cognitiva importantíssima. Temos que fazer esse debate.

Estamos contrários à urgência. Mas o debate tem que ser aprofundado, com todos os responsáveis - pais, alunos, professores -, para que tenhamos um projeto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 314/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 17:16	
Publ.: DCD - 14/04/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos apresentar uma justificativa.

Tínhamos uma preocupação quanto à insegurança jurídica. Mas conversei com as autoras - Deputada Paula Belmonte e Deputada Adriana - e com a nossa Relatora, a Deputada Joice Hasselmann, e

houve o compromisso de tentar fechar um pouco mais a matéria, para evitar insegurança jurídica.

Era nosso temor também tirar poder dos Governadores, daqueles que não quisessem retornar às aulas. E nos foi dada a tranquilidade de que, na hora do texto final, vai ser dada essa segurança jurídica.

Por isso, a nossa orientação é pela urgência. O PSDB muda para "sim".

Documento 315/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre o teor do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Pedido aos Deputados da aprovação da propositura.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante que nós entendamos os detalhes deste projeto e entendamos que, neste momento, nós estamos votando aqui a urgência. O texto será construído, como disse o Deputado Eduardo Cury, ouvindo todos os Parlamentares.

O próprio Deputado Cury apresentou aqui uma preocupação: "*O texto pode ferir a autonomia de Prefeitos e Governadores?*" De maneira alguma. Este texto basicamente atende o que diz a Constituição. E a Constituição Federal diz que a educação é direito fundamental. A educação é direito fundamental! Nós não podemos trabalhar para ferir um direito fundamental previsto na Constituição Brasileira de 1988.

Se querem dados, como eu disse há pouco, eu vou trazer alguns dados. Na *Folha de S.Paulo*: *Cerca de 4 milhões abandonaram estudos na pandemia, diz pesquisa*. Também na *Folha de S.Paulo*: *Reabertura de escolas não afetou o ritmo da pandemia em cidades paulistas, indica estudo*. UNICEF: *Fechamento de escolas durante pandemia fez Brasil regredir duas décadas em matéria de evasão escolar*.

E mais: o BID mostra que a recuperação econômica e a recuperação da parte de desenvolvimento das crianças levarão mais de uma década. Nós estamos condenando essas crianças, e não ajudando essas crianças. Há um abismo gigantesco entre a educação pública e a privada, que, se nós não regularmos essa situação de alguma forma, estaremos aumentando.

Será que de fato todo o mundo está correto e só o Brasil e o Sudão é que estão errados? Será que o mundo inteiro está incorreto e o Brasil e o Sudão é que estão certos? Então, vamos parar e pensar um pouco. Países da Europa, os Estados Unidos, países do Ocidente e do Oriente Médio voltaram às aulas, criando critérios: aulas híbridas, aulas presenciais com protocolo.

O que nós temos que entender é que, infelizmente, não temos vacina para todos. Teremos? Teremos. Quando? Ainda não sabemos. Todos estamos lutando por isso, inclusive este Parlamento. Governos, Parlamento, Prefeitos, iniciativa privada, todos estão lutando por vacinas.

Mas, enquanto isso, vamos fazer o quê? Vamos deixar crianças da rede pública amontoadas em creches clandestinas, como tem acontecido? E, se isso acontece em São Paulo, que dirá no Nordeste. Se isso acontece no Estado mais rico deste País, na cidade mais rica deste País, que dirá nos Estados do Norte e do Nordeste, onde mães têm que sair de manhã e pegar o ônibus para trabalhar como empregadas domésticas, para trabalhar no pouco comércio que está aberto, para tentar ganhar o seu sustento, para levar alguma coisa para casa, alimento para os seus filhos. Essas mães, sem ter o que fazer, ou deixam os pequenos com outras crianças, correndo todo tipo de risco, ou os deixam em creches e escolinhas clandestinas. Isso está acontecendo em todo o Brasil.

Eu peço sensibilidade a todos aqui. Os índices de violência contra mulheres e crianças dispararam. Os índices de estupro dispararam. Não se trata aqui de ideologia. Eu conversei com os meus colegas de esquerda e disse a eles: "*Eu entendo que há um posicionamento ideológico, mas nós temos que pensar agora na vida dessas crianças*". Nós temos que pensar que o lugar mais seguro para essas crianças é a escola, e os dados mostram isso.

Se querem mais dados, eu disponibilizo a cada um dos Parlamentares uma centena de estudos feitos não só no Brasil, mas no mundo. Há estudos em português, em francês, em inglês, em coreano, em japonês, da forma como V.Exas. quiserem. Todos conduzem ao mesmo resultado: o lugar mais seguro para as nossas crianças é a escola. Com disse a Deputada Adriana, a escola tem que ser a última a

fechar e a primeira a abrir.

É claro que ninguém está defendendo aqui que escolas que não tenha condições, que não tenham protocolos amontoem crianças. Pelo amor de Deus! Isso é distorcer absolutamente o que nós estamos querendo, é distorcer o mérito do projeto.

Será construído um relatório aqui, se todos quiserem, com as 513 mãos dos Parlamentares. E eu digo 513 mãos porque cada um escreve com uma mão, não é? Eu escrevo com as duas. Pode ser que nós tenhamos que multiplicar o número por dois.

Srs. Parlamentares, eu peço sensibilidade neste momento. Prefeitos e Governadores, obviamente, não terão sua autoridade ultrapassada. Mas eles terão que criar protocolos claros. Que tipo de protocolo? Isso estará no texto.

Eu me comprometi com a bancada do PSDB a ouvirmos o consultor jurídico deles. E coloco esse compromisso também para toda a Oposição e para o centro. É óbvio que o Governo está orientando a favor deste projeto também.

Nós não podemos ser insensíveis a isso. Nós não sabemos, infelizmente, quanto tempo essa pandemia ainda vai durar. Eu e todos os Deputados, tenho certeza, gostaríamos que, quando dormíssemos hoje e acordássemos amanhã, tudo tivesse voltado ao normal, a pandemia tivesse ido embora, o comércio estivesse reaberto, as pessoas não houvessem de fato ido embora.

Aqui não estou discutindo irresponsabilidade de ninguém, mas estou discutindo a responsabilidade deste Parlamento. Nós precisamos neste momento proteger as crianças. Nós precisamos colocar essas crianças na escola. Nós precisamos, obviamente, que os Prefeitos e Governadores definam os protocolos.

Há escolas que talvez poderão receber 30% a 35% das crianças, a depender do distanciamento. Há escolas que talvez poderão receber 50% das crianças. Há talvez escolas com espaços maiores que consigam receber a totalidade dos alunos ou fazer mais de um turno. Isso vai ser definido em cada Município.

O Brasil é um país que tem o tamanho de dez países, o tamanho de uma Europa praticamente. O Brasil é um país continental. Por isso, nós temos que tratar este texto também de maneira regionalizada, respeitar as diferenças entre o Município de São Paulo, por exemplo, e os Municípios lá do Acre; respeitar a diferença, Deputada Perpétua, entre Rio Branco e São Paulo. Isso nós vamos prever no texto. E os

Prefeitos e Governadores terão poder para lidar com isso.

Eu peço a V.Exas. toda a sensibilidade. Eu peço a V.Exas. que não fiquemos de braços cruzados. *"Ah, Joice, essa não é a situação ideal"*. E qual é a situação ideal que nós vivemos? Nós não temos situação ideal. A situação ideal seria a pandemia não acontecer.

O Movimento Escolas Abertas, que está em 21 Estados brasileiros, tem médicos, inclusive pediatras, educadores, mães, todos numa luta desesperada para que seus filhos tenham direito à educação - à educação! O prejuízo que nós podemos causar a essas crianças não aprovando esta urgência e este texto não será sanado em menos de duas ou três décadas. A minha digital não estará nisso. A minha digital não estará nisso.

Não é hora de sindicalizar a questão. Não é hora de burocratizar a questão. É hora de nós realmente pensarmos nesses pequenos, que precisam de nós. Criança precisa socializar com criança. Criança precisa brincar com criança.

Em relação aos dados, quando vamos aos dados frios - eu nem gosto dos dados frios, porque muitas vezes eles parecem insensíveis -, quando se pega a taxa de transmissão de COVID de adulto para adulto, por exemplo, ela pode chegar a quase 80%. Quando se trata de transmissão de criança para criança, os estudos mostram que a taxa é de no máximo 3%, que as crianças são mais resistentes.

Se houver protocolos, e eles têm que existir - a máscara veio para ficar, o álcool em gel veio para ficar, o distanciamento veio para ficar, com ou sem vacina; nós sabemos disso, os especialistas já dizem isso -, eles vão proteger as nossas crianças, a saúde delas. E nós vamos proteger a saúde mental das nossas crianças, o desenvolvimento intelectual das nossas crianças, o futuro das nossas crianças, que nós podemos condenar hoje se não fizermos absolutamente nada.

Então, eu peço a todos sensibilidade para este projeto. Disponibilizo todos os dados. E também chamo todos os Líderes que quiserem a debater com aqueles que estão no Movimento Escolas Abertas e em outros movimentos, para que nós possamos definitivamente aprovar a matéria, no máximo amanhã. Apresentarei o relatório a todos amanhã ou até hoje, se os senhores quiserem, para que nós realmente possamos organizar a volta, de maneira segura, das nossas crianças às escolas.

Educação é, sim, um serviço essencial. Aliás, não há serviço mais essencial que a educação. Não vamos condenar nossas crianças por falta de educação, por mais falta de educação neste País!

Muito obrigada, Presidente.

Documento 316/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 17:28	
Publ.: DCD - 14/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Conveniência de debate do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, acerca da estratégia para o retorno às aulas durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos aqui diante de um tema que, ao contrário do que os defensores deste projeto tentam dizer, é fundamental para quem está contra a urgência.

Sinceramente, Srs. e Sras. Deputadas, quem defende que a educação é essencial, quem defende que a escola é importante tinha que estar aqui pensando em propostas que garantissem um retorno seguro às aulas. Tínhamos que estar aqui pensando em que condições as aulas deveriam voltar. Num cenário de milhares de mortes, da maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram, nós aqui votarmos matéria, sinceramente, com todo o respeito, para fazer *lobby* de escola privada não dá!

A crise, a pandemia, escrachou, explicitou o que é o descaso de anos com a escola pública. Ela deixou explícito que muitos que vetam, por exemplo, o orçamento da educação pública agora vêm dizer que escola é essencial.

Estamos brigando há tanto tempo contra o desfinanciamento que sofre o ensino, a pesquisa, a extensão, a educação básica! E a base de Bolsonaro, que, aliás, encampa este projeto, defendeu desfinanciamento da educação pública.

Diante de um Brasil que chega a 350 mil famílias enlutadas, o que se quer é a volta às aulas em escolas que, lamentavelmente, Srs. e Sras. Deputadas, não têm ventilação adequada. Apenas 30% das escolas têm ventilação adequada, e esse dado é anterior à pandemia. Infelizmente, 40% das escolas brasileiras não têm sequer saneamento

adequado. Melhorar isso é a luta desse campo que está contra uma abertura inadequada das escolas, seja para fazer *lobby* de escola privada, seja para reabrir de forma inadequada a escola pública. Infelizmente, quando pensamos em escolas de ensino médio, o Brasil tem as turmas mais superlotadas do mundo, com o maior número de alunos por turma.

Lamentavelmente, nem há criação de condições estruturais para receber crianças e adolescentes nas escolas, nem o Governo e sua base querem garantir o ensino remoto, já que o Governo vetou a ampliação de acesso à rede. Quem defende que a educação é essencial defende investimento em educação pública. Deveríamos estar aqui, aliás, discutindo o PL 2.949/20, que estabelece condições para as escolas voltarem.

"Não" ao *lobby* da educação privada.

"Sim" à ampliação do investimento público, para garantir o direito à escola, o direito à educação, mas também o direito à vida dos brasileiros.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 317/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 17:32
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conveniência de debate pela Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre a estratégia para o retorno às aulas durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Presidente, eu quero fazer um registro. Neste momento em que debatemos a transformação da educação em serviço essencial, abrindo caminho para o restabelecimento da atividade regular das escolas, eu considero que deveríamos não discutir esse projeto, mas avaliar aqui no plenário o Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, de iniciativa

do Deputado Idilvan Alencar e de muitos outros Parlamentares, todos vinculados à temática da educação. O Projeto de Lei nº 2.949 estrutura uma estratégia para o retorno às aulas, fixando medidas para garantir segurança aos profissionais e às crianças durante o retorno pós-pandemia.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo para que a Deputada Joice Hasselmann, que vai trabalhar este texto, considere as preocupações dessa estratégia de retorno às aulas, porque a escola pós-COVID é completamente diferente. É preciso cuidar da...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 318/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 17:36
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Defesa de aprovação da propositura.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito grata, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao meu Líder, o Deputado Alex Manente, que me concede este tempo para que eu possa defender a importância da educação como algo essencial. O Deputado Orlando Silva traz a questão dos protocolos, e eu, falando há pouco com a Relatora do projeto, a Deputada Joice Hasselmann, trouxe a ela exatamente a sugestão de que nós pudéssemos tratar dos protocolos também.

É importante as pessoas entenderem que este projeto é mais amplo e que ele é necessário além simplesmente deste momento da pandemia. Nós estamos trazendo a educação, para visualizarmos principalmente os invisíveis. Há Deputados que dizem: "*Há aquela escola, Deputada Joice, Deputada Adriana - que é autora do projeto junto comigo -, Deputada Aline, há aquela escola que não tem condições*". Nós vamos

verificar, e a sociedade vai cobrar, porque a educação é uma atividade essencial. É necessário que todas as nossas crianças tenham direito à educação. Esta é, portanto, uma grande oportunidade para o Parlamento fiscalizar o Executivo e, assim, dar melhores condições às nossas escolas.

Deputados, eu peço aos senhores sensibilidade. Nós precisamos urgentemente olhar para nossas crianças que estão passando dificuldades em alimentação e, muitas vezes, vivendo situações de violência doméstica, de abuso sexual, além do aumento da gravidez precoce. Nós tivemos a evasão escolar dos jovens, que muitas vezes são capturados pelo tráfico de drogas e pela criminalidade. A educação neste País, às vezes, é levada como brincadeira. Nós precisamos dar este alento à nossa sociedade.

O projeto deixa claro que a autoridade máxima para decidir quais serão os critérios são os Governadores e os Prefeitos, como consta no segundo parágrafo do projeto, para que eles possam sanar estas dúvidas e mostrar as condições.

Aqui no Distrito Federal, nós temos quase 600 escolas. Será que 600 escolas não estão aptas para atender aos nossos alunos? Será que nós não podemos fazer um sistema híbrido? Será que não podemos colocar uma parte dos alunos em um sistema e a outra no outro e fazer um rodízio?

Nós precisamos nos movimentar. Nós precisamos colocar a educação e os defensores da educação para funcionar. A sociedade merece o respeito deste Parlamento e de todos nós. Quem vota "sim" está votando a favor da educação, a favor do que todos nós estamos defendendo: que nosso País seja realmente desenvolvido e tenha compromisso com a dignidade das nossas crianças e dos nossos jovens. É isso que está em pauta, é disso que precisamos.

Nós sabemos que os professores têm, sim, que receber um alento, têm que ter um cuidado. Quantos profissionais da saúde...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não é estranho que nesta Casa a Liderança do Governo oriente e encaminhe "sim" a um projeto que coloca os professores e 40 alunos em uma sala de aula, apesar de nenhum deles ter sido vacinado, e que, do outro lado do tapete azul, exatamente no Senado, o Líder do Governo entre hoje com um requerimento para exigir que nenhuma CPI seja instalada enquanto Senadores e servidores não forem vacinados? É muito estranho!

Aqui não existe preocupação em vacinar professores e alunos, mas, lá no Senado, segundo o Líder do Governo, a CPI só pode funcionar se Senadores e funcionários estiverem vacinados.

Este projeto apresenta uma inconstitucionalidade. Infelizmente, ele entra numa seara que é decisão dos Governadores e tira o direito de greve dos trabalhadores na educação do Brasil. É muito grave que...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 320/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	17:40
Publ.: DCD - 14/04/2021 - CHIQUINHO BRAZÃO-AVANTE -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 1.380, de 2021, sobre a suspensão da vigência do art. 165-B do Código de Trânsito Brasileiro durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, entrou em vigor ontem o Código

Brasileiro de Trânsito. Eu dei entrada ao Projeto nº 1.380, de 2021, justamente por entender que ali tínhamos um problema.

O projeto solicita a suspensão dos efeitos do art. 165-B, que prevê infração gravíssima a quem conduzir veículo para o qual seja exigida habilitação nas categorias C, D e E sem realização do exame toxicológico, previsto no § 2º do art. 148-A deste código, após 30 dias do vencimento do prazo.

O que acontece, Presidente? Os motoristas profissionais, seja motoristas de caminhão, seja motoristas de transporte coletivo, seja motoristas de táxi, todos os motoristas que recebem por trabalho ficarão sem condições de exercer a função. Os motoristas profissionais terão suspensas suas carteiras por 90 dias. De acordo com este artigo, serão todos os profissionais: motoristas de ônibus, motoristas de caminhão, motoristas de táxi - todos os que são remunerados.

Nós realmente precisamos suspender, em regime de urgência, o art. 7º e o § 2º do art. 148, para que eles possam fazer, sim, o exame toxicológico, mas só após a pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 321/702

35.2021	Sessão	Deliberativa	13/04/2021-17:40
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	TADEU ALENCAR-PSB -PE		
14/04/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do prazo de execução de recursos da área cultural.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é muito importante este requerimento de urgência, porque ele faz referência à necessidade de prorrogação dos prazos e da aplicação da Lei Aldir Blanc, que foi aprovada por amplo acordo neste plenário. Praticamente todas as forças políticas da Casa apoiaram a Lei Aldir Blanc, fundamental para a

cultura brasileira.

Naturalmente, neste momento de crise sanitária de largas proporções, esta foi a primeira atividade que deixou de ser exercida nos espaços culturais e nas praças, em todos os lugares onde a cultura brasileira era praticada e executada com vigor.

Houve a compreensão deste Plenário quanto à necessidade de aprovação de 3 bilhões de reais, valor expressivo que foi transferido aos Estados e Municípios com apoio, inclusive, do Governo, numa articulação de que participou V.Exa., Presidente Arthur Lira, quando era Líder do Partido Progressista. Os prazos de execução desta lei estavam vinculados ao decreto de emergência, que fixava o prazo de 31 de dezembro de 2020. Certo é que, naquele momento, não se tinha ideia de que a pandemia ainda iria, como estamos vendo agora, prosseguir de maneira a não se enxergar quando ela vai terminar.

Por isso, é de vital importância que aproveamos este requerimento de urgência e, na sequência, este projeto que veio do Senado, que permite que todos os prazos sejam prorrogados: o prazo de prestação de contas, que estava conectado com o prazo do decreto de emergência, e o prazo para uso dos recursos. Digo isso porque, pelo pouco tempo, remanesçam mais de 700 milhões de reais. Naturalmente, eles estão sendo ansiosamente esperados pelos artistas, pelos criadores e pelos espaços culturais, para que possam minimizar - esta cifra, logicamente, não vai resolver o problema - os efeitos devastadores desta pandemia na cultura brasileira.

Eu quero pedir a todos os partidos integrantes da Câmara dos Deputados sensibilidade para aprovarmos este requerimento de urgência. Faço um apelo também a V.Exa., Presidente, para que possamos rapidamente pautar o mérito do projeto, porque é muito importante que nós voltemos imediatamente a ter na cultura brasileira a injeção destes recursos e que aqueles que receberam recursos e tiveram projetos aprovados tenham o prazo necessário e suficiente para fazer a adequada prestação de contas.

Quero chamar a atenção também para o fato de que este projeto, discutido que foi pela Deputada Jandira Feghali, Relatora do projeto da lei na Câmara dos Deputados, além resolver todas as questões remanescentes, resolve questões como a do projeto da Lei Rouanet, que a Lei Aldir Blanc prorrogou por 365 dias - por 1 ano. Lamentavelmente, a ANCINE vem fazendo uma interpretação absolutamente rudimentar deste comando legal da Lei Aldir Blanc.

Por isso, não apenas faço um apelo aos nobres colegas, aos Líderes de todos os partidos - foram 499 Parlamentares, número equivalente ao de todos os Líderes - que apoiaram este requerimento de urgência,

mas também peço a este Plenário sensibilidade para que o aprovemos, numa prova de valorização da cultura brasileira e de prestígio dos nossos artistas, ajudando-os nas questões de que estão precisando.

Que este projeto seja aprovado para que possamos gastar todo o dinheiro que é indispensável para fortalecer a cultura brasileira neste momento de grandes dificuldades e se possa fazer, como eu disse, a adequada prestação de contas!

Não há recurso novo, nenhum centavo novo. Trata-se apenas daquilo que este Plenário já aprovou no ano de 2020. Portanto, peço a aprovação deste requerimento de urgência, que faz justiça à vigorosa, abundante e maravilhosa cultura brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 322/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Leitura do parecer oferecido pelo Deputado Marcos Aurélio Sampaio à Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a autorização de V.Exa. e do Relator, o Deputado Marcos Aurélio Sampaio, que, por motivos maiores, não teve como entrar em tempo por via remota, vou passar à leitura do relatório, indo direto ao voto.

"II - Voto do Relator.

A mudança proposta pelo Senado Federal é adequada e deve ser acatada. Com efeito, nos termos do substitutivo ao PL 639/21, aprovado nesta Casa, o saldo do Imposto de Renda a pagar poderia ser parcelado em até 8 (oito) cotas, conforme prevê a legislação atualmente em vigor (art. 14 da Lei nº 9.250, de 1995), com a primeira cota sendo paga no mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos ou seja, em julho de 2021, mês do novo prazo previsto no

substitutivo, em vez de 30 de abril de 2021, data prevista na legislação em vigor. Logo, o pagamento de 2 parcelas poderia vir a ser feito somente no exercício fiscal seguinte, de 2022, implicando uma diminuição efetiva da arrecadação federal em 2021.

Somos, assim, pela aprovação da matéria.

Ante o exposto, na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 639, de 2021. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 639, de 2021."

Este é o parecer, Presidente.

Documento 323/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 14/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Caráter oportunista do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Não aquisição e vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de imunização de professores e alunos antes da retomada das aulas presenciais. Importância de ampla vacinação contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, não tem como não retomarmos o assunto a que acabamos de voltar com muita preocupação. Eu espero que consigamos construir um entendimento neste plenário para não prejudicarmos os trabalhadores em educação e os estudantes.

É claro que, quando aqui discutíamos transformar a educação em atividade essencial, parece algo fora da realidade, porque a educação é, de fato, essencial. O problema é o oportunismo de tratar este assunto nestes termos.

Se, há 1 ano, o Presidente Bolsonaro não tivesse se recusado a comprar 70 milhões doses de vacina, nós teríamos hoje, com certeza,

professores do Brasil inteiro vacinados, ou perto disso. Mas o Presidente Bolsonaro, que sempre se negou a comprar a vacina, que sempre negou a vacina, chegou a dizer que as pessoas iam virar jacaré se tomassem a vacina. Hoje, nós temos que discutir aqui a volta às aulas de forma apressada, sem que professores e alunos tenham sido vacinados.

A irresponsabilidade do Governo de não cuidar para que a merenda escolar chegasse para os estudantes, de não cuidar para que os estudantes de escola pública tivessem Internet está fazendo com que o *lobby* das escolas particulares esteja mais forte do que a preocupação com a saúde de professores e alunos. E a saúde dos brasileiros?

Se este Parlamento quisesse levar a sério mesmo o debate sobre a educação, nós teríamos hoje os professores do Brasil vacinados e as aulas funcionando. Mas, como eu disse há pouco, é contraditório. Aqui, o Governo encaminha para que sejamos favoráveis à volta das aulas sem professores e alunos estarem vacinados. E aqui, do outro lado, no Senado da República, o Líder do Governo entra com requerimento impedindo uma CPI com o argumento de que Senadores e funcionários não foram vacinados. É muita contradição! O Governo precisa encontrar o seu discurso, pelo menos em uma defesa da vacina que caiba todo mundo. Não dá para fazer a defesa da vacina só para Senadores, e não para professores! É preciso cuidar deste debate, com o carinho e a atenção que ele merece.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 324/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 13/04/2021-
	CD	18:04
Publ.: DCD - 14/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020. Contestação a pronunciamento de Parlamentar a respeito do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Importância de vacinação dos professores e profissionais da educação contra a Covid-19. Contrariedade à

comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Sou totalmente a favor. É um excelente projeto, até porque os bancos estão fechados, abrindo com hora marcada, o que dificulta muito. A vida do contribuinte está tumultuada. É muito lógico postergarmos até 31 de julho. Essa é a data ideal, a melhor para todos nós.

Eu ouvi há pouco uma Deputada de oposição continuar falando sobre a educação e o ensino serem essenciais. Deu a impressão de que ela viu que está ficando mal para o professorado brasileiro. Dizendo que não é essencial, não querem a volta às aulas, o que é fundamental e essencial, e não querem a vacinação dos professores.

A que ponto chegamos pela radicalização! Como não querer a vacinação dos professores? Como não reconhecer que o ensino é essencial? O ensino a distância não estará incluso entre o essencial?

Agora, eu fico chocado com Parlamentares que se dizem professores e professoras indo contra o projeto, dizendo que há escolas que não têm ventilação. O que tem a ver alhos com bugalhos? Nada a ver.

Esse projeto já deveria ter sido apresentado há muito tempo para o bem do Brasil. As escolas já estariam funcionando. Vocês têm noção do número de crianças que passam fome, que dormem chorando desesperadas por um pedaço de pão, que morrem por inanição no Brasil e que poderiam estar na escola aprendendo e sendo alimentadas? Enquanto ensinamos pelo mundo inteiro estão priorizando principalmente a juventude, o índice de jovens e crianças infectados é quase nulo, quase zero. Aqui no Uruguai, nenhuma criança, felizmente, morreu. Não estou dizendo que morreu pouca gente, mas o número de mortos hoje no Brasil pela COVID é 0,17%.

Entretanto, há pessoas que são Deputados Federais e empregam o termo "genocida" sem saber o que é um genocida. Mesmo que Bolsonaro fosse responsável, e não é, por todas as mortes no Brasil, não seria genocida. Genocida quer exterminar uma raça, uma região, uma etnia. Mas 0,17% - atenção, Oposição, aprenda o que é genocídio! - jamais seria genocídio. Aprender um pouco não custa nada.

CD 18:08
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020. Caráter fictício do Orçamento Geral da União de 2021.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós não tínhamos nenhuma dúvida quanto a votar favoravelmente à matéria, porque, na verdade, a modificação do Senado possibilita que todo o pagamento do Imposto de Renda, para quem ainda deve, depois de feita a declaração, se dê neste ano fiscal.

Isso tem uma importância muito grande, porque nós estamos vivenciando o período das ficções, tanto as ficções inventadas pelo próprio Governo Federal, que não acha que nós estamos vivenciando um momento extremamente crítico - a OMS diz que o Brasil é um inferno furioso no que diz respeito à COVID, mas isso é negado pelos governistas -, como a ficção do Orçamento. Houve uma negociação, e se colocaram recursos fictícios, recursos que só poderão ser viabilizados se se retirar dinheiro de despesas obrigatórias, como a Previdência, para emendas parlamentares.

Até onde vai a tentativa de um Governo enfraquecido de buscar se sustentar, sem o apoio da população?

Documento 326/702

35.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-
CD 18:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários e aos demais Parlamentares pelo apoio ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente eu quero agradecer a gentileza do Líder da nossa bancada, o Deputado Alex Manente, e agradecer a todos os Parlamentares, não só pela votação de hoje, como pela da outra vez em que tivemos essa oportunidade. Agradeço também ao Líder Isnaldo e ao Deputado Marcos Aurélio, Relator.

Esse projeto foi ao Senado e lá recebeu essa emenda, com a qual afinal nós concordamos, porque adentrar um novo ano fiscal traz problema para todos, não só para o contribuinte, mas também para a Receita. Então, nós concordamos, e foi posto em votação o acordo que os Líderes fizeram. E volto a lembrar: se, no ano passado, a Receita prorrogou por 60 dias por causa da pandemia, neste ano, em que está mais grave a pandemia, não bastam 60 dias, por isso nós propusemos 90 dias, o que acaba de ser aprovado.

Mais uma vez, agradeço a gentileza e o apoio dos Parlamentares.

Documento 327/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	18:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 -	MARCOS AURÉLIO SAMPAIO-MDB -PI	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento Deputado Isnaldo Bulhões Jr. pela leitura do parecer oferecido pelo orador ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020. Importância da aprovação de propositura.

O SR. MARCOS AURÉLIO SAMPAIO (Bloco/MDB - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, Sras. e Srs. Parlamentares.

Quero agradecer inicialmente ao Líder do MDB, o Deputado Isnaldo Bulhões, que fez a leitura do relatório - não consegui entrar no sistema na hora.

É muito importante a matéria que este Plenário agora aprovou, na medida em que ela vai significar uma maior ajuda para os contribuintes na hora de declarar e pagar o Imposto de Renda. Todos os cidadãos

querem cumprir com suas obrigações tributárias, e a Câmara agora está aumentando o prazo, dando maior conforto para que façam a declaração.

Quero também parabenizar o Deputado Rubens Bueno, autor do projeto, bem como o Senado Federal, que fez mudanças necessárias, e este Plenário, que agora as aprovou.

Esta é mais uma medida que passa pelo Congresso Nacional, que passa por cada um dos Deputados e Deputadas, e que agora vai beneficiar o cidadão.

Aguardemos a sanção.

Parabéns a todos!

Documento 328/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 14/04/2021 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 976, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista ao registro obrigatório nos sistemas de informações das Polícias Civil e Militar, da concessão de medida protetiva de urgência prevista na referida lei. Apelo ao Ministério da Saúde de envio de tomógrafos aos Municípios de São Gonçalo do Amarante e Aracati, Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, pedi 1 minuto para outro assunto, mas gostaria de registrar também a importância desta matéria. Dialogamos, desde a semana passada, com a Deputada Flávia Morais sobre a relevância da matéria pautada.

Quero fazer um apelo ao Ministério da Saúde. Existem dois tomógrafos que estão parados, aguardando uma decisão da CONJUR para definir o frete desses tomógrafos para o Ceará: um será destinado ao Município de São Gonçalo do Amarante, outro irá para o Município do meu querido Aracati. O tomógrafo, nesta época de COVID, é muito importante para o fechamento do diagnóstico da COVID e para poder ver a situação dos pacientes. São dois Municípios que não possuem tomógrafos. O apelo que faço ao Ministério da Saúde é que resolva

esse problema jurídico e a situação com a empresa que já existe lá, contratada para fazer o frete. Aditivando-se ou não, que se resolva o problema do frete desses tomógrafos!

Documento 329/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 14/04/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Diretor da Escola Nacional de Formação do PT, Vilson Oliveira. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem à memória do dirigente petista.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vivemos um luto muito grande neste País. Muitas pessoas perderam amigos, conhecidos, são mais de 350 mil brasileiros. Muitas poderiam estar entre nós, se não houvesse o contágio e o negacionismo do Brasil.

Hoje o luto também se aproxima de nós do Partido dos Trabalhadores. O luto que temos por todos os brasileiros e todas as brasileiras, Deputado Peternelli, se aproxima na medida em que perdemos um dirigente do PT; ex-Secretário de formação do Partido dos Trabalhadores; Diretor da Escola Nacional de Formação; idealizador conosco de uma jornada para formação, em bases freirianas, no PT. Eu me refiro a alguém especial demais para todos nós, o companheiro Vilson Oliveira.

Um companheiro que participou da oposição metalúrgica em São Paulo, foi dirigente do PT de São Paulo, integrante do nosso diretório nacional do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. Um grande companheiro.

(A oradora se emociona.)

Hoje nos somamos à sua família, à Érica, sua esposa, aos seus cinco filhos, aos seus netos, e nos somamos como companheiros e companheiras que nos comprometemos a seguir transformando o Brasil, a lutar para que este Brasil seja melhor e para que não se percam vidas.

Então, eu gostaria de pedir a este Plenário que homenageasse o companheiro Vilson Oliveira, integrante do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores e Diretor da Escola Nacional, com 1 minuto de silêncio, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sra. Maria do Rosário, o Sr. Luis Miranda, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. General Peternelli, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Peço 1 minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Obrigado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Vá em paz, companheiro. Nós ficamos na luta.

Documento 330/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021 - CD 18:56
Publ.: DCD - 14/04/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso de aniversário de Fortaleza, Estado do Ceará. Desleixo com a saúde pública na Capital cearense, notadamente em meio à epidemia de coronavírus. Malversação de dinheiro público na instalação de hospital de campanha em Fortaleza. Situação de calamidade pública reinante em municipalidades cearenses em decorrência da Covid-19. Necessidade de investigação de denúncias de corrupção no âmbito do Governo Estadual e do Governo Municipal de Fortaleza. Repúdio à oligarquia exercida pela família Ferreira Gomes no Ceará. Defesa da instalação de CPIs para investigação de denúncias de desvio de recursos destinados ao combate à Covid-19, no âmbito das administrações federal, estadual e municipal.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e as Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer ao Líder Ricardo Barros por ter me cedido este

espaço.

O assunto que me traz hoje aqui é o aniversário da cidade de Fortaleza, Capital do meu Estado, o Estado do Ceará. Essa é uma comemoração difícil de ser feita pelo momento triste que a cidade está vivendo.

Fortaleza é uma cidade alegre, uma cidade empoderada, uma cidade ensolarada, uma cidade com energia e com uma vibração muito forte, principalmente da sua juventude. Contudo, ela passa por um momento de muitas dificuldades.

A pandemia tem devastado famílias inteiras. O desleixo e o descaso com a saúde pública, a cada momento, ficam mais exacerbados, como se já não bastasse a crise da ausência de leitos, como se já não bastasse a crise da ausência do oxigênio no Estado do Ceará.

E hoje, para comemorar o aniversário de Fortaleza, destaco aquilo que denunciemos aqui nesta tribuna, no ano passado, de agosto para setembro do ano passado, que era exatamente o descaso com o dinheiro público.

Falo do dinheiro para combater a COVID, que foi para o Ceará, que foi para a cidade de Fortaleza. Esse dinheiro foi para a construção de um hospital de campanha, que foi construído numa velocidade inferior a 2 meses, funcionou apenas 4 meses e depois sumiu. Desapareceram com o hospital, como num passe de mágica.

O hospital que estava montado ali no Estádio Presidente Vargas - foi degradada aquela praça esportiva que tantas alegrias já nos deu - estava destruído, destruído. E destruído por quê? E aqui nós denunciemos. Naquele momento, tentaram apagar as provas do crime. Essas provas foram reconhecidas, inclusive hoje, como um presente que fora dado para toda a população de Fortaleza.

Falo da transparência da malversação dos recursos públicos, Deputado General Peternelli. Mais de 95 milhões de reais, aliás, 95 milhões e 900 mil reais foram aplicados nesse hospital, que durou apenas 4 meses. Isso foi quase como o surto da própria pandemia. E esse recurso foi desviado.

Hoje isso é fruto de uma operação do Ministério Público em que quatro funcionários da Prefeitura foram afastados, 26 mandados de busca e apreensão foram executados. Fica a perplexidade de um Estado pobre como o nosso, campeão hoje regional de mortes pela COVID.

Foram mais de 15 mil óbitos. E 184 Municípios estão pairando uma calamidade pública pela falta de oxigênio, para garantir o tratamento

mínimo necessário a esse enfrentamento.

E aí? E aí teremos que comemorar o aniversário da Capital do Ceará nessa tristeza.

É lamentável!. É lamentável, como já dizíamos aqui, já que tudo isso era exatamente a pressa, a agonia de viabilizar um projeto de lei eleitoral que precisa ser aprofundado nas suas investigações. Foram encaminhadas três ações pelo Ministério Público para investigar o processo eleitoral que elegeu o atual Prefeito José Sarto. Eu não tenho dúvida em dizer e reafirmar que a administração do ex-Prefeito Roberto Cláudio, com certeza absoluta, figurará entre as maiores administrações no que diz respeito à corrupção no Estado do Ceará. É triste, porque ele teve até de sair da cidade, nem em Fortaleza ele mora mais; é triste, porque, a cada dia que passa, vemos frutificar aquilo que foi denunciado por mim e pelo Deputado Capitão Wagner na eleição passada. É exatamente aquilo que se dizia sobre os desvios dos recursos públicos, dos desleixos no tratamento e no enfrentamento do coronavírus, da aflição em que a população foi colocada e do seu sacrifício. Quantos filhos morreram? Só no Estado do Ceará, já são mais de 15 mil óbitos. Isso é fruto exatamente dessa incompetência e dessa ineficiência na gestão e na aplicação dos recursos públicos.

Vejam, 95 milhões e 900 mil reais para um Estado pobre como é o Ceará. É por isso que tem que investigar. Onde há dinheiro público não pode ter a benesse da não investigação. Ressalto aqui o compromisso e a coragem do promotor público Ricardo Rabelo, porque ele, à frente dessa investigação, está colocando o guizo no gato para prender os ratos, os ratos que tiram o dinheiro daquilo que é mais importante na vida de qualquer cidadão: o recurso mínimo para um tratamento digno na saúde pública. É triste dizer para todo o Brasil que esse modelo administrativo que tomou conta do Ceará, seja no âmbito do Governo do Estado, seja no âmbito da Capital Fortaleza, é um modelo no qual, cada vez mais, se enxerga, se vê, se visualiza exatamente o antro de corrupção que foi instalado no meu Estado.

É lamentável. Nós poderíamos comemorar esse momento como sempre comemoramos, com festa e alegria. Mas o momento requer uma reflexão, uma reflexão de como podemos caminhar daqui para frente, uma reflexão sobre a necessidade das pessoas de bem se unirem no projeto de transformação e de mudança no Estado do Ceará. O poder oligárquico da família Ferreira Gomes tem-nos trazido a esse constrangimento, tem-nos trazido a essa dor que vivenciamos hoje e tem-nos trazido inclusive o reflexo, o retrato da incompetência administrativa que o Ceará permite hoje. O Ceará só sabe cobrar imposto, o Ceará só sabe fazer propaganda. A propaganda do *marketing* na televisão mostra uma maravilha administrativa, como se a felicidade reinasse no meu Estado, mas o que vemos na casa das

pessoas é aflição, é o crescimento do desemprego, da falta de inclusão social, que tem gerado tanta angústia e tanto sofrimento.

É a necessidade do respeito pela família cearense e fortalezense, para que os recursos sejam bem aplicados.

E defendo, sim, a CPI para todos os locais - seja o Município, seja o Estado, seja a União - que tenham no recurso público a aplicação, exatamente, para combater a COVID. Não podemos condenar sem investigar os outros. Em todo canto. E é natural que esta Casa também busque investigar a malversação desses recursos. Não podemos nos omitir do nosso papel e da nossa responsabilidade de cuidar do orçamento público. E está faltando dinheiro.

A angústia está tamanha que sequer o orçamento deste ano conseguimos viabilizar. Por quê? Porque o Estado brasileiro chegou a um momento em que precisamos ter um salto de qualidade, averiguando, responsabilizando os corruptos e punindo os culpados, inclusive com a decretação de cadeia, se assim for necessário para servir de exemplo para os demais gestores.

Agora, o que não podemos admitir é ocultar para alguns, enquanto outros têm a benesse de não poderem ser investigados e assim não serem apuradas as denúncias.

Então, é importante que o Congresso Nacional busque reafirmar o seu papel fiscalizatório dos recursos públicos, que é uma obrigação também do Parlamento brasileiro. E ao mesmo tempo, com isso, que sirva de lição e ensinamento para que as gerações futuras possam fazer o acompanhamento dessa boa aplicação.

E não é pouco dinheiro. Que vergonha, Roberto Cláudio! Que vergonha, Cid Gomes! Que vergonha, Governador Camilo Santana!

Fortaleza, hoje, está nas manchetes dos jornais porque quase 96 milhões de reais, em menos de quatro meses, evaporaram. E a população, atônita, sofrendo, buscando, chorando pela falta de medicamentos para intubação, pela falta de oxigênio, pela falta de leitos de UTI, pela falta de hospitais para receber as pessoas. E na própria Fortaleza, agora, há um novo escândalo, que é o do Hospital Leonardo da Vinci. Fizeram a desapropriação do hospital, inclusive estavam sendo ofertados 70 milhões de reais, e o Estado, usando do seu autoritarismo, agora só quer pagar 40 milhões. No hospital de campanha foram quase 96 milhões e no Hospital Leonardo da Vinci, apenas 40 milhões. Essas irregularidades precisam ser investigadas. Ceará e Fortaleza precisam ser investigados.

35.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-
CD 19:08

Publ.: DCD - 14/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Prática de crime pelo Presidente Jair Bolsonaro relevada na declaração, gravada por Senador da República, sobre a necessidade de alteração do conteúdo de CPI destinada à investigação do seu Governo por crimes praticados contra a saúde pública. Postura criminosa do Presidente da República com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do Chefe da Nação e seus filhos com milicianos no Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocorreu um caso muito grave nesta semana, Deputado Bohn Gass, Líder do Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito a mais um crime cometido pelo Presidente da República. É inacreditável, porque são mais de 100 pedidos de *impeachment*. Eu não tenho dúvida de que ele bateu todos os recordes: mais de cem pedidos de *impeachment*. E não é só porque ele tem uma Oposição forte, Deputada Joice Hasselmann. É porque ele comete crimes. Qual foi o crime desta semana?

Em uma gravação, diga-se de passagem ilegal e indevida, feita por um Senador da sua base - é bom que se diga -, o Presidente diz ali claramente que é necessário alterar o conteúdo de uma CPI, é necessário não deixar aquela CPI investigar o seu Governo. Ele diz isto. Isto está exposto, Deputado Bohn Gass, em todos os lugares.

Vamos deixar uma coisa clara nesta Casa que tem como principal função a fiscalização do Executivo. Nós aqui nos esforçamos para fazermos leis melhores, para melhorarmos o País, com todas as diferenças. E ainda bem que existem diferenças aqui dentro, porque esse é o sentido da democracia, mas a principal função do Parlamento é fiscalizar o Executivo. Essa é a principal função, e por isso há independência. Por isso não cabe e é criminosa a interferência do Executivo sobre o Legislativo, Deputado Marcelo Ramos, naquilo que é mais caro ao Legislativo, que é a sua capacidade e a sua obrigação de investigar o Presidente da República.

O pedido de CPI foi aprovado. Uma CPI, senhoras e senhores, precisa ter três coisas. Ela precisa ter assinaturas. A CPI do Senado tinha. Ela precisa ter objeto. Ela tinha. E ela precisa ter prazo. Ela tinha. Então,

não havia nenhuma razão para aquela CPI não ser aprovada. Daí a decisão do Supremo, porque ela cumpria todas as exigências da Constituição. Então, ela tem que ser colocada.

E CPI, senhoras e senhores, é direito de minoria. CPI não é desejo de Governo nem desejo de maioria. CPI é instrumento de minoria e por isso é um dos instrumentos mais democráticos e mais importantes, porque nos faz exercer um papel de investigação sobre uma denúncia grave de crime. E como dizer que não há crime, senhoras e senhores? Estamos falando de crime de saúde pública. Ultrapassamos 360 mil brasileiros mortos.

Aliás, Deputado Marcelo Ramos, eu tenho uma tese, compartilhada por vários outros, de que não deveríamos, Deputado Otoni de Paula, chamar de pandemia. Deveríamos chamar de morticínio, porque pandemia é quando quem mata é o vírus. Isso aconteceu na Austrália. Isso aconteceu em outros lugares. Aqui não foi o vírus que matou. Aqui foi a ausência de máscara; foi o não estímulo ao isolamento social; foi o não pagamento correto de todo o auxílio durante todo esse tempo, esses 4 meses que o Governo ficou sem pagar o auxílio;

foi o desrespeito permanente aos profissionais de saúde pública; foi a briga do Presidente com Governadores e Prefeitos; foi o Presidente dizer que era uma gripezinha; foi o Presidente da República dizer que brasileiro não pega nada, que mergulha em esgoto, ou não lembramos que ele disse isso? Ele ironizou a pandemia, ironizou os efeitos alardeados pelo mundo inteiro do que iria acontecer aqui.

O vírus chegou aqui, Deputada Joice Hasselmann, muito depois de ter chegado a diversos lugares do mundo. Nós tínhamos a obrigação de aprender o que fazer. Fizemos tudo errado. O Presidente Bolsonaro fez tudo errado. Não poderia jamais ter feito isso.

E foi alertado por este Parlamento. Este Parlamento disse, desde o início, que o auxílio emergencial não poderia ser de 200 reais, como ele mandou para cá na primeira mensagem. Se dependesse do Presidente, a primeira ação seria de 200 reais, e não de 600, como nós aqui aprovamos.

O tempo inteiro ele programou a aglomeração de pessoas, Deputado Otoni, foi irresponsável, foi inconsequente.

Então, tem que ser investigada ou não a falta de oxigênio, a falta de insumos, a não compra das vacinas ofertadas a este Governo? Nós estamos atrasados na vacinação por única e exclusiva responsabilidade do Governo Federal. É claro que isso é crime contra a saúde pública, previsto na Constituição. Tem, sim, que ser investigado.



Aqui não se fala em *impeachment*, mas não se fala em outra coisa nas ruas, porque são crimes atrás de crimes, Deputado Paulo Ganime. São diversos os crimes cometidos por esse Presidente. E nós, que podemos pensar diferente, evidentemente olhamos para isso e vemos que a situação é absurda. Ele age como um incapaz, um irresponsável!

Por isso, Deputada Joice, nós todos temos que falar de *impeachment*. Podemos hoje não ter voto para votar o *impeachment*, mas nós temos voz. E não se fala de outra coisa nas ruas, não se fala de outra coisa quando se enterra alguém da família, quando se perde o emprego, porque, de forma cínica e irresponsável, o Presidente Jair Bolsonaro quer separar a crise econômica da crise sanitária. Não há separação. Em nenhum lugar do mundo isso deu certo.

Ele age como um oportunista, porque sabe que, mais cedo ou mais tarde, nós vamos vacinar. Mas nós vamos chegar a 500 mil mortos. E a resposta dele, publicamente, foi: "E daí?" Foi isso que ele disse, Deputado Alessandro Molon: "E daí?" Como um Presidente da República fala "e daí?" para milhares de pessoas do seu País que estão morrendo quando ele não tomou as atitudes devidas? Então, ele tem, sim, que ser investigado. Essa CPI é fundamental. E ele tentou interceder cometendo mais um crime.

Por isso, é preciso que se fale de *impeachment*. É preciso que se garanta a CPI. Proponho que, na semana que vem, todos nós, de diversas correntes de pensamento aqui dentro, mas que concordamos que Bolsonaro é insuportável, que Bolsonaro não tem mais condições de ficar à frente deste País, que a manutenção de Bolsonaro à frente deste País é um número maior de mortes, de desemprego, de desespero, de desassistência, falemos de *impeachment*. Temos que tocar neste assunto, temos que criar um clima de *impeachment*, porque este é o clima que a rua está exigindo.

É claro que não podemos fazer passeata e encher as ruas porque temos responsabilidade, ao contrário do Presidente da República. Ao contrário do Presidente, nós não vamos fazer isso. Mas é preciso que aqui, em todas as sessões, nós falemos dos crimes cometidos, falemos do *impeachment*, provoquemos esse debate. Isso é decisivo, porque nós não podemos silenciar ou assistir a esta barbárie como se estivéssemos assistindo de um lugar qualquer. Estamos no Parlamento.

Eu, Deputada Joice - o Deputado Molon acompanhou isso de perto, éramos Deputados Estaduais juntos -, presidi a CPI das Milícias.

Na época em que eu presidi a CPI das Milícias, o Deputado Flávio Bolsonaro - hoje conhecido por outras coisas como Senador - fez um discurso dizendo que não via a necessidade da CPI das Milícias. Hoje

eu entendo por que ele disse aquilo naquela época. O mesmo Deputado que fez homenagem ao Adriano da Nóbrega, um dos maiores matadores e milicianos do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Ganime.

Quando nós aprovamos o relatório da CPI, Deputado Molon - nós estávamos juntos lá -, o Deputado Bolsonaro subiu aqui, neste lugar onde eu estou, para defender a legalização das milícias, a legalização da máfia, a legalização do crime organizado. O Rio chegou a uma situação em que crime, polícia e política não se separam mais. Eu vou repetir: crime, polícia e política não se separam mais. E é desse esgoto, é desse esgoto político, desse subterrâneo mundo político que nasce Jair Bolsonaro - ele e os seus -, lamentavelmente para governar este País, mas eles não representam a totalidade nem no Rio de Janeiro, nem no Brasil. Por isso, eles precisam ser enfrentados em todos os lugares.

Nós aqui temos a obrigação, Deputado Bohn Gass, de pontuar cada crime cometido por ele, como fizemos na semana passada, Deputado Molon, no crime cometido em relação às Forças Armadas, como temos que fazer novamente no crime cometido contra a CPI, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma função pedagógica, tem uma função investigativa, tem uma função decisiva nesta Casa.

Portanto, não pode! Não pode um Presidente interferir para dizer que não quer ser investigado, que vai investigar o Governador. Quem é o Presidente para fazer isso? Não pode! Não pode querer mudar o conteúdo de uma CPI. É muito grave, é mais um crime cometido.

Então, a proposta aqui é transformarmos o nosso voto, que não é majoritário, numa voz que nas ruas será majoritária, porque a derrota de Bolsonaro tem que começar agora. Bolsonaro não representa uma alternância de poder. Ele representa uma ruptura dessa alternância. Ele não tem compromisso com a democracia. Por isso, ele não respeita o Parlamento, não respeita as minorias. Ele é o que há de pior na política brasileira. Por isso tem que ser enfrentado. Ele não é a alternância de poder. Que tragamos de volta a política para o debate democrático!

Documento 332/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 19:20
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação pela Casa de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Importância de vacinação dos professores e profissionais da educação contra a Covid-19. Contrariedade ao corte de recursos orçamentários do setor educacional. Repúdio ao Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Necessidade de ampla discussão sobre a retomada das aulas presenciais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu venho aqui dizer que é um absurdo que este Parlamento tenha aprovado um caráter essencial para a educação.

Em verdade, não é a essencialidade que a educação tem nas nossas vidas, não retrata isso. A educação, para ser essencial... E ela é essencial. Diz Paulo Freire que, se a educação não resolve tudo, sem ela nós não resolvemos nada. Ela é essencial. Mas tem-se que valorizar os profissionais, assegurar a vacinação imediata de todos os professores e professoras, de todos os educadores e educadoras que estão dentro da escola. É fundamental que nós não tenhamos o corte orçamentário que aqui houve.

Se o Governo considera que a educação é essencial, não tinha que ter vetado o projeto que assegura a conectividade em todas as escolas. Portanto, o Governo não acha que é essencial a educação. Quer apenas abrir as escolas, de forma irresponsável.

Nós queremos que as escolas sejam espaços de vida, e que nós discutamos com honestidade como será e como assegurar as condições necessárias para o retorno às aulas presenciais.

Portanto, chega de mentiras! Esses que votaram para que a escola seja essencial apenas querem abrir as escolas de forma irresponsável para as aulas presenciais e não votam para que a escola realmente seja considerada essencial. Aliás, querem usar essa condição essencial para, inclusive, impedir movimentos paredistas e reivindicatórios de professores e professoras, de educadores e educadoras.



Sumário

Homenagem póstuma ao Diretor da Escola Nacional de Formação do PT, Vilson Oliveira, falecido em decorrência da Covid-19. Solidariedade a Deputadas diante de agressões discriminatórias praticadas pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, durante reunião na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Encaminhamento de Representação contra o Deputado Eduardo Bolsonaro ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Registro de 3.808 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência do coronavírus. Apoio à abertura de CPI para apuração de responsabilidades e omissões do Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Ações promovidas por Governadores e Prefeitos Municipais para combate à Covid-19, diante da omissão do Presidente Jair Bolsonaro. Apoio à abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Contrariedade à votação das propostas de reforma administrativa e de privatização de empresas estatais em meio à epidemia de coronavírus, em especial da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer a nossa homenagem a um grande companheiro que foi mais uma vítima da COVID: Vilson Oliveira.

Vilson Oliveira foi Secretário Nacional de Assuntos Institucionais e Diretor de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e assessor especial da Ministra Maria do Rosário, nossa colega Deputada que foi Ministra no Governo da Presidenta Dilma.

Também atuou como Dirigente Zonal, Municipal e Estadual do PT de São Paulo, onde foi Secretário Estadual de Assuntos Institucionais, Secretário-Geral e Secretário de Formação do Diretório Estadual. Também atuou nas administrações petistas de Luiza Erundina e Marta Suplicy na capital paulista. No Legislativo, foi assessor na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara Federal, aqui, com o nosso companheiro Deputado Arlindo Chinaglia. Atualmente, estava como Diretor da Escola Nacional de Formação do



PT. Presto a nossa homenagem a esse grande companheiro.

Quero também trazer aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa total solidariedade às Deputadas que foram tão violentamente agredidas, de forma discriminatória, no seu trabalho na Comissão de Constituição e Justiça nesta semana. Além de trazermos nossa solidariedade, trazemos o nosso repúdio à atitude que foi tomada contra elas. Ao mesmo tempo, exigimos que esta Casa se posicione, bem como o Conselho de Ética, para onde, sim, está sendo encaminhada representação contra o Deputado Eduardo Bolsonaro. O pedido já foi feito, mais uma vez, no Conselho de Ética, para que realmente seja apurado o caso e dada a devida punição. Nós não podemos permitir silenciar quando agressões tão sexistas, discriminatórias, são feitas aqui em relação às mulheres, como já foi relatado. Manifestamos a nossa solidariedade, o nosso repúdio, e cobramos um posicionamento para que se evite esse conceito de violência, esse sentido impeditivo do trabalho dessas companheiras Deputadas aqui na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Hoje, nós tivemos mais uma triste notícia: 3.808 mortes. Nós estamos com a pior média diária de mortes: 3.125 mortes nesse último período. São 130 mortes por hora, no Brasil. E tudo isso sendo alimentado por uma política que, na verdade, nega a ciência, nega as orientações da Organização Mundial da Saúde e provoca no Brasil exatamente o que a CPI, que está sendo instalada neste momento no Senado, deve apurar. Somos favoráveis à CPI, porque ela vai poder ir atrás e exatamente trazer as provas a respeito de quem é que deixou faltar vacina. Quem é que não fez os contratos com as empresas? As empresas vão poder chegar aqui e dizer. A Pfizer, por exemplo, vai poder dizer: "*Em agosto do ano passado, eu já havia oferecido. Havia 70 milhões de doses disponíveis, e o Governo não quis comprar, não fez o contrato*". A CPI vai poder ir atrás de provas para exatamente mostrar por que é que faltou oxigênio. Por que as pessoas não puderam sequer respirar? Por que faltam insumos? Por que faltou uma política de orientação clara para que não houvesse aglomerações? Por que houve ofensiva e penalização contra Governadores e Prefeitos que estavam lutando por isso, já que o Governo Federal não estava tomando atitudes? Muito mais do que não tomar atitudes, o Governo tomava atitudes contrárias, de desorientação no combate à COVID-19 aqui no Brasil. Por isso, nós o chamamos de genocida, sim! Isso provocou todas essas mortes. Por isso, tem que ser apurado - apurado e responsabilizado.

Todos os senhores acompanharam, mais uma vez, o destempero do Presidente, que também ocorre de forma intencional. Por exemplo: quando foi gravado - e a gravação foi divulgada pelo Senador Kajuru -, o que ele falou? Primeiro, ele agrada a sua base - eles gostam que

sejam ditas tantas bobagens, porque isso esconde a real vida do povo brasileiro - e, ao mesmo tempo, conspira contra o Supremo Tribunal Federal. Ele saiu dizendo que ia ter que dar porrada em Senador! Mais uma vez, o Presidente falou e se opôs à política dos Prefeitos e dos Governadores, que, na ausência da política federal, tomam atitudes.

Aliás, eu preciso registrar aqui a ação forte de vários Governadores: do Wellington Dias, no Piauí; do Rui Costa, na Bahia; do Camilo Santana, lá no Ceará; da Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte; de tantos outros Governadores que fazem política exatamente na ausência do Governo Federal; e dos Prefeitos, como é o caso de Araraquara, comentado nacionalmente, onde o Edinho do PT tomou atitudes mais fortes, inclusive com *lockdown*, e fez com que a cidade tivesse uma redução nos índices de internação. A cidade passou inclusive dois ou três dias sem nenhuma morte. E isso está sendo combatido pelo Presidente da República.

Por isso, nós precisamos aqui, sim, ter uma CPI que apure e que responsabilize. E mais do que isso. Nós, da Oposição, estamos trabalhando conjuntamente aqui para que, além dessa CPI, haja também o *impeachment*. E esse é um tema fundamental, no qual quero insistir muito aqui. Nós já temos mais de cem pedidos de *impeachment* nesta Casa. E aí, Presidente, nós precisamos que esses processos andem. Crime é o que não falta! O que nós precisamos é fazer, sim, esse debate. É exatamente isso o que nós estamos propondo a todos aqueles que já fizeram pedidos aqui, Parlamentares ou entidades da sociedade, para que, juntos, nesse próximo período, possamos fazer um debate nacional, para exatamente mostrar a necessidade de interditar este Governo, que é genocida.

Se nós não interditar este Governo, se não provocarmos e fizermos um impedimento para o seu afastamento, o Brasil vai continuar tendo mortes. E além das mortes, nós teremos um ferimento gravíssimo na economia.

Nós não aceitamos que se faça uma divisão entre a vida e a economia. É como se a economia estivesse ruim porque estamos numa pandemia. Isso não é verdade! A economia já estava em frangalhos com a política que Paulo Guedes e Bolsonaro faziam neste País antes da pandemia.

Nós precisamos salvar vidas como o mundo inteiro faz: colocando recursos, salvando vidas, tomando medidas fortes. E aí a economia vai se recuperando mais rapidamente.

Então, há dois temas aqui. O primeiro é a CPI, para poder apurar e responsabilizar o crime. O segundo tema a ser tratado nesta Casa é

avancarmos no debate sobre o *impeachment*.

Esta é a última parte da minha fala hoje, Presidente. Nós não podemos considerar normal este período em que há votações nesta Casa, por exemplo, sobre reformas administrativas para prejudicar o serviço público ou para querer votar as privatizações, como é o caso da Empresa Brasileira de Comunicação, dos Correios, da PETROBRAS, da RLAM, refinaria que está sendo vendida lá na Bahia, ou da ELETROBRAS.

Eu quero mostrar aqui o documento que recebi da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema ELETROBRAS.

No momento em que o lucro da ELETROBRAS está em 6,4 bilhões de reais, perfazendo um total de 30 bilhões de reais de lucro nos últimos 3 anos, o Governo está colocando aqui uma medida provisória para vendê-la! Estão destruindo o nosso Brasil!

Então, nós não podemos aceitar e não podemos considerar normal que se façam outras votações aqui, a não ser votações que dialoguem com o tema da pandemia, porque o povo precisa é de vacina no braço e de comida no prato. Nós não podemos aceitar que o auxílio emergencial fique nesse valor pífio que o Governo está apresentando. Pessoal, 150 reais correspondem a 5 reais por dia. Ninguém vai se alimentar dignamente!

Nós precisamos fazer uma votação nesta Casa para dar ao menos 600 reais para as pessoas neste próximo período da pandemia. E precisamos também fazer a votação de outro projeto que está tramitando, chamado de Lei Assis Carvalho, para que os agricultores tenham apoio. Nós queremos que seja votado esse projeto para que haja crédito, auxílio emergencial e política de fomento para os nossos agricultores.

É nisto, Presidente, que eu quero insistir: a CPI que apure responsabilidades e faça...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Concluo, Presidente, no tempo que eu havia cedido.

A CPI que apure responsabilidades e faça as devidas punições!

O *impeachment* precisa andar nesta Casa, num debate com a sociedade e com todos aqueles que fizeram seus pedidos aqui.

Em terceiro lugar, esperamos que não se considere normal poder votar outros projetos de reformas ou privatizações sem votar o que é essencial: o tema da vacina, o tema do auxílio emergencial, a proteção ao mundo do trabalho nas pequenas empresas, o tema contra a carestia, para que possamos apoiar a agricultura e, ao mesmo tempo, ter preços não tão caros, como são hoje comida, medicamentos e também insumos como combustíveis e gás de cozinha.

Essa deve ser a nossa luta para salvar o Brasil. Como diz o Lula, agora nós não temos um Governo de fato, temos um Governo que trabalha contra o povo. Nós precisamos ter políticas públicas, como tínhamos nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Documento 334/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à decisão do Supremo Tribunal Federal a favor do impedimento, pelos Estados e Municípios brasileiros, da abertura de templos religiosos durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Supremo Tribunal Federal decidiu, na semana passada, pelo placar de 9 a 2, que os Estados e os Municípios, através de decretos, podem impedir a realização de cultos e missas presenciais durante a pandemia. Isso atinge hoje diretamente os cultos das igrejas católicas, evangélicas e de todas as demais religiões no Estado de São Paulo.

A decisão do STF não levou em conta a Constituição Federal, que, em cláusula pétrea, no seu art. 5º, inciso VI, diz:

Art. 5º.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Prevaleceu a visão de mundo dos julgadores, em detrimento do texto literal da lei.

Ora, Sr. Presidente, São Paulo hoje já está na fase vermelha do Plano São Paulo de Combate à COVID-19. E, muito provavelmente, na próxima semana, as missas e os cultos presenciais já serão liberados com todos os cuidados protocolares: distanciamento, aferição de temperatura, disponibilização de álcool em gel, exigência de utilização de máscara para todos os presentes e ocupação de 25% da capacidade de lotação dos locais de culto. Portanto, a crítica que farei ao STF não trata desse tema.

A maioria das igrejas têm sido rigorosas na observância desses cuidados e não se tem informação de que uma igreja no Estado de São Paulo tenha sido foco de contágio. Muito mais propensos a isso são os metrô e os ônibus abarrotados e até mesmo os aviões, onde não são guardadas as poltronas desocupadas entre os assentos de passageiros. E nesta semana já foram liberados os jogos de futebol e outras atividades em São Paulo.

Errou o Governo do Estado e o Ministério Público no seu entendimento em relação às igrejas, como tem errado no impedimento ao funcionamento do comércio e de outras atividades. Errou o STF, como tem errado toda vez que faz da sua interpretação da lei uma nova lei, invadindo a competência do Legislativo. O STF precisa ser uma corte constitucional e ponto final.

Sobre o funcionamento das igrejas, quero dizer que o Judiciário é uma das faces do Estado, e esse Estado é democrático e de direito. Esse Estado é laico, mas não é laicista, não é um Estado ateu. Ele não promove religiões, mas não as nega, nem as combate, nem as desrespeita. E esse Estado tem uma dívida impagável para com as igrejas deste País, as quais, além de tudo, são fator de equilíbrio social com enorme capilaridade. Por isso, questiono da nossa Suprema Corte muito mais do que a sua decisão por maioria no tocante às igrejas, mas a postura e as palavras desrespeitosas de alguns Ministros. Isso, Sr. Presidente, eu repudio.

Concluo lembrando texto do livro do profeta Isaías, no capítulo 59, versículo 14, que diz: *"Pelo que o direito se tornou atrás, e a justiça se pôs longe, porque a verdade anda tropeçando pelas ruas, e a equidade não pode entrar"*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Que Deus tenha misericórdia de nós e abençoe o Brasil!

Documento 335/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ALINE GURGEL-REPUBLICANOS -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Clamor do povo brasileiro por vacinação contra a Covid-19. Congratulações às Direções das duas Casas do Poder Legislativo, pela aprovação de propostas de combate à epidemia de coronavírus e consequente mitigação do sofrimento da população brasileira. Destinação, pela oradora, de recursos de emendas orçamentárias para enfrentamento da Covid-19 em Macapá, Capital do Estado do Amapá. Empenho da bancada federal amapaense na instalação de usinas de oxigênio no Estado. Caos reinante no Amapá em face do colapso da saúde provocado pela Covid-19, do fechamento do comércio e do agravamento da pobreza. Fornecimento, pelo Ministério da Cidadania, de cestas básicas às populações amapaenses em situação de extrema vulnerabilidade social. Pedido ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de criação de conselho deliberativo, com base na ciência, para promoção de ações enérgicas e contundentes de combate ao coronavírus. Transcurso do 31º aniversário de criação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

A SRA. ALINE GURGEL (Bloco/REPUBLICANOS - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento tenha ampla divulgação nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, minhas colegas Deputadas e demais Parlamentares, assomo à tribuna desta Casa para trazer a voz das mulheres do Norte do Brasil, em especial do meu Amapá.

Neste período de pandemia, em que estamos envolvidos com o trabalho remoto de votação nas sessões da Câmara, do Congresso e das Comissões, a proximidade com o cidadão se tornou ainda maior. Recebi várias ligações e mensagens, muitas das quais, Sr. Presidente, chamaram-me a atenção. Posso destacar a mensagem de uma senhora de 78 anos de idade, a Sra. Cremilda, que me disse: "*Sabe o que o povo quer? Vacina, vacina, vacina*".

Sr. Presidente, esse é o clamor da Nação, e é o que venho trazer ao conhecimento desta Casa de Leis; é o grito das mulheres, das mães de

família e também de todos os brasileiros.

Em 2020, quando se iniciou esta triste pandemia, coincidentemente no mês da mulher, foi noticiado o primeiro "fique em casa". Há mais de 1 ano passamos a conhecer a palavra *lockdown*.

Parabenizo, nesta oportunidade, a Direção das duas Casas do Legislativo, que não mediram esforços para aprovar propostas visando amenizar o sofrimento do povo brasileiro, bem como não mediram esforços para acelerar as propostas que favorecessem a descoberta de vacinas e a compra de insumos para se encontrar a cura da COVID-19. Porém, Sr. Presidente, sabemos que a cura no momento é a vacina. Então, é necessário vacinar sem parar, até que não tenhamos mais nenhum brasileiro sem a imunização necessária contra a maldita COVID-19.

Conseguimos também nesta Casa destinar recursos financeiros ao combate e à prevenção da COVID-19 através de emendas parlamentares. Destinei, de minha cota pessoal, no ano de 2019, o valor de 7 milhões 970 mil reais. Em emendas extras, destinei ao Município de Macapá a importância de 1 milhão de reais. No presente exercício de 2021, destinei a esse fim, na forma de emenda parlamentar, o montante de 5 milhões e 700 mil reais. E a bancada do Estado do Amapá destinou 219 milhões de reais para o enfrentamento da COVID-19.

Reunimos esforços, todos os representantes da bancada do Estado do Amapá com assento no Congresso Nacional, e, com o apoio do Senador Davi Alcolumbre, em fevereiro deste ano, nós conseguimos três usinas de oxigênio para o nosso Estado.

O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, deve priorizar a vacinação da nossa população. O Amapá enfrenta graves problemas na área da saúde, tendo chegado ao colapso que vive neste momento com falta de insumos, quase sem *kit* intubação, com consumo elevado de oxigênio, com superlotação de hospitais e com problemas de logística, causando alto impacto socioeconômico, com o fechamento do comércio e o aumento da pobreza. E o Amapá é o Estado que menos recebeu vacinas do Ministério da Saúde. Por isso, venho clamar para que o nosso Estado possa receber mais vacinas.

O Governador Waldez e os Prefeitos Municipais no nosso Estado realizam ações conjuntas de contenção da COVID-19 e precisam de apoio. Nesse mérito, enfatizo a participação de todos os Senadores, de Prefeitos e de todos os Parlamentares do Estado em solicitação ao Ministério da Cidadania, por meio da qual, pelo prestígio e sensibilidade do Ministro da Pasta, o Deputado João Roma, conseguimos arrecadar 15 mil cestas básicas para quilombolas,

indígenas e pescadores, cestas que logo serão entregues. Ênfase também que trouxemos o termo de aceite para que o nosso povo possa se beneficiar dos termos a Portaria nº 618, de 2021, do Ministério da Cidadania, que vai atender à população em extrema vulnerabilidade social com cestas emergenciais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar desta tribuna os meus cumprimentos, os meus parabéns e todo o meu agradecimento aos trabalhadores da saúde e da assistência social por nunca abandonarem seus postos e por colocarem a vida em risco em favor da nossa população.

Peço ao Ministro de Estado da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga, que a sua Pasta se alie à ciência e forme, dentro do Ministério, um conselho deliberativo com entidades, principalmente com as instituições que estão combatendo a COVID-19, para gerir ações enérgicas com o objetivo de finalizarmos, ainda em 2021, toda esta triste condição em que estamos vivendo.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem, por seus 31 anos, à CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, empresa que, como geradora de formação agropecuária, tem papel fundamental de assessoramento e execução das políticas voltadas aos setores agrícola, de abastecimento e de segurança alimentar. A CONAB é fundamental para o País - fundamental! - e possui uma importância estratégica!

Encerro pedindo a Deus que abençoe a todos da nossa Nação e console os corações enlutados. Vamos ter força e fé, pois, com união e temor a Deus, nós vamos vencer este momento triste que enfrentamos e vamos ter uma nova história e novas conquistas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 336/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	20:00
Publ.: DCD - 14/04/2021 - DELEGADO PABLO-PSL -AM		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação de projetos de lei em tramitação na Casa, relativos à contratação de médicos brasileiros formados no exterior, a exemplo do Projeto de Lei nº 3.252, de 2020, sobre a inserção do art. 2º-A na Lei nº 13.959, de 2019, relativa à instituição do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas

Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA, com vista à contratação de médico brasileiro graduado em instituição de educação superior estrangeira, mediante revalidação temporária e emergencial dos diplomas de graduação em medicina. Pedido à população amazonense de não aglomeração, medida necessária para combate à Covid-19.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

Eu vou dividir minha fala em duas partes.

Primeiro, eu queria falar de projetos que estão tramitando nesta Casa para admitir médicos e profissionais de saúde sem o devido reconhecimento no Brasil, principalmente sem o REVALIDA. Todos sabemos que, no mundo inteiro, a carência de profissionais de saúde é uma coisa grave, mas não podemos baixar a qualidade dos nossos profissionais, tampouco admitir que tenhamos médicos no Brasil trabalhando sem o devido REVALIDA, que o Conselho Federal de Medicina autoriza.

Por outro lado, Excelência, nestes últimos dias, na cidade de Manaus e em todo o Estado do Amazonas, tivemos muitas aglomerações. Todos aqui sabem que eu sou um defensor do trabalho. Acredito que todo trabalho é essencial. Aquele trabalho que leva dinheiro e renda para a casa do cidadão é essencial. Mas, por favor, vamos cuidar da nossa saúde e evitar aglomerações desnecessárias. Nós podemos, sim, com certeza, recuperar a economia do nosso País e, ao mesmo tempo, garantir a saúde das pessoas, principalmente no Amazonas, que corre, sim, risco iminente de uma terceira onda. Para isso, temos que cuidar das nossas pessoas e evitar reuniões desnecessárias.

Muito obrigado, Presidente.

Um abraço a todos os amazonenses!

Documento 337/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD 20:00
Publ.: DCD - 14/04/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal a favor do impedimento, pelos Estados e Municípios, da abertura de templos religiosos

durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, parableno-o por estar sentado nessa cadeira. V.Exa. tem o seu jeito e a sua forma de ser. Parabéns!

Presidente, eu tenho acompanhado de maneira muito preocupada a visão do Supremo Tribunal Federal com relação às igrejas do Brasil. Aqui falo em nome de mais de 60 milhões de evangélicos e, eu diria, de mais do que isso de seguidores de outros segmentos religiosos, como os católicos.

Todos sabem que o ser humano é tricotômico: possui espírito, alma e corpo. Portanto, ele depende, como essência, de ter, na sua alma, muita esperança e, no seu espírito, muita fé e precisa de sempre estar sendo municiado para que renove a cada dia a sua convicção e a sua alegria de viver. Em tempos de pandemia, Presidente, isso fica muito mais forte.

Pelo menos 9 dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal não têm a visão que a maioria dos brasileiros têm ou talvez vivam em outro mundo que não o mundo dos brasileiros. Eles têm que respeitar a convicção desses brasileiros. Diz o art. 19 da Constituição Federal: "*É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (...) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento (...)*".

Quando o Supremo Tribunal Federal entende que culto presencial é diferente de culto virtual e remete isto para os Governadores e Prefeitos, ele simplesmente omite seu papel de fazer valer a lei. A Constituição Federal tem no Supremo Tribunal Federal o Poder mais forte, o guardião. Eu não posso em nenhum momento concordar com as teses levantadas por esses nove Ministros. Dizer que a igreja não é um serviço essencial, não é um serviço de socorro em tempos de crise, é um desrespeito aos templos de todo o Brasil.

Começam a fazer uma lista de serviços essenciais. Alguém diz: "*Ônibus é serviço essencial, porque atende à população*". Aí, superlotam os ônibus. Outro diz: "*Educação é serviço essencial*" - é claro que é -, "*então providenciem a volta às aulas, priorizem a vacinação dos professores*". Outros dizem que outras atividades são essenciais, como a ação do policial e o funcionamento dos hospitais, que é claro que são serviços essenciais. E a igreja, que atende o cidadão no nível da alma, da esperança, da fé? Por que é que o Supremo, guardião da Constituição Federal, não respeitou o art. 19 e

agora nos atrapalha como instituição?

O Brasil deve muito para as igrejas, porque prestamos um serviço praticamente a custo zero para o Erário público. E o que estão fazendo conosco é simplesmente dar um passo e, depois, mais outro e outro, no sentido de dificultar a ação das igrejas no Brasil. O Supremo precisa nos respeitar, compreender a nossa importância, o nosso papel. Eu faço esta reflexão em defesa de milhões de brasileiros que fazem da fé um caminho de esperança.

Sr. Presidente, eu espero que compreendam a importância da igreja. Eu estou cansado desse joguete, sobretudo da Esquerda, que tem uma visão que usa o Supremo... Não! Se os Ministros não querem esse caminho da fé, da esperança, das igrejas, que aqueles que são contra nós respeitem as nossas regras, respeitem a nossa Constituição. Isso não tem ocorrido.

Que Deus tenha misericórdia deste País! E que possamos, como instituição de Deus, neste tempo difícil, ser respeitados por tudo o que representamos no ontem e no hoje e representaremos no amanhã, porque ninguém até hoje deu conta de fechar portas de igrejas. É uma busca inglória a dos Poderes que insistem nessa tese.

Fica aqui o registro deste Deputado sobre a necessidade da abertura dos templos, respeitando as regras da OMS.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 338/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	20:12
Publ.: DCD - 14/04/2021 - MAURO NAZIF-PSB -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Padre José Leylson de Souza, da paróquia de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, é um prazer falar com V.Exa. tendo-o à frente da Presidência.

Cumprimento todos os Deputados.

Eu tenho muito a lamentar...

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Deputado, V.Exa. poderia usar apenas 3 minutos do seu tempo, para que o Deputado José Guimarães também tivesse tempo e o Deputado Rogério Correia ficasse com 1 minuto, antes de encerrarmos a sessão? É uma solicitação somente.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) - Está bem.

Registro aqui um fato muito desagradável que aconteceu na cidade de Alto Paraíso: o Padre José Leylson de Souza, que passou 14 anos residindo em Alto Paraíso e tinha 53 anos de idade, infelizmente foi levado por esta doença maldita: a COVID.

Era um líder comunitário, um líder religioso acima de tudo, uma pessoa que trabalhava com as famílias, com os casais, com os jovens, um líder político, que levou a delegacia para o seu Município, e um grande líder social. Certamente houve uma comoção muito grande no Município de Alto Paraíso.

Aqui fica o nosso agradecimento por tudo o que o Padre Leylson fez por aquela comunidade. Seu falecimento deixou muito triste aquela cidade, causando, infelizmente, um impacto muito forte nela.

Que Deus o tenha! Estejamos todos orando hoje por ele.

Documento 339/702

35.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 14/04/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 358 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Debilidade do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa da abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de impedimento da criação da CPI da Covid-19.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dê-me um tempo um pouquinho maior do que 3 minutos, por gentileza.



Eu quero, Presidente, me associar aos Líderes que neste momento explicitaram, expuseram o caminho que nós que não votamos no atual Governo precisamos percorrer a partir de agora. E eu começaria perguntando aos Deputados que sobem à tribuna para dizer que não querem nem o Governo que aí está, o atual, nem o Governo do ex-Presidente Lula se eles estão fazendo autocrítica.

Eu ouvi o discurso do Líder do NOVO e de outros Parlamentares que ajudaram, fizeram, arquitetaram o golpe contra Dilma e elegeram Jair Bolsonaro, que é a maior tragédia econômica, social e humanitária do Brasil. Nas últimas 24 horas, ocorrerem 3.687 mortes por COVID. Já chegamos a mais de 358 mil mortes de pessoas vítimas da COVID. A saúde da humanidade está ameaçada por um sistema decadente, incapaz de enfrentar o vírus da pandemia. Mas a situação do Brasil é pior, porque o Brasil não tem governo. Elegeram um Governo incompetente, que não tem condição nenhuma de governar o Brasil. Incapaz de gerir a crise da pandemia, ele está entregando o País em frangalhos. Este Governo precisa ser interdito, porque não possui condição política nenhuma de continuar governando o Brasil. Já são 125 milhões as pessoas que estão tendo problema do ponto de vista da segurança alimentar. Ele levou 27 milhões de pessoas à pobreza extrema.

Lembro àqueles que, como o Partido Novo, apoiam este modelo de Estado mínimo, Estado que não protege, que não induz, que não planeja o crescimento da economia brasileira, que este Congresso, em sua maioria, deu tudo o que este Governo queria.

E o que o Ministro da Economia entregou? Absolutamente nada! É um Ministro fraco, que representa um Governo que, nem para o mercado, que foi aliado incondicional dele, reúne condições de continuar governando o Brasil.

É por isso que a questão do *impeachment* está colocada na ordem do dia. O Brasil não aguentará mais 2 anos deste Governo. Além da crise da pandemia, da falta de investimento público, do desemprego e da fome, o Governo não tem condições políticas. Até no Orçamento fizeram uma gambiarra. O Governo fez uma maluquice, do ponto de vista da votação do Orçamento, e agora não sabe o que fazer com ele.

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: não há outro caminho. Este Governo precisa ser interdito, porque ele faz muito mal às famílias brasileiras, faz mal à democracia, faz mal à nossa soberania e faz mal aos direitos do povo.

O povo quer de volta Lula, porque sabe que Lula significa emprego, Bolsa Família, soberania, inserção soberana do Brasil no mundo e, principalmente, dignidade para aqueles que mais precisam da proteção do Estado. É por isso esse desespero do Governo, que fez de tudo para impedir a CPI da COVID no Senado, a CPI do Genocídio.

Mas nós estamos firmes e vamos seguir lutando pelo *impeachment*, para colocar para fora este Governo, que não reúne mais condições de apresentar soluções para os problemas do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 340/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:08
Publ.: DCD - 16/04/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Autoritarismo do Prefeito Municipal de Niterói, Axel Graef, demonstrado na decretação de lockdown e na instalação de barreiras sanitárias preventivas da Covid-19.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar a todos os que nos acompanham através da *TV Câmara*.

Eu venho hoje a esta tribuna para denunciar os abusos e o totalitarismo que estão sendo perpetrados pelo Prefeito de Niterói, Axel Graef, que me atacou na eleição, disse que eu divulgava *fake news* no meu grupo, no qual nós afirmávamos que ele faria um novo *lockdown*. Ele disse que eram *fake news*, que estávamos desesperados, que não havia a possibilidade de fazer um novo *lockdown*. Pois vejam só: ele não só fez um novo *lockdown*, o que quebrou empresas, fez o comércio falir, desempregou pessoas - e isso vem se arrastando há algum tempo já, porque ele vem prorrogando o *lockdown*, vem restringindo a atividade das pessoas, a locomoção das pessoas, a liberdade de ir e vir -, mas também definiu o que são itens essenciais nos mercados. Ou seja, o cidadão niteroiense que vai hoje ao mercado só pode comprar alimentos, bebidas, itens de higiene e itens de limpeza. Bom, para quem divulgada *fake news*, até que nós não estávamos tão errados. Pelo contrário. Ele foi além: não só faz *lockdown*, como também define

o que é essencial para o cidadão comprar.

Todos os dias, de manhã, ele deve acordar e pensar: "*O que eu faço para ferrar o povo niteroiense?*". Agora ele decidiu colocar barreiras sanitárias na cidade de Niterói. Essas barreiras sanitárias estão sendo colocadas em locais estratégicos, de acesso a outros Municípios, pelos quais a população de outros Municípios pode ingressar em Niterói. Vejam só: essas barreiras sanitárias ontem deram um nó no trânsito de Niterói. O trânsito de Niterói ficou parado, parado, por horas. As pessoas chegaram 2 horas, 3 horas atrasadas ao trabalho por conta desse teatro - aliás, teatro, não -, desse circo montado pelo Sr. Axel Grael, que não é um Prefeito, é um poste, um poste do antigo Prefeito Rodrigo Neves, que está, lá de Portugal, dando as ordens, mas que tem que voltar para cá para prestar contas à Justiça.

Ele decidiu fazer essas barreiras sanitárias, mas as pessoas estão filmando: o guarda entra no ônibus, olha se o vírus está presente, não está, e desce. Com isso, causa o maior congestionamento da história de Niterói.

Parabéns, Sr. Grael! O senhor está fazendo tudo certinho para ter a rejeição do povo de Niterói. Por isso eu levanto aqui uma campanha para todos os niteroienses: renuncia, Axel! Renuncia, Grael! O povo de Niterói não aguenta mais o seu totalitarismo e as suas mentiras.

Obrigado.

Documento 341/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:20
Publ.: DCD - 16/04/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à sanha privativista do Governo Federal. Destruição do patrimônio público brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Imediata abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Abertura, pelo Senado Federal, de CPI para investigação de omissões de responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz hoje a esta tribuna é justamente a crise que nós estamos vivendo, sobre a

qual quero falar um pouco novamente.

O Governo Bolsonaro entregou o pré-sal, destruiu a PETROBRAS, entregou refinarias nossas. Por outro lado, entregou ao sistema financeiro o Banco Central, quer privatizar os Correios, quer privatizar a Empresa Brasil de Comunicação, quer entregar o sistema elétrico nacional, a ELETROBRAS. Ou seja, é um governo que tem feito um esforço muito grande para destruir o patrimônio brasileiro. Como é que este Governo vai retomar o crescimento do Brasil? Como é que este Governo vai gerar emprego? Como é que este Governo vai baratear o custo de vida das pessoas? Não vai, Sr. Presidente. Este Governo, pelo perfil e pela forma como trata o Brasil e os brasileiros, vai destruir aquilo que nós construímos ao longo dos anos, Sr. Presidente.

Esta Casa, a Câmara dos Deputados, tem que tomar uma atitude dura e séria, tem que dar o remédio amargo a este Governo. Nós só temos um caminho no Brasil: o *impeachment* de Bolsonaro. O Bolsonaro, agora, está desesperado com a CPI do Senado, porque ele sabe que montou uma estratégia no Brasil que leva milhares de pessoas à morte pela COVID, que leva as pessoas a passarem fome, a ficarem sem alimento. Temos que aprovar os 600 reais para as famílias que estão ficando em casa. O desemprego é muito grande. A Câmara dos Deputados tem que cuidar do povo brasileiro, já que nós o representamos. Temos que cuidar do povo. O Governo Bolsonaro não gosta do povo, não cuida do povo, e temos que fazer isso, Sr. Presidente. Não podemos fugir da nossa responsabilidade. Temos que ser contra as privatizações, temos que aprovar os 600 reais para cada cidadão e cidadã e temos que aprovar o *impeachment* do Presidente Bolsonaro.

Documento 342/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:32
Publ.: DCD - 16/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo aos Senadores integrantes da CPI de investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus, de apuração rigorosa na aplicação pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, dos recursos federais destinados ao combate à Covid-19. Diferença entre o número de vacinas recebidas e aplicadas pelo Governador Estadual.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) -

Bom dia, Sr. Presidente.

Primeiramente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos canais de comunicação da Casa.

Eu gostaria que o Senado realmente fizesse uma CPI justa, isenta e bem aprofundada, em especial em São Paulo, Estado que defendo de forma muito dura por conta da governança que está acontecendo durante esta pandemia. É preciso apurar cada centavo que foi destinado ao Estado de São Paulo, desde março do ano passado, em especial à saúde pública, principalmente para o combate à pandemia. São 13 meses em que ocorreu a destinação de recursos federais da ordem de 130 bilhões para o combate à pandemia, e os números não são agradáveis.

A gestão desse dinheiro está sendo péssima. O Governador João Doria, provavelmente, deve estar escondendo vacinas no Palácio dos Bandeirantes. Há uma defasagem muito grande, absurda até, entre o número de vacinas destinado ao Estado e o número exato de pessoas que já foram vacinadas. Isso tem atrasado muito a vacinação e deixado a população preocupadíssima com esse resultado.

O *lockdown*, uma medida absurda, tem conseguido resultados desastrosos tanto na economia quanto na pandemia, porque os números não caem. Mas isso, cientificamente, o Governador não aceita. Ele não aceita que esse *lockdown* não dá certo, e por um único motivo: ele sabe que isso vai destruir o Estado, a economia, vai matar os empregos, vai matar os empresários, vai matar CNPJ. E esta é a real intenção do Governador: quebrar o Estado de São Paulo, de todas as formas, para depois colocar a culpa no Presidente Bolsonaro.

Por isso, faço um apelo aos Senadores, para que tenham, realmente, muita, mas muita responsabilidade na hora da apuração, em especial, no meu querido Estado de São Paulo, porque há ali crimes espalhados por todos os lados.

Obrigado, Presidente.

Documento 343/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:40
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Prática de crimes pelo Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Alcance pelo País da marca de 360 mil mortes em decorrência da Covid-19. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Protesto contra a anunciada desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Insuficiência do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Contrariedade à privatização da Caixa Econômica Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, venho, neste momento, pontuar o que o conjunto da sociedade já sabe e tem sido detectado através de pesquisas.

O Governo que está em curso no Brasil é um Governo criminoso, e criminoso sob os mais variados aspectos. É um Governo que se utiliza da máquina estatal para defender os filhos e impedir que eles possam sofrer investigações - investigações de fatos gravíssimos -, com um Presidente que gasta mais de 2 milhões de reais nas férias, enquanto o País convive todos os dias com a morte. E, por toda a sua política negacionista e criminoso - atavicamente criminoso -, esse Governo tem feito com que o Brasil esteja no epicentro da crise sanitária que o mundo vivencia e, ao mesmo tempo, tenha que chorar, algo que o Presidente da República não faz, porque não há possibilidade de ele sentir a dor do outro. Mas o Brasil chora, Sr. Jair Bolsonaro, o genocida, mais de 360 mil mortes.

Porém, não é só isso. Esse Governo também é criminoso ao querer retirar direitos de servidores e servidoras, além de colocar o Estado a serviço da iniciativa privada, e não do povo brasileiro, com a reforma administrativa. É criminoso ao tentar privatizar de forma ilegal a ELETROBRAS. Privatizar a ELETROBRAS significa - isso é reconhecido pelo próprio Governo - o aumento das tarifas e do valor das contas de energia.

Isso no momento em que a população não tem um auxílio emergencial decente, porque ele chega a 150 reais, que mal dá para comprar o próprio gás, mas não dá para alimentar. E o Brasil volta a conviver com a fome. Com mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de insegurança alimentar neste momento, o Governo quer doar a ELETROBRAS. Ele quer vendê-la por 16 bilhões de reais, uma empresa que deu 30 bilhões de reais de lucro nos últimos anos, que tem ativos de mais de 400 bilhões de reais e que em país nenhum do mundo se busca entregar para a iniciativa privada.

Mas não é só isso. É um Governo que busca criar um banco digital para poder privatizar parte substancial da Caixa Econômica. O Governo quer privatizar a Caixa aos pedaços, sem que haja apreciação

do próprio Poder Legislativo. Sobre banco digital, o maior volume de contas digitais que há hoje no Brasil se concentra na Caixa. E o Governo quer criar uma subsidiária para privatizá-la, o que tem alardeado, tanto que o Sr. Paulo Guedes negocia um orçamento a partir de emendas parlamentares, sobrepondo-se à necessidade de investimento em saúde e educação. Entretanto, também quer privatizar a seguridade social, por um valor que é a metade ou quase a metade do que ele queria fazer no ano passado e desistiu em função da pandemia.

Documento 344/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:44
Publ.: DCD - 16/04/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial do Desarmamento Infantil. Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro ao armamento da população civil. Caráter genocida do Presidente da República. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é 15 de abril, um dia muito importante. Antigamente, nós comemorávamos essa data como o Dia Nacional do Desarmamento Infantil.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero falar sobre a preocupação que nós estamos tendo com a aceleração, incentivada pelo Governo Bolsonaro, da entrada de armas no Brasil. Queria lembrar ao Presidente Bolsonaro que há uma diferença muito grande entre vacina e carabina. Falo isso porque, nesta semana, fomos surpreendidos com a decisão do TCU que proibiu o Governo Federal de realizar um leilão para a compra de milhares de carabinas. Isso mesmo! No momento em que estamos em plena pandemia, com mais de 350 mil pessoas mortas no Brasil, o Presidente está preocupado em armar a população, em fazer decretos que facilitam a compra de armas pelo cidadão. Esse Presidente não pode estar em sua saúde normal. É um caso não só de *impeachment*, mas de internamento.

O Presidente mostra, a cada dia, que é uma pessoa desequilibrada ao editar decretos absurdos que permitem a um cidadão comprar seis armas ou andar com duas armas simultaneamente. O mundo inteiro é contra isso, o mundo inteiro vai na contramão disso. Até os Estados

Unidos estão fazendo projetos para desarmar a população, e nós estamos vendo acontecer no Brasil justamente o contrário. É um Presidente genocida, que não se preocupa com a população, que não faz nada, que não apoia nenhuma iniciativa para gerar emprego, renda e oportunidades. É um Governo que só distribui mensagens no WhatsApp! Não passa disto: *fake news* e WhatsApp o dia inteiro.

Presidente Bolsonaro, o povo brasileiro não está, neste momento, precisando de armas. Nós estamos precisando de comida; nós estamos precisando de emprego; nós estamos precisando de um auxílio emergencial decente, de pelo menos 600 reais, e não de 150 reais, que mal dá para comprar um botijão de gás.

Portanto, Presidente, vou falar para o senhor aqui: não misture, não troque as bolas. Vacina sim, carabina não.

Documento 345/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:48
Publ.: DCD - 16/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falta de medicamentos e insumos do chamado kit intubação na rede hospitalar mineira, especialmente nos hospitais filantrópicos. Encaminhamento, ao Ministério da Saúde, de requerimento de informações a respeito do assunto. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero tratar de dois temas extremamente importantes para o povo brasileiro, em especial, para Minas Gerais. O primeiro diz respeito à denúncia de centenas de hospitais, que têm cobrado medicamentos, o chamado *kit* intubação. Em Minas Gerais, em particular, como no Brasil, na rede filantrópica, na rede pública, têm faltado relaxantes musculares, anestésicos e sedativos.

Estou entrando com requerimento de informação ao Ministério da Saúde para saber por que o Ministério fez a opção pela centralização das compras e não tem garantido, com competência e eficiência, o fornecimento do chamado *kit* intubação para as casas de saúde.

É bom lembrar que os hospitais filantrópicos são responsáveis por mais de 60% dos atendimentos e da assistência na área da média e alta complexidade no Brasil. Em Minas Gerais, esse índice chega a 70%, Presidente. Então, mais uma vez, é crime de improbidade administrativa e de responsabilidade que cometem Bolsonaro e o Ministério da Saúde. Nós queremos que esta Casa possa denunciar isso. Também peço ao Presidente para ajudar nessa mediação e que, de fato, o Ministério forneça, em volume adequado, esse *kit* intubação para atender o nosso povo.

A segunda questão, Presidente, é sobre a privatização da ELETROBRAS. É uma vergonha! O senhor, que é do Nordeste, sabe muito bem que a energia consumida em parte do Nordeste e nas regiões mais pobres do País são vendidas pelo sistema de cotas. E o que se quer fazer com a privatização é vender energia no mercado livre. Então, povo brasileiro que está nos assistindo pela *TV Câmara*, a consequência será a busca por mais lucro, não para o acionista, o povo brasileiro, mas sim para os futuros compradores, que serão os mesmos. O Brasil está oligopolizado na mão de cinco pessoas do sistema financeiro. Com certeza, elas vão fazer a compra e ampliar a participação no sistema ELETROBRAS. Isso vai significar o aumento na conta de energia, na conta de luz para as pessoas mais pobres, não só para o consumidor, mas também para o capital produtivo, para o comércio, para os empresários. É uma vergonha!

Peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil* do nosso pronunciamento.

Documento 346/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:52
Publ.: DCD - 16/04/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 362 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Paralisação do processo de imunização contra a doença viral no País. Repúdio à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, a respeito a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, bom dia.

O Brasil, ontem, atingiu a triste marca de 362 mil vítimas fatais da

COVID-19. E a vacinação está parada em muitos Estados e Municípios do Brasil em razão da falta de vacinas, da falta de doses. O Governo Federal, que não comprou vacinas, tem como grande preocupação tranquilizar o mercado, fazer caixa para pagar os juros da dívida pública ao sistema financeiro.

Dentro dessa lógica é que se inclui, por exemplo, a Medida Provisória nº 1.031, que regula a privatização da ELETROBRAS, empresa brasileira estratégica, que responde pela geração de mais de 30% da energia brasileira, pela transmissão de mais de 50% dela e pela distribuição. É uma empresa que tem recursos humanos qualificados, que investe em pesquisa de desenvolvimento energético.

No momento, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, em que o mundo está numa transição energética, em que o mundo procura matrizes energéticas limpas, com baixo teor de carbono, o Brasil, que tem a matriz energética relativamente limpa, uma das mais limpas do mundo, tem um Governo que está abrindo mão de ser ponta de lança nesse processo de transição energética não apenas no Brasil, mas no mundo, que é o que podemos ser com esse enorme potencial hidrelétrico que temos, com esse enorme potencial de energia solar, de energia eólica e também de biomassa.

Para regularmos isso, para dirigirmos esse processo em função dos interesses do Brasil inteiro, e não apenas de meia dúzia de acionistas, é preciso que o Governo mantenha uma empresa com a capacidade de atuação que tem a ELETROBRAS.

Por isso, Sr. Presidente, eu considero que um projeto desta natureza não defende uma Nação ativa e soberana que procura o seu desenvolvimento. Trata-se de um projeto de quem tem complexo de vira-lata.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esse pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 347/702

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:56
Publ.: DCD - 16/04/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Registro de 3.459 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Avanço da epidemia de coronavírus no País. Instalação, pelo Senado Federal, da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões no enfrentamento da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Universalização e celeridade no processo de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente Arthur Lira, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Bom dia.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE) - Eu quero, infelizmente, dizer da nossa tristeza. No dia de ontem, mais de 3.459 pessoas foram a óbito em nosso País. Isso é motivo de muita tristeza, porque não é fácil nós assistirmos a essa tragédia que estamos vivenciando no País.

Infelizmente, o Brasil está sendo objeto de grande crítica internacional também, porque vários outros países nos estão proibindo, inclusive, de fazer viagens internacionais. A França, anteontem, teve uma grande discussão no Parlamento francês sobre o tema, e outros países estão tomando essas medidas. Infelizmente, isso é uma tragédia mundial, e nós estamos vivenciando com maior aguçamento essa situação aqui no Brasil.

Particularmente, Sr. Presidente, eu não sou muito favorável a CPIs, mas, como ela vai ser instalada, de fato, espero que possa servir não só para apurar essa situação grave que nós estamos vivenciando no País, de investigar omissões, falta de atuação em várias áreas, tanto da União, como dos Estados e também dos Municípios, mas também para nos deixar algumas lições de aprendizado. Espero que ela possa dar contribuições para o nosso povo e para o nosso País, porque não basta só punir, investigar; é preciso também apresentar alternativas e soluções que possam contribuir para que nós possamos, de fato, sair dessa tragédia que nós estamos vivenciando.

A cada dia que passa, é um pesadelo a que nós estamos assistindo.

Eu mesmo, diariamente, tenho tido algumas pessoas amigas indo a óbito. É muito triste e muito dramática a situação dessa pandemia que nós estamos vivendo no País.

Por isso, Sr. Presidente, quero levar também a minha solidariedade a todos os brasileiros e brasileiras que tiveram familiares vítimas dessa situação. Espero que o Governo Federal, os Governos dos Estados, os

Municípios e todos nós juntos podemos contribuir de forma célere para resolver essa situação o mais rápido possível.

Uma das alternativas mais urgentes é vacinação. Nós precisamos fazer como os Estados Unidos, que estão universalizando a vacina para a população para evitar tantas mortes, esta tragédia.

Documento 348/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:12
Publ.: DCD - 16/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu leio uma reportagem na *Folha de S.Paulo*, que diz que estudos com dados coletados por docentes apontam uma incidência maior de COVID entre professores no Estado de São Paulo. A matéria é grande sobre uma pesquisa científica afirmando que os professores têm um índice de letalidade de vítimas da COVID muito maior do que a média da sociedade brasileira. Esse é o primeiro dado.

O segundo dado é que nós defendemos essa medida provisória, porque achamos que ela deve, de fato, prorrogar os contratos, para não haver nenhum problema, nenhum colapso. Inclusive deveria haver a manutenção dos concursos e a garantia de qualidade para todos nós.

A Deputada, que é Presidente da APEOESP, a nossa querida companheira, professora - não me vem o nome agora, mas vou lembrar o nome da querida professora -, declara a gravidade dos problemas desses professores nessa situação. Prorrogar os contratos é garantir a vida. A nossa querida Profa. Bebel, Presidente da APEOESP, está muito preocupada com isso. Os professores estão preocupados, pais de alunos estão preocupados, porque não querem colocar os seus filhos em risco.

É claro que eu reconheço que há problemas quando a aula é virtual. Agora, a vida dessas crianças, a vida dos professores, a vida dos trabalhadores em educação, limpeza, merendeira, etc. é muito mais importante. Nós recuperamos a matéria, mas não recuperamos a vida.

Por isso, Sr. Presidente, os professores, inclusive eu, na qualidade de professor, merecem todo o respeito. Eles são muito importantes para a vida e não podem ser colocados em um (*falha na transmissão*), como se fossem bois empurrados para a morte.

É preciso haver coerência, e esta coerência está na defesa da vida, porque defender a vida neste momento é defender a qualidade do ensino. Defender a vida é defender o futuro dessa juventude ameaçada pelo interesse de grupos econômicos que só querem colocar professores para a morte.

Por isso, sendo favoráveis à medida provisória, nós respeitamos a opinião dos pais e professores que estão neste momento mais agudo da pandemia em nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 349/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:12
Publ.: DCD - 16/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Natureza eleiçoeira da decretação de lockdown pelos Governadores Estaduais.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu espero que todos nós, Parlamentares, Senadores e Deputados, tenhamos a consciência do prejuízo que o afastamento das crianças neste momento das escolas está causando na formação do nosso futuro.

É claro que eu sou favorável à medida provisória, sem nenhuma

sombra de dúvidas. Estou 100% fechado com a aprovação da medida provisória, mas tenho que deixar registrado que várias medidas que foram tomadas nos últimos 12 meses, 13 meses, neste País, têm afetado demais a educação das crianças. O afastamento dessas crianças das salas de aula, do convívio com os professores, do convívio social com os seus colegas de classe, com certeza, causará muitos prejuízos na vida desses jovens, desses adolescentes, num futuro bem próximo.

Eu conversava noutro dia com a Ministra Damares e ela me contava que até o número de denúncias de violência contra a criança diminuiu, porque a criança se utilizava do professor ou de algum colega da escola para denunciar tal fato.

É condenável esse *lockdown* que estão fazendo. Aqui em São Paulo não é diferente. Hoje, na *CNN*, brilhantemente, o Ministro Onyx Lorenzoni dava um exemplo simples, com uma matemática muito simples, provando que o comércio fechado causa muito mais prejuízo à pandemia do que o comércio aberto. Isso causa prejuízo à pandemia, causa prejuízo às pessoas, causa prejuízo à sociedade, causa prejuízo à economia, que tem sido muito castigada nesse momento.

Esse *lockdown* absurdo, com interesses eleitoreiros, com interesses pessoais para fazer fortunas, é o que está acontecendo em grande parte dos Estados do nosso País. É lamentável que governadores tomem essas atitudes para querer depois imputar a culpa nas costas do nosso Presidente, que tanto tem feito, com a ajuda deste Parlamento - há que se destacar -, para que esta pandemia acabe logo.

Fica aqui o meu registro. Inclusive, Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento vá para os canais de comunicação da Câmara dos Deputados ainda hoje.

O meu voto é "sim" à medida provisória.

Obrigado a todos.

Documento 350/702

36.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/04/2021-10:16	
Publ.: DCD 16/04/2021 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, estamos aqui a debater a Medida Provisória nº 1.009, de 2020, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado em órgãos do Ministério da Educação, do FNDE, do INEP, da CAPES e da ANS.

Eu gostaria de dizer que estamos tratando aqui do tema da educação e da prorrogação de contratos emergenciais. Somos favoráveis a essa prorrogação, a essa medida provisória.

Eu gostaria de lembrar também, Sr. Presidente, que, além de prorrogar contratos para que aqueles que estão na educação possam seguir trabalhando, nós precisamos aprovar o projeto de lei que garante que educação presencial é atividade essencial.

Nós já estamos há mais de 1 ano na pandemia.

Como alguns colegas que me antecederam disseram, muitos países, logo no início da pandemia, declararam que educação era prioridade e, com todos os protocolos de segurança e todos os cuidados, permitiram que houvesse um rápido retorno às aulas. No nosso País, estamos até hoje com muitas escolas sem receber alunos. E o pior: vivemos uma ditadura dos sindicatos, uma ditadura político-ideológica e corporativista.

É lamentável, Sr. Presidente, o que está acontecendo, por exemplo, no meu Estado do Rio Grande do Sul, onde o CPERS manda mais do que a vontade de pais e alunos, do que a vontade de muitos professores que querem, sim, retornar e de muitos alunos, que precisam ter o seu direito à educação garantido.

É muito bonito quando muitos falam em defender a educação, mas, na hora de tratarmos de projetos importantes como esse, fazem ferrenha oposição. Eu tenho chegado à conclusão de que, quando se fala aqui "*vidas é que importam*" ou "*economia é o que importa*" ou "*educação é o que importa*", na verdade, Sr. Presidente, muitos que fazem esse discurso raso não levam em consideração que

tudo é importante. Com parcimônia e bom senso, no meio de uma pandemia, tudo precisa ser bem defendido, com segurança e respeito aos protocolos. Aqueles que vivem desses discursos e dizem que "o que importa é a vida, o que importa é só a economia, é só a vida, é só a educação, é só uma coisa ou outra", na verdade, estão se importando apenas com a política, apenas com os seus discursos, apenas com os seus interesses corporativistas, não com o melhor para a nossa Nação.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhamos "sim".

Documento 351/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:20
Publ.: DCD - 16/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL encaminha "sim", nobre Presidente.

Eu quero destacar, colaborando com o que falou o Deputado, a importância de abrimos as escolas em todo o Brasil. O mundo inteiro tem essa consciência.

Eu fico surpreso com muitos Parlamentares da esquerda, principalmente. Nada contra, mas eles não têm noção do que é a dependência de ir para a rua trabalhar diariamente. Nada contra, mas a maioria dos Parlamentares da esquerda veio vivendo tirando o seu sustento do Estado. V.Exas. têm que aprender a reconhecer o que é a vida de um empreendedor, o que é a vida de quem depende da luta do dia a dia, mesmo os profissionais liberais. É muito fácil chegar aqui e querer que as pessoas fiquem em casa, paradas. V.Exas. estão tendo uma certa desconsideração com a educação, com as crianças. Quantas crianças...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 352/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:24
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desculpe-me por insistir na questão de ordem, mas, pelo art. 192, são dois encaminhamentos a favor e dois contra.

Eu estou encaminhando a favor. Eu pediria a V.Exa. que eu tivesse o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. está perdendo o tempo da sua orientação, Deputado. Essa questão é vencida.

Vai vencer o tempo da sua orientação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Obrigado, Presidente.

Desculpe-me, mas era uma questão de ordem que eu queria fazer a V.Exa. Acho que seria bom rever isso, com base no art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É um contra e um a favor, Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, eu quero orientar a favor da medida provisória, mas evidentemente contra essa intenção

de colocar professores, trabalhadores em educação e estudantes em sala de aula a qualquer custo em um momento de pandemia, como este. Já existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado para avaliar a responsabilidade do genocídio.

Em São Paulo, os professores têm três vezes mais problemas com a COVID do que o resto da população. Só esse dado nos faz colocar juízo.

Documento 353/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/04/2021-
	CD	10:24
Publ.: DCD - 16/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente Arthur Lira, encaminha "sim" ao relatório da Relatora e quer, mais uma vez, reforçar àquelas pessoas que pensam que sabem onde está o vírus que qualquer virologista, que não precisa ter muita qualidade, sabe bem que não se sabe onde o vírus está. Não se sabe se está dentro da sala de aula, fora da sala de aula, dentro de casa, fora de casa.

As pessoas que fazem uma política contra o tratamento inicial, contra o tratamento precoce; que negam que milhares de pessoas estão se curando com o tratamento precoce; que pensam só em vacina, que também é experimental - a vacina é importante, e eu a defendo - são as mesmas pessoas que negam as atividades essenciais. Educação é essencial. Aliás, tudo que depende do nosso salário...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 354/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:28
Publ.: DCD - 16/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, bom dia.

O PSOL orienta "sim". Evidentemente, é uma matéria que atende os pressupostos constitucionais.

Mas eu queria compartilhar a minha indignação. Parece que os Deputados gaúchos vieram intervir, no início desta manhã, para desrespeitar os professores e passar vergonha. Se fosse só a vergonha, estaria tudo bem. O problema é que, infelizmente, o País caminha para 360 mil mortos. Se não se sabe como controlar o vírus, pelo menos se sabe como ele se espalha, que é com o contágio. Esses colegas, que depois vão pedir voto para os professores, vêm dizer que os professores e os estudantes podem ser cobaia, num dos países que mais perdeu bebês e crianças para a COVID-19 - eu não sei se V.Exas. sabem -, colocando esses profissionais, os trabalhadores em educação, em risco diante do descalabro com que o Governo Bolsonaro tratou a pandemia.

É o fim! É falta de vergonha na cara dizer para o trabalhador que ganha 1.200 reais e que não tem vacina que ele tem que se expor aos riscos, enquanto os ricos ficam na beleza e na mordomia.

Documento 355/702

36.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 10:28
Publ.: DCD - 16/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO também orienta "sim", Sr. Presidente.

Lembro àqueles críticos que estão falando que não é para abrir a qualquer custo que ninguém jamais defendeu nada aberto a qualquer custo no nosso País. Pelo contrário, as pessoas que defendem a volta às aulas, que defendem que o comércio abra - pelo menos a ampla maioria - dizem que isso deve ser feito de uma forma segura.

V.Exas. acham que algum professor quer voltar às aulas e colocar em risco a sua família? Não! É justamente porque têm dedicação à profissão e querem levar conhecimento para os seus alunos, que estão prejudicados, Sr. Presidente. Nesse momento, na Nação brasileira, os estudantes, as crianças são as maiores prejudicadas! Vão ser anos, décadas para recuperar o que nós perdemos agora! E, depois, quem quer abrir a qualquer custo somos nós? Pelo contrário, olhem o custo que o Brasil vai ter com a falta de educação durante esse período!

Documento 356/702

36.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 10:32
Publ.: DCD - 16/04/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua

adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a autorização da prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Falecimento do Deputado Schiavinato em decorrência da Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente.

A REDE vai orientar "sim".

Demonstramos também a nossa solidariedade pela passagem do Deputado Schiavinato. Toda vida importa. É justamente por isso que nós devemos trabalhar para combater esta pandemia.

A REDE orienta "sim", Sr. Presidente.

Documento 357/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD 10:32	
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós votamos favoravelmente a esta medida provisória que renova contratos, quase todos em relação à educação.

Aqui vamos pontuar a necessidade de impedir que se transformem as escolas em um palco de genocídio. Nós temos, no Distrito Federal, as escolas particulares pontuadas com 137 denúncias por ausência de condições adequadas do ponto de vista sanitário, o que dirá do mundo

das escolas públicas. Por isso, é impossível que se obrigue que se abram as escolas para o ensino presencial. Aqui nós tivemos cinco pessoas, cinco educadores, que faleceram porque estavam em aula presencial nas escolas privadas.

É preciso que se preserve a vida; que se dê um auxílio emergencial digno; que se possibilite às crianças que se alimentam nas escolas que continuem a se alimentar; mas que se preserve a vida, porque educação importa. Isso é valorizar a educação.

Documento 358/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:32
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós da Minoria somos favoráveis à medida provisória.

Entendemos que é sobre matérias como esta que o Parlamento deveria se debruçar neste momento muito atípico e, ao mesmo tempo, extraordinário que estamos vivendo, diante de uma pandemia. Temos que votar matérias consensuais que permitam o pleno funcionamento do Estado e, ao mesmo tempo, deem garantia de um bom atendimento ao nosso povo nas mais diferentes áreas.

Por isso, também defendemos que o auxílio emergencial venha à pauta deste Parlamento, para que todos possam se manifestar. O auxílio não deve vigorar tão somente pelo tempo do prazo da MP. São matérias como estas que demonstram a nossa preocupação com a sociedade brasileira.

Esta MP trata da prorrogação de contratos administrativos no âmbito

do Ministério e de outros órgãos importantes na área da educação e da ciência e tecnologia. Por isso, somos favoráveis.

Documento 359/702

36.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/04/2021-10:40
Publ.: DCD 16/04/2021 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero mais uma vez frisar aqui a importância dessa medida provisória, inclusive por prorrogar contratos emergenciais, que em geral tem sido ferramentas muito menos custosas para o poder público fazer a contratação e manutenção de apoio administrativo, técnico, como o Deputado Marcelo Ramos há pouco fez menção no microfone de apartes.

Mas quero voltar também a dizer que estamos tratando aqui de recursos para a educação do nosso País. E, no nosso entender, no entender do Partido Novo, deveria, aliás, haver muito mais recursos lá na ponta, lá nos Municípios. Inclusive, nós defendemos políticas que descentalizem de tal modo os recursos que a iniciativa privada possa participar mais, a sociedade civil possa participar mais da vida escolar das nossas crianças.

Agora, nós estamos encaminhando mais recursos para a educação, prorrogando, portanto, contratos emergenciais, e continuamos com muitas escolas literalmente fechadas.

Eu quero, mais uma vez, fazer um apelo ao coração daqueles que defendem a educação, um apelo emocional, lembrando que as nossas crianças, as crianças brasileiras, enfrentam hoje um déficit educacional

enorme. E esse déficit será ainda maior cada dia que passa em que nossas escolas permanecem fechadas.

Por que não olhamos para a experiência internacional a fim de avaliarmos os países em que deu certo, com segurança, a abertura das escolas e não se verificou aquilo que hoje alardeiam os contrários ao retorno às aulas de que teriam acontecido surtos durante a pandemia? É mentira isso! É mentira isso! É mentira!

As escolas têm se mostrado ambientes seguros mundo afora, justamente durante esse período da pandemia, mas no Brasil, repito, continuamos numa ditadura sindical, corporativista, que tira dos professores vocacionados o direito de dar aula às crianças brasileiras. Os professores vocacionados que querem compartilhar conhecimento estão hoje proibidos de fazê-lo presencialmente.

Por isso, meu apelo a todos: vamos discutir com seriedade este projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 360/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/04/2021-10:44
Publ.: DCD - 16/04/2021	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a inscrição de dois Parlamentares a favor e dois contrários no encaminhamento da votação de parecer de Comissão. Inconsistência da atribuição a sindicatos, por Deputado do partido Novo, da responsabilidade pelo não funcionamento das escolas durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Vou justificar, Presidente - obrigado pela paciência -, mas é porque é difícil aqui de longe fazermos o debate, se não for justificado no Regimento.

Eu queria dizer a V.Exa. que a questão de ordem está combinando o art. 95 do Regimento com os dois parágrafos do art. 192. O art. 192 e o

parágrafo dizem:

Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito usar da palavra para encaminhá-la (...)

§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo (...)

Portanto, dois a favor e dois contrários, a não ser, e aí vem na prática o art. 117, o que for requerimento.

No caso de requerimento, é um a favor e um contra. V.Exa. tem usado como se fosse requerimento, mas o que nós estamos discutindo é matéria, é parecer da Comissão. Por isso, são dois favoráveis e dois contrários.

Aproveito essa questão de ordem para dizer que, inclusive, é preciso fazer o contraponto ao que o Deputado do NOVO por duas vezes disse, atacando a organização dos trabalhadores como se os sindicatos tivessem responsabilidade de não funcionamento.

Ora! Aqui em Minas, por exemplo, a determinação vem do Tribunal de Justiça, do Governo do Estado, inclusive do partido de V.Exa., do NOVO, e também de Prefeitos municipais. É fácil culpar os trabalhadores, os sindicatos e criminalizar os movimentos organizados, mas isso é muito perigoso, porque insere no debate político uma prática autoritária, que em especial neste Governo de Jair Bolsonaro é muito comum que seja feita.

Então, eu pediria que se tivesse respeito aos sindicatos, aos trabalhadores e às suas organizações, particularmente aos professores e professoras, que têm o direito de se sindicalizar, embora no período da ditadura isso não fosse reconhecido.

Mas nós conquistamos o direito do sindicato, e não é com ataques ao sindicato e às suas organizações, como se pretende agora com esse projeto de lei que o Deputado está defendendo, que é evidentemente um equívoco... S.Exa. quer colocar como serviço essencial a educação para limitar, inclusive, a sua organização sindical. Agora fica claro. O Deputado acaba confessando o que está por trás desse projeto: inibir a organização sindical e, por outro lado, não permitir aos trabalhadores que eles tenham condições de analisar o seu retorno através daquilo que é concreto em cada Estado e Município, como, aliás, disse o Supremo Tribunal Federal, e não o sindicato.

Eu concluo, Presidente, pedindo questão de ordem, são dois a favor e dois contra, em relação à matéria.

Essa é a questão de ordem que faço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Rogério Correia...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Erika Kokay, 1 minuto só, tenho que responder a questão de ordem do Deputado Rogério Correia.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - É 1 minuto, Presidente. É porque eu estou inscrita para defender...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu tenho que responder a questão de ordem do Deputado Rogério Correia, Deputada Erika Kokay, por favor.

Deputado Rogério Correia, respeito o questionamento de V.Exa. V.Exa. sabe que nós estamos ainda na votação de pressupostos. Quando for a votação do mérito, falarão dois Deputados a favor e dois contra.

O Deputado Marcel van Hattem falou à frente de V.Exa., ele se inscreveu à frente de V.Exa., e, na questão dos pressupostos, falamos, como já sedimentado por esta Mesa Diretora e pelo Plenário, um a favor e um contra, um e um.

Então, nessa ordem, não houve nenhum orador contra. Foram duas inscrições, o Deputado Marcel Van Hattem se inscreveu em primeiro lugar e V.Exa. se inscreveu em segundo.

Como eu já tinha respondido a V.Exa., no mérito, falarão dois a favor e dois contra.

Nesse caso, como disse a V.Exa., essa questão já foi respondida, e eu espero a compreensão e o respeito de V.Exa.

Esta Mesa não obstaculiza a inscrição de nenhum Parlamentar, nem privilegia nenhum em função de outro.

Então, espero ter respondido a contento o que o nosso Regimento e a nossa prática diária nos permitem.

Orientação de bancada.

Como orienta o PSL?

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:48
Publ.: DCD - 16/04/2021 - CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim" ao parecer.

Deputado Marcel van Hattem, a nossa educação precisa ser abraçada pelos Estados e Municípios.

O Governo Federal, volto a enfatizar aqui, nosso Deputado Marcel van Hattem, tem envidado todos os esforços possíveis para que as escolas fiquem com as suas portas abertas e, com certeza, mantendo o distanciamento, a máscara e o álcool nas mãos. Mas parece que muitos não querem que isso ocorra. Parece que muitos querem que a educação no Brasil continue numa qualidade não condizente com o País. Mas nós vamos continuar trabalhando para que o Brasil melhore na educação.

Como já disse, Presidente, o voto é "sim".

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:48
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira pela decisão sobre questão de ordem formulada pelo orador. Realização de amplo debate a respeito da retomada das

aulas presenciais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou orientar, Presidente.

Presidente, primeiro quero agradecer a resposta à questão de ordem.

De forma alguma, eu quis insinuar ou sequer pensar que V.Exa. quisesse cortar a palavra de alguém - não. Houve apenas uma diferença, uma divergência da interpretação regimental, que, no meu entendimento, tratando-se de matéria, são dois a favor e dois contra, e nesse caso não é o Regimento. Mas V.Exa., como Presidente, tem todo o direito de fazer a interpretação que lhe cabe.

Eu queria reiterar que realmente esse debate em relação às escolas precisa ser mais benfeito.

Estou sugerindo, inclusive na Comissão de Educação, em que foi aprovado um requerimento, que façamos um debate sobre o retorno às aulas, mas de maneira sincera - o que significa esse retorno e o que tem acontecido. Eu repito: São Paulo tem três vezes mais professores com COVID do que o resto da população. Portanto, é uma discussão que precisa ser feita seriamente e não com um projeto aprovado de urgência, que passa à frente de todo debate da própria Comissão de Educação.

Muito obrigado.

Documento 363/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD 10:52
Publ.: DCD - 16/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL encaminha "sim".

Eu não consigo entender por que se negam tanto a ouvir os Médicos pela Vida e os Cientistas pela Vida. Neste País, o STF dá opinião como médico, Deputados dão opinião como médicos, mas por que não ouvir os médicos que não querem *lockdown*? Temos 14 milhões de desempregados. Esse "fecha tudo" levou 30% da população brasileira à depressão, às doenças mentais, com sono ruim. Não podemos aceitar isso! As pessoas não tomaram sol, vieram outras cepas, e caiu a imunidade da população. A educação é essencial, o comércio é essencial, a indústria é essencial, e é essencial o País funcionar com todos os cuidados, com remédio e com vacina. Existe remédio, sim, para essa doença. Não neguem! Há remédio para essa doença!

Documento 364/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:56
Publ.: DCD - 16/04/2021 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Descontrole da epidemia de coronavírus no Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS. Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é de assustar que, em um momento desses, quando a OMS declara o Brasil o único País do mundo em que a situação da pandemia está fora de controle... Essa é a declaração da OMS no dia de hoje! A situação da pandemia no Brasil está fora de controle, e temos que tomar qualquer atitude.

Todas as atitudes que este Parlamento tomar (*falha na transmissão*) louváveis.

O PSB encaminha o voto "sim". Qualquer atitude nossa é uma atitude para salvar vidas. E, salvando vidas, nós vamos praticar a nossa função no Parlamento. Neste momento, salvar uma vida é importante neste País.

O PSB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

Documento 365/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:56
Publ.: DCD - 16/04/2021 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Pedido ao Ministério da Saúde de envio de tomógrafos ao Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT orienta essa matéria favoravelmente.

Mas eu gostaria de aproveitar este minuto para um registro muito importante, especialmente na presença de V.Exa., que é o Presidente do Poder Legislativo e tem por obrigação cobrar o Poder Executivo. Nós temos uma missão muito grande nesta Casa de votar matérias que são relativas ao combate à pandemia neste momento de dificuldade.

Por outro lado, o Ministério da Saúde possui hoje, em seus armazéns, tomógrafos parados aguardando uma decisão jurídica para contratação do transporte desses aparelhos. Por que os tomógrafos são importantes neste momento da pandemia? Porque são necessários, essenciais para o fechamento do diagnóstico da COVID e para melhor acompanhar pacientes com a doença.

No entanto, esses tomógrafos encontram-se parados nos armazéns do Ministério da Saúde, aguardando uma decisão jurídica...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 366/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	10:56
Publ.: DCD - 16/04/2021 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "sim" à MP 1.009, de prorrogação de contratos na área de educação, e quer registrar o nosso repúdio ao PL 5.595, que quer impor uma volta prematura das aulas presenciais, quer levar os professores para o matadouro, pois uma pesquisa recente de São Paulo mostrou que os educadores se contaminaram três vezes mais do que o restante da população, porque não houve uma estratégia de retorno seguro às aulas presenciais.

E é isto que nós deveríamos debater aqui, como garantir testagem, vacinação, estrutura sanitária e física, para que os estudantes, os professores e os demais educadores possam dar aula e exercer o direito à educação, com segurança.

Nós precisamos votar, na verdade, o projeto do Prof. Deputado Idilvan Alencar, juntamente com o relatório da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Documento 367/702

36.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 11:00
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só gostaria de restabelecer a verdade, uma vez que o PL da Educação Essencial só tem por objetivo colocar a educação no patamar que o nosso País merece, sendo prioridade, não sendo o último.

Sugiro à Deputada que falou anteriormente que leia os estudos e as recomendações da Organização Mundial de Saúde, da UNESCO, da UNICEF e, inclusive, o estudo que foi feito pelo Governo do Estado de São Paulo.

Há dados lá que mostram claramente que o retorno às aulas, com protocolos de segurança, é uma porta de entrada para quem não tem para onde ir, para as crianças que querem frequentar a escola, uma vez que não se está obrigando ninguém a fazê-lo. Há esse lugar de acolhimento para as crianças que mais precisam, que são as da escola pública.

Sr. Presidente, o NOVO orienta "sim".

Muito obrigada.

Documento 368/702

36.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 11:00
Publ.: DCD - 16/04/2021 - SANDERSON-PSL -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Aquisição antecipada, pelo Ministério da Saúde, de 15 milhões de doses da vacina Pfizer.

O SR. SANDERSON (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta "sim".

Gostaria de fazer uma consideração muito positiva acerca da antecipação de 15 milhões de doses de vacinas feita pelo Governo Bolsonaro, pelo Ministério da Saúde, do Laboratório Pfizer. Trata-se de uma antecipação fundamental neste momento tão difícil para todos nós, o que deixa muito claro e muito flagrante que a preocupação diuturna do Governo Bolsonaro e do Ministério da Saúde é de entregar vacinas, entregar equipamentos para que os hospitais de todos os 5.500 Municípios do Brasil tenham condições de seguir fazendo um enfrentamento responsável da pandemia que nós comparamos a um meteoro que atingiu o Planeta como um todo.

Mesmo com todas as dificuldades, o Brasil, hoje, não só em números materiais, números absolutos, como também em números proporcionais, é um dos principais países a fazer a vacinação, ultrapassando países do Primeiro Mundo.

Então, fica aqui o registro de que a antecipação de 15 milhões de doses de vacinas, só de um único laboratório, é uma vitória para nós.

Obrigado.

Documento 369/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/04/2021-
	CD	11:08
Publ.: DCD - 16/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Defesa do tratamento precoce da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente, orienta "sim".

Mais uma vez, eu quero dizer a esta Casa que meu sonho é que o Plenário, Sr. Presidente, feche e chame dez médicos e dez cientistas que defendem o tratamento inicial, o tratamento precoce, e dez que são contra o tratamento precoce, que dão dipirona e mandam os pacientes para casa e que nós fizéssemos uma grande discussão, um grande debate, sem negar remédios.

Para todas as doenças sempre houve remédios. Será que para essa doença não existe remédio? Duvido! Hoje, o Médicos pela Vida está provando, com mais de trezentos estudos, que para essa doença existe remédio.

Nós vamos tirar as pessoas da morte, vamos tirar as pessoas dos hospitais com tratamento precoce - repito: com tratamento precoce!

Parem de negar o tratamento precoce, que está salvando vidas no Brasil inteiro! Parem de negar, negacionistas dos remédios! Parem de negar!

Documento 370/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	11:08
Publ.: DCD - 16/04/2021 - CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a autorização da prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Defesa do tratamento precoce da Covid-19.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL orienta "sim".

Quero dizer que nós sabemos que existe tratamento precoce e que muitos não querem adotá-lo. O Brasil sabe disso! E o Brasil sabe também quem são os que não querem adotá-lo! Com certeza, se estivesse sendo protocolado e aplicado o tratamento precoce, o Brasil não estaria na situação em que se encontra.

O PSL orienta "sim".

Documento 371/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	11:08
Publ.: DCD - 16/04/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Necessidade de ampla vacinação contra a Covid-19 e de enfrentamento da crise econômica brasileira.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim".

Quero afirmar, Sr. Presidente, que o momento é de união, é de buscar forças para vacinar a população brasileira. Também, paralelamente a isso, nós precisamos enfrentar a crise econômica e, para enfrentar a crise econômica, Sr. Presidente, precisamos dar sequência às grandes reformas de que o Brasil precisa e que o País merece. Sob a sua liderança, já aprovamos a autonomia do Banco Central, a PEC Emergencial. Portanto, a questão econômica também se reveste da maior importância para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

36.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 11:16

Publ.: DCD - 16/04/2021 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Repúdio aos discursos proferidos no plenário a favor do tratamento precoce da Covid-19. Contrariedade à retomada das aulas presenciais em meio à epidemia de coronavírus.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim" à MP 1.009/20, porque considera importante a renovação desses contratos da área da educação, mas quer registrar que lamentamos profundamente que Parlamentares usem a tribuna para propagar tratamentos que não servem, infelizmente, para combater a COVID-19. Todos nós adorariamos que já tivéssemos a fórmula secreta para salvar vidas, mas o que está acontecendo hoje é que as pessoas estão morrendo mais por conta dessa irresponsabilidade.

Não sei se os Deputados viram ontem a notícia de que uma médica fez nebulização de cloroquina em bebês recém-nascidos e em mulheres. E o que aconteceu? Eles morreram! É isso que está acontecendo País afora e está agravando o quadro de COVID.

E, para seguir com a matança, com o genocídio do Bolsonaro, querem, agora, o retorno dos estudos presenciais, sem nenhum tipo de protocolo, sem ouvir a ciência, seguindo a lógica negacionista. Nós não podemos reproduzir o genocídio a partir da atuação parlamentar.

36.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 11:20

Publ.: DCD - 16/04/2021 - TADEU ALENCAR-PSB -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação Medida Provisória nº 1.009, de 2020, sobre a prorrogação, no âmbito do Ministério da Educação, de contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos do setor pelos gestores estaduais e municipais.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, orienta "sim".

Fizemos referência à importância da renovação desses contratos fundamentais para a continuidade do funcionamento de instituições como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o INEP, a CAPES.

Portanto, a Oposição orienta "sim".

Eu aproveito para chamar a atenção para o Projeto de Lei nº 795, de 2021, que está na pauta e que trata da prorrogação dos prazos da Lei Aldir Blanc.

Todos nós sabemos o quanto a cultura brasileira vem sofrendo neste momento de pandemia. Tem havido, da parte do Governo Bolsonaro, um tratamento de verdadeira perseguição aos artistas, sem liberação dos recursos Fundo Setorial do Audiovisual. Portanto, cresce a importância da aprovação unânime desse projeto.

Documento 374/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	11:52
Publ.: DCD - 16/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para modificação das penas dos crimes de maus-tratos e abandono de incapaz; bem como da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para alteração das penas impostas ao crime de exposição a

perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso. Inconsistência do discurso de Deputado da Esquerda, a respeito do falecimento de professores em decorrência da contaminação por coronavírus em sala de aula.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Quero cumprimentar aqui o meu colega, grande amigo e parceiro, o Deputado Helio Lopes, pela brilhante iniciativa desse Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, o que justifica os seus quase 500 mil votos obtidos no Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimentos, Deputado Helio Lopes! Vi que V.Exa. estava emocionado.

Não há como não penalizar cada vez mais quem não respeita idosos, crianças, portadores de deficiência.

Quanto ao idoso, por exemplo, quero dizer a você que se acha jovem que todo idoso já foi jovem, mas nem todo jovem poderá um dia ser idoso. Portanto, respeite o seu futuro, se Deus lhe der a felicidade de um dia ser idoso. Não permita maus-tratos com o seu futuro. Ser idoso é o seu futuro. As pessoas não entendem isso.

Quanto à criança, é excelente para esse momento esse PL. Quantas crianças no Brasil, hoje, estão passando fome porque não estão na sala de aula? Quantas crianças, hoje, no Brasil estão sendo maltratadas porque não estão na sala de aula?

A UNESCO, a OMS, fora as entidades mundiais, são a favor. Não podemos fechar as escolas. E o que mais me impressiona é que Parlamentares da Oposição, contra tudo e a favor de nada, não têm argumentos. Seus argumentos são alicerçados em areia movediça.

Eu vi há pouco um Deputado dizer que um terço dos professores que vão à sala de aula acabam falecendo na pandemia. Mas de onde tiraram isso? Cadê a fonte? Cadê a fonte? A Esquerda gosta muito de falar, de dizer números sem comprovar, sem fonte. Por quê? Porque a maioria da Esquerda é composta por mitômanos, mentirosos contumazes que acreditam na própria mentira. Isso acabou. Tentem justificar. Coloquem melhor suas posições, porque desta maneira vocês vão se desintegrar antes do tempo. A Esquerda do Brasil, com esses argumentos, para ser ruim, precisa melhorar muito.

Vi Deputada aqui ofendendo Parlamentares, uma Deputada já conhecida por baixar o nível. Pelos poros transmite ódio.

É hora de amor! É hora de pensar em salvar os brasileiros, as crianças, os idosos! É momento de união de todos a favor da saúde, da criança e do idoso.

Grato, Presidente.

Documento 375/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	12:00
Publ.: DCD - 16/04/2021 - EROS BIONDINI-PROS -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para modificação das penas dos crimes de maus-tratos e abandono de incapaz; bem como da Lei nº 10.741, de 2003, (Estatuto do Idoso), para alteração das penas impostas ao crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso. Agradecimento aos Deputados pelas preces em prol da recuperação da saúde do orador, contaminado pela Covid-19, e pela solidariedade ao Parlamentar diante do falecimento de sua assessora, vítima da doença viral. Transcurso do 2º aniversário de criação da nova Política Nacional sobre Drogas - PNAD. Avanços do combate às drogas no País. Relevância dos trabalhos realizados pela Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas. Aumento do consumo doméstico de drogas durante a epidemia de coronavírus. Apelo à Casa por rejeição do Projeto de Lei nº 399, de 2015, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 11.343, de 2006, para viabilização do comércio de medicamentos à base de extratos, substratos ou partes da planta cannabis sativa em sua formulação.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero parabenizar o Deputado Helio por essa vitória, que é uma vitória de todos nós, da Casa, da Câmara, do Congresso Nacional. É uma vitória das famílias, é uma vitória das crianças. Parabéns! As famílias brasileiras parabenizam o Deputado Helio e esta Casa, Sr. Presidente, sob sua direção.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer as orações de V.Exa. e de todos os colegas enquanto eu estive internado por causa da COVID. Passamos por dias difíceis nesses últimos 2 meses.

Gostaria de agradecer também a solidariedade de V.Exas. pela perda da Coordenadora do meu gabinete em Brasília, a nossa querida Kelly,

que, infelizmente, também teve a enfermidade junto comigo, mas acabou falecendo. São momentos difíceis. Mas quero agradecer a solidariedade de V.Exas.

Sr. Presidente, ontem nós celebramos, no Ministério da Cidadania, com o Ministro João Roma, a Ministra Damares, o Secretário Quirino Cordeiro e o Deputado Osmar Terra, os 2 anos da nova Política Nacional sobre Drogas do Brasil.

Nós nunca tivemos um avanço tão grande na política sobre drogas no nosso País como nos últimos 2 anos. E eu fico feliz, porque, há 10 anos, juntamente com o ex-Deputado Givaldo Carimbão, do Estado de V.Exa., Presidente, nós fundamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas, com o intuito de trazer para esta Casa o maior conhecimento sobre essas instituições tão fundamentais no Brasil, vocacionadas a acolher e recuperar nossos jovens que passam por problemas com o *crack*, a cocaína, a maconha e estão sofrendo com as drogas.

Nesses 10 anos de Frente Parlamentar, eu creio que os nossos colegas Deputados, Deputadas e Senadores, no Congresso Nacional, começaram a conhecer melhor a importância das instituições que estão espalhadas pelo Brasil todo. Em todos os Estados, existe uma comunidade terapêutica importante, seja a Fazenda da Esperança, do nosso querido Frei Hans, seja outra unidade de comunidade terapêutica.

A Frente Parlamentar batalhou muito para que aumentássemos o orçamento, para que investíssemos mais na recuperação dos nossos jovens. E isso aconteceu em um trabalho conjunto com o Governo Federal, com o Presidente Bolsonaro, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que conseguimos formatar essa nova política de drogas. De 2 mil vagas, nós saltamos para mais de 11 mil vagas. E, com o novo edital e a nossa luta, estamos tentando passar para 24 mil vagas, para que os nossos jovens no Brasil possam usufruir da chance de se recuperarem das drogas.

Mas, Sr. Presidente, não obstante essa festa, essa celebração de ontem, em que falamos da importância das conquistas que tivemos na política de drogas, quero dizer que eu já passei por isso na minha adolescência, já fui usuário de drogas e sei o que é uma família sofrer por causa de um jovem na droga. Com a pandemia, aumentou o consumo de drogas nas casas, nas famílias, infelizmente.

Então, Sr. Presidente, faço um alerta aqui a todos os Deputados e Deputadas que defendem a vida: o Projeto de Lei nº 399, de 2015, é um absurdo total! Em meio a uma pandemia, está para ser votado na

Comissão Especial esse projeto, que prevê não só a liberação do plantio da maconha no Brasil, como também sua comercialização, armazenagem, importação, exportação, industrialização e comercialização.

Eu faço aqui um apelo a esta Casa, Sr. Presidente, para que não permita ser pautado um projeto que quer liberar as drogas no Brasil, enquanto nós estamos dando o sangue, a vida e as lágrimas para tentar recuperar nossos jovens.

Os nossos jovens e adolescentes estão vulneráveis em casa. E agora vem esse projeto que quer escancarar o Brasil para ser um narco-Estado.

Não permita, Sr. Presidente, que o PL 399 prospere nesta Casa. Nós somos em defesa da vida, da família e acreditamos na recuperação. Não queremos liberar geral as drogas para os nossos jovens.

Muito obrigado pela consideração. E, mais uma vez, muito obrigado pelas orações.

Documento 376/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	12:16
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.222, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista a não aplicação de multas e outras penalidades sobre infrações cometidas por condutores de ambulâncias; de viaturas policiais; bem como de salvamento e combate a incêndio; de fiscalização e operação de trânsito. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este projeto é meritório porque assegura o rompimento de um processo extremamente burocrático para os trabalhadores, para os profissionais que dirigem ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros, da polícia, enfim, trabalhadores que protegem a vida. Além de proteger o patrimônio, a maior preocupação que todos temos que ter é com a proteção da vida, porque é absolutamente basilar o direito

à vida. E dele dependem outros direitos da pessoa humana, que são indivisíveis.

Este projeto desburocratiza processos, possibilita que não haja uma penalização injusta ou a necessidade de se estabelecerem formulários para solicitação de isenção de penalidades em razão de uma situação em que possam ser descumpridas normas de trânsito para que vidas sejam asseguradas.

Todas e todos nós reconhecemos a importância fundamental dos profissionais de saúde, a importância fundamental daqueles que compõem os nossos Corpos de Bombeiros em todo o Brasil, a importância fundamental daqueles que estão no exercício de uma função do Estado para nos proteger e proteger a sociedade. Por isso, este é um projeto extremamente meritório, e nós votaremos, sem nenhuma dúvida, a favor dele.

Em razão da defesa da vida também achamos que não podemos impor uma medida que, antes de qualquer coisa, é inconstitucional, porque rompe o pacto federativo e, inclusive, descumpre aquilo que já foi deliberado pelo STF sobre a possibilidade de Prefeitos e Governadores estabelecerem as medidas necessárias para a proteção da vida. Eu me refiro ao projeto que busca abrir escolas para que haja aulas presenciais.

Vou repetir, na última semana, na iniciativa privada, nas escolas privadas, houve a morte de cinco professores, e três professores estão em estado grave.

E nós tivemos 137 denúncias de condições irregulares, nas escolas particulares, do ponto de vista sanitário. O que acontecerá no mundo que são as nossas escolas públicas?

Alguns dizem que essa proposta considera a educação essencial. Não, não! Essa proposta, na verdade, não respeita a vida da comunidade escolar. Esses que dizem que a educação é essencial não deveriam ter votado a favor do congelamento dos salários de educadores e educadoras; não deveriam ter votado a favor de um orçamento em que os investimentos em educação e saúde juntos não chegam à metade dos investimentos para emendas parlamentares.

Portanto, é preciso que nós tenhamos investimentos e valorização da educação e que asseguremos a liberdade de se protestar por condições melhores, o que esse projeto a que me refiro também ameaça.

36.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021-
CD 12:20

Publ.: DCD - 16/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.222, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à não aplicação de multas e outras penalidades sobre infrações cometidas por condutores de ambulâncias; de viaturas policiais; bem como de salvamento e combate a incêndio; de fiscalização e operação de trânsito. Defesa do funcionamento das escolas e das atividades econômicas durante a epidemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Meus cumprimentos, pela belíssima iniciativa deste PL, ao Deputado Luis Miranda. Eu confesso que eu pensei que isso já fosse assim. Eu não imaginava que se multassem ambulâncias, carros de bombeiros, carros de polícia, veículos de segurança. Fiquei impressionado com o imenso número de motoristas que me ligaram, que me contataram pelas redes sociais, apoiando este projeto de lei e felizes com ele.

Esse tipo de penalidade é inconcebível, não tem lógica. Se alguém vai apagar um incêndio, como vai parar em sinaleira ou se preocupar se está mal estacionado? Se uma ambulância vai resgatar um doente, não tem como se preocupar com isso! Eu chamaria este projeto de "projeto ovo de Colombo". Isso estava latente, então, era evidente que tinha que acontecer.

Ouvi uma Deputada agora falando sobre vida. Continua esse argumento de que escolas abertas prejudicam. No mundo inteiro, praticamente a imensa maioria dos países está com as escolas abertas, pensando nas crianças. E ainda vêm falar de dados.

Quando se citam dados, é preciso dar a fonte - a fonte! Um, dois professores morreram. Professores morrem, jornalistas morrem, assim como advogados, médicos, Deputados. Todos morrem! Não quer dizer que tenha sido na sala de aula. Temos que ter um mínimo de bom senso. Não dá para sair dizendo "*aconteceu isso*", "*morreu aquele*". A Esquerda gosta muito de manipular dados sem citar a fonte.

Vou dar um dado aqui, e cito a fonte. Vejam a importância de a economia estar aberta. Atenção, vocês, para o número de pessoas que chega ao desatino de retirar a própria alma do corpo - para não ser

mais forte no meu argumento.

Aqui, no Rio Grande do Sul, em Canoas, há uma clínica chamada Vitalitá, com 60 leitos. O Dr. Ricardo Nogueira, psiquiatra, confirma, diz, propaga e divulga que 90% das pessoas que lá estão internadas praticaram uma tentativa de suicídio. Por quê? Porque a economia está matando pessoas. Economia mata! A saúde depende da economia.

Quando você vai comprar na farmácia, paga; quando vai a uma consulta médica, paga; quando vai ao hospital, paga. Economia e saúde andam juntas. Não tem como desassociar a economia da saúde. O bom senso tem que imperar, e o ódio tem que ir embora.

Grato, nobre Presidente.

Documento 378/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD 12:24
Publ.: DCD - 16/04/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Falecimento do empresário Adauto Forte em decorrência da Covid-19, no Estado do Ceará.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria exaltar aqui e registrar um momento muito triste, inclusive, para minha família, a partida de um grande amigo, um primo, um empresário lutador chamado Adauto Forte, do Estado do Ceará.

Adauto era apaixonado pelo futebol, torcedor vibrante do Ceará, solidário com vários ex-jogadores. Era comum, aos sábados, em sua casa, em seu campo de futebol, reunir dezenas de ex-jogadores de futebol aposentados, muitos com dificuldades financeiras, aos quais ele ajudava.

Ele ganhava a vida como marchante, com a venda de carne no Mercado São Sebastião, e nos deixou, levado pela COVID.

É triste o que está acontecendo no Ceará.

Ao Adauto o meu eterno agradecimento. E os meus sentimentos a toda a família.

36.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/04/2021-12:28	
Publ.: DCD 16/04/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 5.222, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à não aplicação de multas e outras penalidades sobre infrações cometidas por condutores de ambulâncias; de viaturas policiais; bem como de salvamento e combate a incêndio; de fiscalização e operação de trânsito. Falecimento de professores por contaminação com coronavírus em sala de aula. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é muito louvável esta iniciativa que agrega dois projetos, um deles, inclusive, de sua autoria, para possibilitarmos segurança e agilidade para que as pessoas que estão no exercício da atividade de salvar vidas e de proteger o conjunto da sociedade não tenham que se preocupar em não serem multadas porque, muitas vezes, têm que estacionar num local errado ou avançar algum sinal. A sirene, quando toca, é como se dissesse: "*Há vidas ameaçadas agora*". Por isso, é muito importante favorecermos esses profissionais para que se sintam seguros e possam continuar exercendo sua função.

Eu penso muito naqueles que estão atendendo e em quantas vidas já foram salvas. Cada um e cada uma de nós tem uma história em que a atuação do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar ou do SAMU foi fundamental para preservar vidas que estão sendo tão menosprezadas pelo Presidente da República.

Um Parlamentar vem aqui e fala em fontes. Eu digo as fontes que apontam que educadores perderam sua vida em função de aula presencial. Isso está nos jornais da cidade. Esses levantamentos foram feitos pela preocupação do próprio sindicato da categoria, esse sindicato que busca preservar a vida e preservar os direitos.

Colocaram uma essencialidade que é falsa. Quem acha que a educação é essencial não votaria num orçamento para retirar dinheiro

da educação; votaria, sim, para que as escolas possam ter recursos para investimentos em atendimento seguro, em água corrente e em salas adequadas.

Quem acha que a educação é fundamental não poderia ter congelado os salários de educadores e educadoras, que são aqueles que, com o giz na mão, mostram qual é a função absolutamente fundamental da educação. Segundo Paulo Freire, se a educação não resolve tudo, sem ela, não resolvemos nada.

Esses não poderiam estar aplaudindo o veto do Presidente da República ao projeto que aprovamos aqui de conectividade dentro das escolas para romper com outra desigualdade que se mostra de forma tão cruel nesta pandemia, que é a desigualdade no acesso à Internet.

Quem defende a essencialidade da educação não poderia concordar com um auxílio emergencial de 150 reais, de 250 reais. Deveria defender um auxílio digno para que as pessoas possam sobreviver com dignidade e para afastarmos a fome que voltou a rondar este País.

Nós achamos que a educação é essencial. E a escola é um local de segurança, de acolhimento, não pode ser um local de risco à vida.

Por isso, nós somos favoráveis a esta matéria e contrários...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 380/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-15/04/2021-
	CD	12:36
Publ.: DCD - 16/04/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à ratificação, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, da decisão do Ministro Edson Fachin de nulidade de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Vínculo entre a prisão do líder petista e à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Artigo publicado pela revista Science, sobre a responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela crise sanitária decorrente da epidemia de coronavírus no País. Aplausos ao Senado Federal pela criação de CPI destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Jair

Bolsonaro no enfrentamento da Covid-19. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas e às medidas de combate à Covid-19. Defesa de abertura pela Casa de CPI de igual teor. Necessidade de votação, pela Câmara dos Deputados, de proposições destinadas ao enfrentamento da crise sanitária e seus efeitos. Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quem nos acompanha pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, Lula não pode ter mais um julgamento de exceção.

Ontem, o Supremo Tribunal Federal fez um debate sobre se deveria ou não o Pleno do Supremo analisar a decisão do Ministro Fachin que anulou os processos do Presidente Lula por estarem no juízo errado, ou seja, a decisão de que Lula não poderia ter sido julgado por Sergio Moro na Justiça Federal de Curitiba.

Em relação ao debate, eu quero ressaltar aqui a fala corajosa, lúcida e coerente do Ministro Lewandowski, que fez uma pergunta simples, singular: há aqui milhares de processos de *habeas corpus*, e justamente o de Lula é o que vem para o Pleno do Supremo? Pois é, essa simples pergunta do Ministro Lewandowski mostra como os processos de Lula são tratados, como Lula é tratado. Aliás, o Ministro também ressaltou que o processo de Lula tem foto e nome na capa, e não o número, como deveria ter, assim como ocorre com os demais processos.

Eu espero, sinceramente, que o Plenário do Supremo mantenha as decisões já dadas pelo Ministro Fachin e pela Segunda Turma do Supremo, que começaram a resgatar a credibilidade do Judiciário brasileiro e resgataram os direitos de Lula, mostrando que o juízo era incompetente, e o juiz era parcial e, portanto, julgou o Lula tendo lado no processo.

A repercussão dessas duas decisões foi muito grande no mundo jurídico e no mundo político. E logo começaram as pressões para que os Ministros do STF pudessem mudar as decisões. E essa é a razão da afetação que fez o próprio Ministro Fachin da sua decisão ao Plenário.

A mídia, então, desde que as decisões foram tomadas, nem sequer um dia deixou de mencioná-las para, na maioria das vezes, atacá-las, tendo a Rede Globo e o jornal *Folha de S.Paulo* à frente desse movimento. E o que eles tentam construir de argumentação é que essas decisões que retornaram os direitos ao Presidente Lula vão

afetar os demais processos da Lava-Jato, vão afetar a operação e beneficiarão outros réus.

Ora, isso é um argumento mentiroso, é um argumento falso, é um argumento oportunista e hipócrita, porque as decisões do STF são personalíssimas em relação ao Presidente Lula. Isso está claro na decisão, porque os processos são personalíssimos. A Justiça não decide no atacado, a Justiça decide no caso que lhe é exposto. E, desde o início, o Presidente Lula tem lutado para provar que é inocente. Nunca desistiu de mostrar isso! Nunca desistiu um dia somente de dizer que aquele juízo o perseguia, que aquele juízo não era competente.

Lembram que o Presidente Lula sempre disse que não trocava sua dignidade por sua liberdade? E ficou preso injustamente por 580 dias. Não fez mediações com o Judiciário, porque não se faz mediação com relação àquilo que não é verdade. Não foi lá pedir redução de pena, nem prisão domiciliar ou uso de tornozeleira. *"Eles que respondam pela violência que estão me fazendo com esses 580 dias de prisão."* E provou no processo a suspeição de Sergio Moro, a incompetência dele.

A suspeição de Moro é em relação a Lula. Foi isso que foi julgado na Segunda Turma. Não é em relação a todos os processos da Lava-Jato, não é em relação a todos os acusados da Operação Lava-Jato; é em relação a um homem: Luiz Inácio Lula da Silva. Os advogados que foram grampeados, que foi o que levou Moro a ser suspeito no processo, foram os de Lula. As conversas que foram vazadas foram de Marisa Leticia, esposa do Presidente Lula. Quando Moro reconheceu que não havia relação entre o triplex e os contratos da PETROBRAS, ele estava se referindo à sentença de Lula, e não às demais sentenças da Lava-Jato.

Lula defendeu sua inocência desde o início. Se algum outro réu quiser uma decisão assim, vai ter que provar, colocar nos autos que foi perseguido e provar que foi perseguido; colocar nos autos que o juízo era incompetente e provar que o juízo era incompetente. Vou repetir: a decisão é personalista. Cabe a um homem: Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, reverter as decisões do Supremo com o pretexto e o argumento de impedir que elas sejam usadas para outros réus, aí, sim, é cometer uma tremenda injustiça, ou seja, é fazer com que um homem que já pagou e que já foi injustiçado seja injustiçado novamente. É a mesma coisa que o inocente pagar pelo pecador. Nós não podemos admitir isso. Eu espero sinceramente que o Supremo Tribunal Federal observe o devido processo legal, cumpra o seu papel e mantenha as decisões em relação ao Presidente Lula.

E quero deixar claro aos Ministros do Supremo: o maior beneficiário

pela interdição de Lula chama-se Jair Messias Bolsonaro, o genocida, o homem que está levando à morte milhares e à infecção por COVID milhões de pessoas.

Hoje foi publicado um estudo na revista *Science* que mostra, com dados, que o Brasil, com essa crise toda em que está, é um dos países com os maiores problemas na pandemia e que o maior responsável pela crise é o Governo Federal. Que bom que vamos ter a CPI no Senado! Esta Casa deveria criar vergonha e abrir uma CPI também, mas que bom que o Senado abriu a sua. Tenho certeza de que não só esse estudo da *Science*, como também aquele da USP que foi feito em janeiro e mostra os atos, as atitudes, a forma de gestão de Bolsonaro, mostra que ele ajudou a causar a crise, isso tudo tem que ser investigado.

Bolsonaro é culpado por essas mortes. Enquanto ele continuar sentado naquela cadeira, nós vamos continuar tendo mortes neste País. Morre, por dia, uma pequena cidade no Brasil. Já morreu uma cidade média, e nós chegaremos a uma grande, pelo jeito como a pandemia está sendo enfrentada.

Não há uma política de isolamento social, não há distribuição de máscara, não há uma atitude do Presidente que seja pedagógica para o povo, não há vacina. Podíamos ter comprado. Não temos vacina. Como imunizar o povo e impedir que morra? É uma tristeza o que está acontecendo neste País. O povo está triste, as pessoas estão tristes, a energia está ruim, e nós temos que mudar essa situação.

Por isso, quero aqui dizer que eu lamento, Presidente. Sei do esforço que V.Exa. está fazendo para votar os projetos, mas nós não estamos numa situação de normalidade. Sei que nós votamos projetos relacionados à COVID, mas nós temos que votar mais: nós temos que votar a renda de 600 reais, nós temos que votar um planejamento para a vacina, nós temos que votar a renda para os agricultores, para os pequenos e microempreendedores, e não a pauta da normalidade, porque nós não estamos normais. Nós estamos tendo resultado de guerra! Como podemos ficar aqui fazendo uma discussão que não tem a ver com o que as pessoas estão vivendo lá fora? Depois, quando dizem que não gostam de política, criminalizam a política, nós nos ofendemos. Nós temos que falar daquilo que o povo está passando e sentindo. Não dá para trabalhar na normalidade.

Nós tínhamos que instalar uma CPI aqui. Mas, mais do que isso, nós tínhamos que abrir um dos 108 processos de *impeachment* que já foram apresentados a esta Casa. É isto que Bolsonaro merece: ser processado, investigado, julgado e condenado. É a primeira pena dele, porque a segunda ele vai ter num tribunal internacional - e vai acabar numa cadeia. Quem mata esse tanto de gente não merece estar na

cadeira da Presidência. Nós precisamos do *impeachment*. Essa, sim, deveria ser a pauta prioritária desta Casa, além de pautas relacionadas aos direitos do povo brasileiro, que passa fome e morre em desassistência na maioria dos Municípios.

Obrigada.

Documento 381/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	12:44
Publ.: DCD - 16/04/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do 33º aniversário de criação do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS. Importância de conclusão das votações do Orçamento Geral da União de 2021. Destinação, pelo Presidente da República, de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas contra a Covid-19. Empenho do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, na celeridade do calendário de imunização contra o coronavírus. Maior rapidez da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na liberação de processos de aquisição de vacinas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos comemorando 33 anos de fundação do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, que representa os 5.570 Municípios. A instituição completou no último dia 12 de abril seus 33 anos e merece todo o reconhecimento da sociedade brasileira.

Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, os Secretários Municipais reunidos se manifestaram pela criação do CONASEMS como entidade formalizada. Ele foi fortalecido com a criação do SUS na Constituição de 1988, na qual foi incluído um capítulo à parte sobre a saúde. O CONASEMS ampliou suas funções inclusive no âmbito internacional, articulando-se com outros países a fim de criar políticas públicas globais. Entidade defensora do SUS, o CONASEMS tem papel fundamental para a implantação nos Municípios de políticas públicas direcionadas pelo Ministério da Saúde.

Na minha gestão como Ministro da Saúde, tivemos excelente relacionamento com o CONASEMS e o CONASS, que é o Conselho dos Secretários Estaduais de Saúde, ouvindo e pactuando políticas na comissão tripartite. Como Ministro, estive presente em todas as



reuniões da comissão tripartite, e, com isso, fizemos a reforma da atenção básica, habilitamos serviços de leitos que estavam parados no Ministério da Saúde, zeramos os processos de concessão de CEBAS, pactuamos políticas de urgência e emergência, revisamos os tetos financeiros dos Municípios, discutimos e implantamos a Política Nacional de Saúde Mental, financiamos construções e reformas de unidades de saúde, informatizamos unidades, entregamos equipamentos, veículos e ambulâncias.

Tudo isso foi feito com o apoio do CONASS e do CONASEMS. Agora, na Liderança do Governo na Câmara, continuo à disposição para ajudar na solução de problemas, na realização de melhorias e no atendimento e fortalecimento da saúde do Brasil.

Parabéns ao CONASEMS, aos diretores atuais e a todos os que passaram pelo órgão desde sua fundação, que fizeram desse importante órgão a base do fortalecimento do SUS. Nos Municípios, a saúde acontece. Vida longa ao CONASEMS! Ele foi, de fato, o grande parceiro da nossa gestão no Ministério da Saúde, Sr. Presidente. Eu sempre digo que, quando alguém é vacinado, é vacinado por um funcionário da Prefeitura. Então, a execução das políticas de saúde está a cargo dos Municípios. Os Secretários Municipais são fundamentais nessa questão.

Quanto à questão política do momento que nós vivemos, Sr. Presidente, não vejo... Nós estamos agora trabalhando para resolver a questão do Orçamento. É muito importante nós superarmos o impasse que está estabelecido sobre o Orçamento. A Lei Orçamentária pode ser sancionada pelo Presidente com um projeto de crédito que devolva parte dos recursos que já foram autorizados pelo Relator Marcio Bittar para a Previdência e para outras áreas de Governo, consolidando o que foi definido pelo Plenário do Congresso Nacional e pela Comissão do Orçamento. A nossa Ministra Flávia Arruda foi Presidente da Comissão e sabe bem da importância de nós chegarmos a um entendimento sobre a sanção do Projeto de Lei Orçamentária, na medida em que os Ministérios estão aguardando o Orçamento para poder implementar as suas políticas. O Congresso Nacional tem por precípua função votar o Orçamento, que é decidir como são gastos os impostos arrecadados da sociedade.

Eu vejo que o Presidente Bolsonaro está aberto às opiniões, está buscando uma solução que seja adequada técnica e politicamente. Ele entende a prerrogativa e o protagonismo que o Congresso deve ter na aplicação de parte desses recursos do Orçamento da União.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento ao trabalho do Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso, que está articulando a solução para a questão do Orçamento, junto com o Ministro Paulo

Guedes, junto com o Senador Fernando Bezerra. Eu tenho colaborado, assim como o Presidente Arthur Lira e o Presidente Rodrigo Pacheco.

Nós temos também a questão da pandemia. Agora, com a determinação do Presidente, que já votamos aqui, de destinar 20 bilhões de reais para a compra de vacinas, nós estamos aguardando que a ANVISA autorize a aquisição de mais vacinas, antecipando a vacinação aqui no Brasil. Somos hoje o quinto país que mais vacinou pessoas no mundo e, logo, seremos o quarto. Vamos passar o Reino Unido em pouco tempo e seremos o quarto país com o maior número de vacinados no mundo. Estamos perdendo apenas para países que produzem vacinas, que, obviamente, estão priorizando a sua distribuição interna.

Sr. Presidente, no que diz respeito à pandemia, nós estamos fazendo um grande esforço. Estive hoje com o Ministro Queiroga. Ele está muito empenhado na aceleração do calendário de vacinação, assim como nosso chanceler, o Embaixador Carlos França. Todos estão trabalhando de forma coordenada para antecipar o calendário de vacinação no Brasil.

Então, aqui fica o nosso apelo à ANVISA: que ela seja célere nas suas decisões, obviamente observando a segurança, a saúde da população. O Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Lewandowski, deu 30 dias para que ela respondesse sobre a vacina Sputnik. Se ela não responder, estará autorizada a compra da vacina Sputnik, que alguns Estados já compraram, bem como o próprio Governo Federal. Temos também a vacina Covaxin, da Bharat Biotech, que está aguardando a autorização da ANVISA, também com reserva de doses para o Brasil, além de uma série de outras vacinas de fabricantes que estão acelerando o seu processo de consolidação da eficácia de suas vacinas na fase três de testes em humanos e poderão receber também autorização de uso emergencial aqui no Brasil.

Então, ficam claros o esforço, o empenho e a dedicação do Governo Federal em prol da vacinação de todos os brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 382/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/04/2021-
	CD	13:24
Publ.: DCD - 16/04/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Imediata instalação pela Casa das Comissões Especiais destinadas à revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal. Participação do orador na CPI destinada à investigação de crimes cibernéticos. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por milhares de mortes decorrentes do coronavírus no País. Não aquisição de vacinas pelo Presidente da República. Defesa de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os brasileiros que nos assistem pela *TV Câmara*, primeiro, quero me associar ao Deputado Vicentinho e também a V.Exa, Sr. Presidente. Eu sei que V.Exa., como Presidente desta Casa e Deputado de muita inteligência, que conhece bem os problemas brasileiros, sabe que nós precisamos urgentemente instalar Comissões Especiais para tratar dos problemas relacionados ao processo penal brasileiro, ao Código de Processo Penal e ao Código Penal, para que nós possamos, de fato, atualizar essa legislação. Mas precisamos fazer isso olhando para o todo, como disse o Deputado Vicentinho, porque, infelizmente, essas soluções cosméticas pontuais geram incoerências, o que nós precisamos evitar.

É óbvio que eu, que já participei da CPI dos Crimes Cibernéticos, sei a importância do combate aos crimes cibernéticos. Mas eu acho que devemos fazer esse debate em um contexto muito mais amplo, até porque a legislação penal protege os bens jurídicos fundamentais, inclusive o bem maior, que é a vida.

Eu queria, inclusive, fazer um comentário sobre a fala de um Deputado que me antecedeu que literalmente minimizou as 360 mil mortes que aconteceram no nosso País. É muito grave o que está acontecendo.

No Rio de Janeiro, ontem, uma enfermeira relatou que as pessoas não estão tendo acesso ao *kit* intubação, estão sendo amarradas. Elas estão pedindo para não morrer. Elas estão sofrendo com dores. Imaginem esse tipo de situação.

Estudo muito sério da revista *Science* atestou a responsabilidade do Governo brasileiro por esse genocídio. Se nós estamos vivendo isso hoje é porque não temos vacina, pois o Sr. Presidente Jair Bolsonaro negou as vacinas - 70 milhões de vacinas - em agosto do ano passado. Nós poderíamos ter mais de 35 milhões de pessoas já vacinadas no País. Quantas mortes não seriam salvas neste processo?

O que nós estamos vendo é literalmente um colapso no sistema de

saúde, em que pessoas estão morrendo. É um verdadeiro genocídio o que está acontecendo, infelizmente, no nosso País.

Eu estou dizendo que uma vida importa. Pensem nos parentes e nos amigos dessas pessoas que morreram! Esta nova cepa do coronavírus atinge até mesmo as crianças, no entanto nós vamos discutir a abertura imediata das escolas aqui?! Este é um tema que deve ser imediatamente retirado da pauta.

Documento 383/702

36.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/04/2021- CD	14:36
Publ.: DCD - 16/04/2021 - BACELAR-PODE -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Realização de maiores investimentos governamentais na educação brasileira.

O SR. BACELAR (Bloco/PODE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comentar sobre o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que, fruto de um movimento autoritário, quer abrir as escolas na marra!

As escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir, desde que haja condições para isso.

A FIOCRUZ - e acho que todo o conjunto de Deputados considera a FIOCRUZ um instituto acima de qualquer suspeita -, quando publicou as suas diretrizes para a abertura das escolas, dentre os critérios utilizados, estabeleceu que o número de casos de COVID no território por 100 mil habitantes deve ser no máximo de nove. Pois bem, no Brasil, em média, esse índice tem ficado em torno de 200, ou seja, 20 vezes mais do que o recomendado. E é para esse ambiente que queremos colocar 50 milhões de estudantes brasileiros? E é nesse ambiente que queremos jogar 5 milhões de trabalhadores da educação no Brasil?

Deputado Marcelo Ramos, que tão bem preside esta e outras sessões da Casa, estamos falando do número de quase 60 milhões de brasileiros - 60 milhões de brasileiros -, quase 30% da nossa população. E, de uma hora para outra, com índices de COVID lá em

cima, esta Casa quer reabrir as escolas na marra. Não pode! A pandemia não está controlada. Por isso, sou contra a reabertura das escolas neste momento. Grande parte das respeitáveis Deputadas e dos respeitáveis Deputados não conhece não a realidade da escola brasileira.

Há pouco ouvia a nobre Deputada Joice Hasselmann dizer que as aulas só retornarão naquelas escolas que tenham condições de reabrir. Deputada, V.Exa. está falando da escola particular, porque a escola pública no Brasil - pouquíssimas, raras! - não tem condições de retornar.

Pergunto: qual Prefeito, qual Governador e o que Ministério da Educação fizeram neste 1 ano e meio praticamente para recuperar a infraestrutura da nossa rede física? Nada! Mas para atender ao *lobby* das escolas particulares, Deputadas e Deputados, alguns querem transformar a escola pública brasileira, como bem disse a nobre Deputada Alice Portugal, num "covidário". Não há a menor condição para o retorno às aulas. Países da Europa, com instalações físicas escolares muito melhores do que as brasileiras, estão suspendendo o retorno às aulas presenciais.

Vamos investir na educação. A elite brasileira, Deputada Joice, tem falhado na tarefa de educar o filho do trabalhador. Deputada, neste País - por isso V.Exa. disse que a educação é um caos -, só em 1988 a educação passou a ser um direito de todos os brasileiros. Até 1988 a escola pública era fechada para o filho do trabalhador.

V.Exa. disse que a educação brasileira é um caos. Era em virtude disso! Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma colocaram, Deputada, 40 milhões de brasileiros na escola, coisa que nenhum país do mundo fez em 30 anos.

Agora, querer aproveitar-se de um momento para ganhar *lobby* da escola particular e matar o professor brasileiro não! Não!

Documento 384/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:28
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Saudação aos povos indígenas brasileiros ao ensejo do transcurso do Dia do Índio, e especialmente ao Cacique Bá, do povo indígena Xocó, do Estado de Sergipe. Atuação dos partidos opositores em defesa dos interesses do povo

brasileiro. Temor do Presidente Jair Bolsonaro diante da instalação, no Senado Federal, da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Descaso do Presidente da República diante do sofrimento causado aos brasileiros pela doença viral. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Morosidade da vacinação contra a Covid-19 no País. Transcurso dos 25 anos do massacre de Eldorado do Carajás; e dos 5 anos do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Homenagem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Congratulação à militância petista pela doação de alimentos à população de baixa renda do Estado de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Presidente, eu queria saudar V.Exa., por estar presidindo a sessão do Congresso, e a Deputada Joenia Wapichana, por intermédio de quem, eu saúdo todos os povos indígenas do Brasil pelo transcurso do dia dos povos indígenas. E também quero saudar, com muito carinho, o exemplo de resistência e luta dos povos indígenas xocós, de Sergipe, na pessoa do Cacique Bá.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, com relação à pauta do Congresso, que a nossa bancada e a Oposição têm contribuído, têm feito todo esforço na busca de soluções para o povo brasileiro.

O Orçamento e todos os vetos que estão sendo debatidos não têm nenhum voto nosso contrário àquilo que é de interesse do povo brasileiro, em especial os mais pobres.

Nós sabemos que o Governo tem maioria absoluta tanto no Senado quanto na Câmara. Lamentavelmente, vimos e acompanhamos o medo do Presidente da CPI do Senado que vai debater e discutir a questão da grave crise causada pela COVID-19. No caso do Brasil, tem sido muito pior pela forma desumana, pela falta de compromisso do Presidente Bolsonaro em relação a esse tema, em especial com os milhares de brasileiros e brasileiras que estão hoje internados, que estão nas UTIs, que estão nas filas, que estão ameaçados, sem remédio, que estão enterrando seus familiares. Estamos vivendo uma grande tragédia nacional, que foi anunciada pelos cientistas e pelos setores comprometidos da ciência, que não foram ouvidos pelo Governo Bolsonaro.

Por isso, nós queremos registrar o nosso compromisso, não só na sessão do Congresso, como em todas as atividades do Parlamento, em defesa da vida. É preciso defender o Orçamento sim, tendo em vista o auxílio emergencial. Nós temos emendas e projetos para

umentar o valor do auxílio, no mínimo, para 600 reais, para garantir vacina para toda a nossa população. A vacinação está muito lenta, devagar, porque o Governo não cuidou e não comprou as vacinas.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria dizer que no último sábado, dia 17 de abril, o massacre de Eldorado de Carajás completou 25 anos. Nossa solidariedade a todos que lutam pela terra no Brasil, em especial ao MST, exemplo de luta, exemplo de solidariedade.

Também completou 5 anos, no último dia 17, sábado, o golpe dado pelo Congresso Nacional que legalizou e autorizou o afastamento da Presidenta Dilma, mulher honesta, decente. Inventaram a história da pedalada fiscal. Aliás, com esses vetos, alguns do PLN, Bolsonaro se prepara para impedir que haja qualquer tipo de pedalada fiscal. Na verdade, aquela pedalada inventada contra a Presidenta Dilma foi uma grande armação para o afastamento dela.

Por fim, quero registrar que, nesse dia 17 também, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, em Sergipe e no Brasil inteiro, levou solidariedade e fez doação de alimentos à população mais pobre, que voltou ao mapa da miséria. Parabenizo a militância do Partido dos Trabalhadores que fez, no dia 17, em ato de solidariedade, a doação de alimentos aos pobres deste País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 385/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:36
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Homenagem aos povos indígenas brasileiros. Repúdio à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro. Caráter absolutista e genocida do Presidente da República. Contrariedade à proposta governamental de reforma administrativa. Transcurso dos 5 anos do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff e dos 25 anos do massacre de Eldorado do Carajás. Solidariedade às famílias das vítimas da Covid-19 no Brasil.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de hoje, nós estamos fazendo uma homenagem muito especial aos povos indígenas deste País, aos povos indígenas que resistem em defesa da própria vida, dessa teia de vida de que o ser humano faz parte. Nós

não somos donos da vida. Fazemos parte de uma teia pulsante diversa de vida, e os povos indígenas são aqueles que mais têm uma relação intrínseca com as diversas formas de vida. Nós temos hoje possibilidade de homenagear essa população dos povos indígenas, que têm sido vítima de tantos ataques - tantos ataques!

Só para se ter uma ideia, o desmatamento da Floresta Amazônica brasileira, de 2019 para 2020, cresceu 13%. E nós estamos vendo hoje uma política antiambiental que se apossou do Ministério do Meio Ambiente. Não é que o meio ambiente não seja prioritário, é que há uma política antiambiental. Nós estamos vendo um aumento inclusive de apreensão de madeira ilegal, pela Polícia Federal, entre 2019 para 2020, de 95%. E o desmatamento provocado por garimpo, sendo grande parte em territórios indígenas, teve um aumento, de 2018 para 2019, de 28%.

E me vem o Governo Jair Bolsonaro fazer uma carta se comprometendo com uma série de intenções de preservação ambiental, um Governo que tem se caracterizado pela destruição do meio ambiente, pela destruição das garantias fundamentais das lideranças, inclusive de povos indígenas. Nunca se atacou tanto os defensores de direitos neste País.

Este Governo colocou como prioridade o garimpo em territórios indígenas. É este mesmo Governo que acha que o Estado lhe pertence. Não pertence ao povo brasileiro, mas lhe pertence. Vejam a destituição do Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, que ali pontuou a ação do Ministro como parte de uma ação criminosa, associada com madeireiros ilegais.

Portanto, essa lógica de querer se apropriar do Estado é uma lógica absolutista, que fere a democracia. Aliás é uma democracia ferida de forma muito intensa, há 5 anos, com um golpe que foi estabelecido contra a democracia, contra Dilma Rousseff. Há 5 anos, este Parlamento se ajoelhou, este Parlamento colocou as suas digitais, num momento extremamente traumático da história brasileira, e possibilitou que tivéssemos uma fraude criminosa na Presidência da República, uma fraude criminosa chamada Jair Bolsonaro.

Essa lógica de Jair Bolsonaro de querer se apropriar do Estado vai estar em várias de suas ações, inclusive na proposta de reforma administrativa, que visa fundamentalmente que o Estado lhe pertença, para que ele possa demitir servidores públicos como quiser, ou possa fundir órgãos públicos de acordo com sua própria vontade - e ele tem se mostrado à vontade, porque atenta contra a vida do povo brasileiro.

Nós, neste momento, queremos nos solidarizar com todas as famílias que vivem muita dor - muita dor, muita dor - em função de uma política

irresponsável e genocida de quem ocupa a Presidência da República.

Por isso, no dia de hoje, em que nós fazemos as nossas homenagens aos povos indígenas, que preservam a brasilidade e que enfrentam essa ganância daqueles que acham que podem fincar as suas estacas, as estacas das suas cercas, na alma deste povo brasileiro, nós queremos fazer muitas homenagens e lembrar também o massacre de Eldorado dos Carajás, também no dia 17 de abril. Num dia 17 de abril, nós tivemos a execução de quem lutava pela democratização da terra e também, num dia 17 de abril, anos depois, há 5 anos, o golpe contra a democracia.

E aqueles que achavam que o golpe ia ficar ensimesmado vão vendo que hoje nós temos alguém na Presidência da República que testa as instituições, que chama a democracia para dançar à beira do abismo e que vive eternamente ameaçando este País com a sua lógica genocida, com a sua lógica criminoso.

Por isso, registro nossas homenagens aos povos indígenas e à preservação da natureza!

Documento 386/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:40
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 10, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Congratulação à Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, pela suspensão de trechos de decretos armamentistas do Governo Jair Bolsonaro. Convite ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, para comparecimento à audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados destinada ao debate da vacinação dos profissionais de educação e dos estudantes contra a Covid-19. Denúncia de esvaziamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo Governo Federal. Aplausos ao Senado Federal pela instalação da CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de abertura do processo de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.



Sr. Presidente, hoje, nós vamos apreciar um dos vetos do Presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020. E vai ficar claro, mais uma vez, para o Brasil todo que a política do Governo Bolsonaro é de mais armas e menos educação.

Aproveito para parabenizar a Ministra Rosa Weber por ter, de forma correta, imposto uma derrota aos decretos armamentistas de Jair Bolsonaro. Cada vez mais, ele tenta desfazer o nosso Estatuto do Desarmamento, votado pelo Congresso Nacional em 2003, que diminuiu em muito o número de homicídios e de mortes no Brasil. Parabéns à Ministra Rosa Weber, porque ela fez com que esses decretos, em grande parte, fossem anulados! Tomara que o Supremo mantenha essa decisão!

O Presidente Jair Bolsonaro vetou, e nós vamos apreciar o veto hoje, um projeto de lei que, para nós, é fundamental, que trata da alocação de recursos no valor de 3,5 bilhões -- portanto, pouco -- para acesso à Internet para alunos carentes, compra de *tablets*, pacote de dados móveis, beneficiando 14 milhões de estudantes brasileiros e 1 milhão e meio de professores do ensino médio e do ensino fundamental.

Quando se fala em retorno às aulas, querendo inclusive, na Câmara Federal, aprovar um projeto estranho de transformar a educação em serviço essencial para o retorno às atividades e para a proibição do direito de greve, o Governo, contraditoriamente, ao invés de potencializar para que os estudantes, especialmente os mais carentes, tenham o acesso à educação, ele veta esse projeto.

Eu quero encaminhar pela derrubada do veto ao PL 3.477 e fazer um convite também ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, para que esteja, no dia 30, na nossa audiência pública da Comissão de Educação da Câmara para discutir a vacinação na educação, para trabalhadores da educação e estudantes, para discutir seriamente o retorno às aulas com segurança, que é do que o Brasil precisa.

Aproveito também, Sr. Presidente, ainda na área da educação, para fazer uma denúncia que me foi encaminhada pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. O Governo Bolsonaro está praticamente acabando com a CAPES. A denúncia é grave. A CAPES é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; é, portanto, responsável por uma política de pesquisas no Brasil. E o Governo Bolsonaro está esvaziando com uma política deliberada a CAPES.

Eu passo alguns dados orçamentários, para que os nossos Deputados e Senadores possam perceber o que está acontecendo com a CAPES. Desde 2016, há uma queda grande do orçamento. Em 2019, por exemplo, esse orçamento foi de 4,2 bilhões, no Governo Bolsonaro; em

2020, diminuiu para 2,8 bilhões; e em 2021, foi menos de 2 bilhões. Os cortes nas bolsas estão, portanto, em torno de 10% na média. Esses cortes são feitos nas bolsas de pós-graduandos. Enfim, é uma política de esvaziamento da CAPES terrível!

Mas a questão não é só recurso, não. Os editais têm sempre um viés político-ideológico. Nós vamos representar isso inclusive no Ministério Público. O Ministério Público está nos ouvindo e precisa fazer um apanhado desses editais com viés político-ideológico do Governo Bolsonaro, que, infelizmente, tem sempre um viés autoritário, um viés neofascista, o que nós vimos denunciando há muito tempo. Além disso, há um esvaziamento também do número de pessoas e, como eu já disse, cortes nas bolsas de estudos.

Então, esse tem sido o Governo Bolsonaro em relação à CAPES, em relação à educação. É um governo que incentiva armas e desincentiva a educação. É um governo, portanto, que merece de nós um olhar muito atento.

Aproveito para parabenizar o Senado pela instalação da CPI do genocídio. Parabéns aos Senadores! Que façam um belo trabalho!

Parabéns também à nossa Câmara! Eu espero que ela abra o processo de discussão do *impeachment* de Jair Bolsonaro. Não é possível! Há mais de cem pedidos de *impeachment* e nada ainda foi analisado. Tomara que seja analisado, como pediu também a Ministra Cármen Lúcia!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 387/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:48
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Índio. Homenagem aos indígenas brasileiros. Demarcação de terras indígenas pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Caráter genocida do Governo Jair Bolsonaro. Importância da instalação da CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República. Expectativa de apreciação de veto aposto a projeto de lei sobre a concessão de auxílio emergencial de 1.200 reais às mães chefes de família.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste dia 19 de abril, precisamos registrar o nosso apreço e responsabilidade para com os povos indígenas e dizer que nada que venha a ser feito neste nosso País pode reverter o genocídio de mais de 5 séculos. Mas, nos dias atuais, parece que o Governo, a cada minuto, tenta acabar ainda mais com os povos indígenas, com a sua cultura, com a resistência que eles realizam ao longo de toda a história brasileira. Cada povo indígena, de cada etnia, de cada cultura, representa muito para nós todos, em defesa do Brasil e de todos os brasileiros e brasileiras.

Quero referir aqui que, nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, 22 milhões de hectares de extensão de terras foram homologados -- chegamos a 22 milhões de hectares em extensão de terras. Quero dizer que se trabalhavam, naquele período, os direitos fundamentais, as garantias fundamentais, ainda que soubéssemos e lutássemos contra a grilagem de terras, a destruição ambiental. No entanto, os que se encontram no Governo hoje, por todas as vias, são aqueles que não apenas atacam os povos indígenas, mas também os fazem sofrer, querida Deputada Joenia Wapichana, através de quem homenageio todos os que lutam em defesa das comunidades indígenas neste 19 de abril.

Ao mesmo tempo, precisamos dizer que todos os brasileiros e brasileiras vivem o genocídio hoje como uma marca deste Governo. Ao falarmos sobre isso, é preciso destacar a importância da CPI, destacar que uma CPI agora instalada assegura que tenhamos ao longo do genocídio, neste momento dramático do Brasil, condições de perceber não apenas as insuficiências, mas também a omissão, que é uma verdadeira omissão de socorro, um crime planejado.

Nós sabemos que o Governo, através do Ministério da Saúde, lamenta sempre. E mais: há a presença de militares no Ministério da Saúde e em tantos postos-chaves do Governo, que agem de forma ruim, de uma forma que não protegem o Brasil, sob o comando desse capitão que se encontra no Palácio do Planalto, que já deveria ter sido "impeachmado".

A CPI vai indicar novos crimes de responsabilidade, podem ter certeza, mas a Câmara dos Deputados está sendo chamada a cumprir o seu papel. Por que, afinal de contas, não estamos analisando ainda os pedidos de *impeachment* tão bem fundamentados e que poderiam ter garantido vidas no Brasil?

Há a omissão não apenas do Ministério da Saúde, mas também a não articulação de toda uma estrutura que o Governo herdou de governos



anteriores, a estrutura erguida, a partir de 1988, com a Constituição Federal, que é o Sistema Único de Saúde. Este Governo, em vez de salvar vidas, de garantir o SUS, de garantir o distanciamento social, de garantir a vacina, agiu por outra lógica. Ele agiu de forma a estabelecer ao Brasil a condição de que o país é um risco, primeiro, para nós mesmos, brasileiras e brasileiros, sobretudo para os mais pobres, para os que vivem nas periferias, para os que estão hoje sem a garantia dos 600 reais, que era o mínimo de auxílio emergencial.

E quero dizer que há entre os vetos que vamos apreciar um projeto do Deputado José Guimarães que visa a assegurar às mulheres chefes de família que recebam os 1.200 reais, que agora foram reduzidos a recursos muito menores, que não cobrem sequer uma cesta básica.

O Deputado José Guimarães apresentou o projeto porque, como há fraudes, muitas vezes, os pais que não cuidam das crianças ficam recebendo os recursos que deveriam ser recebidos pelas mães. Pois até isso há o cabimento de ter sido votado. Quantos crimes nós podemos contabilizar!

Eu prefiro a contabilidade desses crimes de responsabilidade de Bolsonaro para o *impeachment* do que continuarmos contabilizando perversamente mortos no Brasil e nos transformando em um centro da pandemia global, em um centro no qual as mortes são a realidade no nosso País.

Todos nós brasileiros e brasileiras já perdemos parentes, amigos; já perdemos pessoas próximas, pessoas que amávamos. Todos os brasileiros e todas as brasileiras têm razões claras para indicar que este Governo não pode permanecer. E os crimes que ele pratica são crimes de responsabilidade nos termos do Código Penal e da Constituição Federal, mas são também crimes contra a humanidade, porque, no cenário internacional, não há nenhum país como o Brasil que não tenha tomado medidas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Peço à Deputada que conclua.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Agradecendo por este minuto final, quero dizer que eu acredito que a nossa grande responsabilidade, tanto para com os povos indígenas quanto para com todo o povo brasileiro, do qual esses povos fazem parte, é fazermos o *impeachment*.

Creio que a CPI vai indicar mais crimes de responsabilidade, mas talvez nenhum de que nós até agora não saibamos. Ocorre que a omissão do Parlamento em cumprir o seu papel também o faz cúmplice de um morticínio, de um genocídio, da morte anunciada de mais de 3 mil brasileiros a cada dia. E eu não sou cúmplice disso porque luto pelo *impeachment* desde o momento em que chegou ao Governo esse facinora, esse genocida chamado Jair Bolsonaro.

Obrigada, Presidente.

Documento 388/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:52
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Índio. Natureza genocida do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio ao tratamento concedido pelo Governo Federal aos povos indígenas e ao meio ambiente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Marcelo Ramos, colegas Deputados e Deputadas.

O Brasil sempre foi conhecido como o país da diversidade, o país da solidariedade, o país da acolhida. Mas, infelizmente, neste momento que vivemos, não podemos dizer que ainda somos o país da solidariedade. Infelizmente, nós temos um Governo desumano, um Governo muito cruel, um Governo que parece que tem o prazer em ofender determinadas pessoas, determinados povos, determinados adversários políticos.

O Brasil tem povos originários, povos indígenas, que aqui estavam nesta terra, que aqui viveram e vivem ainda. Infelizmente, em outros momentos da história, já foram atacados, comunidades foram dizimadas. E nós nunca vimos, no momento atual, passando por tantos governos, vários governos que passaram recentemente, seja no do Presidente Lula, seja nos governos anteriores, tanta agressão, tanta antipolítica.

Nunca vimos uma política que de fato não considera os povos indígenas detentores de direitos, de reconhecimento; uma política que valoriza a sua cultura, os seus valores, os seus costumes. Infelizmente, é um Governo que sente esse prazer no ataque, no menosprezo. E,

durante a pandemia, demonstrou mais uma vez como age. Agiu e age não garantindo proteção, não garantindo cuidado, não garantindo saúde, não garantindo as devidas medidas para proteger os povos indígenas. Pelo contrário, fez a política inversa. Aliás, infelizmente também fez em todo o País uma política que gerou e causou inúmeras, milhares de mortes no Brasil pela pandemia.

Mais uma vez, repito, o vírus nós não podemos dizer que é culpa do Presidente; mas o que aconteceu no Brasil nós podemos dizer que é culpa do Presidente. Há uma diferença: enquanto outros governos cuidaram, agiram de maneira adequada, no Brasil nós vimos um Governo estimulando condutas, atitudes, atos que geram justamente mais contaminação, mais pessoas vítimas, não recomendando, como deveria agir um verdadeiro líder, as medidas necessárias de proteção.

Por isso, aqui fica o nosso lamento, o nosso repúdio a essa conduta genocida com todo o povo brasileiro e, nesta data em especial, com a comunidade indígena, que, a cada momento, luta por seus direitos. Este Parlamento não pode agir como age o Presidente. Este Parlamento não pode virar as costas. Este Parlamento é o espaço da diversidade, e o povo brasileiro é um só, com suas diferenças e particularidades.

Nós estamos debatendo sobre meio ambiente, clima, e sabemos da importância da floresta. Mas o Presidente faz o inverso, juntamente com seu Ministro, ataca. Estimula também condutas para o desmatamento, para a queimada, para a invasão de áreas indígenas, com uma finalidade única: ganhar dinheiro pela mineração, pela especulação, expulsando aqueles que têm na terra um uso natural, um uso inerente ao seu modo de vida, ao seu modo de ser, que é a terra para a sua sobrevivência.

Então, que este Parlamento reconheça os direitos indígenas e não permita nenhum retrocesso. Que este Parlamento tenha a coragem também de fiscalizar, de apurar as condutas nefastas do Presidente Bolsonaro e do seu Governo, que faz com que o Brasil infelizmente bata um recorde péssimo, que é o de número de mortes, de número de vítimas, que a cada dia só faz crescer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

Sumário

Saudações aos indígenas brasileiros ao ensejo do transcurso do Dia do Índio. Natureza genocida do Governo Jair Bolsonaro. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Marcelo Ramos.

Eu queria, neste momento, em primeiro lugar, cumprimentar e saudar todos os povos indígenas e dizer que na Constituição existe cláusula pétrea de proteção aos indígenas, que está sendo violada barbaramente por este Governo genocida e ecocida. Então, nós queremos saudar os povos indígenas e dizer que não há mal que sempre dure e que eles têm, como povos ancestrais que habitam essas terras desde tempos imemoriais, a nossa solidariedade ativa e a de todo o povo brasileiro.

Mas eu queria, Presidente, tratar um pouco do PLN 2, que nós vamos discutir agora. Na verdade, o que existe aqui é o afrouxamento de uma regra fiscal. Veja: eu sou radicalmente contra o ajuste fiscal. Estou falando porque o Governo entrou num labirinto de ajuste fiscal. Pelo Orçamento aprovado ele pode ser processado, por pedalada fiscal, com a qual cassaram injustamente a ex-Presidente Dilma, porque utilizaram dinheiro público obrigatório, recursos que são obrigatórios - da Previdência, do abono salarial, recursos da agricultura familiar, recursos de trabalhadores -, para garantir emendas parlamentares para os apaniguados do Governo. As emendas parlamentares para cada Parlamentar, em torno de 15 milhões, estão garantidas, constitucionalmente. Esta é a razão do berreiro. Então, neste PLN, evidentemente, nós temos uma questão central, que é a da obrigatoriedade da medida de compensação, que foi colocada no art. 126 da LDO. Agora, o chamado "Programa BEM" - Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, não se pode criar por medida provisória, nem a própria lei, nem o recurso.

Então, eles têm que fazer uma manobra, assim como o teto de gastos, porque eles precisam de espaço orçamentário para aprovar uma medida que já estava em vigor. Ou seja, eles estão fazendo uma enorme ginástica. Vamos votar a favor disso, mas queríamos abrir esta discussão com o Congresso.

Com 373 mil óbitos, mortes no Brasil - e nos solidarizamos com todos

os familiares -, com uma média diária de quase 3 mil mortos, uma pandemia, 42 milhões de pessoas em estado de desemprego, de desalento ou redução de condições de trabalho, com tudo isso, o Governo quer fazer ajuste fiscal com reforma administrativa. Quando se está numa guerra, que é do que se trata aqui, no combate ao vírus, há outras medidas. Vamos discutir as reservas internacionais, vamos discutir até a emissão de dinheiro - há 1 trilhão e 700 bilhões acumulados lá no Tesouro Nacional - e uma reforma tributária em que os de cima paguem a conta da crise. Eles têm muito: os bancos, as grandes heranças, as grandes fortunas. Isso tudo não se discute. Então, tira-se dinheiro dos de baixo, ou seja, do abono salarial, do seguro-desemprego, como dissemos aqui.

Essa ginástica tem que ser denunciada. O Governo, no meio de um ajuste fiscal, não pode pagar um auxílio emergencial mínimo, mixuruca, de 250 reais. Com 600 reais, nós vimos o que foi produzido na economia, que foi uma distribuição de renda, sim, que acabou dinamizando a indústria, o comércio, o emprego e assim por diante, no meio da pandemia, que fez com que as pessoas tivessem condições de ficar em casa.

Por isso, a votação deste PLN é, na prática, a denúncia da austeridade fiscal, é uma manobra, é uma ginástica, porque teto de gastos...

(Interrupção do som.)

Documento 390/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-13:48
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	CLAUDIO CAJADO-PP -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Efraim Filho, Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021, pelo acolhimento de emendas apresentadas à matéria pela base governista. Preocupação do Governo Federal com as consequências fiscais da concessão de auxílios para enfrentamento das crises sanitária e econômica decorrentes da epidemia de Covid-19.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Presidente, eu quero apenas agradecer ao Relator o acolhimento das emendas e dizer que o Governo já vinha estudando a melhor forma de fazer esse espaço fiscal para dar continuidade aos programas emergenciais.

Há de se colocar aqui, Presidente, que o Governo não tem nenhuma condição de furar o teto de gastos. Pelo contrário, nós estamos excepcionalizando essa medida com o espaço fiscal que o Congresso viabilizou e está viabilizando com a votação do projeto. Ao invés de enviar uma proposta de emenda constitucional, com o acatamento da Emenda nº 2, inclusive sugerida pela própria Oposição, nós resolvemos o problema.

Então, o Governo fica preocupado em dar continuidade às ajudas emergenciais, à ajuda as empresas, à manutenção dos empregos, à aquisição de vacinas e ao combate à COVID, como fez no ano passado e continuará a fazê-lo com a responsabilidade de não cometer nenhum tipo de irregularidade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 391/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-13:52
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Associação ao discurso do Deputado Arlindo Chinaglia sobre a matéria. Transcurso do Dia do Índio. Homenagem aos indígenas brasileiros. Importância da atuação do Congresso Nacional em defesa da vida, da demarcação de terras e contra o garimpo ilegal nas áreas indígenas. Homenagem à memória das vítimas da Covid-9 no Brasil. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo agravamento da epidemia no País. Necessidade de adoção de medidas para o combate à fome e para imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Marcelo Ramos, Presidente da sessão do Congresso neste momento. Houve aqui um problema técnico quando fui chamado. Por isso insisti para que eu pudesse falar agora. Agradeço a V.Exa.



Quero deixar claro que as palavras do Deputado Arlindo Chinaglia, o Líder da Minoria, representam o nosso pensamento, contemplam as nossas reflexões sobre o PLN 2. Quero só enfatizar a importância da continuidade do diálogo sobre esses temas tão relevantes e a importância da quebra de patentes.

Sr. Presidente, neste dia, 19 de abril, rendo minhas homenagens aos povos indígenas do nosso País, aos povos originários. É lamentável que estejam sendo brutalmente ameaçados, com as medidas que têm sido adotadas no âmbito do Governo Federal.

É fundamental que nos aliemos à causa dos povos indígenas no nosso País, para defender a demarcação das terras indígenas, ter um posicionamento firme contra a mineração em terras indígenas e também garantir saúde para as comunidades indígenas.

Sabemos que a saúde é dever do Estado. Isso está previsto em nossa Constituição. Os povos originários precisam que sejam adotadas medidas emergenciais, medidas rápidas, em favor da saúde dessas populações em tempos de pandemia. Elas estão sendo muito prejudicadas. Suas comunidades estão ameaçadas. Várias lideranças indígenas já foram mortas pela COVID-19.

Quero também, nesta sessão do Congresso Nacional, prestar minha homenagem à memória das vítimas da COVID-19. Mais de 360 mil brasileiras e brasileiros perderam suas vidas. Sabemos que muitas vidas poderiam ter sido salvas, milhares de mortes poderiam ter sido evitadas, se não houvesse negacionismo no nosso País, se não houvesse postura genocida do Presidente e de muitos de seus aliados.

No ano passado, o Governo brasileiro recusou, deixou de comprar 700 milhões de doses de vacinas do consórcio Covax, criado pela OMS, da Sputnik, da Astrazeneca, do Butantan, da Pfizer, da Johnson, da Moderna. O Governo atrasou a compra de vacinas. Hoje, muitas pessoas não conseguem se vacinar porque o Brasil perdeu o *timing*, em função das posições equivocadas, absurdas e autoritárias do Governo.

É preciso registrar que a nossa população está vivendo um drama social muito grande. Empresas não têm um efetivo auxílio para manter empregos. O emprego vai ficando cada vez mais escasso. O desemprego aumenta. Com o aumento do desemprego, também aumenta a fome de milhões de brasileiros. Segundo os últimos dados, 19 milhões de brasileiros, 9% da população, passam fome, e 55% dos brasileiros não têm uma alimentação adequada, não têm segurança alimentar. A fome voltou, e o Governo brasileiro não adota medidas que resolvam efetivamente o problema do nosso povo.

No Brasil, não precisamos de decretos que flexibilizam a compra e o uso de armas. No Brasil, precisamos de mais comida e mais vacina. Vou repetir: mais comida e mais vacina. Precisamos que as autoridades brasileiras, especialmente o Presidente da República, respeitem e recomendem as orientações das autoridades sanitárias, orientações como estas: não promover aglomeração e usar máscaras nas atividades públicas. O que vemos é desrespeito, não existe um compromisso do Governo Federal. Adota uma postura genocida. É um Governo de morte. Tira a vida da nossa população.

Muito obrigado.

Documento 392/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-14:04
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão das despesas orçamentárias destinadas à saúde pública fora do teto de gastos. Temor do Presidente Jair Bolsonaro diante da instalação, no Senado Federal, da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19. Enfraquecimento político do Presidente da República. Defesa da derrubada do Veto Parcial nº 4, de 2021, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, sobre o estabelecimento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, saúdo V.Exa., todas as Deputadas, os Deputados, as Senadoras, os Senadores que participam desta sessão do Congresso Nacional. Saúdo o povo brasileiro que nos acompanha, os profissionais da imprensa.

Agradeço ao Líder do PT, o Deputado Bohn Gass, a cessão deste tempo da Liderança. Hoje, nesta sessão do Congresso, estou responsável, pelo PT, pela apreciação dos vetos e do PLN. Tenho de reconhecer que a base do Governo tem trabalhado no Congresso com muita habilidade, tem dialogado. Apesar das profundas diferenças do PT e da Oposição em relação ao Governo, tem ocorrido eventualmente a aproximação de posições. Cito o Deputado Efraim Filho, a quem agradeço por ter acatado a emenda de autoria do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

Trata-se aqui, Presidente, de pôr a saúde fora do teto de gastos, fora



da busca de superávit primário, em um orçamento que já não dispõe dessas condições, em particular por causa da pandemia. Torna-se patente que o Governo Bolsonaro, a cada dia que passa, a cada semana que passa, está mais fraco politicamente. Desfruta de um apoio parlamentar. Nós entendemos que esse apoio blinda o Governo contra os mais de cem pedidos de abertura de investigação, que ocasionaria o afastamento do Presidente da República pela Câmara dos Deputados. Muitos crimes de responsabilidade foram cometidos. O Presidente da República está em pânico, o "gabinete do ódio" está em pânico, atacando os Senadores que compõem a CPI que investigará as causas do verdadeiro genocídio que ocorre no Brasil.

O Presidente da República fica muito nervoso, assim como seus Parlamentares, quando é chamado de genocida, justamente porque teme que essa CPI chegue aos fatos, todos eles muito noticiados, e conclua que o Presidente não tomou as providências necessárias em favor do isolamento social, da estruturação do SUS e da compra de vacina; pelo contrário, fez campanha contra o isolamento social.

Propagou uma posição favorável à expansão da pandemia, da contaminação, disputou com Governadores e Prefeitos, tentando impedi-los de tomar as providências necessárias para conter a pandemia e não comprou vacina. Pior, fez propaganda contra a vacina, como se a vacina fosse muito ruim, ineficaz, e fez propaganda a favor de uma série de medicamentos que eram inócuos em relação à COVID ou causavam o óbito de pacientes alcançados por essa doença. Isso é comprovado cada vez mais.

O Governo perdeu o apoio de parte do setor financeiro. Os chefes das Forças Armadas disseram que não o apoiam, tiraram o cavaleiro de Bolsonaro da chuva quanto à possibilidade de golpe.

Hoje, nesta sessão do Congresso, um Presidente fraco, contando com a sua base de sustentação parlamentar, tem dificuldade para manter seus vetos, e a Oposição, agora reunida com o Líder do Governo, avança em conquistas para o povo. Isso está no relatório do Deputado Efraim. No PLN 2, temos emendas importantes.

Quero saudar o Deputado Pedro Paulo - o Deputado Christino certamente tocará no assunto logo em seguida - quanto à importância de se derrubar o Veto nº 4. O Governo está mais uma vez realizando arrocho fiscal, tentando impedir que Estados e Municípios façam a portabilidade das suas dívidas.

Obrigado, Presidente.

8.2021.N Sessão Outro Evento 19/04/2021-14:20
Publ.: DCN - 20/04/2021 - CHRISTINO AUREO-PP -RJ
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, de autoria do Presidente da República, sobre a alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Defesa da derrubada do Veto Parcial nº 4, de 2021, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, sobre o estabelecimento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal. Importância da inclusão na pauta de votações de veto presidencial referente aos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - Fiagro.

O SR. CHRISTINO AUREO (Bloco/PP - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente Marcelo Ramos, primeiramente quero cumprimentá-lo por estar nessa cadeira na sessão do Congresso Nacional, neste brilhante primeiro mandato, já com experiência de veterano. Então, eu o cumprimento.

Cumprimento também o nosso Relator, que não poderia ter sido uma escolha melhor, o nosso querido Deputado Efraim Filho, que conseguiu, através de um relatório em que procurou ouvir de maneira bastante abrangente todos os segmentos que participaram da discussão, e que buscou, através desse PLN, que era de uma expectativa muito grande entre todos nós, sintetizar aquilo que nós já defendíamos desde o início do ano.

Então, o nosso Partido Progressistas e todos aqueles que estão sintonizados com a urgência de promovermos, através do Congresso Nacional, todos os movimentos de apoio à vacinação, às medidas de natureza sanitária, tudo aquilo que nós sabemos que compõe os cuidados básicos, para tirar a nossa população dessa angústia, também sabíamos que já estava tardando o momento de entrar numa discussão sobre os benefícios diretamente relacionados ao emprego, diretamente relacionados aos programas de apoio aos empreendedores.

Então, Deputado Marcelo, quero destacar o papel das Frentes Parlamentares que têm lutado muito por esses temas, a Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo, a Frente Parlamentar de Apoio ao Mercado de Varejo e E-Commerce e tantas outras que têm discutido a importância de aprovarmos o PLN 2.

Aliás, quem conhece a Lei de Responsabilidade Fiscal sabe que havia



uma possibilidade, uma janela importante. Destaco o trabalho do Líder, o nosso Senador Eduardo Gomes, no sentido de deixar claro na sua exposição o fato de que o PLN 2 concentra a possibilidade de abrirmos um espaço importante para a retomada dos programas, principalmente a do BEM, o benefício relacionado ao emprego, permitindo que flexibilizações na jornada de trabalho recebam da parte do Governo o aporte nas empresas, portanto, servindo como uma rede de proteção.

Para quem está nos acompanhando entender bem, todo esse efeito da antiga Medida Provisória nº 936, que virou a Lei nº 14.020, que agora nós poderemos reeditá-la, significa que, ao invés do desemprego acachapante que nós já percebemos em muitas áreas, nós teremos a possibilidade agora de, pelo menos, amortecer um pouco essa onda.

Nós temos a possibilidade de, através desse aporte de recursos, fazer com esse benefício seja retomado, além, é claro, dos fundos garantidores, que vão dar o suporte para retomada do PRONAMP, que é um programa fundamental para que o momento que as empresas vivem possa também, de alguma maneira, ser atenuado, sem falar no PEAC, sem falar nos demais programas de crédito.

É claro, Presidente, que, para que isso seja colocado em prática, nós temos que consagrar aqui o princípio de que tudo isso que nós fizemos no ano passado por iniciativa do Parlamento tenha também o correspondente no Executivo. Ou seja, este PLN celebra o entendimento, esse entendimento que nós esperamos que vá se refletir não só na votação dos vetos ao longo desta semana, uma pauta dos vetos que reequilibrem essa relação, como também na sanção do Orçamento na quinta-feira, contemplando também esse mesmo espírito.

Então, eu gostaria de ressaltar esses aspectos e dizer que - como foi colocado pelo Deputado Afonso Florence e ressaltado pelo Pedro Paulo também - a derrubada do Veto nº 4, que trata do endividamento dos Estados e dos Municípios frente a mecanismos e órgãos multilaterais, é muito importante.

E eu destacaria que, na lista de vetos que nós precisamos pautar, ainda não está na pauta, o veto ao FIAGRO.

Nós precisamos derrubar esse veto, porque ele é injusto com o fundo que vai justamente irrigar a nossa produção do agro e fazer com que ela seja cada vez mais base para a retomada da nossa economia.

Então, Presidente, agradeço o espaço, em nome do Progressistas.

Quero, sim, que nós avancemos na votação do PLN 2, que vai restabelecer do ponto de vista sanitário, mas especialmente do ponto

de vista da economia, a retomada do emprego e a proteção dos nossos trabalhadores e empreendedores.

Obrigado, Presidente.

Documento 394/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-14:28
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Importância da vacinação em massa da população brasileira para a desobstrução do setor produtivo. Ineficácia do lockdown no combate à pandemia do novo coronavírus. Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, de autoria do Presidência da República, sobre a alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, aqui me posiciono muito satisfeito hoje com a relatoria do Deputado e Líder Efraim Filho, futuro Senador da Paraíba.

Fico muito feliz por esse socorro ao setor produtivo, mas, principalmente, há de se observar que, quando salvamos as empresas, estamos salvando os empregos. É um erro gravíssimo tentarmos separar os dois ambientes. Não existe emprego sem a valorização do empreendedorismo. Hoje é comprovado que o "fecha tudo", o *lockdown*, defendido por muitos, não teve efeito prático para salvar vidas. O que irá salvar vidas, de fato, é a vacinação em massa, e, para isso, precisamos fazer de tudo para o quanto antes vacinar todos os brasileiros e termos a retomada.

Hoje, na Flórida, podemos observar o exemplo de Miami. Os meus amigos de lá dizem que nem na televisão passa mais nada sobre COVID, porque a vacinação foi a prioridade. O *lockdown*, o "fecha tudo", deixou de existir, e aquilo que é o mais importante que é defender as empresas e os empresários, que são os geradores de emprego, foi o que tomou a voz naquele Estado, que hoje é exemplo e nunca tratou de *lockdown* e, sim, de vacinação em massa o mais rápido possível. É disso que precisamos tratar aqui.

Isto é o que o Deputado Marcelo Ramos, que preside esta sessão, sempre defendeu: vacina no braço e comida no prato. Não tem comida no prato se você ignorar o empreendedorismo, se você ignorar o setor

produtivo, se você não garantir que os empresários possam abrir respeitando todos os protocolos de segurança, o distanciamento e todas as medidas para nos salvar da disseminação do vírus. Não é isso o que queremos, mas também impedir que o cidadão possa trabalhar para levar comida para dentro do seu lar é um erro gravíssimo cometido por muitos. Tenho certeza de que muitos desses hoje estão arrependidos. O "abre tudo", depois de o *lockdown* comprovar ser ineficiente, é a palavra-chave, mas ela tem que vir acompanhada de vacina no braço e comida no prato.

É preciso valorizar o setor produtivo, como hoje, com o projeto relatado no PLN 2 pelo Líder Efraim Filho, acordado com o Governo Federal, encaminhado pelo Executivo, alinhado com a Oposição e com todos os partidos da Câmara e do Senado. Essa é a demonstração de que é unânime o entendimento de que é preciso valorizar os empresários, os empreendedores, os geradores de emprego, o setor produtivo, como defendido pelo não só Relator, mas também Presidente da Frente Parlamentar que defende o comércio e os serviços, a FCS, da qual eu também sou coordenador e diretor.

Sentimos na pele, no dia a dia, nos debates e na dor do setor produtivo, a necessidade do que estamos fazendo aqui hoje. Em outras palavras, é o retorno dos empréstimos facilitados para o setor produtivo, é o retorno da possibilidade de diminuir a carga horária dos funcionários sem a necessidade de demiti-los. É o retorno da manutenção da atividade econômica, reduzindo os seus custos, com o apoio do Governo, com a flexibilização das leis, sem furtar, essa é a palavra, nada do que está na legislação, porque o PLN vai nos dar condição de repetir, na verdade, o que nós fizemos em 2020. E hoje precisamos fazer isso, até com mais ênfase, porque está muito mais séria a situação que nós estamos vivendo neste momento, não só pela perda de vidas, mas principalmente pelo impacto econômico acumulado nos últimos 12 meses.

Por 5 meses, o setor produtivo ficou fechado. Durante 5 meses, bares e restaurantes aqui no Distrito Federal ficaram fechados. O comércio ficou fechado em torno de 12 meses. É um impacto e lucratividade alguma substitui o que se passou. E, ainda assim, muitos mantiveram os empregos em respeito àqueles funcionários que sempre estiveram do lado deles nos momentos bons.

E agora, neste momento, mais do que nunca, nós queremos agradecer ao Governo Federal pelo encaminhamento do projeto, ao Relator Efraim Filho, que teve toda a sensibilidade de atender às emendas e atender a todos os Senadores e Deputados, para contemplar um anseio, um clamor de toda a sociedade, não só do setor produtivo, mas também dos empregados que sabem que, quando uma empresa quebra, ele é o primeiro afetado, porque ele que será demitido em

primeira ordem.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Quero deixar bem claro que estamos muito satisfeitos com o Governo Federal com este PL 2, muito satisfeitos com a relatoria do Presidente e muito satisfeitos que sua voz esteja ecoando em todo o Brasil.

Vacina no braço, comida no prato! Vamos preservar os empregos e principalmente salvar o Brasil!

Um abraço.

Documento 395/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-14:32
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Ausência de medidas de apoio do Governo Jair Bolsonaro aos pequenos empresários e aos trabalhadores brasileiros. Aumento do desemprego. Crise social e econômica no País. Insuficiência do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Defesa da análise dos pedidos de impeachment do Presidente da República. Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, de autoria do Presidência da República, sobre a alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputados, Sras. Deputadas, quero dizer aqui que é uma pena que só estejamos votando este projeto agora em abril.

O Governo Federal deixou, sem nenhum apoio, os trabalhadores que estão desempregados, que trabalham de bico e que não tinham nenhum tipo de auxílio emergencial desde dezembro. O Governo Federal não adotou nenhuma medida para apoiar o pequeno e o microempresário. Não fez nada, absolutamente nada. O Governo Federal deixou, sem nenhuma condição de apoio, as Prefeituras que estão também sem receber novos recursos. O Governo Federal deixou as empresas, que contratam seus trabalhadores pela CLT, sem o apoio que tiveram no ano passado.

O Governo Federal pensa que tudo está resolvido no dia 31 de dezembro, mas a vida continua e continua cada vez mais dura. O

Governo Federal foi o responsável, o seu Presidente, o Sr. Bolsonaro, por desmoralizar todas as atitudes preventivas desta pandemia, como, por exemplo, não aglomerar, usar máscaras, tomar os devidos cuidados. Esse Governo, senhoras e senhores, absolutamente levou o País ao caos, levou o País a esta crise econômica sem precedentes. Há uma crise social sem precedentes, deixando milhares de empresas irem à falência.

O Governo Federal só adota agora esta medida por uma pressão enorme e grande que está havendo. Temos unanimidade, sim, para votar este projeto. Inclusive foi a emenda do nosso Senador Rogério Carvalho que permitiu que essa extrapolação de teto pudesse amparar ações de saúde, proteção, emprego e ajuda às pequenas e microempresas.

Foi necessário haver essa emenda da Oposição.

Por isso, vamos apoiar esse projeto e queremos que ele seja votado.

Esperamos também votar o projeto do Senador Amin, que restaura as condições de apoio às empresas, de apoio aos empregos. Não é possível o País sobreviver com mais de 15 milhões de desempregados. Não é possível o País sobreviver com milhões de pessoas trabalhando muito menos do que gostariam e do que poderiam trabalhar. Não é possível o País assistir às empresas fecharem - não é por causa do *lockdown*, é porque o Governo não está dando apoio. Agora vêm falar aqui de outros países, dos Estados Unidos? Os Estados Unidos investiram fortemente na vacinação, mas fizeram também o *lockdown* e apoiam as empresas. São trilhões de dólares para as empresas, para manter o emprego. Os Estados Unidos adotam uma política que nós, que gostamos e admiramos tanto os Estados Unidos, deveríamos adotar aqui também. Ora, aqui vêm falar em déficit, vêm falar que o Governo não tem recurso? O Governo tem recurso, sim, para apoiar as empresas; tem recurso, sim, para apoiar os trabalhadores.

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, que aqui se votasse a medida provisória do auxílio emergencial, para que nós pudéssemos discutir o valor desse auxílio emergencial. As famílias estão recebendo hoje apenas uma cota por família - uma cota por família! - e reduzida a 250 reais, mesmo com o aumento de custo de vida brutal que este Governo fez. Há um descontrole absoluto. Há paridade do preço dos combustíveis ao preço internacional. Isso está quebrando o País, está quebrando a economia, está levando milhões e milhões de pessoas à miséria.

Nós temos que encerrar esse período triste da nossa história. Por isso, nós queremos que se analisem os pedidos de *impeachment* que estão na gaveta. A gaveta do Presidente da Câmara não fecha mais, devido

a tantos processos que existem entulhados lá. Analisem!

Documento 396/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-14:36
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Saudações à Deputada Joenia Wapichana, representante dos povos indígenas. Negligência do Governo Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19. Regozijo com a aprovação de projeto de lei sobre o afastamento das mulheres grávidas do trabalho presencial durante a pandemia.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, eu quero fazer uma saudação especial a todos os povos indígenas no dia de hoje.

Eu tenho o privilégio de ter nascido num Estado como o Acre, rodeado de comunidades indígenas.

Nas comunidades onde eu morei, no seringal Cruzeiro do Vale, hoje Porto Walter, sempre dediquei parte dos nossos mandatos de Deputada Federal à causa indígena, porque acho muito justo.

Eu fiquei até muito emocionada quando ouvi a Deputada Joenia Wapichana, hoje, iniciar a fala na língua dela. É a primeira mulher Deputada Federal indígena no Brasil. Isso é um grande avanço, mas ainda não quer dizer que somos um país democrático. O Plenário da nossa Casa é um Plenário de brancos e, na maioria, de ricos. Nós precisamos de mais mulheres, de mais negros, de mais indígenas, de mais representantes dos trabalhadores.

Eu quero fazer toda a minha saudação a essa resistência indígena no Brasil inteiro em defesa de suas terras, em defesa do pão, em defesa da sua dignidade como brasileiros, representados neste Parlamento pela Deputada Joenia, a quem eu saúdo com toda a euforia de ser parceira e colega dela neste Parlamento.

Sr. Presidente, hoje 373 mil famílias choram a morte dos seus entes queridos no Brasil pela COVID. São milhares de caixões no colo do Presidente Bolsonaro, que precisa ser investigado por toda a sua irresponsabilidade no cuidado com a população. Nós não podemos nos esquecer de dizer que, no ano passado, o Presidente Bolsonaro se

recusou a comprar 70 milhões de doses de vacina. Hoje nós temos filas em todas as cidades brasileiras, porque os brasileiros querem, sim, se vacinar. O Presidente Bolsonaro deu um tiro no pé quando imaginou que os brasileiros não queriam tomar a "vachina" - como ele costumava chamar, para inclusive insultar a China.

O Presidente Bolsonaro desconhece a realidade do Brasil, o País que mais vacina no mundo. Somos uma população que, desde a infância, se vacina. Todos nós temos uma marca no braço das vacinas que tomamos na infância. É tradicional nas famílias brasileiras. O Presidente Bolsonaro, por não conhecer o País, por não conhecer os brasileiros, chegou a brincar dizendo que quem se vacinasse poderia virar jacaré.

Infelizmente, Sr. Presidente, no meio de tantas mortes, nós temos as grávidas. Nos primeiros 6 meses da pandemia, de todas as grávidas que morreram no mundo, 77% eram brasileiras. Que triste recorde o Brasil alcançou! De todas as grávidas que morreram no mundo, 77% eram brasileiras, nos primeiros 6 meses da pandemia. E essa situação só tem piorado. Sr. Presidente, os dados nos dizem que, no ano passado, primeiro ano da pandemia, morreram 453 grávidas. Agora, até o dia 7 de abril, já morreram 289 grávidas. O Brasil caminha também para um genocídio de grávidas e bebês.

Este é o Governo do Presidente Bolsonaro, que não cuida do País.

Eu sou muito grata à Câmara dos Deputados, em especial à bancada feminina, que encampou a nossa luta. Mais de 15 Deputadas subscreveram comigo o projeto de lei que afasta as grávidas do trabalho presencial. Nesta semana, o Senado da República também aprovou o projeto. Na Câmara e no Senado, nós já fizemos a nossa parte. Nós aprovamos o projeto de lei que afasta as grávidas do trabalho presencial. Precisamos agora que o Presidente Bolsonaro sancione esse projeto. É preciso salvar vidas! Quando estamos salvando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - V.Exa. tem mais 1 minuto, Deputada Perpétua.

É necessário que habilite o seu microfone.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Obrigada, Sr. Presidente.

Então, eu faço um apelo ao Presidente da República para que sancione o projeto de lei aprovado na Câmara e, na semana passada, aprovado no Senado, de minha autoria e de coautoria de mais de 15 Deputadas desta Casa, que afasta as grávidas do trabalho presencial. Salvar uma grávida durante a pandemia é salvar duas vidas, é salvar a mãe e o bebê.

Sancione, Presidente Bolsonaro, porque nós queremos salvar vidas! Nós queremos salvar as mães e os seus bebês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 397/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-16:48
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Contrariedade do orador ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela crise sanitária no País decorrente da pandemia do novo coronavírus. Instalação de CPI, no Senado Federal, destinada à investigação do assunto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, muito obrigado.

Presidente, eu quero fazer coro com os dois últimos oradores que me antecederam, o Deputado Professor Israel Batista e o Deputado Pompeo de Mattos. Quero dizer que eles têm total razão - e eu quero reafirmar essa posição, que não é apenas minha, mas de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores - quando se posicionam de forma contrária a este Veto nº 10, do Presidente Jair Bolsonaro, que nós vamos apreciar daqui a pouco.

Na verdade, o que o Presidente vetou foi o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020. Esse projeto é muito importante, neste período de pandemia, exatamente para os estudantes mais carentes. Ele determina o valor de apenas 3,5 bilhões de reais - e eu digo apenas porque o bem que ele vai fazer aos estudantes mais carentes do Brasil é enorme - para



fazer com que 14 milhões de estudantes tenham acesso real à Internet, com a compra de *tablets* e também de pacotes de dados móveis. Assim, os estudantes poderão acompanhar, neste período de pandemia, todo o procedimento adotado por professores e professoras. Para isso, os estudantes precisam ter essa condição. Isso também vai fazer com que aproximadamente 1,5 milhão de professores e professoras tenham instrumentos adequados para ensinar aos alunos. Isto, sim, é trabalhar durante a pandemia para que a educação seja colocada a serviço do nosso povo, do povo brasileiro.

O Presidente vetou esse projeto. É muita falta de visão! Mas um Presidente que faz decretos para armar as pessoas, em especial as milícias, que ele tanto adora, entre outros, é claro que agiria dessa forma. Ressalto, aliás, que esses decretos tiveram a validade suspensa pela nossa querida Ministra Rosa Weber, que entendeu que não era possível, neste período de pandemia, colocar mais armas na mão de brasileiros e brasileiras, em especial de milícias, de milicianos. Ela concedeu uma liminar, suspendendo esse absurdo do Governo Bolsonaro.

Vejam que são dois pesos e duas medidas completamente diferentes: para a educação, o veto, prejudicando estudantes carentes; para armamentos, decretos que possibilitam a compra de mais armas.

Isso é exatamente o contrário do que o Brasil precisa. Nós precisamos é de mais vacina e precisamos de mais escolas, e não, de mais armas. Então, é muito importante que nós derrubemos esse veto do Presidente.

Mas eu quero aproveitar o gancho para falar do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que reconhece como serviço essencial a educação e estará na pauta da Câmara a partir de amanhã.

Reconhecer a educação como atividade essencial é apenas para que as pessoas - professores, estudantes - retornem à sala de aula sem garantias. Isso também não é possível neste momento de pandemia. Isso é ampliar o genocídio que nós já vivemos no Brasil.

Já existe, inclusive, uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado - parabéns aos Senadores! - que vai investigar as responsabilidades deste genocídio. Eu concordo com o que já disse o Relator dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Renan Calheiros, a quem parabenizo.

Senador Renan Calheiros, olho vivo, lupa no Presidente Bolsonaro, porque ele, sim, é o principal responsável por esse genocídio que está nos acontecendo! Ele sabia e foi avisado de tudo isto. Foi avisado de que nós precisávamos fazer isolamento social; foi avisado - e a

Organização Mundial de Saúde estuda cientificamente isso - de que cloroquina não curava, mas ele preferiu manter essa política genocida. E não é possível que, agora, simplesmente, nós aprovemos um projeto de lei que determina que todos os professores e estudantes tenham que voltar ao trabalho presencial no Brasil inteiro, sem uma análise das condições de cada Município, de cada unidade escolar, para saber se tem ou não as condições para fazer isso.

Portanto, a derrubada do veto hoje; a aprovação do projeto que vai garantir a Internet aos estudantes; e, depois, a derrubada desse projeto que reconhece a educação como serviço essencial, para obrigar o retorno às aulas, são fundamentais no dia de hoje e no dia de amanhã.

Muito obrigado, Presidente.

Fora, Bolsonaro!

Documento 398/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-17:08
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 50, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 983/2020), sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos ; e do Veto Parcial nº 8, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43 de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 1.003/2020), sobre autorização ao Poder Executivo federal de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelecimento de diretrizes para a imunização da população. Importância da grantia da dupla cota do auxílio emergencial para famílias monoparentais. Defesa da derrubada do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Presidente.

Queria aproveitar a oportunidade para tratar de dois vetos que serão apreciados na próxima semana. Infelizmente, ainda não houve uma sinalização do Governo para a derrubada deles, porque são temas

fundamentais para o povo brasileiro neste momento dramático que vivemos.

É fundamental que possamos garantir a dupla cota para famílias monoparentais, num cenário em que ao menos 11 milhões de famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que dependiam inclusive do auxílio emergencial, mulheres mães solo.

Falo também do Veto nº 10, que trata da ampliação de Internet nas escolas brasileiras. Em tempos de pandemia, de aulas presenciais inviabilizadas, quantas famílias não tem acesso à Internet? É de interesse do Brasil que esses vetos sejam derrubados.

Espero que esta Casa esteja ao lado do povo.

Documento 399/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-17:16
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Relato sobre reunião dos Líderes partidários para o debate sobre a votação de vetos presidenciais e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Expectativa de apreciação na próxima sessão do Congresso Nacional do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, e do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para o estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial tratado no art. 2º. Manutenção de acordo entre lideranças partidárias para rejeição de vetos ao Projeto de Lei nº 6.341, de 2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), sobre o aperfeiçoamento aperfeiçoa da legislação penal e processual penal (pacote anticrime).

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei muito rápido. A Minoria está representada pelo nosso Deputado Arlindo Chinaglia no Congresso. Nós tivemos uma reunião hoje, de 8 horas da manhã até às 4 horas da tarde, uma reunião dura, difícil, com os Líderes em relação ao debate dos vetos e do PLN.

Acho muito importante destacarmos a questão do Veto 10 e do Veto 35, para que eles possam estar na semana que vem, na sessão de terça-feira, sob um acordo, o que é fundamental, de boa vontade.

Queremos ainda registrar uma importante vitória hoje desta Casa, no que diz respeito à votação do pacote anticrime. Nós havíamos feito uma votação aqui, respeitando os 200 dias de trabalho de todos os Deputados que participaram dessa iniciativa, e hoje havia o risco de isso ser votado de forma diferente no Senado. Mas houve o acordo, houve o entendimento. Fica, portanto, registrada uma vitória importante desta Casa em relação ao trabalho feito no pacote anticrime, com o compromisso de se derrubar o veto e manter o acordo da Casa.

Documento 400/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-17:20
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Indignação com a retomada das aulas presenciais no Brasil sem a adoção de medidas preventivas contra a Covid-19.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada. Eu agradeço a oportunidade de me dirigir a este Plenário do Congresso Nacional para reforçar a importância de derrotarmos os vetos colocados por Jair Bolsonaro. Sobretudo, Sr. Presidente, eu quero defender que tenhamos condições de derrubar o veto sobre os temas referentes ao acesso à Internet para os estudantes brasileiros. É realmente uma situação absurda o que nós estamos vivenciando no Brasil há mais de 1 ano, uma situação extremamente precária para os nossos alunos e educadores e educadoras. A pandemia exige o afastamento social. Os educadores e as educadoras não foram vacinados. E, Sr. Presidente, quando temos a oportunidade de termos uma medida efetiva, que, aliás, nasce de dentro da Câmara dos Deputados, de dentro do Senado, Jair Bolsonaro veta o acesso dos estudantes à Internet. É fundamental o acesso à Internet, o acesso a computadores, a livros, à merenda escolar. Por que o Ministério da Educação não apresenta um projeto para garantir que exista uma proposta pedagógica, ainda que mantendo o afastamento social, e por que não garante a vacinação dos educadores e educadoras e dos alunos para a retomada das aulas? Não há como retomar as aulas votando, por exemplo, amanhã, na

Câmara, a educação como área essencial, que é...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Para concluir, conecte o microfone novamente, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, quero deixar registrada aqui a minha indignação com essas duas matérias que se combinam de forma negativa para os estudantes e para a educação brasileira. De um lado, o Presidente veta o acesso à Internet, veta o acesso a computadores e nada faz para que as novas tecnologias estejam acessíveis a quem deveria, 50 milhões de alunos.

De outro lado, segue o debate sobre *homeschooling* e não oferece as condições. Querem a retomada das aulas sem enfrentar a COVID-19. Isso é lamentável, porque não há Ministério da Educação como não há Ministério da Saúde no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 401/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-17:28
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do eto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFU durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e sobre alteração das Leis nºs 9.615, de 1998, e 10.671, de 2003. Defesa de rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Crítica à inclusão na pauta da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Necessidade de atuação do Congresso Nacional em defesa da educação pública.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "não".

Aproveito para, mais uma vez, reforçar a necessidade da derrubada do Veto nº 10, que envolve a ampliação do acesso à Internet nas escolas. Eu sou professora, Presidente Marcelo Ramos, e sei bem da importância da escola pública para o futuro do Brasil, para a vida das crianças. Infelizmente esta Casa está querendo, sem pensar em nenhuma medida sanitária, votar o PL 5.595, que possibilita a abertura das escolas sem nenhum planejamento, no momento mais agudo da crise sanitária no Brasil, em vez de votar matéria que cria condições de abertura das escolas em segurança.

Esta Casa também não está criando condições para as crianças estudarem em casa, porque muitas não têm acesso à Internet. Assim, não há condições nem para o ensino virtual, nem para o retorno à escola. É preciso que o Parlamento seja mais contundente em relação à importância da educação pública, Presidente.

Documento 402/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-17:28
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	SORAYA SANTOS-PL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do eto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFU durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e sobre alteração das Leis nºs 9.615, de 1998, e 10.671, de 2003. Expectativa de rejeição do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para o estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial tratado no art. 2º.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é muito bom vê-lo sentado à frente da Presidência do Congresso Nacional. Tenho certeza de que o Amazonas está muito orgulhoso de V.Exa.

O PL encaminha "não", pelo acordo.

Quero registrar a importância da reunião que nós tivemos hoje com o

Senador Eduardo Gomes. Falamos pela bancada feminina sobre a importância de na semana que vem votarmos a derrubada do Veto nº 35.

Então, o PL vai encaminhar pelo acordo firmado, mas queríamos dizer da importância para as famílias monoparentais da dobra desse valor, no momento em que esse dinheiro foi fundamental na crise econômica instalada.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 403/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:00
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do veto parcial nº 50, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 983, de 2020), sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e alteração da Lei nº 9.096, de 1995; da Lei nº 5.991, de 1973; e da Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001. Transcurso do Dia da Resistência e Luta dos Povos Indígenas. Defesa da inclusão na pauta de votação da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, sobre regulamentação da profissão de Agente Indígena de Saúde - AIS e Agente Indígena de Saneamento - AISAN, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SasiSUS, de autoria da Deputada Joenia Wapichana.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim".

Permita-me tratar aqui de outro tema rapidamente, Presidente.

Hoje é o Dia da Resistência dos Povos Indígenas. E é preciso dizer que Bolsonaro é a cara do colonizador, aquele que invadiu o território dos povos indígenas e construiu este Brasil sobre sangue indígena e que, infelizmente, segue com uma política genocida, ecocida e anti-indígena. É lamentável que tenha aumentado em 59% o desmatamento em terras indígenas durante a pandemia, por invasores; que haja milhares de garimpeiros também atuando em terras indígenas; e que se queira, como o Governo quer, aprovar a mineração em terra indígena. E, além disso, há o PL da grilagem, há missionários

invadindo espaços de indígenas isolados.

Infelizmente, o PL 3.514, da Deputada Joenia, aprovado no Colégio de Líderes para entrar na pauta, não entrou. Mas, ao mesmo tempo, temos aqui a proposta de privatização dos Correios. Então, isso é lamentável.

É preciso que esta Casa olhe para os verdadeiros donos do território brasileiro, os povos indígenas.

Documento 404/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:08
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	MARCELO ARO-PP -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a derrubada, pela Câmara dos Deputados, dos vetos presidenciais apostos ao projeto de lei sobre isenção de pagamento de parcelas de 2020 de dívidas renegociadas pelo Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut. Expectativa de derrubada do veto no Senado Federal. Prejuízos resultantes da pandemia de Covid-19 aos times de futebol.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Marcelo Ramos, que conduz esta reunião com maestria e é um grande amigo. É uma alegria poder vê-lo conduzindo os trabalhos aí.

Quero também cumprimentar todos os colegas - as Deputadas, os Deputados, os Senadores e as Senadoras - que participam hoje da sessão do Congresso.

Queria também fazer um registro e um agradecimento, em primeiro lugar, à Câmara dos Deputados, que já derrubou o veto presidencial em relação ao PROFUT. Isso era muito importante que fosse feito. Eu relatei esse projeto na Câmara Federal em abril do ano passado. Na época, foi fruto de um acordo, um acordo do qual participaram o Ministério da Economia e o Ministério da Cidadania. Nós aprovamos na Câmara, aprovamos no Senado, mas, para minha surpresa, o mesmo Ministério da Economia que deu aval, que concordou com o texto, depois recomendou ao Presidente que fizesse o veto.

Mas, hoje, esta Casa legislativa, a Câmara dos Deputados, e, daqui a pouco, se Deus quiser, o Senado Federal vão mostrar que, de fato, a palavra final é do Congresso Nacional. E nós vamos dar o recado de que palavra na política precisa ser cumprida. As pessoas precisam entender que, no nosso trabalho, no nosso ramo, o que vale é o fio do bigode.

Eu trabalhei nesse texto incansavelmente. Foram inúmeras as reuniões. Tive o aval do Ministério da Economia e do Ministério da Cidadania, que sinalizaram positivamente em relação ao texto e, depois, indicaram o veto. Isso é muito ruim na política. Mas, hoje, a Casa deu o recado, mostrou que vale, sim, a palavra. E a decisão final é desta Casa.

Então, eu quero parabenizar todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras e dizer que hoje nós resgatamos os clubes de futebol que estão...

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Permita-me usar a palavra por 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Marcelo Aro, abra seu microfone de novo, para concluir.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) - Vou concluir, Presidente. Obrigado.

Hoje nós fizemos algo que é justo. Os clubes brasileiros de futebol sofreram muito com esta pandemia. Eles não têm acesso à bilheteria mais, porque os jogos estão sem público. Os patrocinadores de várias equipes diminuíram seus patrocínios ou simplesmente rescindiram o contrato, porque, como nós sabemos, em época de pandemia e de crise, o primeiro lugar que é afetado é a publicidade. Então, a receita dos clubes baixou muito. E o que nós fizemos não foi anistia, o que nós fizemos não foi perdão de dívida, foi apenas uma suspensão, um congelamento, durante o tempo da pandemia, enquanto durar a pandemia.

Então, Presidente, quero mais uma vez agradecer esta vitória do Parlamento, esta vitória do futebol, esta vitória dos clubes. Vamos em frente.

Muito obrigado, Presidente.

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:36
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	DANILO CABRAL-PSB -PE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alcance dos menores índices de letalidade por Covid-19 pelo Estado de Pernambuco e demais Estados nordestinos, Segundo levantamento da Organização Pan-Americana da Saúde. Expectativa de autorização da aquisição da vacina Sputnik pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Omissão do Governo Federal na compra de vacinas. Aplausos aos governadores nordestinos pelo enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Organização Pan-Americana da Saúde divulgou hoje dados referentes aos índices de letalidade da COVID no Brasil. O Estado de Pernambuco, de todos os Estados do Brasil, foi o que teve o menor índice: menos da metade da média de mortes no Brasil para cada 100 mil habitantes. O caminho é longo, mas é importante registrarmos o trabalho muito sério que vem sendo feito pelo Governador Paulo Câmara, com toda a responsabilidade, de olho na ciência, com medida restritiva, mas também com estruturação de leitos de UTI - mais de 1.600 leitos -, contratação de quase 10 mil profissionais, estruturação dos hospitais, busca da vacina.

É importante destacar que não só Pernambuco, mas o Nordeste todo teve os menores índices de todo o Brasil. Todos os Governadores do Nordeste, desde o início da pandemia, vêm tratando com muita responsabilidade esse tema, inclusive em relação à aquisição da vacina. Estamos aguardando a ANVISA autorizar a aquisição da vacina Sputnik. Registro o importante trabalho que vem sendo feito pelos Governadores do Nordeste na aquisição de vacinas.

Infelizmente, temos visto que o Governo Federal tem sido omisso nesse movimento de aquisição das vacinas, desde julho do ano passado, quando foram ofertadas mais de 70 milhões de doses pela Pfizer. Essas vacinas deveriam ter chegado no final do ano passado, e o Governo não quis comprá-las.

Os Estados do Nordeste fizeram já um contrato com a Rússia para a compra de 40 milhões de doses de vacina só para o Nordeste. Estamos aguardando ainda a ANVISA, que não liberou a aprovação que pode fazer essas vacinas chegarem e ajudar na imunização da

nossa população.

Quero aqui parabenizar todos os Governadores do Nordeste pela forma como vêm enfrentando a pandemia.

Documento 406/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:40
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Iminência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Indignação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre alteração da Constituição Federal, com vistas a medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituição do Novo Regime Fiscal. Prejuízos às indústrias farmacêutica e química nacionais no Governo do ex-Presidente Michel Temer. Defesa da justiça salarial para os servidores públicos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra não para falar diretamente sobre o conteúdo do veto, mas para falar sobre o ataque generalizado ao serviço público federal e ao Estado brasileiro.

Estamos às vésperas do início do debate da PEC 32, a reforma administrativa, que já vem antecipada pela PEC 186 e que traz consigo também vários decretos e portarias que inviabilizam os serviços públicos no Brasil. Nós temos a Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos. Agora, por exemplo, este Orçamento, lamentavelmente, ainda impõe restrições gigantescas ao investimento, à pesquisa, à inovação, ao funcionamento das universidades. A verdade é que há um destroçamento do Estado nacional desde o golpe, que completou 5 anos.

O Sr. Temer acabou com o complexo industrial farmacêutico, a indústria química brasileira. A própria ABIQUIM manifestou-se à época. Abriam-se os portos não para as nações amigas, mas para as nações predatórias. Isso aconteceu no Brasil ao arripio da lei e, infelizmente, hoje nos torna um País colonizado, um País com grandes dificuldades para o enfrentamento da pandemia, porque, por exemplo, 90% dos

fármacos são importados. Todos os materiais, EPIs, os principais equipamentos de proteção individual para o enfrentamento à COVID são importados. E uma patente leva anos para ser liberada. Estamos em grande dificuldade.

É preciso proteger o Estado nacional, garantir justiça salarial para os que servem à população brasileira. Acima de tudo, é preciso desmistificar a ideia de que há preguiça e paradeiro. Não! Há muito trabalho, há muita gente salvando vidas. Sem dúvida, é necessário vitalizar o setor público em vez de desconstruí-lo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 407/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:48
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Defesa do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Congratulações ao Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, pela apresentação de proposta à matéria sobre destinação de verbas orçamentárias para combate à Covid-19 e para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Luta do Partido dos Trabalhadores pela extinção da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituição do Novo Regime Fiscal. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este PLN altera a LDO porque nela foi incluído, de forma inédita, um dispositivo que obrigava as compensações, em se tratando de transferências, dotações e créditos extraordinários. No período da pandemia, a LDO do Governo Bolsonaro veio propondo restrições. Fora do teto, hoje nós só temos os 44 bilhões de reais que estão na PEC 109, a antiga Emenda Constitucional nº 186. Por isso, é importante possibilitar que os créditos extraordinários não sejam submetidos à compensação no ano de 2021, ano da pandemia.

Eu queria parabenizar o Líder do PT, o Deputado Paulo Rocha, que

apresentou um projeto que já discrimina para onde irão estes créditos extraordinários: para o combate à COVID, para o PRONAMPE, para a garantia dos empregos.

Por esta razão, nós do PT orientamos a favor do PLN e vamos trabalhar para acabar, em particular, com a Emenda Constitucional nº 95, urgentemente, agora na pandemia, para garantir investimentos para o combate à COVID e para a banda larga na rede pública educacional.

Muito obrigado.

Documento 408/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:52
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	VINICIUS POIT-NOVO -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do NOVO pela austeridade fiscal, manutenção de empregos, defesa dos empreendedores e em favor da vacinação contra a Covid-19. Correções de falhas no Orçamento da União pelo Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Apresentação de destaque pelo NOVO para votação do texto original da matéria. Crítica à irresponsabilidade fiscal do Governo Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

A votação do NOVO vai chegar em breve, mas eu quero dizer da importância que nós demos a este PLN. Nós enviamos ofícios ao Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, em que mostramos que, no ambiente da economia brasileira, urge uma solução para os empreendedores, para a manutenção dos empregos, para a renegociação dos contratos de trabalho, além do combate à pandemia, com prioridade para a vacinação.

Portanto, este PLN, complementando um orçamento que já veio com graves falhas e até mesmo com a possibilidade de ser cumprido somente com pedalada fiscal, vem para resolver um problema que atinge a sociedade, o que os empreendedores estão aguardando lá



fora com muita ansiedade. O NOVO pediu urgência, mandou ofício e ficou surpreso com a realização de uma sessão do Congresso numa segunda-feira, diante de um PLN importante como este.

O relatório deste PLN fugiu muito ao do original, Sr. Presidente. Quando nós falávamos de um PLN para salvar os empregos, os empreendedores, este PLN foi muito além, foi pervertido: ele abriu espaço para que muitas outras despesas do Governo, além das relacionadas com os empreendedores, com os empregos, com a pandemia, entre outras, saíssem do Orçamento e da meta fiscal do Governo - neste caso, nós podemos dizer que está saindo da meta fiscal; uns poderão interpretar que está furando o teto - e fossem para o PLN.

Para quê, Sr. Presidente? Para que as emendas dos Relatores e as emendas dos Deputados fossem mantidas no Orçamento do Governo. Diante disso, o Governo fez um malabarismo fiscal, fez um malabarismo com um PLN que seria para empreendedores, a fim de acomodar e tirar despesas importantes do Orçamento e abrir espaço para as emendas dos Deputados.

Nós cobramos há tanto tempo que o Governo vetasse estas emendas e que corrigisse o Orçamento. Nós mandamos uma carta ao Presidente da República em que pedimos a correção dessas emendas, que estão sendo priorizadas, ao invés das despesas primárias, das despesas obrigatórias - estas emendas são alvo do TCU -, e pedimos mais informações ao Ministério da Economia.

Mas não! O Governo, para não ter que vetar e enfrentar o Parlamento, coloca isso como forma de sair da meta fiscal no PLN e abrir espaço para manter estas emendas. Na nossa visão, esta não é uma atitude responsável do Presidente Bolsonaro, que prometeu ser diferente, que correu na rádio-peão, que cogitou viajar, não estar aqui, para não ter que sancionar o Orçamento. Agora, via PLN, tira a margem das emendas dos Deputados para poder sancionar o Orçamento como está e fazer um acordo ou outro para diminuir um pouquinho, mas mantê-lo. Se as emendas são de 30 bilhões ou 18 bilhões, nós temos que fazer o protesto aqui.

Um projeto que seria muito bom para os empreendedores agora fica como uma maneira de o Governo do Presidente Jair Bolsonaro não ter que enfrentar a sua irresponsabilidade, não ter que vetar e sancionar este Orçamento feito como está.

Para nós, que falávamos com os empreendedores, com os brasileiros, é uma decepção ver este Orçamento passar como está, Sr. Presidente. É não apenas uma decepção, mas também uma preocupação que

temos com o futuro do nosso País.

Por isso, adiantando a orientação, o NOVO vota "não", ao tempo em que agradece o tempo de Liderança, para justificar e explicar o porquê de nós, ansiosos pela urgência, termos agora um posicionamento tão duro. Trata-se de um PLN que, na hora em que veio para cá, teve o texto do relatório lido ao vivo aqui.

Sr. Presidente, como eu disse a V.Exa., nós queríamos mudar o destaque do NOVO para voltarmos ao texto original, texto este que é bom. Agora nosso destaque, que não foi permitido devido a uma falha do Regimento, era de preferência pelo original, mesmo sabendo que, por acordo, V.Exa. poderia concedê-lo, e nós o acataríamos. O texto era bom, mas foi pervertido porque o Governo não quis enfrentar nem vetar. Isso é uma decepção para nós.

Com todo o respeito à democracia e à opinião de todos aqui, nós pedimos que se registre o voto "não" do NOVO, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 409/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:56
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	DANILO CABRAL-PSB -PE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Defesa do pagamento do auxílio emergencial no valor de 600 reais e da destinação de verbas orçamentárias para as áreas de saúde e educação.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto "sim" também a esta proposta, por entender que neste momento nós precisamos adotar um conjunto de medidas para a proteção social, a retomada e a preservação da nossa economia. Os recursos que estão sendo flexibilizados por meio deste PLN vão gerar empregos via PRONAMPE e vão para o enfrentamento da COVID.

Eu acho muito importante que este debate continue, porque nós precisamos de um conjunto de medidas que foram adotadas no ano passado por esta Casa e que, neste período de aprofundamento da

pandemia, precisam ser reforçadas. Nós precisamos fazer nesta Casa o debate sobre o auxílio emergencial, que, no ano passado, era de 600 reais e, neste ano, é de 150 reais.

Nós precisamos reforçar a proteção social da população brasileira neste momento da pandemia. Precisamos de mais recursos para a saúde e para a educação, para fazermos chegar computador e pacote de dados aos alunos e professores.

Por isso, o PSB vota "sim" a este PLN.

Documento 410/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-19:00
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação com o corte de recursos orçamentários para as despesas obrigatórias no Orçamento da União de 2021. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Apresentação, pelo PT, de emenda à matéria sobre destinação de recursos para a saúde, pequenas e microempresas e para a geração de empregos.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria recuperar a memória do momento em que votamos a LDO para o dia de hoje.

Pela primeira vez, ao menos pela notícia que se tem de todos os Presidentes neste Congresso Nacional atualmente, foi incluído na LDO mais um item buscando o ajuste fiscal. Por quê? Porque, para qualquer atividade, estava proibido o aumento de gastos, exceto se tivesse como fazer a compensação, que é feita de duas maneiras: ou se aumenta a receita ou se diminui a despesa. A lógica do Governo, especialmente a lógica do Sr. Ministro da Economia, é cortar despesas.

Por isso, nós, posteriormente, assistimos a uma votação, acompanhada diariamente pelo Governo Federal, quando o Congresso aprovou o Orçamento contra nosso voto. Por que contra nosso voto? Porque a peça orçamentária indica quais são as prioridades do Governo, no caso, o Governo Bolsonaro, e nós discordamos radicalmente das prioridades do Governo Bolsonaro.



Pois bem. Agora conseguiram fazer algo ainda pior: retiraram recursos orçamentários para as despesas obrigatórias. O que são despesas obrigatórias? Pagamento de aposentadoria, pagamento daquilo que consta na previsão de gastos, por exemplo, com a agricultura familiar - aliás, a lei determina isso. Para V.Exas. terem ideia, em 2020 foram usados 1 bilhão e 850 milhões e, para este ano, está previsto um gasto - estou falando de investimentos para esta que é uma área vital - de aproximadamente 500 milhões. Cortaram dinheiro do abono salarial. Todo esse dinheiro foi jogado para os chamados gastos discricionários. Quem é que gasta? O Governo Federal. Nós, o Congresso Nacional, apontamos os limites do Orçamento, mas quem o executa é o Governo Federal.

Praticamente 1 mês depois, hoje, nós estamos discutindo o PLN 2. É claro que, para quem não tem nem como acompanhar os detalhes sobre o que acontece no Congresso Nacional, dizem que o PLN foi de iniciativa do Governo Federal.

Portanto, é provável que muitos dos que nos acompanham tenham como primeira reação: *"Vamos votar contra! Nós não podemos concordar com esse Governo"*.

Eu concordo quando dizem que nós não podemos concordar com o Governo. Entretanto, quando nós estamos votando este PLN, qual é a questão central? A questão central é que ele - eu me refiro ao Governo, ao Presidente da República - está com medo, por motivos próprios, de cometer aquilo a que nós podemos chamar não de pedalada, mas de uma corrida de bicicleta da França.

Em se tratando de crime de responsabilidade, a possibilidade é real. Portanto, o Presidente busca salvar não apenas parte do Orçamento, mas também, especialmente, a pele dele. Ora, a conclusão seria: mas como nós vamos ajudar Bolsonaro, se nós defendemos que seja afastado por *impeachment*? Como é que nós vamos ajudar Bolsonaro? Não, não, não! Nós queremos defender o Brasil. Nós queremos defender as pessoas, as famílias. Nós queremos combater a pandemia.

Eu quero encontrar aqui aquela que foi uma emenda apresentada pelo Senador Rogério, do PT. Aliás, nós queremos cumprimentar o Relator, que entendeu que esta emenda seria útil. Esta emenda, que eu acabei não encontrando, trata de quê? Trata da possibilidade, como está determinado por este PLN, de usar recursos para a saúde, para as pequenas empresas e as microempresas, para a geração de empregos, portanto.

Neste sentido, na nossa opinião, votar a favor deste PLN significa romper o limite fiscal, para que amanhã o Governo não alegue que falta

dinheiro para a saúde porque há uma limitação legal.

Por isso, nós orientamos o voto "sim".

Esta é a minha opinião. Há, no entanto, dois partidos da Oposição que não se externaram neste sentido, e eu, eventualmente, posso ter que liberar.

Documento 411/702

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-19:08
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento contrário do PSOL ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou tentar apresentar a nossa posição. Eu estou ouvindo questões que envolvem o debate do teto de gastos, que é preciso mais recursos para algumas áreas, e eu queria começar por isso.

Nós do PSOL tínhamos, até então, uma posição favorável a essa matéria. Entendíamos - entendemos, na verdade - que é positivo flexibilizar a LDO para garantir investimentos públicos, para garantir a criação novas despesas, inclusive nestes tempos de pandemia, sem medidas compensatórias. Quando, sistematicamente, falamos da importância de acabar com o teto de gastos, que limita investimento em educação, em saúde, em assistência, para garantir, por exemplo, o fortalecimento do SUS, o fortalecimento da universidade pública, essa é a nossa luta. Diferentemente, por exemplo, do Partido Novo, que está questionando o aumento de gastos públicos, achamos que essas questões são investimento público. Portanto, nós queremos mais investimento público. Quero começar o meu argumento deste ponto.

Nós queremos mais investimento público, Sr. Presidente, mas então chega um novo texto, e o novo texto traz grandes problemas, que fizeram com que a nossa bancada mudasse de posição. Esse novo texto, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que garante a necessária flexibilização da LDO, para novas despesas, novos investimentos, também possibilita o contingenciamento de verbas discricionárias, o que pode levar problemas a áreas multacentrais. Cito, por exemplo,

custeio de universidades federais, Farmácia Popular, e não para por aí. Essa parte final da minha fala se concentra nisso.

Neste momento dramático por que passa o Brasil, vimos esta Casa aprovar um Orçamento público que foi um escândalo, uma vergonha para o Congresso Nacional, no meu ponto de vista, com todo o respeito, Sr. Presidente: 13 bilhões de reais de corte na Previdência, 7,5 bilhões de reais de corte no abono, 2,5 bilhões de reais de corte no seguro-desemprego. Aliás, muitos dos setores que estão aqui agora defendendo esse PLN para garantir geração de emprego e renda, que nós entendemos como fundamental, o que fizeram, na altura da votação do Orçamento? Cortaram o seguro-desemprego.

Entro, portanto, num aspecto que é preciso denunciar: ao mesmo tempo em que esse PLN possibilita o contingenciamento dessas áreas, o contingenciamento de recursos para áreas importantes, garante intactas, sem nelas dar um toque sequer, as emendas do Relator-Geral. No total, se não me falha a memória, são 26,5 bilhões, Sr. Presidente, para Deputados fazerem a sua relação com os seus territórios, o que muitas vezes se reflete num curral eleitoral, em nosso ponto de vista.

Portanto, o debate aqui não é quem defende mais ou menos investimento público, porque nós defendemos mais investimento público.

Nós defendemos o fim do nefasto teto de gastos. Nós queremos mais Estado, no momento de crise sanitária em que estamos vivendo. Não é possível que nós, com a desculpa de que é preciso flexibilizar a LDO - e nós defendemos isso para novos gastos públicos -, contingenciemos recursos que podem estar no custeio de universidades, podem estar na Farmácia Popular, que tem a ver com o SUS, e ao mesmo tempo venhamos a garantir o escândalo que foi o Orçamento público. No meio da maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram, tivemos, Sr. Presidente, 26,5 bilhões de reais em recursos públicos direcionados para Deputados! Com isso o PSOL não pode concordar.

Portanto, o voto da nossa bancada é contrário a este PLN, porque queremos mais investimento público e não vamos corroborar com o que foi o escândalo do Orçamento público aprovado nesta Casa, que agora se mostra também neste PLN.

Obrigada, Presidente.



Publ.: DCN - 20/04/2021

EFRAIM FILHO-DEM -PB

-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 3, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acredito que a votação do mérito da matéria já foi bem clara, ao reconhecer como é importante que o Congresso sinalize para a sociedade, para a Nação brasileira, com um gasto extraordinário, num ano extraordinário, numa pandemia que tem gerado uma comoção nacional, uma pandemia que tem tido efeitos no âmbito da saúde - é preciso preservar vidas! -, uma pandemia que tem efeitos no campo da economia, porque o cenário é de quase terra arrasada. Lojas estão sendo fechadas, empregos estão sendo perdidos, pais e mães de família estão na insegurança do desemprego. E qual seria a reação do Congresso, que não fosse outra senão reconhecer esses gastos de forma extraordinária e poder encontrar mecanismos que dão aval, do ponto de vista técnico-orçamentário, para que possamos avançar?

Vejam o sentimento que foi capaz de expressar este debate, esta discussão no Plenário. De forma majoritária, Governo e Oposição esqueceram as suas diferentes, as suas divergências, e caminharam no mesmo lado. O que a sociedade pede aos seus Poderes? Pede que se sentem à mesma mesa, falem a mesma língua, busquem, naquilo que nos une, e não naquilo que nos diferencia, o caminho para a rota de saída desta pandemia.

Nós estamos atravessando hoje o momento mais crítico da pandemia. Não foi o ano passado. E no ano passado o Congresso deu condições, com a PEC do Orçamento de Guerra, para o auxílio emergencial, para medidas de proteção ao emprego, para medidas de socorro ao setor produtivo, para medidas de apoio a quem produz. Esse foi o cenário de 2020. E por que, em 2021, nós não teríamos condições de agir com esses mecanismos para viabilizar esse apoio? Aqui foi dito isso.

Nós estamos olhando para quem produz. Para usar uma figura de linguagem, o que tenho mais escutado - porque, além de liderar o nosso Democratas, eu presido a Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo - é o desespero de quem empreende

neste País. Qual era a percepção do ano passado? A percepção do ano passado era a de que, ao se virar a chave para 2021, viria uma retomada econômica. Então, o empreendedor apertou o cintou, arrochou, ficou com água pelo nariz, ficou num balão de oxigênio para tentar fazer a travessia deste momento crítico. E vem uma onda ainda pior da pandemia, em 2021, e retira aquilo que ainda lhe restava, a esperança.

Cabe a este Congresso devolver a esperança, através dessas medidas de crédito, através dessas medidas de socorro e de apoio, que não significam furar teto, de forma alguma. O teto de gastos é para obrigações de caráter continuado, é para obrigações do cotidiano de uma nação, que ano a ano se repete. Nós não podemos ser irresponsáveis e furar o teto de gastos. E isso não está sendo feito, porque não são obrigações de caráter continuado. Elas têm validade exclusivamente para este ano, num caráter absolutamente extraordinário, que merece e atende aos critérios para ser atendida por créditos extraordinários. Eu acredito que, com isso, daremos todas as respostas que precisam ser dadas. Para o mérito, é limitado exclusivamente para estas três ações: saúde, medidas de proteção ao emprego e medidas de socorro ao setor produtivo, nada mais! Não se abre espaço para nenhuma outra medida, para nenhuma outra despesa que não sejam essas extraordinárias.

Documento 413/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comemoração do Dia Mundial da Terra. Importância de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de votação, pela Casa, das propostas de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de criação de auxílio emergencial para as pequenas e microempresas; bem como do Projeto de Lei nº 823, de 2021 (Projeto Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde!

Hoje quero lembrar uma data muito importante para a reflexão necessária rumo a um mundo mais justo e ambientalmente equilibrado. Quinta-feira próxima, dia 22, comemoraremos o Dia Mundial da Terra, uma data de criação de consciência pela conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do nosso planeta.

O Brasil enfrenta um dos piores momentos de sua história na proteção da biodiversidade. No Governo Bolsonaro, o País quebra recordes históricos de desmatamento, piorados a cada ano. Infelizmente, setores da Câmara dos Deputados são cúmplices desta ação criminosa, patrocinada por Bolsonaro e pelo seu Ministro Ricardo Salles, ao lutarem pela aprovação da legalização da grilagem, da flexibilização de regras para o licenciamento ambiental, que quer abrir as terras indígenas para a mineração e a monocultura. Em nome de um suposto desenvolvimento, querem implantar ideias de exploração já superadas há muitas décadas, num discurso que faria sentido, talvez, no final do séc. XIX, nos idos do fim do Império e começo da República.

O uso predatório da terra e dos recursos naturais e a destruição de nossa biodiversidade pela ação de determinados setores econômicos provocam prejuízos incalculáveis, como vimos nos incêndios criminosos que devastaram o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado. É um modelo que já se esgotou, e tem culpa também na disseminação de epidemias, pandemias, como a que vivemos hoje.

O Dia da Terra é um dia, sobretudo, de reflexão e conscientização. No caso brasileiro, é tempo de colocarmos a mão na consciência e impedir que a política ambiental do Estado brasileiro seja colocado a serviço de criminosos e sirva para legalizar todo tipo de prática destrutiva. A reconstrução do País passa fundamentalmente por não tolerarmos isto e de entendermos que Terra é viva, que a Terra gera vida e que precisamos cuidar dela.

Neste momento em que a natureza dá resposta, com a pandemia do coronavírus, esta Casa precisa se posicionar em defesa da vida, votando o auxílio emergencial de 600 reais, votando o auxílio emergencial para as micro e pequenas empresas, votando o Projeto de Lei Assis Carvalho II, de apoio a agricultura familiar, e derrotando todas as políticas de morte.

Chega de desmatamento! Chega de morte!

Fora, Bolsonaro!

24.2021.B Sessão Outro Evento 20/04/2021-14:04

Publ.: DCD - 21/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Luta e Conscientização por Vacina e Contra a Fome. Realização de movimento com o slogan Vacina no braço e comida no prato. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 591, de 2021, do Poder Executivo, sobre a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Protesto contra o não restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 20 de abril, é o Dia Nacional de Luta e Conscientização contra a Fome, e o auxílio emergencial de 600 reais faz parte dessa luta, assim como a vacina gratuita para todos e todas. Hoje está sendo realizado um grande movimento, cujo tema é *Vacina no braço e comida no prato*. Os partidos da Oposição, os movimentos sociais e populares, as centrais sindicais, todos juntos estão realizando esse protesto contra essa afronta, contra essa forma criminosa como o Presidente Bolsonaro está conduzindo este País, inclusive em relação ao combate à pandemia. Aliás, não combate a pandemia de COVID-19, da forma como os brasileiros e brasileiras precisam.

Todos nós estamos ouvindo essas vozes, essas frases: "*Chega de fome! Chega de morte!*" Isso ocorre por conta de incompetência política de um Governo que tem sido irresponsável com a população. É criminosa essa ação.

Quero ainda externar o meu total apoio aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios neste País. Eu sou contra essa privatização. O Projeto de Lei nº 591, de 2021, enviado a esta Casa por Bolsonaro, é um crime contra a Nação brasileira! Nós estamos numa crise econômica, numa outra crise, em que há desemprego total. A maioria da população passa fome. Ele está cometendo o crime do desmonte dessa grande empresa, está destruindo o futuro dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, aliás, do que resta do futuro, nesse processo de privatização e fome.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos aqui e vamos continuar dizendo que é criminosa a ação com relação à pandemia, quando não oferece auxílio emergencial de 600 reais, quando deixa as pessoas passando

necessidades. E as vacinas precisam chegar, e muitas vacinas, porque aumenta a cada dia o número de pessoas mortas por conta de COVID-19.

Sr. Presidente, diante das duas manifestações, do anúncio desse protesto, da campanha dos movimentos sindicais e dos partidos de oposição, eu peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 415/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:12
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, demais Parlamentares que nos acompanham nesta sessão.

Gostaria de, nesta tarde, dirigir-me a todos e a todas para falar de uma situação que considero da mais alta gravidade. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que tramita nesta Casa e está na pauta de hoje.

Neste momento de pandemia, já perdemos mais de 360 mil pessoas, e aqui no Estado de Mato Grosso posso dizer que a categoria da educação foi uma das que mais perderam os seus profissionais. Inclusive, perdemos mais do que a própria saúde, que está no fronte, porque professores e professoras estão visitando casas de estudantes para levar a alimentação escolar, para levar apostila, para conversar com os pais. Eles estão também à disposição de pegar esse vírus, como a maioria da população.

Hoje, infelizmente, de forma muito equivocada, ouvi o pronunciamento do Líder do Governo dizendo que diretoras de escola não têm acesso à Internet rápida em suas escolas porque têm preguiça de fazer a solicitação. Eu gostaria que os profissionais da educação deste País fossem respeitados!

Eu gostaria de dizer a todos os Deputados e Deputadas que passei grande parte da minha vida em uma sala de aula e sei quanto custa alfabetizar uma criança, cuidar na primeira infância, cuidar durante uma vida inteira, inclusive no ensino superior. E agora ouço que os professores são preguiçosos e não querem mais fazer esforço para estudar, para inovar!

Os profissionais da educação querem Internet rápida à disposição de suas escolas e de seus estudantes. Gostaria que o Governo desse uma orientação às escolas: para onde os educadores vão remeter os documentos solicitando Internet rápida para suas escolas?

Estive com o Deputado Professor Israel e outros Parlamentares numa reunião na Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para discutir o 5G, e S.Exa. disse que gostaria muito que a educação estivesse inserida no edital. Infelizmente, não estava nesta política, neste momento.

Sr. Presidente, V.Exa., que é uma pessoa que respeita a educação, observe que este PL 5.595/20 retira o direito dos educadores e diz que a aula tem que ser presencial, sem nos importarmos com a mortandade de profissionais de educação, de estudantes e de seus familiares.

Vamos aguardar a vacina! Vamos trabalhar de forma consciente! Vamos usar o protocolo mais correto e respeitar a educação!

Muito obrigada.

Documento 416/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 21/04/2021 - HEITOR FREIRE-PSL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministério da Saúde, aos Governadores Estaduais e aos Prefeitos Municipais de prioridade no atendimento aos pacientes renais durante a epidemia de coronavírus.

O SR. HEITOR FREIRE (Bloco/PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo nesta tribuna virtual para fazer um apelo em relação a pacientes renais durante essa pandemia da COVID-19. É com muita preocupação que eu decidi me manifestar sobre esses

pacientes que estão entre os mais vulneráveis da população. O tratamento de hemodiálise, muitas vezes diários, gera imunidade reduzida para essas pessoas e corrobora para extrema necessidade de prioridade na vacina.

Sr. Presidente, estimados colegas, o rim é um órgão que faz a limpeza do nosso sangue, é fundamental para a saúde humana. Percebam que, embora o coronavírus seja mais conhecido por afetar o sistema respiratório, ele afeta todos os nossos sistemas, especialmente aqueles com alguma comorbidade. Dessa forma, os pacientes renais estão ainda mais dispostos a essa doença, que já ceifou a vida de milhares de brasileiros. A luta, Sr. Presidente, é pela vida. A infecção por COVID-19 representa uma ameaça concreta para esses pacientes renais, especialmente para esses que estão em diálise e para os receptores de transplante renal. Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia, são mais de 140 mil pacientes em diálise todos os dias aqui no Brasil. E nada mais justo que seja dada uma atenção maior para essas pessoas, mesmo que em tempos de pandemia. Elas precisam ainda se deslocar para fazer as suas sessões. Mesmo em isolamento social, esses pacientes renais precisam se deslocar. A manutenção da terapia dialítica é fundamental para a sua sobrevivência.

Portanto, Sr. Presidente, eu venho aqui pedir que o nosso Ministério da Saúde, e também os governantes, os Prefeitos, os Governadores priorizem esses pacientes renais, esses que estão precisando fazer essas hemodiálises, estão se deslocando, estão mais vulneráveis e precisam, sim, ser vacinados o quanto antes.

Eu gostaria que V.Exa., se possível, divulgasse este discurso nos veículos nacionais. Faço este apelo para todos os governantes, para que priorizem os pacientes renais em suas vacinas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 417/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vacinação de metroviários e motoristas do sistema de transporte coletivo urbano, em São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive hoje reunido em rede social com um grupo de trabalhadores motoristas, trabalhadores condutores, trabalhadores em transportes, e esses motoristas, que carregam as populações em todos os cantos do Brasil, merecem o nosso mais profundo respeito. Digo isso até porque eles estão sendo aviltados quando os empresários de ônibus, que ganham benesses - que nós aprovamos aqui, inclusive -, estão mandando embora os cobradores, obrigando motoristas a dirigir e a cobrar.

O cobrador tem um papel importantíssimo, porque ele é companhia do motorista, ele ajuda o passageiro, alguém com deficiência, presta informação. E o motorista, sozinho, não tem a mesma condição de dirigir e cobrar. Se ele não pode sequer dirigir e usar o telefone, por que pode cobrar?

Nesse sentido, manifesto-me acerca de projeto de lei meu, que já está no plenário desta casa. São dois projetos: um que proíbe a dupla função e outro que regulamenta a função dos cobradores.

Estou lembrando isso, Sr. Presidente, porque, lá em São Paulo, esses companheiros tinham decidido, inclusive, entrar em greve, reivindicando serem vacinados prioritariamente. E é uma luta que merece o maior reconhecimento. A quantidade de motoristas e cobradores que têm perdido a vida em função do COVID é um sem-número. Pois bem, mobilizaram-se juntamente com os profissionais do metrô, programaram uma greve, mas então o Governo do Estado cedeu. Estará, neste momento, fazendo a programação para vacinar esses trabalhadores e essas trabalhadoras. Nada mais justo.

Evidentemente, nós queremos vacina para todos e para todas, mas, em uma circunstância como esta, deve haver não o fura-fila - aprovaram aqui um projeto para fazer a vacinação dos ricos -, mas a prioridade para esses trabalhadores, motoristas de ônibus, cobradores e trabalhadores em transporte, como foi para os médicos, como é para professores.

Parabéns, companheiros e companheiras! Quando a gente luta, a gente conquista.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 418/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES

Sumário

Repúdio à determinação do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de fechamento do comércio como medida de prevenção da Covid-19. Suicídio de policial militar em São Paulo. Descaso do gestor estadual com a área de segurança pública.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde para todos!

Existe uma história daquele político que sai quebrando as pernas da população, deixando-a no sofrimento, e depois sai distribuindo as muletas, para dizer: "*Eu sou o salvador*". Essa história está se repetindo no Estado de São Paulo, com o Governador João Doria.

Ele, que cientificamente nunca conseguiu comprovar essa ciência que ele avalia ser correta, simplesmente está deixando a população paulista, os brasileiros que moram em São Paulo, na mais profunda miséria. Obviamente, o povo está lamentando, está protestando, e com toda a razão, porque o que ele faz é justamente isso.

Hoje, acabei vendo uma foto dele ao lado de cestas básicas, de alimentos que ele pretende distribuir para aquelas famílias que estão passando fome, famílias que ele deixou na fome. É desse tipo de político que não precisamos entre nós. Em 2022, nós precisamos fazer uma mudança de rumo, acertar a nossa bússola, para elegermos políticos que pensem no povo antes de tudo, antes de pensar em si mesmo, que é o caso dele. E essa mudança nós iremos fazer em 2022, com toda a certeza.

Lamentavelmente, hoje, também perdemos um policial que atirou contra si mesmo, tirou a sua própria vida. É mais um suicídio dentro da Polícia Militar. Os números continuam altos. A Polícia Militar, mentalmente, psicologicamente doente, sem nenhum tratamento, está largada às traças por este Governo, que diz que faz pela segurança pública, mas não faz absolutamente nada.

Aproveito para elogiar aqui o grupo de psicólogos da Polícia Militar, que vem todos os dias socorrendo as famílias, socorrendo os policiais militares. É um grupo pequeno de psicólogos e assistentes sociais, que está sem apoio algum do Governo, sem apoio algum do Governo Estadual, mas que realiza um belo trabalho, tentando mitigar esse número de suicídios que acontecem na nossa corporação. Tenho que deixar registrado isso.

Para nós, policiais, é uma tristeza profunda ver um irmão tirar a própria

vida. É uma tristeza profunda ver uma pessoa que se comprometeu em ajudar os policiais, mas que, até o presente momento, não fez nada, a não ser matá-los cada vez mais.

Obrigado.

Documento 419/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:32
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conclamação à Casa para aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nestes Breves Comunicados quero fazer uma solicitação especial a todos os Líderes desta Casa e a todos os Parlamentares. Nós precisamos hoje encerrar o capítulo da Lei Aldir Blanc.

A Lei Aldir Blanc, a Lei de Emergência Cultural, foi aprovada nesta Casa em meio à pandemia. Foi um grande feito e contou com esforços e dedicação de muitas mãos. Mas eu quero destacar o trabalho da Relatora à época, a Deputada Jandira Feghali, e do atual Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que fez a ponte entre os fazedores de cultura, o Orçamento e os setores do Governo, no sentido de demonstrar que era uma lei de baixo impacto e de grande relevância social, porque levava socorro ao movimento social, àquele segmento que foi muito prejudicado com a pandemia. A pandemia parou a cultura em primeiro lugar, que não voltou até hoje, assim como o entretenimento também.

Agora nós temos 700 milhões de reais que estão retidos nos cofres dos Estados e dos Municípios porque, dos 3 bilhões de reais, apenas esses recursos não conseguiram ser utilizados, em especial em projetos que levavam a aglomerações e que a pandemia impedia que fossem efetivados até o final. Também as eleições municipais geraram algum temor, do ponto de vista administrativo, aos novos gestores, ou mesmo aos antigos gestores, para finalizar o processo de prestação de contas.

Portanto, Srs. Deputados, não vamos permitir que a circunstância que nos leva a um grande debate sobre outras matérias na Casa paralise mais ainda a cultura nacional.

Hoje eu sou a Presidente da Comissão de Cultura e há uma unanimidade na Comissão de Cultura em relação a essa decisão, à necessidade da votação unânime do Projeto de Lei nº 795, de 2021. Esse projeto veio do Senado, o relatório está pronto. A Comissão de Cultura acaba de aprovar também o relatório da Deputada Jandira Feghali. O Relator de Plenário, o querido Deputado Danilo Cabral, está pronto para defender a matéria e o seu relatório no Plenário. E nós hoje rogamos pela votação do PL 795/21, da Lei de Emergência Cultural, para colocarmos pão na mesa dos fazedores de cultura e oferecermos arte, mesmo que de maneira virtual, para a Nação brasileira.

Pedimos, portanto, a aprovação desse projeto sem obstruções, sem inter-relação com outras matérias polêmicas, porque elas existem, mas essa matéria da Aldir Blanc não tem impacto orçamentário, nem tem polêmica. Por isso, vamos votá-la na tarde de hoje! Esse é o apelo que faço, em nome de toda a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 420/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 -	AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Cultura, do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais. Defesa de aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu acabo de sair da reunião da Comissão de Cultura, que tem a Deputada Alice Portugal como Presidente e a mim na condição de Vice-Presidente.

Nós acabamos de aprovar o projeto de lei, vindo do Senado, que eu vou denominar Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc número dois, porque nós já tivemos a sorte, digamos assim, a partir de muitas mãos

e de muitas mentes, de aprovarmos essa lei, que salvou os fazedores e fazedoras de cultura deste País, diante dessa terrível pandemia. Ocorre que, até pelos problemas da pandemia, mas também pelas eleições municipais, alguns projetos precisavam de maior prazo para prestação de contas e fez-se necessário autorizar que os recursos que permaneceram nas Secretarias Municipais e Estaduais fossem utilizados para dar sequência aos projetos, já que a pandemia se agravou no Brasil.

Muitas movimentações foram feitas na Comissão de Cultura, reunião com o Presidente desta Casa, reunião com o Secretário Nacional de Cultura. E agora o Senado, numa parceria com a Comissão de Cultura também da Câmara, com a Deputada Jandira Feghali, apoiando na relatoria, aprova o projeto.

O projeto está na Casa. E sabemos e até reconhecemos que faz parte do processo legislativo, da disputa política, a obstrução. Mas vamos ter um pouco de coração. Usar o projeto da Lei Aldir Blanc para fazer obstrução, para tentar barganhar a aprovação de outros projetos, não é o mais correto, nem mais coerente.

Portanto, vimos aqui buscar sensibilizar esta Casa. Como dizia o Betinho, quem tem fome tem pressa. Os fazedores e fazedoras de cultura têm pressa de que esse projeto seja aprovado e os recursos sejam utilizados em seu benefício.

Sr. Presidente, que seja dado conhecimento do meu pronunciamento pelas mídias da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 421/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Inadmissibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e

à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui deixar o meu protesto, Presidente, contra a votação hoje da urgência do PL 591/21, que trata da privatização dos Correios. Que urgência é essa, Presidente? Que coisa absurda!

Os Correios públicos são o que o Brasil precisa para garantir o sigilo da correspondência, como manda a Constituição, para que possamos importar e exportar produtos, através dos Correios, para garantir a segurança contra o tráfico de drogas e de armas. Não há monopólio, os Correios não têm um monopólio, há muitas empresas que trabalham na questão das correspondências, Presidente.

Os Correios no Brasil têm as menores tarifas do mundo - é importante dizermos isso - e têm uma proteção constitucional que precisa ser respeitada, não dependem do Tesouro, não gastam o dinheiro do povo, são autossuficientes, rentáveis e lucrativos. É essa a empresa que querem entregar.

Há países que privatizaram, a exemplo de Aruba, Singapura, Grã-Bretanha, Líbano, Portugal. Enfim, todos esses países não chegam a 10% do território brasileiro. O Brasil é um país gigante e precisa dos Correios para manter essa unidade nacional ampla.

Por isso, Presidente, estamos lutando contra essa privatização, que é absurda. Vai privatizar? Pode privatizar. Vão aumentar as tarifas, vamos pagar os olhos da cara. Portugal privatizou, houve lá um apagão de correspondência e vai ter que voltar atrás. E nós vamos cometer um equívoco muito grave.

Tirem as mãos dos Correios! Correios não são do Governo, os Correios são do Estado brasileiro, são do povo, são da Nação. O Governo é inquilino, não é dono. Como é que vai vender se não é dono? Essa é a minha indignação, meu protesto, em defesa dos nossos Correios públicos, como precisam legitimamente ser.

Por outro lado, Presidente, quero aqui expressar o meu contentamento de nós podermos votar a Lei Aldir Blanc, exatamente para que possamos prorrogar o prazo para uso do recurso remanescente. Aprovamos 3 bilhões no ano passado, mas cerca de 700 milhões não foram usados. O recurso está disponível nos Municípios, nas diversas esferas, e precisamos então autorizar que esse dinheiro possa ser gasto para valorizar a cultura, para que possamos dar um fôlego ao movimento cultural, que foi o mais prejudicado dentre os movimentos

no País.

A valorização da cultura é fundamental, Presidente. Aliás, a cultura gaúcha está aqui! O meu lenço maragato (*exibe lenço*) mostra muito bem a importância da música gaúcha, da poesia, do canto, enfim, de tudo o que significa o Rio Grande.

Lei Aldir Blanc já! Vamos aprovar, vamos renovar!

Muito obrigado.

Documento 422/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:48
Publ.: DCD - 21/04/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, das medidas de prevenção da Covid-19. Empenho do Presidente da República na aprovação de propostas de interesse dos grandes grupos econômicos, em detrimento das demandas do povo brasileiro. Protesto contra a privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS; da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios).

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, quero nesta tarde fazer uma reflexão com o povo brasileiro.

O Brasil está na contramão do mundo. Enquanto outros países anunciam medidas para salvar vidas e para salvar a economia no Brasil, o Presidente continua negando a ciência, continua desrespeitando as recomendações sanitárias, promovendo aglomerações e participando de atividades públicas sem máscara, dando um mau exemplo ao Brasil e ao mundo.

Enquanto o povo brasileiro está morrendo de fome por falta de comida e de emprego, enquanto o povo brasileiro está morrendo de COVID porque não há vagas nos hospitais, porque não existem leitos de UTI nem vacinas para toda a população, o Presidente genocida e seus aliados estão empenhados em aprovar medidas em favor dos mais

ricos e dos grandes grupos econômicos, também dos grupos financeiros, medidas que são contra a maioria do povo brasileiro e contra os trabalhadores.

São absurdas e criminosas as tentativas do Governo brasileiro, do Governo Bolsonaro de privatizar a PETROBRAS, a ELETROBRAS, os Correios e outras empresas estratégicas para a nossa economia e para a nossa soberania. E tudo isso em plena pandemia, que já tirou a vida de mais de 375 mil brasileiros.

Hoje, povo brasileiro, Srs. Deputados e Deputadas, está na pauta o Projeto de Lei nº 591, de 2021, que pretende privatizar a Empresa de Correios e Telégrafos.

Eu pergunto: por que privatizar os Correios, uma empresa que dá lucro? Por que privatizar os Correios, que é estratégico para a integração nacional, que gera milhares de empregos, que tem dado lucro e que é fundamental para a soberania brasileira?

Pergunto ainda: por que privatizar os Correios, uma empresa responsável pela entrega de correspondências, encomendas, medicamentos, especialmente agora, durante a pandemia, nos lugares mais distantes do nosso País?

Nós deveríamos estar discutindo medidas para salvar vidas e empregos e para colocar comida na mesa do nosso povo.

Por que tentar privatizar os Correios e outras empresas em plena pandemia? Isso é um crime contra o povo brasileiro.

Essas medidas querem beneficiar os mais ricos e prejudicar a grande maioria da população brasileira.

Neste momento, todos os nossos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 423/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:52
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Inconsistência das afirmações do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, sobre a incompetência e inabilidade em informática de diretoras das escolas brasileiras. Defesa, pelo Líder do Governo, do retorno dos professores às aulas presenciais. Classificação do Brasil como o pior país do mundo no tocante à gestão da epidemia de coronavírus. Indicação de cloroquina para o tratamento da Covid-19 tão-somente pelo Brasil. Impedimento da compra de vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio ao posicionamento do Deputado Ricardo Barros favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Desrespeito do Líder do Governo para com o professorado brasileiro.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, é bom vê-lo mais uma vez na Presidência da sessão.

Hoje os Deputados que têm uma relação com a política educacional brasileira se viram diante de um discurso extremado, de um discurso absolutamente inadequado, um discurso que representa, infelizmente, parte considerável do Governo brasileiro. O discurso numa TV de alcance nacional feito pelo Líder do Governo na Câmara de Deputados, o Deputado Ricardo Barros, nos causou espécie. Ele afirma que as diretoras das escolas brasileiras não sabem mexer com informática, e, por isso, não existe demanda por informática. Alega ainda que as diretoras de escolas não pedem equipamentos de informática e Internet porque têm medo de perder os seus cargos para professoras mais jovens. E disse que o Brasil foi abduzido pelas corporações.

Deputado Ricardo Barros, o Brasil foi abduzido pela desinformação que o seu grupo político teima em propagar. Não há nenhuma pesquisa, não há nenhuma evidência que corrobore as suas palavras. As suas palavras têm o mesmo peso que a indicação do tratamento precoce feito por um Governo que baseia as suas ações na desinformação e na mentira.

O Deputado Ricardo Barros afirma que os professores não têm motivo algum para não trabalhar. Ora, se 375 mil mortes não são motivo, me dê um motivo. Ele ainda diz que o Brasil é o segundo país com escolas fechadas. E eu concordo com o Deputado Ricardo Barros, mas também o Brasil é o único país que não apresentou uma estratégia de retorno às aulas. O Brasil também é o único país que abriu os bares antes de abrir as escolas e que fez uma escolha errada, porque sabemos que o Brasil não poderia abrir tudo de uma vez. O Brasil também é o único país que foi considerado de pior gestão da pandemia no do mundo. O Brasil também é o único país que indica cloroquina

para o tratamento da COVID-19 e é o único país ocidental que sabotou a vacinação.

Deputado Ricardo Barros, com esses argumentos típicos desse Governo, V.Exa. defende o PL 5.595, que estabelece que a educação é serviço essencial. Mas, se o senhor acreditasse que a educação realmente é um serviço essencial, certamente, não teria defendido todas as ações de sabotagem às medidas de controle da pandemia que o nosso país deveria ter tomado por indicação dos organismos internacionais, como a OMS.

Estamos indignados com a sua fala.

O Líder do Governo deveria se portar com mais altivez e adequação ao falar dos professores. Os professores, se fossem defendidos mesmo pelas grandes corporações, como alega o Deputado, certamente não teriam dificuldade para receber o piso nacional salarial para a educação.

O senhor tenha respeito pela categoria dos professores, porque os professores trabalham. Eles trabalham muito e trabalham como se fossem sacerdotes. Esse Governo, que V.Exa. representa, é que não é sério, Deputado Ricardo Barros.

Documento 424/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-14:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19. Exigência ao Líder do Governo na Casa de respeito para com os docentes brasileiros. Responsabilidade do Presidente da República e do Ministro da Saúde pela falta de medicamentos e insumos na rede hospitalar brasileira. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro como condição sine qua non para a salvação de vidas diante da epidemia de coronavírus. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS; da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Defesa da instalação de CPI para investigação de crimes e desmandos do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -

Obrigado, Presidente.

Faço minhas as palavras do Deputado Professor Israel Batista. Não é surpresa que este Governo, que nega a ciência, que é negacionista, que tem uma política da morte - porque não tomou nenhuma providência correta no enfrentamento ao vírus -, que promove aglomerações, que receita cloroquina, tenha essa opinião. O Governo Bolsonaro não poderia ter outro Líder, se de fato ele não correspondesse às suas opiniões. É lamentável!

Os profissionais da educação merecem respeito. Esse Governo foi incapaz de criar um protocolo para a volta às aulas. Esse Governo sequer garante um dinheiro direto nas escolas para fazer a readequação dos espaços físicos. Não há testagem dos alunos. Não há vacina para os profissionais da área da educação. Tenha mais respeito, Líder do Governo Bolsonaro!

Quero também dizer: quem vai assumir a responsabilidade pela tortura que este País está fazendo com os brasileiros e as brasileiras que estão intubados? É uma tortura deixar faltar sedativos. O cidadão acorda intubado. Alguém deve ser responsável por isso. É o Presidente da República! É o Ministério da Saúde!

Há muita denúncia de que o Ministério fez a opção de centralizar a compra dos insumos e fazer a distribuição. É lógico que ele não está dando conta. Não há planejamento. Já mudaram quatro vezes o Ministro da Saúde.

Como o povo brasileiro permanece ainda, em parte, apoiando esse Governo genocida? Esse Governo não merece nenhum tipo de credibilidade. Ele tem que ser retirado do Palácio do Planalto, imediatamente, para salvarmos vidas.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que é uma vergonha um Governo, que deveria estar concentrando energia em sua base, para fazer acordos comerciais e vacinar o povo brasileiro, procurar colocar urgência na privatização das nossas empresas, empresas estratégicas para um projeto de Nação, como, por exemplo, os Correios, que têm quase 100 mil funcionários.

Os Correios têm a maior credibilidade de todas as empresas no Brasil pelo povo brasileiro. Querem também atacar outras empresas de maneira dissimulada, fazendo-as subsidiadas. Às vezes, elas não chegam a ser, sequer, criadas, como está acontecendo na PETROBRAS, como estão tentando fazer na Caixa Econômica Federal, como já anunciaram o interesse de privatizar o Banco do Brasil, como acabaram com a política de fomento do BNDES, como estão sucateando os bancos regionais. Todas essas empresas são

órgãos de política macroeconômica extremamente importantes para a reconstrução do nosso projeto de País, para a reconstrução do nosso projeto de Nação.

Portanto, Presidente, não há outro caminho, a não ser instalar a CPI do Governo Bolsonaro.

Peço a V.Exa. que registre o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 425/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-15:04
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite aos Parlamentares para a reunião preparatória de criação da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este tempo para fazer um convite especial para que o Parlamento brasileiro se envolva, se engaje e participe.

Parabenizo todos os Deputados e Deputadas que participaram da reunião preparatória para fundar a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19. Queremos trazer à memória a história de cada brasileiro que perdeu sua vida. Queremos construir um grande mutirão nacional de solidariedade, de assistência jurídica, social, emocional às vítimas da COVID-19. Mas também queremos fortalecer com subsídios, provas, documentos a reparação e a responsabilização criminal e política dos agentes que promoveram a proliferação desse genocídio humano no nosso País.

E agora, no dia 30 de abril, às 19 horas, vamos fazer a assembleia geral da fundação nacional para, em seguida, criar associações nos Estados brasileiros e, em seguida, criar associações nos principais Municípios deste País.

Por muitos anos vamos viver as sequelas da COVID 19. Temos que construir legislação e políticas públicas de apoio, e universalizar direitos às vítimas da COVID 19, que não pode ser a dor individual de

uma família, não pode ser a dor individual que constrói sua própria culpa pela morte pela COVID. Nós precisamos construir cidadania, nós precisamos construir um outro Brasil, o que é possível.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está feito o convite. Vamos mobilizar a sociedade brasileira para criar a Associação Nacional de Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID 19.

Muito obrigado.

Documento 426/702

24.2021.B	Sessão Outro Evento	20/04/2021-15:08
Publ.: DCD - 21/04/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à sanção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, a partir de hoje, vamos contar sete dias para o Presidente da República sancionar ou vetar o PERSE, o Programa Emergencial para Retomada do Setor de Eventos.

Presidente Eduardo Bismarck, V.Exa. foi fundamental na construção do texto, na valorização de quem trabalha com cultura, com eventos e no setor turístico também. Tenho certeza de que todos os cearenses têm orgulho de V.Exa., pelo trabalho desempenhado para que o Congresso Nacional cumprisse com o seu papel e não esquecesse o setor mais prejudicado diante dessa pandemia, que é o setor de entretenimento, de produção cultural e turístico do Brasil.

Agora, fazemos um grande apelo para que o Presidente da República não vire as costas para este setor. Não podemos esquecer o setor que é a principal engrenagem do maior patrimônio do nosso País, que é a nossa cultura. A Câmara e o Senado aprovaram o projeto relativo a esse setor. Não foi fácil construir tudo que ficou foi construído nesta

Casa.

E aqui, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, parabenizar o engajamento da ABRAPE - Associação Brasileira de Produtores de Eventos, da ABAV - Associação Brasileira dos Agentes de Viagem, da ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, do Movimento Apresenta, do Movimento Brasil Invisível. Este projeto não é só para salvar artistas consagrados, empresários e microempresários. Este projeto visa a dar a mão para aqueles invisíveis do setor: o bilheteiro, o carregador, o segurança, o porteiro, o iluminador, quem trabalha como cerimonialista nos casamentos, nos eventos sociais de todos os recantos do nosso País.

Portanto, você que está nos assistindo, através das redes sociais, cobre sensibilidade do Presidente da República para que sancione o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020.

Sim à cultura; sim ao entretenimento; sim à vida; sim ao emprego.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 427/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021 - CD 20:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido de inversão de pauta para a votação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu me lembro que lhe fiz um pedido de esclarecimento sobre a possibilidade da inversão da ordem de apreciação dos projetos. Eu tinha a expectativa de que os projetos sobre cujo conteúdo havia mais consenso pudessem ser votados antes, principalmente porque, olhando para o § 1º do art. 86 do Regimento Interno, vejo que a pauta da cultura, que veio do Senado, poderia ter prioridade.

Eu sei que não há total consenso acerca do PL 795/21, do Senado, mas, conversando com muitos Líderes da Casa - e são muitos -, percebi que há um grande acordo para votação favorável ao PL 795/21, do Senado. Se ele tivesse entrado antes na pauta, nós já teríamos tido, provavelmente, essa grande vitória da cultura. E nós sabíamos que teríamos grande dificuldade com este PL que trata da educação.

Então, eu pedi a inversão porque nós sabíamos que poderíamos ter tido essa grande conquista da cultura no dia de hoje, pois todos nós sabíamos da grande polêmica acerca do PL que trata da educação e que demoraria muito tempo a sua apreciação, porque é um projeto que não obteve consenso mínimo. Se nós tivéssemos feito a inversão, talvez, hoje, nós já tivéssemos, mais cedo, essa conquista do PL 795/21, do Senado.

Mas nós estamos à disposição, podemos ficar até a hora que for necessário para dar essa vitória hoje para a cultura brasileira. E tenho certeza de que muitos Líderes também têm essa disposição de dar essa vitória à cultura, às gestões municipais e estaduais deste País e ao Distrito Federal.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 428/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-20/04/2021- 20:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava analisando esse projeto e vi que ele dá liberdade, Sr. Presidente, para que Estados e Municípios tomem a decisão da volta às aulas conforme a evolução da pandemia nos Estados e nos Municípios. Nada mais justo!

A volta às aulas com segurança, a volta às aulas obedecendo às

orientações sanitárias e científicas é fundamental, é necessária, é racional. Fazendo isso, estaremos fazendo o que os países desenvolvidos, o que muitos países no mundo já fizeram.

Portanto, esse projeto tem que ser votado. E, com certeza, será aprovado, Sr. Presidente.

Documento 429/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	20:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Dados ruins sobre o turismo no Brasil apresentados no relatório anual da Associação Brasileira dos Operadores de Turismo - BRAZTOA. Defesa da reedição da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Transcurso do Dia Nacional do Agente de Viagens.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Associação Brasileira dos Operadores de Turismo - BRAZTOA, através do seu Presidente, Roberto Nedelciu, apresentou seu relatório anual. Os números, evidentemente, trazem estatísticas ruins em relação ao nosso turismo, mas o turismo interno ainda respira, de alguma maneira. O fato é que 80% da hotelaria do Brasil está completamente no buraco e 2 milhões e 700 mil pessoas já foram demitidas. Então, é preciso reeditar a MP 936 para socorrer também o turismo.

Eu quero aproveitar para dizer que, dessa pandemia, emergirá a importância do agente de viagem.

Dia 22 é o Dia Nacional do Agente de Viagens, e eu queria abraçar a ABAV brasileira e a ABAV/RJ. Os consultores do turismo são os agentes de viagem. Eles são muito importantes.

Documento 430/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	20:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER

Sumário

Contrariedade do orador ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Falta de condições sanitárias para o retorno das aulas no Brasil. Críticas ao Governador do Estado de São Paulo, Bruno Covas, pelo corte de ponto dos professores em greve. Maior índice de contaminação por Covid-19 entre professores em comparação com o total da população. Críticas à atuação do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que agora, com mais tempo, nós podemos discutir claramente a questão. Nós estamos falando de uma atividade que é coletiva. As pessoas vão à escola, e, de alguma forma, ajuntam-se alunos, professores, servidores; e essas pessoas voltam para casa.

Então, na verdade, a questão central desta matéria não era ter incorporado tudo o que já estava dado, por exemplo, no projeto que a Comissão de Educação já tinha discutido, que tinha prioridade, que tinha urgência e que V.Exa. poderia ter colocado em votação, que é o projeto do Deputado Idilvan Alencar, com relatório da Deputada Professora Dorinha.

Estão todos os protocolos lá, inclusive a vacinação. Nós poderíamos votá-lo. Então, não é essa a questão. A questão está no "presencial essencial".

É óbvio que a Constituição já garante tudo isso. Aqui não há ninguém que não conheça a Constituição. Ninguém pode chegar agora e achar que está na janelinha para defender a essencialidade da educação: "*Nós queremos que os alunos voltem às aulas.*" O problema não está aí. É que, sem a devida análise do contexto epidemiológico e das condições de infraestrutura para a abertura responsável e segura, eles não devem voltar às aulas. Essa é a questão.

Nenhum dos defensores do projeto, nem a Relatora, em nenhum momento, pelo que conseguimos verificar aqui, falaram do que é concreto: hoje, 3.500 pessoas morreram. Só em São Paulo, foram 1.189. A curva não achatou. O Brasil é o pior país do mundo em matéria de contaminação. E há Parlamentares que fazem comparação. Sim, façam a comparação! O Brasil é o pior do mundo no enfrentamento da pandemia. Essa é a questão.

Vários países voltaram, fizeram o *lockdown*. Voltaram num período,

piorou, e fizeram novo *lockdown*. Por quê? Porque eles estão levando em conta as condições epidemiológicas, estão levando em conta a ciência, estão levando em conta as recomendações da OMS.

Nós temos aqui várias recomendações da FIOCRUZ, sete, oito, nove propostas que vão tratar de quantos contaminados por 100 mil, da positividade, da taxa de contágio. Isso tudo tem que ser levado em conta. Não é pela pressão de um ou outro.

Inclusive, em São Paulo, há uma greve de professores, e estão cortando o ponto deles. O Sr. Bruno Covas está cortando o ponto dos professores. Alguns professores vão dar aula, e, na sala, onde deveria haver 15 ou 18, há 3 estudantes. Por quê? Porque não é um momento seguro para fazer isso. Os professores não estão vacinados, os pais também estão inseguros. Não é verdade que todos os pais querem que, neste momento, seus filhos vão à escola. Para isso existe a ciência.

Lá em São Paulo, o comitê de crise, de análise da saúde, era contra a saída da fase emergencial para a fase vermelha. E o Doria fez a mesma coisa. Eles estão recorrendo. O Secretário é um mentiroso, falou que até outubro de 2020 não havia nenhum contaminado. Nós temos uma pesquisa da UNIFESP e da Universidade Federal do ABC que monitorou durante 1 mês, 4 semanas consecutivas, 12.500 professores e 4 mil servidores, e verificou a incidência de contaminação 2,98 vezes maior do que na população em geral. E o Secretário fala que não há contaminação. Há sim!

Então, os negacionistas têm que entender o seguinte: aqui é Governo Bolsonaro, é um genocida no poder, é quem não comprou vacina, é quem não quis mandar os *tablets* e rede *wi-fi* para as escolas. Está aí o Veto nº 10. Então, é disso que nós estamos falando.

No momento adequado, quem defende a educação... Nós defendemos a educação e sabemos do prejuízo que está havendo para os estudantes no que se refere ao aprendizado, à alimentação, à violência, por estarem fora da escola. Por isso, nós somos contra este projeto, porque ele é nocivo.

Documento 431/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	20:52
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa da votação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero falar em nome da Comissão de Cultura.

De forma unânime, a Comissão de Cultura espera que, depois da votação deste projeto, que é polêmico, possamos votar um projeto que garanta a conclusão dos efeitos da Lei Aldir Blanc. Esse projeto é da maior importância para o setor cultural brasileiro. São 780 milhões de reais que ficaram retidos nas contas dos Estados e dos Municípios, porque, em função da pandemia e das eleições municipais, não se pôde terminar o processo de execução ou mesmo de prestação de contas desse universo, que foi menor do que 3 bilhões de reais. Nós sabemos o trabalho que foi realizado pela Relatora à época, a Deputada Jandira Feghali, que intuiu, ajudou na construção do relatório atual, e por V.Exa., que serviu de ponte para essa compreensão da necessidade de fortalecer a cultura.

Esperamos a votação, com seu apoio e empenho, logo a seguir, do Projeto de Lei nº 795, de 2021.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 432/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-20:56
Publ.: DCD	CD
21/04/2021 -	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
CÂMARA	DEM -TO
DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade da oradora ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e



Srs. Deputados, na verdade, eu gostaria de colocar a minha posição como uma Deputada que é da área da educação. Não tenho nenhum constrangimento em dizer que o ponto em debate não se trata da educação ser essencial ou não. A Constituição já é muito clara ao dizer que a educação é um direito subjetivo: a garantia à educação é como a garantia do direito à vida.

O que está em discussão aqui não é se o fato de as escolas estarem fechadas traz um prejuízo enorme para os alunos, para o desenvolvimento da educação, para a cidadania. Traz sim, e os prejuízos são enormes. Há prejuízos para a alfabetização, para a criança, para o jovem, para a universidade. Não é isso o que está em discussão. É necessário, sim, tratar de todo o enfrentamento e da preocupação com a vida, da preocupação com a educação.

É verdadeiro, Deputado Osmar - e V.Exa. colocou muito bem -, o prejuízo que é causado às crianças de zero a 3 anos, o prejuízo a todos os graus de ensino.

Como educadora, a minha posição é de preocupação com este PL. E eu respeito muito as autoras. A Deputada Paula Belmonte, inclusive, também é autora do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, que trata do retorno às aulas. Apresentei o relatório a esse PL em agosto do ano passado, e ele poderia ter sido votado. Da mesma forma, nós temos um PL que, infelizmente, foi vetado pelo Presidente, o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que trata da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, o que é muito importante.

Do mesmo modo, nós nos preocupamos sim com a educação. Foi por isso que apresentamos, logo no início da pandemia, a possibilidade de usar os recursos da merenda escolar para o atendimento às famílias. É verdade que muitas famílias precisam da alimentação oferecida nas escolas, precisam dela como a única refeição que as crianças e os jovens têm no dia.

No entanto, esse PL não se refere somente à educação infantil. É verdade que as crianças têm menor risco de contaminação, embora existam estudos que alertem para o perigo e para as condições de contaminação das crianças.

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, para uma escola voltar a funcionar, nós temos todo um conjunto de trabalhadores e de profissionais que pegam transporte público e precisam ir à escola. O grau de organização das escolas precisa ser diferente.

Quero chamar a atenção também para um dado, que não é um número periférico: 49% das nossas escolas não têm saneamento básico, não

têm banheiro, não têm água, não têm ventilação.

Por isso, apresentamos um PL que trata do PDDE Saúde. E eu gostaria de contar com o mesmo empenho para votarmos esse PL, que manda dinheiro direto para as escolas fazerem essas alterações nas suas estruturas.

É preciso também - e foi por isso que apresentei esse relatório em agosto do ano passado - aprovarmos um relatório que estabelece condições que vão desde a escola até o Governo Federal. Quando nós falamos em protocolo, não é algo de cima para baixo, mas é a possibilidade de cada escola, de acordo com a sua realidade, discutir quais são as condições seguras para voltar a funcionar.

É indiscutível o prejuízo para nós da educação. E eu não estou falando de educação só hoje, não. Na minha vida inteira, eu só lidei com educação. Então, o que eu estou dizendo é que é preciso que nós tenhamos esse cuidado.

Quando o tema apresentado é a educação como serviço essencial, é muito bom. A nossa preocupação é que a educação seja priorizada. Olhem os resultados do Vietnã, olhem os resultados de Portugal e de vários países que colocaram a educação como prioridade de investimento. É disso que eu estou falando, que possamos estabelecer a educação como prioridade de investimento de política pública, de política de formação.

Por isso, eu não tenho nenhum constrangimento em dizer que, infelizmente, não apoio este projeto no formato em que ele está, porque não é de cima para baixo, nem tornando, por este projeto, a educação como serviço essencial. Na minha opinião, ela já o é; já é um direito subjetivo. A nossa preocupação é com as garantias, com as condições que nós temos nos mais de 5 mil Municípios.

Lamento muito hoje a fala da Liderança do Governo no sentido de que os diretores não pediram acesso à Internet porque têm receio da concorrência, que os professores não querem voltar ao seu trabalho. O professor vive do seu trabalho, do seu dia a dia, da presença na escola. Então, no mínimo, isso foi desrespeitoso.

A nossa tarefa, como legisladores, é cuidar das condições para que a educação tenha condição de ter seus profissionais vacinados, mas também de fazer alterações físicas e estruturais necessárias para o retorno e de lidar com o ensino híbrido. Precisamos votar o Projeto de Lei nº 486, de 2021, que trata das condições para que o calendário escolar seja flexibilizado.

Por isso eu faço um apelo. Dizer que a educação é essencial é

extremamente importante, mas chamo a atenção para as condições e qual é a proposta do projeto - e reitero todo o meu respeito - que coloca a educação como o objetivo do retorno às aulas. O retorno às aulas seguro é a nossa meta. Eu acredito que a educação tenha isso como meta, bem como os profissionais da educação. Logicamente, cada Município, cada escola, a partir do seu protocolo e da sua realidade, deve construir as condições para esse retorno.

Por isso, infelizmente, eu não tenho como aprovar e apoiar este projeto. Esta posição é minha, não é a do meu partido. O partido tem orientado de acordo com a Liderança do Governo. Esta posição é de alguém que acredita na educação, na sua importância e nas condições para nossas crianças, jovens e adultos. O projeto não trata só das crianças, mas do ensino superior e da educação básica como um todo.

É esse o apelo. Muito obrigada.

Documento 433/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	21:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TADEU ALENCAR-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa da votação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido aos trabalhadores da cultura, e à dilação do prazo de execução de recursos pelos governos estaduais e municipais.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna representando, neste momento, os partidos de oposição, na condição de seu Vice-Líder, agradecendo ao Líder Alessandro Molon por me conferir esta possibilidade nesta sessão de hoje, sessão bastante intensa em que se discutem problemas desafiadores da vida brasileira.

Eu quero, neste momento, chamar a atenção exatamente para o projeto de lei que vamos votar em seguida, Presidente, o Projeto de Lei nº 795, de 2021. Eu tenho a expectativa de que nós vamos certamente vencer, com rapidez, todos os destaques que estão colocados para a matéria que está em apreciação, mas nós estamos já, há algum tempo, aguardando a votação da próxima matéria.



Eu fui autor de um dos projetos que resultou no competente relatório da Líder Jandira Feghali ao projeto que resultou na Lei Aldir Blanc, no momento em que o Brasil está atravessando, como o mundo, uma crise sanitária sem precedentes e que levou à paralisação, à interrupção, à suspensão de diversas atividades econômicas e cadeias produtivas.

A cultura foi a primeira dessas cadeias produtivas que interrompeu as atividades, lá atrás, em março do ano passado.

Durante todo o ano de 2020, este Parlamento adotou medidas importantes para fazer frente à pandemia e houve aqui neste Plenário um consenso extraordinário poucas vezes visto. Só um partido foi contrário à aprovação da Lei Aldir Blanc, lei que instituía um auxílio emergencial para que pudesse, exatamente durante o tempo da pandemia - e ninguém imaginava que ela se estenderia por tanto tempo -, também auxiliar a mitigar os efeitos da pandemia na interrupção do funcionamento de muitas casas de espetáculo, de escolas de dança, de lugares onde se pratica a cultura diversa e plural no Brasil.

A Lei Aldir Blanc, celebrada por todo o País, é o resultado de uma articulação feita com o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura do nosso País, presidido pela Secretária de Cultura do Estado do Pará, a nossa querida Ursula Vidal, e um grande diálogo que foi liderado pela Deputada Jandira Feghali e por muitos Parlamentares aqui deste Parlamento. A lei foi celebrada e aprovada naquele momento.

Todavia, os prazos da Lei Aldir Blanc, naquele momento, foram colocados em conexão com a vigência do decreto emergencial, que tinha por seu termo exatamente a data de 31 de dezembro de 2020. Todos os prazos foram, portanto, estabelecidos, tanto de gasto daqueles recursos de 3 bilhões de reais, cuja origem foi indicada claramente, com descentralização para que fossem aplicados por Estados e Municípios e, principalmente, para fazer chegar na ponta, de maneira rápida e desburocratizada, recursos fundamentais para fazer a cultura brasileira sair do sufoco em que ainda se encontra.

Portanto, o que faz este projeto que veio do Senado, que lá em boa hora foi aprovado, não é outra coisa a não ser prorrogar todos os prazos da Lei Aldir Blanc: o prazo para o empenhamento dos recursos, que tinha sido fixado em 31 de dezembro de 2020; o prazo para as prestações de contas, que lhes são subsequentes; e também a prorrogação do prazo para a execução dos projetos aprovados sob a vigência e patrocínio da Lei Rouanet, que também já estava na Lei Aldir Blanc, na forma como originalmente fora aprovada por este

Plenário.

Esse projeto do Senado, portanto, não institui nenhum centavo de dinheiro novo, é apenas a possibilidade de uso de um valor em torno de quase 800 milhões de reais, que não houve tempo de ser gasto por Estados e Municípios, inclusive porque vivemos também o período eleitoral e entraram novos gestores que sequer tiveram oportunidade de fazer rodar essa cadeia produtiva nos seus Municípios. O Senado aprovou esse projeto.

Nós apresentamos o requerimento de urgência, que foi aprovado de maneira generosa por praticamente todos os Líderes da Casa, equivalendo a 499 Parlamentares. O requerimento de urgência foi apreciado e aprovado na semana passada por unanimidade deste Plenário. Portanto, Sr. Presidente, estamos na iminência de votar o Projeto de Lei nº 795, de 2021, que é esperado ansiosamente pela cultura brasileira em todo o País. Quem se der ao trabalho de visitar as redes sociais, em todos os Estados brasileiros, dos nossos artistas, dos músicos, dos capoeiristas, das escolas de dança, dos artesãos, de toda a cadeia produtiva de audiovisual, vai ver isso.

Eu tenho orgulho de presidir a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros.

Enquanto, muitas vezes, o Brasil é visto de maneira preconceituosa, enquanto muitos países do mundo estejam, em nome dessa visão, dizendo que falta ao Brasil a responsabilidade necessária ao enfrentamento da pandemia e a responsabilidade necessária aos cuidados com o meio ambiente para se fazer respeitado nos fóruns sobre o clima que estão se realizando em caráter planetário neste momento, o cinema brasileiro, o setor audiovisual tem uma cadeia produtiva que gera em torno de 300 mil empregos diretos e indiretos, fazendo com que o nome do País seja elevado. Juntando o talento dos nossos artistas com o financiamento público, fazemos com que a nossa produção e os nossos criadores sejam premiados nos principais festivais de cinema do Brasil e do mundo.

É isto, Sr. Presidente: precisamos valorizar essa cadeia produtiva extraordinária, que reflete um Brasil que é desigual, que é múltiplo, que é fruto da mistura e da mestiçagem de muitas raças.

Este é o componente mais extraordinário da cultura brasileira: a sua diversidade. O País tem, na sua gênese, a maior desigualdade do mundo; no entanto, seu povo é criativo, é alegre, é generoso e, em todos os momentos da vida brasileira, soube responder com grande capacidade de resistência e de resiliência aos desafios que lhe são colocados. E não são desafios pequenos, são desafios como este que estamos enfrentando, que, além de retirar quase 400 mil vidas, tem

causado devastadores efeitos na economia e nas condições sociais do País, que já eram agudas e refletiam essa desigualdade, essa concentração de renda absurda.

Por isso, faço um apelo a este Plenário, aos Líderes de todos os partidos, que, coerentes com a importância deste projeto, assinaram o requerimento de urgência. Faço um apelo ao Presidente Arthur Lira, que, quando Líder de seu partido, foi fundamental para articular o apoio de diversos partidos integrantes da Câmara dos Deputados para que, em 2020, nós pudéssemos socorrer a cultura brasileira, assistir aos nossos artistas e prover o mínimo necessário para que, Brasil afora, milhões de pessoas pudessem sobreviver a essas condições adversas - as condições já eram muito difíceis, mas, com a pandemia, foram sobremaneira agudizadas. Faço este apelo aqui. Junto com a Deputada Jandira, com a Deputada Benedita da Silva e com Parlamentares de todos os partidos, refletidos no apoio dos Líderes da Casa, faço este apelo para que na noite de hoje possamos deixar o legado da aprovação da prorrogação da Lei Aldir Blanc.

Lamentavelmente, ele nos deixou ano passado, mas intitula essa articulação competente feita pela Deputada Jandira Feghali, que teve seu relatório aprovado hoje na Comissão de Cultura, e também faz jus ao homenagear a cultura brasileira, que é esse patrimônio inestimável do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de todos os desafios e da hora avançada, eu gostaria que não encerrássemos o dia de hoje frustrando mais uma vez os artistas brasileiros, que, mobilizados em todos os Estados, esperam mais essa demonstração de carinho, de respeito e de prestígio a esse inestimável patrimônio que é a cultura brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 434/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	21:12
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Fracasso do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Contrariedade do orador ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Deputados, Brasil, eu lembro bem quando aqui chegamos no dia 1º de fevereiro de 2019, e havia um clima de muita euforia em torno do então empossado - naquele momento fazia 30 dias - Jair Messias Bolsonaro.

Fato é que os meses foram se passando, e o Presidente começou a mostrar ao Brasil que seria um Presidente como foi Deputado nesta Casa: de atuação medíocre, sem produção legislativa, sem conseguir construir uma história que lhe pudesse dar um bom discurso quanto aos seus inúmeros mandatos como Deputado Federal.

No entanto, chegou a pandemia. E, com a chegada da pandemia, o mundo mudou. Quando a Oposição na Casa começou a enxergar as abordagens do Presidente, quando o mundo se preparava para enfrentar o maldito vírus, o Presidente debochava, desfilava sem máscara, dava uma de médico. E aí, Sr. Presidente?

Nós continuamos insistindo e em alguns instantes até nos tornávamos, Deputada Talíria, chatos, repetitivos. Mas nós nos tornávamos repetitivos porque estávamos aflitos, preocupados, tensos com o que poderia vir pela frente.

O pior é que chegou, Deputado Tadeu Alencar: o Brasil bateu todos os países do mundo.

Um dia desses, o Brasil representava 30% de todas as mortes do planeta Terra, vejam só, Sras. e Srs. Deputados!

E aí ficou muito evidente que todo o comportamento do Presidente Bolsonaro foi demonstrado pelo fracasso de sua equipe. Mudou de Ministro não sei quantas vezes, não tinha foco, não tinha determinação, não demonstrava sentimento com as mortes, com as filas de pessoas, Deputado Efraim, na porta dos cemitérios esperando que outros fossem sepultados, enterrados, para poder sepultar os seus entes. Famílias inteiras morreram de COVID-19. E foram muitos episódios terríveis, lamentáveis.

E agora ouvi a fala da Deputada Dorinha, comprometida com a educação, símbolo do novo FUNDEB, se eu não estou enganado, e que marcou uma história aqui no Parlamento.

Eu quero dizer em alto e bom som no Plenário Ulysses Guimarães, que está vazio: Brasil, nós somos 15 Deputados no plenário neste momento, poucos assessores, corredores vazios. E é esta mesma Câmara que, pelo visto, vai aprovar uma imposição para que se tenha escolas funcionando. E muitas dessas escolas não têm estrutura para

estabelecer o mínimo de segurança aos trabalhadores e aos filhos e filhas do povo. Podem anotar, vou votar contra. E cada caixão que sair de dentro de uma escola dessa, nós vamos trazer aqui o nome dos filhos e filhas do povo, dos trabalhadores, e nós vamos debitar na conta daqueles que estão votando a favor da obrigatoriedade da abertura de escolas, sem vacinas. É um risco total, uma temeridade. Não sei como V.Exas. têm coragem de defender algo assim num momento como este.

Eu queria muito ter visto aqueles que colocaram Bolsonaro na cadeira da Presidência da República, combatendo um instante em que ele disse não à Pfizer, quando ele disse: "*Não, o Brasil não quer 100 milhões de vacinas*". Hoje nós teríamos, quem sabe, 50 milhões de trabalhadores da educação, Deputada Talíria, imunizados com as duas doses. Mas o Presidente Bolsonaro, que V.Exas. elegeram - e ele se incomoda muito quando se diz isso - vai para os livros de história do Brasil por tudo que tem praticado e será responsabilizado pelas mortes de muitos brasileiros e brasileiras.

Podem ter certeza de que a Câmara dos Deputados está fechada. O Presidente Arthur Lira renovou as restrições de acesso à Casa. As reuniões virtuais e as sessões virtuais estão ocorrendo desde março do ano passado, há mais de 1 ano. E aqui nós vamos aprovar, Presidente Arthur Lira, o funcionamento das escolas. É uma temeridade.

E eu gostaria que, ainda em tempo, V.Exas. mudassem de ideia, porque não há qualquer segurança para que tenhamos aglomeração nas escolas do País. E assim peço em respeito aos trabalhadores, aos professores, às merendeiras, às pessoas que fazem a segurança das escolas e aos filhos e filhas do povo.

Muito obrigado.

Documento 435/702

38.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/04/2021-21:20	
Publ.: DCD 21/04/2021 -	- PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque de preferência para a votação da Emenda de Plenário nº 11, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em

formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Acatamento, pela Relatora da matéria, de parte do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre a estratégia para o retorno às aulas durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, para nós é de fundamental importância essa emenda, porque ela solicita preferência, tendo em vista que a Relatora acatou grande parte do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, que é um texto que garante o retorno seguro às aulas. Por isso, como a Relatora acolheu parcialmente - e o texto, na sua integralidade, garante que as escolas possam, sim, funcionar -, S.Exa. deixou parte importante do conteúdo, por exemplo, a que trata dos Conselhos Escolares na definição de protocolos, de acordo com cada situação e em cada local do País. No art. 6º, a Relatora inverteu o sentido da opção dos pais e responsáveis por aula presencial ou remota.

Então, nesse sentido, para nosso entendimento, é muito importante a participação dos pais.

E há também a questão da aula presencial como regra geral, como foi colocada no texto. Todos os Deputados que se pronunciaram disseram que vão respeitar a prioridade, mas no texto não está assim. E a Relatora também retirou as referências às orientações da Organização Mundial da Saúde -- OMS, que estavam na versão anterior do substitutivo.

Portanto, são atividades, Sr. Presidente, muito caras, que precisam muito entrar nesse relatório, para que possamos votar e, ao final, ganhar, avançar com essa emenda, com esse destaque, para que o projeto realmente diminua os impactos negativos que pode trazer à educação brasileira.

Além do mais, o PL enquadra educação como atividade essencial, mas não tem outra finalidade senão a de limitar o livre e legítimo direito das entidades sindicais, porque, na realidade, o foco desse projeto é este: retirar direitos de entidades sindicais e profissionais da educação.

Aqui ninguém está pensando na condição do retorno às aulas. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende fez uma leitura muito correta de quais são os PLs que tramitam nesta Casa com urgência, os quais dariam condições para que nossas escolas tivessem um melhor planejamento para voltar, e ninguém pautou tais projetos. Eles não vieram à pauta, Presidente, infelizmente.

Nesse sentido, pedimos que se dê prioridade, porque precisamos, no relatório construído pela Deputada Professora Dorinha Seabra

Rezende no Projeto de Lei nº 2.949, que se garanta vacina a todos os profissionais da educação.

Por tudo isso, pedimos a inversão, para trazer, primeiro, a situação da pandemia e só então refletir protocolos e decidir como e quando haverá o retorno presencial.

Por isso, estamos pedindo a inversão e apresentando esse destaque neste momento.

Documento 436/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	21:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade da oradora ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Falta de condições sanitárias para o retorno das aulas no Brasil.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu pergunto aos colegas Parlamentares: há mais de 500 anos, então agora, de fato, o Parlamento brasileiro decidiu que a educação é essencial? É isso mesmo que nós estamos discutindo? E discutir a educação como essencial é, de fato, nós colocarmos professores em salas de aulas com mais de 40 alunos sem terem se vacinado? Isso é admitirmos que a educação é essencial? Que carinho, que atenção nós temos com os professores no Brasil?

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, se nós, de fato, estamos agora fazendo o maior debate, há mais de 3 horas, reconhecendo que a educação no Brasil é essencial, só agora, depois de mais de 500 anos, então nós não queremos ser levados a sério com um debate como esse.

Alguns aqui já se entregaram, até. Eu respeito muito as colegas Parlamentares que apresentaram o projeto, mas é um equívoco muito grande. Nós não podemos admitir que um país que até agora não vacinou nem a população de 55, 56, 57 anos vá colocar professores em sala de aula, a maioria, a grande maioria deles sem estarem vacinados, e os jovens, também, sem estarem vacinados.

Presidente, são em média, hoje, 375 mil brasileiros que se foram pela COVID, 375 mil famílias que choram a perda dos seus entes queridos. E, no meio desse caos, no meio dessa tragédia, no meio desse genocídio, nós estamos dizendo que, por reconhecer a educação como essencial, nós vamos botar os professores numa sala de aula sem estarem vacinados?

Eu quero, então, fazer um desafio ao Plenário desta Casa. Se de fato nós aprovarmos hoje este projeto de lei, que bota professor na sala de aula sem estar vacinado, o que eu quero pedir ao Presidente da Casa é que convoque imediatamente as próximas sessões estabelecendo que sejam presenciais. Se professor pode trabalhar sem estar vacinado, por que Deputado não pode?

Agora quero também chamar a atenção: se identificarmos que, ao chamar todos para o trabalho presencial, aumentou o número de contaminação na Casa, é preciso, mais uma vez, suspender a vinda de todos os Parlamentares e trabalhadores. E, ao suspendermos a vinda de todos os trabalhadores e Parlamentares, precisamos admitir também que, se não dá certo para a Câmara dos Deputados trabalhar de forma presencial, não pode dar certo para os professores enfrentar 30 a 40 alunos sem que ninguém esteja vacinado.

Eu estou dizendo isso, colegas, porque me parece que, quando reconhecemos que a educação no Brasil é essencial e que por isso professor tem que ir para a sala de aula sem estar vacinado, ou nós não reconhecemos como é essencial o trabalho no Parlamento brasileiro - estamos todos trabalhando a distância -, ou mais uma vez eu digo: nós não queremos ser levados a sério.

Aliás, o Líder do Governo no Senado entrou com um requerimento pedindo que não se instalasse uma CPI...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 437/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	21:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para a votação da Emenda de Plenário nº 11, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Falta de condições sanitárias para o retorno das aulas nas escolas brasileiras.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou professor de História, trabalho há 20 anos em sala de aula e não tenho a menor dúvida de que o que estou ouvindo aqui é que todo mundo quer que as escolas voltem a funcionar o mais rápido possível.

A defasagem cognitiva, pedagógica, a ampliação da desigualdade social é fato, Presidente, Deputado Marcelo Ramos. É muito grave a evasão escolar. Mas qual é a solução que esse projeto está trazendo para isso? Nenhuma, nenhuma solução. Muitas escolas não têm quadra poliesportiva, não têm sala de aula com ventilação, não têm água potável. Essa é a realidade da imensa maioria das escolas. Nós não podemos desconsiderar isso e fazer com que essa volta, sem as condições básicas, comprometa a vida das pessoas. Essa não é a solução pedagógica e não é por uma questão corporativa. Não é, não é verdade isso. É por uma responsabilidade pedagógica, de aprendizagem, de valorização da vida.

Sr. Presidente, a Deputada Jandira Feghali vai usar o tempo de Liderança da Minoria agora.

Documento 438/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	21:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Razões do posicionamento contrário do orador à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. Morte de quase 400 mil pessoas pela Covid-19. Altivez do País perante a comunidade internacional sob o governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Prevalência de interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais no País. Recorde nos preços dos combustíveis e do gás de

cozinha.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero saudá-lo. É muito bom vê-lo aí, como Vice-Presidente, atuando como Presidente.

Sr. Presidente, quero aqui, com muita tranquilidade, dizer que essa situação da educação é lastimável, como é lastimável também, e acabam se encontrando, a situação dos Correios.

E hoje foi uma tarde muito infeliz, muito infeliz, para o Congresso brasileiro. Sr. Presidente, foi muito infeliz porque os dados do Brasil dão conta de que nós vivemos, infelizmente, não só um descontrole político, mas também um desvario. Não é liberalidade o que nós estamos vendo. Não são liberais os que estão defendendo a venda dos Correios; não são, diria, pés no chão, não são razoáveis os que defendem abrir escolas sem antes observar o posicionamento dos funcionários, dos trabalhadores, dos professores, de todos aqueles que compõem a educação na ponta.

E o que une a venda dos Correios com a abertura das escolas sem os cuidados adequados, sem o cumprimento dos protocolos exigidos pela OMS, sem o respeito à ciência e aos professores? O que une essas duas questões que hoje foram centrais no nosso Parlamento é a visão meramente mercantil, comercial, estreita, estreita, de um Congresso, que tem agora um momento difícilíssimo e que pode estar optando, neste instante do mundo, por ser um Congresso cúmplice deste Governo que aí está, em vez de ser um Congresso altivo, que deve defender o povo brasileiro, o Estado brasileiro, a nossa economia, as nossas ações sociais e sanitárias.

Querem vender os Correios! Não há outra explicação, não há outra palavra mais simples para que o povo entenda. Querem vender essa empresa, que é a que compra mais veículos no País, é empresa que gera emprego, que gera renda, que agora vai ter um lucro acima de 1 bilhão. Alguém hoje chegou a ponto de dizer que o quadro está diferente do que acontecia no passado. O que vimos no passado era uma empresa que tinha investimentos, era uma empresa que crescia.

Presidente Marcelo, V.Exa. conhece bem o que é o Minha Casa, Minha Vida. Hoje, muitos desses empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida não têm serviço postal, porque precisamos avançar ainda mais no que é necessário fazer com os Correios, na zona rural, nos grandes rincões. O pouco que foi aberto nessa área de logística dos Correios... Quem faz o serviço mais difícil ainda são os Correios, para as empresas que contratam os Correios.



Agora há pouco eu vi um amigo nosso Deputado - vou preservar o nome dele - dizer no plenário que o Mercado Livre está contratando menos os Correios. Não, as empresas vão continuar contratando os Correios. Agora, quem vai fazer o papel dos Correios nos pequenos centros, na periferia, nos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, na zona rural?

Os 20 países com maior território do mundo, todos eles, têm empresas de correio. Sabem como? São do Estado. A França é dona da (*Falha na transmissão*), que no Brasil é uma das maiores. O Estado alemão controla a DHL, que é uma das maiores. Os Estados Unidos, Sr. Presidente, acabam de fazer um pacote econômico de 2 trilhões de dólares. Eles são liberais ou viraram comunistas? "*Ah, devem ser comunistas, devem ser comunistas!*"

O Brasil, Sr. Presidente, neste momento se encontra numa situação lastimável, não tem nem onde se encaixar no mundo.

Os países liberais estão fortalecendo os seus Estados, porque nós estamos numa guerra. E, quando se está numa guerra, nós temos que ter "orçamento de guerra", nós temos que ter "orçamento pós-guerra". Mas nós temos um orçamento que continua pagando aos bancos, que continua pagando mais de 1 trilhão de reais por ano de serviço de dívida. Enquanto isso, o nosso povo está morrendo. Lá se vão quase 400 mil brasileiros. Lá se vai o Brasil com um Presidente que não usa máscara, que há poucos dias chamava os chineses de comunistas: "*Como vamos tomar vacina de comunista?*" Ele é de uma conversa sem sentido, uma conversa totalmente equivocada, descabida.

Que saudade nós temos do Lula, que olhava para o Brasil como um Brasil, que dialogava com todos os setores do mundo, com todas as nações! Inclusive, quando prestigiava os países menores, fazia ótimas alianças, para nos desenvolver e nos ajudar a desenvolver também a nossa economia, com parcerias importantes na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos.

Os Estados Unidos - Chico Buarque disse que tem isto na cabeça - são um país que, só com Lula, olhou-nos com altivez, respeitou a nossa soberania, e o Brasil pôde falar de frente. E não foi à toa que o Obama chamou Lula de "o cara": "*Olhe o cara!*" Que falta esse cara faz, que falta esse cara faz neste momento em que vemos a entrega do patrimônio público, no mesmo instante em que países da Europa reestatizam, como a própria Alemanha está reestatizando, o serviço de água.

Fala-se agora na reestatização do transporte coletivo: "*Ah, vocês querem reestatizar tudo!*" Não! Nós queremos garantir o tamanho de

um Estado que atenda aos interesses do povo brasileiro; e não de um Estado que pareça mais um Estado para ser controlado como o Presidente quer, por interesses mais próximos de milícias, mais próximos do que qualquer coisa que não seja um Estado forte.

Nós precisamos de um Estado forte, Sr. Presidente, que tenha um "orçamento de guerra", que tenha neste momento sensatez para defender o nosso povo, que tenha sensatez para defender a nossa gente. Não dá para aceitar a venda dos Correios; não dá para aceitar a venda da PETROBRAS; não dá para aceitar a venda da ELETROBRAS, porque nenhum país liberal faz isso.

Os Estados Unidos controlam a sua energia elétrica e controlam também o seu petróleo, porque há lá as maiores reservas de petróleo tamponado do mundo, além de todo o mundo saber que a OPEP faz o que quer. E aqui nós estamos entregando as nossas refinarias, como ocorre na Bahia, onde nós estamos num processo de enfrentamento duríssimo, que muitas vezes já foi alongado, para fazer com que o mundo entenda que nós somos, sim, um país que precisa ser fortalecido nas suas estruturas econômicas, nas suas infraestruturas.

Portanto, Sr. Presidente, não é à toa que esta tarde tem dois elementos que acabam mostrando exatamente a mesma coisa: o Estado sendo diminuído, com os interesses econômicos prevalecendo e os interesses sociais sendo esquecidos, e a nossa economia sendo entregue, como fizeram com o gás.

E o que fizeram com o gás nós só estamos vendo hoje: o preço do botijão de gás é o mais caro da história do País. E diziam, em 2019: *"Daqui a 6 meses vocês vão ver o preço do gás"*. Estamos vendo, como estamos vendo também o preço da gasolina, do óleo *diesel*, do álcool.

Então, Sr. Presidente, é uma tarde infeliz para a Câmara Federal. E nós esperamos que o Relator desse projeto dos Correios e que quem está nesse momento também insistindo nessa maldade que está sendo feita com a educação brasileira percebam que nós somos uma grande Nação.

E essa vergonha que nós estamos passando diante do mundo não vai ficar só na vergonha por essa situação vivida com relação ao enfrentamento do coronavírus, pois vêm aí, Sr. Presidente, os danos econômicos, que vão ser ampliados; os danos sociais, que vão ser ampliados; o pós-COVID, que vai nos trazer grandes sequelas. E como enfrentar isso com um Estado reduzido e com interesses mercantis lá da Idade Média, lá de muito tempo atrás no Brasil, que voltam, novamente, com mais vigor, com menos interesse social e com menos respeito ao nosso povo, à nossa soberania e aos nossos patrimônios

públicos que não estão sendo respeitados, quando deveriam ser venerados?

"Não" à venda dos Correios!

Documento 439/702

38.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 21:52

Publ.: DCD - 21/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade do requerimento de destaque simples nº 2 apresentado ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Defesa da vacinação prioritária dos rodoviários.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha "sim" a esse destaque muito importante.

Queria destacar, Sr. Presidente, a cobrança que insistimos em fazer por vacinas. É fundamental que não nos esqueçamos de dizer que há setores essenciais, verdadeiramente essenciais - destaque aqui os rodoviários -, que precisam de vacina. Estão trabalhando em ônibus superlotados, as pessoas estão se contaminando. Eu tenho acompanhado esse problema aqui na Bahia, em Salvador. Os trabalhadores estão perdendo suas vidas e a vacina não chega a esses setores essenciais.

Cobrança temos feito às Prefeituras. Aqui, com o Governo do Estado, nós temos dialogado também. Conversamos com o Secretário da Saúde, para que os trabalhadores que estão nessas tarefas possam ter acesso à vacina.

E quero, em nome do Presidente do Sindicato dos Rodoviários, Hélio Ferreira...

(Desligamento automático do microfone.)

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	22:04
Publ.: DCD - 21/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade do requerimento de destaque simples nº 2 apresentado ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Defesa da vacinação dos professores. Anúncio de movimento grevista pelos metroviários de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Necessidade de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre modificação da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso a vacinas a todos os caminhoneiros e profissionais responsáveis pelos transportes de cargas durante o período de pandemia do vírus COVID-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

A Oposição orienta "sim", Presidente. É evidente que este destaque do PT, a partir de uma emenda da Deputada Joenia Wapichana, é uma garantia de respeito à decisão do conselho escolar e de proteção da vida dos professores, da comunidade escolar das comunidades indígenas e quilombolas.

Agora, o grave é que nós deveríamos estar discutindo outro tema, não tratando a educação como essencial, para tirar o direito de greve, para obrigar a volta às aulas presenciais, e sim a vacinação dos professores.

Aliás, Presidente, uma categoria que é essencial, a dos metroviários, paralisou suas atividades hoje, aqui em Porto Alegre - o SINDIMETRÔ-RS -, porque já perdeu vários colegas por COVID-19. A Câmara poderia estar votando o PL 1.011, porque há um destaque que coloca rodoviários, metroviários e todas as atividades do transporte como essenciais. Mas, não, estamos votando as aulas como essenciais, para voltarem as aulas presenciais, sem vacina e sem...

(Desligamento automático do microfone.)

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	22:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Marcelo Freixo pela condução do debate a respeito da educação. Empenho de parlamentares da Minoria em prol de projeto de transformação da merenda escolar em cesta básica para as famílias. Defesa do auxílio emergencial no valor de 600 reais. Defesa de atenção às escolas localizadas em bairros pobres das cidades do País. Apelo à Casa de socorro aos segmentos da cultura e da arte brasileira. Pedido de conclusão da votação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para extensão da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Marcelo Freixo, que é professor, que tem conduzido em nosso nome este debate no campo da educação e outros debates importantes em que a educação é essencial para a sociedade brasileira, e quero agradecer a sua generosidade e deferência para que eu pudesse usar o tempo nesta sessão.

É importante que nós possamos recuperar a preocupação de todos os partidos que compõem a Minoria, desde o início da pandemia. Eu quero lembrar - e a Deputada Professora Dorinha, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Professora Rosa Neide, o Deputado Marcelo Freixo, o Deputado Danilo Cabral, a Deputada Professora Marcivania e tantos outros Parlamentares que atuam com muita força no debate da educação também vão lembrar - que o primeiro projeto que nós aprovamos, logo que foi decretada a pandemia no mundo, foi exatamente para transformar a merenda escolar em cesta básica para as famílias brasileiras, para que o FNDE autorizasse os gestores municipais a utilizarem a merenda escolar como cesta básica para as famílias. Essa foi a primeira grande preocupação, porque todos nós sabemos que muitas crianças têm na alimentação escolar a sua refeição diária. Essa foi a primeira grande preocupação. Obviamente, todos os que hoje falaram da refeição escolar deveriam estar preocupados em fiscalizar o cumprimento dessa decisão do Parlamento brasileiro.



O tempo todo nós falamos aqui que o que garante, durante a pandemia também, a alimentação das famílias é o auxílio emergencial de pelo menos 600 reais. Eu vi que neste Parlamento muitas pessoas que hoje se preocupam com a alimentação das crianças não votaram esse auxílio emergencial, votaram, com o Governo Bolsonaro, um auxílio que é de 150 reais agora, quando o gás de cozinha já está em 130 reais, em 136 reais no Brasil. Eu não vi, nesse momento, algumas e alguns dos Parlamentares que falam da alimentação na escola se preocuparem em garantir às mães, inclusive de famílias monoparentais, esse recurso. Essas mães hoje devem estar ganhando, no máximo, 370 reais, para garantir a alimentação das suas famílias, dos seus filhos. E todos os dados, todos, de qualquer instituto, público ou privado, mostram que as famílias mais pobres do Brasil hoje são chefiadas por mulheres, em particular mulheres negras - a Deputada Benedita da Silva diz isso todos os dias, para quem quiser ouvir, da tribuna deste Parlamento.

Então, neste momento, quando nós estamos discutindo a escola - e eu ouço isso de todas as Parlamentares dedicadíssimas a este tema nesta Casa -, quando nós estamos discutindo a educação brasileira, não estamos nem um pouco distantes deste debate. Ao contrário. Nós estamos olhando para a desigualdade regional deste País, que é imensa. É imensa.

Não adianta falar da escola privada da alta classe média do Paraná, ou do Rio Grande do Sul, ou de Brasília, ou mesmo do Rio de Janeiro, ou de São Paulo. Nós estamos falando, Deputada Benedita, da escola de Nova Iguaçu ou da periferia do Rio de Janeiro, ou do Nordeste, ou do Norte do País, ou mesmo do Centro-Oeste, ou da Ceilândia, ou de qualquer outra cidade do Rio de Janeiro, ou de qualquer outro Estado do Brasil que vive a situação de não ter água encanada, como Caxias, aqui no Estado do Rio de Janeiro, onde a maioria das escolas não tem água encanada. Estamos falando da situação da higiene e da segurança dos profissionais da educação - e não falo só dos professores, falo da merendeira, dos inspetores e de outros profissionais que atuam nas escolas -, que não têm como ir para a escola que não seja dentro de um transporte coletivo lotado. Hoje há 3.321 mortes no Brasil. Basta olhar para a ciência, basta falar o que falam os cientistas. Não adianta vir com exemplos da Finlândia, da Suécia, da Alemanha, não adianta falar de outros países, pois eles investiram bilhões para fazer o retorno à escola acontecer. São exemplos lindos, mas que não cabem na realidade brasileira.

Então, não venham aqui falar que nós estamos insensíveis à realidade social brasileira, porque somos nós, que compomos a Minoria deste Parlamento, que temos discutido socialmente este País, com auxílio emergencial e geração de emprego, apelando, quase suplicando a este Parlamento para que não fique de costas para a realidade do Brasil,



que é o que ele tem feito há algum tempo - virou as costas para votar a agenda de uma política econômica agravada por este Governo, que não se preocupa, em nenhum momento, com a vida do povo brasileiro, que tem gerado mortes, que tem aumentado e agravado a situação do povo brasileiro.

Esta votação foi por convicção. Nós queremos as escolas abertas, mas com segurança, com vacinação, com a garantia de que as pessoas não irão para a escola e voltarão doentes. Essa é a preocupação de quem está votando contra este projeto neste momento. E faço um apelo sobre isso.

Então, não chorem neste plenário pedindo pelas crianças, votem pelas crianças no auxílio emergencial, para que esse dinheiro chegue às mães, às mulheres, para que a vacinação se acelere para as famílias brasileiras, e não ajudem este Governo a continuar fazendo uma política genocida neste País, porque o genocídio é uma tipificação das convenções internacionais e do Código Penal, não é um panfleto, não é uma agitação, apenas se caracteriza quando o Estado ajuda, induz e possibilita a morte das pessoas.

No tempo que me resta, eu gostaria de fazer um imenso apelo, um imenso apelo, para que, pelo menos, na noite de hoje, consigamos socorrer - nós estamos aqui fazendo um apelo por socorro - alguns segmentos da sociedade brasileira. Eu sei que esses segmentos tocam sensivelmente este Parlamento, que são os segmentos da arte e da cultura brasileira.

Este Parlamento já os socorreu, já os socorreu, independentemente dos desejos que este Governo teve no ano passado. Este Parlamento, a partir dele e da sociedade brasileira que se movimentou, este Parlamento conseguiu construir, junto com a sociedade brasileira, junto com os fazedores e fazedoras de cultura, um grande socorro. Esse socorro deveria ser de toda a sociedade brasileira, mas nós não conseguimos construir novamente no auxílio emergencial. Mas desse socorro que foi dado em 2020, desse dinheiro, desses 3 bilhões de reais, que foram importantes para a cultura brasileira, ainda restam nas contas de Estados e Municípios algo em torno de 700 milhões de reais, que precisam ser liberados. Há um desespero no País, porque a pandemia não melhorou, piorou. As pessoas não conseguem trabalhar, estão desesperadas. Muitos estão passando fome, estão vendendo os seus instrumentos, não estão conseguindo mais seguir na vida sem aquele coleguismo de uma cesta básica auxiliada pelo seu colega, sem a coleta de financiamento dos seus parceiros. As suas famílias estão em dificuldade também.

Então, nós estamos pedindo, apelando - e todos os Líderes com quem eu conversei têm essa sensibilidade -, porque houve um atraso no

repassa dos recursos pelo Governo Federal, no ano passado. A última parcela foi em outubro, da Lei Aldir Blanc. Alguns Municípios, que não conseguiram, atravessados pelas eleições, com gestores saindo e gestores chegando, tiveram que devolver aos Estados, porque só chegou em dezembro aos Estados esse recurso, pela própria lei, que deu um prazo de 60 dias aos Municípios. Receberam em dezembro, não conseguiram empenhar esses recursos. Portanto, essa medida provisória que o Governo fez em dezembro não conseguiu dar conta, porque só permitia a execução de recursos empenhados até dezembro. Não foi possível aplicar todos os recursos, e sobrou nas contas algo em torno de 700 milhões.

A lei que veio do Senado, que incorporou muitos projetos da Câmara - 12 projetos da Câmara -, contempla a liberação desses recursos, a prorrogação da prestação de contas, o alargamento do prazo da Lei Rouanet, das contrapartidas e resolve, pelo menos emergencialmente, a conclusão do que foram os objetivos deste Parlamento e dos gestores, e artistas, e técnicos, e educadores, e oficineiros, e ponteiros de cultura de todo este País.

O apelo que eu faço, Presidente Arthur Lira, é para que consigamos ainda hoje dar essa vitória à arte e à cultura brasileiras, através da conclusão da liberação dos recursos da Lei Aldir Blanc. Todos estão acompanhando, estão esperando que votemos ainda hoje, mesmo que vamos até as 2 horas da manhã.

Agradeço. Muito obrigada, Deputado.

Muito obrigada pelo tempo da Liderança, Deputado Marcelo Freixo.

Documento 442/702

38.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/04/2021-22:56
Publ.: DCD 21/04/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do artigo 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, aqui é o mérito, efetivamente. O que nós precisamos resguardar com esse destaque é que não exista intervenção nos Estados e Municípios a partir da aprovação dessa lei, contrária à defesa da vida das crianças, das famílias, da comunidade escolar e dos educadores.

Na verdade, é preciso dizer que nós queremos que as crianças e os jovens voltem para as aulas quando houver vacina para eles, quando o Governo Federal liberar os recursos necessários para a adaptação das escolas e quando houver um protocolo que efetivamente garanta a vida e a educação.

Hoje, o Líder do Governo disse que os professores não querem trabalhar. Os educadores estão em casa, usando o próprio computador para trabalhar, muitas vezes com uma conexão de Internet que não é boa. Eles estão buscando oferecer o máximo de si, com tarefas, com organização. Quem não faz a parte dele é o Governo - aliás, este, de Jair Bolsonaro, vetou o acesso a computadores e à Internet.

Ora, a educação é essencial. Os colegas Parlamentares deveriam ter muito bem lembrado que educação essencial não é a da votação do Orçamento, quando foram retirados bilhões de reais do setor para questões secundárias. No ano passado, 779 crianças com até 12 anos de idade morreram por COVID.

Senhores e senhoras, nós precisamos de que esse destaque seja valorizado, dizendo "não" ao texto, porque, segundo o texto, as escolas serão abertas sem nenhuma providência de proteção à vida das crianças. Ora, aprovar um texto no Parlamento brasileiro é uma tarefa difícil - e eu até entendo a comemoração de algumas pessoas. Porém, mais difícil é preservar a vida; mais difícil é, sinceramente, para a mãe, para o pai de uma dessas 779 crianças de até 12 anos de idade que perderam a vida.

Garanta-se que a merenda escolar chegue às crianças; garanta-se a banda larga; garanta-se a educação; garanta-se respeito aos educadores, porque hoje eles foram profundamente desrespeitados pelo Líder do Governo. Vamos dizer "não" ao texto, e preservar a vida e a educação.

Muito obrigada.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
21/04/2021 -

- ADRIANA VENTURA-NOVO -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do artigo 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, na verdade, eu estou aqui para fazer o resgate da verdade, porque várias narrativas estão surgindo. Algumas delas eu consigo entender. Temos divergências, pois pensamos de forma diferente. Eu acho que isso é natural. Mas criar narrativa falsa e mentirosa, eu, realmente, até como educadora, como professora, sou contra.

O objetivo desse projeto, quando falamos de educação essencial, é colocar a criança no centro da atenção - nossas crianças e adolescentes -, é a educação na frente. Isso inclui, sim, valorizar os nossos professores, que merecem ser valorizados, que têm que ser prioritários na fila de vacinação, como, inclusive, a Deputada Joice colocou no relatório. Isso inclui, sim, cuidar das escolas.

Eu ouvi muitos colegas aqui afirmarem que não dá para voltar porque as escolas não dispõem de saneamento básico, metade das escolas, o que realmente procede. Mas, gente, vamos cair na real e falar a verdade aqui: metade das casas dos brasileiros não tem saneamento básico. E, se não estou enganada, porque eu estava na Comissão do Marco do Saneamento Básico, a maior parte das pessoas que está contra esse projeto votou contra o Marco Legal do Saneamento Básico. Então, esse é um problema crônico, porque muitas - muitas! - crianças morrem todos os anos por doenças decorrentes de falta de saneamento em casa. A questão não é falta de saneamento na escola, mas falta de saneamento no País.

Também quero deixar claro que não estamos obrigando ninguém a voltar nem ferindo a autonomia dos Prefeitos. A decisão da volta é dos pais, do gestor municipal, do Prefeito, que vai ver a situação da cidade e determinar essa condição. Mas os pais decidem se o filho vai voltar. Isso não obriga todo mundo a voltar. No projeto - sugiro que o leiam - está bem claro: sistema híbrido seguindo protocolos, retorno seguro.

Então, eu acho que temos de sair dessa narrativa mentirosa.

Gostaria de pontuar ainda que educação essencial está na Constituição. As pessoas dizem: "Ah, não precisa desse projeto, porque já está na Constituição". Só que não está sendo garantido esse direito. Os nossos Secretários de Educação, Prefeitos e Governadores têm que ter a educação como diretriz prioritária. Quer dizer, escola é a última a ser fechada e a primeira a ser reaberta. Então, a pergunta aqui é: como vamos viabilizar a abertura das escolas? Esse tem que ser o direcionamento mais importante que cada gestor precisa dar.

Muito obrigada.

Documento 444/702

38.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/04/2021-23:04	
Publ.: DCD 21/04/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do artigo 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, esse projeto de lei é como um Cavalo de Troia. Fala-se em essencialidade para a educação. E essa essencialidade está garantida na Constituição. Mas esse projeto, como um Cavalo de Troia, vai esconder o que está por trás dessa tal essencialidade.

O que é essencial? Melhoria da merenda escolar, esse projeto traz? Não. Mais recursos, piso salarial dos professores, estudantes com *tablets*, com acesso à Internet, mais recursos no orçamento, esse projeto traz? Não, pelo contrário, são menos 27% no orçamento da educação, menos recursos para as pesquisas. Portanto, aquilo que é essencial não está nesse projeto.

O que é a essencialidade desse projeto? É o retorno sem vacina concreta, porque não adianta dizer que haverá prioridade na vacinação. Mas, concretamente, vai se retornar com vacina? Não. O

Cavalo de Troia traz, portanto, o risco da doença, da morte, da continuidade do genocídio, da crueldade com alunos e professores, que vão se arriscar em escolas sem condições de fazer o distanciamento social e, repito, sem vacina. Além disso, traz também esse Cavalo de Troia a tentativa de criminalizar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Uma Deputada deixou claro: ela quer ferir o direito de greve para que, quando se organizarem, os trabalhadores e as trabalhadoras não tenham esse direito na sua essência. Portanto, está dentro desse Cavalo de Troia também essa perseguição. Aliás, o Partido Novo adora dizer isso. O Partido Novo coloca a culpa nos sindicatos pelo fato de as escolas não estarem funcionando. Mentira! A culpa é de Jair Bolsonaro, Partido Novo, porque ele, ao invés de vacina, ficou pregando cloroquina; ao invés de combater a pandemia, ficou incentivando o vírus. Então, essa responsabilidade é dele.

Mas eu termino, Presidente, dizendo o seguinte: esse projeto não vai passar no Senado, porque há ali uma Comissão Parlamentar de Inquérito para ver de quem é a responsabilidade pelo genocídio. Imaginem se os Senadores vão aprovar o retorno às escolas, sem vacina, sem garantia real de que há segurança para o retorno às aulas, se eles próprios estão vendo de quem é a culpa pelo genocídio no Brasil, e o pior deles é o Presidente genocida Bolsonaro.

Por isso, esse projeto pode passar na Câmara, mas eu tenho esperança de que no Senado não passe, porque lá...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 445/702

38.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/04/2021-23:08
Publ.: DCD 21/04/2021 -	TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do artigo 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das

diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, o intuito desse destaque do PT, que busca suprimir o art. 2º, na verdade é novamente votar o mérito do projeto, porque esse é justamente o principal artigo do PL que acabamos de votar.

Vou dialogar com o Deputado Rogério, que falou comigo. Eu gosto muito das homenagens que o Partido Novo recebe neste plenário. Quando eu cheguei à Câmara, 2 anos atrás, não imaginei que um partido com somente 8 Deputados entre 513 teria tanta atenção assim da Oposição. Eu fico até lisonjeado.

Mas quero dizer que concordo com o Deputado Rogério Correia que o maior responsável pelo descalabro do controle da pandemia no Brasil é Jair Bolsonaro. É Jair Bolsonaro que se recusou a comprar vacina. É Jair Bolsonaro que se recusou a incentivar medidas de distanciamento social. É Jair Bolsonaro que se recusa a usar máscara em público e receita - se é capaz de receitar, uma vez que não é médico - medicamentos que não têm nenhuma eficácia comprovada contra a pandemia. Eu concordo com essa responsabilidade que o Presidente tem no descontrole da pandemia no Brasil.

Agora, quem está sofrendo com isso é a juventude brasileira, são as nossas crianças. É o futuro do Brasil que está sofrendo na pele a calamidade da nossa educação por conta de uma pandemia descontrolada, e o principal responsável pelo descontrole é, sim, Jair Bolsonaro. Mas quem vai pagar essa conta são as nossas crianças? Quem vai pagar essa conta é a próxima geração? Estudos já mostram que 70% das crianças brasileiras provavelmente já perderam a capacidade de ler com 14 meses sem aulas. Elas não podem pagar a conta da irresponsabilidade com que o nosso governante lidou com a pandemia no Brasil.

O que esse projeto busca fazer é salvar, no mínimo, o futuro das nossas crianças, salvar a educação brasileira, uma vez que, infelizmente, as quase 400 mil mortes que nós já tivemos na pandemia, lamentáveis, não podem ser salvas. Então, que salvemos o futuro do Brasil, que salvemos a educação brasileira, o futuro de tantas crianças e jovens que não estão na escola hoje, porque nós estamos nos recusando a colocar a educação com a essencialidade que ela tem, sendo priorizada, recusando-se a abrir qualquer outra atividade antes que as escolas estejam abertas, só fechando as escolas quando não houver realmente mais alternativas para o controle da pandemia.

A educação tem que ter esse nível de prioridade no Brasil. E disso que esse PL trata. Por isso, nós temos que rejeitar esse destaque do PT,

mantendo o texto da Relatora.

Documento 446/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD 23:12
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque aponta a questão central que está em debate aqui: introduzir o conceito de essencialidade da educação, algo que já é reconhecido e consolidado pela Constituição da República brasileira. Portanto, não há necessidade alguma de se aprovar um projeto com essa finalidade.

Na verdade, as intenções são outras. O que está por trás desse projeto visa exatamente seguir a lógica do negacionismo, ou seja: *"Não vamos obedecer à ciência, não vamos seguir orientações sanitárias, nós queremos que as escolas e as universidades voltem de qualquer maneira a funcionar"*. A ideia é essa em relação às escolas e às universidades, e nós discordamos disso.

É preciso preservar a educação como essencial, e para isso é preciso preservar a vida, porque sem a vida das pessoas, de estudantes, de alunos, de professores, enfim, da comunidade escolar e acadêmica, não existe educação. Então, vamos ser sinceros aqui quanto a isso.

Documento 447/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD 23:12
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador acerca do Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o

reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Defesa de vacinação dos professores contra a Covid-19 como condição para a retomada do ensino presencial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos votando o que pode ser a essencialidade da educação. E ela é essencial. Aliás, sempre foi e sempre será. Para nós do PDT de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira, de Leonel Brizola, é muito mais.

Mas nesta hora, Presidente, o que é essencial mesmo é a vacina. Ela tem que vir antes de tudo. Ela é a razão de ser de toda a retomada econômica, social, educacional, tecnológica. A vacina não veio porque o negacionismo não permitiu. O Presidente da República negou-se a comprar a vacina da Pfizer em agosto do ano passado, dizendo, depois, que a vacina fazia virar jacaré, que a vacina era comunista, era da China. Ora, não importa o pelo do gato, o importante é que o bicho cace o rato. Não importa de onde vem a vacina, o importante é que ela funcione, e ela funciona, só não funciona com o brasileiro porque não a compraram.

Agora querem intubar os professores. Os professores têm que voltar para a sala de aula de qualquer modo, de qualquer jeito. Não é assim, dessa maneira. Vacinem os professores e eles voltarão às aulas.

Documento 448/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD 23:16	
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do artigo 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - No dia de ontem eu coordenei uma reunião na Comissão de Legislação Participativa com trabalhadores portuários, que estão

sofrendo demais sem ter acesso à vacina. O que fizeram com os portuários? Foi votada no Congresso Nacional a essencialidade desse serviço, para dificultar o direito à greve. E, dificultando o direito à greve, acha-se que o conjunto dos trabalhadores estará sob controle.

Essa essencialidade que está no texto agora não é daqueles que defendem a educação; é da turma do RenovaBR, da extrema-direita, do Partido Novo e companhia; é dos empresários magnatas da educação brasileira.

O PSOL orienta o voto "não", em defesa de professores e professoras, em defesa da educação pública brasileira.

Documento 449/702

38.2021	Sessão	Deliberativa	20/04/2021-23:20
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
21/04/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque é basicamente para que possamos garantir o respeito à autonomia dos Estados e dos Municípios.

O que está em discussão aqui, além de uma legislação que nada resolve o problema da educação, que não ataca as questões essenciais da educação, e apenas usa essa palavra como figura de linguagem, é termos uma visão de que esse processo precisa levar em consideração que o País é diverso, que a pandemia é complexa e que nós precisamos usar todos os instrumentos disponíveis. Não podemos atropelar, de maneira alguma, os Estados e os Municípios, que estão na ponta de lança do enfrentamento da pandemia. Portanto, é fundamental ter essa compreensão.

É necessário fazer um debate sincero e transparente para que a educação realmente tenha um lugar adequado no debate público



nacional e possa ser colocada no seu patamar devido. Para que isso aconteça, é preciso enfrentar os problemas reais da educação, e isso não está sendo observado. Esses problemas afetam o dia a dia das escolas, como a escassez de infraestrutura, a ausência de apoio para professores, a falta de valorização dos profissionais da educação. Isso é que é essencial e precisa ser garantido para a educação pública brasileira.

Nesse sentido, não podemos deixar de ignorar a importância que têm os Governadores e Prefeitos na gestão do enfrentamento da pandemia. Lamentavelmente, não temos Governo no Brasil. Esse, infelizmente, não cumpre com suas obrigações, ausentou-se completamente. Pelo contrário, ele o tempo todo desdenhou, ignorou a dimensão, o impacto que representava a pandemia para o Brasil e para o mundo. E o resultado está aí: quase 400 mil pessoas mortas, e nós cada vez mais afundando nesses números, que não são apenas números, mas vidas humanas que se perdem todos os dias pela ausência das providências necessárias para o enfrentamento da pandemia, em especial a vacinação. Isso é que é essencial.

Quem está lutando para garantir essas condições são os Governos Estaduais e Municipais. Eles precisam ter preservada a autonomia na gestão desse enfrentamento, em cada território do País.

É nesse sentido que nós apresentamos esse destaque, Sr. Presidente.

Documento 450/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	23:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT orienta "sim", Sr. Presidente, porque esse destaque se refere exatamente a que Governos Estaduais e Municipais garantam a vacina para os profissionais da educação. O destaque do PSB é para que, ao se planejar a vacina, os profissionais da educação

sejam prioritários na vacinação, tenham essa garantia.

Com relação ao direito de greve, a luta vai continuar. Isso vai ser discutido no Senado. O que é essencial no País está na Constituição brasileira. O STF há de garantir o que a lei já prevê.

Portanto, não há como não aprovar esse destaque agora se alguém quer de fato que os profissionais da educação estejam em segurança, estejam nas escolas fazendo o trabalho deles. Que antes eles estejam vacinados e que Municípios e Estados possam garantir essa vacina aos seus profissionais, com liberdade e autonomia, seguindo os protocolos locais, de acordo com as condições de cada Município e de cada Estado!

Era isso.

Muito obrigada.

Documento 451/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD 23:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O que nós queremos, Presidente, é algo tão simples como um mais um são dois: vacina, vacina, vacina. Isso é o que o Brasil pede, é o que cada cidadão quer, é o que o professor necessita, é o que cada um de nós está a reclamar.

O Governo negou a vacina ao Brasil quando deixou de comprá-la. Havia vacina para vender, nós tínhamos dinheiro para comprar, e não quisemos comprar. Continuamos com dinheiro e passamos a querer, quando deixou de haver vacina.

Agora nós queremos empurrar goela abaixo a volta dos professores à sala de aula, sem segurança, sem vacina, sem proteção,

absolutamente, para formar uma aglomeração formal, oficial. Daqui a pouco as crianças contaminadas levarão o vírus para o pai, para a mãe, para o avô, para a avó. É isso o que estão querendo, Presidente, mas não com o nosso apoio, não com o nosso voto.

Nós respeitamos os professores e as professoras, respeitamos a vida. Queremos vacina!

Documento 452/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	23:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vejam como age um liberal. Na hora em que seus lucros estão em jogo, eles fazem tudo aquilo que fingem criticar no Governo do Bolsonaro. Agora, por exemplo, estão contra essa emenda, que abre a possibilidade a Governadores e Prefeituras de tomarem uma medida que possa ser antinegacionista.

É um pouco do que faz o Secretário de Educação da cidade do Rio de Janeiro, indicado pelo RenovaBR do Governo de Eduardo Paes. Finge algum tipo de oposição ao Governo Federal, mas se junta a Jair Bolsonaro para implementar o negacionismo militante.

O PSOL defende professores, professoras e estudantes. E vota "sim" à emenda.

Documento 453/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	23:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Presidente, rejeita a emenda.

Quero deixar claro, mais uma vez, que esse PL não tira a autonomia dos Estados e Municípios. Os Estados e Municípios que passarem por situações graves na pandemia e precisarem, em última instância, suspender as aulas, eles podem fazê-lo. É o que está no texto da Relatora, o qual aprovamos aqui. Estados e Municípios continuam tendo autonomia para suspender as aulas, quando houver justificativa científica nas medidas de combate à pandemia. Mas que isso seja feito em último caso.

Então, essa não é uma emenda necessária, porque o PL não retirou a autonomia dos Estados e Municípios. Nós sabemos da importância federativa para que cada ente possa tomar decisões dentro de sua esfera. O projeto respeita isso. E o que essa emenda busca fazer é o contrário, ou seja, enfraquecer o que nós estamos defendendo, que é a essencialidade da educação.

Então, o voto é "não".

Documento 454/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	23:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimentos pelo apoio concedido ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais, de autoria da oradora e de outros Parlamentares. Solicitação aos Deputados de leitura do substitutivo oferecido à matéria e de aprovação da propositura.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este tempo para mais uma vez agradecer ao meu Líder, o Deputado Alex Manente, que tem apoiado esse projeto desde o início; a toda a bancada do Cidadania; a todos os consultores; e a todas as pessoas que chegaram até aqui conosco, em especial, aos autores do projeto - a Deputada Adriana Ventura, a Deputada Aline Sleutjes, o Deputado General Peternelli - e à Relatora, a Deputada Joice Hasselmann.

Aproveito os 30 segundos que me restam para convidar todos os que estão orientando a lerem o projeto lei, porque estão falando coisas que já estão lá. Nós estamos perdendo tempo aqui com algo que já está contemplado no substitutivo. Nós estamos falando de educação, e as pessoas precisam realmente conseguir entender o que está escrito ali. Então, é importante essa leitura, para que não fiquemos aqui fazendo só palco. Vamos, juntos, aprovar a essencialidade prevista no projeto.

Documento 455/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	23:32
Publ.: DCD - 21/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto, se não é inútil, serve só para causar insegurança jurídica. Os Estados e os Municípios têm autonomia, por decisão do Supremo Tribunal Federal. É óbvio que existe aí um negacionismo implícito. Quer dizer, se o Governador e o Prefeito forem contra, há uma lei federal que vai estabelecer a imposição, vai definir se realmente é preciso que haja a volta ou não, durante a pandemia.

Aliás, este projeto atropela a Lei de Greve e atropela a autonomia universitária. Os universitários já estão utilizando o sistema remoto, e agora se está impondo que a aula seja presencial! Este projeto é uma violência contra a Lei da Pandemia. Ele é uma inutilidade e é muita...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 456/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	23:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 13, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A garantia da vacinação, evidentemente, é necessária por parte dos Estados e Municípios. Agora, existe aqui uma contradição. Qual é essa contradição? Quem tem garantido o direito à vacina nos Estados e nos Municípios que se negam a fazê-lo são exatamente os profissionais da educação, com sua mobilização, com greve, com o direito de realizá-la. É com essa mobilização que Governos se movimentam para dar o mínimo de atendimento a esses profissionais.

Se o Governo Federal tivesse garantido um plano de imunização sério para o conjunto da população brasileira, isso não estaria acontecendo.

O PSOL vota "sim" à emenda, mas não deixa de indicar essa contradição.

Documento 457/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	23:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de vacinação dos professores contra a Covid-19 para retomada

das aulas presenciais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja bem, nós também achamos que a necessidade da mobilização é pela vacinação dos professores. Querem que os professores voltem? Eu quero também. Todos nós queremos. Acho que não há quem não queira. Há unanimidade para que as escolas voltem a funcionar, retomem as aulas, que, inclusive, podem ser híbridas: presenciais e a distância. Agora, é preciso que eles recebam a vacina, Presidente. Vacina, vacina, vacina, vacina! Mil vezes vacina! Nós vamos insistir, persistir, teimar. Dizem que teimoso é o teimoso que teima com o teimoso, mas mais teimoso é o teimoso que teima com o teimoso e ganha na teimosia. Nós estamos teimando pela vacina.

Presidente, que tal se estabelecêssemos que a tarefa de Deputado Federal também é essencial, para que todos tivéssemos que trabalhar presencialmente sem vacina? Pimenta nos olhos dos outros é colírio nos nossos olhos. Façam o que eu digo, não façam o que eu faço. Se estamos dizendo que os professores têm que fazer, nós deveríamos fazer o mesmo, para dar exemplo.

Documento 458/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD 23:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação à Câmara dos Deputados pela declaração da educação presencial como atividade essencial.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar a Câmara dos Deputados por ter dado uma contribuição fundamental ao Brasil hoje, declarando a educação presencial atividade essencial, permitindo que as nossas crianças e os nossos jovens possam voltar com segurança às aulas.

Este foi um dia difícil, é verdade, com bastante obstrução daqueles que costumam, há muito tempo, atrasar a nossa Nação e que aqui atuaram contra a educação, contra a disseminação do conhecimento para as nossas crianças e contra os professores vocacionados, que querem

voltar às salas de aula com segurança para exercer a sua vocação e a sua missão.

Parabéns à Câmara dos Deputados.

Documento 459/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	23:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimentos ao Plenário acerca do Projeto de Lei nº 5.595 de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Apelo aos Deputados para aprovação da matéria.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero pedir atenção, muita atenção, a todos os Deputados, principalmente aos Líderes partidários.

O projeto já estabelece que os servidores da educação - merendeiras, o pessoal da limpeza, professores - têm prioridade na vacinação. Isso está contemplado no projeto. Este destaque fala em volta às aulas só depois que todos tiverem tido acesso à vacina! Deputados, não podemos vincular a volta às aulas das nossas crianças ao acesso à vacina! Nós temos que vincular a volta às aulas aos protocolos de segurança, que também estão no texto!

Eu faço um apelo a todos os senhores. Precisamos colocar as nossas crianças longe dos maus-tratos, da violência doméstica, do abuso sexual, da falta de alimentação, do desespero dos pais. Precisamos colocar nossas crianças...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 460/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-	
---------	--	--

CD 00:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Federal para a viabilização da vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja bem, não existe exigência que possa ser feita a quem quer que seja sem que lhe sejam oferecidas condições de segurança. Neste período de pandemia, a segurança só tem um nome: vacina. Para que o policial esteja na rua, para que enfrente os bandidos, ele precisa, além do colete à prova de balas, de um colete à prova de vírus, que é a vacina. Para abrir o comércio, vacina; para abrir a academia, vacina; para abrir a loja, vacina; para viajar, vacina; para ir à praia, vacina; para voltar às aulas, vacina! É algo simples! É muito simples, Presidente! Não é mágico. Pode parecer magia, mas é algo simples.

Por que não fizeram isso? Não fizeram porque não tiveram competência, não se preocuparam, não foram determinados, não realizaram uma ação, não atuaram. Negacionistas! É isso. "*Gripezinha!*" "*Vacina faz a pessoa virar jacaré.*" "*Essa vacina é de comunista.*" Não fizeram o dever de casa. Agora querem que os outros façam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 461/702

38.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021-
CD 00:04
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre o objetivo do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o objetivo deste projeto já ficou muito claro: tornar a educação essencial, fazer com que as crianças sejam colocadas no centro da discussão e a educação realmente seja priorizada por todos.

Queremos mais do que isso com este projeto, queremos que as escolas estejam abertas para acolher as crianças que não têm para onde ir, estão apinhadas em creches clandestinas, estão passando fome.

Aqui há uma contaminação do debate. Trazem vários pontos para a questão, e o essencial não está sendo dito. Como vamos resolver o problema das nossas crianças? Não estamos obrigando ninguém a fazer algo. A porta da escola está aberta, para que haja acolhimento. Escola, além de ser lugar de educação, é lugar de proteção social, lugar de segurança, lugar de acolhimento.

Esse é o único objetivo deste projeto. Todos os pontos já foram aclarados...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 462/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:08
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contentamento com a votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, vou falar como Vice-Líder do Governo e coautora deste projeto.

Eu estou emocionada, estou feliz, porque nesta noite, depois de um dia intenso de trabalho, pudemos vencer grandes desafios e mostrar que a

educação realmente é essencial. Ela é uma prioridade para este País, prioridade para esses autores, prioridade para essa Relatora e prioridade para todos os Parlamentares que estão, até este momento, discutindo, lutando e defendendo essa bandeira tão importante para o nosso País.

Tenho certeza de que hoje abrimos um novo leque, com que vamos construir um novo Brasil, respeitando e valorizando as nossas crianças, respeitando e valorizando a educação, os nossos profissionais, os nossos mestres. Tenho certeza de que esta vitória hoje é do povo brasileiro e de uma educação de qualidade.

Parabéns a todos!

Obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Documento 463/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	00:12
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TADEU ALENCAR-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço permissão para ir direto ao voto. Nós estamos apenas a 1 hora do encerramento desta sessão. Com a devida vênica de V.Exa., eu passo à leitura do voto.

"Pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o parecer é pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da proposição principal, bem como de todas as apensadas, sob a ótica interpretativa de que se faz referência ao total já repassado pela União no âmbito da Lei Aldir Blanc. Ou seja, no que diz respeito às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentário-financeiras, verificamos que as proposições não têm repercussão sobre a receita ou a despesa da União, uma vez que não se afastam da previsão do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020" - Lei Aldir Blanc -, "de transferência pela União de R\$ 3 bilhões aos demais entes federativos,



para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

As proposições em análise permitem a continuidade de política importantíssima para atender às demandas urgentes e inadiáveis do setor cultural, fortemente afetado pelas medidas sanitárias que determinaram restrições às atividades culturais presenciais, em razão da pandemia de coronavírus. Para tanto, permitem a utilização de saldo de recursos federais descentralizados para Estados, Distrito Federal e Municípios ainda no exercício de 2020, mas que não puderam ser movimentados em razão do encerramento da vigência do estado de calamidade. Estima-se que cerca de R\$ 700 milhões estejam represados em contas específicas dos entes subnacionais, aguardando o respaldo legal para continuar beneficiando agentes culturais, que foram os primeiros a interromper e, possivelmente, serão os últimos a retomar as suas atividades.

A medida é necessária principalmente se considerarmos que o fomento público das políticas culturais, decorrente de políticas econômico-tributárias, foi diretamente afetado pela pandemia. A exemplo disso, menciona-se a Lei Rouanet, que, no ano de 2020, sofreu uma queda de 35% quanto à captação de recursos - a maior queda da última década. No primeiro semestre a captação alcançou apenas R\$ 199,9 milhões, frente aos R\$ 306,1 milhões captados no ano de 2019. Há, inclusive, Unidades da Federação que sequer conseguiram obter recursos nesse período, como Alagoas, Amapá, Roraima e Tocantins.

A Lei Aldir Blanc veio compensar os agentes culturais pela fragilização das políticas públicas de fomento impingidas pela crise econômica e social agravada pela pandemia. Afinal, essas políticas têm como fim atender a objetivos econômicos e sociais, aumentando a disponibilidade econômica dos contribuintes. Os editais públicos criados por Estados e Municípios foram a principal ferramenta para que trabalhadores da cultura seguissem exercendo as atividades e auferindo renda, sem desrespeito às normas sanitárias impostas. Apesar de todas as dificuldades de execução, prejudicada especialmente pelo atraso na regulamentação e, conseqüentemente, no cronograma de desembolso estabelecido pelo Governo Federal, a Lei Aldir Blanc contemplou 40.000 projetos de editais somente nos Estados e no Distrito Federal.

Não é possível desprezar o efeito multiplicador dos gastos tributários com o segmento cultural, que integra a economia criativa - considerada a economia do futuro pelas características de dinamismo, potencial de alto crescimento e valor agregado, baixo impacto ambiental, entre outras que permitem gerar empregos duas vezes mais rápido que outros segmentos. Apenas em bilheteria de salas de cinema - potenciais beneficiadas com a Lei Aldir Blanc - para cada R\$ 1,00 de investimentos há um retorno médio de quase R\$ 4,00. É preciso dar

continuidade a essa política, assegurando o tempo necessário para executar os recursos, realizar as atividades e prestar contas regularmente.

Diante do exposto, na avaliação de mérito, no que concerne às questões orçamentárias, financeiras, de tributação e arrecadação, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, com emenda de redação da Comissão de Cultura, e pela rejeição das demais proposições.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 795, de 2021, e seus apensados.

Iniciemos pela análise da constitucionalidade da matéria, debruçando-nos, desde logo, sobre os aspectos relacionados à competência legislativa. Conforme dispõe o art. 24, IX, da Constituição da República, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre "cultura", cabendo à esfera federal estabelecer normas gerais sobre o tema (art. 24, § 1º). Incumbindo ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Lei Maior, dispor sobre todas as matérias de competência da União, não há que se falar em vício de competência.

Quanto aos aspectos concernentes à iniciativa legislativa, nada há que desabone as proposições, já que a matéria versada não se inclui no rol dos temas reservados a qualquer órgão ou agente específico, constituindo-se assim em tema de iniciativa geral.

No que concerne à constitucionalidade material, consideramos que as proposições não apresentam afronta aos princípios e regras plasmados no texto constitucional.

Todas as proposições logram êxito no exame juridicidade, na medida em que inovam o ordenamento jurídico e respeitam os princípios gerais do Direito.

Registra-se, ainda, que foram observadas as regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Por zelo, convém ressaltar que o desenvolvimento cultural e artístico do País é garantia inscrita no art. 215 da Constituição Federal, cujo teor dispõe que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



A proposição em apreço nada mais faz do que garantir, diante do agravamento da crise que impõe dificuldades significativas ao setor, que agentes culturais não sejam frustrados de exercer suas atividades, que consistem em promover a cultura e divulgar a identidade do nosso País. Tais atividades refletem, por consequência, na garantia de acesso aos bens culturais por toda a população, a permitir a concretização de direito fundamental inserto no art. 6º da Constituição Federal.

Desta forma, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 795/2021, com emenda de redação da Comissão de Cultura, e dos projetos pensados.

Para finalizar, gostaríamos de reconhecer e saudar aqui o esforço da Deputada Jandira Feghali, que tão bem conduziu a relatoria da Lei Aldir Blanc, apresentando-se solícita na defesa de sua efetiva execução, inclusive colaborando para a construção do relatório que ora nos é submetido junto ao Senado Federal. Ao Presidente desta Casa, Deputado Arthur Lira, que permitiu aproximar a interlocução junto ao Governo, viabilizando a votação deste importantíssimo projeto de lei que tramita conjuntamente a outras 12 proposições com o mesmo propósito de atender às necessidades urgentes e inadiáveis do setor cultural, que traz impacto positivo também para a economia do nosso País. Agradeço à Deputada Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura, pelo zelo com que tem tratado essa pauta e pelo olhar atento às dificuldades enfrentadas pelo setor, que elevam os trabalhos da Comissão. Agradeço também às iniciativas da Frente Parlamentar em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiro, conduzida pelo companheiro de bancada Deputado Tadeu Alencar, com o apoio incondicional da também socialista Deputada Lídice da Mata, cujos trabalhos têm se mostrado uma verdadeira trincheira de defesa da efetividade das políticas públicas para o setor.

Igualmente, agradeço a todos os autores das propostas pensadas, contempladas no texto trazido pelo Senado Federal, mas que por simples formalidade, haverão de ser rejeitadas. Tenho certeza de que a sensibilidade desses autores com o atual momento que atravessa o setor foi fundamental para que estivéssemos aqui hoje, deliberando este projeto. Em especial, um agradecimento ao Deputado Gervásio Maia, sempre comprometido na luta por mais justiça social, e como autor do PL 765, de 2021, colabora para que trabalhadores e trabalhadoras da cultura possam receber efetivamente os benefícios que lhes foram concedidos em lei.

III - Conclusão do voto

Ante o exposto, na Comissão de Finanças e Tributação, conclui-se pela

não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, e pela adequação e compatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras do Projeto de Lei nº 795, de 2021 - e dos PLs 4.898/2020, 4.952/2020, 5.330/2020, 680/2021, 5.401/2020, 5.487/2020, 5.502/2020, 889/2021, 1.013/2021, 1.085/2021, 765/2021 e 1.087/2021 e, no mérito, pela aprovação do PL nº 795, de 2021, com emenda de redação da Comissão de Cultura, e pela rejeição dos demais.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 795/2021, com emenda de redação da Comissão de Cultura, e dos projetos apensados de nºs 5.330/2020, 680/2021, 5.401/2020, 5.502/2020, 765/2021, 889/2021, 1.013/2021 e 1087/2021; 4.898/2020, 4.952/2020, 5.487/2020 e 1.085/2021.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2021.

Deputado Danilo Cabral

Relator"

Documento 464/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021 - CD 00:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GILSON MARQUES-NOVO -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do NOVO sobre o Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO entende a importância da cultura, especialmente para o Brasil, porém, nós entendemos que o foco do Estado deveria ser saúde, segurança e educação. Existe um cobertor curto financeiro. Se nós utilizarmos o recurso para a educação, evidentemente faltarão recursos em saúde, segurança e educação. Falta insumo. Em Santa Catarina, falta sedativo para a gente que está na UTI.

Rasli tem uma teoria muito interessante: todo direito gera um dever automaticamente. Se nós dermos esse dinheiro para a cultura, por mais que seja importante, estaremos obrigando todas as outras pessoas a pagarem agora, em tempos de pandemia, especialmente as pessoas mais pobres.

Então, infelizmente, neste momento, a expectativa é...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 465/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do Governo sobre o Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo tem interesse neste projeto, em continuar a Lei Aldir Blanc, tanto que fizemos uma reunião hoje com a base do Governo e com a equipe econômica e a equipe da cultura.

Apareceram, porém, pela equipe econômica, algumas dificuldades exclusivamente com o saldo remanescente. Com tudo aquilo que já foi efetuado e contratado, empenhado, no ano passado, não há nenhum problema. O problema estão achando na área técnica. Talvez o Governo tenha que apresentar um projeto arrumando este saldo de 700 milhões de reais.

Eu estive hoje à tarde com V.Exa. pedindo que esse projeto ficasse para quinta. O Governo não é contra o acordo, liberou os partidos da base. Todos querem aprovar esse projeto da cultura, mas o Governo tem essa dificuldade. Acha que há problemas técnicos quanto à liberação desses 700 milhões de reais, a não ser que façamos um

crédito especial, novo, para este ano, em virtude de esse recurso ser do Orçamento do ano...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 466/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	00:32
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT tem três emendas de plenário. Elas foram inadmitidas, mas eu quero, se me permite V.Exa., muito rapidamente, dizer que mesmo assim nós temos a compreensão de que o que nós queremos é construir, porque precisamos aprovar a Lei Aldir Blanc, para que a cultura efetivamente receba a prorrogação do prazo para que possa gastar o saldo remanescente. São mais de 700 milhões de reais.

Eu estou aqui inclusive neste debate com o Prefeito Miki Breier, da cidade de Cachoeirinha. Está aqui a Sueme Pompeo de Mattos, Secretária de Cultura da cidade, o ex-Prefeito de Gravataí, Daniel Bordignon, cidade ao lado. Todos estão imbuídos da luta em favor da cultura para os nossos poetas, artistas, cantores, o nosso CTG. Está aqui a essência do nosso Rio Grande no lenço maragato que eu uso.

Cultura é fundamental! Nós não poderemos perder esses recursos. Eles são fundamentais para que possamos dar amparo aos que neste momento de pandemia sofreram muito.

(Desligamento automático do microfone.)

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimentos pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero só fazer alguns agradecimentos.

Agradeço a V.Exa. por ter cumprido o acordo de colocar a matéria na pauta para ser votada hoje. Eu acho importante o cumprimento do acordo.

Agradeço ao Deputado Danilo Cabral pela grandeza e beleza do seu relatório e por ter garantido o texto do Senado sem alterações, para que ele não voltasse ao Senado.

Agradeço a todos os autores. Eu gostaria de mais 30 segundos para ler quem são os autores na Câmara, porque em 1 minuto eu não consigo. Na Câmara, foram 12 os autores que me permitiram levar ao Senado as contribuições que lá foram incorporadas, a partir do substitutivo que fiz aqui.

Se V.Exa. me permitir mais 1 minuto, eu gostaria de ler o nome de todos esses autores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Olha a turma atrás de V.Exa., Deputada Jandira. *(Pausa.)*

V.Exa. tem que abrir o microfone.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - São eles: do PT, a Deputada Benedita da Silva e os Deputados Paulo Teixeira e José Guimarães; do PSDB, os Deputados Domingos Sávio, Pedro Cunha Lima, Rose Modesto e Pedro Vilela; do PSB, os Deputados Gervásio

Maia e Tadeu Alencar; do PDT, o Deputado Dagoberto Nogueira. Foram contribuições importantes.

Junto com emendas e sugestões dos fóruns de gestores e da sociedade, nós conseguimos com o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que era Relator no Senado, incorporar essas diversas contribuições, que de lá já vieram contempladas. Era importante não mudar o relatório, porque a Câmara já deu sua importante contribuição.

Nós conseguimos prorrogar a execução desses recursos. Agora, faço um apelo aos Líderes do Governo para que não haja vetos do Governo, para que essa lei, de fato, possa concluir seu papel no ano de 2021.

Muito obrigada a todos. Sucesso e vitória!

Documento 468/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	00:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimentos pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, eu quero agradecer a todos os Deputados e Deputadas da Câmara e ao Senado. Nós tivemos a oportunidade de contar com outros partidos nessa composição e formular uma política da qual surgiu a Lei Aldir Blanc, sob a relatoria da Deputada Jandira Feghali.

Eu quero fazer esses agradecimentos sobretudo à minha Liderança, ao meu Líder Bohn Gass e à minha bancada, que ajudou muito, que foi importante nesse apoio.

Ressalto a importante manifestação voluntária dos gestores e dos fazedores de cultura no País.

Fico grata à nossa Presidenta da Comissão de Cultura, porque tivemos

dela todo apoio...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 469/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada Joice Hasselmann, que preside este fim de sessão, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento histórico para a cultura brasileira. Na condição de Presidente da Comissão de Cultura, posso verificar a finalização deste período em que, em plena pandemia, a Câmara dos Deputados suprapartidariamente aprovou a lei da emergência cultural.

Essa lei não é uma esmola. Por meio de editais, os artistas fazem a contrapartida em arte, em trabalho, em todas as linguagens culturais, sem exclusões.

Há muitas mãos nesse trabalho: as mãos da Deputada Benedita, do Deputado Tadeu, do Deputado Danilo, da Deputada Lídice, do Deputado Airton Faleiro, de todos nós. Muito me honra ter coordenado esse processo em que foi designada a Deputada Jandira Feghali para relatar sete projetos na Comissão, o que deu essa amalgama e interferiu nesse relatório final.

Muito obrigada.

Parabéns à cultura brasileira! Viva a cultura brasileira!

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 470/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	00:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Congratulações à Casa pela aprovação da matéria..

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu fico muito feliz, depois de tantos momentos de dor que nós vivenciamos neste dia de hoje, de ver esta sessão terminar fazendo essa ode, essa homenagem aos que fazem cultura em nosso País. Cultura é coisa de gente, é a marca humana que fica nas relações, que se traduz em várias linguagens artísticas, que se traduz na forma de se ver, nos gostos que nós temos no correr da vida.

Nós estamos aqui fazendo com que os que fazem cultura tenham a prorrogação de um auxílio. Nós estamos aqui, neste momento, consolidando o que nós já aprovamos anteriormente. Estamos fazendo com que o conjunto dos recursos seja disponibilizado para a própria cultura. Portanto, eu diria que, se o arbítrio teme tanto a cultura, é porque a cultura é ato de liberdade.

Parabéns, Deputada Jandira! Parabéns, Deputada Bené! Parabéns a todos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 471/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	00:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		

Sumário

Congratulações aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, cumprimento V.Exa., todos os Deputados e todas as Deputadas que se dedicaram a elaborar e construir - todos nós juntos - este projeto que prorroga o auxílio à cultura, um setor que sofre muito, desde o primeiro dia da pandemia. O último setor a sair dessa quarentena e desse isolamento será essa atividade tão essencial para a nossa vida.

Cumprimento, de forma muito especial, todos os fazedores de cultura que acompanharam este debate, que participaram dele, que trouxeram sugestões e que estão acompanhando ativamente a aprovação deste projeto, que permitirá que, daqui para a frente, ainda possam utilizar os recursos para continuar fazendo cultura.

Parabéns aos Parlamentares, ao Congresso Nacional! Parabéns aos fazedores de cultura do nosso País!

Documento 472/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD 00:40	
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Expectativa de sanção presidencial do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, relativo à adoção de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para a compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; à instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE e Do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e à alteração das Leis nºs 13.756, de

2018, e 8.212, de 1991.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero apenas pontuar que, no dia 7 de abril, nós votamos o projeto sobre o setor de eventos e até hoje o Presidente Bolsonaro não o sancionou.

Hoje houve uma grande vitória - quero saudar a Deputada Bené, saudar a Deputada Jandira, saudar o Deputado Bira, que também está nessa luta, saudar o Deputado Daniel -, mas quero lembrar que a luta só começa, porque o Governo Federal e o NOVO votaram contra o projeto de hoje. A resenha é: onde vão achar os 700 milhões de reais?

Eu acho que estamos aqui hoje dando um passo muito importante. Quero parabenizar toda a cultura do Brasil e dizer que a luta só recomeça.

Que o Governo sancione logo o projeto de eventos, que também tem muito a ver com a cultura; que realmente respeite a cultura; que respeite o Brasil; que respeite aqueles que geram emprego e renda e que foram os primeiros a entrar e serão os últimos a sair dessa terrível pandemia!

Luta que segue!

Documento 473/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-20/04/2021- 00:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar os Deputados Danilo Cabral e Tadeu Alencar e, principalmente, as Deputadas Jandira Feghali e Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, pelo esforço monumental que têm feito para a

aprovação desta matéria.

Quero cumprimentar toda a bancada do PSOL, que nos seus respectivos Estados procurou se mobilizar.

Cumprimento ainda a Malena, que é da Liderança do PSOL. Cumprimento todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que fizeram com que esta matéria viesse a ser aprovada.

Parabenizo, pela mobilização, os artistas e os trabalhadores da cultura do Brasil.

Que essa aprovação seja estímulo à mobilização a respeito de outras matérias, como, por exemplo, a covardia que foi feita contra os trabalhadores dos Correios na votação da audiência, para que o mérito não seja aprovado. Que seja estímulo para que se reverta no Senado a covardia que foi feita contra professores.

Vivam os trabalhadores da cultura, que fizeram essa mobilização!

Documento 474/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	00:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contratulações ao Parlamento pela aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar V.Exas. e os integrantes do Senado pela composição de esforços no sentido de garantir a prorrogação do benefício desses profissionais tão importantes.

Aprovar a Lei Aldir Blanc e consolidá-la quer dizer garantir direito justo para os baluartes da cultura nacional. A cultura garante o intelecto da nossa Nação.

Não podíamos deixar esses que sofreram, como já tão bem foi dito

pelo Deputado Zé Neto, pela nossa querida Deputada Jandira Feghali e por tantos outros que não vou citar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 475/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/04/2021-
	CD	00:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Expectativa quanto ao posicionamento da Agência Nacional de Cinema - ANCINE com a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, relativo à adoção de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para a compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; à instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE e Do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e à alteração das Leis nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, quero parabenizar todos os Parlamentares desta Câmara dos Deputados que foram capazes de fazer este acordo. Parabenizo a Deputada Jandira, a Deputada Benedita, a Deputada Alice, o Deputado Tadeu, o Deputado Gervásio e o Deputado Danilo, pela elegância e generosidade do seu relatório.

Quero dizer que este é um grande momento de comemoração por essa conquista dos artistas brasileiros, que conseguiram essa prorrogação agora. Cumprimento o Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura e os secretários dos Estados e dos Municípios .

Desejo que, em breve, nós também possamos comemorar uma nova postura da ANCINE em relação ao cinema nacional, com a sanção da lei que garante o que esta Casa aprovou para os produtores de eventos em nosso País. Eles foram os primeiros a parar e,

provavelmente, serão os últimos a sair desse processo, infelizmente. São eles que nos garantem a condição de seres humanos. A cultura do Brasil é a nossa identidade nacional.

Documento 476/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:48
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Transcurso do aniversário natalício do Deputado Danilo Cabral.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas exaltar esse projeto de lei que garante a prorrogação da Lei Aldir Blanc, uma conquista importante neste período de pandemia tão difícil para todo o povo brasileiro. Isso é fruto de uma grande mobilização, uma das mais bonitas ocorridas neste período da pandemia. Nós conseguimos aprovar essa lei.

Quero parabenizar aqui a Deputada Jandira Feghali, que foi a Relatora do projeto original, e todos aqueles que somaram forças para que este projeto fosse aprovado agora, garantindo essa prorrogação. Também quero parabenizar o Deputado Tadeu Alencar, que fez a leitura em plenário, e o Deputado Danilo Cabral, o Relator, que infelizmente não pôde fazer a leitura, porque está com um problema de saúde.

Quero dizer que a aprovação também é uma homenagem ao Deputado Danilo, que hoje, nesta data, 21 de abril, está aniversariando. Então, parabéns ao Deputado Danilo e a todos aqueles que somaram forças nessa luta!

E viva...

(Desligamento automático do microfone.)

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	00:52
Publ.: DCD - 21/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Registro de voto proferido pelo Deputado Subtenente Gonzaga na apreciação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro para a oferta de vacina contra a Covid-19 para a imunização da população brasileira. Dados econômicos demonstrativos do fracasso da gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, eu quero consignar que o Deputado Subtenente Gonzaga votou com a bancada do PDT no mérito da lei que tratou da questão da educação.

Presidente, nós estamos vivendo no Brasil uma pandemia com duplo e grave efeito: primeiro, um grave efeito sobre a saúde; e, como consequência disso, como efeito colateral, um efeito gravíssimo sobre a economia.

Na saúde, foi por conta do jeito como foi tratada a pandemia, ou pela falta de jeito. Primeiro: *"É uma gripezinha"*. Não é! É uma doença perigosa, poderosa. Depois, o negacionismo sob todos os aspectos: não usar máscara, aglomeração, uma hora temos Ministro, outra hora não temos Ministro. Trocaram quatro vezes o Ministro da Saúde, exatamente na hora em que mais precisávamos de Ministro da Saúde. Faltou oxigênio lá na Amazônia. Depois, quando tinham que comprar a vacina, não compraram a vacina da Pfizer, deixaram de comprar. Depois, quando havia a vacina, desdenharam dela: *"Essa vacina é comunista. A CoronaVac é da China"*. Uma coisa assim absurda! *"Ah, os insumos farmacêuticos ativos - IFAs são da China, são da Índia, não prestam, não funcionam!"* Houve todo tipo de negacionismo, o que levou à falta de vacinas.

Nós somos o país do mundo que menos vacina. Somos o país número 50 no mundo em termos de vacinação. Todos os outros estão na nossa frente. Na semana passada, nos 10 países do mundo onde mais morreram pessoas, se somados, os números de mortes não chegam ao tanto de brasileiros que morreram naquela semana. É uma coisa

absurda! Nós estamos chegando a 400 mil mortos. O pior cego não é quem não vê, é quem não quer ver. E só quem não quer ver é que não enxerga. E o Presidente Bolsonaro é o responsável, por conta da sua ação, da sua falta de atitude ou da sua omissão no enfrentamento ao coronavírus.

Agora, nós estamos brigando entre irmãos na recomposição da fila da vacina. Quem vai para a fila, quem sai da fila, quem está primeiro, quem fica para depois? O professor volta para a escola, não volta para a escola, volta à sala de aula, há aula presencial? Quem vai fazer o quê? Nós estamos numa briga de quem vai ser vacinado: o gari, o frentista, o pessoal dos bancos, das lotéricas, o caminhoneiro? Há uma briga entre nós por conta da vacina.

Presidente, parece aquela fábula do burro e do diabo. Uma família tinha um burro. A dona da casa foi lá e amarrou o burro. E o diabo, que é diabo, foi lá e soltou o burro. O burro foi ao pasto do vizinho e dizimou o pasto do vizinho. O vizinho, bravo, foi lá e matou a dona do burro. Chegando em casa, o esposo, vendo a tragédia, foi lá e matou o vizinho. Morto o vizinho, chegaram seus filhos, viram aquilo e não tiveram dúvida: foram lá e mataram o marido da dona do burro. Tragédia por tragédia. Aí falaram ao diabo: *"Veja, diabo, o que tu fizeste"*. O diabo disse: *"Eu não fiz nada. Eu só soltei o burro"*. É a mesma coisa com o Bolsonaro, Presidente: ele não fez nada, ele só não comprou a vacina. E nós estamos nessa tragédia por conta de tudo isso.

Além desse aspecto, há a questão econômica, Presidente. Basta olhar os números, que falam por si sós.

Nós tivemos aumento de 15% na energia, no ano; no aluguel, 23%; no combustível, só neste ano, 43% na gasolina e 37% no óleo *diesel*. Aliás, a gasolina está a 6 reais; o óleo *diesel* está a 5 reais; o gás de cozinha, que era para ser 30 reais, é 100 reais. Paulo Guedes mentiu para o tio. O dólar está a 6 reais. Aliás, o real desceu ladeira abaixo. Está descendo igual a sabugo na corredeira em dia de chuva. Isso é uma coisa absurda! Até os paraguaios, com os seus guaranis, estão vindo comprar no Brasil, porque a moeda deles está valendo mais do que o real ou pelo menos compensa comprar aqui no Brasil.

Então, como concordar com isso? Realmente é um desgoverno, é uma coisa absurda!

Presidente, as mortes não param. Esta, sim, sobe. Vamos chegar já, já a 400 mil mortos. E o auxílio emergencial são míseros 150 reais. Como aceitar?

O jornal *O Globo* disse hoje que tínhamos que botar água no feijão,

porque a coisa estava feia. Ora, nós temos que colocar feijão no prato! Nós temos que botar pão na mesa, boia no prato. Temos que dar dignidade ao cidadão e à cidadã, e não botar água no feijão para enganar. Chega de enganação! Chega de negacionismo!

Nós precisamos salvar o nosso País. A salvação do nosso País nessa hora se chama vacina. Com a vacina, nós melhoramos a saúde, tiramos as pessoas das UTIs, tiramos as pessoas dos hospitais, tiramos as pessoas do coronavírus, voltamos à atividade econômica, à loja, ao comércio, ao serviço, à indústria, à sala de aula. É a vacina que fala mais alto. Mas, com este Governo, Presidente, a vacina vai chegar no dia em que a galinha criar dente ou no dia em que o Sargento Garcia prender o Zorro. É devagar quase parando. Lamentável!

Documento 478/702

38.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	01:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - RAFAFÁ-PSDB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para ampliação da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. RAFAFÁ (Bloco/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou muito feliz. Eu venho de um mundo de quadrilha junina aqui da Paraíba. São mais de 10 anos nesse ramo. A gente está muito feliz. Eu falo "a gente" mesmo, de forma bem popular e regional, porque é uma sensação maravilhosa ver a Lei Aldir Blanc ser prorrogada.

Campina Grande é a terra do maior São João do mundo. A gente hoje tem a crença de que não vai acontecer de novo mais uma edição desse São João. Os artistas de nossa terra, de toda a região do nosso Estado e de fora vêm para cá trazer seu brilho e precisam muito desse apoio neste momento.

Votei feliz, junto com a bancada, "sim" a essa lei de prorrogação para que os artistas tenham valorização. Receberam praticamente 1 ano atrás a primeira parcela desse auxílio, quando ele foi criado, sancionado e imposto ao mundo. Agora chegou a vez de novamente

terem esse abraço. Eu fico feliz demais.

Represento uma classe artística, que é a de quadrilheiro, que tem costureiros. Só o São João de Campina e as quadrilhas de Campina e da Paraíba giram em torno de 10 milhões de reais por ano. Esses artistas estão sem trabalhar e sem ter nenhuma vez...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 479/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	15:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - AUREO RIBEIRO-SOLIDARIEDAD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Paralisação do setor cultural em face da pandemia do novo coronavírus. Congratulações ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pela execução de projetos culturais e concessão de renda emergencial aos artistas. Importância da prorrogação da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), instituída em prol da área cultural. Defesa da aprovação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre a criação do Cartão Nacional de Vacinação On Line. Considerações sobre o Projeto de Lei nº 6.917, de 2017, sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação - CDV.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham de todo o Brasil, via *TV Câmara* e demais canais do Parlamento, se para quem ama cultura foi difícil ficar longe dos *shows*, dos teatros, das aglomerações, imaginem a situação de quem trabalha com cultura e ficou sem poder trabalhar durante a pandemia.

Aliás, engana-se quem acha que a cultura é apenas entretenimento. A cultura é oportunidade, transforma vidas e tem grande potencial de inclusão social, sem contar o seu papel fundamental para a economia brasileira. A cultura, que envolve também a cadeia da economia criativa, foi um dos primeiros setores a parar no ano passado. O setor cultural movimenta cerca de 170 bilhões de reais e gera cerca de 5 milhões de empregos de forma direta e indireta no mercado de

trabalho. Isso é quase 6% de toda mão de obra brasileira, segundo os dados da Federação da Indústria do Estado Rio de Janeiro - FIRJAN.

No meu Estado, o Rio de Janeiro, esses números se refletem diretamente em diversas manifestações artísticas em todos os 92 Municípios. Por isso, a Lei Aldir Blanc tornou-se tão importante para esses milhões de trabalhadores. A Lei Federal Aldir Blanc foi um importante socorro econômico, dando oportunidade de gerar renda para quem trabalha com cultura e arte e oportunidade de receber cultura, mesmo em casa, através da Internet e dos fazedores de cultura, que foram beneficiados com a lei.

O Estado do Rio de Janeiro foi bem sucedido na execução desses recursos emergenciais. Os mais de 104 milhões de reais, o maior recurso da história da cultura fluminense, diga-se de passagem, tiveram um dos melhores resultados do País.

Aqui, quero parabenizar o Governador Cláudio Castro, que, por meio da Secretaria de Estado de Economia Criativa, alcançou números muito significativos: mais de 2 mil projetos culturais foram contemplados e quase 2 mil fazedores de cultura receberam renda emergencial. Aproveito para estender meus cumprimentos a todos que trabalham na secretaria, que se empenharam e trabalharam duro para fazer do Rio de Janeiro o terceiro Estado em eficiência na execução dessa lei.

Para consolidar esses avanços, é fundamental a prorrogação da Lei Aldir Blanc, permitindo a execução dos projetos culturais atendidos com a ampliação dos prazos para Estados e Municípios prestarem contas ao Governo Federal. A cultura é para todos. Ter a sensibilidade de olhar as dificuldades do dia a dia é fundamental para pensar na retomada econômica das nossas cidades, além de pensar na geração de emprego e renda. E, para isso, a cultura não pode ser deixada de lado. Vou sempre trabalhar para dar oportunidades para quem faz e quem recebe cultura. É importante lembrar que o acesso deve ser democrático, ou seja, deve chegar às menores cidades, em todos os cantos do nosso País.

Outro assunto que quero abordar é o Requerimento nº 1.845, de 2019. Por falar na retomada econômica do nosso País, acredito que a maioria desta Casa tem a consciência de que a solução para esta crise é a vacina. Hoje, a Casa vota o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 468, de 2019, do Deputado Luizinho, sobre o cartão digital de vacinação.

Reforço aqui o compromisso de votar a favor desse projeto, afinal apresentei há 4 anos o Projeto de Lei nº 6.917, de 2017, para criar o cartão digital de vacinação e facilitar o controle da imunização, das

doses já tomadas pelos brasileiros, além de otimizar as ações sanitárias e promover a economia e a saúde pública. Infelizmente, esse meu projeto encontra-se parado na Comissão de Seguridade Social e Família desde 2017.

Este é o momento, Presidente: precisamos avançar na vacinação de todo o País.

Documento 480/702

37.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/04/2021-15:52
Publ.: DCD 21/04/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre a criação do Cartão Nacional de Vacinação On Line.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este projeto é extremamente meritório: ele estabelece um cartão virtual para que nós possamos ter o controle dos dados necessários relativos à vacinação. As pessoas não vão mais precisar portar um cartão físico, que, via de regra, pode ser esquecido ou mesmo perdido, de modo que há pessoas que vão renovando e vão pontuando as vacinações daquele momento porque já não têm o cartão original.

O cartão *on-line*, com o controle do Ministério da Saúde - controle que poderá ser compartilhado com Estados e Municípios -, vai possibilitar o mapeamento do processo de imunização, das pessoas imunizadas, vai possibilitar conhecer a cobertura de cada localidade e saber se ela está aquém do necessário, ou aquém da média, para que se possam estabelecer ações na perspectiva de fazer com que tenhamos um plano de imunização, como o plano de imunização que por muito tempo foi referência no mundo inteiro.

Hoje, nós estamos amargando a necessidade de nos vacinarmos contra uma doença extremamente letal. São 375 mil pessoas que já se foram, e quem parte é sempre o amor de alguém. Ou seja, nós estamos vivenciando um convívio diário com a própria morte - a morte está nos espreitando. A insegurança que vivenciamos vai fazer com

que tenhamos o que se chama de quarta onda, quando teremos que superar as sequelas, as sequelas inclusive do ponto de vista dos impactos na saúde mental causados por este processo que estamos vivenciando e que vai deixando seu rastro, um rastro que tem digitais muito nítidas.

Estamos vivenciando um processo de necropolítica no Brasil. Estamos vivenciando e chorando a dor e a morte de brasileiros e de brasileiras que poderiam estar entre nós, se não tivéssemos uma Presidência que tivesse feito um negacionismo contundente e que não faz autocrítica e insiste no mesmo discurso, e este discurso e estas ações - ou a ausência de ações - provocaram e têm provocado muita dor no Brasil.

Nós estamos falando de um País em que, durante o Governo Lula, tivemos, em 3 meses, mais de 80 milhões de brasileiros e brasileiras vacinados contra o H1N1, e temos exemplos.

A própria imunização no Brasil tem tido vácuos, tem tido vazios e não tem atingido as metas em todas as patologias que podem ser evitadas com a própria vacinação, e não estamos falando da COVID.

Abrir as páginas dos jornais e ver que, nos Estados Unidos, já se vacinaram 50% da população adulta, e que Israel abriu mão das máscaras em locais públicos porque a população está majoritariamente vacinada, ou que se romperam as distâncias entre Nova Zelândia e Austrália, e ver aqui no Brasil um colapso do sistema de saúde, com todo o esforço de profissionais de saúde. Os heróis e heroínas brasileiras vestem jaleco branco neste momento.

Portanto, o cartão *on-line* facilita esse controle. O Brasil trabalha, em grande medida, no enfrentamento à COVID, no escuro, a partir da ausência de uma política que seja uma política nacional, de uma política firme da própria Presidência da República, porque não há um nível de teste que possa fazer o rastreamento inclusive da incidência e da infecção pela COVID-19.

Por isso esse projeto é importante. E importante seria também que nós pudéssemos estar com o Cartão Nacional de Saúde, ou seja, que todo o histórico de atendimento neste que é um patrimônio imaterial da humanidade, que é o Sistema Único de Saúde - o Sistema Único de Saúde, durante toda essa pandemia, se mostra com todo o seu valor, com toda essa conquista democrática e inclusiva do povo brasileiro -, para que tivéssemos o Cartão Nacional de Saúde, em que todas as abordagens, todas as entradas no Sistema Único de Saúde - inclusive o processo de vacinação - pudessem ser contempladas, para que pudéssemos avançar.

Mas essa proposta é uma proposta meritória, e precisamos votá-la!

Isso é urgente. Privatizar os Correios não é urgente, e é contra o Brasil.
O cartão de vacinação é urgente.

Documento 481/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	16:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre a criação do Cartão Nacional de Vacinação On Line. Falta de condições sanitárias para o retorno às aulas no País. Contrariedade da oradora à proposta de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT vota favoravelmente à urgência. Sem nenhuma dúvida, é muito importante que possamos ter registrado nas estruturas do Sistema Único de Saúde todo o processo de vacinação, para que não precisemos ter que repetir as vacinas já ministradas e, ao mesmo tempo, para que possamos ter um controle. A partir daí, poderemos elaborar políticas públicas com o que se constata do nível de imunização de cada localidade. Isso é urgente.

O que não é urgente é abrir as escolas sem que se tenha segurança para educadores e educadoras e para estudantes. Não é urgente privatizar os Correios. Essa empresa faz parte do patrimônio do povo brasileiro. É uma empresa que dá lucro, que tem excelência na qualidade, que unifica este País, que tem dimensões continentais. É uma empresa que leva remédios de alto custo a todos os cantos deste Brasil, uma empresa que leva livros didáticos.

Uma empresa tão fundamental para esta Nação não pode ser arrancada do povo brasileiro e não pode ser submetida a uma lógica de lucro, porque vai fazer com que a maioria do povo brasileiro não seja atendida.

Documento 482/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	16:04
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre a criação do Cartão Nacional de Vacinação On Line. Falta de condições sanitárias para o retorno às aulas no País. Contrariedade da oradora à proposta de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o problema é que esse requerimento vem antes do próximo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Há vários aqui ainda.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sendo bem sincera, não temos interesse. Nesta sessão o PSOL não tem interesse em acelerar a votação, porque não queremos privatizar os Correios. Digo isso bem objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSOL, Deputada Talíria Petrone?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Presidente.

O PSOL é integralmente a favor dessa urgência. É muito importante que tenhamos o formato digital da carteira de vacinação. Eu sou mãe de uma menininha, que faz bagunça nas reuniões. E, por muitas vezes, perco a carteirinha de vacinação. Cadê a carteirinha de vacinação dela? Onde está? Molha, suja. Então, isso é fundamental.

Meu tempo está equivocado, Sr. Presidente. Contou a parte anterior.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, eu dei novo tempo a V.Exa.

V.Exa. quer mais 1 minuto?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Isso é fundamental, Sr. Presidente, não só para os usuários, como eu, que quero a vacinação da minha filha, como também para a gestão do SUS, ainda mais quando se trata de vacinação em grande escala, como é no caso da COVID.

Isso é fundamental, porque se permite um controle do processo de

vacinação, e esse controle ajuda depois na promoção de políticas públicas de saúde. Queremos mais SUS, como sabemos.

O que não é urgente - queria reforçar aqui? As matérias que, no nosso entendimento, são antipovo. Falo de querer abrir escola de qualquer jeito, sem condições sanitárias, com jabutis que podem proibir, por exemplo, a possibilidade de organização de greve de profissionais de educação, ou da absurda e vergonhosa tentativa de privatizar os Correios, que, aliás, têm um importantíssimo papel neste momento até mesmo para transportar Brasil a fora insumos e vacinas.

Obrigada, Presidente.

Documento 483/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	16:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB entende que a Empresa de Correios e Telégrafos é uma empresa estratégica, é uma empresa lucrativa. Não faz nenhum sentido, pelo serviço que essa empresa oferece em todos os rincões deste País, nós colocarmos esse tema em pauta.

Nós entendemos que esse é um assunto que não tem caráter de urgência para ser debatido, sobretudo neste momento em que nós enfrentamos uma pandemia. Mais de 375 mil pessoas no Brasil já perderam a vida em razão disso.

Então, prioridade neste momento é oxigênio; prioridade é *kit* intubação; é vacinação; é acabar com a fome do povo brasileiro; melhorar o auxílio emergencial para garantir um auxílio decente, não essa coisa que o Governo ofereceu de 150 reais. É isso que nós temos que fazer, não privatizar os Correios.

O PSB é contra essa urgência, Sr. Presidente.

37.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 16:24

Publ.: DCD - 21/04/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT é frontalmente contrário a essa ideia de privatização dos Correios, acha completamente inoportuno este assunto vir, ainda mais neste momento, um momento de pandemia.

Aqui eu faço minhas as palavras do Deputado Leônidas Cristino: o mundo se acabando três vezes, e a Câmara dos Deputados dando milho aos pombos, dando milho aos pombos!

Ouvi aqui um Deputado que me antecedeu dizer que precisamos aprovar a urgência para aprofundar o debate. Ora, que incoerência! Aprova-se a urgência para superficializar o debate, para anular o debate, para ultrapassar o debate, não para aprofundá-lo.

Nós estamos aqui para dizer que o PDT está em obstrução. Nós queremos sinalizar para a comunidade brasileira, para o povo brasileiro, que a nossa prioridade, a prioridade do PDT, que a prioridade do Parlamento tinha que ser vacinação, auxílio emergencial, emprego, socorro do Estado, e não privatização de serviços essenciais, serviços públicos, como o dos Correios.

O PDT está em obstrução.

37.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 16:28

Publ.: DCD - 21/04/2021 - IGOR TIMO-PODE -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime

de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta favoravelmente à urgência.

Nós entendemos que é fundamental discutir esse tema de suma relevância para o nosso País. Não podemos, de forma alguma, permitir que um discurso contrário traga para esta Casa a responsabilidade de não discutir temas relevantes como o enfrentamento à COVID.

Faço essa referência justamente a V.Exa., que, depois que assumiu a Presidência, tem aberto espaço, para que esse tema de suma relevância, que é o enfrentamento à COVID, seja tratado de forma contínua nesta Casa.

Nós tiramos vários dias da semana para discutir temas exclusivos de enfrentamento à pandemia. E esta Casa tem dado a sua grande participação, a sua grande parcela de contribuição, principalmente garantindo que a vacina chegue a todos os brasileiros.

O Podemos orienta "sim", Presidente.

Documento 486/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	16:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Inoportunidade de privatização dos Correios em meio à pandemia de Covid-19. Defesa da votação de matérias relacionadas à vacinação e ao combate à crise sanitária.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu quero agregar o tempo de Líder, Presidente, por favor.

O PSOL obviamente orienta "não", e, sinceramente, me envergonha que neste momento trágico em que se encontra o Brasil esta Casa esteja abrindo a porteira para entregar o nosso patrimônio público, que inclusive dá lucro - nem deveria dar, porque não entendemos que



empresa pública tem que dar lucro -, a preço de banana. É isso que esta Casa está querendo.

Eu ouvi dizer aqui, inclusive de V.Exa., Sr. Presidente, que queremos apenas discutir. "*Vamos fazer o debate, vamos conversar*". E desde quando se discute a fundo uma matéria aprovando urgência? O debate de mérito se discute nas Comissões!

No meio de uma pandemia, na maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, esta Casa vem aqui aprovar a urgência para abrir os Correios para o capital privado! E abrindo os Correios para o capital privado, o que se quer é o quê? Sucatear, sucatear, sucatear, e depois fazer o quê? Vender a preço de banana, entregar o patrimônio público a preço de banana!

O que deveríamos estar fazendo aqui? Que vergonha, Srs. Deputados! Deveríamos estar discutindo a ampliação da vacina de um Governo que rejeitou a compra de 70 milhões de vacinas lá atrás, e agora o luto chega às famílias brasileiras.

Nós deveríamos estar aqui revoltados com a situação de empobrecimento das famílias brasileiras, que não conseguem levar uma cesta básica para casa, com a alta dos preços dos alimentos! Tínhamos que estar aqui pensando num auxílio emergencial digno! E não... Estamos aqui fingindo que vamos aprovar uma urgência, para depois debater o mérito.

Desde quando privatizar Correios é urgência? Desde quando privatizar empresa pública que presta um serviço essencial ao Brasil é urgência? E eu não estou falando apenas de levar as correspondências para os lares brasileiros. Isso já ocorre com os quase 100 mil funcionários que hoje têm os Correios. Isso já é algo fundamental.

Nós tínhamos, inclusive, que estar aqui valorizando esses servidores. Quem não conhece um carteiro, não sabe aquele carteiro que chega à sua casa levando as correspondências?

Mas, mais do que isso, muito mais, para além de entregar as correspondências, nesses tempos de pandemia, os Correios têm um papel fundamental na logística no Brasil. E como nós vamos, no meio de uma crise sanitária, entregar para o setor privado um setor que é um dos principais na logística inclusive de enfrentamento à COVID? Eu estou falando do postinho, no bairro de cada Deputado que está aqui. Vamos pensar no postinho do bairro. Para chegar o cartaz lá de campanha contra a COVID, de uso de máscara, lá no bairro do interior, os Correios estão lá.

Senhores e senhoras, para chegarem pequenos equipamentos e até

insumos aos hospitais brasileiros, estão lá os Correios, essa empresa pública que, só no terceiro trimestre de 2020, teve um lucro líquido de quase 360 milhões de reais.

Mas não, não importa! O que para a maioria desta Casa importa é vender o patrimônio público a preço barato, sucatear, sucatear, sucatear, vender a preço barato, porque não estão nem aí para o povo, estão preocupados com relações espúrias com o setor privado.

A digital do PSOL não terão. A digital do PSOL, para aprofundar uma lógica entreguista e privatista, não terão.

Urgência para o Brasil é vacina! Urgência para o Brasil é leite de UTI! Urgência para o Brasil é auxílio emergencial! E, aliás, *impeachment* e CPI!

Privatização dos Correios e das empresas brasileiras, não!

É uma vergonha se esta urgência for aprovada aqui, senhores e senhoras.

Documento 487/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a pergunta é: o que é urgente hoje no Brasil? É vacina. Vacina deveria ser a única pauta urgente do Parlamento brasileiro e do Governo Federal. Não há urgência nenhuma em privatizar os Correios, uma empresa pública que gerou quase 1 bilhão de reais de lucros em 2019.

E mais, Sr. Presidente: esse projeto, que busca a privatização dos Correios, é inconstitucional. Está na Constituição brasileira a obrigatoriedade da União de manter o serviço postal. Fatalmente, esse projeto vai cair na mão do Supremo, guardião da nossa Constituição.

O PCdoB é contra a urgência desse projeto que traz a privatização dos Correios. Para nós, a única urgência agora no País é a vacina. Esta deveria ser a única preocupação do Parlamento e do Governo Federal.

Documento 488/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, orienta o voto favorável, querendo fazer algumas avaliações. Primeiro, de fato, nós precisamos fazer com que o Estado não tenha que fazer investimentos para a modernidade; que não saiam dos serviços essenciais esses valores, e, por mais que dê lucro a Empresa de Correios, nós, neste momento, precisamos dar eficiência e modernidade para que ela, de fato, esteja neste novo momento.

Outra questão importante que eu ouvi muito nos relatos que foram apresentados pela Oposição é que nós não estamos discutindo as questões relativas ao combate à pandemia. Aí eu quero fazer justiça especialmente ao Presidente Arthur Lira e a todos os Líderes que já se comprometeram a votar, como votamos, pautas fundamentais para avançarmos na vacinação, para combatermos a pandemia. Eu não tenho dúvida de que, à medida que tivermos esses temas, eles serão debatidos.

Por isso, quero, mais uma vez, Presidente, ressaltar a importância de votarmos também essa urgência e discutirmos o mérito no futuro.

Documento 489/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Apelo ao Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta de votação do auxílio emergencial no valor de 600 reais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "não".

Eu vou usar este minuto, e, depois, o nosso Líder, Deputado Marcelo Freixo, pede a V.Exa. o tempo de Liderança.

É incrível, Presidente! Há 350 anos, os Correios funcionam no País, Deputado Marcelo Freixo. No ano passado, os Correios deram um lucro, Deputada Jandira, de 1 bilhão e 500 milhões de reais, e agora o Governo quer vender os Correios! Ao invés de o País ganhar dinheiro, modernizar as atividades dos Correios, ao invés de nós nos espelharmos em mais de 80% dos países do mundo, que têm serviços nacionais de correios, Deputada Erika Kokay, aqui não, aqui a prioridade vira vender o patrimônio público na bacia das almas.

E eu quero aproveitar e fazer um pedido ao Presidente Arthur Lira. A grande urgência deste País é votar o auxílio emergencial, que eu quero votar em 600 reais. Não pode ser só de 150 reais, Presidente Arthur Lira!

Documento 490/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021 - CD	16:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Eficiência histórica dos serviços dos Correios prestados ao País. Contestação a pronunciamentos em defesa da privatização da empresa pública. Razões do posicionamento do orador contrário à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Necessidade do debate do auxílio emergencial de 600 reais. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Este é um debate muito sério. Eu entendo quando se diz que se está votando só a urgência, mas este é um debate primordial em que não se separa urgência de mérito, porque, se achamos que o debate precisa ser profundo, a urgência atrapalha o debate. A urgência já promove um prazo que, na maioria das vezes, não nos permite aprofundar, não nos permite debater com a sociedade.

Mas vamos aos pontos. Vamos agora fazer um debate do significado de privatizar os Correios.

A primeira experiência de correios neste País, Deputada Jandira, foi em 1663. São muitos anos de serviços de correios neste País. A nossa empresa de correios, a nossa empresa pública, tem 52 anos e ganhou diversos prêmios de qualidade.

Mas eu quero falar, Deputado Bira do Pindaré, do cinismo de alguns discursos aqui, como o que eu acabei de ouvir, de que privatizar os Correios vai fazer com que o serviço chegue melhor aos que mais precisam. Sabem que isso não é verdade! Sabem que não é verdade. Qual é a empresa brasileira, hoje, Deputada Erika Kokay, que chega a todos os Municípios, dos mais pobres, dos mais necessitados? Nós estamos falando de 5.570 Municípios, e a imensa maioria não dá lucro aos Correios. Mas os Correios são uma empresa lucrativa, e é só por isso que querem privatizá-la.

Mas há um elemento fundamental para entendermos o que está sendo colocado aqui, o real interesse, que não está sendo dito, Deputado Fontana. Não é por causa das cartas. Não é por causa do cartão postal, Deputado Paulão. O que está em jogo neste momento é a encomenda de comércio eletrônico. É essa a questão central. É esse o debate que estão escondendo aqui dentro! O debate que estão escondendo é a mina de ouro, é o lucro real. Não estão interessados em qualidade, em serviços para os mais pobres.

Os Municípios pequenos e pobres nunca mais vão ter serviços de correspondência. Esqueçam! É essa a questão central! E tem mais: esse monopólio da encomenda do comércio eletrônico já foi quebrado por uma decisão do Supremo.

Então, vamos lá, se não tem o monopólio, se as empresas privadas já podem, Deputado Wolney, comercializar as encomendas de comércio eletrônico, por que, então, querem privatizar os Correios? É fácil a resposta, é fácil a resposta. E aí está o verdadeiro debate que nós vamos ter que travar aqui, Presidente. O debate é em cima da



anulação de uma concorrência de uma empresa pública. O que querem é acabar com uma empresa que garante qualidade e preço mais barato num país de dimensão continental. O monopólio já foi quebrado. Querem tirar os Correios da concorrência, do lucrativo comércio eletrônico que aumentou na pandemia, que aumentou na pandemia!

Quem está nos assistindo, que está fora dessa lógica do Parlamento, pode pensar que isso não tem nada a ver com a discussão. Tem! Qualquer compra que você faz ocorre na Internet. É disso que nós estamos falando, das compras que nós fazemos pela Internet. Esse é o pulo do gato! É esse o ponto da razão de correr com a privatização dos Correios neste momento em que esse comércio atinge um lucro elevadíssimo, elevadíssimo!

E querem tirar os Correios, querem tirar uma empresa pública, exatamente por ela ser pública. Exatamente por não ter uma dimensão liberal do lucro, ela consegue fazer o atendimento a um preço adequado e consegue atender à dimensão de um País com a complexidade do nosso. Ela consegue chegar a todos os lugares. São 210 milhões de brasileiros. Todos os brasileiros se utilizam dos Correios.

Querer acabar com essa empresa pública neste momento, neste momento de fome, neste momento em que as pessoas nunca precisaram tanto dos Correios, neste momento em que os lugares mais pobres vão ficar desassistidos? E vai aumentar o desemprego! Estamos falando de 15 mil unidades, ou mais de 15 mil. Estamos falando de mais de 100 mil trabalhadores. Estamos falando de algo que é perverso! É covarde o que estão fazendo aqui! O real interesse não é melhorar serviço, sofisticar, não é nada disso, não é nada disso! Estão de olho nas compras da Internet. Estão de olho numa empresa que chega com qualidade a esses lugares.

E aí vêm com o discurso, Deputado Wolney, de que o serviço não é bom, que é ruim e que a privatização vai melhorar. A privatização vai aumentar o lucro de quem já pode fazer isso.

Esse comércio já pode ser feito pela empresa privada, gente! A empresa privada já pode comercializar produtos comprados na Internet. Esse monopólio já foi quebrado. Não venham com o discurso de que o monopólio atrapalha. Não existe esse monopólio. Mas é exatamente por ser pública, por ser uma empresa com tantos anos, com profissionais tão qualificados, ao longo de tanto tempo, que ela consegue fazer esse lucrativo comércio - olhem só -, em 2020, ter 1,5 bilhão de reais de lucro, 1,5 bilhão de reais de lucro!

Então, Deputado Daniel Almeida, o que nós estamos vendo é a tentativa de retirar a concorrência de uma empresa pública. Nós

poderíamos fazer um paralelo, Deputada Erika Kokay, que é do setor bancário, desse raciocínio com os bancos públicos. Por que é tão importante ter uma Caixa Econômica? Por que é tão importante ter um Banco do Brasil? Imaginem um financiamento de casa se não fossem os bancos públicos, se fossem só os bancos privados! Qual seria o valor de determinados serviços?

Portanto, a empresa pública, como a empresa dos Correios, é estratégica, é fundamental, é decisiva. Ela não pode ser submetida a uma lógica danosa do lucro. E não estou aqui querendo criminalizar lucro de todos os setores, não. O monopólio já foi quebrado, mas eles não conseguem concorrer com os Correios, mesmo podendo. Então, precisam acabar com os Correios, para, em nome exclusivamente do aumento dos lucros, sacrificar o povo brasileiro. É essa a questão.

Então, não vamos disfarçar. Não vamos disfarçar. Não vamos fingir que o debate é um, sendo o debate outro. Vamos tocar na ferida. Vamos dizer o que querem.

O que querem é acabar com a concorrência do Estado. O que querem é acabar com uma empresa eficiente. O que querem é acabar com o equilíbrio que os Correios provocam numa atividade fundamental num tempo de pandemia.

Pelo amor de Deus! Como o Deputado Fontana acabou de dizer, nós estamos num tempo de pandemia. A importância dos Correios aumentou!

Nós tínhamos que estar debatendo aqui o auxílio de 600 reais. Nós temos mais de 100 milhões de brasileiros com fome neste momento. E o debate prioritário é privatizar os Correios? Nós já temos mais de 370 mil pessoas mortas nesta pandemia, e as pessoas nunca precisaram tanto de um serviço de qualidade, e público, a um preço razoável, como o dos Correios.

Então, esta pauta é perversa. É claro que nós vamos obstruí-la, é claro que nós vamos ser contrários a ela, mas nós queremos fazer o debate. Só que não queremos fazer o debate e já votar rápido, porque depois vem a ELETROBRAS, nessa ciranda de bons preços que virou o Brasil.

Isso é muita covardia com o povo brasileiro, que neste momento está com fome e está morrendo. A prioridade deveria ser a vida e a dignidade do povo. E a empresa pública Correios ajuda na dignidade do povo. Essa empresa, há mais de 50 anos, e o serviço de correios, há mais de 300 anos, sempre foram aliados da dignidade do povo brasileiro, principalmente dos que mais precisam.

Então, os votos da Minoria são "não" à privatização dos Correios e "não" a esta urgência, porque urgente, neste momento, é acabar com a fome.

Obrigado, Presidente.

Documento 491/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GIL CUTRIM-REPUBLICANOS -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares e amigos das 370 mil vítimas da pandemia de Covid-19 no País. Oportunidade da votação das reforma tributária e administrativa. Crescimento da dívida pública do País em meio à pandemia. Esclarecimento a respeito do caráter não privativista do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Pedido de aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência para a matéria.

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem pela *TV Câmara* e pelas rede sociais, eu inicio esta fala agradecendo a minha acolhida afetuosa e calorosa nos quadros do Republicanos. Agradeço ao partido, na pessoa do Presidente Nacional do Republicanos, o Deputado Marcos Pereira. Quero também agradecer ao Líder Hugo Motta a gentileza de me conceder o tempo da Liderança, nesta tarde tão importante para a Nação brasileira.

Início, Presidente, solidarizando-me com os familiares e amigos dos mais de 370 mil mortos em nosso País. Esta Casa teve sempre um protagonismo especial e essencial no enfrentamento e no combate à pandemia. E esse combate à pandemia não se refere apenas à questão sanitária. Nós precisamos acompanhar também a pauta econômica do nosso País, até mesmo porque não existe elemento suficiente de investimento se não há equilíbrio fiscal, se não se encontram aqueles que, por assim dizer, vão pagar a conta.

É por isso, Sr. Presidente, que, em meio à crise sanitária que nós enfrentamos, em meio à crise econômica que nós enfrentamos, a pauta da reforma tributária é essencial, sim; a pauta da reforma administrativa é essencial, sim. E precisamos ter muita atenção a isso, neste

momento em que vivemos.

A dívida pública no País cresceu em larga escala devido à pandemia. Em razão disso, a modernização da administração pública e a racionalização dos gastos públicos têm que ser prioridades também, principalmente nesta quadra em que nós estamos enfrentando a pandemia. Precisamos, principalmente, dar segurança jurídica e, ao mesmo tempo, equilíbrio fiscal ao Estado, dando assim fôlego para que o Governo possa investir, principalmente no enfrentamento da COVID-19, com compra de vacinas, com ainda mais suporte a Estados e Municípios em equipamentos e insumos que têm faltado nos hospitais do nosso País afora, Deputado Hildo Rocha.

Por isso, com esse sentido e neste contexto, tramita na Casa o PL 591/21, que trata da regulamentação e modernização do sistema postal brasileiro. Não se trata um só 1 minuto de privatização. Então, é bom que fique claro que essa ideia de privatizar os Correios está muito longe de acontecer. Antes que isso aconteça é preciso um amplo e pleno debate sobre um tema fundamental que ultrapassa a nossa história e interfere nas nossas vidas.

Precisamos de instituição forte, eficiente, sem interferências políticas, com capacidade de autossustento, com boa tecnologia. E é por isso que vamos, a partir de agora... E eu dou a minha palavra, empenho o meu trabalho...

Presidente, eu peço que solicite aos demais que desliguem os microfones.

Eu estou dando aqui a minha palavra. Escutei atentamente os discursos legítimos da Oposição sobre a preocupação que a matéria lhe causa, preocupação que também é a deste Relator, quanto à necessidade de nós debatermos e aprofundarmos o tema. Mas não é pelo simples fato de aprovarmos um requerimento de urgência nesta tarde de hoje que vamos de forma açodada construir um relatório que vise dar mais eficiência ao sistema postal do nosso País.

Precisamos de planejamento estratégico. Nós já o temos e vamos cumpri-lo à risca. Vamos conversar com setores do Governo: com o Ministério da Economia, com o Ministério das Comunicações, com o Banco do Nordeste. Vamos conversar com as entidades de classe. Nós precisamos escutar os sindicatos. Nós precisamos escutar aqueles funcionários que doaram à empresa a sua vida, na chuva, no sol, de manhã, de tarde e de noite. Nós precisamos dialogar com a sociedade, sim. Nós precisamos escutar o terceiro setor. Nós precisamos escutar os técnicos desta Casa. E, sobretudo, Deputada Talíria Petrone, nós iremos escutar os Líderes desta Casa, para a quatro mãos construirmos um relatório que vise dar, além da segurança jurídica, as

condições necessárias para um serviço postal eficiente em nosso País.

E, para fazer esse amplo debate, Deputado Marcelo Freixo, nós precisamos realmente construir esta agenda para o País.

Eu construí aqui, e fiz questão de escrever, algumas garantias e diretrizes que iremos seguir.

Primeiro, vamos garantir no próprio texto a universalização e a prevenção dos preços abusivos. Vamos também melhorar a qualidade; modernizar a companhia; aumentar a capacidade de investimento; aumentar a tecnologia.

Peço mais 1 minuto para concluir, Presidente.

Nós precisamos também gerar um ambiente favorável na economia e valorizar o legado dos Correios, respeitando a história da instituição, valorizando os empregados e garantindo a eles o mínimo de estabilidade possível. Vamos também escutar o povo, escutar a voz das ruas, e maximizar o valor gerado para a União.

Para concluir, Presidente, peço aqui a aprovação do requerimento de urgência com a garantia e a segurança de que iremos fazer um grande debate em relação à formalização, à construção de um texto que dê segurança jurídica ao sistema postal da Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 492/702

37.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/04/2021-17:12	
Publ.: DCD 21/04/2021 -	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, nós encaminhamos contrariamente à votação deste projeto e pela retirada do projeto da

pauta, em função de que não há uma discussão que garanta que os profissionais da educação possam voltar às escolas com a segurança necessária.

Estamos no ápice da pandemia. Temos mais de 360 mil mortos. Há milhares de profissionais da educação que já perderam a vida, mesmo com aulas remotas e fazendo só algumas atividades presenciais.

No nosso País, fica-se fazendo comparação com a Europa, dizendo-se que, na Europa, as aulas voltaram. Mas a Europa colocou peças de acrílico entre as crianças, para que elas pudessem dividir espaço em sala de aula. Lá tiveram condições de, remotamente, dar atendimento aos seus estudantes.

O Brasil, na história da educação, sempre demonstrou que a educação não é serviço essencial, que a educação não é primordial. Se ela fosse essencial aos olhos do Governo, ela sempre teria sido tratada na agenda principal, mas nunca o foi.

Neste momento de pandemia, ela é essencial, sim. Precisamos avançar com mais tecnologia para as escolas. Precisamos avançar com instrumentos e equipamentos para que professores e alunos possam recuperar o tempo perdido nesse 1 ano de aulas paralisadas. Não podemos, contudo, fazer uma votação, Sr. Presidente, sem discutir com a categoria, principalmente, também com os pais dos alunos, com os estudantes e com os seus representantes. Votar para tirar do profissional da educação o direito do seu movimento de reivindicar, aproveitando um momento tão dolorido do Brasil, chega a ser uma traição desta Casa a uma categoria que se dedica, dia e noite, a fazer o País crescer e avançar, que é a categoria da educação.

Ouvi hoje uma entrevista do Líder do Governo, na qual ele chamava diretoras de escolas de preguiçosas e dizia que os professores não querem melhorar a condição de aprendizagem. Então, em nome do respeito à educação, em nome do respeito aos profissionais da educação básica e superior, peço a esta Casa: vamos retirar este projeto da pauta neste momento, vamos fazer a sua discussão, saber o que se pode e o que não se pode fazer, e não usar de uma situação sorrateira para tirar dos educadores o mínimo de direito que eles têm, no sentido de reivindicar melhoria de suas condições de trabalho.

Queremos, sim, vacinas para todos e todas, queremos tecnologia para as escolas, queremos protocolo seguro, e não obrigar profissionais da educação a irem para a sala de aula e para a morte, além de proporcionar que estudantes levem o vírus para casa.

Então, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 493/702

37.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/04/2021-17:16
Publ.: DCD 21/04/2021 -	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO
		DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Seria uma honra deixar a Deputada Paula Belmonte falar no meu lugar, mas já que V.Exa. me passou a palavra, vou ser breve e reforçar a palavra da Deputada Paula Belmonte. Não é admissível, no Brasil, não considerarmos a educação algo essencial. Não é admissível que, no Brasil, as nossas crianças sejam deixadas de lado.

Claro que temos que ter todo o cuidado, todo o controle do mundo para evitar que as pessoas sejam infectadas pelo vírus, tanto os profissionais de educação quanto aqueles que auxiliam nas escolas, na educação, assim como as nossas crianças, e evitar que elas sejam vetores do vírus, levando-o para as suas famílias e suas casas.

Porém temos que encontrar soluções para isso. Não podemos admitir que não haja solução. Se nos compararmos com outros países que resolveram enfrentar esse problema, resolveram atacar a questão, veremos que estamos muito atrás. O tempo em que o Brasil está com as crianças fora da escola, ou que ficou, em alguns lugares, com as crianças fora da sala de aula, é absurdo, é vergonhoso. Isso faz com que tenhamos cada vez mais problemas, ainda mais em um País em que a educação não é uma das grandes qualidades, é na verdade um dos grandes gargalos que temos que enfrentar.

Por isso, Presidente, temos que avançar, sim, neste debate, temos que

avançar, sim, com este projeto. A educação, para mim, é algo essencial, e imagino que é para todos os brasileiros. Infelizmente necessitamos que isso esteja escrito na lei, quando deveria ser um conceito para todos nós.

Obrigado, Presidente.

Documento 494/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Partido dos Trabalhadores é a favor da retirada de pauta. Como disse o Deputado Paulo Ganime, precisamos encontrar alternativa. Mas, para encontrar alternativa, tem-se que ter tempo, Presidente, para sentar e negociar. Nós temos um PL aqui há 1 ano, propondo um protocolo seguro de volta às aulas. Então vamos nos debruçar sobre isso. Vamos fazer com que os Líderes que estão aí no plenário marquem uma reunião e vamos negociar. Estamos prontos para isso. Agora, votar um PL que estabelece que a educação é um serviço essencial para obrigar o profissional trabalhar presencialmente, correndo o risco de pegar o vírus, eu acho que é uma maldade muito grande com a educação.

Documento 495/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 21/04/2021 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e

do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, educação é sim atividade essencial. As nossas crianças e os nossos jovens estão há mais de 1 ano sem aulas. O Brasil ocupa o último lugar, praticamente, ou o penúltimo lugar, entre as nações onde uma geração inteira está sem acesso à educação. Nós vamos mutilar uma geração de crianças e jovens, se continuarmos com essa situação. É claro que a volta às aulas deve ter todos os protocolos de segurança seguidos. Como pai de três crianças, como Deputado responsável, como alguém que tem sensibilidade social, sei que há realmente um clamor em nosso País pela volta às aulas, mas uma volta com segurança, com protocolo, dando o máximo de atenção a todos os fatores de saúde.

Por isso, o PSDB vota "não".

Documento 496/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021 - CD	17:20
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSB contrário ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que este projeto é totalmente descabido. Vejam que a Constituição Federal já protege a educação enquanto prioridade. Portanto, isso já está assegurado na Constituição. Então não vamos aqui querer enganar este debate, fazendo um trocadilho, colocando a educação como essencial, porque discussão não é essa. Isso já está resolvido na Constituição. O que se quer aqui é enfrentar uma questão que está colocada na pandemia: obrigar as escolas a voltarem a funcionar de qualquer maneira, sem levar em consideração a orientação dos órgãos da saúde e as condições sanitárias. É isso o que está sendo colocado aqui neste momento. Portanto não podemos aceitar isso de maneira alguma.

Além do mais, essa medida vai além da pandemia, como está no texto.

Eles querem também cercear o direito de greve da categoria dos profissionais da educação. Não concordamos com isso em hipótese alguma.

Documento 497/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD 17:24	
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa das escolas como ambiente de socialização e formação política. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus - COVID-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós queremos escolas abertas. Quero repetir aqui: nós queremos escolas abertas, porque entendemos que a escola é lugar fundamental para enfrentar as desigualdades de um País, para a alegria das crianças, para a saúde mental das crianças, para a alimentação das crianças, para compartilhar o cuidado com mães sobrecarregadas. Mas não queremos isso a qualquer custo.

Já existe nesta Casa o PL 2.949, anterior a este, um PL que estabelece estratégias de retorno seguro às aulas, baseado em critérios epidemiológicos, que não colocam em risco nem alunos, nem famílias, nem profissionais de educação. E é preciso para isso investimento público, coisa que aqueles que estão defendendo este PL não defendem, porque aprovaram o menor orçamento para a educação básica da história recente.

Então, sinceramente, defendemos a educação como algo mais do que essencial, defendemos como direito fundamental, o que já está garantido na Constituição.

Documento 498/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD 17:24	
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o NOVO orienta "não" à retirada de pauta por uma razão muito simples: o direito que está previsto na Constituição, como muitos Parlamentares aqui disseram, não está sendo cumprido. As crianças não tiveram educação em 2020.

Nós tivemos uma pandemia severa, ainda estamos atravessando uma fase dura, mas o que nós queremos com este projeto é simplesmente que o direito à educação das nossas crianças, dos nossos adolescentes, seja respeitado. Ele não está sendo respeitado, tanto é que muitas escolas estão fechadas, mesmo em Municípios onde não temos caso de morte por COVID.

Estamos há 1 ano sem aulas! Nós, vergonhosamente, ocupamos o penúltimo ou o último lugar no *ranking* do número de dias com escolas fechadas. Isso não pode acontecer!

Parlamentares que defendem a educação deveriam ser os primeiros a dizer que a educação é essencial. Nós faremos com que ela seja essencial, porque não é o que vem ocorrendo.

Muito obrigada.

Documento 499/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	17:24
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação a pronunciamento do Líder do Governo sobre atribuição de desídia dos professores. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB - e falo em nome da nossa bancada - tem uma tradição de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e faz a defesa de que a educação é essencial. Por isso, defendemos sempre que o orçamento reflita isso. Mas o orçamento para a educação aprovado esses dias não reflete isso. Os cortes são gigantes.

O Líder do Governo, algumas horas atrás, disse a seguinte frase: "*Só o professor não quer trabalhar na pandemia*".

O Líder do Governo, então, faz a revelação de que este não é o projeto da escola aberta, mas da escola contaminada. Este projeto não trata a educação como essencial. Esse é um argumento enganoso, é uma falácia, é um sofisma. É importante dizer que as autoras do projeto sofismaram diante da essencialidade da educação. Na verdade, querem a escola aberta e querem o professor sem direito trabalhista e sindical, com a essencialidade impedindo a greve.

O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

Documento 500/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/04/2021-17:36
Publ.: DCD - 21/04/2021	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
- CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Congratulações às Deputadas Paula Belmonte e Joice Hasselmann, respectivamente Autora e Relatora da matéria.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo Bolsonaro considera a educação essencial, então parabeniza a Deputada Paula Belmonte pelo projeto e a Deputada Joice pela relatoria.

Nós vamos defender, sim, a educação sempre. Qualquer país que queira se desenvolver, queira se tornar um país de ponta, de primeiro mundo, com alta produtividade na economia, tem que investir em

educação. Então, não dá para entender quem acha que a educação não é essencial. Isso, sim, é uma grande vergonha para todo o País.

Documento 501/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Congratulações aos autores e à relatora da matéria.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente Lira, demais Deputados, quero, primeiro, parabenizar os meus amigos Deputado Peternelli, Deputada Adriana e Deputada Belmonte, nossa querida, pela iniciativa e a Deputada Joice pela relatoria desse importante projeto.

Eu hoje falo mais como professora, como diretora e como coordenadora que fui, defendendo a importância da educação básica e do ensino superior no formato presencial, primeiro porque nós vemos que houve um retrocesso escolar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB mostra que apenas do 1º ao 5º ano se cumpriu a meta de qualidade nacional estabelecida, com uma nota de 5,9. De acordo com o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Brasil é o 57º colocado. Os índices de evasão escolar são monstruosos neste mais de 1 ano perdido: é de 16,3% o índice de abandono nas universidades; de 10,8% o de abandono no ensino médio; e de 4,6% o de abandono no ensino fundamental. Esse abandono é causado por questões financeiras, pela falta do acesso remoto e pelo fato de que muitas pessoas não têm nem conectividade, nem os aparelhos necessários, como computador, celular e outros itens, para seguir as suas aulas.

Essa pesquisa sobre a evasão escolar dos nossos alunos mostra inclusive uma perda financeira gigantesca. A pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER mostra que o Brasil perde 372 mil reais por ano com a evasão escolar. O investimento nesse aluno, que deveria estar concluindo os seus estudos, e a perda da educação... Os índices também mostram que haverá de 3 a 5 anos de perda de

alfabetização por esse 1 ano e 3 meses sem estudo.

A interrupção da educação, não colocada como serviço essencial, causou perdas não só na educação, mas também na alimentação, pois muitos alunos vão para a escola para se alimentar.

Tivemos índices gigantes de violência infantil, estupro, gravidez precoce. Temos casos de alunos nossos que terão ou já têm problemas psicológicos, situação que será muito difícil de ser modificada, melhorada, dependendo de uma estrutura médica que vai custar muito mais caro para o nosso País.

Temos a comprovação de que as escolas, em especial as particulares, que iniciaram seus trabalhos no ano passado, não são foco de transmissão. Isso é importante ressaltar para os que estão defendendo a bandeira contrária à volta do ensino presencial nas escolas.

Fizemos no final do ano passado uma audiência pública que contou com vários profissionais, como o Secretário Estadual de São Paulo, Rossieli Soares, a médica infectologista Luciana Becker Mau, o representante do Ciência na Escola Marco Aurélio e o Presidente do Departamento de Infectologia de São Paulo. Todos afirmaram que as crianças não transmitem a doença ou, quando transmitem, o fazem num índice muito ínfimo; que as escolas não são foco de transmissão; e que, quando o professor se contamina, é mais comum ele se contaminar em outro espaço, como em casa, na rua ou em outras atividades, do que na escola, porque não acontecem, dentro da sala de aula, outras contaminações.

Nós também estamos na contramão de tudo o que o mundo está fazendo. O Brasil e alguns países da América Latina e da África são alguns dos poucos que não reabriram as escolas. Nosso País tem alguns dos piores índices do mundo e é um dos países que mais deixou as escolas fechadas - por 1 ano e 3 meses. Isso demonstra que nós realmente não estamos tratando a educação com a preocupação e a responsabilidade devidas.

Nós sabemos que os entes federados têm autonomia, mas, infelizmente, houve por parte de muitos Prefeitos e Governadores um descaso com a educação, pois deixaram de reagir com políticas públicas sérias e de fazer com que as escolas fossem tratadas como elas realmente merecem.

Vejo uma contradição muito grande. Como a própria Presidente do Conselho Nacional de Educação, Maria Helena Guimarães, disse, não faz o menor sentido termos bares, *shoppings*, lojas e restaurantes abertos e escolas fechadas. E a escola vai seguir uma cartilha com toda a orientação sanitária: distanciamento, álcool em gel, máscara e

todos os cuidados. Talvez até mesmo em casa as crianças não tenham tantos cuidados sanitários como nas escolas.

Também temos muitas evidências científicas. Segundo a UNESCO, o Brasil ocupa o vergonhoso posto de segundo país no mundo em que as escolas se encontram fechadas há mais de 300 dias. Existe também um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento feito em 133 Municípios do Estado de São Paulo que abriram as suas escolas entre os meses de outubro e dezembro. Esse estudo concluiu que a reabertura das escolas não impactou no aumento de incidência de morte por COVID. Também temos o relatório do Banco Mundial que indica que o fechamento das escolas no Brasil pode fazer com que 70% das crianças deixem de compreender textos simples.

É consenso científico que o isolamento social prolongado tem impacto na saúde mental e física dos alunos e das alunas. Crianças e adolescentes necessitam de convívio social; o seu processo de formação depende disso. O fechamento das escolas compromete a segurança alimentar e aumenta as taxas de gravidez infantil, de uso de drogas, de violência contra a criança e o adolescente, de estupro de vulnerável. Todos esses índices são comprovados por pesquisas sérias.

O futuro de toda uma geração está em risco, segundo estudo feito pela UNICEF. A OMS, a UNICEF, a UNESCO têm apelado aos governos, pedindo-lhes que priorizem as aberturas das escolas. O Diretor-Chefe do escritório da OMS afirmou que as escolas primárias devem ser mantidas abertas, uma vez que as crianças e os adolescentes não estão provocando a disseminação do novo coronavírus. O fechamento das escolas não é eficaz em relação ao enfrentamento da COVID, e o direito à educação é um direito fundamental, previsto no art. 227 da nossa Constituição Federal de 1988.

Tendo citado todos esses índices, eu quero agora, Presidente Lira e demais Deputados, com todo o meu coração e com todo o meu conhecimento, enquanto mãe, enquanto professora, enquanto servidora que já fez parte dos quadros escolares, dizer que nós temos que pensar na realidade do nosso País. Hoje, neste momento, há muitas crianças que há 1 ano não pisam numa escola, há 1 ano recebem, Deputado, o material impresso uma vez por semana, porque não têm computador nem conexão com a Internet. Elas recebem esse material sem colaboração e auxílio de nenhum professor. Muitas vezes, a mãe e o pai são analfabetos, ou, o que é pior, a criança está passando por situações de violência doméstica, enfrentando fome e problemas psicológicos, e não está tendo a atenção mínima para poder estudar e desenvolver os seus conhecimentos.

Então, o que eu peço aqui é que os Deputados pensem na grande

parcela de brasileiros que hoje precisa do retorno da escola por motivos não só educacionais, mas sociais. Nós precisamos que a escola retorne, minha gente!

Há mais uma coisa: os pais que estão em casa, que estão trabalhando de forma remota, que têm dinheiro, que têm conexão, que têm computador, que podem acompanhar os seus filhos, eles podem decidir se o filho fica em casa estudando ou vai para a escola presencial. Mas aquela mãe ou aquele pai que precisa ir trabalhar de diarista, de servente, de pedreiro, de carpinteiro, do que for, e precisa botar o filho em algum lugar com segurança está pedindo que, pelo amor de Deus, as escolas voltem. Os professores que colocarem em discussão o fato de não quererem voltar porque não chegou ainda a sua vez na vacina estão negando a sua essência enquanto defensores da educação. Os professores já estão qualificados para receber a vacina, mas não podem usar isso como motivo para voltar ou não às escolas. A escola é essencial: ela é vida, é condição humana, é direito constitucional.

Então, eu peço aqui aos nobres pares... Esse projeto é de suma importância para a vida das nossas crianças, adolescentes e jovens. O Brasil já está muito atrasado na educação. Nós não podemos perder mais 1 ano de vida dessas crianças, porque isso vai se repercutir em 3 anos a 5 anos de perda de alfabetização. Nobres pares, hoje está em nossas mãos a condição de provar ao povo brasileiro quanto nos preocupamos com a educação dos nossos filhos, dos nossos cidadãos.

Eu parableno, mais uma vez, a Deputada Paula Belmonte, a Deputada Adriana, meu amigo Deputado Peternelli e nossa Deputada Joice pela parceria, pelo bom senso, por terem discutido com várias pessoas, com vários grupos, entidades, médicos, especialistas. Chegamos a um excelente projeto, a uma excelente relatoria. Parabéns a todos, em especial à Deputada Joice.

Conto com o carinho, o amor e o respeito de todos os Deputados, representantes do povo, que vão defender essa bandeira que se chama educação.

Um forte abraço!

Documento 502/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Réplica ao discurso da Deputada Aline Sleutjes em defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Empenho da Oposição na rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Defesa de observância de critérios epidemiológicos para retomada das aulas presenciais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada Aline, ouvi atentamente o seu pronunciamento e acho que há coisas com que o Governo pode colaborar para viabilizar o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Estamos negociando duramente com o Governo para derrubar o Veto nº 10, que trata justamente sobre algo que V.Exa. mencionou na tribuna: a ampliação do acesso à Internet para alunos que estão nas periferias brasileiras. O Governo vetou uma matéria como essa.

Dialogando bem francamente com V.Exa., deveríamos estar fazendo aqui dois movimentos: traçando uma estratégia de reabertura das escolas conectada com critérios epidemiológicos, porque queremos escolas abertas e famílias e profissionais de educação seguros; e garantindo condições efetivas para que os alunos em casa tivessem o mínimo possível para não ficarem sem o processo de ensino e aprendizagem - e isso se faz com conectividade para mais famílias. Então...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 503/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato

presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Defesa de aprovação da matéria.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de ir ao voto, eu peço licença para trazer alguns dados e um breve relato.

Eu estive, durante a semana que passou, em uma comunidade no extremo sul de São Paulo, conversando com mães da Portelinha. E por que eu e minha equipe estivemos no extremo sul de São Paulo? Porque ali há muita gente passando fome. Muitos Deputados, assim como eu, aos finais de semana, em outras datas, estão arregaçando as mangas e tentando levar cestas básicas, alimentos, o básico para quem não tem nada na mesa. Estive também recentemente em Mairinque, uma comunidade extremamente pobre.

Nessas duas regiões, eu achei famílias com oito, nove ou dez crianças, mais pai, mãe, cunhado, cunhada, avô e avó, morando em um único cômodo - menor, certamente, do que o quarto de cada um de nós -, sem banheiro, sem comida, sem conectividade, sem escola.

Alguém realmente acha que a escola é um local menos adequado que essas comunidades, onde as crianças, muitas vezes, passam os dias em casa, empilhadas, ou em creches e escolinhas clandestinas, porque os pais têm que trabalhar, têm que tirar, de alguma forma, o mínimo de sustento, seja fazendo uma faxina, seja vendendo algo na esquina? Então, se nós queremos cuidar das nossas crianças, elas têm que estar na escola.

Os dados são de organismos como Organização Mundial da Saúde, UNICEF, UNESCO, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não são dados que saíram da cabeça desta Relatora. São dados de pesquisadores sérios, gente que estuda profundamente o que estamos passando e os impactos da suspensão das aulas para as nossas crianças.

Eu já havia falado disso aqui no meu primeiro discurso, até desfazendo alguns equívocos. Só o Brasil e o Sudão estão nessa condição, disse a Deputada Aline, repetindo uma informação que é pública. Será que só nós, o Brasil e o Sudão, no mundo todo, estamos certos? Todo o resto do mundo está errado? Será que apenas as nossas crianças merecem ser penalizadas, como estão sendo, em sua saúde física, mental e emocional, em seu desenvolvimento intelectual e educacional, em sua alfabetização?

A Deputada Tabata Amaral, assim que eu entrei aqui, me deu uma

informação. Ela disse: "*Joice, deixe eu lhe contar*", com aquele jeitinho dela. Adolescentes que não terminam o ensino médio, segundo estudos, vivem 3 anos a menos do que aqueles que terminam. Isso não diz respeito só à educação, Presidente; diz respeito à vida. Nós estamos tratando de vidas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputada. Vamos ao relatório.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Peço só mais 1 minuto, Presidente. São informações importantes.

Em relação à carta aberta dos médicos brasileiros, assinada por milhares de médicos brasileiros, que circulou a partir do fim de semana, eu quero, para desfazer os equívocos em relação à saúde, registrar alguns pontos aqui.

Nestes 13 meses completos em que nossas crianças e jovens encontram-se sem aulas presenciais, são muitos os meses de acesso desigual à educação, ampliando a desigualdade entre a educação privada e a educação pública.

Em 1959, a Assembleia Geral da ONU afirmou, no segundo princípio da Declaração Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que a criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidades e serviços a serem estabelecidos em lei, por outros meios, de modo que possa se desenvolver física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável, normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Esses direitos da criança somente foram reconhecidos 30 anos depois aqui no Brasil, através de nossa Constituinte. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente inseriu um novo paradigma no direito brasileiro: o princípio da absoluta prioridade da criança e do adolescente.

Eu quero fazer o registro de que os médicos reconhecem que é complexo o debate em torno do equilíbrio entre os direitos fundamentais à vida, à saúde e à educação, mas insistem em ressaltar que a suspensão das atividades escolares presenciais foi medida absolutamente excepcional e temporária - assim deveria ter sido, mas não é o que está acontecendo -, adotada como necessária inicialmente, quando pouco se conhecia sobre a doença e a proteção coletiva.

A capacidade de transmissão da COVID é muito menor em crianças do que em adultos. Crianças e adolescentes representam apenas 8% dos casos de coronavírus no mundo e, em mais de 90% dos casos, são contaminadas por um adulto dentro do núcleo familiar. Devemos enfatizar que os casos graves pediátricos acontecem em frequência

baixa, e a mortalidade é inferior a 0,5%. Como País, somos exceção e os campeões em restrição educacional, presencial e remotamente.

Eu quero alertar só para mais dois pontos antes de ir ao voto.

"Adultos não estão em casa", dizem os médicos brasileiros. Todos nós sabemos disso. Basta olhar pela janela. Há apenas 8 milhões de brasileiros em trabalho remoto. Se todos os outros mais de 200 milhões de brasileiros não estão em casa, pensem onde e com quem essas crianças estão. Assim, entenderão, em parte, muitos dos riscos já presentes no que estão fazendo durante a pandemia.

Não vimos reticência entre médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, técnicos e outros profissionais de saúde. *"Se só trabalhássemos após sermos vacinados, estaríamos todos mortos, se não pela COVID, pelas doenças que deixaríamos de tratar"*, dizem os profissionais de saúde. Essa lógica não se reduz ao trabalho dos profissionais de saúde, mas abrange também o de motoristas de ônibus, padeiros, garis, guardas municipais, funcionárias domésticas, trabalhadores de farmácias, supermercados e restaurantes, entregadores, bombeiros, empregados da construção civil e tantos outros.

Por isso, os médicos concluem que devolver as nossas crianças à escola é participar dos trabalhos de enfrentamento da COVID-19. Colocar as nossas crianças na escola, devolvendo-lhes a educação presencial, com protocolos de segurança, é, de fato, ajudar no combate à pandemia.

Quanto aos educadores, eu vi muitos colegas falando: *"E como ficam os professores?"*. Os professores ficam na lista da mais absoluta prioridade dentro do Plano Nacional de Imunizações. Acatei várias sugestões em relação a isso. Elas estão no relatório.

Presidente, agora vou direto ao voto.

"O Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, em seu art. 1º, reconhece a educação básica e a superior, da rede pública e privada de ensino, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, inclusive durante enfrentamento de pandemia, de emergência e de calamidade pública.

Ao seu turno, o art. 2º do referido PL estabelece que fica vedada a suspensão das atividades educacionais em formato presencial e acresce uma exceção para as *'situações excepcionais cujas restrições sejam fundamentadas em critérios técnicos e científicos devidamente comprovados'*.



Conforme análise da justificação ao PL nº 5.595, de 2020, destacamos brevemente as razões expostas pelas nobres autoras ao propor a matéria: educação como direito social fundamental assegurado no *caput* do art. 6º da Constituição Federal e fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I, da CF/1988); analfabetismo da população com evolução lenta dos índices de alfabetização funcional; educação como serviço e atividade essencial, não podendo ser relegada em face de problemas momentâneos que a sociedade esteja enfrentando; e excessivo número de dias sem atividades escolares presenciais e notável despreparo do poder público ao prover uma garantia mínima de prestação do serviço escolar remoto no momento da pandemia em que estamos vivendo, acarretando atraso no desenvolvimento educacional dos alunos.

Para efeito de contextualização, neste momento em que a pandemia de COVID-19 tem se agravado no Brasil, com recorde no número de mortes, alta desenfreada nas internações e filas em leitos de UTI, o cenário de reabertura das escolas arrefeceu e grande parte das escolas da educação básica e superior está operando remotamente. Em face desse quadro, apesar dos esforços das redes estaduais e municipais para a oferta do ensino remoto, os prejuízos à aprendizagem de crianças e adolescentes, notadamente os mais pobres e vulneráveis, têm sido imensos pela suspensão das aulas presenciais.

E mesmo com a adoção do ensino remoto, há estudos realizados em diversos países sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 na educação que evidenciam perdas significativas de aprendizagem.

Os pesquisadores Neri e Osório (2020) calcularam a redução do tempo dedicado aos estudos no Brasil durante a pandemia. O tempo médio dedicado aos estudos foi de 2,20 horas por dia para os estudantes de 6 a 9 anos, de 2,48 para os de 10 a 14 anos e de 1,96 hora para os de 15 a 19 anos.

Verifica-se que o tempo dedicado aos estudos está bastante reduzido para uma carga horária mínima diária de 4 horas, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ainda em referência ao estudo de Neri e Osório (2020), quando se analisam o tempo dedicado aos estudos e a quantidade de material didático recebido, constata-se que os mais pobres tiveram tempo significativamente reduzido. Quanto ao material didático recebido, apenas 2,9% dos alunos mais ricos entre 6 e 15 anos não receberam qualquer atividade, ao passo que esse percentual chega a 21,1% entre

os alunos mais pobres", condenados pela falta da educação.

"Importa lembrar que estudos amplamente divulgados por revistas científicas de renome elucidaram incertezas acerca da propagação da doença no ambiente escolar e seu impacto em crianças e adolescentes. As evidências científicas demonstram que há segurança na abertura das escolas, uma vez que crianças raramente transmitem COVID-19 para adultos, mesmo quando frequentam a escola, desde que considerados o cumprimento de protocolos de segurança" - isto está no relatório -, "a exemplo do uso de máscara, limpeza no ambiente e distanciamento mínimo.

Em boa hora, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) elaborou artigo com revisão sistemática dos riscos de saúde e uma análise dos custos educacionais e econômicos advindos do fechamento das escolas, do qual destacamos as seguintes conclusões porque sintetizam o posicionamento com o qual concordamos:

Apesar de estar em circulação há apenas um ano, o impacto da COVID-19 na população brasileira em geral e nos estudantes em particular, é imenso. Não somente na saúde, mas também pela sequela social, econômica e educacional, impactando principalmente os mais vulneráveis. Logo, todos estes aspectos devem ser levados em consideração na avaliação de risco e benefício do fechamento das escolas e das estratégias mais seguras de reabertura. [...]. Ademais, o fechamento prolongado das escolas pode causar grandes e negativos efeitos na população, a evidência sugere, portanto, que sua reabertura deve ser uma prioridade dentro da estratégia de controle da COVID-19. [...] Com uma estratégia bem implementada para controle da COVID-19, em contextos onde a doença está controlada, é possível manter as escolas abertas sem consequências significativas na transmissão comunitária do vírus.

Por fim, analisando o contexto da América Latina, se por um lado as condições de infraestrutura e sanitárias podem gerar um risco maior ao apresentado nos estudos analisados, por outro os impactos educacionais e econômicos na região podem ser ainda maior dos que os identificados aqui

Ante o exposto, comparando a justificação da proposição e os aspectos empíricos brevemente relatados neste parecer, identificamos que a matéria possui fundamentação coerente com o cenário escolar na pandemia de COVID-19, razão pela qual felicitamos as nobres Deputadas" - a Deputada Adriana Ventura, a Deputada Paula Belmonte, com quem foi um prazer trabalhar, e também a Deputada Aline Sleutjes - "e o nobre Deputado" - o Deputado Peternelli, que entrou no meio do nosso processo - "pela iniciativa legislativa e manifestamos nossa concordância com o mérito da proposição,



considerada a necessidade de medidas urgentes para garantir às crianças e adolescentes o direito constitucional ao acesso e à permanência na escola.

Ressaltamos que, conforme discussão da matéria durante a votação do requerimento de urgência da matéria no plenário e mediante entendimentos com Deputadas e Deputados, com o intuito de aprimorar a redação e de contemplar as sugestões manifestas nas emendas de Plenário, elaboramos substitutivo anexo com as seguintes considerações:

1. No que tange à técnica legislativa, alguns ajustes são necessários. Em consonância com o Capítulo IV da LDB, o termo mais apropriado é 'educação superior' em detrimento de 'ensino superior', o que requer alteração da ementa e dos arts. 1º e 2º da proposição;
2. Respeito à autonomia dos entes federados, nos termos da manifestação do PSDB e da Emenda de Plenário nº 3, do Deputado Danilo Cabral e outros; bem como, em atenção à Emenda de Plenário nº 5, do Deputado Bohn Gass", do PT, que também foi atendido, "e outros, foi parcialmente contemplada no que tange ao respeito à autonomia federativa;
3. Atenção aos protocolos sanitários, conforme a Emenda de Plenário nº 2, da Deputada Talíria Petrone", que também foi atendida, "e outros;
4. Adoção de estratégia de retorno seguro às aulas presenciais, conforme previsto na Emenda de Plenário nº 10, da Deputada Tabata Amaral e outros, e na Emenda de Plenário nº 4, do Deputado Renildo Calheiros e outros. Importa reconhecer que a referida Emenda nº 4 decorre do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, de autoria do Deputado Idilvan Alencar e outros, que teve parecer pela constitucionalidade elaborado pelo Deputado Orlando Silva, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania" - aliás, o próprio Deputado Orlando Silva fez o pedido para que esse texto fosse incorporado ao relatório, e eu atendi o Parlamentar, a bancada do PCdoB -, "e cujo parecer de Plenário apresentado pela Relatora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em grande parte, valeu-nos para elaborar o substitutivo; e
5. Inclusão de prioridade na vacinação de professores e funcionários das escolas públicas e privadas como diretriz para o retorno às aulas presenciais no art. 4º, II, do substitutivo, à medida que contemplamos parcialmente as Emendas de Plenário nº 7, do Deputado Julio Cesar Ribeiro e outros; nº 8, do Deputado Fernando Rodolfo e outros; nº 9, do Deputado Neucimar Fraga, e nº 13, da Deputada Tabata Amaral e outros.

Todas essas recomendações estão consolidadas no substitutivo anexo a este parecer, ao passo que agradecemos aos nobres Parlamentares pelas sugestões e acreditamos que a presente matéria consubstancia um entendimento para que o direito à educação tenha a devida prioridade evidenciada na Constituição Federal.

Passemos à conclusão do voto.

Conclusão do voto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, na forma do substitutivo anexo", que está à disposição de todos no sistema desde a semana passada.

"No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão de Educação.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Educação."

Esse é o voto, Presidente.

Documento 504/702

37.2021	Sessão	Deliberativa	20/04/2021-18:08
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	- PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
21/04/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por 2 sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Conveniência de debate do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre a estratégia para o retorno às aulas durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, a solicitação de adiamento

por duas sessões é exatamente para que se possa ter tempo suficiente de melhorar este projeto de lei, cujo relatório foi apresentado aqui pela Deputada Joice.

A Deputada começou a leitura dizendo que a educação é trabalho essencial em formato presencial. Estamos na pandemia. O formato presencial e a questão da essencialidade, considerando que a escola pública brasileira está sem as condições necessárias - e não a comparemos à de outros países, porque não há comparação -, sem água potável, sem higiene, sem banheiro, sem condições sanitárias de funcionamento... Nós gostaríamos de discutir, gostaríamos que a palavra "essencial", que é uma papel do Estado... A escola deve ser prioritária, deve estar na agenda, deve ter financiamento.

Neste momento, nós temos o PL 2.949/2020, citado pela Deputada, que não coloca a educação como serviço essencial e apresenta um protocolo que garante as condições de funcionalidade. No meio de 2020, nós da educação, aqui liderados pelo Deputado Idilvan, fizemos e apresentamos esse PL. No fim do ano, pedimos urgência para sua votação, e foi votada a urgência. Por que não se aprovou o PL? Por que atravessar e colocar como serviço essencial o ensino em formato presencial?

Nós queremos os nossos estudantes na escola mais do que ninguém. O que me chama atenção são pessoas que defendem fortemente a educação domiciliar fazerem um discurso pela volta do ensino presencial. Queremos os nossos estudantes conectados. Queremos um *tablet* para cada estudante brasileiro. Queremos um *notebook* para cada professor, um pacote de Internet, literatura adquirida pelo Governo e entregue na casa dos estudantes. Queremos, sim, um protocolo de retorno para os locais onde for possível. Isso está no PL 2.949. Cidades em que não houve COVID o protocolo atende prontamente.

O retorno às escolas em outros países - acabei de olhar os vinte países no mundo que primeiro voltaram - começou pela China, pela Noruega, com placas de acrílico dividindo os estudantes, com um protocolo rígido, com ônibus escolar do governo passando nas residências e levando os alunos para casa. É essa a estrutura do Brasil? São essas as condições que tem a escola brasileira? Os nossos profissionais têm atendimento suficiente para ir à escola? A polícia está na rua e tal. Eu estou dizendo que vão se vacinar os professores. Então, vamos garantir vacinação para todos os profissionais da educação.

O protocolo previsto no PL 2.949 define a educação como trabalho preferencial e prioritário, não essencial, conforme está (*falha na transmissão*).

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 505/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 2 sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Indagação à Presidência sobre as razões da não apreciação do projeto de lei de autoria do Deputado Idilvan Alencar sobre o assunto. Repúdio às declarações do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, ofensivas aos professores. Estranheza diante do posicionamento de médicos brasileiros em defesa da retomada das aulas presenciais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL é a favor do requerimento.

Neste 1 minuto que tenho, eu queria perguntar ao Deputado Arthur Lira por que não foi votado o projeto do Deputado Idilvan Alencar, que tem relatório da Deputada Professora Dorinha desde julho. A maior esmagadora dos educadores da Comissão de Educação são contra este projeto em discussão.

Segundo, registro repúdio ao Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, que foi capaz de ir à CNN dizer que os professores e diretores são preguiçosos. E mais: ele disse que eles não querem aprender como educar no ensino remoto.

Terceiro, eu gostaria que fossem localizados esses médicos que pregam a volta das aulas presenciais, porque não são os da FIOCRUZ - daqui a pouco, eu vou ler os protocolos da FIOCRUZ. Talvez sejam aqueles que defendem cloroquina e ivermectina, ou seja...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 506/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	18:28
Publ.: DCD - 21/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, os governos de outros países lidaram melhor com a pandemia do que lidou o Governo Bolsonaro. Não adianta mudar o modelito, falar mais manso hoje, feminilizar a defesa de uma agressão à saúde pública e à educação.

Na verdade, o projeto é ruim, é antiético, porque os professores precisam estar imunizados, as escolas precisam ter janelas. Quem já visitou escolas públicas no Brasil profundo sabe que muitas têm basculantes, não têm janelas, que muitas não têm água encanada. É preciso haver os protocolos. O projeto do Deputado Idilvan trata dessa questão, com o relatório perfeito da Deputada Dorinha.

Infelizmente, nós estamos vendo a tentativa de cravar uma marca em um movimento da classe média alta para garantir as escolas privadas funcionando e fazer, talvez, o *ranking* dos mortos na escola pública. Isso é muito cruel, porque a pandemia está em alta. Negam a pandemia, mas nós não vamos aceitar essa crueldade nas escolas brasileiras.

Documento 507/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 21/04/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento pelo apoio ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Contestação de pronunciamento sobre a natureza antiética da matéria. Solicitação aos Deputados contrários ao projeto de leitura do parecer oferecido pela Deputada Joice Hasselmann.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero agradecer o apoio maciço e principalmente deixar registrado que os partidos que estão apoiando a continuação desta discussão leram o relatório e prestaram atenção ao substitutivo.

Causa-me constrangimento e me ofende falarem que este é um projeto antiético. Nós estamos falando aqui de essencialidade da educação. Nós estamos colocando a educação onde ela merece estar, como algo essencial para todas as nossas crianças e adolescentes. Este projeto significa salvar vidas.

Peço a quem ainda não leu o substitutivo que o leia, porque tudo o que foi falado aqui foi colocado lá, pelo pedido de V.Exas. O PCdoB pediu que se inserisse protocolo, e a Deputada Joice inseriu isso. Outro partido pediu que se colocasse priorização na vacina, e a Deputada Joice colocou isso.

Meus amigos, educação é essencial e precisa ser encarada com seriedade!

Documento 508/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021 - CD	18:32
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Hipocrisia dos discursos em defesa da retomada das aulas presenciais durante a epidemia de coronavírus sem prévia vacinação dos profissionais da educação contra a Covid-19.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, confesso que, logo que o Presidente Arthur Lira reabrir o funcionamento da Câmara dos Deputados, eu vou trazer um litro de óleo de peroba. É muita cara de pau, Presidente! Gostaria que a câmara pudesse filmar o plenário. O plenário está vazio! Não há Deputado aqui, os servidores não estão nos gabinetes! Por quê? Porque falta vacina, Presidente! Qual é a diferença do Plenário Ulysses Guimarães para as salas de aula do Brasil? Não há diferença!

Não haverá segurança para os educadores! Os professores estão sem vacinas. Os trabalhadores das escolas que fazem a segurança e que cuidam da merenda estarão vulneráveis, estarão entregues, porque nós temos um Presidente da República negacionista, que deixou de comprar 100 milhões de doses de vacina no ano passado.

Não há diferença! O Plenário está fechado!

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 509/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 21/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Presidente, é evidente que o debate neste plenário não se divide entre aqueles que querem retomar as aulas presenciais e aqueles que seriam contra as aulas presenciais. Isso é primário demais. O que nós estamos debatendo em torno deste projeto é que aqui há uma tentativa de forçar um tipo de decisão, de forçar um retorno a aulas presenciais sem as devidas condições.

Falou muito bem há pouco um Líder da Oposição: por que o Plenário Ulysses Guimarães está praticamente vazio, com pouquíssimos Líderes na Casa? Porque estamos num momento grave da pandemia. Não é votando um projeto que diz aquilo que todos nós já sabemos - a educação é essencial - que se resolve o manejo da educação na pandemia como nós temos que enfrentá-lo.

Documento 510/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD 18:36	
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Repúdio às declarações do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, ofensivas aos professores. Realização pelo PT de movimento contra a fome e a miséria. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Não utilização, pelo Governo Federal, dos recursos orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional para o combate à epidemia de coronavírus. Liberação de recursos para as emendas parlamentares. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Convivência do Parlamento com o genocídio promovido no País pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Na matéria, agora? Encaminho a pergunta ao Líder Bohn Gass, se estiver aqui. Por mim, tudo bem.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amanhã é dia 1º de maio, Dia do Trabalho. Penso que esta Casa está fazendo hoje sessão de homenagem aos trabalhadores brasileiros, aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Amanhã é dia 1º de maio?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Desculpe-me, é Dia de Tiradentes, é verdade. O Dia do Trabalho é depois.

Mas penso que esta Casa está fazendo, para entrar no mês de maio, uma homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, porque aqui se votou a urgência para privatizar os Correios - são 99 mil

trabalhadores que poderão ficar desempregados. E agora se discute um projeto em que se coloca a educação como essencial - se a educação é essencial, todos têm que voltar às aulas: professores, estudantes, crianças. Isso também é uma homenagem aos trabalhadores da educação. É triste nós presenciarmos isso aqui.

Duvido que a maioria dos que vieram aqui defender este projeto da educação conheça a realidade das escolas públicas do Brasil. Eles podem conhecer a realidade de uma ou de duas, mas da maioria, não. Desconhecem a precariedade que há nas nossas escolas. E ainda vêm aqui comparar as escolas públicas com as escolas privadas, coisas que são incomparáveis, pela diferença de estrutura que há entre elas.

Vêm aqui dizer que colocar a educação como essencial é salvar vidas. Ora, salvar vidas agora passa pela vacina. Até que todos estejam vacinados, não há como salvar vidas.

Nós precisamos garantir vacina e renda, para que os pais não precisem mandar as crianças para a escola atrás da merenda escolar. Nós precisamos dar dignidade às famílias, para que elas possam sustentar seus filhos. Recuperar o currículo de 1 ou 2 anos é fácil; recuperar a vida de um filho, recuperar a vida de uma pessoa é impossível.

Se é tão essencial a atividade de educação, por que o Governo não se preparou para garanti-la? Esta Casa liberou mais de 700 bilhões de reais, no ano passado, no tal "orçamento de guerra". No que foi gasto esse dinheiro? No que foi gasto? Na renda emergencial? Na vacina não foi, porque a vacina o Bolsonaro não comprou quando poderia, em agosto do ano passado. Então, nós precisamos saber no que foi gasto o dinheiro, porque as escolas poderiam ter sido equipadas, poderíamos já ter colocado Internet nelas, poderíamos ter melhorado as condições.

Agora, depois que o Brasil já está com quase 400 mil mortos, com o vírus espalhado, vêm aqui falar em essencialidade. Ora, nós precisamos é salvar vidas neste momento. Isso é o mais importante.

Quero deixar aqui o meu repúdio às palavras do Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, de que só professor não gosta de trabalhar. Talvez ele desconheça o que seja um trabalho de professor, mesmo em isolamento social.

Hoje, nós estamos fazendo em todo o Brasil um dia de mobilização e de luta nacional contra a fome e contra a miséria, pelo auxílio emergencial de 600 reais, que nós aprovamos nesta Casa e que o Governo manteve por 5 meses - esse auxílio diminuiu para 300 reais e agora vai de 150 reais a 375 reais, no pior momento da pandemia e da economia brasileira. Estão mobilizadas as centrais sindicais, os

movimentos sociais e populares.

A morte dói. A morte por COVID deixa muita gente dolorida. Mas a fome também dói. E a fome humilha aqueles que a têm. Um pai e uma mãe de família precisarem pedir comida, precisarem da ajuda dos outros para poder alimentar seus filhos é doloroso, é humilhante. Um pai e uma mãe de família precisarem comprar menos comida, porque não têm dinheiro suficiente para comprar alimento na quantidade e na qualidade necessárias, também é doloroso, também é humilhante. É por isso que hoje nós estamos passando no Brasil, nas portas dos nossos supermercados, nos sinaleiros, cheios de famílias pedindo ajuda. Há muitas famílias dependendo de outros para comer.

Infelizmente - ou felizmente -, são as campanhas de solidariedade que estão ajudando as famílias a passem por essa crise. Voltamos aos idos de 1993, quando Betinho coordenou a Ação da Cidadania, junto com as entidades, junto com os partidos, inclusive conosco do PT, para dar um pouco de alento às famílias. Disso nasceu o Fome Zero e, depois, o Bolsa Família.

É uma ironia que este País, que ajuda alimentar o mundo, que exporta carne de gado, carne suína, açúcar, soja, tenha voltado ao Mapa da Fome. Isso é triste! E o que diz o Governo? Que não tem dinheiro para poder bancar um auxílio emergencial maior.

O Governo não tem dinheiro? Ontem foi feito um acordo do Governo aqui nesta Casa para aprovar uma emenda de um Senador nosso, que foi apresentada lá atrás, no início da discussão do Orçamento, que previa tirar do teto de gastos os recursos para a saúde, para os pequenos e microempreendedores e também para renda e trabalho. Inicialmente não quiseram aprová-la. Sabe por que ontem a aprovaram? Porque precisavam ter espaço fiscal para pagar o aumento das emendas parlamentares. Para isso há dinheiro? Aí se consegue fazer um acordo? Por que não fizeram isso antes? Por que o Governo não mandou um crédito para cá em dezembro e em janeiro? Ele sabia que ia faltar renda emergencial.

Foi muita cara de pau do Governo, da base governista, fazer esse acordo aqui ontem. Isso é vergonhoso! Quer dizer, pelas emendas, cria-se espaço fiscal, para que esta Casa possa executar um Orçamento que foi aprovado ilegalmente pela Comissão de Orçamento. Aliás, isso foi feito para salvar a cara do Presidente da República, porque ele iria incorrer no crime que inventaram contra a Dilma, e aí V.Exas. não poderiam voltar atrás: as pedaladas fiscais. Portanto, manipulam-se as matérias aqui de acordo com o Governo, de acordo com a vontade de Bolsonaro e com o interesse da sua base.

Quero repetir: nós aprovamos 700 bilhões de reais aqui no ano

passado, que ficaram à disposição do Governo. Onde isso foi aplicado? Uma parte foi aplicada no auxílio emergencial. E o resto onde foi aplicado? Não se comprou vacina, não temos insumos para a saúde, e não se aplicaram recursos na educação, para que as escolas pudessem ter as aulas presenciais, já que isso é essencial agora, na visão de V.Exas. Infelizmente, não foi isso que foi feito.

É uma vergonha que o Congresso Nacional seja tão linha auxiliar de um Governo que leva à morte milhares de pessoas.

A outra coisa que se quer agora é vender os Correios. Eu pergunto: para que vender os Correios? Quanto custam os Correios? O que o recurso que retornará da venda dos Correios vai fazer pelo Orçamento?

Eu não sei se V.Exas. sabem, mas os Correios são lucrativos, a empresa é lucrativa. A projeção é que tenhamos tido em 2020 cerca de 1,5 bilhão de reais de lucro dos Correios, que tem 99 mil trabalhadores. Essa instituição beneficia o povo brasileiro, porque leva cartas aonde não chega a Internet, a todos os Municípios do Brasil; porque serve de banco postal, facilitando a vida dos mais pobres; porque as encomendas entregues pelos Correios são muito, muito mais baratas do que aquelas entregues pelo FedEx ou por qualquer outra empresa privada - aliás, é cerca de 12 vezes mais barata a entrega de mercadoria pelos Correios.

Por que querem privatizar os Correios? É isso que eu quero entender. Os 99 mil trabalhadores vão para a rua? A empresa privada vai contratar essa quantidade de pessoas para cobrir todos os Municípios brasileiros? É claro que não. O setor privado vai para o equilíbrio do lucro, vai para o equilíbrio do retorno. Só uma política de Estado olha para aqueles que mais precisam. Por isso, precisamos do Estado presente na vida das pessoas.

Hoje, sinceramente, esta sessão vai ficar na triste memória do Parlamento brasileiro - na triste memória do Parlamento brasileiro! Com quase 400 mil mortes causadas pelo desatino de um Governo, que poderia, no início da pandemia, ter tomado as medidas necessárias, nós aqui estamos votando contra os trabalhadores e as trabalhadoras, contra as crianças, contra a vida.

"Vai para escola, é essencial". "Vamos privatizar os Correios". "Pobre não precisa receber carta". "Se não tem WhatsApp, o que nós vamos fazer?" Gente, vão demitir 99 mil pessoas? É assim que nós estamos olhando o nosso País hoje? É assim que esta Casa vai se comportar?

Desse Governo genocida, autoritário, perdido e criminoso espera-se isso, mas eu não posso esperar que muitos colegas aqui sejam

coniventes e condescendentes com essa prática.

Está na mão deste Congresso Nacional fazer o que o Governo não faz, sob pena de nós pagarmos na história por termos sido, junto com ele, criminosos para com o povo brasileiro.

Documento 511/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 21/04/2021 - OSMAR TERRA-MDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados às crianças pela suspensão das aulas presenciais.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dar um depoimento aqui de quem é estudioso da área do desenvolvimento infantil, da aprendizagem.

As crianças têm um momento certo para aprender; quando passa esse momento, é muito mais difícil a aprendizagem. Em nenhuma pandemia da história humana, houve uma suspensão das aulas tão longa quanto a que está acontecendo no Brasil. Nenhum país do mundo suspendeu aulas por tanto tempo quanto o Brasil está suspendendo.

Há países que não suspenderam aulas, como, por exemplo, a Suécia, que está há 1 ano sem nenhuma criança vítima fatal da COVID. A Finlândia, que ficou com tudo fechado por um período, mas já reabriu, e a Suécia têm o mesmo índice de infecção das crianças. Elas se contaminam mais dentro de casa do que na escola, se a escola tomar as medidas adequadas.

As crianças pobres são as maiores vítimas, Sr. Presidente, porque elas não têm Internet nem têm acesso a aulas a distância...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 512/702

37.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária 20/04/2021-18:48
- CD

Publ.: DCD - 21/04/2021

PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE
ORDEM DE
QUESTÃO DE
ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a impossibilidade de votação do parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais, em face do não cumprimento do prazo regimental de 24 horas da sua distribuição aos Deputados.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, não se completaram 24 horas desde que o relatório que nós estamos votando foi postado. Ele foi modificado muitas vezes, e não tem 24 horas a sua divulgação. Essa previsibilidade é fundamental para que nós possamos analisar e votar.

Como foi conversado muitas vezes, a expressão "trabalho essencial em formato presencial" seria o foco da maior discussão, e eu vejo que este relatório não poderia ser votado nesta sessão, em função de não ter sido disponibilizado o tempo de 24 horas para que Deputados e Deputadas pudessem analisá-lo.

Nós não fazemos a análise por si só. Nós, especialmente quem é da educação, ouvimos a nossa base. Ficou muito ruim este relatório ser postado de última hora e nós estarmos aqui votando.

Muita coisa avançou, mas gostaríamos de avançar no ponto principal, que é a questão do trabalho essencial em formato presencial.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Rosa Neide, além de ter sido absolutamente desnecessária, a alteração que houve - inclusão de menção ao nome de uma Deputada - não alterou o mérito em absolutamente nada, portanto, não prejudicou o prazo das 24 horas. O parecer está disponível desde a semana passada.

Indefiro a questão de ordem de V.Exa.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Danilo

Cabral.

Documento 513/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	18:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelos impactos causados às crianças pela suspensão das aulas presenciais. Consequências do posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que os impactos que estão sofrendo crianças, adolescentes e todos aqueles que estão sendo prejudicados em razão de não haver aulas neste momento têm como responsável o Governo Bolsonaro, que não fez a sua obrigação, que não comprou vacina no tempo certo, que se recusou a comprar vacina da Pfizer - lembrem-se disso? Em agosto do ano passado, foram oferecidas 70 milhões de vacina -, que se posicionou contra a vacina do Butantan, dizendo que quem a tomasse viraria jacaré. Então, ele é o responsável por essa situação e não pode aqui querer colocar a responsabilidade em outros, em razão deste projeto. Isso é falacioso. Isso é querer enganar a população. Nós não aceitamos isso.

Aliás, o Bolsonaro não só não comprou vacina como não deixa ninguém comprar. Há o caso agora dos Estados do Nordeste, a exemplo do Maranhão, que teve que ir ao STF para poder comprar a vacina Sputnik lá da Rússia. Portanto, esse é o responsável...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 514/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a apresentação de projeto de lei relativo à adoção de estratégias sanitárias contra a Covid-19 para a reabertura das escolas no País.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu ouvi aqui das colegas que falamos, falamos, falamos e não propomos nada. Existe um PL em curso na Casa que trata de estratégias para a reabertura das escolas - repito: estratégias para a reabertura das escolas. Mas não se faz isso sem investimento.

Os Estados Unidos - nem quero que o país seja tamanho exemplo para nós - investiram 130 bilhões de dólares para a reabertura das escolas em tempo de pandemia. E aqui, lamentavelmente, aqueles que agora dizem, fingindo, que acham a educação essencial são os mesmos que corroboram um orçamento da educação que é menos que 70% do que foi o orçamento de 2015. Temos um dos menores orçamentos do MEC para educação básica. Sinceramente, o que há aqui é conversa para boi dormir, querendo colocar nossos alunos para morrerem nas salas de aula.

Documento 515/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Morte de 3.321 brasileiros nas últimas 24 horas e registro de 70 mil novos casos de Covid-19 no País, de acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje, pelo Painel CONASS, morreram 3.321 pessoas, e houve mais quase 70 mil novos casos.

Quando nós falamos de educação, sabemos que as mães trabalhadoras querem que as crianças estejam na escola. Nós também queremos isso. Mas tenho certeza de que a vida dessas crianças está

na frente da questão da abertura da escola.

Venham à Baixada Fluminense, por favor, olhar a situação das escolas e vejam se essas merendeiras, se essas professoras, que vão de trem e de ônibus para as escolas, têm condições de estar em escolas abertas. Nós não estamos falando das escolas do Sul, das escolas privadas, estamos falando das escolas de todo o País, das escolas do Nordeste, do interior, do Nordeste profundo. É dessas escolas que estamos falando.

Por isso, o adiamento é importante. A Minoria vai para obstrução.

Documento 516/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento sobre o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta situação é mesmo risível! Imagine: V.Exa. prorrogou as restrições no Parlamento e, desde março, nós estamos com sessões virtuais. Há gente aqui que elegeu Bolsonaro, agora ficou com raiva e fica tentando misturar as coisas. Isto aqui está parecendo mais um cemitério: não tem um par de pessoas nesta Casa. Nos corredores, não se encontra ninguém, os gabinetes estão vazios, mas querem encher as escolas do Brasil.

Sem vacinas, nós não temos como voltar à normalidade. Será uma exposição para os trabalhadores deste País.

Esses negacionistas que agem desta forma, sem enfrentar o problema, são fruto da irresponsabilidade do Presidente Bolsonaro, que não comprou vacinas no ano passado. É uma temeridade!

Documento 517/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	19:44
---------	--	-------

Publ.: DCD - 21/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento sobre o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer que atividade essencial é um sofisma que foi criado. O Deputado Fontana tem toda a razão: vão rir do Brasil, como riram na Assembleia francesa por causa da ivermectina e da cloroquina.

Consta no art. 205 da Constituição que a educação é um dever do Estado e um direito do cidadão. Aqui ninguém está brincando, só há educadores aqui. A Comissão de Educação é formada por educadores.

A questão não é se vai haver trabalho infantil, violência e abuso. Nós estamos cientes disso! A questão é comparar isso com a contaminação e com a morte, porque isso leva estudantes, professores e pais ou parentes à morte. Essa que é a questão de fundo. Então, não podemos sofismar, porque este Governo é um Governo genocida. Por isso é que há uma CPI...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 518/702

37.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021-
CD 19:52

Publ.: DCD - 21/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento sobre o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, será que algum de nós realmente acredita que se votarmos este projeto, todos os alunos brasileiros voltarão a ter aulas presenciais? Eu não acredito, Presidente. Se fosse tão simples assim levar todos os alunos de volta às aulas, que é o que todos nós desejamos, isso já estaria resolvido. Agora, quando eu vejo que o Chile vacinou 68% da população, o Uruguai, nosso vizinho, vacinou 40%, e o Brasil, apenas 15%, percebo que é a situação caótica de não enfrentamento da pandemia, de número crescente de mortes, de falta de vacina e de falta de uma coordenação nacional para enfrentar a pandemia que está levando à crise de falta de escolas, de falta de comércio e de falta de vida econômica no País.

Vamos enfrentar o problema da forma certa, que é enfrentar a pandemia, Presidente!

Documento 519/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/04/2021- CD	19:52
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação à informação do Deputado Henrique Fontana acerca do êxito da vacinação contra a Covid-19 no Uruguai comparado ao Brasil. Crítica à interrupção do uso da palavra pelo orador por Deputado.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só porque eu estava perto de V.Exa. e ouvi o nosso querido amigo Deputado Henrique Fontana dando louros ao Uruguai, que vacinou 40% de sua população, queria lembrar que a população do Uruguai não chega a 4 milhões de habitantes, ou seja, o Uruguai vacinou menos de 2 milhões de pessoas. Nós estamos dando glória ao Uruguai por isso? Acho que nós temos que ter referências.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Os Estados Unidos vacinaram mais de 50% depois que saiu o Trump, adepto do Bolsonaro!

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA) - Eu ouço todo mundo com respeito. Pelo menos, eu tento respeitar as pessoas. As pessoas, quando querem respeito, respeitam as outras.

Quando eu estou falando, não gosto de ser interrompido, até porque não interrompo ninguém. Eu acho isso uma falta de respeito com quem

está trabalhando e mantém o respeito e o diálogo com os outros. Nem sei quem foi que falou, mas é alguém que não respeita o orador que está se manifestando. E quem não respeita os outros não merece respeito também.

Documento 520/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Relato sobre participação do orador em reunião ocorrida no Ministério da Saúde destinada ao debate sobre a inclusão dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Plano Nacional de Imunização.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, falarei bem rapidamente.

Eu gostaria de avisar a todos os profissionais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social que hoje nós tivemos uma reunião no Ministério da Saúde tratando especificamente da vacinação para esses profissionais - porque é muito importante que eles sejam vacinados para receberem a população mais vulnerável dentro dos CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) e dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social que existem nos Municípios) - e recebemos o retorno do Ministério da Saúde: todos os profissionais de assistência social que trabalham no SUAS estão incluídos no Plano Nacional de Imunização.

Assim, nós damos tranquilidade a esses profissionais para continuarem fazendo com excelência o que já fazem há muito tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 521/702

37.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 16 apresentadas ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, relativo ao reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - "Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 16 (dezesesseis) emendas de Plenário.

Emenda de Plenário nº 1, da Deputada Talíria Petrone e outros, acrescenta dispositivo para assegurar o direito de greve aos trabalhadores da educação.

Emenda de Plenário nº 2, da Deputada Talíria Petrone e outros, acrescenta dispositivo para prever que, durante vigência de pandemia ou situação de emergência ou calamidade pública, a manutenção de atividades educativas presenciais estará subordinada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Comissão Nacional de Retorno às Aulas e das autoridades sanitárias nacionais.

Emenda de Plenário nº 3, do Deputado Danilo Cabral e outros, acrescenta dispositivo para assegurar a autonomia dos entes federados, por meio de seus protocolos sanitários, no retorno às atividades presenciais.

Emenda de Plenário nº 4, do Deputado Renildo Calheiros e outros, inclui emenda substitutiva global, com base no substitutivo apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende ao PL 2.949/20, para organizar estratégia de retorno seguro às aulas.

Emenda de Plenário nº 5, do Deputado Bohn Gass e outros, modifica a ementa e os arts. 1º e 2º do Parecer Preliminar de Plenário, para retirar a declaração da educação como serviço e atividade essencial, acrescenta condições materiais para o retorno às aulas e mantém o respeito à autonomia dos entes federados.

Emenda de Plenário nº 6, do Deputado Julio Cesar Ribeiro e outros, acrescenta as atividades religiosas, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

Emenda de Plenário nº 7, do Deputado Julio Cesar Ribeiro e outros, prevê como requisito essencial ao retorno das aulas a vacinação dos professores e servidores da educação.

Emenda de Plenário nº 8, do Deputado Fernando Rodolfo e outros,

prevê como requisito essencial ao retorno das aulas a vacinação dos professores e servidores da educação.

Emenda de Plenário nº 9, do Deputado Neucimar Fraga, prevê como requisito essencial ao retorno das aulas a vacinação dos professores e servidores da educação.

Emenda de Plenário nº 10, da Deputada Tabata Amaral e outros, estabelece estratégia para retorno seguro às aulas.

Emenda de Plenário nº 11, do Deputado Bohn Gass e outros, apresenta emenda substitutiva global com dispositivos do PL 2.949/20.

Emenda de Plenário nº 12, da Deputada Tabata Amaral e outros, prevê a busca ativa e outras estratégias para evitar o abandono escolar.

Emenda de Plenário nº 13, da Deputada Tabata Amaral e outros, prevê imediato início de vacinação dos profissionais da educação pelos Estados e Municípios que ainda não o fizeram, após a entrada em vigor da lei.

Emenda de Plenário nº 14, da Deputada Joenia Wapichana, prevê respeito às especificidades da educação escolar indígena.

Emenda de Plenário nº 15, da Deputada Tabata Amaral e outros, prevê repasse, em parcela única, no exercício de 2021, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para ações de retorno seguro às aulas.

Emenda de Plenário nº 16, da Deputada Joenia Wapichana, prevê respeito às especificidades da educação escolar indígena e quilombola.

II. Voto da Relatora

Conforme discussão da matéria durante a votação do requerimento de urgência da matéria no Plenário e mediante entendimentos com Deputadas e Deputados, o substitutivo apresentado, em anexo ao parecer de Plenário, contempla, em sua maioria, as sugestões previstas nas Emendas de Plenário nº 2, da Deputada Talíria Petrone e outros; nº 3, do Deputado Danilo Cabral e outros; nº 4, do Deputado Renildo Calheiros e outros; e nº 10, da Deputada Tabata Amaral. A Emenda nº 5, do Deputado Bohn Gass e outros, foi parcialmente contemplada no que tange ao respeito à autonomia dos entes federados.

A Emenda de Plenário nº 1, da Deputada Talíria Petrone e outros, não foi contemplada porque o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, não altera a Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do

direito de greve, de modo que o exercício do direito de greve permanece assegurado no texto constitucional, razão pela qual respeitosa e nos manifestamos pela rejeição.

A Emenda de Plenário nº 6, do Deputado Julio Cesar Ribeiro e outros, não foi contemplada porque não há pertinência temática com a matéria em discussão" - é matéria estranha -, "razão pela qual, em que pese nosso respeito pelas atividades religiosas, respeitosa e, nos manifestamos pela rejeição.

As Emendas de Plenário nº 7, do Deputado Julio Cesar Ribeiro e outros; nº 8, do Deputado Fernando Rodolfo e outros; nº 9, do Deputado Neucimar Fraga; nº 13, da Deputada Tabata Amaral e outros, foram parcialmente contempladas à medida que incluímos como prioridade na estratégia de retorno a vacinação de professores e funcionários das escolas públicas e privadas.

A Emenda de Plenário nº 11, do Deputado Bohn Gass e outros, apresenta emenda substitutiva global com dispositivos do PL 2.949/20, e, por conta da aprovação da Emenda de Plenário nº 4, acreditamos que não é conveniente aprová-la.

As Emendas de Plenário nº 12, da Deputada Tabata Amaral e outros, e nº 16, da Deputada Joenia Wapichana, ainda que meritórias, já estão contempladas no Plano Nacional de Educação, razão pela qual respeitosa e não as aprovamos.

A Emenda de Plenário nº 14, da Deputada Joenia Wapichana, não obteve o apoio regimental previsto no art. 120, § 4.º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual não nos manifestaremos sobre ela neste parecer.

A Emenda de Plenário nº 15, da Deputada Tabata Amaral e outros, não foi contemplada porque, a nosso ver, ainda que meritória, extrapola os objetivos desta proposição.

As Emendas de Plenário nº 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 13 já foram, ainda que parcialmente, contempladas no substitutivo anexo ao parecer de Plenário. Desse modo, neste parecer de emendas, por exercício de formalidade, iremos rejeitá-las.

Pelo exposto, no âmbito da Comissão de Educação e da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela rejeição de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as

emendas de Plenário com apoio regimental.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2021."

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 522/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-08:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação da oradora em ato da campanha nacional Vacina para Todes, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu solicito que este pronunciamento também seja veiculado pelo programa *A Voz do Brasil*, dada a abrangência nacional.

Sr. Presidente, eu quero informar que eu participei ontem de um grande momento em defesa da vida. Participei de um ato, uma campanha nacional chamada *Vacina para Todes*.

Esta campanha nacional, coordenada pela CONFETAM - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, presidida pela estimada Vilani, que se fez presente, começou em São Paulo. Coordenava esta campanha, no caso de São Paulo, a nossa querida Eunice, a Nice, Presidente da FETAM, juntamente com várias outras e vários outros companheiros, como, por exemplo: o Sindicato dos Servidores Públicos da Região do ABC, que foi representado pelo nosso estimado Dinailton, Presidente dos servidores de São Bernardo - inclusive, ele fez uma greve de fome um tempo desses em defesa dos servidores -; também o Presidente do SINDEMA, o Prof. Ritchie; o Presidente de Santo André, o nosso companheiro Durval; também o nosso querido companheiro Sergio Antiquiera, Presidente do SINDSEP.

A propósito, eles estão em greve, Sr. Presidente, para impedir essa história de os professores serem obrigados a voltar ao trabalho sem nenhuma condição. Isso é muito grave! É uma greve em defesa da vida. Por isso, manifesto aqui a minha solidariedade aos servidores que

estão nesta luta.

Nesta campanha nacional *Vacina para Todos*, teremos, inclusive, a presença de autoridades no assunto, especialistas em imunidades, professores doutores. Também contamos com a presença da Deputada Professora Bebel, do Deputado Barba e do estimado Carlos Neder, grande especialista no assunto, médico, e que também foi Deputado, nosso companheiro.

Quero aqui manifestar esse apoio. Vejam que gesto bonito! Eles poderiam estar pensando apenas neles, mas pensaram em todo o povo brasileiro - que coisa bonita! -, diferentemente dos ricos, que querem vacinar a eles próprios, em detrimento da miséria humana.

Por isso, viva o SUS, que é um sistema justo, igualitário, universal, em que todos serão colocados de maneira igual! Só se pode permitir a preferência para essas categorias que estão nas trincheiras.

Faço minha saudação a todos os servidores públicos do Estado de São Paulo e do Brasil por esta luta desenvolvida por vocês. Contem conosco!

Obrigado, Presidente.

Documento 523/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-08:44
Publ.: DCD - 23/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Bons índices de vacinação no Brasil contra a Covid-19, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Protesto contra a politização do assunto por Parlamentares opositoristas.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, Digníssimo Presidente.

É uma satisfação estar nesta sessão.

Eu gostaria de comemorar com o povo brasileiro os bons números que estamos conseguindo no combate à COVID. No Rio Grande do Sul, por exemplo, que é o Estado que mais vacina, mais especificamente em Porto Alegre, a Capital que mais vacina, estamos reduzindo muito o

número de uso de leitos de UTI. Isso se reflete também no resto do Brasil.

Eu fico um pouco triste com Parlamentares que eu chamo de famosos "urubus de plantão", "com olhos na nunca", "contra tudo e a favor de nada", que acham que "quanto pior, melhor", brasileiros com sangue verde e amarelo na veia, que deveriam estar felizes por vencermos a COVID, mas não, alguns ficam tristes. Estavam pensando em 5 mil mortes por dia para culpar o Presidente Bolsonaro.

Vários disseram aqui neste Plenário que um terço das mortes no mundo, 30% dos mortos no mundo eram do Brasil. Como pode um Parlamentar ter tal desatino? Na semana passada, dados das maiores agências, com OMS e UNESCO mostraram que mais de 3 milhões de pessoas morreram no mundo por COVID. No Brasil, foram 380 mil. Isso dá 10%. O Brasil está entre os dez países mais populosos do mundo. Está tudo dentro da lógica. É o quinto País que mais vacina. Em momento algum, faltou vacina no Brasil. Todos estão sendo vacinados.

Inventam uma CPI sem eira nem beira, sem fundamento algum, com o intuito de atacar o Presidente da República. Politizam a saúde. Cadê o amor à causa? Cadê o amor aos brasileiros? Cadê o amor ao País?

Isso me entristece muito, mas felizmente vamos mostrar ao mundo como vencer a COVID - e estamos vencendo. Só lamento que politizem a saúde. Isso é lamentável para quem vem a Brasília, para a Câmara, tentar fazer o melhor, lutar pelo País, demonstrar amor ao semelhante, lutar para que todos vençam a COVID. Infelizmente alguns Parlamentares aqui são do "quanto pior, melhor". Só que vão se dar bem mal, muito mal, porque a saúde vai vencer.

Grato, nobre Presidente.

Documento 524/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-08:56
Publ.: DCD - 23/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Crítica à participação do Presidente Jair Bolsonaro na Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima 2021. Defesa da exoneração do Ministro do Meio Ambiente. Urgente vacinação da população brasileira contra a Covid-19. Volta do Brasil ao mapa da fome.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, bom dia.

Somo-me a todos os colegas que já fazem referência à Cúpula de Líderes sobre o Clima e digo que o Brasil chegará lá desmoralizado. Ele será representado por um Presidente sem escrúpulos que acumula crimes e que, mais uma vez, vai mentir, porque não lhe causa nenhuma vergonha dizer mentiras.

Na verdade, o grito do Brasil já foi ouvido no mundo inteiro. É um grito que pede a demissão do Ministro e, mais do que isso, pede o afastamento do Presidente da República.

O Presidente não vai conseguir esconder a carta que muitos de nós assinamos, encaminhada inclusive à ONU, falando de todos os crimes ambientais e de todos os crimes contra os órgãos ambientais e seus servidores, como a própria demissão do Superintendente da Polícia Federal do Amazonas.

Ele também não vai conseguir esconder todos os crimes que tem cometido contra o povo brasileiro na pandemia. Ele não vai conseguir esconder que, aqui no Brasil, morre o maior número de grávidas e puérperas durante a pandemia. Ele não vai conseguir esconder o seu comportamento contra a ciência. Ele não vai conseguir esconder que a velocidade de vacinação no Brasil é ridícula. Ele não vai conseguir esconder que é covarde em relação ao debate da licença compulsória. Ele não vai conseguir esconder que, durante todo esse tempo, levou à morte os brasileiros e as brasileiras através da indução ao comportamento errático durante a pandemia, com aglomeração e negação ao uso de máscaras. Ele não vai conseguir esconder que, no Brasil, nós estamos tendo 3 mil, 3.500, quase 4 mil mortos ao dia.

Aqui no Brasil, Sr. Presidente, nós precisamos ter uma atitude radical, como Congresso Nacional e como o povo brasileiro, em relação a este Governo. Nós precisamos tomar a atitude de impedir que esse Governo continue. Nós precisamos avançar na vacinação do povo brasileiro. Nós precisamos defender o SUS. Nós precisamos defender a vida.

Esse Governo não vai conseguir esconder lá fora que nós voltamos para o mapa da fome e que 59% dos lares brasileiros vivem em insegurança alimentar. Ele não vai conseguir esconder que não sustentou socialmente o povo brasileiro e que nós não estamos conseguindo enfrentar a pandemia e podemos chegar ao que se chama de terceira onda.

É preciso tomar uma atitude, porque nós somos, hoje, o pária mundial,

uma vergonha mundial!

Documento 525/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:08
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Satisfação do orador pelo retorno à Casa em razão do afastamento temporário do Deputado Denis Bezerra. Liberação de importação da vacina russa Sputnik V pelo Supremo Tribunal Federal. Eficácia de 97,5% do imunizante, segundo dados do Instituto Gamaleya. Elogio à gestão do Governador cearense Camilo Santana. Responsabilidade do Presidente da República pela gravidade da pandemia do coronavírus no País. Saudação ao vice-Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar a todos os Deputados e Deputadas.

Meu querido Presidente Eduardo Maia Bismarck, Parlamentar cearense, eu quero falar da satisfação de estar voltando a esta Casa - vim cobrir uma licença de 4 meses do Deputado Denis Bezerra -, e registrar, neste momento, em meio a notícias ruins, uma parcela de esperança.

No início da semana passada, o Supremo Tribunal Federal liberou o Governo do Ceará, o nosso Estado, que eu tenho a satisfação de representar nesta Casa ao seu lado, Presidente Eduardo, para importar a vacina russa, caso a ANVISA não se manifeste até o dia 29 de abril sobre a autorização para o seu uso no Brasil.

A Sputnik, segundo alguns estudos divulgados pelo Instituto Gamaleya, tem eficácia de 97,5%, uma das melhores taxas de proteção contra o coronavírus entre todas as vacinas disponíveis.

É importante frisar que o Governador Camilo vem fazendo uma gestão impecável durante a pandemia, seguindo as recomendações da OMS, sempre pautado na ciência. Já assinou o termo de compra de um lote de 5,87 milhões de doses.

Eu não poderia deixar de dizer também que o grande culpado por esta

tragédia, a maior crise sanitária do Brasil nos últimos cem anos - o País vai entrar para a história como o pior exemplo do mundo com relação a esta pandemia -, é o Presidente da República. Ele é o grande responsável por tudo isso! Além de desdenhar do vírus, incentivar aglomeração e o não uso de máscara, o Presidente Bolsonaro negou, em 2020, a oferta da Pfizer que garantiria cerca de 70 milhões de doses para a população brasileira até o final do primeiro semestre deste ano. Setenta milhões de brasileiros estão deixando de ser vacinados pela incompetência do Presidente! E esse é apenas um exemplo.

Diante dessa irresponsabilidade, há um culpado: o Presidente da República.

Como médico, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, pesquisador da FIOCRUZ, reitero a importância da vacinação como principal instrumento para salvarmos vidas.

Presidente Bismarck, eu fui abordado por um sertanejo recentemente, quando fui a Quixadá inaugurar, com o Prefeito Ricardo Silveira, 10 leitos de UTI - também um esforço do Governador Camilo Santana e do nosso Secretário de Saúde, o Dr. Cabeto. O sertanejo me disse: *"Dr. Odorico, Deputado, esse homem é muito ruim. Não, doutor, lá no Sertão, quando a pessoa fica como este Presidente da República está, a gente diz que ela nem faz cocô nem sai da moita"*. O seja, o Presidente nem compra vacina nem deixa os outros comprarem.

Todo dia o Governo planta um pé de crise em relação às vacinas. Hoje mesmo, quando eu abro o jornal *O Estado de S.Paulo*, vejo que o Ministério da Saúde quebrou cláusulas importantes de confidencialidade dos contratos com a Pfizer e a Janssen - que é um braço da Johnson & Johnson. Agora, elas podem ter motivo para deixar de vender vacina para o Governo brasileiro. Isso é, sem dúvida nenhuma, mais um ato de irresponsabilidade do Governo frente à pandemia.

E eu quero encerrar saudando o nosso Vice-Presidente Marcelo Ramos e dizendo que a nossa bandeira também vai ser: *Vacina no braço e comida no prato!*

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 526/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:16
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES

Sumário

Repúdio ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais e à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e da alteração da Lei nº 5.899, de 1973, da Lei nº 9.991, de 2000, e da Lei nº 10.438, de 2002.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago a esta tribuna virtual hoje um tema muito presente nos debates do Congresso Nacional, mas parte de uma trama grave, preocupante e séria que nós devemos tratar nesta Casa Legislativa - e estamos a tratar.

Trata-se do projeto de lei que autoriza a privatização dos Correios e da Medida Provisória nº 1.031, que viabiliza a venda do Sistema ELETROBRAS.

Numa daquelas reuniões ministeriais a que o Brasil teve acesso, o Ministro Paulo Guedes dizia que na guerra não se pode perder a bússola. E nessa guerra que nós estamos vivendo, que já ceifou mais de 370 mil vidas, em vez de o Governo brasileiro se preocupar com a pandemia que estamos vivendo e tomar a frente do seu enfrentamento, ele atua e trabalha no sentido de sabotar boas práticas sanitárias e não perde a bússola, qual seja, o interesse claro de vender o patrimônio brasileiro a preço vil.

Além de outras considerações que poderia fazer nesta data, eu quero chamar a atenção para o fato de que o dólar está supervalorizado, e o nosso real, desvalorizado. Nós vamos entregar esse patrimônio. Como disse o Ministro Paulo Guedes, não podemos perder a bússola, e a bússola deles é uma bússola entreguista que promove a privatização de bens públicos da nossa Nação brasileira.

É importante que todos nós Parlamentares tenhamos clareza de que, se os Correios forem privatizados, agências do interior do País serão fechadas, e os Deputados e as Deputadas que concordarem com essa privatização serão responsabilizados pela dificuldade que o povo brasileiro terá de despachar as suas encomendas.

De outra sorte, terei oportunidade de voltar em outros momentos para alertar os senhores e as senhoras e toda a população brasileira de que a Medida Provisória nº 1.031, de 2021, se for aprovada e promover a venda da ELETROBRAS, vai levar, sim, ao aumento da conta da energia elétrica. Nós não podemos vender usinas pelas quais o povo

brasileiro já pagou. Nós já pagamos esses ativos!

Por isso, Presidente, somos contra a privatização dos Correios e contra a privatização da ELETROBRAS.

Documento 527/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:16
Publ.: DCD - 23/04/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma a Marco Aurélio Carvalho de Freitas.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar a minha homenagem ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Marco Aurélio Carvalho de Freitas, que faleceu, vítima de COVID, no último dia 20, portanto, há 1 mês.

Ele nasceu em Batalha, Estado do Piauí, em 19 de fevereiro de 1958, filho de Antônio de Freitas Machado e Maria das Graças Carvalho Freitas. Era pai de Marco Aurélio Teles Freitas e Ricardo Teles Freitas.

Graduou-se em geologia, em 1984, na Universidade de Fortaleza.

E falar de Marco Aurélio me lembra do passado, pois com ele aprendi a ter essa visão humanista e de inquietação com as desigualdades que o nosso povo tanto sofre.

Marco Aurélio foi um dos melhores alunos de toda a história do curso de Geologia, epicentro do movimento estudantil na instituição e pioneiro na criação das chamadas entidades de base, dos centros acadêmicos, então proibidos pela ditadura militar.

Assim, o Centro de Estudo Geológico foi rebatizado de Centro de Estudantes de Geologia da UNIFOR. Em 1978, foi deflagrada a primeira greve geral em uma universidade do Ceará depois de 1968. A paralisação foi deflagrada, a primeira greve geral na universidade, e durou 3 dias, mas foi o embrião de um movimento gigantesco que culminou, em março de 1980, com a maior greve estudantil da América Latina, tendo durado 67 dias, sendo 9 dias de greve de fome. Eram passeatas gigantescas, chegando a 10 mil estudantes na rua,

pedágios, caravanas à Brasília, paralisação. O movimento contou com a solidariedade das demais universidades, tais como: Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade Estadual do Ceará - UECE; Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA; Universidade Regional do Cariri - URCA. E o fato inédito, até hoje, foi a realização de uma audiência com o Ministro da Educação em plena ditadura militar.

Eu, particularmente, sou fruto dessa luta. Na época, era Presidente do Centro Acadêmico de Engenharia e, junto com o Marco Aurélio e lideranças como Paulo Mamede, Valentino Normando, entre outros, lutamos incansavelmente nesse movimento histórico.

Marco Aurélio foi o grande timoneiro dessa rebeldia deflagrada contra aumentos abusivos das mensalidades e a favor de melhores laboratórios, ventiladores em sala de aula, que terminou com o sonoro e anunciado: "*Abaixo a ditadura!*"

O Prof. Sílvio Jorge me enviou um texto que ressalta a visão da universidade que se perdeu entre os alunos nas últimas décadas. Lembra que Marquinho - ele era assim chamado por nós - tinha uma forte característica de transformador social, porém o que ele fazia como líder dos movimentos era respaldar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 528/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:20
Publ.: DCD - 23/04/2021 - RUBENS OTONI-PT -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com o descaso do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia do Coronavírus. Anúncio de atraso na vacinação de grupos prioritários pelo Ministério da Saúde. Repúdio ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais e à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e da alteração da Lei nº 5.899, de 1973, da Lei nº 9.991, de 2000, e da Lei nº 10.438, de 2002.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV *Câmara*, pelas redes sociais, trago aqui a minha indignação diante do descaso, diante da omissão do Governo Bolsonaro no enfrentamento à pandemia.

O Ministério da Saúde, no mês passado, em março, anunciou que faria a vacinação dos grupos prioritários até o final de maio. E, ontem, o Ministro da Saúde anunciou que esta vacinação não se completará mais no mês de maio, mas sim até o final de setembro.

Isso é um absurdo, uma demonstração do descaso, da omissão, porque o Governo não se preparou para enfrentar a pandemia. Lembro que esses grupos prioritários correspondem a apenas um terço da população - apenas um terço da população - que será vacinada até setembro. E quando o restante da população será vacinada?

Mas a minha indignação, Sr. Presidente, vai mais adiante, porque além de o Governo Federal não fazer a sua parte, não cumprir com a sua obrigação no enfrentamento da pandemia, traz para esta Casa uma pauta que não tem nada a ver com o momento que nós estamos vivendo. Ao invés de se preparar para enfrentar a pandemia, traz projetos para privatizar os Correios, para privatizar o Sistema ELETROBRAS, para fazer reforma administrativa, que é um pacote de maldades com o funcionalismo público. Isso é um absurdo, e nós não podemos aceitar.

O momento que nós estamos vivendo é dramático, e a nossa tarefa é salvar vidas. Para salvar vidas, nós precisamos garantir vacina - vacina já e para todas as pessoas! Precisamos garantir emprego para o povo brasileiro; para aqueles que não têm um emprego, precisamos garantir o auxílio emergencial; e para aqueles que nem o auxílio emergencial terão, precisamos fazer uma campanha de solidariedade para combater a fome, que chega a milhões e milhões de famílias. É isso que nós precisamos fazer. É essa a nossa responsabilidade.

E é preciso que o Governo Bolsonaro entenda a sua responsabilidade, o seu papel. Passou da conta o descaso e a omissão. Não podemos permitir que esse descaso e omissão do Governo Federal tenham cada vez mais consequências na vida do povo brasileiro, principalmente do povo mais simples, humilde e trabalhador, que enfrenta as consequências maiores da pandemia.

Peço, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

25.2021.B

Sessão Outro Evento

22/04/2021-09:28

Publ.: DCD - 23/04/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indignação com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Redução de recursos orçamentários para a educação no Orçamento de 2021.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas Parlamentares.

São muitos os absurdos promovidos por esse Governo e por sua base aliada. Esta semana o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, foi aprovado aqui nesta Casa, com a justificativa da base aliada de que aquilo seria defender a essencialidade da educação.

Eu pergunto: que essencialidade V.Exas. defendem? Por acaso o projeto aprovado por V.Exas. prevê aumento salarial para os trabalhadores e para as trabalhadoras em educação? Não.

Há poucos dias V.Exas. aprovaram também a Lei Orçamentária Anual, que reduziu recursos para a educação e aumentou para as Forças Armadas. É isso o que V.Exas. chamam de essencialidade, reduzir os recursos da educação e aumentar os das Forças Armadas?

Por acaso, o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, prevê melhoria nas condições de trabalho de todos aqueles que atuam na educação? Eu respondo: não. Prevê formação permanente, mais recursos didáticos para os professores? Também não. Por acaso o projeto que V.Exas. aprovaram prevê mais recursos para a educação pública no ano de 2021 e nos anos seguintes? Nada disso. V.Exas. votam sistematicamente contra a educação pública. É isso o que V.Exas. chamam de essencialidade?

V.Exas. são desumanos. O verdadeiro objetivo de V.Exas. e desse projeto é privatizar a educação pública brasileira, é fazer com que professores e alunos voltem às salas de aulas, voltem às aulas presenciais, sem vacinas e sem condições adequadas, no pior momento da pandemia vivido em nosso País.

Parem de mentir para o povo brasileiro! V.Exas. são contra a educação pública. V.Exas. querem castigar professores, alunos e suas famílias.

Querem provocar mais mortes pela COVID-19.

Sabemos que não está fácil para as crianças ficar em casa, sem as aulas presenciais. Todos nós gostaríamos que as crianças estivessem nas salas de aula. Mas é preciso lembrar: o ano letivo nós podemos recuperar; as vidas, não. Parem de mentir! Parem de mentir para o povo brasileiro!

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 530/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:36
Publ.: DCD - 23/04/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Voto contrário ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Indignação com a concessão do título de Cidadão do Amazonas ao Presidente Jair Bolsonaro pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Medidas hostis do Presidente da República ao Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Quero aqui, mais uma vez, deixar minha solidariedade às tantas vítimas do coronavírus no Brasil e do descaso do Governo Federal.

Quero aqui deixar também a minha solidariedade e o meu apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que trata do piso salarial dos enfermeiros, enfermeiras, técnicos, auxiliares. Consideramos importante, fundamental, apoiar esse projeto. Lamentamos que entidades médicas privadas e instituições de saúde privadas estejam trabalhando contra o piso salarial dos enfermeiros.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de manifestar meu

apoio a todos os trabalhadores dos Correios, e o meu repúdio e voto contrário ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, que pretende privatizar os Correios, uma empresa importante, fundamental para o nosso País e para o Estado do Amazonas, onde as agências dos Correios são fundamentais para ajudar a população no interior.

Quero dizer também que me manifestei contrariamente ao Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que trata da educação como atividade essencial, o que, na verdade, pretende obrigar o retorno às aulas, sem a garantia de segurança e de proteção aos alunos e aos professores, porque não há garantia de vacinação.

Sr. Presidente, está prevista a vinda do Presidente Bolsonaro ao Amazonas amanhã, e a Assembleia Legislativa aprovou um projeto para conceder o Título de Cidadão do Amazonas a Bolsonaro. É lamentável essa decisão da Assembleia, é uma afronta ao povo do Estado do Amazonas, onde mais de 12 mil pessoas já perderam a vida, devido a descaso do Governo Federal em relação à COVID.

O Presidente Bolsonaro é inimigo da economia e do Estado do Amazonas, é inimigo da Zona Franca, com a adoção das várias medidas que prejudicam a competitividade das empresas. Ele cortou recursos para a educação, para a universidade federal, para institutos tecnológicos, para a pesquisa, para o INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Ele desmontou as estruturas de fiscalização ambiental, favorecendo as queimadas no Amazonas e na Amazônia, a invasão de terras indígenas e a ocupação ilegal de terras. Ele está privatizando toda a estrutura pública, entregando para os interesses privados. É o caso do aeroporto, da refinaria de Manaus, de toda a exploração de petróleo e da distribuição de energia. Agora há também a questão do auxílio emergencial. Ele está prejudicando milhares de famílias que dependem desses recursos, reduzindo o valor e reduzindo a quantidade de famílias atendidas. A vacinação está lenta, há pouca vacina para atender rapidamente a população. E há ainda o problema da falta de oxigênio nas UTIs, o que mostra o descaso efetivo para salvar vidas nesse momento tão dramático da pandemia da COVID.

A sociedade está se mobilizando, já denunciamos também ao Ministério Público e não podemos aceitar a concessão desse título. Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Sumário

Iminência do alcance da marca de 500 mil mortos pela Covid-19 no País. Lentidão do processo de vacinação no Brasil. Avanços na imunização da população em outros países. Defesa da aceleração do processo de liberação de novas vacinas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no atual ritmo em que a pandemia se encontra no Brasil, em cerca de 40 dias, chegaremos à triste marca de 500 mil brasileiras e brasileiros mortos pela COVID-19. Enquanto isso acontece, enquanto essa tragédia acontece, realizamos a pior campanha de vacinação da nossa história.

O mundo segue a todo o vapor vacinando o seu povo, os países vacinando a sua população, e o Brasil, por falta de vacinas, realiza uma campanha lenta, a campanha-preguiça. Vacinamos, até o momento, apenas 160 pessoas a cada grupo de mil habitantes.

Israel está lá na frente. Já vacinou 55% da sua população. Alguém poderia dizer: *"Mas Israel é um país rico, que recebe grande ajuda dos Estados Unidos"*. Isso é verdade. Acontece que a Europa inteira está na nossa frente. Há países da África, como o Marrocos, que já vacinou 11,5% da sua população. Destaco países do Oriente Médio, como a Turquia, e países da América do Sul, como o Uruguai - nossos irmãos uruguaios. Nossos irmãos do Chile também estão bem adiantados em relação ao Brasil.

O Brasil até agora aplicou apenas 160 doses de vacina por grupo de mil habitantes. Resultado: apenas 6,5% da população brasileira está vacinada com a segunda dose. De cada 100 habitantes, apenas 6 estão vacinados, estão imunizados.

Sr. Presidente, colegas Deputados, para vacinar 70% da população - e é a partir desse percentual que se atinge a imunidade coletiva ou, pelo menos, quando se espera atingir a imunidade coletiva -, precisamos aplicar 300 milhões de doses de vacina, porque precisamos vacinar cerca de 150 milhões de brasileiros e brasileiras. Esse é o nosso desafio.

Enquanto perseguimos tal desafio, a ANVISA insiste em ser lenta na aprovação das novas vacinas. Até o momento, apenas duas vacinas estão autorizadas. Os Governadores do Nordeste tiveram que ir à

Justiça para conseguir autorização para utilizar 37 milhões de doses da Sputnik, que já estão compradas. Essa é uma vacina autorizada em 60 países, inclusive na Índia, que é um país grande produtor de vacinas. Contudo, até agora, não há autorização da ANVISA.

Precisamos acelerar esse processo. Precisamos vacinar a população do Brasil, para retomar as nossas vidas.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 532/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-09:44
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Contrariedade com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Defesa da manutenção dos Correios como patrimônio público.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para fazer uma exposição rápida sobre a situação que nós estamos vivendo, nesta semana, no nosso Brasil, no nosso Congresso Nacional, na nossa Câmara dos Deputados. Nós estamos dando um exemplo muito ruim para o País e mostrando ao mundo, infelizmente, quanto o Brasil está sem sintonia com os reais interesses do povo brasileiro.

Vimos esta semana, na última quarta-feira, dois momentos muito ruins para o estágio que o Brasil está vivendo.

É um estágio que requer, Sr. Presidente, um Estado forte, um Estado altivo, um Estado que realmente possa fazer com que o povo brasileiro se sinta seguro de que tem a proteção do Estado.

O que nós vimos, na última semana, foi a aprovação de dois projetos de lei. Aliás, aprovamos uma urgência, e não o projeto em si, mas a

urgência para discutirmos a privatização dos Correios, o que é um absurdo. E aprovamos um outro, que prevê a abertura das escolas, sem garantir -- sem garantir --, Sr. Presidente, vacinação e condições plenas para os estudantes, para os professores, para os funcionários e para toda a comunidade da educação em nosso País, num momento de pandemia.

Este é um instante, Sr. Presidente, em que nós temos que refletir o que está acontecendo no mundo. Ao mesmo tempo que alguns se dizem liberais, esquecem-se de que hoje a plataforma liberal do mundo são os Estados Unidos, que estão lá botando 2 trilhões de dólares para ajudar trabalhadores, associações, para fazer infraestrutura a partir do Estado, investimentos públicos. Enquanto isso, o Brasil está vendendo seu patrimônio, vendendo seus Correios, querendo abrir as escolas para atender interesses que não são os interesses reais de quem precisa enfrentar uma pandemia, de quem precisa respeitar seus professores, respeitar seu ambiente de educação e fazer com que as coisas funcionem de forma plena.

Sr. Presidente, o Brasil está na contramão, infelizmente, do que está acontecendo no mundo. Quer vender os Correios, enquanto o correio alemão é dono da DHL, uma das maiores empresas de logística do mundo. A França é dona da Jadlog, uma das empresas que atua no Brasil de forma muito consistente.

Então, o Brasil está na contramão, Sr. Presidente. E esta Casa não pode ser cúmplice deste Governo, que está entregando nosso patrimônio, que continua pregando o negacionismo e não tem nenhuma visão do que pode acontecer no futuro e durante esse finalzinho de construção, para que possamos enfrentar melhor essa pandemia tão avassaladora em nosso Brasil.

Documento 533/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:00
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro. Denúncia de perseguição ao Superintendente da Polícia Federal do Estado do Amazonas pelo Governo Federal. Ataques à soberania nacional demonstrados no desprezo ao meio ambiente, na tentativa de retomadas das aulas presenciais durante e epidemia de Covid-19 e na proposta governamental de privatização da

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu fico muito feliz de vê-lo nesta sessão. E fico muito feliz de vê-lo carregando no rosto a defesa do SUS, que faz parte da sua própria história. É uma alegria, portanto, vê-lo neste momento.

Venho aqui também fazer as minhas homenagens à mãe Terra e dizer que, quando se mexe com a Terra, mexe-se com a vida. Por isso, o exercício de mexer com a Terra nos aproxima mais do sagrado. Nesse sentido, é preciso cuidar da Terra, o que não tem sido feito pelo Governo Jair Bolsonaro.

Nós tivemos, em março, o maior desmatamento da Amazônia Legal nos últimos 10 anos. Nós estamos vivenciando, portanto, uma política antiambiental que está em curso no Ministério do Meio Ambiente.

Para além disso, nós estamos vendo a perseguição de funcionários, do Superintendente da Polícia Federal do Amazonas, porque estava pontuando associação de crime com o Ministro do Meio Ambiente. É inadmissível que isso aconteça! É uma apropriação do Estado! Estado esse que tem sido vendido aos pedaços ou que intenta o Governo vendê-lo aos pedaços. Nós temos uma declaração do Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que diz que o Brasil está muito barato. O Brasil está muito barato, e o Jair Bolsonaro arranca do Brasil o seu próprio patrimônio.

Isso é um ataque à soberania nacional, que se expressa pelo desprezo ao meio ambiente, pelo desprezo à educação. É um ataque desses que querem aprovar a volta da aula presencial sem medidas de segurança.

Aqui, no Distrito Federal, as escolas privadas estão funcionando presencialmente, e já temos dez educadores que se foram pela COVID-19. Então, isso também se expressa e fere a soberania nacional.

E a tentativa de privatizar os Correios é um golpe profundo neste País. Nós estamos falando de uma empresa que está em 5.700 Municípios do Brasil; de uma empresa que tem um frete médio abaixo do que é ofertado pelo mercado; de uma empresa que está trabalhando com excelência de qualidade; de uma empresa que ajuda o desenvolvimento; de uma empresa que preza não apenas os direitos dos consumidores, dos cidadãos, mas também do próprio empresariado.

Então, nós estamos aqui com a ameaça de que uma empresa que há 4

anos consecutivos dá lucro venha a ser uma sociedade de economia mista. E aí os interesses não serão os interesses do povo, mas sim os dos acionistas.

E é bom lembrar que o lucro dos Correios vem de 400 Municípios. Os demais, que não dão lucro, serão o quê? Desassistidos? Ou o Estado vai assumir esta proposta?

Por isso, eu digo: não à privatização dos Correios!

Documento 534/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:08
Publ.: DCD - 23/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Proximidade de alcance do patamar de 400 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela gravidade da epidemia de coronavírus no Brasil. Instalação, pelo Senado Federal, da CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de Covid-19. Imediata imunização do povo brasileiro contra a doença viral. Urgente restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a redução do orçamento do Ministério da Saúde. Reunião dos partidos opositoristas com representantes da sociedade civil para o debate do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos os Parlamentares e a todos que nos acompanham.

Infelizmente, nós estamos nos aproximando da trágica marca dos 400 mil brasileiros que perderam a vida nesta pandemia. E a tragédia não para aí. Agora, o Ministério da Saúde anuncia o rompimento de compromissos com o cronograma anterior de vacinação. Tudo o que o especialista em logística disse que ia fazer, e não fez, está sendo mais um vez desmascarado.

O grande responsável por esse genocídio é o Presidente Bolsonaro. Ele, desde o início, menosprezou a pandemia. Ele, desde o início, trabalhou como aliado do vírus, disseminando medidas que visavam aumentar a contaminação. Ele foi contra as ações que visavam contratar as vacinas da Pfizer e da Sputnik russa, dificultou o trabalho com o Butantan, jogou contra a vacina, jogou a favor do vírus.

Por isso, é importante a CPI que o Senado está instaurando, para mostrar e documentar o que o País todo já sabe: o quanto esse genocídio tem como responsável principal o Presidente da República.

Nós precisamos garantir vacina para todos e auxílio emergencial já, Presidente, mas não essa esmola. Precisamos retomar, pelo menos, os 600 reais, para garantir alimentação ao povo brasileiro, dando-lhe suporte. Vacina já! Comida no prato! Essas são duas bandeiras fundamentais neste momento para assegurar a proteção social e a proteção sanitária indispensáveis.

Nós também teremos amanhã um evento importante. Os partidos de oposição vão se reunir com a sociedade civil para buscar fortalecer a medida mais importante com vista a salvar vidas neste momento, que o é *impeachment* do Presidente Bolsonaro.

É fundamental garantir a proteção da população brasileira, defender mais recursos para o Sistema Único de Saúde - que este Governo cortou em 22%, sendo o único país do mundo a cortar recursos para a saúde em plena pandemia - e assegurar as medidas necessárias para que o *impeachment* seja pautado e o Presidente Bolsonaro seja afastado.

Fora, Bolsonaro! Vacina já! Auxílio emergencial para a população!

Documento 535/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:12
Publ.: DCD - 23/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Saudações aos Parlamentares, professores e pais apoiadores da matéria. Congratulações às Deputadas Paula Belmonte e Adriana Ventura, autoras do projeto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero aqui fazer uma saudação a todos os Parlamentares que votaram durante o dia e até a noite de terça-feira pela educação no País, pelo direito que as crianças têm de voltar a assistir às aulas presencialmente e com segurança

durante este período de pandemia, em que todos os protocolos precisam ser rigorosamente respeitados.

Quero aqui saudar os professores, e muitos fizeram contato conosco, pedindo que esse projeto fosse aprovado. São professores vocacionados, professores dedicados, assim como policiais, médicos e enfermeiros, todos trabalhando na linha de frente e que querem também estar na linha de frente na área respectiva, na educação, garantindo para as nossas crianças e os nossos jovens um futuro melhor.

Parabenizo a Deputada Paula Belmonte e a Deputada Adriana Ventura, as proponentes do projeto de lei que garante, portanto, que o bom senso possa prevalecer e os brasileiros tenham o direito à educação garantido. E os pais das crianças, que tanto têm pedido o retorno seguro às aulas, merecem também os nossos aplausos. Eles têm nos procurado, dedicado o seu tempo, que, obviamente, muitas vezes, já está tomado por outras atividades profissionais, para pedir que suas crianças, seus filhos, tenham a dignidade de um bom acesso à educação.

Eu fiquei muito triste em acompanhar, ao longo daquele dia de votação, na última terça-feira, os discursos demagogos de muitos que vieram aqui defender corporações sindicais, que vieram à tribuna da Câmara espalhar mentiras, *fake news* sobre a disseminação de vírus nas escolas, o que nada tem a ver com ciência. Justamente aqueles que defendem a educação estão atuando, com *fake news*, com mentiras, contra aquilo que diz a ciência.

Portanto, vitoriosa é esta Casa, vitoriosos são os Deputados que votaram favoravelmente ao projeto de lei que garante o retorno às atividades presenciais nas escolas com segurança, vitoriosas são as crianças, vitoriosos são os professores, vitorioso é o povo brasileiro e vitoriosa é a educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 536/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:20
Publ.: DCD - 23/04/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministério Público de investigação da conduta do Governo do

Estado do Amapá no enfrentamento da epidemia de Covid-19. Realização da Cúpula de Líderes pelo Clima 2021, nos Estados Unidos da América. Sucessivos ataques ao meio ambiente promovidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Oportunidade de apreciação pela Casa de projetos de lei sobre o combate à grilagem de terras, a criação do Plano Nacional de Erradicação da Contaminação por Mercúrio, e o incentivo ao extrativismo familiar na Região Amazônica.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Cumprimento V.Exa., Presidente Eduardo Bismarck, e todas as Sras. e os Srs. Deputados que acompanham esta sessão.

Eu quero denunciar que, no Amapá, por incompetência do Governo do Estado, os pacientes internados com COVID ficam à mercê da própria sorte. Familiares estão fazendo vaquinhas através das redes sociais, servidores da saúde denunciam a falta de medicamentos, e o Governo do Estado faz contrainformação, dizendo que está tudo certo, que está tudo bem. Na verdade, os pacientes e seus familiares não estariam apelando para amigos, familiares, por meio de vaquinhas virtuais, se estivesse tudo bem dentro dos hospitais.

Por isso, nós estamos enviando ofício ao Ministério Público para solicitar que entre imediatamente nessa causa e busque identificar o que, de fato, está acontecendo. Entre a palavra de um Governo que tem o costume de enganar a população, a sociedade, e a palavra da população, dos trabalhadores da saúde, eu fico com o povo amapaense e com os trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Amapá. O Ministério Público precisa imediatamente investigar essa situação, se eventualmente confirmada, apurar a responsabilidade e punir os responsáveis por isso.

Mas, Sr. Presidente, nesta manhã, eu também quero tratar da Cúpula do Clima. Nós temos acompanhado, durante todo o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, reiterados ataques ao meio ambiente, como o desmonte dos fóruns de acompanhamento e debate com a sociedade civil das políticas para o meio ambiente e para todas as políticas do Governo Federal; o desmonte da fiscalização do IBAMA e do ICMBio, aos quais inclusive faz tempo que não há concursos para ampliar as equipes; o abandono dos investimentos com recursos do Fundo Amazônia; até o famigerado discurso que o Ministro fez na reunião, há 1 ano, dizendo que, já que o Congresso Nacional tinha compromisso em segurar as medidas mais danosas, ele faria passar a boiada através dos regimentos infraconstitucionais.

O Presidente Bolsonaro não vai enganar os líderes internacionais. Ele precisa, se é o caso de realmente receber apoio, apresentar metas concretas. E esta Casa também pode fazer o papel dela, votando o PL

da grilagem zero, votando o PL do mercúrio, votando o PL de incentivo ao extrativismo familiar na Amazônia.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 537/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:28
Publ.: DCD - 23/04/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não utilização pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, de recursos federais destinados ao combate à Covid-19. Anúncio de apresentação de denúncia sobre a questão à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Expectativa de análise da denúncia pelo Senado Federal no âmbito da CPI destinada à investigação de responsabilidades e omissões no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia).

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, chamo a atenção do País para este pronunciamento que faço usando Ribeirão Preto como exemplo daquilo que certamente está acontecendo no Brasil todo.

Na última semana, Sr. Presidente, fiz uma denúncia. Ribeirão Preto, uma cidade com mais de 700 mil habitantes, recebeu uma grande quantia do Governo Federal para "combate" - entre aspas - à COVID-19. Se somarmos o que recebeu do Governo Federal com o que recebeu do Governo Estadual entre 2020 e 2021, veremos que o valor ultrapassa 166 milhões de reais. E a Prefeitura de Ribeirão não adquiriu nenhum respirador! Foi isso que aconteceu, senhoras e senhores, mesmo com pessoas morrendo na fila, em busca de atendimento.

Além disso, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Ribeirão Preto, com essa quantia milionária, não adquiriu nenhum teste de COVID, absolutamente nada. Sabemos que países que combateram de maneira séria o vírus fizeram testagem em massa para localizar o vírus nas regiões onde há maior incidência.



E há mais. Desses 166 milhões de reais que a Prefeitura recebeu, apenas 0,3% foi destinado à compra de medicamentos em 2020. Se for considerado este ano, chega-se a 0,6%. E estamos enfrentando problemas como este: falta de *kit* para intubação, algo sério.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, fazer mais uma denúncia, a de que a Prefeitura de Ribeirão Preto não comprou refrigeradores para armazenar vacina. Está realizando agora, de forma atrapalhada, um processo de compra com dispensa de licitação. Ainda não foi finalizado, e estamos na iminência de receber mais vacinas.

Abordo este tema na tribuna da Câmara e vou abordá-lo também na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Certamente esse tipo de problema está acontecendo em várias cidades do nosso Brasil. Não tenho nada contra o Prefeito do Município, mas sou totalmente a favor da verdade, do esclarecimento.

Sr. Presidente, faço agora uma comparação entre São José dos Campos e Ribeirão Preto. Nesses 2 anos, São José dos Campos recebeu 65 milhões; Ribeirão, 166 milhões. A Prefeitura de São José dos Campos, com esse dinheiro, comprou 30 respiradores, 30 monitores, entre outros aparelhos. Ribeirão não comprou absolutamente nada. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado, São José investiu R\$4.205,81 por paciente, quase mil reais a mais do que Ribeirão, que recebeu muito mais que o dobro do que recebeu o Município de São José dos Campos. Até 31 de março deste ano, Ribeirão gastou 11,6 milhões, no total, com a pandemia, 186 reais por pessoa contaminada; São José dos Campos, 711 reais por pessoa contaminada.

É muito grave a situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Quando os Municípios investem, o cenário não é tão grave. Trago aqui os dados de internação.

Em São José dos Campos, o percentual de ocupação dos leitos de UTI é de 77%; em Ribeirão Preto, é de quase 90%. Nenhum respirador foi comprado para a cidade, nenhum teste de COVID foi comprado, mesmo havendo essa grande quantia.

Todos esses dados este Parlamentar vai compartilhar com a CPI sobre o tema no Senado Federal, para que possamos fazer uma análise, um raio-x da atuação de todos os que erraram nesta pandemia, todos, de cabo a rabo.

Sr. Presidente, peço que essa denúncia seja divulgada também no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 538/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela morte de brasileiros por Covid-19. Anúncio da criação de Associação Nacional de Apoio e Defesa das Vítimas de Covid-19.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, está havendo um extermínio de seres humanos neste País. Mais de 350 mil brasileiros perderam a vida. Temos que discutir, para além da pandemia, a responsabilidade por este genocídio.

Se tivéssemos vacina no ano passado, milhares de brasileiros não teriam perdido a vida. Se o Presidente incentivasse o cuidado, o uso de máscaras, a não aglomeração, se tivesse uma estratégia para unir o País para que seja feito o enfrentamento da pandemia e não essa guerra permanente produzida pelo Presidente, poderia ter evitado a morte de milhares de brasileiros.

Eu quero fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas, a todas as lideranças deste País, para construirmos um movimento em defesa da vida e da justiça, para que não continue havendo morte de brasileiros decorrente da prática de um Governo que tem como estratégia a proliferação do vírus e, conseqüentemente, da morte.

Nós vamos criar uma associação nacional de apoio e defesa dos direitos das vítimas de COVID-19. Todos estão convidados para defender a vida e a justiça, prestar solidariedade em relação a todas as vítimas de COVID, promover assistência psicológica, jurídica, social e econômica - há muitos órfãos neste País - e articular a produção de provas e documentos para responsabilização criminal e política dos agentes públicos que favoreceram esta crise sanitária e a morte de tantos brasileiros.

Se somos 2,7% da população do planeta, não podemos concentrar em nosso território mais de 20% das mortes no planeta resultantes dessa doença. Há responsáveis. Vamos subsidiar a CPI, sim, para que haja

responsabilização e reparação moral e material; o estabelecimento, pelos Municípios, pelos Estados e pela União, de políticas públicas. É preciso que seja responsabilizado o agente maior deste genocídio no País, deste crime contra a humanidade, deste extermínio de seres humanos.

Todos que defendem a vida e a justiça são bem-vindos, para que participem da construção dessa associação nacional e, depois, de associações estaduais e associações municipais, a fim de que seja feito, com solidariedade, um grande mutirão em defesa da vida e também da justiça e da responsabilização...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 539/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:44
Publ.: DCD - 23/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relato sobre declarações e ações do Presidente Jair Bolsonaro prejudiciais ao enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil. Defesa da retirada do Presidente da República para o combate eficaz da crise sanitária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu lhe agradeço a concessão da palavra - no momento em que fui chamado, estava numa reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Quero voltar a falar, Presidente, sobre este grande desafio do nosso País: o enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Infelizmente, como disseram muitos colegas que me antecederam nesta sessão, o país que realiza o pior manejo do combate à COVID é o nosso, exatamente por ter um Presidente da República que nega a pandemia.

Hoje de manhã, reli um conjunto de frases que foram ditas pelo Presidente ao longo desta pandemia, que já dura mais de 1 ano. Em muitos momentos, o Presidente Bolsonaro disse que a pandemia

deveria ser enfrentada com a contaminação de 60% ou 70% do povo brasileiro. É totalmente equivocada, irresponsável e criminosa esta visão: quanto mais gente se contaminar, mais rápido o Brasil sairá da crise. A ideia dele, orientada seguramente por visões equivocadas quanto ao aspecto epidemiológico, era a de que o Brasil deveria perseguir a imunidade de rebanho, e isso nos levou a boa parte do atual desastre.

A segunda questão é que ele sempre desdenhou do impacto da pandemia. Definiu a COVID como gripezinha. Disse, em pronunciamento à Nação, que, se fosse acometido pelo coronavírus, nada aconteceria com ele. Houve momentos em que ele minimizou a lotação dos hospitais.

De todas as irresponsabilidades, houve duas mais dramáticas, se é que existe, no caso, uma hierarquia. Uma delas foi a negação da vacina. Ele disse diversas vezes que não se vacinaria, disse que as vacinas poderiam causar efeitos colaterais. Portanto, afirmou que não concordava com a compra da vacina da Pfizer, cancelou a compra de vacinas da Coronovac, contra a qual transmitia visões preconceituosas. Por fim, fez propaganda enganosa da hidroxicloroquina, e continua fazendo - nesta semana, a Primeira-Dama fez essa propaganda. Em relação à COVID, a hidroxicloroquina é um medicamento que não funciona.

Portanto, Presidente, estamos à deriva. É preciso que o Brasil retire Bolsonaro da Presidência, para que possa combater com eficácia esta pandemia.

Documento 540/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:52
Publ.: DCD - 23/04/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Terra. Descumprimento pelo Governo Jair Bolsonaro de metas internacionais e da própria legislação brasileira acerca da proteção ao meio ambiente. Responsabilidade do Governo Federal por mortes ocorridas no País em decorrência da Covid-19. Necessidade de abertura pela Casa de processo de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é o Dia da

Terra. O mundo inteiro se volta para a análise dos efeitos que deveriam ter sido evitados a partir da Cúpula do Clima de 2015.

Grande parte dos Governos neoliberais do mundo não atentaram a isso, sobretudo os Governos que são negacionistas hoje em relação à pandemia e que agiram contra os interesses ambientais, os interesses da vida, ao longo de todo esse período anterior até o dia atual.

Não por acaso os olhos do mundo se voltam agora para o Brasil. O Brasil foi transformado num pária internacional no que diz respeito à pandemia. Foi transformado no epicentro global das mortes, pela atitude e pela omissão do Governo Bolsonaro também nessa área, no tocante às medidas relativas às metas da Cúpula do Clima de 2015.

O Brasil indicou piores significativas no que se refere à proteção ambiental. Descumpriu não apenas as metas internacionais, mas também a própria legislação brasileira. Eu me refiro a normas que foram consolidadas de acordo com a Constituição e que nos colocaram sempre como um país atento à preservação e à proteção, com uma das melhores legislações ambientais do mundo, se não for a melhor.

O que ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é que o projeto que está em curso no Brasil é um projeto de morte, de morte de seres humanos, de morte da natureza. É um projeto contra a vida. Neste Dia Mundial da Terra, somos chamados a repensar o que nós queremos neste País e o que nós precisamos fazer com o Parlamento.

A Câmara dos Deputados não pode ser cúmplice, aliás, não pode continuar cúmplice de um Governo que promove a morte. A Câmara dos Deputados precisa colocar em pauta o *impeachment*. Cada dia com o Governo Bolsonaro é um dia no qual mais armas, mais destruição ambiental e mais mortes pela pandemia são impostas ao povo brasileiro.

Pessoas que não dispõem de oxigênio e não têm acesso a anestésico ficam amarradas às camas. Que espécie de Governo nós temos? No Brasil, o Governo Bolsonaro comete crimes contra a humanidade? Não tenho qualquer dúvida.

Na era contemporânea, este período ficará conhecido como aquele em que o Brasil foi governado por um genocida. E nós Parlamentares seremos cúmplices disso se não colocarmos em pauta o *impeachment*.

É isso, Sr. Presidente.

Impeachment já!

25.2021.B Sessão Outro Evento 22/04/2021-11:04

Publ.: DCD - 23/04/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Impossibilidade de realização de votações pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em face de problemas técnicos no aplicativo para smartphones e tablets com informações das atividades legislativas da Casa, o Infoleg. Inconsistência de manifestações da Esquerda sobre a responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro sobre as consequências da pandemia de coronavírus no Brasil. Necessidade de reavaliação da teoria sobre o descobrimento do Brasil em face da comprovação da chegada de caravela de Pedro Álvares Cabral na Praia dos Touros, no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, antes de 1500. Atuação do orador em Colegiado da Casa na defesa de adoção de medidas para o desenvolvimento socioeconômico do Semiárido brasileiro.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Deputado Eduardo Bismarck, meu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Bom dia.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN) - Um forte abraço e parabéns pela Presidência da Mesa!

Hoje é dia de o Infoleg dar problema, não é? Estávamos na CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e também não conseguimos fazer a votação. Mas máquina é isso mesmo. Nós é que somos seres humanos e precisamos corrigir os nossos defeitos e aprimorar as nossas virtudes, o que não é fácil, principalmente quando vivemos um momento em que a oposição travestida de Esquerda e mais alguns partidos ficam acusando o Presidente da República de ser uma coisa que sabemos que ele não é. A responsabilidade de toda esta pandemia aí começou na China e chegou ao Brasil criando um problema seriíssimo, transformando o coronavírus e a COVID-19 numa bandeira política. Infelizmente, essa é a realidade.

Hoje é dia de lembrarmos o descobrimento do Brasil. Teorias muito fortes, ditas há alguns anos, há algumas décadas, remontam que Cabral chegou, sim, pela Praia de Touros, no Rio Grande do Norte. Precisamos que isso seja repensado e seja reavaliado. Inclusive, isso foi comprovado no ano 2000, quando uma caravela fez uma viagem saindo de Portugal e vindo para cá. Essa viagem mostrou que, somente com os ventos e com a maré, essa caravela não chegaria a

outra parte que não fosse a Praia de Touros, no Rio Grande do Norte, onde temos o Marco de Touros e vários outros registros da presença portuguesa.

Sr. Presidente, hoje também é um dia para comentarmos sobre a agenda econômica e a agenda ambiental mundial. O Brasil é um país que tem um enorme potencial. O nosso Semiárido brasileiro, o nosso Nordeste e, inclusive, o norte de Minas Gerais têm uma riqueza enorme, um potencial enorme de produção de alimentos.

Sabemos que hoje há uma grande demanda reprimida no mundo. Temos trabalhado com a Comissão do Semiárido para que possamos ter água para todos. É preciso que a água chegue não somente para a sobrevivência, mas também para o cultivo, para a criação e para o desenvolvimento da região. Esta é a região geográfica do mundo, hoje, mais disponível para a produção de alimentos e, depois, para a exportação com facilidade para o restante do mundo, que consome e quer consumir.

Neste momento, não podemos entrar em brigas. Nós temos que buscar parcerias econômicas. Temos que buscar parcerias que possam fazer com que o País tenha mais renda e, com isso, distribua melhor a riqueza. Essa é uma realidade que estamos vivendo hoje. Esperamos avançar com a nossa atividade voltada para a produção no Semiárido brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que as nossas palavras fossem colocadas no programa *A Voz do Brasil*, para que a população que escuta o radiozinho no final da noite conseguisse ouvir essas palavras de alento para o Semiárido brasileiro, para o nosso Sertão. O sertanejo é, antes de tudo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 542/702

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-11:08
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Inexistência de políticas públicas do Governo Jair Bolsonaro, especialmente para as áreas da economia, saúde e educação. Omissão do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil. Repúdio à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro. Defesa da exoneração do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Entrega de documento por povos indígenas à bancada federal do PT contra projeto de lei sobre a permissão para a mineração em terras indígenas. Necessidade de compromisso do Congresso Nacional com a pauta do meio ambiente. Defesa da abertura de CPI destinada à investigação de ações e omissões do Governo Jair Bolsonaro contra o meio ambiente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, se formos enumerar o que este Governo fez para o País até agora, não conseguiremos listar nenhuma medida positiva.

Nós passamos vergonha internamente, porque não há políticas públicas claras, objetivas, planejadas, na área econômica, na área da educação, na área da saúde, tendo em vista o que estamos vivendo em relação à crise da COVID-19. É uma brutalidade a omissão do Governo Federal, com esta política genocida que vitimou milhares de brasileiros, homens e mulheres, pais de família, tios, irmãos, avós, primos, conhecidos, que infelizmente perderam as suas vidas.

Internacionalmente não é diferente. Vou aqui destacar a pauta ambiental. O Governo Bolsonaro é responsável por uma política literalmente predadora, uma política destrutiva, uma política traiçoeira, uma política que não defende o que é nosso, que não defende a própria Pátria, que incentiva condutas criminosas de desmate, de invasão de terras indígenas e de áreas ambientais. Esse dito progresso é, na verdade, um total regresso.

Este Governo começou a sua gestão agredindo países parceiros na política ambiental e hoje finge - literalmente finge - que está preocupado com o meio ambiente e fica de joelhos, implorando por recursos externos.

Este Governo afugentou parceiros, fez uma política criminosa. Agora, ao perceber o quanto isso é desastroso, está tentando dizer que vai proteger o meio ambiente. É lamentável!

O Ministro Salles não pode continuar à frente do Ministério do Meio Ambiente, porque ele faz uma política contrária ao que deveria fazer um Ministro.

Na segunda-feira, em nome da bancada do PT, eu recebi um documento de povos indígenas. Eles fizeram um ato em Brasília e pediram justamente respeito às suas terras, aos seus direitos, à

demarcação de suas terras. Pediram também a não aprovação do projeto do Presidente Bolsonaro que quer permitir a mineração em terras indígenas.

Este Congresso, independente que é, tem que demonstrar o seu compromisso com o meio ambiente perante a comunidade brasileira, mas também perante o mundo. Fazer esse compromisso significa respeitar a biodiversidade, respeitar a vida. Significa também valorizar as nossas riquezas. O meio ambiente pode ser para nós, sim, um bem a ser explorado até do ponto de vista econômico, mas com a devida preservação.

Nós temos que lamentar toda a política traiçoeira e vergonhosa do Presidente Bolsonaro, que faz com que o Brasil seja um pária internacional. Dentre outras coisas, este Congresso deveria urgentemente abrir uma CPI da pauta do meio ambiente e determinar que o Salles saia do Ministério.

Documento 543/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021- CD 11:28	
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ENRICO MISASI-PV -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, sobre a licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitária submetidas a medidas disciplinares, de restrição de operação, suspensão ou revogação da autorização. Apelo aos Parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre autorização à administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), de celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, o Partido Verde, neste requerimento de urgência, vai votar favoravelmente.

Eu gostaria de aproveitar estes segundos para já pedir apoio ao requerimento de urgência que devemos votar em seguida, o

Requerimento nº 747, de 2021, que se refere ao PL nº 1.295, de 2021, que autoriza a administração a celebrar contratos relacionados à COVID-19 com dispensa de licitação.

E eu queria fazer uma súplica a todo o Plenário e ao Relator. Apensado ao PL nº 1.295 está o PL nº 1.433, de 2021, de autoria da Deputada Leandre, que disciplina a mesma matéria, mas é um pouco mais amplo. Ele inclui, nessa dispensa de licitação, até mesmo serviços de engenharia destinados ao enfrentamento à COVID-19. Enfim, dá maior amplitude necessária a este momento.

Portanto, já fazendo esse apelo para o próximo requerimento de urgência, votamos favoravelmente a este também.

Obrigado.

Documento 544/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/04/2021-
	CD	11:32
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ALUISIO MENDES-PSC -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, sobre a licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitária submetidas a medidas disciplinares, de restrição de operação, suspensão ou revogação da autorização.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi os pronunciamentos do PSOL, do DEM e do NOVO. Parece-me que não leram o projeto de maneira mais atenta.

Essa é uma licença temporária de rádios que tiveram a suspensão de suas atividades no período da pandemia. É apenas no período da pandemia ou de calamidade pública no futuro. Nós não estamos fazendo, aqui, uma anistia ampla, geral, às rádios comunitárias que estão inadimplentes. O tempo urge! As rádios comunitárias são o único meio de comunicação, em mais de 600 Municípios, para as pequenas comunidades.

Se nós não aprovarmos esse projeto em regime de urgência, quando for aprovado, se passar pela Comissão Temática, a pandemia já terá encerrado e muitas vidas serão perdidas. O projeto visa exclusivamente à suspensão das sanções da ANATEL, única e

exclusivamente enquanto durar a pandemia ou calamidade pública, às rádios que tiveram a operação suspensa no período da pandemia.

Era esse esclarecimento que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Documento 545/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021- CD	11:32
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulação à Câmara dos Deputados pela declaração da educação presencial como atividade essencial. Aumento do abandono escolar, da violência doméstica e do infanticídio em face do fechamento das escolas. Elogio ao Governo Bolsonaro pela disponibilização de vacinas contra a Covid-19. Atuação da oradora em defesa do agronegócio brasileiro.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada. Quero parabenizá-lo pela condução dos nossos trabalhos hoje, Presidente, e pedir que a minha fala seja registrada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Aguarde só um minutinho, Deputada. Tente ativar o microfone no seu equipamento. O microfone estava funcionando, e de repente desligou. Estou checando: está autorizado. Deputada, tente ativar de novo o seu microfone.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) - Abriu, Sr. Presidente. Obrigada.

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Venho primeiro agradecer a votação do nosso projeto da escola essencial. Fizemos um trabalho muito forte, conversando com vários setores, principalmente buscando o diálogo com todos os envolvidos. Tenho certeza de que para o Brasil foi um grande ganho. Agora, será uma nova luta. Estamos indo para o Senado para discutir essa pauta e colocar a educação como foco, como prioridade do nosso País.

Vimos perdas imensas durante este 1 ano e 3 meses, em que estivemos com as escolas fechadas, em especial as públicas. Houve 16,3% de abandono nas universidades, 10,8% de abandono no ensino

médio, 4,6% de abandono no ensino fundamental. O índice de violência doméstica, principalmente violência contra a criança, aumentou demais.

Ontem estive com a Ministra Damares no meu Estado do Paraná, fazendo uma visita a vários Municípios, em especial a Cianorte, onde houve um caso de violência e assassinato de uma criança com menos de 4 anos pelo padrasto. Infelizmente, vemos que esses dados não ficam em casos únicos, houve crescimento em todo o País. Sinto muito por toda as famílias que têm perdido crianças, pela agressão física de familiares, de bandidos, de assassinos, entre tantas outras pessoas que estão usando deste momento de fragilidade, quando deixamos as nossas crianças, os nossos filhos em casa, durante todo esse período.

Quero também registrar a importância educacional do retorno às aulas presenciais. Vamos ter que avançar muito. Já há estudos que dizem que a perda da alfabetização neste período já chega de 3 a 5 anos, com este 1 ano de alfabetização parado.

Temos também toda a situação nutricional. Muitas crianças iam para a escola para também se alimentar. Hoje temos toda esta situação de mães e pais que não são alfabetizados e precisam, de um dia para o outro, passar a ser professores dos seus filhos, de crianças que não têm conectividade, nem computador, nem celular em casa, que infelizmente apenas recebem uma vez por semana o material escolar, o que também causa grande desconforto.

Além de falar de dificuldades educacionais, falo do ganho desse projeto, que vai disponibilizar qualidade de ensino novamente, além de segurança e amor aos nossos alunos. Da mesma forma, falo em relação ao Governo Bolsonaro, aos avanços que está proporcionando com a entrega das vacinas, vacinas que vêm para salvar vidas. Igualmente, falo sobre os recuperados. Graças a Deus, os nossos índices de tratados e recuperados são muito grandes. Falo também do desenvolvimento do nosso agronegócio, bandeira em que trabalho muito na Câmara dos Deputados, como Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Digo que este Governo realmente pensa em todos.

Sr. Presidente, um forte abraço! Muito obrigada pela oportunidade.

Documento 546/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/04/2021-
	CD	11:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Realização da Cúpula de Líderes sobre o Clima. Falta de credibilidade internacional do Brasil nas questões ambientais. Crítica à atuação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço a transcrição da minha fala pelos canais de comunicação da Casa e também a divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, caros Srs. Deputados, caras Sras. Deputadas, venho à tribuna para noticiar que hoje o Brasil chega à reunião da Cúpula do Clima como um país desacreditado no que se refere ao meio ambiente. Digo isso porque o desmatamento na Amazônia foi três superior à meta proposta pelo Brasil na Convenção do Clima, em Copenhague.

Sob o comando do atual Ministro do Meio Ambiente, aquele que disse que precisava passar a boiada, o nosso País perdeu totalmente a credibilidade internacional e não consegue evitar o desmatamento. Recentemente, ele demonstrou toda a sua adesão às teses dos devastadores, inclusive demonstrou apoio a uma ação de uma pessoa jurídica que havia recebido 20 autos de infração ambiental, cujos valores de multa resultam em aproximadamente 8 milhões de reais. E ainda assim o Ministro não teve nenhuma vergonha em ser a favor dessa pessoa.

Portanto, infelizmente, o Brasil estará muito mal representado hoje e representado por uma posição de um Presidente que insiste em mentir para a Nação, um Ministro do Meio Ambiente que insiste em ficar contra a defesa do meio ambiente em nosso País.

Quero também fazer outro registro, Sr. Presidente. Na madrugada da última quarta-feira aprovamos o Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senado Federal, que reformula a Lei Aldir Blanc para prorrogar prazo de utilização dos recursos repassados a título de apoio ao setor cultural, em decorrência da pandemia de COVID-19.

Para a Bahia essa é uma grande notícia. Quero registrar o empenho e a articulação da Secretária de Cultura do Estado, Arany Santana, que atuou firmemente junto com os gestores municipais, a articulação da bancada federal, que foi unânime em apoio à Lei Aldir Blanc, e da nossa Deputada Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura.

Pude participar desse processo desde o início, quando iniciamos o debate aqui na Câmara dos Deputados. Mais de 20 mil pessoas ligadas à cultura estão inscritas nos projetos da lei em nosso Estado.

E o texto permite agora que os Municípios possam utilizar os recursos até 31 de dezembro de 2021 dessa forma, dando acesso àqueles fazedores da cultura popular do nosso País e a possibilidade de essas pessoas não morrerem de fome, de poderem trabalhar e, portanto, de acessarem esse auxílio que a Câmara dos Deputados lhes deu.

Quero saudar a cultura nacional e o nosso esforço.

Documento 547/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021- CD	11:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável ao requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, sobre a licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitária submetidas a medidas disciplinares, de restrição de operação, suspensão ou revogação da autorização.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em relação a este projeto, eu vi ali que a assinatura do pedido de urgência abrange um amplo espectro político. Há ali a assinatura do Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, a assinatura do Deputado Aluisio Mendes, que é um competente e combativo Parlamentar, e do Deputado Enio Verri, do PT. Vejam, portanto, que há uma abrangência ampla. É claro que problemas no mérito podemos resolver na discussão produtiva em plenário, inclusive com a apresentação de emendas para aperfeiçoar o texto.

Eu estou votando "sim", e creio que o partido, o PSD, não estou falando pelo partido, mas, pelo que eu li e ouvi aqui no grupo, a grande maioria também votará "sim", em virtude da necessária urgência de se apreciar esse pleito no mérito.

Documento 548/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021-
---------	--

CD

12:00

Publ.: DCD - 23/04/2021 - LEANDRE-PV -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre autorização à administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), da celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus. Apensação à matéria do Projeto de Lei nº 1.433, de 2021, sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus pelos gestores municipais, estaduais e federal, por meio de regras especiais de licitação relacionadas a bens e serviços ligados à Covid-19, de autoria da oradora.

A SRA. LEANDRE (PV - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Partido Verde orienta "sim".

Está apensado o Projeto nº 1.433, que é de minha autoria, principalmente para atendermos a centenas de Prefeitos. O Governador do nosso Estado, Ratinho Júnior, tem feito essa demanda junto ao Ministério da Saúde.

Estamos enfrentando diversas dificuldades em função da burocracia que temos. Isso não significa abrir para que o dinheiro seja gasto de maneira irresponsável, mas, sim, com a celeridade necessária para salvar vidas.

O PV orienta "sim".

Peço também ao futuro Relator que olhe para o nosso projeto que está apensado e que traz um aprimoramento ao projeto principal. Peço para que ele também seja acolhido no seu relatório.

Documento 549/702

39.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021-
CD 12:16

Publ.: DCD - 23/04/2021 - GILSON MARQUES-NOVO -SC

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO



Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, relativo à alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para estabelecimento de campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres; bem como a criação de mecanismos educativos e informativos, nos termos exigidos pelos arts. 1º, III, 3º, I, III e IV, 5º, caput e I, 220 e 221, I e IV, da Constituição Federal.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Esse projeto pretende estabelecer um regulamento às mensagens, características técnicas para a veiculação, e transfere para o Governo Federal essa responsabilidade.

Honestamente, eu não vejo que o Estado precise se meter em propaganda obrigatória de produtos de limpeza, ainda mais em tempos de pandemia, em que sabidamente a responsabilidade do Estado deveria ser cuidar da saúde.

Mas - mas - o art. 4º gera uma certa insegurança. Ele diz que é preciso reduzir e condenar a reprodução de estereótipos que reforçam a condição da mulher como única responsável por trabalhos e hábitos domésticos. Isso é subjetivo, porque o que seria reforçar estereótipos? E se for constatado subjetivamente por alguém que isso foi feito, vamos multar? Uma empresa estrangeira, por exemplo, que obviamente não conhece todos os regramentos inúmeros do Brasil, vai estar à mercê dessa interpretação e ser multada, dessa limitação?

Enfim, não me parece ser dever do Estado agir como fiscal dos costumes. E eu gostaria de levantar aqui uma frase de Hayek, que diz: "*Existe uma diferença entre tratar as pessoas igualmente e querer torná-las iguais*". É óbvio que homens e mulheres são iguais e precisam ter a mesma oportunidade. E que façam o que quiserem e trabalhem no que quiserem. Também não vejo problema em receber panelas de presente de Dia dos Pais, por exemplo. Eu adoro participar na cozinha. Porém, é óbvio que essa minha orientação, ou esse meu gosto, eu não posso forçar que os outros homens assim o façam; assim como há menos mulheres garimpeiras, assim como há menos mulheres caminhoneiras. Todas elas poderiam ter essas profissões também.

O que eu estou dizendo aqui é que não adianta haver um projeto de boas intenções, porque esse é um projeto de boas intenções, quer reforçar a igualdade entre homens e mulheres, mas não vai atingir o fim que se espera, porque o ser humano tem uma trava psicológica que, mesmo que haja uma informação embaixo, só vai exponencializar

o que não se quer. Ninguém aqui consegue não pensar em maçã quando eu digo: "*Não pense em maçã*". Quando vai ter uma mulher cozinhando e lá embaixo a informação de que aquilo não deve ser percebido como um descompasso entre homem e mulher, vamos estar justamente chamando a atenção para algo que não se quer.

O que eu quero dizer é que a evolução humana e a educação têm que ser feitas culturalmente, e não através de lei. Por isso, nós orientamos "não" a esse projeto de lei, achando que, sim, a cultura e educação devem ser evoluídas. Mas não é através de lei que isso vai ter um fim. É exatamente o contrário.

Obrigado, Presidente.

Documento 550/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021- CD	12:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da atuação do Estado para o combate à desigualdade de gênero.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é inacreditável ouvir de alguns Deputados aqui que não é papel do Estado incidir sobre essa questão. Então, não é papel do Estado reduzir um cenário em que mulheres ganham 77% do que os homens ganham?

Durante a pandemia, a situação das mulheres no mercado de trabalho voltou ao patamar de 30 anos atrás, um cenário em que mulheres negras recebem muito menos que homens brancos. Os homens brancos ganham uma média salarial 59% maior do que a das mulheres negras, fora a dupla ou a tripla jornada. São elas que limpam a roupa dos senhores, que cuidam dos filhos dos senhores, que limpam o chão da casa dos senhores.

Tenho certeza de que a maior parte dos senhores vai dizer é fundamental incidir sobre essa desigualdade histórica que atinge as mulheres brasileiras.

Documento 551/702

39.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021-
CD 12:52

Publ.: DCD - 23/04/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência pela exitosa condução dos trabalhos e ao corpo técnico da Casa pela eficácia tecnológica das sessões virtuais. Solidariedade aos familiares dos mais de 380 mil brasileiros vítimas da Covid-19. Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Compromissos do orador no Parlamento. Necessidade de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre a instituição do novo regime fiscal. Balanço das atividades e proposições apresentadas pelo orador no primeiro mandato de Deputado. Defesa da vida, da ciência e do Sistema Único de Saúde - SUS. Apoio à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e ao Instituto Butantan no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Participação do Estado do Ceará em complexo produtivo de saúde por iniciativa do Governador Camilo Santana.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero parabenizá-lo pela forma brilhante como está dirigindo esta sessão e dizer da surpresa de chegar a esta Casa e encontrar tanta tecnologia, eficácia e eficiência na forma como as sessões estão sendo dirigidas. Queria parabenizar também todo o corpo técnico da Câmara, que, com muita competência, dirige todos os trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, irmãos e irmãos cearenses, queria neste momento prestar minhas condolências e solidariedade aos familiares das mais de 380 mil vítimas da COVID-19.

Presidente, é com imensa satisfação que retorno a esta Casa hoje, 22 de abril, quando o Brasil completa 521 anos de lutas e desafios. Agradeço a generosidade do povo cearense, que confiou a mim 77.308 votos. E ressalto o compromisso do PSB do Ceará, presidido pelo Deputado Denis Bezerra, de trabalharmos unidos por todas as questões que importam não apenas para o nosso Estado, mas para todo o País.

O sentimento também é de grande responsabilidade, pois chego aqui com a missão de dizer e defender que vidas importam. Vivemos a maior pandemia deste século e, para vencê-la, precisamos da união de toda a população, liderada por seus governantes e representantes.

No Brasil, temos o maior sistema universal de saúde do mundo e estamos testemunhando agora o diferencial de sua atuação no enfrentamento de um vírus mortal, o que torna ainda mais urgente a



revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congelou os recursos do SUS, as transferências do Governo Federal para Estados e Municípios, até 2036. Revogar a Emenda Constitucional nº 95 importa.

É urgente proteger e defender os profissionais de saúde, que são verdadeiros heróis nesta guerra: médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras - e aqui quero prestar minha solidariedade à enfermagem quanto ao projeto da jornada de 30 horas -, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, técnicos, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, profissionais de todas as categorias da saúde e da rotina administrativa. Todas e todos os que estão nos hospitais, nas UPAs, no SAMU ou nas unidades básicas de saúde pelo País inteiro merecem mais do que aplausos. É preciso, Presidente, criar condições de trabalho, salário e proteção sanitária. Nesta Casa, podemos fazer esse debate e encaminhar projetos fundamentais.

A competência do SUS no enfrentamento de epidemias é inegável desde o seu início. Disso sou testemunha, porque fui Secretário de Saúde por 20 anos: fui Secretário Municipal de Saúde de Icapuí, de Quixadá, Sobral e Fortaleza. Em 1993, quando tivemos uma devastadora epidemia de cólera, eu era Secretário de Saúde de Quixadá. Em 2008, quando fui Secretário de Saúde de Fortaleza, ao lado da Prefeita, a agora Deputada Luizianne Lins, enfrentamos uma grave epidemia de dengue. Isto já está em anais de congressos, em teses de doutorado e trabalhos publicados: em 2008, Fortaleza registrou a menor taxa de letalidade em epidemias de dengue no Brasil. Portanto, cada vida salva nesta e em outras epidemias tem assinatura do SUS, que é viabilizado pelos profissionais e também pelos gestores nas três esferas, com a participação do controle social e da sociedade.

Este mandato trabalhará dando total apoio ao Governador Camilo Santana, ao consórcio de Governadores do Nordeste, liderado pelo Governador e amigo Wellington Dias e também pelo Secretário-Executivo Carlos Gabas. Vamos trabalhar e apoiar o CONASS, dirigido pelo Secretário Carlos Lula, do Maranhão, e o CONASEMS, liderado pelo Presidente cearense Wilames Freire, que, a despeito da falta de uma gestão tripartite do SUS, hoje têm dado respostas importantes para Governadores e Prefeitos.

Em nosso primeiro mandato nesta Casa, Presidente, apresentamos 455 proposições, entre projetos de lei, projetos de lei complementar e projetos de decreto legislativo. Dentre esses, destaco o PL 1.645/2005, que trata da organização do SUS mediante contrato organizativo e, de forma solidária, da construção do SUS entre União, Estados e Municípios. Esse contrato é fundamental para garantir atenção integral à população, porque é, sim, de responsabilidade do governante cada

vida salva, mas também cada morte nesta pandemia. Assim, nossos Governadores, Prefeitos e Secretários de Saúde merecem o apoio não apenas do nosso mandato, mas de toda esta Casa, que é a Casa do Povo.

Também participamos da histórica Comissão Especial que aprovou a PEC 22/2011, que garantiu o estabelecimento do piso nacional dos agentes comunitários de saúde. Quero aqui reafirmar o nosso compromisso de defender essa categoria, que nasceu no Ceará, pelo nosso Secretário de Saúde à época, Carlile Lavor, e se tornou uma grande política pública no nosso País.

Presidente, como cientista, pesquisador da FIOCRUZ e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, pretendo colaborar para a luta contra a COVID, amparado na ciência, fornecendo subsídios dos estudos desenvolvidos pelo conjunto de pesquisadores e professores tanto para a Comissão Externa de enfrentamento à COVID quanto para a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Senado.

Quero reafirmar que trabalharemos pelo apoio incondicional à FIOCRUZ e ao Butantan, que trabalham dia e noite para garantir a vacinação de todos os brasileiros. São essas duas instituições as responsáveis pela nossa autossuficiência na produção de vacinas contra sarampo, difteria, tétano, coqueluche, caxumba, hepatite B, meningite meningocócica, Hib e febre amarela. São elas que garantirão também a autossuficiência na vacina contra a COVID-19 em um período recorde na história, mesmo sem o apoio do Governo Federal.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Peço 1 minuto, digníssimo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Espere um pouco, Deputado Bibó.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - A pandemia da COVID-19 nos mostra o quanto é vital para a soberania nacional investir em insumos e tecnologia.

Quero aqui ressaltar que o Ceará está fazendo parte do complexo produtivo da saúde, pela iniciativa do Governador Camilo Santana de criar o Saúde Viva@Ceará. Além disso, na FIOCRUZ do Ceará, nós criamos o laboratório LARIISA - Laboratório de Redes Inteligentes e Integradas em Saúde Digital, que já desenvolveu soluções importantes no campo da saúde digital, inclusive colocando soluções no espaço do empreendedorismo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que

conclua.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Concluindo, Presidente, quero dizer que neste nosso mandato queremos aqui reafirmar a diferença entre agir como Oswaldo Cruz e Emílio Ribas, ou seja, em defesa da vida - esses cientistas há 100 anos colocaram instituições a serviço da vida -, e se omitir. Eu espero que quem está se omitindo em relação a fazer o seu dever de casa, o Presidente Bolsonaro, possa ser julgado nos tribunais internacionais pela sua responsabilidade histórica nas vidas perdidas neste País, porque, sim, vidas importam; sim, o essencial é a vida. A defesa da vida, da ciência e do SUS serão nosso lema e nossa missão prioritária nesta Casa.

Eu gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Documento 552/702

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/04/2021- CD	13:08
Publ.: DCD - 23/04/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Terra. Defesa dos direitos dos povos indígenas e da proteção ao meio ambiente no País.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Parlamentares e os membros desta Casa. Agradeço ao Líder Marcelo Freixo por me permitir o uso do tempo da Liderança da Minoria. Quero agradecer a toda a Oposição pela manifestação, neste mês de abril, em defesa dos povos indígenas.

Quero compartilhar que hoje também é uma data importante: o dia 22 de abril é considerado o Dia da Terra. É na Terra que todos nós vivemos. Nós também lembramos o compromisso há alguns anos assumido através da Carta da Terra, uma carta que certifica que temos como objetivo a democracia, a erradicação da pobreza, a paz, a proteção ecológica, o desenvolvimento econômico equitativo, o

respeito aos direitos humanos, que são recíprocos e indivisíveis.

Com o que nós nos comprometemos e em que nós avançamos? É necessário fazer essa reflexão, porque nós precisamos realmente ter uma prática, e não apenas promessas, não apenas discursos. Nós, como povos indígenas, temos sido considerados guardiões da floresta, temos sido considerados guardiões da água. A maioria das nascentes se encontra em terras indígenas reconhecidas oficialmente. Dessas terras indígenas, 98% estão na Amazônia. São consideradas áreas públicas de responsabilidade da União.

Os povos indígenas têm combatido os crimes ambientais com ou sem recurso, têm doado suas vidas, têm sido, inclusive, assassinados por suas denúncias, por seu combate à ilegalidades, como o garimpo. Volto a reforçar que o garimpo em terras indígenas é crime e deve ser combatido. Os povos indígenas têm combatido a poluição de suas águas por mercúrio, elemento que tem causado doença, como os povos indígenas ianomâmi têm alertado, têm denunciado. Muitas vezes, isso tem sido colocado em forma de ataque, ridicularizando-os. Quero chamar atenção para isso, porque os povos indígenas são os defensores da terra, são os defensores do meio ambiente.

Hoje, quando ouvimos falar numa reunião de líderes em âmbito mundial, como muitos se pronunciaram, esperávamos não apenas compromissos vagos, mas uma efetividade. Pelo que vimos, o Presidente Bolsonaro leu a carta que fez, já referendada, ao Presidente Biden. Mas o discurso, Sr. Presidente, tem que condizer com a nossa realidade.

A política nacional que nós estamos vendo acontecer neste Governo Bolsonaro é uma política marcada por retrocessos, por ataques aos servidores públicos, para que não se falasse o que estava acontecendo, e pela falta de investimento de recursos públicos no combate à ilegalidades como o garimpo, na proteção às unidades de conservação, na prevenção contra desmatamentos e incêndios e na fiscalização exigida para a segurança das terras indígenas. Então, a realidade política nacional não foi condizente com a proteção do meio ambiente.

O Brasil, Sr. Presidente, como muitos falaram, sempre tem sido considerado uma parte importante da solução no que diz respeito ao compromisso de enfrentamento das mudanças climáticas, que atingem não só os povos indígenas, mas todos do planeta. Elas não vão atingir somente quem está lá na Amazônia, os povos indígenas, os quilombolas, os seringueiros, o povo que mora ali nas florestas. As mudanças climáticas vão ter efeitos nas grandes cidades também. O Brasil precisa não somente fazer parte de uma solução. Essa sua postura já o fez ser muito respeitado, mas, hoje, o Brasil tem sido visto



como um problema, como parte de um problema a ser encarado. O que nós vimos foram mentiras, *fake news*. Dizem que aumentaram os recursos para o combate do desmatamento. Onde estão esses recursos? E a fiscalização? Se houvesse fiscalização, não haveria, a todo momento, denúncias sendo feitas. Foi por culpa dessa política que muito se perdeu. O Brasil tem rebaixado sua imagem por falta não somente de compromisso, mas de eficiência e responsabilidade.

Nós queremos ver a prática desse discurso, diferentemente do que tem acontecido aqui. O discurso tem que ser condizente com a realidade, sim. Não queremos ver isso. E eu digo, refletindo a voz de várias pessoas que acompanham a área do meio ambiente, que o primeiro passo para uma mudança efetiva é a própria demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Já pedimos aqui essa demissão, o afastamento, o *impeachment*. Tem que ser dada uma sinalização de mudança eficiente. Se nós queremos avançar numa prática de combate à crise climática, com responsabilidade e proteção da Amazônia, e mudar essa imagem negativa que o Brasil tem, precisamos dar um primeiro passo, e esse primeiro passo é a demissão do Ministro Ricardo Salles. O mundo não pode se deixar ser chantageado por um governo que não tem a mínima preocupação em proteger a Amazônia.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui que os povos indígenas têm feito suas lições. Com ou sem recurso, de governo a governo, eles têm enfrentado as consequências das mudanças climáticas através de seus valores, de seus conhecimentos tradicionais, de suas boas práticas. E é preciso investir nessas nossas práticas, porque nós sabemos manejar os recursos naturais de forma respeitável e sustentável. As novas gerações têm que nascer conhecendo a importância desses valores e princípios. Isso deveria ser considerado importante.

Infelizmente, além de uma política negacionista, há constantes ataques aos direitos dos povos indígenas, que são acusados, criminalizados, ridicularizados, discriminados, inclusive pelo Ministro do Meio Ambiente, que, recentemente, colocou em suas redes sociais que um indígena, porque estava usando um iPhone ou um tênis da marca Nike, não seria mais indígena, fazendo uma discriminação.

Isso deve ser considerado, inclusive, com responsabilidade.

Hoje, Sr. Presidente, faz 1 ano daquela reunião com Ministros em que se falou que ia passar a boiada. Faz 1 ano. E o que foi feito para se combater todos aqueles ataques? Nada. Por isso, nós lutamos contra a impunidade relacionada aos crimes não somente contra os povos indígenas, mas contra a coletividade do povo brasileiro.



Uma mudança necessária está batendo à porta. É necessário agir hoje para prevenir os desastres amanhã. São muito importantes as metas estabelecidas pelos países para a redução da emissão de gás carbônico, que impacta negativamente o meio ambiente.

A grande questão é que essas metas precisam ser cumpridas. Então, é preciso que se desenvolvam políticas públicas que ajudem esse processo, com, por exemplo, incentivo a energias renováveis, a uma economia verde, ao desenvolvimento sustentável. Também é preciso colocar a serviço disso a reforma tributária, fazer uma reforma que seja progressiva, que tenha como base o incentivo a questões tributárias na linha da sustentabilidade, como o ICMS ecológico.

Esta Casa está diante de grandes discussões, que podem ser ferramentas importantes, como a reforma. Nós precisamos encarar isso de forma condizente com a nossa realidade, buscando que o País seja, inclusive, um modelo, quem sabe, a partir dessa grande demanda mundial que é o enfrentamento às mudanças climáticas.

Nós aqui apresentamos proposta em Comissão para a criação do IBS sustentável e de alíquotas diferenciadas para atividades sustentáveis. Essas, sim, são medidas sustentáveis.

Sr. Presidente, eu queria reforçar que, neste mês de abril, nós estamos colocando em visibilidade o posicionamento dos povos indígenas. Colocamos isso, sim, tanto por meio de proposições como dizendo que nós somos povos vulneráveis.

A vacina não chegou a todos os povos indígenas, assim como não chegou à sociedade em geral. O Brasil se tornou pária do mundo quanto ao combate à COVID-19. Temos as maiores taxas de mortalidade e de transmissão e a criação de novas cepas, que ameaçam o mundo todo.

Os povos indígenas que vivem no contexto urbano não são colocados como grupo prioritário. Essa é uma demanda nossa, é uma demanda da população que resiste a todo esse processo de contínuo de genocídio. É preciso encarar esse desafio e incluir os povos indígenas.

Também é importante fortalecer quem protege os direitos coletivos, fortalecer os órgãos ambientais concretamente. E é necessário utilizar todos os espaços para fazermos com que as ações e as atividades de sustentabilidade sejam utilizadas na prática.

Por fim, eu quero reforçar que os direitos dos povos indígenas são constitucionais.

39.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021 -
CD 13:16

Publ.: DCD - 23/04/2021 - GIL CUTRIM-REPUBLICANOS -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação do orador e do Senador Weverton Rocha em reunião com o Ministro da Cidadania, João Roma, destinada ao pedido de prorrogação da Portaria Interministerial nº 623, de 2021, relativa à retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus, Covid-19.

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, quero apenas fazer um registro.

Acompanhei o Senador Weverton, agora há pouco, numa agenda no Ministério da Cidadania. Nós apresentamos, acompanhados do Deputado Cleber Verde, uma pauta ao Ministro João Roma, a quem agradeço desde já pela atenção com que nos recebeu.

O Senador Weverton trouxe, com bastante proatividade, a solicitação da prorrogação do prazo dos processos de averiguação e revisão cadastral do Bolsa Família e do Cadastro Único, com consequência para as repercussões na Tarifa Social de Energia Elétrica.

A Portaria Ministerial nº 623 tem prazo até 31 de setembro deste ano, e, nesse requerimento de solicitação, nós pedimos a sua prorrogação, porque, justamente em meio a esta pandemia, estamos tendo dificuldades para avançar no cadastro, havendo risco de muitas famílias ficarem de fora dos benefícios sociais.

Eu parablenizo o Senador Weverton e, ao mesmo tempo, agradeço a disposição do nosso Ministro João Roma, que atendeu de pronto o nosso pleito, por meio do qual nós vamos beneficiar não só os maranhenses, como também toda a população de baixa renda do Brasil.

Obrigado, Presidente.

39.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021-
CD 13:20

Publ.: DCD - 23/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Terra. Expectativa quanto aos resultados da Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden. Inconsistência de dados sobre atuação do Governo brasileiro na área ambiental apresentados no evento pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da exoneração do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e do impeachment do Presidente da República. Reconhecimento internacional dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff na gestão das áreas ambiental, energética e alimentar. Contrariedade a projeto de lei sobre a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Prioridade à votação de projeto de lei sobre o estímulo à produção agrícola (projeto Assis Carvalho) e à Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Defesa do valor de R\$ 600 para o auxílio emergencial. Apoio à instalação pelo Senado Federal da CPI destinada à apuração de responsabilidades e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia). Expectativa quanto ao julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal acerca da incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba, Estado do Paraná, e da suspeição do ex-Juiz Federal Sérgio Moro em ações contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Saúdo os colegas Deputados e Deputadas.

Neste dia, o Dia da Terra, da mãe Terra, começa a Cúpula de Líderes sobre o Clima, com líderes de 40 países, a convite do Biden, Presidente americano, para discutir o meio ambiente e o aquecimento global. Essa é uma ótima notícia para o mundo, pois marca a mudança da atitude dos Estados Unidos em relação ao meio ambiente, depois dos terríveis anos do Trump, em que ele retirou aquele país do Acordo de Paris e sabotou toda iniciativa de proteção ao meio ambiente.

Mas, se essa é uma boa notícia para o planeta, para o Brasil é como se fosse uma data marcada para passar vergonha. Sim, nós estaremos representados, infelizmente, por uma política absolutamente ecocida. E não é exagero dizer isso, porque o que rege o Brasil é aquilo que o Ministro Salles prega.

O ministro Salles deveria ter sido há muito tempo demitido. É isso que

nós estamos pedindo e é por isso que estamos atuando, porque ele não pode representar o Brasil. Pedimos, além da demissão dele, o *impeachment* do Presidente, sobre o qual eu vou falar ainda neste pronunciamento de hoje.

É o seguinte o que Salles proferiu naquela famosa reunião ministerial: "*Temos que aproveitar a pandemia para passar a boiada e derrubar a legislação ambiental, enquanto os brasileiros estão distraídos com a pandemia*". Isso é um escárnio com as vítimas da COVID e com a Pasta que jurou defender! De lá para cá, efetivamente passaram boiadas.

Olhem a mentira que o Presidente Bolsonaro falou hoje na Cúpula do Clima. Ele disse o seguinte, entre aspas: "*Determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais duplicando recursos para ações de fiscalização*". Gente, isso é uma mentira! Além de ter uma política ecocida, ele agora mente, mente para o mundo.

Eu quero apresentar um dado aqui: neste Governo, 606 normas e portarias já foram modificadas ou revogadas destruindo toda a base legal para fiscalização e punição de infratores. São medidas como anistia para os desmatadores da Mata Atlântica, revogação de proteção a manguezais, regularização fundiária acelerada para grileiros, autorização de garimpo em áreas protegidas, desestruturação dos órgãos de controle, como IBAMA e INPE, e estrangulamento financeiro das áreas vinculadas ao meio ambiente. E a boiada vai passando.

Há três grandes crises mundiais: a crise ambiental, a crise energética e a crise alimentar. Nessas três áreas - ambiental, energética e alimentar -, os nossos Governos, do Lula e da Dilma, eram exemplo no mundo, eram referência no mundo.

Participávamos da geopolítica mundial traçando políticas qualificadas nesses setores.

Infelizmente, hoje há uma destruição, uma vergonha, um aniquilamento de políticas públicas nessas áreas. Infelizmente, o Brasil passa por uma vergonha por causa da política ambiental ecocida.

Na política energética, há um destroçamento, uma aniquilação, um esquarteramento das estruturas que fazem essa política no País. Cito o tema da PETROBRAS, da venda de refinarias, como é o caso da RLAM, na Bahia, a um preço vil, inclusive; a privatização da ELETROBRAS do Brasil, que já está em curso; e a destruição que acontecerá com o novo marco regulatório do saneamento, da água, a partir do qual a água estará privatizada, a serviço de interesses



especulativos.

Em relação ao setor dos biocombustíveis, desde os Governos do Lula e da Dilma, vínhamos ampliando a cada ano a adição de biocombustíveis aos combustíveis, exatamente para gerar emprego, desenvolvimento industrial, capacidade tecnológica brasileira e para amenizar os impactos dos combustíveis no meio ambiente. Pois saibam que, de forma arbitrária, nesta semana, o Bolsonaro reduziu a adição dos biocombustíveis aos combustíveis fósseis, provocando exatamente mais poluição e desagradando todo esse setor, que é gerador de emprego no País.

Além disso, quanto ao tema da crise alimentar, é bom que se registre aqui que tiramos o Brasil do Mapa da Fome no tempo do Lula e da Dilma, com políticas que exatamente promoviam desenvolvimento para acabar com a fome no País. O Lula sempre dizia: *"Se cada brasileiro puder tomar o seu café, puder almoçar e tomar a sua janta, eu já estarei feliz"*. O Lula pode ficar muito feliz, porque, mais do que isso, ele fez o País crescer, se desenvolver, gerar emprego, e as pessoas não passavam mais fome. Mas, no Governo do Bolsonaro, o povo está voltando à fome. São milhões de brasileiros na fome e tantos outros que se alimentam sem todos os nutrientes necessários. Ele está destruindo a política da produção agrícola.

Por isso, nós estamos insistindo aqui para votarmos projetos sobre esses temas, e não as privatizações.

Aconteceu esta semana votação relativa aos Correios. Não queremos a urgência para essa votação. Vamos nos mobilizar este mês para não entrarmos no mérito, para o Brasil não se desfazer dessa estrutura tão importante para ele, os Correios, tema de matéria que foi votada na terça.

O que queremos votar é, como se diz na gíria popular, vacina no braço, comida no prato e renda e emprego para o povo. É isso que precisamos votar. Nós queremos votar o Projeto Assis Carvalho, que estimula a produção agrícola. Nós queremos votar os 600 reais de renda básica, porque não é possível sobreviver com 150 reais - isso são 5 reais por dia! Nós queremos que o Presidente coloque em votação esse projeto nosso, ou seja, paute a MP 1.039, a fim de podermos apreciar não o valor pífio, mínimo, que o Bolsonaro colocou para o auxílio emergencial, mas os 600 reais, para as pessoas ao menos terem um pouco de dignidade durante todo o período da pandemia e para que isso possa gerar renda, venda no comércio, atividades econômicas.

Então, 600 reais já! Essa é a nossa proposta de votação.

Mais do que isso: nós queremos que ande, sem retaliação, a CPI para apurar exatamente a omissão e as atitudes genocidas do Governo Bolsonaro em relação à pandemia. Isso precisa andar no Senado Federal. Nós temos plena confiança nisso para apurar responsabilidades e punir os responsáveis por tantas mortes que infelizmente acontecem no Brasil.

Nós teremos amanhã uma reunião, chamada pelos partidos, o PT e os demais partidos da Minoria, da Oposição, para reunir Deputados, entidades, todas aquelas pessoas que fizeram pedidos de *impeachment*. Nós precisamos interditar o Governo do Bolsonaro.

Aparecem, nos mais de cem pedidos de *impeachment* que existem, muitos crimes, que nós estamos localizando. Crime é o que não falta. Nós precisamos, então, unir todas as pessoas e entidades, o que faremos nesta sexta-feira, para juntos fazermos uma mobilização e um superpedido de *impeachment*, porque não dá mais para termos no Brasil a política ecocida e genocida que infelizmente estamos vivendo.

Por último, eu quero dizer que o Brasil passou a ter novamente esperança, depois da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal de considerar incompetente a 13ª Vara de Curitiba, do ex-Juiz Sergio Moro, em relação ao processo relacionado ao ex-Presidente Lula. Todas as denúncias que foram feitas e, ao mesmo tempo, as condenações estão anuladas, pela incompetência da 13ª Vara, que nem devia ter julgado o Presidente Lula.

Também já há uma decisão muito importante da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal que é exatamente a suspeição de Moro. Sim, Moro é parcial. Houve uma perseguição política. Lula foi um perseguido político. Não se fez justiça nesse processo. E agora está se repondo a justiça.

Nós queremos que essa decisão não seja revista, porque o Pleno não é instância recursal. A decisão que já está tomada. E precisa ser exatamente esta a decisão: considerar o Moro suspeito e o Lula inocente.

Esta é a esperança para o povo brasileiro: Lula livre, Lula inocente, Lula elegível. Isso volta a dar esperança para a população brasileira, porque tudo que a Direita fez - as armações; a farsa que foi a Lava-Jato, que sintetizou o golpe, a impossibilidade de Lula ser Presidente e a tentativa de destruir a Esquerda, destruir o PT - destruiu o Brasil. E nós temos a tarefa de reconstruir, com o povo brasileiro, a dignidade e soberania do País.

Obrigado, Presidente.

39.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/04/2021- CD	13:40
Publ.: DCD - 23/04/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Protesto contra a não inclusão da cultura Gospel no bojo do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Anúncio da apresentação de proposição sobre a valorização da cultura gospel. Distanciamento da Esquerda dos posicionamentos das igrejas evangélicas. Crítica a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a não inclusão da igreja como atividade essencial durante a pandemia de coronavírus no País.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, o dia de ontem não foi muito feliz para este Deputado no Parlamento: eu percebi um procedimento de que, confesso, não gostei. Nós votamos a Lei da Cultura, e vários segmentos foram contemplados de forma específica, como a cultura circense, a cultura afro, enfim, uma série de segmentos, todos listados.

Ocorre que, quando o projeto estava na Câmara, eu trabalhei para inserir a cultura gospel, que, eu diria, é a maior numericamente no Brasil e movimenta milhões de reais. No entanto, naquele momento, eu fui voto vencido. A Relatora era a Deputada Jandira Feghali. Acabou que ela disse que não precisava, porque a área já estava contemplada. Eu disse que poderia estar contemplada de forma genérica, mas não de forma específica.

A lei vai para o Senado e volta, e, outra vez, eu faço uma emenda ao projeto, que, a princípio, seria votado no outro dia. Às 24h10min, o projeto é votado muito rapidamente e, em 15 minutos, estava aprovado. Eu tentava daqui, a distância, inserir a cultura gospel no projeto, como eu havia tentado fazer na Comissão apropriada.

Diante disso, Sr. Presidente, eu quero fazer um pedido a este Parlamento. Eu acho que há um jogo muito forte em detrimento das igrejas no Brasil, em detrimento dos defensores da cultura gospel. Eu percebo que a Esquerda destila, nas entrelinhas, certo ódio, há uma inquietação quando alguém comenta que igreja é, por exemplo, um serviço essencial. Igreja é serviço essencial, porque trata o ser humano

no nível emocional e no nível espiritual, no momento em que ele precisa da fé e precisa ter esperança. Porém, quando este assunto vem à tona, a reação vem rapidinho, vem em cadeia pelos partidos de esquerda. Agora, quando eu tento incluir a cultura gospel no projeto, outra vez fomos preteridos.

Eu vou fazer um PL e quero testar este Parlamento.

Eu vou começar fazendo o resgate da Igreja como instituição sagrada, uma instituição que ajuda o ser humano a aliviar a alma, com emoção, com sentimento, com fé e com esperança, em tempos de crise. É preciso rediscutir isso.

Os partidos de esquerda acham que a Igreja atrapalhou os projetos políticos deles. Não! Foram as iniciativas deles, como a liberação das drogas, a visão incorreta sobre a família, sobre a vida, sobre o aborto, que fizeram a Igreja adotar outra posição, mas ela não tem posição política. A Igreja defende a convicção que ela tem. Qualquer político ou segmento político do Brasil que se adequar à convicção da Igreja vai ter o apoio dela.

Há um problema que os partidos de esquerda não querem enxergar. Nós precisamos ser respeitados como uma instituição que defende a vida, que defende a família, que é contra a liberação das drogas. No dia em que nos respeitarem, não haverá nenhuma dificuldade de apoio. Trata-se de uma questão democrática.

Nós temos uma posição: a Igreja não discrimina. Na verdade, ela é discriminada. Nós não temos homofobia no Brasil, em tese. Nós temos cristofobia, igrejafobia. Agora vem o Supremo retirar a Igreja do estatuto de atividade essencial. Membros do Supremo - alguns deles - vêm se sentindo, do alto da sua postura, deuses com cadeira e começam a questionar o que mais de 80% da população brasileira defende: a Igreja, a adoração, o sagrado.

Sr. Presidente, eu espero que devolvam, sobretudo, à Frente Parlamentar Evangélica, composta por mais de 120 Deputados, o direito de defender efetivamente a cultura gospel na lei que nós aprovamos ontem. Este é um direito sagrado nosso, um direito que nos foi retirado, um direito daqueles que defendem o Brasil.

Muito obrigado.

Sumário

Apresentação de requerimento à CPI da Covid, instalada no Senado Federal, com vista à apuração de decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA sobre a importação da vacina russa Sputnik V.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem a ANVISA negou o pedido de importação da vacina Sputnik, a vacina russa. Era um pedido que já estava há muito tempo na ANVISA. Por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a pedido do Governador Flávio Dino, a ANVISA foi instada a se manifestar. E ontem ela se manifestou negando a licença e a autorização de importação da vacina Sputnik.

Eu quero registrar aqui nesta sessão, Sr. Presidente, que estou entrando com um requerimento na CPI da COVID-19, instalada no Senado Federal, pedindo apuração dos fatos com relação a isso. E por que faço isso? Hoje - está registrado na imprensa brasileira -, o representante do Fundo Soberano da Federação da Rússia disse que essa decisão da ANVISA é *fake news*, é uma decisão sem fundamento na ciência, é uma decisão baseada em política e não em ciência. Portanto, são denúncias graves que o representante do Fundo Soberano da Federação da Rússia, responsável pela vacina no Brasil, está fazendo em relação à representação do Governo Bolsonaro no que diz respeito a essa causa.

Ele disse mais: disse que havia entendimentos entre o Governo brasileiro e a gestão do ex-presidente dos Estados Unidos, o Sr. Donald Trump, no sentido de que o Brasil não adquirisse vacinas russas. Essa é uma posição que ele considera tendenciosa e não profissional. Ele levantou inclusive suspeita de corrupção, envolvendo grandes farmacêuticas do mundo. É uma manifestação muito grave que exige apuração.

Por essa razão, Sr. Presidente, estou ingressando com esse requerimento na CPI instalada no Senado - aqui na Câmara, infelizmente, não fomos capazes de fazer o mesmo - para apurar os desmandos desse Governo em relação à pandemia. Vamos pedir à CPI a apuração dos fatos em relação a esse caso.

O representante também destacou que a Sputnik já está em 61 países - a vizinha Argentina já aplicou 5 milhões de doses - e que a eficácia da vacina é de 97,6%. Segundo ele, a decisão da ANVISA é muito estranha e muito suspeita. Isso merece apuração em defesa da vida do

povo brasileiro.

Esse é o registro.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 557/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:16
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à agressão verbal do Presidente Jair Bolsonaro contra a repórter Driele Veiga, durante visita ao Estado da Bahia. Apelo para a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste momento de pandemia com mais de 380 mil mortos no Brasil, eu quero, primeiro, repudiar a fala do Sr. Presidente da República, que há alguns dias pousou com um cartaz onde estava escrito "*CPF cancelado*", gíria utilizada para significar mortes, execuções e ações ilícitas em relação à vida.

Ontem, em uma visita do Sr. Presidente à Bahia, a repórter Driele Veiga lhe fez uma pergunta acerca desse cartaz que o Presidente da República havia empunhado em Manaus, e ele, de maneira inaceitável, infame, chamou a repórter de idiota. O Sr. Jair Bolsonaro tem o costume de agredir mulheres, o costume de vociferar contra mulheres. Ele deveria ter uma posição de estadista, de Presidente da República, e não adotar esse tipo de atitude que envergonha a Nação.

Minha solidariedade à Driele Veiga, que estava apenas no exercício da sua atividade profissional.

Segundo, Sr. Presidente, quero fazer uma exigência, inclusive para motivar os Deputados e Deputadas. Nós precisamos que o Sr.

Presidente da República sancione o que este Congresso Nacional, esta Câmara dos Deputados aprovou na última semana: o Projeto de Lei nº 795, de 2021, que prorroga os efeitos da Lei Aldir Blanc e que também faz com que tenham vigência os contratos celebrados via Lei Rouanet, uma lei de isenção fiscal que garante a manutenção de espetáculos, atividades culturais, através da ferramenta da isenção de impostos.

Sem dúvida alguma, a Lei Aldir Blanc foi um advento, um advento que contou com muitas mãos: com a perícia e a dedicação da Relatora, a Deputada Jandira Feghali, com o apoio do Deputado Arthur Lira, então Líder do maior bloco da Casa - S.Exa. serviu de ponte para que essa lei fosse aprovada sem vetos. E agora, depois de um valor de 3 bilhões de reais, durante a pandemia, apenas 780 milhões não foram executados, e a Lei nº 795 garantiu a liberação para destravar esses recursos.

Precisamos que a lei seja sancionada esta semana, para que a cultura não pare em 2021, tamanha é a exiguidade de recursos para a Secretaria Nacional de Cultura, hoje nômade: acabaram com seu Ministério, foi levada para o da Cidadania, da Sra. Damares, e agora está no Ministério do Turismo, com carência absoluta de verbas para sobreviver.

Como Presidente da Comissão de Cultura desta Câmara dos Deputados, em nome daquele coletivo plural e qualificado, eu venho fazer aqui o nosso pedido de apoio à sanção presidencial da Lei nº 795, de 2021.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 558/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 28/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Vereador Fábio Santana e ao Diretório Municipal do PT pela atuação contra o fechamento do Hospital Geral de Itapeverica da Serra, Estado do São Paulo. Protesto contra a proposta encampada pelo Governador João Dória de fechamento de prontos-socorros estaduais. Urgente instalação de CPI para investigação sobre a exploração ilegal de madeira na Amazônia.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje venho a esta tribuna para parabenizar, pelo mandato coletivo e popular, o Vereador Fábio Santana e o Diretório Municipal do PT de Itapecerica da Serra, pela atuação contra a ação do Governador João Dória, que deseja o fechamento do pronto-socorro do Hospital Geral de Itapecerica da Serra. Decisão absurda e cruel, sobretudo por ter sido tomada em plena pandemia da COVID-19 e sem nenhum debate público, deixando a população completamente desassistida.

Também está na mira do Governador o fechamento de outros prontos-socorros dos hospitais estaduais do interior e também da Capital, como, por exemplo, o Hospital Geral da Pedreira, Hospital Geral do Grajaú e o Hospital Santa Marcelina do Itaim Paulista.

No caso de Itapecerica da Serra, é importante dizer que o Município possui cerca de 180 mil habitantes. O Hospital Geral sempre foi referência para o atendimento das populações dos Municípios vizinhos, como Embu-Guaçu, Juquitiba, Embu das Artes e São Lourenço da Serra. Só em 2020 foram mais de 86 mil atendimentos no pronto-socorro.

Lembro, por fim, que o Governador João Dória se alvora como o defensor da saúde e da ciência, mas insiste em fechar hospitais e cortar recursos de instituições de educação e pesquisa.

Não ao fechamento dos prontos-socorros estaduais de São Paulo!

Aproveito, Sr. Presidente, para chamar a atenção desta Casa para o fato de que precisamos fazer a nossa parte para impedir o crime organizado que vem atuando na exploração ilegal de madeira na Amazônia. Isso já ficou provado na investigação que a Polícia Federal vem fazendo. Ontem, na audiência pública de ontem nas Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos com o delegado Alexandre Saraiva, ficou evidente a necessidade de instalarmos uma CPI para dar sequência a essa investigação.

Há a suspeita de intervenção do Governo Bolsonaro para impedir que essa investigação siga adiante. O próprio Ministro Salles esteve na área advogando a favor dos madeireiros e, segundo ele mesmo e ainda mais grave - isto está na imprensa -, teria ido lá a pedido de alguns Deputados e Senadores.

Por isso, nós precisamos fazer a nossa parte e instalar rapidamente uma CPI, para dar sequência a essa investigação.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:28
Publ.: DCD - 28/04/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Liminar da Justiça para suspensão da indicação do Senador Renan Calheiros como relator da CPI da Covid no Senado Federal. Atitude de acovardamento do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, diante da determinação do Supremo Tribunal Federal de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a todos que nos acompanham através da *TV Câmara*.

Acredito que todos tenham visto que houve ontem uma liminar, a partir de um pedido da Deputada Carla Zambelli, para impedir que o Senador Renan Calheiros, suspeito, com um filho Governador, pudesse ser o Relator da CPI da COVID. Aí o Presidente do Senado, o Sr. Rodrigo Pacheco, fez com grande veemência uma luta pela independência dos Poderes, pela independência do Senado. Disse no seu Twitter que a escolha do Relator cabe ao Presidente da CPI, que se trata de questão do Parlamento, que não admite a interferência de um juiz, que a preservação da competência do Senado é essencial ao Estado de Direito, que a Constituição impõe a observância da harmonia e da independência entre os Poderes.

É engraçado que ele não teve o mesmo comportamento quando o Supremo Tribunal Federal, na figura do Ministro Barroso, determinou a instalação da CPI a partir de um mandado de segurança, porque já haveria assinaturas suficientes para a instalação da CPI. Ou seja, o Presidente do Senado, Sr. Rodrigo Pacheco, age como um "tigrão" com o juiz federal, que não pode julgar os Senadores, mas age como "tchutchuca" com os Ministros do STF.

O Sr. Rodrigo Pacheco abriu as pernas para o STF ao instalar a CPI da COVID, mas, no momento em que uma Deputada alega a suspeição de um cidadão como Renan Calheiros, que tem um filho Governador e que, no seu discurso de posse quando estava sendo investido na relatoria da CPI, só faltou gritar "*fora, Bolsonaro!*", ele alega a independência dos Poderes. É lamentável que o Sr. Rodrigo Pacheco aja dessa forma, se acovardando perante o STF e alegando a

independência dos Poderes para impedir que uma pessoa suspeita como aquela seja retirada da função de Relator.

Sr. Rodrigo Pacheco, já que V.Exa. gosta da independência dos Poderes e quer reafirmar a independência do Legislativo, peço, por favor, então, que possa aceitar os processos de *impeachment*, que estão sendo engavetados, contra Ministros do STF. Não aja como "tchutchuca" com os Ministros do STF!

Documento 560/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:32
Publ.: DCD - 28/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o fechamento das escolas no Estado do Rio Grande do Sul. Aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Pedido ao Governador Eduardo Leite de garantia do retorno às aulas presenciais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu venho a esta tribuna para falar sobre a lamentável situação em que vivemos no Estado do Rio Grande do Sul, onde há 13 meses - 13 meses! - as escolas se encontram fechadas.

Nós aprovamos, na semana passada, um projeto de lei aqui na Câmara dos Deputados declarando "*Educação presencial, atividade essencial*". Todos os estudos científicos sérios têm demonstrado, ao longo desta pandemia, que acertaram os Países que - a média mundial tem sido em torno de 2 meses o período de fechamento das escolas -, com segurança, garantiram a volta às aulas. Acertaram, porque não há surtos de COVID nas escolas. Acertaram, porque as crianças que voltaram ao ensino presencial mais cedo estão tendo um rendimento muito melhor do que aquelas que continuam até hoje como aulas *on-line*.

É um crime o que está sendo feito com a educação no País e, mais especificamente, no Rio Grande do Sul, onde o CPERS-Sindicato está fazendo força contra a educação.

Recebi mensagens de pais, como esta, por exemplo: "*Boa noite! Minha*

filha chorou, esta semana, por não poder ir à escola. Quer ver os colegas, os professores, quer estudar no colégio. Está muito difícil mantê-la em casa, trancada, com aulas on-line. Isso está afetando o psicológico de todos aqui". Há esta outra, em função da expectativa que havia de que as escolas fossem reabertas nesta semana: "Marcel, contei para o meu filho de 6 anos que amanhã talvez ele não tenha escola. Ele me perguntou se não está se comportando para ter tanto castigo. Eu estou mal com esta instabilidade, mas os estudantes estão péssimos".

Sr. Presidente, está nas mãos do Governador do Estado, Eduardo Leite, resolver esse problema. Há uma batalha insana no meio jurídico que, aliás, também tem agido como se político fosse, como se fosse Poder Executivo. Juízes e desembargadores estão querendo mostrar quem manda mais. Que concorram nas eleições para tomarem ações administrativas e políticas, mas que não intervenham nas decisões que deveriam ser do Governador, que, por sua vez, não toma uma atitude.

Portanto, Governador Eduardo Leite, o distanciamento controlado - que está descontrolado - já deu o que tinha que dar. Na verdade, é um distanciamento manipulado, politicamente manipulado: cores de bandeiras mudam a favor da política. Ouça os pais, ouça as crianças, ouça os professores, que querem voltar às aulas, Sr. Governador, porque é preciso garantir a educação. Mude, altere o sistema de bandeiras no Rio Grande do Sul. Retire essa salvaguarda que foi criada há pouco mais de 1 mês, mais uma vez manipulando o distanciamento descontrolado, e garanta a volta às aulas!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 561/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:36
Publ.: DCD - 28/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o Governador do Estado do Rio grande do Sul, pela rigidez dos protocolos de prevenção à pandemia de Covid-19. Defesa da eficiência da ivermectina no tratamento preventivo da Covid-19.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sinto-me grato, digníssimo Presidente. É uma honra participar desta

sessão.

Eu, inicialmente, quero fazer um protesto aqui contra o Governador Eduardo Leite, que está há 9 semanas mantendo bandeira preta no Rio Grande do Sul, quando, pelo critério de leitos de UTI, nós teríamos hoje no Estado 10 bandeiras vermelhas e 11 da cor laranja.

Com isso, as crianças não estão indo ao colégio. Crianças e famílias estão desesperadas. As crianças estão perdendo muito, pois, como diz a UNESCO, a OEA, chega a 8 anos, a 10 anos o tempo para recuperar o prejuízo no futuro.

Governador, o senhor nunca empreendeu, não sabe o que é ir à luta na rua, no trabalho, por isso que quer *lockdown*. O senhor, que não tem filho, que não sabe o que é ter filho em casa querendo ir para a escola, auxilie-se melhor com os seus assessores. O senhor, Governador do Rio Grande do Sul, está sendo mais realista do que o rei.

Dito isso, meu assunto aqui é a eficácia da ivermectina no tratamento preventivo da COVID-19. Quem descobriu essa droga foi o japonês Satoshi Omura, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina. Tenho aqui 65 páginas em que ele, com mais três japoneses PHDs, a defende. Pesquisas realizadas em 49 países mostram a eficiência da ivermectina.

Não há nada de efeito colateral. O ideal é usar a ivermectina do primeiro ao terceiro dia em que se sentem os sintomas. Chega a até 90% a eficácia do seu uso no tratamento.

Isso é muito importante. Eu tenho aqui todos os dados. E o melhor: o Dr. Satoshi Omura sugere que coloquem na bula da ivermectina que ela tem eficácia no tratamento preventivo contra a COVID-19. Por que não?

"Não adianta, em hipótese alguma, tratar a COVID-19 com ivermectina, porque não funciona, é muito barato". Os pobres não podem comprar? Faz o quê? Pobres estão morrendo. Só em São Paulo, poderíamos ter evitado mais de 60 mil mortes. Mas, como geram medo - "Ivermectina não funciona" -, pobres estão morrendo. E colocam a culpa...

Isso faz com que os ricos comprem os remédios mais caros, o que é bom para a indústria farmacêutica. Rico pode. Esse foi o caso do ex-Presidente Regan e também do Trump, que tomaram remédio caro. Ricos podem. Pobres não podem. Assustam com a morte do pobre para o rico comprar o medicamento caro.

Ivermectina funciona, como diz o ganhador do Prêmio Nobel Dr.

Satoshi Omura.

Documento 562/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:40
Publ.: DCD - 28/04/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação com a fome e a insegurança alimentar, provocadas pelo aumento do preços dos alimentos durante a pandemia de Coronavírus. Recordes na produção de grãos no País. Atenção brasileira voltada exclusivamente à exportação e negligência com abastecimento da população interna. Defesa de compra, pelo Governo Federal, de parte da safra de alimentos para regulação dos preços. Desperdício de 26,3 toneladas de alimentos por ano no País.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma honra ver um filiado, um membro, um correligionário do PSD presidindo a sessão da Câmara dos Deputados. Parabéns a V.Exa., que honra todos os psedistas brasileiros!

Sr. Presidente, venho à tribuna para falar de um assunto que aflige o Brasil: fome e insegurança alimentar. Começo com uma frase equivocada do Presidente Bolsonaro, que, negando a fome, afirmou: *"Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não"*. Ora, num país que é uma das maiores potências agropecuárias do mundo, o preço dos alimentos cresceu o triplo da inflamação no primeiro ano da pandemia.

O Brasil alimenta boa parte do planeta, e sua produção agrária bate recorde. O milho, por exemplo, deverá registrar produção recorde, chegar a 109 milhões de toneladas. O volume estimado de soja também é recorde, Sr. Presidente: 135,5 milhões de toneladas, um crescimento de 8,6%. O Brasil colhe mais de um terço de toda a soja do mundo.

No entanto, o problema é o seguinte: o Brasil foca em soja e milho para exportação, enquanto a sua população passa fome. Alimentos cruciais para os brasileiros, como arroz e feijão, perdem espaço. Em 2020, a produção do feijão foi de apenas 3,3 milhões de toneladas; a do arroz, 11 milhões de toneladas. Isso representa menos do que o Brasil produzia 10 anos atrás.

Sr. Presidente, é importante destacar que, por exemplo, o preço do pacote de 5 quilos de arroz subiu 71% desde fevereiro, o preço do feijão subiu 66%. O preço do prato feito - arroz, feijão, carne e salada - subiu 43% em 2020.

Enquanto isso, há muito desperdício. O País tem a péssima fama de desperdiçar, Sr. Presidente, 26,3 milhões de toneladas de alimento por ano!

Ora, como é possível, então, que haja tanta gente faminta, tantas pessoas passando fome, numa potência alimentar como o Brasil?! Porque se privilegia a exportação. É importante abastecer o mercado interno, Sr. Presidente.

O que deve ser feito, entre outras coisas, é o Governo comprar parte da safra em momentos em que estão sobrando alimentos e colocar esses produtos no mercado quando o preço deles subir. Os americanos chamam isso de *buffer stock*. Mas a prática é antiga, está registrada inclusive na Bíblia: José, filho de Jacó, guardou grãos durante 7 anos de fartura no Egito e os usou para alimentar o povo nos 7 anos de fome que se seguiram.

No entanto, nada disso está sendo feito. Há, na realidade, um desmonte estrutural de todas as instituições e órgãos de prevenção e combate à fome no Brasil. Portanto, fica aqui um apelo de um Deputado do Centro-Oeste, celeiro agrícola do meu Brasil, País que tem um potencial inestimável de riqueza alimentar, mas não consegue alimentar o seu próprio povo.

Tanta injustiça, tanta crueldade, Sr. Presidente! Vamos avançar para colocar o dedo na ferida!

Documento 563/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:48
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Senado Federal pela criação da CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Temor da base governista diante da instalação do órgão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -

Presidenta, muito obrigado pela palavra. Hoje falarei da tribuna.

Estive acompanhando o final da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal. Quero parabenizar os Senadores pela instalação da CPI, coisa que infelizmente não fizemos na Câmara, embora haja um pedido de instalação da CPI da Cloroquina. Eu o fiz há bastante tempo, mas não conseguiu assinaturas suficientes. Porém, o Senado Federal conseguiu assinaturas, e vamos ter agora a CPI da COVID-19 ou a CPI do Genocídio, porque já estamos chegando a 400 mil pessoas mortas no Brasil.

Eu vi o medo estampado na cara dos bolsonaristas no Senado. Estão morrendo de medo da CPI aqueles que são tão corajosos, que preferiam dizer que a COVID era apenas uma gripezinha, que ela nada valia, que bastava tomar cloroquina para estarem todos salvos. Agora eles estão com medo não daquilo que chamaram de gripezinha, que é essa pandemia horrorosa, mas de uma CPIzinha.

Isso é só uma CPI, Jair Bolsonaro. É melhor você já ir se acostumando, ao invés de ficar com mi-mi-mi. Você tem que responder por que não capacitou o povo brasileiro a enfrentar esta pandemia, com isolamento social, com *lockdown*, quando fosse necessário. Por que V.Exa., Presidente Jair Bolsonaro, fingiu que nada disso faria mal ao povo brasileiro? V.Exa. viu o número de mortos aumentar e desdenhou do nosso povo dizendo: "*E daí, é assim mesmo, pessoas morrem!*"

Agora, em Manaus, viu-se um *show* de horrores. O Presidente foi a um programa de televisão e tirou foto com uma frase que é típica de milicianos: "*CPF cancelado*" - já temos quase 400 mil CPFs cancelados, Presidente Jair Bolsonaro, enquanto V.Exa. debocha do povo brasileiro. E o Ministro do Governo, que foi sem máscara a um *shopping* em Manaus, quando questionado por uma senhora, perguntou: "*Onde compra uma dessas máscaras?*" Ele, que foi Ministro da Saúde, debochou do povo brasileiro dessa forma.

Agora eles estão lá, com medo da CPI, cheios de mi-mi-mi. Vão ter que responder muita coisa, porque genocídio dá prisão. Essa família Bolsonaro, esses milicianos, além de *impeachment*, vão ganhar a prisão no Brasil. Isso é o mínimo que eles merecem.

Viva o Senado Federal, porque a Câmara se omitiu.

Documento 564/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:52
Publ.: DCD - 28/04/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES



Sumário

Congratulação ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, pelo indeferimento do pedido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA de suspensão do prazo para decisão acerca da importação da vacina russa Sputnik V. Protesto contra o corte de recursos orçamentários realizados pelo Governo Federal nas áreas habitacional, previdenciária e da agricultura familiar. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, eu parabenizo o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski por ter barrado a tentativa da ANVISA de sabotar vacina. O que a ANVISA tentou fazer é um crime contra o povo brasileiro. É vergonhoso, Sra. Presidenta, o pedido de suspensão de um prazo de 30 dias para aprovar a compra de vacina da Rússia por Estados e Municípios. Nós estamos em plena pandemia, com quase 400 mil mortes, e o País precisa de vacina no braço do povo.

Parabéns, Ministro, pela sua decisão!

Sra. Presidenta, eu também deixo aqui o meu protesto contra o corte que Bolsonaro fez em programa de habitação popular. Ao vetar 98% do orçamento do programa Casa Verde e Amarela, Bolsonaro sepulta o sonho de 250 mil famílias que precisam de um teto para morar. Esse corte, Sra. Presidenta, também abala a construção civil, eliminando quase 800 mil postos de trabalho direta e indiretamente.

Sra. Presidenta, eu registro ainda os vetos que Bolsonaro fez ao Orçamento que atingiram de morte a agricultura familiar. O Presidente também atingiu a Previdência Social, com corte no Seguro-Desemprego, como também do abono salarial.

É lamentável ver que os vetos feitos pelo Governo atingiram os setores que mais precisam de atenção. Isso mostra que o Brasil tem um Presidente que não gosta do povo pobre, que governa para proteger o capital privado.

Portanto, fora, Bolsonaro! Genocida!

Sra. Presidenta, peço que essas três colocações que aqui fiz sejam divulgadas nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-14:56
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dificuldades impostas à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19 pela postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a produção do coronavírus pela República Popular da China. Não autorização, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da importação da vacina russa Sputnik V.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, cidadãos que nos acompanham, todos nós estamos aflitos, pelo menos aqueles que têm apreço pela vida e desejam garantir proteção ao nosso povo, mas desejam, ao mesmo tempo, que possamos ir voltando à normalidade com mais força. Queremos voltar à normalidade. Temos pressa. Mas, sem vacinação, isso não será possível. Sem vacina, nós vamos ter muita dificuldade.

O Brasil poderia ter vacinado muito mais gente se o Governo Federal tivesse agido com maior presteza, agilidade, desde o fim do ano passado. Mas não, o Governo preferiu a política negacionista, a política genocida que tem vitimado milhares de brasileiros e brasileiras. O número de vítimas beira 400 mil, o que é muito mais do que o número de habitantes de diversas cidades do País.

Pois bem, sabemos que a China produz parte dos imunizantes necessários à produção da vacina. E hoje Guedes, um discípulo do Presidente Bolsonaro, Ministro que faz essa política de arrocho no País, restritiva - e sofremos também com a crise econômica e com a crise social -, num evento junto com as empresas do setor privado de saúde, ataca os chineses, dizendo que o vírus foi produzido pela China. Isso é uma insanidade! Depois ele diz: "*Não sabia que isso estava sendo gravado. Se estava, não divulguem*", porque sabe a besteira que falou. Esse é o Brasil que nós estamos vivendo com esse Ministro da Economia.

Como se não bastasse isso, ontem a ANVISA negou autorização para uso da vacina Sputnik no País, sendo que havia contratos firmados por Governadores para que essa vacina pudesse vir e garantir a vacinação do povo. O Presidente não faz, não deixa agir quem quer fazer, e nós

ficamos patinando na vacinação no País. E o Governo ainda agride um país que está sendo parceiro, que está sendo aliado, que quer ajudar.

Já bastava o Ernesto, mas agora vem o Guedes falar uma besteira, uma agressão dessas. Com certeza, teremos reflexos dessa questão, inclusive, provavelmente, se ele não se retratar, também na área econômica. É lamentável tal postura.

Documento 566/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-15:00
Publ.: DCD - 28/04/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de apoio à Frente Parlamentar em defesa de piso salarial digno para os profissionais da enfermagem.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso esta tribuna para comunicar a todos os colegas Parlamentares que estou apresentando uma frente parlamentar em defesa de um piso salarial digno para a enfermagem brasileira e quero contar com o apoio de todos.

Todos nós sabemos da importância da enfermagem no Brasil, principalmente neste momento que estamos vivendo. Em plena pandemia, são mais de 2 milhões e 400 mil os profissionais que arriscam diariamente suas vidas para salvar a vida do povo brasileiro. Seja nas unidades de saúde, seja nos programas de saúde da família - PSF, seja nos plantões nos hospitais, seja no SAMU, seja nas clínicas particulares, esses profissionais são a linha de frente do enfrentamento à pandemia.

Há já mais de 50 anos a enfermagem luta para ter um piso e uma jornada de trabalho reconhecidos por lei, e até hoje isso não foi possível. É inadmissível que tenhamos profissionais ganhando pouco mais de um salário mínimo.

Por isso, venho pedir a cada um dos colegas Parlamentares apoio a esta Frente Parlamentar, para que possamos aprovar, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, o PL 2.564/20 e, assim, garantir um piso salarial digno à categoria e as 30 horas semanais, um desejo do segmento há muito tempo.

O Brasil está em pandemia. O Brasil está desgovernado. Nós estamos sem esperança quanto à tomada de ações efetivas do Governo. Por isso, mais uma vez, o Congresso Nacional tem que sair na frente. Chegou a hora e a vez de reconhecer a importância desta categoria para o Brasil, a importância de profissionais que salvam vidas, que estão na linha de frente todos os dias. Todos nós sabemos que um hospital pode funcionar sem médico por uma semana, mas jamais um dia sem enfermeiro ou sem técnico de enfermagem.

Peço a todos os colegas Parlamentares o reconhecimento, a assinatura e o apoio a esta Frente Parlamentar. Mais do que isso, peço que todos nos engajemos nesta luta para aprovar a jornada e o piso salarial defendidos pela categoria.

Muito obrigado.

Documento 567/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-15:04
Publ.: DCD - 28/04/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Informação ao Presidente Arthur Lira sobre a presença na Casa de comitiva de representantes de centrais sindicais destinada à reivindicação da votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu gostaria de me dirigir em particular ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira. Temos hoje na Câmara dos Deputados uma delegação de sindicalistas que vieram a Brasília representando as centrais sindicais, exatamente para reivindicar a votação da media provisória que trata do auxílio emergencial, medida provisória que é absolutamente ridícula, porque propõe uma redução muito grande no valor do auxílio emergencial.

Olhem só, Sras. e Srs. Deputados: o lucro dos bancos aumentou 42% no primeiro trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre do ano passado - são 20 bilhões de reais em lucro, apenas dos 4 maiores bancos, sem contar todo o sistema financeiro. Enquanto isso, segundo estudo da Faculdade de Economia da USP, 61 milhões de brasileiros estão na pobreza, o que representa quase 30% da população, um

aumento de 42% em relação aos números do ano passado. Na extrema pobreza, estão mais de 19 milhões de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, 9% da população, 4 vezes mais que em julho de 2020. Esta é a situação do povo brasileiro, e é isso que nós precisamos resolver nesta Casa, votando esta medida provisória.

As centrais sindicais estão aqui em Brasília, Sr. Presidente Arthur Lira. Coloque em pauta a medida provisória do auxílio emergencial, permita que esta Casa possa discutir o assunto, apresentar emendas, aperfeiçoar o projeto e garantir ao povo brasileiro o mínimo de renda para sobreviver.

Ontem o Supremo Tribunal Federal determinou ao Governo que cumpra a Lei da Renda Básica da Cidadania, do então Senador Eduardo Suplicy. É necessário que esta lei seja cumprida - o auxílio emergencial é um passo importante para este avanço.

Não venham me falar de teto de gastos, porque o Centrão já arrebentou o teto, já furou o teto, acabou com isso! E foram eles que acabaram, não fomos nós da Esquerda. Eles mesmos é que fizeram isso. Agora, que se garantam recursos para o povo sobreviver!

Documento 568/702

26.2021.B	Sessão Outro Evento	27/04/2021-15:08
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à paralisação nacional de funcionários da Caixa Econômica Federal em reivindicação por melhores condições de trabalho. Repúdio à criação de subsidiárias da instituição financeira com o objetivo de sua privatização.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu quero saudar muito todos os trabalhadores e trabalhadoras, empregados e empregadas da Caixa Econômica Federal, de onde eu venho. Eu entrei na Caixa em 1982, por concurso público, concurso público que o Governo quer acabar, quer retirar da Constituição esta possibilidade e fazer com que os que têm compadrio e são indicados possam assumir as funções do Estado.

Os empregados e as empregados da Caixa estão em mobilização, fazendo paralisações em todo o Brasil. O que eles defendem? Defendem, primeiro, melhores condições de trabalho, porque estão ali

fornecendo o auxílio emergencial. O auxílio emergencial teve seu valor achatado, pela crueldade do Governo, pela política da morte, que se expressa na morte literal das pessoas, pessoas que estão indo embora, por causa da incompetência e do caráter doloso da política genocida de Jair Bolsonaro em relação à COVID-19. Muitas pessoas estão passando fome, e a fome vai corroendo a cidadania de mais de 19 milhões de brasileiros e brasileiras.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Caixa estão atendendo a milhões de pessoas, todos os dias, para lhes assegurar o mínimo de dignidade que um auxílio emergencial tão aviltado não sustenta. Os empregados e as empregadas da Caixa lutam contra a "esqueletização", contra o esquiteamento da empresa, que está sendo entregue, aos pedaços, ao capital internacional, por regra.

O Supremo decidiu que a privatização de subsidiárias não precisaria passar pelo Parlamento. O que faz a Caixa? Vai criando subsidiárias. Quer colocar e fazer o IPO da seguridade da Caixa, que representa um lucro substancial em qualquer banco. Quer entregar pela metade do valor previsto no ano passado, quando a Caixa decidiu não fazer a abertura do capital, a entrega da seguridade, porque os preços estavam muito aviltados. Agora, a Caixa foi entregue pela metade do preço! Quer criar também um banco digital - o banco digital quer tirar da Caixa ela mesma! Quer criar um banco digital para depois privatizá-lo, como quer privatizar os cartões e a gestão de recursos de terceiros.

É um crime contra este País a tentativa de privatizar, aos pedaços, a Caixa, sem que o Parlamento possa se dedicar a esta matéria, como não querem que o Parlamento aumente o valor do auxílio emergencial.

Documento 569/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/04/2021- CD	15:24
Publ.: DCD - 28/04/2021 - DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.114, de 2019, sobre a instituição do Dia Nacional da Criança Traqueostomizada.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

O dia de hoje é muito importante, e é com muito orgulho que venho



defender a aprovação deste PL, de minha autoria. Trata-se de um tema muito importante, porque a traqueostomia foi inicialmente usada para o alívio da obstrução aguda das vias aéreas superiores, sendo realizada como um procedimento de último recurso. Hoje, porém, com a pandemia da COVID que nós estamos vivendo, a incidência da traqueostomia não só em crianças, mas também em pacientes internados dentro de unidades de terapia intensiva é altíssima. Quase todos os pacientes hoje internados nessas unidades são submetidos a traqueostomia.

O tubo endotraqueal não fica mais do que 1 semana ou 10 dias. O profissional especializado, o intensivista, o cirurgião, o otorrino, o cirurgião torácico estão aptos a fazer esse procedimento. Então, a morbidade, a mortalidade da traqueostomia é duas vezes maior na criança do que no adulto. Então, era frequentemente utilizada na criança, porque elas apresentam essas anomalias das vias aéreas superiores, tanto congênicas quanto comumente adquiridas.

Eu mesmo, como cirurgião pediátrico, já atendi dezenas de crianças que, às vezes, ingerem soda cáustica. Elas moram no interior, em fazendas, em chácaras, onde se coloca soda cáustica para fazer sabão dentro de um potinho de iogurte. A criança confunde aquilo com um alimento e o ingere. E existe uma queimação das vias aéreas, tanto do esôfago quanto da traqueia.

Portanto, nós apontamos a importância de dar maior visibilidade e chamar a atenção das autoridades para as condições sob as quais vivem essas crianças e os cuidados que elas necessitam ter no pós-cirúrgico também. Não adianta fazer a traqueostomia, salvar a vida da criança, e ela vai para casa. É necessário, por exemplo, que o Ministério da Saúde se sensibilize e incorpore insumos para reabilitação pulmonar e fonatória para essas crianças, para que elas possam aprender a falar novamente. É necessário saber tratar. Hoje, nós temos traqueostomia que tem válvula. O paciente respira, mas, se ele quiser falar, ele pode falar através de um fechamento valvular. Nós temos visto a evolução desses equipamentos.

No Brasil, Sr. Presidente, além da desinformação, de uma maneira geral, não existe um procedimento padrão ou diretrizes nacionais que orientem o Sistema Único de Saúde e a Agência Nacional de Saúde. Não existe um fluxo adequado de encaminhamento e seguimento, como ocorre em outras doenças com risco de morte. Essas cânulas obstruem. E as famílias têm que...

(Falha na transmissão.)

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021- CD	15:48
Publ.: DCD - 28/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 832, de 2021, sobre o estabelecimento do novo Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 e/ou até R\$ 1.200,00 reais, aproveitando parte da Lei nº 13.982, de 2020, com pagamento conforme regra do Ministério da Cidadania, tendo como beneficiados todos os prejudicados pela pandemia Covid-19. Retirada de requerimento apresentado à Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, questão de ordem. Eu posso fazer só uma solicitação à sua Presidência?

Nós encaminhamos o *kit* obstrução, como eu havia falado para V.Exa., para fazer o debate do mérito, mas nós temos um outro desejo: a votação de um projeto que há dias está na pauta, o Projeto de Lei nº 823, de 2021, que se chama Lei Assis Carvalho.

Trata-se exatamente do apoio para a agricultura familiar, que precisa tanto de crédito, tanto de fomento, tanto de apoio, nesta difícil situação. Há outra dificuldade também, que são os preços altos para os consumidores. Se os agricultores tiverem esses programas com compras públicas, com créditos e com apoio, Sr. Presidente, com certeza isso vai ajudar o País, vai ajudar a agricultura, vai diminuir o custo da mesa do consumidor.

Portanto, nós estamos solicitando que tenhamos, Sr. Presidente, a garantia: já que esse projeto estava há vários dias na pauta, poderia estar também na pauta de hoje. Isso seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Bohn Gass, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., com todo o respeito, digo que isso não é uma questão de ordem. Isso é uma solicitação que V.Exa. poderia fazer pela ordem ou pedindo tempo de Líder. Então, não é uma questão de ordem. Eu o respeito, e garanti a palavra a

V.Exa.

Eu tenho sensibilidade com relação ao Projeto de Lei nº 832, de 2021. O nome do projeto, o nome do autor sensibiliza-me muito, pois é um amigo que eu fiz aqui na Casa e que foi embora de maneira repentina. Mas não se justifica uma coisa pela outra. O projeto, não há problema nenhum em constar da pauta o projeto. Pode constar da pauta da próxima semana, como outros projetos. Nós temos uma pauta extensa, que está escolhida pelo Colégio de Líderes, e nós não temos como priorizar, a não ser seguindo os mais votados. Portanto, faço o compromisso com V.Exa. de que, na semana que vem, esse projeto pode estar na pauta.

Agora, não cabe uma obstrução para chamar atenção, porque o tema da medida provisória é meritório com relação às dívidas dos pequenos produtores do Nordeste, do Semiárido, do Centro-Oeste e do Norte. Portanto, se o PT puder nos ajudar também, retirando o *kit* obstrução, para que nós pudéssemos votar e discutir o mérito da medida provisória, eu agradeceria da mesma forma.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas era exatamente isso que eu queria colocar. Se nós temos a garantia de podermos avaliar na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mas não é uma coisa pela outra, porque fica ruim, entendeu? Não é coisa pela outra, porque fica ruim. Eu não tenho problema em enfrentar a obstrução, mas não faria nunca aqui uma retirada de obstrução para a pauta de um projeto, porque senão abríamos aqui um precedente sem necessidade.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - No mérito, nós também estamos conversando com o Relator para melhorar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tudo bem, eu só queria dizer a V.Exa. que nós não vamos nunca implementar esta prática: *"Eu vou obstruir para colocar um projeto na pauta. Se o senhor colocar, eu tiro a obstrução"*.

Eu estou lhe fazendo um apelo, dizendo que não há necessidade disso porque, na semana que vem, com certeza, do Projeto de Lei nº 832, de 2021, se já constar na pauta, nós fazemos a votação dele.

Temos o acordo?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Com essa possibilidade, pois queremos colocá-lo em votação na semana que vem, nós estamos

retirando a obstrução neste projeto.

Documento 571/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021 - CD 16:40
Publ.: DCD - 28/04/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre definição das diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas e Deputados.

O PT orienta "não" ao encerramento da discussão, Presidente. Nós retiramos até mesmo o *kit* obstrução a partir do momento em que o Presidente Arthur Lira se comprometeu, sem ter exatidão do dia, a colocar em votação a Lei Assis Carvalho - semana passada.

Parece, entretanto, que o projeto está obstruído até pelo Relator. Nós queremos discutir, mas não só com a palavra para quem defende o projeto. É uma defesa sem fundamentos, até mesmo do Parlamentar que nos antecedeu.

Extinguir FINOR e FINAM é um erro, num momento em que haverá necessidade, para sair da crise econômica da pandemia, de alavancar a atividade econômica do setor empresarial, com o lançamento de debêntures, com o lançamento de papéis no mercado.

Subsídio é fundamental. Queremos discutir. Por isso, o PT orienta "não", Presidente.

Obrigado.

Documento 572/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 27/04/2021-16:52
---------	--



Publ.: DCD - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
28/04/2021 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Necessidade de criação de instrumentos de mitigação da desigualdade do País. Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre definição das diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Nós temos consciência de que o Brasil é um país de proporções continentais com uma desigualdade regional imensa. Por isso, entendemos como fundamental termos instrumentos para incidir sobre a desigualdade regional brasileira.

O Brasil é o segundo país do mundo com maior desigualdade entre ricos e pobres. É também um país com desigualdades raciais, sociais e com profundas desigualdades regionais. Com base nisso, entendemos que o texto original é meritório, caminha no sentido de possibilitar a quitação e renegociação, Sr. Presidente, de dívidas, por meio dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste, em especial neste momento de crise sanitária, uma crise que agudiza as crises econômica e social. Nós sabemos que há uma quebradeira imensa de empresas, em especial de pequenas e médias empresas. Então, o mérito do texto original da medida provisória que votaríamos aqui é inquestionável neste momento de crise econômica, pois contribui para a manutenção de empregos, neste Brasilão deste tamanho.

O problema é o acontece com o texto que estamos votando aqui agora, este que substituiu o texto original da medida provisória, Sr. Presidente.

Quando o Relator diz que não vai ser retirado nem um centavo do Tesouro, nós entendemos isso justamente como um desinvestimento em fundos tão importantes e, mais do que isso, uma orientação para que sejam extintos, num Brasil com estas proporções, com desigualdades regionais, os Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste. Isso é caminhar na contramão do desenvolvimento dessas regiões, Sr. Presidente, ainda mais - e termino com isso - com a aprovação anteriormente nesta Casa da PEC que inviabiliza que possamos instituir novos fundos.

Então, em defesa justamente do Norte e do Nordeste é que nós

gostaríamos de não estar votando este texto, que exclui os fundos aqui mencionados.

Obrigada, Presidente.

Documento 573/702

40.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021-
CD 17:04

Publ.: DCD - 28/04/2021 - MARX BELTRÃO-PSD -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Votação da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a renegociação extraordinária no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Atuação do orador como relator de medida provisória culminante na Lei nº 13.340, de 2016, sobre autorização da liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; e alteração da Lei nº 10.177, de 2001. Pedido aos Parlamentares de voto favorável a matérias de renegociação de dívida de agricultores endividados do Nordeste. Apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Atuação do orador em prol da derrubada do veto presidencial referente à Lei 14.057, de 2020, sobre a subvinculação de 60% dos Precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF para o magistério. Apresentação de ação junto ao Ministério Público Federal para imediato pagamento da vantagem aos professores pelos prefeitos. Protesto contra reajuste de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED. Pedido de urgente votação do Projeto de Lei nº 939, de 2021, sobre alteração da Lei nº 10.742, de 2003, para proibição do reajuste anual de medicamentos durante Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós estaremos votando aqui a Medida Provisória nº 1.016, muito bem relatada pelo Deputado Júlio Cesar, do PSD, uma medida provisória que trata da renegociação no âmbito dos fundos constitucionais.

Eu tive a honra de ter sido o Relator da medida provisória que originou a Lei nº 13.340, ainda no Governo passado, lei que deu a milhares de agricultores familiares de Alagoas e de todo o Nordeste a oportunidade de renegociar e liquidar seus débitos com o Banco do Brasil e com

Banco do Nordeste.

Nós fizemos esse trabalho em parceria com o Deputado Júlio Cesar. E hoje algumas emendas serão pautadas e votadas.

Eu queria chamar a atenção desta Casa para que todos votem a favor dos temas que tratam da renegociação da dívida dos agricultores endividados do Nordeste. Essa é uma nova oportunidade para que os agricultores possam ter crédito para voltar a produzir, sobretudo no momento em que estamos saindo da pandemia.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para também chamar a atenção desta Casa para um PL que está tramitando no Senado. Eu fui indagado por vários enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem, parteiros e parteiras do Estado de Alagoas, pois eles têm trabalhado muito não só no auxílio à pandemia, mas também salvando vidas em todo o Brasil. E nós vemos a luta que essas categorias têm travado para ter um piso salarial decente. Este é o momento que esta Casa tem de acelerar a votação desse PL, tão logo saia do Senado. Este é o apelo que eu faço aos Líderes de todos os partidos: que possamos ter esse PL votado aqui também na Câmara dos Deputados com a máxima rapidez possível para que todos esses profissionais tenham o piso salarial aprovado por esta Casa e sejam valorizados nos Municípios onde trabalham.

Queria também chamar a atenção aqui para outro PL que este Congresso votou, o PL 14.057, que trata dos precatórios do FUNDEF. Eu e vários outros Deputados trabalhamos muito na articulação para que esse PL pudesse ser votado. Nós articulamos, inclusive, a derrubada do veto.

Hoje todos os professores, da ativa ou não, que trabalharam na época do FUNDEF, têm direito a receber 60% desses precatórios. Ocorre que alguns Prefeitos - não todos, claro - não estão tendo a sensibilidade de pagar os precatórios aos professores.

Eu queria chamar a atenção do Congresso para isso, até porque estou protocolando um ofício junto ao Ministério Público Federal para que ele obrigue todos os Prefeitos a realizarem esse pagamento, porque é lei. Nós votamos essa lei aqui neste Congresso, e ela hoje é uma lei federal. Os Prefeitos têm a obrigação de fazer esse pagamento. Se o recurso está em conta, o Prefeito tem que pagar os professores. E aqueles Prefeitos que não quiserem fazer esse pagamento tenham pelo menos a hombridade de dizer aos professores dos seus Municípios que não querem pagar essa conta.

Há Prefeito que está usando esses recursos para fazer calçamento, há Prefeito que está usando esses recursos para pagar débito com

previdência, há Prefeito que está usando esses recursos para investir em outras áreas que não a educação. Esse dinheiro é dos professores, portanto, nós temos que cobrar que os Prefeitos façam a sua obrigação, que é cumprir a lei e pagar os 60% dos precatórios aos professores.

Gostaria também de chamar a atenção para o que aconteceu no início do mês na CMED - Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Ela autorizou o aumento do preço de medicamentos em 10% no início do mês. Há alguns medicamentos cujos preços subiram, inclusive, mais do que 10%, chegaram a 12% de aumento, e exatamente num momento como este, de pandemia, de dificuldades. A indústria farmacêutica nunca lucrou tanto como tem lucrado neste momento de pandemia, e a CMED autorizou um aumento de 10% no preço dos medicamentos.

Nós estamos num momento em que os salários dos servidores públicos estão congelados, não podem ter aumento; a iniciativa privada está batendo todos os recordes de demissão; há pessoas que estão sem trabalho; há queda no número de carteiras assinadas; as pessoas não têm oportunidades, e vemos a indústria farmacêutica, com o apoio da CMED, aumentar o preço dos medicamentos em 10%.

Isso é inaceitável, é um absurdo! Inclusive tramita no Senado o Projeto de Lei nº 939, de 2021, que proíbe o aumento do preço de medicamentos durante a pandemia. Então, é necessário que os Líderes na Câmara, junto com os Líderes no Senado, coloquem este projeto em votação com a máxima urgência, para que nós possamos frear o aumento do preço dos medicamentos de forma desenfreada como está acontecendo hoje no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 574/702

40.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/04/2021-17:12	
Publ.: DCD 28/04/2021 -	CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao

atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre definição das diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós pudemos ver determinados Parlamentares discutindo a respeito principalmente do rebate. Nós temos que esclarecer que essas dívidas não são de hoje, são de um tempo em que a economia não era a mesma de 5 anos atrás, muito menos a mesma de 10 ou 15 anos atrás.

Há muitos juros embutidos nessas dívidas. São dívidas altas, e quem mais lucrou com tudo isso foi o sistema financeiro. Nós não podemos deixar esse imbróglio se arrastar de forma alguma.

O Relator Deputado Danilo, inclusive por duas vezes, explicou muito bem que a intenção não é faturar, cobrando de empresas que não têm nada para pagar neste momento. O Relator inclusive citou o desmonte de empresas no Estado dele, o Ceará, mostrando a dificuldade que é sobreviver com empréstimos com juros altos, numa economia destrambelhada como a que nós tivemos há alguns anos.

É o momento de nós corrigirmos essa situação. E, para corrigir isso, não adianta enfiar a faca no pescoço do empresário. Ou se dá a mão ele, ou se estende uma corda para ele, ou se oferece uma guia para tirá-lo do sufoco e devolvê-lo à atividade econômica que ele vinha exercendo. Isso é óbvio.

É claro que eu vou encaminhar favoravelmente ao relatório e vou pedir a todos os colegas Parlamentares que façam o mesmo, porque é um momento de precisão. Este é o momento de nós reaquecermos a economia, para ofertar empregos, colocar mais oportunidades no mercado de trabalho.

A pandemia tirou muitos empregos, de muita gente. É claro que algumas ações destrambelhadas de Governadores ajudaram sobremaneira a população a perder os empregos. Eu não vou nem falar do Estado de São Paulo, porque eu já estou cansado de falar das atrocidades que o Governador daqui cometeu com a economia do Estado. E nós estamos falando de FINAM e FINOR. Nós estamos falando do desenvolvimento de duas regiões importantes para o País.

Então, concordo com o Relator e concordo com o relatório dele. Apesar de a matéria não ter nada a ver com a Região Sudeste, a região a qual

eu pertenço, neste momento, eu tenho que olhar para o Brasil e tenho que olhar o fato de que o Governo Bolsonaro está fazendo de tudo para gerar empregos em todas as regiões.

Obrigado.

Documento 575/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 28/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre definição das diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, o PSL orienta "sim" ao parecer pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância.

Eu fico impressionado com a maneira como alguns Parlamentares de esquerda argumentam. É como se se estivesse dando dinheiro. Noventa por cento estão inadimplentes, quer dizer, não vão pagar mais. Com desconto de 70%, eles podem pagar.

Como é que a Esquerda, que é contra tudo e a favor de nada - quanto pior, melhor -, pede, a todo momento, auxílio emergencial de 600 reais? V.Exas. sabem de onde sai esse dinheiro? De impostos. Nós queremos salvar empresas que estão quebrando a todo segundo Brasil afora. V.Exas. não têm noção de como a economia está quebrando devido a esta pandemia. Temos que auxiliar ao máximo as empresas deste Brasil, porque a economia é o que vai reerguer o País.

Obrigado, nobre Presidente.

Documento 576/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021-
---------	--

Sumário

Transcurso do Dia da Trabalhadora Doméstica. Convite aos Deputados para participação em seminário na Casa destinado ao debate da situação dos empregados domésticos no País. Defesa de conclusão da votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros e profissionais do transporte de cargas à vacinação durante a epidemia de coronavírus. Pedido aos Parlamentares de apoio para aprovação de destaque apresentado à matéria acerca da inclusão dos empregados domésticos entre os profissionais com prioridade para recebimento da vacina contra a Covid-19.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós queremos registrar que hoje é o dia das nossas trabalhadoras domésticas. A nossa bancada tem atuado em convergência. Nós sabemos quanto ainda precisamos avançar.

Hoje, com várias Deputadas, definimos a realização de audiência, no dia 10 de maio, em homenagem às nossas trabalhadoras domésticas. Sabemos que essas mulheres têm colocado em risco suas vidas. É nossa prioridade a aprovação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, Sr. Presidente. Está pendente a votação de três destaques.

Tivemos uma reunião hoje com várias Deputadas, com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD, com a Chirlene, representante dessa federação, com a Deputada Maria do Rosário, com a Deputada Erika, com a Deputada Talíria. Esta Casa fará um seminário no dia 10. Aproveito a oportunidade para convidar todas as nossas Deputadas a participarem e se engajarem também.

Acho que a maior homenagem que podemos fazer é votar o PL 1.011, especialmente um destaque da Deputada Benedita, que, com muita sabedoria, incluiu as nossas trabalhadoras domésticas em grupos prioritários para a vacinação.

Sabemos que essas mulheres não podem parar. Sabemos a dificuldade de todas elas. Muitas ainda estão em condições análogas às da escravidão.

Gostaríamos de pedir o apoio de V.Exa., o apoio de todas as mulheres da bancada feminina, para que possamos dar verdadeiramente um presente, esse exemplo de cidadania para as nossas mulheres. O seminário acontecerá no dia 10. Pedimos que seja votado o PL 1.011,

especialmente esse destaque.

Disponho ainda de 3 minutos, Sr. Presidente. Gostaria que usassem esse tempo a Deputada Erika Kokay e a Deputada Talíria Petrone, que foram as Deputadas que solicitaram a referida audiência.

Documento 577/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/04/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Trabalhadora Doméstica. Defesa de conclusão da votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros e profissionais do transporte de cargas à vacinação durante a epidemia de coronavírus; e de aprovação de requerimento de destaque sobre a concessão às empregadas domésticas de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, hoje, dia 27 de abril, é o Dia das Empregadas Domésticas. Digo "empregadas" porque a esmagadora maioria dessa classe que trabalha em casas é de mulheres. A maioria é de mulheres. Grande parte trabalha de maneira informal.

Como disse a Deputada Celina Leão, há vários casos de cárcere privado, dezenas de casos. Empregadas domésticas estão sendo proibidas de sair da casa em que trabalham, para que não circulem e carreguem o vírus. Estão vivenciando, portanto, situação extremamente dramática.

Tem razão Simone de Beauvoir, a crise atinge todo mundo, mas atinge de forma muito mais profunda as mulheres. A maioria, no caso, é de mulheres negras. Então, há um recorte de gênero e um recorte étnico-racial.

Nós estamos, por isso, reivindicando que possamos concluir a votação do Projeto de Lei nº 1.011. Um dos destaques dá prioridade às empregadas domésticas na vacinação, para que possam ter direito à vida.

São elas que estão nos ônibus, são as que estão presas na casa dos patrões e das patroas e são aquelas que, em grande medida, como

disse a Deputada Celina, estão em condições análogas às da escravidão.

Houve essa reunião da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista com a Deputada Celina para realizarmos essa atividade no dia 10 e para que possamos fazer justiça.

Votação do PL 1.011 já!

Documento 578/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021 - CD 18:52
Publ.: DCD - 28/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Domésticos. Perda de postos de trabalho e vulnerabilidade social dos empregados domésticos agravadas com a pandemia de coronavírus. Luta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD pela concessão de auxílio emergencial à categoria e pela sua inclusão entre os grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19. Convite aos Parlamentares para participação em seminário sobre a situação das empregadas domésticas no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o dia nacional das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, um dia em que não temos muito o que comemorar.

Como nós sabemos, elas vêm de longe, de grandes batalhas. Neste momento de pandemia, principalmente, nós perdemos mais de 2 milhões de postos de trabalho dessas mulheres. Nós compreendemos e sabemos que a maioria dessas mulheres são mulheres negras, porque o trabalho doméstico vem do histórico terrível do regime escravocrata, que explorava essa mão de obra. Essas trabalhadoras eram qualificadas em seus países de origem e se tornaram escravas em nosso País. Nós vimos esses empregos sumirem e essas mulheres batalharem desde então.

Nós tivemos, nessa situação da pandemia, um momento terrível para as trabalhadoras domésticas. Vulneráveis que são, diante do desemprego, não tiveram, como alguns segmentos de categorias profissionais, o direito à prioridade no auxílio emergencial e muito

menos à prioridade que estamos buscando para que elas possam ser vacinadas.

Nós conhecemos essa história desde 1942, quando elas ficaram fora da CLT. Não foram reconhecidas como uma categoria profissional. Em 1972, elas começam a ser identificadas como trabalhadoras, com alguns direitos. Mas, só em 1988, foram reconhecidas, na nova Constituição brasileira, como profissionais. São profissionais que têm dedicado seus dias a criar nossos filhos, a limpar nossas casas, a cuidar do nosso jardim, a sair com os nossos animais para o passeio.

Nós sabemos como é importante a Lei Complementar nº 150, de 2015, que dá a essas mulheres o real atendimento dos seus direitos, mas elas foram altamente prejudicadas pela reforma trabalhista. Nós reconhecemos que, ainda hoje, em nosso País, muitas dessas mulheres e também muitos homens estão trabalhando em um sistema similar ao trabalho escravo.

Nesta data, temos que lembrar que essas trabalhadoras, além de cuidar de todos nós, têm poucos direitos e, nesta pandemia, estão sendo altamente prejudicadas. Essas trabalhadoras estão ficando doentes. Como nós previmos, essas trabalhadoras não são avisadas da doença pelos empregadores, se contaminam em seu local de trabalho e vão para casa. Elas são mandadas para casa sem assistência, porque muitas dessas trabalhadoras ainda não recebem de seus empregadores os direitos devidos.

Como nós podemos festejar e comemorar esta data se elas continuam cada vez mais vulneráveis? A miséria e a tristeza dessas mulheres continuam sendo ampliadas, assim como os abusos cometidos contra essas mulheres que trabalham de sol a sol. Às vezes, elas estão em um emprego sem saber nem o número da casa nem o nome da rua em que estão trabalhando, porque vivem encarceradas. No Brasil, ainda assistimos a essas notícias nos jornais. É uma realidade que nós devemos enfrentar.

Neste momento, é importante que todos nós possamos apoiar essas trabalhadoras. A nossa bancada feminina tem um grande sentimento de que deve fazer com que essas trabalhadoras tenham prioridade na vacinação e sejam reconhecidas. Precisa ser cumprida a lei que trata da defesa dessas trabalhadoras, do tempo de trabalho, do 13º salário, da carteira assinada e do direito à Previdência. Estamos falando de um contingente de mulheres que, há séculos, vêm trabalhando em condições precárias.

Hoje, conversamos com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD sobre o caso daquela trabalhadora que cuidava do animal doméstico e deixou o seu filho para a empregadora

dar uma olhada. Nós sabemos da história do Miguel Otávio. Em que deu essa situação? Faleceu essa criança. Até hoje não sabemos o que aconteceu com a mãe dessa criança falecida. Qual é a situação dessa mãe? Foi feita justiça? A vida daquele menino não volta mais.

No Estado do Rio de Janeiro, a primeira vítima da COVID-19 foi uma trabalhadora doméstica. Ela foi contaminada pelos empregadores, que vieram da Itália. Ela continuou trabalhando, porque não sabia que estava contaminada. Quando ela conseguiu entender o que estava acontecendo, já não havia mais tempo de receber qualquer tipo de cuidado. Ela morreu!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de ser uma categoria com mais de 6 milhões de trabalhadoras, em meio a essa pandemia, não estão sendo incluídas em várias modalidades de auxílio que consideramos essenciais para este momento.

É nossa responsabilidade garantir que essas trabalhadoras tenham o que nós já identificamos como seus direitos. Algumas dessas trabalhadoras ainda se queixam disso. A FENATRAD sabe disso e está trabalhando conosco, para conseguirmos esses direitos que elas estão buscando neste momento, como o auxílio emergencial, bem como priorizar a vacinação, para sua proteção, para proteção da sua família e para proteção também dos seus empregadores. Essas mulheres saem de madrugada de casa e pegam transporte lotado, cheio. Algumas delas chegam ao trabalho sem nenhuma condição de segurança, sem ter sequer álcool em gel para usar, para que o seu empregador possa se sentir também seguro.

Diante disso, nós apelamos para que atendam não somente a FENATRAD, mas também essas trabalhadoras, essas mulheres que já vêm de longo tempo trabalhando. Espero que, verdadeiramente, possamos comemorar, pós-pandemia, que elas continuaram vivas porque lhes foram assegurados todos os direitos dos demais trabalhadores. Que elas cuidem realmente de nossas casas e que possamos cuidar delas! Isso é muito importante.

Nós estamos convidando os Parlamentares para um grande seminário, que será realizado no dia 10. Essa não é uma questão só das mulheres, é uma questão nossa, da Câmara dos Deputados. Venham conosco, no dia 10, participar desse seminário.

Documento 579/702

40.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021 -
CD 19:04

Publ.: DCD - 28/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA

DOSORDEM DO DIA

COMO LÍDER

Sumário

Associação ao discurso da Deputada Benedita da Silva acerca do transcurso do Dia Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos. Conclamação à Casa de inclusão da categoria entre os grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19 e da garantia de auxílio emergencial.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu queria me somar à fala da querida Deputada Benedita da Silva e lembrar essa data de muita luta. Hoje é o dia nacional das trabalhadoras domésticas brasileiras.

Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa tem sido, no último período, palco de enormes ataques ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Mas, quando pensamos na trabalhadora doméstica, esses ataques se multiplicam, se mostram mais agudos, se mostram mais dolorosos num País que ainda não aboliu plenamente a escravidão. Isso precisa ser dito.

Essa é uma categoria que só em 2013 conquistou a equiparação com outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras. Vejam só: 2013 foi anteontem! Estamos falando de uma permanência de um passado colonial duro, que veio de um sequestro de negros e negras de povos da África para cá em navios negreiros. Infelizmente, ainda temos resquícios desses tempos, que queríamos que ficassem no lixo da história brasileira.

Nessa tragédia em curso, com a maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, que agudiza a crise econômica, o desemprego, a fome, é preciso que este Parlamento se lembre do corpo ao qual a crise chega com mais força. Quem é, senhores e senhoras, que se vacina menos? Quem é, senhores e senhoras, que morre mais com essa pandemia que atinge o nosso País? Infelizmente a dor chega com mais força ao corpo negro, ao corpo trabalhador.

A primeira vítima da pandemia no Brasil foi uma trabalhadora doméstica. Cleonice Gonçalves foi vítima da COVID no meu Estado do Rio de Janeiro. Ela pegou a doença dos seus empregadores. Isso não é uma exceção. Isso expressa quem está na fila do SUS e morre literalmente sufocado. Isso expressa a realidade das periferias, das favelas brasileiras, a realidade dos trabalhadores que não têm acesso a auxílio emergencial e dessas trabalhadoras domésticas, na sua maioria mulheres negras.

Nosso País, infelizmente, ainda é o país do quartinho de empregada. Nosso apartamento funcional, daquele tamanho, tem quartinho chamado "de serviço". São os famosos quartinhos de empregada, que envergonham o Brasil mundo afora, com janelas pequenininhas, num apartamento daquele tamanho.

Eu queria que nos lembrássemos de quem limpa a roupa dos senhores na pandemia; de quem cozinha a comida dos senhores na pandemia; de quem faz os senhores poderem estar aqui com os seus ternos lavados e passados, senhores e senhoras. Eu imagino a situação que vive uma trabalhadora doméstica que, muitas vezes, trabalha sem seus direitos, pega ônibus lotado, não tem acesso a saneamento na sua casa e, se por direito decide não ir trabalhar, não recebe - eu duvido que a maioria dos senhores mantém o salário das trabalhadoras domésticas.

Esta Casa precisa priorizar essas trabalhadoras, para terem acesso à vacina. Esta Casa também precisa garantir auxílio emergencial para defender a vida das trabalhadoras domésticas, que há tanto tempo são vilipendiadas por este Parlamento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 580/702

40.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021 -
CD 19:12

Publ.: DCD - 28/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à luta dos funcionários da Caixa Econômica Federal contra a privatização da instituição e em defesa da inclusão dos bancários entre os grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19. Contestação às críticas do Ministro da Economia, Paulo Guedes, aos servidores públicos. Contrariedade à proposta de reforma administrativa. Dados econômicos demonstrativos do fracasso da gestão do Ministro Paulo Guedes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero agradecer a V.Exa. e, neste momento, emprestar a minha solidariedade e o meu apoio incondicional a todos os funcionários da Caixa Econômica Federal - são meus colegas, pois

eu sou funcionário do Banco do Brasil.

Eles fizeram hoje um dia de luta, um dia de protestos, por 24 horas, mobilizados em defesa do patrimônio público brasileiro, em defesa da Caixa Econômica Federal, contra a privatização e em defesa da vacina, até porque os trabalhadores da Caixa, Presidente, estão sem parar um dia. Em que pese toda a exposição ao coronavírus, eles estavam ali, na linha de frente - aliás, os bancos fizeram isso; o Banco do Brasil fez isso também.

E a Caixa faz o seu protesto, reclama os seus direitos. São trabalhadores que precisam ser reconhecidos, valorizados, respeitados, pois fazem um trabalho essencial na pandemia no que diz respeito à atividade bancária e também às lotéricas. Enfim, há toda uma situação que precisa ser conhecida, reconhecida e respeitada.

Por isso, em defesa da Caixa Econômica Federal pública, dos trabalhadores da Caixa e do Banco do Brasil, dos bancários, o patrimônio público tem que ser respeitado.

De outra parte, Presidente, eu quero dizer que fiquei impressionado com mais uma manifestação do Ministro Paulo Guedes. Agora ele diz que as pessoas estão querendo viver 100 ou 120 anos e que o Brasil não tem condições de pagar pelas pessoas que vivem por todo esse tempo, desmerecendo, desfazendo das pessoas, do cidadão, da cidadã por sua longevidade, dizendo que o Estado não tem condições de pagar essas pessoas, exatamente para justificar o aperto que ele pretende fazer, e está fazendo, na reforma administrativa.

Já foi assim na reforma da Previdência: castigo, castigo, castigo para os mais humildes, para os mais pobres - os grandes privilégios eles não tiraram, Presidente. Agora, na reforma administrativa, quer castigar os servidores públicos. Aliás, ele mesmo disse, um tempo atrás, que os servidores públicos eram parasitas, ou seja, pessoas ineficientes, com trabalho lento, pouco produtivas. Essa é a visão do Ministro Paulo Guedes.

Pois nós queremos contestar. Os servidores públicos trabalham, honram a sua atividade. Não há Brasil sem serviço público e não há serviço público sem o servidor público municipal, estadual e federal. A reforma administrativa atira, Presidente, contra o professor, a professora, o policial civil, o policial militar, o guarda municipal, os agentes de segurança, os agentes de saúde. Eles não estão tocando no Poder Judiciário, no Ministério Público, nos altos salários. Não! Não estão tocando! É preciso que nós denunciemos isso muito claramente, porque querem defenestrar o servidor público - não sem que nós reajamos, não sem que nós digamos com clareza que não

concordamos com isso.

O Ministro Paulo Guedes disse que quando vai ao mercado, ele é aplaudido, reconhecido, agradecido. Ele pode ser aplaudido, Presidente, mas só se for pelo dragão da inflação. Esse, provavelmente, vai aplaudir o Ministro Paulo Guedes. Vamos ver os números da economia, do Ministro da Economia. A inflação dos últimos 12 meses já passou de 6%. A gasolina subiu nesse período, só neste ano, quase 40%. O óleo *diesel*, mais de 35%. O dólar está a 6 reais ou acima disso. A gasolina também passou de 6 reais na bomba. O *diesel*, de 5 reais. O desemprego está em 14,5%, ou seja, quase 15 milhões de brasileiros estão desempregados, sem contar os subempregados. A energia elétrica subiu, nesse período, Presidente, 14,5%; foi lá pra cima. O aluguel subiu 23% no último ano. O gás de cozinha o Ministro Paulo Guedes disse que ia ser vendido a 30 reais - e foi aplaudido na FIESP, em São Paulo. Pois o gás de cozinha, Ministro, vou lhe avisar, passou de 100 reais, está custando 105 reais. O juro está lá em cima, enquanto o auxílio emergencial está lá embaixo.

E nós precisamos dizer isso com transparência, com sensibilidade, com clareza. Não precisamos falar alto; basta dizer os números, porque eles falam por si só. Se tiver que alguém aplaudir o Ministro, além do dragão, talvez os paraguaios aplaudam, porque a moeda brasileira se foi lá para baixo; está perdendo até para o guarani, a moeda dos nossos vizinhos paraguaios, que começaram a comprar do Brasil.

Então, Ministro, olhe para a realidade. O pior cego não é quem não vê; é quem não quer ver. E só quem não quer ver não enxerga a dura realidade da economia, e também da falta de vacina e da falta de condições para o nosso povo.

Documento 581/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021 - CD 19:16	
Publ.: DCD - 28/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Precariedade do ritmo de vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela falta de vacina e pelo aprofundamento da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus no País. Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia). Necessidade de instalação pela

Casa de CPI destinada à investigação de crimes ambientais cometidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Defesa, pela Oposição, do estabelecimento do valor de R\$ 600,00 para o auxílio emergencial. Contestação à manifestação do Presidente da Câmara dos Deputados sobre a inconsistência de pedidos de abertura de processo de impeachment do Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu o cumprimento mais uma vez e também os colegas Parlamentares.

Quero abordar três assuntos em nome dos nossos Líderes da Minoria, da Oposição, agradecendo especialmente ao nosso Líder Marcelo Freixo, que me concede este tempo para expressar essas posições nesta sessão.

Primeiro, Presidente, eu quero dizer que a situação da vacinação em nosso País é absolutamente caótica.

Tenho aqui dados atualizados até o dia 24 de abril e cuidadosamente detalhados. Até o dia 24 de abril, praticamente 100 dias depois de iniciada a vacinação, o Brasil aplicou apenas 41 milhões e 468 mil doses de doses de vacina, sendo 28 milhões e 969 mil primeiras doses e 12 milhões e 499 mil segundas doses. Mais grave do que isso, Presidente Arthur Lira e colegas Deputadas e Deputados: o Brasil está aplicando apenas 750 mil doses por dia nesses últimos 15 ou 20 dias. E, infelizmente, os sinais apontam para a possibilidade de queda deste número baixíssimo de 750 mil doses por dia, nas próximas semanas, por falta de provimento de vacinas - evidentemente, não é por falta de capacidade de aplicação de vacinas do nosso Sistema Único de Saúde.

O objetivo do Brasil, para atingir uma imunização de comunidade no País, que os técnicos chamam de imunização de rebanho, é aplicar em torno de 360 milhões de doses. Se o Brasil continuar aplicando 750 mil doses por dia, nós vamos demorar mais de 1 ano para conseguir chegar aos 350 milhões de doses de que o Brasil precisa. Hoje, infelizmente, o Brasil é o 76º país com vacinação mais atrasada no mundo. Países como Chile, Uruguai, Portugal, Espanha, Alemanha, além de diversos outros países europeus, têm o dobro de vacinação do que o Brasil tem ou mais.

O Presidente Bolsonaro é o grande responsável por esta crise de falta de vacinas em nosso País e pelo aprofundamento da crise sanitária



que o Brasil está enfrentando neste momento em que falamos, chegando praticamente a 400 mil mortes, bem como pela sua extensão e pelo número de mortes.

A CPI instalada no Senado vem em ótima hora, porque ali, seguramente, se mostrará com documentos que o Presidente da República Jair Bolsonaro orientou o Governo brasileiro a não comprar 70 milhões de doses da vacina da Pfizer; que o Presidente Jair Messias Bolsonaro orientou o Governo brasileiro e o seu Ministro da Saúde de triste lembrança, o General Pazuello, a cancelar a compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac; por fim, que o Presidente Jair Bolsonaro orientou o seu Governo, ao entrar no processo Covax Facility - pelo qual os países podiam encomendar, através da Organização Mundial da Saúde, doses de vacina que suprissem até 50% das suas necessidades -, a adquirir apenas 10% das doses de vacina a que teria direito, Deputada Erika, Deputada Luiza Erundina, que vejo aqui, na tela, acompanhando a sessão. Por isso, o Brasil poderia e deveria ter aplicado até este momento não 41 milhões de doses, mas em torno de 150 milhões de doses e deveria estar em outro ritmo de vacinação.

Eu espero que a CPI no Senado Federal mostre essas responsabilidades com documentos e que o assunto seja, de fato, tratado com seriedade, para responsabilizar quem tem a responsabilidade por este caos que nós estamos vivendo.

Eu espero - espero mesmo - que nas próximas semanas, nos próximos meses nós consigamos alterar essa lógica. Aliás, eu não me conformo com o fato de que até o momento o Brasil não tenha autorização para usar a vacina Sputnik, Deputada Erika Kokay. Os Governadores do Nordeste têm uma pré-compra de perto de 50 milhões de doses dessa vacina, que está sendo utilizada em mais de 60 países com resultados positivos. E por que ela está sendo impedida de ser usada aqui no Brasil?

Quero falar de outro tema, de acordo com o meu ponto de vista. Espero que desta vez a Câmara Federal não vire as costas para o País. É lamentável ver que a Câmara Federal não quis investigar os desmandos e os crimes cometidos durante a pandemia. Felizmente, o Senado quis e está fazendo isso, Deputado Arthur Lira. Eu espero que V.Exa., como Presidente da Casa, não permaneça numa posição de proteção permanente, geral e restrita ao Governo Bolsonaro. Nós devemos e precisamos instalar nesta Casa uma CPI para investigar os crimes ambientais cometidos neste País.

Acabou de ser afastado da Superintendência da Polícia Federal do Amazonas um policial federal que vinha conduzindo investigações e ações de qualidade da Polícia Federal para impedir desmatamentos e



incêndios na Amazônia. Como ele foi tratado pelo Governo Bolsonaro? Ele foi afastado das suas funções, porque o Ministro do Meio Ambiente, junto com o Presidente, aposta no quadro dos crimes ambientais, aposta naquilo que ele mesmo apoiou, ao dizer que se deveria passar a boiada, enquanto o Brasil tem que enfrentar uma pandemia sem Governo, absolutamente desgovernado.

A minha assinatura estará mais uma vez nesse requerimento de uma CPI para investigar crimes ambientais, mas eu espero, sinceramente, que dessa vez nós tenhamos mais de 171 assinaturas. Espero também que, dessa vez, o Presidente da Casa instale essa CPI para investigar crimes ambientais, que não podem continuar da forma como estão se dando, sem que o Parlamento exerça o seu papel.

Pode e deve agir o Ministério Público, mas, infelizmente, tem agido menos do que deveria. Pode e deve continuar agindo a Polícia Federal, mas, infelizmente, o Governo Bolsonaro a aparelha de maneira desavergonhada e atua por dentro dela, muito mais preocupado com a proteção de sua própria família, que alguns apelidam corretamente de "família", com a proteção de políticas retrógradas e atrasadas, que fazem do Brasil, neste momento, um pária internacional - não o Brasil, mas o Governo brasileiro. O Governo Bolsonaro é, hoje, considerado um pária internacional, um Governo sem força, um Governo sem credibilidade e que, aliás, aqui também, dentro do nosso País, perde credibilidade a cada dia.

As pessoas não querem mais o Governo Bolsonaro. Desculpem-me aqueles que ainda têm alguma dúvida. Nós precisamos encaminhar o *impeachment* de Bolsonaro, o que mais atrapalha o combate à pandemia, o que mais dificulta a proteção das vidas no Brasil de hoje, o que mais dificulta que haja uma política econômica efetiva de enfrentamento da pandemia, garantindo, por exemplo, um auxílio emergencial adequado de, no mínimo, 600 reais.

E aproveito, como Líder da Minoria, para pedir ao Presidente Arthur Lira que paute a medida provisória do auxílio emergencial. Eu, a Oposição e setores de outros partidos que hoje não são oposição queremos defender um auxílio emergencial de 600 reais com consistência econômica, com responsabilidade econômica, com responsabilidade com o crescimento do País. O Brasil não pode continuar à deriva, com um desgoverno que não atua em área nenhuma conforme as necessidades que o nosso País tem.

Abrir o processo de *impeachment* de Bolsonaro é uma questão democrática. Eu não posso concordar com o Presidente Arthur Lira quando ele diz que 95% dos pedidos de *impeachment* não têm consistência nenhuma. Eu vejo muita consistência em diversos desses pedidos. Mas, mais do que isso, eu quero ter o direito democrático de

analisar esses pedidos numa Comissão processante, com debate, com defesa, com busca de dados, com investigação efetiva, que é o papel do Parlamento.

Por isso, eu encerro esta fala apelando, mais uma vez, para que seja acolhido um dos pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou conceder a palavra ao Deputado Lucio Mosquini, como último orador. Após o tempo do Deputado Mosquini, vou encerrar a sessão, e todos os projetos ficarão para amanhã e quinta-feira.

Antes, porém, eu queria pedir um pouco de reflexão a V.Exa., Deputado Henrique Fontana. Eu não ouvia esses apelos durante os 2 anos de mandato do ex-Presidente Rodrigo Maia, que tinha 60 pedidos de *impeachment* na sua gaveta. Eu estou na Presidência há 2 meses, Deputado Fontana. Eu pediria a V.Exa. um pouco mais de tranquilidade, um pouco mais de paciência.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente, eu cobrei isso do Presidente Rodrigo Maia diversas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu ouvi V.Exa. calado. Eu ouvi V.Exa. calado e espero que V.Exa. também me ouça calado.

Não cabe a esta Casa, neste momento, desestabilizar uma situação por conveniência política de A ou de B. O tempo é o da Constituição, considerando a conveniência e a oportunidade. Os pedidos de *impeachment*, 100% - e não 95% - dos que eu já analisei, são inúteis para o que entraram e para o que solicitaram.

Tem a palavra o Deputado Lucio Mosquini, pelo tempo de Liderança do MDB. *(Pausa.)*

Documento 582/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-27/04/2021-
	CD	19:40
Publ.: DCD - 28/04/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Crítica à declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a a criação do coronavírus pela China. Protesto contra a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA de não autorização da compra pelo Consórcio

dos Governadores do Nordeste da vacina russa contra a Covid-19, Sputnik.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje tomamos conhecimento de mais uma frase desastrosa do Ministro da Economia. Ele disse que o vírus foi criado na China, o nosso principal parceiro comercial.

Além disso, veio uma notícia que chocou principalmente a Região Nordeste. O Consórcio Nordeste, uma experiência exitosa e que vem salvando vidas, foi articulado pelos nove Governadores. E a ANVISA, numa visão equivocada - inclusive ela foi cobrada por vários cientistas - , não autorizou a vacina Sputnik. Havia a capacidade de trazer 66 milhões de vacinas para o Brasil. Só na Região Nordeste, seriam 37 milhões. Em Alagoas, seriam 2,2 milhões. Seria possível vacinar toda a população.

É lamentável a postura da ANVISA!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 583/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/04/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 28/04/2021 - GUSTINHO RIBEIRO-SOLIDARIEDADE -SE CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razão do posicionamento contrário à instalação da CPI do Senado Federal destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil.

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o País tem vivido um momento muito difícil por conta da pandemia que assola o mundo inteiro. Momentos difíceis pedem união e soluções.

Faço esta fala justamente no dia em que o Senado instala a CPI da COVID, como foi denominada. E, neste momento de crise, quando quase 400 mil mortes ocorreram no Brasil, nós não precisamos de tensionamento. O País não merece essa política raivosa para atrapalhar o Governo no momento em que nós precisamos, Sras.

Deputadas, Srs. Deputados, de união.

Então, eu faço este registro e conclamo o Congresso, o Parlamento brasileiro, para que busquemos soluções para a pandemia.

Agora não é o momento de tensionar, de transformar um assunto tão sério, como a pandemia, em palanque eleitoral. Agora é momento de união. O Congresso precisa produzir soluções, ajudar o Governo Federal a enfrentar essa crise. Nós não precisamos de uma guerra eleitoral neste momento, em meio a uma pandemia. Nós precisamos vacinar a população brasileira.

O Parlamento precisa ajudar nas soluções, não criar problemas para a população brasileira. A maior parte, acredito eu, dos Parlamentares do Congresso Nacional defende a união e a busca de solução para a pandemia. O Governo Federal tem feito a sua parte, tem buscado vacinar a população brasileira, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero fazer um apelo. Este meu discurso hoje é para chamar a atenção do Senado e para chamar a atenção da Câmara dos Deputados, de todos que estamos aqui, Presidente Marcelo, como diz V.Exa., para isto: é vacina no braço e comida no prato! É como diz o bordão criado por V.Exa. que ganhou o País. Então, eu faço um apelo e peço uma reflexão aos Parlamentares, seja de direita, de esquerda, de centro: não é momento de guerra eleitoral, não é momento de disputa eleitoreira, é momento de cuidar da população brasileira.

O País já ultrapassou a marca de mais de 1 milhão de pessoas vacinadas por dia. Tirando os países produtores de vacina, o Brasil é o quarto país em vacinação. Eu não sou de direita, muito menos de esquerda, eu tenho um posicionamento político de centro. Acho que este é o momento de equilíbrio, de paz, para que busquemos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a solução para esta crise.

Criar tensão e transformar uma CPI, um instrumento legislativo, melhor dizendo, em disputa eleitoreira não é o que o País merece, não é o que a população merece, não é o que o povo brasileiro merece neste momento. Então, aqui fica este registro, Presidente.

A partir de hoje, dia em que foi instalada uma CPI que não tem fato determinado, não há sequer motivo determinado para instalação, não é justo com o povo brasileiro, não é justo com as milhares de vítimas desta pandemia que nós que somos funcionários do povo e temos a obrigação de estar aqui para fiscalizar, concordo, não estejamos aqui no Parlamento - e essa é também a nossa obrigação - produzindo soluções para o País, colaborando para que saíamos o quanto antes desta crise tão aguda que é a crise causada pela pandemia da COVID-

19.

Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, está aqui o apelo de um Parlamentar de primeiro mandato nesta Casa, mas que já tem certa experiência no Poder Legislativo. Fui Deputado Estadual lá em Sergipe por dois mandatos. Inclusive, fui Líder do Governo na Assembleia Legislativa, durante o Governo do PT.

Hoje estou como Vice-Líder do Governo aqui na Câmara. E faço este apelo mais uma vez: busquemos as soluções e não o agravamento de uma crise que está destruindo vidas, que está penalizando a nossa economia. Este é o momento de a Casa do Povo Brasileiro, o Parlamento, colaborar com o Governo Federal e apoiá-lo, como nós já estamos fazendo ao votarmos matérias que garantem agilidade no combate à pandemia.

Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não podemos concordar com esse instrumento legislativo, que é legítimo, mas que está sendo aplicado num momento inadequado, num momento em que o Brasil pede solução e união. Vamos vacinar a população brasileira! Vamos retomar o nosso crescimento econômico! Agora não é momento de CPI para atrapalhar o trabalho do Governo Federal, que luta com todas as forças para vencer a pandemia e para vacinar a população brasileira.

Era isso o que tinha a dizer, Presidente.

Agradeço a V.Exa. pela compreensão. Muito obrigado.

Documento 584/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/04/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de voto proferido pelo Deputado Zeca Dirceu. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo agravamento da crise sanitária no Brasil. Importância da CPI do Senado Federal destinada à apuração de ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País. Defesa do impeachment do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes, quero justificar que o Deputado Zeca

Dirceu votou com o partido na votação passada.

Sr. Presidente, quem está em palanque permanente, um palanque tecido com muito ódio e com muitas mentiras, é o Presidente Jair Bolsonaro. Quem está atentando contra a população é Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro fez uma política que tem dolo, é uma política intencional, porque disse que as pessoas iriam todas ser infectadas e que algumas sobreviveriam e outras, não. Ele estimulou a transmissão do vírus, ao desprezar o uso de máscaras, ao estimular as aglomerações e ao questionar as vacinas. Quem está transformando este País numa crise sem precedentes é Jair Messias Bolsonaro, o genocida.

Por isso, uma CPI que também apresenta propostas é absolutamente fundamental, como também o *impeachment* de Jair Bolsonaro.

Documento 585/702

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-27/04/2021-
	CD	19:52
Publ.: DCD - 28/04/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA pela não autorização da compra pelo Brasil da vacina russa contra a Covid-19, Sputnik, em face do não atendimento das exigências de eficácia e segurança.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, diante dos fatos que temos visto neste Plenário, com a politização da decisão dessa autarquia tão importante, eu quero parabenizar a ANVISA, por intermédio de seus servidores públicos, pelo trabalho competente e de muita responsabilidade na avaliação da vacina Sputnik.

Com muita responsabilidade, eles não autorizaram essa vacina, a princípio, por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, todas as amostras analisadas tinham adenovírus com capacidade de reprodução, isto é, poderiam provocar a doença. Em segundo lugar, falta informação sobre os efeitos adversos a curto, médio e longo prazos. Por isso, a Sputnik não atendia os padrões de qualidade, segurança e eficácia.

Parabéns, ANVISA, por proteger o povo brasileiro!

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pela aprovação de proposta de emenda à Constituição do Estado sobre o fim da necessidade de plebiscito para a privatização de empresas estatais. Expectativa de volta às aulas nas escolas gaúchas com o fim do sistema de bandeiras usado durante a pandemia. Saudações aos Deputados Fábio Ostermann e Giuseppe Riesgo, da bancada do Novo no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, da tribuna deste Parlamento, quero saudar a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição, de autoria do Deputado Sérgio Turra, que retira a necessidade de plebiscito para a privatização das estatais BANRISUL, CORSAN e PROCERGS.

Veja só, Deputado Silas, como é no Rio Grande do Sul: para privatizar uma empresa, é necessário, em alguns casos, que ocorra um plebiscito, mas ninguém pergunta à população, no momento da criação, se ela deve ser criada. Depois, porém, justamente para proteger os mais interessados na manutenção de estatais, inchadas e deficitárias, cria-se um instrumento para evitar a venda, o saneamento dela. E uso a palavra saneamento porque se inclui aí o próprio caso da CORSAN.

Portanto, Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero saudar aqui a Assembleia Legislativa gaúcha, porque vínhamos batalhando sobre esse tema desde o meu mandato de Deputado Estadual. Quando se falou em plebiscito para privatizar a companhia de energia elétrica, eu queria que fossem incluídas naquele plebiscito as estatais BANRISUL, PROCERGS e CORSAN, mas, à época, não consegui recolher as assinaturas necessárias para aprovar uma proposta de emenda à Constituição na Assembleia. O Deputado Sérgio Turra, que foi meu colega, conseguiu as assinaturas e, com o apoio decisivo de dois Deputados Estaduais da bancada do Novo, aprovou-se, com 34 votos, em primeiro turno, o fim da exigência de plebiscito para privatização de estatais.

Tão importante quanto isso, ou até mais, por causa do momento em que vivemos, para que fosse possível a votação no dia de ontem, houve uma intensa negociação com o Governador para que enterrasse o sistema de distanciamento descontrolado, como estou chamando o sistema de bandeiras, usado durante a pandemia no Rio Grande do Sul, para que possa haver a volta às aulas com segurança. Pesquisas têm demonstrado o grande prejuízo que as crianças brasileiras estão sofrendo em comparação com o resto do mundo por causa da falta das aulas no País.

Parabéns aos Deputados Fábio Ostermann e Giuseppe Riesgo, da bancada do Novo no Rio Grande do Sul, e a todos os 34 Deputados Estaduais gaúchos que votaram a favor do fim do plebiscito para a privatização de empresas estatais, abrindo um espaço necessário para a privatização das empresas citadas e garantindo o retorno às aulas do Estado com segurança.

Documento 587/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:04
Publ.: DCD - 29/04/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de proposta de emenda à Constituição do Estado sobre o fim da necessidade de plebiscito para a privatização de empresas estatais. Protesto contra a determinação, pelo Governo gaúcho, de volta às aulas sem as devidas condições sanitárias.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam a que ponto chegou a política no Brasil e o ataque à educação, aos educadores e educadoras, à comunidade escolar.

No Rio Grande do Sul, ontem, houve uma negociação - melhor dizendo, uma negociata -, por meio da qual o Governador do Estado tratou do fim do plebiscito que a Constituição Estadual determina para haver privatização. O povo gaúcho é contra a privatização da CORSAN, da PROCERGS e do BANRISUL. Mas o Governador negocia com parcela da Assembleia Legislativa com qual moeda de troca? A vida dos educadores e das educadoras, dos estudantes e da comunidade escolar gaúcha.

O retorno às aulas, Deputada Rosa Neide, transformou-se em moeda de troca. Privatiza-se de um lado e joga-se com a morte do outro, porque nenhuma medida foi tomada para o devido isolamento social, porque acabou o aporte do recurso de 600 reais como renda emergencial e porque 90% das capitais brasileiras já estão com as UTIs lotadas.

Lamentavelmente, o mesmo Governo Federal genocida, o Governo Bolsonaro, que leva os brasileiros e as brasileiras a 400 mil mortes, agora tem o apoio de Governos dos Estados para garantir o retorno às aulas sem qualquer segurança. Ora, senhores e senhoras, ninguém mais do que os educadores e educadoras, do que nós, como professoras e professores, queremos o retorno às aulas. Mas, ao mesmo tempo, nós queremos a vacina. Aliás, vacina é elemento fundamental. A vacina é o elemento para o retorno às aulas. Sem vacinas, sem distanciamento social nas demais esferas, como garantir que o retorno às aulas não se transforme em mais um passo de governos genocidas, levando à morte, ainda mais, milhões de brasileiros e brasileiras? E o risco que as crianças e os adolescentes estão vivendo?

Portanto, Sr. Presidente, eu quero me solidarizar com os educadores e educadoras, com o CPERS Sindicato, com professores das escolas privadas e públicas, os quais estão alertando a população: *"Queremos o retorno às aulas, mas com vacina!"* Sem a vacina, na verdade, não há educação, mas o risco de morte, o risco de vida. Isto não podemos aceitar: que governos genocidas negociem a vida das pessoas.

Enquanto isso, o Ministério da Educação e Secretarias de Estado, como a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, não tomam nenhuma medida para assegurar computadores e condições aos alunos para que tenham o mínimo de acesso pedagógico ao direito à educação.

Este é o meu protesto e minha indignação contra o governo gaúcho. Deixo o meu apoio aos educadores.

Documento 588/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:08
Publ.: DCD - 29/04/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a edição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de medida provisória

sobre a redução do salário proporcional à jornada de trabalho, bem como a suspensão de contratos trabalhistas durante a pandemia do novo coronavírus. Indignação do orador com embargos impostos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA à importação da vacina russa Sputnik V.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho trazer nesta tarde debate sobre uma medida provisória que o Presidente Bolsonaro apresentou. Imaginem: nós estamos em plena pandemia, com mais de 15 milhões de pessoas desempregadas, a fome batendo à porta da casa das pessoas, a pobreza aumentando cada vez mais no Brasil e, por outro lado, é apresentada uma medida provisória que propõe a redução do salário dos trabalhadores brasileiros. Isso é um absurdo! Suspensão de contrato? Nós não podemos concordar com isso, Sr. Presidente! Se houver a redução do salário dos trabalhadores brasileiros, vai aumentar mais ainda a fome e a pobreza no Brasil. Se tem que reduzir algum salário, que se reduza o salário de Bolsonaro, dos Ministros do Governo Bolsonaro, dos Deputados Federais, ou seja, reduza-se o salário de quem ganha mais. Agora, diminuir o salário do trabalhador é um absurdo, nós não podemos concordar de forma alguma com essa política de Paulo Guedes, que não aponta esperança nem desenvolvimento. A política de Paulo Guedes é uma tragédia do mesmo jeito que é tragédia o Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, quero também trazer algo que me deixou indignado - e, quando falamos do Governo, é só assim que me sinto. A ANVISA impediu a vinda da vacina Sputnik V, o que é um absurdo, do meu ponto de vista político.

Eu não sou técnico, mas é um absurdo, porque mais de 60 países utilizam essa vacina. Agora, no Brasil, não podemos utilizá-la? O que me parece haver é uma perseguição contra os Governadores do Nordeste, que saíram na frente, estabeleceram relação com a Rússia, compraram 37 milhões de doses. E aí o Governo Bolsonaro não quer ver essa vacina aplicada no braço de cada cidadão e cidadã brasileira.

É um absurdo isso acontecer quando estamos precisando de vacina para poder resolver o problema da pandemia, para haver desenvolvimento, para se voltar novamente a gerar emprego e esperança ao povo brasileiro. É só com a vacina. Nós temos que encontrar vacina para a nossa população.

A CPI da pandemia foi aprovada. A CPI está sendo realizada. E Bolsonaro vai ter que explicar na CPI por que não comprou vacina, por que abandonou o povo brasileiro, por que não cuida da vida das pessoas. Ele vai ter que se explicar. E essa CPI é fundamental para deixar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 589/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:12
Publ.: DCD - 29/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Educação, do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, sobre o ofício de profissional da dança. Participação da oradora em reunião da Comissão Externa de Enfrentamento da Covid-19 para debate sobre a importação da vacina Sputnik V com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e representantes de empresas produtoras de imunizantes.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em meio a momentos tão difíceis, temos, às vezes, algumas boas notícias. Hoje, pela manhã, a Comissão de Educação aprovou o Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, de autoria do grande ex-Deputado e ex-Senador Walter Pinheiro, meu conterrâneo da Bahia, que regulamenta o ofício do profissional da dança. O projeto dormitava naquela Comissão desde 2016, sem qualquer concordância em votá-lo. Agora foi pautado, votado e aprovado, representando uma grande vitória para os profissionais da dança, que comemoram amanhã, 29 de abril, o Dia Internacional da Dança.

A dança é tão antiga quanto a humanidade, mas ela se transformou da sua natureza artística em também ofício. Então, é uma arte e um ofício. É preciso regulamentá-la; dar direitos às várias modalidades, aos vários gêneros da dança no País; organizar a dança, aqueles profissionais de nível superior, de nível médio, os dançarinos autodidatas; articulá-los numa grande rede protetiva de direitos e estimuladora da ação.

Eu quero abraçar o Deputado Walter Pinheiro, Senador, hoje Secretário de Estado na Bahia, e dizer que vamos seguir até a aprovação final do projeto.

Finalizo, Sr. Presidente, neste 1 minuto que tenho, como farmacêutica e bioquímica - a única farmacêutica desta Câmara dos Deputados -,

para dizer que ontem participamos da Comissão Externa do novo coronavírus, ouvindo a ANVISA e alguns representantes de empresas produtoras de imunizantes para o novo coronavírus. Não tivemos a presença de representante do laboratório russo, mas objetivamente nós rogamos à nossa respeitada Agência de Vigilância Sanitária que, evidentemente, analise não somente aquilo que conseguiu ver na Rússia, que foi pouco, mas também os argumentos técnico-científicos que levaram 61 países a adotar a Sputnik V como imunizante de oferta.

Digo isso porque o Brasil está muito atrasado no processo vacinal. Nós não conseguiremos cumprir metas. Os Estados Unidos, que estavam profundamente atrasados, já terão vacinado toda a sua população até junho. Temos hoje os países centrais da Europa, o Reino Unido e outros já terminando o processo de imunização. Israel está voltando às atividades sem máscara, em praças públicas.

Nós entendemos, portanto, que o Brasil, que perde quase 3 mil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 590/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:16
Publ.: DCD - 29/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Educação. Contrariedade do orador a projeto de lei, em pauta no Senado Federal, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nestes breves comunicados, gostaria de cumprimentar a todos e dizer que hoje, 28 de abril, é o Dia Mundial da Educação. É uma data muito importante para todos os países, em especial os 162 países que estabeleceram o 28 de abril como Dia Mundial da Educação. No Brasil, podemos dizer que hoje é o dia da resistência; é o dia de dar continuidade à luta por uma educação pública e de

qualidade para todos e todas.

Gostaria de chamar a atenção para o que está na pauta do Senado amanhã: a votação de projeto que estabelece a educação como serviço essencial, o que vai de encontro à legislação existente no País, como a Lei nº 7.783, de 1989, e a Lei nº 13.979, de 2020, que definem o que é trabalho essencial. Infelizmente, colocaram a educação entre as atividades essenciais, sobrepondo legislações anteriores. Segundo o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 7.783, são necessidades inadiáveis - também ditas essenciais -, da comunidade, aquelas que, não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Ora, no atual contexto da pandemia, são as aulas remotas que garantem as três condições de essencialidade da supracitada lei. A presença de quase 60 milhões de estudantes e trabalhadores em educação nas escolas e universidades pode comprometer ainda mais as já limitadas medidas de isolamento social, requeridas pelas autoridades sanitárias do Brasil e do mundo, para conter o coronavírus em nosso território.

Este é um momento muito especial do País. Ainda estamos no ápice da pandemia. Temos clareza do quão fundamental é a educação brasileira e como é necessário nossos estudantes estarem socializados, sendo atendidos por professoras e professores. Neste momento, o País está observando quão importantes são os professores para a vida das famílias e de todos os estudantes do Brasil. Entretanto, resguardar a saúde dos profissionais, do nosso povo, salvar vidas é o que há de mais importante. Queremos conexão, queremos tecnologia, queremos vacina para todos e todas, para que possamos voltar ao que é mais digno na educação brasileira: a aproximação de estudantes com seus professores. Queremos aulas, mas, neste momento, remotas, para garantir vida, garantir saúde e garantir a continuidade de nossa luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 591/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:16
Publ.: DCD - 29/04/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Educação. Defesa da criação de CPI destinada à

investigação dos critérios utilizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para a compra de vacinas contra a Covid-19. Protesto conta o desmantelamento do Programa Casa Verde e Amarela. Importância da manutenção do Programa Luz para Todos, atualmente batizado de Mais Luz para a Amazônia. Defesa do Projeto de Lei 4.248, de 2020, sobre meta para universalização do acesso à energia elétrica na Região da Amazônia Legal, e definição de critérios para execução de políticas de universalização de energia elétrica para regiões remotas durante a pandemia de coronavírus.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, Deputada Rosa Neide, dar um viva, neste Dia Mundial da Educação, à educação brasileira; dar um viva a Paulo Freire, nosso grande mestre. Tentaram apagar ou desconstruir a memória dele, mas, pelo contrário, a reação foi tão forte que ele está mais fortalecido.

Ouvi o Deputado Valmir Assunção dizer que a CPI da COVID-19 pode chegar à ANVISA - olhem que eu sou defensor das agências brasileiras, das estatais brasileiras, do que nós temos de capital nacional -, e posso afirmar que, se o vírus não tem ideologia, a vacina não pode ter ideologia. Eu acho que já se começa a criar um ambiente de talvez haver uma CPI específica da ANVISA, para saber por que ela aceita comprar algumas vacinas e não aceita comprar outras. Então, deixo aqui a dica: talvez mereça uma CPI específica.

Eu escutei outro colega falar sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, que agora se chama Casa Verde e Amarela. E ele reclamava exatamente que esse programa está indo para o ralo. Eu me inscrevi para falar sobre o Luz para Todos, que, para mim, foi um dos melhores programas de desenvolvimento rural já criados no Brasil, no caso, pelo Presidente Lula, como o Minha Casa, Minha Vida também foi criado nos Governos do Lula e da Dilma.

O Governo Bolsonaro, de tudo o que deu certo nos outros Governos, porque não quer dar o crédito, começa mudando de nome. O Luz para Todos agora é o Mais Luz para a Amazônia. Estou querendo chamar a atenção para o fato de que, além de mudar o nome para esconder a mãe da criança, também está exterminando programas. Por exemplo, no meu Estado, nas áreas remotas, nas áreas isoladas, a energização está paralisada! Eu quero cobrar isso, mas quero também dizer que nós apresentamos um projeto, em 2020, o PL 4.248, para universalizar e diminuir o prazo para a implantação de energia nessas áreas remotas, em especial por causa da pandemia.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 592/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:24
Publ.: DCD - 29/04/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	APARTE DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com a votação, no Senador Federal, do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Convite aos Deputados para participação em audiência pública destinada ao debate sobre a vacinação de profissionais da educação pública e particular, bem como dos estudantes.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, boa tarde a V.Exa. e a todos os Deputados e Deputadas que nos assistem.

Presidente, eu pedi para vir hoje à tribuna para falar acerca do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que foi aprovado nesta Casa e trata da abertura de escolas em formato presencial, como serviço essencial. O serviço essencial, nesse caso, não é para aumentar as verbas orçamentárias, nem para melhorar os salários de professores, nem para abrir mais vagas nas universidades para os alunos, mas para abrir as escolas.

As pessoas estão muito preocupadas com isso. E essas pessoas são os trabalhadores da educação, as professoras, os professores, mas também estudantes. Eu tenho recebido deles e delas diversas mensagens de preocupação. Não adianta abrir escola e fechar caixaão.

Essa é a preocupação que o povo brasileiro tem. Se abirmos as escolas sem que haja condições realmente seguras, daqui a pouco vamos ter que fechar as escolas e ficaremos fechando caixaões.

No Senado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito está averiguando as responsabilidades por esse genocídio. Eu não creio que o Senado da República vá aprovar sem uma ampla discussão o referido projeto, que está na pauta de amanhã. Temos uma conversa com o Senador Marcos do Val, que é o Relator do projeto. Temos sugestões para que o retorno às aulas possa ser feito de maneira segura. Uma forma de se fazer isso de maneira segura é ampliar a vacinação.

Quero convidar todos os Deputados e Deputadas para participarem, na manhã de sexta-feira, de uma audiência pública, que terá início às 9 horas, convocada pela nossa Comissão de Educação, através da Presidência da Deputada Professora Dorinha. Vamos debater nessa audiência o tema da vacinação de profissionais da educação pública e particular brasileira, de trabalhadores e trabalhadoras da educação e de estudantes. Discutiremos a respeito de como isso está planejado do ponto de vista nacional. Estamos convidando inclusive o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia de COVID-19, para que esteja presente.

É preciso que se apresente um plano de vacinação. Não se pode simplesmente dizer isto: abram-se as escolas. Desse modo, vai haver mais transmissão do vírus. Nós sabemos que novas cepas estão por vir. Não podemos realizar esse ato irresponsável.

Solicito ao Senado Federal que espere, que o Relator e o Presidente do Senado tenham paciência, para que formulemos um plano efetivo de retorno seguro às escolas.

Esse é o pedido que faço em nome das entidades de trabalhadores da educação e de estudantes pelo Brasil afora.

Documento 593/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:28
Publ.: DCD - 29/04/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA contrária à importação da vacina russa Sputnik V. Congratulações ao Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo, pela gestão da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Apoio à paralisação dos servidores da Caixa Econômica Federal contrários ao processo de privatização da estatal.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, a decisão da ANVISA de reprovar a vacina da Rússia repercutiu negativamente em todo o Brasil, especialmente no Nordeste. Os Governadores da Região Nordeste já estavam esperando 50 milhões de doses que foram compradas por eles.

Está claro, Sr. Presidente, que a ANVISA agiu para atender os caprichos de Bolsonaro. Ele sempre fez tudo para atrapalhar o trabalho dos Estados. Mas uma coisa é certa: se não fosse o trabalho dos Governadores do Nordeste e de Prefeitos, o Brasil já estaria com 1 milhão de mortos. Não podemos ficar calados diante dessa medida política da ANVISA.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para parabenizar o Governador da Paraíba, João Azevêdo, pela gestão contra a COVID-19. A Paraíba está nos primeiros lugares em relação ao número de pessoas vacinadas no Brasil. O nosso Estado está em primeiro lugar no País quanto a gestão de aulas remotas pela Internet. Parabéns ao Governador da Paraíba.

Sr. Presidente, deixo aqui todo o meu apoio aos servidores da Caixa Econômica Federal. Eles realizaram uma paralisação de 24 horas contra o processo de privatização imposto pelo Governo Bolsonaro. O Governo está avançando na venda da Caixa Econômica por setores, para que esse processo não seja analisado pelo Congresso Nacional.

Em vez da privatização, defendemos o fortalecimento dessa instituição, tão importante para o Brasil. Defendemos também que o Governo Bolsonaro contrate os concursados que estão esperando desde 2014. A Caixa está precisando de funcionários. Se foi realizado um concurso, é necessário que essas pessoas sejam contratadas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 594/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:36
Publ.: DCD - 29/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem à memória de educadores vítimas da Covid-19 no Distrito Federal. Inoportunidade de aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Expectativa de alteração da matéria no Senado Federal. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da

pandemia do coronavírus - COVID-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Neste Dia Mundial da Educação, eu começo a minha fala fazendo uma homenagem muito especial em memória de educadores que faleceram em decorrência da COVID e também a educadores que estão participando de aulas presenciais - aqui no Distrito Federal, as escolas privadas estão abertas. Faço a minha homenagem a Everton Alves dos Santos, a Tiago Ferreira Lima Sobreira Rolim, a Jeane Rodrigues Dantas, a Marilene Alves Lustosa, a Elizabeth Pazito Brandão. Em pouco mais de 1 semana se foram esses educadores e educadoras.

Eu me pergunto que sentido tem aprovarmos um projeto como o que foi aprovado nesta Casa, o que estabelece prioridade à educação apenas para justificar a abertura das escolas sem qualquer tipo de segurança. Temos um projeto que está nesta Casa desde o ano passado, o Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, que dispõe sobre estratégia para retomada das aulas presenciais. Quanto ao retorno das aulas presenciais, esse projeto assegura que haja um processo de discussão, um processo em que se considerem as condições de cada escola, a fim de se saber o que é necessário para que ela possa ser reaberta com segurança. Sabemos que essa segurança advém da vacinação, da imunização. Alguns dizem que a escola, que a educação é essencial, mas o objetivo deles de reabrir as escolas tem uma lógica associada à morte. Escola é vida, escola é boniteza da vida, como diz Paulo Freire.

Se a educação não resolve tudo, dizia Paulo Freire, sem ela não resolvemos absolutamente nada.

Que esses que aprovaram esse projeto estejam certos de que ele será anulado ou modificado no Senado! Eles são os mesmos que congelaram os salários de educadores, são os mesmos que votaram a favor de um orçamento que retira dinheiro da educação, são os mesmos que não queriam aprovar o FUNDEB, são os mesmos que seguem, em sua lógica cotidiana, o poder emanado do Palácio do Planalto, que despreza a educação.

Educação significa consciência crítica, significa diálogo com a humanidade que precisa brotar dentro de cada pessoa neste País, e é negada a tantos segmentos. Por isso, nós que estamos aqui verdadeiramente defendendo a educação estamos dizendo...

(Desligamento automático do microfone.)

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:40
Publ.: DCD - 29/04/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retorno da fome ao País, após o impedimento da ex-Presidente Dilma Rousseff. Ineficiência das reformas liberais propostas pelo ex-Presidente Michel Temer e pelo Presidente Jair Bolsonaro. Atraso deliberado do Governo Federal na compra de vacinas em tempo hábil. Aplausos à Campanha Permanente contra a Fome e pela Inclusão Social da Arquidiocese de Vitória, Estado do Espírito Santo, por meio do Vicariato para a Ação Social, Política e Ecumênica.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, após o golpe de 2016, o Brasil começou a viver tempos muito difíceis. O Brasil, vergonhosamente, voltou para o Mapa da Fome. Hoje, segundo os últimos dados, 19 milhões de brasileiros estão passando fome, literalmente. Representam 9% da nossa população. Vejam, 55% da população brasileira - 116 milhões de pessoas - está em situação de insegurança alimentar, ou seja, não se alimenta de forma adequada.

A agenda neoliberal vem sendo tocada desde então. A reforma trabalhista aprovada no Governo Temer retirou direitos e gerou desemprego. A reforma da Previdência votada no Governo Bolsonaro retirou direitos previdenciários e gerou desemprego. E a promessa do Governo era de que as reformas trariam novos empregos. Outras medidas vêm sendo adotadas nessa mesma linha pelo Governo Bolsonaro, que tem gerado sofrimento, dor e morte.

O Governo demorou a comprar vacinas. Recusou-se 11 vezes a comprá-las. O Governo demorou a pagar o auxílio emergencial. O Governo interrompeu o pagamento do auxílio emergencial de 600 reais e agora paga um auxílio que vai de 150 a 320 reais. O brasileiro está sem vacina, sem emprego e sem comida.

Sr. Presidente, ainda bem que nós temos uma sociedade organizada que se mobiliza para enfrentar a fome. Eu queria falar de várias iniciativas. Falo especialmente da iniciativa que temos na Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo, por meio do Vicariato para a Ação Social, Política e Ecumênica, que organizou a Campanha Permanente contra a

Fome e pela Inclusão Social, para dar uma resposta solidária a essa situação.

O povo está passando fome. Ainda bem que o nosso povo está se organizando, porque o Governo quer matar o povo, que não tem vacina, não tem emprego e não tem comida.

Parabéns à Arquidiocese de Vitória! Parabéns ao Vicariato para a Associação Social, Política e Ecumênica, que organizou essa campanha, e a tantas outras entidades que atuam para matar a fome do nosso povo!

Um abraço a todas as entidades que trabalham para combater a fome...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 596/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:44
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Iminência do alcance da marca de 400 mil mortes pela Covid-19 no País. Repúdio a pronunciamento contra a longevidade dos brasileiros e às acusações contra a China feitos pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Imunização às escondidas do Ministro-Chefe da Casa Civil, General Luiz Eduardo Ramos. Retirada de investimentos do País por investidores estrangeiros. Inauguração de obra inconclusa pelo Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu tenho visto alguns colegas Parlamentares espernearem quando definimos de maneira global, completa, o Governo Bolsonaro. É o Governo da necropolítica, da política da morte, é o grande responsável por este genocídio. O nosso País está se aproximando do número de 400 mil mortes decorrentes da COVID.

O Governo foi transformado num verdadeiro hospício. Imagine um Governo - o Governo do Brasil - em que o Ministro da Economia faz críticas absurdas ao seu maior parceiro internacional comercial, que é

a China. Diz que o vírus foi criado, foi inventado pelos chineses. Critica a vacina chinesa. E há mais: defende a morte.

Este é um Governo que defende a morte. Paulo Guedes, o Ministro da Economia, comemorou ou deve estar comemorando a morte de quase 400 mil pessoas, porque ele disse, com todas as letras, que o problema do Brasil é a longevidade - a população vive muito, o povo brasileiro quer viver 100 anos, 120 anos, 130 anos. Paulo Guedes está feliz, não é isso? São 400 mil brasileiros a menos. Não haverá este risco, não se tornarão centenários. Vocês já destruíram a chance da maioria da população brasileira de se aposentar. Quanto menos pobre houver, menor o risco de pobre conseguir ter direito à aposentadoria, não é, Paulo Guedes?

Mas o hospício não para aí. O Ministro-Chefe da Casa Civil, o General Luiz Eduardo Ramos, foi tomar vacina escondido! Gente, seria uma comédia se não fosse uma tragédia. Foi tomar vacina escondido para não tomar carão do Presidente, que determinou que os Ministros não se vacinassem. É claro que ninguém que tem dinheiro é louco para rasgar dinheiro. Investidores estrangeiros acabaram de retirar 2,1 bilhões de dólares do mercado de ações e títulos públicos do Brasil. Não adiantou que vocês tenham destruído direitos trabalhistas, direitos previdenciários, atacado o patrimônio público, permitido que a "privataria" corresse solta, porque os investidores estão tirando dinheiro do País.

O Presidente continua fazendo as suas loucuras nesse hospício. Inaugurou, Deputado Joseildo, perto de sua cidade, uma obra inacabada. Uma obra inacabada! Não foi concluída a duplicação, e ele já a inaugurou. E, para marcar essa inauguração de obra inacabada, ele publicamente chamou uma jornalista de idiota, porque ela perguntou a ele o que o Brasil todo quer saber.

Para concluir, Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 597/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:48
Publ.: DCD - 29/04/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Indignação com a rejeição, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da importação e uso da vacina Sputnik V pelo Brasil. Não priorização de vacinação das comunidades vulneráveis pelo Governo Federal. Repúdio a fala do Ministro da Economia, sobre criação do coronavírus pela China.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou falar sobre a vacina Sputnik e também vou mostrar minha indignação, a exemplo do que fez o companheiro Deputado Jorge Solla, que foi Secretário da Saúde da Bahia.

Não é compreensível que a ANVISA não autorize a compra dessa vacina, que já é usada em 61 países. Acho isso estranho. O Coordenador do Comitê Científico do Consórcio Nordeste, o ex-Ministro Sergio Rezende, declarou que essa discussão é puramente político-ideológica, resultante do posicionamento do Governo. Isso é lamentável, porque esse quantitativo de vacinas daria para vacinar praticamente toda a Região Nordeste e parte de outras regiões.

Ocorre que já começa a faltar vacinas. No Nordeste, algumas pessoas não puderam tomar a segunda dose da Coronavac porque o processo de vacinação foi adiado. Existem segmentos importantes que até agora não foram priorizados na fila da vacinação, a exemplo dos quilombolas. E vejam que há previsão constitucional relacionada aos quilombolas e também aos povos indígenas, devido à importância deles para o Brasil. São comunidades vulneráveis do ponto de vista social, e o Governo Federal não priorizou a vacinação deles. Isso tem reflexo nos Estados. Aqui em Alagoas, há 70 comunidades quilombolas vulneráveis socialmente. Isso gera, portanto, maior consequência.

Lamento agora a postura insana do Ministro da Economia. Ele disse que o vírus foi criado pela China, como se ela fosse exportadora do vírus. Nós estamos dialogando com o nosso principal parceiro comercial. É lamentável essa postura do Ministro da Economia, um Ministro errático, de um Governo que não prioriza a vida.

Quanto à situação referente à vacina Sputnik, Bolsonaro tem que dar explicações à população brasileira. Ele não defende a vida!

Muito obrigado, Presidente.

Sumário

Pedido de desculpas do Parlamentar à China por fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Intensidade das relações comerciais com o país asiático. Defesa da demissão do titular da pasta de economia.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, também quero pedir desculpas, em nome da diplomacia parlamentar, à China, um país extremamente parceiro do Brasil.

Temos uma relação comercial que contribui para o País, para a nossa pauta de exportações. Temos uma relação superavitária para os interesses brasileiros. Hoje, vêm da China 95% de todo o insumo no ramo de medicamentos e de vacinas no Brasil, 85% da vacinação ocorrida até agora no País foi feita com a Coronovac, resultante de parceria entre o Instituto Butantan e a China, que vai atender 60% do grupo prioritário no País.

O Ministro da Economia também é negacionista, tem uma postura irresponsável, criminosa, eu diria. Nós temos que usar as palavras corretas! É uma postura criminosa, genocida também, a do Ministro da Economia, agora no campo das relações diplomáticas e sanitárias. No campo econômico, ele é um verdadeiro genocida. O Brasil conhece, a América Latina conhece, o mundo conhece o estrago que ele fez na economia do Chile. Todo o seu legado está sendo desfeito por uma nova Constituição. Ele levou o Chile à miséria, e, 30 anos depois, quer repetir esse modelo em nosso País.

Paulo Guedes nunca defendeu o interesse das pessoas, dos trabalhadores, dos empresários produtivos, do povo mais pobre. Ele sempre defendeu o interesse dos banqueiros. É uma vergonha esse Ministro! Deveria ser demitido imediatamente! Ele está complicando as relações diplomáticas, porque entra na guerra ideológica, e também está levando à falência a economia brasileira, porque não socorre e não apoia as micro e pequenas empresas, não garante apoio ao trabalhador formal. É genocida a sua política econômica! Em lugar nenhum do planeta os seus conceitos sobre economia deram certo, no sentido de se construir um país e uma nação! É uma vergonha a declaração do Ministro Paulo Guedes.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 599/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:52
Publ.: DCD - 29/04/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio a pronunciamento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, contrário à longevidade dos brasileiros e ofensivo à China. Inoportuna da aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Indignação com vacinação às escondidas de ministro integrante do Governo Federal.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputadas e Deputados, de fato, cada reunião dos Ministros deste Governo coloca o Brasil e todos nós, de certa forma, numa situação de vergonha absurda e também de indignação. Para não dizer "raiva", digo "indignação". A fala do Ministro Paulo Guedes dá a entender que é uma estratégia deixar gente morrer. A economia dele é a economia da morte. Supondo que metade dos quase 400 mil mortos fosse de aposentados, a economia seria de cerca de 200 milhões por mês? A economia seria de 2 bilhões e 640 milhões por ano? Será isso? Isso é uma vergonha!

Quanto à aprovação de projeto sobre a essencialidade da educação para se considerar como principal ponto a aula presencial, é para exterminar professores, professoras, os trabalhadores da educação, que, para eles, são sempre uma ameaça. A cultura, o saber são uma ameaça.

Digo também que é vergonhoso que um Ministro tenha que se vacinar escondido. Isso parece uma piada, se não fosse trágico. Um Ministro tem que ir escondido se vacinar!

E o exemplo que dá o próprio Presidente? Filho dele vai dizer agora no Senado que vacina é importante, se ele mesmo não se vacinou? Nega, continua negando a vacina. E há Deputados que são cúmplices. Há muitos genocidas por aí, há cúmplices do genocídio.

Hoje mesmo um Deputado dizia o seguinte: "*Está morrendo gente de câncer, disse e daquilo*". Eles continuam negando a letalidade do vírus.

É um absurdo!

Como o Ministro da Economia ataca a China, que é nosso principal parceiro? Ai das mineradoras! Ai do agronegócio, da soja, do milho, das monoculturas!

A ANVISA está numa contradição. De um dia para o outro, libera agrotóxico, e agora não autoriza o uso de vacina.

Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento pelos veículos de comunicação da Casa.

Documento 600/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-13:56
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Estranhamento da rejeição à importação e uso da vacina Sputnik V pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Frustração de compra da vacina pelo Consórcio Nordeste diante da decisão da ANVISA. Desprezo do Ministro Paulo Guedes à vida dos brasileiros. Protelação do Presidente da Casa na instalação do processo de impedimento ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha nesta sessão, ressalto a importância do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, expresso o nosso apoio total a esse projeto, que trata do piso salarial dos enfermeiros, das enfermeiras, dos técnicos e auxiliares de saúde. Espero que ele seja votado. Terá o nosso voto e o nosso apoio, para que possamos dar mais dignidade a esses trabalhadores e trabalhadoras que promovem a defesa da vida. A todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, em especial os da área de enfermagem, o nosso compromisso e o nosso apoio para que o projeto seja aprovado!

Milhares de homens e mulheres já morreram por causa da pandemia de coronavírus. Manifestamos nossa solidariedade a suas famílias.

Registro agora este protesto, Sr. Presidente. Eu não consigo entender

como a ANVISA pode demonstrar desprezo pela vida, decidir, por unanimidade, pela não liberação de uma vacina que já é utilizada em mais de 60 países.

Como todos nós sabemos, Bolsonaro tem desprezo pelo povo brasileiro, especialmente pelo Nordeste. Todos sabem que o Consórcio Nordeste tinha feito um acordo para a compra de 37 milhões de doses da vacina Sputnik V.

Depois da fala de Paulo Guedes, desprezando a vida e desprezando o povo brasileiro, e mais essa decisão da ANVISA, não resta dúvida e não pode haver dúvida de que o povo brasileiro precisa se livrar deste pior vírus que entrou no Palácio do Planalto: o Governo Bolsonaro e os seus auxiliares, a exemplo de Paulo Guedes.

Por isso, Sr. Presidente, registro a nossa luta. Nós nos entristecemos quando vemos o Presidente da Câmara dizer que não há nenhum motivo para debater, discutir ou colocar em pauta a questão do *impeachment* de Bolsonaro. Quantos continuarão morrendo neste País por falta de um Governo que ame a vida?

Peço que seja divulgado o meu discurso, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Documento 601/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - PAULO PIMENTA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atitudes disparatadas de integrantes do Governo Federal. Visita do ex-ministro Eduardo Pazuello a centro de compras sem uso de máscara. Ataque do Ministro Paulo Guedes à China. Vacinação do Ministro-Chefe da Casa Civil às escondidas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confesso a V.Exas. que a minha inteligência não tem sido suficiente para compreender as mensagens, as atitudes, o que de fato Bolsonaro e seus Ministros querem dizer para o Brasil pela forma como agem e pelas coisas que eles dizem.

Fico pensando, por exemplo, no Pazuello, general da ativa, andando

sem máscara num *shopping* lotado de gente, às vésperas da instalação da CPI. O que ele queria dizer, Presidente? Qual era o objetivo do Pazuello?

Qual é o objetivo do Paulo Guedes quando ataca a China? Melhorar a balança comercial? Reforçar os nossos laços econômicos? O que pretendia Paulo Guedes? Qual era o objetivo do Paulo Guedes quando ele resolveu atacar de novo a China, num momento em que o Brasil precisa dos insumos para produzir vacina?

A China não só é a principal parceira comercial do Brasil como também o Brasil depende da China para fabricar vacina. E o Ministro da Fazenda, de forma gratuita, resolve atacar os chineses.

Vem o Ministro Ramos, Chefe da Casa Civil, e se vacina escondido. É uma coisa vergonhosa um general quatro estrelas ter que se esconder de um capitão para se vacinar, com medo. O Ministro se vacina escondido e fala para a imprensa: "*Olha, eu me vacinei escondido. Estou tentando explicar para o Bolsonaro*".

Isso é uma espécie de Operação Tabajara. Só pode ser. O melhor meme que vi foi o dos três patetas. Sr. Presidente, não é possível que a nossa inteligência seja capaz de compreender tamanha idiotice, tamanha confusão, tamanha irresponsabilidade dos Ministros, que são a imagem e semelhança do Presidente.

É lamentável que o País, mergulhado numa crise sanitária, numa crise hospitalar, numa crise econômica, numa crise política, esteja sendo governado por essa gente. É uma vergonha para o Brasil. Bolsonaro envergonha o Brasil. Pazuello e Guedes envergonham o Brasil. General Ramos envergonha o Brasil.

O nosso povo não merece isso. O nosso povo quer pensar no futuro, quer vacina, quer auxílio emergencial, quer esperança, quer uma vida digna. Por isso, Presidente: Fora, Bolsonaro! Fora, Bolsonaro e toda essa gente! O Brasil não aguenta mais vocês!

Documento 602/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:04
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Depoimento do Delegado da Polícia Federal, Alexandre Saraiva, ex-



superintendente da Polícia Federal no Amazonas, em audiência virtual conjunta das Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos, a respeito de denúncias de organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização por parte do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Acatamento de notícia-crime apresentada pelo policial pela Ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal. Vacinação às escondidas do Ministro Luiz Eduardo Ramos. Ataques do Ministro Paulo Guedes à China e à longevidade dos brasileiros.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha manifestação de hoje ainda recai sobre a vinda à audiência que nós tivemos aqui, na Câmara dos Deputados, de Alexandre Saraiva, Delegado da Polícia Federal, que demonstrou e sustentou cabalmente os crimes cometidos pelo Ministro Ricardo Salles e pelo Senador Telmário Mota: obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do poder público no trato de questões ambientais; patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário; e, também, através do braço forte do Governo Federal, integrar organização criminosa.

Observem V.Exas. que houve uma apreensão de 214 mil metros cúbicos de madeira de lei. Setenta por cento da madeira apreendida ninguém está demandando. Não existe dono! Duzentos e quatorze mil metros cúbicos valem 139 milhões de reais, e 70% disso valem 97 milhões de reais. Quem largou essa madeira no meio do caminho? Será que não foi fruto de um crime? A Ministra Cármen Lúcia, do STF, considerou a notícia crime consistente e bem fundamentada, assim como o Subprocurador Lucas Furtado, do TCU. E esta Casa permanece calada.

O Ministro Ramos, envergonhado, foi tomar vacina escondido. O Paulo Guedes, hoje, tem 75 anos. Quando ele nasceu, o Ministro boquirroto, a expectativa de vida dos brasileiros era de apenas 45 anos. Ele tem 75 anos. De quando era criança para cá, ele tomou vacinas, foi multivacinado, recebeu água boa e saneamento em casa, e é por isso que está vivendo aos 75 anos. Ele próprio, que nada entregou como Ministro da Economia, incompetente e desmoralizado, reconheceu que o País está quebrado e, atacando a China, disse que ela inventou o coronavírus. Nós somos inteiramente dependentes da China para vacinar o nosso povo.

Este é um Governo que nos envergonha, que não se respeita, e Bolsonaro, esse genocida, não sabe para onde vai.

27.2021.B Sessão Outro Evento 28/04/2021-14:08

Publ.: DCD - 29/04/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a suspensão da vacinação contra a Covid-19 em Manaus, no Estado do Amazonas, em decorrência da falta de doses. Atuação do Governo Federal contra a importação de novas vacinas. Expectativa de apuração das razões do colapso do sistema de saúde do Estado do Amazonas, pela CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Proximidade do alcance do patamar de 400 mil mortes pela Covid-19 no País. Inoperância do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Anúncio de apresentação de projeto de lei para apoio às micro e pequenas empresas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar todos os colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, a Prefeitura de Manaus anunciou que está paralisando a vacinação contra a COVID aqui na Capital do Amazonas, cidade de mais de 2 milhões de habitantes. Está parando porque só há vacina para a segunda dose. E não há previsão, por enquanto, de receber mais vacinas. A cidade que mais sofreu no começo deste ano, por conta da COVID, com mortes, com tanta gente contaminada, agora simplesmente vai deixar de vacinar, porque o Governo Federal não disponibiliza as vacinas. Não tem a quantidade suficiente nem o necessário para garantir a saúde da população.

Nós vemos o Governo Federal, neste momento, impedindo a aquisição da vacina Sputnik, que não foi aprovada pela ANVISA. Há uma necessidade urgente de se questionar essa atitude do Governo de impedir novas vacinas entrarem no Brasil. Ao mesmo tempo, não dá para aceitar um cronograma que, permanentemente, está sendo reduzido. É uma irresponsabilidade, é um genocídio o que está acontecendo.

Esperamos que a CPI do Senado comece a investigar exatamente por Manaus, pelo Estado do Amazonas, onde faltou oxigênio, onde não havia leitos de UTI suficientes, onde a irresponsabilidade do Governo Federal mostrou claramente o resultado: mais de 12 mil mortos no Estado do Amazonas. Inclusive, ontem foi anunciado o crescimento, de novo, do número de mortos, se comparado a dias anteriores.

Portanto, é urgente a vacina. Nós não podemos ficar calados, não

podemos aceitar que o Governo Federal ache normal que o Brasil chegue agora a quase 400 mil mortos.

Enquanto isso, o Ministro da Economia está falando, brincando, dizendo que as pessoas querem viver 100 anos. Ele é um Ministro totalmente inoperante, um Ministro que não tem nenhum projeto para desenvolver o País, para gerar empregos - há 14 milhões de pessoas desempregadas.

Tivemos um debate nesta semana muito importante, em uma audiência pública, sobre o auxílio emergencial para as micro e pequenas empresas, o que é fundamental para ajudar na recuperação das pequenas empresas. Estou apresentando um projeto de lei para favorecer a redução de impostos e um enquadramento melhor em termos de faturamento e de benefícios da legislação para os microempreendedores individuais e as micro e pequenas empresas. Precisamos ajudar esse setor, que gera emprego e oportunidades. Com certeza, é o setor que está precisando. Não me refiro às grandes empresas, mas às pequenas. Infelizmente, nós temos um Ministro que é contra o País, inclusive favorecendo importações que geram emprego no exterior.

Portanto, esse é o projeto que nós vamos apresentar para gerar emprego e renda no País.

Documento 604/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:12
Publ.: DCD - 29/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Início da vacinação contra a Covid-19 de pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Alexandre Leite, é uma satisfação vê-lo nessa cadeira.

Nestes tempos de péssimas notícias cotidianas, eis que surge uma boa notícia. Eu gostaria de celebrar o início da vacinação das pessoas com deficiência aqui no Rio de Janeiro. Realmente, é uma iniciativa que vem ao seu tempo e é muito bem-vinda, porque, embora se configurem nos grupos prioritários dentre as prioridades os deficientes, eles estão

juntos com as pessoas com comorbidades, e era indispensável estabelecer prioridade nas prioridades.

E nós vimos lutando na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Congresso desde janeiro para que isso se fizesse valer. Significa dizer que as pessoas portadoras da síndrome de Down, pessoas portadoras do espectro autista, pessoas que têm paralisia cerebral, todas elas hoje já podem marcar a vacinação, com agendamento prévio, num sistema muito bem estruturado pela Secretaria Estadual de Saúde, pelo Secretário Chaves, do Governo Cláudio Castro.

Ele estabeleceu um procedimento bem-organizado, como eu dizia, com agendamento prévio, para que a vacinação flua de maneira adequada.

Então é um segmento da sociedade que precisava deste apoio imediato, porque afinal de contas é difícil se ter a disciplina no cotidiano, nos hábitos do Down, do autista, além das comorbidades e possibilidades de desenvolvimento da doença, com taxas de risco mais elevadas. Então nós lutamos muito por isso. Houve várias mobilizações no Rio de Janeiro, vários grupos, até uma carreato muito importante foi feita pelo movimento que tem dado grande força para essa bandeira, que é o Movimento Vacina Já.

Eu acompanhei desde o início toda essa sequência de empenho coletivo para que hoje nós pudéssemos celebrar o início dessa vacinação. É necessário agora expandir para as outras atividades, para as outras categorias de pessoas com deficiência - auditivas, visuais, intelectuais, físicas e por aí vai.

Portanto, nós demos esse primeiro passo, que significa uma vitória e nós vamos nos inspirar nele para prosseguimos de maneira perseverante e não sossegando até que todos os deficientes no Rio de Janeiro estejam vacinados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. São essas as informações que eu queria compartilhar com todos os colegas no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Documento 605/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:20
Publ.: DCD - 29/04/2021 - MARA ROCHA-PSDB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministro da Saúde de implantação de leitos de UTI na região do Alto Acre, no Estado do Acre. Negligência das autoridades governamentais na aplicação dos recursos federais destinados ao Acre para o combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. MARA ROCHA (Bloco/PSDB - AC. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Parlamentares. Boa tarde, brasileiros que nos acompanham em cada parte deste País através da TV Câmara.

Presidente, nesses Breves Comunicados, eu quero fazer uma solicitação ao Ministro da Saúde. Peço apoio para a implantação de leitos de UTI no meu Estado, na região do Alto Acre. Essa região, Presidente, possui mais de 90 mil pessoas e foi esquecida pelo Governo do Estado nas ações de enfrentamento à pandemia.

Com tantos recursos que foram enviados pelo Governo Federal ao Estado do Acre para combater a pandemia, é inadmissível o maior hospital do Alto Acre, que atende quatro Municípios - Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia, Xapuri - e ainda as pessoas que vêm da Bolívia, o país vizinho, não ter sequer um único leito de UTI. Isso é inadmissível, Presidente!

Isso mostra o claro descaso do Governo do Estado do Acre, o desrespeito do Governo do Acre com os moradores dessa que é a terceira maior região do Estado.

Foram construídos alguns leitos de UTI em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul que são, sim, importantes, mas o Governador Gladson Cameli não poderia ter negligenciado, ter esquecido a população do Alto Acre.

Os pacientes graves, Presidente, com COVID, que residem no Alto Acre, têm que percorrer mais de 300 quilômetros, como é o caso dos moradores de Assis Brasil, para se tratarem na Capital Rio Branco, que é deficiente e também não tem leitos suficientes. Infelizmente, com essa negligência, muitas pessoas morreram por não terem acesso a um leito de UTI.

A pergunta que se faz é a seguinte: o que foi feito com tantos recursos destinados pelo Governo Federal ao Estado do Acre?

O Brasil acompanhou, Presidente, todo o empenho do Governo Federal, em destinar recursos para os Estados e os Municípios atenderem de forma digna a população brasileira, a população acriana.

Infelizmente, esse dinheiro não foi bem aplicado. Muitos Governadores

e Prefeitos foram negligentes. E essa negligência resultou nesse número alarmante de mortes.

Eu quero reforçar a minha solicitação ao Ministério da Saúde, Presidente, para a implantação de leitos de UTI no Alto Acre, região essa que foi desprezada, que foi esquecida pelo Governo do Acre.

Peço também, Presidente, que meu pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada, Presidente.

Documento 606/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:24
Publ.: DCD - 29/04/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise socioeconômica vigente no Estado de Tocantins. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho falar da fome no meu querido Tocantins, um Estado criado na Constituição de 1988.

Infelizmente, ultimamente o Estado vem sendo governado de uma forma diferente. O Governo quer apenas dar cesta básica, uma vez em cada 3 meses, e o nosso povo está passando fome. Há muito desemprego. As nossas pequenas e microempresas estão fechando. As nossas estradas, principalmente a Transcolinas, que liga o Pará à Ferrovia Norte-Sul, que escoia toda a produção que vem do Mato Grosso e do Pará, estão intransitáveis, e o Governo do Estado nada faz. É um Estado que está com sua capacidade de vacinação ainda atrasada.

Por isso, nós clamamos pelo nosso querido Estado de Tocantins, pela fome que o nosso povo vem passando, 500 mil habitantes de Tocantins vivem com menos de 500 reais, Sr. Presidente. A nossa população é de 1 milhão e 300 mil habitantes, e 1 milhão de moradores do Tocantins vive com apenas um salário mínimo. Nós não temos emprego, a saúde está em péssima qualidade, e nós estamos vivendo essa dificuldade.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos que os Correios não sejam privatizados, porque o Estado de Tocantins, o Estado pobre da Federação vai sofrer demais com as suas cidades sem as agências dos Correios. É uma necessidade dos pequenos Municípios que os Correios não sejam privatizados.

Sr. Presidente, eu gostaria que a nossa fala fosse divulgada pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 607/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:28
Publ.: DCD - 29/04/2021 - VILSON DA FETAEMG-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do sindicalista José Fidélis Neto, do Sindicato Rural do Município de Cláudio, Estado de Minas Gerais. Anúncio de apresentação de requerimento na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debate da política do Governo Jair Bolsonaro para a agricultura familiar. Homenagem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG ao ensejo do transcurso do 53º aniversário de fundação da entidade.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nosso povo querido brasileiro que assiste às nossas sessões através da *TV Câmara*, eu gostaria que o nosso pronunciamento fosse citado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Primeiro, eu lamento aqui mais uma vítima da COVID-19 - o Brasil ultrapassa 395 mil óbitos -, o meu amigo, companheiro, meu irmão, que entra nesta estatística pela COVID. O meu companheiro Zé Fidélis, Presidente do Sindicato da minha base, onde eu fui presidente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais lá da cidade de Cláudio, em Minas Gerais, ficou 1 ano se protegendo, mas, depois da visita de alguém em sua casa, ele foi contaminado e a sua esposa também. Ele veio a óbito nesta semana.

Então, eu lamento muito este dado estatístico pelo negacionismo do Governo, porque se tivesse tratado isso com seriedade e não como uma gripezinha, talvez, hoje, quantos brasileiros e brasileiras estariam

junto de nós? Quero dizer também que a COVID está chegando ao meio rural, está chegando ao homem do campo.

Quero trazer também outra preocupação, Sr. Presidente, com o decreto que foi editado esta semana pelo Presidente da República, em que ele está mudando um pouco a característica da agricultura familiar depois de tantos anos que nós lutamos, saindo da subsistência para a agricultura familiar.

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% do alimento na mesa dos brasileiros e por 80% da mão de obra gerada no campo, e nós não podemos aceitar mais retrocessos. Não queremos retrocesso, queremos uma valorização da nossa agricultura familiar. Dito isso, eu vou fazer um requerimento para fazermos esse debate na Comissão de Agricultura, Comissão da qual eu faço parte, porque eu também sou agricultor familiar. Aliás, é a minha profissão, eu sou agricultor familiar; eu estou Deputado neste momento.

Por último, depois de um lamento, de uma preocupação, eu quero tecer uma homenagem à minha federação, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais -- FETAEMG, que completou ontem 53 anos de luta e de história.

Esta minha homenagem vai a toda a direção atual, às direções anteriores, a todo o seu patrimônio, que são todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, ao homem do campo e à mulher do campo que são sindicalizados - nós temos mais de 600 sindicatos.

Então, eu deixo aqui o abraço fraterno de um homem do campo e de um agricultor familiar a uma federação que ajuda a construir política pública para melhorar a qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

Um forte abraço a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 608/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:32
Publ.: DCD - 29/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sucesso do Governo Jair Bolsonaro no combate à epidemia de coronavírus.



Avanço da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Possibilidade de elevação, pelo Governo Federal, do valor médio do auxílio emergencial destinado a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Reflexos positivos para a economia brasileira da antecipação do pagamento do 13º salário dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Vinculação entre a popularidade do Presidente Jair Bolsonaro e a declaração do Presidente Arthur Lira sobre a inconsistência dos pedidos de impeachment do Chefe do Poder Executivo. Expectativa de retomada das aulas presenciais no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente, nobres colegas.

Estou aqui para comemorar o sucesso do Governo Bolsonaro no combate à COVID-19, para desespero dos urubus de plantão com olhos na nuca.

Informação interessante: apenas quatro países do mundo vacinam mais de 1 milhão de pessoas por dia -- o Brasil e mais três -: Brasil, Estados Unidos, China e Índia. Ontem, vacinamos 1 milhão e 600 mil pessoas. O Brasil é o quinto país que mais vacina no mundo e o sexto em população. Estamos progredindo muito. Estamos vencendo. A previsão era de 5 mil mortos por dia. Jamais chegamos a isso. Hoje, a previsão é, com certeza, abaixo de 3 mil mortos por dia.

Outra boa notícia - esta para quem quer o auxílio emergencial -: o Presidente Bolsonaro falou hoje que a média poderá subir para 250 reais. A média atualmente é de 192 reais, bem mais do que a média do Bolsa Família. Então, estamos progredindo muito.

Outra boa notícia: a antecipação do 13º salário, o que vai fazer girar mais de 56 bilhões de reais na economia brasileira. Em plena pandemia, o Governo está crescendo e se desenvolvendo dessa maneira.

Há outra boa notícia, que eu constatei ontem aqui. Um Parlamentar da Oposição pediu, de uma maneira até descortês, ao Presidente da Câmara que aceite o pedido de *impeachment*. O Presidente Arthur Lira, pessoa comedida, de extremo bom senso, que sabe da importância do seu cargo, respondeu que 100% dos pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro não têm o menor fundamento - fundamento zero! Isso se retrata na popularidade de Bolsonaro nas ruas, que aumenta cada dia mais.

Então, estamos vivendo um bom momento. Vamos já voltar às aulas no Rio Grande do Sul e, em breve, em todo o Brasil. Vamos abrir a

economia, porque *lockdown* é um grande crime contra a economia. V.Exas. verão, quando acabar esta pandemia, cujo fim está próximo, o prejuízo de quem queria que todos ficassem em casa. Criança sem aula gera um prejuízo que levará de 8 anos a 10 anos para se recuperar.

Nós vamos vencer isso como brasileiros de verdade, brasileiros que se preocupam com o País. O que o País pode lhes dar não interessa. O que nós podemos dar ao País...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 609/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:36
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contestação de discurso de Deputado bolsonarista sobre comemoração de aspectos positivos relacionados à epidemia de coronavírus. Proximidade de alcance do patamar de 400 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Natureza genocida do posicionamento do Governo Jair Bolsonaro diante da gravidade da doença viral. Instalação, pelo Senado Federal, de CPI para investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Inadmissibilidade da proibição da importação e do uso da vacina russa Sputnik V pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que estão nos acompanhando, eu acho que meu colega Parlamentar que me antecedeu está no mundo da Lua. Ele está comemorando algo gravíssimo que estamos vivendo no País. Estamos chegando a 400 mil mortes em função da pandemia. São cerca de 14 milhões de brasileiros infectados. Ontem, mais de 3 mil pessoas foram a óbito. E ele acha que essas informações são positivas. Lamento!

Na verdade, nós estamos assistindo a um genocídio no País. A *Globo* inclusive noticiou que o Governo Bolsonaro recusou 11 ofertas de compra de vacinas para o nosso povo. Não bastassem as declarações do Presidente Bolsonaro, o próprio Ministro da Economia,

Paulo Guedes, declara ontem que o vírus nasceu na China - isso não é verdade, não há comprovação disso -, que a vacina não é eficaz. Ele faz esse tipo de declaração mostrando um viés ideológico e, sobretudo, irresponsabilidade no trato dessa questão, no enfrentamento da pandemia no País.

Nós estamos agora, eu creio, num momento crucial. Com a CPI que foi instalada no Senado, a CPI da COVID, chamada de CPI do Genocídio, vamos ter a oportunidade de fazer uma investigação e apurar a irresponsabilidade das pessoas e das instituições pelo genocídio que estamos vivendo no Brasil, apurar efetivamente os responsáveis por colocar o Brasil no caminho da morte.

Não é aceitável a negativa da ANVISA de autorizar a importação da vacina Sputnik, da Rússia. Essa é mais uma demonstração do descompromisso e da irresponsabilidade com o País. Nós estamos enfrentando essa situação gravíssima de ver as pessoas, nossos irmãos e irmãs, vítimas da irresponsabilidade, da omissão deste Governo, que não tem compromisso com a vida, com o nosso povo.

Documento 610/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:40
Publ.: DCD - 29/04/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência e ao Colégio de Líderes de explicações acerca dos motivos para a não inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, de autoria da oradora, sobre sobre a concessão, pela União, de proteção, apoio psicológico e compensação financeira aos agentes sepultadores durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e quem mais nos acompanha nesta sessão, eu venho a esta tribuna para, mais uma vez, cobrar do Presidente da Casa e do Colégio de Líderes o fato de não haverem pautado um projeto de lei que apresentei há 10 meses, no auge da pandemia. Apresentei o Projeto de Lei nº 3.184 no dia 8 de junho do ano passado, e até hoje essa matéria não veio à pauta.

Esta matéria está incluída dentre as que foram votadas e aprovadas em relação às vítimas do coronavírus, na grave pandemia da COVID-



19. Trata-se de um projeto de lei que propõe medidas de apoio e atenção aos sepultadores, trabalhadores que são submetidos a situações de extremo estresse, de extrema precariedade. Muitos deles já faleceram em razão da COVID-19. Muitos deles já foram afetados pelo vírus. Muitos deles já morreram em razão dessa doença terrível. Esses trabalhadores ganham uma miséria. Aumentou de cinco vezes a oito vezes o número de corpos que esses trabalhadores sepultam todos os dias. Essas pessoas estão assustadas, com medo, com uma precariedade de vida insuportável. E esta Casa não dá atenção a esse grupo de pessoas, a esse segmento da classe trabalhadora, apesar de toda fragilidade das condições em que essas pessoas trabalham.

Sr. Presidente, eu queria uma explicação do Presidente da Casa e dos Líderes que compõem o Colégio de Líderes. Quais são os critérios para se colocar uma matéria em regime de urgência? O que tem mais urgência do que a situação em que vivem e trabalham esses trabalhadores que sepultam milhares de corpos todos os dias, Sr. Presidente? Por favor, já aprovaram tudo que não tinha sequer emergência, sem qualquer necessidade de pressa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 611/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:44
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência de discursos de Deputados governistas acerca da condição socioeconômica atual do Brasil. Perplexidade com declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a responsabilidade da maior expectativa de vida do brasileiro pelo colapso no sistema de saúde pública. Confiança na capacidade de luta por direitos do povo ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho. Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, dizer que não subo a esta tribuna nem um pouco tranquila, até porque as notícias



no Brasil não são boas, diferente do que dizem alguns Parlamentares que parecem viver em outro planeta, em outro lugar. Esses Parlamentares vêm efusivos à tribuna para dizer que o Brasil vai muito bem. Na verdade, o Brasil está muito mal! Vai mal nos dados econômicos, vai mal nos dados sociais e vai mal no enfrentamento à pandemia.

Ontem eu fiquei muito estarecida quando vi o Ministro da Economia, que não sabe falar de gente, que não sabe falar de vida, que só fala de números, dizer que acha um absurdo que as pessoas queiram viver até 100 anos. Esse é um problema porque a eugenia é a marca do seu discurso. *"Como assim? As pessoas querem viver até 100 anos?"* Isso é um problema para ele. *"Não há sistema de saúde que aguento"*. Portanto, a saúde deveria ser tocada pelo setor privado, como se o mercado tivesse alguma preocupação em atender universalmente a saúde, como se o mercado tivesse alguma preocupação em salvar a vida das pessoas? Essa é a linha do Ministério da Economia. Essa é a linha da cabeça do Sr. Guedes, que faz de tudo para se ajoelhar diante do capital financeiro. Por isso, o Brasil aumenta a presença das famílias na linha de pobreza e de extrema pobreza.

Nós estamos às vésperas do 1º de Maio, e a única coisa que temos a comemorar é a capacidade de luta e resistência do povo brasileiro; a capacidade de luta e resistência das mulheres e homens que trabalham e estão cada vez mais na informalidade, no trabalho precário, no desalento; a capacidade de luta das mulheres chefes de família, que são exatamente as que estão nos lares de maior pobreza e de extrema pobreza.

Neste momento, nós temos mais é que gritar alto: comida no prato, vacina no braço, *impeachment* do Sr. Bolsonaro! O Brasil não aguenta até janeiro de 2023 um Governo como este.

Eu quero aqui render homenagens à CPI que se instalou no Senado. Os crimes lá serão levantados. Lamento que não tenhamos feito na Câmara, mas podemos fazer outras, porque os crimes sobram. Nós temos que apurar os crimes, para impedir que este Governo possa seguir comandando o Brasil, levantando placas com "CPF cancelado". Nós precisamos de um...

(Desligamento automático do microfone.)

Publ.: DCD - 29/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atuação parlamentar do orador pela antecipação do integral do 13º salário para aposentados e pensionistas no mês de maio de 2021 em face dos efeitos econômicos da pandemia de coronavírus no Brasil. Expectativa de sanção presidencial de projeto de lei sobre a suspensão, por 4 meses, da cobrança de empréstimos consignados dos trabalhadores e aposentados. Protesto contra a postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro em relação à importância da vacinação contra a Covid-19. Revelação pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, de adesão à vacinação contra a doença sem o conhecimento do Presidente da República. Conclamação ao Chefe do Poder Executivo Federal de adesão à campanha de vacinação contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e dizer da nossa luta em favor dos aposentados gaúchos e brasileiros, das aposentadas - na grande maioria, são mulheres-, dos pensionistas, enfim, da nossa luta em defesa daqueles que, no período da pandemia, não ganharam absolutamente nada do Governo, nada! São esses que botam o pão na mesa, a boia no prato, em muitas casas. O neto está desempregado, o filho não tem renda, o avô e a avó pagam a conta.

Nós estamos, Presidente, brigando pela antecipação integral do 13º salário no mês de maio. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Quem não pede não leva. Quem não chora não mama. Quem não reclama não ganha. Nós estamos persistindo, insistindo, teimando, porque é justo, é necessário. No ano passado, já foi antecipado para maio. Nós queremos que, neste ano, também seja antecipado, porque agora, na hora da pandemia, os aposentados e os pensionistas precisam muito.

Eu fui o autor de uma lei que aguarda sanção do Presidente Bolsonaro para suspender o pagamento do consignado por 4 meses. Brigamos muito na medida provisória para aumentar a capacidade de endividamento do consignado, exatamente para dar um fôlego aos aposentados, que levaram o Brasil nas costas, carregaram o Rio Grande no ombro, carregaram muitas cidades no cangote. Os trabalhadores de ontem são os aposentados de hoje e precisam desse respeito.

Além disso, Presidente, eu quero lamentar o negacionismo do Governo. Infelizmente, o Presidente Bolsonaro contaminou toda a sua equipe, a ponto de o Ministro Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil,

declarar ontem que se vacinou, mas se vacinou escondido, ou seja, com vergonha de ter se vacinado. Eu pergunto: vergonha de quem? Do Presidente Bolsonaro? Do seu chefe? De não ter seguido ordens?

Ao contrário, Ministro, V.Exa. deve ter orgulho de ter se vacinado e poder dar exemplo. O Ministro disse que tem filho, tem família, tem sonho, segue a ciência, quer viver. Inclusive, está tentando convencer o Presidente Bolsonaro a se vacinar também.

Eu faço aqui, pela terceira vez, um desafio ao Presidente. Eu me vacinei ontem com a AstraZeneca. Podia ser a vacina da Pfizer, podia ser a Coronavac. Não importa o pelo do gato, o importante é que bicho cace o rato. Não importa de onde vem a vacina, o importante é que funcione. E as vacinas funcionam!

Vacine-se, Presidente Bolsonaro! Dê o exemplo! O exemplo vale mais do que 1 milhão de palavras. Siga o Ministro Eduardo Ramos! Não siga o Paulo Guedes, que nega a vacina, que nega a Coronavac! Vamos nos vacinar, Presidente Bolsonaro!

Documento 613/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-14:48
Publ.: DCD - 29/04/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa da população do Estado do Acre quanto ao avanço da vacinação contra a Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca da importância da vacinação para o enfrentamento da pandemia de coronavírus no País. Perplexidade com a revelação pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, sobre a orientação do Presidente da República para a não divulgação por assessores e autoridades do Governo Federal da participação na campanha de vacinação.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Alexandre Leite, obrigado pela oportunidade de estar falando. Eu tive um problema aqui anteriormente.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero falar dessa ansiedade que a nossa população está vivendo hoje - eu estou aqui no Estado do Acre e vivo isso também - em relação à vacinação. O povo está querendo se vacinar. O povo quer muito se imunizar, para voltar à vida normal, para

ver a economia funcionar novamente. Para isso, nós precisamos da vacinação.

Aqui em Rio Branco, por exemplo, há pelo menos 10 dias, a vacinação estacionou nas pessoas de 60 anos de idade. Estou dizendo isso porque vejo com muita perplexidade o que tem acontecido com o nosso Governo. Refiro-me ao negacionismo do Presidente da República desde o início dessa pandemia, negando a doença, dizendo que era uma gripezinha, sabotando os governadores, sabotando a vacina. Nós chegaremos, nesta semana, a 400 mil mortos pela COVID-19.

O Governo, além de ser incompetente para lidar com essa questão, faz trapalhadas e até gera um certo escárnio na população. Esse episódio do Ministro Paulo Guedes ontem negando a importância da Coronavac e dizendo inclusive que esse vírus é chinês prejudica, mais uma vez, as relações entre Brasil e China. O Brasil precisa dos insumos da China. Isso é um absurdo!

Além disso, ainda disse que a longevidade do brasileiro é muito grande. Parece que o plano do Paulo Guedes está dando certo, porque mais de 400 mil pessoas morreram em decorrência da COVID no Brasil. Isso é uma vergonha! Este é o Governo da morte! O Sr. Bolsonaro hoje é o senhor da morte!

O Ministro Ramos, em mais um episódio de "sincericídio", de maneira muito correta, disse: *"Eu quero viver! Mas eu tive que me esconder num shopping quando fui me vacinar, porque o Presidente não quer a gente apareça se vacinando"*. Isso é um verdadeiro absurdo!

Eu acho que o Governo deveria ter o mínimo de sensibilidade. Bolsonaro e seus Ministros deveriam ter o mínimo de sensibilidade neste momento em que tantos brasileiros estão sofrendo com a fome e a falta de vacinas.

Eu peço que seja feito o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 614/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-15:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - FELIPE RIGONI-PSB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Educação. Precariedade do acesso ao ensino no País diante da pandemia de coronavírus. Crítica ao veto integral do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Defesa da promoção da educação de qualidade no País.

O SR. FELIPE RIGONI (PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é o Dia da Educação, e, infelizmente, temos muito pouco, para não dizer nada, para comemorar no Brasil.

No ano passado, a educação estava sendo oferecida de forma extremamente precária - isso, quando estava sendo oferecida, quando nossos alunos tinham acesso - e ainda continua a mesma situação. Nós temos, hoje, no Brasil, 18 milhões de estudantes sem acesso à Internet e, por consequência, sem acesso às aulas, a nenhum tipo de educação. Esse problema poderia ter sido resolvido com o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que aprovamos, mas, infelizmente, ele foi vetado pelo Presidente da República na sua integralidade, e estamos adiando a cada dia a derrubada desse veto, o que é extremamente importante.

Antes da pandemia, Presidente, só metade dos estudantes conseguiam ter um desempenho mínimo em Português e Matemática na prova do PISA. Com a pandemia, houve uma defasagem, segundo estudo da Secretaria de Educação de São Paulo, só em Matemática, de mais 20%. Vai ser preciso uma década, daqui para frente, para recuperarmos esse ano perdido, em que os alunos não tiveram uma educação digna e de qualidade.

Nós vamos ter um desafio muito grande daqui para frente. Está na hora - hoje é o Dia da Educação - de começarmos a pensar, de fato, em fazer não só um grande projeto, mas grandes projetos para a educação, para, primeiro, recuperar o aprendizado dos alunos, que foi perdido, e, segundo, avançar, e muito, porque todos sabemos que, mesmo antes da pandemia, a educação não tinha a qualidade que desejávamos.

Se nós queremos ser uma Nação realmente produtiva, competitiva, com uma economia pujante, que oferece novos produtos e novos serviços para nós e para o mundo, a educação é a única saída. Se nós queremos ser uma Nação onde qualquer pessoa, independentemente de onde nasça, independentemente da família em que nasça, consiga ter oportunidade de seguir e ser aquilo que quiser na vida, não há outro caminho, a não ser a educação.

Então, neste dia, Sr. Presidente, que é o Dia da Educação, no qual nós não temos muita coisa a comemorar, vale um grande chamado: nós vamos ter que nos unir - e o quanto antes melhor - para, primeiro, dar

acesso à educação de qualidade aos nossos alunos, começando, agora, no ensino remoto e depois conseguindo fazer o mesmo no ensino presencial; e, segundo, fazendo avançar - e avançar muito - a qualidade da nossa educação.

Nunca podemos esquecer que educação é aprendizado. Temos que evoluir no aprendizado dos nossos alunos.

Muito obrigado, Presidente.

Por favor, solicito que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 615/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-15:04
Publ.: DCD - 29/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dados sobre a recuperação de pacientes da Covid-19 e sobre a vacinação contra a doença no Brasil. Má gestão do cronograma de vacinação contra a Covid-19 pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria. Descaso do Governador paulista com os efeitos econômicos e sociais da pandemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas.

Hoje eu gostaria de anunciar que nós temos mais de 14 milhões de pessoas recuperadas no Brasil e mais de 58 milhões de doses de vacinas distribuídas por todo o País, mas apenas 40 milhões de doses aplicadas. Há uma diferença de 18 milhões de doses de vacinas que não foram aplicadas, e até hoje eu me pergunto: onde estão essas vacinas?

Vemos o exemplo dos Estados Unidos, que, quando atingiram 25% da vacinação de toda a sua população, viram reduzir o número de óbitos absurdamente. Mas aqui, infelizmente, há um problema de gestão claro nos governos estaduais, nas prefeituras - não em todas, mas especificamente no Estado de São Paulo, onde a intenção é não vacinar para não ver os números da pandemia caírem. Há um problema de má gestão. Há um problema político muito forte. E o que menos se esperava de um Governador como João Doria era que

fizesse política sambando em corpos de brasileiros.

Portanto, eu faço um apelo a todos os políticos de São Paulo: não permitam que o Governador atue dessa forma.

Por que esconder vacinas? Por que suprimir do povo uma vacina que custou a chegar, custou tempo, custou investimento, custou dinheiro para todos nós? Esses números já poderiam estar muito mais baixos, mas, ao contrário, além de não vacinar o povo, ele dá a sua contribuição: não toma medidas sérias para que, pelo menos, a economia não pare, como está parando no Estado de São Paulo. Há milhões de pessoas desempregadas; há milhões de pessoas, agora, em busca de emprego e, principalmente, de comida, e até agora eu não vi o Governador sair às ruas - aliás, ele não vai sair, porque tem medo - para distribuir uma cesta básica sequer.

Isso não é um governo; é uma atrocidade. É um crime contra a humanidade o que estamos vendo no Estado de São Paulo. E é claro que esse exemplo se arrasta por outros Estados também. Nós precisamos - este Parlamento precisa - tomar atitudes sérias em relação a esses comportamentos, que são cruéis demais.

Obrigado.

Documento 616/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-15:08
Publ.: DCD - 29/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contestação a discurso de Deputado governista sobre críticas ao planejamento da vacinação contra a Covid-19 por Governadores. Repúdio à decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA de não autorização da importação da vacina Sputnik V , contra a Covid-19, pelo Consórcio dos Governadores do Nordeste.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos assistindo a alguns apoiadores da base do Governo acharem que alguns Governadores não estão se comportando bem em relação à aplicação das vacinas. Isso acontece porque, na verdade, esses apoiadores não a desejam; querem o "quanto pior, melhor".

Mais uma vez, eu quero registrar o meu repúdio à decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que, novamente, em seu relatório, não permitiu a importação da vacina russa contra a COVID-19, a Sputnik V, pelos Estados de Alagoas, Ceará, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e Pernambuco. Esses Estados fazem parte do Consórcio Nordeste, em que os Governadores e Prefeitos estão juntos para facilitar a chegada da vacina.

Depois vão dizer que temos vacina, mas os Governadores é que não a querem. Isto é, na verdade, uma demonstração de perseguição política por parte do Presidente Bolsonaro aos Governadores, principalmente aos Governadores do Nordeste. É bom que se diga, entretanto, que eles tentam de todas as formas uma solução para a população que governam e para essa crise que não é boa para ninguém. Ninguém é genocida e quer que sua população morra! Qual é o Governador, a Governadora, o Prefeito ou a Prefeita que quer isso para o seu Estado ou para o seu Município? Já há cerca de 400 mil pessoas mortas por COVID-19.

É preciso que o Governo evite, sim, que mais mortes aconteçam e que dê mais atenção a essa população e a esses Estados. É preciso que haja mais solidariedade a esses Governadores e a todas e todos que estão lutando diariamente em defesa da vida da população brasileira.

Sr. Presidente, isso é um descalabro! Isso é vergonhoso! É criminoso o que se está fazendo no Brasil em relação às autorizações, às liberações das vacinas para os Estados deste País!

Ficam aqui, Sr. Presidente, a minha indignação e o meu protesto.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicações da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 617/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-15:12
Publ.: DCD - 29/04/2021 - ALTINEU CÔRTEZ-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à crítica do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à vacina produzida pela China e à expectativa de vida do povo brasileiro.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (Bloco/PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu trago a esta tribuna, hoje, as declarações infelizes que o Ministro Paulo Guedes fez ontem.

Primeiro, atacou a vacina chinesa. O Ministro deve ter esquecido que, até o final de março, de cada dez vacinas aplicadas no Brasil, possivelmente, nove eram da Sinovac, da China, ou feitas com insumos chineses. A China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil nos últimos 10 anos. O Brasil exporta para a China soja, carne, frango, minério de ferro. Sete de cada dez produtos mais exportados pelo Brasil são vendidos para a China. E o Ministro Paulo Guedes, em vez de resolver o problema da economia, da fome de 20 milhões de brasileiros, ataca a China.

Depois, Sr. Presidente, o Ministro fez declarações infelizes relativas à expectativa de vida do povo brasileiro. Parece que o Ministro entende que ninguém pode querer viver cem anos; que é bom morrer rápido. É disso que o Ministro Paulo Guedes trata, e trata com desdém, com deboche.

É um absurdo, Sr. Presidente, o Ministro da Economia, que reduziu em 60% o auxílio emergencial, de 600 reais para 250 reais, enquanto o quilo do feijão e o quilo do arroz aumentaram 60% no último ano - o PF aumentou 23% -, em vez de tratar das questões que interessam à população brasileira, que é aumentar o auxílio para 600 reais e atender 60 milhões de brasileiros, vem a público atacar a China e falar da expectativa de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, o Paulo Guedes é um dos principais Ministros do Governo. Eu acho que o Governo Federal, se quiser acertar, deve, sinceramente, pedir ao Paulo Guedes que faça uma reflexão. O Ministro Paulo Guedes tem que tratar de economia e parar de desdenhar da população brasileira.

E, por último, lembro ao Ministro que ele vai fazer 72 anos. Qual é a expectativa de vida do senhor, Ministro Paulo Guedes?

Documento 618/702

27.2021.B	Sessão Outro Evento	28/04/2021-15:12
Publ.: DCD - 29/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional dos funcionários da Caixa Econômica Federal contra a desestruturação e a privatização da instituição e pela inclusão dos bancários entre os grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19. Repúdio a ataques do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à China e ao povo brasileiro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero expressar a minha solidariedade e o meu reconhecimento às bancárias e aos bancários da Caixa Econômica Federal pela sua luta - eu sou funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal.

Ontem eles fizeram uma grande mobilização nacional, uma paralisação, uma greve de 24 horas e trouxeram bandeiras políticas e reivindicações extremamente importantes, começando pela defesa de uma Caixa Econômica 100% pública - hoje existe, por parte do Governo, uma ofensiva muito grande para privatizar ou desmantelar a Caixa Econômica Federal, o que é um equívoco absurdo.

Também levantaram a bandeira do respeito ao pagamento correto da Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Pediram, além disso, a convocação de concursados. Existem várias pessoas esperando a vez de ser convocadas, já que fizeram concurso para a Caixa Econômica Federal, e os bancários estão defendendo a convocação desses concursados.

Eles levantaram, também, a bandeira da vacinação imediata para todos e para todas. Eles defendem a prioridade para a categoria bancária, que não deixou de trabalhar nem 1 minuto sequer durante toda a pandemia. São os funcionários da CAIXA que estão fazendo pagamento do auxílio emergencial, enfrentando filas enormes no seu dia a dia. Por essa razão, garantir a prioridade à categoria bancária para a vacinação é algo mais do que necessário e justo; é uma questão de estratégia de enfrentamento ao vírus.

Finalmente, quero dizer que, em relação à defesa de que a Caixa Econômica Federal deve continuar sendo um banco público, é preciso que se denuncie o Sr. Paulo Guedes e o Governo Bolsonaro.

Ontem, aliás, como já foi dito nesta sessão, o Ministro Paulo Guedes mostrou, mais uma vez, que é despreparado, desqualificado para conduzir a economia do nosso País. Ele não está cuidando dos desempregados, não está cuidando de políticas que possam aumentar a renda do povo brasileiro, como um auxílio emergencial decente, de 600 reais. Ontem ele resolveu fazer ataques à China e ao povo brasileiro, quanto ao sonho de viver dignamente até os cem anos. Quem não quer viver até os cem anos? Esse é o Ministro da Economia

que nós temos, lamentavelmente.

Registro o meu apoio aos colegas da Caixa Econômica Federal, que fizeram bonito ontem nessa mobilização.

Vamos continuar firmes e fortes para derrotar este Governo e a pandemia!

Documento 619/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD	15:28
Publ.: DCD - 29/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Colocação do Brasil entre os 4 países do mundo com mais de 1 milhão de vacinas contra a Covid-19 aplicadas por dia.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL é contra, vota "não", Presidente.

Eu aproveito para comemorar o fato de que o Brasil está junto com três países do mundo todo que vacinam mais de 1 milhão de pessoas por dia. Quatro países do mundo fazem isso, e o Brasil está entre eles, os que mais vacinam. Ontem, foram 1 milhão e 600 mil pessoas.

Isso eu digo para dar incentivo, fé e segurança de que estamos vencendo a COVID-19. São quatro os países do mundo que mais vacinam, e o Brasil está entre eles.

Grato, nobre Presidente.

Documento 620/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD	15:36
Publ.: DCD - 29/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento para retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Ritmo lento da aplicação de vacinas contra a Covid-19 no Brasil.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentá-lo em primeiro lugar, cumprimentar os colegas e o povo brasileiro que acompanha esta sessão.

A Minoria vota "sim" à retirada de pauta.

Eu aproveito para recolocar a versão real dos fatos quanto ao desafio brasileiro de vacinar a nossa população, Deputado Nilto Tatto. Em 100 dias de vacinação, o Brasil aplicou apenas 44 milhões e 249 mil doses. Nesses últimos dias, tem aplicado uma média de 800 mil doses. Para chegar àquilo que é o desafio do Brasil, ou seja, aplicar 320 milhões de doses para vacinar 160 milhões de brasileiros, nesse ritmo, o Brasil demorará de 10 a 12 meses. É lamentável, mas o Brasil é o 76º país em vacinação, com o nível de vacinação mais atrasada do mundo - 75 países, Deputada Talíria Petrone, estão vacinando com mais rapidez e mais qualidade do que o Brasil.

Documento 621/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD 15:40	
Publ.: DCD - 29/04/2021 - JUNIO AMARAL-PSL -MG		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOS ORDENS DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Organização de carreatas pelo Brasil no dia 1º de maio em protesto contra as interferências recorrentes do Poder Legislativo e do Supremo Tribunal Federal no Poder Executivo.

O SR. JUNIO AMARAL (Bloco/PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Presidente, o Brasil está assistindo aterrorizado ao noticiário da política, sobretudo agora, com essa interferência recorrente do STF no Poder Executivo e também no Poder Legislativo - *vide* CPI da COVID-19.

Vemos esses abusos acontecendo, infelizmente, com certa inércia, sobretudo do Presidente do Senado. É por isso que o povo brasileiro está se mobilizando, grande parte dele, em carreatas pelo Brasil afora no próximo sábado, dia 1º de maio.

Estarei com o povo, porque foi ele que me trouxe para cá, evidentemente: no Sul de Minas, mais especificamente, em Pouso Alegre, na parte da manhã, e em São Lourenço, na parte da tarde.

Será é um grito de liberdade. Não podemos mais aceitar isso que está acontecendo no nosso País.

Muito obrigado.

Documento 622/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/04/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 29/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 400 mil mortes no Brasil em decorrência do coronavírus. Atuação genocida do Governo Jair Bolsonaro diante da epidemia de Covid-19. Aumento da fome, dos índices inflacionários e do desemprego no País. Convivência do Governo Federal com a destruição das riquezas naturais e dos biomas brasileiros. Imediata aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da instituição do novo auxílio emergencial. Apoio à mobilização das centrais sindicais e dos movimentos populares em defesa da apreciação da matéria. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes, e de 1.200 reais para famílias monoparentais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nesta semana, nós chegaremos ao macabro número de 400 mil vidas perdidas na pandemia. Quantas teriam sido salvas se tivéssemos um



governo?

Quantos homens, mulheres, jovens e crianças ainda teriam um futuro e poderiam celebrar a vida com suas famílias, com seus amigos? Eles poderiam realizar projetos e sonhar viver em um país justo? Trata-se de 400 mil vidas! Quantas em vão?

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não há meias palavras: cada morte evitável é um assassinato. Eu repito: cada morte evitável é um assassinato. Centenas de milhares de mortes evitáveis significam um genocídio. Um exemplo é a foto em que o Presidente posou sorrindo, segurando uma placa em que estava escrito "CPF cancelado", o que é sinônimo de morte, num país que tem perdido milhares de vidas todos os dias. Se hoje vivemos um genocídio, é porque não há Governo e, quando o Governo aparece, ele não combate a morte: ele a celebra!

Passa da hora de esta Casa reconhecer esta realidade. Alguém aqui tem a remota esperança de que com Bolsonaro o Governo vai deter o genocídio? Não! O Brasil não pode esperar. Não é só de pandemia que morrem brasileiros. Há brasileiros que estão morrendo de fome também. Essa vergonha chamada fome, que nós tínhamos extirpado da nossa terra nos Governos de Lula e da Presidenta Dilma, está de volta. São 19 milhões de brasileiros que passam fome todos os dias e 125 milhões que sofrem com a insegurança alimentar. Este é o segundo genocídio. E quem fez isso? O Governo. Sim, o Governo! Foi ele que acabou com os estoques reguladores, devastou as políticas sociais, atacou a agricultura familiar, revogou o auxílio emergencial. Não! O Brasil não pode mais esperar.

Nós podemos aqui falar de crescimento, da volta dos empregos, da possibilidade de uma vida digna? Não! Não podemos. Sabem por quê? Porque este Governo transformou o Brasil no único país do mundo, que, segundo a OCDE, não retomou o crescimento, porque suas políticas devastaram a indústria, travaram os investimentos e, principalmente, arrebentaram o mercado de trabalho.

Por isso, o desemprego só cresce, e a renda cai. O Brasil de Bolsonaro consegue combinar estagnação com inflação. Isso é realmente inacreditável, mas, infelizmente, é uma realidade, uma realidade que flagela os mais pobres e os mata. A causa é óbvia: o homem da casa de vidro.

Não! O Brasil não pode mais esperar.

Não bastassem as mortes, a fome, a miséria, a inflação, o desemprego, este não Governo devasta nossas riquezas naturais. Nunca se desmatou tanto no Brasil! Nunca houve tantas queimadas!

Nunca houve tanta vida esmagada! Nunca se cometeram tantos crimes ambientais! E o Governo? O Governo anistia os criminosos e demite os servidores públicos que deveriam impedir estes crimes.

O caso do chefe da Polícia Federal do Amazonas é emblemático. Ele fez a maior apreensão de madeira ilegal da história. E o que fez o Governo? Liberou a madeira, livrou os criminosos e puniu o delegado, ou seja, de novo, celebrou o crime e a morte.

Nossas florestas não aguentam mais tanta agressão! Nossos biomas estão entrando em colapso. Não! O Brasil não pode mais esperar. Seja qual for o problema nacional, não há mais forma de resolvê-lo com Bolsonaro no poder. Não há área em que não seja Bolsonaro, ele próprio, o problema. Então, quem quer salvar vidas tire Bolsonaro! Quem quer acabar com a fome tire Bolsonaro! Quem quer salvar a floresta tire Bolsonaro! Quem precisa de emprego tire Bolsonaro! Quem quer crescimento tire Bolsonaro! Quem quer ciência tire Bolsonaro! Quem quer vacina tire Bolsonaro! Quem quer a vida tire Bolsonaro!

O Brasil não pode esperar. *Impeachment* já! Motivos? Temos 220 milhões de motivos. O que está em jogo é a vida de cada brasileiro e de cada brasileira.

Sim, *impeachment* já! A bancada do PT trabalhará intensamente, junto com as demais bancadas da Oposição e todos os Parlamentares e entidades que assinaram pedidos de *impeachment* para que os processos andem nesta Casa. O Brasil não merece ter um Presidente genocida, que destrói a economia, o povo, a Nação, a Pátria brasileira.

Quero aproveitar, Sr. Presidente e colegas Deputados, para fazer menção à mobilização que as centrais sindicais e os movimentos populares fizeram sobre outro ponto importante da atual conjuntura brasileira: a necessária votação da Medida Provisória nº 1.039, que diz respeito ao auxílio emergencial. Nesta semana houve uma mobilização das centrais sindicais, que estiveram nesta terça-feira na Câmara dos Deputados, com a representação das centrais sindicais, em reunião com o Presidente Arthur Lira, articulada pelos partidos de oposição - agradecemos aos que realizaram esta reunião -, para pautar com a Presidência desta Casa a votação da Medida Provisória nº 1.039, que trata do auxílio emergencial. Ela precisa ser votada!

Não é possível que nós tenhamos apenas 150 reais de auxílio emergencial. Este valor corresponde a 5 reais por dia para um povo que está passando fome por causa da pandemia; 250 reais ou, no máximo, 375 reais, quando, no ano passado, nós tínhamos 600 reais e 1.200 reais. Se esta medida provisória não for votada, permanecerá o valor de 150 reais por apenas 4 meses. Portanto, ela precisa entrar na

Ordem do Dia.

Foi exatamente esta reivindicação que vieram fazer a Força Sindical, a CUT, a NCST, a CSB, a UNE, o MTST, a CONAQ, a UGT e a CTB. As centrais sindicais e os movimentos populares estiveram nesta Casa para pedir que nós Parlamentares votemos esta medida provisória.

No ano passado, quando o auxílio emergencial foi de 600 reais, mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras o receberam. Eles foram ao comércio, às lojas, à padaria, ao açougue, ao posto, à farmácia. Aqueceram a economia dos nossos Municípios, o que manteve o emprego na indústria. Contudo, se ficarmos com esse pífio valor apresentado pelo Governo Bolsonaro nesta medida provisória, a economia não vai se recuperar e as pessoas vão continuar passando fome.

Na realidade, no ano passado, 60 milhões de pessoas receberam o auxílio. Neste ano, apenas 40 milhões de brasileiros receberão o auxílio emergencial durante o período curto de 4 meses.

Nós precisamos votar e apreciar a proposta que a bancada do PT apresentou, cujo valor é de 600 reais e 1.200 reais, não apenas para 4 meses, mas para todo o período da pandemia. Os Municípios precisam, o comércio precisa, as pessoas precisam. Elas estão principalmente passando fome.

Este é o apelo que fazemos. Vamos colocar a proposta na ordem do dia, exatamente para reforçar esta mobilização das centrais sindicais e do movimento popular, que estão preparando para o dia 1º de maio, o Dia do Trabalhador, essa pauta organizada pelos movimentos em âmbito nacional, para que essa votação seja realizada e seja dado ao menos o valor de 600 reais durante todo o período de pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Esta é a manifestação que faço, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Documento 623/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD 18:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 2 sessões, da votação da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a renegociação extraordinária no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Vinculação entre o obscurantismo do Governo Jair Bolsonaro e as declarações do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, sobre a natureza sigilosa da sua vacinação contra a Covid-19.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria libera.

Eu queria fazer referência a fato de que tomamos conhecimento hoje: uma gravação em que aparece o General Ramos, Deputado Marcelo, dizendo que ele - corretamente - se vacinou, mas que, ao tomar a vacina, teve que fazê-lo escondido, por conta da posição do Governo. Quero destacar o mal que o Governo Bolsonaro faz para as Forças Armadas brasileiras. Um General que tem uma história nas Forças Armadas vai se vacinar, o que deveria ser normal, é óbvio, mas tem que fazer isso escondido, pelo grau de obscurantismo, negacionismo, atraso, retrocesso de um Governo!

Eu quero repetir aqui, Deputado Marcelo Ramos, que um bom general não deve obedecer a um mau capitão. Essa é uma norma evidente, um bom general não deve obedecer a um mau capitão. Como pode um general se vacinar escondido, porque um capitão obscuro assim deseja? É lamentável.

Documento 624/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/04/2021 - CD	18:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Negacionismo do Governo Jair Bolsonaro, demonstrado nas declarações do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, sobre o rececimento da vacina contra a Covid-19 em caráter sigiloso; e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca da responsabilização da República Popular da China pela invenção de coronavírus.



O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caminhávamos para o término do Governo Itamar Franco, antes das eleições, quando o então Ministro Rubens Ricupero, sem saber que a conversa que ele travava estava sendo transmitida, cunhou a expressão: "*O que é bom, a gente divulga; o que é ruim, a gente esconde*". Obviamente, não obstante eventuais divergências, o então Ministro Rubens Ricupero era uma figura respeitável. Mas aquela inconfidência fez com que ele, a partir da divulgação, pagasse um alto preço. Ainda hoje, quando aparece em público, há aqueles que se lembram do fato.

E nós agora estamos diante de situações semelhantes. A primeira, na mesma reunião, foi protagonizada pelo Ministro General Luiz Eduardo Ramos, que, para não defender a vacinação em massa, a importância da vacinação, para agradar ou se acumpliciar ao Presidente Jair Bolsonaro, compreendendo e assumindo a importância da vacinação, vacinou-se. E ainda falou que pretendia continuar vivo e que sabia do número de mortos, mas resolveu manter a sua vacinação no anonimato, muito mais para não contrariar o Presidente da República, que nega a ciência e não tem compromisso com a vacinação em massa. Isso, aliás, além de outras iniciativas do Presidente da República, é a causa de estarmos agora chegando a 400 mil mortos.

É claro que o Ministro não será responsabilizado, mas certamente já deu uma grande contribuição para que a CPI do Senado que investiga responsabilidades em relação aos crimes praticados durante a pandemia tenha já ali um grande atestado ou uma grande prova.

A outra situação foi protagonizada pelo Ministro Paulo Guedes, que ainda não se livrou da Operação Greenfield, por prejuízos causados a fundos de pensão de bancos públicos e empresas estatais, especialmente a FUNCEF. O Ministro Paulo Guedes, que também deve ser responsabilizado - e a CPI vai alcançá-lo - pela contribuição que deu para que o Brasil e o povo brasileiro estivessem nesta situação diante da pandemia, resolveu criminalizar a China e estabelecer comparações entre a eficácia de vacinas diferentes. Mas logo depois - aliás, tem esse hábito -, quando viu que foi pilhado ao fazer observações nas quais ele acredita, mas não tem coragem de assumir publicamente, veio tentar corrigir, modificar ou interpretar de forma diferenciada aquilo que afirmara.

Afinal de contas, para um Ministro plenipotenciário que conduz crimes de lesa-pátria, talvez não haja pena capaz de corresponder aos crimes praticados. É um Ministro que mente e não assume as responsabilidades por aquilo que fala.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que esta é a face do Governo, a face do negacionismo, mas a face também da irresponsabilidade

daqueles que não têm compromisso nem com aquilo que falam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 625/702

41.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021-
CD 18:08

Publ.: DCD - 29/04/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Proximidade de alcance do patamar de 400 mil mortes pela Covid-19 no Brasil. Despreparo do Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da epidemia de coronavírus e da crise socioeconômica vigentes no País. Tentativa do Governo Federal de sabotagem da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades no enfrentamento da epidemia. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da instituição do novo auxílio emergencial. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio de 600 reais para trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes. Anúncio de apresentação de requerimento para criação de CPI destinada à investigação de denúncias contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar todos os colegas que nos acompanham aqui do plenário e cumprimentar aqueles que nos acompanham de casa, pelo sistema remoto, adotando o comportamento que foi orientado pela Presidência da Câmara, corretamente, o de evitarmos a aglomeração, porque nós não somos negacionistas. Nós acreditamos na ciência e queremos pedir a todos que continuem se cuidando, porque o Brasil se aproxima, Sr. Presidente, tragicamente, de cifra triste e dramática para o nosso País: 400 mil mortos. Neste momento, deve estar sendo divulgado o último número. O Brasil está perto, lamentavelmente, dessa cifra assustadora.

Isso é resultado, Deputado Paulo Ramos, que me antecedeu aqui na tribuna, de falta de governo, de um Governo completamente perdido. A prova disso é exatamente o que o Deputado Paulo Ramos acabou de mencionar, na sequência do Deputado Marcelo Freixo, a situação de um general, Ministro do Governo, que se vê obrigado a tomar vacina escondido pela orientação do Presidente da República, seu chefe.

Veja, V.Exa., que absurdo completo! No mundo inteiro, os líderes políticos fazem questão de tomar vacina publicamente para dar o exemplo. Aqui no Brasil é o contrário! O Presidente da República é um estorvo até para que os seus Ministros se vacinem.

No contexto dessa conversa, o Ministro Paulo Guedes se dá ao luxo de atacar a China, fornecedora de grande parte dos insumos que nós utilizamos para a produção de vacinas. Se o Governo não atrapalhasse, ajudaria muito.

O problema é que o Governo não só não faz o que deveria fazer, mas faz o que não deveria fazer, atrapalha incansavelmente o País. E o País, Presidente, está exausto! O País está exausto! O País não aguenta mais! As pessoas não aguentam mais a falta perspectiva de quando se vacinarão, de quando poderão retomar a sua vida normal porque o Governo não quis comprar 70 milhões de doses da vacina produzida pela Pfizer, norte-americana. Portanto, nem a desculpa ideológica, de que é um país com o qual o Presidente não concorda, se tem. É de fato uma sabotagem ao País, uma sabotagem à vida dos brasileiros.

Além de sabotar o enfrentamento à pandemia, o Governo tentou sabotar também a Comissão Parlamentar de Inquérito que ontem se instalou no Senado Federal. Fez o possível para retirar assinaturas. Não queria que ela fosse instalada.

E, corretamente, o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Luís Roberto Barroso, determinou a instalação da CPI, porque CPI é direito de minoria aqui no Brasil e no mundo inteiro. E ela foi instalada.

E aí o Governo tentou impedir que fosse designado o Relator. Através de uma aliada sua, foi à Justiça de primeiro grau pedir que um determinado Relator, o Senador Renan Calheiros, não pudesse ser eleito. Ora, Relator não eleito, é escolhido pelo Presidente. A decisão foi cassada pela Presidência do Tribunal. A CPI foi instalada e começou a trabalhar.

Diante disso, o Senador Flávio Bolsonaro, filho do Presidente, vai à CPI para chamar o Presidente do Senado de ingrato, porque se recusou a cumprir uma ordem manifestamente ilegal.

Sr. Presidente, o País assiste perplexo a esse festival de desencontros do Governo, descobrindo que nós estamos em uma nau, em um barco, em que o comandante é um insensato e que não sabe nem de longe para onde conduzir o barco, nem em que direção levá-lo.

É um festival de crimes de responsabilidade, de inconseqüências, não apenas no enfrentamento à COVID, mas também no enfrentamento à



crise econômica e social. O auxílio que o Governo decidiu dar é insuficiente para que as famílias brasileiras se mantenham com dignidade. Famílias brasileiras precisam comprar comida, precisam comprar um botijão de gás, e não há dinheiro para isso. O auxílio de 250 reais não é suficiente. E se for família de uma única pessoa, são 150 reais. Não é possível! Esse valor é absolutamente insuficiente.

Por isso, queremos votar a medida provisória que trata deste tema, porque aqui queremos recuperar o valor de 600 reais, Deputado Elvino Bohn Gass. E ontem recebemos as centrais sindicais, como V.Exa. há pouco dizia, com o Presidente Arthur Lira que as recebeu. Nós queremos 600 reais já! São 19 milhões de brasileiros que passam fome! O desemprego é recorde no Brasil, nunca esteve tão alto na história do nosso País. E diante disso, o Governo pretende não fazer o Censo, porque o Censo provará que a situação é cada vez pior no Brasil.

Esse é o Brasil de Bolsonaro! Não digam que a culpa é da pandemia, porque os países da OCDE também enfrentaram a pandemia. E o Brasil é o que tem apresentado o pior resultado dentre aqueles avaliados pela OCDE, como recentemente se divulgou. É claro que a pandemia afeta o Brasil, como afetou o mundo inteiro. A questão é como nós respondemos a isso. E além da área da saúde e da área social e econômica, temos a área ambiental, que é outro festival de crimes.

Por isso, nós da Oposição acabamos de aprontar um requerimento para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias de crimes e ilícitos praticados pelo Antiministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Ele foi acusado pelo ex-Superintendente da Polícia Federal no Amazonas de conestar os criminosos, de defendê-los e atacar a Polícia Federal. E veio aqui o Delegado Saraiva e, de maneira altiva, defendeu o seu trabalho.

Queremos investigar essas denúncias, não apenas essa, mas também aquelas de que ele usou avião da FAB para transformar garimpeiros ilegais, mas também o desmonte de toda a proteção ambiental brasileira, a perseguição aos servidores, o estímulo e o incentivo ao desmatamento. Queremos investigar isso. Queremos investigar a omissão do Ministério do Meio Ambiente diante das queimadas e do Dia do Fogo. O Ministro Ricardo Salles, ou melhor, o Antiministro precisa ser investigado, e é por esta Casa.

Deputado Júlio Delgado, nós temos a obrigação aqui na Câmara de fazer o nosso papel. O Senado está cumprindo com o papel dele, e, para isso, a Oposição, no Senado, contou com o apoio de assinaturas de Senadores do MDB, do Podemos, do PSDB, do PROS e do DEM, além do Cidadania. Queremos fazer um apelo a esses partidos aqui na

Câmara, que, seguindo o bom exemplo dos Senadores desses partidos, também nos ajudem com assinaturas para que possamos instalar a CPI dos Crimes Ambientais e das denúncias contra o Ministro Ricardo Salles.

É nossa obrigação fazer isso antes que a nossa natureza seja devastada de forma irreversível e que a imagem do Brasil seja completamente destruída, o que prejudicará as exportações e gerará mais desemprego no Brasil.

É hora de dar um basta em Ricardo Salles!

CPI já!

Obrigado, Presidente.

Documento 626/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/04/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 29/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a renegociação extraordinária no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Pedido à Presidência e aos Líderes partidários de votação, em regime de urgência, de projeto sobre concessão de apoio à agricultura familiar.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui reafirmar primeiro que o PT é favorável à renegociação.

O PT trabalha e pede muito o apoio tanto dessa Presidência como dos Líderes, para votarmos com urgência o Projeto Assis Carvalho II, que leva inclusive benefícios que há nesta medida provisória para todo o País.

E esse projeto de apoio emergencial à agricultura familiar é tão necessário não só para a agricultura familiar, mas especialmente também para os milhões de brasileiros que estão passando fome neste momento. É fundamental apoiar a agricultura familiar, perdoar as

dívidas inclusive dos agricultores familiares, renegociar aquelas que podem ser renegociadas.

O PT está em obstrução.

Documento 627/702

41.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021-
CD 18:56

Publ.: DCD - 29/04/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 38, apresentada à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Pedido ao Ministério da Saúde de apuração de aplicação de vacinas vencidas da AstraZeneca nos Municípios de Ribeirão Preto e Bebedouro, Estado de São Paulo.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim", Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Bira pela propositura.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para manifestar uma preocupação neste plenário. Recebi a informação de que um lote com mais de 1.200 vacinas vencidas da AstraZeneca, que veio da Índia, foi aplicado inclusive em pessoas do Estado de São Paulo, da cidade de Ribeirão Preto, que é minha cidade. Em Bebedouro, dezenas de pessoas também receberam a vacina vencida e agora estão em desespero, porque não sabem o que pode causar isso.

Eu estou pedindo uma apuração. Já fiz um ofício ao Ministério da Saúde para que se apure a responsabilidade de gestores locais que não verificaram isso, de gestores estaduais e do Ministério da Saúde também. Uma apuração de todos é o que nós pedimos.

Isso é inaceitável! Obrigado.

Documento 628/702

41.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021-
CD 19:00
Publ.: DCD - 29/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 38, apresentada à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição, Presidente, orienta "sim" a essa emenda do PSB, que foi muito bem defendida pelo Deputado Bira do Pindaré. Quero inclusive agradecer ao nosso Líder Alessandro Molon pela cedência do tempo e da condução dos trabalhos.

É evidente que num projeto como esse, que tinha uma redação muito melhor na MP, conseguiu-se alguma redução de danos no sentido de proteger os pequenos, e aqui, com esse destaque, fica clara a ideia de incluir os agricultores familiares, que foram os mais atingidos pela pandemia; agricultores que foram atingidos pelo veto irresponsável à Lei Assis Carvalho pelo Governo criminoso do Bolsonaro; agricultores que são atingidos cotidianamente por essa lógica lamentável do agrotóxico. Nós precisamos ajudar a agricultura familiar também, porque é quem mais produz alimentos, já que 70% do alimento na mesa da cidade vem da agricultura familiar.

Essa emenda protege agricultores familiares. A Oposição vota "sim".

Documento 629/702

41.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021-
CD 19:04
Publ.: DCD - 29/04/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre

a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Apreensão com a politização, por Senador do PT, da CPI da Covid-19 no Senado Federal.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL, Sr. Presidente, e o bloco orientam "não" a esta emenda.

Aproveitando o tempo que me resta, quero dizer que foi criada a CPI da COVID no Senado e já a estão politizando, tanto é que um Senador da República, do PT, resolveu entrar com uma ação contra o Conselho Federal de Medicina, porque ele recentemente soltou uma nota dando total liberdade aos médicos, o que é de direito, de prescreverem o que quiserem, inclusive os tratamentos precoces para a COVID-19. Isso é cercear a liberdade do médico no seu exercício da profissão. Esse Senador, lembramos bem, está envolvido no escândalo das ambulâncias e dos vampiros.

É só isso, Presidente.

Muito obrigada.

Documento 630/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 29/04/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 10, apresentada à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Apreensão com a politização da CPI da Covid no Senado Federal. Contestação a pronunciamento de Deputada sobre politização da CPI da Covid-19 do Senado Federal por integrantes da Oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição também orienta "sim" à

emenda do PDT. Esta emenda corrige o PLV, garantindo que aqueles que utilizaram de maneira indevida recursos de fundos constitucionais ou cometeram fraude não possam ser contemplados em uma nova renegociação. Então, a emenda é meritória e necessária.

A Oposição, em conjunto, orienta "sim".

E quero registrar que é engraçado ver a base do Governo dizer que a Oposição ou que Senadores querem politizar a CPI. Foi preciso uma CPI no País para vermos o Senador Flávio Bolsonaro falar em isolamento social e nos riscos da pandemia - claro, para tentar fazer com que a CPI não fosse instalada. Lamentavelmente, estamos chegando à marca de quase 400 mil mortos, e é óbvio que há responsabilidade de um Governo criminoso e genocida.

Nós estaremos daqui, da Câmara dos Deputados, acompanhando atentamente os desdobramentos da CPI do Senado.

Documento 631/702

41.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/04/2021- CD 19:20
Publ.: DCD - 29/04/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Confiança na declaração de inocência do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid-19 do Senado Federal. Incitação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à exposição popular.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a correção do tempo, porque agora é de 5 minutos o tempo da Liderança do PSC.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna hoje para dizer duas coisas. Primeiro, eu tenho certeza e convicção absoluta de que o Presidente Bolsonaro sairá maior do que já é nessa CPI da COVID. E eu vou dizer por quê. É que, por mais que se armem arapucas contra o Presidente da República, a verdade está ao lado de Bolsonaro. A transparência com o dinheiro público está ao lado de Bolsonaro. Portanto, não há como a mentira sobrepujar a verdade.

Então, dou um aviso aos brasileiros de bem. Vai acontecer com essa CPI o que aconteceu com aquele áudio de uma reunião privada entre o Presidente e os seus Ministros que o STF autorizou vazar: pensaram

que era o fim de Bolsonaro, e Bolsonaro saiu maior ainda. Eu tenho certeza de que isso acontecerá com esta CPI da COVID.

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz a esta tribuna é que eu achava que eu jamais - jamais! - iria parabenizar o PT. Povo brasileiro, eu achava que eu jamais iria parabenizar o Lula. Mas eu tenho que subir a esta tribuna para dar parabéns ao Luiz Inácio Lula da Silva. Por quê? Porque ele está à frente em todas as pesquisas. Sim, as pesquisas dizem que Lula vencerá Bolsonaro no primeiro turno. Algumas dizem que ele não vence no primeiro, mas ganha no segundo, dando uma lavada - uma lavada! -, no genocida do Bolsonaro. *(Risos.)*

Lula até agora estava reclamando de que ele é político há tanto tempo e nunca foi chamado de mito. E quase chorou na Internet, dizendo que no fundo ele queria ser chamado de mito, como é Bolsonaro.

Mas, Lula, você é o presidenciável mais querido do Brasil! Segundo a imprensa, a *TV Globo*, o *Estadão*, a *Folha de S.Paulo*, e segundo o Datafolha, o IBOPE, você vai ganhar de Bolsonaro.

Se Lula vai ganhar de Bolsonaro e quer ser chamado de mito - de mito! -, então hoje nós começamos aqui uma campanha. A campanha é esta da *hashtag #lulavempraru!* *(O orador exhibe placa.)*

É isso! Vá para a rua! Lula, ande pelos *shoppings* da cidade. Lula, ande pelos calçadões das cidades. Lula, vá à praia no Rio de Janeiro, sim, para ver se você vai ser chamado de mito, para ver se você vai se abraçado.

Se Lula vence Bolsonaro, se Lula é um cara tão amado desse jeito, a campanha começa agora com a *hashtag #lulavempraru* provar que você é mito, provar que as pesquisas estão certas.

Sabem quando Lula vai vir para a rua? Nunca. E sabem por quê? Porque tudo é uma farsa, tudo é um teatro. Lula não tem coragem de provar sua popularidade como Bolsonaro tem. Por quê? Simples: a popularidade do Bolsonaro não é uma farsa, não é uma mentira, não é um engano. Ela é sentida nos braços do povo. A popularidade de Lula é construída pelo *establishment*, é construída pelo sistema que aí está e que quer derrubar Bolsonaro.

Então fica o desafio: Lula, você é tão popular? Tenha coragem e venha para a rua. Mas venha mesmo, de peito aberto. Eu quero ver se você passa pelo crivo do cidadão brasileiro.

Sumário

Denúncia do Governador do Estado do Amazonas pela Procuradoria-Geral da República por supostos desvios de recursos públicos utilizados no período da pandemia do coronavírus. Concentração de unidades de tratamento intensivo - UTI em Manaus. Instalação da CPI da Covid-19 no Senado Federal. Desempenho insatisfatório do Governo amazonense no combate à pandemia de Covid-19. Defesa de apuração de fatos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amazonas pela CPI da Covid-19 do Senado Federal.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na última segunda-feira, o Governador do Estado do Amazonas foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República, por intermédio da Subprocuradora-Geral Lindora Maria Araújo, por supostos desvios de recursos públicos utilizados no período da pandemia.

Manaus foi notícia no Brasil e no mundo todo como exemplo do que não se deve fazer para cuidar de pacientes cujo estado de saúde se agravou em razão da COVID-19.

O Estado do Amazonas tem concentrado na cidade de Manaus todas as UTIs de que o Estado dispõe. Nós não temos unidade de terapia intensiva no interior do Amazonas, um Estado que tem mais de 1 milhão e meio de quilômetros quadrados.

Ontem, no Senado da República, foi instalada a CPI para apurar comportamentos no enfrentamento da pandemia, e um dos focos é a cidade de Manaus. Pasmem, Srs. Parlamentares, que mesmo durante a segunda onda de COVID que assolou Manaus e que assustou o mundo, o Governo do Estado foi incapaz de comprar uma única bala de oxigênio fora do Estado do Amazonas para levá-la para Manaus. Nós tivemos artistas e cantores que assim o fizeram e ajudaram o Estado, por meio desse socorro, a salvar vidas. No entanto, o Governo do Estado foi incapaz de fazer isso.

Além disso, o Governo Estadual demorou muito para providenciar unidades de produção de oxigênio para o suprimento necessário de hospitais do interior do Estado e algumas unidades de saúde na cidade de Manaus. Foi necessário que o Ministério da Saúde e outras instituições privadas de saúde de outras regiões do País enviassem unidades de produção de oxigênio para o Estado do Amazonas, por

meio de doações. Isso é lamentável!

Sr. Presidente, ainda hoje nós enfrentamos muitas dificuldades. Nós temos milhares de pessoas na fila do sistema de regulação, pessoas que esperam por um exame de alta complexidade, que esperam por uma consulta médica com um especialista, que esperam, Deputado Paulo Ganime, para fazer uma cirurgia, mas não conseguem. Até hoje o Governo do Estado não abriu uma única UTI no interior do Estado do Amazonas, mesmo neste período da pandemia.

Nós tivemos um acréscimo, nos últimos 2 anos, de quase 5 bilhões de reais de receita própria no Estado do Amazonas, e o Governo assiste a tudo isso de forma cômoda, como se nada estivesse acontecendo, enquanto pessoas continuam falecendo, se não por COVID, por outras doenças, por falta de assistência e por falta de uma atenção que venha ao encontro da necessidade da população.

Defendo que a CPI instalada no Senado apure não só a omissão, não só a falta de presteza, celeridade, agilidade e capacidade de gestão no enfrentamento da COVID, mas também os possíveis desvios de recursos públicos que tiveram como pano de fundo a COVID-19.

Infelizmente, eu tenho que vir à tribuna desta Casa para fazer esta denúncia com repercussão em âmbito nacional para que olhem para o Amazonas, porque nós não enfrentamos só um caos em relação à pandemia; nós enfrentamos um caos em relação à saúde pública. É inaceitável que mais de 100 mil pessoas estejam na fila do sistema de regulação à espera de uma consulta, de um exame, de uma cirurgia. E nós não vemos perspectiva de mudança desse cenário, de alteração em relação ao comportamento do Governo do Estado na gestão da saúde.

Desde 2005 nós não temos um novo PPI, uma pactuação. E os recursos do Sistema Único de Saúde são repassados para o Estado, mas deveriam estar nas mãos dos Municípios, inclusive para que os Municípios pudessem organizar e melhorar a atenção básica. O Estado coloca esses recursos nas suas unidades de média e alta complexidade, ficando como o primo rico, e não o primo pobre.

E a eficiência desses Municípios ficou muito clara durante a pandemia, no índice de mortalidade no interior do Estado muito menor do que na cidade de Manaus. Não que a COVID não tenha chegado a esses Municípios. Muito pelo contrário, chegou, e chegou de forma agressiva. Mas a atenção básica articulada e bem trabalhada fez a diferença nessa batalha.

Por isso, senhores e senhoras, venho a esta tribuna registrar o que vivenciamos no Estado do Amazonas em relação a esse caos que,

infelizmente, vive a saúde pública e à má gestão do dinheiro público, com ausência de transparência e de aplicação correta desses recursos.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 633/702

41.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/04/2021-19:32
Publ.: DCD 29/04/2021 -	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO

Sumário

Contrariedade com o Projeto de Lei nº 510, de 2021, sobre alteração das Leis de nºs: 11.952, de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; 8.666, de 1993, acerca de instituição de normas para licitações e contratos da administração pública; 6.015, de 1973, sobre os registros públicos; 13.240, e 2015, sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e 10.304, de 2001, sobre transferência ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá de terras pertencentes à União, com vista à ampliação do alcance da regularização fundiária. Defesa de apuração de fatos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 entre os povos indígenas pela CPI da Covid-19 do Senado Federal. Atuação oradora como relatora de projeto de lei resultante na Lei nº 14.021, de 2020, sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipulação de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e alteração da Lei nº 8.080, 1990, com vista à garantia de aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é o Dia Mundial da Educação. Quero afirmar que investir na educação é implementar direitos. A educação é um direito de todos e dever do Estado e por isso deve ser nossa principal prioridade.

Na nossa legislação, os povos indígenas têm a garantia da educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural, bilíngue, multilíngue. Nós precisamos avançar na implementação dessas garantias legais.

A educação escolar indígena tem que ser de qualidade, com boa infraestrutura, materiais didáticos, laboratórios de informática e de ciências, alimentação escolar que respeite os hábitos alimentares dos estudantes indígenas, transporte escolar adequado para a realidade geográfica das comunidades indígenas de norte a sul do País, da Amazônia aos Pampas, e professores formados e com a garantia de seus direitos trabalhistas.

Para avançarmos na efetividade do direito à educação indígena, em 2 anos de mandato, eu destinei cerca de 40 milhões de reais de minhas emendas para a educação escolar em Roraima, para melhorar a estrutura de mais de 100 escolas indígenas, beneficiando assim mais de 18 mil estudantes indígenas e professores que atuam na educação básica e no ensino médio em todo o Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria muito que esse exemplo fosse seguido por toda esta Casa e que se investisse também naquelas comunidades que merecem essa atenção na educação escolar indígena.

Aproveitando o tempo da Liderança, Sr. Presidente, eu preciso cumprir aqui minha obrigação como Parlamentar e registrar que, enquanto o mundo inteiro está falando em fortalecer a agenda ambiental, é um absurdo que hoje quase tenha sido pautado no Senado o PL 510, que legaliza a facilitação do desmatamento e da grilagem, o que pode promover conflitos no campo. Graças à mobilização de ambientalistas e da sociedade, esse projeto foi retirado da pauta de hoje.

Também quero registrar que o Brasil está atento à CPI no Senado que objetiva investigar as ações e omissões no combate à pandemia pelo poder público. É essencial que essa CPI também apure os fatos relacionados ao enfrentamento da pandemia entre os povos indígenas. A realidade é que a taxa de mortalidade causada pelo vírus entre os povos originais é sete vezes maior que na sociedade em geral. Nós temos especificidades, como questões estruturais, como nossa vida em comunidade, em coletividade. Existe dificuldade na logística para sermos atendidos, inclusive na vacinação. Isso deve ser observado pelo Ministério da Saúde.

Ainda em 2020, Sr. Presidente e demais Parlamentares, eu relatei, aqui nesta Casa, na Câmara dos Deputados, o projeto que resultou na Lei Federal nº 14.021, de 2020, que criou o Plano Emergencial de Enfrentamento à COVID-19 em relação aos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Mesmo com

essa previsão legal para medidas emergenciais, posteriormente houve decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou que o Governo adotasse essas medidas com urgência.

Somados a esses problemas no enfrentamento da pandemia, temos a falta de demarcação das terras indígenas, o incentivo a invasões, o desmatamento e o enfraquecimento dos órgãos ambientais indigenistas. Tudo isso nos coloca numa vulnerabilidade bastante grande. Isso é inaceitável! A CPI precisa investigar esses fatos, que também estão relacionados à pandemia.

Nós seguimos aqui, Sr. Presidente e demais Parlamentares, vigilantes. Este é o nosso papel de Parlamentar: prezar e defender a Constituição Federal e fazer com que os direitos sociais sejam implementados e consolidados.

Hoje, neste Dia Mundial da Educação, quero reforçar esse nosso compromisso de defender os mais fracos, os mais vulneráveis, para que não se aproveitem de que a atenção da nossa sociedade está voltada ao combate à pandemia para aprovarem leis que destruam o nosso ambiente, enfraqueçam a nossa educação e aprofundem a desigualdade social.

Eu quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade e pedir que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*, porque muitas comunidades só têm esse meio de acesso a informação, ouvindo o programa no radinho de pilha, porque muitos não têm Internet e muitos não têm energia elétrica.

Que todos os profissionais da educação e os alunos se sintam encorajados a insistir nas demandas da educação.

Muito obrigada.

Documento 634/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD	11:20
Publ.: DCD - 30/04/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Anúncio, pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, de plano trilionário de investimentos. Necessidade de combate às desigualdades sociais no Brasil. Crítica à política econômica implementada pelo Ministro Paulo

Guedes.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o mundo assistiu ontem ao Presidente dos Estados Unidos, o Sr. Biden, a anunciar mais um plano de recuperação econômica dos Estados Unidos, um plano trilionário. É já a quarta edição de alternativas econômicas apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos com o objetivo de recuperar a economia na pandemia e mais adiante. Eles têm lá um rigoroso plano de vacinação e fazem um aporte muito grande na economia, para que a economia norte-americana reaja. Dizia ele na apresentação - eu assisti de madrugada, no noticiário - que contou com a concordância de economistas de esquerda, de economistas de centro e de economistas de direita. Quem está fazendo essa afirmação é o Presidente Joe Biden, do Partido Democrata dos Estados Unidos.

Aqui no Brasil há uma visão completamente sem sintonia com a realidade mundial e com as necessidades do Brasil, uma visão deformada, que é própria da elite econômica brasileira, que sempre foi contrária a políticas sociais que resgatem esses milhões de brasileiros excluídos. Isso ocorre ao longo da nossa história. O Brasil possui uma das sociedades mais desiguais do mundo! E a parte mais pobre da população é penalizada na crise e também é penalizada no crescimento, porque, no Brasil, nunca houve efetivamente políticas para esse fim.

Nunca é um exagero, alguns Presidentes fizeram esforços nesse sentido, mas prevaleceu, ao longo da nossa história, um descaso com políticas de inclusão que dessem oportunidade àquelas pessoas que ficam exatamente na base da pirâmide social. A Alemanha está fazendo isso, a Inglaterra está fazendo isso, os Estados Unidos estão fazendo isso em valores astronômicos, pela quarta vez, durante a pandemia.

Aqui há uma dificuldade enorme com o Governo, principalmente com a compreensão do Ministro Paulo Guedes, que acha que pode enrolar todo mundo, dar um drible em todo mundo e o Brasil sair da crise sem que seja feito um esforço para que a economia brasileira reaja. Isso é uma mentalidade atrasada, ligada ao período do Brasil Colonial, que é pela exclusão de milhões e milhões de brasileiros. O Brasil necessita de ações urgentes de socorro aos trabalhadores desempregados, de socorro às micro, pequenas, médias e até mesmo grandes empresas, mesmo que em condições diferentes, para ajudar a que esse processo dramático vivido pela sociedade brasileira seja atenuado nesse período tão grave de dificuldade.

É lamentável essa triste coincidência de a pandemia nos atingir no

momento em que não temos Governo, em que não temos Presidente e em que o Ministro da Economia se comporta como chefe da banca, e não como Ministro da Economia de um país tão desigual, que precisa crescer e, sobretudo, diminuir as suas desigualdades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 635/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	11:36
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à sanção presidencial de projeto de lei sobre o afastamento de mulheres grávidas do trabalho presencial durante a pandemia do novo coronavírus. Apresentação, pelo Governo norte-americano, de plano trilionário de investimentos. Protesto contra o corte de recursos orçamentários pelo Governo Jair Bolsonaro em diversas áreas. Contrariedade da oradora à proposta de privatização de estatais brasileiras. Marca de 400 mil mortes provocadas pela Covid-19 no País. Negligência do Presidente da República na aquisição de vacinas contra a Covid-19. Crítica à política econômica implementada pelo Ministro Paulo Guedes.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o projeto de lei que protege as grávidas durante a pandemia, afastando-as do trabalho presencial, foi subscrito por 15 Deputadas desta Casa, juntamente comigo. Foi aprovado, por unanimidade, no Plenário da Câmara e seguiu para o Senado. No Senado, também foi aprovado por unanimidade, com louvor. A fala de vários Parlamentares, inclusive a do Líder do Governo, garantiu que o projeto seria sancionado. O Presidente da República tem até amanhã para sancionar o projeto. Preocupa-nos muito que ele não tenha ainda tomado essa iniciativa.

Quero aproveitar para alertar a bancada feminina e pedir à bancada feminina que cobremos do Governo a sanção do projeto. Afinal de contas, nós precisamos salvar as grávidas do nosso País.

Todo mundo lembra que foi feita uma pesquisa: nos primeiros 6 meses da pandemia, quando ninguém se preocupou com as grávidas do País ou do mundo, de todas as grávidas que morreram no mundo, 77% delas são brasileiras. Este número só aumentou. Eu tenho aqui dados assustadores com relação às grávidas. As mortes maternas por

COVID-19 aumentaram quase 150% em relação ao ano de 2020.

Portanto, nós precisamos imediatamente garantir esse direito. Quando você salva a vida de uma grávida, você salva duas vidas: salva a grávida e o bebê. É preciso imediatamente garantirmos que as grávidas sejam afastadas do seu ambiente de trabalho. Por isso, nós estamos insistindo, Sr. Presidente, nisto: que o Presidente Bolsonaro venha a sancionar o projeto de lei, priorizando este momento. Uma grávida infectada por COVID-19 tem 22 vezes mais possibilidade de vir a morrer do que uma grávida que não foi infectada. Portanto, nós precisamos tirar as grávidas do ambiente da infecção.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, falar o que muitos vêm falando desde ontem. Ontem, os americanos apresentaram um plano trilionário de investimento. Esse investimento no Estado americano foi combinado com vacinação em massa. Percebam bem, o que os Estados Unidos estão fazendo hoje é apresentar à sociedade americana um plano trilionário de investimento na indústria, na educação, na saúde, nos transportes, junto com a vacinação em massa naquele país.

Aqui no Brasil, a que nós assistimos? Se nós pegarmos, por exemplo, o Orçamento brasileiro, vimos que o Relator do Orçamento, Senador do Acre, Marcio Bittar, que durante muito tempo foi de esquerda, estudou na Rússia, fez os cursos do Kremlin, trocou tudo que aprendeu, agarrando-se ao Governo Bolsonaro. Fez um Orçamento em que retirou do Estado brasileiro recursos obrigatórios da saúde, da educação, da manutenção de estradas no Brasil, colocando-os na mão de poucos Deputados Federais e Senadores com as tais emendas extras.

É bom que fique claro esse escândalo do Orçamento de 2021/2022 com relação a emendas parlamentares. Isso não tem nada a ver com as nossas emendas regulares, que nós temos direito de aprovar e de ver, inclusive, sendo pagas. Não tem nada a ver com isso. São recursos extras que vão para a mão de poucos Deputados Federais e Senadores para montarem esquema junto com o Governo Bolsonaro.

Portanto, o Orçamento do Bolsonaro, do Senador Marcio Bittar, tira dinheiro da saúde, da educação, das estradas, do investimento do País. O Governo Bolsonaro faz o contrário do Governo americano, que antes, com o Trump, ele admirava. Mas hoje ocorre algo muito interessante, e até um tuíte do Governador Flávio Dino perguntava: "*Cadê as bandeiras daqueles brasileiros que viviam botando as bandeiras americanas no seu Twitter?*" O que houve agora, quando Biden vai ao Congresso e defende programas sociais, defende até uma cópia do Bolsa Família daqui, dos nossos Governos? De repente, sumiram as bandeiras americanas do Twitter de todos eles,

porque não têm mais admiração por um Governo que faz investimento.

Enquanto Biden anuncia um investimento de trilhões de dólares no Governo americano, acreditem, o Governo Bolsonaro deve ser o único governo no mundo que tem uma pasta, uma Secretaria de desestatização e de privatizações. É uma Secretaria de desinvestimento! O Governo Bolsonaro tem uma Secretaria de desinvestimento e pretende privatizar empresas importantes para a soberania do nosso País. O Governo Bolsonaro quer privatizar os Correios - e já manda, inclusive, para cá essa proposta -, a TELEBRAS, a ELETROBRAS, a ELETRONORTE, Furnas e outras elétricas importantes para o desenvolvimento das regiões do País. Ele pretende privatizar a PETROBRAS, pretende privatizar o Banco do Brasil e o BASA. Onde nós vamos parar com um Governo que só privatiza, com um Governo que não investe?

Para piorar a situação, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Governo Bolsonaro eliminou qualquer possibilidade de vacinação dos brasileiros. O Brasil beira hoje a casa dos 400 mil brasileiros mortos por COVID-19, e estudos mostram que grande parte desses brasileiros poderiam ter tido suas mortes evitadas, se o Governo tivesse vacinado a população. Hoje há filas enormes na frente dos postos de saúde e nos hospitais, cobrando vacina.

O Governo Bolsonaro não conhece a realidade do Brasil. O país que mais vacina no mundo, o país que tem a FIOCRUZ e o Butantan, o país que mais produz vacina está em último lugar na fila das vacinas entre os demais países do mundo.

Quando o Presidente Bolsonaro dizia que não ia comprar "vachina", quando dizia que o povo não ia querer saber dessa vacina, quando dizia que se alguém tomasse a vacina viraria jacaré, ele colocou claramente ali a possibilidade de aumentar diariamente as mortes de brasileiros.

Portanto, o Presidente Bolsonaro tem hoje no seu colo mais de 400 mil caixões. Famílias choram a morte de seus entes queridos.

Isso é desesperador para um País como o nosso, em que a pobreza está cada vez mais aumentando.

Portanto, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, é preciso dar um basta no Governo Bolsonaro, um Governo que está inclusive levando os seus Ministros à loucura. Quem poderia imaginar que um Ministro de Estado iria se vacinar às escondidas para não magoar, não constranger o seu chefe, que é contra as vacinas? Assistimos à declaração de um Ministro de Estado dizendo que se vacinou às escondidas, porque não queria que o chefe soubesse que ele estava

sendo vacinado.

Isso é muito desesperador para um país como o nosso, que precisa crescer. Mais de 14 milhões de pessoas estão desempregadas. Se a economia do País hoje está na lona por culpa do Guedes, esse outro desastrado, é também por culpa de Bolsonaro, que não investiu nas vacinas. Os países que vacinaram já estão abrindo o comércio, abrindo inclusive o turismo, mas o Brasil será o último país a sair da pandemia e o último país a recuperar sua economia, porque o Governo do Presidente Bolsonaro não investe em vacinas.

Que bom, Sr. Presidente, não foi na Câmara, mas pelo menos no Senado há uma CPI, porque é preciso apurar as responsabilidades. É preciso apurar a responsabilidade das mortes no Amazonas por falta de oxigênio, porque o Governo se recusou a colocar oxigênio em Manaus. É preciso apurar as mortes no Brasil, porque o Governo se recusou a receber vacinas, a comprar insumos, a comprar medicamentos e a atuar coordenando a pandemia para ajudar Estados e Governadores.

O Presidente Bolsonaro incentivou o povo a se armar para enfrentar os Governadores que faziam o *lockdown*. Este é o Presidente do Brasil! Enquanto assistimos, até com inveja, ao Biden a anunciar trilhões em investimentos, nós temos aqui um Governo que tem uma carteira que desestimula o crescimento do País, que não investe no crescimento do País, que aposta na privatização do País, que tira dinheiro da saúde, que tira dinheiro da educação.

Aliás, eu estou procurando no Orçamento, e até agora não encontrei, um centavo para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 636/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	12:04
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Presença do orador na Bolsa de Valores para acompanhamento do leilão de trecho da BR-153 junto com a BR-080, entre os Estados de Tocantins e de

Goiás. Recebimento, Governo brasileiro, de 1 milhão de doses de vacinas da Pfizer e da BioNTech. Inclusão do Brasil entre os países com maior índice de vacinação contra a Covid-19 no mundo. Protesto contra o corte de verbas das Santas Casas pelo Governador do Estado de São Paulo, João Dória. Diferença entre o número de vacinas contra Covid-19 aplicadas e recebidas pelos Estados brasileiros. Relevância da atuação das Forças Armadas na logística de distribuição das vacinas. Elogio ao Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. colegas, primeiramente, bom dia a todos.

Eu estou neste momento na bolsa de valores, onde teremos, daqui a pouco, o leilão da BR-153 junto com a BR-080, que é um trecho que vai de Tocantins ao Estado de Goiás.

Queria destacar essa e tantas outras importantes obras do Governo Bolsonaro, no que diz respeito à infraestrutura. Uma curiosidade sobre essa BR-153 é que ela foi alvo de concessão no Governo retrasado, no Governo da Presidente Dilma Rousseff, e foi um leilão que não foi bem-sucedido, até porque as regras do leilão misturavam um pouco a aritmética com a ideologia. E, por esse motivo, esse leilão fracassou.

Hoje nós estamos aqui para finalizar e, novamente, conceder essa rodovia.

Queria fazer um destaque ao trabalho do Líder, o Deputado Vitor Hugo, que é do Estado de Goiás. E S.Exa., desde o início do seu mandato, se empenhou bastante para que isso acontecesse, porque vai atingir vários Municípios do Estado ao qual ele representa, o Estado de Goiás, vindo de Tocantins pra Goiás. Isso vai facilitar muito, mas muito mesmo, a vida de milhares e milhares de pessoas.

Hoje, na parte da tarde, se Deus quiser, mais uma vez, o Governo Bolsonaro vai bater o martelo em mais uma concessão pública. Isso para o Brasil é extremamente importante, porque vai deixar o Estado menos pesado, mais fácil de fazer aquilo que o Estado tem que fazer.

O Presidente Bolsonaro e toda a sua equipe têm se esforçado muito em dar o melhor atendimento em diversas áreas que é obrigação do Estado. O Estado andou, nos últimos anos, fazendo muita coisa que não cabia a ele, e se perdeu muito tempo. O Estado precisa ter foco e dar à população brasileira aquilo que realmente ela precisa.

A saúde, a segurança, a educação e a infraestrutura, com as devidas reservas... E é isso que o Presidente Bolsonaro tem buscado, com toda

a sua equipe de Ministros, fazer pelo nosso País.

Hoje também será um dia muito importante para a saúde brasileira, porque, saindo aqui da B3, da Bolsa de Valores, iremos até o Aeroporto de Viracopos e estaremos lá para receber 1 milhão de doses de vacinas da Pfizer e da BioNTech, que chegarão ao aeroporto por volta das 18 ou 19 horas.

Esse primeiro lote de 1 milhão de doses, de um total de 100 milhões de doses de vacinas, deverá ser distribuído prioritariamente para as capitais, por um motivo que é alvo de muita controvérsia, inclusive na própria CPI do Senado. E essa controvérsia eu vou deixar para que os Senadores façam lá as suas considerações, façam da CPI um palanque político, que é o que mais está parecendo infelizmente, até porque estão rechaçando, inclusive, investigar Estados e Municípios, onde verdadeiramente aconteceu a corrupção, onde aconteceu a bandalheira, onde aconteceu a falta de gestão, mas isso é um assunto para a outra Casa resolver. E espero que realmente resolva, porque o povo até gostaria de ver uma resposta. Infelizmente, aqui no Brasil nós temos uma máxima de que CPI acaba em *pizza*, lamentavelmente.

Hoje, nós iremos receber o primeiro lote da Pfizer, de 1 milhão de doses de vacinas. Até o dia 31 de maio, está previsto - e vamos deixar bem claro que está previsto - receber mais 15 milhões de doses da Pfizer, e, até o fim do ano, mais 100 milhões de doses.

Algum tempo atrás, neste plenário, não muito tempo, por volta de 15, 20 dias atrás, eu fiz uma comparação com os Estados Unidos. É muito bom comparar o Brasil com países desenvolvidos para verem que não estamos devendo absolutamente nada a ninguém. Mas, naquela oportunidade, eu havia dito que os Estados Unidos haviam alcançado a marca de 25% da sua população vacinada, e os índices de óbitos haviam despencado.

Pois bem, o que vemos hoje é exatamente isso também aqui no Brasil. Os números caem. Estamos nos aproximando dessa marca de 25% da população brasileira vacinada e, como os Estados Unidos, estamos também derrubando o índice de óbitos, mesmo que os Governadores não queiram.

Um colega Parlamentar citou em seu discurso, agora há pouco, alguns minutos atrás, a questão da economia. Pois é, mesmo que os Governadores não queiram que a população seja vacinada, mesmo que os Governadores queiram quebrar todas as economias dos 26 Estados, mais o Distrito Federal... É claro que nem todos, não vou generalizar, porque alguns estão trabalhando de forma séria, mas infelizmente eu não posso dizer isso pelo Governador do meu Estado João Dória. Além de ter dificultado a ampliação de leis, repasses de

verbas, aliás, de forma criminosa, cortou 12% das verbas das Santas Casas aqui do Estado de São Paulo, desmontou hospitais de campanha.

E hoje há uma absurda diferença entre pessoas vacinadas e vacinas recebidas. Mesmo que ele jogue contra o povo de São Paulo, vai jogar contra ele, na próxima eleição, porque São Paulo vai vencer essa pandemia, quer ele queira, quer ele não queira. E foi essa pessoa que começou a politizar todo esse processo da pandemia, fazendo com que as mentiras se espalhassem por todos os cantos.

Hoje, 58 milhões de doses de vacina já foram distribuídas pelo Brasil todo e 40 milhões aplicadas. Essa diferença, para mim, assombra. São 18 milhões de vacinas que ainda não foram aplicadas. É muito engraçado, porque o Brasil bateu recorde de vacinação, na sexta-feira passada: 1 milhão e 700 mil pessoas. Alguns até acreditam que foram vacinadas 1 milhão e 800 mil pessoas.

O Brasil hoje é um dos países que mais vacina no mundo. O Brasil é um país que mais combate a pandemia com eficiência. Mesmo que o nosso timoneiro Jair Messias Bolsonaro esteja sendo contrariado por vários políticos, por vários governantes, por vários mandatários, a população saberá reconhecer todo o esforço.

E, por último, Presidente Marcelo, faltando apenas 1 minuto para terminar esta minha fala como Líder, eu queria muito destacar o trabalho das Forças Armadas. Nestas últimas semanas, acabaram sendo chamadas ainda mais a trabalhar, porque já estavam trabalhando muito, principalmente na logística e distribuição dessas vacinas. Eles agora passaram a ajudar na aplicação, e isso contribuiu sobremaneira para que pudéssemos chegar a essa marca de 1 milhão e 700 mil doses aplicadas por dia.

Parabéns às Forças Armadas, ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica, que têm feito esse belo trabalho.

Parabéns ao Presidente Bolsonaro que, apesar de toda pancadaria que vem sofrendo, está de pé e olhando para onde deve olhar: para o povo brasileiro.

Documento 637/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	12:16
Publ.: DCD - 30/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Grave crise sanitária no País em face da pandemia do novo coronavírus. Repúdio a notícias falsas divulgadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Ritmo lento de vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Negligência do Presidente da República na compra de vacinas contra a doença. Recessão econômica brasileira. Crítica ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Protesto contra a redução no valor do auxílio emergencial. Anúncio de plano bilionário de investimentos pelo Governo norte-americano. Urgente mudança na política econômica implementada no País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Cumprimento mais uma vez V.Exa., os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que nos acompanha.

Quis a coincidência que hoje, Presidente, eu pudesse falar logo após ouvir um dos Líderes do Governo, o Deputado Coronel Tadeu, e a maneira como o Governo estrutura um discurso, Deputado Nilto Tatto. É esse o grande problema do bolsonarismo para o Brasil. Ele é um Governo que governa em cima de uma narrativa, Deputado Bira do Pindaré. É uma construção de *fake news* que, de fato, convence uma minoria da população, mas, no Brasil de fato, no Brasil real, leva o país a uma enorme crise.

Nós estamos vivendo a maior crise sanitária da história do País. Ela não é igual em todos os países do mundo. O Brasil hoje é o segundo país do mundo com maior número de mortes. Não por acaso, o primeiro são os Estados Unidos, que foi governado por Trump até 100 dias atrás. E nós aqui que continuamos com o Governo Bolsonaro, um conjunto de construção, através de *fake news*, de uma versão para tentar manter um projeto de poder. Por exemplo, o Vice-Líder do Governo, o Deputado Coronel Tadeu, tentou dizer aqui que o Brasil é um dos países que mais está vacinando no mundo.

E aí nós vamos lá e olhamos o Brasil real, a realidade fática do mundo inteiro, e nos dados computados pelo Our World in Data, que é um esforço mundial para acompanhar as vacinações, o Brasil está no 76º lugar. Setenta e cinco países estão vacinando mais do que o Brasil. O Brasil aplicou apenas 45 milhões e 500 mil - em números redondos - doses de vacina para um país que tem o desafio de vacinar com 322 milhões de doses para chegar em torno da imunização desejada com duas doses para cada um dos 161 milhões de brasileiros acima de 18 anos que devem ser vacinados.

Na vida das *fake news* o Deputado que me antecedeu diz que vai ao aeroporto para receber 1 milhão de vacinas da Pfizer.

Para quem precisa vacinar a partir de agora, descontando os 45



milhões que já foram vacinados, ter que vacinar 275 milhões brasileiros, receber 1 milhão de vacinas é melhor do que nada, mas é muito pouco para a necessidade do Brasil. E por falar em Pfizer, a realidade foi que o Presidente Bolsonaro negou a compra de 70 milhões de dólares da vacina da Pfizer que já poderiam estar todas aplicadas no braço dos brasileiros. Ele também mandou cancelar a compra de 46 milhões de dólares da Coronovac, que ele chamava e continua chamando de "vachina". Então, o preconceito de Bolsonaro, a desorientação de Bolsonaro causa este enorme prejuízo para o nosso País.

E na economia, que é o assunto central da minha fala hoje, o Brasil vive uma das recessões mais profundas de toda a sua história. E não é verdade que essa recessão é causada só pela pandemia. A pandemia agrava, e muito, qualquer processo econômico nos dias de hoje. Mas, quando nós olhamos que as dez maiores economias do mundo da qual o Brasil faz parte, infelizmente o Brasil vem perdendo posições, vemos que ele já foi a 5ª maior economia do mundo e vem caindo neste *ranking*, mas continua entre as dez maiores, Deputado Bira do Pindaré. Mas sabe o que está acontecendo entre as dez maiores economias do mundo? Todas elas estão enfrentando a pandemia. Mas a do Brasil é a que mais caiu durante este último ano. Por quê? Porque aqui há uma política econômica do Governo fundamentada sob a liderança do Ministro Paulo Guedes, que é a política baseada no fundamentalismo ou no fanatismo liberal.

Eu quero inclusive ler aqui uma frase que não é de um economista do meu partido, de esquerda, é um economista de centro, uma pessoa muito ponderada, que é o economista Bresser-Pereira: "*Realmente, não é possível termos um governo também na área econômica tão incapaz como esse que está aí. Um governo que é mais ortodoxo que o FMI e os banqueiros centrais*".

Por quê? Porque o Governo Bolsonaro, em plena pandemia, corta sete vezes o auxílio emergencial, quando todos os países do mundo estão injetando, Presidente Marcelo Ramos, recursos públicos, fruto de um aumento responsável e necessário do endividamento, fruto de emissão de moeda, fruto de iniciativas para retomar a atividade econômica. Todos os países estão injetando recursos públicos na economia. E aqui o que foi feito? O auxílio emergencial que no ano passado injetou 320 bilhões de reais na economia foi cortado para 44 bilhões de reais. Cortaram sete vezes o auxílio emergencial. Então, não é só o drama social, o que já seria suficiente para aprovamos amanhã, ou hoje, se possível, o auxílio emergencial de 600 reais. E, por isso, inclusive, eu peço ao Presidente Marcelo Ramos e ao Presidente Arthur Lira que pautem a medida provisória do auxílio emergencial. Eu quero debater este valor, eu quero debater, com muita responsabilidade econômica, e defender que um auxílio de 600 reais é importantíssimo para a

economia brasileira, para a vida dos brasileiros, e que o Brasil tem dinheiro para pagar esse auxílio emergencial de 600 reais.

Ontem, por exemplo, os Estado Unidos, através do seu Presidente Joe Biden que está revertendo a situação catastrófica que Trump deixou, anunciaram mais um pacote de 1 trilhão e 800 bilhões de dólares de investimentos em educação para alavancar a economia americana. E aqui no Brasil não tem de investimento público nenhum!

Aqui no Brasil só pacote de cortes! Cortes e mais cortes! O que estão fazendo os Estados Unidos? Aprovando impostos maiores para os mais ricos. Mas o Parlamento brasileiro e o Governo Bolsonaro seguem de braços cruzados, não colocam para votar o Imposto sobre Grandes Fortunas, a retomada do Imposto de Renda sobre os grandes lucros de dividendos, e assim por diante.

Vejam o drama dessa política econômica absolutamente falida do Governo Bolsonaro, que está levando o País a um dos maiores desastres econômicos das últimas décadas! Nós temos um aumento de salário mínimo de 5,26%, Deputado Nilto Tatto, e a cesta básica subiu 33%. O que isso quer dizer? Que a renda das famílias brasileiras é cada vez menor. E quando a renda das famílias brasileiras é cada vez menor, o PIB fica cada vez menor, porque dois terços do PIB de um país se calculam com base no poder de compra e na renda da população. Então, é preciso reverter a política de arrocho do salário mínimo. É preciso retomar o auxílio emergencial e retomar ganho real sobre o salário mínimo para que isso incentive a atividade econômica.

Agora, dez entre dez economistas do mundo dizem qual é a grande solução para a economia nesta era de pandemia: a vacinação em massa. E o que fez o Presidente Bolsonaro? De forma irresponsável e criminosa, agindo como um Governo de caráter genocida, ele contestou a vacina! Ele mandou o Ministro cancelar a compra de 46 milhões de doses. Ele dizia que a vacina não funcionava, que a vacina não deveria ser feita, que as pessoas poderiam virar jacarés se tomassem vacina e criou esta grande confusão na área sanitária, com alto impacto na economia.

Nesta semana que passou, um artigo de André Lara Resende diz que a obsessão de atar as mãos do Estado está levando o Brasil a uma recessão cada vez mais grave. Então, esse é o desafio que o nosso País tem pela frente. Ou nós mudamos a política econômica, saímos desse fanatismo e desse fundamentalismo liberal - que, aliás, está levando a uma explosão de preços também dos combustíveis, de produtos de primeira necessidade, da cesta básica de alimentação -; ou nós retomamos um programa robusto de investimentos públicos, como estão fazendo países como Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, todos que estão conseguindo crescer mais

do que o Brasil nesse período; ou nós retomamos um processo efetivo de vacinação em massa com a maior rapidez possível, por exemplo, liberando a vacina Sputnik V - é uma vergonha nós não termos essa vacina ainda hoje no Brasil -; ou o Brasil vai cada vez mais para o buraco.

Infelizmente, com Bolsonaro na Presidência, eu não vejo bons tempos para o nosso País.

Documento 638/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	12:28
Publ.: DCD - 30/04/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Instalação de Comissão Especial destinada à análise de proposta de atualização de regras eleitorais. Aprovação pela Casa de proposições relevantes ao Brasil com a atuação do orador como Líder do Governo e na gestão do Presidente Arthur Lira. Desafios do Governo Jair Bolsonaro e do Parlamento para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País. Ações do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Posicionamento do orador quanto às propostas de reformas administrativa e tributária. Solicitação aos Deputados de apoio à pauta em benefício do País.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres companheiros, quero destacar o momento que estamos vivendo no Brasil, momento importante político de decisões. O Presidente Jair Bolsonaro escolherá o seu partido político, as alianças estaduais estão se formando, a reeleição dos Srs. Parlamentares aqui está em andamento, muitas pessoas novas querendo participar da política. E nós temos que ter clareza das regras.

Primeiramente, foi criada uma Comissão para tratar da regra eleitoral, que será relatada pela Deputada Renata Abreu, que vai definir como vamos conduzir o processo, qual é a regra da eleição, para que cada partido, em seus respectivos Estados, possa definir como concluirá a montagem da sua chapa.

Quero também falar um pouco do nosso trabalho aqui na Liderança do Governo. Nós já votamos neste ano: a independência do Banco Central; a nova Lei do Câmbio; depois, a PEC Emergencial, com gatilhos importantes de ajuste fiscal; o Marco Legal do Gás; o veto ao Marco Legal do Saneamento Básico, que nós conseguimos manter,

garantindo aos Municípios a sua autonomia para licitar os serviços de água e esgoto; votamos matéria sobre a cabotagem, que é um bom projeto de redução do Custo Brasil.

Portanto, vimos de crescentes e importantes deliberações. Tudo isso já foi votado nesses primeiros meses da administração do Presidente Arthur Lira na Câmara, mostrando que, sim, essa articulação feita para eleger o Deputado Arthur Lira na Câmara é uma coalizão para o bem do Brasil. Nós estamos focados em matérias relevantes para que a economia aconteça.

Houve agora uma atenção à infraestrutura, num evento chamado Infra Week, uma semana em que estiveram olhando para isso. Os leilões do Ministro Tarcísio, do Ministério da Infraestrutura do Governo Bolsonaro, têm sido bem-sucedidos, atraindo bilhões em investimentos que vão gerar empregos e impostos para os brasileiros, oportunidade para os nossos jovens, diminuição do Custo Brasil e mais competitividade do Brasil, com seus produtos no exterior. Agora estão previstos mais 56 bilhões na nova rodada de concessões.

Então, o País vem num ritmo correto, o dólar está já abaixo de 5,40 reais, há uma confiança no mercado nas questões da condução da política econômica do Ministro Paulo Guedes. E o que vamos enfrentar pela frente? Vamos vir com nova Lei do Licenciamento Ambiental; a regularização fundiária, *homeschooling*. Ainda temos projetos referentes a *start-ups*, superendividamento, que estão prontos para serem votados aqui em plenário.

A pauta da Câmara está muito desafiadora, enfrentando temas importantes ao Brasil, temas relevantes para a nossa capacidade de enfrentar as dificuldades que o Governo tem pela frente, mas as dificuldades do Governo são dificuldades do Brasil. Os desafios do Governo Bolsonaro são desafios do Brasil. Estamos enfrentando a crise da COVID com um recorde de geração de empregos agora no CAGED, estamos retomando a empregabilidade. Mais bilhões foram colocados, para que pudéssemos apoiar a manutenção de empregos com carteira assinada, com a redução e a suspensão da jornada de trabalho, bancados pelo Governo Federal. Vamos colocar recursos no PRONAMPE para financiar as pequenas empresas, para que elas continuem na sua capacidade operacional.

Estamos discutindo sobre como resolver o passivo tributário das empresas. Então, há um grande desafio para um conjunto importante de matérias que o Presidente Bolsonaro encaminhou para esta Casa e que nós estamos enfrentando aqui nas votações.

Temos iniciativas parlamentares, como a Loteria da Saúde, que está sendo votada nesta Casa e que vai gerar recursos para o combate à



COVID. Muitos bilhões de reais foram disponibilizados para o combate à COVID, vacinas compradas, contratadas, ainda com poucas vacinas autorizadas pela ANVISA e, portanto, atrasando o nosso cronograma de vacinação. Mas o Governo fez e assinou os contratos. Nós temos 560 milhões de doses de vacinas contratadas. E contratará mais, porque, como estamos vendo, a programação de entrega de vacinas não pôde ser cumprida porque não houve a liberação da ANVISA nem da Covaxin, nem da Sputnik nem de outras vacinas que estão lá com pedido de uso emergencial.

Já temos um alívio na precisão de leitos de enfermaria e de UTI, já diminuiu aquele desespero por oxigênio, pelo *kit* intubação. Há necessidade, sim, de sistema de rastreamento dos testados. Só testar as pessoas não adianta. Quando testada, é preciso rastrear a pessoa, com quem teve contato nos últimos dias, e isolá-la para que, aí sim, não se transmita o vírus. Se nós tivermos um sistema de testagem de alto volume e rastreamento, poderemos reduzir o nível de contaminação e com menos impacto na economia. Há 30 milhões de brasileiros vacinados e 15 milhões que estão com anticorpos porque já tiveram a doença. Então, é uma nação inteira, 45 milhões de pessoas poderiam estar consumindo e frequentando os lugares normalmente porque já estão com a imunidade. Temos aqui o projeto do cartão de identificação dos vacinados, do Deputado Dr. Luizinho, para que as pessoas que já têm os anticorpos eventualmente possam retornar à atividade, ao consumo, dando uma irrigação importante às atividades econômicas do Brasil.

Enfim, são várias as ações que o Presidente Bolsonaro está articulando e os nossos Ministros estão trabalhando nas várias áreas de governo para podemos avançar. Vamos votar aqui o projeto da geração distribuída de energia, que é também muito polêmico, mas importante para o Brasil. Vamos votar várias matérias que são de interesse da Nação brasileira.

Presidente, quero ainda registrar a programação de matérias que estão aqui acordadas para serem votadas e dizer que o Brasil receberá, sim, a reforma administrativa, que, no dia 14, terá a última audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, entrará em votação agora em maio. Quanto à reforma tributária, o Presidente Arthur Lira, junto com o Ministro Paulo Guedes e as Lideranças da Câmara, decidiu que será votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, começando pela CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, que é a fusão do PIS/COFINS.

Vamos começar pela simplificação tributária e, depois, avançamos para organizar um sistema tributário mais fácil e, portanto, mais simples para o contribuinte, que custe menos para o contribuinte e este possa pagar corretamente seus impostos - hoje nós temos um exército de

funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as regras tributárias -, além de uma tributação mais justa.

Nós temos que pensar um pouco que o Brasil incentiva a exportação de produtos não manufaturados e não processados e desincentiva a geração de empregos e a industrialização do País, na medida em que um produto para exportação não paga PIS/COFINS, ou seja, é desonerado, e o produto para consumo interno é onerado. Se a soja é processada aqui, há tributação; se ela é exportada, não há tributação. Deveria ser o contrário: o processado no País devia ser incentivado, para gerar empregos, impostos, e agregar valor ao que vai ser exportado.

Desta forma, há toda uma discussão importante para o Brasil na reforma tributária, como há toda uma discussão em torno da reforma administrativa, para que haja um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, um Estado que custe mais barato. Hoje a máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto, quando a média na comunidade europeia é de 9% e, no Japão, 5%. Quem sabe daqui a 30 anos, nós tenhamos uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público e com a meritocracia para quem se dedica, gerando, com isso, um Brasil melhor para todos.

Fica nosso pedido a todos os Parlamentares para que apoiem esta agenda, que é boa para o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 639/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 12:44
Publ.: DCD - 30/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado, com vistas à rejeição, do inciso II do § 13 do art. 15-E da Lei 7.827, de 1989, proposto pelo art. 2º do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Contestação aos discursos do Líder e Vice-Líder do Governo acerca do enfrentamento da pandemia de coronavírus pelo Presidente Jair Bolsonaro e da pauta

governamental no Parlamento. Defesa do impeachment do Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "não".

Eu preciso me posicionar sobre as falas do Líder e do Vice-Líder do Governo Bolsonaro. Um diz que a crise sanitária está sendo conduzida de maneira exemplar pelo Presidente da República, a quem ele chama de timoneiro. O outro diz que as pautas do País são pautas excelentes. Ele cita privatização do saneamento, Lei do Gás, autonomia do Banco Central, licenciamento ambiental, *homeschooling*, reforma administrativa, lei da grilagem, tudo isso num cenário de falta de normalidade no Brasil, num cenário de 400 mil pessoas mortas.

Não sei o que é isso, se é cara de pau, não sei o que é, Sr. Presidente, com todo o respeito. Eu queria saber onde Bolsonaro fez curso de marinho. A Câmara tem que fechar esse lugar já, porque nós estamos afundando nesse barco dirigido por Jair Bolsonaro.

Impeachment já, para o Brasil se salvar!

Documento 640/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD	13:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Solicitação aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT segue o destaque do NOVO, portanto, "não" ao

texto.

Nós estamos chegando ao final da votação, e este gesto de apoio para o enfrentamento da pandemia, em especial à agricultura, nós deveríamos levar a sério e estender para o País todo. Aliás, as regiões que estão sendo beneficiadas com a renegociação também precisam de um gesto a mais.

Portanto, eu queria pedir, com carinho, a todos os Líderes que votemos, na próxima semana, o Projeto de Lei nº 823, de 2021, o projeto Assis Carvalho II, de apoio emergencial à agricultura familiar. A proposição é fundamental para o enfrentamento da pandemia, tanto para a agricultura e para os agricultores, como para a compra de alimentos e a distribuição por parte do Governo.

Documento 641/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	13:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Associação ao discurso do Deputado Nilto Tatto sobre a solicitação aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos acompanhar este destaque. Nós o consideramos correto, bem fundamentado, mesmo porque ele condiciona a renegociação apenas no caso de dívidas que estejam lançadas integralmente, totalmente, no prejuízo. Portanto, não faz sentido não acolhê-lo. Acho que é uma medida necessária excluir aqueles que são parcialmente lançados em prejuízo, de maneira que nós a achamos correta e acompanhamos o voto "não" ao texto.

Eu queria endossar as palavras do Deputado Nilto Tatto, reforçando o

pleito de que nós coloquemos em pauta a votação do Projeto nº 823, de 2021, o projeto Assis Carvalho II, que garante medidas emergenciais para a agricultura familiar no Brasil. É muito importante, neste momento de pandemia, olharmos para a agricultura familiar, segmento tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

Documento 642/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 13:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Posicionamento contrário a destaques anteriores relativos à matéria em votação. Registro de 400 mil mortes por Covid-19 no Brasil.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "sim" ao destaque, Presidente.

Quero lamentar outros destaques que tratavam de questões essenciais, como dívidas maiores com abatimento de 75%, dívidas antigas já tratadas pelo Conselho Monetário Nacional lá em 1998 e, por lei de 1995, renegociadas várias vezes. Foram incluídas em prejuízo dos cofres públicos e com menos verbas para o pequeno agricultor para valer, como manter e só pedir a regularização! Isso é algo absolutamente natural. Há esta também do prejuízo total para que sejam negociadas. São questões óbvias, e nós poderíamos ter votado a favor de várias supressões sem prejuízo, porque havia imensos jabutis.

Eu quero anunciar que o Brasil do genocídio chegou a 400 mil mortes neste momento, Presidente, lamentavelmente.

Infelizmente, Bolsonaro é o genocídio.

Documento 643/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 13:16	
Publ.: DCD - 30/04/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Registro de 400 mil mortes por Covid-19 no Brasil. Expectativa quanto à CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia).

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE orienta "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Quero aproveitar estes segundos para me solidarizar com todas as famílias que tiveram perdas. Estamos nos aproximando, na data de hoje, de 400 mil óbitos por causa da COVID. Não se trata apenas de números: são vidas, e toda vida importa. Faço esta lembrança para nós povos indígenas, que continuamos numa luta frequente.

Peço a todo brasileiro hoje que preste atenção à CPI do Senado, para que ela realmente investigue e responsabilize o poder público pelas ações e omissões no combate à pandemia. Nós estamos aqui justamente para reforçar que é preciso tomar medidas sérias, porque a pandemia não acabou, os números estão aí para comprová-lo. É preciso agir para combatê-la.

A REDE orienta "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Documento 644/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 13:16	
Publ.: DCD - 30/04/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Planeamento da reabertura de todas as atividades comerciais na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, no 1º de julho de 2021 com a vacinação em massa da população local contra a Covid-19. Impacto da pandemia de coronavírus na economia do Brasil em face do cancelamento da compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria também acompanha este acordo, votando "não". Cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos, não só os de hoje, mas todos os que tem feito no nosso plenário.

Eu quero aproveitar para dizer a todos os brasileiros preocupados com a reabertura do comércio que acabo de ler a notícia de que a cidade de Nova York planeja reabrir todas as atividades econômicas no dia 1º de julho. Por que isso, Presidente? Porque lá, neste momento, 45% da população já está vacinada, Deputada Perpétua, e, até 1º de julho, eles vão concluir a vacinação de toda a população de Nova York.

Aqui, como o Presidente cancelou a compra da Coronovac, deixou de comprar 100 milhões de doses de vacinas, cancelou 46 milhões, não comprou 70 milhões de doses de vacina da Pfizer, o Brasil vai se arrastar, infelizmente, por diversos meses, com a falta de vacina e, portanto, com a permanência dos impactos da pandemia na economia.

Documento 645/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do artigo 3º, inciso I, alínea "d" do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº

7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Solidariedade aos familiares dos 400 mil brasileiros mortos pela Covid-19. Expectativa quanto à sanção presidencial de projeto de lei sobre o afastamento de mulheres grávidas do trabalho presencial em face da pandemia de coronavírus no País.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o voto da Oposição é "não".

Nós queremos registrar neste momento que o Brasil, infelizmente, chegou a 400 mil mortos por causa da COVID. Lamentavelmente, no meio desses, havia muitas grávidas.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que amanhã, dia 30 de abril, é o último dia para o Presidente Bolsonaro sancionar meu projeto de lei, subscrito por 15 Deputadas desta Casa, que afasta as mulheres grávidas do trabalho presencial. Em 2020, em comparação com o ano anterior, morreram 150% a mais de mulheres grávidas no Brasil. No ano passado, no início da pandemia, de todas as grávidas que morreram no mundo, 77% eram brasileiras. É urgente afastarmos as grávidas do trabalho presencial para salvarmos vidas. Quando salvamos a vida de uma grávida, salvamos a vida da mãe e a vida da criança.

Minha solidariedade às mais de 400 mil famílias que choram, neste momento, a dor de perderem seus entes queridos.

Documento 646/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD 13:20
Publ.: DCD - 30/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência pela condução dos trabalhos da presente sessão na votação do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Solicitação ao Presidente da sessão de apoio à votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação

dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu pedi a palavra justamente também para agradecer a forma democrática, transparente, com que V.Exa. vem conduzindo os debates, em especial na votação desse PLV.

Presidente, sabemos também da sua sensibilidade com a situação da agricultura familiar. E pedimos o seu apoio individual, inclusive, para ajudar a construir o consenso para tentarmos votar já na próxima semana esse projeto de lei de ajuda emergencial à agricultura familiar.

Para mim foi uma honra conduzir o partido nessa votação, com a sua Presidência.

Obrigado, Presidente.

Documento 647/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	13:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BOSCO COSTA-PL -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente da sessão pela aprovação do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO. Elogio ao trabalho do Deputado Júlio César como Relato da matéria.

O SR. BOSCO COSTA (Bloco/PL - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos desse PLC, muito importante para o Brasil e para o Nordeste brasileiro. Quero parabenizar V.Exa. e também fazer um registro rápido, Presidente, para parabenizar o Relator, Deputado Júlio Cesar, pelo esforço e pelo trabalho. O Deputado Júlio trabalhou no mínimo 30 dias diurnos no relatório desse projeto.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns ao Deputado Júlio Cesar!

Obrigado, Presidente.

Documento 648/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	13:56
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido de ao Parlamento de um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Repúdio a pronunciamento de Deputado a respeito da inferioridade das mulheres. Elogio a discurso do Presidente dos Estados Unidos em defesa dos investimentos em desenvolvimento de vacina e em comemoração ao elevado percentual vacinado da população norte-americana. Defesa de instalação de comissão parlamentar de inquérito destinada à investigação do Ministro do Meio Ambiente. Nefasta política ambiental no País. Desmonte de instituições como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais no atual governo.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, muito obrigada. Parabéns pela sua condução! Agradeço aqui também ao Deputado Bohn Gass, Líder do nosso Partido dos Trabalhadores, por me conceder este espaço.

Estamos hoje finalizando o mês de abril de 2021. Eu peço, antes de abrir esta fala, Presidente, que V.Exa. conceda 1 minuto de silêncio aqui na nossa sessão, porque hoje completarão 400 mil pessoas que perderam a vida em função da COVID-19.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Façamos 1 minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Sr. Presidente, olhar o nosso País e imaginar uma cidade de 400 mil pessoas, no Brasil, sendo exterminada é o que temos que fazer no dia de hoje e refletir.

Também neste final de abril, no dia 29 mais precisamente, quero dizer

que a Câmara dos Deputados está aqui ouvindo absurdos sobre a questão da igualdade entre o homem e a mulher perante a lei.

Refiro-me ao pronunciamento de um Deputado que falou há pouco. Eu gostaria que ele conversasse com a mãe dele. Se ele tiver irmãos ou mulheres na família, que ele possa conversar com elas para saber o que significam suas palavras em relação a *"uma mulher que pode até ser competente"*.

Que esta narrativa seja banida desta Casa, para que não nos envergonhemos tanto frente às nossas meninas no Brasil, às nossas jovens que querem crescer, que querem continuar determinadas, competentes que são, 51% da população, ocupando seus espaços.

Então, a mulher chega aonde ela quiser e precisa receber um salário exatamente igual ao de um homem que faz o mesmo trabalho que ela.

Quero dizer que, no dia de ontem, o pronunciamento do Presidente dos Estados Unidos nos fez refletir. Um país daquele tamanho, com aquela pujança, considerado o centro do mundo, e o seu Presidente da República, companheira Erika Kokay, em alguns momentos, me fez pensar: *"Puxa, essa fala poderia ser no Brasil"*.

Quando o Presidente Obama disse ao Presidente Lula "esse é o cara", o Presidente Obama realmente deixou uma marca, e o Presidente Biden, com certeza, ouviu um pouco do que o Presidente Lula fez no Brasil para falar sobre o que ele vai fazer com os imigrantes; o combate que ele travará em relação à violência contra as mulheres, à violência policial naquele País; a questão do racismo; taxar sempre os mais ricos, para que os recursos da taxação sejam investidos em políticas públicas e para que os mais pobres ocupem um lugar.

Biden falou sobre a questão da saúde pública, o modelo deles, o plano de saúde americano, resgatado, incluindo as pessoas; sobre a educação pública, o financiamento, a importância de que o mais pobre tenha acesso; sobre as questões ambientais, deixando claro qual é o papel dos Estados Unidos na cobrança - e, com certeza, o nosso País será muito cobrado; sobre a questão das armas. Enquanto o Brasil quer, a todo custo, colocar mais armas à disposição da população, armar a população, o Presidente Biden pede o recuo nessa questão, que é da cultura deles.

Por fim, falou da ciência, da pesquisa, dos investimentos em vacina, comemorou o percentual da população vacinada e disse que os Estados Unidos agora podem retomar, recomeçar, porque tomaram a decisão correta de ficar do lado da ciência, de vacinar seu povo.

Em algum momento, essa fala poderia ter sido feita no Brasil. Não de

vir dias melhores para que nós tenhamos no Brasil um comando que nos deixe respirar mais aliviados.

Outra questão que eu gostaria muito de abordar neste dia, Sr. Presidente, é a solicitação de uma CPI para investigar a questão do Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles. Nós ouvimos o depoimento do Delegado Alexandre sobre a queixa-crime que apresentou ao Supremo Tribunal Federal. O meio ambiente, para a presente e para as futuras gerações, é imprescindível. O legado que nós desta Casa deixaremos ao País não tem preço. Nós queremos que o mundo olhe para o Brasil como um País que respeita o meio ambiente, porque nós temos biodiversidade para dar exemplo para o mundo, se dermos sustentação.

Mas nós vemos um Ministro do Meio Ambiente que desrespeita, que é nefasto para a política ambiental de que o mundo precisa, que o Brasil já teve e que agora foi jogada na lata do lixo. O Brasil negligencia tudo o que é necessário para que nós continuemos avançando nas questões ambientais, cumprindo as metas estabelecidas para todos os países, e para nós também, e os compromissos internacionais que fizemos.

Somos um dos países que mais exportam na área da agropecuária, e nós precisamos dar respostas para o mundo, até para continuarmos plantando, colhendo e fazendo as negociações que o mundo está a necessitar de um País que planta e colhe alimentos.

Nesse sentido, eu aqui solicito a todos os Parlamentares: este é o momento de fazermos uma CPI séria e justa com o povo brasileiro.

Não podemos deixar que um Ministro que envergonha este País diante do mundo continue no Ministério. Além do mais, ele tem que prestar contas de tudo o que fez, de todas estas situações no Brasil: aumento do uso de veneno, queimadas desenfreadas - sou coordenadora da Comissão Externa sobre Queimadas em Biomas Brasileiros -, fogo no Pantanal, corte nos recursos do IBAMA e do ICMBIO, falta de oferecimento de condições aos nossos agentes que defendem a natureza.

Precisamos fazer uma CPI para sabermos realmente que projeto ambiental tem este Governo, que projeto ambiental coordena esse Ministro, qual é o interesse ao permitir que 200 mil metros cúbicos de madeira apreendidos sejam comercializados. Qual é o papel do Ministério do Meio Ambiente no País?

Este Parlamento precisa nos conceder a oportunidade de promover a devida investigação sobre essas questões ambientais neste momento, para comprovar possível violação de preceitos constitucionais, normas

penais, leis de proteção e conservação do meio ambiente. Trata-se de atitudes criminosas, ilegais, imorais, referentes à política ambiental brasileira, referentes a toda essa legislação. Então, é preciso que uma CPI jogue luz sobre os aspectos mais intrigantes que envolvem esse Ministro, a fim de se buscar a verdade a respeito de todas essas circunstâncias em nosso País.

Não é possível que muitas pesquisas das nossas universidades, o trabalho das nossas instituições que cuidam do meio ambiente, tudo o que fizemos até agora, o trabalho do INPE, tudo isso que está sendo mostrado ao Brasil e ao mundo não seja respeitado por esse Ministério, seja jogado fora.

Precisamos olhar para as comunidades indígenas, que sempre protegeram a natureza e não são respeitadas por este Governo. Precisamos investigar tudo o que está acontecendo no País em relação ao meio ambiente, para que pensemos nas gerações futuras, para que garantamos hoje o Brasil do futuro. O Parlamento tem essa obrigação.

Todos os Parlamentares estão convidados a assinar conosco esse pedido de investigação. Queremos que essa CPI investigue esses fatos, realmente jogue luz no que está acontecendo no Brasil. Quem é esse Ministro? Trabalha a favor de quem? De que lado está? Por que faz o que está fazendo e vai passando a boiada, como ele mesmo disse? Ele quer abrir uma porteira, destruir a legislação ambiental do Brasil e deixar o nosso País envergonhado diante do mundo, mais do que já está.

Agradeço, Sr. Presidente.

Agradeço novamente ao Líder Bohn Gass.

Faço este convite a todos: vamos assinar o requerimento relativo a essa CPI.

Documento 649/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	14:12
Publ.: DCD - 30/04/2021 - DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre alteração da Lei nº 6.259, de 1975, para instituição da Carteira Digital de Vacinação.



O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Marcelo Ramos; nosso Relator, Deputado Celso Sabino, quero dizer que é uma honra para o meu mandato conseguir trazer aqui, em parceria com o Deputado General Peternelli, este projeto, que cria a carteira de vacinação *on-line*.

Presidente, milhares de mães neste País, diariamente, levam seus filhos até unidades de saúde e precisam levar também um cartão de papel. Muitas dessas mães vão com dificuldade até esses locais, levam seus filhos, às vezes mais de dois filhos. Chegam a uma unidade de saúde, Deputado Celso, e em algum momento podem ter perdido o cartão. E lembro que, para matricular o filho numa escola, pode haver necessidade de se apresentar o cartão de vacinação.

Quando brasileiros viajam para o exterior, precisam apresentar em alguns países o comprovante de vacinação. Às vezes sofrem porque precisam comprovar, com um simples papel, que foram vacinados contra a febre amarela.

A carteira de vacinação *on-line* permitirá ao brasileiro comprovar, em tempo real, que foi vacinado.

Presidente Marcelo Ramos, algumas pessoas hoje que trabalham em movimentos antivacinas têm dito que esse cartão vai levar à obrigatoriedade de vacinação. Não é isso que está colocado, Deputado General Peternelli. Com o cartão de vacinação *on-line*, quem quiser se vacinar terá a informação em tempo real.

Parte desse instrumento já funciona hoje com o Conecte SUS. Mas qual é o problema que ocorre no Brasil? Infelizmente, o vacinador, aquele que está aplicando a vacina, não faz o lançamento na hora, num cartão *on-line*, para o paciente. O que também está acontecendo, Deputado General Peternelli? O Governo Federal já enviou cerca de 50 milhões de doses de vacinas para Estados e Municípios, mas não temos a informação em tempo real sobre as doses aplicadas.

Diariamente está sendo colocado à prova o trabalho dos Secretários Municipais de Saúde, dos Secretários Estaduais e de toda a equipe de saúde, porque, entre o número de pessoas vacinadas e o número de doses enviadas, há uma diferença muito grande. Por que, Deputado General Peternelli? Por que, Deputado Celso Sabino? Porque sai da unidade de saúde aquela informação, do posto de vacinação, para ser lançada numa unidade básica de saúde. O tempo médio do *delay* é de 15 dias, o que atrasa muito o conjunto da informação.

A carteira de vacinação *on-line* ainda viabilizará a emissão do

Certificado Internacional de Vacinação. Isso vai facilitar a vida de muitos brasileiros.

Sinto muito orgulho por ter apresentado este projeto, junto com V.Exa., Deputado General Peternelli. Temos certeza absoluta de que milhares de brasileiros vão ser beneficiados com esse cartão.

Presidente Marcelo Ramos, antes de concluir, quero dizer que enfrentei uma epidemia de febre amarela no meu Estado e vimos a necessidade de se ter esse tipo de informação em tempo real, assim como hoje em relação à COVID-19. Atualmente no Brasil, Deputado General Peternelli, alguém pode ser vacinado num posto de saúde e, no mesmo dia, ir a uma outra unidade de saúde e ser vacinado novamente! Isso acontece porque não temos essa informação em tempo real.

Portanto, eu peço o apoio de todos para que seja aprovado este projeto, sobre o cartão de vacinação *on-line*, que vai ajudar a fazer uma revolução na saúde pública do Brasil.

Obrigado.

Documento 650/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	14:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CELSO SABINO-PSDB -PA		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre alteração da Lei nº 6.259, de 1975, para instituição da Carteira Digital de Vacinação.

O SR. CELSO SABINO (Bloco/PSDB - PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente da sessão e Vice-Presidente da Câmara, Deputado Marcelo Ramos; Deputado Dr. Luizinho; Deputado General Peternelli, demais Deputados e Deputadas que participam desta sessão semipresencial, nesta tarde de quinta-feira, eu, por justiça, gostaria, antes de iniciar a leitura do parecer sobre as emendas de Plenário, de fazer aqui um reconhecimento e um agradecimento ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, pela contribuição na construção do texto final.

Algumas bancadas, por ideologia, defendiam que o texto tivesse um viés mais garantista, outras, um viés mais liberalista. Conseguimos,



Deputado General Peternelli, com a sua contribuição também, construir um texto que contemplasse as mais diversas ideologias, um texto enxuto, que vai garantir que o Estado brasileiro realize essa informatização, faça controle de dados de uma forma que já existe no sistema bancário, já existe em várias clínicas privadas, também para o setor público.

Agradeço à Deputada Tabata Amaral, ao Deputado David Soares, ao Deputado Carlos Jordy, à Deputada Adriana Ventura, que contribuíram também com suas emendas para o aperfeiçoamento deste texto; ao Líder Bohn Gass, do PT; ao Líder Hugo Motta, do bloco; ao Líder Vinicius Poit, do Partido Novo; ao Líder Renildo Calheiros, do PCdoB; ao Líder Alex Manente, do Cidadania; ao Líder Ricardo Barros, do Governo; novamente ao Líder Hugo Motta, do PSL, que também fez uma reunião ontem com a bancada junto conosco e com o Deputado General Peternelli; ao Líder Wellington Roberto, do PL; ao Líder Antonio Brito, do PSD; ao Líder Cacá Leão, do PP; ao Líder Isnaldo Bulhões Jr., do MDB; ao Líder Rodrigo de Castro, do PSDB; ao Líder Efraim Filho, do DEM; ao Colégio de Líderes, que aprovou a urgência e a inclusão desse item na pauta desta sessão.

Parabenizo o Deputado General Peternelli, parabenizo o Deputado Dr. Luizinho pela brilhante iniciativa. Este projeto já era oportuno 10 anos atrás. No período que vivemos hoje, de pandemia, em que as pessoas estão buscando se vacinar, o poder público precisa ter o controle desses dados, para saber efetivamente os locais a que as vacinas estão chegando, os locais em que não estão sendo aplicadas, os locais em que estão sendo aplicadas e em que essa informação não está sendo inserida no sistema.

Isso serve para municiar os pais, os idosos, as famílias. Hoje, há um rol de doenças virais que podem ser combatidas, podem ser evitadas com a aplicação precoce de vacinas, como a vacina contra a gripe, contra a H1N1, a vacina tríplice viral, a vacina contra a febre amarela, a vacina contra o sarampo. Enfim, existem hoje inúmeras vacinas que evitam várias doenças.

Este projeto, além de meritório, além de contemporâneo, vai ser extremamente eficiente quando se tornar lei e pudermos ver a carteira nacional de vacinação digital em vigor.

Vou passar à leitura do parecer sobre as emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 468, de 2019. Tive o privilégio de contribuir, juntamente com V.Exas., para a elaboração deste projeto, que cria o Cartão Nacional de Vacinação On-Line. Os autores são o Deputado Dr. Luizinho e o Deputado General Peternelli. O Relator sou eu, o Deputado Celso Sabino.

"I - Relatório

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas cinco emendas de Plenário.

A Emenda nº 1 propõe que todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, devem registrar as informações da vacinação no sistema da carteira digital de vacinação, uma vez que muitas pessoas utilizam clínicas privadas de vacinação, sendo que esses dados são importantes para um real dimensionamento da cobertura vacinal em uma região.

A Emenda nº 2 propõe que as informações registradas no sistema eletrônico da carteira digital de saúde sejam considerados '*dados pessoais sensíveis*', a fim de atrair a proteção da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tanto para guarda quanto para o tratamento dessas informações.

A Emenda nº 3 veda aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar as informações contidas no Cartão de Vacinação On-Line para proibir ou restringir a livre circulação e o acesso de pessoas a quaisquer locais, públicos ou privados.

A Emenda nº 4 propõe a criação de uma carteira nacional de vacinação digital, em que serão registradas as vacinas recebidas, sendo o único documento válido para comprovação da vacinação, e estabelece prazo de 3 anos para União, Estados e Municípios digitalizarem as informações constantes no cartão de vacinação.

A Emenda nº 5 propõe a criação de um cartão nacional de vacinação digital, integrado ao Conecte SUS, acessível por aplicativos para dispositivos móveis ou página da Rede Mundial de Computadores.

É o relatório."

Passo à leitura do voto com a permissão de V.Exa., Presidente.

"II - Voto do Relator

Não há dúvidas de que as emendas apresentadas suscitaram importantes discussões. Após amplo diálogo com os Líderes partidários, com debate exaustivo sobre as emendas apresentadas e sobre o próprio PL, chegamos às seguintes conclusões.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, somos pelo acolhimento total das Emendas de Plenário nºs 1 e 2; pelo acolhimento parcial das Emendas de Plenário nºs 4 e 5, na forma da subemenda substitutiva

global ao PL anexa; e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 3, por não se tratar de matéria diretamente relacionada ao projeto de lei em análise.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 1 e da subemenda substitutiva da Comissão de Seguridade Social e Família; e pela constitucionalidade e antijuridicidade das Emendas de Plenário nºs 2 e 3, uma vez que a própria Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece que informações relacionadas à saúde são consideradas dados pessoais sensíveis e para qual finalidade poderão ou não ser utilizadas; e pela constitucionalidade e antijuridicidade das Emendas de Plenário nºs 4 e 5, restando assim prejudicada a análise de técnica legislativa de ambas."

É o parecer, Sr. Presidente.

Documento 651/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD 14:32	
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre alteração da Lei nº 6.259, de 1975, para instituição da Carteira Digital de Vacinação. Congratulações aos Deputados Luiz Antonio Teixeira Jr. e General Peternelli, autores da matéria.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Dr. Luizinho, o Deputado Peternelli e dizer que este projeto, de fato, tem um caráter pragmático acerca da organização das informações sobre a vacinação. Não há dúvida de que a digitalização de prontuários é algo necessário, não apenas em tempos de pandemia. Todo paciente deve ter os seus dados organizados e guardados.

Compreendo, portanto, que o substitutivo é extremamente positivo. Nós do PCdoB, desde a primeira hora, temos posição favorável.

Quero ainda dizer, Presidente, que hoje, às 16 horas, o Senado votará o projeto do Senador Paulo Paim sobre a quebra de patentes de

vacinas.

Peço a atenção dos Srs. Deputados envolvidos com o tema, porque poderá acontecer a largada para o processo de discussão sobre o fabrico de imunizantes do Brasil.

O PCdoB vota "sim".

Documento 652/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	14:36
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 468, de 2019, sobre alteração da Lei nº 6.259, de 1975, para instituição da Carteira Digital de Vacinação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós votamos favoravelmente ao projeto. Achamos que ele provoca um avanço muito grande. Ele possibilita uma avaliação do Estado para que tenhamos exata noção da cobertura de vacinas e, com isso, possamos intervir em locais que têm baixo nível de vacinação.

Não podemos deixar de dizer que o processo de vacinação referente à COVID está extremamente lento no Brasil. Já receberam a segunda dose cerca de 6,5% da população, pouco mais do que isso. E só a primeira dose, 14,29% da população. Isso é consequência de uma política negacionista que negou a dimensão do vírus e acha que pode fazer com que o vírus se espalhe para que haja imunidade de rebanho. No caso, a imunidade de rebanho por contágio leva à morte. Nós estamos realmente vivenciando um genocídio, que precisa ser extirpado deste País.

Documento 653/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	14:40
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER



Sumário

Alcance da marca de 400 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Postura irresponsável do Presidente da República em face da pandemia de Covid-19. Preocupação do primeiro mandatário com o incentivo ao uso de armas. Desmantelamento da fiscalização ambiental no Brasil. Cortes de verbas orçamentárias para áreas sociais. Contrariedade com a privatização empresas públicas federais, como Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje nós chegamos à triste marca, à mórbida marca de 400 mil mortes decorrentes da COVID no Brasil. Na verdade, vidas perdidas já deixaram de ser estatística há muito tempo, nunca foram. Um fracasso! Essa é a demonstração clara do fracasso brasileiro no combate à pandemia. O mais grave de tudo, Sr. Presidente, é que o ritmo das mortes no Brasil quadruplicou nos últimos 2 meses. Houve 100 mil mortes em 36 dias. Esse ritmo é o mais acelerado da pandemia desde que ela começou. Este mês foi o mais letal de todos os meses da pandemia até agora, superou inclusive a marca de março.

Essa grave situação coloca o Brasil no topo do *ranking* mundial da média de mortes causadas pela COVID-19. Muitas dessas mortes, Sr. Presidente, poderiam ter sido evitadas. Poderíamos ter poupado muitas vidas se as obrigações do Governo brasileiro tivessem sido cumpridas pelo Presidente da República. Infelizmente isso não aconteceu, porque a postura do Presidente foi uma postura irresponsável, uma postura insana, uma postura inconsequente, uma postura abominável!

Durante esse período, o Presidente deixou de fazer o que era exigência do cargo que ele ocupa. Primeiro, chamou a COVID de gripezinha. Ele subestimou a pandemia, desdenhou da pandemia. Eu me lembro até hoje de que o Presidente, no início da pandemia, nos primeiros meses, pegou o *jet ski* e foi passear pelo Lago Paranoá, enquanto as pessoas, preocupadas, já discutiam, já faziam o distanciamento social, usavam máscaras. Não existia vacina, todo mundo já estava aflito, e o Presidente passeava de *jet ski* pelo Lago Paranoá.

Segundo, não respeitou as orientações da OMS, a Organização Mundial da Saúde.

Terceiro, participou, sem máscara, de aglomerações, estimulando as

aglomerações no Brasil.

Quarto, trocou o comando do Ministério da Saúde três vezes durante a pandemia. Cada vez que um Ministro assumia e resolvia cumprir com as exigências da ciência, ele o demitia.

Quinto, questionou o uso de máscaras.

Sexto, recusou o contrato para aquisição de vacinas da Pfizer e, em relação ao Butantan, criou todas as dificuldades para que esse instituto não produzisse a sua vacina.

Se tudo isso não tivesse acontecido, se essa não tivesse sido a postura do Presidente da República do Brasil, certamente muitas mortes teriam sido evitadas e o nosso País não estaria, neste momento, ocupando o topo do *ranking* mundial de mortes causadas pela COVID.

O que ele fez durante esse período? Primeiro, intrigas. Criou confusão com todo mundo. Criou confusão com Governadores, criou confusão com Prefeitos, criou confusão com a China, criou confusão com o Congresso Nacional, criou confusão com o Supremo Tribunal Federal. A única coisa que ele fez durante esse período foi criar confusão, porque ele tem na cabeça uma estratégia clara para garantir a sua reeleição: apresentar-se como um representante do antissistema. Ele, que foi produzido pelo que há de pior na política, no sistema político brasileiro, quer se colocar como alguém que é contra o sistema. Utiliza uma estratégia eleitoral o tempo todo, permanentemente.

Segunda coisa que ele fez durante esse período: incentivou o uso de armas. Ele estava mais preocupado com a aquisição de armas do que com a aquisição de vacinas.

Terceira coisa que ele fez durante esse período: desmantelou a fiscalização ambiental, fazendo com que o Brasil, perante o mundo, passe vergonha no que diz respeito à proteção do meio ambiente. Menciono as queimadas na Amazônia, no Pantanal. Esse sistema de fiscalização foi totalmente desmantelado no Brasil.

Quarta coisa que ele fez durante esse período: realizou cortes de recursos, cortes na educação e na saúde e, para coroar de êxito a sua trajetória em relação aos cortes, desmantelou o Orçamento da União, a ponto de cancelar o censo demográfico feito pelo IBGE, o Censo, que é obrigatório constitucionalmente. Ainda bem que o Supremo Tribunal Federal revogou esse cancelamento, essa medida perversa!

Quinta coisa: decidiu colocar o patrimônio nacional à venda, decidiu vender o Banco do Brasil, vender a Caixa Econômica Federal, vender os Correios, vender a ELETROBRAS, vender a PETROBRAS, tudo ele

quer vender, a DATAPREV, o SERPRO. Todas as empresas que restaram de todo esse período neoliberal ele está colocando à venda, sob o comando do seu Ministro Paulo Guedes - a única coisa que esse Ministro sabe fazer é criar confusão com a China e desdenhar do desejo do povo brasileiro de viver uma vida longa, que é um direito de qualquer um de nós.

Além de fazer tudo isso que falei, ele resolveu suspender o pagamento do auxílio emergencial. Depois que o pagamento foi retomado, ele reduziu o valor desse auxílio, que passou a ser de apenas 150 reais.

Para completar, ignorou completamente as orientações da ciência no que diz respeito à vacina, não comprou as vacinas no tempo certo, e o povo brasileiro está sendo vacinado a passos de tartaruga.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nós só temos a lamentar, infelizmente, esse quadro que nós vivemos. Somos solidários às famílias e expressamos os nossos sentimentos de dor pelas perdas que tivemos. Quero dizer que estamos de pé e vamos continuar na luta para derrotar a pandemia e para derrotar Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 654/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	14:56
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CÉLIO SILVEIRA-PSDB -GO		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre autorização à administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (Bloco/PSDB - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

"II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, e do projeto de lei apensado, na forma do substitutivo anexo.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, e do projeto de lei apensado, na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021 e do projeto de lei apensado, na forma do substitutivo da CSSF.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, e do projeto de lei apensado, na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do projeto principal e da proposição a ele apensada, nos termos do substitutivo anexo."

Sr. Presidente, ainda em tempo, parablenzo o Líder Rodrigo de Castro por essa boa iniciativa, já que é uma pretensão de todos os entes federados que têm muita dificuldade para comprar medicação e outras coisas que precisam para combater a pandemia.

Ainda em tempo, quero me solidarizar com as 400 mil famílias do Brasil que perderam seus entes queridos para este terrível vírus.

E aqui desejo a todos que tenham muita compreensão para entender este momento grave que o Brasil vive.

É essa a conclusão do voto, Sr. Presidente.

Documento 655/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	15:00
Publ.: DCD - 30/04/2021 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre autorização à administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres, com

dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, primeiro quero agradecer muito a V.Exa. a sensibilidade de reconhecer a importância do tema, além da fidelidade de tê-lo colocado em pauta e como prioridade.

Lembro aqui que a urgência desse projeto foi aprovada por unanimidade de todos os partidos da Casa, porque se trata, realmente, de um projeto muito importante e fundamental para este momento dramático que o Brasil vive. Nós estamos em meio a pior fase da pandemia, 400 mil famílias já tiveram seus entes queridos mortos, é um esfacelamento da sociedade brasileira, e nós vivemos uma situação de absoluto colapso na área da saúde.

Nós recebemos essa demanda de todo o Brasil, de gestores de diferentes governos, seja de partidos de esquerda, seja de partidos de centro, seja de partidos de direita, todos eles têm encontrado enorme dificuldade em adquirir insumos, medicamentos, e em pagar serviços neste momento da pandemia.

Por isso, apresentei esse projeto ouvindo os profissionais do setor. Nós tivemos todo o cuidado de colocar todas as ressalvas, medicações de eficácia comprovada. Há todo um cuidado, realmente, mas há, sim, uma urgência para que os medicamentos cheguem às vítimas, cheguem aos doentes de COVID. E nós estamos vendo, em diversos pontos do Brasil, hospitais já com falta de insumos, falta de medicamentos, e com dificuldade de contratação de pessoal.

Faço, então, um apelo aos meus colegas para que, da mesma maneira que aprovaram a urgência, aprovelem agora o mérito desse projeto, para que ele possa beneficiar aqueles que estão na angústia, sejam familiares, sejam pacientes, de ter acesso a medicamentos, de ter acesso a um tratamento adequado para a COVID. Ele só vale durante a pandemia e, repito, apenas para tratamento da COVID. Portanto, há todo um cuidado, mas há também uma urgência muito grande em relação ao tema.

Agradeço ao Deputado Célio Silveira o relatório, a dedicação que tem ao tema, ele que é médico, que sabe muito da importância desse tema, tem uma sensibilidade. Como gestor público também, reconhece que, em todas as cidades brasileiras, nos Estados e também no Governo Federal, esse projeto vai ser de extrema importância.

Então, peço apoio de todos os colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez.

Documento 656/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	15:04
Publ.: DCD - 30/04/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre autorização à administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigada por me conceder a palavra.

É importante esse projeto porque ele torna mais ágil, como o próprio Relator falou, a gestores públicos, durante essa pandemia, a compra de insumos e medicamentos no combate à COVID-19. Destaco também que bens e serviços podem ser utilizados nos pacientes internados nos hospitais.

O que nos preocupa nesse PL, contudo, são essas compras com dispensa de licitação, haja vista os muitos casos de desvios ocorridos até então nesta pandemia. Contudo, o próprio texto mantém a necessidade de um processo administrativo para cada compra.

Vamos torcer para que alguns Prefeitos e Governadores espertalhões não desviem ainda mais o suado dinheiro público do povo brasileiro. Exemplo eu dou. Em plena pandemia, no ano de 2020, o Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, quis assinar um contrato de licitação com órgão do DETRAN para propaganda de 20 milhões de reais.

Sou a favor do projeto, mas vamos rezar para que os espertalhões não

enfiem a mão no dinheiro público.

Muito obrigada.

Documento 657/702

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 -
CD 15:04

Publ.: DCD - 30/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio a pronunciamento da liderança do NOVO contrariamente à igualdade de direitos trabalhistas e remuneração entre homens e mulheres. Característica misógina e misantropa da agremiação e do Governo Federal. Alcance da marca de 400 mil mortes pela Covid-19. Negligência do Presidente da República no combate à pandemia do coronavírus. Proximidade do Presidente Jair Bolsonaro com as milícias e criminosos do Rio de Janeiro. Defesa de instauração de processo de impeachment do Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Não poderia começar a minha fala de Liderança sem antes repudiar a fala do Partido Novo na votação anterior, que, de novo, só tem o nome. Definitivamente, não me parece que estamos aqui, neste momento, no século XXI, diante de um projeto que trata simplesmente sobre igualdade salarial entre homens e mulheres, num País com essas marcas. E o Deputado questionou a competência de nós mulheres. Então, isso é lamentável! Para a vida funcionar, há uma mulher trabalhando. Não há nada que funcione neste País e no mundo sem o trabalho de nós mulheres. Então, eu precisava tratar disso.

Infelizmente, esse pensamento retrógrado não é exclusividade do Partido Novo. Nós temos um Governo Federal que também é antimulher e antipovo.

O cenário que estamos vivendo é dramático. São, agora, mais de 400 mil famílias vivendo e chorando o seu luto. Se nós pensarmos, as últimas 100 mil mortes foram nos últimos 36 dias apenas. Nós quadruplicamos, aqui no Brasil, a velocidade das mortes, frente à crise sanitária mais aguda que as gerações vivas já experimentaram.

Infelizmente, está em curso no Brasil uma política de extermínio, Sr. Presidente, encampada pelo Presidente da República e por este

Governo que não tem apreço ao povo. Nós estamos falando de se seguir insistindo em tratamento precoce, em não haver comprado vacina e em se questionar o uso de máscara. Nós estamos falando de negacionismo diante da ciência; nós estamos falando de auxílio emergencial que não dá para comprar cesta básica, neste momento de alta dos preços alimentícios. Infelizmente, um povo é exterminado nas filas dos hospitais, esperando leitos de UTI; um povo é exterminado pela fome, pela falta de itens nutricionais, lamentavelmente, na mesa dos trabalhadores.

É preciso dizer aqui que relação com extermínio o Presidente da República conhece há muito tempo. É explícita - este é um tema que tem que ser tratado por esta Casa nesta semana também -, cada vez mais explícita, a relação de Bolsonaro e sua família com bandidos milicianos. A milícia é a bandidagem no Rio de Janeiro. Ela aterroriza, domina um terço do território do Rio de Janeiro, seja por meio de venda de gás, de especulação imobiliária, e tortura, mata, extermina aqueles que não atendem aos seus desejos.

Infelizmente, quem tem rabo de jacaré, Sr. Presidente, corpo de jacaré, pés de jacaré e couro de jacaré não é nada além de jacaré. Bolsonaro homenageia miliciano, nomeia miliciano, arma miliciano, é vizinho de miliciano. Os milicianos capangas de um assassino miliciano ligam para um tal Jair, para o homem da casa de vidro. Do que nós precisamos mais, nesta Casa, para saber que o miliciano é miliciano? Eu estou falando da bandidagem que hoje tira a vida de milhares de pessoas do Rio de Janeiro.

Infelizmente, nós precisamos interromper o ciclo de autoritarismo expresso no Presidente Bolsonaro, interromper o ciclo de genocídio expresso no Presidente Bolsonaro, o ciclo de ecocídio expresso no Governo Bolsonaro. Não dá mais para esta Casa ignorar os mais de cem pedidos de *impeachment* que estão aqui. Não é inútil, como diz o Presidente Jair Lira... Arthur Lira.

Obrigada.

Documento 658/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	15:12
Publ.: DCD - 30/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família,

com a presença de médicos e cientistas, destinada à discussão do tratamento precoce da Covid-19. Dúvida do orador a respeito da eficiência da vacina. Defesa de remédios naturais e práticas espirituais para combate e prevenção de doenças.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, nós vivemos um momento em que precisamos, acima de tudo, de uma grande reflexão.

Na realidade, muita gente fala em ciência. Muita gente fala que conhece tudo, que sabe tudo, mas se esquece de que, para todas as doenças no Brasil, sempre foram feitos protocolos. O Ministério da Saúde tem protocolo para câncer. O Ministério da Saúde tem protocolo para Alzheimer, para Parkinson. O Ministério da Saúde tem protocolo para diabetes. Todas as doenças têm um protocolo. Então, é a ciência que diz que para esta doença usa-se tal coisa.

No caso do vírus, os remédios virais, que são indicados pela ciência como remédios virais, foram preconceituados, ou seja, foram colocados na berlinda da política. Então, naquilo que interessa para a política, o remédio interessa. Naquilo que não interessa, nega-se a possibilidade. Então, nós chegamos ao ponto de 400 mil mortos, a quatrocentos e tantos dias desta pandemia, e ainda não encontramos um mínimo de possibilidade de tratamento imediato para as pessoas.

Por isso, com esta preocupação, na Comissão de Seguridade Social e Família, eu pedi - e foi aprovada - uma audiência pública que vai acontecer dia 7, com médicos, cientistas que estão no pé da cama, que estão trabalhando e cuidando de pacientes de COVID. Eles vão falar sobre tratamento precoce. Não é proibido falar em tratamento. Aliás, eu ouvi alguém falando em vacina precoce. Eu nunca tinha ouvido isso.

Bom, mas as vacinas estão aí e são experimentais, é bom que se diga. Não há ciência ainda, não há lei sobre vacina. Nós não sabemos. Ou alguém neste plenário tem a sã consciência de dizer e assinar embaixo que as vacinas não terão nenhum efeito colateral? Será que há alguém neste plenário que tenha a coragem de dizer isso? Se até as empresas que fabricaram ou que fabricam as vacinas dizem: *"Não, a responsabilidade se acontecer uma morte, uma morte súbita, um problema de coração, de cérebro, não é comigo. O Sistema Único de Saúde que assuma isso"*.

Então, eu sempre estou batendo nessa tecla, porque eu penso em saúde - e saúde é o estado físico, mental e espiritual das pessoas.

Por que será que foi proibido falar em tratamento? Agora, dizer *"tome*



paracetamol, tome dipirona e vá para casa" é uma insanidade. Cem mil, 200 mil pessoas morreram porque lhes foi negada a possibilidade de ter um tratamento. *"Ah mas não existe ciência?"* A mesma ciência da vacina é a ciência do tratamento precoce, é experiência médica, é experiência do uso das pessoas. Quem sabia dessa doença? Quem a conhecia? Quem sabe a vacina já estava pronta quando surgiu essa doença...

Vejam bem que coisa absurda é misturar política e eleição de 2022 com doenças e mortes para alguém acusar alguém! Olha, gente, eu aprendi uma coisa em minha vida: água de rio só passa uma vez na nossa frente. Não adianta dizer agora que poderia, podia, tinha e seria. Podia, tinha e seria morreram de lepra no São Pedro lá em Porto Alegre. Não existe, não retorna. Temos que olhar para frente com relação ao que está acontecendo no Brasil.

Quem entende um mínimo de saúde sabe que nós investimos no Brasil somente em doença, nos sintomas das doenças, e damos remédio. E remédio não cura; remédio remedia. O que cura é o remédio que Deus nos mandou, que está na nossa natureza, que está na nossa mente.

Por isso, eu sempre defendo beber muita água, ter uma alimentação saudável, dormir bem, diminuir o estresse. Tudo isso melhora a imunidade das pessoas para que as doenças não sejam tão nefastas quando elas as atingirem. Por isso, eu defendo as práticas integrativas e complementares de saúde, porque isso é saúde, é a farmácia de Deus. Defendo trabalhar com ioga, com meditação nas escolas. As escolas precisam de meditação. Deve-se buscar os trabalhos dos índios, das benzedeiras, da farmácia viva, da farmácia de Deus, colocar os agentes de saúde como terapeutas neste País, investir em saúde e investir em prevenção.

Eu digo sempre que deve haver práticas integrativas e complementares para as pessoas e para os nossos irmãos de quatro patas, os nossos animais de estimação. Bato sempre nessa tecla. Mas hoje, nas redes sociais, se falar a palavra imunidade, cortam-no da rede social. Se falar em tratamento precoce, é cortado da rede social. Vejam a que nível nós chegamos.

Uso de máscara, álcool em gel, vacina, isso passa facilmente. Isso é ciência? Ciência é buscar remédio para as doenças, ciência é buscar experiência para que um dia haja a lei, porque tem seis etapas uma ciência.

Fala-se tanto neste plenário que fulano negou a ciência, mas aqui aqueles que estão negando os remédios não estão negando a ciência? Converse com os médicos. Dia 7 assistam à nossa audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família. Lá verão se não há



experiência com ozonioterapia no mundo, se não há experiência com fisioterapia no mundo, se não há experiência com ioga e meditação, se não há experiência com acupuntura no mundo. Os cuidados com as pessoas podem dar a elas mais força para terem autocuidado e imunidade.

Bato sempre nessa tecla. Não adianta tratar só a doença, temos que tratar a saúde, mas sem preconceito e sem politicagem. Infelizmente, as eleições do ano que vem estão atrapalhando, estão matando milhares de pessoas no Brasil, tanto de um lado, quanto do outro.

Vamos botar a bola no meio de campo. Vamos discutir prevenção. Vamos discutir imunidade. Vamos discutir tratamento eficaz para essa doença - e já temos, sim. Quais são os remédios antivirais que sempre foram usados contra vírus? Agora, tem remédio que mata do coração? Mas onde houve um caso de remédio que foi utilizado na COVID que causou óbito, dentro daquilo que é normal, dose certa? Remédio e veneno também matam, porque, se a dose for errada, vão matar.

Por isso, meu Presidente, estou mais uma vez dizendo: saúde, saúde, saúde sem preconceito e sem politicagem!

Documento 659/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	15:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Perdas de empregos no setor de turismo durante a pandemia de Covid-19. Edição das Medidas Provisórias de nºs 1.045, de 2021, sobre instituição do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e disposição sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho e 1.046, de 2021, sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Situação calamitosa do turismo no país. Insignificância do número de turistas recebidos anualmente pelo Brasil. Necessidade de mais aportes de recursos ao Fundo Geral do Turismo - Fungetur. Atuação do orador na Comissão de Turismo em favor da desburocratização do financiamento do setor de turismo. Criação, pelo orador, do Selo Rio de Janeiro Turismo Consciente, no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Antes tarde do que nunca. Agradeço muito a V.Exa. pela paciência que teve e ao meu Líder, o Deputado Rodrigo de Castro, que neste instante está tratando de uma matéria da maior relevância que este Plenário há de aprovar em breve.

Eu queria trazer três ou quatro preocupações acerca de um setor que é simplesmente vital para o futuro do Brasil. Não há saída sem atividade econômica e, dentre as nossas vocações máster, por assim dizer, o turismo aflora como um dos indicadores mais relevantes, pela capacidade que tem de perpassar muito o tecido social e empreendedor e, ao mesmo tempo, de gerar emprego e renda para milhares de pessoas.

O turismo perdeu 2,5 milhões de empregos nessa pandemia. Assim como vários setores, o turismo precisa sobreviver. O turismo brasileiro precisa sobreviver. Essa é a palavra chave, é a palavra de ordem em todos os segmentos da sociedade.

Sobre essas duas MPs que acabaram de ser editadas, a MPV 1.045 e a MPV 1.046, que permitem uma interrupção do contrato de trabalho, enfim, de nada adianta se elas não tiverem elasticidade, porque a retomada da atividade turística não se dará em 3 ou 4 meses, ela vai se espalhar no tempo.

Então, é preciso ajudar toda essa rede que atua na oferta do turismo, que são todos os atores econômicos propriamente.

Os hotéis e as pousadas, em grande parte, estão em péssima situação financeira, para não dizer dos muitos que fecharam as portas.

As companhias aéreas foram reduzidas drasticamente. Esse é um problema, inclusive cambial, mais grave. Nós queremos que o Governo imediatamente tome uma medida para poder ajudar a frear essa hecatombe que está nos ares do Brasil, nas companhias aéreas, que são fundamentais.

Há os operadores, transportadores terrestres, as agências de viagens, em especial, as agências de receptivo. Ainda ontem conversava com uma importante receptiva do Rio de Janeiro que chegou, em 2019, a ter 150 empregados, e possui 13 hoje. Essa é a verdade.

Os guias de turismo são fundamentais para dar qualidade à atividade, à fruição desse direito importantíssimo, que é de todos, de conhecer, usufruir, ter lazer, enfim. O guia de turismo teve 100% de sua atividade interrompida e, portanto, precisa de um apoio específico. Nós estamos trabalhando nisso.

Há os equipamentos, como um todo, e as atratividades. Alguns funcionam, mas funcionam com 20% ou 30% da capacidade. Então, a condição de ter esse resultado mínimo é muito insatisfatória. Enfim, as instituições do turismo como um todo estão muito preocupadas.

O Presidente tem até dois dias próximos para sancionar o PERSE, que foi uma matéria votada aqui, do Deputado Felipe Carreras. Nós estamos na expectativa positiva de aprovação.

É necessário pensar adiante. No turismo, as decisões são tomadas hoje para produzir efeitos muito mais adiante.

Então, o lado da oferta está completamente afetado por esta pandemia, existe o lado da demanda. E a demanda quem é? É o consumidor do turismo.

Temos o desejo imanente de todos, assim que as portas se abrirem para uma vida mais saudável pós-pandemia, de as poderem ir aos lugares. Aliás, hoje ainda se tem algum nicho de sobrevivência ali e acolá pelo turismo de proximidade, pelo turismo de natureza das belezas que o Brasil possui nessas múltiplas possibilidades que nós temos a oferecer.

E aí está a saída, porque imaginar a demanda internacional, ela não virá tão cedo assim. Embora os números que nós viemos apresentando no País em termos de déficit na balança comercial, de os brasileiros gastarem muito mais no exterior do que os estrangeiros gastarem aqui até 2019, são déficits de 17, 18 bilhões de dólares.

Então, essa poupança que existe hoje de brasileiros que, em geral, viajavam está ali parada, ela tende, em grande parte, a consumir o turismo doméstico. Este é o caminho, este é o vetor que nós temos que desenvolver.

O Brasil recebe apenas 6 milhões de turistas por ano. É uma vergonha internacional, é um número muito pequeno. Destes, 1,7 milhão são da Argentina. Então, é preciso haver uma articulação no âmbito do MERCOSUL, da América do Sul para que a retomada internacional se dê dentro dessa proximidade. É óbvio que, primeiro, vem a proximidade doméstica.

Então, nós queremos trazer um pleito de preocupação muito sincero em relação ao setor do turismo, que é um setor que tem uma resiliência muito grande, que não pode ser deixado de lado, que precisa de apoio. Essas medidas provisórias têm que se tornar mais elásticas. O FUNGETUR é um fundo no qual foram colocados 5 bilhões de reais. Até agora, apenas 1 bilhão de reais foi realmente repassado para operações contratadas. Estão em curso outros, ainda há muito que

destravar em relação às burocracias do FUNGETUR.

Nesta Comissão de Turismo da Casa, nós estamos a encontrar um denominador comum, a fim de que tenhamos um diploma legal que permita aos atores econômicos - esses que eu falei que estão do lado da oferta do produto turístico - acessá-lo sem burocracias e sem aqueles rigores de cautelas que tornam absolutamente inviável, hoje em dia, contrair-se um financiamento.

Então, eu queria trazer essas preocupações, lembrando que é este um setor importantíssimo para o futuro do Brasil, fundamental para alguns Estados. Eu penso que todos os Estados brasileiros têm vocações turísticas. Então, é necessário que nós façamos essa roda girar de maneira responsável, consciente.

Quando fui Secretário de Turismo do Rio de Janeiro, nós criamos o Selo Rio de Janeiro Turismo Consciente, para que todos se preparem, acatelem-se, organizem-se, respeitem as normas profiláticas, ou seja, aqueles que têm o direito de consumir o turismo possam fazê-lo com responsabilidade, com consciência, com segurança, com segurança profilática.

Então, são essas preocupações, Sr. Presidente, que eu queria trazer para todos os colegas.

O turismo é fundamental. Turismo é luz no fim do túnel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 660/702

42.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/04/2021-15:32	
Publ.: DCD 30/04/2021 -	ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à dispensa de licitação para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, bem como de bens e serviços, inclusive de engenharia, utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo coronavírus responsável pela Covid-19 (Sars-CoV-2).



O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, parece estranho eu ter me inscrito para falar de uma matéria dessa envergadura, que trata da questão da COVID e, sobretudo, da dispensa de licitação para a aquisição de insumos.

Na minha visão, Sr. Presidente, realmente nós precisamos ajudar o Brasil a agir rapidamente, para adquirir esses insumos e outros itens, como equipamentos, para agilizarmos o tratamento.

Eu venho me preocupando muito com a expressão "dispensa de licitação". Vamos ser claros, Sr. Presidente: o Brasil já não é tão honesto assim. Os esqueminhas paralelos do Brasil correm soltos nos corredores palacianos de todos os níveis - estadual, municipal e federal -, lamentavelmente. As dificuldades que a lei traz não têm sido, *a priori*, impeditivas de que a corrupção caminhe solta neste País.

Eu votei a favor de todas as matérias que dispensaram licitação. Eu não votei contra nenhuma dessas matérias. Nesta eu também não votarei contra. Mas eu me inscrevi assim na discussão para fazer um alerta: até quando vamos facilitar a vida de pessoas que corrompem o uso do dinheiro público neste País? Será que o caminho é a dispensa de licitação? Não seria melhor mudarmos a Lei de Licitações para períodos de pandemia? Não seria este Parlamento grande o suficiente para pegar a Lei de Licitações -- eu vou propor isso -- e mudar algum artigo ou algum inciso, a fim de que os caminhos da licitação fossem bem rápidos, sem esses empecilhos eternos, muitas vezes do Ministério Público e de outros órgãos que, *a priori*, ajudam, mas às vezes atrapalham, exigindo até o impossível dos governadores.

Aqui no meu Estado, Sr. Presidente, houve casos em que, se a Secretaria de Saúde do Estado fosse responder o que queria o Ministério Público, a descoberta do vírus e do tratamento teria nascido no Tocantins. As perguntas eram tão profundas que era preciso chamar pessoas do mundo todo para responder aqueles questionamentos.

Então, nós temos que facilitar, sim, mas eu acho que temos que licitar com critérios diferenciados em tempo de pandemia. Eu pergunto aos Deputados: seria tempo de insistirmos ainda em dispensa de licitação ou o melhor caminho seria rediscutirmos a Lei de Licitações para tempos de pandemia, dificultando, assim, a vida dos malandros, que fizeram muita coisa errada neste País, onde milhares de pessoas morreram?

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021-
CD 15:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Esclarecimentos acerca do requerimento de destaque para votação em separado do § 2º do art. 5º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à dispensa de licitação para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, bem como de bens e serviços, inclusive de engenharia, utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo coronavírus responsável pela Covid-19 (Sars-CoV-2).

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu estou ouvindo algumas orientações e estou percebendo que, talvez, as pessoas não estejam entendendo. Nós não estamos defendendo a licitação. Nós estamos abrindo mão do processo licitatório. O que nós estamos defendendo neste destaque é que não é possível não haver estimativa de preço quando a pessoa for comprar. Isso não gera burocracia. Isso não gera nenhum dano ao prazo. O objetivo é trazer estimativa de preço. Caso contrário, prefeitos e governadores estarão liberados para pagar o preço que quiserem por qualquer coisa.

Documento 662/702

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021-
CD 15:52
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Prefeito Dr. Furlan, do Município de Macapá, Estado do Amapá, pela sanção do projeto de lei sobre a instituição da gestão compartilhada. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 9.617, de 2018, referente à instituição da gestão compartilhada, para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na Internet ou na telefonia celular. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Assinatura pelo orador do requerimento de criação da CPI destinada à investigação de denúncias de

crimes ambientais atribuídos ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Marcelo Ramos.

Cumprimento todas as pessoas que acompanham esta sessão.

Parabenizo o Prefeito de Macapá, Dr. Furlan, do Cidadania, por ter sancionado, no dia de ontem, o projeto de gestão compartilhada, que chama a sociedade para acompanhar todas as políticas públicas executadas pelo Município de Macapá. O projeto de iniciativa da Vereadora Janete Capiberibe foi aprovado e sancionado.

Temos aqui no Plenário da Câmara o Projeto de Lei nº 9.617, de 2018, de iniciativa do Senador João Capiberibe, pronto para ser votado. Com ele, transformaríamos a política, ao chamar a sociedade para acompanhar e fiscalizar a execução do orçamento público em todo o País.

Sr. Presidente, eu peço que se traga este projeto para votação o mais rápido possível.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu quero me solidarizar com os parentes, os familiares, os amigos dos 400 mil brasileiros que, infelizmente, faleceram em virtude da COVID-19 aqui no nosso País.

Só neste ano, em 4 meses, Sr. Presidente, morreram mais pessoas do que no ano passado todo. Isso é fruto da falta de liderança. Isso é fruto do negacionismo. Ainda bem que o Senado está investigando, senão este Congresso estaria omisso com relação a isso.

Assinamos o pedido de CPI dos crimes ambientais e da omissão. Queremos ver esta Casa se posicionando para frear a destruição promovida pelo Ministro Ricardo Salles.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 663/702

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 -
CD 15:56

Publ.: DCD - 30/04/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Urgente realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho a esta Casa no dia de hoje para implorar - essa é a palavra correta -, para suplicar que a reforma tributária, que já se arrasta desde 1988, pare de ser uma mesmice e seja levada extremamente a sério.

Por que eu venho pedir isso aqui como uma súplica? Nós estamos aceitando calados o empobrecimento do povo brasileiro. Vemos a narrativa de se derrubar ou não um Presidente da República, de investigar desvios de dinheiro, mas tenho certeza absoluta de que concluiremos que muitos recursos públicos foram desviados nesta pandemia. Estes são os verdadeiros responsáveis pelas vidas que se perderam, porque Estados e Municípios deixaram de se equipar e se preparar. Agora a discussão ficou cada vez mais politizada, e o tema mais importante deste País não está sendo tratado com a devida seriedade.

Sr. Presidente, qualquer pessoa que pegue o salário do ano de 2019 - qualquer servidor que nos acompanha e nos honra com sua presteza nesta Casa; qualquer funcionário da Câmara dos Deputados, a exemplo dos policiais legislativos, que convivem conosco; qualquer Parlamentar -, se fizer uma análise, verá o quanto comprava num supermercado em 2019 e o quanto compra hoje. Qual carro você conseguia comprar em 2019 e qual carro você consegue comprar hoje?

Fazendo essa análise, você vai concluir que ficou no mínimo 30% mais pobre - no mínimo. Em alguns casos, as pessoas ficaram 50% mais pobres. Uma pessoa que já ganhava pouco, em torno de 2 mil reais, em 2019, compra agora a metade ou pouco mais da metade do que comprava. O poder de compra é o que faz uma nação ser digna. O que faz todo o mundo sonhar em ir morar nos Estados Unidos não é a segurança, porque existem muitos Estados no Brasil em que há segurança. Também não é a boa educação, porque há muitas famílias aqui no Brasil que conseguem dar uma boa educação para seus filhos. Diga-se de passagem, era incrível ver as crianças brasileiras chegando aos Estados Unidos e tirando só dez, porque estavam bem preparadas.

Então, por que todo o mundo quer ir embora para os Estados Unidos? Por causa do poder de compra - poder de compra! Isso proporciona uma casa boa, que lhe dá dignidade, um carrinho bom. Uma empregada doméstica consegue pagar uma parcela de 200 dólares a 250 dólares num carrinho, o que equivale a duas diárias dela. Onde 2 dias de trabalho de um trabalhador aqui paga a parcela de um carro

básico? Até quando vamos tapar o sol com a peneira?

Por que eu venho hoje a esta tribuna implorar que a reforma tributária seja nossa prioridade? O Líder do Governo, por quem eu tenho um respeito e um carinho enorme - eu tenho certeza de que a sua intenção é a melhor possível -, disse que o Governo agora quer fatiar em pelo menos quatro partes a reforma tributária, porque somente assim dará certo. Será que isso é verdade? Eu fico preocupado, porque tenho certeza de que o Líder do Governo quer o melhor para o País. No momento em que o Deputado Ricardo Barros sobe a esta tribuna e fala isso, eu me preocupo, porque provavelmente foi isso que ele escutou de verdade. Por isso, deve sentir a pressão e achar que, se não for assim, não passa.

Será que esta Casa - e falo do Congresso inteiro -, que, desde 1988, tinha o compromisso de aprovar uma reforma tributária e nunca aprovou, vai fazer em quatro parcelas? Eu duvido. Talvez passe a primeira. Eu duvido. E, se passar, só quem ganha é o povo brasileiro, só quem ganha são V.Exas., Parlamentares, porque terão, certamente, os votos honrados nas próximas eleições. O eleitor que hoje está passando dificuldade, que está desempregado vai ser muito grato a esta Casa, a este Congresso, se aprovarmos uma reforma tributária que desonere o consumo, que devolva o poder de compra para a população.

Falar em simplificação é citar uma narrativa que funcionava até 2019. Depois da pandemia, precisamos devolver o poder de compra. Somente devolvendo o poder de compra, somente com o consumidor comprando mais, o comerciante será obrigado a contratar mais vendedores, a contratar mais funcionários. Quando ele contrata mais funcionários, a pessoa que estava desempregada passa a consumir, passa a gastar no supermercado, compra um carrinho melhor para ir trabalhar, compra uma roupinha melhor. Isso faz com que o comércio crie o chamado ciclo virtuoso, o que conseqüentemente vai atingir o setor produtivo, a indústria, o agronegócio. Todos vão vender mais.

Quando uma pessoa vai ao supermercado comprar 100 reais de carne, ela não pede 1 quilo de carne. Os menos favorecidos, os que ganham um ou dois salários mínimos - o que corresponde a 80% dessa população -, quando vão ao supermercado, pedem 50 reais de carne. Se tiramos 25% desse valor, eles vão continuar comprando 50 reais de carne, só que agora vão levar mais carne para casa. E, provavelmente, quem produz carne vai vender mais carne. Assim, eu aqueço o mercado, eu crio um negócio chamado pleno emprego. Assim começa a sobrar emprego neste País. Isso é o ciclo virtuoso.

A Curva de Laffer é ignorada pelos famosos especialistas. Especialistas de - para não falar um palavrão - merda nenhuma! Não

são especialistas! Ignoram o sucesso de reformas tributárias feitas em crises, em guerras, feitas por nações que hoje são potências econômicas.

Deem poder de compra para a população! Façam uma reforma tributária justa! Façam uma reforma tributária para que o povo receba de verdade o que suou diariamente! Não é justo trabalhar 6 meses por ano para pagar impostos! Fortaleçam o setor produtivo! Diminuem os impostos do agronegócio! Eles pagam muito? Pagam demais já! Fortaleçam os impostos daqueles que não pagam nada! Cobrem daqueles que não pagam nada! O comerciante, a indústria e o agronegócio têm que ser desonerados para aquecermos a economia deste País.

Documento 664/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	16:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados General Peternelli, Vinicius Poit, Gilson Marques e Isnaldo Bulhões Jr. pelas manifestações acerca do requerimento de destaque para votação em separado do § 2º do art. 5º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.295, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à dispensa de licitação para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, bem como de bens e serviços, inclusive de engenharia, utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo coronavírus responsável pela Covid-19 (Sars-CoV-2).

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto ocorre a votação, quero agradecer publicamente o empenho do Deputado General Peternelli, por entender, compreender e modificar a orientação do PSL. Agradeço também ao NOVO, através do Líder Vinicius Poit e do Deputado Gilson Marques.

Agradeço a disposição de compreenderem a importância de, pelo menos, haver uma estimativa de preço por parte de quem for comprar. Isso não vai burocratizar, não vai demandar mais tempo. Isso vai apenas dar uma segurança de que o preço que está sendo pago não está totalmente superfaturado ou acima do mercado. Isso dará garantia até mesmo para o próprio provedor do recurso.

É importante agradecer publicamente àqueles que se manifestaram, a exemplo do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., do MDB.

Documento 665/702

42.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	16:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de apreciação pela Casa de projetos de lei sobre o estabelecimento do piso salarial e da fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo.

Durante toda essa pandemia, muitas homenagens têm sido feitas aos profissionais da saúde. Contudo, já disse e repito que há uma melhor forma de rendermos homenagens a essas categorias, principalmente aos profissionais da enfermagem, que representam a maior parcela desse segmento.

A melhor forma de render homenagens seria aprovar, aqui nesta Casa, os projetos que atendem e valorizam a categoria, especialmente no que diz respeito ao piso salarial e, em segundo lugar, à jornada de trabalho de 30 horas. Essas são reivindicações históricas que esses profissionais têm. Até hoje não foram atendidos.

Então, eu faço este apelo, para que esta Casa coloque em pauta esses projetos e nós possamos garantir a aprovação, porque acho que é uma questão de justiça e de reconhecimento real ao papel desempenhado por esses profissionais, sobretudo neste momento de enfrentamento à pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 666/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/04/2021-16:44
Publ.: DCD 30/04/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo da instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos. Retirada dos requerimentos para obstrução da votação da matéria.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não tínhamos nenhum óbice com relação ao projeto na sua forma original. Mas, ao apresentar o relatório, o Relator estabeleceu alguns pontos que nós achamos gravíssimos, como, por exemplo, retirar explicitamente que essa loteria será operacionalizada pela Caixa.

O primeiro sorteio de que se tem notícia no Brasil feito pela Caixa foi em 1962. Não há nenhuma denúncia que paire sobre a Caixa na sua capacidade de efetivar com muita transparência e competência os sorteios lotéricos. Aliás, a Caixa tem expertise, é uma das maiores instituições do mundo. Ela é reconhecida no mundo inteiro como uma grande empresa e que operacionaliza loterias com muita qualidade. Aliás, 37% do que é arrecadado pelas loterias vão para as políticas sociais. Mas, quando se fortalece a Caixa, se fortalece o próprio País. A Caixa é responsável por 98% das habitações de baixa renda neste País. Como ela é uma empresa 100% pública, os seus dividendos revertem-se em políticas públicas de saúde, de educação e demais políticas. Por isso a nossa preocupação de não estar explícita a operacionalização dessa loteria pela própria Caixa, porque é ela que detém a experiência e tem compromisso efetivo. Vejam o que está acontecendo hoje com o pagamento do auxílio emergencial. Essa empresa é a maior articuladora de políticas públicas de todo o País.

Há outro aspecto: a criação de mais uma loteria, que seria a Loteria do Turismo. Esses dois elementos originaram algumas emendas de nossa parte, que nós, inclusive, destacamos. Mas, conversando com o Relator, que se mostrou extremamente sensível a todas as discussões que aqui foram pontuadas, como a necessidade de se deixar clara a operacionalização pela Caixa, ao mesmo tempo nós fizemos uma emenda para tentar mitigar, reduzir os danos com a criação de uma nova loteria, colocando uma temporalidade para a criação da Loteria do Turismo. Porém, em verdade, nós achamos que não é necessário criar a nova Loteria do Turismo.

Então, o Relator dispôs-se a incorporar as emendas que nós fizemos e

a dar centralidade ao que é absolutamente fundamental para nós, que é a valorização da própria Caixa, e não permitir que outros possam abocanhar pedaços que são de todo o País em benefício próprio.

Frente a essa postura do Relator, nós estamos retirando todo o *kit* obstrução. A matéria, com esses adendos, eu diria, com uma medida de redução de danos com relação à Loteria do Turismo e com a explicitação de que a Caixa operacionalizará essa loteria, nos faz retirar o *kit* obstrução.

Documento 667/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 16:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada dos requerimentos apresentados pelo PSOL para obstrução da votação do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo da instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero só reforçar a fala da Deputada Erika. Nós também temos alguns requerimentos de obstrução. Mas, mediante a incorporação no texto das emendas, em especial, a que mantém a Caixa como operadora desses concursos, nós também retiramos o requerimento do Partido Socialismo e Liberdade, para que possamos seguir pela aprovação dessa matéria.

Documento 668/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD 16:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CAPITÃO WAGNER-PROS -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo da instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu queria agradecer a boa vontade à Deputada Erika e à Deputada Talíria. Também queria agradecer ao Relator, Deputado Cherini, que tem tentado melhorar ainda mais essa proposta, a qual tem um único objetivo: garantir recursos na área da saúde para o tratamento das pessoas, em especial, neste momento, para o tratamento da COVID-19.

Eu acabei de receber uma pergunta de um jornalista. E essa pergunta deve ter ido para outros Parlamentares. O questionamento era: "*O que o Congresso pode fazer a mais para ajudar no combate à pandemia, para conseguir mais recursos, para garantir mais vacinas, para garantir mais leitos para tratar as pessoas?*"

Eu acho que a pergunta foi extremamente oportuna, porque o objetivo do nosso projeto, com a criação da Loteria da Saúde, era justamente este: sem criar novos impostos, fornecer uma forma de arrecadação para o SUS, tanto para Governo Federal como para Estados e Municípios, em relação a essa área, que é crítica. Essa área sempre demanda por mais recursos.

Nós tivemos esse cuidado. A nossa equipe teve o cuidado de dar entrada a esse projeto, que estava na Casa desde 2020. E o Deputado Cherini tem conduzido com muita habilidade o relatório. Esperamos aprovar o projeto.

Nós entendemos que o PDT entrou com alguns destaques para criar outras loterias, que são importantes também. Mas, se nós não avançarmos com a Loteria da Saúde, se não tivermos a capacidade de entender que o maior foco é o recurso para a saúde, nós vamos acabar por perder uma oportunidade única, e no momento em que a população espera muito mais do Congresso.

Documento 669/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	16:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do

produto da arrecadação especificada.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, meu querido amigo, irmão, Deputado Marcelo Ramos, que muito bem representa seu Estado e nos orgulha sentado na cadeira da Presidência, com toda a certeza.

Deus sempre me coloca em missões extremamente complexas. Na realidade, nós falamos muito em buscar recursos, alternativas ao momento que nós estamos vivendo. E aí se abre um leque enorme para a riqueza de debate que gerou esse projeto.

Por isso, quero dizer ao Deputado Capitão Wagner que a iniciativa dele nesse projeto, junto ao Deputado Guilherme Mussi, realmente é de muita importância, a ponto que eu tenho de agradecer o fato de os lotéricos do Brasil inteiro terem me acionado. Eu tenho um vínculo muito grande com a loteria. Eu sempre brinco que não só eu sou um apreciador de loterias, mas também um dos meus *hobbies* é visitar as lotéricas, onde tenho grandes amigos.

Hoje, no Brasil, há cerca de 13 mil casas lotéricas, as quais geram aproximadamente 70 mil empregos diretos. São arrecadados mais de 17 bilhões de reais no setor. O Brasil é o País que menos paga em retorno aos apostadores de loteria, pois somente 43% do valor arrecadado é repassado ao ganhador da loteria.

Nas loterias, no sistema que funciona no Brasil, em torno de 18 entidades recebem recursos nas áreas de seguridade social, educação, saúde e cultura. As loterias do Brasil têm um papel importantíssimo, não só para a saúde e para a seguridade social, mas também para o Fundo Nacional da Cultura, que recebe um percentual de quase 3% das loterias no Brasil. O Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN também é beneficiado.

Faço esse pequeno relato para agradecer ao meu Líder, Deputado Wellington Roberto, que promoveu essa discussão. Nós o acolhemos. O meu papel e de todos nós políticos é acolher. A partir do momento em que fui designado pelo meu partido para relatar esse projeto, passei a discutir a matéria noite e dia.

Anteontem tive o privilégio de conversar com a Deputada Erika Kokay, que também tem uma preocupação muito grande a esse respeito. Acho meritórias as emendas que estamos acatando. Tenho algumas dúvidas e, no final, vamos ver como resolvê-las, mas eu gostaria que aprovássemos o projeto hoje de alguma forma.

Há pouco eu ouvi o Deputado Otavio Leite, e não sei se S.Exa. está em

plenário ainda. O Deputado foi Secretário de Turismo do Rio de Janeiro. Por que o turismo passou a integrar o projeto? Outras áreas também pediram que as colocássemos junto. O turismo integra o projeto porque foi o primeiro a fechar e será o último a abrir. Normalmente, sempre é o setor mais castigado da sociedade.

Eu ouvi o Deputado Otavio Leite dizer que o turismo gera 2 milhões e 500 mil empregos. Vejam bem que a economia é também uma questão de saúde. Estamos atacando a miséria, atacando a fome, atacando a saúde. Não sabemos onde começa, se primeiro vem o ovo ou a galinha. É aquele velho ditado.

Passamos a colocar o foco na Loteria da Saúde e na Loteria do Turismo, justamente em função dos desempregos nas companhias aéreas, nos hotéis, nas pousadas. É uma verdadeira desgraça.

As pessoas pensam que Gramado e Canela são lugares ricos, mas a maioria dos moradores dessas cidades são pobres, são pessoas que precisam do emprego. Elas cuidam dos parques que existem nas duas cidades e muitas ficaram desempregadas. Em um dia, 1.200 pessoas perderam o emprego só em Gramado e Canela. Se falarmos do Ceará do Capitão Wagner ou da Brasília da Deputada Erika Kokay, veremos o mesmo.

Todos nós Parlamentares sabemos o quanto o setor do turismo foi prejudicado. Nesse sentido, acabamos acatando algumas sugestões neste projeto. Acatamos duas emendas, e o *kit* obstrução foi retirado, mas nós ainda estamos insistindo, no final - não é assunto para este momento, ainda, mas estamos insistindo nisso -, em que deveríamos pensar um pouquinho no turismo também e criar a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo, em função da situação tão grave que o setor do turismo está vivendo.

O meu relatório, que já está no sistema há mais de uma semana, fala da compatibilidade e da adequação financeira e orçamentária; e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A conclusão do voto é que, na Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto deve ser aprovado, na forma do substitutivo que logo em seguida vamos apresentar, e que ele segue todos os preceitos constitucionais; na Comissão de Finanças e Tributação, também deve ser aprovado, na forma do substitutivo; e, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto e também do substitutivo da Comissão de Seguridade Social, de que já falei antes.

O meu substitutivo inicial autorizava o Poder Executivo a instituir a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da

arrecadação que especificava. Esse substitutivo, então, seguia todas as questões propostas no projeto original e acrescentava a Loteria do Turismo.

Eu não sei se preciso ler todo ele; está no sistema. Então, o meu parecer é pela aprovação deste projeto, com o substitutivo - e o substitutivo está depois, nas emendas ao projeto. Se houver alguma dúvida, posso ler todos os artigos do substitutivo, mas eu acho que seria interessante ler o substitutivo final, que nós deveremos votar junto com as emendas.

Este é o parecer, o mais resumidamente possível. Se houver alguma dúvida, estarei aqui para responder a todos.

É um projeto simples, que autoriza a Caixa Econômica Federal a criar as loterias. Como é um projeto autorizativo, nós vamos ter que trabalhar com a Caixa Econômica Federal depois, para que ela crie essas loterias, que existirão durante a pandemia - essa determinação é fruto de uma emenda da Deputada Erika Kokay, que eu acatei, para que somente durante a pandemia durem essas loterias, ou essa loteria, conforme for aprovado.

É isso, caro Presidente Darci de Matos, que está agora à Mesa.

Documento 670/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD	16:56
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ANTONIO BRITO-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elogio à atuação parlamentar do Deputado Darci de Matos, da bancada do PSD. Resultado de audiência concedida ao orador e a representantes de hospitais filantrópicos e de Santas Casas de Misericórdia pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, destinada ao debate sobre a destinação de recursos a essas entidades para o enfrentamento da pandemia de coronavírus (Covid-19).

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer dois registros.

O primeiro é para enaltecer o trabalho de V.Exa., Deputado Darci de Matos, que tem sido um brilhante Parlamentar do PSD.

Tanto eu quanto o Vice-Líder Neucimar Fraga, em nome de toda a

bancada do PSD, parabenizamos V.Exa. pelo trabalho que tem feito na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, neste Parlamento, e pelo trabalho que tem levado para o Estado de Santa Catarina, Estado do qual V.Exa. é um importante Parlamentar. Gostaria, portanto, de fazer este registro em nome de todos os 35 Deputados Federais do PSD.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns a Santa Catarina!

Em segundo lugar, eu gostaria de registrar que ontem estive com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e com representantes das Santas Casas e hospitais filantrópicos. Estiveram comigo o Presidente da Confederação das Santas Casas, Mirocles Vêras; os Deputados Federais Pedro Westphalen e Jerônimo Goergen; e o nosso Senador Luis Carlos Heinze, tratando com o Ministro da Saúde exatamente dos recursos destinado às Santas Casas para o combate à COVID-19.

O Ministro da Saúde aceitou o nosso pleito, aceitou o trabalho que será feito pelas Santas Casas e pelos hospitais filantrópicos. Nós e os demais Parlamentares da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas encaminharemos, agora, esse pleito ao Presidente da República, em apoio às Santas Casas, para que tenha continuidade o trabalho dessas instituições tão importantes para o País não só no combate à pandemia da COVID-19, mas também no combate a diversas outras doenças que acometem a população brasileira.

As Santas Casas e os hospitais filantrópicos são responsáveis por mais de 50% de todos os atendimentos SUS no Brasil. E são ações como a do Senador Heinze, por meio do seu projeto, são as ações deste Parlamento, agora liderado por V.Exa., bem como pelo nosso Presidente Arthur Lira e pelo Vice-Presidente Marcelo Ramos, que fazem com que o Parlamento cresça em meio a uma pandemia como esta.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Parabéns, mais uma vez, Deputado Darci de Matos!

Muito obrigado.

Documento 671/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 30/04/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Darci de Matos pela condução dos trabalhos da presente sessão. Excelência da gestão do Prefeito Enivaldo dos Anjos e do Vice-Prefeito Gustavo Lacerda, do Município de Barra de São Francisco, Estado de Santa Catarina, especialmente no enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos desta Casa. Como já foi dito pelo nosso Líder Antonio Brito, o PSD se sente extremamente honrado tendo um Parlamentar como V.Exa., que, com dignidade, honra o povo de Santa Catarina e tem feito um trabalho em defesa do povo do seu Estado e de todo o povo brasileiro. Nós estamos aqui para prestar as nossas congratulações a V.Exa. por estar dirigindo esta sessão.

Quero fazer um registro, nobre Presidente Darci, a respeito do trabalho que está sendo feito, também no Estado do Espírito Santo, pelo Prefeito Enivaldo dos Anjos, do PSD, na cidade de Barra de São Francisco. O Prefeito tem trabalhado muito, tem enfrentado os desafios da pandemia.

Enivaldo dos Anjos, do PSD, já foi Prefeito da cidade, foi Conselheiro do Tribunal de Contas, foi Deputado Estadual e hoje voltou à Prefeitura de Barra de São Francisco e está fazendo um trabalho extraordinário ao lado do seu Vice-Prefeito, Gustavo Lacerda.

Parabéns, Deputado Darci! Parabéns, Prefeito Enivaldo!

Documento 672/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD 17:00	
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CAPITÃO WAGNER-PROS -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificada.



O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, como fiz inicialmente, quero agradecer aos partidos da Oposição, em especial ao PT, por meio da Deputada Erika Kokay, e também ao PSOL, por intermédio da Deputada Talíria Petrone, por terem evitado o *kit* obstrução.

Parabenizo o nosso Líder Giovani Cherini, que elaborou o relatório com muita paciência, conversando, dialogando com diversos Parlamentares que tinham interesse em contribuir ainda mais com a elaboração dessa matéria.

Faço um pedido especial ao PDT para que retire dois destaques que, na minha visão, são importantes, mas acreditamos que podem inviabilizar o projeto neste momento, pois têm como objetivo criar duas outras loterias: a loteria da educação e a loteria do auxílio emergencial.

Solicito isso ao PDT, em especial ao Deputado Eduardo Bismarck, com quem viajei hoje aqui para o Estado do Ceará, também acompanhado do Ministro João Roma, para prestigiar a entrega de cestas básicas e veículos pelo Ministério da Cidadania. Houve uma recepção muito boa aqui, no Estado do Ceará. O Deputado, mostrando muita responsabilidade, nos acompanhou.

Sabemos que, neste momento, precisamos de recursos para assistir às pessoas que estão passando necessidades e para atender à área da saúde. A educação, permanentemente, necessita de investimentos. Sem sombra de dúvidas, os setores de turismo e de eventos foram os mais afetados durante a pandemia. Mas nós esperamos que haja foco nesta votação. Existe algo consensual em toda esta discussão com o que concordam a Oposição, a base do Governo, partidos mais à direita, partidos mais à esquerda, partidos mais liberais, partidos mais conservadores: que precisamos dar à sociedade uma sinalização de que o Congresso, neste momento, está fazendo algo.

Nós já demos algumas sinalizações desde o ano passado, com a criação do auxílio emergencial; com a nova edição do auxílio emergencial, que foi aprovada no começo deste ano; com o PRONAMP; com vários outros programas que garantiram emprego e renda; com ajuda aos Estados e Municípios, mas, neste momento, em especial, em que a sociedade nos cobra mais efetividade em relação a leitos - acredito que todos os Parlamentares devem receber diariamente pedidos de pessoas para socorrer parentes, entes queridos que estão precisando de um leito de UTI -, eu acho que uma resposta coletiva que o Congresso pode dar é a aprovação da Loteria da Saúde.

Quero agradecer também ao Deputado Guilherme Mussi, que foi muito

solícito na hora da elaboração do projeto em conjunto.

Eu estou muito feliz por estar, finalmente, votando esta matéria e queria contar com o apoio de todos para que possamos vencer esta etapa e aprovar o projeto aqui na Câmara dos Deputados para, logo em seguida, fazermos uma articulação junto ao Senado. Já estou conversando com alguns Senadores e acredito que, se nós tomarmos uma decisão unânime, dificilmente teremos dificuldade no Senado. Então, peço o apoio de todos para a aprovação desta matéria. Temos o destaque preferencial para deixar somente a Loteria da Saúde, por conta de toda essa circunstância da dificuldade com o Governo.

Eu acredito que, no dia de hoje, nós vamos sair com a vitória para a saúde do País.

Muito obrigado.

Documento 673/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD	17:04
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificada. Pesar pela morte de 400 mil brasileiros acometidos pela Covid-19. Relevância da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como o processo de discussão se dá na globalidade e temos um projeto original e, até o momento, um parecer que vai ser substituído, nós somos favoráveis à matéria como ela veio originalmente. Achemos importante angariar recursos para a saúde. Vivemos uma crise sem precedentes.

Eu sinto uma dor muito profunda, que é a dor de milhares de brasileiros, por 400 mil mortes no Brasil - 400 mil mortes! E, quando nós pensamos que não houve investimento na tecnologia, na indústria ligada à saúde; que não houve compra, em tempo hábil, de vacinas; que se menosprezaram todas as medidas de prevenção, nós vemos

que o povo brasileiro não pode sofrer essa dor e quem a causou ficar impune. É muito importante que nós possamos utilizar todos os mecanismos possíveis para que os responsáveis pelo que nós estamos vivenciando sejam devidamente pontuados.

Por isso, há uma CPI da COVID, que é mais do que urgente. Nós não podemos achar que é natural que as pessoas morram porque não têm oxigênio; que é natural que centenas de Municípios, em algum momento, tenham ficado sem o *kit* intubação; que é natural que pessoas tenham que ser contidas mecanicamente, atadas aos seus leitos, para poderem ter o atendimento devido.

Não é natural isso que está acontecendo no Brasil! Isso é fruto de uma necropolítica, que tem enfrentado a pandemia de uma forma que os países do mundo inteiro não estão enfrentando - pelo menos os países relevantes, onde nós não vemos um austericídio como o que se quer implementar aqui.

Vejam quais foram as medidas tomadas pelos Estados Unidos, mas também no mundo inteiro. No mundo inteiro, sabe-se que é preciso elevar a base de arrecadação para fazer a economia andar, e aqui, o auxílio emergencial, que já foi de 600 reais, é reduzido a 150 reais, 250 reais, 375 reais. Ou seja, trabalha-se para arrancar do povo a sua própria dignidade. O povo brasileiro ficou 3 meses sem nenhum tipo de auxílio emergencial.

Por isso, nós somos favoráveis à criação da loteria, desde que ela não seja uma forma de enfraquecer a própria Caixa e desde que ela não ajude nos ataques que a Caixa tem sofrido. O Governo diz que vai fazer o IPO, ou a abertura de capital, da seguridade da Caixa até o final do mês. O Bradesco não faz isso, nenhum banco entrega a sua marca, o seu balcão, um segmento que dá tanto lucro, para ser explorado pela iniciativa privada. Já o Governo diz que vai criar o banco digital e privatizá-lo.

Por isso, nós somos favoráveis ao projeto original, mas temos oposição ao parecer, que vai ser modificado.

Documento 674/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD 17:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário



Discussão do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificada. Significativos avanços na vacinação da população com o auxílio do Exército Brasileiro. Desenvolvimento, sob supervisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de vacina exclusivamente nacional pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Pequena percentagem de mortos no País em relação ao total mundial de vítimas de Covid-19. Isenção de culpa do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da pandemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Sou favorável à matéria, à Loteria da Saúde, cujo lucro, neste momento de pandemia, será revertido para o combate à pandemia. *(Falha na transmissão.)*

Aproveito para dar a boa notícia de que, com o Exército se engajando totalmente na vacinação, nós poderemos vacinar até 2 milhões de pessoas por dia, uma marca que pouquíssimos países alcançam. Isso é para os que são contra tudo e a favor de nada, os adeptos do "quanto pior, melhor", porque o Brasil está dando um *show* na vacinação. É o quinto país do mundo que mais vacina. Apenas quatro países vacinam mais de 1 milhão de pessoas por dia: além do Brasil, Estados Unidos, China, Índia e Rússia.

Então, vejam vocês que nós estamos crescendo muito. A ANVISA examina uma vacina totalmente brasileira, totalmente desenvolvida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nós que queremos o melhor para os brasileiros estamos lutando pela saúde de todos. Estamos felizes.

A pandemia está diminuindo. Falavam em 5 mil mortos no final de abril. Falavam em 5 mil mortos por dia no início de maio. Não! Não que estejam morrendo poucas pessoas, mas os mortos no Brasil são menos de 0,2% do total de mortos no mundo. Repito: os mortos no Brasil são menos de 0,2% do total.

Não quer dizer, urubu de plantão, que eu esteja dizendo que morreu pouca gente, mas também é um crime querer dizer que a culpa é do Presidente Bolsonaro. Isso não tem fundamento. Ainda bem que se conscientizaram os mitômanos, que mentem compulsivamente e acreditam na sua própria mentira, que diziam que, de cada 10 pessoas que morriam no mundo, 3 morriam no Brasil. Não, a morte no Brasil chega a 10% no mundo, o que é normal, considerando a sua

população. É bom lembrar que nós temos a sexta população do mundo; que, no mundo, já morreram 3,2 milhões de pessoas; e, no Brasil, chegamos a 400 mil mortos. Isso dá uma média de menos de 0,2%, o que está muito distante - muito distante! - de ser um genocídio, como dizem esses Parlamentares da Esquerda, que são contra tudo e a favor de nada. Estamos vencendo.

Dou as boas-vindas à Loteria da Saúde, que ajudará a melhorar a saúde de todos os brasileiros. É isso que nós queremos.

Saúde, Brasil!

Grato, nobre Presidente.

Documento 675/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021 - CD	17:12
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação a pronunciamento de Parlamentar sobre pequena taxa de mortos no país proporcionalmente ao total de vítimas da Covid-19 no mundo.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu só queria fazer um pedido.

Penso que este é um momento muito triste para o País. Temos, hoje, 400 mil mortes. E temos que ouvir um defensor do Governo dizer que isso não é nada com relação aos números mundiais?

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Eu não disse que não é. Não confunda!

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - São 400 mil vidas. São 400 mil famílias de luto, Presidente. Nós não podemos ficar ouvindo esse tipo de coisa. Isso é uma afronta às famílias que estão chorando, que estão enterrando seus mortos. São 400 mil vidas. É muita coisa. Nós gostaríamos de não estar perdendo ninguém nesta pandemia.

Nós não podemos aceitar uma fala dessas e ficar calados. Nós estamos fazendo um esforço enorme. Se o Governo tivesse conseguido vacinas, muitas dessas mortes seriam evitadas. Parem de achar que isso é pouca coisa. Quatrocentas mil vidas perdidas é muita

coisa, Presidente!

Documento 676/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 30/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Associação a pronunciamento da Deputada Perpétua Almeida a respeito da insensibilidade do Governo Jair Bolsonaro diante de 400 mil mortes pela pandemia do coronavírus. Discussão do Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização da instituição, pelo Poder Executivo, da Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Realmente, a Deputada Perpétua Almeida tem toda a razão. Eu fico chocado com o cúmulo do absurdo a que chegam os apoiadores da quadrilha do genocida.

São 400 mil pessoas que morreram, e V.Exas. são cúmplices disso! O Deputado que me antecedeu é cúmplice dessa mortalidade, desse genocídio! O Brasil não poderia ter 400 mil mortes!

Deputado, lembra-se daquele avião da TAM que caiu em Congonhas e chocou o Brasil inteiro? Estão caindo 12 ou 13 aviões por dia!

Lembra-se da barragem em Brumadinho, que levou a vida de muitos brasileiros? São 15 barragens por dia! Mas V.Exas. não conseguem superar a insanidade e menosprezam esta pandemia e continuam fazendo pouco caso dela! É uma completa insanidade!

Não adianta V.Exas. reclamarem! É um genocídio, sim, e V.Exas. são genocidas! Não é só o Bolsonaro, não. Bolsonaro, sua quadrilha e seus cúmplices no Parlamento são genocidas, sim. Era para ser diferente, sim. Nós temos o maior programa de vacinação pública do mundo. Nós temos as duas maiores instituições de produção de vacinas da América Latina. E, graças ao Governo Bolsonaro, a vacinação nossa é pífia.

E, agora, nós estamos defendendo a Loteria da Saúde? É claro que sim! Nós precisamos de mais recursos, porque V.Exas. transformaram o Brasil no único país do mundo que, neste ano, em plena pandemia,

cortou recursos para a saúde. Reduziram o orçamento do SUS!

Vocês são criminosos, sim. Cometem crimes contra a humanidade, que não prescrevem. É bom se lembrarem disso. E V.Exas. estão aproveitando para passar a boiada, como disseram naquela reunião do sindicato do crime, em 22 de abril do ano passado, que chamaram de reunião ministerial.

Nós estamos aprovando a Loteria da Saúde, e vocês estão comemorando a privatização da Caixa Seguridade, que está operando em alta na Bolsa de Valores. Estão vendendo um setor altamente rentável do banco. Nenhum banco privado está negociando suas carteiras de seguros. Como disse o ministro da destruição do meio ambiente, que virá para uma CPI nesta Casa, vocês estão aproveitando as 400 mil mortes, estão aproveitando a pandemia para passar a boiada.

Mas é como Paulo Guedes disse: para que o brasileiro envelhecer? Para que viver muito? Dá prejuízo para o Estado. Tem é que dar lucro para o rentismo, para meia dúzia de bilionários deste País. Infelizmente, esta é a realidade.

Documento 677/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	17:16
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Caráter mitômano dos pronunciamentos dos Parlamentares da Esquerda sobre os efeitos da pandemia do coronavírus. Defesa do tratamento preventivo da Covid-19 preconizado pelo cientista japonês Satoshi Omura.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Calma! Deixe-me falar, nobre Deputada.

Quero reforçar o que eu havia dito: a Esquerda contra tudo e a favor de nada, os mitômanos, costuma mentir compulsivamente e deturpa todas as falas. Não tem nada de eu estar me vangloriando, comemorando o número de mortos. O que eu disse foi que os mortos no Brasil são menos de 0,2% do total de mortos no mundo, e falam em genocídio. Eu lamento qualquer morte.

Se alguém é responsável por mortes são vocês da Oposição, que são

contrários ao *kit* de prevenção. O Prêmio Nobel de Medicina, o cientista japonês Satoshi Omura, quer, inclusive, que se coloque na bula da ivermectina que ela tem eficácia no tratamento preventivo contra a COVID.

Se alguém quer o caos, se alguém aqui é "desgracionista", são vocês da Oposição, contra tudo e a favor de nada, adeptos do "quanto pior, melhor".

Mas o Brasil vai vencer! A saúde vai vencer! E o Governo Bolsonaro...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 678/702

43.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021-
CD 17:20

Publ.: DCD - 30/04/2021 - JORGE SOLLÁ-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro às medidas de prevenção e controle da Covid-19. Facilitação do trabalho da CPI da Covid-19 no Senado Federal pela confecção, por parte Governo Federal, de lista com 23 possíveis acusações sobre o desempenho do Governo Federal no enfrentamento à Covid-19. Alta rotatividade de titulares do Ministério da Saúde. Atribuição de responsabilidade ao Presidente Jair Bolsonaro pela gravidade da crise de saúde decorrente da pandemia de Covid-19. Alcance do número de 400 mil vítimas da pandemia do coronavírus. Críticas à privatização da Caixa Seguridade e ao novo marco regulatório do setor de saneamento básico do País. Indignação com fala contrária do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à longevidade do povo. Escutas no caso do ex-capitão do Bope Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe da milícia Escritório do Crime. com referência ao nome de Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Presidente.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que o Deputado que usou 1 minuto não foi citado, mas, obviamente, ele tomou a carapuça, porque sabe que é cúmplice do genocídio que está em curso no País. Mais do

que cúmplice, ele é parte da construção desse genocídio.

E não se precisa ir longe para argumentar sobre isso. A própria CPI da COVID em curso no Senado teve facilitado seu trabalho porque o Governo listou 23 acusações que mostram por que o Governo Bolsonaro é genocida.

Bolsonaro é réu confesso, Presidente. É réu confesso! Desde o início da pandemia, menosprezou seu alcance.

Trabalhou contra o isolamento social, trabalhou contra o uso de máscaras, fomentou aglomerações, ajudou a disseminar o vírus, trouxe o vírus na comitiva que foi aos Estados Unidos. É o maior aliado do vírus. É o maior opositor da vida e da saúde da população brasileira.

Trocou o Ministro da Saúde quatro vezes. Tirou o Mandetta, que não aceitou a insanidade de achar que poderiam vender charlatanismo - o nome não é outro, não; é charlatanismo -, vender tratamentos ineficazes. Mandetta não aceitou. Bolsonaro botou o Nelson Teich, o breve, que ficou 30 dias somente, porque também não compactuou com isso. Entregou o Ministério a um general, que militarizou o Ministério, destruiu as equipes técnicas. Dizia que era especialista em logística, mas o seu maior feito foi mandar para o Amapá as doses de vacina que deveriam ir para o Amazonas, e as do Amapá para o Amazonas, mostrando que nem conhece o País.

Nós estamos vivendo uma situação de completo absurdo. No dia em que completamos mais de 400 mil brasileiros mortos, o que nós temos nesta Casa? O Legislativo vivendo como se estivesse em outra dimensão! Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania estão debatendo se uma PEC para destruir o serviço público é constitucional. Estão debatendo como é que faz para atacar os servidores públicos. E aí há o cinismo, a hipocrisia de vir ao Parlamento bater palmas para os profissionais de saúde e aproveitar para puxar o tapete.

E eu tenho que lembrar novamente o dia 22 de abril de 2020. Na reunião do sindicato do crime, que foi chamada de reunião ministerial, o ministro da destruição do meio ambiente disse com todas as letras: "*Vamos aproveitar que estão olhando a pandemia, que estão olhando para o lado, e passar a boiada*". E estão passando a boiada!

Hoje há outro marco da boiada que estão passando. Entregaram a Caixa Seguridade aos lucros dos seus parceiros, dos membros da quadrilha que está atacando a propriedade pública, que está atacando o Estado brasileiro, que está destruindo as políticas públicas. Nenhum banco privado está entregando sua carteira de seguros! Nenhum banco privado está abrindo mão de um dos setores mais lucrativos que existe

no mercado financeiro! Mas o dinheiro do povo pode ser alvo dos ataques de V.Exas.

Eu sei que muitos de V.Exas. estão arrependidos de terem botado um insano, um irresponsável, um genocida na cadeira de Presidente da República, assumam o erro que cometeram! Assumam o erro de ter dado um golpe de Estado e tirado uma Presidenta honesta; assumam os erros que cometeram desde 2016, quando destruíram os direitos trabalhistas, quando atacaram de morte os direitos previdenciários; a cada ano vocês estão vêm tirando dinheiro da saúde, da assistência social, da educação, estão destruindo a ciência e a tecnologia. V.Exas. foram parceiros, foram parte da destruição da indústria naval, da indústria da construção civil pesada neste País. Vocês atacaram e continuam atacando o patrimônio que é o pré-sal, que é a indústria de petróleo e gás. Entregaram a BR Distribuidora. Entregaram o Gasoduto do Nordeste. Entregaram a nossa refinaria aqui da Bahia, que foi a primeira e a segunda de maior capacidade produtiva, a preços vis para os seus parceiros, para seus comparsas no ataque ao patrimônio público deste País.

Hoje, mais uma vez, nós estamos vivendo essa insanidade: 400 mil brasileiros mortos por um Governo genocida! O Brasil é o único - o único! - e o último país que continua defendendo a pauta neoliberal, que é destruir o Estado, destruir as políticas públicas para aumentar o lucro dos seus parceiros no setor privado.

Já atacaram o saneamento! Aprovaram uma mudança que, se for levada a cabo, vai destruir o sistema de água e de saneamento em 90% dos Municípios brasileiros, onde o sistema não é lucrativo. Para que isso? Para transformar 10% dos Municípios em fonte de lucro para os seus comparsas.

Enquanto isso, o Presidente está preocupado em blindar os seus filhos, blindar a milícia, a "familícia". Levaram a milícia do Rio de Janeiro para dentro do aparelho do Estado. Levaram a milícia para o agronegócio na Região Norte, aquela turma que faz devastação. E o Ministro foi para lá defender a bandidagem, defender aqueles que estão atacando o meio ambiente e usurpando os recursos públicos.

Eu nunca vi tanta destruição em um país como a que estou vendo no Brasil. Nós vamos levar muito tempo para recuperar este País da destruição que V.Exas. estão fazendo. Nós vamos levar muito tempo para recuperar 400 mil famílias, após sentirem tanta dor. Não são 400 mil números, não! São pais, mães de família, são amigos, colegas de pessoas que perderam a vida precocemente. Não deveria ter sido assim!

Nós sempre nos orgulhamos de ter o maior programa público de

vacinação do mundo, e V.Exas. destruíram a possibilidade de nós o utilizarmos, porque não fecharam os contratos no momento certo, porque não investiram na saúde, porque propagaram o vírus, porque trabalharam o tempo todo na necropolítica, na destruição da vida.

E Paulo Guedes vem dizer que o problema do Brasil é que nós estamos vivendo mais? O problema do Brasil é que todo brasileiro quer viver 100 anos, 120 anos?

Deputada Erika Kokay, eu quero viver 100 anos, sim! E todo brasileiro tem o direito de viver 100 anos, porque a ciência hoje permite, Deputada Talíria Petrone, que nós vivamos 100 anos. Antes não podíamos almejar isso porque não tínhamos tecnologia, não tínhamos capacidade na sociedade para viver 100 anos. Hoje temos e não vamos abrir mão disso para aumentar os lucros de uma dúzia de famílias donas do mercado financeiro deste País, que ajudaram a eleger Presidente da República esse insano que colocou Paulo Guedes para representar os interesses dessa dúzia contra os 200 milhões de brasileiros.

Nós não vamos aceitar a morte de 400 mil pessoas por essa pandemia! Nós não vamos aceitar que o Ministro da Economia diga que têm que morrer mais brasileiros para evitar as dificuldades econômicas do Governo! Nós não podemos aceitar que um Ministro de Estado tome a vacina - para proteger a si e a sua família - às escondidas porque o Presidente é contra a vacinação! Nós não vamos aceitar que V.Exas. destruam 400 mil famílias, que V.Exas. destruam a PETROBRAS, que V.Exas. destruam a indústria deste País para atender os seus interesses de um grupelho, de uma quadrilha - aquela mesma quadrilha que já foi pega nas gravações do Adriano da Nóbrega, quando foi apagado o CPF dele.

O CPF dele foi cancelado porque ele sabia demais. E foi pego lá o Presidente, o morador da casa de vidro. Mataram Marielle, e até hoje não disseram quem a matou. Mas o envolvimento da milícia com Bolsonaro é muito claro; é muito claro o envolvimento da milícia com a morte de Marielle.

Por isso, gente, nós não podemos aceitar isso! Hoje é dia de luto, Presidente! Hoje esta Casa tinha que parar e fazer luto, porque 400 mil brasileiros morreram, graças ao genocídio do Governo Bolsonaro! Ele pagará por seus crimes contra a humanidade. Repito: esses crimes não irão prescrever, e os seus cúmplices também pagarão por isso.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento e, também, divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-29/04/2021- 17:32
Publ.: DCD - 30/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Estado de barbárie instaurado pelo Governo Jair Bolsonaro no Brasil . Alcance do patamar de 400 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Gravidade das crises sanitária e econômica reinantes no País. Indignação diante do desmonte dos serviços públicos e da fragilização dos direitos sociais. Riscos ao regime democrático brasileiro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu estou consternada. Sinceramente, não é possível que aqueles, Deputado Jorge Solla, que, através de um golpe institucional, abriram caminho para nós termos Bolsonaro como Presidente não estejam arrependidos.

Eu sou uma mulher, Parlamentar, socialista, do campo da Esquerda. Mas qualquer um que tenha o mínimo apreço pela democracia brasileira deveria estar chocado com a barbárie que está instaurada no Brasil.

Nós sabemos que a democracia brasileira é frágil, é incompleta - nunca chegou plenamente em território de favela, de periferia -, mas ela está sendo chicoteada, fraturada! Não é possível, não é possível que nós achemos que estes são tempos normais!

Ver Deputado ter a coragem de vir aqui e menosprezar o luto das famílias brasileiras é uma vergonha para o Parlamento brasileiro, senhores e senhoras! É uma vergonha brincar com a morte!

Esta Casa deveria estar hoje enlutada, assim como as 400 mil famílias brasileiras! Não é normal, não é natural o estado de coisas neste momento no Brasil!

Nós falávamos que íamos chegar a 400 mil mortes, Deputada Erika, no Dia das Mães. Não chegou o Dia das Mães, mas chegaram as 400 mil mortes. Aliás, houve 100 mil mortes nos últimos 36, 37 dias. A velocidade das mortes está aumentando absurdamente!

O colapso do sistema de saúde está atrelado a uma crise econômica sem precedentes! Neste Brasil de proporções continentais, em que a pobreza está sendo agudizada, o povo morre sufocado, seja na fila do SUS, seja pelo desemprego, pela fome. E tem Deputado que diz que não é bem assim; que insiste numa lógica da morte do tratamento precoce, que a ciência não prova que funciona - aliás, a ciência prova que faz mal para quem o usa de forma indevida.

Temos um Presidente que segue insistindo que máscara não é tão importante, que segue insistindo na aglomeração e um Ministério da Saúde que, vejam, num cenário de escassez de vacina, diz que foram só 100 mil doses que esqueceram. "*Nós nos atrapalhamos.*" Como pode o Ministério da Saúde se atrapalhar no momento da maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram? Isso é inadmissível! Isso é uma vergonha! Isso é um escândalo!

Eu fico consternada e acho que isso é um convite para este Parlamento neste momento, que é muito triste para o Brasil. Não é com alegria que eu digo isso sobre este Governo; é com dor, é com tristeza.

Neste momento, o Líder do Governo vem a esta Casa e se vangloria da lei do gás, da reforma administrativa, do licenciamento ambiental, que vai atacar a natureza e seus povos no meio de uma crise sanitária, do PL da grilagem.

Não é possível nós seguirmos desmontando os serviços públicos, inclusive o SUS, inclusive o direito de quem está na linha de frente enfrentando a pandemia.

Ao mesmo tempo em que se desmontam os direitos, alarga-se o estado penal, jurídico e policial. Há mais armas! Há, cada vez mais, indícios de relações espúrias deste Governo e dos seus filhos com as milícias!

Não dá! Nós estamos vivendo a barbárie. Qualquer um que tenha apreço à frágil democracia brasileira precisa dizer de qual lado está.

Documento 680/702

43.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021-
CD 17:36

Publ.: DCD - 30/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio a pronunciamento de Deputado governista sobre relativização das

mortes decorrentes da epidemia de Covid-9 no Brasil. Caráter autoritário do Governo Jair Bolsonaro. Protesto contra o desmonte das políticas socioambientais brasileiras. Críticas à política econômica do Governo Federal. Inadmissibilidade da abertura de capital da área de seguridade da Caixa Econômica Federal. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Nós escutamos. Ninguém nos contou. Nós escutamos. Escutamos um Parlamentar dizer que era apenas zero ponto alguma coisa de mortes no Brasil. Escutamos! Nós escutamos!

Dizer isso não é menosprezar as famílias, o luto, a dor, menosprezar as lágrimas que estão, hoje, no povo brasileiro, que fazem parte do cotidiano do povo brasileiro?

E nós escutamos. Escutamos um Parlamentar que nunca argumenta sobre o que é necessário fazer para que nós possamos enfrentar a pandemia. Se tivesse seriedade, ele diria que era preciso retirar da Presidência da República esse peito estufado de ausência de empatia, esse peito estufado de uma condição autocentrada, esse peito estufado que está portando uma faixa presidencial.

Se tivesse que argumentar, de fato, diria que a saúde e a vida do povo brasileiro não podem continuar existindo, enquanto nós tivermos tamanha indiferença, tamanho desprezo, tamanha capacidade de chamar a democracia para bailar na beira de um abismo; de testar permanentemente as instituições e de achar que o Estado é seu -- que o Estado é seu!; de possibilitar que nós tenhamos no Ministério do Meio Ambiente uma política antiambiental; no Ministério de defesa dos direitos das mulheres, uma política contras as mulheres, antifeminista; na Fundação Palmares, um racista -- um racista!

Ele quer se apropriar de todos os instrumentos que o Brasil lutou para conquistar e dominá-los, para defender os seus interesses. Na reunião do dia 22 de abril, isso ficou muito claro. Ali, nós ouvimos: "*É para passar a boiada. É para passar a boiada*".

Há madeiras extraídas ilegalmente apreendidas e denúncias gravíssimas de que o Ministro do Meio Ambiente está em conluio com os criminosos.

E 70% da madeira que foi apreendida ninguém reclamou - ninguém reclamou! Se fosse uma madeira legal, uma extração legal, aqueles que a extraíram reivindicariam a posse dela. Mas não, ninguém a reclamou. Uma das empresas acumula milhões em multas! São

dezenas de multas, perfazendo milhões de reais.

Portanto, nós estamos vivenciando essa tragédia, e o que faz o Governo? O Governo aposta numa agenda contra o povo brasileiro. É como o mercado: quando o mercado ruge, o Parlamento urge e cobra muito caro por isso. Cobra nacos do Orçamento, que saem de despesas obrigatórias, como aposentadoria, abono salarial, para compor emendas parlamentares.

Nós temos, aqui, neste quadro, um Governo que, diferentemente dos governos dos grandes países do mundo, aposta no austericídio. Deixou o povo brasileiro 3 meses sem auxílio emergencial - 3 meses sem auxílio emergencial! Foram janeiro, fevereiro e março, sem auxílio emergencial. E quando retorna o auxílio emergencial, retorna em um montante 7 vezes menor do que o gasto no ano passado.

Este mesmo Governo faz com que o superávit dos fundos - e nós estamos falando de mais de 100 milhões de reais - seja destinado para o pagamento da dívida. E ainda faz com que tenhamos corte de recursos na saúde. É a tragédia!

E há Parlamentares que sempre vêm atacar a Esquerda, atacar a Esquerda, atacar a Esquerda e atacar a Esquerda. É o discurso eterno do ódio, neste palanque do ódio, do qual eles não conseguem descer. É o palanque do ódio e das mentiras, de que eles não conseguem se desprender. Continuam no mesmo palanque, apostando nas eleições de 2022, apostando na morte, nesse darwinismo social.

O Presidente da República disse em outubro que não iria comprar vacinas, porque a pandemia estava indo embora. Ele disse que era uma gripezinha. E ainda disse ainda era leite derramado e que não se devia chorar sobre o leite derramado.

Nós vivenciamos essa tragédia, que se traduz em levar embora os amores de várias pessoas. Quem parte, diz a poesia, é sempre o amor de alguém, é sempre o amor de alguém. E me vêm, aqui, os áulicos do Governo, os sabujos desta política genocida, dizer que as mortes não são tantas. Que desprezo com a vida! E, ao mesmo tempo, aproveitam para passar a boiada, entregando o País.

Vejam o que estão fazendo com a Caixa! Querem vender a área de seguridade da Caixa. No ano passado, queriam vendê-la por 60 bilhões de reais. Estão a entregando por 31 bilhões de reais, num momento em que vários países do mundo dizem que não se pode desfazer de ativos, porque estamos numa crise. Estamos numa crise - numa crise! - , e eles querem vender a seguridade da Caixa. Isso é passar a boiada!

Entraram no Banco Central, com a proposta de criar um banco digital.

Nenhum banco faz isso! Tem-se plataformas digitais nos bancos. Pegam um banco digital, que é alma da Caixa, para criar uma subsidiária para poder privatizá-la, sem passar pelo Parlamento, assim como a seguridade.

E aí disse bem o Deputado Solla: o Bradesco não faz isso.

Quem é que vai entregar uma área que, com as inseguranças que temos, tem sido supervalorizada, porque representa parte substancial do lucro dos bancos? Nem mesmo o Bradesco entrega a sua seguridade a outrem, não entrega o seu balcão, a sua marca. E a Caixa é a marca do povo brasileiro, uma das marcas mais valorizadas do mundo.

Mas vejam mais o que eles estão fazendo. Há um instrumento híbrido, o chamado IHCD - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, que foi disponibilizado para os bancos públicos em 2007, na tentativa de capitalizá-los para que pudessem cumprir sua função social. Os bancos não são obrigados a devolver esses recursos. No entanto, a Caixa Econômica Federal está devolvendo esses recursos que foram postos na instituição para o desenvolvimento urbano, para a habitação, para o saneamento, para as políticas públicas. E a Caixa entende de políticas públicas. A maior articuladora das políticas sociais do Governo é a Caixa Econômica Federal, que está atendendo o povo no auxílio emergencial. É essa empresa que estão descapitalizando, devolvendo para o Tesouro, sem ter nenhuma obrigação com relação a isso, os recursos que foram postos em 2007 para capitalizar a empresa. E a mesma coisa estão exigindo com outros títulos do próprio BNDES.

Querem dilacerar o Brasil - dilacerar o Brasil! Querem acabar com o estado de proteção social. Estão entregando a Constituição para ser regida pelo mercado com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 202, que trata da reforma administrativa!

Como é possível admitir que se tire a impessoalidade, que se acabe, em grande medida, com o concurso público, que se possibilite a demissão de servidores públicos e que as pessoas sejam contratadas, sem concurso público? Imagine o que aconteceria com o fiscal que multou o então Deputado Jair Bolsonaro, quando ele exercia pesca ilegal?

Eles querem o Estado na mesma concepção de quem quer dominar os órgãos de controle, para que não possam investigar os seus parentes ou os seus amigos. Bolsonaro disse isso naquela reunião: "*Não vou admitir que atuem contra os meus amigos e a minha família*".

É isso o que está acontecendo com o Brasil. Aí, vem alguém aqui, como esse Deputado que só pensa em atacar a Esquerda - a

Esquerda, a Esquerda, a Esquerda! - tentar criar uma cortina de fumaça para que não se veja o que está acontecendo no Brasil. Isso é ineficaz. O que está acontecendo no Brasil? Está-se arrancando a comida do prato do povo brasileiro. No Brasil, voltou a ter fome. A fome está entrando no País, arrancando cidadanias, levando as pessoas à angústia e à morte também.

Esse mesmo Deputado disse: "*Ah, eles não têm CNPJ!*" Como se o fato de ter CNPJ traduzisse a inteligência e a sabedoria. Não, eu não tenho CNPJ. Mas nós temos compromisso com este Brasil! Já governamos este Brasil, tiramos o Brasil da fome e olhamos no olho do povo brasileiro.

Por isso, o CNPJ não concentra sabedoria e um Parlamentar também não.

Documento 681/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/04/2021-
	CD	17:44
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contestação de discurso de Deputada opositora sobre a irrelevância do CNPJ. Inadmissibilidade de responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro pelas 400 mil mortes causadas pela Covid-19 no País. Inclusão do Brasil no ranking dos países com mais doses de vacinas contra a Covid-19 aplicadas por dia.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabo de ouvir uma Parlamentar dizendo que CNPJ não interessa, não importa. Evidentemente, não importa para quem apoia o MST. O que é CNPJ? Não importa. Não tem noção do que seja organização, padrão de desenvolvimento, progresso, espírito empresarial.

Agora, causa revolta e indignação se dizer que morreram 400 mil pessoas e que é culpa do Presidente Bolsonaro. Isso é uma insanidade, é falta de bom senso. Não têm como atacar. Os argumentos da Esquerda estão alicerçados em pura areia movediça. Digam, então, que o Bolsonaro é culpado pelas mortes no mundo todo.

Olhem o que está acontecendo no Brasil: é o quinto país que mais vacina. Está entre os quatro países do mundo que vacinam mais de um

milhão de pessoas por dia. Por favor! Estão pensando o quê? Que a população, que os brasileiros não estão entendendo o absurdo que...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 682/702

43.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/04/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 10, oferecidas ao Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo da instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou diretamente ao voto do Relator.

"II - Voto do Relator

Inicialmente, entendemos que as Emendas nº 3, 4 e 7 padecem de inadequação financeira e orçamentária.

(...)

Em relação à Emenda nº 1, entendemos que seu propósito e seu sentido estão devidamente refletidos na última versão do substitutivo que apresentamos, razão pela qual não vemos razão para seu acolhimento.

Já quanto às Emendas nºs 2 e 9, entendemos que, a despeito dos louváveis propósitos que buscam atender, as questões nelas versadas extrapolam em muito do escopo original do PL 1.561/20. Por essa razão, somos pela sua rejeição.

Por fim, entendemos que a Emenda nº 10 restringe por demais o escopo do substitutivo, ao excluir a autorização legal para a Loteria do Turismo "- setor mais sofrido do Brasil hoje, que é o setor do turismo;

turismo também é saúde, turismo também é vida, turismo também é emprego -", razão pela qual nós somos pela sua rejeição.

Por outro lado, entendemos que devem ser acolhidas, dentro do nosso acordo, as Emendas nº 5, 6 e 8, uma vez que, ao nosso ver, elas aprimoram o sentido e o texto do substitutivo que já havíamos apresentado.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, 7, 9 e 10, e pela aprovação das Emendas nºs 5, 6 e 8, na forma da subemenda substitutiva global que ora apresentamos.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 3, 4 e 7, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 9 e 10 e da Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela não implicação financeira ou orçamentária das demais emendas de plenário, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira ou orçamentária; e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 5, 6 e 8, na forma da Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela rejeição de toda as demais emendas de plenário apresentadas.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de plenário, bem como a Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Seguridade Social e Família."

A Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Seguridade Social e Família ficou bem curta e clara, e passo à sua leitura:

"Autoriza o Poder Executivo a Instituir a "Loteria da Saúde" e a "Loteria do Turismo" como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir concursos de prognósticos numéricos denominados "Loteria da Saúde" e "Loteria do Turismo", regidos pelo Decreto nº 204, de 27 fevereiro de 1967, e pela Lei nº 6.717, de 12 novembro de 1979.

Parágrafo único. A "Loteria do Turismo" será de natureza temporária e seus concursos de prognósticos somente poderão ser realizados até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º A renda líquida dos concursos da "Loteria da Saúde" loteria da

saúde e os valores de seus prêmios não reclamados pelos apostadores no prazo de prescrição serão destinados ao Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Parágrafo único. Enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - COVID-19, declarada ou reconhecida em ato do Poder Executivo, os recursos destinados ao FNS por força do disposto nesta lei serão destinados exclusivamente para as ações de prevenção, contenção, combate e mitigação dos efeitos da pandemia.

Art. 3º A renda líquida dos concursos da "Loteria do Turismo" e os valores dos seus prêmios não reclamados pelos apostadores no prazo de prescrição serão destinados ao Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, exclusivamente, para a concessão das operações de crédito no setor de turismo que tenham por fim amenizar os impactos econômicos causados pela pandemia.

Art. 4º Os concursos de prognósticos de que tratam esta lei serão executados pela Caixa Econômica Federal e autorizados pelo Ministério da Economia, que disporá sobre a forma, a periodicidade e a execução dos concursos e a fixação dos prêmios, o recolhimento do imposto de renda sobre a premiação, o valor unitário das apostas, percentuais e limites das despesas com custeio e a manutenção do agente operador da loteria.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.

Deputado Giovani Cherini, Relator."

Esse é o relatório das emendas e o teor da subemenda substitutiva global, Sr. Presidente.

Documento 683/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:00
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações à Deputada Rosângela Gomes, 4ª secretária da Mesa Diretora. Apreciação, no Senado Federal, de projeto referente à quebra de patentes de medicamentos e de imunizantes. Quebra da patente do remédio Remdesivir

durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa da fabricação de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. Alto preço dos medicamentos genéricos brasileiros. Realização de Comissão Geral para debate sobre o tema. Defesa de acordos de cooperação e de licença compulsória para a fabricação de remédios.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, é um prazer enorme tê-la ao centro desta mesa, como mulher, mulher negra, membro da Mesa Diretora desta Casa. Esse é um sinal de um tempo em que as mulheres começam a se colocar com força nos espaços de poder, Deputada Rosângela.

Gostaria de iniciar esses Breves Comunicados dizendo que hoje, às 16 horas, no Plenário do Senado Federal, estará sendo apreciado o projeto sobre quebra de patentes de medicamentos e de imunizantes. E isso se dá num momento em que vivenciamos a maior emergência sanitária do século, uma situação dramática que já levou o Brasil a uma condição de epicentro da pandemia. Perdemos hoje, praticamente, 3 mil vidas por dia! Isso é muito grave!

A quebra de patentes pode ser realizada através de um acordo relacionado com a detenção da propriedade intelectual, com uma licença compulsória, como foi feito no período de 2006, com o Presidente Lula, em relação ao remdesivir. Esse retroviral garantiu, junto com outros medicamentos, sobrevivida para os pacientes que hoje vivem com o vírus da AIDS. Eles vivem dignamente. Não há cura para a AIDS, mas houve facilitação no tratamento, porque se barateou o preço do medicamento, e as pessoas tiveram acesso ao coquetel antiviral pelo Sistema Único de Saúde.

Nós queremos que o Brasil acelere - acelere! - a compra de vacinas. Queremos que os contratos atuais sejam celebrados, cumpridos e honrados. Queremos também que o Brasil se habilite para aprender as fórmulas de maneira acordada com as produtoras e, efetivamente, faça o que se poderia assemelhar ao genérico da vacina. Nós temos condições para isso. Nós temos parque industrial montado. E temos empresas privadas que estão sendo extremamente abaladas na sua economia, depois da abertura integral para as importações de medicamentos.

Hoje, Deputada Rosângela, 80% dos medicamentos usados no Brasil são importados, e a produção da nossa indústria de genéricos já está com preços muito parecidos com os preços dos remédios de marca. Fazendo uma comparação, há 10 anos, essa diferença era expressiva.

Por isso, realizamos nesta Casa uma grande Comissão Geral. Eu fui a autora do pedido de realização dessa reunião. E hoje nós vamos verificar o primeiro teste dessas ideias no Senado. Aqui, nós temos

vários projetos sobre o tema tramitando na Casa, um do Deputado Padilha, um da Deputada Jandira e um de um jovem Deputado do Ceará. Nós temos diversos projetos sobre isso e podemos avançar nessa direção. O Brasil precisa disso. A saúde brasileira precisa disso.

E hoje há uma tendência de todas as grandes potências produtoras de IFA de concordarem com essa ação, como a Índia. E a China é simpática a isso também. Mas estão contra a medida, na Organização Mundial do Comércio, os Estados Unidos, infelizmente, Israel e Brasil.

Vamos fazer acordos de cooperação, de licença compulsória. O Brasil precisa disso, e a saúde merece. A garantia de que nós teremos uma população imunizada nos levará à possibilidade de um enfrentamento mais direto do novo coronavírus.

Muito obrigada.

Documento 684/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações à Presidente em exercício, Deputada Rosangela Gomes. Transcurso do Dia Nacional da Dança. Regozijo com a aprovação de projeto de lei sobre a regulamentação da atividade dos profissionais da dança. Homenagem à Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia - UFBA e ao dançarino Ismael Ivo, morto em decorrência da Covid-19. Dificuldades enfrentadas pelo grupo Balé Folclórico da Bahia. Preocupação da oradora com o possível fechamento de 361 agências do Banco do Brasil em todo do território nacional. Crítica ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Importância do papel desempenhado pela Caixa Econômica Federal em prol dos mais pobres.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. É uma alegria vê-la presidindo esta sessão, Deputada Rosangela Gomes.

Quero registrar que hoje é o Dia Nacional da Dança e ressaltar a aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão ontem, na Comissão de Educação, um projeto de autoria do Senador Walter Pinheiro, relatado pela Deputada Alice Portugal. Eu tive a oportunidade de acompanhar e defender esse projeto também no Senado Federal.

Quero fazer uma homenagem especial a todos os dançarinos e dançarinas do Brasil, especialmente os da Bahia, e à Escola de Dança da UFBA, que tem 50 anos, uma escola pioneira - foi a primeira escola de dança de nível superior em uma universidade federal da América do Sul. Quero saudar todos os dançarinos pela luta em prol da regulamentação da sua profissão.

E quero destacar, fazendo uma homenagem, Ismael Ivo, dançarino que morreu recentemente de COVID, integrante do Balé Municipal de São Paulo, negro, reconhecido internacionalmente.

Também quero registrar as dificuldades por que passa a dança. E, nesse caso, ressalto a situação do Balé Folclórico da Bahia, instituição com mais de 3 décadas de existência e que chegou a fazer uma vaquinha para garantir a sobrevivência dos seus membros. Chamo a atenção das autoridades, dos empresários do turismo e dos cidadãos para a necessidade de socorrermos o Balé Folclórico da Bahia, com tantos anos de serviços prestados à cultura baiana.

Sra. Presidente, quero fazer um alerta ao povo brasileiro em relação ao que o Governo Bolsonaro está tentando fazer com os bancos públicos do nosso País. No caso do Banco do Brasil, ele pretende fechar 361 agências, em todo o território nacional. Na Bahia, ameaça 26 cidades com esses fechamentos de agências, entre elas, Caém. O Prefeito Arnaldinho, de Caém, tem feito inúmeros pedidos de que lutemos contra a desativação das agências desse banco, que ajuda os aposentados do Brasil e ajuda a economia, especialmente nas pequenas cidades do nosso País.

No entanto, o Ministro Paulo Guedes, que agora deu para falar até contra as vacinas, continua com seu plano macabro de dizimar os bancos públicos: a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. A Caixa, em especial, tem desenvolvido, nesta pandemia, um papel muito importante na defesa dos mais pobres, com o pagamento do auxílio emergencial, pondo a vida dos seus servidores em risco.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 685/702

28.2021.B

Sessão Outro Evento

29/04/2021-09:12

Publ.: DCD - 30/04/2021 - REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações à Presidente em exercício, Deputada Rosangela Gomes. Importância da derrubada de veto presidencial aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Destinação, pela bancada do Estado do Piauí, de emendas orçamentárias para a aquisição de ônibus escolares.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta Rosangela Gomes, quero dizer que é um prazer muito grande vê-la presidindo esta sessão da Câmara Federal.

Sra. Presidenta, nesta semana em que comemoramos o Dia Mundial da Educação, precisamos dar uma resposta positiva ao Brasil. É urgente a necessidade de se derrubar o veto ao Projeto de Lei da Conectividade.

O Governo Federal não garantiu absolutamente nenhuma assistência para os alunos mais pobres terem acesso à Internet e a equipamentos, durante esta pandemia. Por isso, no Congresso, precisamos construir uma política viável nesse sentido. E nós teremos a oportunidade de derrubar o veto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020. Vamos mostrar que a educação é prioridade para esta Casa.

O PL 3.477, aprovado pelo Congresso, previa, vale lembrar, Internet gratuita nas escolas públicas e, especialmente, Internet móvel para professores e alunos. São mais de 18 milhões de alunos e 1 milhão e meio de professores que deixarão de ter acesso à Internet por conta do veto a esse projeto.

Além da disponibilização de Internet, o projeto previa a concessão de *tablets* para professores e alunos, para o ensino a distância. Trata-se de um projeto importantíssimo. Neste momento, estamos em plena pandemia, e o ensino remoto é a nossa alternativa para garantir o aprendizado aos estudantes brasileiros.

Por fim, Sra. Presidente, quero registrar que, nesta semana, no Piauí, nós da bancada federal, através de nossas emendas, entregamos 34 ônibus para o transporte escolar. Ao todo, serão 64 veículos. Trata-se de um transporte mais seguro, com acessibilidade para as pessoas com deficiência, e serão usados assim que possível, quando houver o retorno seguro das aulas.

Sra. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 686/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:20
Publ.: DCD - 30/04/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações à Presidente em exercício, Deputada Rosângela Gomes. Crítica a declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a o avanço da medicina e a longevidade dos brasileiros. Preocupação da oradora com o corte de recursos orçamentários pelo Governo Federal.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta Rosângela Gomes, é um prazer vê-la presidido a sessão neste dia.

Quero, neste momento abordar uma questão que nos vem preocupando: a fala do Ministro Paulo Guedes, afirmando que quem tirou a capacidade do atendimento do setor público às pessoas não foi realmente a pandemia, foi o avanço da medicina, o avanço do conhecimento. Ele disse que todo mundo quer viver mais de 100 anos. Como pode o poder público atender tanta gente que precisa de médico, que precisa ser assistido?

Eu pergunto: para nós, Presidenta, que defendemos a vida, como é que fica o direito à vida, o direito ao cuidado, o direito a viver com dignidade? O Ministro me passa a ideia de que acha que se estamos sem vacinas - ou com quase nenhuma vacina -, e estão morrendo de COVID 400 mil pessoas, para a economia isso está muito bom. Mas eu quero dizer que não está bom para as vítimas e seus familiares. Grávidas, nenéns, jovens, idosos, pessoas de todas as idades estão morrendo por causa da COVID-19. Segundo a política de Bolsonaro e de Paulo Guedes, essas perdas são benéficas à economia, porque o Estado não vai ter que se preocupar com essas pessoas. E assim temos cortes no orçamento para o Censo do IBGE, ficamos sem vacinas, vemos a intenção de privatização da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES, dos Correios, da Casa da Moeda, empresas, mineradoras. Resultado de tudo isso: um grande desemprego, pandemia e pandemônio.

Sra. Presidenta, eu peço a divulgação nos meios de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil* deste

pronunciamento que faço. E, mais uma vez, parablenizo V.Exa. por sua presença hoje na Presidência da Mesa, o que muito nos engrandece.

Muito obrigada.

Documento 687/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra medida do Ministério da Economia sobre retirada de pauta de projeto de investimentos da empresa LG Eletronics na Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas. Crítica às Medidas Provisórias n°s 1.045, de 2021, sobre a instituição do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda ; e 1.046, de 2021, sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, muito bom dia. Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Eu queria, primeiro, denunciar mais uma medida do Governo Federal, via Ministério da Economia, contra a economia do Amazonas, contra a Zona Franca de Manaus. Na reunião do Conselho de Administração da SUFRAMA, o representante do Ministério da Economia retirou de pauta um projeto de investimentos muito importante da LG, uma empresa instalada há muitos anos em Manaus e que tem um parque fabril muito grande, gerador de emprego e com grande faturamento. A empresa faria um investimento em diversificação com produtos da área de informática, produtos importantes para abastecer o mercado brasileiro, e o projeto foi retirado de pauta. Isso impede a geração de empregos e oportunidades e impede o incremento da arrecadação do setor público aqui no Estado do Amazonas. É mais uma medida contra a política de incentivos fiscais, fator de implantação de empresas e de manutenção da economia do Estado do Amazonas.

Eu vou questionar essa medida e vou pedir informações à Superintendência da Zona Franca de Manaus e ao próprio Ministério da Economia. Nós não podemos aceitar que eles trabalhem contra a economia do Estado do Amazonas e contra o Brasil. Inclusive, estavam querendo reduzir a alíquota do Imposto de Importação para facilitar a importação desses produtos prontos, gerando empregos no exterior,

em vez de gerar empregos no Brasil.

Falando em emprego, nós temos 14 milhões de pessoas desempregadas, e agora o Governo Federal publica a Medida Provisória nº 1.045 e a Medida Provisória nº 1.046, dizendo que vai gerar empregos. Mas as medidas preveem reduções de salários, flexibilizações na legislação trabalhista, redução da jornada.

Nós já vimos isso no passado. Pode ter ajudado algumas empresas de forma momentânea, mas não foi fator de geração de empregos. Para gerar empregos nós precisamos de vacinação em massa, em primeiro lugar, para dar garantia de segurança na volta ao trabalho e às atividades.

Além disso, o auxílio emergencial tem que ser de 600 reais, tem que aumentar. Esse recurso vai circular na economia e gerar empregos. Tem que haver o auxílio às pequenas empresas, urgentemente, para garantir recursos para o capital de giro. E tem que haver investimento público em obras, principalmente na construção civil, na construção de habitações populares. Isso gera emprego.

Essas são as propostas que nós defendemos, que o Partido dos Trabalhadores defende, para gerar empregos e oportunidades, e não simplesmente retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Portanto, Sra. Presidente, essas são as lutas, esse é o caminho, e não a vontade de um Ministro que desfavorece a economia todo dia.

Gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Muito obrigado.

Documento 688/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:32
Publ.: DCD - 30/04/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o aumento do preço dos alimentos acima do índice geral de inflação calculado para março de 2021. Incapacidade do Governo Federal de adoção de medidas para a resolução de problemas nacionais. Necessidade de apreciação pela Casa de proposições de importância

para a vida do povo brasileiro e para o enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta.

Hoje quero falar sobre o aumento do preço dos alimentos. Um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas apontou que, apesar de a inflação geral ter sido de 6% até março, o arroz subiu 61%, e o feijão preto, 69%. O prato feito, que é simbólico da dieta alimentar do brasileiro, está 23% mais caro; o feijão carioca, 20%. As carnes bovinas custam 27% a mais do que há 1 ano; e as de frango, 14%. O ovo está 10% mais caro; a batata, 19%; e a cebola, 40%. Ou seja, a equipe econômica neoliberal de Paulo Guedes, aquele que reclama que os brasileiros estão vivendo muito, não tem política nenhuma para conter a subida dos preços que mais prejudicam a vida dos pobres, dos desempregados e dos trabalhadores, os preços dos alimentos da cesta básica.

E o Presidente Bolsonaro finge que não é com ele, como se nada pudesse fazer. Antes, faz palhaçadas diante de puxa-sacos lunáticos num cercadinho e age como um comentarista político, como fez aqui na câmara por 28 anos, recebendo sem trabalhar. É preciso cobrar dele uma resposta.

Uma das causas desse aumento de preços é que o dólar alto tem feito os produtores preferirem exportar os grãos para receberem em dólar, deixando o mercado interno desabastecido. Isso faz os preços subirem.

Muito se elogia aqui na Câmara e na imprensa o trabalho da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina. O que dizer dessa política que privilegia o bolso dos empresários do agronegócio, que enriquecem ganhando em dólar, enquanto milhões morrem de fome por não conseguirem comprar alimentos caríssimos nos supermercados?

A incapacidade do Governo Bolsonaro em encontrar saídas para os graves problemas do País, seja por falta de vontade, seja por má-fé, está destruindo o Brasil.

Esta Casa precisa se posicionar em defesa da vida, voltar a votar temas importantes para a vida do povo, em especial para enfrentar este momento drástico da pandemia.

Votar a volta do auxílio emergencial de 600 reais; votar o apoio emergencial para as pequenas e microempresas; votar o PL 823/21, a Lei Assis Carvalho II, de apoio à agricultura familiar, são medidas que

trarão alento ao nosso povo.

Peço que este discurso seja divulgado nos meios da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, Presidenta.

Documento 689/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:36
Publ.: DCD - 30/04/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 400 mil mortos por Covid-19 no Brasil. Manifestação de pesar aos familiares das vítimas da doença no País. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela gravidade da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus. Necessidade de reconhecimento pela Casa da importância dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, e da assistência social com a aprovação de projetos de lei de interesse das respectivas categorias. Defesa do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidenta, muito obrigado.

Eu queria registrar aqui, neste momento, que nós vamos, infelizmente, alcançar hoje a marca de 400 mil mortos no Brasil pela COVID. Fica o nosso pesar a todas as famílias vítimas do maior genocídio da história deste País, um genocídio que acontece graças à irresponsabilidade, à insanidade que toma conta do Governo Federal, do Governo genocida de Bolsonaro.

Na luta contra a COVID, os profissionais de saúde merecem todo o nosso reconhecimento, o reconhecimento da população brasileira. Mas, Presidenta, não basta bater palmas. Nós precisamos reconhecer efetivamente a necessidade desses profissionais de serem mais bem remunerados e de terem melhores condições de trabalho. Por isso, mais do que nunca, nós precisamos aprovar o projeto que garantirá o piso salarial para a enfermagem. A mais antiga categoria organizada da saúde até hoje não tem um piso salarial aprovado em nosso País. Precisamos também aprovar o projeto da jornada de 30 horas de para a enfermagem e garantir melhores condições de atuação para esses profissionais. E os assistentes sociais também têm projetos de lei nesta Casa, há muito tempo, para a aprovação do piso salarial.

Reconhecer a importância e a atuação dos profissionais de saúde,

repito, é mais do que fazer discursos, é mais do que bater palmas. Impõe-se a esta Casa, mais do que nunca, a necessidade de pautar, votar e aprovar esses projetos. Por isso, peço a V.Exa., Presidenta, que está nos conduzindo neste momento - sei do seu compromisso com a saúde -, e a todos os colegas apoio para que os projetos de lei do piso salarial da enfermagem e da assistência social sejam votados.

E, mais, defender o Sistema Único de Saúde é defender o orçamento público para a saúde. É um absurdo cortar verbas da saúde! Eu acredito que o Brasil é o único país do mundo que, neste momento de pandemia, corta o orçamento da saúde, corta recursos do Sistema Único de Saúde. Não podemos permitir que isso continue persistindo, que os recursos públicos sejam drenados para atender os interesses da elite financeira, que, como disse o Paulo Guedes, está pouco se lixando para as mortes de 400 mil brasileiros. Afinal, há milhões de desempregados para substituí-los nos postos de trabalho de suas empresas. O que não pode é a caixa registradora deles deixar de funcionar, o que não pode é o mercado financeiro deixar de gerar lucros, o que não pode é o capital improdutivo deixar de ser o grande representante dos interesses no Governo Bolsonaro.

Então, na defesa do SUS, na defesa dos profissionais de saúde, peço que a nossa fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 690/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:40
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia). Responsabilidade do Presidente da República pelo agravamento da crise sanitária.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta Rosângela. Saúdo V.Exa., as Deputadas e os Deputados desta Casa.

Presidente, eu gostaria de, neste momento, ressaltar para o povo brasileiro a importância da CPI que está sendo instalada no Senado. Quero aqui, de certa forma, reconhecer e parabenizar o Presidente do Senado por ter acatado uma decisão extremamente importante do

Supremo Tribunal Federal.

Este País tem que preservar, acima de tudo, a democracia, que é incipiente, uma democracia muito jovem. Este País tem que preservar o Estado Democrático de Direito. E, acima de tudo, este País tem que entender a complexidade do momento em que nós estamos vivendo.

Nós, possivelmente, vamos chegar ao mês de julho com 500 mil mortos neste País. São 500 mil vidas! Não existe mais uma família neste País que, de um lado ou de outro, não esteja perdendo pessoas muito jovens. Só esta semana já perdi dois parentes e tenho mais um em estado muito grave, um menino jovem, professor, pai de uma criança de 2 anos de idade.

Essa tragédia tem nome, endereço e CPF: a irresponsabilidade do Presidente da República e a forma como ele vem tratando esta pandemia. Foram quatro Ministros, Presidenta Rosângela, em 2 anos. Existe um negacionismo sem precedentes. Há uma postura de péssimos exemplos o tempo todo. O que a população espera de um Presidente da República, de um estadista, é que ele dê exemplo, é que ele oriente as pessoas e que ele entenda o papel dele como Presidente da República. Mas esse senhor todo dia nega, inclusive, o seu papel como Presidente da República.

Por isso, essa CPI tem o papel fundamental de tirar o manto do obscurantismo e clarificar para população brasileira os graves problemas que nós estamos enfrentando, em função do negacionismo do Presidente da República.

Nós temos que investigar, ouvindo os Ministros. Nós temos que investigar, ouvindo os atores da ciência deste País. E o plano de trabalho apresentado pelo Relator Renan Calheiros com certeza vai dar conta disso.

Como médico, como professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e como pesquisador da FIOCRUZ, já tendo produzido alguns artigos e coordenado vários projetos de pesquisa, o que percebo claramente é que mortes que nós estamos vendo podiam ter sido evitadas. Vidas importam!

O procedimento do Presidente da República, desde o início, negando a pandemia, negando a ciência, produzindo crises institucionais dentro do próprio Governo, produzindo crises institucionais com os outros Poderes da República, produzindo péssimos exemplos o tempo todo, tem sido um grande fator de confusão. E aqui eu quero ressaltar a importância do papel dos Governadores e dos Prefeitos no enfrentamento da pandemia. Com certeza, esta CPI vai colocar luz para que o julgamento das mortes que estão ocorrendo neste País seja

devidamente realizado.

Sra. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 691/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:44
Publ.: DCD - 30/04/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre a Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO. Cobrança à Casa de apreciação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta, obrigado Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Eu quero hoje, na verdade, dar continuidade a um debate de que ontem se tratou muito: a renegociação de dívidas, o incentivo à produção de alimentos, um debate, em especial, sobre o nosso mundo rural.

Eu começo dizendo que a Medida Provisória nº 1.016, que hoje é PLV, na sua origem - inclusive, a bancada do Partido dos Trabalhadores deixa isso muito claro -, tinha um fundamento muito importante, que era recuperar o que eu vou chamar aqui de recursos praticamente perdidos, dando oportunidade a uma nova renegociação, a uma quitação dessas dívidas. Isso é bom para os bancos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, ou seja, para os bancos regionais, como também é bom para a manutenção dos recursos dos fundos constitucionais. Ocorre que agora se escancarou demais o escopo da matéria, do ponto de vista de buscar dívidas muito lá para trás, inclusive facilitando a vida de empresas, que não precisam nem

certificar a sua situação junto à Receita Federal.

Eu sou um grande defensor dos fundos constitucionais como instrumentos de justiça para com o que a história fez com o nosso País, para corrigir as desigualdades regionais. Portanto, eu sou muito carinhoso com esses fundos.

Conforme a lei que se pretende aprovar aqui, nós vamos facilitar a vida dos bancos, que já recebem uma taxa para gerenciar esses fundos, e tirar dos fundos os recursos para pagar os prejuízos. Essa é uma questão central, que nós queremos aprofundar.

Também achamos que existe um pecado original do Governo Federal, e esta Casa está embarcando no pecado original. Os fundos constitucionais são restritos a três regiões. E o resto do Brasil? E a outra parte do Brasil?

Nós construímos, de forma democrática, participativa, sob a liderança do Deputado Zé Silva, o Projeto de Lei Assis de Carvalho. Cadê? Vamos cuidar desse projeto? Ele resolve, na origem, todos os nossos problemas, inclusive com auxílio durante a pandemia.

Eu quero que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 692/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:44
Publ.: DCD - 30/04/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a produtividade legislativa do Congresso Nacional. Defesa da criação de Comissão Especial pela Casa destinada ao debate sobre a adoção do modelo híbrido de educação, remoto e presencial, em face da continuidade da pandemia de coronavírus no País.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Presidente Rosângela, sempre admirei a sua competência, o seu espírito democrático, e é minha alegria perceber que V.Exa. está comandando este Parlamento.

Presidente, hoje eu quero trazer à baila um assunto que me inquieta desde quando eu fui Vereador em Palmas e Deputado Estadual e que

continua a me inquietar agora que sou Deputado Federal.

Eu estava fazendo uma pesquisa e vou me aprofundar nela. Depois da edição da Constituição Federal, o Brasil, em âmbito federal, estadual e municipal, conseguiu editar em torno de 5,4 milhões de normas até o ano de 2017. A Constituição Federal já foi alterada aproximadamente 100 vezes depois da sua edição, em 1988. O Brasil, só no âmbito federal, fez em torno de 164 mil edições e alterações; os Estados, quase 2 milhões; os Municípios, quase 3,9 milhões.

Eu fico muito preocupado quando o Parlamento discute o dia todo, gasta muito dinheiro da Nação com Deputados indo e vindo - eles vão e voltam toda semana, em aviões cruzando o céu do Brasil. Há muita despesa, mas o resultado é muito pequeno, Presidente. Há debate que se alarga por 6 horas para votar uma matéria pequena. É preciso começar a discutir um País que efetivamente resolva os seus problemas.

Hoje eu vou citar um problema: a educação, desde o ano passado. Os alunos precisam de aula. Nós temos a pandemia, que é um fato real. Não sabemos quanto tempo ela ainda vai durar. E o Parlamento já deveria ter dado para o Brasil, minha querida Deputada Rosangela, um modelo híbrido de educação, por inserção dos pais no ensino.

Lembro-me como hoje de que questionei antigo Ministro da Educação de Governo anterior, porque os livros atuais, de alguma forma, excluíram a presença dos pais no ensino dos seus pimpolhos, têm um modelo que não envolve a família. A verdade é que hoje os pais precisam se inserir, porque as aulas, muitas vezes, são virtuais.

Então, esse é um debate que se alonga neste Parlamento, que, eu acho, minha querida Deputada, precisa criar uma Comissão e discutir um modelo híbrido de educação, até porque nós não sabemos quanto tempo esta pandemia ainda vai durar.

Que Deus abençoe V.Exa. com muito sucesso.

Peço que coloque esta fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 693/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Resultado de reunião do orador com Prefeitos Municipais do Estado de Minas Gerais e com representantes da Associação Mineira de Municípios destinada ao debate sobre a pauta de interesse dos gestores municipais no Congresso Nacional, especialmente quanto à vacinação em massa contra a Covid-19 e à reposição de perdas nas receitas dos Estados e Municípios. Luta do orador pelo afastamento do Presidente da República em face da sua responsabilidade pelo agravamento da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus no Brasil.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta Rosângela Gomes, minha amiga, minha Relatora no trabalho tão importante para o País que foi apurar a violência contra jovens negros e pobres. Precisamos construir no Parlamento uma maioria para aprovar os projetos encaminhados por V.Exa., como Relatora, que também foram sugestões do povo brasileiro.

Quero aqui cumprimentar os Deputados, as Deputadas e o povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Primeiro, eu quero dizer que nesta semana nós fizemos uma reunião com os Prefeitos de Minas Gerais, com a Associação Mineira de Municípios, e eles apresentaram uma pauta, com a qual eu tenho convergência e que tenho trabalhado aqui no Parlamento brasileiro.

Eles defendem a vacinação em massa, pela qual lutam. Então, naquele momento, eu me posicionei dizendo que era importante que os Prefeitos, que têm relação com todos os Deputados, pudessem cobrar da base aliada do Governo Bolsonaro uma postura em relação a um calendário de vacinação.

Mas, naquele mesmo dia, a ANVISA rejeitou a importação de 66 milhões de doses da Sputnik, vacina já utilizada em 61 países. Isso, portanto, demonstra que esse Governo não tem compromisso com a vida, não tem compromisso com os Municípios.

Também naquele mesmo dia, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, agrediu um parceiro econômico, um parceiro que está contribuindo até agora com 85% das vacinas, por meio do insumo e da parceria com o Instituto Butantan. Falo da agressão, nas relações diplomáticas, à China, naquela fala infeliz, irresponsável e criminosa do Ministro Paulo Guedes.

Quero ainda dizer que nós precisamos votar um projeto de apoio aos Municípios. E eu defendo que a matéria não seja uma ajuda aos Municípios, mas uma reposição das perdas das arrecadações dos

entes subnacionais, Estados e Municípios, porque são eles que estão na ponta cuidando do nosso povo. Então, nós temos que votar um novo projeto de apoio, de reposição das receitas dos entes subnacionais, Estados e Municípios.

Por último, quero dizer que há mais de 1 ano eu tenho lutado para que o Supremo Tribunal Federal permita o afastamento o Presidente da República. Por que isso é importante? Porque ele apostou na teoria da imunização de rebanho, e ela é criminosa. Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 694/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-09:56
Publ.: DCD - 30/04/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pesar pelo registro de 400 mil mortes por Covid-19 no Brasil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo agravamento da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus. Importância da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia).

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Deputada Rosangela Gomes, que preside esta sessão, demais Parlamentares desta Casa, hoje é um dia muito triste para o Brasil, um dia de muita tristeza, porque infelizmente vamos atingir a marca de 400 mil mortes pela COVID-19.

Todos nós sabemos que milhares de mortes poderiam ter sido evitadas, se não fosse a irresponsabilidade, a hipocrisia, o negacionismo e as atitudes genocidas do Presidente da República e de seus aliados. O Brasil está na contramão do mundo.

Sras. e Srs. Deputados, ontem fez 1 ano que o Presidente da República - não sei se V.Exas. se lembram dessas indagações - disse o seguinte: *"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre"*. Há 1 ano o Presidente da República deu essa declaração. E o que mudou? A situação mudou, sim, minha gente,

mudou para pior. O povo não tem emprego, o povo não tem vacina, o povo não tem comida. O Governo brasileiro, em vez de atuar para salvar vidas, está matando de fome e matando em função do vírus da COVID-19.

Esta semana, houve declarações desastrosas do Ministro da Economia atacando a China, que é o país que fornece mais de 80% dos insumos para o povo brasileiro receber a vacina. É isso o que nós estamos vendo.

Durante a pandemia, o Governo, por meio da ANVISA, liberou 400 agrotóxicos. Mas ele não libera, Deputado Jorge Solla, a vacina Sputnik V, que tem mais de 91% de eficácia.

Por isso, esse Governo precisa ser investigado. Por isso, é importante a CPI da COVID. Esse Presidente e sua turma têm que pagar pelos crimes que estão cometendo contra o povo brasileiro.

Peço, Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 695/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:00
Publ.: DCD - 30/04/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reiteração da participação do orador na luta pela garantia dos direitos dos agricultores, quilombolas, assentados da reforma agrária, pequenos e médios empresários e produtores rurais. Importância do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.827, de 1989, para a disposição sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II). Apoio à luta dos funcionários das instituições financeiras, especialmente do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica Federal. Defesa das instituições bancárias públicas.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra.

Presidenta Rosângela (*falha na transmissão*) brasileiro que nos acompanha nesta sessão, queria registrar que sempre estivemos, no nosso mandato, na luta em defesa de agricultores, agricultoras, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, pequenos e médios empresários, produtores rurais. Registro também que o PLV oferecido à MP 1.016 é fundamental para resolver as dívidas rurais que foram contraídas e, por vários motivos, não foram quitadas por aqueles que nós precisamos tirar da inadimplência.

Nossa bancada e nosso partido têm clareza de que há manobras nesse PLV para pegar todos, inclusive aqueles que lá atrás tiveram problema sérios, beneficiando grandes financiadores, grandes empréstimos que deixaram de ser pagos, com irregularidades.

Nós somos a favor da solução das dívidas de pequenos e médios produtores, de todos aqueles que investiram e por algum motivo não tiveram as condições para pagar. Por isso, defendemos a aprovação do Projeto de Lei Assis Carvalho, pela qual continuamos na luta.

Aliás, foi aprovado o primeiro projeto, mas foi negada pelo Presidente da República a sua sanção, ele foi vetado. Temos agora o Projeto de Lei Assis Carvalho II, que resolveria todos esses problemas de pequenos agricultores do Brasil inteiro. Lamentavelmente, ele é ainda um projeto que está para ser pautado. O Governo e o Presidente da Câmara não o pautaram, mas há compromisso de que isso será feito.

Nós queremos resolver todos os problemas daqueles que pegaram financiamento para produzir e, por motivo de seca, ou de muita chuva, ou de preço dos produtos, não conseguiram quitar suas dívidas.

Deixo o nosso abraço aos agricultores e às agricultoras. A nossa luta continua.

Registro o nosso abraço e a nossa defesa a todos os bancários dos bancos estatais, em especial aos do Banco Nordeste e da Caixa Econômica. Aliás, os funcionários da Caixa fizeram uma greve. Fica aqui a nossa defesa aos bancos públicos!

Que seja divulgado...

(Desligamento automático do microfone.)



Publ.: DCD - 30/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governo Federal para regularização do fornecimento de medicamentos aos pacientes com esclerose múltipla no Estado do Rio Grande do Sul. Proximidade de alcance do patamar de 400 mil mortos no Brasil em decorrência da esclerose múltipla. Morosidade do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui fazer um apelo ao Sistema Único de Saúde, ao Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde de todos os Estados, mas especialmente à do meu Estado, o Rio Grande do Sul, um apelo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul em nome das pessoas que, no Brasil, especialmente aqui no Rio Grande do Sul, estão sofrendo muito por conta da falta de remédio para o combate à esclerose múltipla. As famílias, as pessoas estão vivendo um drama pela falta do medicamento.

Gilenya, que é o medicamento principal no combate à esclerose múltipla, é produzido pelo laboratório Novartis a um custo de 9 mil reais a caixa, e uma caixa serve para 30 dias. Vejam que valor expressivo, ou seja, o tratamento tem um custo alto. As pessoas não têm como bancar, não têm como suportar, não têm como comprar o remédio, e ele está faltando no SUS.

Presidente, o que é pior é que, se a pessoa ficar 15 dias sem usar esse medicamento, ainda que ela o adquira depois, não vai poder retomar o uso sem comparecer a um hospital para fazer algum tipo de procedimento para essa retomada. Então, a situação é muito angustiante. Todos nós estamos preocupados. Há dezenas, centenas, milhares de pessoas, eu arrisco dizer, que vivem essa realidade.

Presidente, nós estamos passando pela pandemia, e todo mundo está preocupado com ela, com medo. Há gente morrendo. Vamos chegar, entre hoje e amanhã, a 400 mil mortes, uma coisa sem precedente na história do Brasil, uma tragédia. São números macabros que acontecem no País. Como se não bastasse isso, o Governo falha em fornecer a vacina, que se atrasou em comprar. A vacina está chegando a conta-gotas. Agora, ainda por cima, está faltando o remédio para esclerose múltipla, que é caro, que as pessoas não têm condições de comprar.

Vejam bem, a vacina está faltando. Agora, o remédio falta também. E

quem tem dinheiro nem pode comprar vacina nem pode comprar o remédio para esclerose múltipla. Mas que tragédia! Como conceber, como concordar, como aceitar, como não gritar?

Nós precisamos gritar em alto e bom som, para que o Governo ouça, o Governo Federal, o Governo Estadual, o SUS e as Secretarias Municipais de Saúde. Esse é o nosso apelo.

Documento 697/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:08
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro pelo alcance do patamar de 400 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Aumento da fome e da miséria no País. Conivência de Deputados da Casa com o genocídio praticado contra o povo brasileiro. Defesa de inclusão na pauta de votações de projeto de lei sobre concessão de apoio à agricultura familiar.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Deputadas e Deputados, estamos encerrando o mês de abril, estamos às vésperas do Dia do Trabalhador, e chegamos a este número: 400 mil pessoas mortas, vítimas da COVID-19. Quantas famílias, quantas pessoas estão sofrendo pelas perdas ou pelas sequelas! E tudo isso se dá pela omissão do Presidente da República, pela crueldade, o que é uma estratégia desse Governo. Mas é verdade que esse Governo tem uma base que o sustenta, composta, inclusive, de Parlamentares. Infelizmente, ainda há uma base social também.

Isto é o que não dá para entender: há um desmonte do Estado brasileiro, uma pauta de privatizações, uma postura que expõe mais ainda as pessoas, negação da vacina, negação do auxílio emergencial, negação de apoio a agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, ou seja, há a negação das políticas e dos programas. E ainda acontecem despejos.

Sra. Presidenta, nós temos mais da metade da população brasileira em situação de fome - mais da metade! Vejam que, numa pesquisa que foi feita em dezembro, constatou-se que 117 milhões de pessoas, de certa forma, deixaram de adquirir algo. Às vezes, é a conta de energia que vai ficar para trás, é o medicamento que não estão comprando. Portanto, essas pessoas estão em uma situação de insegurança

alimentar, sem contar aí os já 20 milhões de brasileiros que estão na fome e na miséria.

É verdade que há insensibilidade do Governo Bolsonaro, mas ele tem seus cúmplices. Esse grande genocídio de 400 mil mortos, além de ser responsabilidade do Bolsonaro, é responsabilidade dos cúmplices que ele tem, inclusive nesta Casa, que não dão prioridade a uma pauta que enfrente esta pandemia e que garanta dignidade ao povo brasileiro. É uma vergonha essa situação! Esta Casa se nega a agir.

Por isso que é preciso pautar a Lei Assis Carvalho, que é uma das formas de socorrer pelo menos a agricultura familiar e, assim, também possibilitar que entidades possam cumprir a garantia da alimentação para os menos favorecidos.

Que divulguem este pronunciamento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 698/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:20
Publ.: DCD - 30/04/2021 - TABATA AMARAL-PDT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Educação. Aumento da evasão escolar durante a pandemia de coronavírus. Protesto contra o corte de recursos orçamentários do Ministério da Educação. Defesa de rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Pedido aos Deputados de apoio para aprovação do projeto de lei de autoria da oradora sobre a criação de poupança para os alunos do ensino médio em situação de vulnerabilidade. Conveniência de atuação do Parlamento pelo início da imunização dos professores contra a Covid-19.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Sra. Presidente.

Ontem, foi o Dia Mundial da Educação. No entanto, esta não é uma semana de comemoração. Não estou aqui para celebrar o potencial de



transformação que a educação tem. Estou aqui para falar das muitas batalhas, do longo caminho que ainda temos pela frente.

A realidade nas periferias e nos interiores deste nosso Brasil é extremamente dura. Há 5,5 milhões de crianças e adolescentes que abandonaram a sua chance de ter um futuro diferente, pois não puderam estudar durante a pandemia. Nós tivemos, no mínimo, 10% de aumento de evasão, de aumento de abandono escolar, durante esse período.

No entanto, o que vemos na Esplanada, como resposta, é omissão. O Ministério da Educação não moveu um dedo para garantir uma volta segura às aulas. O que vemos é incompetência. Eu já perdi a conta do número de erros que o MEC cometeu nos últimos meses, inclusive interferindo em transferências extremamente importantes do FUNDEB. O que vemos é descaso. Os cortes feitos no orçamento deste ano para a educação já chegam a 2,7 bilhões de reais, e a educação é a área mais afetada até aqui.

Cabe a este Congresso transformar o discurso em prática, lutar contra tantos retrocessos, avançar no que é possível. A nossa primeira batalha deve ser a derrubada do veto do Presidente da República ao PL 3.477/20, que foi apresentado pela bancada da educação desta Câmara e aprovado de forma consensual pelas duas Casas e que, quando for implementado, vai garantir o acesso à Internet e o acesso a equipamentos a 18 milhões de alunos e a 1,5 milhão de professores da rede pública.

Precisamos aprovar o projeto que apresentei que cria uma poupança para os alunos do ensino médio mais vulneráveis, para que eles tenham incentivo para concluir o ensino médio, para concluir os seus estudos, a fim de que nós possamos combater a evasão.

Agora que nós já colocamos os profissionais da educação no Plano Nacional de Imunização, cabe a nós pressionar para que essa vacinação comece o quanto antes.

A educação me devolveu o direito de sonhar, mas também vi o que a falta dela faz. A ausência da educação é morte. Perdi meu pai para as drogas, perdi amigos e conhecidos para o crime e para a violência. Sei que eles estariam vivos se tivessem tido oportunidades.

Ministro, Presidente, saiam desse castelo de vidro! Façam alguma coisa pelos nossos alunos! São milhões os estudantes que dependem da educação para ter a chance de um futuro melhor.

28.2021.B Sessão Outro Evento 29/04/2021-10:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Objetivos políticos da criação, pelo Senado Federal, da CPI para investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de união de esforços para enfrentamento das crises sanitária e econômica vigentes no País.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, que bom é vê-la presidindo esta sessão.

Eu não poderia deixar de me pronunciar afirmando, com convicção, que não é hora de briga, não é hora de caça às bruxas, não é hora de *impeachment* e, muito menos, de CPI. No meu entendimento, essa CPI tem um viés, um cunho político. Ora, se a CPI tivesse como objetivo investigar, deveria investigar também e principalmente os Governadores, os Prefeitos, pois muitos deles desviaram os recursos que receberam da Presidência da República, pois muitos deles autorizaram as festas e o carnaval no ano passado.

Portanto, Sra. Presidente, isso é um absurdo. Nós precisamos de união, de força e de muita fé para vencermos a pandemia e, sobretudo, para vencermos a crise econômica no Brasil.

Documento 700/702

28.2021.B Sessão Outro Evento 29/04/2021-10:24
Publ.: DCD - 30/04/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados aos trabalhadores rurais tocantinenses pela aposição de veto presidencial ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Apoio ao impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero discordar do Deputado de Santa Catarina que disse que não é hora de *impeachment* nem de CPI. É hora, sim, de *impeachment* e de CPI, porque o que estamos vendo é um Governo que não gosta de velho, que não gosta de pobre, que não gosta de trabalhadores rurais. Para começar, ele vetou a Lei Assis Carvalho.

Por morar num Estado rico, Santa Catarina, o Deputado esquece que os Estados da Região Norte vivem da agricultura familiar. No meu Estado do Tocantins, a maior empresa, em termos de mão de obra contratada, é o Hospital e Maternidade Dom Orione, em Araguaína. No Estado, não há empresas grandes, a não ser frigoríficos. Nós vivemos da agricultura familiar.

Este Governo agora apresenta auxílio emergencial de 5 reais por dia, ou seja, 150 reais por mês, quando os trabalhadores da agricultura familiar, que são a maioria dos trabalhadores do Estado do Tocantins, estão passando fome por conta do veto à Lei Assis Carvalho. Este Governo persegue os trabalhadores rurais, persegue os indígenas, persegue os quilombolas, persegue a agricultura familiar nos Estados.

E nós sabemos que os alimentos que estão na mesa do povo brasileiro vêm da agricultura familiar. Sabemos também que esses trabalhadores estão passando por sérias dificuldades.

Presidente da República, veja a vida dos trabalhadores rurais, não vete as leis que beneficiam aqueles que trazem alimentação para a mesa do povo brasileiro.

Nós também temos que olhar a questão dos Correios. Se privatizarem os Correios, vão prejudicar 139 Municípios do Estado do Tocantins.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 701/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:48
Publ.: DCD - 30/04/2021 - NORMA PEREIRA-PSDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Educação.

A SRA. NORMA PEREIRA (Bloco/PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito bom dia, Deputada Rosângela. É uma satisfação enorme vê-la nessa Mesa. Conheço sua história e sua trajetória pela imprensa, assim como acompanho a de todos os Deputados, porque é importante saber a história dos Parlamentares para saber o trabalho que será desenvolvido nesta Casa.

Bom dia aos demais integrantes da Casa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para falar sobre a educação.

Ontem foi o Dia Mundial da Educação, que este ano, mais do que nunca, ela merece ser celebrado - e muito. A data, como todos nós sabemos, foi estabelecida há 21 anos por líderes de 164 países em Dakar, no Fórum Mundial da Educação, no Senegal e simboliza o acordo entre as nações, diante do desenvolvimento da educação, a ser programado até 2030. Coincidentemente, duas décadas após a celebração desse convênio, a educação mundial vive um novo processo com muitos desafios digitais. E esse novo papel nos proporciona um momento de muita reflexão.

Nunca a educação de qualidade, amparada nos alicerces da pesquisa e da ciência para a preservação de vidas, foi tão valorizada. Na segunda-feira, dia 26, tive o prazer de visitar o Instituto Butantan, em São Paulo, reconhecidamente um dos maiores institutos de pesquisa da América Latina. A instituição, em parceria com a farmacêutica Sinovac, desenvolve a vacina Coronovac, que já está sendo aplicada em milhões de brasileiros. Além de conhecer as instalações e os projetos que estão sendo desenvolvidos, principalmente no combate à COVID, pude ver de perto o trabalho que esses profissionais incansáveis estão realizando. Nunca a pesquisa adquiriu tanta importância no Brasil e no mundo inteiro.

Durante a visita, tive o imenso prazer de conversar com uma catarinense natural da cidade de que eu venho, Canoinhas, a Ana Marisa Chudzinski-Tavass, Diretora do Centro de Desenvolvimento e Inovação do Butantan, responsável pela equipe. E aqui é preciso registrar que o sonho da Ana, assim como o seu e de muitos outros, de criar um medicamento para curar as pessoas começou com uma sementinha no interior de Canoinhas, com o seu avô vendendo ervas medicinais. Fruto da educação que ela obteve numa pequena escola do interior e do seu esforço, hoje, ela está à frente de uma linha de

pesquisa - é preciso registrar esse momento.

Destaco também outro exemplo: o do Dr. Luiz Henrique Saliba, Prefeito de Papanduva, um pequeno Município do Planalto Norte, que se afastou da atividade de Prefeito para ficar na linha de frente da COVID.

Eu quero aqui deixar registrada a minha homenagem à Ana Marisa Tavass e ao Dr. Luiz Henrique Saliba, que nos enchem de orgulho e mostram que a educação de qualidade, a ciência e a pesquisa podem preservar vidas e atuar para o desenvolvimento da Nação.

Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos canais da imprensa da Casa.

Muito obrigada.

Documento 702/702

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:52
Publ.: DCD - 30/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação em reunião na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania destinada a deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre alteração do artigo 130-A da Constituição Federal a respeito da composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Insatisfação de procuradores e promotores com a matéria. Intenção do Presidente Jair Bolsonaro de privatização de empresas públicas federais, como Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, Correios e Banco do Brasil.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, muito obrigado pela concessão. Eu era o terceiro orador e tive um pouco de dificuldade de acesso, de conexão.

Sra. Presidente, eu ontem fiquei muito preocupado porque nós encerramos as atividades no plenário para irmos a uma sessão extraordinária, convocada às pressas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania tratar da PEC 5, que, para quem não sabe, modifica a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Há uma insatisfação quase que generalizada do segmento - procuradores, promotores -, que não consegue, naturalmente, aceitar que o cargo de corregedor seja ocupado por alguém estranho à

entidade, à carreira. É um assunto que precisa, é claro, ser muito debatido, e debatido com profundidade, como estamos tentando fazer em relação a PEC 32, que desmonta as conquistas celebradas não apenas na Constituição de 1988 mas até antes dela.

É um propósito claro e visível do Presidente Bolsonaro, para poder atingir os seus objetivos, a venda do Banco do Brasil, a venda dos Correios, a venda da ELETROBRAS, enfim, a entrega do Brasil, Sra. Presidente, ao capital privado. Quem não viu a nossa luta em plenário contra as tentativas insistentes da privatização, inclusive da nossa água?

Estamos num momento difícil, e eu quero fazer um apelo aos Líderes da Câmara dos Deputados: vamos, Senhoras e Senhores Líderes, priorizar as pautas da pandemia.

Nós temos inúmeras matérias que estão represadas, inclusive na própria Comissão de Constituição e Justiça, matérias que tratam da produção de insumos, da compra de medicamentos, temas que são realmente muito importantes, sobretudo no momento em que os números no País bateram todos os recordes, fruto da incompetência do Presidente Bolsonaro em relação às mortes na pandemia.

O momento é, de fato, muito difícil e requer de todos nós unidade, de todos os lados, de todos os campos - respeitando, é claro, as nossas diferenças -, porque todos nós estamos no mesmo barco. E essa unidade, Sra. Presidente, é muito importante para que possamos ultrapassar este que está sendo o momento mais difícil da pandemia. O mês de abril foi o pior mês para o nosso País.

Portanto, é um apelo que eu faço: vamos priorizar rigorosamente, Sra. Presidente, as pautas inerentes ao combate desse terrível mal.
